ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 101 Brasília - DF, segunda-feira, 31 de maio de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 4
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 17
Ministério da Cidadania 25
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 25
Ministério das Comunicações 28
Ministério da Defesa 66
Ministério do Desenvolvimento Regional 68
Ministério da Economia 70
Ministério da Educação 87
Ministério da Infraestrutura 89
Ministério da Justiça e Segurança Pública 93
Ministério do Meio Ambiente 97
Ministério de Minas e Energia 100
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 107
Ministério das Relações Exteriores 107
Ministério da Saúde 108
Ministério do Turismo 208
Ministério Público da União 212
Tribunal de Contas da União 224
Poder Judiciário 256
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 258

..... Esta edição completa do DOU é composta de 259 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.921 **(1)**

ORIGEM	: 5921 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S)	: LIZANDRA NASCIMENTO VICENTE (39992/DF)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF)

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), que julgava procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 381/2018 do Estado de Pernambuco e, por arrastamento, dos artigos 2º e 4º nela contidos, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.946 **(2)**

ORIGEM	: 5946 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RORAIMA
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
ADV.(A/S)	: JORGE AMAURY MAIA NUNES (08577/DF)
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - ANAPE
ADV.(A/S)	: VICENTE MARTINS PRATA BRAGA (19309/CE, 51599/DF, 43637/PE)
ADV.(A/S)	: CARLOS FREDERICO BRAGA MARTINS (45225-A/CE, 48750/DF, 1404 - A/RN)
AM. CURIAE.	: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: RENAN DO NASCIMENTO COUTO (184748/RJ)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS
ADV.(A/S)	: SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR (19277/DF) E OUTRO(A/S)

Decisão: Após os votos dos Ministros Gilmar Mendes (Relator) e Rosa Weber, que julgavam parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do *caput* e dos parágrafos 1º, 3º, 4º e 5º do art. 154 da Constituição do Estado de Roraima, na redação dada pela Emenda Constitucional 61, de 2018, e declarar a constitucionalidade do § 2º do art. 154 da Constituição do Estado de Roraima, na redação dada pela Emenda Constitucional 61, de 2018, pediu vista dos autos o Ministro Edson Fachin. Plenário, Sessão Virtual de 6.11.2020 a 13.11.2020.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do *caput* e dos parágrafos 1º, 3º, 4º e 5º do art. 154 da Constituição do Estado de Roraima, na redação dada pela Emenda Constitucional 61, de 2018, e declarar a constitucionalidade do § 2º do art. 154 da Constituição do Estado de Roraima, na redação dada pela Emenda Constitucional 61, de 2018, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin e Cármen Lúcia, que não conheciam da ação direta, entendendo-a prejudicada, e, vencidos, no mérito, julgavam parcialmente procedente o pedido, para declarar inconstitucional a redação dada ao art. 154, § 4º, da Constituição do Estado de Roraima pela Emenda Constitucional nº 61. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.555 **(3)**

ORIGEM	: 6555 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MARANHÃO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: ASSOCIACAO NACIONAL DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS
ADV.(A/S)	: MURILO GODOY (11828/MS)
ADV.(A/S)	: PEDRO RIBEIRO GIAMBERARDINO (52466/PR)
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta e, no mérito, julgou improcedente o pedido formulado, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.584 **(4)**

ORIGEM	: 6584 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
INTDO.(A/S)	: MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal n. 99/2017 e dar interpretação conforme à Constituição ao artigo 19, X, da LODF, de modo que a expressão "empregos públicos" se limite às entidades que recebam recursos do Distrito Federal para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin e Roberto Barroso. Impedido o Ministro Marco Aurélio. Falou, pelo requerente, o Dr. Julião Silveira Coelho, Procurador do Distrito Federal. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.637 **(5)**

ORIGEM	: 6637 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após o voto da Ministra Cármen Lúcia (Relatora), que julgava parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade das expressões: "importando a ausência, sem justificação adequada, crime de responsabilidade" constante do *caput* do art. 100; "importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias" constante do respectivo § 2º; da expressão "constituindo crime de responsabilidade, nos termos da lei, o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informações falsas" do art. 101, todos da Constituição do Rio de Janeiro, e julgava prejudicado o pedido de inconstitucionalidade da expressão "e Procuradores Gerais" posta no *caput* do art. 100 da Constituição do Rio de Janeiro, declarada inconstitucional na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 558, sessão virtual finalizada em 16.4.2021, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.644 **(6)**

ORIGEM	: 6644 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PARÁ
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Decisão: Após o voto da Ministra Cármen Lúcia (Relatora), que julgava procedente a ação direta para declarar inconstitucionais as expressões "ou dirigentes de entidades da administração indireta" e "importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada" contidas no *caput* do art. 93; a expressão "ou dirigentes de entidades da administração indireta, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas" contida no § 3º do art. 93; os §§ 1º e 2º do art. 140 e o art. 141 da Constituição do Pará, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.684 **(7)**

ORIGEM	: 6684 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: ESPÍRITO SANTO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
REQTE.(S)	: DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - PROS

AVISO

Foi publicada em 28/5/2021 a edição extra nº 100-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

ADV.(A/S) : BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA (55744/DF, 33670/GO) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após o voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), que julgava procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 58, § 5º, I, e § 9º, da Constituição do Estado do Espírito Santo, com as redações dadas pelas ECs 113/2019 e 104/2016, que admitem que integrantes da mesa diretora da Assembleia Legislativa sejam reconduzidos para o mesmo cargo na mesma legislatura, por inobservância da regra inscrita no art. 57, § 4º, da CF, devendo aplicar-se *in totum*, também no âmbito estadual, o entendimento firmado pela Corte na ADI 6.524/DF, com efeitos *ex nunc* a partir do julgamento deste feito, julgando prejudicados os embargos de declaração opostos pelo PDT, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.707 **(8)**
ORIGEM : 6707 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Decisão: Após o voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), que julgava procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 58, § 5º, I, e § 9º, da Constituição do Estado do Espírito Santo, com as redações dadas pelas ECs 113/2019 e 104/2016, que admitem que integrantes da mesa diretora da Assembleia Legislativa sejam reconduzidos para o mesmo cargo na mesma legislatura, por inobservância da regra inscrita no art. 57, § 4º, da CF, devendo aplicar-se *in totum*, também no âmbito estadual, o entendimento firmado pela Corte na ADI 6.524/DF, com efeitos *ex nunc* a partir do julgamento deste feito, julgando prejudicados os embargos de declaração opostos pelo PDT, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.709 **(9)**
ORIGEM : 6709 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : TOCANTINS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADV.(A/S) : JUVENAL KLAYBER COELHO (182-A / TO/)
ADV.(A/S) : ADRIANO GUINZELLI (2025/TO)

Decisão: Após o voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), que julgava procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 15, § 3º, da Constituição do Estado do Tocantins, com a redação dada pela EC 10/2001, que admite que integrantes da mesa diretora da Assembleia Legislativa sejam reconduzidos para o mesmo cargo na mesma legislatura, por inobservância da regra inscrita no art. 57, § 4º, da CF, devendo aplicar-se *in totum*, também no âmbito estadual, o entendimento firmado por esta Corte na ADI 6.524/DF, com efeitos *ex nunc* a partir do julgamento deste feito, julgando prejudicados os embargos de declaração opostos pelo PDT, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.710 **(10)**
ORIGEM : 6710 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SERGIPE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após o voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), que julgava procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 51, § 5º, da Constituição do Estado de Sergipe, com a redação dada pela EC 39/2007, que admite que integrantes da mesa diretora da Assembleia Legislativa sejam reconduzidos para o mesmo cargo na mesma legislatura, por inobservância da regra inscrita no art. 57, § 4º, da CF, devendo aplicar-se *in totum*, também no âmbito estadual, o entendimento firmado por esta Corte na ADI 6.524/DF, com efeitos *ex nunc* a partir do julgamento deste feito, julgando prejudicados os embargos de declaração opostos pelo PDT, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.040 **(11)**
ORIGEM : ADI - 48691 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. DIAS TOFFOLI
EMBTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANA
EMBDO.(A/S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO (19979/DF)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: Após os votos dos Ministros Marco Aurélio (Relator), Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Rosa Weber, que negavam provimento aos embargos, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 5.3.2021 a 12.3.2021.

Decisão: O Tribunal, por maioria, acolheu em parte os embargos de declaração, para modular os efeitos do acórdão embargado, atribuindo a eles efeitos *ex nunc*, a partir da publicação da ata de julgamento do mérito, exceto quanto à declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos cuja eficácia havia sido suspensa pelo Tribunal Pleno, a qual deve produzir efeitos a partir da data do parcial deferimento da medida cautelar, ficando ressalvadas da proposta de modulação as ações ajuizadas até a véspera da publicação da ata de julgamento do mérito, nos termos do voto do Ministro Dias Toffoli, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Marco Aurélio (Relator), Cármen Lúcia e Rosa Weber, que negavam provimento aos embargos. Nesta assentada, o Ministro Alexandre de Moraes reajustou seu voto para acompanhar o Ministro Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.543 **(12)**
ORIGEM : ADI - 86927 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.945 **(13)**
ORIGEM : ADI - 3077 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB
ADV.(A/S) : VANIA KIRZNER (093704/MG)
ADV.(A/S) : RENATO OLIVEIRA RAMOS (20562/DF)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE. : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DE SERVICOS - CNS
AM. CURIAE. : ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DAS EMPRESAS DE SOFTWARE
AM. CURIAE. : SINDICATO DAS EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SEPROSP
ADV.(A/S) : RICARDO OLIVEIRA GODOI (143250/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS - ABRASF
ADV.(A/S) : RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA (58935/DF, 81438/RJ)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS NO ESTADO DO MATO GROSSO - FIEMT
ADV.(A/S) : VICTOR HUMBERTO MAIZMAN (04501/MT)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ASSESPRO NACIONAL
ADV.(A/S) : ALESSANDRO SPILLER (37848/RS)

Decisão: Após os votos dos Ministros Cármen Lúcia (Relatora) e Edson Fachin, que julgavam parcialmente prejudicada a ação direta quanto ao § 3º do art. 3º da Lei mato-grossense n. 7.098/1998 e, na parte remanescente, julgavam improcedente o pedido, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Falaram: pelo interessado Governador do Estado de Mato Grosso, o Dr. Lucas Schwinden Dallamico; pelo *amicus curiae* Distrito Federal, o Dr. Jorge Octavio Lavocat Galvão; e, pelo *amicus curiae* Federação das Indústrias no Estado do Mato Grosso, o Dr. Victor Humberto da Silva Maizman. Plenário, Sessão Virtual de 17.4.2020 a 24.4.2020.

Decisão: Apregoado para julgamento em conjunto com a ADI 5.659. Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais na ADI 5.659, o julgamento das ações foi suspenso. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 29.10.2020(Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Dias Toffoli, que acompanhava a Ministra Cármen Lúcia (Relatora) quanto à prejudicialidade da ação direta em relação ao art. 3º, § 3º, da Lei nº 7.098/98 do Estado de Mato Grosso e ao não conhecimento da ação no tocante aos arts. 2º, § 3º; 16, § 2º; e 22, parágrafo único, da mesma lei e, no mérito, divergia em parte da Relatora, a fim de julgar parcialmente procedente a ação direta, declarando a inconstitucionalidade (i) das expressões adesão, acesso, disponibilização, ativação, habilitação, assinatura e ainda que preparatórios, constantes do art. 2º, § 2º, I, da Lei nº 7.098/98, redação dada pela Lei nº 9.226/09; (ii) da expressão observados os demais critérios determinados pelo regulamento, presente no art. 13, § 4º, da Lei nº 7.098/98; (iii) dos arts. 2º, § 1º, VI; e 6º, § 6º, da mesma lei, modulando os efeitos da decisão para dotá-la de eficácia a partir da data da publicação da ata de julgamento, no que foi acompanhado pelos Ministros Alexandre de Moraes, Roberto Barroso, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski; do voto do Ministro Gilmar Mendes, que declarava a perda parcial do objeto da ação em relação ao § 3º do art. 3º da Lei nº 7.098/1998, do Estado do Mato Grosso, julgando a ação direta parcialmente prejudicada, acompanhando, neste ponto, a Relatora, e, no mérito, confirmava a medida cautelar anteriormente concedida tão somente para declarar a inconstitucionalidade da expressão observados os demais critérios determinados pelo regulamento, presente no § 4º do art. 13, assim como o inteiro teor do parágrafo único do art. 22, ambos da Lei nº 7.098/1998, do Estado do Mato Grosso, declarando, ainda, a inconstitucionalidade do § 2º do art. 2º da Lei nº 7.098/1998, com a redação dada pela Lei nº 9.226/2009; e do voto do Ministro Marco Aurélio, que assentava o prejuízo do pedido quanto ao artigo 3º, § 3º, inadmitia a ação relativamente aos arts. 2º, § 3º, 16, § 2º, e 22, parágrafo único, e julgava parcialmente procedente o pedido formulado na ação para declarar a inconstitucionalidade dos arts. 2º, § 1º, VI e § 2º; 6º, § 6º; e 13, § 4º, deixando de modular os efeitos da decisão, pediu vista dos autos o Ministro Luiz Fux (Presidente). Plenário, 04.11.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Luiz Fux (Presidente), que acompanhava o voto do Ministro Dias Toffoli, pediu vista dos autos o Ministro Nunes Marques. Plenário, 11.11.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

SAVIO LUCIANO DE ANDRADE FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou prejudicada a ação direta em relação ao art. 3º, § 3º, da Lei nº 7.098/98 do Estado de Mato Grosso, não conheceu da ação no tocante aos arts. 2º, § 3º; 16, § 2º; e 22, parágrafo único, da mesma lei e, no mérito, julgou parcialmente procedente a ação direta, declarando a inconstitucionalidade (i) das expressões "adesão, acesso, disponibilização, ativação, habilitação, assinatura" e "ainda que preparatórios", constantes do art. 2º, § 2º, I, da Lei nº 7.098/98, redação dada pela Lei nº 9.226/09; (ii) da expressão "observados os demais critérios determinados pelo regulamento", presente no art. 13, § 4º, da Lei nº 7.098/98; (iii) dos arts. 2º, § 1º, VI; e 6º, § 6º, da mesma lei, tudo nos termos do voto do Ministro Dias Toffoli, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Cármen Lúcia (Relatora) e Edson Fachin, que julgavam parcialmente prejudicada a ação direta quanto ao § 3º do art. 3º da Lei mato-grossense nº 7.098/1998 e, na parte remanescente, julgavam improcedente o pedido; o Ministro Gilmar Mendes, que declarava a perda parcial do objeto da ação em relação ao § 3º do art. 3º da Lei nº 7.098/1998 do Estado do Mato Grosso, julgando a ação direta parcialmente prejudicada, e, no mérito, confirmava a medida cautelar anteriormente concedida tão somente para declarar a inconstitucionalidade da expressão "observados os demais critérios determinados pelo regulamento", presente no § 4º do art. 13, assim como o inteiro teor do parágrafo único do art. 22, ambos da Lei nº 7.098/1998 do Estado do Mato Grosso, declarando, ainda, a inconstitucionalidade do § 2º do art. 2º da Lei nº 7.098/1998, com a redação dada pela Lei nº 9.226/2009; o Ministro Marco Aurélio, que assentava o prejuízo do pedido quanto ao artigo 3º, § 3º, inadmitia a ação relativamente aos arts. 2º, § 3º, 16, § 2º, e 22, parágrafo único, e julgava parcialmente procedente o pedido formulado na ação para declarar a inconstitucionalidade dos arts. 2º, § 1º, VI, e § 2º; 6º, § 6º; e 13, § 4º; e o Ministro Nunes Marques, que declarava o prejuízo do pedido formulado na presente ação direta quanto ao artigo 3º, § 3º, da Lei estadual nº 7.098/1998, não conhecia da ação quanto aos artigos 2º, § 3º, 16, § 2º, e 22, parágrafo único, do mesmo diploma legal e julgava parcialmente procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 2º, § 2º, inciso I, e 13, § 4º, da lei estadual. Em seguida, o Tribunal deliberou apreciar a proposta de modulação dos efeitos da decisão em assentada posterior. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.02.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Decisão: Em continuidade de julgamento, o Tribunal, por maioria, modulou os efeitos da decisão, atribuindo eficácia **ex nunc**, a contar da publicação da ata de julgamento do mérito em questão **para**: a) impossibilitar a repetição de indébito do ICMS incidente sobre operações com **softwares** em favor de quem recolheu esse imposto, até a véspera da data da publicação da ata de julgamento do mérito, vedando, nesse caso, que os municípios cobrem o ISS em relação aos mesmos fatos geradores; b) impedir que os estados cobrem o ICMS em relação aos fatos geradores ocorridos até a véspera da data da publicação da ata de julgamento do mérito. Ficam ressalvadas (i) as ações judiciais em curso, inclusive de repetição de indébito e execuções fiscais em que se discutam a incidência do ICMS e (ii) as hipóteses de comprovada bitributação, caso em que o contribuinte terá direito à repetição do indébito do ICMS. Por sua vez, incide o ISS no caso de não recolhimento do ICMS ou do ISS em relação aos fatos geradores ocorridos até a véspera da data da publicação da ata de julgamento do mérito. Por fim, modulou os efeitos da decisão para também se estabelecer eficácia **ex nunc**, a partir da data da publicação da ata de julgamento do mérito, no tocante à declaração de inconstitucionalidade das expressões "adesão, acesso, disponibilização, ativação, habilitação, assinatura" e "ainda que preparatórios", constantes do art. 2º, § 2º, I, da Lei nº 7.098/98, com redação dada pela Lei nº 9.226/09; e, em relação à expressão "observados os demais critérios determinados pelo regulamento", presente no art. 13, § 4º, da Lei nº 7.098/98, que já havia sido suspensa no julgamento da medida cautelar (sessão de 19/4/99), a declaração de inconstitucionalidade deve operar efeitos **ex tunc**, nos termos do voto do Ministro Dias Toffoli, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Marco Aurélio, que não modulava os efeitos da decisão. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 24.02.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

EMENTA

Ação direta de inconstitucionalidade. Direito Tributário. Lei nº 7.098, de 30 de dezembro de 1998, do Estado de Mato Grosso. ICMS-comunicação. Atividades-meio. Não incidência. Critério para definição de margem de valor agregado. Necessidade de lei. Operações com programa de computador (*software*). Critério objetivo. Subitem 1.05 da lista anexa à LC nº 116/03. Incidência do ISS. Aquisição por meio físico ou por meio eletrônico (*download*, *streaming* etc). Distinção entre *software* sob encomenda e padronizado. Irrelevância. Contrato de licenciamento de uso de programas de computador. Relevância do trabalho humano desenvolvido. Contrato complexo ou híbrido. Dicotomia entre obrigação de dar e obrigação de fazer. Insuficiência. Modulação dos efeitos da decisão.

1. Consoante a jurisprudência da Corte, o ICMS-comunicação "apenas pode incidir sobre a atividade-fim, que é o serviço de comunicação, e não sobre a atividade-meio ou intermediária como são aquelas constantes na Cláusula Primeira do Convênio ICMS nº 69/98" (RE nº 570.020/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. **Luiz Fux**).

2. Os critérios para a fixação da margem de valor agregado para efeito de cálculo do ICMS em regime de substituição tributária progressiva devem ser disciplinados por lei estadual, em sentido formal e material, não sendo possível a delegação em branco dessa matéria a ato normativo infralegal, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade tributária.

3. A tradicional distinção entre **software** de prateleira (padronizado) e por encomenda (personalizado) não é mais suficiente para a definição da competência para tributação dos negócios jurídicos que envolvam programas de computador em suas diversas modalidades. Diversos precedentes da Corte têm superado a velha dicotomia entre obrigação de fazer e obrigação de dar, notadamente nos contratos tidos por complexos.

4. O legislador complementar, amparado especialmente nos arts. 146, I, e 156, III, da Constituição Federal, buscou dirimir conflitos de competência em matéria tributária envolvendo **softwares** elencando, no subitem 1.05 da lista de serviços tributáveis pelo ISS anexa à LC nº 116/03, o licenciamento e a cessão de direito de uso de programas de computação. É certo, ademais, que, conforme a Lei nº 9.609/98, o uso de programa de computador no País é objeto de contrato de licença.

5. Associa-se a isso a noção de que **software** é produto do engenho humano, é criação intelectual. Ou seja, é imprescindível a existência de esforço humano direcionado para a construção de um programa de computador (obrigação de fazer), não podendo isso ser desconsiderado quando se trata de qualquer tipo de **software**. A obrigação de fazer também se encontra presente nos demais serviços prestados ao usuário, como, **v.g**., o **help desk** e a disponibilização de manuais, atualizações e outras funcionalidades previstas no contrato de licenciamento.

6. Igualmente há prestação de serviço no modelo denominado **software-as-a-Service** (SaaS), o qual se caracteriza pelo acesso do consumidor a aplicativos disponibilizados pelo fornecedor na rede mundial de computadores, ou seja, o aplicativo utilizado pelo consumidor não é armazenado no disco rígido do computador do usuário, permanecendo **online** em tempo integral, daí por que se diz que o aplicativo está localizado na nuvem, circunstância atrativa da incidência do ISS.

7. Ação direta não conhecida no tocante aos arts. 2º, § 3º; 16, § 2º; e 22, parágrafo único, da Lei nº 7.098/98 do Estado de Mato Grosso; julgada prejudicada em relação ao art. 3º, § 3º, da mesma lei; e, no mérito, julgada parcialmente procedente, declarando-se a inconstitucionalidade (i) das expressões "adesão, acesso, disponibilização, ativação, habilitação, assinatura" e "ainda que preparatórios", constantes do art. 2º, § 2º, I, da Lei nº 7.098/98, com a redação dada pela Lei nº 9.226/09; (ii) da expressão "observados os demais critérios determinados pelo regulamento", presente no art. 13, § 4º, da Lei nº 7.098/98; (iii) dos arts. 2º, § 1º, VI; e 6º, § 6º, da mesma lei.

8. Modulam-se os efeitos da decisão nos termos da ata do julgamento.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.324 **(14)**

ORIGEM : ADI - 5324 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Emenda nº 94/2015 à Constituição de Rondônia, pela qual acrescentado o parágrafo único ao art. 99 dessa Constituição, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PROCESSO LEGISLATIVO. EMENDA N. 94/2015 À CONSTITUIÇÃO DE RONDÔNIA. ATRIBUIÇÕES DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. AMPLIAÇÃO POR PROPOSIÇÃO DE ORIGEM PARLAMENTAR. VÍCIO DE INICIATIVA. MATÉRIA RESERVADA À LEI COMPLEMENTAR DE INICIATIVA DO CHEFE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CADA ESTADO E AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. OFENSA À AL.* D *DO INC. II DO § 1º DO ART. 61 E AO § 5º DO ART. 128 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. USURPAÇÃO DO PODER DE INICIAR PROCESSO LEGISLATIVO. CONTRARIEDADE À INDEPENDÊNCIA E À AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE.*

1. *As leis complementares estaduais, pelas quais se estabelecem a organização, atribuições e estatuto dos respectivos Ministérios Públicos, são de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça do Estado e devem observar o regramento geral definido pelas normas gerais previstas na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, de iniciativa privativa do Presidente da República (al.* d *do inc. II do § 1º do art. 61 e § 5º do art. 128 da Constituição da República).*

2. *Na Emenda Constitucional n. 94/2015 à Constituição de Rondônia, pela qual acrescentado o parágrafo único ao art. 99 dessa Constituição, elasteceram-se as atribuições previstas no inc. III do art. 29 da Lei n. 8.625/1993, reproduzidas no inc. II, item 15, do art. 45 da Lei Complementar rondoniense n. 93/1993.*

3. *É formalmente inconstitucional a norma impugnada, pois usurpada iniciativa reservada pela Constituição da República ao chefe do Poder Executivo para tratar de normas gerais sobre a organização do Ministério Público e versada sobre matéria reservada à lei complementar de iniciativa do chefe do Ministério Público estadual. Precedentes.*

4. *A usurpação da competência de iniciativa legislativa conferida ao chefe do Ministério Público pela Constituição da República ofende a autonomia e a independência desse órgão, asseguradas pelo § 2º do art. 127 e pelo § 5º do art. 128 da Constituição da República.*

5. *Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da Emenda n. 94/2015 à Constituição de Rondônia, pela qual acrescentado o parágrafo único ao art. 99 dessa Constituição.*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.612 **(15)**

ORIGEM : 6612 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei nº 11.038, de 02 de dezembro de 2019, do Estado de Mato Grosso, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 11.038/2019, DO ESTADO DE MATO GROSSO. DIPLOMA LEGISLATIVO ESTADUAL QUE VEDA AOS ÓRGÃOS E AUTORIDADES DE TRÂNSITO A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS RESTRITIVAS EM RELAÇÃO A CONDUTOR INFRATOR, ENQUANTO NÃO PROFERIDA DECISÃO DEFINITIVA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO OU JUDICIAL. **USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE TRÂNSITO** (CF, ART. 22, XI). INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. PRECEDENTES.

1. O Código de Trânsito Brasileiro dispõe sobre o procedimento de autuação e aplicação de penalidades aos condutores infratores, estabelecendo, ainda, medidas administrativas de natureza cautelar destinadas a assegurar a eficiência da fiscalização do trânsito e a proteção das pessoas contra os riscos decorrentes da prática de novas infrações.

2. Esta Suprema Corte já reconheceu que a apreensão cautelar da carteira nacional de habilitação e a suspensão temporária do direito de dirigir, **em casos de infrações gravíssimas**, caracterizam medidas compatíveis com o texto constitucional e com o postulado do devido processo legal, traduzindo hipóteses sujeitas ao contraditório diferido (ADI 3.951/DF, Red. p/ o acórdão Min. Edson Fachin, j. 20.5.2020).

3. Segundo a jurisprudência desta Casa, os Estados-membros não podem inovar em matéria pertinente à disciplina normativa do trânsito, por configurar usurpação da competência privativa da União para legislar sobre esse tema.

4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada **procedente**.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.727 **(16)**

ORIGEM : 6727 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO-CONSIF
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS STURZENEGGER (1942-A/DF, 201395/MG, 29258/SP)
ADV.(A/S) : RICARDO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER (19535/DF, 249225/SP)
ADV.(A/S) : LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS (41952/DF)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto da Relatora. Falou, pela requerente, o Dr. Ricardo Luiz Blundi Sturzenegger. Plenário, Sessão Virtual de 30.4.2021 a 11.5.2021.

EMENTA: *MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONVERSÃO EM JULGAMENTO DEFINITIVO. LEI N. 20.276 DO PARANÁ. PROIBIÇÃO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E SOCIEDADES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE REALIZAREM PUBLICIDADE OU ATIVIDADE DE CONVENCIMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR. VULNERABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS. PROTEÇÃO INTEGRAL AO IDOSO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.*

1. *Proibição da Lei paranaense n. 20.276/2020 a instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil realizarem* telemarketing*, oferta comercial, proposta, publicidade ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer aposentados e pensionistas a celebrarem contratos de empréstimos resulta do legítimo exercício da competência concorrente do ente federado em matéria de defesa do consumidor, suplementando-se os princípios e as normas do Código de Defesa do Consumidor e reforçando-se a proteção de grupo em situação de especial vulnerabilidade econômica e social.*

2. *Ação direta julgada improcedente.*

DECISÕES

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 782 **(17)**

ORIGEM : 782 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES
ADV.(A/S) : EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO (04935/DF, 30746/ES, 428274/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
AGDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Não participou deste julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 547 **(18)**

ORIGEM	: 547 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PARÁ
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da arguição de descumprimento de preceito fundamental e julgou procedente o pedido para: (i) suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto ou sequestro no patrimônio da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA; (ii) determinar a sujeição dessa estatal ao regime constitucional de precatórios; e (iii) determinar a imediata devolução das verbas subtraídas dos cofres públicos, e ainda em poder do Judiciário, para as respectivas contas de que foram retiradas, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava improcedente o pedido. Foi fixada a seguinte tese de julgamento: "Os recursos públicos vinculados ao orçamento de estatais prestadoras de serviço público essencial, em regime não concorrencial e sem intuito lucrativo primário, não podem ser bloqueados ou sequestrados por decisão judicial para pagamento de verbas trabalhistas, em virtude do disposto no art. 100 da CF/1988, e dos princípios da legalidade orçamentária (art. 167, VI, da CF), da separação dos poderes (arts. 2°, 60, § 4°, III, da CF) e da eficiência da administração pública (art. 37, *caput*, da CF)". Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 616 **(19)**

ORIGEM	: 616 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: BAHIA
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	: SINDICATO NACIONAL DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO PESADA - INFRA-ESTRUTURA - SINICON
ADV.(A/S)	: GUILHERME HENRIQUE MAGALDI NETTO (04110/DF, 134052/RJ)
ADV.(A/S)	: DANIEL VIEIRA BOGEA SOARES (34311/DF)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S)	: ANA CAROLINA ANDRADA ARRAIS CAPUTO BASTOS (26891/DF)
ADV.(A/S)	: CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS (02462/DF)
ADV.(A/S)	: BEATRIZ DONAIRE DE MELLO E OLIVEIRA (15315/DF)
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE PACHECO BASTOS (52682/DF)

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu da arguição de descumprimento de preceito fundamental quanto ao pedido de extensão das prerrogativas processuais da Fazenda Pública à Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA; e, no mérito, julgou parcialmente procedente o pedido para: (i) suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro; (ii) determinar a sujeição da Empresa Baiana de Águas e Saneamento ao regime constitucional de precatórios; e (iii) determinar a imediata devolução das verbas subtraídas dos cofres públicos, e ainda em poder do Judiciário, para as respectivas contas de que foram retiradas, restando prejudicado o pedido de natureza cautelar formulado, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava improcedente o pedido. Foi fixada a seguinte tese de julgamento: "Os recursos públicos vinculados ao orçamento de estatais prestadoras de serviço público essencial, em regime não concorrencial e sem intuito lucrativo primário não podem ser bloqueados ou sequestrados por decisão judicial para pagamento de suas dívidas, em virtude do disposto no art. 100 da CF/1988, e dos princípios da legalidade orçamentária (art. 167, VI, da CF), da separação dos poderes (arts. 2°, 60, § 4°, III, da CF) e da eficiência da administração pública (art. 37, *caput*, da CF)". Falaram: pelo requerente, o Dr. Luiz Paulo Romano, Procurador do Estado da Bahia; pelo *amicus curiae* Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - Infra-Estrutura - SINICON, o Dr. Guilherme Henrique Magaldi Netto; e, pelo *amicus curiae* Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia, a Dra. Ana Carolina Andrada Arrais Caputo Bastos. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 794 **(20)**

ORIGEM	: 794 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
ADV.(A/S)	: MAXIMILIANO NAGL GARCEZ (39587/BA, 36445-A/CE, 27889/DF, 16841-A/MA, 20792/PR, 209230/RJ, 355466/SP, 6009-A/TO) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: COMPANHIA ENERGETICA DE BRASILIA
ADV.(A/S)	: MURILO BOUZADA DE BARROS (11467/DF)
ADV.(A/S)	: FERNANDO JORGETO DA SILVA (65147/DF, 76369/PR)
AM. CURIAE.	: DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu em parte da presente arguição de descumprimento de preceito fundamental e, na parte conhecida, julgou improcedente o pedido, nos termos do voto do Relator. Falou, pelo requerente, o Dr. Ramon Arnus Koelle. Plenário, Sessão Virtual de 14.5.2021 a 21.5.2021.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 34, DE 2021

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 1.015, de 17 de dezembro de 2020**, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R$ 20.000.000.000,00, para o fim que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 26 de maio de 2021.

Congresso Nacional, em 28 de maio de 2021
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 232, de 28 de maio de 2021. Encaminhamento ao Congresso Nacional de Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 788, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Caraguatatuba, no município de Caraguatatuba - SP;

2 - Portaria nº 899, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio Comunitária Rosário FM, no município de Moema - MG;

3 - Portaria nº 1.008, de 9 de maio de 2016 - Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunicação e Cultura de Monsenhor Gil, no município de Monsenhor Gil - PI;

4 - Portaria nº 1.032, de 9 de maio de 2016 - Água Boa Associação Comunitária - ABAC, no município de Dourados - MS;

5 - Portaria nº 1.144, de 9 de maio de 2016 - Constelação Associação Cultural, no município de Chapadão do Céu - GO;

6 - Portaria nº 1.461, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural de Comunicação Beneficente Comunitária Interativa, no município de Serra do Salitre - MG;

7 - Portaria nº 1.462, de 9 de maio de 2016 - Associação Beneficente e Cultural Comunitária Diógenes Almeida Celestino, no município de São Miguel dos Campos - AL;

8 - Portaria nº 1.823, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio Comunitária de Manari - PE, no município de Manari - PE;

9 - Portaria nº 1.835, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Jabuticabal de Hidrolândia, no município de Hidrolândia - GO;

10 - Portaria nº 1.935, de 10 de maio de 2016 - Associação Cultural Comunitária Kobu FM, no município de Gouveia - MG;

11 - Portaria nº 564, de 7 de junho de 2017 - Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste, no município de Ouro Verde do Oeste - PR;

12 - Portaria nº 565, de 7 de junho de 2017 - Associação Movimento Comunitário com Rádio Local, no município de Custódia - PE;

13 - Portaria nº 591, de 7 de junho de 2017 - Associação Verde Vale de Rádio, Educação e Cultura da Cidade de Divinolândia, no município de Divinolândia - SP;

14 - Portaria nº 1.093, de 7 de junho de 2017 - Associação dos Amigos do Portal do Alvorada - Salgado de São Félix - PB, no município de Salgado de São Félix - PB;

15 - Portaria nº 1.104, de 7 de junho de 2017 - Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil, no município de Rio Claro - SP;

16 - Portaria nº 1.108, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural e Comunitária de Santo Inácio, no município de Santo Inácio - PR;

17 - Portaria nº 1.453, de 7 de junho de 2017 - Associação Pradopolense de Apoio Educação e Cultura - APAEC, no município de Pradópolis - SP;

18 - Portaria nº 1.456, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta - GO, no município de Cachoeira Alta - GO;

19 - Portaria nº 1.892, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária e Cultural de Aparecida D'Oeste, no município de Aparecida D'Oeste - SP;

20 - Portaria nº 1.895, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Comunitária do Alto do Ginásio, no município de Sertãozinho - SP;

21 - Portaria nº 1.913, de 7 de junho de 2017 - Associação Mãe Rainha, no município de Independência - RS;

22 - Portaria nº 1.924, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico Amiga de Registro, no município de Registro - SP;

23 - Portaria nº 1.940, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Cultural Recreativa dos Bairros Urbis, Planalto e Santo Antônio, no município de Catu - BA;

24 - Portaria nº 2.203, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária e Cultural Projeto Vida, no município de Igaratinga - MG;

25 - Portaria nº 2.210, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã, no município de Ivaiporã - PR;

26 - Portaria nº 2.487, de 7 de junho de 2017 - Fundação Cultural Comunitária 'Educar', no município de Patos de Minas - MG;

27 - Portaria nº 2.631, de 7 de junho de 2017 - ACAC - Associação Comunitária de Apoio à Cidadania, no município de Guarará - MG;

28 - Portaria nº 3.002, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Cultural Aracatiense, no município de Aracati - CE;

29 - Portaria nº 3.055, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz, no município de Imperatriz - MA; e

30 - Portaria nº 4.035, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova, no município de Itaú de Minas - MG.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

DEFIRO o credenciamento da AC DIGITAL MAIS. Processo n° 00100.001667/2020-53.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA AGU Nº 194, DE 28 DE MAIO DE 2021

Estabelece o detalhamento dos Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista os arts. 14 e 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, em conformidade ao disposto nos Anexos II e VI do Decreto nº 10.608, de 25 de janeiro de 2021, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00400.000605/2019-14, resolve:

Art. 1º Estabelecer o detalhamento do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, na forma dos Anexos I e II da presente Portaria,

Art. 2º O Departamento de Gestão Estratégica - DGE promoverá os registros decorrentes desta Portaria no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG.

Art. 3º Após o remanejamento previsto no art. 3º do Decreto nº 10.698, de 12 de maio de 2021, este detalhamento deverá ser atualizado.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor em 7 de junho de 2021.

FABRÍCIO DA SOLLER

ANEXO I

Organização Básica da Advocacia-Geral da União

UNIDADE	SIGLA	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/FCPE
---	ADJ	Adjunto	DAS 102.6
---	ADJ	Adjunto	DAS 102.6
---	ADJ	Adjunto	DAS 102.6
---	AE	Assessor Especial	DAS 102.5
---	AE	Assessor Especial	DAS 102.5
---	AE	Assessor Especial	DAS 102.5
---	---	Assessor Técnico	FCPE 102.3
---	---	Assistente	DAS 102.2
GABINETE	GABAGU	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
---	---	Assessor Técnico	DAS 102.3
---	---	Assessor Técnico	DAS 102.3
---	---	Assessor Técnico	FCPE 102.3
---	---	Assistente	DAS 102.2
Coordenação da Assessoria do Gabinete da AGU	ASTEC	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Apoio ao Gabinete	DIGAB	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Apoio Técnico	SATE	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Gestão Interna	SGI	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Cerimonial	CERIMONIAL	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão de Apoio ao Cerimonial	DIAC	Chefe	DAS 101.2
Assessoria de Comunicação Social	ASCOM	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
---	---	Assessor Técnico	DAS 102.3
---	---	Assistente	DAS 102.2
---	---	Assistente Técnico	DAS 102.1
---	---	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria para Assuntos Parlamentares	ASPAR	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
---	---	Assistente Técnico	DAS 102.1
---	---	Assistente Técnico	DAS 102.1
Ouvidoria-Geral	OGAGU	Ouvidor-Geral	FCPE 101.4
---	---	Assistente Técnico	FCPE 102.1
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA	DGE	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Planejamento e Governança	CGPG	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Planejamento e Governança	CPG	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Soluções Jurídico-Tecnológicas	CGSJT	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Administrativo, Judicial, Consultivo e Correicional	CAJ	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Dívida e Cálculos	CDC	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Sustentação e Atendimento	DSA	Chefe	FCPE 101.2
Escritório de Representação do Departamento de Gestão Estratégica	ERDGE	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	CISET	Secretário	FCPE 101.5
SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA	SGCS	Secretário-Geral	NE
GABINETE	GABSGCS	Chefe de Gabinete	FCPE 101.4
---	---	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço de Apoio Administrativo	SAA	Chefe	FCPE 101.1
---	---	Assessor Técnico	DAS 102.1
Secretaria do Conselho Superior da AGU	SCSAGU	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço Administrativo	SADM	Chefe	FCPE 101.1
SECRETARIA-GERAL DE CONTENCIOSO	SGCT	Secretário-Geral	NE
---	---	Secretário Adjunto	DAS 101.5
GABINETE	GABSGCT	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Serviço de Apoio Administrativo	SEAD	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Gestão Judicial	CGGJ	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Apoio Administrativo	DAA	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Apoio Forense	DAF	Chefe	FCPE 101.2
Serviço de Apoio à Atividade Jurídica	SAAJ	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DIFUSO	DCD	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral Jurídica	CGJ	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Assuntos Federativos	CGAF	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Judicial	DGJ	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE CONTROLE CONCENTRADO	DCC	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Ações Relevantes	CGAR	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ESTRATÉGICO	DAE	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Atuação Estratégica	CGAE	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Repercussão Geral	DRG	Chefe	FCPE 101.2
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO	CGU	Consultor-Geral	NE
GABINETE	GABCGU	Chefe de Gabinete	FCPE 101.4
---	---	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação de Administração	COADM	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Apoio ao Gabinete	DIAGAB	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Apoio ao Gabinete 1	SAGAB-1	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Apoio ao Gabinete 2	SAGAB-2	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Apoio ao Gabinete 3	SAGAB-3	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Apoio ao Gabinete 4	SAGAB-4	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Apoio ao Gabinete 5	SAGAB-5	Chefe	DAS 101.1
SUBCONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO	SUBCGU	Subconsultor-Geral da União	DAS 101.5
---	---	Assistente Técnico	FCPE 102.1
---	---	Consultor da União	DAS 101.5
---	---	Consultor da União	DAS 101.5
---	---	Consultor da União	DAS 101.5
---	---	Consultor da União	DAS 101.5
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS	DECOR	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Orientação	COOR	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Análise Preventiva e Sistematização	COAPS	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE ATOS NORMATIVOS	DENOR		DAS 101.5
Coordenação de Elaboração e Análise de Projetos	COEAP		FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS EXTRAJUDICIAIS	DEAEX	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Contencioso Administrativo	COCAD	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES JURÍDICO-ESTRATÉGICAS	DEINF	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Tecnologia e Tratamento da Informação	COTTI	Coordenador	FCPE 101.3
CÂMARA DE MEDIAÇÃO E DE CONCILIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	CCAF	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Procedimentos e Estratégias de Mediação	CGPEM	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Gestão dos Procedimentos de Mediação	COM	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS INTERNOS	DAJI	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos e Pessoal	CGAP	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres	CLCC	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Atos Normativos Internos e Assuntos Judiciais	CNAJ	Coordenador	FCPE 101.3
---	---	Assistente Técnico	FCPE 102.1

Consultoria Jurídica da União no Estado do Acre	CJU-AC	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Alagoas	CJU-AL	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Amapá	CJU-AP	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Amazonas	CJU-AM	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado da Bahia	CJU-BA	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Ceará	CJU-CE	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Espírito Santo	CJU-ES	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado de Goiás	CJU-GO	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Maranhão	CJU-MA	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Mato Grosso	CJU-MT	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Mato Grosso do Sul	CJU-MS	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado de Minas Gerais	CJU-MG	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Pará	CJU-PA	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado da Paraíba	CJU-PB	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Paraná	CJU-PR	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado de Pernambuco	CJU-PE	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Piauí	CJU-PI	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro	CJU-RJ	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio Grande do Norte	CJU-RN	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio Grande do Sul	CJU-RS	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado de Rondônia	CJU-RO	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado de Roraima	CJU-RR	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado de Santa Catarina	CJU-SC	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo	CJU-SP	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado de Sergipe	CJU-SE	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União no Estado de Tocantins	CJU-TO	Consultor da União no Estado	FCPE 101.4
Consultoria Jurídica da União em São José dos Campos	CJU-SJC	Consultor da União no Município	FCPE 101.3
CORREGEDORIA-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO	CGAU	Corregedor-Geral da Advocacia da União	NE
GABINETE	GABCGAU	Chefe de Gabinete	FCPE 101.4
Serviço de Apoio Administrativo	SAA	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Protocolo	SEPRO	Chefe	FCPE 101.1
Subcorregedoria de Apoio a Julgamento Disciplinar	SAJD	Subcorregedor	FCPE 101.3
Serviço de Apoio	SEA	Chefe	DAS 101.1
Subcorregedoria de Planejamento Correcional	SPCOR	Subcorregedor	FCPE 101.3
---	---	Assistente Técnico	FCPE 102.1
---	---	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Serviço de Apoio	SEA	Chefe	DAS 101.1
Subcorregedoria de Procedimentos Preliminares	SPPR	Subcorregedor	FCPE 101.3
Serviço de Apoio	SEA	Chefe	DAS 101.1
Subcorregedoria de Medidas Disciplinares	SMD	Subcorregedor	FCPE 101.3
---	---	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Serviço de Apoio	SEA	Chefe	FCPE 101.1
CORREGEDORIAS AUXILIARES 1	COAUX-1	Corregedor Auxiliar	DAS 101.5
Subcorregedoria 1	SCA-1	Subcorregedor Auxiliar	FCPE 101.3
CORREGEDORIAS AUXILIARES 2	COAUX-2	Corregedor Auxiliar	DAS 101.5
Subcorregedoria 2	SCA-2	Subcorregedor Auxiliar	FCPE 101.3
CORREGEDORIAS AUXILIARES 3	COAUX-3	Corregedor Auxiliar	DAS 101.5
Subcorregedoria 3	SCA-3	Subcorregedor Auxiliar	FCPE 101.3
CORREGEDORIAS AUXILIARES 4	COAUX-4	Corregedor Auxiliar	DAS 101.5
Subcorregedoria 4	SCA-4	Subcorregedor Auxiliar	FCPE 101.3
CORREGEDORIAS AUXILIARES 5	COAUX-5	Corregedor Auxiliar	DAS 101.5
Subcorregedoria 5	SCA-5	Subcorregedor Auxiliar	FCPE 101.3

PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO	PGU	Procurador-Geral da União	NE
GABINETE	GABPGU	Chefe de Gabinete	FCPE 101.4
Coordenação de Gestão de Pessoas, Administração e Logística	COGEL	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Atendimento e Gestão	DIAG	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Análise de Processos	SEAPRO	Chefe	DAS 101.1
SUBPROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO	SUBPGU	Subprocurador-Geral da União	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos	CGAAD	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Assuntos Administrativos	COAAD	Coordenador	DAS 101.3
Serviço de Apoio e Protocolo	SEAP	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Redação	SERED	Chefe	FCPE 101.1
---	---	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica	CGEST	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Planejamento e Monitoramento	COPLAM	Coordenador	DAS 101.3
Serviço de Gestão Estratégica	SERVGE	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Gestão Judicial	CGJUD	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Judicial	DIVJUD	Chefe	DAS 101.2
---	---	Assistente Técnico	FCPE 102.1
DEPARTAMENTO DE NEGOCIAÇÃO, DE ESTUDOS JURÍDICOS E DE DIREITO ELEITORAL	DNE	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral Eleitoral e de Estudos Jurídicos	CGEE	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Negociação	CGN	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Serviço de Apoio Administrativo	SAA	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROBIDADE	DPP	Diretor	DAS 101.5
Divisão de Apoio Administrativo	DAA	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação de Acordos de Leniência	COAL	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Patrimônio e Meio Ambiente	CGPAM	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Defesa da Probidade	CGPRO	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Recuperação de Ativos	CGRAT	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Serviço de Apoio Administrativo	SAA	Chefe	DAS 101.1
Coordenação de Pesquisa de Ativos e Pessoas	COPAP	Coordenador	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO PÚBLICO	DSP	Diretor	DAS 101.5
Divisão de Apoio Administrativo	DAA	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Direito Econômico, Social e de Infraestrutura	CGESI	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Consultoria e Orientação	DICOR	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação de Atuação Estratégica	COEST	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE SERVIDORES E MILITARES	DCM	Diretor	DAS 101.5
Serviço de Secretaria Judiciária	SJDCM	Chefe	DAS 101.1
Divisão de Setor de Jurimetria	SJUDCM	Chefe	DAS 101.2
Coordenação Nacional dos Juizados Especiais	CONJEF	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Servidores e Militares	CGSM	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Atuação Estratégica	COEST	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO TRABALHISTA	DTB	Diretor	DAS 101.5
Serviço de Apoio Administrativo	SAA	Chefe	DAS 101.1
Divisão de Apoio Especializado	DAE	Chefe	DAS 101.2
Coordenação de Contencioso Estratégico e Gestão Judicial	CCEGJ	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Demandas Judiciais Trabalhistas	CGADT	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	DAI	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Controvérsias de Direito Internacional	CODIN	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE CÁLCULOS E PERÍCIAS	DCP	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Cálculos e Sistematização Normativa	CGCAL	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação Nacional de Cálculos	CNAC	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Automação	DIAUT	Chefe	DAS 101.2
Divisão Regional de Cálculos	DIREC	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Cálculos do Juizado Especial	DIJEF	Chefe	FCPE 101.2

Coordenação-Geral de Gestão, Planejamento e Desenvolvimento	CGPD	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão de Controle, Apoio e Sucesso Calculado	DICAS	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Cálculos Repetitivos	DIREP	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Análises Jurídicas	CGAJ	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
PROCURADORIA REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO	PRU1	Procurador Regional da União	DAS 101.5
---	---	Subprocurador Regional da União	FCPE 101.4
Divisão de Coordenação-Nacional de Assuntos Internacionais	CONAI	Chefe	DAS 101.2
Divisão Nacional de Análise de Precatórios e Risco Fiscal	DNACAP	Chefe	DAS 101.2
Divisão Nacional de Cálculos de Créditos	DNACRED	Chefe	FCPE 101.2
Serviço Nacional de Cálculos de Créditos	SENACRED	Chefe	FCPE 101.1
Divisão Nacional de Análise Econômica	DNAE	Chefe	DAS 101.2
Divisão Nacional de Juizados Especiais Federais I	DNACJEF I	Chefe	FCPE 101.2
Divisão Nacional de Juizados Especiais Federais II	DNACJEFII	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação de Gabinete	GABPRU-1R	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Assessoria de Gabinete	ASSGAB	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Gestão Estratégica	COREGEST	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Jurimetria	DIVJUR	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Gestão Administrativa	CORAD	Coordenador-Regional	DAS 101.3
Serviço de Protocolo	PROTOCOLO	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Logística	SERVLOG	Chefe	FCPE 101.1
Divisão de Gestão de Pessoas	DIVGEP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Nacional de Automação	CONAUTO	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Sistemas	DIVSIS	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Nacional de Infraestrutura e Assuntos Federativos	CONAINF	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação Nacional de Cálculos Trabalhistas	CONACTRAB	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Nacional de Cálculos de Serviço Público	CONACSP	Coordenador	DAS 101.3
Divisão Nacional de Cálculos de Serviço Público	DNACSP	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação Nacional de Cálculos de Servidor Militar	CONACSM	Coordenador	DAS 101.3
Serviço Nacional de Cálculos de Servidor Militar	SENACSM	Chefe	FCPE 101.1
Divisão Nacional de Cálculos de Servidor Militar	DNACSM	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação Nacional de Cálculos de Servidor Civil	CONACSE	Coordenador	DAS 101.3
Serviço Nacional de Cálculos de Servidor I	SNACSE I	Chefe	DAS 101.1
Serviço Nacional de Cálculos de Servidor II	SNACSE II	Chefe	FCPE 101.1
Serviço Nacional de Cálculos de Servidor III	SNACSE III	Chefe	FCPE 101.1
Divisão Nacional de Cálculos de Servidor I	DNACSE I	Chefe	FCPE 101.2
Divisão Nacional de Cálculos de Servidor II	DNACSE II	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral Jurídica	CGJ	Coordenador-Geral Jurídico	FCPE 101.4
Coordenação-Geral Jurídica Adjunta	CGJADJ	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação de Secretaria Judiciária	SEJUD	Coordenador-Regional	DAS 101.3
Divisão de Apoio à Secretaria Judiciária	APOIOSECRET	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Controle de Litispendência	DIVCONT	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Inteligência e Informações	DIVINF	Chefe	DAS 101.2
Coordenação Regional de Negociação	CRN	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação Regional de Defesa da Probidade	COREPRO	Coordenador Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação Regional de Servidores Civis	CORESE	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Coordenação-Regional Adjunta I	CORESEADJ I	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Coordenação-Regional Adjunta II	CORESEADJ II	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação Regional Trabalhista	CORETRAB	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação Regional de Juizado Especial Federal	COREJEF	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Coordenação-Regional Adjunta	COREJEFADJ	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação Regional de Serviço Público	CORESP	Coordenador Regional	FCPE 101.3
Divisão de Coordenação-Regional Adjunta I	CORESPADJ1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Coordenação-Regional Adjunta II	CORESPADJ2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Ações Estratégicas	CGAEST	Coordenador-Geral de Ações Estratégicas	FCPE 101.4
Divisão de Coordenação-Geral Adjunta	CGAESTADJ	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação Regional de Saúde Pública	CORESA	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação Regional de Militares	COREM	Coordenador Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação Regional de Recuperação de Ativos	CORAT	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Coordenação-Regional Adjunta	CORATADJ	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação Regional de Patrimônio e Meio Ambiente	COREPAM	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	FCPE 101.2
Procuradoria da União no Estado de Minas Gerais	PU-MG	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	DAS 101.2
Procuradoria-Seccional da União em Juiz de Fora/MG	PSU-JFA	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Serviço de Gestão Administrativa	SERVADM	Chefe	DAS 101.1
Procuradoria-Seccional da União em Uberaba /MG	PSU-UBA	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	FCPE 101.2
Procuradoria-Seccional da União em Uberlândia/MG	PSU-ULA	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	DAS 101.2
Procuradoria-Seccional da União em Varginha/MG	PSU-VGA	Procurador-seccional	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional em Montes Claros/MG	PSU-MCL	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria da União no Estado de Rondônia	PU-RO	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Serviço de Gestão Administrativa	SERVADM	Chefe	FCPE 101.1
Procuradoria da União no Estado de Roraima	PU-RR	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Procuradoria da União no Estado da Bahia	PU-BA	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	DAS 101.2
Procuradoria-Seccional da União em Ilhéus/BA	PSU-ILH	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Serviço de Gestão Administrativa	SERVADM	Chefe	DAS 101.1
Procuradoria da União no Estado do Acre	PU-AC	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Procuradoria da União no Estado do Amapá	PU-AP	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Serviço de Gestão Administrativa	SERVADM	Chefe	DAS 101.1
Procuradoria da União no Estado do Amazonas	PU-AM	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	DAS 101.2
Procuradoria da União no Estado de Goiás	PU-GO	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	FCPE 101.2
Procuradoria da União no Estado do Maranhão	PU-MA	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	DAS 101.2
Procuradoria da União no Estado do Mato Grosso	PU-MT	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	DAS 101.2
Procuradoria da União no Estado do Pará	PU-PA	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	DAS 101.2
Procuradoria-Seccional da União em Santarém/PA	PSU-SRM	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria da União no Estado do Piauí	PU-PI	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	FCPE 101.2
Procuradoria da União no Estado do Tocantins	PU-TO	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
PROCURADORIA REGIONAL DA UNIÃO DA 2ª REGIÃO	PRU2	Procurador Regional da União	DAS 101.5
---	---	Subprocurador Regional da União	FCPE 101.4
Divisão Regional de Cálculos e Perícias I	DIVCAP I	Chefe	DAS 101.2
Coordenação de Gabinete	GABPRU-2R	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Assessoria de Gabinete	ASSGAB	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Regional de Gestão Estratégica	COREGEST	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Serviço de Jurimetria	SERVJUR	Chefe	DAS 101.1
Divisão de Sistemas	DIVSIS	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Gestão Administrativa	CORAD	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Serviço de Protocolo e Logística	SERVPL	Chefe	DAS 101.1
Divisão de Gestão de Pessoas	DIVGEP	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Central de Apoio Digital	CEDIGI	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral Jurídica	CGJ	Coordenador-Geral Jurídico	FCPE 101.4

Divisão de Apoio Administrativo I	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral Jurídica Adjunta	CGJADJ	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação de Secretaria Judiciária	SEJUD	Coordenador-Regional	DAS 101.3
Serviço de Apoio à Atuação Proativa	SERVAP	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Apoio à Atuação Estratégica	SERVAE	Chefe	FCPE 101.1
Divisão de Apoio à Secretaria Judiciária	APOIOSECRET	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Apoio Administrativo II	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Central de Ofícios	CEOFI	Chefe	DAS 101.2
Coordenação Regional de Patrimônio e Meio Ambiente	COREPAM	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação Regional de Negociação	CRN	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação Regional de Defesa da Probidade	COREPRO	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação Regional de Recuperação de Ativos	CORAT	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação Regional de Serviço Público	CORESP	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação Regional de Servidores Civis e Militares	CORESM	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Coordenação-Adjunta	CORESMADJ	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação Regional Trabalhista	CORETRAB	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação Regional de Saúde Pública	CORESA	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação Regional de Juizado Especial Federal	COREJEF	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Campos dos Goytacazes/RJ	PSU-CPS	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Niterói/RJ	PSU-NRI	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Petrópolis/RJ	PSU-PTS	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Volta Redonda/RJ	PSU-VRD	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria da União no Estado do Espírito Santo	PU-ES	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	FCPE 101.2
PROCURADORIA REGIONAL DA UNIÃO DA 3ª REGIÃO	PRU3	Procurador Regional da União	DAS 101.5
---	---	Subprocurador Regional da União	FCPE 101.4
Serviço Regional de Cálculos e Perícias	SERVCAP	Chefe	DAS 101.1
Divisão Regional de Cálculos e Perícias I	DIVCAP I	Chefe	FCPE 101.2
Divisão Regional de Cálculos e Perícias II	DIVCAP II	Chefe	DAS 101.2
Coordenação de Gabinete	GABPRU-3R	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Assessoria de Gabinete	ASSGAB	Chefe	FCPE 101.2
Serviço de Assessoria de Gabinete	APOIOGAB	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Regional de Gestão Estratégica	COREGEST	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Serviço de Sistemas	SERVSIST	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Jurimetria	SERVJUR	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Regional de Gestão Administrativa	CORAD	Coordenador-Regional	DAS 101.3
Serviço de Logística	SERVLOG	Chefe	DAS 101.1
Divisão de Gestão de Pessoas	DIVGEP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral Jurídica	CGJ	Coordenador-Geral Jurídico	FCPE 101.4
Coordenação-Geral Jurídica Adjunta	CGJADJ	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Serviço de Monitoramento de Ações Relevantes	SERVMAR	Chefe	DAS 101.1
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação de Secretaria Judiciária	SEJUD	Coordenador-Regional	DAS 101.3
Divisão de Central de Apoio Digital	CEDIGI	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Central de Ofícios I	CEOFI I	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Central de Ofícios II	CEOFI II	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Central de Triagem I	TRIAGEM I	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Central de Triagem II	TRIAGEM II	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Central de Análise Documental	CEDOC	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Apoio Administrativo em Demandas Repetitivas	DIVAPDR	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Juizado Especial Federal	COREJEF	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação-Regional de Servidores Civis	CORESE	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação-Regional de Patrimônio e Meio Ambiente	COREPAM	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação-Regional de Defesa da Probidade	COREPRO	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação-Regional de Serviço Público	CORESP	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação-Regional Trabalhista	CORETRAB	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação-Regional de Negociação	CRN	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação-Regional de Saúde Pública	CORESA	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação-Regional de Militares	COREM	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Bauru/SP	PSU-BRU	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Campinas/SP	PSU-CAS	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Marília/SP	PSU-MIA	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Presidente Prudente/SP	PSU-PPE	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Ribeirão Preto/SP	PSU-RAO	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Santos/SP	PSU-STS	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em São José do Rio Preto/SP	PSU-SRR	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em São José dos Campos/SP	PSU-SJC	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria da União no Estado do Mato Grosso do Sul	PU-MS	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Serviço de Gestão Administrativa	SERVADM	Chefe	FCPE 101.1
PROCURADORIA REGIONAL DA UNIÃO DA 4ª REGIÃO	PRU4	Procurador Regional da União	DAS 101.5
---	---	Subprocurador Regional da União	FCPE 101.4
Divisão do Escritório de Representação em Caxias do Sul/RS	ER-CXS	Chefe	FCPE 101.2
Divisão do Escritório de Representação em Santo Ângelo/RS	ER-GEL	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação de Gabinete	GABPRU-4R	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Assessoria de Gabinete	ASSGAB	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Assessoria de Gabinete	APOIOGAB	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Regional de Gestão Administrativa	CORAD	Coordenador-Regional	DAS 101.3
Serviço de Protocolo e Logística	SERVLOG	Chefe	DAS 101.1
Divisão de Gestão de Pessoas	DIVGEP	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Regional de Gestão Estratégica	COREGEST	Coordenador-Regional	DAS 101.3
Divisão de Sistemas	DIVSIS	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral Jurídica	CGJ	Coordenador-Geral Jurídico	FCPE 101.4
Coordenação-Geral Jurídica Adjunta	CGJADJ	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação de Secretaria Judiciária	SEJUD	Coordenador-Regional	DAS 101.3
Divisão de Apoio à Secretaria Judiciária	DIVSEJUD	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Serviço Público	CORESP	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Coordenação-Regional Adjunta	CORESPADJ	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Apoio Administrativo	SERVAP	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Regional de Patrimônio e Meio Ambiente	COREPAM	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Negociação	CRN	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Servidores Civis	CORESE	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Coordenação-Regional Adjunta	CORESEADJ	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Apoio Administrativo	SERVAP	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Regional de Saúde Pública	CORESA	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Serviço de Cumprimento	SERVCUMP	Chefe	DAS 101.1
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Militares	COREM	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Recuperação de Ativos	CORAT	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Serviço de Apoio em Matéria Eleitoral	SERVEL	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Sucesso Calculado	SERVSUC	Chefe	DAS 101.1
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Defesa da Probidade	COREPRO	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Regional Trabalhista	CORETRAB	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Regional de Cálculos e Perícias	CORECAP	Coordenador-Regional	DAS 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Passo Fundo/RS	PSU-PAS	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Santa Maria/RS	PSU-SMA	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Pelotas/RS	PSU-PLT	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria da União no Estado de Santa Catarina	PU-SC	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	DAS 101.2
Procuradoria-Seccional da União em Blumenau/SC	PSU-BNU	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Chapecó /SC	PSU-CCO	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Criciúma /SC	PSU-CCM	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Joinville/SC	PSU-JVE	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3

Procuradoria da União no Estado do Paraná	PU-PR	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	DAS 101.2
Procuradoria-Seccional da União em Cascavel /PR	PSU-CAC	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Foz do Iguaçu/PR	PSU-FOZ	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Londrina /PR	PSU-LDA	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria-Seccional da União em Maringá/PR	PSU-MGA	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
PROCURADORIA REGIONAL DA UNIÃO DA 5ª REGIÃO	PRU5	Procurador Regional da União	DAS 101.5
---	---	Subprocurador Regional da União	FCPE 101.4
Coordenação de Gabinete	CHEFEGAB	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Assessoria de Gabinete	ASSGAB	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Gestão Estratégica	COREGEST	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Serviço de Jurimetria	SERVJUR	Chefe	FCPE 101.1
Divisão de Sistemas	DIVSIS	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Regional de Gestão Administrativa	CORAD	Coordenador-Regional	DAS 101.3
Serviço de Patrimônio e Logística	SERVLOG	Chefe	DAS 101.1
Divisão de Gestão de Pessoas	DIVGEP	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Regional de Apoio Administrativo	CORAP	Coordenador-Regional	DAS 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral Jurídica	CGJ	Coordenador-Geral Jurídico	FCPE 101.4
Coordenação-Geral Jurídica Adjunta	CGJADJ	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação de Secretaria Judiciária	SEJUD	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio à Secretaria Judiciária	DIVSEJUD	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Defesa da Probidade	COREPRO	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Regional de Recuperação de Ativos	CORAT	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Patrimônio e Meio Ambiente	COREPAM	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Militares	COREM	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Regional de Juizado Especial Federal	COREJEF	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Serviço de Coordenação-Regional Adjunta	COREJEFADJ	Chefe	FCPE 101.1
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Regional de Servidores Civis	CORESE	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Coordenação-Regional de Serviço Público	CORESP	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Coordenação-Regional Adjunta	CORESPADJ	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Regional de Negociação	CRN	Coordenador-Regional	FCPE 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	DIVAP	Chefe	FCPE 101.2
Procuradoria-Seccional da União em Petrolina/PE	PSU-PNZ	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Serviço de Gestão Administrativa	SERVADM	Chefe	FCPE 101.1
Procuradoria da União no Estado de Alagoas	PU-AL	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	DAS 101.2
Procuradoria da União no Estado de Sergipe	PU-SE	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	FCPE 101.2
Procuradoria da União no Estado da Paraíba	PU-PB	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	FCPE 101.2
Procuradoria-Seccional da União em Campina Grande/PB	PSU-CGE	Procurador Seccional da União	FCPE 101.3
Procuradoria da União no Estado do Ceará	PU-CE	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Procuradoria da União no Estado do Rio Grande do Norte	PU-RN	Procurador Chefe da União	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Administrativa	DIVADM	Chefe	FCPE 101.2
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	SGA	Secretário-Geral	DAS 101.6
Gabinete	GABSGA	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Estratégia, Governança e Inovação	CGEST	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DIRETORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	DGEP	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	COGEP	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Gestão de Movimentação e Registro Funcional	COMOF	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Gestão da Folha de Pagamento, Aposentadoria e Pensão	COAPE	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas	CGDP	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Capacitação, Projeto e Qualidade de Vida	COCAP	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Assuntos Normativos de Pessoal	CONOP	Coordenador	FCPE 101.3
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE	DPOF	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	CGOF	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Orçamento e Finanças	CORFI	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenador de Contabilidade e Custos	CONTA	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Planejamento Setorial	CGPS	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Monitoramento e Avaliação	CMA	Coordenador	FCPE 101.3
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DTI	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Planejamento e Governança	CPGOV	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Serviços de Tecnologia da Informação	CGCTI	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Suporte, Infraestrutura e Segurança	CSINS	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas	CODES	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Estratégia e Soluções	CGES	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Inteligência de Dados e Transformação Digital	CODAT	Coordenador	DAS 101.3
DIRETORIA DE LOGÍSTICA E GESTÃO DOCUMENTAL	DLOG	Diretor	FCPE 101.5
Coordenação-Geral de Logística	CGLOG	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Planejamento	COPLA	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Licitações e Contratos	COLIC	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Gestão Documental	CGDOC	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Protocolo e Arquivo	CPARQ	Coordenador	DAS 101.3
Superintendência de Administração no Distrito Federal	SAD/DF	Superintendente Regional	FCPE 101.4
Coordenação de Licitações e Contratos	COLIC	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Administração	COADM	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	CEOFI	Coordenador	FCPE 101.3
Superintendência de Administração no Rio de Janeiro	SAD/RJ	Superintendente Regional	FCPE 101.4
Coordenação de Licitações e Contratos	COLIC	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Administração	COADM	Coordenador	FCPE 101.3
Superintendência de Administração em São Paulo	SAD/SP	Superintendente Regional	FCPE 101.4
Coordenação de Licitações e Contratos	COLIC	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Administração	COADM	Coordenador	FCPE 101.3
Superintendência de Administração no Rio Grande do Sul	SAD/RS	Superintendente Regional	DAS 101.4
Coordenação de Licitações e Contratos	COLIC	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Administração	COADM	Coordenador	FCPE 101.3
Superintendência de Administração em Pernambuco	SAD/PE	Superintendente Regional	FCPE 101.4
Coordenação de Licitações e Contratos	COLIC	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Administração	COADM	Coordenador	FCPE 101.3
ESCOLA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO MINISTRO VICTOR NUNES LEAL	EAGU	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Ensino	CGEN	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Pós-Graduação	COPOG	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação Administrativa	COAD	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço de Apoio Acadêmico	SEAC	Chefe	DAS 101.1

ANEXO II

ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

UNIDADE	SIGLA	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/FCPE
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL	PGF	Procurador-Geral Federal	NE
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL	SUBPGF	Subprocurador-Geral Federal	DAS 101.5
GABINETE	GABPGF	Chefe de Gabinete	FCPE 101.4
---	---	Assistente	DAS 102.2
---	---	Assistente Técnico	DAS 102.1
---	---	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão de Apoio ao Gabinete	DAG	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Diárias e Passagens	DEP	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Assuntos Disciplinares	DAD	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Defesa das Prerrogativas	DDP	Chefe	FCPE 101.2
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos	CGCOB	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Ações Prioritárias 1	DAP-1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Ações Prioritárias 2	DAP-2	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Ações Prioritárias 3	DAP-3	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Dívida Ativa	DDA	Chefe	FCPE 101.2
Serviço de Uniformização e Solução de Controvérsias 1	SUSC-1	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Uniformização e Solução de Controvérsias 2	SUSC-2	Chefe	DAS 101.1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão	CGPG	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Serviço de Gestão de Procuradorias	SGP	Chefe	FCPE 101.1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente Técnico	FG-2
Coordenação-Geral de Pessoal	CGPES	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão de Pessoal	DP	Chefe	FCPE 101.2
Serviço de Assessoria Técnica	SAT	Chefe	FCPE 101.1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos	CGPAE	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Gestão Estratégica	DGE	Chefe	DAS 101.2
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
DEPARTAMENTO DE CONTENCIOSO	DEPCONT	Diretor	DAS 101.5
---	---	Assistente	DAS 102.2
Divisão de Gestão Judicial	DGJ	Chefe	FCPE 101.2
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
---	---	Assistente Técnico	FG-2
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA	DEPCONSU	Diretor	DAS 101.5
---	---	Assistente	FG-1
---	---	Assistente Técnico	FG-1
---	---	Assistente Técnico	FG-2
PROCURADORIA-REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO	PRF1	Procurador Regional Federal	DAS 101.5
Serviço de Apoio aos Órgãos de Execução-PRF1	SAOE-PRF1	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Gestão dos Órgãos de Execução	SGOE-PRF1	Chefe	FCPE 101.1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-1	SPOE-1	Chefe	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-2	SPOE-2	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado da Bahia	PF-BA	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-3	SSOE-3	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-4	SSOE-4	Chefe	FG-2
Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA	PSF-ILH	Chefe	FG-1
Procuradoria-Seccional Federal em Feira de Santana/BA	PSF-FDS	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Vitória da Conquista/BA	PSF-VCA	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado do Acre	PF-AC	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado do Amapá	PF-AP	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Procuradoria Federal no Estado do Amazonas	PF-AM	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado de Goiás	PF-GO	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-3	SSOE-3	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado do Maranhão	PF-MA	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso	PF-MT	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais	PF-MG	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Serviço de Apoio aos Órgãos de Execução	SAOE-MG	Chefe	DAS 101.1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-1	SPOE-1	Chefe	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-2	SPOE-2	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-3	SSOE-3	Chefe	FG-2
Escritório Avançado em Lavras/MG	ER-LAV	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Governador Valadares/MG	PSF-GVS	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Montes Claros/MG	PSF-MCL	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Escritório Avançado em Patos de Minas/MG	ER-PMS	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Uberaba/MG	PSF-URA	Procurador Seccional Federal	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2

Procuradoria-Seccional Federal em Varginha/MG	PSF-VGA	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Juiz de Fora/MG	PSF-JFA	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-3	SSOE-3	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Poços de Caldas/MG	PSF-PCS	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Uberlândia/MG	PSF-ULA	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Divinópolis/MG	PSF-DVL	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Escritório Avançado em Passos/MG	ER-PAS	Chefe	FG-2
Escritório Avançado em Barbacena/MG	ER-BAR	Chefe	FG-1
Procuradoria Federal no Estado do Pará	PF-PA	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Serviço de Apoio aos Órgãos de Execução	SAOE-PA	Chefe	DAS 101.1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-1	SPOE-1	Chefe	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-2	SPOE-2	Chefe	FG-1
Procuradoria Federal no Estado do Piauí	PF-PI	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-1	SPOE-1	Chefe	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-2	SPOE-2	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-3	SSOE-3	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado de Rondônia	PF-RO	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado de Roraima	PF-RR	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Procuradoria Federal no Estado do Tocantins	PF-TO	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
PROCURADORIA-REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	PRF2	Procurador Regional Federal	DAS 101.5
Serviço de Apoio aos Órgãos de Execução	SAOE-PRF2	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Gestão dos Órgãos de Execução	SGOE-PRF2	Chefe	FCPE 101.1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-1	SPOE-1	Chefe	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-2	SPOE-2	Chefe	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-3	SPOE-3	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-3	SSOE-3	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Campo dos Goytacazes/RJ	PSF-CPS	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Petrópolis/RJ	PSF-PTS	Procurador Seccional Federal	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Volta Redonda/RJ	PSF-VRE	Procurador Seccional Federal	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2

Procuradoria-Seccional Federal em Niterói/RJ	PSF-NRI	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo	PF-ES	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Serviço de Apoio aos Órgãos de Execução	SAOE-ES	Chefe	DAS 101.1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-1	SPOE-1	Chefe	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-2	SPOE-2	Chefe	FG-1
PROCURADORIA-REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	PRF3	Procurador Regional Federal	DAS 101.5
Serviço de Apoio aos Órgãos de Execução	SAOE-PRF3	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Gestão dos Órgãos de Execução	SGOE-PRF3	Chefe	FCPE 101.1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-1	SPOE-1	Chefe	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-2	SPOE-2	Chefe	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-3	SPOE-3	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-3	SSOE-3	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Araçatuba/SP	PSF-ATB	Procurador Seccional Federal	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Araraquara/SP	PSF-ARQ	Procurador Seccional Federal	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Bauru/SP	PSF-BRU	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Jundiaí/SP	PSF-JAI	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Marília/SP	PSF-MIA	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em São João da Boa Vista/SP	PSF-SJV	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em São José do Rio Preto/SP	PSF-SJP	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em São José dos Campos/SP	PSF-SJC	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Campinas/SP	PSF-CAS	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Taubaté/SP	PSF-TTE	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Sorocaba/SP	PSF-SOC	Procurador Seccional Federal	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-1
Procuradoria-Seccional Federal em Osasco/SP	PSF-OCO	Procurador Seccional Federal	FG-1
Procuradoria-Seccional Federal em Santos/SP	PSF-STS	Procurador Seccional Federal	FG-1
Procuradoria-Seccional Federal em Piracicaba/SP	PSF-PAA	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em São Bernardo do Campo/SP	PSF-SBC	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Guarulhos/SP	PSF-GRU	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Presidente Prudente/SP	PSF-PRP	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP	PSF-POR	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Botucatu/SP	PSF-BTU	Procurador Seccional Federal	FG-1

Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul	PF-MS	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Dourado/MS	PSF-DOU	Procurador Seccional Federal	FG-1
PROCURADORIA-REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO	PRF4	Procurador Regional Federal	DAS 101.5
Serviço de Apoio aos Órgãos de Execução	SAOE-PRF4	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Gestão dos Órgãos de Execução	SGOE-PRF4	Chefe	FCPE 101.1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-1	SPOE-1	Chefe	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-2	SPOE-2	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-3	SSOE-3	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-4	SSOE-4	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Santo Ângelo/RS	PSF-GEL	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Pelotas/RS	PSF-PLT	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Uruguaiana/RS	PSF-UGN	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Caxias do Sul/RS	PSF-CXS	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Passo Fundo/RS	PSF-PFO	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Santa Maria/RS	PSF-SMA	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Novo Hamburgo/RS	PSF-NVH	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado do Paraná	PF-PR	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Serviço de Apoio aos Órgãos de Execução	SAOE-PR	Chefe	DAS 101.1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-1	SPOE-1	Chefe	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-2	SPOE-2	Chefe	FG-1
Procuradoria Seccional Federal em Guarapuava/PR	PSF-GUA	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Londrina/PR	PSF-LDA	Procurador Seccional Federal	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Cascavel/PR	PSF-CAC	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Ponta Grossa/PR	PSF-PGO	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Maringá/PR	PSF-MGA	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina	PF-SC	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Joinville/SC	PSF-JVE	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Chapecó/SC	PSF-CCO	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-3	SSOE-3	Chefe	FG-2
Escritório Avançado em Tubarão/SC	ER-TRO	Chefe	FG-2
PROCURADORIA-REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO	PRF5	Procurador Regional Federal	DAS 101.5
Serviço de Apoio aos Órgãos de Execução	SAOE-PRF5	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Gestão dos Órgãos de Execução	SGOE-PRF5	Chefe	FCPE 101.1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-1	SPOE-1	Chefe	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-2	SPOE-2	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal no Vale do São Francisco/PE	PSF-VSF	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Caruaru/PE	PSF-CRU	Procurador Seccional Federal	FG-2
Procuradoria Federal no Estado de Alagoas	PF-AL	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado do Ceará	PF-CE	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Serviço de Apoio aos Órgãos de Execução	SAOE-CE	Chefe	DAS 101.1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-1	SPOE-1	Chefe	FG-1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução-2	SPOE-2	Chefe	FG-1
Procuradoria-Seccional Federal em Juazeiro do Norte/CE	PSF-JND	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Sobral/CE	PSF-SOB	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado da Paraíba	PF-PB	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
	SSOE-2	Chefe	FG-2
Procuradoria-Seccional Federal em Campina Grande/PB	PSF-CGE	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte	PF-RN	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Procuradoria-Seccional Federal em Mossoró/RN	PSF-MRO	Procurador Seccional Federal	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução	SSOE	Chefe	FG-2
Procuradoria Federal no Estado de Sergipe	PF-SE	Procurador Chefe no Estado	FCPE 101.4
Serviço de Apoio aos Órgãos de Execução	SAOE-BA	Chefe	DAS 101.1
Seção de Planejamento dos Órgãos de Execução	SPOE	Chefe	FG-1
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-1	SSOE-1	Chefe	FG-2
Setor de Suporte aos Órgãos de Execução-2	SSOE-2	Chefe	FG-2

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA GSI/PR Nº 3, DE 28 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre os processos relacionados à gestão de segurança da informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10, incisos IV e V, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no art. 12 do Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, e no Decreto nº 9.668, de 2 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar os processos relacionados à gestão de segurança da informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A presente Instrução Normativa trata dos processos relacionados à gestão de segurança da informação que devem ser observados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal no planejamento e na implementação de suas ações referentes à segurança da informação.

§ 1º Os conceitos relacionados à temática dessa Instrução Normativa poderão ser consultados no glossário de segurança da informação, aprovado e atualizado por portaria do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

§ 2º A gestão de segurança da informação deve ser mantida e implementada de forma contínua, buscando manter o alinhamento com a evolução da tecnologia e de seus riscos, identificando os fatores internos e externos que podem impactar no alcance dos objetivos do órgão ou da entidade.

§ 3º Os processos relacionados à gestão de segurança da informação devem estar alinhados com os controles internos de gestão do órgão ou da entidade.

Art. 3º A gestão de segurança da informação será constituída pelos seguintes processos de realização obrigatória pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal:

I - mapeamento de ativos de informação;

II - gestão de riscos de segurança da informação;

III - gestão de continuidade de negócios em segurança da informação;

IV - gestão de mudanças nos aspectos de segurança da informação; e

V - avaliação de conformidade de segurança da informação.

CAPÍTULO II
MAPEAMENTO DE ATIVOS DE INFORMAÇÃO

Art. 4º O processo de mapeamento de ativos de informação tem o objetivo de estruturar e manter um registro de ativos de informação, destinado a subsidiar os processos de gestão de riscos, de gestão de continuidade e de gestão de mudanças nos aspectos relativos à segurança da informação.

Art. 5º O processo de mapeamento de ativos de informação deve considerar, preliminarmente:

I - os objetivos estratégicos da organização;

II - os processos internos da organização;

III - os requisitos legais; e

IV - a estrutura do órgão ou da entidade.

Art. 6º O registro de ativos de informação resultante do processo de mapeamento de ativos de informação deverá conter:

I - os responsáveis - proprietários e custodiantes - de cada ativo de informação;

II - as informações básicas sobre os requisitos de segurança da informação de cada ativo de informação;

III - os contêineres de cada ativo de informação; e

IV - as interfaces de cada ativo de informação e as interdependências entre eles.

Art. 7º O registro de ativos de informação deverá ser homologado por meio de ato do titular do órgão ou da entidade.

Art. 8º Cabe ao gestor de segurança da informação de cada órgão ou entidade coordenar o processo de mapeamento de ativos de informação, bem como designar um agente responsável pela gestão dos ativos de informação, dentre os servidores efetivos do órgão ou da entidade.

Art. 9º Cabe ao agente responsável pela gestão dos ativos de informação:

I - identificar e classificar os ativos de informação por nível de criticidade;

II - identificar potenciais ameaças aos ativos de informação;

III - identificar vulnerabilidades dos ativos de informação;

IV - consolidar informações resultantes da análise do nível de segurança da informação de cada ativo de informação ou de grupos de ativos de informação em um relatório;

V - autorizar a atualização do relatório mencionado no inciso IV do **caput**; e

VI - avaliar os riscos dos ativos de informação ou do grupo de ativos de informação.

CAPÍTULO III
GESTÃO DE RISCOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Art. 10. O processo de gestão de riscos de segurança da informação tem por objetivo direcionar e controlar o risco de segurança da informação, a fim de adequá-lo aos níveis aceitáveis para o órgão ou entidade.

Art. 11. O processo de gestão de riscos de segurança da informação deve estar alinhado com o modelo de gestão de riscos institucional, compatível com a missão e os objetivos estratégicos do órgão ou entidade, além de considerar, preliminarmente:

I - os processos internos institucionais;

II - os requisitos legais;

III - a política de segurança da informação do órgão ou da entidade;

IV - a política de gestão de riscos institucional, caso exista; e

V - a estrutura do órgão ou da entidade.

Art. 12. O processo de gestão de riscos de segurança da informação deverá fornecer à organização os seguintes documentos:

I - plano de gestão de riscos de segurança da informação;

II - relatório de identificação, análise e avaliação dos riscos de segurança da informação; e

III - relatório de tratamento de riscos de segurança da informação.

Art. 13. O plano de gestão de riscos de segurança da informação deverá conter, no mínimo:

I - a abrangência da aplicação da gestão de riscos, delimitando seu âmbito de atuação e os ativos de informação que serão objeto de tratamento;

II - a metodologia a ser utilizada que deverá contemplar, no mínimo, critérios de avaliação e de aceitação de riscos;

III - os tipos de riscos;

IV - o nível de severidade dos riscos;

V - um modelo do relatório de identificação, análise e avaliação dos riscos de segurança da informação com as orientações necessárias para sua elaboração; e

VI - um modelo do relatório de tratamento de riscos de segurança da informação com as orientações necessárias para sua elaboração.

§ 1º O plano de gestão de riscos da segurança da informação deve ser regularmente revisado, a fim de manter atualizados os riscos relativos aos ativos de informação.

§ 2º O processo de implementação do plano de gestão de riscos de segurança da informação deverá considerar, dentre outros aspectos, as recomendações de mudanças em relação aos critérios de aceitação de riscos, a abrangência da atuação do plano, as ações de segurança da informação e as atividades de tratamento de riscos previstas.

Art. 14. O relatório de identificação, análise e avaliação dos riscos de segurança da informação deverá ser elaborado com base no modelo estabelecido pelo plano de gestão de riscos de segurança da informação e deverá conter, no mínimo:

I - os riscos associados a cada ativo de informação, considerando as ameaças envolvidas, as vulnerabilidades existentes e as ações de segurança das informações já implementadas;

II - o grau de severidade dos riscos identificados, considerando os valores ou os níveis de probabilidade de ocorrência do risco e as consequências da ocorrência do risco (perda da integridade, disponibilidade, confiabilidade ou autenticidade nos ativos envolvidos);

III - os eventos de segurança da informação ocorridos, com a descrição das ações de segurança, e de eventuais consequências do evento para o órgão ou a entidade;

IV - as alterações nos fatores de risco; e

V - as mudanças em relação a critérios de avaliação e análise.

§ 1º O relatório de identificação, análise e avaliação dos riscos de segurança da informação deverá ser atualizado anualmente e sempre que houver alteração em algum dos fatores de risco ou em algum contexto interno ou externo, devendo ser posteriormente enviado ao gestor de segurança da informação para aprovação.

§ 2º Entende-se como contextos interno e externo o conjunto de eventos que possam influenciar a capacidade da organização de atingir seus objetivos estratégicos.

Art. 15. O relatório de tratamento de riscos de segurança da informação deve ser resultante do relatório de identificação, análise e avaliação dos riscos de segurança da informação.

§ 1º O relatório de tratamento de riscos de segurança da informação deve considerar as possibilidades de tratamento para cada risco identificado.

§ 2º Para cada possibilidade de tratamento detectada em função do risco identificado, devem ser observados, no que couber:

I - a eficácia das ações de segurança da informação;

II - as restrições técnicas;

III - as restrições físicas estruturais;

IV - as restrições operacionais;

V - as restrições organizacionais;

VI - os requisitos legais; e

VII - a relação custo-benefício.

§ 3º O relatório de tratamento de riscos de segurança da informação deverá ser elaborado com base no modelo estabelecido pelo plano de gestão de riscos de segurança da informação e deverá conter, no mínimo:

I - a definição e a priorização das ações de segurança e as atividades de tratamento de riscos que deverão ser realizadas;

II - os responsáveis pela execução e pelo acompanhamento das ações de segurança e atividades de tratamento de riscos;

III - os prazos de execução das ações de segurança e das atividades de tratamento de riscos; e

IV - as opções de tratamentos de riscos priorizados.

Art. 16. Cabe ao gestor de segurança da informação de cada órgão ou entidade:

I - coordenar a gestão de riscos de segurança da informação;

II - designar o agente responsável pela gestão de riscos de segurança da informação, dentre os servidores efetivos do órgão;

III - aprovar o plano de gestão de riscos de segurança da informação;

IV - aprovar o relatório de identificação, análise e avaliação dos riscos de segurança da informação e encaminhá-lo à alta administração;

V - aprovar o relatório de tratamento de riscos de segurança da informação; e

VI - propor medidas preventivas à alta administração.

Art. 17. Cabe ao agente responsável pela gestão de riscos de segurança da informação elaborar:

I - o plano de gestão de riscos de segurança da informação;

II - o relatório de identificação, análise e avaliação dos riscos de segurança da informação; e

III - o relatório de tratamento de riscos de segurança da informação.

CAPÍTULO IV
GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Art. 18. A implementação do processo de gestão de continuidade de negócios em segurança da informação tem o objetivo de minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades do órgão ou da entidade nessa área, além de recuperar perdas de ativos de informação em nível aceitável, por intermédio de ações de resposta a incidentes e recuperação de desastres.

Art. 19. O processo de gestão de continuidade de negócios em segurança da informação deve ser baseado nas estratégias de continuidade para as atividades críticas, na avaliação dos riscos levantados no processo de gestão de riscos e em diretrizes institucionais sobre gestão de continuidade de negócio.

Art. 20. As diretrizes institucionais sobre o assunto devem ser formalizadas pelo órgão ou pela entidade, contemplando, no mínimo, os seguintes aspectos:

I - consonância com a missão do órgão ou da entidade, considerando sua estrutura, natureza do negócio e sua complexidade, a fim de que a política reflita a cultura e o ambiente institucional;

II - compromissos claros com relação às obrigações legais e regulamentares e à melhoria contínua do processo de gestão de continuidade de negócios em segurança da informação;

III - definição da abrangência e dos limites do processo de gestão de continuidade de negócios em segurança da informação;

IV - identificação de quaisquer autoridades do órgão ou da entidade e delegações necessárias, incluindo os responsáveis por continuidade de negócios na instituição;

V - critérios para o tipo e a escala dos incidentes a serem tratados;

VI - referências às normas, aos regulamentos ou às políticas que convém que o processo considere ou cumpra; e

VII - compromisso de realizar e manter a continuidade do negócio da instituição.

Art. 21. O processo de gestão de continuidade de negócios em segurança da informação deve ser composto por um plano de continuidade de negócios em segurança da informação, o qual observará o disposto no relatório de identificação, análise e avaliação de riscos de segurança da informação e a prioridade de recuperação dos processos de negócio.

Art. 22. O plano de continuidade de negócios em segurança da informação tem por objetivo definir como serão realizadas a gestão dos incidentes em caso de desastres ou de outras interrupções das operações de negócios e a maneira como deverão ser recuperadas as atividades nos prazos estabelecidos.

Art. 23. O plano de continuidade de negócios em segurança da informação deverá conter, no mínimo:

I - o objetivo;

II - as atividades críticas de negócio a serem contempladas no plano;

III - os requisitos para ativação do plano, em especial, o tempo máximo aceitável de permanência da falha;

IV - o(s) responsável(is) pela ativação do plano, com seus respectivos dados de contato;

V - o(s) responsável(is) por aplicar as medidas de contingência definidas, tendo cada servidor responsabilidades formalmente definidas e nominalmente atribuídas, incluindo seus respectivos dados de contato; e

VI - a definição:

a) das ações necessárias para operacionalização das medidas cuja implementação dependa da aquisição de recursos físicos e/ou humanos;

b) dos limites de decisão para os responsáveis pela aplicação das medidas de contingência perante situações inesperadas;

c) dos parâmetros para encerramento do plano e para a volta à normalidade;

d) dos responsáveis por essas ações, incluindo seus dados de contato;

e) da forma de monitoramento desse processo; e

f) de um roteiro de simulação de teste de funcionamento e da forma de sua aplicação.

Parágrafo único. O plano de continuidade de negócios deverá ser testado regularmente, com intuito de que seus resultados sejam documentados e possam garantir a sua efetividade em caso de necessidade de ativação.

Art. 24. A revisão do plano de continuidade de negócios deverá ser realizada:

I - uma vez ao ano, no mínimo;

II - em função dos resultados dos testes de funcionamento realizados, uma vez comprovada a perda da validade e eficácia das medidas adotadas diante de novas situações; ou

III - após mudança significativa nos ativos de informação, nas atividades ou em algum de seus componentes.

Art. 25. O gestor de segurança da informação coordenará o processo de gestão de continuidade de negócios em segurança da informação nos seus respectivos órgãos ou entidades, bem como designará um agente responsável pela referida gestão, dentre os servidores efetivos do órgão.

Art. 26. Cabem aos responsáveis pelo processo ou aos titulares das unidades em que forem identificadas atividades críticas as seguintes atribuições:

I - propor as diretrizes a serem contempladas no plano de continuidade de negócios em segurança da informação;

II - elaborar o plano de continuidade de negócios em segurança da informação;

III - realizar os testes de funcionamento desse plano;

IV - avaliar e aprimorar este plano a partir dos resultados dos testes de funcionamento;

V - gerenciar a contingência quando ocorrer a interrupção de atividades, com base nesse plano desenvolvido; e

VI - propor os recursos necessários para a implementação e o desenvolvimento das ações relacionadas à continuidade das atividades, bem como para a realização dos testes de funcionamento deste plano.

Art. 27. Cabe ao agente responsável pela gestão de continuidade de negócios em segurança da informação:

I - assessorar os responsáveis pelo processo ou os titulares das unidades em que forem identificadas atividades críticas nas atribuições descritas no art. 26;

II - avaliar o plano de continuidade de negócios em segurança da informação e propor mudanças, quando aplicável;

III - supervisionar a implementação, os testes de funcionamento e a atualização desse plano;

IV - propor melhorias na implementação de novos controles relativos ao plano de continuidade de negócios em segurança da informação;

V - participar da elaboração da análise de impacto nos negócios; e

VI - propor medidas visando ao desenvolvimento da cultura de gestão de continuidade de negócios em segurança da informação.

CAPÍTULO V
GESTÃO DE MUDANÇAS NOS ASPECTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Art. 28. A implementação do processo de gestão de mudanças nos aspectos de segurança da informação tem por objetivo preparar e adaptar os órgãos e as entidades da administração pública federal para as mudanças decorrentes da evolução de processos e de tecnologias da informação, visando à obtenção de mudanças eficazes e eficientes e à mitigação de eventuais resistências.

§ 1º O processo de gestão de mudanças nos aspectos de segurança da informação deve ser respaldado pelas informações levantadas no relatório de identificação, análise e avaliação de riscos de segurança da informação e no relatório de tratamento de riscos de segurança da informação.

§ 2º O processo mencionado no **caput**, além de promover o controle das mudanças planejadas, deve considerar a análise crítica das consequências de mudanças não previstas, atuando em ações para amenizar os efeitos adversos.

Art. 29. Para efeito desta Instrução Normativa, a mudança será classificada como:

I - emergencial: mudança não prevista de alto impacto e que ocorre, geralmente, em função de:

a) incidente grave ou modificação nos fatores de risco com alto impacto para os processos da organização;

b) alteração normativa de aplicação imediata;

c) necessidade de modificação significativa imediata nos ativos de informação; e

d) outros eventos similares;

II - rotineira: mudança em que a equipe técnica já possui elevado grau de conhecimento e discernimento necessário para realizar a atividade e que ocorre, geralmente, em função de:

a) atualização da infraestrutura de tecnologia da informação;

b) serviços de tecnologia da informação com periodicidade habitual que impliquem mudanças de um ou mais aspectos de segurança; e

c) outros eventos similares;

III - proativa: mudança em que se busca trazer maior eficiência para a organização e que ocorre geralmente em função de:

a) ampliação do parque computacional;

b) obsolescência prevista de equipamentos e processos;

c) necessidade de adoção de novas tecnologias; e

d) outros eventos similares.

Art. 30. O processo de gestão de mudanças de segurança da informação deve ser constituído, no mínimo, pelos seguintes instrumentos:

I - documento de descrição de mudança; e

II - documento de avaliação e aprovação de mudança.

Art. 31. O documento de descrição de mudança tem o objetivo de identificar o tipo de alteração pretendida, de forma a adequar a organização às transformações nos contextos interno e externo.

Parágrafo único. Os titulares das unidades demandantes da mudança são responsáveis pela elaboração e aprovação do documento mencionado no **caput**, o qual deverá ser remetido ao agente responsável pela gestão de mudanças nos aspectos de segurança da informação.

Art. 32. O documento de descrição de mudança deverá conter, no mínimo:

I - agente demandante;

II - unidade de origem;

III - descrição da mudança;

IV - tipo de mudança;

V - objetivo(s) da mudança com os fatores que levaram a esta necessidade; e

VI - benefícios esperados.

Art. 33. O documento de avaliação e aprovação de mudança tem o objetivo de:

I - analisar as mudanças demandadas;

II - recomendar quais mudanças devem ser aprovadas; e

III - sugerir as alternativas para a implementação das mudanças.

Art. 34. O documento de avaliação e aprovação de mudança deverá conter, no mínimo:

I - alternativas para implementação da mudança, com a descrição básica dos procedimentos necessários para sua execução;

II - recomendações, em ordem de prioridade, das alternativas a serem adotadas;

III - relação entre a mudança pretendida e outras alterações que, eventualmente, possam ocorrer simultaneamente;

IV - análise de risco dos ativos de informação que serão afetados pela mudança;

V - avaliação do impacto do adiamento da realização da mudança;

VI - definição da alternativa a ser implementada ou indeferimento da mudança proposta pela alta administração do órgão ou da entidade; e

VII - análise crítica das consequências de mudanças não previstas e de ações propostas para mitigação das eventuais consequências negativas.

Art. 35. Cabe ao gestor de segurança da informação, com relação ao processo de gestão de mudanças nos aspectos de segurança da informação:

I - coordenar a gestão de mudanças;

II - designar o agente responsável pela gestão de mudança, dentre os servidores efetivos do órgão;

III - analisar e encaminhar o documento de avaliação e aprovação de mudança para apreciação da alta administração do órgão, à qual cabe a decisão de aprovar ou indeferir a mudança; e

IV - proporcionar a interação constante entre as equipes de gestão de mudanças em aspectos de segurança da informação, de gestão de riscos de segurança da informação e de gestão de continuidade de negócios em segurança da informação.

Art. 36. Cabe ao agente responsável pela gestão de mudança nos aspectos de segurança da informação:

I - recomendar à alta administração a instituição de um grupo técnico de mudança, composto por servidores das áreas afetadas e da área de segurança da informação para a elaboração do documento de avaliação e aprovação de mudança;

II - elaborar, juntamente com o grupo técnico de mudança, o documento de avaliação e aprovação de mudança e submetê-lo à análise do gestor de segurança da informação;

III - acompanhar, juntamente com o grupo técnico de mudança, os testes da mudança aprovada pelo documento de avaliação e aprovação de mudança;

IV - acompanhar, juntamente com o grupo técnico de mudança, a implementação da solução aprovada no documento de avaliação e aprovação de mudança;

V - assegurar, juntamente com o grupo técnico de mudança, registro de auditoria contendo todas as informações relevantes relacionadas com a mudança; e

VI - informar ao gestor de segurança da informação sobre o andamento e a conclusão do processo.

CAPÍTULO VI
AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE NOS ASPECTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Art. 37. A avaliação de conformidade nos aspectos de segurança da informação consiste em proporcionar adequado grau de confiança a um determinado processo, mediante o atendimento de requisitos definidos em políticas, procedimentos, normas ou em regulamentos técnicos aplicáveis.

Art. 38. O processo de avaliação de conformidade nos aspectos de segurança da informação deve ser composto, no mínimo, pelos seguintes documentos:

I - plano de verificação de conformidade; e

II - relatório de avaliação de conformidade.

Art. 39. O plano de verificação de conformidade deverá conter, no mínimo:

I - as unidades a serem abrangidas;

II - os aspectos a serem observados para verificação da conformidade;

III - as ações e atividades a serem realizadas;

IV - os documentos necessários para fundamentar a verificação de conformidade; e

V - as responsabilidades.

Art. 40. O relatório de avaliação de conformidade deverá conter, no mínimo:

I - o detalhamento das ações e das atividades realizadas com a identificação do responsável pela análise;

II - o parecer de conformidade; e

III - as recomendações.

§ 1º As não conformidades identificadas no relatório de avaliação devem ser tratadas em procedimento que propicie o acompanhamento das soluções adotadas e que seja definido pelo órgão ou pela entidade.

§ 2º O processo citado no § 1º pode ser parte integrante da gestão de riscos de segurança da informação citada no Capítulo III desta Instrução Normativa, caso as não conformidades identificadas sejam consideradas como um risco para a instituição.

Art. 41. Cabe à alta administração do órgão ou da entidade:

I - apreciar e aprovar o relatório de avaliação de conformidade e encaminhá-lo ao gestor de segurança da informação; e

II - promover ações de capacitação para os agentes responsáveis pela avaliação de conformidade, visando ao aperfeiçoamento de seus conhecimentos sobre a legislação vigente relativa à segurança da informação.

Art. 42. Cabe ao gestor de segurança da informação, com relação à avaliação de conformidade nos aspectos de segurança da informação:

I - coordenar a avaliação de conformidade nos aspectos relativos à segurança da informação;

II - designar, dentre os servidores efetivos do órgão, um ou mais agentes responsáveis pela avaliação de conformidade, de acordo com os aspectos relativos à segurança da informação, não podendo ser nenhum dos membros da equipe de gestão de segurança da informação do órgão ou da entidade;

III - fornecer, ao(s) agente(s) responsável(is) pela avaliação de conformidade, todas as informações necessárias ao processo de gestão de conformidade nos aspectos de segurança da informação;

IV - analisar o relatório de avaliação de conformidade e encaminhá-lo para apreciação e aprovação da alta administração; e

V - adotar as medidas necessárias para atender às recomendações do relatório de avaliação de conformidade aprovado pela alta administração.

Art. 43. Cabe ao(s) agente(s) responsável(is) pela avaliação de conformidade:

I - elaborar o plano de verificação de conformidade;

II - elaborar o relatório de avaliação de conformidade e remetê-lo à alta administração do órgão; e

III - verificar a adequação dos procedimentos de segurança da informação de acordo com as recomendações descritas no relatório de avaliação de conformidade.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44. Os processos mencionados nesta Instrução Normativa devem estar em conformidade com a Instrução Normativa nº 01, de 27 de maio de 2020, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 45. Os órgãos e as entidades da administração pública federal devem adotar os processos descritos na presente Instrução Normativa, bem como contemplar em seu planejamento estratégico institucional a gestão de segurança da informação.

Parágrafo único. Para o cumprimento do previsto no **caput**, os órgãos e as entidades da administração pública federal devem definir seus próprios planos de ação, com atividades, prazos e responsáveis pela implementação dos processos de gestão de segurança da informação, conforme descrito nesta Instrução Normativa.

Art. 46. Cabe aos órgãos e às entidades da administração pública federal:

I - designar, pelo menos, um substituto nos cargos previstos nesta Instrução Normativa, para que possam atuar em caso de impedimentos ou de ausência do titular; e

II - destinar recursos orçamentários para executar as ações de Segurança da Informação previstas nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47. Ficam revogados os seguintes atos normativos do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, conforme estabelece o art. 7º, inciso I, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019:

I - Portaria nº 62, de 19 de novembro de 2009;

II - Portaria nº 7, de 7 de fevereiro de 2012;

III - Portaria nº 9, de 7 de fevereiro de 2012;

IV - Portaria nº 10, de 7 de fevereiro de 2012; e

V - Portaria nº 2, de 15 de fevereiro de 2013.

Art. 48. Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 1º de julho de 2021.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA

PORTARIA GSI-PR Nº 88, DE 28 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre o Regime Especial de Execução, referente a concessão e aplicação de suprimentos de fundos para atender a peculiaridades do Gabinete de Segurança Institucional.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e tendo em vista o disposto nos art. 68 e art. 69 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no § 3º do art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no art. 45, inciso II, e no art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, e no art. 10 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º O Regime Especial de Execução, referente a concessão e aplicação de suprimentos de fundos para atender a peculiaridades do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, aplica-se às despesas relacionadas com:

I - atividades de segurança presidencial;

II - atividades de inteligência, conforme regulamento específico; e

III - atividades de segurança orgânica.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, entende-se como:

I - atividades de segurança presidencial: aquelas desenvolvidas pela Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em conformidade com o disposto no art. 10 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no Decreto nº 9.668, de 2 de janeiro de 2019, e no Decreto nº 4.332, de 12 de agosto de 2002, incluindo as medidas implementadas pelos Coordenadores de Segurança de Área;

II - atividades de inteligência: aquelas desenvolvidas pela Agência Brasileira de Inteligência, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e no Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002; e

III - atividades de segurança orgânica: aquelas desenvolvidas com a finalidade de assegurar a proteção do conhecimento nos campos de pessoal, documentação, material, comunicações, informática, áreas e instalações.

Art. 3º A concessão de suprimento de fundos será sempre precedida do empenho na dotação própria das despesas a serem realizadas e só deverá ocorrer quando não for possível a utilização da sistemática normal de aquisição de materiais ou contratação de serviços.

Art. 4º Os suprimentos de fundos de que trata esta Portaria somente serão concedidos a agente público que detenha conhecimentos sobre a legislação que rege as aquisições de materiais e a contratação de serviços, assim como sobre as peculiaridades do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Parágrafo único. É vedado ao agente suprido dar outra destinação aos recursos que não seja a finalidade para a qual foi concedido o suprimento de fundos.

Art. 5º Os recursos correspondentes aos suprimentos de fundos concedidos serão movimentados por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, emitido em nome da unidade gestora e operacionalizado por instituição financeira autorizada, utilizado exclusivamente pelo portador nele identificado.

Art. 6º O limite de concessão para os suprimentos de fundos destinado às despesas relacionadas com as peculiaridades do Gabinete de Segurança Institucional, como órgão integrante da Presidência da República, poderá ser concedido em valores superiores aos fixados em ato do Ministro de Estado da Economia.

Art. 7º As informações relativas às despesas realizadas por meio de suprimentos de fundos, destinadas a atender as peculiaridades do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República poderão ser classificadas em grau, nos termos do art. 23, incisos VII e VIII, e no §2º do art. 24 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011,.

§ 1º No caso das despesas da Agência Brasileira de Inteligência realizadas por meio de suprimentos de fundos, deve-se observar, ainda, o disposto nos art. 9º e art. 9º-A da Lei nº 9.883, de 1999.

§ 2º A classificação de que trata o **caput** deverá ocorrer no momento da concessão do suprimento de fundos, com base na fundamentação apresentada no pedido de concessão.

§ 3º A competência para classificar as informações referidas no **caput** deve ser realizada conforme o que estabelece o art. 30 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

§ 4º O acesso, a divulgação e o tratamento das informações de que trata o **caput** obedecerão ao disposto no art. 18 do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.

§ 5º A expedição, a tramitação, o registro e a guarda dos processos de prestação de contas relativos a suprimento de fundos obedecerão ao disposto na legislação em vigor.

Art. 8º Os dirigentes dos órgãos do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República responsáveis pela gestão de suprimento de fundos elaborarão normas internas para o regime especial de execução, quando necessário, submetendo-as à aprovação do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 37 - GSIPR, de 4 de junho de 2012.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL

SECRETARIA EXECUTIVA

ATOS DE 28 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN)**, no uso da atribuição que lhe foi conferida por meio do art. 18 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; da Resolução CDN nº 1, de 12 de maio de 1999 (DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999); e com base no disposto, especialmente, no art. 91, §1º, da Constituição de 1988; na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979; e no Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, resolve:

Nº 58 - Dar assentimento prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para proceder à alienação de terra pública, por meio da Concessão de Direito Real de Uso, da área de 24.350,6421ha do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Porto Dias, localizado no município de Acrelândia, na faixa de fronteira do estado do Acre, registrado em nome do INCRA, sob a matrícula nº AV-2-112, do Ofício Único da Comarca de Acrelândia/AC; de acordo com a conclusão dos Processos INCRA nº 54000.077918/2020-28 e PR nº 00001.002675/2021-16, o Parecer Técnico nº 21583/2020/SR(14)AC-D/SR(14)AC/INCRA, de 22 de dezembro de 2020, o Parecer Jurídico nº 00002/2021/PFE/SR14/PFE-INCRA-AC/PGF/AGU, de 28 de janeiro de 2021, o Ofício nº 17328/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 29 de março de 2021, e a Nota-AP nº 111/2021-RF.

Nº 59 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Aviação Agrícola Manain, localizado no município de Boa Vista, na faixa de fronteira do estado de Roraima, de interesse de Carlos Alberto Morin, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.026324/2020-75, o Parecer nº 36/2021/SIA/CADASTRO/GTPI/GCOP/SIA, de 25 de março de 2021, a conclusão do Ofício nº 493/2021/SIA/CADASTRO/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 29 de março de 2021, recebido em 5 de abril de 2021, e a Nota - AP nº 112/2021-RF.

Nº 60 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Fazenda Caruan, localizado no município de Salto do Céu, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de interesse de Dorothy Quagliato Cezar, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.026356/2020-71, o Parecer nº 40/2021/SIA/CADASTRO/GTPI/GCOP/SIA, de 26 de março de 2021, a conclusão do Ofício nº 517/2021/SIA/CADASTRO/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 29 de março de 2021, recebido em 5 de abril de 2021, e a Nota - AP nº 113/2021-RF.

Nº 61 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Noma, localizado no município de São Francisco do Guaporé, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, de interesse de João Noma, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.041557/2020-06, o Parecer nº 52/2021/SIA/CADASTRO/GTPI/GCOP/SIA, de 10 de abril de 2021, a conclusão do Ofício nº 612/2021/SIA/CADASTRO/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 12 de abril de 2021, e a Nota - AP nº 114/2021-RF.

Nº 62 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Mãe Nina, localizado no município de Itaquiraí, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse de Geovani do Col Teixeira, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.009079/2020-31, o Parecer nº 49/2021/SIA/CADASTRO/GTPI/GCOP/SIA, de 7 de abril de 2021, a conclusão do Ofício nº 583/2021/SIA/CADASTRO/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 8 de abril de 2021, e a Nota - AP nº 115/2021-RF.

Nº 63 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Fazenda Serra Dourada, localizado no município de Nova Lacerda, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de interesse de Karina Sanches Valério, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.028938/2020-91, o Parecer nº 46/2021/SIA/CADASTRO/GTPI/GCOP/SIA, de 5 de abril de 2021, a conclusão do Ofício nº 557/2021/SIA/CADASTRO/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 8 de abril de 2021, e a Nota - AP nº 116/2021-RF.

Nº 64 - Dar assentimento prévio à empresa RÁDIO EDUCADORA INCONFIDÊNCIA DE UMUARAMA LTDA., CNPJ nº 77.271.393/0001-00, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Décima Sétima Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 8 de março de 2021, que versa sobre o atendimento às exigências previstas no Decreto nº 85.064, de 1980, e no art. 222 da Constituição Federal de 1988; de acordo com a instrução dos Processos MCOM nº 01250.016909/2019-19 e PR nº 00001.002529/2021-91; a Nota Técnica nº 3.752/2021/SEI-MCOM, de 29 de março de 2021; o Ofício nº 6.847/2021/MCOM, de 6 de abril de 2021; e a Nota-AP nº 117/2021-RF.

Nº 65 - Dar assentimento prévio à empresa NEUSA E LEMOS COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 03.881.284/0001-60, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Segunda Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 7 de fevereiro de 2021, que versa sobre: i) a retirada do sócio José Luiz de Lemos, que cede e transfere a totalidade de suas quotas de 15.150, para o sócio ingressante Geovane Souza Santos, ii) a retirada da sócia Lindaura Torres Guizoni, que cede e transfere a totalidade de suas quotas de 14.850, para os sócios ora ingressantes, sendo, 13.350 quotas para Geovane Sousa Santos e 1.500 quotas para Izabel Cecílio da Costa Souza, iii) a designação do sócio Geovane Souza Santos como administrador; iv) a alteração do endereço da sede; v) a alteração da razão social para Rádio Terra FM Ltda.; e vi) o atendimento às exigências previstas no Decreto nº 85.064, de 1980 e no art. 222 da Constituição Federal de 1988; de acordo com a instrução dos Processos MCOM nº 01250.020455/2020-14 e PR nº 00001.002589/2021-11; a Nota Técnica nº 3.863/2021/SEI-MCOM, de 31 de março de 2021; o Ofício nº 7.071/2021/MCOM, de 6 de abril de 2021; e a Nota-AP nº 118/2021-RF.

Nº 66 - Dar assentimento prévio à FUNDAÇÃO COTRISEL, CNPJ nº 89.224.349/0001-10, com sede na BR 392, Km 232, Altos do Tabuleiro, no município de São Sepé, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão de sons, no município de São Sepé, na faixa de fronteira do referido estado, considerando o teor da Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de janeiro de 2018, de acordo com a instrução dos Processos MCOM nº 53115.001973/2020-97 e PR nº 00001.002530/2021-15, a Nota Técnica nº 3.651/2021/SEI-MCOM, 29 de março de 2021, o Ofício nº 6.724/2021/MCOM, de 31 de março de 2021, e a Nota-AP nº 119/2021-RF.

Nº 67 - Dar assentimento prévio à empresa RÁDIO 102 DE PINHALZINHO LTDA., CNPJ nº 03.802.438/0001-81, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Segunda Alteração do Contrato Social, de 7 de dezembro de 2020, que versa sobre: i) o ingresso da sócia Deisi Cristina Cassol Schuh, ii) a retirada do sócio Ladir Cassol, que cede e transfere a totalidade de suas quotas para a sócia ora ingressante; iii) a transferência de parte das quotas do sócio remanescente Fernando Hubner à sócia ora ingressante; e iv) a designação da sócia Deisi Cristina Cassol Schuh como administradora da sociedade; de acordo com a instrução dos Processos MCOM nº 53115.025525/2020-89 e PR nº 00001.003044/2021-14; a Nota Técnica nº 4.590/2021/SEI-MCOM, de 20 de abril de 2021; o Ofício nº 8.411/2021/MCOM, de 23 de abril de 2021; e a Nota-AP nº 123/2021-RF.

Nº 68 - Dar assentimento prévio à empresa RÁDIO GRAÚNA DE PALOTINA LTDA., CNPJ nº 75.005.892/0001-12, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 170, sala 01, Jardim Bela Vista, no município de Palotina, no estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão de sons, no município de Palotina, na faixa de fronteira do referido estado, considerando o teor da Oitava Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 29 de janeiro de 2021; de acordo com a instrução dos Processos MCOM nº 53115.004029/2021-72 e PR nº 00001.002879/2021-57; a Nota Técnica nº 3.299/2021/SEI-MCOM, de 22 de março de 2021; o Ofício nº 6.200/2021/MCOM, de 9 de abril de 2021; e a Nota - AP nº 124/2021-RF.

Nº 69 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM para proceder à averbação dos Instrumentos Particulares de Cessão de Direito Minerário, datados de 18 de setembro de 2020 e 22 de abril de 2021, celebrados entre as empresas InterCement Brasil S/A. (cedente), CNPJ nº 62.258.884/0001-36 e COMICAN - Companhia de Mineração Candiota (cessionária), CNPJ nº 10.264.603/0001-54), atinente a 11 (onze) Portarias de Lavra nº 489, de 25 de abril de 1983; nº 675, de 6 de junho de 1983; nº 287, de 13 de setembro de 1993; nºs 1.805, 1.806, 1.808, todas de 12 de novembro de 1987; nºs 1.976 e 1977, ambas de 15 de dezembro de 1987; nº 272, de 21 de novembro de 1991; nº 292, de 26 de novembro de 1991; e nº 184, de 26 de fevereiro de 2002, publicadas no DOU de 2 de maio de 1983; 9 de junho de 1983; 14 de setembro de 1993; 13 de novembro de 1987; 17 de dezembro de 1987; 25 de novembro de 1991; 27 de novembro 1991; e 4 de março de 2002, respectivamente; e aos Alvarás de Pesquisa nºs 448 e 2.657, datados de 22 de janeiro de 1991 e 20 de abril de 2021, publicados no DOU de 29 de janeiro de 1991 e 22 de abril de 2021, os quais autorizaram a cedente a lavrar calcário, calcário dolomítico, dolomítico e felito, nas áreas distintas de 1.000,00ha, 1.000ha, 547,51ha, 1.000,00ha, 1.000,00ha, 1.000,00ha, 879,20ha, 879,20ha, 999,68ha, 999,68ha e -1ha, totalizando uma área de 9.305,27ha; e pesquisar argila nas áreas de 43,00ha e 159,94ha, alcançando uma área de 202,94ha, nos municípios de Bodoquena e Miranda, ambos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48403.800608/1969-46, 27223.810996/1974-61, 27223.860498/1979-74, 27223.860499/1979-19, 27223.860500/1979-13, 27223.860513/1979-84, 27223.860514/1979-29, 27223.860515/1979-73, 27223.860523/1979-10, 27223.810998/1974-51, 27212.866716/1984-71, 27223.968004/1994-38, 48423.868018/2019-85, 48400.002630/2008-06, e PR nºs 00001.003176/2021-46, 00001.003256/2021-00 e 00001.005603/2020-40, a conclusão da ANM, por meio do Ofício nº 12.387/2021/GAB-DG/ANM, de 28 de abril de 2021, com instrução complementar em 21 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 125/2021-RF.

Nº 70 - Dar assentimento prévio à empresa REDE TROMBETAS DE COMUNICAÇÃO LTDA. - ME. (cessionária), CNPJ nº 18.448.984/0001-33, com sede na Rua Alciole Ramos, nº 2.188, Bairro Área Pastoral, no município de Oriximiná, no estado do Pará, para executar serviço de radiodifusão de sons, no município de Oriximiná, na faixa de fronteira do referido estado, considerando a transferência direta de outorga celebrada entre RBN - Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda., CNPJ nº 01.662.019/0001-66 (cedente), e a cessionária, atinente à Portaria nº 176, de 27 de março de 2001, publicada em 29 de março de 2001; de acordo com a instrução dos Processos MCOM nº 01250.050303/2019-11 e PR nº 00001.003487/2021-13, a Nota Técnica nº 5.605/2021/SEI-MCOM, de 7 de maio de 2021, o Ofício nº 10.194/2021/MCOM, de 7 de maio de 2021, recebido em 11 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 131/2021-RF.

Nº 71 - Dar assentimento prévio à empresa ATIVA MINERAIS LTDA., CNPJ nº 12.580.178/0001-38, sede na Av. Pinheiro Machado, nº 304, sala 01, no município de Caçapava do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, para estabelecer-se na faixa de fronteira do referido estado, considerando o teor da Primeira Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 6 de março de 2020; de acordo com a instrução dos Processos ANM nº 48401.910882/2010-15, 48052.910591/2020-06 e 48051.001784/2021-57, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 11.151/2021/GAB-DG/ANM, de 19 de abril de 2021, recebido no dia 22 de abril de 2021, e a Nota - AP nº 132/2021-RF.

Nº 72 - Dar assentimento prévio à empresa MINERAÇÃO SANTA ELINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., CNPJ nº 47.419.874/0001-41, para pesquisar minério de ouro em uma área de 4.204,87ha, no município de Pontes e Lacerda, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48400.850498/1976-03 e 27212.866235/1992-75 e PR nº 00001.003442/2021-31, a conclusão da ANM, por meio do Ofício nº 13.398/2021/SRM-ANM/ANM, de 6 de maio de 2021, recebido em 10 de maio de 2021, e a Nota - AP Nº 133/2021-RF.

Nº 73 - Dar assentimento prévio a ORLANDO SCHULZ JÚNIOR, para pesquisar água mineral em uma área de 38,58ha, no município de Nova Santa Rosa, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48069.826133/2020-01, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 13.889/2021/GEPM/ANM, de 11 de maio de 2021, recebido em 14 de maio de 2021, e a Nota-AP nº 134/2021-RF.

Nº 74 - Dar assentimento prévio à empresa GEOCONSULT GEOLOGIA MINERAÇÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI., CNPJ nº 06.356.447/0001-84, com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1.756, Sala 1.601, Quadra 14, Alvorada, no município de Cuiabá, do estado de Mato Grosso, para estabelecer-se na faixa de fronteira do referido estado, bem como pesquisar calcário, em uma área de 712,58ha, no município de Cáceres na faixa de fronteira do referido estado; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48400.001148/2004-17 e 48412.866062/2017-18, a conclusão da Agência Nacional de Mineração por meio do Ofício nº 12.690/2021/SRM-ANM/ANM, de 4 de maio de 2021, recebido em 10 de maio de 2021, e a Nota-AP nº 135/2021-RF.

Nº 75 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizado no município de Lambari D'Oeste, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de interesse de Naur Celestino Tedeschi, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.043764/2020-97, o Parecer nº 60/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 28 de abril de 2021, a conclusão do Ofício nº 752/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 12 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 137/2021-RF.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA MAPA Nº 127, DE 17 DE MAIO DE 2021

Torna pública a aprovação do Plano de Dados Abertos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (PDA-MAPA) 2020-2022.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, na Resolução CGINDA nº 03, de 13 de outubro de 2017, e o que consta dos Processos nº 21000.088282/2019-57 e nº 21000.068343/2020-01, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aprovação do Plano de Dados Abertos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (PDA-MAPA) vigência 2020-2022, realizada em reunião ocorrida em 18 de março de 2021, pelo Comitê de Governança Digital - CGD/MAPA, instituído pela Portaria MAPA nº 414, de 29 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. O PDA-MAPA de que trata o caput estará disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/dados abertos/pda-2020-2022.

Art. 2º Compete ao Comitê Gestor de Dados Abertos (CGDA/MAPA) monitorar a implementação do PDA-MAPA 2020-2022, conforme o disposto no inciso VIII do art. 2º da Portaria MAPA nº 305, de 23 de dezembro de 2019.

Art. 3º A disponibilização dos dados do MAPA, em formato aberto, dar-se-á de forma progressiva e ordenada, observando-se a capacidade técnica operacional, os recursos administrativos do Órgão e os prazos previstos no PDA-MAPA.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA

PORTARIA MAPA Nº 155, DE 26 DE MAIO DE 2021

Aprova as declarações e os fluxogramas de prevenção e reação à prática de nepotismo no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 37, caput, e art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Súmula Vinculante nº 13, de 29 de agosto de 2008, na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, no Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010, e o que consta do Processo nº 21000.022856/2018-43, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas as declarações, na forma dos Anexos I a IV, e os fluxogramas de prevenção e reação à prática de nepotismo no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Parágrafo único. Os fluxogramas de que tratam o caput estarão disponíveis no endereço eletrônico: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/comissao-de-etica.

Art. 2º A "Declaração sobre a existência de vínculos familiares entre Agentes Públicos Federais do MAPA e empregados terceirizados lotados no MAPA" deverá ser disponibilizada pela empresa contratada e assinada pelo prestador de serviço antes de apresentar-se no MAPA.

Parágrafo único. Caberá ao fiscal do contrato o recebimento da Declaração de que trata o caput, ficando a Coordenação-Geral de Aquisições - CGAQ/DA/SE/MAPA responsável pela guarda do documento.

Art. 3º A "Declaração sobre a existência de vínculos familiares entre a pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção e de detentor de cargo em comissão ou função de confiança no MAPA", nos casos de contratação direta, deverá ser assinada pelo responsável da empresa contratada concomitante à assinatura de seu contrato.

Parágrafo único. Caberá à Coordenação-Geral de Aquisições - CGAQ/DA/SE/MAPA, a aplicação e a guarda do documento de que trata o caput.

Art. 4º A "Declaração sobre a existência de vínculos familiares entre Agentes Públicos Federais do MAPA", conforme o anexo VIII desta Portaria, constará como documento obrigatório da instrução processual de nomeação ou designação para função ou cargo em comissão no âmbito do MAPA.

Parágrafo único. Caberá à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP/DA/SE/MAPA, a aplicação e a guarda do documento de que trata o caput.

Art. 5º A "Declaração sobre existência de vínculos familiares entre Servidores Públicos e Estagiários", deverá ser assinada pelo estagiário concomitantemente à assinatura de seu contrato de estágio, na entidade contratada para a realização do processo seletivo independente ou na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP/DA/SE/MAPA, conforme o caso.

Parágrafo único. Caberá à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP/DA/SE/MAPA, o recebimento e a guarda do documento de que trata o caput.

Art. 6º Os editais de contratações de mão de obra terceirizada ou consultores em convênios, ou instrumentos de parceria correlatos, incluídos os projetos de cooperação técnica, deverão estabelecer vedação de contratação de familiar de agente público em órgão ou entidade que este exerça cargo em comissão ou função de confiança, de acordo com o art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

Art. 7º As denúncias recebidas pela Ouvidoria/MAPA que envolvam agente público detentor de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 5, 6 ou de natureza especial, após o devido tratamento previsto em regulamento do órgão central do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, serão redirecionadas à Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, via sistema FALA.BR, para apuração específica de sua competência.

Parágrafo único. As denúncias de que tratam o caput, independente de remessa à CEP/PR, deverão ser comunicadas ao Gabinete da Ministra e a Secretaria-Executiva do MAPA para ciência dos fatos, bem como à Corregedoria-Geral para as avaliações competentes na alçada disciplinar.

Art. 8º Fica delegada ao Coordenador do Núcleo de Gestão da Integridade - NGI/MAPA a competência para, quando for o caso, realizar os ajustes necessários à atualização dos fluxogramas de que tratam o art. 1º.

Art. 9º Revoga-se a Portaria MAPA nº 79, de 30 de abril de 2019.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

ANEXO I

DECLARAÇÃO SOBRE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS FAMILIARES ENTRE SERVIDORES PÚBLICOS E EMPREGADOS TERCEIRIZADOS

DECRETO Nº 7.203, DE 04/06/2010.

Eu, , inscrito sob o CPF nº , RG nº , exercendo a função de , na empresa que presta serviços ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Contrato nº , sob as penas da Lei, declaro:

Que não sou cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, de ocupante de cargo em comissão, função de confiança de direção, chefia ou assessoramento ou função comissionada do poder executivo federal no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

DECLARO ainda, que as informações aqui prestadas são exatas e verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal e que estou CIENTE de que as informações contidas neste formulário poderão ser disponibilizadas de forma transparente, em formato aberto, para conhecimento da sociedade.

Data: / /

Assinatura do Empregado Terceirizado

Recebido pela Área de Contratos* em: / /

*Conforme Portaria MAPA nº 155, de 27 maio de 2021.

Servidor Responsável pela verificação:

TABELA 1 - PARENTES EM LINHA RETA

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1º	Pai/mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora, padrasto/madrasta, enteado/enteada do agente público
2º	Avô/avó, neto/neta do agente público	Avô/avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro do agente público
3º	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do agente público	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro do agente público

TABELA 2 - PARENTES EM LINHA COLATERAL

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1º	-	-
2º	Irmão/irmã do agente público	Cunhado/cunhada do agente público
3º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do agente público	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro do agente público

OBSERVAÇÃO:

O DECRETO 7.203, DE 04/06/2010 prevê:

Art. 4º Não se incluem nas vedações deste Decreto as nomeações, designações ou contratações:

I - de servidores federais ocupantes de cargo de provimento efetivo, bem como de empregados federais permanentes, inclusive aposentados, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo ou emprego de origem, ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a complexidade inerente ao cargo em comissão ou função comissionada a ocupar, além da qualificação profissional do servidor ou empregado;

II - de pessoa, ainda que sem vinculação funcional com a administração pública, para a ocupação de cargo em comissão de nível hierárquico mais alto que o do agente público referido no art. 3º;

III - realizadas anteriormente ao início do vínculo familiar entre o agente público e o nomeado, designado ou contratado, desde que não se caracterize ajuste prévio para burlar a vedação do nepotismo; ou

IV - de pessoa já em exercício no mesmo órgão ou entidade antes do início do vínculo familiar com o agente público, para cargo, função ou emprego de nível hierárquico igual ou mais baixo que o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é vedada a manutenção de familiar ocupante de cargo em comissão ou função de confiança sob subordinação direta do agente público.

ANEXO II

DECLARAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS FAMILIARES ENTRE A PESSOA JURÍDICA NA QUAL HAJA ADMINISTRADOR OU SÓCIO COM PODER DE DIREÇÃO E DE DETENTOR DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA NO MAPA

DECRETO Nº 7.203, DE 04/06/2010.

A empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , por intermédio de seu Representante legal o(a) S.r.(a) , portador (a) da Carteira de Identidade nº do CPF nº ,

declara que:

1. Não possui administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

2. Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; e

3. Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Data: / /

Assinatura dos Administradores ou Sócios
com poder de direção na empresa

Recebido pela Área de Contratos* em: / /

*Conforme Portaria MAPA nº 155, de 27 maio de 2021.

Servidor Responsável pela verificação:

ANEXO III

DECLARAÇÃO SOBRE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS FAMILIARES ENTRE AGENTES PÚBLICOS FEDERAIS

DECRETO Nº 7.203, DE 04/06/2010.

Eu, , inscrito sob o CPF nº , designado/nomeado para a função ou cargo de , sob as penas da Lei, declaro:

( ) Que não sou cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, de ocupante de cargo em comissão, função de confiança de direção, chefia ou assessoramento ou função comissionada do poder executivo federal no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

( ) Que possuo vínculo de cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, ocupante de cargo em comissão, função de confiança, direção, chefia ou assessoramento ou função comissionada do poder executivo federal no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, conforme a seguir nominalmente relacionados, entretanto, me enquadro nas hipóteses de exceção previstas no art. 4º do Decreto nº 7.203, de 04/06/2010.

Nome do parente	CPF do parente	Grau de parentesco

DECLARO que as informações aqui prestadas são exatas e verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal e que estou CIENTE de que as informações contidas neste formulário poderão ser disponibilizadas de forma transparente, em formato aberto, para conhecimento da sociedade.

Data: / /

Assinatura do Agente Público

Verificado pela Equipe de Gestão de Pessoas* em: / /

*Conforme Portaria MAPA nº 155, de 27 maio de 2021.

Servidor Responsável pela verificação:

TABELA 1 - PARENTES EM LINHA RETA

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1º	Pai/mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora, padrasto/madrasta, enteado/enteada do agente público
2º	Avô/avó, neto/neta do agente público	Avô/avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro do agente público
3º	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do agente público	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro do agente público

TABELA 2 - PARENTES EM LINHA COLATERAL

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1º	-	-
2º	Irmão/irmã do agente público	Cunhado/cunhada do agente público
3º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do agente público	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro do agente público

OBSERVAÇÃO:

O DECRETO 7.203, DE 04/06/2010 prevê:

Art. 4º Não se incluem nas vedações deste Decreto as nomeações, designações ou contratações:

I - de servidores federais ocupantes de cargo de provimento efetivo, bem como de empregados federais permanentes, inclusive aposentados, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo ou emprego de origem, ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a complexidade inerente ao cargo em comissão ou função comissionada a ocupar, além da qualificação profissional do servidor ou empregado;

II - de pessoa, ainda que sem vinculação funcional com a administração pública, para a ocupação de cargo em comissão de nível hierárquico mais alto que o do agente público referido no art. 3º;

III - realizadas anteriormente ao início do vínculo familiar entre o agente público e o nomeado, designado ou contratado, desde que não se caracterize ajuste prévio para burlar a vedação do nepotismo; ou

IV - de pessoa já em exercício no mesmo órgão ou entidade antes do início do vínculo familiar com o agente público, para cargo, função ou emprego de nível hierárquico igual ou mais baixo que o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é vedada a manutenção de familiar ocupante de cargo em comissão ou função de confiança sob subordinação direta do agente público.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO SOBRE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS FAMILIARES ENTRE SERVIDORES PÚBLICOS E ESTAGIÁRIOS

DECRETO Nº 7.203, DE 04/06/2010.

Eu, , inscrito sob o CPF nº , RG nº , contratado para desempenhar a função de estagiário, sem realização de processo seletivo, por intermédio da empresa , sob as penas da Lei, declaro:

Que não sou cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, de ocupante de cargo em comissão, função de confiança de direção, chefia ou assessoramento ou função comissionada do poder executivo federal no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

DECLARO ainda, que as informações aqui prestadas são exatas e verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal e que estou CIENTE de que as informações contidas neste formulário poderão ser disponibilizadas de forma transparente, em formato aberto, para conhecimento da sociedade.

Data: / /

Assinatura do Estagiário

Verificado pela Equipe de Gestão de Pessoas* em: / /

*Conforme Portaria MAPA nº 155, de 27 maio de 2021.

Servidor Responsável pela verificação:

TABELA 1 - PARENTES EM LINHA RETA

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1º	Pai/mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora, padrasto/madrasta, enteado/enteada do agente público
2º	Avô/avó, neto/neta do agente público	Avô/avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro do agente público
3º	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do agente público	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro do agente público

TABELA 2 - PARENTES EM LINHA COLATERAL

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1º	-	-
2º	Irmão/irmã do agente público	Cunhado/cunhada do agente público
3º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do agente público	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro do agente público

OBSERVAÇÃO:

O DECRETO 7.203, DE 04/06/2010 prevê:

Art. 4º Não se incluem nas vedações deste Decreto as nomeações, designações ou contratações:

I - de servidores federais ocupantes de cargo de provimento efetivo, bem como de empregados federais permanentes, inclusive aposentados, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo ou emprego de origem, ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a complexidade inerente ao cargo em comissão ou função comissionada a ocupar, além da qualificação profissional do servidor ou empregado;

II - de pessoa, ainda que sem vinculação funcional com a administração pública, para a ocupação de cargo em comissão de nível hierárquico mais alto que o do agente público referido no art. 3º;

III - realizadas anteriormente ao início do vínculo familiar entre o agente público e o nomeado, designado ou contratado, desde que não se caracterize ajuste prévio para burlar a vedação do nepotismo; ou

IV - de pessoa já em exercício no mesmo órgão ou entidade antes do início do vínculo familiar com o agente público, para cargo, função ou emprego de nível hierárquico igual ou mais baixo que o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é vedada a manutenção de familiar ocupante de cargo em comissão ou função de confiança sob subordinação direta do agente público.

PORTARIA MAPA Nº 136, DE 25 DE MAIO DE 2021

Aprova a Política de Segurança da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - PoSIC/MAPA.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 15 do Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, no art. 9º, caput, parágrafo único e, art. 10, caput, parágrafo único, ambos da Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 27 de maio de 2020, e o que consta do Processo nº 21000.056426/2020-40, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Política de Segurança da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - PoSIC/MAPA, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogam-se:

I - a Portaria MAPA nº 147, de 10 de julho de 2015;

II - a Portaria MAPA nº 1.068, de 14 de junho de 2017; e

III - as Normas Complementares PoSIC/MAPA nºs 1 a 8, de 14 de junho de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

ANEXO

POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - POSIC/MAPA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Política de Segurança da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - PoSIC/MAPA tem como finalidade estabelecer objetivos, princípios, diretrizes gerais, competências, penalidades e política de atualização das ações de segurança da informação nas áreas de competência previstas no art. 1º do Anexo I ao Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, de forma a assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação do MAPA.

Art. 2º A PoSIC/MAPA abrange os órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os órgãos específicos singulares e os órgãos colegiados de que tratam os incisos I, II e III do art. 2º do Anexo I ao Decreto nº 10.253, de 2020, bem como os agentes públicos lotados no MAPA.

§ 1º Os contratos firmados pelo MAPA deverão conter cláusulas que determinem a observância desta PoSIC/MAPA e de seus atos normativos complementares por parte do contratado, bem como de seus dirigentes, prepostos, administradores, representantes e colaboradores.

§ 2º As entidades vinculadas de que trata o inciso IV do art. 2º do Anexo I ao Decreto nº 10.253, de 2020, deverão editar suas respectivas políticas de segurança da informação e comunicações.

Art. 3º A PoSIC/MAPA deverá ser complementada por atos normativos ulteriores, conforme as competências definidas neste Anexo.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para efeitos desta Portaria, considera-se:

I - ameaça: conjunto de fatores externos ou causa potencial de um incidente indesejado, que pode resultar em dano para um sistema ou organização;

II - ativo: qualquer coisa que tenha valor para a organização;

III - ativos de informação: os meios de armazenamento, transmissão e processamento da informação, os equipamentos necessários a isso, os sistemas utilizados para tal, os locais onde se encontram esses meios, e também os recursos humanos que a eles têm acesso;

IV - autenticidade: propriedade pela qual se assegura que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa física, equipamento, sistema, órgão ou entidade;

V - confidencialidade: propriedade pela qual se assegura que a informação não esteja disponível ou não seja revelada a pessoa, a sistema, a órgão ou a entidade, não autorizados nem credenciados;

VI - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

VII - custodiante da informação: qualquer indivíduo ou estrutura de órgão ou entidade da APF, direta e indireta, que tenha responsabilidade formal de proteger a informação e aplicar os níveis de controles de segurança em conformidade com as exigências de Segurança da Informação comunicadas pelo proprietário da informação;

VIII - disponibilidade: propriedade pela qual se assegura que a informação esteja acessível e utilizável sob demanda por uma pessoa física ou determinado sistema, órgão ou entidade devidamente autorizados;

IX - integridade: propriedade pela qual se assegura que a informação não foi modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental;

X - segurança da informação: ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações;

XI - segurança orgânica: conjunto de medidas passivas com o objetivo de prevenir e até mesmo obstruir as ações que visem ao comprometimento ou à quebra de segurança de uma organização. Inclui os processos relacionados às áreas: de pessoal, de documentação, das comunicações, da tecnologia da informação, dos materiais e das instalações de uma organização, dentre outros;

XII - serviços: um meio de fornecer valor a clientes, facilitando a obtenção de resultados que eles desejam, sem que tenham que arcar com a propriedade de determinados custos e riscos;

XIII - sistema de proteção física: sistema composto por pessoas, equipamentos e procedimentos para a proteção de ativos contra danos, roubo, sabotagem e outros prejuízos causados por ações humanas não autorizadas, conforme gestão da segurança física e ambiental;

XIV - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XV - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

XVI - tratamento da informação classificada: conjunto de ações referentes a produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle de informação classificada em qualquer grau de sigilo; e

XVII - vulnerabilidade: conjunto de fatores internos ou causa potencial de um incidente indesejado, que podem resultar em risco para um sistema ou por uma organização, os quais podem ser evitados por uma ação interna de segurança da informação.

Parágrafo único. A implementação da PoSIC/MAPA observará a Portaria MAPA nº 375, de 23 de novembro de 2020, que aprovou o Plano Estratégico do MAPA para o período 2020-2031.

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º São princípios da PoSIC/MAPA:

I - dever de garantir o sigilo de informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado e a inviolabilidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas;

II - respeito e promoção dos direitos humanos e das garantias fundamentais, em especial a liberdade de expressão, a proteção de dados pessoais, a proteção da privacidade e o acesso à informação;

III - visão abrangente e sistêmica da segurança da informação;

IV - preservação do acervo histórico do MAPA; V - educação como alicerce fundamental para o fomento da cultura da segurança da informação;

VI - orientação à gestão de riscos e à gestão da segurança da Informação;

VII - prevenção e tratamento de incidentes de segurança da Informação;

VIII - articulação entre ações de segurança cibernética e de proteção de dados e ativos de informação;

IX - need to know (necessidade de conhecer) para o acesso a informações sigilosas, nos termos da legislação vigente;

X - consentimento do proprietário da informação sigilosa recebida de outros países, nos casos de acordos internacionais;

XI - integração e cooperação entre MAPA, sociedade, instituições de ensino e pesquisa, setor produtivo e órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; e

XII - alinhamento ao planejamento estratégico do MAPA.

CAPÍTULO IV

DOS OBJETIVOS

Art. 6º São objetivos da PoSIC/MAPA:

I - orientar as ações de segurança da informação para a realização das competências previstas no art. 1º do Anexo I ao Decreto nº 10.253, de 2020;

II - aprimorar continuamente o arcabouço legal e normativo do MAPA relacionado à segurança da informação;

III - fomentar a formação e a qualificação de recursos humanos do MAPA necessários à segurança da informação;

IV - fortalecer a cultura da segurança da informação no MAPA;

V - orientar ações relacionadas com:

a) a segurança de dados e informações custodiados pelo MAPA;

b) a segurança dos ativos de informação do MAPA;

c) a proteção de dados e informações pessoais custodiados pelo MAPA; e

d) o tratamento de informações classificada ou com restrição de acesso;

VI - contribuir para a preservação da memória histórica, cultural e institucional do MAPA;

VII - promover e fomentar a salvaguarda e proteção dos ativos de informação constituintes da cadeia produtiva agropecuária brasileira; e

VIII - contribuir para a consecução da missão e os objetivos estratégicos do MAPA.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 7º As diretrizes gerais da PoSIC/MAPA encontram-se divididas entre os seguintes temas:

I - tratamento da informação;

II - segurança física e do ambiente;

III - gestão de incidentes em segurança da informação;

IV - gestão de ativos;

V - gestão do uso dos recursos operacionais e de comunicação, tais como, e-mail, acesso à internet, mídias sociais, computação em nuvens, dentre outros;

VI - controle de acesso lógico;

VII - gestão de riscos;

VIII - gestão de continuidade; e

IX - auditoria e conformidade.

Seção I

Do Tratamento da Informação

Art. 8º Toda informação produzida, recepcionada, coletada, armazenada ou custodiada será considerada um ativo pertencente ao MAPA, que deverá promover as medidas de segurança necessárias à integridade, disponibilidade e restrição de acesso às informações pessoais, sensíveis ou não, sigilosas e classificadas, e complementarmente, seus agentes públicos obedecerão às seguintes diretrizes:

I - o exercício do direito fundamental de acesso à informação pública ao cidadão, independentemente de motivação, ressalvadas as hipóteses de restrição legalmente previstas, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

II - o acesso a informações pessoais será disponibilizado somente ao titular da informação ou ao seu procurador devidamente constituído, mediante comprovação de identidade, nos termos do inciso II do art. 55 e art. 60, parágrafo único, inciso I, do Decreto nº 7.724, de 2012;

III - o tratamento de informações pessoais, sensíveis ou não, será realizado mediante a observância das normas contidas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; e

IV - o tratamento e armazenamento da informação classificada em qualquer grau de sigilo será realizado em observância aos termos disposto no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, e às normas complementares editadas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS/MAPA.

Seção II

Da Segurança Física e do Ambiente

Art. 9º A segurança física e do ambiente será exercida por meio da combinação de ações de segurança orgânica e utilização de sistema de proteção física com a finalidade de assegurar as condições necessárias à prevenção de incidentes que possam afetar ativos, especialmente, físicos, serviços e agentes públicos do MAPA, durante o exercício de suas atribuições, e obedecerá às seguintes diretrizes:

I - os agentes públicos do MAPA devem seguir as normas vigentes relacionadas à segurança física e patrimonial, sob pena de responsabilidade administrativa;

II - as Unidades do MAPA deverão conservar suas instalações físicas de forma a manter a edificação em condições adequadas ao seu perfeito funcionamento, minimizando eventuais ocorrências de casos fortuitos ou de força maior que possam causar danos ao MAPA; e

III - o cadastro, a entrada, a permanência, a circulação e a saída de pessoas nas instalações dos edifícios sede e anexo do MAPA serão monitorados e controlados pela área de vigilância da unidade, por meio do sistema de "controle de acesso" ou, ainda, por circuito fechado de câmeras, conforme definido em regulamentação interna da área de logística do MAPA.

Seção III

Da Gestão de Incidentes em Segurança da Informação

Art. 10. A área de tecnologia da informação deverá constituir uma Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos - ETIR, com a responsabilidade de receber, analisar e responder as notificações e as atividades relacionadas a incidentes de segurança em redes de computadores.

Parágrafo único. As normas, padrões e procedimentos técnicos para a atuação da ETIR serão fixados em documento específico a ser elaborado pela área de tecnologia da informação com a participação do Comitê de Segurança da Informação - CSI/MAPA.

Seção IV

Da Gestão de Ativos

Art. 11. A gestão de ativos de informação, compreenderá o processo de inventário e mapeamento destes ativos, com o objetivo de estruturar e manter uma base de dados que sirva de subsídio para os demais processos do MAPA, em especial, os de gestão de risco e de gestão de continuidade em segurança da informação, e obedecerá às seguintes diretrizes:

I - alinhamento aos objetivos estratégicos do MAPA;

II - consideração dos processos internos do MAPA;

III - observância dos requisitos legais e normativos; e

IV - adequação à estrutura do MAPA.

Seção V

Da Gestão do Uso dos Recursos Operacionais e de Comunicações, tais como, e-mail, acesso à internet, mídias sociais, computação em nuvem, dentre outros

Art. 12. A gestão do uso dos recursos operacionais e de comunicação, especialmente e-mail, acesso à internet, mídias sociais e computação em nuvem, será objeto de atos normativos complementares, a serem editados pela área da tecnologia da informação do MAPA, com a participação do CSI/MAPA.

Parágrafo único. No caso específico de mídias sociais, além do contido no Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do MAPA, poderão ser editadas, a partir de proposta discutida no âmbito do CSI/MAPA, outras normas de conduta para seu uso seguro por parte de seus agentes públicos, cabendo-lhes a responsabilidade por sua observância e cumprimento integrais.

Seção VI

Controles de Acesso Lógico

Art. 13. A área de tecnologia da informação deverá implementar controles e sistematizar a concessão de acesso lógico aos ativos de informação.

Parágrafo único. As normas, padrões e procedimentos técnicos para a implementação de controles e concessão de acesso lógico aos ativos de tecnologia da informação serão fixados em documento específico, a ser elaborado pela área de tecnologia da informação com a participação do CSI/MAPA.

Seção VII

Gestão de Riscos

Art. 14. A gestão de riscos em segurança da informação é o processo de identificar, analisar, avaliar, tratar, registrar, monitorar e comunicar potenciais eventos ou situações visando dar razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da instituição e estará alinhada à Política de Gestão de Riscos e Controles Internos - PGRCI/MAPA.

Art. 15. A gestão de riscos deve promover a adequação entre investimentos em medidas de proteção para minimizar ou eliminar riscos a que estejam sujeitos os ativos de informação do MAPA e os custos dos ativos a serem protegidos.

Seção VIII

Gestão de Continuidade

Art. 16. A gestão de continuidade almeja minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades do MAPA, além de recuperar perdas de ativos de informação a um nível aceitável, por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação, e obedecerá às seguintes diretrizes:

I - identificação de atividades críticas;

II - elaboração de planos de gestão de continuidade relacionados às atividades críticas;

III - realização de testes e exercícios dos planos de gestão de continuidade das atividades críticas;

IV - avaliação e aprimoramento dos planos de gestão de continuidade das atividades críticas a partir dos resultados de testes e exercícios;

V - administração da contingência, quando da interrupção de atividades, com base nos planos desenvolvidos; e

VI - proposição de recursos necessários para a implantação e desenvolvimento de ações relacionadas à continuidade das atividades, bem como para a realização dos testes e dos exercícios dos planos.

§ 1º A gestão de continuidade poderá envolver ações mais abrangentes do que as relacionadas à segurança da informação, especialmente devido aos requisitos de continuidade referentes a ativos do MAPA, cabendo às respectivas áreas elaborarem seus planos de continuidade, de acordo com a legislação vigente.

§ 2º As normas, padrões e procedimentos técnicos específicos para a implantação do processo de gestão de continuidade das atividades críticas de tecnologia da informação serão fixados em documento específico, a ser elaborado pela área de tecnologia da informação e deverá contar com a participação do CSI/MAPA.

Seção IX

Auditoria e Conformidade

Art. 17. A auditoria em segurança da informação, observadas as normas, padrões e procedimentos técnicos específicos fixados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR, consistirá na averiguação periódica das ações de segurança da informação referentes aos temas mencionados nos incisos I a VIII do art. 7º deste Anexo, e obedecerá às seguintes diretrizes:

I - aperfeiçoamento constante das ações de segurança da informação por meio da efetiva implementação da PoSIC/MAPA;

II - periodicidade condizente com a política de atualização definida no art. 24; e

III - observância das melhores práticas, nacionais e internacionais, de auditoria em segurança da informação.

Art. 18. A avaliação de conformidade em segurança da informação, observadas as normas, padrões e procedimentos técnicos específicos fixados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR, consistirá em sistemática verificação do adequado grau de confiança nos processos de gestão da segurança da informação, com vistas a evitar desconformidades em relação a requisitos técnicos previamente definidos.

CAPÍTULO VI

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 19. Ao Comitê de Governança, Riscos e Controle do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CGRC/MAPA compete:

I - promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico, com vistas a atender as diretrizes gerais de segurança da informação;

II - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados da PoSIC/MAPA e de suas instruções normativas complementares;

III - incorporar padrões elevados de conduta para a garantia da segurança da informação e orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e atribuições;

IV - planejar a execução de programas, de projetos e de processos relativos à segurança da informação;

V - estabelecer diretrizes para o processo de gestão de riscos de segurança da informação, implementando controles internos correspondentes;

VI - assegurar a implantação de mecanismo de comunicação imediata sobre a existência de vulnerabilidades ou incidentes de segurança que impactem ou possam impactar os serviços prestados ou contratados;

VII - assegurar a implementação e manutenção de mecanismos, instâncias e práticas de governança da segurança da informação, em consonância com a legislação vigente;

VIII - observar a Política Nacional de Segurança da Informação - PNSI; e

IX - garantir recursos orçamentários para ações de segurança da informação.

Art. 20. Compete ao CSI/MAPA:

I - promover ações de capacitação e profissionalização dos recursos humanos em temas relacionados à segurança da informação;

II - supervisionar as atividades desempenhadas pela Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos em redes computacionais;

III - coordenar e executar as ações de segurança da informação no âmbito de sua atuação;

IV - consolidar e analisar os resultados dos trabalhos de auditoria sobre a gestão de segurança da informação;

V - assessorar a implementação das ações de segurança da informação;

VI - propor a constituição de grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação;

VII - elaborar a PoSIC/MAPA e as normas internas de segurança da informação;

VIII - propor alterações à PoSIC/MAPA e às normas internas de segurança da informação; e

IX - deliberar sobre normas internas de segurança da informação.

Art. 21. Ao Gestor de Segurança da Informação compete:

I - assessorar os órgãos específicos singulares do MAPA na implementação da PoSIC/MAPA;

II - estimular ações de capacitação e de profissionalização de recursos humanos em temas relacionados à segurança da informação;

III - promover a divulgação da política e das normas internas de segurança da informação do Órgão a todos os agentes públicos do MAPA;

IV - incentivar estudos de novas tecnologias, bem como seus eventuais impactos relacionados à segurança da informação;

V - propor recursos necessários às ações de segurança da informação;

VI - acompanhar os trabalhos da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos;

VII - verificar os resultados dos trabalhos de auditoria sobre a gestão da segurança da informação; e

VIII - acompanhar a aplicação de ações corretivas e administrativas cabíveis nos casos de violação da segurança da informação.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Art. 22. A não observância do disposto na PoSIC/MAPA e nos seus atos normativos complementares acarretará responsabilização administrativa, civil e penal, na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO VIII

DA POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO

Art. 23. A PoSIC/MAPA e seus atos normativos complementares deverão ser revisados sempre que se fizer necessário, não excedendo o prazo máximo de 4 (quatro) anos.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Todos os agentes públicos do MAPA devem conhecer e zelar pelo cumprimento da PoSIC/MAPA e adotar comportamento seguro, proativo e engajado no que diz respeito à segurança da informação, de acordo com o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do MAPA.

PORTARIA MAPA Nº 153, DE 27 DE MAIO DE 2021

Estabelece os procedimentos de reconhecimento de equivalência para a adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SISBIPOV), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta do processo nº 21000.079922/2019-38, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos de reconhecimento de equivalência do serviço de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios públicos de Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SISBI-POV), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), na forma desta Portaria.

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - auditoria de manutenção da adesão: auditoria técnico-administrativa realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento junto aos serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios públicos de Municípios aderidos ao SISBI-POV;

II - auditoria de reconhecimento de equivalência: auditoria técnico-administrativa, realizada pelo órgão competente, nos serviços de inspeção dos Municípios ou dos consórcios públicos de Municípios, que solicitaram o reconhecimento de equivalência para adesão ao SISBI-POV;

III - avaliação técnica prévia: avaliação, formalmente solicitada, que antecede o processo de reconhecimento de equivalência para a adesão ao SISBI-POV e que possui caráter orientativo para a construção do programa de trabalho, organização da documentação necessária e adequação de procedimentos;

IV - equivalência dos serviços de inspeção: o estado no qual as medidas de inspeção higiênico-sanitária e tecnológica, aplicadas pelos diferentes serviços de inspeção, permitem alcançar os mesmos objetivos de inspeção, fiscalização, inocuidade e qualidade dos produtos de origem vegetal, preconizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VII - plano de ação: documento descritivo das medidas corretivas e preventivas que são adotadas frente à determinada não-conformidade registrada, que identifica os objetivos a serem atingidos, os meios, as atividades, os responsáveis e os prazos de implementação; e

VIII - programa de trabalho: documento que demonstra o planejamento do conjunto de atividades a serem desenvolvidas pelo serviço de inspeção, em um período definido, com base na capacidade técnico-operacional, para atingimento dos objetivos propostos.

CAPÍTULO I

DOS REQUISITOS PARA ADESÃO AO SISBI-POV

Art. 3º Requisitos para reconhecimento de equivalência dos serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios públicos de Municípios para adesão ao SISBI-POV, do SUASA:

I - legislação: dispor de instrumentos legais que estabeleçam a competência e os procedimentos para atuar na área de inspeção de produtos de origem vegetal;

II - quadro de pessoal:

a) dispor de profissionais de nível superior e auxiliares técnicos com competência específica, em número compatível com as atividades de inspeção e fiscalização desenvolvidas e com poderes legais para realizar as ações com imparcialidade e independência; e

b) dispor de servidores públicos designados como autoridades responsáveis pelas inspeções e fiscalizações previstas nesta Portaria;

III - infraestrutura administrativa: existência de dependências, mobiliário, equipamentos de informática, materiais de apoio administrativo, veículos e demais instrumentos necessários às atividades de inspeção e fiscalização;

IV - laboratórios: dispor ou ter acesso a laboratórios com capacidade comprovada e adequada para atendimento das análises oficiais demandadas pelo serviço de inspeção;

V - organização administrativa: apresentar a estratégia de implantação dos procedimentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para registro de estabelecimentos e produtos, dispor de procedimentos para supervisão, inspeção e fiscalização, autuação e aplicação de penalidades quando verificada infração à legislação, protocolo de entrada, tramitação interna e saída de documentos, capacitação e reuniões técnicas, coleta de amostras e acompanhamento dos resultados de análises;

VI - sistema de informação: utilização de sistema informatizado próprio ou disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para fornecer as informações sobre o serviço de inspeção, cadastro ou registro de estabelecimentos, solicitação, alteração ou cancelamento de registro de produtos e registro das fiscalizações realizadas; e

VII - execução de ações de educação sanitária e de combate a atividades clandestinas.

Parágrafo único. Nos casos em que o serviço de inspeção utilize sistema informatizado próprio, este deverá se conectar com os sistemas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento via web service.

CAPÍTULO II

DO RECONHECIMENTO DE EQUIVALÊNCIA PARA A ADESÃO AO SISBI-POV

Seção I

Dos Estados e do Distrito Federal

Art. 4º A autoridade competente do serviço de inspeção do Estado ou do Distrito Federal, que pretenda solicitar o reconhecimento de equivalência para adesão ao SISBI-POV, deverá formalizar o pleito junto à respectiva Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apresentando os seguintes documentos:

I - requerimento de adesão ao SISBI-POV;

II - programa de trabalho com período de execução definido, contendo:

a) denominação do órgão e CNPJ;

b) área de atuação no âmbito do SISBI-POV;

c) descrição do(s) sistema(s) de informação utilizado(s) pelo serviço de inspeção;

d) descrição dos procedimentos de controle de entrada, tramitação e saída de documentos;

e) relação de materiais e equipamentos disponíveis para atividades do serviço de inspeção, incluindo o quantitativo e a sua distribuição, contemplando veículos e equipamentos de informática;

f) relação de estruturas físicas, como sede, escritórios regionais e escritórios locais, discriminando sua localização georreferenciada e suas atribuições;

g) relação de laboratórios utilizados para a realização de análises de controles oficiais, discriminando seu vínculo com o serviço de inspeção e a lista de análises que realizam;

h) programação das atividades, com descrição e quantificação das ações de inspeção e fiscalização de rotina, supervisão, coleta de amostras para as análises laboratoriais oficiais, combate à fraude, combate à atividade clandestina, educação sanitária; e

i) programação de capacitação de pessoal, alinhado às necessidades do serviço de inspeção.

Art. 5º Na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento será realizada a conferência prévia da documentação apresentada, antes do envio ao Departamento de Suporte e Normas, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que emitirá o parecer final sobre o reconhecimento de equivalência do serviço de inspeção, com vistas à sua adesão ao SISBI-POV.

§1º Antes da emissão do parecer final, o Departamento de Suporte e Normas submeterá o pleito à análise do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.

§2º No caso de parecer final desfavorável ao reconhecimento de equivalência do serviço de inspeção, caso permaneça o interesse pela adesão ao SISBI-POV, será preciso a reapresentação da documentação pelo interessado com as adequações necessárias para reavaliação.

Seção II

Dos Municípios e Consórcios Públicos de Municípios

Art. 6º A autoridade competente responsável pelo serviço de inspeção do Município ou consórcio público de Municípios, com interesse no reconhecimento de equivalência para a adesão ao SISBI-POV, deverá encaminhar uma declaração de intenção de adesão ao SISBI-POV à respectiva Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou Unidade Técnica Regional, que enviará ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal para emissão de parecer técnico acerca da oportunidade e conveniência.

§ 1º O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal poderá consultar o Estado acerca da pertinência da adesão de Município e consórcio público de Municípios no âmbito de sua jurisdição.

§ 2º O parecer de que trata o caput levará em consideração também o risco associado à área de atuação, aos estabelecimentos ou produtos registrados.

Art. 7º Após o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal emitir o parecer técnico favorável acerca da oportunidade e conveniência, a autoridade competente responsável pelo serviço de inspeção do Município ou consórcio público de Municípios, com interesse no reconhecimento de equivalência para a adesão ao SISBI-POV, formalizará o pleito junto à respectiva Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou Unidade Técnica Regional, apresentando os documentos constantes do art. 4º desta Portaria.

Parágrafo único. Os consórcios públicos de Municípios devem também apresentar:

I - documentação referente à criação do consórcio; e

II - legislação uniformizada dos serviços de inspeção dos Municípios consorciados.

Art. 8º A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento deverá realizar a conferência prévia da documentação apresentada antes do envio ao serviço de inspeção do estado aderido, ou ao Departamento de Suporte e Normas da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em caso de estado não aderido ao SISBI-POV ou de consórcio público de Municípios composto por municípios de mais de um estado, que fará:

I - análise documental; e

II - auditoria de reconhecimento de equivalência.

§ 1º O serviço de inspeção do Estado terá prazo de noventa dias, contados da data de recebimento da documentação de reconhecimento de equivalência para adesão, para análise da documentação, realização de auditoria de reconhecimento de equivalência para a adesão e manifestação quanto ao deferimento do pedido.

§ 2º O prazo para decisão acerca do pedido poderá ser interrompido uma vez, se houver necessidade de complementação da instrução processual, devendo o demandante ser informado, de maneira clara e exaustiva, acerca de todos os documentos e condições necessárias para complementação da instrução processual.

§ 3º Poderá ser admitida nova interrupção do prazo na hipótese da ocorrência de fato novo durante a instrução do processo.

§ 4º Finalizada a etapa de instrução do processo, o serviço de inspeção do Estado deverá restituí-lo à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que o encaminhará ao Departamento de Suporte e Normas e este, no prazo de trinta dias, fará a análise e emitirá parecer final sobre o reconhecimento de equivalência do serviço de inspeção para a adesão ao SISBI-POV.

§ 5º Antes da emissão do parecer final, o Departamento de Suporte e Normas submeterá o pleito à análise do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO E AUDITORIA DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO

Seção I

Da Avaliação Técnica Prévia

Art. 9º Os serviços de inspeção dos Estados, Distrito Federal, Municípios e consórcios públicos de Municípios, não aderidos ao SISBI-POV, poderão solicitar a avaliação técnica prévia, em caráter de orientação, com vistas à preparação para a solicitação de reconhecimento de equivalência.

§ 1º No caso de Município e consórcio público de Município, a avaliação técnica prévia poderá ser requerida após o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal emitir o parecer técnico favorável acerca da oportunidade e conveniência, previsto no art. 6° desta Portaria;

§ 2º O pedido de avaliação técnica prévia de que trata o caput será apresentado à respectiva Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou Unidade Técnica Regional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 3º Os serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal e de consórcio público de Municípios composto por municípios de mais de um estado terão avaliação técnica prévia realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 4º Os serviços de inspeção dos Municípios e consórcios públicos de Municípios composto por Municípios de um mesmo estado terão a avaliação técnica prévia realizada pelo serviço de inspeção do respectivo estado já aderido ao SISBI-POV.

§ 5º A solicitação de avaliação técnica prévia deverá ser formal e acompanhada da documentação de que tratam os artigos 4° ou 7º desta Portaria, conforme o caso.

§ 6º É vedada a realização de nova avaliação técnica prévia no serviço de inspeção que não apresentar documentação que comprove melhorias frente à avaliação anterior.

Seção II

Da Auditoria de Reconhecimento de Equivalência

Art. 10. O serviço de inspeção estadual aderido realizará a auditoria de reconhecimento de equivalência do serviço de inspeção dos Municípios e de consórcios públicos de Municípios compostos por Municípios de sua jurisdição que apresentarem a documentação prevista nos arts. 4º e 7º desta Portaria.

§ 1º No caso de serviço de inspeção de Estado não aderido e de consórcio público de Municípios composto por municípios de mais de um estado, a auditoria será realizada por equipe designada pela Secretaria de Defesa Agropecuária que cumprirá as etapas previstas nos incisos I a VII do art. 18 desta Portaria.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá realizar auditoria de reconhecimento de equivalência no serviço de inspeção do Estado como diligência do processo de reconhecimento de sua equivalência.

Art. 11. A auditoria de reconhecimento de equivalência realizada pelo serviço de inspeção estadual aderido cumprirá as seguintes etapas:

I - comunicação prévia da auditoria ao serviço de inspeção auditado;

II - encaminhamento prévio do planejamento da auditoria ao serviço de inspeção auditado;

III - realização da auditoria no serviço de inspeção;

IV - realização de reunião final com o serviço de inspeção auditado para a apresentação dos principais achados da auditoria;

V - elaboração de relatório e seu envio ao serviço de inspeção auditado;

VI - apresentação do plano de ação, pelo serviço de inspeção auditado, para correção das não conformidades identificadas na auditoria; e

VII - avaliação do relatório de auditoria e do plano de ação do serviço de inspeção auditado.

Parágrafo único. Podem ser realizadas verificações in loco para avaliação da execução do plano de ação apresentado, visando subsidiar o parecer técnico sobre a equivalência do serviço de inspeção.

Art. 12. No caso das auditorias realizadas pelos serviços de inspeção dos Estados aderidos, toda documentação relativa ao reconhecimento de equivalência do serviço de inspeção do Município ou do consórcio público de Municípios, incluindo o relatório de auditoria e o plano de ação correspondentes, será encaminhada pelo serviço de inspeção do Estado à respectiva Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para conferência e envio ao Departamento de Suporte e Normas.

Art. 13. O Departamento de Suporte e Normas submeterá a documentação relativa ao reconhecimento de equivalência à apreciação do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, antes da avaliação e emissão do parecer final sobre a equivalência do serviço de inspeção para a adesão ao SISBI-POV.

CAPÍTULO IV

DO CADASTRO GERAL E DA MANUTENÇÃO DA ADESÃO AO SISBI-POV

Seção I

Da Atualização do Cadastro Geral

Art. 14. Após a adesão, o serviço de inspeção será habilitado no Cadastro Geral do SISBI-POV, para realizar a inspeção e fiscalização de estabelecimentos e produtos de origem vegetal em sua área de atuação.

Art. 15. O serviço de inspeção aderido deverá manter atualizadas suas informações cadastrais.

Art. 16. Será concedido acesso ao serviço de inspeção aderido para operacionalizar o cadastro e registro dos estabelecimentos e produtos de origem vegetal no sistema informatizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seção II

Da Manutenção da Adesão do Serviço de Inspeção

Art. 17. O serviço de inspeção aderido deverá manter o programa de trabalho atualizado, contemplando o planejamento das atividades, o monitoramento periódico da sua execução e as medidas adotadas para a melhoria do serviço.

Art. 18. O Departamento de Suporte e Normas coordenará a realização de auditoria de manutenção da adesão do serviço de inspeção aderido ao SISBI-POV, cumprindo as seguintes etapas:

I - comunicação prévia da auditoria ao serviço de inspeção aderido;

II - encaminhamento prévio do planejamento da auditoria ao serviço de inspeção aderido;

III - realização da auditoria no serviço de inspeção e em amostra dos estabelecimentos registrados na área de atuação do serviço;

IV - realização de reunião final com o serviço de inspeção para a apresentação dos principais achados da auditoria;

V - elaboração de relatório e envio ao serviço de inspeção;

VI - apresentação do plano de ação, pelo serviço de inspeção, para correção das não conformidades identificadas na auditoria;

VII - avaliação do plano de ação do serviço de inspeção pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal; e

VIII - emissão de parecer, pelo Departamento de Suporte e Normas, sobre a conformidade da equivalência do serviço de inspeção.

§ 1º Poderão ser realizadas verificações in loco para avaliação da execução do plano de ação aprovado, visando subsidiar o parecer técnico sobre a manutenção da equivalência do serviço de inspeção.

§2º A frequência das auditorias de manutenção da adesão será definida de acordo com o risco estimado associado ao serviço de inspeção, estabelecimentos e produtos registrados em sua área de atuação, bem como em função de outras motivações, como denúncias ou demandas judiciais.

CAPÍTULO V

DA DESABILITAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO

Art. 19. A constatação de não conformidades relacionadas à equivalência do serviço de inspeção, considerando sua natureza e gravidade, acarretará as seguintes medidas:

I - desabilitação temporária do serviço de inspeção:

a) parcial do serviço de inspeção, relativa à determinada área de atuação ou atividade da respectiva área; ou

b) total do serviço de inspeção, relativa a todas as áreas de atuação ou atividade da respectiva área.

II - desabilitação definitiva do serviço de inspeção.

§ 1º Implica na desabilitação temporária do serviço de inspeção:

a) a não manutenção dos requisitos elencados no Capítulo I desta Portaria;

b) o não cumprimento das atividades e metas previstas e aprovadas no programa de trabalho de forma a comprometer os objetivos do SISBI-POV;

c) a falta de atendimento tempestivo a solicitações formais de informações; ou

d) falhas na inserção e atualização de dados nos sistemas de informação.

§2º A desabilitação temporária será revogada após a correção das não conformidades que as motivaram.

§ 3º Se o serviço de inspeção aderido permanecer sob desabilitação temporária por mais de 6 (seis) meses, poderá ser desabilitado em definitivo.

§ 4º Uma vez desabilitado em definitivo, o serviço de inspeção interessado poderá iniciar novo processo de adesão ao SISBI-POV.

Art. 20. No caso das desabilitações previstas nos incisos I e II do art. 19, o serviço de inspeção deverá comunicar a situação aos estabelecimentos a ele vinculados, que passam a se reportar diretamente à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. Outros órgãos fiscalizadores, organizações representativas da sociedade, da região ou setores afetados podem ser comunicados, quando for o caso, conforme determinado no § 2º do art. 135, do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 21. O serviço de inspeção já aderido ao SISBI-POV deve se adequar aos dispositivos desta Portaria em 1(um) ano.

Parágrafo único. Caso o serviço de inspeção aderido não se adeque dentro do prazo definido, ficará sujeito às desabilitações previstas nesta Portaria.

Art. 22. Até que seja disponibilizado, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o sistema informatizado específico para Cadastro Geral do SISBI-POV, as informações referidas no inciso VI do art. 3º e no art. 17 desta Portaria serão encaminhadas à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou Unidade Técnica Regional no Estado de atuação, para a devida constituição de processo no Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A adesão dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios públicos de Municípios ao SISBI-POV ou sua desabilitação será publicada no Diário Oficial da União por meio de Portaria do Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 24. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibilizará os modelos dos documentos de que trata esta Portaria no sítio eletrônico https://www.gov.br/agricultura/pt-br//.

Art. 25. A Secretaria de Defesa Agropecuária poderá colaborar nas avaliações realizadas pelos serviços de inspeção dos Estados aderidos ao SISBI-POV, nos Municípios e consórcios públicos de Municípios, desde que haja solicitação formal.

Art. 26. O serviço de inspeção aderido deve garantir a participação dos estabelecimentos incluídos no Cadastro Geral do SISBI-POV nos programas de controle de produtos de origem vegetal estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 27. A análise de pedido de reconhecimento de equivalência de serviços de inspeção do Município ou consórcio público de Municípios observará a previsão de delegação definida em lei específica.

Art. 28. Fica revogada a Instrução Normativa MAPA nº 20, de 1º de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União, nº 124, Seção 1, página 8, de 2 de julho de 2014.

Art. 29. Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 14, DE 26 DE MAIO DE 2021

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das SFAs, aprovado pela Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018 e, considerando o que consta no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e na Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e no processo 21024.008977/2020-29, resolve:

Art. 1º Habilitar a Médica Veterinária KIVIA CARDOSO OLIVEIRA, inscrito no CRMV-MT sob n.º 6123, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de EQUÍDEOS RUMINANTES EM EVENTOS COM AGLOMERÇÕES ANIMAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL

RESOLUÇÃO Nº 81, DE 27 DE MAIO DE 2021

Aprova a distribuição do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR para o exercício de 2021.

O Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural - CGSR, no exercício da competência que lhe confere o parágrafo 1º, do artigo 1º, da Resolução nº 65, de 11 de março de 2019, observado o disposto no inciso IV do artigo 5º do Regimento Interno do CGSR, editado pela Resolução nº 5, de 3 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar a distribuição do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR para o exercício de 2021, nos montantes do anexo a esta Resolução, em todo Território Nacional, observados os limites de disponibilidade de empenho e pagamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO LOYOLA
Presidente do CGSR
Substituto

ANEXO

Mês	Cultura	Valor
Junho	Grãos de Inverno[1]	R$ 400.000.000
	Grãos de Verão[2]	R$ 85.000.000
	Milho 1ª safra	R$ 20.000.000
	Frutas	R$ 60.000.000
	Pecuário	R$ 6.000.000
	Florestas	R$ 1.000.000
	Grãos de Verão[2] (Norte/Nordeste)	R$ 38.000.000
	Milho 1ª safra (Norte/Nordeste)	R$ 12.000.000
	Projeto-Piloto Pronaf (grãos de verão)	R$ 25.000.000
	Projeto-Piloto Pronaf (milho 1ª safra)	R$ 20.000.000
	Projeto-Piloto Pronaf (banana/maçã/uva)	R$ 5.000.000
	Outros[3]	R$ 21.133.646
Total	-	**R$ 693.133.646**

[1]Grãos de Inverno: aveia, canola, cevada, centeio, milho 2ª safra, feijão 2ª safra, sorgo, trigo e triticale.
[2]Grãos de Verão: Algodão, amendoim, arroz, fava, feijão 1ª safra, girassol e soja.
[3]Outros: aquícola, café, cana-de-açúcar e olerícolas.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 319, DE 26 DE MAIO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Prevenção e Controle do Cancro Europeu - PNCE, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto no Decreto n° 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto n° 5.759, de 17 de abril de 2006, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta do Processo nº 21000.002497/2018-16, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Instituir o Programa Nacional de Prevenção e Controle do Cancro Europeu - PNCE, cujo agente etiológico é o fungo *Neonectria ditíssima*, na forma desta Portaria e dos seus Anexos.

Art. 2º O PNCE visa ao fortalecimento do sistema de produção agrícola de hospedeiros da praga, conforme lista oficial de Pragas Quarentenárias Presentes, estabelecendo os critérios e procedimentos para a contenção de *Neonectria ditissima*.

§ 1º Os critérios e procedimentos constantes desta Portaria constituem-se em padrão mínimo, os quais podem ser complementados pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal - OEDSV da Unidade da Federação - UF.

§ 2º Os critérios e procedimentos estabelecidos por esta Portaria serão aplicados para material propagativo e frutos de hospedeiros da praga, constantes da lista oficial de Pragas Quarentenárias Presentes.

§ 3º Para efeitos desta Portaria, ficam aprovados os modelos de declaração da situação do Cancro Europeu no viveiro, constante do Anexo I, e de declaração da situação do Cancro Europeu no pomar, constante do Anexo II.

Art. 3º O PNCE será coordenado pelo Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e executado pelas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com os Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal - OEDSV.

Art. 4º Ficam instituídos, em todo o território nacional, na forma desta Portaria, os critérios e procedimentos para classificação e manutenção do status fitossanitário relativo à praga *Neonectria ditissima*, causadora da doença denominada Cancro Europeu, e respectivas medidas de prevenção e controle.

§ 1º Os status fitossanitários de que trata o **caput** são:

I - UF Sem Ocorrência; e

II - UF Com Ocorrência.

§ 2º Considera-se Unidade da Federação - UF Sem Ocorrência da praga *Neonectria ditissima* aquela não relacionada na lista oficial de pragas quarentenárias presentes, desde que atendidos os critérios para a manutenção desse status, previstos nesta Portaria.

§ 3º Considera-se Unidade da Federação - UF Com Ocorrência da praga *Neonectria ditissima* aquela relacionada na lista oficial de pragas quarentenárias presentes.

CAPÍTULO II
PROCEDIMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO STATUS FITOSSANITÁRIO DE UF SEM OCORRÊNCIA

Art. 5º A manutenção do reconhecimento, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do status fitossanitário de UF Sem Ocorrência de *Neonectria ditissima* fica condicionada à:

I - realização anual de levantamentos fitossanitários de detecção na UF;

II - cadastro georreferenciado de propriedades com cultivo de hospedeiros da praga;

III - controle do trânsito de material propagativo e de frutos de hospedeiros da praga.

Art. 6º Os levantamentos fitossanitários serão realizados em, no mínimo, dez por cento dos imóveis com produção comercial e em todas as plantas fornecedoras de material de propagação das espécies hospedeiras da praga, de maneira a se obter uma cobertura geográfica representativa da UF.

§ 1º As plantas com sintomas de Cancro Europeu, detectadas durante os levantamentos a que se refere este artigo, serão identificadas, amostradas e as amostras enviadas a Laboratório da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, para análises de diagnóstico fitossanitário.

§ 2º O envio de amostra de controle oficial para diagnóstico fitossanitário não se caracteriza como trânsito vegetal.

Art. 7º O OEDSV deverá realizar cadastramento georreferenciado de todos os imóveis de produção comercial, viveiros e campos de plantas fornecedoras de material de propagação vegetal de espécies hospedeiras da praga.

Art. 8º O OEDSV deverá elaborar Plano de Contingência visando ações imediatas a serem adotadas em caso de detecção da praga, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes ações:

I - vigilância fitossanitária por meio de levantamentos anuais de detecção da praga;

II - controle do trânsito de frutos e material de propagação vegetal de plantas hospedeiras da praga;

III - medidas fitossanitárias emergenciais de controle da praga;

IV - cronograma de capacitação da equipe técnica para executar as ações previstas no Plano de Contingência.

§ 1º O OEDSV deverá apresentar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento o Plano de Contingência, para aprovação, no prazo de cento e vinte dias após a entrada em vigor desta Portaria.

§ 2º A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento analisará o Plano de Contingência e emitirá parecer pela sua aprovação ou desaprovação no prazo de 30 dias a contar de seu recebimento, informando a conclusão ao Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas.

§ 3º A implantação e execução do Plano de Contingência é obrigatória para a manutenção do status fitossanitário de UF Sem Ocorrência de *Neonectria ditissima*.

§ 4º O OEDSV deverá apresentar, no prazo máximo de um ano após a publicação desta IN, os resultados das ações estabelecidas pelo Plano de Contingência.

Art. 9º A documentação referente às ações executadas pelo OEDSV deverá estar disponível à unidade de sanidade vegetal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 10. A unidade de sanidade vegetal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento emitirá e encaminhará ao Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas parecer técnico conclusivo quanto ao cumprimento das ações de manutenção do status de UF Sem Ocorrência.

Parágrafo único. O Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas poderá fazer uso de outras informações técnicas, bem como solicitar ações complementares à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a fim de subsidiar a manifestação oficial acerca da manutenção do reconhecimento do status fitossanitário de Área Sem Ocorrência.

Art. 11. Comprovada oficialmente a ocorrência da praga na UF, o OEDSV procederá a delimitação da área de ocorrência, e implementará medidas fitossanitárias emergenciais de controle da praga, previstas no Plano de Contingência, informando os resultados à unidade de sanidade vegetal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. Constatada a impossibilidade de manutenção do status de UF Sem Ocorrência, o OEDSV deverá, imediatamente, comunicar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando a alteração do status fitossanitário.

CAPÍTULO III
PROCEDIMENTOS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE EM UF COM OCORRÊNCIA

Seção I

Da produção e comercialização

Art. 12. A produção, o beneficiamento e o transporte de material propagativo e de frutos das espécies hospedeiras, provenientes de UF Com Ocorrência, para fins de certificação fitossanitária de origem e de trânsito de vegetais, obedecerá também ao estabelecido na legislação relativa à certificação e trânsito de vegetais.

Seção II

Das Medidas de Prevenção e Controle em Pomares

Art. 13. Em Unidades de Produção, certificadas ou não, com incidência de até cinco por cento, as plantas com sintomas deverão ser arrancadas e incineradas.

Parágrafo único. As plantas vizinhas deverão ser marcadas, vistoriadas mensalmente e em caso de contaminação deverão ser eliminadas conforme previsto no **caput**.

Art. 14. Nas Unidades de Produção, certificadas ou não, com incidência superior a cinco por cento de plantas com sintomas da praga *Neonectria ditissima*, deverão ser realizados os seguintes procedimentos:

I - eliminação e incineração de todos os ramos que apresentarem cancros, sendo realizadas no mínimo quatro intervenções (vistorias) antes dos períodos: poda, raleio, colheita e queda de folhas. Após a retirada do ramo com cancro, constatando-se a presença de necrose interna no corte de poda, este fragmento deverá ser retirado até a não observação de necrose na planta;

II - quando o tronco estiver comprometido (com sintoma) as plantas deverão ser arrancadas e incineradas, independentemente do nível da área afetada;

III - todas as ferramentas utilizadas na remoção dos ramos com cancros e na retirada dos tecidos afetados pelos cancros deverão ser limpas com desinfetante.

Parágrafo único. As plantas com menos de três anos que apresentarem sintomas deverão ser arrancadas e incineradas.

Seção III

Das Medidas de Prevenção e Controle em Unidades de Produção de Mudas (viveiros)

Art. 15. Os viveiros de espécies hospedeiras da praga, inclusive aqueles para uso próprio, bem como os respectivos matrizeiros de porta-enxertos e de copa, deverão obedecer aos seguintes procedimentos:

I - estar localizados a pelo menos dez quilômetros de distância de pomares com registro de ocorrência da praga *Neonectria ditissima*;

II - sempre que realizada uma prática que cause ferimentos, as plantas deverão ser pulverizadas com fungicidas protetores antes do início da prática e até sete dias após a sua realização.

Parágrafo único. Nos viveiros comerciais o Responsável Técnico deverá solicitar ao OEDSV a inscrição da Unidade de Produção com antecedência mínima de noventa dias do plantio.

Seção IV

Das inspeções e vistorias

Art. 16. O OEDSV deverá realizar cadastro georreferenciado das propriedades com cultivo de hospedeiros da praga e, anualmente, levantamento em no mínimo dez por cento dos pomares comerciais, visando determinar a ocorrência de *Neonectria ditissima*.

Art. 17. O OEDSV realizará inspeções fitossanitárias anuais nas Unidades de Produção de mudas (para fins comerciais e uso próprio) e de matrizeiros de copa e porta-enxertos.

§ 1º Quando detectadas plantas com sintomas suspeitos do Cancro Europeu, deverá ser coletada amostra e enviada para análise em laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo que as mudas somente poderão ser comercializadas após comprovação laboratorial da ausência da praga.

§ 2º Se o resultado da análise indicar a presença de *Neonectria ditíssima*, todas as plantas da Unidade de Produção deverão ser arrancadas e incineradas às custas do produtor.

Art. 18. No período de pré-arranquio das mudas, o Responsável Técnico da Unidade de Produção, deverá inspecionar cem por cento do material de propagação.

§ 1º Quando detectadas plantas com sintomas suspeitos do Cancro Europeu, deverá ser coletada amostra e enviada para análise em laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo que as mudas somente poderão ser comercializadas após comprovação laboratorial da ausência da praga.

§ 2º Se o resultado da análise indicar a presença de *Neonectria ditíssima*, todas as plantas da Unidade de Produção deverão ser arrancadas e incineradas às custas do produtor.

§ 3º Os resultados referentes às análises mencionadas nos parágrafos 1º e 2º deste artigo deverão ser encaminhados ao OEDSV, conforme modelo estabelecido no Anexo I desta Portaria.

Art. 19. O Responsável Técnico ou responsável legal do pomar deverá declarar ao OEDSV até o dia 15 de outubro de cada ano a presença ou não de *Neonectria ditissima* e a incidência de plantas com sintomas, conforme modelo estabelecido no Anexo II desta Portaria.

Parágrafo único. Para determinação da incidência de plantas com sintomas, prevista no **caput**, deverá ser realizado o "Plano Amostral para Estimação do Cancro Europeu" desenvolvido pela Embrapa Uva e Vinho.

Art. 20. Todos os procedimentos executados pelo responsável técnico, produtor ou preposto, estabelecidos por esta Portaria, deverão ter registros auditáveis, disponíveis para consulta pela fiscalização.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS PARA O TRÂNSITO INTERESTADUAL

Art. 21. O trânsito de material propagativo e de frutos de espécies hospedeiras da praga, proveniente de UF Sem Ocorrência deverá ser amparado por Permissão de Trânsito de Vegetais - PTV com a seguinte Declaração Adicional (DA): "A partida é originária de UF Sem Ocorrência de Cancro Europeu".

Art. 22. O trânsito de material propagativo e de frutos de espécies hospedeiras da praga, proveniente de UF Com Ocorrência deverá ser amparado por Permissão de Trânsito de Vegetais - PTV, baseado em Certificado Fitossanitário de Origem - CFO, ou Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado - CFOC.

§ 1º Para frutos, deverá constar nos documentos previstos no **caput** a seguinte Declaração Adicional: "Na Unidade de Produção e/ou Unidade de Consolidação foram adotados os procedimentos de controle e prevenção previstos na Portaria [citar o número desta norma] e os frutos não apresentam sintomas de *Neonectria ditissima*".

§ 2º Quando tratar-se de material propagativo, exceto material **in vitro**, deverá constar nos documentos previstos no **caput** a seguinte Declaração Adicional: "A Unidade de Produção, encontra-se localizada a uma distância mínima de dez quilômetros de pomares com registro de ocorrência da praga *Neonectria ditissima*, foi inspecionada oficialmente durante o período de produção e não foi constatada a presença de sintomas do Cancro Europeu."

§ 3º O trânsito de bins, caixas, embalagens vazias e acessórios entre unidades federativas, municípios e pomares deverá estar livre de restos culturais.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Até o dia 31 de dezembro de cada ano, o OEDSV deverá encaminhar à área de sanidade vegetal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na respectiva Unidade da Federação, relatório anual, contendo o resultado das ações previstas nesta Portaria.

Parágrafo único. A unidade de sanidade vegetal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento emitirá e encaminhará ao Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas parecer técnico conclusivo quanto ao cumprimento das ações previstas nesta Portaria.

Art. 24. A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Unidade da Federação, deverá acompanhar a execução das ações previstas no PNCE, bem como a adoção de medidas corretivas.

Art. 25. Os pomares onde não forem adotadas as medidas estabelecidas nesta Portaria, infectados por *Neonectria ditissima*, comprovado por laudo laboratorial oficial, deverão ser destruídos às custas do proprietário.

Art. 26. O OEDSV, quando identificar imóveis com plantas contaminadas de espécies hospedeiras da praga, sem finalidade comercial ou em condição de quintal, promoverá a eliminação de todas as plantas.°

Art. 27. O não cumprimento do disposto nesta Portaria acarretará ao infrator as sanções estabelecidas pela legislação estadual e federal de defesa sanitária vegetal.

Art. 28. Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de junho de 2021.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL
Secretário de Defesa Agropecuária

ANEXO I

DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DO CANCRO EUROPEU NO VIVEIRO

ANO DA SAFRA _____

Nome do produtor/Empresa:		
Endereço:		
Município:	CEP:	
CNPJ/CPF:	UF:	
Código da Unidade de Produção n°		
Inscrição no RENASEM n°		
Após inspeção realizada na unidade de produção anteriormente codificada, declaro que a detecção de plantas sintomáticas para Cancro Europeu deu-se de forma:		
( ) Positiva		
( ) Negativa		
Caso for positivo preencher os dados a seguir:		
Lote	Espécie	Representatividade do lote
Dados do Responsável Técnico		
Nome:	CREA:	
Habilitação n°		
Local e Data:		
Assinatura e carimbo:		

ANEXO II

DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DO CANCRO EUROPEU NO POMAR

ANO DA SAFRA: _____

Nome do Produtor / Empresa:				
Endereço:				
Município:		CEP:		
CNPJ/CPF:		UF:		
Código da Unidade de Produção n°				
Coordenadas Geográficas: S ; W				
Área (Ha):				
Após inspeção realizada na unidade de produção acima relacionada, declaro que a detecção de plantas sintomáticas para Cancro Curopeu deu-se de forma:				
( ) Positiva				
( ) Negativa				
Plano de Amostragem				
Identificação da Quadra /nº de plantas	Data de Amostragem	N° Plantas/Amostra (n)	N° Plantas com sintomas (i)	% Plantas com sintomas (100x i/n)
Caso for positivo preencher os dados a seguir:				
Identificação da Quadra	Espécie	Cultivar	Idade	Origem das Mudas

Dados do Responsável Técnico		
Nome:		CREA:
Habilitação n°		
Local e Data:		
Assinatura e carimbo:		

PORTARIA Nº 320 , DE 26 DE MAIO DE 2021

Altera a Instrução Normativa SDA/MAPA nº 26, de 08 de maio de 2020, que estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de produtos hospedeiros de *lobesia botrana.*

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto n.º 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 25, de 7 de abril de 2020, e considerando o que consta do Processo nº 21000.037119/2018-45, resolve:

Art. 1° Alterar o Anexo II da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 26, de 8 de maio de 2020, publicada no D.O.U. de 14 de maio de 2020, Seção I, pág. 11. que passa a vigorar na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de junho de 2021.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

ANEXO II

Origem	Produto: Material de Propagação Vegetal, exceto sementes e "in vitro" (Categoria 4, Classe 1)	Declaração Adicional
Argentina	Mirtilo (*Vaccinium* spp.) Ameixa (*Prunus domestica*)	"O envio foi inspecionado e encontra-se livre da praga *Lobesia botrana".*
França	Mudas de raiz nua e bacelos de videira (*Vitis vinifera*)	
Itália	Mudas e estacas de videira (*Vitis* spp.)	
Portugal	Mudas de videira (*Vitis vinifera*)	

PORTARIA Nº 321, DE 26 DE MAIO DE 2021

Alteração de requisitos fitossanitários para sementes de sorgo da Austrália e sementes de tomate de Espanha, Israel e Japão.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto n.º 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 2 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Portaria MAPA nº 65, de 30 de março de 2021, na Instrução Normativa nº 25, de 7 de abril de 2020, e o que consta do Processo nº 21000.023306/2021-47, resolve:

Art. 1° Alterar os Anexos IV, XIII, XXIV e XXVI da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 16, de 26 de agosto de 2015, publicada no D.O.U. nº 164, Seção 1, páginas 11 a 17, de 27 de agosto de 2015, que passam a vigorar na forma dos anexos a esta Portaria.

Art. 2° Fica revogada a Instrução Normativa SDA/MAPA nº 23, de 3 de julho de 2017, publicada no D.O.U. nº 126, Seção 1, página 2, de 4 de julho de 2017.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de junho de 2021.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

ANEXO IV - ORIGEM: AUSTRÁLIA

Nome Científico da Cultura	**Nome Científico da Praga**	**Exigências**
Allium cepa	*Ditylenchus dipsaci*	DA5 ou DA15
Apium graveolens	*Strawberry latent ringspot vírus*	DA7 ou DA15
Axonopus affinis		DA não requerida
Beta vulgaris	*Arabis mosaic virus*	DA7 ou DA15
	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Brassica campestris var. pekinensis		DA não requerida
Brassica napus		DA não requerida
Brassica oleracea var. botrytis		DA não requerida
Brassica oleracea var. capitata		DA não requerida
Brassica oleracea var. italica		DA não requerida
Cichorium endivia		DA não requerida
Cichorium intybus		DA não requerida
Coriandrum sativum	*Protomyces macrosporus*	DA5 ou DA15
Cynodon dactylon	*Xanthomonas oryzae pv. oryzae*	DA5 ou DA15
Daucus carota		DA não requerida
Echinochloa utilis = Echinochloa esculenta	*Colletotricum echinochloae*	DA5 ou DA15
Foeniculum vulgare		DA não requerida
Gossypium spp.		DA não requerida
Lactuca sativa	*Arabis mosaic virus*	DA7 ou DA15
Lens esculenta	*Botrytis fabae*	DA5 ou DA15
	Peronospora viciae	DA5 ou DA15
Medicago sativa	*Clavibacter michiganensis* subsp. *insidiosus*	DA5 ou DA15
Sorghum bicolor	*Alphitobius laevigatus*	DA1 ou DA2
	Liposcelis paeta	DA1 ou DA2
	Periconia circinata	DA5 ou DA15
	Sitophilus granarius	DA1 ou DA2
Trifolium resupinatum	*Clavibacter michiganensis* subsp. *insidiosus*	DA5 ou DA15
Trifolium spp.	*Clavibacter michiganensis* subsp. *insidiosus*	DA5 ou DA15
	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Zea mays	*Latheticus oryzae*	DA1 ou DA2
	Liposcelis paeta	DA1 ou DA2
	Sitophilus granarius	DA1 ou DA2
	Trogoderma variabile	DA1 ou DA2

ANEXO XIII - ORIGEM: ESPANHA

Nome Científico da Cultura	**Nome Científico da Praga**	**Exigências**
Allium cepa	*Ditylenchus dipsaci*	DA5 ou DA15
Brassica oleracea var. *botrytis*		DA não requerida

Brassica oleracea var. *italica*		DA não requerida
Capsicum annuum		DA não requerida
Chamaerops humilis		DA não requerida
Cucumis melo	*Cucumber green mottle mosaic virus*	DA15
Cucurbita pepo		DA não requerida
Lactuca sativa	*Arabis mosaic virus*	DA7 ou DA15
Lycopersicon esculentum = Solanum lycopersicon	*Pelargonium zonate spot virus*	DA7 ou DA15
	Pepino mosaic virus	DA15
	Potato spindle tuber viroid	DA15
	Tomato bushy stunt virus	DA5 ou DA15

ANEXO XXIV - ORIGEM: ISRAEL

Nome Científico da Cultura	Nome Científico da Praga	Exigências
Allium cepa	*Ditylenchus dipsaci*	DA5 ou DA15
Cucumis sativus	*Cucumber green mottle mosaic virus*	DA15
Lycopersicon esculentum = Solanum lycopersicon	*Pelargonium zonate spot virus*	DA7 ou DA15

ANEXO XXVI - ORIGEM: JAPÃO

Nome Científico da Cultura	Nome Científico da Praga	Exigências
Abelmoschus esculentus		DA não requerida
Ageratum houstonianum = Ageratum mexicanum		DA não requerida
Allium cepa	*Ditylenchus dipsaci*	DA5 ou DA15
Allium fistulosum		DA não requerida
Allium tuberosum		DA não requerida
Antirrhinum majus		DA não requerida
Apium graveolens		DA não requerida
Arctium lappa		DA não requerida
Asparagus officinalis	*Asparagus virus 2*	DA5 ou DA15
Bellis perennis		DA não requerida
Beta vulgaris	*Arabis mosaic virus*	DA7 ou DA15
	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
	Tomato black ring virus	DA7 ou DA15
Brassica campestris var. chinensis		DA não requerida
Brassica campestris var. pekinensis		DA não requerida
Brassica juncea		DA não requerida
Brassica oleracea var. acephala		DA não requerida
Brassica oleracea var. botrytis		DA não requerida
Brassica oleracea var. capitata		DA não requerida
Brassica oleracea var. gemmifera		DA não requerida
Brassica oleracea var. gongylodes		DA não requerida
Brassica oleracea var. italica		DA não requerida
Brassica rapa		DA não requerida
Browallia speciosa		DA não requerida
Calceolaria x herbeohybrida		DA não requerida
Calendula officinalis		DA não requerida
Callistephus chinensis		DA não requerida
Campanula medium		DA não requerida
Canna indica		DA não requerida
Capsicum annuum		DA não requerida
Capsicum frutescens		DA não requerida
Carica papaya		DA não requerida
Carthamus tinctorius		DA não requerida
Catharanthus roseus		DA não requerida
Celosia argentea = Celosia cristata = Celosia plumosa		DA não requerida
Chrysanthemum morifolium		DA não requerida
Cineraria cruenta		DA não requerida
Citrullus lanatus	*Cucumber green mottle mosaic virus*	DA15
Plectranthus scutellarioides = Coleus blumei = Solenostemon escutellariodes = Coleus hybridus		DA não requerida
Cosmos bipinnatus		DA não requerida
Cucumis melo	*Cucumber green mottle mosaic virus*	DA15
	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Cucumis sativus	*Cucumber green mottle mosaic virus*	DA15
Cucurbita maxima		DA não requerida
Cucurbita maxima x C.moschata		DA não requerida
Cucurbita moschata		DA não requerida
Cycas revoluta		DA não requerida
Cyclamen persicum		DA não requerida
Dahlia pinnata = Dahlia variabilis		DA não requerida
Daucus carota		DA não requerida
Dianthus caryophyllus	*Erwinia rhapontici*	DA5 ou DA15
Dianthus chinensis	*Erwinia rhapontici*	DA5 ou DA15
Eustoma grandiflorum		DA não requerida
Exacum affine		DA não requerida
Godetia grandiflora = Godetia amoena = Clarkia amoena		DA não requerida
Gomphrena globosa		DA não requerida
Hibiscus moscheutos		DA não requerida
Impatiens walleriana		DA não requerida
Lactuca sativa	*Arabis mosaic virus*	DA7 ou DA15
	Tomato black ring virus	DA7 ou DA15
Lagenaria siceraria	*Cucumber green mottle mosaic virus*	DA5 ou DA15
	Fusarium oxysporum f. sp. lagenariae	DA5 ou DA15
Limonium sinuatum		DA não requerida
Lobelia erinus		DA não requerida
Lobularia maritima = Alysson maritimum		DA não requerida
Lycopersicon esculentum = Solanum lycopersicon	*Potato spindle tuber viroid*	DA15
	Tomato black ring virus	DA15
	Tomato ringspot virus	DA15
Matthiola incana		DA não requerida
Mimulus x hybridus		DA não requerida
Momordica charantia	*Cucumber green mottle mosaic virus*	DA5 ou DA15
Osteospermum ecklonis		DA não requerida
Perilla frutescens		DA não requerida
Petunia grandiflora		DA não requerida
Petunia x atkinsiana = Petunia x hybrida	*Asparagus virus 2*	DA5 ou DA15
Petunia x atkinsiana = Petunia x hybrida	*Potato spindle tuber viroid*	DA5 ou DA15
Phlox drummondii	*Ditylenchus dipsaci*	DA5 ou DA15
Platycodon grandiflorus		DA não requerida
Primula acaulis = Primula vulgaris		DA não requerida
Primula elatior		DA não requerida
Ranunculus asiaticus		DA não requerida
Raphanus sativus = Raphanus acanthiformis		DA não requerida
Rudbeckia sp.		DA não requerida
Salvia splendens		DA não requerida
Sinningia speciosa		DA não requerida
Solanum melongena		DA não requerida
Spinacea oleracea		DA não requerida
Tagetes patula		DA não requerida
Torenia fournieri		DA não requerida
Viola cornuta		DA não requerida
Viola tricolor	*Mycocentrospora acerina*	DA5 ou DA15
Viola wittrockiana	*Mycocentrospora acerina*	DA5 ou DA15
Zinnia elegans		DA não requerida
Zinnia hybrida		DA não requerida

PORTARIA Nº 322, DE 26 DE MAIO DE 2021

Reconhece Área Livre de Sigatoka Negra - Mycosphaerella fijiensis (Morelet) Deighton em municípios do Estado de Minas Gerais.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, na Instrução Normativa SDA nº 17, de 31 de maio de 2005, e o que consta do Processo nº 21028.003536/2019-67, resolve:

Art. 1º Reconhecer oficialmente como Área Livre de Sigatoka Negra - Mycosphaerella fijiensis (Morelet) Deighton os seguintes municípios do Estado de Minas Gerais:

I - Região Central: Araçaí, Baldim, Barão de Cocais, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Bom Jesus do Amparo, Bonfim, Brumadinho, Caetanópolis, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Cordisburgo, Esmeraldas, Florestal, Funilândia, Ibirité, Igarapé, Inhaúma, Itabira, Itabirito, Itatiaiuçú, Jaboticatubas, Jequitibá, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Moeda, Nova Lima, Nova União, Paraopeba, Pedro Leopoldo, Prudente de Morais, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Barbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Sete Lagoas, Taquaraçú de Minas e Vespasiano;

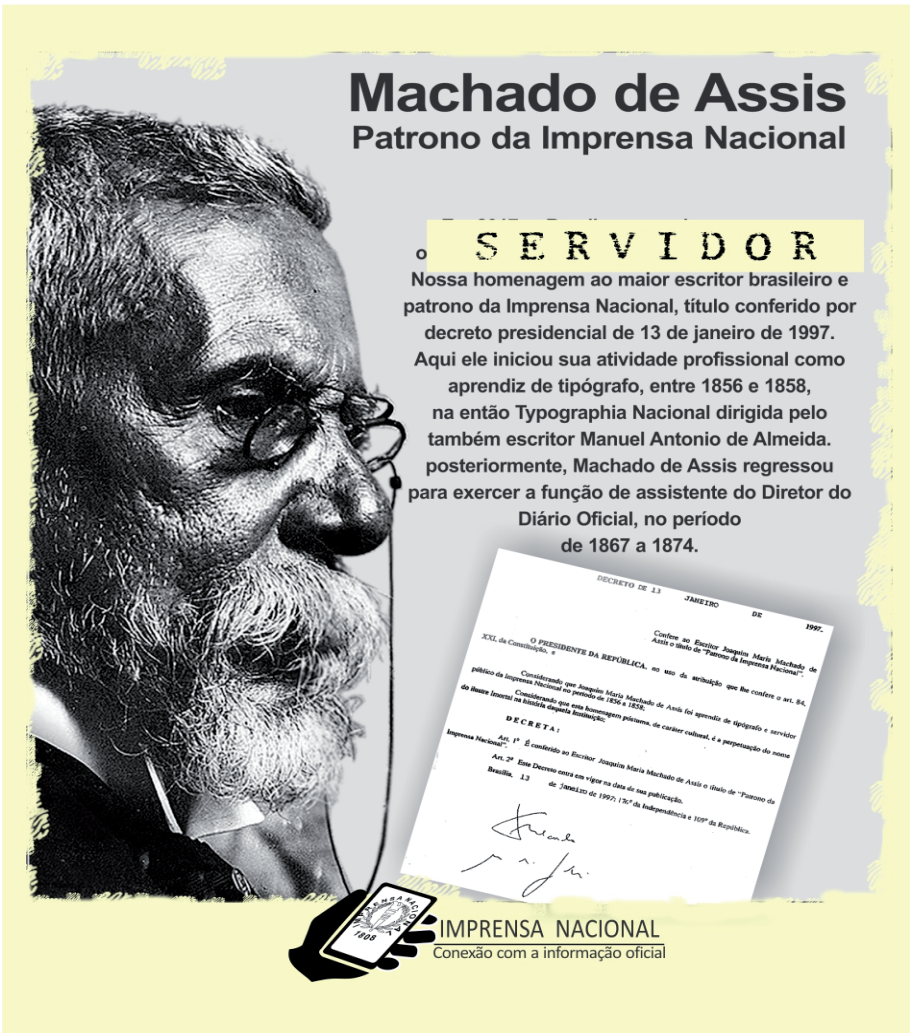
II - Região da Zona da Mata: Alto Rio Doce, Aracitaba, Barbacena, Coronel Pacheco, Desterro do Melo, Divinésia, Dores do Turvo, Ervália, Guarani, Guidoval, Guiricema, Juiz de Fora, Mercês, Oliveira Fortes, Paiva, Piau, Piraúba, Rio Pomba, Rodeiro, Santa Bárbara do Tugúrio, São Geraldo, São Sebastião da Vargem Alegre, Silveirânia, Tocantins, Ubá e Visconde do Rio Branco.

Art. 2º Fica permitido o trânsito de plantas e partes de plantas de bananeira (Musa spp. e seus cultivares) e de helicônias da Área Livre da Praga Sigatoka Negra no Estado de Minas Gerais para qualquer outra Unidade da Federação.

Art. 3º A condição de Área Livre da praga será mantida por tempo indeterminado, desde que sejam observadas as exigências para a sua manutenção, dispostas na Instrução Normativa SDA nº 17, de 31 de maio de 2005.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de junho de 2021.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL



Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Conjunta Nº 7, de 14 de setembro de 2020, do Ministério da Cidadania, publicada no Diário Oficial da União Nº 178, de 16 de setembro de 2020, Seção 1, página 239,
Onde se lê:
"LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES
Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia"
Leia-se:
"LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES
Presidente do Instituto Nacional de Seguro Social
BRUNO BIANCO LEAL
Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia"

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/SEDS/SEISP/COAP/MC, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, nos temos do §1º do art. 2 da Portaria n° 2.462, de 6 de setembro de 2018, resolve:

Atualizar a especificação do Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água nº 02: Cisterna Calçadão de 52 mil litros, nos termos do art. 15 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.

Nos termos do art. 2°, III, do Decreto n. 10.139, de 28 de novembro de 2019, este ato designa-se como Instrução Normativa.

No âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, o modelo da tecnologia social denominada Cisterna Calçadão deverá observar as seguintes especificações.

A Cisterna Calçadão tem como objetivo captar e reservar água de chuva para atender a demanda de água de uma família para a produção de alimentos e para a dessedentação animal, prioritariamente.

A tecnologia de que trata esta Instrução Normativa é composta por um reservatório de placas de alvenaria com capacidade para armazenar até 52 mil litros de água, interligado a uma área de captação de 200 m² feita de placas de alvenaria e delimitada por um meio fio localizado em plano mais elevado que o reservatório, contendo ainda os seguintes acessórios: placa de identificação, bomba elétrica, tampa, cadeado e caixa d'água com suporte.

O procedimento para a instalação dessa cisterna e do calçadão se baseia na montagem de placas de alvenaria pré-moldadas e confeccionadas próxima ao domicílio do beneficiário, tendo as estruturas do reservatório reforçadas com ferro e arame na base, parede e cobertura.

A implantação da tecnologia social é realizada por equipe específica responsável pelas seguintes atividades:

Mobilização, seleção e Cadastramento das famílias:

mobilização, que envolve a realização de encontros locais e territoriais para o planejamento das ações a serem desenvolvidas e o trabalho de mobilização da comunidade para a implementação participativa do projeto e a identificação, seleção e cadastramento das famílias, conduzido a partir da capacitação e envolvimento de lideranças sociais e do poder público local que organizam as reuniões comunitárias, orientam as visitas domiciliares, validam o processo seletivo e acompanham todo o processo de implementação;

seleção, que envolve identificação de locais com condições de solo apropriadas para a construção do barreiro e a identificação das famílias a serem atendidas, conforme critérios de priorização; e

cadastramento dos beneficiários no sistema informatizado SIG Cisternas.

Capacitação:

Capacitação das famílias em gestão da água para a produção de alimentos: orientação e capacitação dos beneficiários sobre as potencialidades de produção a partir da água armazenada e sobre os cuidados com a cisterna, em oficinas para até 30 participantes com duração de 24 horas, realizadas antes do início da construção das cisternas;

Capacitação das famílias em sistema simplificado de manejo de água para a produção de alimentos: orientação e capacitação dos beneficiários sobre práticas agroecológicas de produção e sobre a utilização de técnicas simplificadas de manejo da água, em oficinas para até 30 participantes com duração de 24 horas;

Capacitação de pessoas para a construção da cisterna: envolve a organização de grupos de até dez pessoas para participar de processo orientado de aprendizagem de técnicas e métodos na construção da cisterna calçadão;

Intercâmbio de experiências: dinâmica que envolve a interação entre os beneficiários do projeto e outros agricultores, a partir da troca horizontal de conhecimentos e experiências, possibilitando a valorização das práticas e saberes locais.

Implementação das cisternas: corresponde aos processos de edificação da cisterna, instalação da bomba e do suporte da caixa d'água por pessoas treinadas e inclui custos associados ao material de construção, à escavação do buraco, à mão de obra, alimentação dos responsáveis pela construção durante a edificação e à água para a construção;

Implementação do caráter produtivo: corresponde à entrega de insumos e material de infraestrutura e à instalação do sistema associado ao caráter produtivo da tecnologia.

Os valores unitários de referência para celebração de parcerias no âmbito do Programa Cisternas, para a implementação da tecnologia social, são os dispostos na tabela abaixo:

Estado	Valor Unitário Total com ISS	Custeio	Investimento	Custeio (%)	Investimento (%)
Alagoas	19.058,04	5.010,03	14.048,02	26%	74%
Bahia	20.291,70	5.267,04	15.024,66	26%	74%
Ceará	19.059,42	5.010,32	14.049,10	26%	74%
Maranhão	18.610,49	4.916,79	13.693,70	26%	74%
Minas Gerais	18.795,03	4.955,23	13.839,80	26%	74%
Paraíba	18.836,47	4.963,87	13.872,61	26%	74%
Pernambuco	19.426,72	5.086,84	14.339,88	26%	74%
Piauí	18.852,85	4.967,28	13.885,57	26%	74%
Rio Grande do Norte	17.562,21	4.698,40	12.863,82	27%	73%
Sergipe	19.577,56	5.118,26	14.459,30	26%	74%

Os valores unitários de referência incluem recursos para adimplemento do Imposto Sobre Serviços (ISS) e, com vistas à garantia da exequibilidade nos diferentes municípios, preveem a exação fiscal mais onerosa possível - alíquota máxima de 5% e base de cálculo aferida sem deduções, sendo que a definição dos valores unitários efetivos a serem estabelecidos nos editais de chamada pública e nos contratos celebrados junto às entidades executoras deve considerar a exação efetiva do ISS em cada municipalidade.

A publicação do Anexo Único desta Instrução Normativa, que deverá ser integralmente observada nos contratos a serem firmados a partir desta data, será feita no sítio do Ministério, no endereço https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/acesso-a-agua-1/marco-legal.

Fica revogada a Instrução Operacional SESAN nº 11, de 06/09/2017.

CELSO TOSHITO MATSUDA

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCTI Nº 4.849, DE 28 DE MAIO DE 2021

Altera a Portaria MCTIC Nº 2.195 DE 19 DE ABRIL DE 2018, que aprova o documento básico do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - PCI-MCTIC.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020, na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e, considerando a necessidade de regulamentação dos procedimentos operacionais do Programa de Capacitação Institucional - PCI do MCTI nos Institutos de Pesquisa vinculados a este Ministério, resolve:

Art. 1º A Portaria MCTIC nº 2.195 de 19 de abril de 2018, em seu artigo 4.1, passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.1- As despesas decorrentes do PCI correrão às custas de dotações orçamentárias do MCTI, do CNPq ou do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA LNA Nº 84, DE 17 DE MAIO DE 2021

Estabelece, no âmbito do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, Programa Institucional de Auxílio à Iniciação Científica sem Concessão de Bolsa - PICSB.

O DIRETOR DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA - LNA, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES - MCTI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria nº 602, de 17 de fevereiro de 2020, e em conformidade com as competências delegadas pela Portaria MCT nº 407 de 29 de junho de 2006, e considerando o Art. 5º, Incisos VI, VII e VII da Portaria nº 3.453 de 10 de setembro de 2020 que aprova o regimento interno do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o Programa Institucional de Auxílio à Iniciação Científica sem Concessão de Bolsa - PICSB no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, passando a vigorar conforme anexo.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 36, de 14 de maio de 2018;

II - a Portaria nº 56, de 28 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

WAGNER JOSÉ CORRADI BARBOSA

ANEXO

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AUXÍLIO À INICIAÇÃO CIENTÍFICA SEM CONCESSÃO DE BOLSA DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA - LNA

CAPÍTULO I

INTENÇÕES DO PROGRAMA

Art. 1º A Iniciação Científica é um programa que visa atender alunos dos cursos de graduação, colocando-os em contato com grupos/linhas de pesquisa. Busca, também, proporcionar ao aluno, na condição de colaborador voluntário, orientado por pesquisador experiente, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa; o estudante pode desenvolver pesquisa no âmbito da Iniciação Científica com bolsa oferecida pelas agências tradicionais de fomento à pesquisa. No entanto, pode também fazer sua pesquisa sem que lhe seja atribuída bolsa e/ou auxílio.

Art. 2º O Programa Institucional de Auxílio à de Iniciação Científica Sem Concessão de Bolsa - PICSB do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA se configura como uma ferramenta de indução ao pensamento científico e introdução à pesquisa e inovação para estudantes de graduação do ensino superior, visando o despertar da vocação científica e tecnológica, contribuindo para a formação de recursos humanos, para a pesquisa aplicada e estimulando que pesquisadores produtivos envolvam alunos de graduação nas atividades científicas e tecnológicas que desenvolvem. A intenção do programa é complementar a graduação do aluno com um projeto de pesquisa que se realiza paralelamente à grade curricular.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS DO PICSB

Art. 3º Os estudantes poderão realizar pesquisa bibliográfica relacionada ao tema do projeto a ser desenvolvido, com atividades laboratoriais e analíticas, avaliação de resultados, elaboração de relatórios técnicos e artigos científicos. Essa modalidade de iniciação científica visa atender estudantes dos cursos de graduação que necessitem ou optem por desenvolver suas atividades de pesquisa sob a orientação de pesquisador qualificado, sem vínculo com as bolsas de pesquisa das agências de fomento. A Iniciação Científica sem bolsa permite a esses estudantes o estabelecimento de vínculo/reconhecimento institucional de sua atuação.

CAPÍTULO III

DAS INSCRIÇÕES

Art. 4º As inscrições contendo a minuta do projeto de pesquisa e o restante da documentação exigida no edital de chamada pública deverão ser feitas pelo/a estudante ou professor (a) / orientador (a) diretamente no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA.

Art. 5º Os projetos devem estar em sintonia com as demandas de pesquisa do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, seja da área fim ou de atividades-meio.

Art. 6º Conforme critérios de conveniência e oportunidade do Diretor e da Comissão Gestora do PICSB, e em consonância com as necessidades técnico-científicas e tecnológicas do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, poderão ser aceitos projetos de pesquisa sob a forma de demanda espontânea, sem a necessidade de ater-se aos procedimentos de seleção via edital, desde que seu recebimento e aceitação sejam previamente justificados pela Diretoria e Comissão Gestora do PICSB.

Art. 7º No ato da inscrição, além do pleito, deverá ser encaminhada, anexo, em extensão PDF, a seguinte documentação do discente:

I - cópia da Identidade;

II - cópia do CPF;

III - currículo Lattes atualizado;

IV - histórico escolar e grade disciplinar do curso ; e

V - projeto resumido de pesquisa com no máximo de cinco (5) páginas, excluindo-se a capa e conteúdo: introdução, objetivos, metodologia, cronograma de execução, orçamento e referências. O projeto pode ser individual do estudante ou caso pertença a um projeto maior, o supervisor deverá definir exatamente a atividade a ser desenvolvida pelo aluno.

CAPÍTULO IV

COMPROMISSOS DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA - LNA

Art. 8º Ao Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA compete:

I - zelar pelo cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Compromisso do PICSB;

II - proporcionar ao discente voluntário as condições de exercício das atividades práticas compatíveis com o Plano de Trabalho do projeto de pesquisa aprovado;

III - designar um supervisor que seja servidor do seu quadro de pessoal permanente, com formação ou experiência na área do conhecimento da área da pesquisa a ser realizada, para orientá-lo e acompanhá-lo no desenvolvimento das atividades;

IV - solicitar ao discente voluntário, a qualquer tempo, documentos comprobatórios da regularidade da situação escolar, uma vez que o trancamento da matrícula, abandono, conclusão de curso ou transferência de Instituição de Ensino, constituem motivos de imediata rescisão; e

V - entregar, por ocasião do desligamento, Termo de Realização da Iniciação Científica com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO INTERNA GESTORA DO PICSB

Art. 9º À Comissão Interna Gestora do PICSB, mediante apoio e assessoria técnico-operacional de outros departamentos, setores e órgãos do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, compete:

I - gerenciar o PICSB;

II - estruturar os procedimentos de avaliação dos projetos de pesquisa, gerenciar a seleção e divulgar a lista classificatória das solicitações;

III - analisar os documentos exigidos no momento da apresentação dos projetos de pesquisa e emitir parecer;

IV - receber os relatórios parciais e finais, distribuir aos pareceristas e dar ciência do resultado aos discentes. A comissão é responsável também por gerenciar os cancelamentos em caso de desistência, não apresentação de relatório ou reprovação do mesmo;

V - emitir certificados para todos os agentes que participam do PICSB, dentro das normas estabelecidas por esta Portaria; e

VI - analisar e homologar os pedidos de substituição e desistência no PICSB.

Parágrafo Único. Os certificados somente poderão ser emitidos após o envio e aprovação do Relatório Final e deverão ser assinados pelo Presidente da Comissão Interna Gestora do PICSB e pelo Diretor.

CAPÍTULO VI

REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE PARA O SUPERVISOR

Art. 10. São requisitos de elegibilidade para o supervisor do programa PICSB:

I - pertencer ao quadro permanente de servidores do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA ou aposentado que mantenha vínculo institucional ativo com o órgão; e

II - possuir experiência compatível com a função de supervisor e formador de recursos humanos qualificados.

CAPÍTULO VII

COMPROMISSOS DO SUPERVISOR

Art. 11. São compromissos do supervisor do programa PICSB:

I - supervisionar o discente de forma contínua e regular;

II - avaliar o desempenho do discente durante a vigência do processo;

III - incluir o nome do discente nas publicações e nos trabalhos apresentados, cujos resultados tiveram sua participação efetiva;

IV - colaborar no processo de seleção das solicitações de inscrições no programa PICSB, emitindo parecer sempre que solicitado;

V - atuar, se necessário e quando solicitado, como parecerista no processo de avaliação dos projetos de pesquisa relacionados a sua área ou setor de atuação; e

VI - solicitar ao discente a entrega do relatório Parcial e Final.

CAPÍTULO VIII

PERFIL DESEJÁVEL DO ORIENTADOR

Art. 12. O perfil desejável do orientador para o PICSB é:

I - ser docente com grau de titulação de mestre ou doutor com vínculo no estabelecimento de ensino do estudante ou pesquisador do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA; e

II - pós-doutorando com vínculo no estabelecimento de ensino do estudante ou no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA. A vigência da pesquisa do pós-doutor deve ser igual ou maior que a IC do orientando.

CAPÍTULO IX

PERFIL DESEJÁVEL DO ESTUDANTE

Art. 13. O perfil desejável do estudante para o PICSB:

I - podem se candidatar os estudantes regularmente matriculados em cursos de ensino superior (bacharelado, tecnólogo ou licenciatura);

II - apresentar o projeto de pesquisa submetido e aprovado pela Comissão Interna Gestora do PICSB, e submetido à apreciação do Comitê de Ética competente, quando aplicável;

III - possuir Currículo Lattes atualizado;

IV - ser supervisionado por servidor do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA e, preferencialmente, orientado por docente da sua instituição de ensino, pós-doutorando ou professor colaborador devidamente credenciado conforme legislação em vigor; e

V - a Comissão Interna Gestora do PICSB deverá estabelecer e divulgar previamente os requisitos necessários para aprovação dos projetos.

CAPÍTULO X

COMPROMISSOS DO ESTUDANTE SELECIONADO

Art. 14. Os compromissos do estudante selecionado para o PICSB são:

I - manter seus dados cadastrais atualizados na Plataforma Lattes;

II - executar o Plano de Trabalho aprovado dentro do cronograma previsto, sob a orientação do supervisor/orientador;

III - apresentar documentos comprobatórios da regularidade da sua situação escolar, sempre que solicitado pelo Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA;

IV - manter rigorosamente atualizados seus dados cadastrais e escolares, junto ao Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA;

V - informar de imediato, qualquer alteração na sua situação escolar, tais como: trancamento de matrícula, abandono, conclusão de curso ou transferência de Instituição de Ensino;

VI - apresentar os resultados finais da pesquisa, sob a forma de trabalho completo, com redação adequada que permita verificar o acesso a métodos e processos e nos moldes pré-estabelecidos pelo Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, encaminhando-os previamente à Comissão Interna Gestora do PICSB e dentro do prazo estabelecido em cronograma previamente definido;

VII - apresentar os resultados parciais e finais da pesquisa, sob a forma de painel ou exposição oral, acompanhados de relatório, nos seminários de iniciação científica promovidos pela instituição.;

VIII - os relatórios parcial e final deverão ser encaminhados, no prazo solicitado pela Comissão Interna Gestora do PICSB, no formato online;

IX - o relatório parcial corresponde ao preenchimento pelo supervisor do Formulário de Avaliação do Andamento do Projeto e do Desempenho do Discente, conforme modelo disponibilizado no site do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA;

X - o relatório final deverá ser encaminhado à Comissão Interna Gestora do PICSB pelo discente e validado pelo supervisor dentro do prazo estipulado, conforme modelo disponibilizado no site do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA;

XI - nas publicações e trabalhos apresentados, fazer referência à sua condição de participante do PICSB;

XII - duração mínima de 1 (um) ano. A vigência do programa é de 12 (doze) meses, renovável até por mais 1 (um) ano, condicionado a que o estudante mantenha seu vínculo com a instituição de ensino durante o período da iniciação científica;

XIII - o estudante deve apresentar os relatórios (parcial e final) segundo data informada no momento do cadastro do projeto de pesquisa;

XIV - é necessário registrar o número de horas dispendidas em cada atividade desenvolvida no mês. O total mínimo de horas necessário para concluir o PICSB será estipulado no projeto de pesquisa e pactuado com o supervisor da iniciação científica. Cabe ao supervisor cobrar e acompanhar, inserir, alterar ou remover o cadastro do mês corrente e dos 3 (três) meses anteriores;

XV - participar quando for solicitado, e segundo sua disponibilidade de horário, como colaborador dos eventos de educação e divulgação científica organizados pelo Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA; e

XVI - efetivar a transferência automática e imediata de titularidade e dos direitos patrimoniais de propriedade intelectual sobre eventual descoberta, invenção ou desenvolvimento de obra autoral e desenho industrial para o Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, na condição de discente participante do PICSB para a execução de serviços de aprendizagem científico-tecnológicas. O cedente declara ainda estar ciente que poderão ocorrer modificações na obra autoral e/ou no desenho industrial e que, ocorridas estas modificações, não poderá reclamar autoria em relação a qualquer parte modificada, visto que a obra intelectual é de propriedade exclusiva do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, podendo esta explorá-la e modificá-la da maneira que desejar. Não haverá assim qualquer pagamento pela cessão de conteúdo e design, nem pagamento por exploração e aperfeiçoamentos ulteriores na obra autoral e/ou no desenho industrial, nos termos do modelo disponibilizado no sítio eletrônico do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA.

CAPÍTULO XI

DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO E DESLIGAMENTO

Art. 15. São condições de substituição e/ou desligamento no PICSB:

I - o programa poderá ser cancelado a qualquer momento, por desistência do estudante, a pedido do supervisor ou pela Comissão Interna Gestora do PICSB, caso não haja o cumprimento dos requisitos estabelecidos;

II - em caso de substituição do estudante, tanto a solicitação de substituição como a inscrição do novo discente deverão ser avaliados pela Comissão Interna Gestora do PICSB; devendo, o orientador, obedecer às etapas e datas indicadas no cronograma do Plano de Trabalho do projeto de pesquisa inicialmente apresentado;

III - o estudante será desligado caso não cumpra, nas instalações do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, no mínimo sessenta por cento da carga de trabalho proposta em seu projeto de pesquisa;

IV - o estudante será desligado em caso de descumprimento de qualquer das exigências previstas no Edital de chamada pública;

V - o estudante poderá, a qualquer momento, solicitar o seu desligamento do PICSB; e

VI - ao solicitar o seu desligamento, o estudante deverá fazê-lo mediante o preenchimento do Formulário de Comunicação de Desistência/Desligamento, conforme modelo disponibilizado no sítio eletrônico do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, entregando-o imediatamente ao supervisor e à Comissão Interna Gestora do PICSB.

CAPÍTULO XII

REQUISITOS PARA SUBMISSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 16. Os projetos serão submetidos mediante chamada pública divulgada semestralmente pela Comissão Interna Gestora do PICSB e deverão:

I - estar no formato e conter todos os itens descritos no inciso V do Art. 7º desta Portaria;

II - quando necessário, o campo "área de conhecimento" deverá ser preenchido preferencialmente de acordo com as opções de "campos de trabalho" e "opções de temas de pesquisa" de interesse do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, previamente definidos e estipulados no edital de chamada pública;

III - apresentar mérito científico ou tecnológico, cujo reconhecimento deve ser avaliado pela Comissão Interna Gestora do PICSB conforme os requisitos de avaliação previamente definidos em edital;

IV - o julgamento e a classificação das propostas são feitos nas seguintes etapas:

a) análise pela área técnica relacionada ao tema da pesquisa proposto;

b) análise por consultores ad hoc (eventualmente, quando necessário);

c) análise comparativa de mérito e classificação das propostas por Comitês de Assessoramento de setores específicos do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA; e

d) decisão final pela Diretoria do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA.

V - as propostas serão recomendadas pelos Comitês de Assessoramento em função da qualidade (coesão, coerência e profundidade teórico-metodológica) do projeto de pesquisa, relevância, grau de prioridade para o Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, abrangência temática e viabilidade técnica do plano de trabalho e da proposta de atividades a serem desenvolvidas por cada estudante;

VI - o parecer emitido pelo Comitê de Assessoramento deve levar em consideração os pareceres da área técnica e dos consultores ad hoc; e

VII - o estudante poderá participar do PICSB com apenas um projeto por chamada pública. Finalizado um projeto, poderá inscrever um novo.

CAPÍTULO XIII

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 17. O Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA poderá injetar recursos orçamentários e extraorçamentários para a manutenção e desenvolvimento do PICSB, no intuito de adquirir equipamentos, máquinas e insumos necessários a realização das pesquisas e também para promover a divulgação científica e as atividades de popularização da ciência decorrentes do cumprimento da missão institucional do PICSB.

Art. 18. Os recursos só serão destinados ao suporte específico dos projetos de pesquisa desde que previstos em orçamento apresentado no projeto de pesquisa originalmente aprovado ou formalmente requisitado pelo supervisor à Comissão Interna Gestora do PICSB, mediante formulários previamente estipulado, e tendo sua aprovação submetida a decisão do Diretor.

Art. 19. O Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA poderá arcar com o custeio de seguro de vida e auxílio-transporte para o estudante quer tiver seu projeto de pesquisa aprovado, desde que previamente aprovado pelo Diretor.

Art. 20. O Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA poderá firmar, nos termos da legislação vigente, acordos de cooperação técnico-cientifico com outras instituições públicas ou privadas, inclusive as instituições de ensino de origem dos estudantes, para potencializar e viabilizar o intercâmbio de recursos humanos, conhecimentos científicos e capital tecnológico no intuito de auxiliar na execução das atividades de pesquisa.

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 4.817, DE 24 DE MAIO DE 2021

Reconhecimento de que os investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) são decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 e a Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 e conforme consta no Processo MCTI nº 01250.065974/2019-78 de 18 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos são resultado de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, realizados previamente à habilitação pela empresa IBRAMED INDÚSTRIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS - EIRELI, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 00.133.418/0001-77:

- Aparelho eletromédico de terapia por radiofrequência para tecarterapia (transferência de energia capacitiva e resistiva de alta frequência), baseado em técnica digital de geração e monitoração de sinais, modelo: Nèartek.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA CNPQ Nº 500, DE 7 DE MAIO DE 2021(*)

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, o uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.866, de 03 de outubro de 2016, e em conformidade com decisão da Diretoria Executiva em sua 22ª (vigésima segunda) reunião de 19 de agosto de 2020, referendada na 189ª (centésima octogésima nona) reunião do Conselho Deliberativo - CD, de 16 de setembro de 2020, e nos termos constantes do processo nº 01300.004580/2020-44, resolve:

Art. 1º A modalidade de bolsa Apoio à Difusão do Conhecimento definida no item 7 do Anexo I da RN-015/2010 - Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora, de 1º de julho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"7 - Apoio à Difusão do Conhecimento - ADC

7.1. Objetivo

Disseminar e popularizar a ciência, a tecnologia e a inovação, em nível nacional, por meio do desenvolvimento de competências/habilidades e atividades na área da divulgação científica com o envolvimento de profissionais de nível superior, detentores de conhecimentos tradicionais e estudantes de diversos níveis na geração de estratégias e produtos de comunicação para diferentes públicos, em diferentes espaços e suportes.

7.2. Finalidade

Estimular profissionais de nível superior, detentores de conhecimentos tradicionais e estudantes dos níveis fundamental, médio ou superior de qualquer área do conhecimento a atuarem em atividades de difusão e popularização do conhecimento científico, tecnológico ou de inovação, tendo em vista o caráter transversal e interdisciplinar da Divulgação Científica.

7.3. Níveis

A bolsa ADC possui os seguintes níveis: 1A, 1B, 1C, 2A, 2B e 2C.

7.4. Requisitos e Condições para o candidato

7.4.1. Possuir formação em nível superior em qualquer área de conhecimento com experiência de atuação em atividades de Divulgação Científica, seja em canais de comunicação (Internet, televisão, rádio, jornais, revistas e outros), seja em espaços de educação não-formal (escolas, núcleos de extensão, museus, centros de ciências, zoológicos, jardins botânicos, aquários, incubadoras tecnológicas e empreendimentos solidários e outros); ou

7.4.2. Possuir experiência prática em divulgação e popularização do conhecimento com atuação reconhecida em diferentes tipos de conhecimentos e saberes (perfil de detentor de conhecimentos tradicionais); ou

7.4.3. Estar regularmente matriculado em curso de nível fundamental, médio, técnico ou superior (não se aplica para detentor de conhecimentos tradicionais).

7.4.4. Adicionalmente, o candidato deverá:

a) ter perfil adequado às atividades a serem desenvolvidas; e

b) ter disponibilidade de tempo adequada à execução do plano de trabalho.

NOTAS:

1 - Aluno de pós-graduação poderá utilizar a bolsa, desde que tenha anuência formal de seu orientador e do coordenador do curso, e não seja beneficiário de outra bolsa do CNPq ou de qualquer entidade brasileira.

2 - Aposentado não poderá utilizar a bolsa na instituição pela qual se aposentou, exceto com autorização do Diretor do CNPq da área envolvida;

3 - O coordenador do projeto não poderá ser bolsista ADC.

4 - Profissional com vínculo celetista ou de servidor público somente poderá ser bolsista caso comprove dispor de carga horária compatível com as atividades do projeto e após autorização expressa do CNPq.

5 - O candidato poderá ser enquadrado em nível inferior à sua qualificação, independentemente de sua experiência profissional e formação, conforme determinação prévia da ação ou a critério do coordenador do projeto.

6 - a experiência será comprovada por meio do Currículo Lattes e, quando da ausência de tal descrição em Currículo Lattes no caso de detentores de conhecimentos tradicionais, devidamente apontado na Justificativa do Coordenador do Projeto no momento da indicação do beneficiário, sob pena de indeferimento.

7.5. Critérios mínimos para enquadramento dos bolsistas

ADC-1A - Profissional de nível superior em qualquer área do conhecimento com: a) título de doutor e experiência em Divulgação Científica ou b) experiência profissional de mínimo 6 (seis) anos em atividades de Divulgação Científica.

ADC-1B - Profissional de nível superior em qualquer área do conhecimento com: a) título de mestre e experiência em Divulgação Científica ou b) no mínimo 3 (três) anos de experiência em atividades de Divulgação Científica.

ADC-1C - Profissional de nível superior em qualquer área de conhecimento ou detentores de conhecimento tradicional reconhecidos pela comunidade.

ADC-2A - Estudante do nível superior em qualquer área de conhecimento ou detentor de conhecimento tradicional amplamente reconhecido por redes comunitárias.

ADC-2B - Estudante de nível médio ou técnico ou detentor de conhecimentos tradicionais.

ADC-2C - Estudante de nível fundamental.

7.6. Duração

7.6.1. Para candidatos sem vínculo empregatício: de um a 36 (trinta e seis) meses, no mesmo projeto ou em projetos distintos, consecutivos ou alternados, e ainda, respeitada a vigência do processo ao qual ela estiver vinculada e o limite orçamentário de cada projeto.

7.6.2. Para candidatos com vínculo empregatício: duração mínima de um mês e máxima limitada pela vigência do projeto e respeitado seu limite orçamentário.

7.7. Benefícios

Mensalidades, conforme tabela de valores de bolsas estabelecida em Resolução Normativa específica.

7.8. Documentos indispensáveis

7.8.1. Para inscrição:

a) Currículo do candidato cadastrado na Plataforma Lattes;

b) Formulário de Propostas eletrônico; e

c) Plano de Trabalho.

7.8.2. Para implementação da bolsa:

a) Autorização do responsável legal no caso de estudante menor de 18 anos; e

b) Cadastro de Pessoa Física - CPF."

Art. 2º Fica também alterada a Tabela de Valores de Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora, constante da RN-016/2010, de 1º de julho de 2010, que passa a ter os seguintes valores para a modalidade de bolsa Apoio à Difusão do Conhecimento - ADC:

Modalidade	Sigla	Nível	Valor R$
Apoio à Difusão do Conhecimento	ADC	1A	4.000,00
		1B	3.000,00
		1C	1.100,00
		2A	483,00
		2B	241,50
		2C	161,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

(*) Republicado por ter saído com incorreções no original, no DOU de 11/05/2021, Seção 1, pág. 16.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL MCOM/ME Nº 2.728, DE 28 DE MAIO DE 2021

Revoga a Portaria Interministerial nº 4.474, de 31 agosto de 2018, dos extintos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

OS MINISTROS DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES E DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e considerando o que dispõem a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, o Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013, a Lei nº 13.303, de 13 de junho de 2016, e o art. 26-C, inciso III, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, resolvem:

Art. 1º Fica revogada a Portaria Interministerial nº 4.474, de 31 de agosto de 2018, dos extintos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

PORTARIA MCOM Nº 2.685, DE 24 DE MAIO DE 2021

Permuta cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS por Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, de mesmo nível e categoria, do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Comunicações.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 16 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e no artigo 5º, do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Fica efetivada a permuta, na estrutura de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Comunicações, de um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS 101.1, do Serviço de Pagamento, da Divisão de Administração de Pessoal, da Coordenação de Cadastro e Pagamento, na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Subsecretaria de Orçamento e Administração, por uma Função Comissionada do Poder Executivo Federal - FCPE 101.1, do Serviço de Capacitação e Avaliação, da Divisão de Capacitação e Qualidade de Vida no Trabalho, da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas, na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Subsecretaria de Orçamento e Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 2697, DE 25 DE MAIO DE 2021

Aprova o reajuste das tarifas dos serviços postais e telegráficos nacionais e internacionais, na forma que especifica.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e considerando o que dispõe a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, a Portaria nº 386, de 30 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2018, e a Portaria ME nº 5.934, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar o reajuste das tarifas dos serviços postais e telegráficos nacionais e internacionais, prestados exclusivamente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no percentual de 4,2915%, líquido de impostos e contribuições sociais, correspondendo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA/IBGE, referente ao período janeiro-dezembro de 2020, descontado o Fator de Produtividade, tendo sido aplicado na forma do disposto no art. 2º da Portaria MF nº 386, de 30 de agosto de 2018, e respectivo anexo, assim como o disposto na Portaria ME nº 5.934, de 20 de maio de 2021.

Art. 2º Estabelecer, na forma do Anexo II, grupos de países para fins de cálculo dos valores tarifários de serviços postais e telegráficos internacionais.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições da Portaria nº 370, de 29 de janeiro de 2020, à exceção do art. 3º quanto ao percentual aplicado de 4,094%, o qual vigorará por 64 (sessenta e quatro) meses, conforme estabelecido na Portaria nº 432 do Ministério da Fazenda, de 17 de outubro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 31 de maio de 2021.

FÁBIO FARIA

ANEXO I

Carta Social: R$ 0,01
Carta e Aerograma Nacional

Faixa de Peso (em gramas)	Valores em R$ (4 casas decimais)	Valores em R$ (2 casas decimais)
Até 20	2,1237	2,10
Acima de 20 até 50	2,9581	2,95
Acima de 50 até 100	4,0958	4,10
Acima de 100 até 150	5,0060	5,00
Acima de 150 até 200	5,9164	5,90
Acima de 200 até 250	6,8266	6,85
Acima de 250 até 300	7,8126	7,80
Acima de 300 até 350	8,7228	8,70
Acima de 350 até 400	9,6332	9,65
Acima de 400 até 450	10,5434	10,55
Acima de 450 até 500	11,4535	11,45

Franqueamento Autorizado de Cartas - Nacional

Faixa de Peso (em gramas)	Valores em R$ (4 casas decimais)	Valores em R$ (2 casas decimais)
Até 20	1,8810	1,88
Acima de 20 até 50	2,5788	2,58
Acima de 50 até 100	3,6862	3,69
Acima de 100 até 150	4,4600	4,46
Acima de 150 até 200	5,2034	5,20
Acima de 200 até 250	6,0833	6,08
Acima de 250 até 300	6,8114	6,81
Acima de 300 até 350	7,6914	7,69
Acima de 350 até 400	8,4499	8,45
Acima de 400 até 450	9,3145	9,31
Acima de 450 até 500	10,0883	10,09

Serviço de Telegrama Nacional

Meio de acesso	Telegrama	Valores em R$ (4 casas decimais)	Valores em R$ (2 casas decimais)
Agência	Pré-Pago	12,8948	12,89
Telefone	Fonado	10,7405	10,74
Internet	Via Internet	8,9050	8,90

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Econômica

FAIXAS DE PESO (em gramas)	GRUPOS DE PAÍSES VALORES (em R$ - 4 casas decimais)				
	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V
Até 20	1,7445	1,8203	2,1237	2,3512	2,5788
Acima de 20 a 50	2,9581	3,2614	3,7923	4,3993	5,3095
Acima de 50 a 100	5,0818	5,5369	6,4471	7,3575	8,8745
Acima de 100 a 250	11,7570	12,8189	13,8050	16,0049	18,7355
Acima de 250 a 500	21,9973	23,5142	25,5623	30,1894	35,8026
Acima de 500 a 1.000	41,9465	43,9947	47,1046	56,2828	66,5230
Acima de 1.000 a 1.500	61,8959	64,4749	69,6330	82,9073	97,2436
Acima de 1.500 a 2.000	81,9213	84,9553	92,0855	109,5318	127,9640

FAIXAS DE PESO (em gramas)	GRUPOS DE PAÍSES VALORES (em R$ - 2 casas decimais)				
	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V
Até 20	1,75	1,80	2,10	2,35	2,60
Acima de 20 a 50	2,95	3,25	3,80	4,40	5,30
Acima de 50 a 100	5,10	5,55	6,45	7,35	8,85
Acima de 100 a 250	11,75	12,80	13,80	16,00	18,75
Acima de 250 a 500	22,00	23,50	25,55	30,20	35,80
Acima de 500 a 1.000	41,95	44,00	47,10	56,30	66,50
Acima de 1.000 a 1.500	61,90	64,45	69,65	82,90	97,25
Acima de 1.500 a 2.000	81,90	84,95	92,10	109,55	127,95

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Prioritária

FAIXAS DE PESO (em gramas)	GRUPOS DE PAÍSES VALORES (em R$ - 4 casas decimais)				
	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V
Até 20	3,5650	3,7166	4,0958	4,9301	5,2336
Acima de 20 a 50	6,3714	6,5231	7,1300	8,4953	9,7090
Acima de 50 a 100	9,4056	9,8607	11,0744	12,8948	17,9011
Acima de 100 a 250	18,9629	19,6457	24,5762	26,6242	37,8504
Acima de 250 a 500	35,8026	36,8644	43,0084	48,0907	60,3790
Acima de 500 a 1.000	59,3927	61,4408	73,7291	81,9213	106,4217
Acima de 1.000 a 1.500	82,9073	85,9416	104,3738	115,6759	152,5406
Acima de 1.500 a 2.000	106,4217	110,5178	135,0943	149,4305	198,5834

FAIXAS DE PESO (em gramas)	GRUPOS DE PAÍSES VALORES (em R$ 2 - casas decimais)				
	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V
Até 20	3,55	3,70	4,10	4,95	5,25
Acima de 20 a 50	6,35	6,50	7,15	8,50	9,70
Acima de 50 a 100	9,40	9,85	11,05	12,90	17,90
Acima de 100 a 250	18,95	19,65	24,60	26,60	37,85
Acima de 250 a 500	35,80	36,85	43,00	48,10	60,40
Acima de 500 a 1.000	59,40	61,45	73,75	81,90	106,40
Acima de 1.000 a 1.500	82,90	85,95	104,35	115,70	152,55
Acima de 1.500 a 2.000	106,40	110,50	135,10	149,45	198,60

Serviço Telegráfico Internacional-Modalidade Ordinária

GRUPOS DE PAÍSES	Valores por palavra (em R$ - 4 casas decimais)	Valores por palavra (em R$ - 2 casas decimais)
GRUPO I	1,6381	1,64
GRUPO II	1,7445	1,74
GRUPO III	1,8355	1,84
GRUPO IV	2,6547	2,65
GRUPO V	3,2765	3,28

Correspondência Agrupada - Malote

Tarifas postais e telegráficas propostas - MALOTE

FatordeReajuste	**4,2915%**

TARIFA REAJUSTADA 2021			PESO(kg)	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acimade	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	Acima de	excedente
Serviço	Origem	Destino	até 1	1 até2	2 até 3	3 até 4	4 até 5	5 até 6	6 até 7	7 até 8	8 até 9	9 até 10	10 até 11	11 até 12	12 até 13	13 até 14	14 até 15	Kg ou fração
Cap	AC	AL	71,1465	131,0957	191,0345	250,9736	310,9125	370,8516	430,7909	490,7296	550,6688	610,6079	670,5467	730,4860	790,4253	850,3641	910,3031	89,9078
Cap	AC	AM	30,3593	49,5595	68,7408	87,9223	107,1036	126,2848	145,4662	164,6472	183,8286	203,0100	222,1914	241,3729	260,5540	279,7354	298,9166	28,7814
Cap	AC	AP	58,4546	105,7114	152,9585	200,2053	247,4526	294,6996	341,9467	389,1940	436,4407	483,6878	530,9348	578,1819	625,4288	672,6760	719,9232	70,8702
Cap	AC	BA	66,6200	122,0678	177,5032	232,9386	288,3741	343,8095	399,2447	454,6804	510,1157	565,5510	620,9866	676,4221	731,8573	787,2927	842,7280	83,1525
Cap	AC	CE	67,2345	123,2755	179,3045	235,3339	291,3629	347,3919	403,4210	459,4502	515,4791	571,5086	627,5375	683,5663	739,5957	795,6246	851,6536	84,0531
Cap	AC	DF	53,5416	95,9058	138,2605	180,6148	222,9691	265,3236	307,6783	350,0327	392,3872	434,7418	477,0962	519,4506	561,8049	604,1596	646,5142	63,5415
Cap	AC	ES	65,3011	119,3861	173,4703	227,5548	281,6391	335,7236	389,8078	443,8921	497,9765	552,0611	606,1449	660,2297	714,3140	768,3984	822,4827	81,1258
Cap	AC	GO	51,0399	90,9111	130,7679	170,6250	210,4821	250,3389	290,1960	330,0529	369,9100	409,7668	449,6240	489,4811	529,3380	569,1950	609,0522	59,7949
Cap	AC	MA	57,7499	104,3194	150,8704	197,4217	243,9725	290,5234	337,0747	383,6256	430,1765	476,7277	523,2787	569,8296	616,3805	662,9318	709,4826	69,8257
Cap	AC	MG	58,5002	105,8137	153,1223	200,4309	247,7392	295,0474	342,3560	389,6645	436,9730	484,2813	531,5901	578,8983	626,2067	673,5151	720,8239	70,9722
Cap	AC	MS	33,0708	54,9640	76,8475	98,7310	120,6142	142,4977	164,3814	186,2648	208,1485	230,0320	251,9151	273,7988	295,6824	317,5657	339,4491	32,8347
Cap	AC	MT	35,7777	60,3684	84,9540	109,5396	134,1255	158,7107	183,2965	207,8821	232,4679	257,0536	281,6391	306,2248	330,8105	355,3961	379,9817	36,8882
Cap	AC	PA	51,5403	91,8729	132,2008	172,5290	212,8566	253,1844	293,5122	333,8400	374,1681	414,4957	454,8235	495,1514	535,4792	575,8071	616,1349	60,4910
Cap	AC	PB	78,0840	144,9746	211,8537	278,7321	345,6110	412,4895	479,3683	546,2470	613,1258	680,0043	746,8831	813,7620	880,6407	947,5194	1014,3981	100,3276
Cap	AC	PE	72,7614	134,3300	195,8859	257,4424	318,9987	380,5549	442,1111	503,6675	565,2237	626,7800	688,3362	749,8922	811,4487	873,0050	934,5613	92,3438
Cap	AC	PI	59,0459	106,9193	154,7803	202,6416	250,5027	298,3641	346,2250	394,0862	441,9474	489,8085	537,6697	585,5311	633,3922	681,2533	729,1141	71,7911
Cap	AC	PR	55,3160	99,4268	143,5214	187,6160	231,7104	275,8049	319,8994	363,9939	408,0884	452,1829	496,2774	540,3720	584,4662	628,5609	672,6553	66,1411
Cap	AC	RJ	62,1623	113,1219	164,0744	215,0267	265,9787	316,9312	367,8834	418,8358	469,7880	520,7401	571,6923	622,6447	673,5968	724,5494	775,5017	76,4380
Cap	AC	RN	74,8769	138,5672	202,2525	265,9381	329,6231	393,3083	456,9937	520,6788	584,3638	648,0494	711,7348	775,4199	839,1049	902,7901	966,4754	95,5372
Cap	AC	RO	20,6523	30,0916	39,5287	48,9659	58,4031	67,8401	77,2776	86,7144	96,1513	105,5886	115,0258	124,4629	133,9000	143,3370	152,7743	14,1652
Cap	AC	RR	38,4842	65,7725	93,0603	120,3481	147,6360	174,9236	202,2118	229,4995	256,7874	284,0752	311,3630	338,6507	365,9388	393,2264	420,5143	40,9412
Cap	AC	RS	59,2508	107,3286	155,3947	203,4606	251,5262	299,5920	347,6584	395,7240	443,7898	491,8559	539,9218	587,9874	636,0534	684,1191	732,1852	72,0981
Cap	AC	SC	58,9095	106,6122	154,3098	202,0072	249,7044	297,4018	345,0991	392,7965	440,4941	488,1912	535,8887	583,5862	631,2836	678,9811	726,6782	71,5454
Cap	AC	SE	68,5535	125,8960	183,2350	240,5743	297,9136	355,2529	412,5920	469,9313	527,2703	584,6096	641,9492	699,2882	756,6274	813,9669	871,3059	86,0184
Cap	AC	SP	59,3645	107,5334	155,7015	203,8699	252,0383	300,2063	348,3744	396,5427	444,7109	492,8791	541,0473	589,2157	637,3840	685,5520	733,7204	72,2620
Cap	AC	TO	58,6138	106,0596	153,4907	200,9221	248,3532	295,7846	343,2158	390,6472	438,0785	485,5097	532,9409	580,3720	627,8036	675,2350	722,6660	71,1563
Int	AC	AL	73,4900	135,7631	198,0355	260,3084	322,5813	384,8539	447,1266	509,3993	571,6720	633,9450	696,2175	758,4901	820,7632	883,0359	945,3085	93,4084
Int	AC	AM	32,7119	54,2273	75,7418	97,2569	118,7721	140,2870	161,8022	183,3168	204,8318	226,3469	247,8622	269,3769	290,8919	312,4071	333,9218	32,2819
Int	AC	AP	60,7983	110,3788	159,9597	209,5406	259,1209	308,7016	358,2824	407,8633	457,4441	507,0248	556,6052	606,1862	655,7667	705,3476	754,9283	74,3704
Int	AC	BA	68,9660	126,7351	184,5042	242,2732	300,0423	357,8118	415,5806	473,3501	531,1190	588,8881	646,6574	704,4264	762,1956	819,9648	877,7338	86,6532
Int	AC	CE	69,5800	127,9429	186,3055	244,6686	303,0311	361,3943	419,7568	478,1193	536,4825	594,8451	653,2080	711,5709	769,9336	828,2965	886,6592	87,5536
Int	AC	DF	55,8851	100,5734	145,2614	189,9496	234,6378	279,3259	324,0143	368,7022	413,3905	458,0785	502,7666	547,4547	592,1429	636,8310	681,5194	67,0420
Int	AC	ES	67,6355	124,0538	180,4716	236,8894	293,3077	349,7257	406,1437	462,5615	518,9797	575,3977	631,8158	688,2340	744,6520	801,0697	857,4878	84,6262
Int	AC	GO	53,3874	95,5783	137,7689	179,9598	222,1506	264,3411	306,5319	348,7226	390,9132	433,1043	475,2948	517,4851	559,6760	601,8666	644,0573	63,2954
Int	AC	MA	60,1021	108,9869	157,8715	206,7563	255,6408	304,5258	353,4105	402,2952	451,1799	500,0647	548,9492	597,8341	646,7187	695,6033	744,4880	73,3263
Int	AC	MG	60,8391	110,4813	160,1234	209,7655	259,4077	309,0499	358,6916	408,3341	457,9760	507,6183	557,2603	606,9026	656,5445	706,1869	755,8287	74,4726
Int	AC	MS	35,4139	59,6312	83,8483	108,0658	132,2828	156,5001	180,7174	204,9342	229,1516	253,3686	277,5860	301,8031	326,0203	350,2373	374,4547	36,3354
Int	AC	MT	38,1163	65,0355	91,9549	118,8742	145,7937	172,7130	199,6324	226,5514	253,4707	280,3906	307,3098	334,2290	361,1485	388,0679	414,9871	40,3886
Int	AC	PA	53,8789	96,5401	139,2021	181,8638	224,5249	267,1866	309,8481	352,5096	395,1714	437,8327	480,4941	523,1556	565,8172	608,4786	651,1405	63,9917
Int	AC	PB	80,4299	149,6420	218,8545	288,0672	357,2795	426,4919	495,7042	564,9167	634,1289	703,3414	772,5540	841,7664	910,9786	980,1911	1049,4034	103,8282
Int	AC	PE	75,1072	138,9972	202,8872	266,7772	330,6671	394,5574	458,4469	522,3370	586,2269	650,1167	714,0067	777,8969	841,7867	905,6766	969,5669	95,8442
Int	AC	PI	61,3920	111,5865	161,7814	211,9762	262,1712	312,3659	362,5609	412,7560	462,9506	513,1453	563,3403	613,5353	663,7300	713,9252	764,1199	75,2916
Int	AC	PR	57,6660	104,0941	150,5222	196,9506	243,3790	289,8070	336,2354	382,6632	429,0916	475,5200	521,9481	568,3763	614,8044	661,2324	707,6608	69,6414
Int	AC	RJ	64,5036	117,7894	171,0752	224,3613	277,6472	330,9333	384,2192	437,5052	490,7911	544,0772	597,3631	650,6493	703,9350	757,2210	810,5071	79,9382
Int	AC	RN	77,2157	143,2347	209,2539	275,2726	341,2915	407,3105	473,3296	539,3484	605,3672	671,3861	737,4051	803,4242	869,4428	935,4621	1001,4809	99,0378
Int	AC	RO	22,9881	34,7590	46,5299	58,3007	70,0716	81,8420	93,6133	105,3840	117,1549	128,9253	140,6964	152,4672	164,2381	176,0089	187,7797	17,6656
Int	AC	RR	40,8185	70,4401	100,0615	129,6829	159,3044	188,9261	218,5475	248,1692	277,7908	307,4119	337,0336	366,6550	396,2767	425,8983	455,5199	44,4420
Int	AC	RS	61,5964	111,9961	162,3959	212,7952	263,1948	313,5941	363,9939	414,3935	464,7931	515,1926	565,5920	615,9918	666,3913	716,7907	767,1902	75,5983
Int	AC	SC	61,2485	111,2796	161,3105	211,3417	261,3728	311,4039	361,4349	411,4660	461,4973	511,5284	561,5593	611,5906	661,6216	711,6527	761,6837	75,0460
Int	AC	SE	70,8904	130,5634	190,2362	249,9091	309,5821	369,2550	428,9279	488,6007	548,2741	607,9467	667,6197	727,2926	786,9656	846,6385	906,3115	89,5189
Int	AC	SP	61,6986	112,2009	162,7024	213,2048	263,7065	314,2085	364,7103	415,2122	465,7143	516,2163	566,7181	617,2200	667,7220	718,2237	768,7258	75,7620
Int	AC	TO	60,9620	110,7270	160,4919	210,2567	260,0219	309,7867	359,5515	409,3166	459,0816	508,8467	558,6115	608,3764	658,1417	707,9066	757,6714	74,6570
Cap	AL	AC	71,1465	131,0957	191,0345	250,9736	310,9125	370,8516	430,7909	490,7296	550,6688	610,6079	670,5467	730,4860	790,4253	850,3641	910,3031	89,9078
Cap	AL	AM	62,7990	114,3909	165,9782	217,5652	269,1517	320,7388	372,3254	423,9123	475,4995	527,0862	578,6733	630,2600	681,8468	733,4338	785,0206	77,3795
Cap	AL	AP	46,0132	80,8188	115,6196	150,4200	185,2205	220,0212	254,8220	289,6228	324,4236	359,2242	394,0247	428,8255	463,6262	498,4269	533,2275	52,2002
Cap	AL	BA	20,6065	30,0303	39,4469	48,8633	58,2801	67,6969	77,1135	86,5301	95,9467	105,3636	114,7802	124,1965	133,6135	143,0301	152,4469	14,1243
Cap	AL	CE	23,0858	34,9841	46,8778	58,7718	70,6654	82,5589	94,4526	106,3460	118,2399	130,1334	142,0270	153,9209	165,8143	177,7078	189,6016	17,8396
Cap	AL	DF	36,7557	62,3334	87,9019	113,4700	139,0381	164,6066	190,1745	215,7430	241,3112	266,8794	292,4479	318,0161	343,5843	369,1526	394,7208	38,3517
Cap	AL	ES	33,0708	54,9640	76,8475	98,7310	120,6142	142,4977	164,3814	186,2648	208,1485	230,0320	251,9151	273,7988	295,6824	317,5657	339,4491	32,8244
Cap	AL	GO	36,2551	61,3097	86,3459	111,3820	136,4179	161,4540	186,4900	211,5263	236,5621	261,5980	286,6343	311,6700	336,7059	361,7421	386,7779	37,5533
Cap	AL	MA	31,2967	51,4018	71,5042	91,6071	111,7096	131,8119	151,9144	172,0169	192,1194	212,2219	232,3246	252,4270	272,5297	292,6321	312,7345	30,1531
Cap	AL	MG	35,7777	60,3684	84,9540	109,5396	134,1255	158,7107	183,2965	207,8821	232,4679	257,0536	281,6391	306,2248	330,8105	355,3961	379,9817	36,8778
Cap	AL	MS	44,0569	76,9089	109,7441	142,5798	175,4151	208,2508	241,0859	273,9214	306,7570	339,5927	372,4278	405,2633	438,0988	470,9343	503,7699	49,2523
Cap	AL	MT	50,2434	89,2938	128,3317	167,3702	206,4083	245,4464	284,4847	323,5228	362,5609	401,5990	440,6375	479,6757	518,7139	557,7518	596,7901	58,5565
Cap	AL	PA	38,7117	66,2434	93,7561	121,2698	148,7825	176,2956	203,8083	231,3214	258,8343	286,3472	313,8604	341,3737	368,8866	396,3994	423,9123	41,2686
Cap	AL	PB	19,1507	27,1027	35,0458	42,9885	50,9310	58,8740	66,8167	74,7593	82,7022	90,6448	98,5875	106,5303	114,4731	122,4156	130,3587	11,9135
Cap	AL	PE	18,4227	25,6495	32,8753	40,1020	47,3282	54,5547	61,7808	69,0070	76,2332	83,4594	90,6856	97,9120	105,1381	112,3647	119,5908	10,8388
Cap	AL	PI	28,9314	46,6937	64,4421	82,1902	99,9384	117,6873	135,4355	153,1837	170,9319	188,6803	206,4287	224,1770	241,9257	259,6737	277,4222	26,6218
Cap	AL	PR	50,4483	89,7031	128,9461	168,1889	207,4319	246,6747	285,9174	325,1605	364,4030	403,6463	442,8889	482,1318	521,3749	560,6179	599,8607	58,8638
Cap	AL	RJ	40,0766	68,9660	97,8505	126,7351	155,6198	184,5042	213,3888	242,2732	271,1580	300,0423	328,9272	357,8118	386,6962	415,5806	444,4654	43,3261
Cap	AL	RN	20,6065	30,0303	39,4469	48,8633	58,2801	67,6969	77,1135	86,5301	95,9467	105,3636	114,7802	124,1965	133,6135	143,0301	152,4469	14,1243
Cap	AL	RO	63,8453	116,4997	169,1509	221,8024	274,4540	327,1053	379,7565	432,4079	485,0593	537,7106	590,3620	643,0135	695,6650	748,3164	800,9675	78,9765
Cap	AL	RR	63,8909	116,5815	169,2534	221,9254	274,5969	327,2690	379,9409	432,6126	485,2843	537,9564	590,6283	643,3002	695,9718	748,6437	801,3157	79,0071

Cap	AL	RS	59,3645	107,5334	155,7015	203,8699	252,0383	300,2063	348,3744	396,5427	444,7109	492,8791	541,0473	589,2157	637,3840	685,5520	733,7204	72,2515
Cap	AL	SC	52,1316	93,0809	134,0229	174,9647	215,9066	256,8486	297,7907	338,7327	379,6748	420,6167	461,5590	502,5005	543,4424	584,3846	625,3265	61,4124
Cap	AL	SE	19,1507	27,1027	35,0458	42,9885	50,9310	58,8740	66,8167	74,7593	82,7022	90,6448	98,5875	106,5303	114,4731	122,4156	130,3587	11,9135
Cap	AL	SP	44,4209	77,6456	110,8701	144,0945	177,3191	210,5433	243,7678	276,9923	310,2167	343,4410	376,6654	409,8899	443,1143	476,3387	509,5630	49,8357
Cap	AL	TO	44,1026	77,0316	109,9488	142,8663	175,7836	208,7010	241,6185	274,5357	307,4529	340,3702	373,2877	406,2050	439,1222	472,0394	504,9570	49,3754
Int	AL	AC	73,4900	135,7631	198,0355	260,3084	322,5813	384,8539	447,1266	509,3993	571,6720	633,9450	696,2175	758,4901	820,7632	883,0359	945,3085	93,4084
Int	AL	AM	65,1380	119,0585	172,9792	226,8997	280,8205	334,7408	388,6613	442,5823	496,5025	550,4231	604,3435	658,2643	712,1848	766,1057	820,0260	80,8802
Int	AL	AP	48,3518	85,4862	122,6204	159,7548	196,8893	234,0236	271,1580	308,2925	345,4266	382,5608	419,6955	456,8300	493,9640	531,0984	568,2328	55,7010
Int	AL	BA	22,9473	34,6975	46,4478	58,1983	69,9485	81,6990	93,4495	105,1997	116,9500	128,7001	140,4505	152,2011	163,9513	175,7019	187,4521	17,6247
Int	AL	CE	25,4244	39,6515	53,8789	68,1062	82,3338	96,5606	110,7884	125,0157	139,2429	153,4703	167,6977	181,9249	196,1522	210,3796	224,6068	21,3402
Int	AL	DF	39,0989	67,0008	94,9029	122,8047	150,7065	178,6088	206,5105	234,4125	262,3147	290,2163	318,1183	346,0205	373,9223	401,8243	429,7263	41,8521
Int	AL	ES	35,4139	59,6312	83,8483	108,0658	132,2828	156,5001	180,7174	204,9342	229,1516	253,3686	277,5860	301,8031	326,0203	350,2373	374,4547	36,3248
Int	AL	GO	38,6073	65,9773	93,3469	120,7167	148,0865	175,4563	202,8260	230,1956	257,5652	284,9351	312,3046	339,6741	367,0438	394,4137	421,7834	41,0539
Int	AL	MA	33,6329	56,0695	78,5054	100,9418	123,3778	145,8143	168,2503	190,6867	213,1227	235,5593	257,9951	280,4317	302,8676	325,3038	347,7398	33,6539
Int	AL	MG	38,1163	65,0355	91,9549	118,8742	145,7937	172,7130	199,6324	226,5514	253,4707	280,3906	307,3098	334,2290	361,1485	388,0679	414,9871	40,3783
Int	AL	MS	46,4071	81,5762	116,7453	151,9144	187,0836	222,2525	257,4220	292,5913	327,7603	362,9293	398,0986	433,2677	468,4367	503,6061	538,7752	52,7530
Int	AL	MT	52,5891	93,9610	135,3331	176,7050	218,0767	259,4485	300,8204	342,1924	383,5643	424,9362	466,3078	507,6797	549,0517	590,4235	631,7954	62,0569
Int	AL	PA	41,0640	70,9110	100,7574	130,6042	160,4511	190,2976	220,1444	249,9911	279,8376	309,6843	339,5310	369,3777	399,2245	429,0713	458,9179	44,7693
Int	AL	PB	21,4937	31,7703	42,0469	52,3233	62,5997	72,8761	83,1525	93,4289	103,7050	113,9817	124,2581	134,5346	144,8110	155,0876	165,3637	15,4139
Int	AL	PE	20,7567	30,3171	39,8767	49,4367	58,9965	68,5567	78,1165	87,6767	97,2365	106,7963	116,3564	125,9163	135,4763	145,0362	154,5965	14,3392
Int	AL	PI	31,2792	51,3609	71,4430	91,5249	111,6072	131,6891	151,7713	171,8532	191,9353	212,0175	232,0991	252,1813	272,2635	292,3454	312,4275	30,1223
Int	AL	PR	52,7942	94,3706	135,9473	177,5236	219,1002	260,6769	302,2535	343,8296	385,4066	426,9832	468,5597	510,1364	551,7127	593,2894	634,8658	62,3642
Int	AL	RJ	42,4152	73,6334	104,8515	136,0701	167,2881	198,5065	229,7247	260,9430	292,1611	323,3797	354,5975	385,8161	417,0340	448,2524	479,4707	46,8266
Int	AL	RN	22,9473	34,6975	46,4478	58,1983	69,9485	81,6990	93,4495	105,1997	116,9500	128,7001	140,4505	152,2011	163,9513	175,7019	187,4521	17,6247
Int	AL	RO	66,1821	121,1671	176,1522	231,1373	286,1222	341,1074	396,0926	451,0775	506,0624	561,0479	616,0328	671,0177	726,0031	780,9879	835,9732	82,4769
Int	AL	RR	66,2434	121,2492	176,2547	231,2602	286,2655	341,2710	396,2767	451,2821	506,2878	561,2934	616,2986	671,3041	726,3096	781,3154	836,3209	82,5077
Int	AL	RS	61,6986	112,2009	162,7024	213,2048	263,7065	314,2085	364,7103	415,2122	465,7143	516,2163	566,7181	617,2200	667,7220	718,2237	768,7258	75,7523
Int	AL	SC	54,4727	97,7483	141,0240	184,2996	227,5751	270,8508	314,1267	357,4022	400,6779	443,9534	487,2290	530,5052	573,7804	617,0561	660,3320	64,9129
Int	AL	SE	21,4937	31,7703	42,0469	52,3233	62,5997	72,8761	83,1525	93,4289	103,7050	113,9817	124,2581	134,5346	144,8110	155,0876	165,3637	15,4139
Int	AL	SP	46,7551	82,3133	117,8714	153,4290	188,9875	224,5454	260,1038	295,6617	331,2200	366,7779	402,3360	437,8942	473,4523	509,0104	544,5684	53,3365
Int	AL	TO	46,4478	81,6990	116,9500	152,2011	187,4521	222,7030	257,9542	293,2053	328,4559	363,7073	398,9584	434,2095	469,4605	504,7116	539,9625	52,8759
Cap	AM	AC	30,3641	49,5595	68,7408	87,9223	107,1036	126,2848	145,4662	164,6472	183,8286	203,0100	222,1914	241,3729	260,5540	279,7354	298,9166	28,7712
Cap	AM	AL	62,7990	114,3909	165,9782	217,5652	269,1517	320,7388	372,3254	423,9123	475,4995	527,0862	578,6733	630,2600	681,8468	733,4338	785,0206	77,3795
Cap	AM	AP	41,6458	72,0981	102,5384	132,9786	163,4192	193,8596	224,3001	254,7403	285,1806	315,6211	346,0613	376,5014	406,9420	437,3822	467,8226	45,6600
Cap	AM	BA	55,2702	99,3451	143,4191	187,4928	231,5669	275,6412	319,7149	363,7894	407,8633	451,9370	496,0113	540,0856	584,1592	628,2334	672,3073	66,1103
Cap	AM	CE	51,5631	91,9345	132,3031	172,6722	213,0410	253,4096	293,7783	334,1470	374,5158	414,8845	455,2537	495,6225	535,9912	576,3600	616,7284	60,5523
Cap	AM	DF	44,3753	77,5432	110,7063	143,8694	177,0322	210,1953	243,3583	276,5215	309,6843	342,8473	376,0105	409,1733	442,3364	475,4995	508,6622	49,7439
Cap	AM	ES	59,6828	108,1883	156,6842	205,1801	253,6759	302,1714	350,6673	399,1632	447,6587	496,1547	544,6504	593,1461	641,6418	690,1377	738,6333	72,7426
Cap	AM	GO	42,8744	74,5545	106,2235	137,8919	169,5607	201,2291	232,8977	264,5662	296,2349	327,9034	359,5724	391,2406	422,9095	454,5778	486,2467	47,5023

Cap	AM	MA	40,8273	70,4809	100,1230	129,7651	159,4068	189,0486	218,6908	248,3327	277,9749	307,6167	337,2588	366,9008	396,5427	426,1848	455,8267	44,4623
Cap	AM	MG	55,3160	99,4268	143,5214	187,6160	231,7104	275,8049	319,8994	363,9939	408,0884	452,1829	496,2774	540,3720	584,4662	628,5609	672,6553	66,1411
Cap	AM	MS	45,2396	79,2627	113,2858	147,3084	181,3313	215,3540	249,3768	283,3997	317,4222	351,4453	385,4679	419,4909	453,5138	487,5361	521,5592	51,0333
Cap	AM	MT	36,9376	62,7021	88,4544	114,2069	139,9594	165,7118	191,4644	217,2170	242,9694	268,7220	294,4746	320,2269	345,9792	371,7319	397,4842	38,6280
Cap	AM	PA	32,7069	54,2273	75,7418	97,2569	118,7721	140,2870	161,8022	183,3168	204,8318	226,3469	247,8622	269,3769	290,8919	312,4071	333,9218	32,2718
Cap	AM	PB	59,7739	108,3316	156,8888	205,4462	254,0034	302,5605	351,1176	399,6747	448,2319	496,7893	545,3461	593,9037	642,4607	691,0178	739,5751	72,8353
Cap	AM	PE	59,8195	108,4750	157,1142	205,7532	254,3922	303,0311	351,6704	400,3094	448,9486	497,5878	546,2268	594,8657	643,5046	692,1436	740,7828	72,9577
Cap	AM	PI	43,7615	76,3355	108,9052	141,4743	174,0436	206,6129	239,1824	271,7519	304,3209	336,8905	369,4597	402,0291	434,5983	467,1679	499,7372	48,8533
Cap	AM	PR	57,8633	104,5445	151,2186	197,8921	244,5662	291,2399	337,9140	384,5876	431,2614	477,9355	524,6092	571,2831	617,9569	664,6307	711,3046	70,0101
Cap	AM	RJ	59,1597	107,1241	155,0876	203,0510	251,0147	298,9782	346,9415	394,9051	442,8685	490,8320	538,7959	586,7593	634,7225	682,6863	730,6497	71,9445
Cap	AM	RN	58,0227	104,8515	151,6688	198,4858	245,3030	292,1203	338,9373	385,7547	432,5717	479,3891	526,2058	573,0232	619,8403	666,6576	713,4747	70,2250
Cap	AM	RO	23,6998	36,1920	48,6796	61,1667	73,6538	86,1411	98,6286	111,1160	123,6031	136,0906	148,5777	161,0651	173,5524	186,0395	198,5267	18,7303
Cap	AM	RR	22,2212	33,2643	44,2983	55,3323	66,3664	77,4002	88,4341	99,4679	110,5016	121,5355	132,5693	143,6035	154,6373	165,6710	176,7050	16,5501
Cap	AM	RS	65,2784	119,3450	173,4089	227,4733	281,5369	335,6005	389,6645	443,7285	497,7922	551,8562	605,9202	659,9839	714,0478	768,1116	822,1755	81,0950
Cap	AM	SC	62,4805	113,7568	165,0157	216,2752	267,5348	318,7938	370,0533	421,3128	472,5720	523,8313	575,0905	626,3502	677,6093	728,8686	780,1279	76,8882
Cap	AM	SE	57,2267	103,2755	149,3146	195,3538	241,3933	287,4324	333,4717	379,5108	425,5500	471,5895	517,6287	563,6678	609,7071	655,7464	701,7858	69,0582
Cap	AM	SP	57,8406	104,5036	151,1569	197,8105	244,4638	291,1172	337,7704	384,4237	431,0774	477,7306	524,3843	571,0375	617,6910	664,3442	710,9973	69,9794
Cap	AM	TO	50,0847	88,9868	127,8817	166,7767	205,6711	244,5662	283,4612	322,3558	361,2507	400,1457	439,0406	477,9355	516,8305	555,7251	594,6201	58,3417
Int	AM	AC	32,7119	54,2273	75,7418	97,2569	118,7721	140,2870	161,8022	183,3168	204,8318	226,3469	247,8622	269,3769	290,8919	312,4071	333,9218	32,2718
Int	AM	AL	65,1380	119,0585	172,9792	226,8997	280,8205	334,7408	388,6613	442,5823	496,5025	550,4231	604,3435	658,2643	712,1848	766,1057	820,0260	80,8802
Int	AM	AP	43,9917	76,7657	109,5396	142,3137	175,0879	207,8615	240,6356	273,4095	306,1839	338,9579	371,7319	404,5060	437,2802	470,0540	502,8280	49,1605
Int	AM	BA	57,6045	104,0123	150,4200	196,8280	243,2354	289,6434	336,0509	382,4589	428,8664	475,2740	521,6821	568,0895	614,4971	660,9053	707,3128	69,6108
Int	AM	CE	53,8995	96,6017	139,3045	182,0070	224,7093	267,4118	310,1144	352,8169	395,5191	438,2216	480,9242	523,6267	566,3291	609,0314	651,7342	64,0532
Int	AM	DF	46,7144	82,2106	117,7075	153,2042	188,7010	224,1975	259,6944	295,1909	330,6876	366,1841	401,6811	437,1776	472,6744	508,1710	543,6676	53,2442
Int	AM	ES	62,0262	112,8559	163,6853	214,5148	265,3444	316,1738	367,0031	417,8324	468,6618	519,4916	570,3210	621,1502	671,9797	722,8092	773,6387	76,2434
Int	AM	GO	45,2196	79,2223	113,2244	147,2266	181,2289	215,2314	249,2336	283,2358	317,2383	351,2407	385,2426	419,2450	453,2475	487,2496	521,2519	51,0028
Int	AM	MA	43,1726	75,1483	107,1241	139,0998	171,0752	203,0510	235,0267	267,0023	298,9782	330,9536	362,9293	394,9051	426,8807	458,8567	490,8320	47,9628
Int	AM	MG	57,6660	104,0941	150,5222	196,9506	243,3790	289,8070	336,2354	382,6632	429,0916	475,5200	521,9481	568,3763	614,8044	661,2324	707,6608	69,6414
Int	AM	MS	47,5736	83,9303	120,2868	156,6431	193,0001	229,3565	265,7128	302,0692	338,4259	374,7822	411,1386	447,4951	483,8517	520,2082	556,5644	54,5339
Int	AM	MT	39,2829	67,3693	95,4554	123,5418	151,6279	179,7140	207,8000	235,8866	263,9727	292,0587	320,1450	348,2311	376,3176	404,4037	432,4897	42,1286
Int	AM	PA	35,0458	58,8942	82,7431	106,5917	130,4402	154,2893	178,1380	201,9865	225,8350	249,6839	273,5324	297,3811	321,2302	345,0787	368,9275	35,7722
Int	AM	PB	62,1084	112,9992	163,8900	214,7811	265,6720	316,5625	367,4535	418,3444	469,2352	520,1261	571,0172	621,9077	672,7989	723,6898	774,5804	76,3355
Int	AM	PE	62,1698	113,1424	164,1151	215,0879	266,0609	317,0333	368,0063	418,9788	469,9516	520,9244	571,8972	622,8699	673,8427	724,8157	775,7883	76,4583
Int	AM	PI	46,0998	81,0029	115,9060	150,8091	185,7119	220,6152	255,5180	290,4213	325,3240	360,2272	395,1302	430,0333	464,9367	499,8394	534,7425	52,3539
Int	AM	PR	60,2045	109,2121	158,2195	207,2271	256,2344	305,2421	354,2497	403,2573	452,2648	501,2724	550,2799	599,2874	648,2950	697,3025	746,3099	73,5108
Int	AM	RJ	61,4942	111,7918	162,0885	212,3857	262,6832	312,9802	363,2773	413,5747	463,8719	514,1690	564,4663	614,7635	665,0607	715,3581	765,6550	75,4450
Int	AM	RN	60,3684	109,5193	158,6699	207,8207	256,9716	306,1223	355,2731	404,4240	453,5751	502,7258	551,8765	601,0276	650,1784	699,3291	748,4799	73,7257
Int	AM	RO	26,0383	40,8593	55,6803	70,5015	85,3227	100,1435	114,9644	129,7854	144,6063	159,4271	174,2482	189,0694	203,8904	218,7113	233,5325	22,2310
Int	AM	RR	24,5642	37,9322	51,2994	64,6671	78,0346	91,4025	104,7696	118,1374	131,5050	144,8724	158,2398	171,6074	184,9753	198,3428	211,7101	20,0506

Int	AM	RS	67,6149	124,0129	180,4102	236,8078	293,2053	349,6029	406,0003	462,3980	518,7955	575,1930	631,5906	687,9880	744,3859	800,7835	857,1808	84,5957
Int	AM	SC	64,8310	118,4239	172,0169	225,6100	279,2030	332,7962	386,3892	439,9822	493,5752	547,1682	600,7612	654,3544	707,9479	761,5401	815,1334	80,3889
Int	AM	SE	59,5700	107,9427	156,3158	204,6886	253,0616	301,4344	349,8073	398,1804	446,5535	494,9263	543,2992	591,6722	640,0451	688,4179	736,7909	72,5587
Int	AM	SP	60,1839	109,1711	158,1582	207,1453	256,1326	305,1192	354,1063	403,0935	452,0803	501,0676	550,0548	599,0419	648,0290	697,0159	746,0030	73,4799
Int	AM	TO	52,4255	93,6542	134,8828	176,1111	217,3398	258,5683	299,7968	341,0254	382,2538	423,4826	464,7112	505,9396	547,1682	588,3968	629,6254	61,8422
Cap	AP	AC	58,4546	105,7114	152,9585	200,2053	247,4526	294,6996	341,9467	389,1940	436,4407	483,6878	530,9348	578,1819	625,4288	672,6760	719,9232	70,8702
Cap	AP	AL	46,0132	80,8188	115,6196	150,4200	185,2205	220,0212	254,8220	289,6228	324,4236	359,2242	394,0247	428,8255	463,6262	498,4269	533,2275	52,2002
Cap	AP	AM	41,6458	72,0981	102,5384	132,9786	163,4192	193,8596	224,3001	254,7403	285,1806	315,6211	346,0613	376,5014	406,9420	437,3822	467,8226	45,6600
Cap	AP	BA	47,6279	84,0531	120,4708	156,8888	193,3069	229,7247	266,1426	302,5605	338,9781	375,3962	411,8139	448,2319	484,6500	521,0677	557,4858	54,6263
Cap	AP	CE	37,3927	63,6026	89,8055	116,0083	142,2115	168,4139	194,6170	220,8197	247,0224	273,2256	299,4285	325,6314	351,8342	378,0370	404,2401	39,3036
Cap	AP	DF	45,3532	79,5086	113,6542	147,8000	181,9454	216,0909	250,2366	284,3822	318,5278	352,6733	386,8189	420,9648	455,1103	489,2561	523,4014	51,2177
Cap	AP	ES	56,9988	102,8251	148,6391	194,4533	240,2672	286,0815	331,8952	377,7093	423,5234	469,3376	515,1517	560,9658	606,7798	652,5938	698,4078	68,7205
Cap	AP	GO	43,6475	76,1308	108,5978	141,0648	173,5317	205,9987	238,4659	270,9327	303,3998	335,8669	368,3336	400,8004	433,2677	465,7345	498,2019	48,7000
Cap	AP	MA	33,4576	55,7213	77,9732	100,2251	122,4773	144,7292	166,9812	189,2329	211,4853	233,7370	255,9890	278,2410	300,4930	322,7448	344,9969	33,3774
Cap	AP	MG	54,4968	97,8303	141,1466	184,4632	227,7798	271,0964	314,4131	357,7300	401,0463	444,3632	487,6798	530,9964	574,3128	617,6296	660,9461	64,9743
Cap	AP	MS	53,4050	95,6192	137,8304	180,0417	222,2525	264,4638	306,6752	348,8863	391,0975	433,3084	475,5200	517,7312	559,9421	602,1533	644,3646	63,3163
Cap	AP	MT	48,7197	86,2231	123,7259	161,2288	198,7316	236,2344	273,7373	311,2404	348,7431	386,2460	423,7486	461,2516	498,7544	536,2571	573,7602	56,2535
Cap	AP	PA	20,8111	30,4398	40,0613	49,6824	59,3036	68,9252	78,5466	88,1679	97,7892	107,4108	117,0318	126,6532	136,2747	145,8959	155,5173	14,4314
Cap	AP	PB	46,2404	81,2692	116,2950	151,3211	186,3465	221,3724	256,3984	291,4242	326,4502	361,4761	396,5017	431,5276	466,5536	501,5795	536,6055	52,5380
Cap	AP	PE	47,0822	82,9477	118,8129	154,6780	190,5432	226,4086	262,2738	298,1387	334,0037	369,8692	405,7340	441,5993	477,4646	513,3297	549,1950	53,7971
Cap	AP	PI	31,9338	52,6505	73,3672	94,0839	114,8004	135,5173	156,2338	176,9506	197,6670	218,3841	239,1005	259,8171	280,5338	301,2503	321,9669	31,0742
Cap	AP	PR	64,4821	117,7689	171,0546	224,3410	277,6267	330,9129	384,1989	437,4848	490,7706	544,0567	597,3427	650,6289	703,9145	757,2007	810,4867	79,9284
Cap	AP	RJ	60,5471	109,9080	159,2635	208,6191	257,9747	307,3301	356,6857	406,0413	455,3969	504,7525	554,1078	603,4635	652,8191	702,1746	751,5302	74,0326
Cap	AP	RN	44,5572	77,9322	111,2998	144,6675	178,0356	211,4030	244,7710	278,1386	311,5064	344,8741	378,2418	411,6095	444,9772	478,3446	511,7125	50,0509
Cap	AP	RO	50,4029	89,6416	128,8640	168,0865	207,3090	246,5312	285,7537	324,9762	364,1987	403,4210	442,6433	481,8659	521,0882	560,3105	599,5330	58,8330
Cap	AP	RR	42,3280	73,4490	104,5650	135,6813	166,7969	197,9128	229,0284	260,1447	291,2603	322,3761	353,4922	384,6081	415,7240	446,8401	477,9557	46,6731
Cap	AP	RS	72,8753	134,5346	196,1932	257,8518	319,5101	381,1691	442,8277	504,4862	566,1449	627,8036	689,4620	751,1208	812,7795	874,4380	936,0966	92,4874
Cap	AP	SC	68,2583	125,3431	182,4163	239,4895	296,5624	353,6359	410,7087	467,7816	524,8551	581,9280	639,0012	696,0741	753,1474	810,2205	867,2934	85,6089
Cap	AP	SE	46,8775	82,5383	118,1984	153,8592	189,5197	225,1803	260,8405	296,5011	332,1615	367,8220	403,4825	439,1430	474,8033	510,4640	546,1245	53,4899
Cap	AP	SP	61,1384	111,0954	161,0446	210,9939	260,9430	310,8923	360,8412	410,7906	460,7398	510,6889	560,6382	610,5874	660,5365	710,4858	760,4351	74,9231
Cap	AP	TO	51,2445	91,3204	131,3821	171,4436	211,5056	251,5671	291,6289	331,6905	371,7525	411,8139	451,8755	491,9377	531,9992	572,0608	612,1230	60,0917
Int	AP	AC	60,7973	110,3823	159,9672	209,5522	259,1367	308,7214	358,3062	407,8908	457,4759	507,0606	556,6454	606,2301	655,8149	705,3997	754,9843	74,3766
Int	AP	AL	48,3559	85,4989	122,6422	159,7851	196,9282	234,0713	271,2145	308,3574	345,5004	382,6439	419,7867	456,9300	494,0728	531,2159	568,3590	55,7141
Int	AP	AM	43,9889	76,7645	109,5409	142,3167	175,0931	207,8689	240,6446	273,4207	306,1968	338,9727	371,7488	404,5247	437,3008	470,0767	502,8525	49,1631
Int	AP	BA	49,9708	88,7289	127,4867	166,2449	205,0029	243,7608	282,5188	321,2769	360,0349	398,7929	437,5508	476,3086	515,0670	553,8248	592,5829	58,1365
Int	AP	CE	39,7581	68,3036	96,8489	125,3942	153,9395	182,4849	211,0304	239,5759	268,1209	296,6662	325,2117	353,7571	382,3026	410,8479	439,3932	42,8172
Int	AP	DF	47,6962	84,1797	120,6632	157,1468	193,6302	230,1135	266,5969	303,0806	339,5642	376,0477	412,5312	449,0146	485,4981	521,9814	558,4651	54,7242
Int	AP	ES	59,3645	107,5162	155,6681	203,8201	251,9720	300,1237	348,2755	396,4274	444,5792	492,7309	540,8829	589,0346	637,1865	685,3385	733,4902	72,2269
Int	AP	GO	45,9903	80,7908	115,5909	150,3915	185,1916	219,9920	254,7920	289,5926	324,3932	359,1933	393,9937	428,7938	463,5945	498,3946	533,1950	52,1996
Int	AP	MA	35,8004	60,3881	84,9757	109,5635	134,1511	158,7389	183,3265	207,9139	232,5016	257,0897	281,6773	306,2651	330,8526	355,4403	380,0281	36,8807
Int	AP	MG	56,8626	102,5123	148,1621	193,8120	239,4621	285,1117	330,7616	376,4115	422,0612	467,7110	513,3610	559,0107	604,6608	650,3105	695,9601	68,4741
Int	AP	MS	55,7481	100,3062	144,8644	189,4222	233,9803	278,5384	323,0965	367,6544	412,2125	456,7706	501,3288	545,8869	590,4450	635,0030	679,5611	66,8363
Int	AP	MT	51,0625	90,9124	130,7620	170,6119	210,4616	250,3113	290,1614	330,0112	369,8607	409,7105	449,5605	489,4103	529,2598	569,1097	608,9595	59,7739
Int	AP	PA	23,1768	35,1406	47,1050	59,0689	71,0330	82,9969	94,9609	106,9249	118,8889	130,8532	142,8169	154,7811	166,7451	178,7093	190,6734	17,9452
Int	AP	PB	48,5831	85,9539	123,3242	160,6950	198,0656	235,4360	272,8066	310,1771	347,5476	384,9183	422,2887	459,6594	497,0301	534,4001	571,7709	56,0553
Int	AP	PE	49,4249	87,6371	125,8491	164,0612	202,2733	240,4853	278,6978	316,9098	355,1220	393,3340	431,5462	469,7584	507,9707	546,1826	584,3948	57,3176
Int	AP	PI	34,2764	57,3401	80,4042	103,4677	126,5315	149,5952	172,6588	195,7227	218,7864	241,8502	264,9141	287,9777	311,0416	334,1051	357,1688	34,5950
Int	AP	PR	66,8476	122,4828	178,1178	233,7530	289,3882	345,0229	400,6581	456,2929	511,9281	567,5629	623,1981	678,8331	734,4682	790,1033	845,7384	83,4518
Int	AP	RJ	62,8900	114,5903	166,2902	217,9903	269,6904	321,3904	373,0907	424,7909	476,4908	528,1908	579,8911	631,5913	683,2914	734,9915	786,6916	77,5496
Int	AP	RN	46,9227	82,6329	118,3430	154,0532	189,7634	225,4735	261,1837	296,8938	332,6039	368,3139	404,0244	439,7342	475,4446	511,1548	546,8646	53,5645
Int	AP	RO	52,7683	94,3240	135,8798	177,4354	218,9913	260,5468	302,1026	343,6582	385,2139	426,7694	468,3253	509,8809	551,4367	592,9922	634,5481	62,3330
Int	AP	RR	44,6711	78,1296	111,5876	145,0462	178,5044	211,9631	245,4212	278,8795	312,3381	345,7964	379,2544	412,7131	446,1714	479,6296	513,0878	50,1869
Int	AP	RS	75,2179	139,2234	203,2285	267,2340	331,2392	395,2445	459,2498	523,2551	587,2603	651,2656	715,2711	779,2764	843,2817	907,2874	971,2923	96,0073
Int	AP	SC	70,6233	130,0343	189,4448	248,8558	308,2666	367,6774	427,0880	486,4989	545,9095	605,3204	664,7310	724,1416	783,5526	842,9632	902,3742	89,1152
Int	AP	SE	49,2202	87,2274	125,2350	163,2424	201,2499	239,2572	277,2648	315,2720	353,2794	391,2867	429,2943	467,3018	505,3094	543,3167	581,3238	57,0103
Int	AP	SP	63,5043	115,7956	168,0870	220,3785	272,6700	324,9617	377,2532	429,5447	481,8361	534,1274	586,4190	638,7105	691,0016	743,2934	795,5848	78,4366
Int	AP	TO	53,6102	96,0073	138,4047	180,8019	223,1991	265,5964	307,9938	350,3909	392,7881	435,1856	477,5826	519,9801	562,3772	604,7744	647,1719	63,5952
Cap	BA	AC	66,6200	122,0678	177,5032	232,9386	288,3741	343,8095	399,2447	454,6804	510,1157	565,5510	620,9866	676,4221	731,8573	787,2927	842,7280	83,1525
Cap	BA	AL	20,6065	30,0303	39,4469	48,8633	58,2801	67,6969	77,1135	86,5301	95,9467	105,3636	114,7802	124,1965	133,6135	143,0301	152,4469	14,1243
Cap	BA	AM	55,2702	99,3451	143,4191	187,4928	231,5669	275,6412	319,7149	363,7894	407,8633	451,9370	496,0113	540,0856	584,1592	628,2334	672,3073	66,1103
Cap	BA	AP	47,6279	84,0531	120,4708	156,8888	193,3069	229,7247	266,1426	302,5605	338,9781	375,3962	411,8139	448,2319	484,6500	521,0677	557,4858	54,6263
Cap	BA	CE	29,0451	46,8982	64,7492	82,5995	100,4505	118,3011	136,1520	154,0026	171,8532	189,7038	207,5544	225,4052	243,2561	261,1068	278,9575	26,7753
Cap	BA	DF	29,4999	47,8197	66,1206	84,4216	102,7229	121,0240	139,3248	157,6260	175,9271	194,2279	212,5289	230,8302	249,1315	267,4321	285,7331	27,4510
Cap	BA	ES	25,6561	40,1225	54,5751	69,0273	83,4798	97,9326	112,3849	126,8373	141,2901	155,7426	170,1951	184,6478	199,1002	213,5524	228,0051	21,6781
Cap	BA	GO	29,3181	47,4305	65,5267	83,6232	101,7196	119,8161	137,9124	156,0086	174,1050	192,2014	210,2978	228,3941	246,4904	264,5868	282,6832	27,1438
Cap	BA	MA	34,1176	57,0519	79,9797	102,9068	125,8344	148,7619	171,6895	194,6170	217,5446	240,4718	263,3995	286,3270	309,2546	332,1818	355,1096	34,3905
Cap	BA	MG	27,4302	43,6640	59,8973	76,1308	92,3645	108,5978	124,8315	141,0648	157,2985	173,5317	189,7653	205,9987	222,2322	238,4659	254,6993	24,3499
Cap	BA	MS	38,8481	66,4891	94,1249	121,7608	149,3965	177,0322	204,6683	232,3042	259,9400	287,5756	315,2113	342,8473	370,4831	398,1191	425,7547	41,4531
Cap	BA	MT	44,3297	77,4820	110,6247	143,7671	176,9094	210,0519	243,1945	276,3373	309,4793	342,6221	375,7645	408,9074	442,0498	475,1922	508,3349	49,7132
Cap	BA	PA	39,8948	68,5976	97,2979	125,9981	154,6987	183,3987	212,0990	240,7994	269,4999	298,2000	326,9004	355,6010	384,3013	413,0016	441,7016	43,0497
Cap	BA	PB	24,6325	38,0959	51,5454	64,9948	78,4442	91,8935	105,3430	118,7922	132,2421	145,6913	159,1407	172,5904	186,0395	199,4889	212,9384	20,1735
Cap	BA	PE	22,5625	33,9605	45,3425	56,7244	68,1062	79,4880	90,8701	102,2516	113,6337	125,0157	136,3976	147,7796	159,1613	170,5431	181,9249	17,0721
Cap	BA	PI	29,0678	46,9391	64,8105	82,6817	100,5528	118,4239	136,2950	154,1664	172,0377	189,9085	207,7797	225,6511	243,5221	261,3931	279,2645	26,8060
Cap	BA	PR	41,6915	72,1800	102,6612	133,1429	163,6239	194,1052	224,5865	255,0679	285,5490	316,0303	346,5117	376,9932	407,4742	437,9557	468,4367	45,7209
Cap	BA	RJ	31,8428	52,5074	73,1627	93,8179	114,4731	135,1283	155,7836	176,4385	197,0942	217,7490	238,4044	259,0595	279,7149	300,3700	321,0254	30,9821
Cap	BA	RN	26,1111	41,0437	55,9668	70,8904	85,8137	100,7371	115,6605	130,5839	145,5072	160,4305	175,3538	190,2773	205,2007	220,1236	235,0472	22,3843
Cap	BA	RO	59,4781	107,7791	156,0699	204,3613	252,6521	300,9432	349,2342	397,5255	445,8163	494,1077	542,3985	590,6898	638,9805	687,2718	735,5628	72,4360
Cap	BA	RR	62,8447	114,4935	166,1418	217,7900	269,4387	321,0867	372,7349	424,3833	476,0318	527,6797	579,3284	630,9766	682,6247	734,2730	785,9213	77,4717

Cap	BA	RS	50,6760	90,1534	129,6218	169,0896	208,5576	248,0260	287,4938	326,9618	366,4299	405,8980	445,3662	484,8340	524,3023	563,7701	603,2385	59,2015
Cap	BA	SC	44,1252	77,0729	110,0104	142,9481	175,8861	208,8238	241,7618	274,6995	307,6371	340,5747	373,5128	406,4506	439,3884	472,3264	505,2640	49,4062
Cap	BA	SE	19,9698	28,7609	37,5432	46,3254	55,1074	63,8892	72,6714	81,4530	90,2354	99,0175	107,7993	116,5815	125,3635	134,1459	142,9279	13,1725
Cap	BA	SP	36,1869	61,1870	86,1822	111,1773	136,1725	161,1674	186,1626	211,1577	236,1526	261,1476	286,1428	311,1379	336,1329	361,1280	386,1233	37,4918
Cap	BA	TO	36,8696	62,5587	88,2293	113,8996	139,5704	165,2410	190,9118	216,5823	242,2529	267,9237	293,5941	319,2646	344,9355	370,6063	396,2767	38,5053
Int	BA	AC	68,9660	126,7351	184,5042	242,2732	300,0423	357,8118	415,5806	473,3501	531,1190	588,8881	646,6574	704,4264	762,1956	819,9648	877,7338	86,6532
Int	BA	AL	22,9473	34,6975	46,4478	58,1983	69,9485	81,6990	93,4495	105,1997	116,9500	128,7001	140,4505	152,2011	163,9513	175,7019	187,4521	17,6247
Int	BA	AM	57,6045	104,0123	150,4200	196,8280	243,2354	289,6434	336,0509	382,4589	428,8664	475,2740	521,6821	568,0895	614,4971	660,9053	707,3128	69,6108
Int	BA	AP	49,9690	88,7207	127,4721	166,2238	204,9754	243,7268	282,4784	321,2302	359,9818	398,7331	437,4848	476,2361	514,9879	553,7394	592,4908	58,1268
Int	BA	CE	31,3814	51,5658	71,7501	91,9345	112,1187	132,3031	152,4877	172,6722	192,8568	213,0410	233,2254	253,4096	273,5942	293,7783	313,9628	30,2758
Int	BA	DF	31,8523	52,4870	73,1214	93,7561	114,3909	135,0258	155,6609	176,2956	196,9303	217,5652	238,1997	258,8343	279,4693	300,1041	320,7388	30,9516
Int	BA	ES	28,0037	44,7896	61,5762	78,3623	95,1485	111,9347	128,7207	145,5072	162,2934	179,0795	195,8655	212,6519	229,4383	246,2242	263,0104	25,1785
Int	BA	GO	31,6680	52,0980	72,5279	92,9581	113,3883	133,8184	154,2482	174,6782	195,1083	215,5383	235,9682	256,3984	276,8284	297,2583	317,6885	30,6441
Int	BA	MA	36,4583	61,7193	86,9804	112,2418	137,5028	162,7639	188,0254	213,2864	238,5478	263,8089	289,0699	314,3313	339,5927	364,8534	390,1149	37,8908
Int	BA	MG	29,7642	48,3312	66,8986	85,4655	104,0328	122,6000	141,1670	159,7344	178,3016	196,8689	215,4359	234,0031	252,5701	271,1372	289,7048	27,8500
Int	BA	MS	41,1871	71,1563	101,1259	131,0957	161,0651	191,0345	221,0041	250,9736	280,9432	310,9125	340,8821	370,8516	400,8209	430,7909	460,7603	44,9535
Int	BA	MT	46,6731	82,1493	117,6255	153,1019	188,5781	224,0542	259,5307	295,0066	330,4831	365,9589	401,4352	436,9116	472,3876	507,8640	543,3403	53,2135
Int	BA	PA	42,2309	73,2649	104,2990	135,3331	166,3673	197,4007	228,4349	259,4691	290,5032	321,5370	352,5710	383,6050	414,6392	445,6731	476,7072	46,5505
Int	BA	PB	26,9800	42,7633	58,5464	74,3295	90,1125	105,8956	121,6790	137,4620	153,2449	169,0283	184,8115	200,5946	216,3778	232,1607	247,9440	23,6739
Int	BA	PE	24,9125	38,6280	52,3436	66,0590	79,7747	93,4901	107,2057	120,9217	134,6367	148,3526	162,0680	175,7836	189,4994	203,2149	216,9303	20,5726
Int	BA	PI	31,4017	51,6067	71,8113	92,0164	112,2213	132,4260	152,6308	172,8360	193,0409	213,2455	233,4506	253,6553	273,8601	294,0650	314,2701	30,3067
Int	BA	PR	44,0324	76,8475	109,6626	142,4775	175,2924	208,1073	240,9223	273,7373	306,5525	339,3674	372,1825	404,9971	437,8122	470,6272	503,4422	49,2218
Int	BA	RJ	34,1860	57,1746	80,1636	103,1527	126,1415	149,1302	172,1194	195,1083	218,0972	241,0859	264,0750	287,0640	310,0526	333,0416	356,0307	34,4827
Int	BA	RN	28,4539	45,7110	62,9682	80,2249	97,4824	114,7391	131,9963	149,2532	166,5104	183,7672	201,0245	218,2815	235,5384	252,7956	270,0526	25,8849
Int	BA	RO	61,8217	112,4463	163,0712	213,6959	264,3208	314,9456	365,5700	416,1950	466,8199	517,4442	568,0691	618,6939	669,3186	719,9436	770,5681	75,9366
Int	BA	RR	65,1790	119,1609	173,1428	227,1250	281,1068	335,0890	389,0708	443,0530	497,0347	551,0168	604,9989	658,9810	712,9628	766,9450	820,9267	80,9722
Int	BA	RS	53,0189	94,8209	136,6228	178,4244	220,2261	262,0278	303,8296	345,6316	387,4333	429,2349	471,0368	512,8385	554,6402	596,4422	638,2437	62,7021
Int	BA	SC	46,4685	81,7398	117,0115	152,2830	187,5546	222,8260	258,0976	293,3691	328,6406	363,9121	399,1835	434,4551	469,7264	504,9981	540,2696	52,9067
Int	BA	SE	22,3126	33,4285	44,5440	55,6600	66,7758	77,8913	89,0069	100,1230	111,2388	122,3543	133,4702	144,5856	155,7015	166,8175	177,9331	16,6731
Int	BA	SP	38,5256	65,8544	93,1832	120,5120	147,8407	175,1696	202,4983	229,8268	257,1560	284,4847	311,8132	339,1421	366,4710	393,7999	421,1284	40,9926
Int	BA	TO	39,2218	67,2259	95,2305	123,2349	151,2388	179,2434	207,2474	235,2519	263,2562	291,2603	319,2646	347,2692	375,2733	403,2779	431,2819	42,0059
Cap	CE	AC	67,2345	123,2755	179,3045	235,3339	291,3629	347,3919	403,4210	459,4502	515,4791	571,5086	627,5375	683,5663	739,5957	795,6246	851,6536	84,0428
Cap	CE	AL	23,0858	34,9841	46,8778	58,7718	70,6654	82,5589	94,4526	106,3460	118,2399	130,1334	142,0270	153,9209	165,8143	177,7078	189,6016	17,8396
Cap	CE	AM	51,5631	91,9345	132,3031	172,6722	213,0410	253,4096	293,7783	334,1470	374,5158	414,8845	455,2537	495,6225	535,9912	576,3600	616,7284	60,5523
Cap	CE	AP	37,3927	63,6026	89,8055	116,0083	142,2115	168,4139	194,6170	220,8197	247,0224	273,2256	299,4285	325,6314	351,8342	378,0370	404,2401	39,3036
Cap	CE	BA	29,0451	46,8982	64,7492	82,5995	100,4505	118,3011	136,1520	154,0026	171,8532	189,7038	207,5544	225,4052	243,2561	261,1068	278,9575	26,7753
Cap	CE	DF	40,3722	69,5390	98,6897	127,8407	156,9911	186,1419	215,2925	244,4436	273,5942	302,7448	331,8952	361,0461	390,1968	419,3473	448,4979	43,7254
Cap	CE	ES	43,1472	75,1072	107,0626	139,0175	170,9730	202,9284	234,8833	266,8386	298,7936	330,7490	362,7041	394,6593	426,6147	458,5699	490,5250	47,9321
Cap	CE	GO	39,1439	67,1237	95,0869	123,0504	151,0137	178,9770	206,9407	234,9038	262,8674	290,8307	318,7938	346,7576	374,7208	402,6839	430,6473	41,9443
Cap	CE	MA	21,6302	32,0569	42,4769	52,8963	63,3163	73,7359	84,1556	94,5753	104,9949	115,4148	125,8344	136,2541	146,6740	157,0935	167,5134	15,6288
Cap	CE	MG	43,6249	76,0492	108,4547	140,8601	173,2657	205,6711	238,0768	270,4822	302,8880	335,2937	367,6993	400,1049	432,5105	464,9158	497,3215	48,6075
Cap	CE	MS	48,7878	86,4075	124,0129	161,6177	199,2228	236,8281	274,4334	312,0386	349,6436	387,2489	424,8544	462,4593	500,0647	537,6697	575,2752	56,4068
Cap	CE	MT	50,9489	90,7063	130,4610	170,2155	209,9703	249,7250	289,4796	329,2343	368,9887	408,7432	448,4979	488,2525	528,0074	567,7618	607,5167	59,6312
Cap	CE	PA	30,2052	49,2116	68,2087	87,2056	106,2026	125,1999	144,1970	163,1940	182,1909	201,1884	220,1851	239,1824	258,1795	277,1763	296,1736	28,4949
Cap	CE	PB	20,7660	30,3376	39,8975	49,4573	59,0172	68,5770	78,1368	87,6970	97,2569	106,8169	116,3767	125,9369	135,4966	145,0568	154,6165	14,3392
Cap	CE	PE	21,4253	31,6473	41,8625	52,0777	62,2924	72,5075	82,7226	92,9377	103,1527	113,3676	123,5827	133,7978	144,0127	154,2278	164,4430	15,3217
Cap	CE	PI	19,9016	28,5972	37,2770	45,9567	54,6365	63,3163	71,9955	80,6754	89,3551	98,0348	106,7146	115,3943	124,0740	132,7535	141,4331	13,0189
Cap	CE	PR	57,7499	104,3194	150,8704	197,4217	243,9725	290,5234	337,0747	383,6256	430,1765	476,7277	523,2787	569,8296	616,3805	662,9318	709,4826	69,8257
Cap	CE	RJ	49,3565	87,5130	125,6502	163,7877	201,9250	240,0624	278,2000	316,3373	354,4748	392,6124	430,7498	468,8872	507,0248	545,1621	583,2997	57,2054
Cap	CE	RN	19,8106	28,4127	37,0107	45,6087	54,2064	62,8043	71,4020	80,0000	88,5979	97,1956	105,7934	114,3909	122,9889	131,5868	140,1844	12,8961
Cap	CE	RO	59,6828	108,1883	156,6842	205,1801	253,6759	302,1714	350,6673	399,1632	447,6587	496,1547	544,6504	593,1461	641,6418	690,1377	738,6333	72,7426
Cap	CE	RR	55,0204	98,8536	142,6822	186,5106	230,3388	274,1672	317,9955	361,8242	405,6522	449,4809	493,3090	537,1375	580,9658	624,7943	668,6229	65,7419
Cap	CE	RS	66,6200	122,0678	177,5032	232,9386	288,3741	343,8095	399,2447	454,6804	510,1157	565,5510	620,9866	676,4221	731,8573	787,2927	842,7280	83,1525
Cap	CE	SC	60,6608	110,1535	159,6319	209,1105	258,5887	308,0673	357,5455	407,0241	456,5022	505,9805	555,4591	604,9373	654,4159	703,8939	753,3726	74,2168
Cap	CE	SE	24,2911	37,3997	50,5012	63,6026	76,7041	89,8055	102,9068	116,0083	129,1099	142,2115	155,3126	168,4139	181,5156	194,6170	207,7183	19,6515
Cap	CE	SP	52,3135	93,4495	134,5756	175,7019	216,8280	257,9542	299,0804	340,2064	381,3327	422,4591	463,5851	504,7116	545,8378	586,9640	628,0902	61,6887
Cap	CE	TO	46,8317	82,4769	118,1169	153,7568	189,3968	225,0366	260,6769	296,3172	331,9568	367,5969	403,2367	438,8768	474,5167	510,1566	545,7968	53,4593
Int	CE	AC	69,5800	127,9429	186,3055	244,6686	303,0311	361,3943	419,7568	478,1193	536,4825	594,8451	653,2080	711,5709	769,9336	828,2965	886,6592	87,5434
Int	CE	AL	25,4244	39,6515	53,8789	68,1062	82,3338	96,5606	110,7884	125,0157	139,2429	153,4703	167,6977	181,9249	196,1522	210,3796	224,6068	21,3402
Int	CE	AM	53,8995	96,6017	139,3045	182,0070	224,7093	267,4118	310,1144	352,8169	395,5191	438,2216	480,9242	523,6267	566,3291	609,0314	651,7342	64,0532
Int	CE	AP	39,7337	68,2701	96,8067	125,3431	153,8796	182,4163	210,9527	239,4895	268,0259	296,5624	325,0992	353,6359	382,1720	410,7087	439,2454	42,8043
Int	CE	BA	31,3814	51,5658	71,7501	91,9345	112,1187	132,3031	152,4877	172,6722	192,8568	213,0410	233,2254	253,4096	273,5942	293,7783	313,9628	30,2758
Int	CE	DF	42,7220	74,2066	105,6908	137,1754	168,6600	200,1442	231,6287	263,1129	294,5974	326,0816	357,5658	389,0502	420,5346	452,0192	483,5036	47,2259
Int	CE	ES	45,4856	79,7747	114,0636	148,3526	182,6414	216,9303	251,2192	285,5079	319,7972	354,0859	388,3747	422,6639	456,9526	491,2416	525,5305	51,4326
Int	CE	GO	41,4940	71,7911	102,0881	132,3852	162,6823	192,9794	223,2765	253,5736	283,8705	314,1675	344,4646	374,7615	405,0587	435,3556	465,6530	45,4449
Int	CE	MA	23,9711	36,7243	49,4774	62,2311	74,9845	87,7378	100,4913	113,2447	125,9981	138,7517	151,5049	164,2585	177,0117	189,7653	202,5187	19,1294
Int	CE	MG	45,9773	80,7166	115,4558	150,1949	184,9344	219,6731	254,4127	289,1522	323,8910	358,6305	393,3698	428,1090	462,8483	497,5878	532,3269	52,1083
Int	CE	MS	51,1356	91,0749	131,0134	170,9524	210,8914	250,8303	290,7694	330,7082	370,6468	410,5860	450,5248	490,4637	530,4027	570,3413	610,2801	59,9078
Int	CE	MT	53,2852	95,3736	137,4620	179,5502	221,6386	263,7271	305,8154	347,9038	389,9920	432,0804	474,1688	516,2572	558,3457	600,4339	642,5220	63,1317
Int	CE	PA	32,5480	53,8789	75,2097	96,5401	117,8714	139,2021	160,5327	181,8638	203,1944	224,5249	245,8559	267,1866	288,5174	309,8481	331,1792	31,9954
Int	CE	PB	23,1109	35,0048	46,8982	58,7920	70,6857	82,5793	94,4729	106,3663	118,2601	130,1538	142,0476	153,9412	165,8346	177,7283	189,6220	17,8396
Int	CE	PE	23,7660	36,3148	48,8633	61,4124	73,9610	86,5097	99,0584	111,6072	124,1559	136,7045	149,2532	161,8022	174,3508	186,8993	199,4481	18,8224
Int	CE	PI	22,2512	33,2643	44,2781	55,2913	66,3048	77,3182	88,3315	99,3451	110,3585	121,3719	132,3852	143,3985	154,4120	165,4255	176,4385	16,5194
Int	CE	PR	60,1021	108,9869	157,8715	206,7563	255,6408	304,5258	353,4105	402,2952	451,1799	500,0647	548,9492	597,8341	646,7187	695,6033	744,4880	73,3263
Int	CE	RJ	51,7091	92,1801	132,6511	173,1224	213,5935	254,0646	294,5358	335,0073	375,4781	415,9492	456,4202	496,8915	537,3627	577,8336	618,3050	60,7062
Int	CE	RN	22,1489	33,0804	44,0120	54,9434	65,8748	76,8066	87,7378	98,6695	109,6012	120,5323	131,4639	142,3953	153,3269	164,2585	175,1900	16,3965
Int	CE	RO	62,0262	112,8559	163,6853	214,5148	265,3444	316,1738	367,0031	417,8324	468,6618	519,4916	570,3210	621,1502	671,9797	722,8092	773,6387	76,2434
Int	CE	RR	57,3587	103,5213	149,6833	195,8451	242,0072	288,1693	334,3314	380,4933	426,6557	472,8176	518,9797	565,1419	611,3038	657,4659	703,6281	69,2423

Int	CE	RS	68,9660	126,7351	184,5042	242,2732	300,0423	357,8118	415,5806	473,3501	531,1190	588,8881	646,6574	704,4264	762,1956	819,9648	877,7338	86,6532
Int	CE	SC	63,0091	114,8212	166,6332	218,4452	270,2573	322,0695	373,8814	425,6936	477,5055	529,3177	581,1295	632,9417	684,7538	736,5660	788,3779	77,7175
Int	CE	SE	26,6318	42,0672	57,5021	72,9376	88,3726	103,8074	119,2427	134,6778	150,1131	165,5480	180,9836	196,4185	211,8537	227,2887	242,7238	23,1520
Int	CE	SP	54,6570	98,1165	141,5766	185,0367	228,4965	271,9563	315,4160	358,8762	402,3360	445,7958	489,2561	532,7159	576,1757	619,6355	663,0957	65,1890
Int	CE	TO	49,1706	87,1446	125,1180	163,0914	201,0652	239,0390	277,0127	314,9865	352,9600	390,9336	428,9075	466,8810	504,8549	542,8282	580,8020	56,9598
Cap	DF	AC	53,5416	95,9058	138,2605	180,6148	222,9691	265,3236	307,6783	350,0327	392,3872	434,7418	477,0962	519,4506	561,8049	604,1596	646,5142	63,5310
Cap	DF	AL	36,7557	62,3334	87,9019	113,4700	139,0381	164,6066	190,1745	215,7430	241,3112	266,8794	292,4479	318,0161	343,5843	369,1526	394,7208	38,3517
Cap	DF	AM	44,3753	77,5432	110,7063	143,8694	177,0322	210,1953	243,3583	276,5215	309,6843	342,8473	376,0105	409,1733	442,3364	475,4995	508,6622	49,7439
Cap	DF	AP	45,3532	79,5086	113,6542	147,8000	181,9454	216,0909	250,2366	284,3822	318,5278	352,6733	386,8189	420,9648	455,1103	489,2561	523,4014	51,2177
Cap	DF	BA	29,4999	47,8197	66,1206	84,4216	102,7229	121,0240	139,3248	157,6260	175,9271	194,2279	212,5289	230,8302	249,1315	267,4321	285,7331	27,4510
Cap	DF	CE	40,3722	69,5390	98,6897	127,8407	156,9911	186,1419	215,2925	244,4436	273,5942	302,7448	331,8952	361,0461	390,1968	419,3473	448,4979	43,7254
Cap	DF	ES	28,5902	45,9977	63,3979	80,7982	98,1986	115,5990	132,9995	150,3996	167,7999	185,2004	202,6007	220,0010	237,4014	254,8017	272,2021	26,0998
Cap	DF	GO	18,3775	25,5469	32,7119	39,8767	47,0416	54,2064	61,3713	68,5362	75,7009	82,8658	90,0306	97,1956	104,3604	111,5251	118,6901	10,7467
Cap	DF	MA	36,8014	62,3948	87,9838	113,5724	139,1612	164,7496	190,3387	215,9271	241,5161	267,1045	292,6935	318,2822	343,8708	369,4597	395,0484	38,3827
Cap	DF	MG	20,9025	30,6237	40,3272	50,0305	59,7336	69,4368	79,1401	88,8435	98,5468	108,2498	117,9531	127,6564	137,3598	147,0629	156,7659	14,5541
Cap	DF	MS	25,2694	39,3650	53,4490	67,5333	81,6171	95,7010	109,7850	123,8691	137,9534	152,0374	166,1214	180,2054	194,2896	208,3735	222,4574	21,1253
Cap	DF	MT	26,9751	42,7633	58,5464	74,3295	90,1125	105,8956	121,6790	137,4620	153,2449	169,0283	184,8115	200,5946	216,3778	232,1607	247,9440	23,6739
Cap	DF	PA	37,9840	64,7695	91,5454	118,3216	145,0975	171,8736	198,6497	225,4260	252,2020	278,9778	305,7541	332,5300	359,3061	386,0824	412,8582	40,1634
Cap	DF	PB	40,8044	70,4192	100,0207	129,6218	159,2226	188,8238	218,4248	248,0260	277,6267	307,2278	336,8292	366,4299	396,0310	425,6322	455,2331	44,4009
Cap	DF	PE	39,7810	68,3930	96,9909	125,5888	154,1868	182,7848	211,3828	239,9808	268,5785	297,1764	325,7745	354,3725	382,9703	411,5684	440,1664	42,8962
Cap	DF	PI	33,5714	55,9466	78,3212	100,6962	123,0709	145,4457	167,8203	190,1954	212,5700	234,9446	257,3197	279,6944	302,0692	324,4439	346,8187	33,5614
Cap	DF	PR	29,4317	47,6557	65,8748	84,0939	102,3132	120,5323	138,7517	156,9707	175,1900	193,4091	211,6282	229,8476	248,0669	266,2859	284,5051	27,3280
Cap	DF	RJ	26,5659	41,9443	57,3179	72,6916	88,0656	103,4393	118,8129	134,1868	149,5603	164,9341	180,3078	195,6815	211,0554	226,4289	241,8027	23,0598
Cap	DF	RN	41,4868	71,7911	102,0881	132,3852	162,6823	192,9794	223,2765	253,5736	283,8705	314,1675	344,4646	374,7615	405,0587	435,3556	465,6530	45,4449
Cap	DF	RO	43,6932	76,2129	108,7204	141,2286	173,7366	206,2445	238,7526	271,2600	303,7680	336,2761	368,7841	401,2923	433,7997	466,3078	498,8157	48,7609
Cap	DF	RR	53,5416	95,9058	138,2605	180,6148	222,9691	265,3236	307,6783	350,0327	392,3872	434,7418	477,0962	519,4506	561,8049	604,1596	646,5142	63,5310
Cap	DF	RS	38,2115	65,2198	92,2212	119,2223	146,2234	173,2249	200,2260	227,2271	254,2283	281,2296	308,2310	335,2321	362,2334	389,2347	416,2360	40,5010
Cap	DF	SC	33,3894	55,5984	77,7890	99,9797	122,1701	144,3609	166,5514	188,7420	210,9323	233,1228	255,3134	277,5038	299,6944	321,8850	344,0755	33,2850
Cap	DF	SE	32,7526	54,3089	75,8648	97,4208	118,9768	140,5324	162,0885	183,6442	205,2007	226,7565	248,3123	269,8684	291,4242	312,9802	334,5360	32,3332
Cap	DF	SP	25,4742	39,7741	54,0632	68,3519	82,6407	96,9293	111,2182	125,5069	139,7956	154,0844	168,3733	182,6620	196,9506	211,2397	225,5283	21,4327
Cap	DF	TO	25,5881	39,9792	54,3703	68,7614	83,1525	97,5438	111,9347	126,3258	140,7167	155,1079	169,4990	183,8903	198,2812	212,6724	227,0635	21,5858
Int	DF	AC	55,8851	100,5734	145,2614	189,9496	234,6378	279,3259	324,0143	368,7022	413,3905	458,0785	502,7666	547,4547	592,1429	636,8310	681,5194	67,0314
Int	DF	AL	39,0989	67,0008	94,9029	122,8047	150,7065	178,6088	206,5105	234,4125	262,3147	290,2163	318,1183	346,0205	373,9223	401,8243	429,7263	41,8521
Int	DF	AM	46,7144	82,2106	117,7075	153,2042	188,7010	224,1975	259,6944	295,1909	330,6876	366,1841	401,6811	437,1776	472,6744	508,1710	543,6676	53,2442
Int	DF	AP	47,6964	84,1759	120,6552	157,1346	193,6140	230,0932	266,5724	303,0519	339,5310	376,0105	412,4895	448,9687	485,4483	521,9275	558,4068	54,7185
Int	DF	BA	31,8523	52,4870	73,1214	93,7561	114,3909	135,0258	155,6609	176,2956	196,9303	217,5652	238,1997	258,8343	279,4693	300,1041	320,7388	30,9516
Int	DF	CE	42,7220	74,2066	105,6908	137,1754	168,6600	200,1442	231,6287	263,1129	294,5974	326,0816	357,5658	389,0502	420,5346	452,0192	483,5036	47,2259
Int	DF	ES	30,9308	50,6650	70,3990	90,1327	109,8669	129,6012	149,3354	169,0690	188,8032	208,5374	228,2711	248,0052	267,7393	287,4732	307,2072	29,6003
Int	DF	GO	20,7158	30,2144	39,7131	49,2116	58,7101	68,2087	77,7071	87,2056	96,7043	106,2026	115,7015	125,1999	134,6983	144,1970	153,6953	14,2468
Int	DF	MA	39,1398	67,0624	94,9847	122,9072	150,8293	178,7520	206,6742	234,5968	262,5192	290,4417	318,3643	346,2863	374,2088	402,1314	430,0537	41,8828
Int	DF	MG	23,2545	35,2914	47,3282	59,3651	71,4020	83,4389	95,4757	107,5130	119,5497	131,5868	143,6237	155,6609	167,6977	179,7346	191,7716	18,0548
Int	DF	MS	27,6148	44,0324	60,4501	76,8679	93,2858	109,7031	126,1208	142,5390	158,9564	175,3740	191,7920	208,2097	224,6275	241,0450	257,4629	24,6257
Int	DF	MT	29,3138	47,4305	65,5475	83,6641	101,7808	119,8979	138,0146	156,1315	174,2482	192,3651	210,4821	228,5988	246,7156	264,8320	282,9490	27,1746
Int	DF	PA	40,3272	69,4368	98,5468	127,6564	156,7659	185,8758	214,9856	244,0954	273,2051	302,3147	331,4246	360,5345	389,6442	418,7537	447,8636	43,6640
Int	DF	PB	43,1520	75,0870	107,0219	138,9563	170,8910	202,8260	234,7604	266,6953	298,6302	330,5648	362,4995	394,4345	426,3693	458,3036	490,2383	47,9012
Int	DF	PE	42,1286	73,0603	103,9919	134,9237	165,8551	196,7870	227,7188	258,6501	289,5820	320,5136	351,4453	382,3770	413,3083	444,2400	475,1720	46,3967
Int	DF	PI	35,9053	60,6138	85,3227	110,0309	134,7392	159,4478	184,1559	208,8650	233,5735	258,2815	282,9900	307,6987	332,4070	357,1156	381,8243	37,0622
Int	DF	PR	31,7703	52,3233	72,8761	93,4289	113,9817	134,5346	155,0876	175,6403	196,1932	216,7461	237,2991	257,8518	278,4048	298,9578	319,5101	30,8286
Int	DF	RJ	28,9043	46,6118	64,3191	82,0266	99,7339	117,4411	135,1486	152,8560	170,5636	188,2709	205,9784	223,6856	241,3933	259,1005	276,8077	26,5605
Int	DF	RN	43,8278	76,4583	109,0893	141,7200	174,3508	206,9814	239,6122	272,2430	304,8736	337,5043	370,1351	402,7661	435,3965	468,0275	500,6582	48,9455
Int	DF	RO	46,0387	80,8802	115,7219	150,5633	185,4050	220,2465	255,0882	289,9300	324,7717	359,6132	394,4547	429,2963	464,1380	498,9797	533,8212	52,2618
Int	DF	RR	55,8851	100,5734	145,2614	189,9496	234,6378	279,3259	324,0143	368,7022	413,3905	458,0785	502,7666	547,4547	592,1429	636,8310	681,5194	67,0314
Int	DF	RS	40,5524	69,8872	99,2222	128,5570	157,8921	187,2268	216,5618	245,8970	275,2317	304,5668	333,9016	363,2365	392,5715	421,9065	451,2410	44,0018
Int	DF	SC	35,7416	60,2658	84,7900	109,3143	133,8387	158,3628	182,8870	207,4110	231,9355	256,4598	280,9841	305,5082	330,0326	354,5567	379,0809	36,7856
Int	DF	SE	35,0865	58,9763	82,8658	106,7554	130,6451	154,5348	178,4244	202,3144	226,2038	250,0935	273,9831	297,8726	321,7622	345,6518	369,5415	35,8336
Int	DF	SP	27,8193	44,4420	61,0644	77,6866	94,3090	110,9315	127,5542	144,1765	160,7989	177,4212	194,0440	210,6664	227,2887	243,9110	260,5335	24,9328
Int	DF	TO	27,9217	44,6464	61,3713	78,0960	94,8209	111,5455	128,2705	144,9954	161,7201	178,4449	195,1698	211,8944	228,6191	245,3441	262,0691	25,0867
Cap	ES	AC	65,3011	119,3861	173,4703	227,5548	281,6391	335,7236	389,8078	443,8921	497,9765	552,0611	606,1449	660,2297	714,3140	768,3984	822,4827	81,1258
Cap	ES	AL	33,0708	54,9640	76,8475	98,7310	120,6142	142,4977	164,3814	186,2648	208,1485	230,0320	251,9151	273,7988	295,6824	317,5657	339,4491	32,8244
Cap	ES	AM	59,6828	108,1883	156,6842	205,1801	253,6759	302,1714	350,6673	399,1632	447,6587	496,1547	544,6504	593,1461	641,6418	690,1377	738,6333	72,7426
Cap	ES	AP	56,9988	102,8251	148,6391	194,4533	240,2672	286,0815	331,8952	377,7093	423,5234	469,3376	515,1517	560,9658	606,7798	652,5938	698,4078	68,7205
Cap	ES	BA	25,6561	40,1225	54,5751	69,0273	83,4798	97,9326	112,3849	126,8373	141,2901	155,7426	170,1951	184,6478	199,1002	213,5524	228,0051	21,6781
Cap	ES	CE	43,1472	75,1072	107,0626	139,0175	170,9730	202,9284	234,8833	266,8386	298,7936	330,7490	362,7041	394,6593	426,6147	458,5699	490,5250	47,9321
Cap	ES	DF	28,5902	45,9977	63,3979	80,7982	98,1986	115,5990	132,9995	150,3996	167,7999	185,2004	202,6007	220,0010	237,4014	254,8017	272,2021	26,0998
Cap	ES	GO	30,3186	49,4367	68,5362	87,6358	106,7350	125,8344	144,9336	164,0334	183,1327	202,2320	221,3318	240,4310	259,5307	278,6296	297,7291	28,6486
Cap	ES	MA	46,7181	82,2722	117,8098	153,3475	188,8850	224,4227	259,9605	295,4978	331,0356	366,5734	402,1107	437,6486	473,1863	508,7236	544,2613	53,3057
Cap	ES	MG	20,2880	29,3956	38,4847	47,5736	56,6630	65,7520	74,8411	83,9303	93,0194	102,1083	111,1976	120,2868	129,3760	138,4650	147,5544	13,6329
Cap	ES	MS	30,2052	49,2116	68,2087	87,2056	106,2026	125,1999	144,1970	163,1940	182,1909	201,1884	220,1851	239,1824	258,1795	277,1763	296,1736	28,4949
Cap	ES	MT	52,2455	93,3265	134,3911	175,4563	216,5208	257,5858	298,6508	339,7151	380,7800	421,8451	462,9095	503,9745	545,0396	586,1039	627,1690	61,5964
Cap	ES	PA	50,3346	89,4579	128,5777	167,6977	206,8176	245,9378	285,0578	324,1780	363,2977	402,4180	441,5380	480,6578	519,7781	558,8983	598,0184	58,6792
Cap	ES	PB	38,7572	66,3254	93,8792	121,4332	148,9873	176,5412	204,0949	231,6489	259,2032	286,7568	314,3110	341,8646	369,4186	396,9726	424,5264	41,3303
Cap	ES	PE	36,8238	62,4562	88,0860	113,7156	139,3454	164,9749	190,6047	216,2344	241,8643	267,4935	293,1233	318,7529	344,3827	370,0126	395,6421	38,4439
Cap	ES	PI	40,1899	69,2116	98,2192	127,2266	156,2338	185,2413	214,2486	243,2561	272,2635	301,2707	330,2782	359,2856	388,2930	417,3005	446,3077	43,5106
Cap	ES	PR	29,1587	47,1440	65,1176	83,0912	101,0645	119,0382	137,0117	154,9853	172,9586	190,9322	208,9058	226,8793	244,8528	262,8262	280,7998	26,9595
Cap	ES	RJ	19,8333	28,4748	37,1132	45,7520	54,3907	63,0294	71,6681	80,3069	88,9459	97,5844	106,2235	114,8621	123,5008	132,1394	140,7782	12,9574
Cap	ES	RN	40,8044	70,4192	100,0207	129,6218	159,2226	188,8238	218,4248	248,0260	277,6267	307,2278	336,8292	366,4299	396,0310	425,6322	455,2331	44,4009
Cap	ES	RO	59,7284	108,2702	156,8067	205,3440	253,8806	302,4173	350,9538	399,4907	448,0274	496,5639	545,1008	593,6374	642,1743	690,7110	739,2477	72,8044
Cap	ES	RR	69,6454	128,1272	186,5925	245,0574	303,5225	361,9879	420,4530	478,9181	537,3831	595,8484	654,3135	712,7786	771,2439	829,7089	888,1739	87,6970

Cap	ES	RS	37,2563	63,3163	89,3755	115,4353	141,4949	167,5543	193,6140	219,6731	245,7331	271,7926	297,8519	323,9116	349,9709	376,0309	402,0905	39,0887
Cap	ES	SC	30,5688	49,9690	69,3549	88,7412	108,1269	127,5132	146,8989	166,2850	185,6712	205,0570	224,4432	243,8292	263,2151	282,6012	301,9874	29,0783
Cap	ES	SE	29,8639	48,5158	67,1647	85,8137	104,4627	123,1118	141,7610	160,4102	179,0590	197,7081	216,3570	235,0062	253,6553	272,3044	290,9533	27,9728
Cap	ES	SP	23,5182	35,8441	48,1675	60,4910	72,8148	85,1382	97,4618	109,7850	122,1088	134,4320	146,7557	159,0791	171,4028	183,7263	196,0498	18,4845
Cap	ES	TO	38,0295	64,8719	91,7092	118,5466	145,3842	172,2219	199,0595	225,8966	252,7339	279,5716	306,4089	333,2463	360,0840	386,9214	413,7591	40,2555
Int	ES	AC	67,6355	124,0538	180,4716	236,8894	293,3077	349,7257	406,1437	462,5615	518,9797	575,3977	631,8158	688,2340	744,6520	801,0697	857,4878	84,6262
Int	ES	AL	35,4139	59,6312	83,8483	108,0658	132,2828	156,5001	180,7174	204,9342	229,1516	253,3686	277,5860	301,8031	326,0203	350,2373	374,4547	36,3248
Int	ES	AM	62,0262	112,8559	163,6853	214,5148	265,3444	316,1738	367,0031	417,8324	468,6618	519,4916	570,3210	621,1502	671,9797	722,8092	773,6387	76,2434
Int	ES	AP	59,3445	107,4925	155,6402	203,7878	251,9358	300,0833	348,2311	396,3791	444,5267	492,6745	540,8224	588,9700	637,1178	685,2657	733,4131	72,2209
Int	ES	BA	28,0037	44,7896	61,5762	78,3623	95,1485	111,9347	128,7207	145,5072	162,2934	179,0795	195,8655	212,6519	229,4383	246,2242	263,0104	25,1785
Int	ES	CE	45,4856	79,7747	114,0636	148,3526	182,6414	216,9303	251,2192	285,5079	319,7972	354,0859	388,3747	422,6639	456,9526	491,2416	525,5305	51,4326
Int	ES	DF	30,9308	50,6650	70,3990	90,1327	109,8669	129,6012	149,3354	169,0690	188,8032	208,5374	228,2711	248,0052	267,7393	287,4732	307,2072	29,6003
Int	ES	GO	32,6707	54,1039	75,5371	96,9704	118,4034	139,8366	161,2695	182,7030	204,1359	225,5692	247,0021	268,4355	289,8687	311,3016	332,7349	32,1488
Int	ES	MA	49,0683	86,9396	124,8109	162,6823	200,5534	238,4250	276,2964	314,1675	352,0386	389,9102	427,7815	465,6530	503,5242	541,3952	579,2669	56,8064
Int	ES	MG	22,6401	34,0630	45,4856	56,9085	68,3315	79,7544	91,1772	102,5998	114,0227	125,4456	136,8686	148,2914	159,7140	171,1368	182,5594	17,1335
Int	ES	MS	32,5480	53,8789	75,2097	96,5401	117,8714	139,2021	160,5327	181,8638	203,1944	224,5249	245,8559	267,1866	288,5174	309,8481	331,1792	31,9954
Int	ES	MT	54,5956	97,9938	141,3924	184,7909	228,1892	271,5878	314,9865	358,3849	401,7833	445,1817	488,5804	531,9791	575,3775	618,7757	662,1742	65,0968
Int	ES	PA	52,6714	94,1249	135,5787	177,0322	218,4861	259,9400	301,3935	342,8473	384,3013	425,7547	467,2088	508,6622	550,1161	591,5698	633,0237	62,1799
Int	ES	PB	41,1050	70,9926	100,8806	130,7679	160,6558	190,5432	220,4308	250,3182	280,2059	310,0938	339,9815	369,8692	399,7568	429,6442	459,5320	44,8308
Int	ES	PE	39,1602	67,1237	95,0869	123,0504	151,0137	178,9770	206,9407	234,9038	262,8674	290,8307	318,7938	346,7576	374,7208	402,6839	430,6473	41,9443
Int	ES	PI	42,5382	73,8790	105,2200	136,5613	167,9023	199,2435	230,5844	261,9255	293,2668	324,6078	355,9487	387,2900	418,6309	449,9720	481,3131	47,0109
Int	ES	PR	31,5044	51,8113	72,1185	92,4257	112,7330	133,0402	153,3475	173,6549	193,9619	214,2690	234,5761	254,8835	275,1908	295,4978	315,8050	30,4598
Int	ES	RJ	22,1695	33,1418	44,1143	55,0868	66,0590	77,0316	88,0041	98,9764	109,9488	120,9217	131,8940	142,8663	153,8390	164,8111	175,7836	16,4581
Int	ES	RN	43,1520	75,0870	107,0219	138,9563	170,8910	202,8260	234,7604	266,6953	298,6302	330,5648	362,4995	394,4345	426,3693	458,3036	490,2383	47,9012
Int	ES	RO	62,0673	112,9376	163,8082	214,6785	265,5489	316,4196	367,2899	418,1600	469,0304	519,9009	570,7713	621,6417	672,5122	723,3825	774,2527	76,3048
Int	ES	RR	71,9955	132,7945	193,5934	254,3922	315,1911	375,9898	436,7885	497,5878	558,3863	619,1853	679,9839	740,7828	801,5816	862,3806	923,1794	91,1975
Int	ES	RS	39,5904	67,9835	96,3766	124,7699	153,1633	181,5565	209,9497	238,3426	266,7361	295,1293	323,5228	351,9160	380,3094	408,7026	437,0958	42,5894
Int	ES	SC	32,9164	54,6365	76,3558	98,0758	119,7956	141,5152	163,2350	184,9547	206,6742	228,3941	250,1140	271,8336	293,5531	315,2729	336,9929	32,5791
Int	ES	SE	32,2002	53,1828	74,1655	95,1485	116,1312	137,1140	158,0968	179,0795	200,0622	221,0449	242,0277	263,0104	283,9933	304,9757	325,9589	31,4735
Int	ES	SP	25,8542	40,5115	55,1684	69,8257	84,4829	99,1403	113,7975	128,4549	143,1119	157,7694	172,4267	187,0836	201,7408	216,3981	231,0552	21,9853
Int	ES	TO	40,3680	69,5390	98,7102	127,8817	157,0524	186,2239	215,3952	244,5662	273,7373	302,9085	332,0796	361,2507	390,4221	419,5930	448,7642	43,7560
Cap	GO	AC	51,0399	90,9111	130,7679	170,6250	210,4821	250,3389	290,1960	330,0529	369,9100	409,7668	449,6240	489,4811	529,3380	569,1950	609,0522	59,7848
Cap	GO	AL	36,2551	61,3097	86,3459	111,3820	136,4179	161,4540	186,4900	211,5263	236,5621	261,5980	286,6343	311,6700	336,7059	361,7421	386,7779	37,5533
Cap	GO	AM	42,8744	74,5545	106,2235	137,8919	169,5607	201,2291	232,8977	264,5662	296,2349	327,9034	359,5724	391,2406	422,9095	454,5778	486,2467	47,5023
Cap	GO	AP	43,6475	76,1308	108,5978	141,0648	173,5317	205,9987	238,4659	270,9327	303,3998	335,8669	368,3336	400,8004	433,2677	465,7345	498,2019	48,7000
Cap	GO	BA	29,3181	47,4305	65,5267	83,6232	101,7196	119,8161	137,9124	156,0086	174,1050	192,2014	210,2978	228,3941	246,4904	264,5868	282,6832	27,1438
Cap	GO	CE	39,1439	67,1237	95,0869	123,0504	151,0137	178,9770	206,9407	234,9038	262,8674	290,8307	318,7938	346,7576	374,7208	402,6839	430,6473	41,9443
Cap	GO	DF	18,3775	25,5469	32,7119	39,8767	47,0416	54,2064	61,3713	68,5362	75,7009	82,8658	90,0306	97,1956	104,3604	111,5251	118,6901	10,7467
Cap	GO	ES	30,3186	49,4367	68,5362	87,6358	106,7350	125,8344	144,9336	164,0334	183,1327	202,2320	221,3318	240,4310	259,5307	278,6296	297,7291	28,6486
Cap	GO	MA	36,3237	61,4736	86,6120	111,7500	136,8888	162,0273	187,1653	212,3040	237,4423	262,5807	287,7191	312,8572	337,9958	363,1342	388,2725	37,7070
Cap	GO	MG	21,9941	32,8140	43,6231	54,4315	65,2402	76,0492	86,8576	97,6664	108,4750	119,2839	130,0925	140,9010	151,7098	162,5184	173,3271	16,2122
Cap	GO	MS	28,8857	46,5709	64,2372	81,9037	99,5699	117,2365	134,9030	152,5693	170,2362	187,9023	205,5689	223,2356	240,9019	258,5683	276,2349	26,4990
Cap	GO	MT	27,4077	43,6231	59,8358	76,0492	92,2621	108,4750	124,6883	140,9010	157,1142	173,3271	189,5401	205,7532	221,9661	238,1790	254,3922	24,3184
Cap	GO	PA	37,3016	63,4388	89,5599	115,6808	141,8016	167,9229	194,0440	220,1649	246,2858	272,4068	298,5277	324,6485	350,7696	376,8906	403,0114	39,1806
Cap	GO	PB	39,9629	68,7614	97,5438	126,3258	155,1079	183,8903	212,6724	241,4547	270,2370	299,0193	327,8013	356,5835	385,3658	414,1481	442,9303	43,1726
Cap	GO	PE	38,4389	65,6702	92,8966	120,1231	147,3492	174,5759	201,8021	229,0284	256,2554	283,4815	310,7082	337,9341	365,1608	392,3872	419,6136	40,8388
Cap	GO	PI	33,3666	55,5369	77,7071	99,8770	122,0475	144,2175	166,3877	188,5575	210,7278	232,8977	255,0679	277,2376	299,4078	321,5778	343,7484	33,2542
Cap	GO	PR	29,4545	47,7173	65,9773	84,2373	102,4976	120,7575	139,0175	157,2780	175,5381	193,7979	212,0582	230,3181	248,5785	266,8386	285,0987	27,3895
Cap	GO	RJ	27,0664	42,9271	58,7718	74,6160	90,4605	106,3051	122,1497	137,9943	153,8390	169,6833	185,5277	201,3724	217,2170	233,0616	248,9059	23,7660
Cap	GO	RN	40,2131	69,2525	98,2805	127,3083	156,3365	185,3641	214,3918	243,4198	272,4476	301,4753	330,5034	359,5312	388,5589	417,5871	446,6147	43,5410
Cap	GO	RO	42,2827	73,3878	104,4833	135,5787	166,6741	197,7693	228,8647	259,9605	291,0557	322,1512	353,2466	384,3422	415,4374	446,5329	477,6283	46,6426
Cap	GO	RR	53,0641	94,9232	136,7659	178,6088	220,4513	262,2943	304,1365	345,9792	387,8220	429,6648	471,5077	513,3501	555,1931	597,0357	638,8781	62,7634
Cap	GO	RS	38,2566	65,3222	92,3847	119,4475	146,5100	173,5729	200,6354	227,6981	254,7606	281,8233	308,8861	335,9483	363,0114	390,0740	417,1364	40,5934
Cap	GO	SC	33,0483	54,9229	76,7859	98,6489	120,5120	142,3751	164,2381	186,1010	207,9637	229,8268	251,6902	273,5532	295,4159	317,2792	339,1421	32,7938
Cap	GO	SE	32,8208	54,4727	76,1103	97,7483	119,3861	141,0240	162,6615	184,2996	205,9375	227,5751	249,2131	270,8508	292,4885	314,1267	335,7645	32,4560
Cap	GO	SP	25,9746	40,7365	55,4962	70,2557	85,0154	99,7747	114,5342	129,2941	144,0537	158,8133	173,5729	188,3325	203,0919	217,8515	232,6111	22,1386
Cap	GO	TO	25,7470	40,2863	54,8210	69,3549	83,8893	98,4238	112,9583	127,4926	142,0270	156,5614	171,0955	185,6302	200,1647	214,6990	229,2335	21,8010
Int	GO	AC	53,3874	95,5783	137,7689	179,9598	222,1506	264,3411	306,5319	348,7226	390,9132	433,1043	475,2948	517,4851	559,6760	601,8666	644,0573	63,2854
Int	GO	AL	38,6073	65,9773	93,3469	120,7167	148,0865	175,4563	202,8260	230,1956	257,5652	284,9351	312,3046	339,6741	367,0438	394,4137	421,7834	41,0539
Int	GO	AM	45,2196	79,2223	113,2244	147,2266	181,2289	215,2314	249,2336	283,2358	317,2383	351,2407	385,2426	419,2450	453,2475	487,2496	521,2519	51,0028
Int	GO	AP	45,9977	80,7982	115,5990	150,3996	185,2004	220,0010	254,8017	289,6024	324,4031	359,2039	394,0044	428,8052	463,6057	498,4064	533,2069	52,2002
Int	GO	BA	31,6680	52,0980	72,5279	92,9581	113,3883	133,8184	154,2482	174,6782	195,1083	215,5383	235,9682	256,3984	276,8284	297,2583	317,6885	30,6441
Int	GO	CE	41,4940	71,7911	102,0881	132,3852	162,6823	192,9794	223,2765	253,5736	283,8705	314,1675	344,4646	374,7615	405,0587	435,3556	465,6530	45,4449
Int	GO	DF	20,7158	30,2144	39,7131	49,2116	58,7101	68,2087	77,7071	87,2056	96,7043	106,2026	115,7015	125,1999	134,6983	144,1970	153,6953	14,2468
Int	GO	ES	32,6707	54,1039	75,5371	96,9704	118,4034	139,8366	161,2695	182,7030	204,1359	225,5692	247,0021	268,4355	289,8687	311,3016	332,7349	32,1488
Int	GO	MA	38,6693	66,1411	93,6133	121,0853	148,5572	176,0293	203,5013	230,9734	258,4456	285,9174	313,3895	340,8618	368,3336	395,8057	423,2778	41,2073
Int	GO	MG	24,3395	37,4818	50,6241	63,7665	76,9089	90,0512	103,1938	116,3361	129,4785	142,6206	155,7631	168,9050	182,0478	195,1904	208,3325	19,7129
Int	GO	MS	31,2379	51,2381	71,2381	91,2386	111,2388	131,2387	151,2388	171,2391	191,2392	211,2397	231,2397	251,2399	271,2397	291,2399	311,2404	29,9995
Int	GO	MT	29,7437	48,2900	66,8371	85,3838	103,9304	122,4773	141,0240	159,5706	178,1175	196,6642	215,2108	233,7574	252,3040	270,8508	289,3975	27,8193
Int	GO	PA	39,6515	68,1062	96,5606	125,0157	153,4703	181,9249	210,3796	238,8344	267,2891	295,7436	324,1983	352,6529	381,1076	409,5622	438,0171	42,6810
Int	GO	PB	42,3127	73,4287	104,5445	135,6606	166,7767	197,8921	229,0081	260,1242	291,2399	322,3558	353,4717	384,5876	415,7039	446,8195	477,9355	46,6731
Int	GO	PE	40,7773	70,3377	99,8975	129,4576	159,0179	188,5781	218,1379	247,6983	277,2582	306,8185	336,3785	365,9388	395,4988	425,0587	454,6188	44,3396
Int	GO	PI	35,7006	60,2045	84,7081	109,2121	133,7156	158,2195	182,7232	207,2271	231,7308	256,2344	280,7381	305,2421	329,7459	354,2497	378,7535	36,7548
Int	GO	PR	31,7907	52,3845	72,9786	93,5720	114,1659	134,7598	155,3538	175,9474	196,5411	217,1353	237,7288	258,3225	278,9166	299,5103	320,1040	30,8899
Int	GO	RJ	29,4160	47,5944	65,7725	83,9506	102,1290	120,3071	138,4855	156,6636	174,8419	193,0203	211,1985	229,3766	247,5549	265,7333	283,9113	27,2665
Int	GO	RN	42,5587	73,9200	105,2814	136,6432	168,0048	199,3661	230,7277	262,0893	293,4509	324,8124	356,1739	387,5355	418,8972	450,2585	481,6202	47,0416
Int	GO	RO	44,6258	78,0553	111,4843	144,9135	178,3427	211,7717	245,2008	278,6296	312,0591	345,4881	378,9174	412,3463	445,7754	479,2044	512,6340	50,1430
Int	GO	RR	55,4142	99,5905	143,7671	187,9436	232,1197	276,2964	320,4726	364,6490	408,8254	453,0019	497,1781	541,3544	585,5311	629,7070	673,8835	66,2637

Int	GO	RS	40,5934	69,9896	99,3859	128,7821	158,1787	187,5750	216,9714	246,3674	275,7639	305,1602	334,5563	363,9531	393,3494	422,7458	452,1421	44,0939
Int	GO	SC	35,3936	59,5903	83,7869	107,9837	132,1806	156,3772	180,5738	204,7706	228,9672	253,1638	277,3609	301,5572	325,7539	349,9509	374,1475	36,2942
Int	GO	SE	35,1684	59,1400	83,1115	107,0829	131,0545	155,0261	178,9979	202,9693	226,9408	250,9123	274,8838	298,8554	322,8271	346,7984	370,7698	35,9563
Int	GO	SP	28,3109	45,4039	62,4970	79,5906	96,6839	113,7773	130,8702	147,9636	165,0569	182,1501	199,2435	216,3367	233,4301	250,5229	267,6165	25,6392
Int	GO	TO	28,0858	44,9535	61,8217	78,6900	95,5580	112,4259	129,2941	146,1620	163,0303	179,8982	196,7666	213,6344	230,5028	247,3706	264,2388	25,3014
Cap	MA	AC	57,7499	104,3194	150,8704	197,4217	243,9725	290,5234	337,0747	383,6256	430,1765	476,7277	523,2787	569,8296	616,3805	662,9318	709,4826	69,8257
Cap	MA	AL	31,2967	51,4018	71,5042	91,6071	111,7096	131,8119	151,9144	172,0169	192,1194	212,2219	232,3246	252,4270	272,5297	292,6321	312,7345	30,1531
Cap	MA	AM	40,8273	70,4809	100,1230	129,7651	159,4068	189,0486	218,6908	248,3327	277,9749	307,6167	337,2588	366,9008	396,5427	426,1848	455,8267	44,4623
Cap	MA	AP	33,4576	55,7213	77,9732	100,2251	122,4773	144,7292	166,9812	189,2329	211,4853	233,7370	255,9890	278,2410	300,4930	322,7448	344,9969	33,3774
Cap	MA	BA	34,1176	57,0519	79,9797	102,9068	125,8344	148,7619	171,6895	194,6170	217,5446	240,4718	263,3995	286,3270	309,2546	332,1818	355,1096	34,3905
Cap	MA	CE	21,6302	32,0569	42,4769	52,8963	63,3163	73,7359	84,1556	94,5753	104,9949	115,4148	125,8344	136,2541	146,6740	157,0935	167,5134	15,6288
Cap	MA	DF	36,8014	62,3948	87,9838	113,5724	139,1612	164,7496	190,3387	215,9271	241,5161	267,1045	292,6935	318,2822	343,8708	369,4597	395,0484	38,3827
Cap	MA	ES	46,7181	82,2722	117,8098	153,3475	188,8850	224,4227	259,9605	295,4978	331,0356	366,5734	402,1107	437,6486	473,1863	508,7236	544,2613	53,3057
Cap	MA	GO	36,3237	61,4736	86,6120	111,7500	136,8888	162,0273	187,1653	212,3040	237,4423	262,5807	287,7191	312,8572	337,9958	363,1342	388,2725	37,7070
Cap	MA	MG	44,3072	77,4411	110,5629	143,6852	176,8072	209,9294	243,0513	276,1734	309,2953	342,4174	375,5396	408,6617	441,7836	474,9058	508,0277	49,6824
Cap	MA	MS	52,8822	94,5958	136,2950	177,9946	219,6936	261,3931	303,0925	344,7919	386,4915	428,1909	469,8906	511,5896	553,2892	594,9886	636,6880	62,5483
Cap	MA	MT	44,2392	77,2978	110,3380	143,3782	176,4183	209,4583	242,4987	275,5388	308,5791	341,6191	374,6592	407,6994	440,7397	473,7801	506,8199	49,5595
Cap	MA	PA	20,6065	30,0303	39,4469	48,8633	58,2801	67,6969	77,1135	86,5301	95,9467	105,3636	114,7802	124,1965	133,6135	143,0301	152,4469	14,1243
Cap	MA	PB	30,9783	50,7878	70,5833	90,3787	110,1740	129,9699	149,7649	169,5607	189,3558	209,1511	228,9468	248,7422	268,5376	288,3330	308,1289	29,6925
Cap	MA	PE	31,2967	51,4018	71,5042	91,6071	111,7096	131,8119	151,9144	172,0169	192,1194	212,2219	232,3246	252,4270	272,5297	292,6321	312,7345	30,1531
Cap	MA	PI	20,1744	29,1705	38,1573	47,1440	56,1306	65,1176	74,1043	83,0912	92,0777	101,0645	110,0515	119,0382	128,0249	137,0117	145,9985	13,4793
Cap	MA	PR	55,5663	99,9592	144,3399	188,7214	233,1024	277,4837	321,8646	366,2456	410,6269	455,0077	499,3891	543,7700	588,1513	632,5324	676,9133	66,5712
Cap	MA	RJ	49,7207	88,2496	126,7759	165,3025	203,8290	242,3554	280,8817	319,4082	357,9342	396,4610	434,9875	473,5137	512,0402	550,5663	589,0928	57,7891
Cap	MA	RN	28,7949	46,3866	63,9711	81,5557	99,1403	116,7250	134,3093	151,8941	169,4785	187,0629	204,6478	222,2322	239,8171	257,4015	274,9860	26,3763
Cap	MA	RO	49,7886	88,3726	126,9400	165,5071	204,0745	242,6417	281,2093	319,7767	358,3438	396,9112	435,4787	474,0460	512,6133	551,1808	589,7480	57,8505
Cap	MA	RR	43,4657	75,7620	108,0451	140,3278	172,6107	204,8932	237,1762	269,4588	301,7416	334,0241	366,3071	398,5901	430,8727	463,1555	495,4383	48,4232
Cap	MA	RS	64,9143	118,6491	172,3650	226,0808	279,7967	333,5128	387,2286	440,9443	494,6602	548,3758	602,0923	655,8077	709,5235	763,2396	816,9554	80,5731
Cap	MA	SC	59,3873	107,5947	155,7836	203,9721	252,1613	300,3495	348,5383	396,7270	444,9158	493,1042	541,2931	589,4816	637,6705	685,8593	734,0479	72,2823
Cap	MA	SE	32,4113	53,6538	74,8821	96,1105	117,3389	138,5672	159,7956	181,0242	202,2525	223,4810	244,7094	265,9381	287,1662	308,3947	329,6231	31,8421
Cap	MA	SP	51,1080	91,0135	130,9112	170,8091	210,7072	250,6051	290,5032	330,4009	370,2988	410,1969	450,0948	489,9930	529,8907	569,7885	609,6869	59,8462
Cap	MA	TO	44,7393	78,3009	111,8527	145,4048	178,9568	212,5087	246,0606	279,6123	313,1644	346,7164	380,2683	413,8203	447,3723	480,9242	514,4762	50,3271
Int	MA	AC	60,1021	108,9869	157,8715	206,7563	255,6408	304,5258	353,4105	402,2952	451,1799	500,0647	548,9492	597,8341	646,7187	695,6033	744,4880	73,3263
Int	MA	AL	33,6329	56,0695	78,5054	100,9418	123,3778	145,8143	168,2503	190,6867	213,1227	235,5593	257,9951	280,4317	302,8676	325,3038	347,7398	33,6539
Int	MA	AM	43,1726	75,1483	107,1241	139,0998	171,0752	203,0510	235,0267	267,0023	298,9782	330,9536	362,9293	394,9051	426,8807	458,8567	490,8320	47,9628
Int	MA	AP	35,8030	60,3886	84,9745	109,5603	134,1459	158,7312	183,3168	207,9026	232,4883	257,0738	281,6598	306,2454	330,8309	355,4166	380,0024	36,8778
Int	MA	BA	36,4583	61,7193	86,9804	112,2418	137,5028	162,7639	188,0254	213,2864	238,5478	263,8089	289,0699	314,3313	339,5927	364,8534	390,1149	37,8908
Int	MA	CE	23,9711	36,7243	49,4774	62,2311	74,9845	87,7378	100,4913	113,2447	125,9981	138,7517	151,5049	164,2585	177,0117	189,7653	202,5187	19,1294
Int	MA	DF	39,1398	67,0624	94,9847	122,9072	150,8293	178,7520	206,6742	234,5968	262,5192	290,4417	318,3643	346,2863	374,2088	402,1314	430,0537	41,8828
Int	MA	ES	49,0683	86,9396	124,8109	162,6823	200,5534	238,4250	276,2964	314,1675	352,0386	389,9102	427,7815	465,6530	503,5242	541,3952	579,2669	56,8064

Int	MA	GO	38,6693	66,1411	93,6133	121,0853	148,5572	176,0293	203,5013	230,9734	258,4456	285,9174	313,3895	340,8618	368,3336	395,8057	423,2778	41,2073
Int	MA	MG	46,6528	82,1085	117,5641	153,0197	188,4758	223,9315	259,3871	294,8430	330,2986	365,7544	401,2102	436,6660	472,1217	507,5774	543,0332	53,1828
Int	MA	MS	55,2299	99,2632	143,2963	187,3293	231,3623	275,3955	319,4289	363,4617	407,4947	451,5281	495,5609	539,5942	583,6273	627,6601	671,6932	66,0489
Int	MA	MT	46,5912	81,9652	117,3389	152,7131	188,0865	223,4604	258,8343	294,2084	329,5822	364,9561	400,3300	435,7038	471,0779	506,4514	541,8255	53,0601
Int	MA	PA	22,9473	34,6975	46,4478	58,1983	69,9485	81,6990	93,4495	105,1997	116,9500	128,7001	140,4505	152,2011	163,9513	175,7019	187,4521	17,6247
Int	MA	PB	33,3261	55,4552	77,5840	99,7133	121,8426	143,9719	166,1009	188,2300	210,3591	232,4883	254,6172	276,7464	298,8758	321,0050	343,1341	33,1930
Int	MA	PE	33,6329	56,0695	78,5054	100,9418	123,3778	145,8143	168,2503	190,6867	213,1227	235,5593	257,9951	280,4317	302,8676	325,3038	347,7398	33,6539
Int	MA	PI	22,5172	33,8378	45,1583	56,4787	67,7991	79,1197	90,4401	101,7605	113,0811	124,4015	135,7220	147,0425	158,3628	169,6833	181,0036	16,9800
Int	MA	PR	57,9117	104,6265	151,3413	198,0563	244,7710	291,4856	338,2006	384,9152	431,6299	478,3446	525,0598	571,7744	618,4892	665,2038	711,9186	70,0716
Int	MA	RJ	52,0572	92,9172	133,7773	174,6371	215,4975	256,3573	297,2174	338,0777	378,9378	419,7980	460,6578	501,5181	542,3781	583,2382	624,0984	61,2894
Int	MA	RN	31,1358	51,0537	70,9722	90,8906	110,8087	130,7271	150,6450	170,5636	190,4819	210,4001	230,3181	250,2366	270,1551	290,0732	309,9913	29,8766
Int	MA	RO	52,1388	93,0400	133,9410	174,8419	215,7430	256,6440	297,5451	338,4462	379,3472	420,2483	461,1492	502,0505	542,9515	583,8520	624,7533	61,3509
Int	MA	RR	45,8132	80,4299	115,0463	149,6625	184,2792	218,8955	253,5121	288,1285	322,7448	357,3612	391,9778	426,5941	461,2109	495,8271	530,4437	51,9241
Int	MA	RS	67,2669	123,3165	179,3662	235,4158	291,4652	347,5150	403,5643	459,6142	515,6634	571,7129	627,7626	683,8120	739,8616	795,9111	851,9609	84,0736
Int	MA	SC	61,7397	112,2620	162,7844	213,3073	263,8293	314,3517	364,8743	415,3965	465,9189	516,4416	566,9636	617,4859	668,0085	718,5309	769,0532	75,7831
Int	MA	SE	34,7590	58,3211	81,8832	105,4451	129,0075	152,5693	176,1316	199,6939	223,2559	246,8178	270,3801	293,9420	317,5044	341,0666	364,6286	35,3426
Int	MA	SP	53,4490	95,6806	137,9124	180,1439	222,3755	264,6072	306,8389	349,0706	391,3022	433,5339	475,7654	517,9971	560,2285	602,4603	644,6924	63,3468
Int	MA	TO	47,0825	82,9682	118,8537	154,7394	190,6253	226,5108	262,3963	298,2821	334,1673	370,0533	405,9389	441,8247	477,7102	513,5960	549,4814	53,8276
Cap	MG	AC	58,5002	105,8137	153,1223	200,4309	247,7392	295,0474	342,3560	389,6645	436,9730	484,2813	531,5901	578,8983	626,2067	673,5151	720,8239	70,9619
Cap	MG	AL	35,7777	60,3684	84,9540	109,5396	134,1255	158,7107	183,2965	207,8821	232,4679	257,0536	281,6391	306,2248	330,8105	355,3961	379,9817	36,8778
Cap	MG	AM	55,3160	99,4268	143,5214	187,6160	231,7104	275,8049	319,8994	363,9939	408,0884	452,1829	496,2774	540,3720	584,4662	628,5609	672,6553	66,1411
Cap	MG	AP	54,4968	97,8303	141,1466	184,4632	227,7798	271,0964	314,4131	357,7300	401,0463	444,3632	487,6798	530,9964	574,3128	617,6296	660,9461	64,9743
Cap	MG	BA	27,4302	43,6640	59,8973	76,1308	92,3645	108,5978	124,8315	141,0648	157,2985	173,5317	189,7653	205,9987	222,2322	238,4659	254,6993	24,3499
Cap	MG	CE	43,6249	76,0492	108,4547	140,8601	173,2657	205,6711	238,0768	270,4822	302,8880	335,2937	367,6993	400,1049	432,5105	464,9158	497,3215	48,6075
Cap	MG	DF	20,9025	30,6237	40,3272	50,0305	59,7336	69,4368	79,1401	88,8435	98,5468	108,2498	117,9531	127,6564	137,3598	147,0629	156,7659	14,5541
Cap	MG	ES	20,2880	29,3956	38,4847	47,5736	56,6630	65,7520	74,8411	83,9303	93,0194	102,1083	111,1976	120,2868	129,3760	138,4650	147,5544	13,6329
Cap	MG	GO	21,9941	32,8140	43,6231	54,4315	65,2402	76,0492	86,8576	97,6664	108,4750	119,2839	130,0925	140,9010	151,7098	162,5184	173,3271	16,2122
Cap	MG	MA	44,3072	77,4411	110,5629	143,6852	176,8072	209,9294	243,0513	276,1734	309,2953	342,4174	375,5396	408,6617	441,7836	474,9058	508,0277	49,6824
Cap	MG	MS	26,0199	40,8593	55,6803	70,5015	85,3227	100,1435	114,9644	129,7854	144,6063	159,4271	174,2482	189,0694	203,8904	218,7113	233,5325	22,2310
Cap	MG	MT	35,0271	58,8740	82,7022	106,5303	130,3587	154,1868	178,0147	201,8431	225,6715	249,4997	273,3279	297,1561	320,9845	344,8127	368,6406	35,7416
Cap	MG	PA	47,5372	83,8689	120,1845	156,5001	192,8154	229,1310	265,4464	301,7623	338,0777	374,3933	410,7087	447,0241	483,3399	519,6553	555,9708	54,4727
Cap	MG	PB	41,0546	70,9314	100,7985	130,6657	160,5327	190,3999	220,2669	250,1344	280,0015	309,8686	339,7354	369,6030	399,4700	429,3372	459,2043	44,8002
Cap	MG	PE	39,8264	68,4542	97,0728	125,6911	154,3098	182,9280	211,5465	240,1648	268,7833	297,4018	326,0203	354,6388	383,2570	411,8757	440,4941	42,9271
Cap	MG	PI	39,1439	67,1237	95,0869	123,0504	151,0137	178,9770	206,9407	234,9038	262,8674	290,8307	318,7938	346,7576	374,7208	402,6839	430,6473	41,9443
Cap	MG	PR	25,0647	38,9553	52,8352	66,7144	80,5936	94,4729	108,3520	122,2315	136,1113	149,9900	163,8696	177,7490	191,6281	205,5076	219,3868	20,8180
Cap	MG	RJ	20,4699	29,7437	39,0169	48,2900	57,5635	66,8371	76,1103	85,3838	94,6571	103,9304	113,2039	122,4773	131,7506	141,0240	150,2972	13,9092
Cap	MG	RN	42,8058	74,4320	106,0387	137,6462	169,2534	200,8608	232,4679	264,0750	295,6824	327,2894	358,8968	390,5038	422,1112	453,7182	485,3255	47,4101
Cap	MG	RO	52,6093	94,0023	135,3942	176,7868	218,1791	259,5715	300,9638	342,3560	383,7482	425,1410	466,5332	507,9254	549,3177	590,7101	632,1025	62,0879
Cap	MG	RR	63,5726	115,9471	168,3118	220,6765	273,0411	325,4058	377,7711	430,1357	482,5006	534,8655	587,2297	639,5949	691,9596	744,3245	796,6891	78,5466

Cap	MG	RS	34,1176	57,0519	79,9797	102,9068	125,8344	148,7619	171,6895	194,6170	217,5446	240,4718	263,3995	286,3270	309,2546	332,1818	355,1096	34,3905
Cap	MG	SC	27,0437	42,8861	58,7101	74,5343	90,3581	106,1823	122,0065	137,8304	153,6544	169,4785	185,3027	201,1267	216,9507	232,7751	248,5990	23,7353
Cap	MG	SE	32,8435	54,5135	76,1720	97,8303	119,4886	141,1466	162,8049	184,4632	206,1216	227,7798	249,4382	271,0964	292,7550	314,4131	336,0713	32,4865
Cap	MG	SP	20,6065	30,0303	39,4469	48,8633	58,2801	67,6969	77,1135	86,5301	95,9467	105,3636	114,7802	124,1965	133,6135	143,0301	152,4469	14,1243
Cap	MG	TO	31,8428	52,5074	73,1627	93,8179	114,4731	135,1283	155,7836	176,4385	197,0942	217,7490	238,4044	259,0595	279,7149	300,3700	321,0254	30,9821
Int	MG	AC	60,8391	110,4813	160,1234	209,7655	259,4077	309,0499	358,6916	408,3341	457,9760	507,6183	557,2603	606,9026	656,5445	706,1869	755,8287	74,4625
Int	MG	AL	38,1163	65,0355	91,9549	118,8742	145,7937	172,7130	199,6324	226,5514	253,4707	280,3906	307,3098	334,2290	361,1485	388,0679	414,9871	40,3783
Int	MG	AM	57,6660	104,0941	150,5222	196,9506	243,3790	289,8070	336,2354	382,6632	429,0916	475,5200	521,9481	568,3763	614,8044	661,2324	707,6608	69,6414
Int	MG	AP	56,8473	102,4976	148,1481	193,7979	239,4483	285,0987	330,7490	376,3991	422,0495	467,7002	513,3501	559,0006	604,6507	650,3012	695,9511	68,4747
Int	MG	BA	29,7642	48,3312	66,8986	85,4655	104,0328	122,6000	141,1670	159,7344	178,3016	196,8689	215,4359	234,0031	252,5701	271,1372	289,7048	27,8500
Int	MG	CE	45,9773	80,7166	115,4558	150,1949	184,9344	219,6731	254,4127	289,1522	323,8910	358,6305	393,3698	428,1090	462,8483	497,5878	532,3269	52,1083
Int	MG	DF	23,2545	35,2914	47,3282	59,3651	71,4020	83,4389	95,4757	107,5130	119,5497	131,5868	143,6237	155,6609	167,6977	179,7346	191,7716	18,0548
Int	MG	ES	22,6401	34,0630	45,4856	56,9085	68,3315	79,7544	91,1772	102,5998	114,0227	125,4456	136,8686	148,2914	159,7140	171,1368	182,5594	17,1335
Int	MG	GO	24,3395	37,4818	50,6241	63,7665	76,9089	90,0512	103,1938	116,3361	129,4785	142,6206	155,7631	168,9050	182,0478	195,1904	208,3325	19,7129
Int	MG	MA	46,6528	82,1085	117,5641	153,0197	188,4758	223,9315	259,3871	294,8430	330,2986	365,7544	401,2102	436,6660	472,1217	507,5774	543,0332	53,1828
Int	MG	MS	28,3721	45,5268	62,6814	79,8361	96,9909	114,1456	131,3002	148,4547	165,6095	182,7644	199,9187	217,0736	234,2281	251,3828	268,5376	25,7313
Int	MG	MT	37,3792	63,5415	89,7031	115,8649	142,0270	168,1889	194,3507	220,5128	246,6747	272,8366	298,9985	325,1605	351,3227	377,4844	403,6463	39,2420
Int	MG	PA	49,8872	88,5364	127,1855	165,8346	204,4839	243,1332	281,7825	320,4315	359,0810	397,7301	436,3792	475,0283	513,6776	552,3269	590,9761	57,9734
Int	MG	PB	43,3980	75,5983	107,7993	140,0004	172,2014	204,4021	236,6031	268,8039	301,0049	333,2056	365,4064	397,6071	429,8080	462,0089	494,2100	48,3004
Int	MG	PE	42,1696	73,1214	104,0739	135,0258	165,9782	196,9303	227,8823	258,8343	289,7866	320,7388	351,6909	382,6426	413,5950	444,5473	475,4995	46,4277
Int	MG	PI	41,4940	71,7911	102,0881	132,3852	162,6823	192,9794	223,2765	253,5736	283,8705	314,1675	344,4646	374,7615	405,0587	435,3556	465,6530	45,4449
Int	MG	PR	27,4099	43,6231	59,8358	76,0492	92,2621	108,4750	124,6883	140,9010	157,1142	173,3271	189,5401	205,7532	221,9661	238,1790	254,3922	24,3184
Int	MG	RJ	22,8039	34,4110	46,0182	57,6254	69,2318	80,8394	92,4461	104,0531	115,6605	127,2673	138,8744	150,4812	162,0885	173,6956	185,3027	17,4096
Int	MG	RN	45,1583	79,0991	113,0402	146,9807	180,9217	214,8628	248,8036	282,7448	316,6856	350,6264	384,5673	418,5082	452,4491	486,3899	520,3309	50,9105
Int	MG	RO	54,9434	98,6695	142,3953	186,1216	229,8476	273,5734	317,2996	361,0255	404,7515	448,4776	492,2038	535,9296	579,6557	623,3821	667,1077	65,5884
Int	MG	RR	65,9159	120,6142	175,3125	230,0113	284,7099	339,4083	394,1068	448,8051	503,5035	558,2022	612,9004	667,5990	722,2974	776,9959	831,6947	82,0468
Int	MG	RS	36,4583	61,7193	86,9804	112,2418	137,5028	162,7639	188,0254	213,2864	238,5478	263,8089	289,0699	314,3313	339,5927	364,8534	390,1149	37,8908
Int	MG	SC	29,3956	47,5534	65,7111	83,8689	102,0267	120,1845	138,3422	156,5001	174,6578	192,8154	210,9731	229,1310	247,2886	265,4464	283,6045	27,2359
Int	MG	SE	35,1887	59,1809	83,1730	107,1649	131,1571	155,1490	179,1406	203,1332	227,1250	251,1167	275,1089	299,1009	323,0928	347,0850	371,0770	35,9872
Int	MG	SP	22,9473	34,6975	46,4478	58,1983	69,9485	81,6990	93,4495	105,1997	116,9500	128,7001	140,4505	152,2011	163,9513	175,7019	187,4521	17,6247
Int	MG	TO	34,1860	57,1746	80,1636	103,1527	126,1415	149,1302	172,1194	195,1083	218,0972	241,0859	264,0750	287,0640	310,0526	333,0416	356,0307	34,4827
Cap	MS	AC	33,0708	54,9640	76,8475	98,7310	120,6142	142,4977	164,3814	186,2648	208,1485	230,0320	251,9151	273,7988	295,6824	317,5657	339,4491	32,8244
Cap	MS	AL	44,0569	76,9089	109,7441	142,5798	175,4151	208,2508	241,0859	273,9214	306,7570	339,5927	372,4278	405,2633	438,0988	470,9343	503,7699	49,2523
Cap	MS	AM	45,2396	79,2627	113,2858	147,3084	181,3313	215,3540	249,3768	283,3997	317,4222	351,4453	385,4679	419,4909	453,5138	487,5361	521,5592	51,0333
Cap	MS	AP	53,4050	95,6192	137,8304	180,0417	222,2525	264,4638	306,6752	348,8863	391,0975	433,3084	475,5200	517,7312	559,9421	602,1533	644,3646	63,3163
Cap	MS	BA	38,8481	66,4891	94,1249	121,7608	149,3965	177,0322	204,6683	232,3042	259,9400	287,5756	315,2113	342,8473	370,4831	398,1191	425,7547	41,4531
Cap	MS	CE	48,7878	86,4075	124,0129	161,6177	199,2228	236,8281	274,4334	312,0386	349,6436	387,2489	424,8544	462,4593	500,0647	537,6697	575,2752	56,4068
Cap	MS	DF	25,2694	39,3650	53,4490	67,5333	81,6171	95,7010	109,7850	123,8691	137,9534	152,0374	166,1214	180,2054	194,2896	208,3735	222,4574	21,1253
Cap	MS	ES	30,2052	49,2116	68,2087	87,2056	106,2026	125,1999	144,1970	163,1940	182,1909	201,1884	220,1851	239,1824	258,1795	277,1763	296,1736	28,4949
Cap	MS	GO	28,8857	46,5709	64,2372	81,9037	99,5699	117,2365	134,9030	152,5693	170,2362	187,9023	205,5689	223,2356	240,9019	258,5683	276,2349	26,4990
Cap	MS	MA	52,8822	94,5958	136,2950	177,9946	219,6936	261,3931	303,0925	344,7919	386,4915	428,1909	469,8906	511,5896	553,2892	594,9886	636,6880	62,5483
Cap	MS	MG	26,0199	40,8593	55,6803	70,5015	85,3227	100,1435	114,9644	129,7854	144,6063	159,4271	174,2482	189,0694	203,8904	218,7113	233,5325	22,2310
Cap	MS	MT	40,0086	68,8432	97,6664	126,4896	155,3126	184,1357	212,9590	241,7823	270,6052	299,4285	328,2514	357,0746	385,8979	414,7209	443,5440	43,2341
Cap	MS	PA	46,3313	81,4737	116,6019	151,7303	186,8586	221,9867	257,1150	292,2430	327,3715	362,4995	397,6277	432,7561	467,8839	503,0122	538,1405	52,6917
Cap	MS	PB	47,6279	84,0531	120,4708	156,8888	193,3069	229,7247	266,1426	302,5605	338,9781	375,3962	411,8139	448,2319	484,6500	521,0677	557,4858	54,6263
Cap	MS	PE	46,2629	81,3305	116,3973	151,4642	186,5310	221,5979	256,6646	291,7312	326,7981	361,8650	396,9314	431,9985	467,0653	502,1323	537,1990	52,5995
Cap	MS	PI	49,0610	86,9396	124,8109	162,6823	200,5534	238,4250	276,2964	314,1675	352,0386	389,9102	427,7815	465,6530	503,5242	541,3952	579,2669	56,8064
Cap	MS	PR	25,9291	40,6750	55,4142	70,1534	84,8927	99,6313	114,3707	129,1099	143,8488	158,5880	173,3271	188,0663	202,8055	217,5446	232,2836	22,1081
Cap	MS	RJ	26,9751	42,7633	58,5464	74,3295	90,1125	105,8956	121,6790	137,4620	153,2449	169,0283	184,8115	200,5946	216,3778	232,1607	247,9440	23,6739
Cap	MS	RN	49,9708	88,7616	127,5335	166,3057	205,0777	243,8496	282,6214	321,3939	360,1658	398,9377	437,7098	476,4818	515,2538	554,0260	592,7981	58,1574
Cap	MS	RO	27,8169	44,4215	61,0236	77,6252	94,2272	110,8291	127,4314	144,0333	160,6350	177,2370	193,8394	210,4409	227,0431	243,6450	260,2471	24,9022
Cap	MS	RR	50,1528	89,1096	128,0657	167,0222	205,9784	244,9347	283,8911	322,8472	361,8035	400,7596	439,7160	478,6723	517,6287	556,5850	595,5411	58,4337
Cap	MS	RS	26,8387	42,4769	58,0961	73,7153	89,3345	104,9539	120,5734	136,1929	151,8121	167,4313	183,0510	198,6704	214,2897	229,9089	245,5285	23,4282
Cap	MS	SC	26,7932	42,3948	57,9938	73,5925	89,1915	104,7901	120,3891	135,9878	151,5869	167,1857	182,7848	198,3838	213,9824	229,5814	245,1804	23,3976
Cap	MS	SE	41,0546	70,9314	100,7985	130,6657	160,5327	190,3999	220,2669	250,1344	280,0015	309,8686	339,7354	369,6030	399,4700	429,3372	459,2043	44,8002
Cap	MS	SP	26,0884	40,9822	55,8647	70,7471	85,6293	100,5120	115,3943	130,2765	145,1591	160,0416	174,9236	189,8061	204,6886	219,5711	234,4534	22,3228
Cap	MS	TO	33,5485	55,8851	78,2189	100,5528	122,8866	145,2206	167,5543	189,8882	212,2219	234,5557	256,8897	279,2232	301,5572	323,8910	346,2250	33,5002
Int	MS	AC	35,4139	59,6312	83,8483	108,0658	132,2828	156,5001	180,7174	204,9342	229,1516	253,3686	277,5860	301,8031	326,0203	350,2373	374,4547	36,3248
Int	MS	AL	46,4071	81,5762	116,7453	151,9144	187,0836	222,2525	257,4220	292,5913	327,7603	362,9293	398,0986	433,2677	468,4367	503,6061	538,7752	52,7530
Int	MS	AM	47,5736	83,9303	120,2868	156,6431	193,0001	229,3565	265,7128	302,0692	338,4259	374,7822	411,1386	447,4951	483,8517	520,2082	556,5644	54,5339
Int	MS	AP	55,7419	100,2867	144,8316	189,3762	233,9211	278,4660	323,0110	367,5558	412,1006	456,6456	501,1905	545,7352	590,2800	634,8250	679,3700	66,8167
Int	MS	BA	41,1871	71,1563	101,1259	131,0957	161,0651	191,0345	221,0041	250,9736	280,9432	310,9125	340,8821	370,8516	400,8209	430,7909	460,7603	44,9535
Int	MS	CE	51,1356	91,0749	131,0134	170,9524	210,8914	250,8303	290,7694	330,7082	370,6468	410,5860	450,5248	490,4637	530,4027	570,3413	610,2801	59,9078
Int	MS	DF	27,6148	44,0324	60,4501	76,8679	93,2858	109,7031	126,1208	142,5390	158,9564	175,3740	191,7920	208,2097	224,6275	241,0450	257,4629	24,6257
Int	MS	ES	32,5480	53,8789	75,2097	96,5401	117,8714	139,2021	160,5327	181,8638	203,1944	224,5249	245,8559	267,1866	288,5174	309,8481	331,1792	31,9954
Int	MS	GO	31,2379	51,2381	71,2381	91,2386	111,2388	131,2387	151,2388	171,2391	191,2392	211,2397	231,2397	251,2399	271,2397	291,2399	311,2404	29,9995
Int	MS	MA	55,2299	99,2632	143,2963	187,3293	231,3623	275,3955	319,4289	363,4617	407,4947	451,5281	495,5609	539,5942	583,6273	627,6601	671,6932	66,0489
Int	MS	MG	28,3721	45,5268	62,6814	79,8361	96,9909	114,1456	131,3002	148,4547	165,6095	182,7644	199,9187	217,0736	234,2281	251,3828	268,5376	25,7313
Int	MS	MT	42,3535	73,5108	104,6676	135,8242	166,9812	198,1379	229,2949	260,4515	291,6084	322,7654	353,9223	385,0789	416,2360	447,3928	478,5494	46,7347
Int	MS	PA	48,6796	86,1411	123,6031	161,0651	198,5267	235,9888	273,4507	310,9125	348,3744	385,8363	423,2984	460,7603	498,2219	535,6840	573,1461	56,1922
Int	MS	PB	49,9690	88,7207	127,4721	166,2238	204,9754	243,7268	282,4784	321,2302	359,9818	398,7331	437,4848	476,2361	514,9879	553,7394	592,4908	58,1268
Int	MS	PE	48,5975	85,9978	123,3984	160,7989	198,1995	235,6000	273,0003	310,4010	347,8012	385,2016	422,6027	460,0028	497,4033	534,8039	572,2042	56,0999
Int	MS	PI	51,4018	91,6071	131,8119	172,0169	212,2219	252,4270	292,6321	332,8371	373,0422	413,2471	453,4520	493,6571	533,8622	574,0671	614,2724	60,3067
Int	MS	PR	28,2698	45,3425	62,4155	79,4880	96,5606	113,6337	130,7065	147,7796	164,8520	181,9249	198,9978	216,0706	233,1434	250,2162	267,2891	25,6085
Int	MS	RJ	29,3138	47,4305	65,5475	83,6641	101,7808	119,8979	138,0146	156,1315	174,2482	192,3651	210,4821	228,5988	246,7156	264,8320	282,9490	27,1746
Int	MS	RN	52,3233	93,4289	134,5346	175,6403	216,7461	257,8518	298,9578	340,0632	381,1691	422,2750	463,3806	504,4862	545,5921	586,6977	627,8036	61,6578
Int	MS	RO	30,1531	49,0885	68,0244	86,9600	105,8956	124,8315	143,7671	162,7024	181,6384	200,5741	219,5098	238,4454	257,3812	276,3167	295,2523	28,4027
Int	MS	RR	52,4870	93,7767	135,0667	176,3569	217,6468	258,9369	300,2268	341,5168	382,8066	424,0967	465,3869	506,6767	547,9667	589,2565	630,5468	61,9344

Int	MS	RS	29,1911	47,1440	65,0968	83,0502	101,0031	118,9560	136,9092	154,8622	172,8156	190,7683	208,7214	226,6746	244,6274	262,5807	280,5338	26,9288
Int	MS	SC	29,1295	47,0621	64,9948	82,9272	100,8599	118,7922	136,7250	154,6575	172,5904	190,5227	208,4556	226,3878	244,3204	262,2530	280,1856	26,8979
Int	MS	SE	43,3980	75,5983	107,7993	140,0004	172,2014	204,4021	236,6031	268,8039	301,0049	333,2056	365,4064	397,6071	429,8080	462,0089	494,2100	48,3004
Int	MS	SP	28,4336	45,6495	62,8658	80,0817	97,2979	114,5140	131,7299	148,9464	166,1623	183,3783	200,5946	217,8107	235,0267	252,2427	269,4588	25,8236
Int	MS	TO	35,8850	60,5523	85,2201	109,8877	134,5551	159,2226	183,8903	208,5576	233,2254	257,8928	282,5602	307,2278	331,8952	356,5630	381,2305	37,0006
Cap	MT	AC	35,7777	60,3684	84,9540	109,5396	134,1255	158,7107	183,2965	207,8821	232,4679	257,0536	281,6391	306,2248	330,8105	355,3961	379,9817	36,8778
Cap	MT	AL	50,2434	89,2938	128,3317	167,3702	206,4083	245,4464	284,4847	323,5228	362,5609	401,5990	440,6375	479,6757	518,7139	557,7518	596,7901	58,5565
Cap	MT	AM	36,9376	62,7021	88,4544	114,2069	139,9594	165,7118	191,4644	217,2170	242,9694	268,7220	294,4746	320,2269	345,9792	371,7319	397,4842	38,6280
Cap	MT	AP	48,7197	86,2231	123,7259	161,2288	198,7316	236,2344	273,7373	311,2404	348,7431	386,2460	423,7486	461,2516	498,7544	536,2571	573,7602	56,2535
Cap	MT	BA	44,3297	77,4820	110,6247	143,7671	176,9094	210,0519	243,1945	276,3373	309,4793	342,6221	375,7645	408,9074	442,0498	475,1922	508,3349	49,7132
Cap	MT	CE	50,9489	90,7063	130,4610	170,2155	209,9703	249,7250	289,4796	329,2343	368,9887	408,7432	448,4979	488,2525	528,0074	567,7618	607,5167	59,6312
Cap	MT	DF	26,9751	42,7633	58,5464	74,3295	90,1125	105,8956	121,6790	137,4620	153,2449	169,0283	184,8115	200,5946	216,3778	232,1607	247,9440	23,6739
Cap	MT	ES	52,2455	93,3265	134,3911	175,4563	216,5208	257,5858	298,6508	339,7151	380,7800	421,8451	462,9095	503,9745	545,0396	586,1039	627,1690	61,5964
Cap	MT	GO	27,4077	43,6231	59,8358	76,0492	92,2621	108,4750	124,6883	140,9010	157,1142	173,3271	189,5401	205,7532	221,9661	238,1790	254,3922	24,3184
Cap	MT	MA	44,2392	77,2978	110,3380	143,3782	176,4183	209,4583	242,4987	275,5388	308,5791	341,6191	374,6592	407,6994	440,7397	473,7801	506,8199	49,5595
Cap	MT	MG	35,0271	58,8740	82,7022	106,5303	130,3587	154,1868	178,0147	201,8431	225,6715	249,4997	273,3279	297,1561	320,9845	344,8127	368,6406	35,7416
Cap	MT	MS	40,0086	68,8432	97,6664	126,4896	155,3126	184,1357	212,9590	241,7823	270,6052	299,4285	328,2514	357,0746	385,8979	414,7209	443,5440	43,2341
Cap	MT	PA	41,5323	71,8729	102,2107	132,5490	162,8868	193,2253	223,5631	253,9009	284,2390	314,5770	344,9151	375,2530	405,5909	435,9290	466,2669	45,5065
Cap	MT	PB	53,5872	95,9673	138,3422	180,7174	223,0919	265,4672	307,8420	350,2169	392,5922	434,9669	477,3417	519,7164	562,0917	604,4665	646,8415	63,5616
Cap	MT	PE	53,4735	95,7420	137,9943	180,2462	222,4983	264,7505	307,0027	349,2548	391,5070	433,7588	476,0112	518,2631	560,5155	602,7676	645,0195	63,3773
Cap	MT	PI	42,7832	74,3704	105,9571	137,5439	169,1306	200,7172	232,3042	263,8908	295,4774	327,0642	358,6510	390,2377	421,8241	453,4112	484,9979	47,3796
Cap	MT	PR	32,8662	54,5547	76,2332	97,9120	119,5908	141,2695	162,9484	184,6271	206,3061	227,9845	249,6635	271,3420	293,0209	314,6999	336,3785	32,5175
Cap	MT	RJ	38,5753	65,9773	93,3674	120,7575	148,1481	175,5381	202,9284	230,3181	257,7087	285,0987	312,4889	339,8791	367,2692	394,6593	422,0495	41,0845
Cap	MT	RN	50,1301	89,0481	127,9634	166,8787	205,7941	244,7094	283,6250	322,5399	361,4557	400,3708	439,2860	478,2017	517,1167	556,0324	594,9475	58,3725
Cap	MT	RO	31,2059	51,2381	71,2589	91,2793	111,2998	131,3207	151,3413	171,3619	191,3826	211,4030	231,4238	251,4446	271,4650	291,4856	311,5064	30,0303
Cap	MT	RR	46,3542	81,5354	116,7041	151,8736	187,0426	222,2117	257,3812	292,5503	327,7189	362,8884	398,0577	433,2267	468,3959	503,5654	538,7342	52,7530
Cap	MT	RS	40,0766	68,9660	97,8505	126,7351	155,6198	184,5042	213,3888	242,2732	271,1580	300,0423	328,9272	357,8118	386,6962	415,5806	444,4654	43,3261
Cap	MT	SC	37,2332	63,2544	89,2734	115,2919	141,3103	167,3289	193,3478	219,3665	245,3850	271,4038	297,4221	323,4408	349,4598	375,4781	401,4968	39,0272
Cap	MT	SE	47,2412	83,2956	119,3450	155,3947	191,4439	227,4935	263,5426	299,5920	335,6415	371,6912	407,7406	443,7898	479,8394	515,8887	551,9380	54,0733
Cap	MT	SP	34,6856	58,1983	81,6990	105,1997	128,7001	152,2011	175,7019	199,2026	222,7030	246,2035	269,7045	293,2053	316,7060	340,2064	363,7073	35,2505
Cap	MT	TO	34,7540	58,3007	81,8420	105,3840	128,9253	152,4672	176,0089	199,5504	223,0919	246,6338	270,1755	293,7170	317,2589	340,8002	364,3418	35,3118
Int	MT	AC	38,1163	65,0355	91,9549	118,8742	145,7937	172,7130	199,6324	226,5514	253,4707	280,3906	307,3098	334,2290	361,1485	388,0679	414,9871	40,3783
Int	MT	AL	52,5891	93,9610	135,3331	176,7050	218,0767	259,4485	300,8204	342,1924	383,5643	424,9362	466,3078	507,6797	549,0517	590,4235	631,7954	62,0569
Int	MT	AM	39,2829	67,3693	95,4554	123,5418	151,6279	179,7140	207,8000	235,8866	263,9727	292,0587	320,1450	348,2311	376,3176	404,4037	432,4897	42,1286
Int	MT	AP	51,0537	90,8906	130,7271	170,5636	210,4001	250,2366	290,0732	329,9096	369,7462	409,5828	449,4196	489,2561	529,0923	568,9290	608,7653	59,7540
Int	MT	BA	46,6731	82,1493	117,6255	153,1019	188,5781	224,0542	259,5307	295,0066	330,4831	365,9589	401,4352	436,9116	472,3876	507,8640	543,3403	53,2135
Int	MT	CE	53,2852	95,3736	137,4620	179,5502	221,6386	263,7271	305,8154	347,9038	389,9920	432,0804	474,1688	516,2572	558,3457	600,4339	642,5220	63,1317
Int	MT	DF	29,3138	47,4305	65,5475	83,6641	101,7808	119,8979	138,0146	156,1315	174,2482	192,3651	210,4821	228,5988	246,7156	264,8320	282,9490	27,1746
Int	MT	ES	54,5956	97,9938	141,3924	184,7909	228,1892	271,5878	314,9865	358,3849	401,7833	445,1817	488,5804	531,9791	575,3775	618,7757	662,1742	65,0968

Int	MT	GO	29,7437	48,2900	66,8371	85,3838	103,9304	122,4773	141,0240	159,5706	178,1175	196,6642	215,2108	233,7574	252,3040	270,8508	289,3975	27,8193
Int	MT	MA	46,5912	81,9652	117,3389	152,7131	188,0865	223,4604	258,8343	294,2084	329,5822	364,9561	400,3300	435,7038	471,0779	506,4514	541,8255	53,0601
Int	MT	MG	37,3792	63,5415	89,7031	115,8649	142,0270	168,1889	194,3507	220,5128	246,6747	272,8366	298,9985	325,1605	351,3227	377,4844	403,6463	39,2420
Int	MT	MS	42,3535	73,5108	104,6676	135,8242	166,9812	198,1379	229,2949	260,4515	291,6084	322,7654	353,9223	385,0789	416,2360	447,3928	478,5494	46,7347
Int	MT	PA	43,8685	76,5404	109,2121	141,8838	174,5553	207,2271	239,8988	272,5706	305,2421	337,9140	370,5854	403,2573	435,9290	468,6005	501,2724	49,0069
Int	MT	PB	55,9260	100,6346	145,3433	190,0518	234,7604	279,4693	324,1780	368,8866	413,5950	458,3036	503,0122	547,7210	592,4296	637,1382	681,8468	67,0624
Int	MT	PE	55,8239	100,4096	144,9954	189,5810	234,1669	278,7525	323,3386	367,9246	412,5100	457,0959	501,6819	546,2675	590,8532	635,4392	680,0246	66,8779
Int	MT	PI	45,1174	79,0379	112,9583	146,8786	180,7992	214,7195	248,6399	282,5602	316,4806	350,4010	384,3216	418,2419	452,1622	486,0827	520,0035	50,8799
Int	MT	PR	35,2093	59,2219	83,2343	107,2469	131,2595	155,2716	179,2842	203,2967	227,3092	251,3217	275,3341	299,3468	323,3590	347,3716	371,3839	36,0181
Int	MT	RJ	40,9207	70,6448	100,3686	130,0925	159,8162	189,5401	219,2641	248,9879	278,7118	308,4356	338,1595	367,8834	397,6071	427,3310	457,0548	44,5852
Int	MT	RN	52,4665	93,7157	134,9645	176,2137	217,4627	258,7113	299,9607	341,2098	382,4589	423,7078	464,9569	506,2061	547,4547	588,7039	629,9530	61,8729
Int	MT	RO	33,5513	55,9055	78,2598	100,6142	122,9684	145,3229	167,6770	190,0315	212,3857	234,7400	257,0941	279,4485	301,8031	324,1573	346,5117	33,5307
Int	MT	RR	48,7000	86,2026	123,7054	161,2084	198,7112	236,2139	273,7167	311,2197	348,7226	386,2254	423,7282	461,2312	498,7338	536,2366	573,7395	56,2535
Int	MT	RS	42,4152	73,6334	104,8515	136,0701	167,2881	198,5065	229,7247	260,9430	292,1611	323,3797	354,5975	385,8161	417,0340	448,2524	479,4707	46,8266
Int	MT	SC	39,5698	67,9222	96,2744	124,6264	152,9789	181,3313	209,6836	238,0360	266,3883	294,7405	323,0928	351,4453	379,7977	408,1497	436,5023	42,5276
Int	MT	SE	49,5800	87,9631	126,3461	164,7292	203,1124	241,4957	279,8786	318,2618	356,6448	395,0280	433,4107	471,7943	510,1773	548,5603	586,9433	57,5739
Int	MT	SP	37,0315	62,8658	88,7005	114,5342	140,3687	166,2032	192,0374	217,8720	243,7064	269,5406	295,3750	321,2095	347,0438	372,8785	398,7127	38,7508
Int	MT	TO	37,0927	62,9682	88,8435	114,7187	140,5940	166,4694	192,3446	218,2200	244,0954	269,9705	295,8460	321,7213	347,5967	373,4719	399,3474	38,8120
Cap	PA	AC	51,5403	91,8729	132,2008	172,5290	212,8566	253,1844	293,5122	333,8400	374,1681	414,4957	454,8235	495,1514	535,4792	575,8071	616,1349	60,4910
Cap	PA	AL	38,7117	66,2434	93,7561	121,2698	148,7825	176,2956	203,8083	231,3214	258,8343	286,3472	313,8604	341,3737	368,8866	396,3994	423,9123	41,2686
Cap	PA	AM	32,7069	54,2273	75,7418	97,2569	118,7721	140,2870	161,8022	183,3168	204,8318	226,3469	247,8622	269,3769	290,8919	312,4071	333,9218	32,2718
Cap	PA	AP	20,8111	30,4398	40,0613	49,6824	59,3036	68,9252	78,5466	88,1679	97,7892	107,4108	117,0318	126,6532	136,2747	145,8959	155,5173	14,4314
Cap	PA	BA	39,8948	68,5976	97,2979	125,9981	154,6987	183,3987	212,0990	240,7994	269,4999	298,2000	326,9004	355,6010	384,3013	413,0016	441,7016	43,0497
Cap	PA	CE	30,2052	49,2116	68,2087	87,2056	106,2026	125,1999	144,1970	163,1940	182,1909	201,1884	220,1851	239,1824	258,1795	277,1763	296,1736	28,4949
Cap	PA	DF	37,9840	64,7695	91,5454	118,3216	145,0975	171,8736	198,6497	225,4260	252,2020	278,9778	305,7541	332,5300	359,3061	386,0824	412,8582	40,1634
Cap	PA	ES	50,3346	89,4579	128,5777	167,6977	206,8176	245,9378	285,0578	324,1780	363,2977	402,4180	441,5380	480,6578	519,7781	558,8983	598,0184	58,6792
Cap	PA	GO	37,3016	63,4388	89,5599	115,6808	141,8016	167,9229	194,0440	220,1649	246,2858	272,4068	298,5277	324,6485	350,7696	376,8906	403,0114	39,1806
Cap	PA	MA	20,6065	30,0303	39,4469	48,8633	58,2801	67,6969	77,1135	86,5301	95,9467	105,3636	114,7802	124,1965	133,6135	143,0301	152,4469	14,1243
Cap	PA	MG	47,5372	83,8689	120,1845	156,5001	192,8154	229,1310	265,4464	301,7623	338,0777	374,3933	410,7087	447,0241	483,3399	519,6553	555,9708	54,4727
Cap	PA	MS	46,3313	81,4737	116,6019	151,7303	186,8586	221,9867	257,1150	292,2430	327,3715	362,4995	397,6277	432,7561	467,8839	503,0122	538,1405	52,6917
Cap	PA	MT	41,5323	71,8729	102,2107	132,5490	162,8868	193,2253	223,5631	253,9009	284,2390	314,5770	344,9151	375,2530	405,5909	435,9290	466,2669	45,5065
Cap	PA	PB	38,8938	66,5912	94,2887	121,9859	149,6833	177,3804	205,0777	232,7751	260,4719	288,1693	315,8666	343,5640	371,2611	398,9584	426,6557	41,5452
Cap	PA	PE	39,6899	68,1880	96,6839	125,1795	153,6750	182,1707	210,6664	239,1619	267,6574	296,1531	324,6485	353,1441	381,6399	410,1356	438,6310	42,7423
Cap	PA	PI	24,1548	37,1132	50,0711	63,0294	75,9876	88,9459	101,9038	114,8621	127,8202	140,7782	153,7364	166,6945	179,6526	192,6107	205,5689	19,4364
Cap	PA	PR	56,2258	101,2693	146,3057	191,3417	236,3777	281,4137	326,4502	371,4863	416,5225	461,5590	506,5950	551,6309	596,6670	641,7034	686,7395	67,5535
Cap	PA	RJ	52,7683	94,3499	135,9268	177,5032	219,0798	260,6562	302,2330	343,8095	385,3860	426,9627	468,5391	510,1157	551,6925	593,2687	634,8456	62,3642
Cap	PA	RN	37,8930	64,5854	91,2591	117,9328	144,6063	171,2799	197,9538	224,6275	251,3013	277,9749	304,6488	331,3223	357,9955	384,6697	411,3430	40,0099
Cap	PA	RO	43,0108	74,8411	106,6533	138,4650	170,2771	202,0889	233,9010	265,7128	297,5246	329,3367	361,1485	392,9604	424,7725	456,5844	488,3962	47,7173
Cap	PA	RR	35,1863	59,1601	83,1322	107,1036	131,0749	155,0466	179,0181	202,9896	226,9612	250,9328	274,9043	298,8758	322,8472	346,8187	370,7901	35,9563

Cap	PA	RS	66,9843	122,8047	178,6088	234,4125	290,2163	346,0205	401,8243	457,6280	513,4321	569,2361	625,0399	680,8436	736,6478	792,4517	848,2553	83,7050
Cap	PA	SC	61,3208	111,4639	161,5972	211,7306	261,8641	311,9977	362,1310	412,2645	462,3980	512,5312	562,6649	612,7982	662,9318	713,0652	763,1987	75,1995
Cap	PA	SE	39,1439	67,1237	95,0869	123,0504	151,0137	178,9770	206,9407	234,9038	262,8674	290,8307	318,7938	346,7576	374,7208	402,6839	430,6473	41,9443
Cap	PA	SP	53,7465	96,3152	138,8744	181,4336	223,9929	266,5520	309,1110	351,6704	394,2294	436,7885	479,3479	521,9072	564,4663	607,0255	649,5846	63,8382
Cap	PA	TO	46,5134	81,8628	117,1958	152,5285	187,8614	223,1946	258,5272	293,8602	329,1935	364,5262	399,8592	435,1918	470,5249	505,8577	541,1907	52,9986
Int	PA	AC	53,8789	96,5401	139,2021	181,8638	224,5249	267,1866	309,8481	352,5096	395,1714	437,8327	480,4941	523,1556	565,8172	608,4786	651,1405	63,9917
Int	PA	AL	41,0640	70,9110	100,7574	130,6042	160,4511	190,2976	220,1444	249,9911	279,8376	309,6843	339,5310	369,3777	399,2245	429,0713	458,9179	44,7693
Int	PA	AM	35,0458	58,8942	82,7431	106,5917	130,4402	154,2893	178,1380	201,9865	225,8350	249,6839	273,5324	297,3811	321,2302	345,0787	368,9275	35,7722
Int	PA	AP	23,1520	35,1070	47,0621	59,0172	70,9722	82,9272	94,8824	106,8373	118,7922	130,7475	142,7026	154,6575	166,6128	178,5678	190,5227	17,9320
Int	PA	BA	42,2309	73,2649	104,2990	135,3331	166,3673	197,4007	228,4349	259,4691	290,5032	321,5370	352,5710	383,6050	414,6392	445,6731	476,7072	46,5505
Int	PA	CE	32,5480	53,8789	75,2097	96,5401	117,8714	139,2021	160,5327	181,8638	203,1944	224,5249	245,8559	267,1866	288,5174	309,8481	331,1792	31,9954
Int	PA	DF	40,3272	69,4368	98,5468	127,6564	156,7659	185,8758	214,9856	244,0954	273,2051	302,3147	331,4246	360,5345	389,6442	418,7537	447,8636	43,6640
Int	PA	ES	52,6714	94,1249	135,5787	177,0322	218,4861	259,9400	301,3935	342,8473	384,3013	425,7547	467,2088	508,6622	550,1161	591,5698	633,0237	62,1799
Int	PA	GO	39,6515	68,1062	96,5606	125,0157	153,4703	181,9249	210,3796	238,8344	267,2891	295,7436	324,1983	352,6529	381,1076	409,5622	438,0171	42,6810
Int	PA	MA	22,9473	34,6975	46,4478	58,1983	69,9485	81,6990	93,4495	105,1997	116,9500	128,7001	140,4505	152,2011	163,9513	175,7019	187,4521	17,6247
Int	PA	MG	49,8872	88,5364	127,1855	165,8346	204,4839	243,1332	281,7825	320,4315	359,0810	397,7301	436,3792	475,0283	513,6776	552,3269	590,9761	57,9734
Int	PA	MS	48,6796	86,1411	123,6031	161,0651	198,5267	235,9888	273,4507	310,9125	348,3744	385,8363	423,2984	460,7603	498,2219	535,6840	573,1461	56,1922
Int	PA	MT	43,8685	76,5404	109,2121	141,8838	174,5553	207,2271	239,8988	272,5706	305,2421	337,9140	370,5854	403,2573	435,9290	468,6005	501,2724	49,0069
Int	PA	PB	41,2277	71,2589	101,2898	131,3207	161,3514	191,3826	221,4137	251,4446	281,4754	311,5064	341,5374	371,5680	401,5990	431,6299	461,6612	45,0455
Int	PA	PE	42,0262	72,8557	103,6850	134,5142	165,3434	196,1729	227,0023	257,8314	288,6605	319,4901	350,3193	381,1486	411,9780	442,8075	473,6367	46,2433
Int	PA	PI	26,4887	41,7807	57,0722	72,3640	87,6558	102,9479	118,2399	133,5318	148,8235	164,1151	179,4070	194,6987	209,9906	225,2822	240,5743	22,9371
Int	PA	PR	58,5667	105,9368	153,3065	200,6763	248,0462	295,4159	342,7859	390,1557	437,5256	484,8954	532,2654	579,6353	627,0050	674,3750	721,7447	71,0542
Int	PA	RJ	55,1074	99,0175	142,9279	186,8381	230,7482	274,6583	318,5688	362,4790	406,3893	450,2998	494,2100	538,1203	582,0305	625,9406	669,8509	65,8646
Int	PA	RN	40,2453	69,2525	98,2601	127,2673	156,2748	185,2820	214,2897	243,2970	272,3044	301,3118	330,3192	359,3266	388,3338	417,3413	446,3490	43,5106
Int	PA	RO	45,3629	79,5086	113,6542	147,8000	181,9454	216,0909	250,2366	284,3822	318,5278	352,6733	386,8189	420,9648	455,1103	489,2561	523,4014	51,2177
Int	PA	RR	37,5228	63,8279	90,1327	116,4382	142,7434	169,0489	195,3538	221,6594	247,9644	274,2694	300,5748	326,8801	353,1853	379,4903	405,7957	39,4570
Int	PA	RS	69,3343	127,4721	185,6096	243,7474	301,8850	360,0227	418,1600	476,2979	534,4353	592,5731	650,7106	708,8481	766,9856	825,1233	883,2610	87,2056
Int	PA	SC	63,6644	116,1312	168,5986	221,0657	273,5324	325,9998	378,4666	430,9338	483,4012	535,8681	588,3355	640,8025	693,2697	745,7369	798,2038	78,6999
Int	PA	SE	41,4940	71,7911	102,0881	132,3852	162,6823	192,9794	223,2765	253,5736	283,8705	314,1675	344,4646	374,7615	405,0587	435,3556	465,6530	45,4449
Int	PA	SP	56,0898	100,9827	145,8756	190,7683	235,6614	280,5542	325,4467	370,3399	415,2327	460,1256	505,0186	549,9114	594,8042	639,6972	684,5899	67,3386
Int	PA	TO	48,8633	86,5301	124,1965	161,8634	199,5298	237,1967	274,8631	312,5298	350,1964	387,8630	425,5298	463,1964	500,8626	538,5297	576,1960	56,4993
Cap	PB	AC	78,0840	144,9746	211,8537	278,7321	345,6110	412,4895	479,3683	546,2470	613,1258	680,0043	746,8831	813,7620	880,6407	947,5194	1014,3981	100,3175
Cap	PB	AL	19,1507	27,1027	35,0458	42,9885	50,9310	58,8740	66,8167	74,7593	82,7022	90,6448	98,5875	106,5303	114,4731	122,4156	130,3587	11,9135
Cap	PB	AM	59,7739	108,3316	156,8888	205,4462	254,0034	302,5605	351,1176	399,6747	448,2319	496,7893	545,3461	593,9037	642,4607	691,0178	739,5751	72,8353
Cap	PB	AP	46,2404	81,2692	116,2950	151,3211	186,3465	221,3724	256,3984	291,4242	326,4502	361,4761	396,5017	431,5276	466,5536	501,5795	536,6055	52,5380
Cap	PB	BA	24,6325	38,0959	51,5454	64,9948	78,4442	91,8935	105,3430	118,7922	132,2421	145,6913	159,1407	172,5904	186,0395	199,4889	212,9384	20,1735
Cap	PB	CE	20,7660	30,3376	39,8975	49,4573	59,0172	68,5770	78,1368	87,6970	97,2569	106,8169	116,3767	125,9369	135,4966	145,0568	154,6165	14,3392
Cap	PB	DF	40,8044	70,4192	100,0207	129,6218	159,2226	188,8238	218,4248	248,0260	277,6267	307,2278	336,8292	366,4299	396,0310	425,6322	455,2331	44,4009
Cap	PB	ES	38,7572	66,3254	93,8792	121,4332	148,9873	176,5412	204,0949	231,6489	259,2032	286,7568	314,3110	341,8646	369,4186	396,9726	424,5264	41,3303

Cap	PB	GO	39,9629	68,7614	97,5438	126,3258	155,1079	183,8903	212,6724	241,4547	270,2370	299,0193	327,8013	356,5835	385,3658	414,1481	442,9303	43,1726
Cap	PB	MA	30,9783	50,7878	70,5833	90,3787	110,1740	129,9699	149,7649	169,5607	189,3558	209,1511	228,9468	248,7422	268,5376	288,3330	308,1289	29,6925
Cap	PB	MG	41,0546	70,9314	100,7985	130,6657	160,5327	190,3999	220,2669	250,1344	280,0015	309,8686	339,7354	369,6030	399,4700	429,3372	459,2043	44,8002
Cap	PB	MS	47,6279	84,0531	120,4708	156,8888	193,3069	229,7247	266,1426	302,5605	338,9781	375,3962	411,8139	448,2319	484,6500	521,0677	557,4858	54,6263
Cap	PB	MT	53,5872	95,9673	138,3422	180,7174	223,0919	265,4672	307,8420	350,2169	392,5922	434,9669	477,3417	519,7164	562,0917	604,4665	646,8415	63,5616
Cap	PB	PA	38,8938	66,5912	94,2887	121,9859	149,6833	177,3804	205,0777	232,7751	260,4719	288,1693	315,8666	343,5640	371,2611	398,9584	426,6557	41,5452
Cap	PB	PE	17,8998	24,6257	31,3405	38,0548	44,7693	51,4839	58,1983	64,9129	71,6274	78,3416	85,0563	91,7708	98,4849	105,1997	111,9139	10,0712
Cap	PB	PI	26,0199	40,8593	55,6803	70,5015	85,3227	100,1435	114,9644	129,7854	144,6063	159,4271	174,2482	189,0694	203,8904	218,7113	233,5325	22,2310
Cap	PB	PR	55,9301	100,6962	145,4457	190,1954	234,9446	279,6944	324,4439	369,1934	413,9430	458,6928	503,4422	548,1918	592,9413	637,6910	682,4403	67,1237
Cap	PB	RJ	45,5355	79,8975	114,2477	148,5981	182,9484	217,2990	251,6493	285,9995	320,3498	354,6999	389,0502	423,4006	457,7509	492,1015	526,4518	51,5246
Cap	PB	RN	18,4911	25,7929	33,0804	40,3680	47,6557	54,9434	62,2311	69,5186	76,8066	84,0939	91,3819	98,6695	105,9571	113,2447	120,5323	10,9308
Cap	PB	RO	66,3247	121,4537	176,5820	231,7104	286,8391	341,9671	397,0953	452,2236	507,3523	562,4806	617,6092	672,7373	727,8658	782,9943	838,1227	82,6918
Cap	PB	RR	63,6179	116,0491	168,4754	220,9018	273,3279	325,7539	378,1802	430,6065	483,0326	535,4590	587,8851	640,3112	692,7376	745,1637	797,5898	78,6383
Cap	PB	RS	64,0046	116,8068	169,6014	222,3960	275,1908	327,9853	380,7800	433,5747	486,3694	539,1641	591,9586	644,7533	697,5483	750,3432	803,1376	79,1914
Cap	PB	SC	57,8633	104,5445	151,2186	197,8921	244,5662	291,2399	337,9140	384,5876	431,2614	477,9355	524,6092	571,2831	617,9569	664,6307	711,3046	70,0101
Cap	PB	SE	20,9249	30,6852	40,4297	50,1737	59,9179	69,6620	79,4064	89,1505	98,8948	108,6387	118,3832	128,1272	137,8711	147,6154	157,3597	14,6155
Cap	PB	SP	48,9924	86,8167	124,6264	162,4366	200,2466	238,0562	275,8664	313,6763	351,4863	389,2959	427,1059	464,9158	502,7258	540,5356	578,3454	56,7142
Cap	PB	TO	47,2638	83,3366	119,4066	155,4766	191,5464	227,6163	263,6860	299,7558	335,8259	371,8956	407,9656	444,0355	480,1051	516,1754	552,2451	54,1039
Int	PB	AC	80,4299	149,6420	218,8545	288,0672	357,2795	426,4919	495,7042	564,9167	634,1289	703,3414	772,5540	841,7664	910,9786	980,1911	1049,4034	103,8177
Int	PB	AL	21,4937	31,7703	42,0469	52,3233	62,5997	72,8761	83,1525	93,4289	103,7050	113,9817	124,2581	134,5346	144,8110	155,0876	165,3637	15,4139
Int	PB	AM	62,1084	112,9992	163,8900	214,7811	265,6720	316,5625	367,4535	418,3444	469,2352	520,1261	571,0172	621,9077	672,7989	723,6898	774,5804	76,3355
Int	PB	AP	48,5772	85,9365	123,2961	160,6558	198,0150	235,3748	272,7341	310,0938	347,4534	384,8127	422,1725	459,5320	496,8915	534,2513	571,6105	56,0384
Int	PB	BA	26,9800	42,7633	58,5464	74,3295	90,1125	105,8956	121,6790	137,4620	153,2449	169,0283	184,8115	200,5946	216,3778	232,1607	247,9440	23,6739
Int	PB	CE	23,1109	35,0048	46,8982	58,7920	70,6857	82,5793	94,4729	106,3663	118,2601	130,1538	142,0476	153,9412	165,8346	177,7283	189,6220	17,8396
Int	PB	DF	43,1520	75,0870	107,0219	138,9563	170,8910	202,8260	234,7604	266,6953	298,6302	330,5648	362,4995	394,4345	426,3693	458,3036	490,2383	47,9012
Int	PB	ES	41,1050	70,9926	100,8806	130,7679	160,6558	190,5432	220,4308	250,3182	280,2059	310,0938	339,9815	369,8692	399,7568	429,6442	459,5320	44,8308
Int	PB	GO	42,3127	73,4287	104,5445	135,6606	166,7767	197,8921	229,0081	260,1242	291,2399	322,3558	353,4717	384,5876	415,7039	446,8195	477,9355	46,6731
Int	PB	MA	33,3261	55,4552	77,5840	99,7133	121,8426	143,9719	166,1009	188,2300	210,3591	232,4883	254,6172	276,7464	298,8758	321,0050	343,1341	33,1930
Int	PB	MG	43,3980	75,5983	107,7993	140,0004	172,2014	204,4021	236,6031	268,8039	301,0049	333,2056	365,4064	397,6071	429,8080	462,0089	494,2100	48,3004
Int	PB	MS	49,9690	88,7207	127,4721	166,2238	204,9754	243,7268	282,4784	321,2302	359,9818	398,7331	437,4848	476,2361	514,9879	553,7394	592,4908	58,1268
Int	PB	MT	55,9260	100,6346	145,3433	190,0518	234,7604	279,4693	324,1780	368,8866	413,5950	458,3036	503,0122	547,7210	592,4296	637,1382	681,8468	67,0624
Int	PB	PA	41,2277	71,2589	101,2898	131,3207	161,3514	191,3826	221,4137	251,4446	281,4754	311,5064	341,5374	371,5680	401,5990	431,6299	461,6612	45,0455
Int	PB	PE	20,2453	29,2931	38,3415	47,3897	56,4378	65,4859	74,5343	83,5823	92,6305	101,6784	110,7270	119,7750	128,8230	137,8711	146,9195	13,5714
Int	PB	PI	28,3721	45,5268	62,6814	79,8361	96,9909	114,1456	131,3002	148,4547	165,6095	182,7644	199,9187	217,0736	234,2281	251,3828	268,5376	25,7313
Int	PB	PR	58,2801	105,3636	152,4469	199,5298	246,6132	293,6966	340,7799	387,8630	434,9464	482,0298	529,1127	576,1960	623,2793	670,3628	717,4461	70,6242
Int	PB	RJ	47,8808	84,5650	121,2492	157,9332	194,6170	231,3010	267,9852	304,6691	341,3531	378,0370	414,7209	451,4051	488,0891	524,7732	561,4567	55,0253
Int	PB	RN	20,8389	30,4598	40,0815	49,7030	59,3242	68,9455	78,5669	88,1883	97,8096	107,4308	117,0523	126,6736	136,2950	145,9168	155,5378	14,4314
Int	PB	RO	68,6591	126,1208	183,5831	241,0450	298,5074	355,9692	413,4315	470,8935	528,3555	585,8176	643,2794	700,7416	758,2037	815,6655	873,1278	86,1923
Int	PB	RR	65,9567	120,7167	175,4767	230,2365	284,9961	339,7562	394,5160	449,2761	504,0359	558,7958	613,5557	668,3155	723,0754	777,8353	832,5953	82,1392

Int	PB	RS	66,3460	121,4743	176,6026	231,7308	286,8594	341,9875	397,1160	452,2444	507,3726	562,5011	617,6296	672,7576	727,8862	783,0145	838,1430	82,6918
Int	PB	SC	60,2045	109,2121	158,2195	207,2271	256,2344	305,2421	354,2497	403,2573	452,2648	501,2724	550,2799	599,2874	648,2950	697,3025	746,3099	73,5108
Int	PB	SE	23,2749	35,3525	47,4305	59,5084	71,5863	83,6641	95,7420	107,8196	119,8979	131,9758	144,0537	156,1315	168,2094	180,2872	192,3651	18,1159
Int	PB	SP	51,3406	91,4839	131,6277	171,7713	211,9152	252,0587	292,2021	332,3459	372,4892	412,6332	452,7767	492,9200	533,0636	573,2074	613,3511	60,2145
Int	PB	TO	49,6005	88,0041	126,4075	164,8111	203,2149	241,6185	280,0218	318,4255	356,8291	395,2329	433,6362	472,0394	510,4434	548,8469	587,2505	57,6045
Cap	PE	AC	72,7614	134,3300	195,8859	257,4424	318,9987	380,5549	442,1111	503,6675	565,2237	626,7800	688,3362	749,8922	811,4487	873,0050	934,5613	92,3337
Cap	PE	AL	18,4227	25,6495	32,8753	40,1020	47,3282	54,5547	61,7808	69,0070	76,2332	83,4594	90,6856	97,9120	105,1381	112,3647	119,5908	10,8388
Cap	PE	AM	59,8195	108,4750	157,1142	205,7532	254,3922	303,0311	351,6704	400,3094	448,9486	497,5878	546,2268	594,8657	643,5046	692,1436	740,7828	72,9577
Cap	PE	AP	47,0822	82,9477	118,8129	154,6780	190,5432	226,4086	262,2738	298,1387	334,0037	369,8692	405,7340	441,5993	477,4646	513,3297	549,1950	53,7971
Cap	PE	BA	22,5625	33,9605	45,3425	56,7244	68,1062	79,4880	90,8701	102,2516	113,6337	125,0157	136,3976	147,7796	159,1613	170,5431	181,9249	17,0721
Cap	PE	CE	21,4253	31,6473	41,8625	52,0777	62,2924	72,5075	82,7226	92,9377	103,1527	113,3676	123,5827	133,7978	144,0127	154,2278	164,4430	15,3217
Cap	PE	DF	39,7810	68,3930	96,9909	125,5888	154,1868	182,7848	211,3828	239,9808	268,5785	297,1764	325,7745	354,3725	382,9703	411,5684	440,1664	42,8962
Cap	PE	ES	36,8238	62,4562	88,0860	113,7156	139,3454	164,9749	190,6047	216,2344	241,8643	267,4935	293,1233	318,7529	344,3827	370,0126	395,6421	38,4439
Cap	PE	GO	38,4389	65,6702	92,8966	120,1231	147,3492	174,5759	201,8021	229,0284	256,2554	283,4815	310,7082	337,9341	365,1608	392,3872	419,6136	40,8388
Cap	PE	MA	31,2967	51,4018	71,5042	91,6071	111,7096	131,8119	151,9144	172,0169	192,1194	212,2219	232,3246	252,4270	272,5297	292,6321	312,7345	30,1531
Cap	PE	MG	39,8264	68,4542	97,0728	125,6911	154,3098	182,9280	211,5465	240,1648	268,7833	297,4018	326,0203	354,6388	383,2570	411,8757	440,4941	42,9271
Cap	PE	MS	46,2629	81,3305	116,3973	151,4642	186,5310	221,5979	256,6646	291,7312	326,7981	361,8650	396,9314	431,9985	467,0653	502,1323	537,1990	52,5995
Cap	PE	MT	53,4735	95,7420	137,9943	180,2462	222,4983	264,7505	307,0027	349,2548	391,5070	433,7588	476,0112	518,2631	560,5155	602,7676	645,0195	63,3773
Cap	PE	PA	39,6899	68,1880	96,6839	125,1795	153,6750	182,1707	210,6664	239,1619	267,6574	296,1531	324,6485	353,1441	381,6399	410,1356	438,6310	42,7423
Cap	PE	PB	17,8998	24,6257	31,3405	38,0548	44,7693	51,4839	58,1983	64,9129	71,6274	78,3416	85,0563	91,7708	98,4849	105,1997	111,9139	10,0712
Cap	PE	PI	26,2472	41,3303	56,3968	71,4635	86,5301	101,5970	116,6633	131,7299	146,7968	161,8634	176,9300	191,9965	207,0633	222,1299	237,1967	22,5993
Cap	PE	PR	53,7693	96,3562	138,9356	181,5156	224,0954	266,6748	309,2546	351,8342	394,4137	436,9936	479,5731	522,1530	564,7323	607,3119	649,8917	63,8688
Cap	PE	RJ	43,1472	75,1072	107,0626	139,0175	170,9730	202,9284	234,8833	266,8386	298,7936	330,7490	362,7041	394,6593	426,6147	458,5699	490,5250	47,9321
Cap	PE	RN	19,7194	28,2698	36,8062	45,3425	53,8789	62,4155	70,9519	79,4880	88,0246	96,5606	105,0973	113,6337	122,1701	130,7065	139,2429	12,8040
Cap	PE	RO	70,0777	128,9867	187,8819	246,7770	305,6720	364,5669	423,4622	482,3573	541,2519	600,1471	659,0422	717,9373	776,8323	835,7275	894,6227	88,3420
Cap	PE	RR	64,7551	118,3216	171,8736	225,4260	278,9778	332,5300	386,0824	439,6342	493,1863	546,7385	600,2904	653,8426	707,3948	760,9466	814,4987	80,3276
Cap	PE	RS	62,9129	114,6367	166,3467	218,0563	269,7661	321,4758	373,1852	424,8953	476,6047	528,3145	580,0239	631,7338	683,4437	735,1533	786,8632	77,5639
Cap	PE	SC	55,6572	100,1024	144,5447	188,9875	233,4301	277,8723	322,3149	366,7574	411,2000	455,6426	500,0849	544,5277	588,9700	633,4126	677,8552	66,6627
Cap	PE	SE	20,7660	30,3376	39,8975	49,4573	59,0172	68,5770	78,1368	87,6970	97,2569	106,8169	116,3767	125,9369	135,4966	145,0568	154,6165	14,3392
Cap	PE	SP	47,6279	84,0531	120,4708	156,8888	193,3069	229,7247	266,1426	302,5605	338,9781	375,3962	411,8139	448,2319	484,6500	521,0677	557,4858	54,6263
Cap	PE	TO	46,0132	80,8188	115,6196	150,4200	185,2205	220,0212	254,8220	289,6228	324,4236	359,2242	394,0247	428,8255	463,6262	498,4269	533,2275	52,2002
Int	PE	AC	75,1072	138,9972	202,8872	266,7772	330,6671	394,5574	458,4469	522,3370	586,2269	650,1167	714,0067	777,8969	841,7867	905,6766	969,5669	95,8340
Int	PE	AL	20,7567	30,3171	39,8767	49,4367	58,9965	68,5567	78,1165	87,6767	97,2365	106,7963	116,3564	125,9163	135,4763	145,0362	154,5965	14,3392
Int	PE	AM	62,1698	113,1424	164,1151	215,0879	266,0609	317,0333	368,0063	418,9788	469,9516	520,9244	571,8972	622,8699	673,8427	724,8157	775,7883	76,4583
Int	PE	AP	49,4163	87,6148	125,8141	164,0128	202,2118	240,4104	278,6095	316,8084	355,0072	393,2061	431,4048	469,6038	507,8025	546,0016	584,2001	57,2977
Int	PE	BA	24,9125	38,6280	52,3436	66,0590	79,7747	93,4901	107,2057	120,9217	134,6367	148,3526	162,0680	175,7836	189,4994	203,2149	216,9303	20,5726
Int	PE	CE	23,7660	36,3148	48,8633	61,4124	73,9610	86,5097	99,0584	111,6072	124,1559	136,7045	149,2532	161,8022	174,3508	186,8993	199,4481	18,8224
Int	PE	DF	42,1286	73,0603	103,9919	134,9237	165,8551	196,7870	227,7188	258,6501	289,5820	320,5136	351,4453	382,3770	413,3083	444,2400	475,1720	46,3967
Int	PE	ES	39,1602	67,1237	95,0869	123,0504	151,0137	178,9770	206,9407	234,9038	262,8674	290,8307	318,7938	346,7576	374,7208	402,6839	430,6473	41,9443
Int	PE	GO	40,7773	70,3377	99,8975	129,4576	159,0179	188,5781	218,1379	247,6983	277,2582	306,8185	336,3785	365,9388	395,4988	425,0587	454,6188	44,3396
Int	PE	MA	33,6329	56,0695	78,5054	100,9418	123,3778	145,8143	168,2503	190,6867	213,1227	235,5593	257,9951	280,4317	302,8676	325,3038	347,7398	33,6539
Int	PE	MG	42,1696	73,1214	104,0739	135,0258	165,9782	196,9303	227,8823	258,8343	289,7866	320,7388	351,6909	382,6426	413,5950	444,5473	475,4995	46,4277
Int	PE	MS	48,5975	85,9978	123,3984	160,7989	198,1995	235,6000	273,0003	310,4010	347,8012	385,2016	422,6027	460,0028	497,4033	534,8039	572,2042	56,0999
Int	PE	MT	55,8239	100,4096	144,9954	189,5810	234,1669	278,7525	323,3386	367,9246	412,5100	457,0959	501,6819	546,2675	590,8532	635,4392	680,0246	66,8779
Int	PE	PA	42,0262	72,8557	103,6850	134,5142	165,3434	196,1729	227,0023	257,8314	288,6605	319,4901	350,3193	381,1486	411,9780	442,8075	473,6367	46,2433
Int	PE	PB	20,2453	29,2931	38,3415	47,3897	56,4378	65,4859	74,5343	83,5823	92,6305	101,6784	110,7270	119,7750	128,8230	137,8711	146,9195	13,5714
Int	PE	PI	28,5972	45,9977	63,3979	80,7982	98,1986	115,5990	132,9995	150,3996	167,7999	185,2004	202,6007	220,0010	237,4014	254,8017	272,2021	26,0998
Int	PE	PR	56,1104	101,0235	145,9370	190,8506	235,7638	280,6768	325,5902	370,5035	415,4168	460,3301	505,2438	550,1572	595,0702	639,9840	684,8972	67,3693
Int	PE	RJ	45,4856	79,7747	114,0636	148,3526	182,6414	216,9303	251,2192	285,5079	319,7972	354,0859	388,3747	422,6639	456,9526	491,2416	525,5305	51,4326
Int	PE	RN	22,0672	32,9370	43,8071	54,6774	65,5475	76,4177	87,2877	98,1578	109,0278	119,8979	130,7679	141,6381	152,5079	163,3784	174,2482	16,3048
Int	PE	RO	72,4255	133,6543	194,8832	256,1116	317,3404	378,5692	439,7979	501,0267	562,2553	623,4841	684,7129	745,9416	807,1701	868,3991	929,6278	91,8426
Int	PE	RR	67,1035	122,9889	178,8749	234,7604	290,6465	346,5320	402,4180	458,3036	514,1897	570,0753	625,9613	681,8468	737,7326	793,6186	849,5044	83,8278
Int	PE	RS	65,2607	119,3041	173,3475	227,3911	281,4343	335,4779	389,5213	443,5646	497,6081	551,6514	605,6948	659,7385	713,7816	767,8248	821,8683	81,0643
Int	PE	SC	57,9938	104,7696	151,5460	198,3221	245,0984	291,8745	338,6507	385,4269	432,2033	478,9793	525,7556	572,5319	619,3081	666,0841	712,8604	70,1635
Int	PE	SE	23,1109	35,0048	46,8982	58,7920	70,6857	82,5793	94,4729	106,3663	118,2601	130,1538	142,0476	153,9412	165,8346	177,7283	189,6220	17,8396
Int	PE	SP	49,9690	88,7207	127,4721	166,2238	204,9754	243,7268	282,4784	321,2302	359,9818	398,7331	437,4848	476,2361	514,9879	553,7394	592,4908	58,1268
Int	PE	TO	48,3518	85,4862	122,6204	159,7548	196,8893	234,0236	271,1580	308,2925	345,4266	382,5608	419,6955	456,8300	493,9640	531,0984	568,2328	55,7010
Cap	PI	AC	59,0459	106,9193	154,7803	202,6416	250,5027	298,3641	346,2250	394,0862	441,9474	489,8085	537,6697	585,5311	633,3922	681,2533	729,1141	71,7911
Cap	PI	AL	28,9314	46,6937	64,4421	82,1902	99,9384	117,6873	135,4355	153,1837	170,9319	188,6803	206,4287	224,1770	241,9257	259,6737	277,4222	26,6218
Cap	PI	AM	43,7615	76,3355	108,9052	141,4743	174,0436	206,6129	239,1824	271,7519	304,3209	336,8905	369,4597	402,0291	434,5983	467,1679	499,7372	48,8533
Cap	PI	AP	31,9338	52,6505	73,3672	94,0839	114,8004	135,5173	156,2338	176,9506	197,6670	218,3841	239,1005	259,8171	280,5338	301,2503	321,9669	31,0742
Cap	PI	BA	29,0678	46,9391	64,8105	82,6817	100,5528	118,4239	136,2950	154,1664	172,0377	189,9085	207,7797	225,6511	243,5221	261,3931	279,2645	26,8060
Cap	PI	CE	19,9016	28,5972	37,2770	45,9567	54,6365	63,3163	71,9955	80,6754	89,3551	98,0348	106,7146	115,3943	124,0740	132,7535	141,4331	13,0189
Cap	PI	DF	33,5714	55,9466	78,3212	100,6962	123,0709	145,4457	167,8203	190,1954	212,5700	234,9446	257,3197	279,6944	302,0692	324,4439	346,8187	33,5614
Cap	PI	ES	40,1899	69,2116	98,2192	127,2266	156,2338	185,2413	214,2486	243,2561	272,2635	301,2707	330,2782	359,2856	388,2930	417,3005	446,3077	43,5106
Cap	PI	GO	33,3666	55,5369	77,7071	99,8770	122,0475	144,2175	166,3877	188,5575	210,7278	232,8977	255,0679	277,2376	299,4078	321,5778	343,7484	33,2542
Cap	PI	MA	20,1744	29,1705	38,1573	47,1440	56,1306	65,1176	74,1043	83,0912	92,0777	101,0645	110,0515	119,0382	128,0249	137,0117	145,9985	13,4793
Cap	PI	MG	39,1439	67,1237	95,0869	123,0504	151,0137	178,9770	206,9407	234,9038	262,8674	290,8307	318,7938	346,7576	374,7208	402,6839	430,6473	41,9443
Cap	PI	MS	49,0610	86,9396	124,8109	162,6823	200,5534	238,4250	276,2964	314,1675	352,0386	389,9102	427,7815	465,6530	503,5242	541,3952	579,2669	56,8064
Cap	PI	MT	42,7832	74,3704	105,9571	137,5439	169,1306	200,7172	232,3042	263,8908	295,4774	327,0642	358,6510	390,2377	421,8241	453,4112	484,9979	47,3796
Cap	PI	PA	24,1548	37,1132	50,0711	63,0294	75,9876	88,9459	101,9038	114,8621	127,8202	140,7782	153,7364	166,6945	179,6526	192,6107	205,5689	19,4364
Cap	PI	PB	26,0199	40,8593	55,6803	70,5015	85,3227	100,1435	114,9644	129,7854	144,6063	159,4271	174,2482	189,0694	203,8904	218,7113	233,5325	22,2310
Cap	PI	PE	26,2472	41,3303	56,3968	71,4635	86,5301	101,5970	116,6633	131,7299	146,7968	161,8634	176,9300	191,9965	207,0633	222,1299	237,1967	22,5993
Cap	PI	PR	51,4721	91,7708	132,0577	172,3445	212,6315	252,9183	293,2053	333,4924	373,7792	414,0659	454,3529	494,6399	534,9267	575,2137	615,5003	60,4297
Cap	PI	RJ	45,1488	79,0991	113,0402	146,9807	180,9217	214,8628	248,8036	282,7448	316,6856	350,6264	384,5673	418,5082	452,4491	486,3899	520,3309	50,9105
Cap	PI	RN	24,8144	38,4644	52,0980	65,7318	79,3653	92,9992	106,6327	120,2662	133,9000	147,5337	161,1674	174,8011	188,4348	202,0684	215,7020	20,4499
Cap	PI	RO	51,6540	92,1188	132,5693	173,0201	213,4708	253,9216	294,3721	334,8226	375,2733	415,7240	456,1747	496,6252	537,0760	577,5269	617,9774	60,6755
Cap	PI	RR	47,9692	84,7491	121,5152	158,2811	195,0470	231,8124	268,5785	305,3443	342,1103	378,8762	415,6421	452,4082	489,1740	525,9399	562,7057	55,1481

Cap	PI	RS	60,7973	110,3994	160,0006	209,6018	259,2032	308,8042	358,4051	408,0065	457,6077	507,2088	556,8101	606,4113	656,0125	705,6138	755,2149	74,4012
Cap	PI	SC	55,3386	99,4883	143,6237	187,7591	231,8949	276,0300	320,1656	364,3009	408,4366	452,5718	496,7070	540,8427	584,9784	629,1135	673,2489	66,2022
Cap	PI	SE	36,8014	62,3948	87,9838	113,5724	139,1612	164,7496	190,3387	215,9271	241,5161	267,1045	292,6935	318,2822	343,8708	369,4597	395,0484	38,3827
Cap	PI	SP	47,4234	83,6436	119,8570	156,0699	192,2832	228,4965	264,7096	300,9230	337,1359	373,3489	409,5622	445,7754	481,9890	518,2016	554,4150	54,3188
Cap	PI	TO	40,9635	70,7471	100,5120	130,2765	160,0416	189,8061	219,5711	249,3359	279,1006	308,8656	338,6305	368,3950	398,1601	427,9250	457,6894	44,6464
Int	PI	AC	61,3920	111,5865	161,7814	211,9762	262,1712	312,3659	362,5609	412,7560	462,9506	513,1453	563,3403	613,5353	663,7300	713,9252	764,1199	75,2916
Int	PI	AL	31,2792	51,3609	71,4430	91,5249	111,6072	131,6891	151,7713	171,8532	191,9353	212,0175	232,0991	252,1813	272,2635	292,3454	312,4275	30,1223
Int	PI	AM	46,0998	81,0029	115,9060	150,8091	185,7119	220,6152	255,5180	290,4213	325,3240	360,2272	395,1302	430,0333	464,9367	499,8394	534,7425	52,3539
Int	PI	AP	34,2678	57,3179	80,3684	103,4186	126,4690	149,5194	172,5697	195,6198	218,6703	241,7206	264,7708	287,8212	310,8717	333,9218	356,9722	34,5748
Int	PI	BA	31,4017	51,6067	71,8113	92,0164	112,2213	132,4260	152,6308	172,8360	193,0409	213,2455	233,4506	253,6553	273,8601	294,0650	314,2701	30,3067
Int	PI	CE	22,2512	33,2643	44,2781	55,2913	66,3048	77,3182	88,3315	99,3451	110,3585	121,3719	132,3852	143,3985	154,4120	165,4255	176,4385	16,5194
Int	PI	DF	35,9053	60,6138	85,3227	110,0309	134,7392	159,4478	184,1559	208,8650	233,5735	258,2815	282,9900	307,6987	332,4070	357,1156	381,8243	37,0622
Int	PI	ES	42,5382	73,8790	105,2200	136,5613	167,9023	199,2435	230,5844	261,9255	293,2668	324,6078	355,9487	387,2900	418,6309	449,9720	481,3131	47,0109
Int	PI	GO	35,7006	60,2045	84,7081	109,2121	133,7156	158,2195	182,7232	207,2271	231,7308	256,2344	280,7381	305,2421	329,7459	354,2497	378,7535	36,7548
Int	PI	MA	22,5172	33,8378	45,1583	56,4787	67,7991	79,1197	90,4401	101,7605	113,0811	124,4015	135,7220	147,0425	158,3628	169,6833	181,0036	16,9800
Int	PI	MG	41,4940	71,7911	102,0881	132,3852	162,6823	192,9794	223,2765	253,5736	283,8705	314,1675	344,4646	374,7615	405,0587	435,3556	465,6530	45,4449
Int	PI	MS	51,4018	91,6071	131,8119	172,0169	212,2219	252,4270	292,6321	332,8371	373,0422	413,2471	453,4520	493,6571	533,8622	574,0671	614,2724	60,3067
Int	PI	MT	45,1174	79,0379	112,9583	146,8786	180,7992	214,7195	248,6399	282,5602	316,4806	350,4010	384,3216	418,2419	452,1622	486,0827	520,0035	50,8799
Int	PI	PA	26,4887	41,7807	57,0722	72,3640	87,6558	102,9479	118,2399	133,5318	148,8235	164,1151	179,4070	194,6987	209,9906	225,2822	240,5743	22,9371
Int	PI	PB	28,3721	45,5268	62,6814	79,8361	96,9909	114,1456	131,3002	148,4547	165,6095	182,7644	199,9187	217,0736	234,2281	251,3828	268,5376	25,7313
Int	PI	PE	28,5972	45,9977	63,3979	80,7982	98,1986	115,5990	132,9995	150,3996	167,7999	185,2004	202,6007	220,0010	237,4014	254,8017	272,2021	26,0998
Int	PI	PR	53,8174	96,4380	139,0584	181,6793	224,3001	266,9204	309,5410	352,1615	394,7820	437,4029	480,0234	522,6442	565,2648	607,8853	650,5057	63,9303
Int	PI	RJ	47,4920	83,7668	120,0409	156,3158	192,5904	228,8647	265,1394	301,4141	337,6885	373,9635	410,2379	446,5126	482,7871	519,0615	555,3361	54,4111
Int	PI	RN	27,1642	43,1317	59,0988	75,0664	91,0339	107,0012	122,9684	138,9356	154,9032	170,8705	186,8381	202,8055	218,7729	234,7400	250,7075	23,9503
Int	PI	RO	54,0017	96,7863	139,5704	182,3548	225,1392	267,9237	310,7082	353,4922	396,2767	439,0609	481,8451	524,6298	567,4143	610,1985	652,9827	64,1757
Int	PI	RR	50,3169	89,4169	128,5163	167,6158	206,7153	245,8147	284,9143	324,0143	363,1138	402,2133	441,3128	480,4123	519,5121	558,6115	597,7111	58,6487
Int	PI	RS	63,1317	115,0668	167,0015	218,9364	270,8713	322,8063	374,7412	426,6761	478,6110	530,5458	582,4808	634,4158	686,3506	738,2855	790,2202	77,9016
Int	PI	SC	57,6867	104,1555	150,6247	197,0942	243,5632	290,0323	336,5013	382,9703	429,4396	475,9089	522,3778	568,8472	615,3164	661,7852	708,2545	69,7028
Int	PI	SE	39,1398	67,0624	94,9847	122,9072	150,8293	178,7520	206,6742	234,5968	262,5192	290,4417	318,3643	346,2863	374,2088	402,1314	430,0537	41,8828
Int	PI	SP	49,7644	88,3112	126,8579	165,4046	203,9518	242,4987	281,0454	319,5922	358,1392	396,6862	435,2327	473,7801	512,3268	550,8734	589,4204	57,8197
Int	PI	TO	43,3159	75,4145	107,5130	139,6113	171,7100	203,8083	235,9068	268,0054	300,1041	332,2024	364,3009	396,3994	428,4980	460,5965	492,6951	48,1472
Cap	PR	AC	55,3160	99,4268	143,5214	187,6160	231,7104	275,8049	319,8994	363,9939	408,0884	452,1829	496,2774	540,3720	584,4662	628,5609	672,6553	66,1411
Cap	PR	AL	50,4483	89,7031	128,9461	168,1889	207,4319	246,6747	285,9174	325,1605	364,4030	403,6463	442,8889	482,1318	521,3749	560,6179	599,8607	58,8638
Cap	PR	AM	57,8633	104,5445	151,2186	197,8921	244,5662	291,2399	337,9140	384,5876	431,2614	477,9355	524,6092	571,2831	617,9569	664,6307	711,3046	70,0101
Cap	PR	AP	64,4821	117,7689	171,0546	224,3410	277,6267	330,9129	384,1989	437,4848	490,7706	544,0567	597,3427	650,6289	703,9145	757,2007	810,4867	79,9284
Cap	PR	BA	41,6915	72,1800	102,6612	133,1429	163,6239	194,1052	224,5865	255,0679	285,5490	316,0303	346,5117	376,9932	407,4742	437,9557	468,4367	45,7209
Cap	PR	CE	57,7499	104,3194	150,8704	197,4217	243,9725	290,5234	337,0747	383,6256	430,1765	476,7277	523,2787	569,8296	616,3805	662,9318	709,4826	69,8257
Cap	PR	DF	29,4317	47,6557	65,8748	84,0939	102,3132	120,5323	138,7517	156,9707	175,1900	193,4091	211,6282	229,8476	248,0669	266,2859	284,5051	27,3280
Cap	PR	ES	29,1587	47,1440	65,1176	83,0912	101,0645	119,0382	137,0117	154,9853	172,9586	190,9322	208,9058	226,8793	244,8528	262,8262	280,7998	26,9595
Cap	PR	GO	29,4545	47,7173	65,9773	84,2373	102,4976	120,7575	139,0175	157,2780	175,5381	193,7979	212,0582	230,3181	248,5785	266,8386	285,0987	27,3895
Cap	PR	MA	55,5663	99,9592	144,3399	188,7214	233,1024	277,4837	321,8646	366,2456	410,6269	455,0077	499,3891	543,7700	588,1513	632,5324	676,9133	66,5712
Cap	PR	MG	25,0647	38,9553	52,8352	66,7144	80,5936	94,4729	108,3520	122,2315	136,1113	149,9900	163,8696	177,7490	191,6281	205,5076	219,3868	20,8180
Cap	PR	MS	25,9291	40,6750	55,4142	70,1534	84,8927	99,6313	114,3707	129,1099	143,8488	158,5880	173,3271	188,0663	202,8055	217,5446	232,2836	22,1081
Cap	PR	MT	32,8662	54,5547	76,2332	97,9120	119,5908	141,2695	162,9484	184,6271	206,3061	227,9845	249,6635	271,3420	293,0209	314,6999	336,3785	32,5175
Cap	PR	PA	56,2258	101,2693	146,3057	191,3417	236,3777	281,4137	326,4502	371,4863	416,5225	461,5590	506,5950	551,6309	596,6670	641,7034	686,7395	67,5535
Cap	PR	PB	55,9301	100,6962	145,4457	190,1954	234,9446	279,6944	324,4439	369,1934	413,9430	458,6928	503,4422	548,1918	592,9413	637,6910	682,4403	67,1237
Cap	PR	PE	53,7693	96,3562	138,9356	181,5156	224,0954	266,6748	309,2546	351,8342	394,4137	436,9936	479,5731	522,1530	564,7323	607,3119	649,8917	63,8688
Cap	PR	PI	51,4721	91,7708	132,0577	172,3445	212,6315	252,9183	293,2053	333,4924	373,7792	414,0659	454,3529	494,6399	534,9267	575,2137	615,5003	60,4297
Cap	PR	RJ	22,1303	33,0804	44,0120	54,9434	65,8748	76,8066	87,7378	98,6695	109,6012	120,5323	131,4639	142,3953	153,3269	164,2585	175,1900	16,3965
Cap	PR	RN	57,1584	103,1118	149,0485	194,9854	240,9223	286,8594	332,7962	378,7328	424,6698	470,6069	516,5439	562,4806	608,4175	654,3544	700,2912	68,9046
Cap	PR	RO	51,9043	92,6305	133,3474	174,0642	214,7811	255,4975	296,2144	336,9313	377,6480	418,3649	459,0816	499,7985	540,5153	581,2320	621,9487	61,0746
Cap	PR	RR	67,9171	124,6475	181,3724	238,0970	294,8223	351,5474	408,2727	464,9979	521,7230	578,4481	635,1730	691,8982	748,6232	805,3485	862,0736	85,0870
Cap	PR	RS	20,0835	28,9863	37,8707	46,7551	55,6395	64,5240	73,4080	82,2930	91,1772	100,0615	108,9459	117,8299	126,7146	135,5990	144,4834	13,3260
Cap	PR	SC	19,1735	27,1642	35,1479	43,1317	51,1152	59,0988	67,0831	75,0664	83,0502	91,0339	99,0175	107,0012	114,9850	122,9684	130,9523	11,9747
Cap	PR	SE	46,2404	81,2692	116,2950	151,3211	186,3465	221,3724	256,3984	291,4242	326,4502	361,4761	396,5017	431,5276	466,5536	501,5795	536,6055	52,5380
Cap	PR	SP	19,2644	27,3280	35,3731	43,4182	51,4631	59,5084	67,5535	75,5983	83,6436	91,6888	99,7339	107,7791	115,8241	123,8691	131,9143	12,0669
Cap	PR	TO	37,1195	63,0497	88,9661	114,8826	140,7986	166,7151	192,6313	218,5475	244,4638	270,3801	296,2965	322,2125	348,1287	374,0452	399,9612	38,8738
Int	PR	AC	57,6660	104,0941	150,5222	196,9506	243,3790	289,8070	336,2354	382,6632	429,0916	475,5200	521,9481	568,3763	614,8044	661,2324	707,6608	69,6414
Int	PR	AL	52,7942	94,3706	135,9473	177,5236	219,1002	260,6769	302,2535	343,8296	385,4066	426,9832	468,5597	510,1364	551,7127	593,2894	634,8658	62,3642
Int	PR	AM	60,2045	109,2121	158,2195	207,2271	256,2344	305,2421	354,2497	403,2573	452,2648	501,2724	550,2799	599,2874	648,2950	697,3025	746,3099	73,5108
Int	PR	AP	66,8167	122,4362	178,0558	233,6757	289,2951	344,9151	400,5346	456,1543	511,7740	567,3938	623,0133	678,6330	734,2526	789,8724	845,4921	83,4290
Int	PR	BA	44,0324	76,8475	109,6626	142,4775	175,2924	208,1073	240,9223	273,7373	306,5525	339,3674	372,1825	404,9971	437,8122	470,6272	503,4422	49,2218
Int	PR	CE	60,1021	108,9869	157,8715	206,7563	255,6408	304,5258	353,4105	402,2952	451,1799	500,0647	548,9492	597,8341	646,7187	695,6033	744,4880	73,3263
Int	PR	DF	31,7703	52,3233	72,8761	93,4289	113,9817	134,5346	155,0876	175,6403	196,1932	216,7461	237,2991	257,8518	278,4048	298,9578	319,5101	30,8286
Int	PR	ES	31,5044	51,8113	72,1185	92,4257	112,7330	133,0402	153,3475	173,6549	193,9619	214,2690	234,5761	254,8835	275,1908	295,4978	315,8050	30,4598
Int	PR	GO	31,7907	52,3845	72,9786	93,5720	114,1659	134,7598	155,3538	175,9474	196,5411	217,1353	237,7288	258,3225	278,9166	299,5103	320,1040	30,8899
Int	PR	MA	57,9117	104,6265	151,3413	198,0563	244,7710	291,4856	338,2006	384,9152	431,6299	478,3446	525,0598	571,7744	618,4892	665,2038	711,9186	70,0716
Int	PR	MG	27,4099	43,6231	59,8358	76,0492	92,2621	108,4750	124,6883	140,9010	157,1142	173,3271	189,5401	205,7532	221,9661	238,1790	254,3922	24,3184
Int	PR	MS	28,2698	45,3425	62,4155	79,4880	96,5606	113,6337	130,7065	147,7796	164,8520	181,9249	198,9978	216,0706	233,1434	250,2162	267,2891	25,6085
Int	PR	MT	35,2093	59,2219	83,2343	107,2469	131,2595	155,2716	179,2842	203,2967	227,3092	251,3217	275,3341	299,3468	323,3590	347,3716	371,3839	36,0181
Int	PR	PA	58,5667	105,9368	153,3065	200,6763	248,0462	295,4159	342,7859	390,1557	437,5256	484,8954	532,2654	579,6353	627,0050	674,3750	721,7447	71,0542
Int	PR	PB	58,2801	105,3636	152,4469	199,5298	246,6132	293,6966	340,7799	387,8630	434,9464	482,0298	529,1127	576,1960	623,2793	670,3628	717,4461	70,6242
Int	PR	PE	56,1104	101,0235	145,9370	190,8506	235,7638	280,6768	325,5902	370,5035	415,4168	460,3301	505,2438	550,1572	595,0702	639,9840	684,8972	67,3693
Int	PR	PI	53,8174	96,4380	139,0584	181,6793	224,3001	266,9204	309,5410	352,1615	394,7820	437,4029	480,0234	522,6442	565,2648	607,8853	650,5057	63,9303
Int	PR	RJ	24,4822	37,7478	51,0129	64,2782	77,5432	90,8089	104,0739	117,3389	130,6042	143,8694	157,1346	170,3999	183,6648	196,9303	210,1953	19,8972
Int	PR	RN	59,5084	107,7791	156,0494	204,3202	252,5907	300,8615	349,1318	397,4024	445,6731	493,9436	542,2144	590,4848	638,7552	687,0262	735,2967	72,4051
Int	PR	RO	54,2475	97,2979	140,3482	183,3987	226,4493	269,4999	312,5503	355,6010	398,6514	441,7016	484,7520	527,8029	570,8531	613,9037	656,9543	64,5751
Int	PR	RR	70,2557	129,3144	188,3734	247,4324	306,4908	365,5499	424,6084	483,6671	542,7264	601,7850	660,8437	719,9025	778,9613	838,0198	897,0787	88,5872

Int	PR	RS	22,4356	33,6539	44,8716	56,0898	67,3079	78,5262	89,7439	100,9624	112,1805	123,3984	134,6164	145,8346	157,0524	168,2708	179,4888	16,8262
Int	PR	SC	21,5141	31,8316	42,1490	52,4665	62,7837	73,1011	83,4188	93,7358	104,0531	114,3707	124,6883	135,0053	145,3229	155,6402	165,9579	15,4751
Int	PR	SE	48,5772	85,9365	123,2961	160,6558	198,0150	235,3748	272,7341	310,0938	347,4534	384,8127	422,1725	459,5320	496,8915	534,2513	571,6105	56,0384
Int	PR	SP	21,6167	31,9954	42,3743	52,7530	63,1317	73,5108	83,8893	94,2681	104,6470	115,0258	125,4045	135,7836	146,1620	156,5411	166,9197	15,5675
Int	PR	TO	39,4675	67,7173	95,9673	124,2172	152,4672	180,7174	208,9673	237,2170	265,4672	293,7170	321,9669	350,2169	378,4666	406,7170	434,9669	42,3743
Cap	RJ	AC	62,1623	113,1219	164,0744	215,0267	265,9787	316,9312	367,8834	418,8358	469,7880	520,7401	571,6923	622,6447	673,5968	724,5494	775,5017	76,4278
Cap	RJ	AL	40,0766	68,9660	97,8505	126,7351	155,6198	184,5042	213,3888	242,2732	271,1580	300,0423	328,9272	357,8118	386,6962	415,5806	444,4654	43,3261
Cap	RJ	AM	59,1597	107,1241	155,0876	203,0510	251,0147	298,9782	346,9415	394,9051	442,8685	490,8320	538,7959	586,7593	634,7225	682,6863	730,6497	71,9445
Cap	RJ	AP	60,5471	109,9080	159,2635	208,6191	257,9747	307,3301	356,6857	406,0413	455,3969	504,7525	554,1078	603,4635	652,8191	702,1746	751,5302	74,0326
Cap	RJ	BA	31,8428	52,5074	73,1627	93,8179	114,4731	135,1283	155,7836	176,4385	197,0942	217,7490	238,4044	259,0595	279,7149	300,3700	321,0254	30,9821
Cap	RJ	CE	49,3565	87,5130	125,6502	163,7877	201,9250	240,0624	278,2000	316,3373	354,4748	392,6124	430,7498	468,8872	507,0248	545,1621	583,2997	57,2054
Cap	RJ	DF	26,5659	41,9443	57,3179	72,6916	88,0656	103,4393	118,8129	134,1868	149,5603	164,9341	180,3078	195,6815	211,0554	226,4289	241,8027	23,0598
Cap	RJ	ES	19,8333	28,4748	37,1132	45,7520	54,3907	63,0294	71,6681	80,3069	88,9459	97,5844	106,2235	114,8621	123,5008	132,1394	140,7782	12,9574
Cap	RJ	GO	27,0664	42,9271	58,7718	74,6160	90,4605	106,3051	122,1497	137,9943	153,8390	169,6833	185,5277	201,3724	217,2170	233,0616	248,9059	23,7660
Cap	RJ	MA	49,7207	88,2496	126,7759	165,3025	203,8290	242,3554	280,8817	319,4082	357,9342	396,4610	434,9875	473,5137	512,0402	550,5663	589,0928	57,7891
Cap	RJ	MG	20,4699	29,7437	39,0169	48,2900	57,5635	66,8371	76,1103	85,3838	94,6571	103,9304	113,2039	122,4773	131,7506	141,0240	150,2972	13,9092
Cap	RJ	MS	26,9751	42,7633	58,5464	74,3295	90,1125	105,8956	121,6790	137,4620	153,2449	169,0283	184,8115	200,5946	216,3778	232,1607	247,9440	23,6739
Cap	RJ	MT	38,5753	65,9773	93,3674	120,7575	148,1481	175,5381	202,9284	230,3181	257,7087	285,0987	312,4889	339,8791	367,2692	394,6593	422,0495	41,0845
Cap	RJ	PA	52,7683	94,3499	135,9268	177,5032	219,0798	260,6562	302,2330	343,8095	385,3860	426,9627	468,5391	510,1157	551,6925	593,2687	634,8456	62,3642
Cap	RJ	PB	45,5355	79,8975	114,2477	148,5981	182,9484	217,2990	251,6493	285,9995	320,3498	354,6999	389,0502	423,4006	457,7509	492,1015	526,4518	51,5246
Cap	RJ	PE	43,1472	75,1072	107,0626	139,0175	170,9730	202,9284	234,8833	266,8386	298,7936	330,7490	362,7041	394,6593	426,6147	458,5699	490,5250	47,9321
Cap	RJ	PI	45,1488	79,0991	113,0402	146,9807	180,9217	214,8628	248,8036	282,7448	316,6856	350,6264	384,5673	418,5082	452,4491	486,3899	520,3309	50,9105
Cap	RJ	PR	22,1303	33,0804	44,0120	54,9434	65,8748	76,8066	87,7378	98,6695	109,6012	120,5323	131,4639	142,3953	153,3269	164,2585	175,1900	16,3965
Cap	RJ	RN	47,2638	83,3366	119,4066	155,4766	191,5464	227,6163	263,6860	299,7558	335,8259	371,8956	407,9656	444,0355	480,1051	516,1754	552,2451	54,1039
Cap	RJ	RO	55,7481	100,3070	144,8520	189,3968	233,9416	278,4867	323,0316	367,5765	412,1212	456,6660	501,2108	545,7559	590,3010	634,8456	679,3903	66,8167
Cap	RJ	RR	66,7337	122,2725	177,8102	233,3480	288,8857	344,4238	399,9612	455,4993	511,0369	566,5749	622,1126	677,6502	733,1882	788,7259	844,2636	83,3057
Cap	RJ	RS	30,3641	49,5595	68,7408	87,9223	107,1036	126,2848	145,4662	164,6472	183,8286	203,0100	222,1914	241,3729	260,5540	279,7354	298,9166	28,7712
Cap	RJ	SC	23,1996	35,2295	47,2463	59,2628	71,2791	83,2956	95,3121	107,3286	119,3450	131,3614	143,3782	155,3947	167,4111	179,4275	191,4439	18,0239
Cap	RJ	SE	36,8014	62,3948	87,9838	113,5724	139,1612	164,7496	190,3387	215,9271	241,5161	267,1045	292,6935	318,2822	343,8708	369,4597	395,0484	38,3827
Cap	RJ	SP	19,9016	28,5972	37,2770	45,9567	54,6365	63,3163	71,9955	80,6754	89,3551	98,0348	106,7146	115,3943	124,0740	132,7535	141,4331	13,0189
Cap	RJ	TO	34,4811	57,7891	81,0847	104,3807	127,6769	150,9730	174,2689	197,5644	220,8609	244,1565	267,4528	290,7488	314,0448	337,3406	360,6364	34,9433
Int	RJ	AC	64,5036	117,7894	171,0752	224,3613	277,6472	330,9333	384,2192	437,5052	490,7911	544,0772	597,3631	650,6493	703,9350	757,2210	810,5071	79,9284
Int	RJ	AL	42,4152	73,6334	104,8515	136,0701	167,2881	198,5065	229,7247	260,9430	292,1611	323,3797	354,5975	385,8161	417,0340	448,2524	479,4707	46,8266
Int	RJ	AM	61,4942	111,7918	162,0885	212,3857	262,6832	312,9802	363,2773	413,5747	463,8719	514,1690	564,4663	614,7635	665,0607	715,3581	765,6550	75,4450
Int	RJ	AP	62,8858	114,5753	166,2647	217,9537	269,6430	321,3325	373,0217	424,7108	476,4000	528,0895	579,7785	631,4679	683,1570	734,8461	786,5356	77,5330
Int	RJ	BA	34,1860	57,1746	80,1636	103,1527	126,1415	149,1302	172,1194	195,1083	218,0972	241,0859	264,0750	287,0640	310,0526	333,0416	356,0307	34,4827
Int	RJ	CE	51,7091	92,1801	132,6511	173,1224	213,5935	254,0646	294,5358	335,0073	375,4781	415,9492	456,4202	496,8915	537,3627	577,8336	618,3050	60,7062
Int	RJ	DF	28,9043	46,6118	64,3191	82,0266	99,7339	117,4411	135,1486	152,8560	170,5636	188,2709	205,9784	223,6856	241,3933	259,1005	276,8077	26,5605
Int	RJ	ES	22,1695	33,1418	44,1143	55,0868	66,0590	77,0316	88,0041	98,9764	109,9488	120,9217	131,8940	142,8663	153,8390	164,8111	175,7836	16,4581
Int	RJ	GO	29,4160	47,5944	65,7725	83,9506	102,1290	120,3071	138,4855	156,6636	174,8419	193,0203	211,1985	229,3766	247,5549	265,7333	283,9113	27,2665
Int	RJ	MA	52,0572	92,9172	133,7773	174,6371	215,4975	256,3573	297,2174	338,0777	378,9378	419,7980	460,6578	501,5181	542,3781	583,2382	624,0984	61,2894
Int	RJ	MG	22,8039	34,4110	46,0182	57,6254	69,2318	80,8394	92,4461	104,0531	115,6605	127,2673	138,8744	150,4812	162,0885	173,6956	185,3027	17,4096
Int	RJ	MS	29,3138	47,4305	65,5475	83,6641	101,7808	119,8979	138,0146	156,1315	174,2482	192,3651	210,4821	228,5988	246,7156	264,8320	282,9490	27,1746
Int	RJ	MT	40,9207	70,6448	100,3686	130,0925	159,8162	189,5401	219,2641	248,9879	278,7118	308,4356	338,1595	367,8834	397,6071	427,3310	457,0548	44,5852
Int	RJ	PA	55,1074	99,0175	142,9279	186,8381	230,7482	274,6583	318,5688	362,4790	406,3893	450,2998	494,2100	538,1203	582,0305	625,9406	669,8509	65,8646
Int	RJ	PB	47,8808	84,5650	121,2492	157,9332	194,6170	231,3010	267,9852	304,6691	341,3531	378,0370	414,7209	451,4051	488,0891	524,7732	561,4567	55,0253
Int	RJ	PE	45,4856	79,7747	114,0636	148,3526	182,6414	216,9303	251,2192	285,5079	319,7972	354,0859	388,3747	422,6639	456,9526	491,2416	525,5305	51,4326
Int	RJ	PI	47,4920	83,7668	120,0409	156,3158	192,5904	228,8647	265,1394	301,4141	337,6885	373,9635	410,2379	446,5126	482,7871	519,0615	555,3361	54,4111
Int	RJ	PR	24,4822	37,7478	51,0129	64,2782	77,5432	90,8089	104,0739	117,3389	130,6042	143,8694	157,1346	170,3999	183,6648	196,9303	210,1953	19,8972
Int	RJ	RN	49,6005	88,0041	126,4075	164,8111	203,2149	241,6185	280,0218	318,4255	356,8291	395,2329	433,6362	472,0394	510,4434	548,8469	587,2505	57,6045
Int	RJ	RO	58,0961	104,9747	151,8532	198,7316	245,6102	292,4885	339,3674	386,2460	433,1246	480,0029	526,8812	573,7602	620,6388	667,5170	714,3958	70,3172
Int	RJ	RR	69,0686	126,9400	184,8115	242,6828	300,5543	358,4256	416,2976	474,1688	532,0403	589,9115	647,7830	705,6547	763,5261	821,3977	879,2691	86,8064
Int	RJ	RS	32,7119	54,2273	75,7418	97,2569	118,7721	140,2870	161,8022	183,3168	204,8318	226,3469	247,8622	269,3769	290,8919	312,4071	333,9218	32,2718
Int	RJ	SC	25,5469	39,8975	54,2475	68,5976	82,9477	97,2979	111,6482	125,9981	140,3482	154,6987	169,0489	183,3987	197,7489	212,0990	226,4493	21,5246
Int	RJ	SE	39,1398	67,0624	94,9847	122,9072	150,8293	178,7520	206,6742	234,5968	262,5192	290,4417	318,3643	346,2863	374,2088	402,1314	430,0537	41,8828
Int	RJ	SP	22,2512	33,2643	44,2781	55,2913	66,3048	77,3182	88,3315	99,3451	110,3585	121,3719	132,3852	143,3985	154,4120	165,4255	176,4385	16,5194
Int	RJ	TO	36,8267	62,4562	88,0860	113,7156	139,3454	164,9749	190,6047	216,2344	241,8643	267,4935	293,1233	318,7529	344,3827	370,0126	395,6421	38,4439
Cap	RN	AC	74,8769	138,5672	202,2525	265,9381	329,6231	393,3083	456,9937	520,6788	584,3638	648,0494	711,7348	775,4199	839,1049	902,7901	966,4754	95,5273
Cap	RN	AL	20,6065	30,0303	39,4469	48,8633	58,2801	67,6969	77,1135	86,5301	95,9467	105,3636	114,7802	124,1965	133,6135	143,0301	152,4469	14,1243
Cap	RN	AM	58,0227	104,8515	151,6688	198,4858	245,3030	292,1203	338,9373	385,7547	432,5717	479,3891	526,2058	573,0232	619,8403	666,6576	713,4747	70,2250
Cap	RN	AP	44,5572	77,9322	111,2998	144,6675	178,0356	211,4030	244,7710	278,1386	311,5064	344,8741	378,2418	411,6095	444,9772	478,3446	511,7125	50,0509
Cap	RN	BA	26,1111	41,0437	55,9668	70,8904	85,8137	100,7371	115,6605	130,5839	145,5072	160,4305	175,3538	190,2773	205,2007	220,1236	235,0472	22,3843
Cap	RN	CE	19,8106	28,4127	37,0107	45,6087	54,2064	62,8043	71,4020	80,0000	88,5979	97,1956	105,7934	114,3909	122,9889	131,5868	140,1844	12,8961
Cap	RN	DF	41,4868	71,7911	102,0881	132,3852	162,6823	192,9794	223,2765	253,5736	283,8705	314,1675	344,4646	374,7615	405,0587	435,3556	465,6530	45,4449
Cap	RN	ES	40,8044	70,4192	100,0207	129,6218	159,2226	188,8238	218,4248	248,0260	277,6267	307,2278	336,8292	366,4299	396,0310	425,6322	455,2331	44,4009
Cap	RN	GO	40,2131	69,2525	98,2805	127,3083	156,3365	185,3641	214,3918	243,4198	272,4476	301,4753	330,5034	359,5312	388,5589	417,5871	446,6147	43,5410
Cap	RN	MA	28,7949	46,3866	63,9711	81,5557	99,1403	116,7250	134,3093	151,8941	169,4785	187,0629	204,6478	222,2322	239,8171	257,4015	274,9860	26,3763
Cap	RN	MG	42,8058	74,4320	106,0387	137,6462	169,2534	200,8608	232,4679	264,0750	295,6824	327,2894	358,8968	390,5038	422,1112	453,7182	485,3255	47,4101
Cap	RN	MS	49,9708	88,7616	127,5335	166,3057	205,0777	243,8496	282,6214	321,3939	360,1658	398,9377	437,7098	476,4818	515,2538	554,0260	592,7981	58,1574
Cap	RN	MT	50,1301	89,0481	127,9634	166,8787	205,7941	244,7094	283,6250	322,5399	361,4557	400,3708	439,2860	478,2017	517,1167	556,0324	594,9475	58,3725
Cap	RN	PA	37,8930	64,5854	91,2591	117,9328	144,6063	171,2799	197,9538	224,6275	251,3013	277,9749	304,6488	331,3223	357,9955	384,6697	411,3430	40,0099
Cap	RN	PB	18,4911	25,7929	33,0804	40,3680	47,6557	54,9434	62,2311	69,5186	76,8066	84,0939	91,3819	98,6695	105,9571	113,2447	120,5323	10,9308
Cap	RN	PE	19,7194	28,2698	36,8062	45,3425	53,8789	62,4155	70,9519	79,4880	88,0246	96,5606	105,0973	113,6337	122,1701	130,7065	139,2429	12,8040
Cap	RN	PI	24,8144	38,4644	52,0980	65,7318	79,3653	92,9992	106,6327	120,2662	133,9000	147,5337	161,1674	174,8011	188,4348	202,0684	215,7020	20,4499
Cap	RN	PR	57,1584	103,1118	149,0485	194,9854	240,9223	286,8594	332,7962	378,7328	424,6698	470,6069	516,5439	562,4806	608,4175	654,3544	700,2912	68,9046
Cap	RN	RJ	47,2638	83,3366	119,4066	155,4766	191,5464	227,6163	263,6860	299,7558	335,8259	371,8956	407,9656	444,0355	480,1051	516,1754	552,2451	54,1039
Cap	RN	RO	77,7655	144,3399	210,9118	277,4837	344,0552	410,6269	477,1985	543,7700	610,3417	676,9133	743,4848	810,0567	876,6286	943,2001	1009,7716	99,8569
Cap	RN	RR	61,9348	112,6718	163,3987	214,1257	264,8529	315,5799	366,3071	417,0340	467,7613	518,4886	569,2156	619,9426	670,6699	721,3969	772,1241	76,0899

Cap	RN	RS	64,0955	116,9909	169,8673	222,7442	275,6207	328,4975	381,3737	434,2505	487,1269	540,0034	592,8800	645,7566	698,6331	751,5096	804,3863	79,3142
Cap	RN	SC	60,0242	108,8844	157,7284	206,5720	255,4159	304,2595	353,1033	401,9470	450,7908	499,6347	548,4785	597,3222	646,1661	695,0096	743,8537	73,2649
Cap	RN	SE	24,2911	37,3997	50,5012	63,6026	76,7041	89,8055	102,9068	116,0083	129,1099	142,2115	155,3126	168,4139	181,5156	194,6170	207,7183	19,6515
Cap	RN	SP	51,9043	92,6305	133,3474	174,0642	214,7811	255,4975	296,2144	336,9313	377,6480	418,3649	459,0816	499,7985	540,5153	581,2320	621,9487	61,0746
Cap	RN	TO	48,9698	86,7759	124,5651	162,3547	200,1442	237,9336	275,7229	313,5126	351,3019	389,0914	426,8807	464,6702	502,4595	540,2490	578,0383	56,6833
Int	RN	AC	77,2157	143,2347	209,2539	275,2726	341,2915	407,3105	473,3296	539,3484	605,3672	671,3861	737,4051	803,4242	869,4428	935,4621	1001,4809	99,0275
Int	RN	AL	22,9473	34,6975	46,4478	58,1983	69,9485	81,6990	93,4495	105,1997	116,9500	128,7001	140,4505	152,2011	163,9513	175,7019	187,4521	17,6247
Int	RN	AM	60,3684	109,5193	158,6699	207,8207	256,9716	306,1223	355,2731	404,4240	453,5751	502,7258	551,8765	601,0276	650,1784	699,3291	748,4799	73,7257
Int	RN	AP	46,8982	82,5995	118,3011	154,0026	189,7038	225,4052	261,1068	296,8082	332,5096	368,2109	403,9125	439,6135	475,3151	511,0163	546,7180	53,5514
Int	RN	BA	28,4539	45,7110	62,9682	80,2249	97,4824	114,7391	131,9963	149,2532	166,5104	183,7672	201,0245	218,2815	235,5384	252,7956	270,0526	25,8849
Int	RN	CE	22,1489	33,0804	44,0120	54,9434	65,8748	76,8066	87,7378	98,6695	109,6012	120,5323	131,4639	142,3953	153,3269	164,2585	175,1900	16,3965
Int	RN	DF	43,8278	76,4583	109,0893	141,7200	174,3508	206,9814	239,6122	272,2430	304,8736	337,5043	370,1351	402,7661	435,3965	468,0275	500,6582	48,9455
Int	RN	ES	43,1520	75,0870	107,0219	138,9563	170,8910	202,8260	234,7604	266,6953	298,6302	330,5648	362,4995	394,4345	426,3693	458,3036	490,2383	47,9012
Int	RN	GO	42,5587	73,9200	105,2814	136,6432	168,0048	199,3661	230,7277	262,0893	293,4509	324,8124	356,1739	387,5355	418,8972	450,2585	481,6202	47,0416
Int	RN	MA	31,1358	51,0537	70,9722	90,8906	110,8087	130,7271	150,6450	170,5636	190,4819	210,4001	230,3181	250,2366	270,1551	290,0732	309,9913	29,8766
Int	RN	MG	45,1583	79,0991	113,0402	146,9807	180,9217	214,8628	248,8036	282,7448	316,6856	350,6264	384,5673	418,5082	452,4491	486,3899	520,3309	50,9105
Int	RN	MS	52,3233	93,4289	134,5346	175,6403	216,7461	257,8518	298,9578	340,0632	381,1691	422,2750	463,3806	504,4862	545,5921	586,6977	627,8036	61,6578
Int	RN	MT	52,4665	93,7157	134,9645	176,2137	217,4627	258,7113	299,9607	341,2098	382,4589	423,7078	464,9569	506,2061	547,4547	588,7039	629,9530	61,8729
Int	RN	PA	40,2453	69,2525	98,2601	127,2673	156,2748	185,2820	214,2897	243,2970	272,3044	301,3118	330,3192	359,3266	388,3338	417,3413	446,3490	43,5106
Int	RN	PB	20,8389	30,4598	40,0815	49,7030	59,3242	68,9455	78,5669	88,1883	97,8096	107,4308	117,0523	126,6736	136,2950	145,9168	155,5378	14,4314
Int	RN	PE	22,0672	32,9370	43,8071	54,6774	65,5475	76,4177	87,2877	98,1578	109,0278	119,8979	130,7679	141,6381	152,5079	163,3784	174,2482	16,3048
Int	RN	PI	27,1642	43,1317	59,0988	75,0664	91,0339	107,0012	122,9684	138,9356	154,9032	170,8705	186,8381	202,8055	218,7729	234,7400	250,7075	23,9503
Int	RN	PR	59,5084	107,7791	156,0494	204,3202	252,5907	300,8615	349,1318	397,4024	445,6731	493,9436	542,2144	590,4848	638,7552	687,0262	735,2967	72,4051
Int	RN	RJ	49,6005	88,0041	126,4075	164,8111	203,2149	241,6185	280,0218	318,4255	356,8291	395,2329	433,6362	472,0394	510,4434	548,8469	587,2505	57,6045
Int	RN	RO	80,1023	149,0076	217,9130	286,8182	355,7234	424,6288	493,5343	562,4398	631,3450	700,2504	769,1557	838,0608	906,9665	975,8718	1044,7770	103,3574
Int	RN	RR	64,2782	117,3389	170,3999	223,4604	276,5215	329,5822	382,6426	435,7038	488,7647	541,8255	594,8863	647,9471	701,0078	754,0687	807,1294	79,5906
Int	RN	RS	66,4480	121,6585	176,8685	232,0788	287,2891	342,4993	397,7098	452,9200	508,1300	563,3403	618,5505	673,7609	728,9713	784,1815	839,3918	82,8146
Int	RN	SC	62,3743	113,5520	164,7292	215,9066	267,0841	318,2618	369,4393	420,6167	471,7943	522,9716	574,1491	625,3265	676,5040	727,6814	778,8589	76,7657
Int	RN	SE	26,6318	42,0672	57,5021	72,9376	88,3726	103,8074	119,2427	134,6778	150,1131	165,5480	180,9836	196,4185	211,8537	227,2887	242,7238	23,1520
Int	RN	SP	54,2475	97,2979	140,3482	183,3987	226,4493	269,4999	312,5503	355,6010	398,6514	441,7016	484,7520	527,8029	570,8531	613,9037	656,9543	64,5751
Int	RN	TO	51,3201	91,4431	131,5663	171,6895	211,8125	251,9358	292,0587	332,1818	372,3051	412,4282	452,5514	492,6745	532,7976	572,9209	613,0441	60,1839
Cap	RO	AC	20,6523	30,0916	39,5287	48,9659	58,4031	67,8401	77,2776	86,7144	96,1513	105,5886	115,0258	124,4629	133,9000	143,3370	152,7743	14,1551
Cap	RO	AL	63,8453	116,4997	169,1509	221,8024	274,4540	327,1053	379,7565	432,4079	485,0593	537,7106	590,3620	643,0135	695,6650	748,3164	800,9675	78,9765
Cap	RO	AM	23,6998	36,1920	48,6796	61,1667	73,6538	86,1411	98,6286	111,1160	123,6031	136,0906	148,5777	161,0651	173,5524	186,0395	198,5267	18,7303
Cap	RO	AP	50,4029	89,6416	128,8640	168,0865	207,3090	246,5312	285,7537	324,9762	364,1987	403,4210	442,6433	481,8659	521,0882	560,3105	599,5330	58,8330
Cap	RO	BA	59,4781	107,7791	156,0699	204,3613	252,6521	300,9432	349,2342	397,5255	445,8163	494,1077	542,3985	590,6898	638,9805	687,2718	735,5628	72,4360
Cap	RO	CE	59,6828	108,1883	156,6842	205,1801	253,6759	302,1714	350,6673	399,1632	447,6587	496,1547	544,6504	593,1461	641,6418	690,1377	738,6333	72,7426
Cap	RO	DF	43,6932	76,2129	108,7204	141,2286	173,7366	206,2445	238,7526	271,2600	303,7680	336,2761	368,7841	401,2923	433,7997	466,3078	498,8157	48,7609
Cap	RO	ES	59,7284	108,2702	156,8067	205,3440	253,8806	302,4173	350,9538	399,4907	448,0274	496,5639	545,1008	593,6374	642,1743	690,7110	739,2477	72,8044

Cap	RO	GO	42,2827	73,3878	104,4833	135,5787	166,6741	197,7693	228,8647	259,9605	291,0557	322,1512	353,2466	384,3422	415,4374	446,5329	477,6283	46,6426
Cap	RO	MA	49,7886	88,3726	126,9400	165,5071	204,0745	242,6417	281,2093	319,7767	358,3438	396,9112	435,4787	474,0460	512,6133	551,1808	589,7480	57,8505
Cap	RO	MG	52,6093	94,0023	135,3942	176,7868	218,1791	259,5715	300,9638	342,3560	383,7482	425,1410	466,5332	507,9254	549,3177	590,7101	632,1025	62,0879
Cap	RO	MS	27,8169	44,4215	61,0236	77,6252	94,2272	110,8291	127,4314	144,0333	160,6350	177,2370	193,8394	210,4409	227,0431	243,6450	260,2471	24,9022
Cap	RO	MT	31,2059	51,2381	71,2589	91,2793	111,2998	131,3207	151,3413	171,3619	191,3826	211,4030	231,4238	251,4446	271,4650	291,4856	311,5064	30,0303
Cap	RO	PA	43,0108	74,8411	106,6533	138,4650	170,2771	202,0889	233,9010	265,7128	297,5246	329,3367	361,1485	392,9604	424,7725	456,5844	488,3962	47,7173
Cap	RO	PB	66,3247	121,4537	176,5820	231,7104	286,8391	341,9671	397,0953	452,2236	507,3523	562,4806	617,6092	672,7373	727,8658	782,9943	838,1227	82,6918
Cap	RO	PE	70,0777	128,9867	187,8819	246,7770	305,6720	364,5669	423,4622	482,3573	541,2519	600,1471	659,0422	717,9373	776,8323	835,7275	894,6227	88,3420
Cap	RO	PI	51,6540	92,1188	132,5693	173,0201	213,4708	253,9216	294,3721	334,8226	375,2733	415,7240	456,1747	496,6252	537,0760	577,5269	617,9774	60,6755
Cap	RO	PR	51,9043	92,6305	133,3474	174,0642	214,7811	255,4975	296,2144	336,9313	377,6480	418,3649	459,0816	499,7985	540,5153	581,2320	621,9487	61,0746
Cap	RO	RJ	55,7481	100,3070	144,8520	189,3968	233,9416	278,4867	323,0316	367,5765	412,1212	456,6660	501,2108	545,7559	590,3010	634,8456	679,3903	66,8167
Cap	RO	RN	77,7655	144,3399	210,9118	277,4837	344,0552	410,6269	477,1985	543,7700	610,3417	676,9133	743,4848	810,0567	876,6286	943,2001	1009,7716	99,8569
Cap	RO	RR	33,2758	55,3732	77,4615	99,5496	121,6380	143,7262	165,8143	187,9023	209,9906	232,0788	254,1670	276,2553	298,3436	320,4315	342,5198	33,1317
Cap	RO	RS	57,1127	103,0298	148,9464	194,8626	240,7792	286,6955	332,6119	378,5281	424,4448	470,3611	516,2777	562,1937	608,1101	654,0270	699,9433	68,8741
Cap	RO	SC	56,2258	101,2693	146,3057	191,3417	236,3777	281,4137	326,4502	371,4863	416,5225	461,5590	506,5950	551,6309	596,6670	641,7034	686,7395	67,5535
Cap	RO	SE	62,0941	113,0197	163,9309	214,8424	265,7537	316,6650	367,5765	418,4878	469,3989	520,3103	571,2218	622,1333	673,0444	723,9558	774,8673	76,3664
Cap	RO	SP	50,2893	89,3957	128,4955	167,5953	206,6950	245,7946	284,8938	323,9935	363,0931	402,1928	441,2925	480,3918	519,4916	558,5911	597,6908	58,6487
Cap	RO	TO	50,3346	89,4579	128,5777	167,6977	206,8176	245,9378	285,0578	324,1780	363,2977	402,4180	441,5380	480,6578	519,7781	558,8983	598,0184	58,6792
Int	RO	AC	22,9881	34,7590	46,5299	58,3007	70,0716	81,8420	93,6133	105,3840	117,1549	128,9253	140,6964	152,4672	164,2381	176,0089	187,7797	17,6555
Int	RO	AL	66,1821	121,1671	176,1522	231,1373	286,1222	341,1074	396,0926	451,0775	506,0624	561,0479	616,0328	671,0177	726,0031	780,9879	835,9732	82,4769
Int	RO	AM	26,0383	40,8593	55,6803	70,5015	85,3227	100,1435	114,9644	129,7854	144,6063	159,4271	174,2482	189,0694	203,8904	218,7113	233,5325	22,2310
Int	RO	AP	52,7530	94,3090	135,8651	177,4212	218,9774	260,5335	302,0898	343,6456	385,2016	426,7580	468,3140	509,8702	551,4260	592,9823	634,5385	62,3334
Int	RO	BA	61,8217	112,4463	163,0712	213,6959	264,3208	314,9456	365,5700	416,1950	466,8199	517,4442	568,0691	618,6939	669,3186	719,9436	770,5681	75,9366
Int	RO	CE	62,0262	112,8559	163,6853	214,5148	265,3444	316,1738	367,0031	417,8324	468,6618	519,4916	570,3210	621,1502	671,9797	722,8092	773,6387	76,2434
Int	RO	DF	46,0387	80,8802	115,7219	150,5633	185,4050	220,2465	255,0882	289,9300	324,7717	359,6132	394,4547	429,2963	464,1380	498,9797	533,8212	52,2618
Int	RO	ES	62,0673	112,9376	163,8082	214,6785	265,5489	316,4196	367,2899	418,1600	469,0304	519,9009	570,7713	621,6417	672,5122	723,3825	774,2527	76,3048
Int	RO	GO	44,6258	78,0553	111,4843	144,9135	178,3427	211,7717	245,2008	278,6296	312,0591	345,4881	378,9174	412,3463	445,7754	479,2044	512,6340	50,1430
Int	RO	MA	52,1388	93,0400	133,9410	174,8419	215,7430	256,6440	297,5451	338,4462	379,3472	420,2483	461,1492	502,0505	542,9515	583,8520	624,7533	61,3509
Int	RO	MG	54,9434	98,6695	142,3953	186,1216	229,8476	273,5734	317,2996	361,0255	404,7515	448,4776	492,2038	535,9296	579,6557	623,3821	667,1077	65,5884
Int	RO	MS	30,1531	49,0885	68,0244	86,9600	105,8956	124,8315	143,7671	162,7024	181,6384	200,5741	219,5098	238,4454	257,3812	276,3167	295,2523	28,4027
Int	RO	MT	33,5513	55,9055	78,2598	100,6142	122,9684	145,3229	167,6770	190,0315	212,3857	234,7400	257,0941	279,4485	301,8031	324,1573	346,5117	33,5307
Int	RO	PA	45,3629	79,5086	113,6542	147,8000	181,9454	216,0909	250,2366	284,3822	318,5278	352,6733	386,8189	420,9648	455,1103	489,2561	523,4014	51,2177
Int	RO	PB	68,6591	126,1208	183,5831	241,0450	298,5074	355,9692	413,4315	470,8935	528,3555	585,8176	643,2794	700,7416	758,2037	815,6655	873,1278	86,1923
Int	RO	PE	72,4255	133,6543	194,8832	256,1116	317,3404	378,5692	439,7979	501,0267	562,2553	623,4841	684,7129	745,9416	807,1701	868,3991	929,6278	91,8426
Int	RO	PI	54,0017	96,7863	139,5704	182,3548	225,1392	267,9237	310,7082	353,4922	396,2767	439,0609	481,8451	524,6298	567,4143	610,1985	652,9827	64,1757
Int	RO	PR	54,2475	97,2979	140,3482	183,3987	226,4493	269,4999	312,5503	355,6010	398,6514	441,7016	484,7520	527,8029	570,8531	613,9037	656,9543	64,5751
Int	RO	RJ	58,0961	104,9747	151,8532	198,7316	245,6102	292,4885	339,3674	386,2460	433,1246	480,0029	526,8812	573,7602	620,6388	667,5170	714,3958	70,3172
Int	RO	RN	80,1023	149,0076	217,9130	286,8182	355,7234	424,6288	493,5343	562,4398	631,3450	700,2504	769,1557	838,0608	906,9665	975,8718	1044,7770	103,3574
Int	RO	RR	35,6187	60,0408	84,4624	108,8844	133,3064	157,7284	182,1501	206,5720	230,9939	255,4159	279,8376	304,2595	328,6815	353,1033	377,5253	36,6320

Int	RO	RS	59,4470	107,6974	155,9474	204,1974	252,4475	300,6977	348,9477	397,1979	445,4479	493,6980	541,9481	590,1983	638,4484	686,6986	734,9486	72,3742
Int	RO	SC	58,5667	105,9368	153,3065	200,6763	248,0462	295,4159	342,7859	390,1557	437,5256	484,8954	532,2654	579,6353	627,0050	674,3750	721,7447	71,0542
Int	RO	SE	64,4421	117,6873	170,9319	224,1770	277,4222	330,6671	383,9123	437,1573	490,4020	543,6474	596,8924	650,1372	703,3825	756,6274	809,8725	79,8670
Int	RO	SP	52,6301	94,0636	135,4966	176,9300	218,3634	259,7966	301,2298	342,6631	384,0964	425,5298	466,9628	508,3963	549,8294	591,2629	632,6959	62,1494
Int	RO	TO	52,6714	94,1249	135,5787	177,0322	218,4861	259,9400	301,3935	342,8473	384,3013	425,7547	467,2088	508,6622	550,1161	591,5698	633,0237	62,1799
Cap	RR	AC	38,4842	65,7725	93,0603	120,3481	147,6360	174,9236	202,2118	229,4995	256,7874	284,0752	311,3630	338,6507	365,9388	393,2264	420,5143	40,9311
Cap	RR	AL	63,8909	116,5815	169,2534	221,9254	274,5969	327,2690	379,9409	432,6126	485,2843	537,9564	590,6283	643,3002	695,9718	748,6437	801,3157	79,0071
Cap	RR	AM	22,2212	33,2643	44,2983	55,3323	66,3664	77,4002	88,4341	99,4679	110,5016	121,5355	132,5693	143,6035	154,6373	165,6710	176,7050	16,5501
Cap	RR	AP	42,3280	73,4490	104,5650	135,6813	166,7969	197,9128	229,0284	260,1447	291,2603	322,3761	353,4922	384,6081	415,7240	446,8401	477,9557	46,6731
Cap	RR	BA	62,8447	114,4935	166,1418	217,7900	269,4387	321,0867	372,7349	424,3833	476,0318	527,6797	579,3284	630,9766	682,6247	734,2730	785,9213	77,4717
Cap	RR	CE	55,0204	98,8536	142,6822	186,5106	230,3388	274,1672	317,9955	361,8242	405,6522	449,4809	493,3090	537,1375	580,9658	624,7943	668,6229	65,7419
Cap	RR	DF	53,5416	95,9058	138,2605	180,6148	222,9691	265,3236	307,6783	350,0327	392,3872	434,7418	477,0962	519,4506	561,8049	604,1596	646,5142	63,5310
Cap	RR	ES	69,6454	128,1272	186,5925	245,0574	303,5225	361,9879	420,4530	478,9181	537,3831	595,8484	654,3135	712,7786	771,2439	829,7089	888,1739	87,6970
Cap	RR	GO	53,0641	94,9232	136,7659	178,6088	220,4513	262,2943	304,1365	345,9792	387,8220	429,6648	471,5077	513,3501	555,1931	597,0357	638,8781	62,7634
Cap	RR	MA	43,4657	75,7620	108,0451	140,3278	172,6107	204,8932	237,1762	269,4588	301,7416	334,0241	366,3071	398,5901	430,8727	463,1555	495,4383	48,4232
Cap	RR	MG	63,5726	115,9471	168,3118	220,6765	273,0411	325,4058	377,7711	430,1357	482,5006	534,8655	587,2297	639,5949	691,9596	744,3245	796,6891	78,5466
Cap	RR	MS	50,1528	89,1096	128,0657	167,0222	205,9784	244,9347	283,8911	322,8472	361,8035	400,7596	439,7160	478,6723	517,6287	556,5850	595,5411	58,4337
Cap	RR	MT	46,3542	81,5354	116,7041	151,8736	187,0426	222,2117	257,3812	292,5503	327,7189	362,8884	398,0577	433,2267	468,3959	503,5654	538,7342	52,7530
Cap	RR	PA	35,1863	59,1601	83,1322	107,1036	131,0749	155,0466	179,0181	202,9896	226,9612	250,9328	274,9043	298,8758	322,8472	346,8187	370,7901	35,9563
Cap	RR	PB	63,6179	116,0491	168,4754	220,9018	273,3279	325,7539	378,1802	430,6065	483,0326	535,4590	587,8851	640,3112	692,7376	745,1637	797,5898	78,6383
Cap	RR	PE	64,7551	118,3216	171,8736	225,4260	278,9778	332,5300	386,0824	439,6342	493,1863	546,7385	600,2904	653,8426	707,3948	760,9466	814,4987	80,3276
Cap	RR	PI	47,9692	84,7491	121,5152	158,2811	195,0470	231,8124	268,5785	305,3443	342,1103	378,8762	415,6421	452,4082	489,1740	525,9399	562,7057	55,1481
Cap	RR	PR	67,9171	124,6475	181,3724	238,0970	294,8223	351,5474	408,2727	464,9979	521,7230	578,4481	635,1730	691,8982	748,6232	805,3485	862,0736	85,0870
Cap	RR	RJ	66,7337	122,2725	177,8102	233,3480	288,8857	344,4238	399,9612	455,4993	511,0369	566,5749	622,1126	677,6502	733,1882	788,7259	844,2636	83,3057
Cap	RR	RN	61,9348	112,6718	163,3987	214,1257	264,8529	315,5799	366,3071	417,0340	467,7613	518,4886	569,2156	619,9426	670,6699	721,3969	772,1241	76,0899
Cap	RR	RO	33,2758	55,3732	77,4615	99,5496	121,6380	143,7262	165,8143	187,9023	209,9906	232,0788	254,1670	276,2553	298,3436	320,4315	342,5198	33,1317
Cap	RR	RS	80,2903	149,4171	218,5272	287,6372	356,7472	425,8573	494,9673	564,0774	633,1874	702,2976	771,4076	840,5175	909,6272	978,7376	1047,8474	103,6641
Cap	RR	SC	73,0342	134,8828	196,7256	258,5683	320,4112	382,2538	444,0969	505,9396	567,7827	629,6254	691,4683	753,3112	815,1541	876,9968	938,8396	92,7634
Cap	RR	SE	61,9348	112,6718	163,3987	214,1257	264,8529	315,5799	366,3071	417,0340	467,7613	518,4886	569,2156	619,9426	670,6699	721,3969	772,1241	76,0899
Cap	RR	SP	67,2573	123,3371	179,4070	235,4771	291,5470	347,6171	403,6873	459,7570	515,8273	571,8972	627,9672	684,0374	740,1073	796,1774	852,2477	84,1043
Cap	RR	TO	59,0459	106,9193	154,7803	202,6416	250,5027	298,3641	346,2250	394,0862	441,9474	489,8085	537,6697	585,5311	633,3922	681,2533	729,1141	71,7911
Int	RR	AC	40,8185	70,4401	100,0615	129,6829	159,3044	188,9261	218,5475	248,1692	277,7908	307,4119	337,0336	366,6550	396,2767	425,8983	455,5199	44,4316
Int	RR	AL	66,2434	121,2492	176,2547	231,2602	286,2655	341,2710	396,2767	451,2821	506,2878	561,2934	616,2986	671,3041	726,3096	781,3154	836,3209	82,5077
Int	RR	AM	24,5642	37,9322	51,2994	64,6671	78,0346	91,4025	104,7696	118,1374	131,5050	144,8724	158,2398	171,6074	184,9753	198,3428	211,7101	20,0506
Int	RR	AP	44,6667	78,1165	111,5662	145,0157	178,4655	211,9152	245,3646	278,8141	312,2637	345,7132	379,1628	412,6125	446,0619	479,5117	512,9613	50,1737
Int	RR	BA	65,1790	119,1609	173,1428	227,1250	281,1068	335,0890	389,0708	443,0530	497,0347	551,0168	604,9989	658,9810	712,9628	766,9450	820,9267	80,9722
Int	RR	CE	57,3587	103,5213	149,6833	195,8451	242,0072	288,1693	334,3314	380,4933	426,6557	472,8176	518,9797	565,1419	611,3038	657,4659	703,6281	69,2423
Int	RR	DF	55,8851	100,5734	145,2614	189,9496	234,6378	279,3259	324,0143	368,7022	413,3905	458,0785	502,7666	547,4547	592,1429	636,8310	681,5194	67,0314
Int	RR	ES	71,9955	132,7945	193,5934	254,3922	315,1911	375,9898	436,7885	497,5878	558,3863	619,1853	679,9839	740,7828	801,5816	862,3806	923,1794	91,1975
Int	RR	GO	55,4142	99,5905	143,7671	187,9436	232,1197	276,2964	320,4726	364,6490	408,8254	453,0019	497,1781	541,3544	585,5311	629,7070	673,8835	66,2637
Int	RR	MA	45,8132	80,4299	115,0463	149,6625	184,2792	218,8955	253,5121	288,1285	322,7448	357,3612	391,9778	426,5941	461,2109	495,8271	530,4437	51,9241
Int	RR	MG	65,9159	120,6142	175,3125	230,0113	284,7099	339,4083	394,1068	448,8051	503,5035	558,2022	612,9004	667,5990	722,2974	776,9959	831,6947	82,0468
Int	RR	MS	52,4870	93,7767	135,0667	176,3569	217,6468	258,9369	300,2268	341,5168	382,8066	424,0967	465,3869	506,6767	547,9667	589,2565	630,5468	61,9344
Int	RR	MT	48,7000	86,2026	123,7054	161,2084	198,7112	236,2139	273,7167	311,2197	348,7226	386,2254	423,7282	461,2312	498,7338	536,2366	573,7395	56,2535
Int	RR	PA	37,5228	63,8279	90,1327	116,4382	142,7434	169,0489	195,3538	221,6594	247,9644	274,2694	300,5748	326,8801	353,1853	379,4903	405,7957	39,4570
Int	RR	PB	65,9567	120,7167	175,4767	230,2365	284,9961	339,7562	394,5160	449,2761	504,0359	558,7958	613,5557	668,3155	723,0754	777,8353	832,5953	82,1392
Int	RR	PE	67,1035	122,9889	178,8749	234,7604	290,6465	346,5320	402,4180	458,3036	514,1897	570,0753	625,9613	681,8468	737,7326	793,6186	849,5044	83,8278
Int	RR	PI	50,3169	89,4169	128,5163	167,6158	206,7153	245,8147	284,9143	324,0143	363,1138	402,2133	441,3128	480,4123	519,5121	558,6115	597,7111	58,6487
Int	RR	PR	70,2557	129,3144	188,3734	247,4324	306,4908	365,5499	424,6084	483,6671	542,7264	601,7850	660,8437	719,9025	778,9613	838,0198	897,0787	88,5872
Int	RR	RJ	69,0686	126,9400	184,8115	242,6828	300,5543	358,4256	416,2976	474,1688	532,0403	589,9115	647,7830	705,6547	763,5261	821,3977	879,2691	86,8064
Int	RR	RN	64,2782	117,3389	170,3999	223,4604	276,5215	329,5822	382,6426	435,7038	488,7647	541,8255	594,8863	647,9471	701,0078	754,0687	807,1294	79,5906
Int	RR	RO	35,6187	60,0408	84,4624	108,8844	133,3064	157,7284	182,1501	206,5720	230,9939	255,4159	279,8376	304,2595	328,6815	353,1033	377,5253	36,6320
Int	RR	RS	82,6407	154,0844	225,5283	296,9718	368,4157	439,8592	511,3031	582,7467	654,1906	725,6344	797,0780	868,5220	939,9654	1011,4093	1082,8530	107,1649
Int	RR	SC	75,3732	139,5501	203,7266	267,9032	332,0796	396,2560	460,4325	524,6092	588,7860	652,9624	717,1389	781,3154	845,4921	909,6686	973,8451	96,2642
Int	RR	SE	64,2782	117,3389	170,3999	223,4604	276,5215	329,5822	382,6426	435,7038	488,7647	541,8255	594,8863	647,9471	701,0078	754,0687	807,1294	79,5906
Int	RR	SP	69,6007	128,0044	186,4080	244,8118	303,2157	361,6196	420,0229	478,4267	536,8305	595,2341	653,6377	712,0419	770,4455	828,8492	887,2527	87,6049
Int	RR	TO	61,3920	111,5865	161,7814	211,9762	262,1712	312,3659	362,5609	412,7560	462,9506	513,1453	563,3403	613,5353	663,7300	713,9252	764,1199	75,2916
Cap	RS	AC	59,2508	107,3286	155,3947	203,4606	251,5262	299,5920	347,6584	395,7240	443,7898	491,8559	539,9218	587,9874	636,0534	684,1191	732,1852	72,0981
Cap	RS	AL	59,3645	107,5334	155,7015	203,8699	252,0383	300,2063	348,3744	396,5427	444,7109	492,8791	541,0473	589,2157	637,3840	685,5520	733,7204	72,2515
Cap	RS	AM	65,2784	119,3450	173,4089	227,4733	281,5369	335,6005	389,6645	443,7285	497,7922	551,8562	605,9202	659,9839	714,0478	768,1116	822,1755	81,0950
Cap	RS	AP	72,8753	134,5346	196,1932	257,8518	319,5101	381,1691	442,8277	504,4862	566,1449	627,8036	689,4620	751,1208	812,7795	874,4380	936,0966	92,4874
Cap	RS	BA	50,6760	90,1534	129,6218	169,0896	208,5576	248,0260	287,4938	326,9618	366,4299	405,8980	445,3662	484,8340	524,3023	563,7701	603,2385	59,2015
Cap	RS	CE	66,6200	122,0678	177,5032	232,9386	288,3741	343,8095	399,2447	454,6804	510,1157	565,5510	620,9866	676,4221	731,8573	787,2927	842,7280	83,1525
Cap	RS	DF	38,2115	65,2198	92,2212	119,2223	146,2234	173,2249	200,2260	227,2271	254,2283	281,2296	308,2310	335,2321	362,2334	389,2347	416,2360	40,5010
Cap	RS	ES	37,2563	63,3163	89,3755	115,4353	141,4949	167,5543	193,6140	219,6731	245,7331	271,7926	297,8519	323,9116	349,9709	376,0309	402,0905	39,0887
Cap	RS	GO	38,2566	65,3222	92,3847	119,4475	146,5100	173,5729	200,6354	227,6981	254,7606	281,8233	308,8861	335,9483	363,0114	390,0740	417,1364	40,5934
Cap	RS	MA	64,9143	118,6491	172,3650	226,0808	279,7967	333,5128	387,2286	440,9443	494,6602	548,3758	602,0923	655,8077	709,5235	763,2396	816,9554	80,5731
Cap	RS	MG	34,1176	57,0519	79,9797	102,9068	125,8344	148,7619	171,6895	194,6170	217,5446	240,4718	263,3995	286,3270	309,2546	332,1818	355,1096	34,3905
Cap	RS	MS	26,8387	42,4769	58,0961	73,7153	89,3345	104,9539	120,5734	136,1929	151,8121	167,4313	183,0510	198,6704	214,2897	229,9089	245,5285	23,4282
Cap	RS	MT	40,0766	68,9660	97,8505	126,7351	155,6198	184,5042	213,3888	242,2732	271,1580	300,0423	328,9272	357,8118	386,6962	415,5806	444,4654	43,3261
Cap	RS	PA	66,9843	122,8047	178,6088	234,4125	290,2163	346,0205	401,8243	457,6280	513,4321	569,2361	625,0399	680,8436	736,6478	792,4517	848,2553	83,7050
Cap	RS	PB	64,0046	116,8068	169,6014	222,3960	275,1908	327,9853	380,7800	433,5747	486,3694	539,1641	591,9586	644,7533	697,5483	750,3432	803,1376	79,1914
Cap	RS	PE	62,9129	114,6367	166,3467	218,0563	269,7661	321,4758	373,1852	424,8953	476,6047	528,3145	580,0239	631,7338	683,4437	735,1533	786,8632	77,5639
Cap	RS	PI	60,7973	110,3994	160,0006	209,6018	259,2032	308,8042	358,4051	408,0065	457,6077	507,2088	556,8101	606,4113	656,0125	705,6138	755,2149	74,4012
Cap	RS	PR	20,0835	28,9863	37,8707	46,7551	55,6395	64,5240	73,4080	82,2930	91,1772	100,0615	108,9459	117,8299	126,7146	135,5990	144,4834	13,3260
Cap	RS	RJ	30,3641	49,5595	68,7408	87,9223	107,1036	126,2848	145,4662	164,6472	183,8286	203,0100	222,1914	241,3729	260,5540	279,7354	298,9166	28,7712
Cap	RS	RN	64,0955	116,9909	169,8673	222,7442	275,6207	328,4975	381,3737	434,2505	487,1269	540,0034	592,8800	645,7566	698,6331	751,5096	804,3863	79,3142
Cap	RS	RO	57,1127	103,0298	148,9464	194,8626	240,7792	286,6955	332,6119	378,5281	424,4448	470,3611	516,2777	562,1937	608,1101	654,0270	699,9433	68,8741

Cap	RS	RR	80,2903	149,4171	218,5272	287,6372	356,7472	425,8573	494,9673	564,0774	633,1874	702,2976	771,4076	840,5175	909,6272	978,7376	1047,8474	103,6641
Cap	RS	SC	20,6065	30,0303	39,4469	48,8633	58,2801	67,6969	77,1135	86,5301	95,9467	105,3636	114,7802	124,1965	133,6135	143,0301	152,4469	14,1243
Cap	RS	SE	56,0894	100,9624	145,8346	190,7072	235,5794	280,4520	325,3240	370,1966	415,0690	459,9413	504,8138	549,6861	594,5585	639,4310	684,3036	67,3079
Cap	RS	SP	25,5649	39,9382	54,3089	68,6798	83,0502	97,4208	111,7918	126,1617	140,5324	154,9032	169,2736	183,6442	198,0150	212,3857	226,7565	21,5550
Cap	RS	TO	45,6036	80,0203	114,4320	148,8439	183,2554	217,6675	252,0791	286,4909	320,9024	355,3143	389,7259	424,1375	458,5494	492,9610	527,3730	51,6172
Int	RS	AC	61,5964	111,9961	162,3959	212,7952	263,1948	313,5941	363,9939	414,3935	464,7931	515,1926	565,5920	615,9918	666,3913	716,7907	767,1902	75,5983
Int	RS	AL	61,6986	112,2009	162,7024	213,2048	263,7065	314,2085	364,7103	415,2122	465,7143	516,2163	566,7181	617,2200	667,7220	718,2237	768,7258	75,7523
Int	RS	AM	67,6149	124,0129	180,4102	236,8078	293,2053	349,6029	406,0003	462,3980	518,7955	575,1930	631,5906	687,9880	744,3859	800,7835	857,1808	84,5957
Int	RS	AP	75,2097	139,2021	203,1944	267,1866	331,1792	395,1714	459,1634	523,1556	587,1480	651,1405	715,1328	779,1251	843,1175	907,1098	971,1020	95,9878
Int	RS	BA	53,0189	94,8209	136,6228	178,4244	220,2261	262,0278	303,8296	345,6316	387,4333	429,2349	471,0368	512,8385	554,6402	596,4422	638,2437	62,7021
Int	RS	CE	68,9660	126,7351	184,5042	242,2732	300,0423	357,8118	415,5806	473,3501	531,1190	588,8881	646,6574	704,4264	762,1956	819,9648	877,7338	86,6532
Int	RS	DF	40,5524	69,8872	99,2222	128,5570	157,8921	187,2268	216,5618	245,8970	275,2317	304,5668	333,9016	363,2365	392,5715	421,9065	451,2410	44,0018
Int	RS	ES	39,5904	67,9835	96,3766	124,7699	153,1633	181,5565	209,9497	238,3426	266,7361	295,1293	323,5228	351,9160	380,3094	408,7026	437,0958	42,5894
Int	RS	GO	40,5934	69,9896	99,3859	128,7821	158,1787	187,5750	216,9714	246,3674	275,7639	305,1602	334,5563	363,9531	393,3494	422,7458	452,1421	44,0939
Int	RS	MA	67,2669	123,3165	179,3662	235,4158	291,4652	347,5150	403,5643	459,6142	515,6634	571,7129	627,7626	683,8120	739,8616	795,9111	851,9609	84,0736
Int	RS	MG	36,4583	61,7193	86,9804	112,2418	137,5028	162,7639	188,0254	213,2864	238,5478	263,8089	289,0699	314,3313	339,5927	364,8534	390,1149	37,8908
Int	RS	MS	29,1911	47,1440	65,0968	83,0502	101,0031	118,9560	136,9092	154,8622	172,8156	190,7683	208,7214	226,6746	244,6274	262,5807	280,5338	26,9288
Int	RS	MT	42,4152	73,6334	104,8515	136,0701	167,2881	198,5065	229,7247	260,9430	292,1611	323,3797	354,5975	385,8161	417,0340	448,2524	479,4707	46,8266
Int	RS	PA	69,3343	127,4721	185,6096	243,7474	301,8850	360,0227	418,1600	476,2979	534,4353	592,5731	650,7106	708,8481	766,9856	825,1233	883,2610	87,2056
Int	RS	PB	66,3460	121,4743	176,6026	231,7308	286,8594	341,9875	397,1160	452,2444	507,3726	562,5011	617,6296	672,7576	727,8862	783,0145	838,1430	82,6918
Int	RS	PE	65,2607	119,3041	173,3475	227,3911	281,4343	335,4779	389,5213	443,5646	497,6081	551,6514	605,6948	659,7385	713,7816	767,8248	821,8683	81,0643
Int	RS	PI	63,1317	115,0668	167,0015	218,9364	270,8713	322,8063	374,7412	426,6761	478,6110	530,5458	582,4808	634,4158	686,3506	738,2855	790,2202	77,9016
Int	RS	PR	22,4356	33,6539	44,8716	56,0898	67,3079	78,5262	89,7439	100,9624	112,1805	123,3984	134,6164	145,8346	157,0524	168,2708	179,4888	16,8262
Int	RS	RJ	32,7119	54,2273	75,7418	97,2569	118,7721	140,2870	161,8022	183,3168	204,8318	226,3469	247,8622	269,3769	290,8919	312,4071	333,9218	32,2718
Int	RS	RN	66,4480	121,6585	176,8685	232,0788	287,2891	342,4993	397,7098	452,9200	508,1300	563,3403	618,5505	673,7609	728,9713	784,1815	839,3918	82,8146
Int	RS	RO	59,4470	107,6974	155,9474	204,1974	252,4475	300,6977	348,9477	397,1979	445,4479	493,6980	541,9481	590,1983	638,4484	686,6986	734,9486	72,3742
Int	RS	RR	82,6407	154,0844	225,5283	296,9718	368,4157	439,8592	511,3031	582,7467	654,1906	725,6344	797,0780	868,5220	939,9654	1011,4093	1082,8530	107,1649
Int	RS	SC	22,9473	34,6975	46,4478	58,1983	69,9485	81,6990	93,4495	105,1997	116,9500	128,7001	140,4505	152,2011	163,9513	175,7019	187,4521	17,6247
Int	RS	SE	58,4236	105,6295	152,8357	200,0417	247,2479	294,4540	341,6598	388,8662	436,0722	483,2783	530,4844	577,6907	624,8967	672,1027	719,3088	70,8085
Int	RS	SP	27,9014	44,6056	61,3097	78,0143	94,7184	111,4229	128,1272	144,8316	161,5359	178,2404	194,9445	211,6488	228,3532	245,0574	261,7617	25,0559
Int	RS	TO	47,9425	84,6878	121,4332	158,1787	194,9241	231,6694	268,4151	305,1602	341,9059	378,6511	415,3965	452,1421	488,8874	525,6326	562,3782	55,1174
Cap	SC	AC	58,9095	106,6122	154,3098	202,0072	249,7044	297,4018	345,0991	392,7965	440,4941	488,1912	535,8887	583,5862	631,2836	678,9811	726,6782	71,5454
Cap	SC	AL	52,1316	93,0809	134,0229	174,9647	215,9066	256,8486	297,7907	338,7327	379,6748	420,6167	461,5590	502,5005	543,4424	584,3846	625,3265	61,4124
Cap	SC	AM	62,4805	113,7568	165,0157	216,2752	267,5348	318,7938	370,0533	421,3128	472,5720	523,8313	575,0905	626,3502	677,6093	728,8686	780,1279	76,8882
Cap	SC	AP	68,2583	125,3431	182,4163	239,4895	296,5624	353,6359	410,7087	467,7816	524,8551	581,9280	639,0012	696,0741	753,1474	810,2205	867,2934	85,6089
Cap	SC	BA	44,1252	77,0729	110,0104	142,9481	175,8861	208,8238	241,7618	274,6995	307,6371	340,5747	373,5128	406,4506	439,3884	472,3264	505,2640	49,4062
Cap	SC	CE	60,6608	110,1535	159,6319	209,1105	258,5887	308,0673	357,5455	407,0241	456,5022	505,9805	555,4591	604,9373	654,4159	703,8939	753,3726	74,2168
Cap	SC	DF	33,3894	55,5984	77,7890	99,9797	122,1701	144,3609	166,5514	188,7420	210,9323	233,1228	255,3134	277,5038	299,6944	321,8850	344,0755	33,2850
Cap	SC	ES	30,5688	49,9690	69,3549	88,7412	108,1269	127,5132	146,8989	166,2850	185,6712	205,0570	224,4432	243,8292	263,2151	282,6012	301,9874	29,0783
Cap	SC	GO	33,0483	54,9229	76,7859	98,6489	120,5120	142,3751	164,2381	186,1010	207,9637	229,8268	251,6902	273,5532	295,4159	317,2792	339,1421	32,7938
Cap	SC	MA	59,3873	107,5947	155,7836	203,9721	252,1613	300,3495	348,5383	396,7270	444,9158	493,1042	541,2931	589,4816	637,6705	685,8593	734,0479	72,2823
Cap	SC	MG	27,0437	42,8861	58,7101	74,5343	90,3581	106,1823	122,0065	137,8304	153,6544	169,4785	185,3027	201,1267	216,9507	232,7751	248,5990	23,7353
Cap	SC	MS	26,7932	42,3948	57,9938	73,5925	89,1915	104,7901	120,3891	135,9878	151,5869	167,1857	182,7848	198,3838	213,9824	229,5814	245,1804	23,3976
Cap	SC	MT	37,2332	63,2544	89,2734	115,2919	141,3103	167,3289	193,3478	219,3665	245,3850	271,4038	297,4221	323,4408	349,4598	375,4781	401,4968	39,0272
Cap	SC	PA	61,3208	111,4639	161,5972	211,7306	261,8641	311,9977	362,1310	412,2645	462,3980	512,5312	562,6649	612,7982	662,9318	713,0652	763,1987	75,1995
Cap	SC	PB	57,8633	104,5445	151,2186	197,8921	244,5662	291,2399	337,9140	384,5876	431,2614	477,9355	524,6092	571,2831	617,9569	664,6307	711,3046	70,0101
Cap	SC	PE	55,6572	100,1024	144,5447	188,9875	233,4301	277,8723	322,3149	366,7574	411,2000	455,6426	500,0849	544,5277	588,9700	633,4126	677,8552	66,6627
Cap	SC	PI	55,3386	99,4883	143,6237	187,7591	231,8949	276,0300	320,1656	364,3009	408,4366	452,5718	496,7070	540,8427	584,9784	629,1135	673,2489	66,2022
Cap	SC	PR	19,1735	27,1642	35,1479	43,1317	51,1152	59,0988	67,0831	75,0664	83,0502	91,0339	99,0175	107,0012	114,9850	122,9684	130,9523	11,9747
Cap	SC	RJ	23,1996	35,2295	47,2463	59,2628	71,2791	83,2956	95,3121	107,3286	119,3450	131,3614	143,3782	155,3947	167,4111	179,4275	191,4439	18,0239
Cap	SC	RN	60,4338	109,2941	158,1380	206,9814	255,8253	304,6691	353,5130	402,3565	451,2002	500,0440	548,8879	597,7317	646,5753	695,4192	744,2632	73,2649
Cap	SC	RO	56,2258	101,2693	146,3057	191,3417	236,3777	281,4137	326,4502	371,4863	416,5225	461,5590	506,5950	551,6309	596,6670	641,7034	686,7395	67,5535
Cap	SC	RR	73,0342	134,8828	196,7256	258,5683	320,4112	382,2538	444,0969	505,9396	567,7827	629,6254	691,4683	753,3112	815,1541	876,9968	938,8396	92,7634
Cap	SC	RS	20,6065	30,0303	39,4469	48,8633	58,2801	67,6969	77,1135	86,5301	95,9467	105,3636	114,7802	124,1965	133,6135	143,0301	152,4469	14,1243
Cap	SC	SE	48,6514	86,1208	123,5827	161,0446	198,5065	235,9682	273,4304	310,8923	348,3541	385,8161	423,2778	460,7398	498,2019	535,6633	573,1255	56,1922
Cap	SC	SP	19,3103	27,4510	35,5776	43,7049	51,8317	59,9588	68,0858	76,2129	84,3397	92,4669	100,5937	108,7204	116,8477	124,9746	133,1018	12,1897
Cap	SC	TO	40,4402	69,7028	98,9561	128,2090	157,4623	186,7153	215,9679	245,2212	274,4742	303,7273	332,9804	362,2334	391,4863	420,7394	449,9924	43,8788
Int	SC	AC	61,2485	111,2796	161,3105	211,3417	261,3728	311,4039	361,4349	411,4660	461,4973	511,5284	561,5593	611,5906	661,6216	711,6527	761,6837	75,0460
Int	SC	AL	54,4727	97,7483	141,0240	184,2996	227,5751	270,8508	314,1267	357,4022	400,6779	443,9534	487,2290	530,5052	573,7804	617,0561	660,3320	64,9129
Int	SC	AM	64,8310	118,4239	172,0169	225,6100	279,2030	332,7962	386,3892	439,9822	493,5752	547,1682	600,7612	654,3544	707,9479	761,5401	815,1334	80,3889
Int	SC	AP	70,6037	130,0107	189,4172	248,8242	308,2310	367,6375	427,0448	486,4512	545,8580	605,2646	664,6719	724,0787	783,4853	842,8922	902,2990	89,1096
Int	SC	BA	46,4685	81,7398	117,0115	152,2830	187,5546	222,8260	258,0976	293,3691	328,6406	363,9121	399,1835	434,4551	469,7264	504,9981	540,2696	52,9067
Int	SC	CE	63,0091	114,8212	166,6332	218,4452	270,2573	322,0695	373,8814	425,6936	477,5055	529,3177	581,1295	632,9417	684,7538	736,5660	788,3779	77,7175
Int	SC	DF	35,7416	60,2658	84,7900	109,3143	133,8387	158,3628	182,8870	207,4110	231,9355	256,4598	280,9841	305,5082	330,0326	354,5567	379,0809	36,7856
Int	SC	ES	32,9164	54,6365	76,3558	98,0758	119,7956	141,5152	163,2350	184,9547	206,6742	228,3941	250,1140	271,8336	293,5531	315,2729	336,9929	32,5791
Int	SC	GO	35,3936	59,5903	83,7869	107,9837	132,1806	156,3772	180,5738	204,7706	228,9672	253,1638	277,3609	301,5572	325,7539	349,9509	374,1475	36,2942
Int	SC	MA	61,7397	112,2620	162,7844	213,3073	263,8293	314,3517	364,8743	415,3965	465,9189	516,4416	566,9636	617,4859	668,0085	718,5309	769,0532	75,7831
Int	SC	MG	29,3956	47,5534	65,7111	83,8689	102,0267	120,1845	138,3422	156,5001	174,6578	192,8154	210,9731	229,1310	247,2886	265,4464	283,6045	27,2359
Int	SC	MS	29,1295	47,0621	64,9948	82,9272	100,8599	118,7922	136,7250	154,6575	172,5904	190,5227	208,4556	226,3878	244,3204	262,2530	280,1856	26,8979
Int	SC	MT	39,5698	67,9222	96,2744	124,6264	152,9789	181,3313	209,6836	238,0360	266,3883	294,7405	323,0928	351,4453	379,7977	408,1497	436,5023	42,5276
Int	SC	PA	63,6644	116,1312	168,5986	221,0657	273,5324	325,9998	378,4666	430,9338	483,4012	535,8681	588,3355	640,8025	693,2697	745,7369	798,2038	78,6999
Int	SC	PB	60,2045	109,2121	158,2195	207,2271	256,2344	305,2421	354,2497	403,2573	452,2648	501,2724	550,2799	599,2874	648,2950	697,3025	746,3099	73,5108
Int	SC	PE	57,9938	104,7696	151,5460	198,3221	245,0984	291,8745	338,6507	385,4269	432,2033	478,9793	525,7556	572,5319	619,3081	666,0841	712,8604	70,1635
Int	SC	PI	57,6867	104,1555	150,6247	197,0942	243,5632	290,0323	336,5013	382,9703	429,4396	475,9089	522,3778	568,8472	615,3164	661,7852	708,2545	69,7028
Int	SC	PR	21,5141	31,8316	42,1490	52,4665	62,7837	73,1011	83,4188	93,7358	104,0531	114,3707	124,6883	135,0053	145,3229	155,6402	165,9579	15,4751
Int	SC	RJ	25,5469	39,8975	54,2475	68,5976	82,9477	97,2979	111,6482	125,9981	140,3482	154,6987	169,0489	183,3987	197,7489	212,0990	226,4493	21,5246
Int	SC	RN	62,7837	113,9611	165,1384	216,3160	267,4935	318,6711	369,8487	421,0257	472,2034	523,3808	574,5583	625,7360	676,9133	728,0908	779,2681	76,7657
Int	SC	RO	58,5667	105,9368	153,3065	200,6763	248,0462	295,4159	342,7859	390,1557	437,5256	484,8954	532,2654	579,6353	627,0050	674,3750	721,7447	71,0542

Int	SC	RR	75,3732	139,5501	203,7266	267,9032	332,0796	396,2560	460,4325	524,6092	588,7860	652,9624	717,1389	781,3154	845,4921	909,6686	973,8451	96,2642
Int	SC	RS	22,9473	34,6975	46,4478	58,1983	69,9485	81,6990	93,4495	105,1997	116,9500	128,7001	140,4505	152,2011	163,9513	175,7019	187,4521	17,6247
Int	SC	SE	50,9924	90,7880	130,5839	170,3793	210,1749	249,9706	289,7662	329,5618	369,3571	409,1527	448,9486	488,7440	528,5396	568,3353	608,1312	59,6925
Int	SC	SP	21,6577	32,1183	42,5790	53,0396	63,5002	73,9610	84,4216	94,8824	105,3430	115,8039	126,2644	136,7250	147,1857	157,6461	168,1071	15,6904
Int	SC	TO	42,7836	74,3704	105,9571	137,5439	169,1306	200,7172	232,3042	263,8908	295,4774	327,0642	358,6510	390,2377	421,8241	453,4112	484,9979	47,3796
Cap	SE	AC	68,5535	125,8960	183,2350	240,5743	297,9136	355,2529	412,5920	469,9313	527,2703	584,6096	641,9492	699,2882	756,6274	813,9669	871,3059	86,0083
Cap	SE	AL	19,1507	27,1027	35,0458	42,9885	50,9310	58,8740	66,8167	74,7593	82,7022	90,6448	98,5875	106,5303	114,4731	122,4156	130,3587	11,9135
Cap	SE	AM	57,2267	103,2755	149,3146	195,3538	241,3933	287,4324	333,4717	379,5108	425,5500	471,5895	517,6287	563,6678	609,7071	655,7464	701,7858	69,0582
Cap	SE	AP	46,8775	82,5383	118,1984	153,8592	189,5197	225,1803	260,8405	296,5011	332,1615	367,8220	403,4825	439,1430	474,8033	510,4640	546,1245	53,4899
Cap	SE	BA	19,9698	28,7609	37,5432	46,3254	55,1074	63,8892	72,6714	81,4530	90,2354	99,0175	107,7993	116,5815	125,3635	134,1459	142,9279	13,1725
Cap	SE	CE	24,2911	37,3997	50,5012	63,6026	76,7041	89,8055	102,9068	116,0083	129,1099	142,2115	155,3126	168,4139	181,5156	194,6170	207,7183	19,6515
Cap	SE	DF	32,7526	54,3089	75,8648	97,4208	118,9768	140,5324	162,0885	183,6442	205,2007	226,7565	248,3123	269,8684	291,4242	312,9802	334,5360	32,3332
Cap	SE	ES	29,8639	48,5158	67,1647	85,8137	104,4627	123,1118	141,7610	160,4102	179,0590	197,7081	216,3570	235,0062	253,6553	272,3044	290,9533	27,9728
Cap	SE	GO	32,8208	54,4727	76,1103	97,7483	119,3861	141,0240	162,6615	184,2996	205,9375	227,5751	249,2131	270,8508	292,4885	314,1267	335,7645	32,4560
Cap	SE	MA	32,4113	53,6538	74,8821	96,1105	117,3389	138,5672	159,7956	181,0242	202,2525	223,4810	244,7094	265,9381	287,1662	308,3947	329,6231	31,8421
Cap	SE	MG	32,8435	54,5135	76,1720	97,8303	119,4886	141,1466	162,8049	184,4632	206,1216	227,7798	249,4382	271,0964	292,7550	314,4131	336,0713	32,4865
Cap	SE	MS	41,0546	70,9314	100,7985	130,6657	160,5327	190,3999	220,2669	250,1344	280,0015	309,8686	339,7354	369,6030	399,4700	429,3372	459,2043	44,8002
Cap	SE	MT	47,2412	83,2956	119,3450	155,3947	191,4439	227,4935	263,5426	299,5920	335,6415	371,6912	407,7406	443,7898	479,8394	515,8887	551,9380	54,0733
Cap	SE	PA	39,1439	67,1237	95,0869	123,0504	151,0137	178,9770	206,9407	234,9038	262,8674	290,8307	318,7938	346,7576	374,7208	402,6839	430,6473	41,9443
Cap	SE	PB	20,9249	30,6852	40,4297	50,1737	59,9179	69,6620	79,4064	89,1505	98,8948	108,6387	118,3832	128,1272	137,8711	147,6154	157,3597	14,6155
Cap	SE	PE	20,7660	30,3376	39,8975	49,4573	59,0172	68,5770	78,1368	87,6970	97,2569	106,8169	116,3767	125,9369	135,4966	145,0568	154,6165	14,3392
Cap	SE	PI	36,8014	62,3948	87,9838	113,5724	139,1612	164,7496	190,3387	215,9271	241,5161	267,1045	292,6935	318,2822	343,8708	369,4597	395,0484	38,3827
Cap	SE	PR	46,2404	81,2692	116,2950	151,3211	186,3465	221,3724	256,3984	291,4242	326,4502	361,4761	396,5017	431,5276	466,5536	501,5795	536,6055	52,5380
Cap	SE	RJ	36,8014	62,3948	87,9838	113,5724	139,1612	164,7496	190,3387	215,9271	241,5161	267,1045	292,6935	318,2822	343,8708	369,4597	395,0484	38,3827
Cap	SE	RN	24,2911	37,3997	50,5012	63,6026	76,7041	89,8055	102,9068	116,0083	129,1099	142,2115	155,3126	168,4139	181,5156	194,6170	207,7183	19,6515
Cap	SE	RO	62,0941	113,0197	163,9309	214,8424	265,7537	316,6650	367,5765	418,4878	469,3989	520,3103	571,2218	622,1333	673,0444	723,9558	774,8673	76,3664
Cap	SE	RR	61,9348	112,6718	163,3987	214,1257	264,8529	315,5799	366,3071	417,0340	467,7613	518,4886	569,2156	619,9426	670,6699	721,3969	772,1241	76,0899
Cap	SE	RS	56,0894	100,9624	145,8346	190,7072	235,5794	280,4520	325,3240	370,1966	415,0690	459,9413	504,8138	549,6861	594,5585	639,4310	684,3036	67,3079
Cap	SE	SC	48,6514	86,1208	123,5827	161,0446	198,5065	235,9682	273,4304	310,8923	348,3541	385,8161	423,2778	460,7398	498,2019	535,6633	573,1255	56,1922
Cap	SE	SP	40,8498	70,5219	100,1843	129,8467	159,5093	189,1717	218,8340	248,4965	278,1591	307,8216	337,4841	367,1464	396,8089	426,4714	456,1337	44,4930
Cap	SE	TO	40,1899	69,2116	98,2192	127,2266	156,2338	185,2413	214,2486	243,2561	272,2635	301,2707	330,2782	359,2856	388,2930	417,3005	446,3077	43,5106
Int	SE	AC	70,8904	130,5634	190,2362	249,9091	309,5821	369,2550	428,9279	488,6007	548,2741	607,9467	667,6197	727,2926	786,9656	846,6385	906,3115	89,5088
Int	SE	AL	21,4937	31,7703	42,0469	52,3233	62,5997	72,8761	83,1525	93,4289	103,7050	113,9817	124,2581	134,5346	144,8110	155,0876	165,3637	15,4139
Int	SE	AM	59,5700	107,9427	156,3158	204,6886	253,0616	301,4344	349,8073	398,1804	446,5535	494,9263	543,2992	591,6722	640,0451	688,4179	736,7909	72,5587
Int	SE	AP	49,2116	87,2056	125,1999	163,1940	201,1884	239,1824	277,1763	315,1703	353,1650	391,1589	429,1528	467,1472	505,1413	543,1355	581,1295	56,9904
Int	SE	BA	22,3126	33,4285	44,5440	55,6600	66,7758	77,8913	89,0069	100,1230	111,2388	122,3543	133,4702	144,5856	155,7015	166,8175	177,9331	16,6731
Int	SE	CE	26,6318	42,0672	57,5021	72,9376	88,3726	103,8074	119,2427	134,6778	150,1131	165,5480	180,9836	196,4185	211,8537	227,2887	242,7238	23,1520
Int	SE	DF	35,0865	58,9763	82,8658	106,7554	130,6451	154,5348	178,4244	202,3144	226,2038	250,0935	273,9831	297,8726	321,7622	345,6518	369,5415	35,8336
Int	SE	ES	32,2002	53,1828	74,1655	95,1485	116,1312	137,1140	158,0968	179,0795	200,0622	221,0449	242,0277	263,0104	283,9933	304,9757	325,9589	31,4735

Int	SE	GO	35,1684	59,1400	83,1115	107,0829	131,0545	155,0261	178,9979	202,9693	226,9408	250,9123	274,8838	298,8554	322,8271	346,7984	370,7698	35,9563
Int	SE	MA	34,7590	58,3211	81,8832	105,4451	129,0075	152,5693	176,1316	199,6939	223,2559	246,8178	270,3801	293,9420	317,5044	341,0666	364,6286	35,3426
Int	SE	MG	35,1887	59,1809	83,1730	107,1649	131,1571	155,1490	179,1406	203,1332	227,1250	251,1167	275,1089	299,1009	323,0928	347,0850	371,0770	35,9872
Int	SE	MS	43,3980	75,5983	107,7993	140,0004	172,2014	204,4021	236,6031	268,8039	301,0049	333,2056	365,4064	397,6071	429,8080	462,0089	494,2100	48,3004
Int	SE	MT	49,5800	87,9631	126,3461	164,7292	203,1124	241,4957	279,8786	318,2618	356,6448	395,0280	433,4107	471,7943	510,1773	548,5603	586,9433	57,5739
Int	SE	PA	41,4940	71,7911	102,0881	132,3852	162,6823	192,9794	223,2765	253,5736	283,8705	314,1675	344,4646	374,7615	405,0587	435,3556	465,6530	45,4449
Int	SE	PB	23,2749	35,3525	47,4305	59,5084	71,5863	83,6641	95,7420	107,8196	119,8979	131,9758	144,0537	156,1315	168,2094	180,2872	192,3651	18,1159
Int	SE	PE	23,1109	35,0048	46,8982	58,7920	70,6857	82,5793	94,4729	106,3663	118,2601	130,1538	142,0476	153,9412	165,8346	177,7283	189,6220	17,8396
Int	SE	PI	39,1398	67,0624	94,9847	122,9072	150,8293	178,7520	206,6742	234,5968	262,5192	290,4417	318,3643	346,2863	374,2088	402,1314	430,0537	41,8828
Int	SE	PR	48,5772	85,9365	123,2961	160,6558	198,0150	235,3748	272,7341	310,0938	347,4534	384,8127	422,1725	459,5320	496,8915	534,2513	571,6105	56,0384
Int	SE	RJ	39,1398	67,0624	94,9847	122,9072	150,8293	178,7520	206,6742	234,5968	262,5192	290,4417	318,3643	346,2863	374,2088	402,1314	430,0537	41,8828
Int	SE	RN	26,6318	42,0672	57,5021	72,9376	88,3726	103,8074	119,2427	134,6778	150,1131	165,5480	180,9836	196,4185	211,8537	227,2887	242,7238	23,1520
Int	SE	RO	64,4421	117,6873	170,9319	224,1770	277,4222	330,6671	383,9123	437,1573	490,4020	543,6474	596,8924	650,1372	703,3825	756,6274	809,8725	79,8670
Int	SE	RR	64,2782	117,3389	170,3999	223,4604	276,5215	329,5822	382,6426	435,7038	488,7647	541,8255	594,8863	647,9471	701,0078	754,0687	807,1294	79,5906
Int	SE	RS	58,4236	105,6295	152,8357	200,0417	247,2479	294,4540	341,6598	388,8662	436,0722	483,2783	530,4844	577,6907	624,8967	672,1027	719,3088	70,8085
Int	SE	SC	50,9924	90,7880	130,5839	170,3793	210,1749	249,9706	289,7662	329,5618	369,3571	409,1527	448,9486	488,7440	528,5396	568,3353	608,1312	59,6925
Int	SE	SP	43,1931	75,1893	107,1853	139,1816	171,1777	203,1741	235,1698	267,1661	299,1621	331,1585	363,1545	395,1507	427,1468	459,1430	491,1393	47,9933
Int	SE	TO	42,5382	73,8790	105,2200	136,5613	167,9023	199,2435	230,5844	261,9255	293,2668	324,6078	355,9487	387,2900	418,6309	449,9720	481,3131	47,0109
Cap	SP	AC	59,3645	107,5334	155,7015	203,8699	252,0383	300,2063	348,3744	396,5427	444,7109	492,8791	541,0473	589,2157	637,3840	685,5520	733,7204	72,2515
Cap	SP	AL	44,4209	77,6456	110,8701	144,0945	177,3191	210,5433	243,7678	276,9923	310,2167	343,4410	376,6654	409,8899	443,1143	476,3387	509,5630	49,8357
Cap	SP	AM	57,8406	104,5036	151,1569	197,8105	244,4638	291,1172	337,7704	384,4237	431,0774	477,7306	524,3843	571,0375	617,6910	664,3442	710,9973	69,9794
Cap	SP	AP	61,1384	111,0954	161,0446	210,9939	260,9430	310,8923	360,8412	410,7906	460,7398	510,6889	560,6382	610,5874	660,5365	710,4858	760,4351	74,9231
Cap	SP	BA	36,1869	61,1870	86,1822	111,1773	136,1725	161,1674	186,1626	211,1577	236,1526	261,1476	286,1428	311,1379	336,1329	361,1280	386,1233	37,4918
Cap	SP	CE	52,3135	93,4495	134,5756	175,7019	216,8280	257,9542	299,0804	340,2064	381,3327	422,4591	463,5851	504,7116	545,8378	586,9640	628,0902	61,6887
Cap	SP	DF	25,4742	39,7741	54,0632	68,3519	82,6407	96,9293	111,2182	125,5069	139,7956	154,0844	168,3733	182,6620	196,9506	211,2397	225,5283	21,4327
Cap	SP	ES	23,5182	35,8441	48,1675	60,4910	72,8148	85,1382	97,4618	109,7850	122,1088	134,4320	146,7557	159,0791	171,4028	183,7263	196,0498	18,4845
Cap	SP	GO	25,9746	40,7365	55,4962	70,2557	85,0154	99,7747	114,5342	129,2941	144,0537	158,8133	173,5729	188,3325	203,0919	217,8515	232,6111	22,1386
Cap	SP	MA	51,1080	91,0135	130,9112	170,8091	210,7072	250,6051	290,5032	330,4009	370,2988	410,1969	450,0948	489,9930	529,8907	569,7885	609,6869	59,8462
Cap	SP	MG	20,6065	30,0303	39,4469	48,8633	58,2801	67,6969	77,1135	86,5301	95,9467	105,3636	114,7802	124,1965	133,6135	143,0301	152,4469	14,1243
Cap	SP	MS	26,0884	40,9822	55,8647	70,7471	85,6293	100,5120	115,3943	130,2765	145,1591	160,0416	174,9236	189,8061	204,6886	219,5711	234,4534	22,3228
Cap	SP	MT	34,6856	58,1983	81,6990	105,1997	128,7001	152,2011	175,7019	199,2026	222,7030	246,2035	269,7045	293,2053	316,7060	340,2064	363,7073	35,2505
Cap	SP	PA	53,7465	96,3152	138,8744	181,4336	223,9929	266,5520	309,1110	351,6704	394,2294	436,7885	479,3479	521,9072	564,4663	607,0255	649,5846	63,8382
Cap	SP	PB	48,9924	86,8167	124,6264	162,4366	200,2466	238,0562	275,8664	313,6763	351,4863	389,2959	427,1059	464,9158	502,7258	540,5356	578,3454	56,7142
Cap	SP	PE	47,6279	84,0531	120,4708	156,8888	193,3069	229,7247	266,1426	302,5605	338,9781	375,3962	411,8139	448,2319	484,6500	521,0677	557,4858	54,6263
Cap	SP	PI	47,4234	83,6436	119,8570	156,0699	192,2832	228,4965	264,7096	300,9230	337,1359	373,3489	409,5622	445,7754	481,9890	518,2016	554,4150	54,3188
Cap	SP	PR	19,2644	27,3280	35,3731	43,4182	51,4631	59,5084	67,5535	75,5983	83,6436	91,6888	99,7339	107,7791	115,8241	123,8691	131,9143	12,0669
Cap	SP	RJ	19,9016	28,5972	37,2770	45,9567	54,6365	63,3163	71,9955	80,6754	89,3551	98,0348	106,7146	115,3943	124,0740	132,7535	141,4331	13,0189
Cap	SP	RN	51,9043	92,6305	133,3474	174,0642	214,7811	255,4975	296,2144	336,9313	377,6480	418,3649	459,0816	499,7985	540,5153	581,2320	621,9487	61,0746
Cap	SP	RO	50,2893	89,3957	128,4955	167,5953	206,6950	245,7946	284,8938	323,9935	363,0931	402,1928	441,2925	480,3918	519,4916	558,5911	597,6908	58,6487

Cap	SP	RR	67,2573	123,3371	179,4070	235,4771	291,5470	347,6171	403,6873	459,7570	515,8273	571,8972	627,9672	684,0374	740,1073	796,1774	852,2477	84,1043
Cap	SP	RS	25,5649	39,9382	54,3089	68,6798	83,0502	97,4208	111,7918	126,1617	140,5324	154,9032	169,2736	183,6442	198,0150	212,3857	226,7565	21,5550
Cap	SP	SC	19,3103	27,4510	35,5776	43,7049	51,8317	59,9588	68,0858	76,2129	84,3397	92,4669	100,5937	108,7204	116,8477	124,9746	133,1018	12,1897
Cap	SP	SE	40,8498	70,5219	100,1843	129,8467	159,5093	189,1717	218,8340	248,4965	278,1591	307,8216	337,4841	367,1464	396,8089	426,4714	456,1337	44,4930
Cap	SP	TO	33,5942	56,0078	78,4031	100,7985	123,1937	145,5893	167,9843	190,3795	212,7746	235,1698	257,5652	279,9605	302,3559	324,7511	347,1465	33,5922
Int	SP	AC	61,6986	112,2009	162,7024	213,2048	263,7065	314,2085	364,7103	415,2122	465,7143	516,2163	566,7181	617,2200	667,7220	718,2237	768,7258	75,7523
Int	SP	AL	46,7551	82,3133	117,8714	153,4290	188,9875	224,5454	260,1038	295,6617	331,2200	366,7779	402,3360	437,8942	473,4523	509,0104	544,5684	53,3365
Int	SP	AM	60,1839	109,1711	158,1582	207,1453	256,1326	305,1192	354,1063	403,0935	452,0803	501,0676	550,0548	599,0419	648,0290	697,0159	746,0030	73,4799
Int	SP	AP	63,4796	115,7628	168,0456	220,3287	272,6114	324,8943	377,1773	429,4600	481,7432	534,0260	586,3087	638,5918	690,8747	743,1574	795,4407	78,4236
Int	SP	BA	38,5256	65,8544	93,1832	120,5120	147,8407	175,1696	202,4983	229,8268	257,1560	284,4847	311,8132	339,1421	366,4710	393,7999	421,1284	40,9926
Int	SP	CE	54,6570	98,1165	141,5766	185,0367	228,4965	271,9563	315,4160	358,8762	402,3360	445,7958	489,2561	532,7159	576,1757	619,6355	663,0957	65,1890
Int	SP	DF	27,8193	44,4420	61,0644	77,6866	94,3090	110,9315	127,5542	144,1765	160,7989	177,4212	194,0440	210,6664	227,2887	243,9110	260,5335	24,9328
Int	SP	ES	25,8542	40,5115	55,1684	69,8257	84,4829	99,1403	113,7975	128,4549	143,1119	157,7694	172,4267	187,0836	201,7408	216,3981	231,0552	21,9853
Int	SP	GO	28,3109	45,4039	62,4970	79,5906	96,6839	113,7773	130,8702	147,9636	165,0569	182,1501	199,2435	216,3367	233,4301	250,5229	267,6165	25,6392
Int	SP	MA	53,4490	95,6806	137,9124	180,1439	222,3755	264,6072	306,8389	349,0706	391,3022	433,5339	475,7654	517,9971	560,2285	602,4603	644,6924	63,3468
Int	SP	MG	22,9473	34,6975	46,4478	58,1983	69,9485	81,6990	93,4495	105,1997	116,9500	128,7001	140,4505	152,2011	163,9513	175,7019	187,4521	17,6247
Int	SP	MS	28,4336	45,6495	62,8658	80,0817	97,2979	114,5140	131,7299	148,9464	166,1623	183,3783	200,5946	217,8107	235,0267	252,2427	269,4588	25,8236
Int	SP	MT	37,0315	62,8658	88,7005	114,5342	140,3687	166,2032	192,0374	217,8720	243,7064	269,5406	295,3750	321,2095	347,0438	372,8785	398,7127	38,7508
Int	SP	PA	56,0898	100,9827	145,8756	190,7683	235,6614	280,5542	325,4467	370,3399	415,2327	460,1256	505,0186	549,9114	594,8042	639,6972	684,5899	67,3386
Int	SP	PB	51,3406	91,4839	131,6277	171,7713	211,9152	252,0587	292,2021	332,3459	372,4892	412,6332	452,7767	492,9200	533,0636	573,2074	613,3511	60,2145
Int	SP	PE	49,9690	88,7207	127,4721	166,2238	204,9754	243,7268	282,4784	321,2302	359,9818	398,7331	437,4848	476,2361	514,9879	553,7394	592,4908	58,1268
Int	SP	PI	49,7644	88,3112	126,8579	165,4046	203,9518	242,4987	281,0454	319,5922	358,1392	396,6862	435,2327	473,7801	512,3268	550,8734	589,4204	57,8197
Int	SP	PR	21,6167	31,9954	42,3743	52,7530	63,1317	73,5108	83,8893	94,2681	104,6470	115,0258	125,4045	135,7836	146,1620	156,5411	166,9197	15,5675
Int	SP	RJ	22,2512	33,2643	44,2781	55,2913	66,3048	77,3182	88,3315	99,3451	110,3585	121,3719	132,3852	143,3985	154,4120	165,4255	176,4385	16,5194
Int	SP	RN	54,2475	97,2979	140,3482	183,3987	226,4493	269,4999	312,5503	355,6010	398,6514	441,7016	484,7520	527,8029	570,8531	613,9037	656,9543	64,5751
Int	SP	RO	52,6301	94,0636	135,4966	176,9300	218,3634	259,7966	301,2298	342,6631	384,0964	425,5298	466,9628	508,3963	549,8294	591,2629	632,6959	62,1494
Int	SP	RR	69,6007	128,0044	186,4080	244,8118	303,2157	361,6196	420,0229	478,4267	536,8305	595,2341	653,6377	712,0419	770,4455	828,8492	887,2527	87,6049
Int	SP	RS	27,9014	44,6056	61,3097	78,0143	94,7184	111,4229	128,1272	144,8316	161,5359	178,2404	194,9445	211,6488	228,3532	245,0574	261,7617	25,0559
Int	SP	SC	21,6577	32,1183	42,5790	53,0396	63,5002	73,9610	84,4216	94,8824	105,3430	115,8039	126,2644	136,7250	147,1857	157,6461	168,1071	15,6904
Int	SP	SE	43,1931	75,1893	107,1853	139,1816	171,1777	203,1741	235,1698	267,1661	299,1621	331,1585	363,1545	395,1507	427,1468	459,1430	491,1393	47,9933
Int	SP	TO	35,9461	60,6755	85,4042	110,1331	134,8620	159,5910	184,3202	209,0490	233,7782	258,5070	283,2358	307,9648	332,6938	357,4228	382,1517	37,0927
Cap	TO	AC	58,6138	106,0596	153,4907	200,9221	248,3532	295,7846	343,2158	390,6472	438,0785	485,5097	532,9409	580,3720	627,8036	675,2350	722,6660	71,1462
Cap	TO	AL	44,1026	77,0316	109,9488	142,8663	175,7836	208,7010	241,6185	274,5357	307,4529	340,3702	373,2877	406,2050	439,1222	472,0394	504,9570	49,3754
Cap	TO	AM	50,0847	88,9868	127,8817	166,7767	205,6711	244,5662	283,4612	322,3558	361,2507	400,1457	439,0406	477,9355	516,8305	555,7251	594,6201	58,3417
Cap	TO	AP	51,2445	91,3204	131,3821	171,4436	211,5056	251,5671	291,6289	331,6905	371,7525	411,8139	451,8755	491,9377	531,9992	572,0608	612,1230	60,0917
Cap	TO	BA	36,8696	62,5587	88,2293	113,8996	139,5704	165,2410	190,9118	216,5823	242,2529	267,9237	293,5941	319,2646	344,9355	370,6063	396,2767	38,5053
Cap	TO	CE	46,8317	82,4769	118,1169	153,7568	189,3968	225,0366	260,6769	296,3172	331,9568	367,5969	403,2367	438,8768	474,5167	510,1566	545,7968	53,4593
Cap	TO	DF	25,5881	39,9792	54,3703	68,7614	83,1525	97,5438	111,9347	126,3258	140,7167	155,1079	169,4990	183,8903	198,2812	212,6724	227,0635	21,5858
Cap	TO	ES	38,0295	64,8719	91,7092	118,5466	145,3842	172,2219	199,0595	225,8966	252,7339	279,5716	306,4089	333,2463	360,0840	386,9214	413,7591	40,2555

Cap	TO	GO	25,7470	40,2863	54,8210	69,3549	83,8893	98,4238	112,9583	127,4926	142,0270	156,5614	171,0955	185,6302	200,1647	214,6990	229,2335	21,8010
Cap	TO	MA	44,7393	78,3009	111,8527	145,4048	178,9568	212,5087	246,0606	279,6123	313,1644	346,7164	380,2683	413,8203	447,3723	480,9242	514,4762	50,3271
Cap	TO	MG	31,8428	52,5074	73,1627	93,8179	114,4731	135,1283	155,7836	176,4385	197,0942	217,7490	238,4044	259,0595	279,7149	300,3700	321,0254	30,9821
Cap	TO	MS	33,5485	55,8851	78,2189	100,5528	122,8866	145,2206	167,5543	189,8882	212,2219	234,5557	256,8897	279,2232	301,5572	323,8910	346,2250	33,5002
Cap	TO	MT	34,7540	58,3007	81,8420	105,3840	128,9253	152,4672	176,0089	199,5504	223,0919	246,6338	270,1755	293,7170	317,2589	340,8002	364,3418	35,3118
Cap	TO	PA	46,5134	81,8628	117,1958	152,5285	187,8614	223,1946	258,5272	293,8602	329,1935	364,5262	399,8592	435,1918	470,5249	505,8577	541,1907	52,9986
Cap	TO	PB	47,2638	83,3366	119,4066	155,4766	191,5464	227,6163	263,6860	299,7558	335,8259	371,8956	407,9656	444,0355	480,1051	516,1754	552,2451	54,1039
Cap	TO	PE	46,0132	80,8188	115,6196	150,4200	185,2205	220,0212	254,8220	289,6228	324,4236	359,2242	394,0247	428,8255	463,6262	498,4269	533,2275	52,2002
Cap	TO	PI	40,9635	70,7471	100,5120	130,2765	160,0416	189,8061	219,5711	249,3359	279,1006	308,8656	338,6305	368,3950	398,1601	427,9250	457,6894	44,6464
Cap	TO	PR	37,1195	63,0497	88,9661	114,8826	140,7986	166,7151	192,6313	218,5475	244,4638	270,3801	296,2965	322,2125	348,1287	374,0452	399,9612	38,8738
Cap	TO	RJ	34,4811	57,7891	81,0847	104,3807	127,6769	150,9730	174,2689	197,5644	220,8609	244,1565	267,4528	290,7488	314,0448	337,3406	360,6364	34,9433
Cap	TO	RN	48,9698	86,7759	124,5651	162,3547	200,1442	237,9336	275,7229	313,5126	351,3019	389,0914	426,8807	464,6702	502,4595	540,2490	578,0383	56,6833
Cap	TO	RO	50,3346	89,4579	128,5777	167,6977	206,8176	245,9378	285,0578	324,1780	363,2977	402,4180	441,5380	480,6578	519,7781	558,8983	598,0184	58,6792
Cap	TO	RR	59,0459	106,9193	154,7803	202,6416	250,5027	298,3641	346,2250	394,0862	441,9474	489,8085	537,6697	585,5311	633,3922	681,2533	729,1141	71,7911
Cap	TO	RS	45,6036	80,0203	114,4320	148,8439	183,2554	217,6675	252,0791	286,4909	320,9024	355,3143	389,7259	424,1375	458,5494	492,9610	527,3730	51,6172
Cap	TO	SC	40,4402	69,7028	98,9561	128,2090	157,4623	186,7153	215,9679	245,2212	274,4742	303,7273	332,9804	362,2334	391,4863	420,7394	449,9924	43,8788
Cap	TO	SE	40,1899	69,2116	98,2192	127,2266	156,2338	185,2413	214,2486	243,2561	272,2635	301,2707	330,2782	359,2856	388,2930	417,3005	446,3077	43,5106
Cap	TO	SP	33,5942	56,0078	78,4031	100,7985	123,1937	145,5893	167,9843	190,3795	212,7746	235,1698	257,5652	279,9605	302,3559	324,7511	347,1465	33,5922
Int	TO	AC	60,9620	110,7270	160,4919	210,2567	260,0219	309,7867	359,5515	409,3166	459,0816	508,8467	558,6115	608,3764	658,1417	707,9066	757,6714	74,6468
Int	TO	AL	46,4478	81,6990	116,9500	152,2011	187,4521	222,7030	257,9542	293,2053	328,4559	363,7073	398,9584	434,2095	469,4605	504,7116	539,9625	52,8759
Int	TO	AM	52,4255	93,6542	134,8828	176,1111	217,3398	258,5683	299,7968	341,0254	382,2538	423,4826	464,7112	505,9396	547,1682	588,3968	629,6254	61,8422
Int	TO	AP	53,5922	95,9878	138,3831	180,7789	223,1743	265,5694	307,9648	350,3602	392,7558	435,1511	477,5466	519,9420	562,3374	604,7326	647,1281	63,5922
Int	TO	BA	39,2218	67,2259	95,2305	123,2349	151,2388	179,2434	207,2474	235,2519	263,2562	291,2603	319,2646	347,2692	375,2733	403,2779	431,2819	42,0059
Int	TO	CE	49,1706	87,1446	125,1180	163,0914	201,0652	239,0390	277,0127	314,9865	352,9600	390,9336	428,9075	466,8810	504,8549	542,8282	580,8020	56,9598
Int	TO	DF	27,9217	44,6464	61,3713	78,0960	94,8209	111,5455	128,2705	144,9954	161,7201	178,4449	195,1698	211,8944	228,6191	245,3441	262,0691	25,0867
Int	TO	ES	40,3680	69,5390	98,7102	127,8817	157,0524	186,2239	215,3952	244,5662	273,7373	302,9085	332,0796	361,2507	390,4221	419,5930	448,7642	43,7560
Int	TO	GO	28,0858	44,9535	61,8217	78,6900	95,5580	112,4259	129,2941	146,1620	163,0303	179,8982	196,7666	213,6344	230,5028	247,3706	264,2388	25,3014
Int	TO	MA	47,0825	82,9682	118,8537	154,7394	190,6253	226,5108	262,3963	298,2821	334,1673	370,0533	405,9389	441,8247	477,7102	513,5960	549,4814	53,8276
Int	TO	MG	34,1860	57,1746	80,1636	103,1527	126,1415	149,1302	172,1194	195,1083	218,0972	241,0859	264,0750	287,0640	310,0526	333,0416	356,0307	34,4827
Int	TO	MS	35,8850	60,5523	85,2201	109,8877	134,5551	159,2226	183,8903	208,5576	233,2254	257,8928	282,5602	307,2278	331,8952	356,5630	381,2305	37,0006
Int	TO	MT	37,0927	62,9682	88,8435	114,7187	140,5940	166,4694	192,3446	218,2200	244,0954	269,9705	295,8460	321,7213	347,5967	373,4719	399,3474	38,8120
Int	TO	PA	48,8633	86,5301	124,1965	161,8634	199,5298	237,1967	274,8631	312,5298	350,1964	387,8630	425,5298	463,1964	500,8626	538,5297	576,1960	56,4993
Int	TO	PB	49,6005	88,0041	126,4075	164,8111	203,2149	241,6185	280,0218	318,4255	356,8291	395,2329	433,6362	472,0394	510,4434	548,8469	587,2505	57,6045
Int	TO	PE	48,3518	85,4862	122,6204	159,7548	196,8893	234,0236	271,1580	308,2925	345,4266	382,5608	419,6955	456,8300	493,9640	531,0984	568,2328	55,7010
Int	TO	PI	43,3159	75,4145	107,5130	139,6113	171,7100	203,8083	235,9068	268,0054	300,1041	332,2024	364,3009	396,3994	428,4980	460,5965	492,6951	48,1472
Int	TO	PR	39,4675	67,7173	95,9673	124,2172	152,4672	180,7174	208,9673	237,2170	265,4672	293,7170	321,9669	350,2169	378,4666	406,7170	434,9669	42,3743
Int	TO	RJ	36,8267	62,4562	88,0860	113,7156	139,3454	164,9749	190,6047	216,2344	241,8643	267,4935	293,1233	318,7529	344,3827	370,0126	395,6421	38,4439
Int	TO	RN	51,3201	91,4431	131,5663	171,6895	211,8125	251,9358	292,0587	332,1818	372,3051	412,4282	452,5514	492,6745	532,7976	572,9209	613,0441	60,1839
Int	TO	RO	52,6714	94,1249	135,5787	177,0322	218,4861	259,9400	301,3935	342,8473	384,3013	425,7547	467,2088	508,6622	550,1161	591,5698	633,0237	62,1799

Int	TO	RR	61,3920	111,5865	161,7814	211,9762	262,1712	312,3659	362,5609	412,7560	462,9506	513,1453	563,3403	613,5353	663,7300	713,9252	764,1199	75,2916
Int	TO	RS	47,9425	84,6878	121,4332	158,1787	194,9241	231,6694	268,4151	305,1602	341,9059	378,6511	415,3965	452,1421	488,8874	525,6326	562,3782	55,1174
Int	TO	SC	42,7836	74,3704	105,9571	137,5439	169,1306	200,7172	232,3042	263,8908	295,4774	327,0642	358,6510	390,2377	421,8241	453,4112	484,9979	47,3796
Int	TO	SE	42,5382	73,8790	105,2200	136,5613	167,9023	199,2435	230,5844	261,9255	293,2668	324,6078	355,9487	387,2900	418,6309	449,9720	481,3131	47,0109
Int	TO	SP	35,9461	60,6755	85,4042	110,1331	134,8620	159,5910	184,3202	209,0490	233,7782	258,5070	283,2358	307,9648	332,6938	357,4228	382,1517	37,0927
Local	TODAS	TODOS	12,4410	14,3085	16,1714	18,0340	19,8972	21,7600	23,6231	25,4858	27,3484	29,2114	31,0742	32,9370	34,7999	36,6626	38,5256	2,8036
Estadual	TODAS	TODOS	14,2834	16,6217	18,9556	21,2891	23,6231	25,9566	28,2903	30,6237	32,9576	35,2914	37,6251	39,9588	42,2923	44,6258	46,9597	3,4999

Origem: **Acre** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																										
Kg	AC		AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	71,15	30,36	58,45	66,62	67,23	53,54	65,30	51,04	57,75	58,50	33,07	35,78	51,54	78,08	72,76	59,05	55,32	62,16	74,88	20,65	38,48	59,25	58,91	68,55	59,36	58,61
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	131,10	49,56	105,71	122,07	123,28	95,91	119,39	90,91	104,32	105,81	54,96	60,37	91,87	144,97	134,33	106,92	99,43	113,12	138,57	30,09	65,77	107,33	106,61	125,90	107,53	106,06
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	191,03	68,74	152,96	177,50	179,30	138,26	173,47	130,77	150,87	153,12	76,85	84,95	132,20	211,85	195,89	154,78	143,52	164,07	202,25	39,53	93,06	155,39	154,31	183,24	155,70	153,49
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	250,97	87,92	200,21	232,94	235,33	180,61	227,55	170,63	197,42	200,43	98,73	109,54	172,53	278,73	257,44	202,64	187,62	215,03	265,94	48,97	120,35	203,46	202,01	240,57	203,87	200,92
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	310,91	107,10	247,45	288,37	291,36	222,97	281,64	210,48	243,97	247,74	120,61	134,13	212,86	345,61	319,00	250,50	231,71	265,98	329,62	58,40	147,64	251,53	249,70	297,91	252,04	248,35
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	370,85	126,28	294,70	343,81	347,39	265,32	335,72	250,34	290,52	295,05	142,50	158,71	253,18	412,49	380,55	298,36	275,80	316,93	393,31	67,84	174,92	299,59	297,40	355,25	300,21	295,78
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	430,79	145,47	341,95	399,24	403,42	307,68	389,81	290,20	337,07	342,36	164,38	183,30	293,51	479,37	442,11	346,23	319,90	367,88	456,99	77,28	202,21	347,66	345,10	412,59	348,37	343,22
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	490,73	164,65	389,19	454,68	459,45	350,03	443,89	330,05	383,63	389,66	186,26	207,88	333,84	546,25	503,67	394,09	363,99	418,84	520,68	86,71	229,50	395,72	392,80	469,93	396,54	390,65
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	550,67	183,83	436,44	510,12	515,48	392,39	497,98	369,91	430,18	436,97	208,15	232,47	374,17	613,13	565,22	441,95	408,09	469,79	584,36	96,15	256,79	443,79	440,49	527,27	444,71	438,08
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	610,61	203,01	483,69	565,55	571,51	434,74	552,06	409,77	476,73	484,28	230,03	257,05	414,50	680,00	626,78	489,81	452,18	520,74	648,05	105,59	284,08	491,86	488,19	584,61	492,88	485,51
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	670,55	222,19	530,93	620,99	627,54	477,10	606,14	449,62	523,28	531,59	251,92	281,64	454,82	746,88	688,34	537,67	496,28	571,69	711,73	115,03	311,36	539,92	535,89	641,95	541,05	532,94
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	730,49	241,37	578,18	676,42	683,57	519,45	660,23	489,48	569,83	578,90	273,80	306,22	495,15	813,76	749,89	585,53	540,37	622,64	775,42	124,46	338,65	587,99	583,59	699,29	589,22	580,37
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	790,43	260,55	625,43	731,86	739,60	561,80	714,31	529,34	616,38	626,21	295,68	330,81	535,48	880,64	811,45	633,39	584,47	673,60	839,10	133,90	365,94	636,05	631,28	756,63	637,38	627,80
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	850,36	279,74	672,68	787,29	795,62	604,16	768,40	569,20	662,93	673,52	317,57	355,40	575,81	947,52	873,01	681,25	628,56	724,55	902,79	143,34	393,23	684,12	678,98	813,97	685,55	675,24
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	910,30	298,92	719,92	842,73	851,65	646,51	822,48	609,05	709,48	720,82	339,45	379,98	616,13	1014,40	934,56	729,11	672,66	775,50	966,48	152,77	420,51	732,19	726,68	871,31	733,72	722,67
kg excedente ou fração	2,80	3,50	89,91	28,78	70,87	83,15	84,05	63,54	81,13	59,79	69,83	70,97	32,83	36,89	60,49	100,33	92,34	71,79	66,14	76,44	95,54	14,17	40,94	72,10	71,55	86,02	72,26	71,16

Origem: **Acre**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																										
Kg	AC		AL	AM	AP	BA	CE	hF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	73,49	32,71	60,80	68,97	69,58	55,89	67,64	53,39	60,10	60,84	35,41	38,12	53,88	80,43	75,11	61,39	57,67	64,50	77,22	22,99	40,82	61,60	61,25	70,89	61,70	60,96
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	135,76	54,23	110,38	126,74	127,94	100,57	124,05	95,58	108,99	110,48	59,63	65,04	96,54	149,64	139,00	111,59	104,09	117,79	143,23	34,76	70,44	112,00	111,28	130,56	112,20	110,73
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	198,04	75,74	159,96	184,50	186,31	145,26	180,47	137,77	157,87	160,12	83,85	91,95	139,20	218,85	202,89	161,78	150,52	171,08	209,25	46,53	100,06	162,40	161,31	190,24	162,70	160,49
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	260,31	97,26	209,54	242,27	244,67	189,95	236,89	179,96	206,76	209,77	108,07	118,87	181,86	288,07	266,78	211,98	196,95	224,36	275,27	58,30	129,68	212,80	211,34	249,91	213,20	210,26
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	322,58	118,77	259,12	300,04	303,03	234,64	293,31	222,15	255,64	259,41	132,28	145,79	224,52	357,28	330,67	262,17	243,38	277,65	341,29	70,07	159,30	263,19	261,37	309,58	263,71	260,02
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	384,85	140,29	308,70	357,81	361,39	279,33	349,73	264,34	304,53	309,05	156,50	172,71	267,19	426,49	394,56	312,37	289,81	330,93	407,31	81,84	188,93	313,59	311,40	369,26	314,21	309,79
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	447,13	161,80	358,28	415,58	419,76	324,01	406,14	306,53	353,41	358,69	180,72	199,63	309,85	495,70	458,45	362,56	336,24	384,22	473,33	93,61	218,55	363,99	361,43	428,93	364,71	359,55
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	509,40	183,32	407,86	473,35	478,12	368,70	462,56	348,72	402,30	408,33	204,93	226,55	352,51	564,92	522,34	412,76	382,66	437,51	539,35	105,38	248,17	414,39	411,47	488,60	415,21	409,32
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	571,67	204,83	457,44	531,12	536,48	413,39	518,98	390,91	451,18	457,98	229,15	253,47	395,17	634,13	586,23	462,95	429,09	490,79	605,37	117,15	277,79	464,79	461,50	548,27	465,71	459,08
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	633,95	226,35	507,02	588,89	594,85	458,08	575,40	433,10	500,06	507,62	253,37	280,39	437,83	703,34	650,12	513,15	475,52	544,08	671,39	128,93	307,41	515,19	511,53	607,95	516,22	508,85
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	696,22	247,86	556,61	646,66	653,21	502,77	631,82	475,29	548,95	557,26	277,59	307,31	480,49	772,55	714,01	563,34	521,95	597,36	737,41	140,70	337,03	565,59	561,56	667,62	566,72	558,61
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	758,49	269,38	606,19	704,43	711,57	547,45	688,23	517,49	597,83	606,90	301,80	334,23	523,16	841,77	777,90	613,54	568,38	650,65	803,42	152,47	366,66	615,99	611,59	727,29	617,22	608,38
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	820,76	290,89	655,77	762,20	769,93	592,14	744,65	559,68	646,72	656,54	326,02	361,15	565,82	910,98	841,79	663,73	614,80	703,94	869,44	164,24	396,28	666,39	661,62	786,97	667,72	658,14
Acima de 13 até	36,66	44,63	883,04	312,41	705,35	819,96	828,30	636,83	801,07	601,87	695,60	706,19	350,24	388,07	608,48	980,19	905,68	713,93	661,23	757,22	935,46	176,01	425,90	716,79	711,65	846,64	718,22	707,91

14																													
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	945,31	333,92	754,93	877,73	886,66	681,52	857,49	644,06	744,49	755,83	374,45	414,99	651,14	1049,40	969,57	764,12	707,66	810,51	1001,48	187,78	455,52	767,19	761,68	906,31	768,73	757,67
kg excedente ou fração	2,80	3,50	93,41	32,28	74,37	86,65	87,55	67,04	84,63	63,30	73,33	74,47	36,34	40,39	63,99	103,83	95,84	75,29	69,64	79,94	99,04	17,67	44,44	75,60	75,05	89,52	75,76	74,66

Origem: **Alagoas** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																										
Kg	AL		AC	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	71,15	62,80	46,01	20,61	23,09	36,76	33,07	36,26	31,30	35,78	44,06	50,24	38,71	19,15	18,42	28,93	50,45	40,08	20,61	63,85	63,89	59,36	52,13	19,15	44,42	44,10
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	131,10	114,39	80,82	30,03	34,98	62,33	54,96	61,31	51,40	60,37	76,91	89,29	66,24	27,10	25,65	46,69	89,70	68,97	30,03	116,50	116,58	107,53	93,08	27,10	77,65	77,03
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	191,03	165,98	115,62	39,45	46,88	87,90	76,85	86,35	71,50	84,95	109,74	128,33	93,76	35,05	32,88	64,44	128,95	97,85	39,45	169,15	169,25	155,70	134,02	35,05	110,87	109,95
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	250,97	217,57	150,42	48,86	58,77	113,47	98,73	111,38	91,61	109,54	142,58	167,37	121,27	42,99	40,10	82,19	168,19	126,74	48,86	221,80	221,93	203,87	174,96	42,99	144,09	142,87
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	310,91	269,15	185,22	58,28	70,67	139,04	120,61	136,42	111,71	134,13	175,42	206,41	148,78	50,93	47,33	99,94	207,43	155,62	58,28	274,45	274,60	252,04	215,91	50,93	177,32	175,78
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	370,85	320,74	220,02	67,70	82,56	164,61	142,50	161,45	131,81	158,71	208,25	245,45	176,30	58,87	54,55	117,69	246,67	184,50	67,70	327,11	327,27	300,21	256,85	58,87	210,54	208,70
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	430,79	372,33	254,82	77,11	94,45	190,17	164,38	186,49	151,91	183,30	241,09	284,48	203,81	66,82	61,78	135,44	285,92	213,39	77,11	379,76	379,94	348,37	297,79	66,82	243,77	241,62
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	490,73	423,91	289,62	86,53	106,35	215,74	186,26	211,53	172,02	207,88	273,92	323,52	231,32	74,76	69,01	153,18	325,16	242,27	86,53	432,41	432,61	396,54	338,73	74,76	276,99	274,54
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	550,67	475,50	324,42	95,95	118,24	241,31	208,15	236,56	192,12	232,47	306,76	362,56	258,83	82,70	76,23	170,93	364,40	271,16	95,95	485,06	485,28	444,71	379,67	82,70	310,22	307,45
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	610,61	527,09	359,22	105,36	130,13	266,88	230,03	261,60	212,22	257,05	339,59	401,60	286,35	90,64	83,46	188,68	403,65	300,04	105,36	537,71	537,96	492,88	420,62	90,64	343,44	340,37
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	670,55	578,67	394,02	114,78	142,03	292,45	251,92	286,63	232,32	281,64	372,43	440,64	313,86	98,59	90,69	206,43	442,89	328,93	114,78	590,36	590,63	541,05	461,56	98,59	376,67	373,29
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	730,49	630,26	428,83	124,20	153,92	318,02	273,80	311,67	252,43	306,22	405,26	479,68	341,37	106,53	97,91	224,18	482,13	357,81	124,20	643,01	643,30	589,22	502,50	106,53	409,89	406,21
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	790,43	681,85	463,63	133,61	165,81	343,58	295,68	336,71	272,53	330,81	438,10	518,71	368,89	114,47	105,14	241,93	521,37	386,70	133,61	695,67	695,97	637,38	543,44	114,47	443,11	439,12
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	850,36	733,43	498,43	143,03	177,71	369,15	317,57	361,74	292,63	355,40	470,93	557,75	396,40	122,42	112,36	259,67	560,62	415,58	143,03	748,32	748,64	685,55	584,38	122,42	476,34	472,04
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	910,30	785,02	533,23	152,45	189,60	394,72	339,45	386,78	312,73	379,98	503,77	596,79	423,91	130,36	119,59	277,42	599,86	444,47	152,45	800,97	801,32	733,72	625,33	130,36	509,56	504,96
kg excedente ou fração	2,80	3,50	89,91	77,38	52,20	14,12	17,84	38,35	32,82	37,55	30,15	36,88	49,25	58,56	41,27	11,91	10,84	26,62	58,86	43,33	14,12	78,98	79,01	72,25	61,41	11,91	49,84	49,38

Origem: **Alagoas**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																										
Kg	AL		AC	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	73,49	65,14	48,35	22,95	25,42	39,10	35,41	38,61	33,63	38,12	46,41	52,59	41,06	21,49	20,76	31,28	52,79	42,42	22,95	66,18	66,24	61,70	54,47	21,49	46,76	46,45
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	135,76	119,06	85,49	34,70	39,65	67,00	59,63	65,98	56,07	65,04	81,58	93,96	70,91	31,77	30,32	51,36	94,37	73,63	34,70	121,17	121,25	112,20	97,75	31,77	82,31	81,70
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	198,04	172,98	122,62	46,45	53,88	94,90	83,85	93,35	78,51	91,95	116,75	135,33	100,76	42,05	39,88	71,44	135,95	104,85	46,45	176,15	176,25	162,70	141,02	42,05	117,87	116,95
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	260,31	226,90	159,75	58,20	68,11	122,80	108,07	120,72	100,94	118,87	151,91	176,71	130,60	52,32	49,44	91,52	177,52	136,07	58,20	231,14	231,26	213,20	184,30	52,32	153,43	152,20
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	322,58	280,82	196,89	69,95	82,33	150,71	132,28	148,09	123,38	145,79	187,08	218,08	160,45	62,60	59,00	111,61	219,10	167,29	69,95	286,12	286,27	263,71	227,58	62,60	188,99	187,45
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	384,85	334,74	234,02	81,70	96,56	178,61	156,50	175,46	145,81	172,71	222,25	259,45	190,30	72,88	68,56	131,69	260,68	198,51	81,70	341,11	341,27	314,21	270,85	72,88	224,55	222,70
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	447,13	388,66	271,16	93,45	110,79	206,51	180,72	202,83	168,25	199,63	257,42	300,82	220,14	83,15	78,12	151,77	302,25	229,72	93,45	396,09	396,28	364,71	314,13	83,15	260,10	257,95
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	509,40	442,58	308,29	105,20	125,02	234,41	204,93	230,20	190,69	226,55	292,59	342,19	249,99	93,43	87,68	171,85	343,83	260,94	105,20	451,08	451,28	415,21	357,40	93,43	295,66	293,21
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	571,67	496,50	345,43	116,95	139,24	262,31	229,15	257,57	213,12	253,47	327,76	383,56	279,84	103,71	97,24	191,94	385,41	292,16	116,95	506,06	506,29	465,71	400,68	103,71	331,22	328,46
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	633,95	550,42	382,56	128,70	153,47	290,22	253,37	284,94	235,56	280,39	362,93	424,94	309,68	113,98	106,80	212,02	426,98	323,38	128,70	561,05	561,29	516,22	443,95	113,98	366,78	363,71
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	696,22	604,34	419,70	140,45	167,70	318,12	277,59	312,30	258,00	307,31	398,10	466,31	339,53	124,26	116,36	232,10	468,56	354,60	140,45	616,03	616,30	566,72	487,23	124,26	402,34	398,96
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	758,49	658,26	456,83	152,20	181,92	346,02	301,80	339,67	280,43	334,23	433,27	507,68	369,38	134,53	125,92	252,18	510,14	385,82	152,20	671,02	671,30	617,22	530,51	134,53	437,89	434,21
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	820,76	712,18	493,96	163,95	196,15	373,92	326,02	367,04	302,87	361,15	468,44	549,05	399,22	144,81	135,48	272,26	551,71	417,03	163,95	726,00	726,31	667,72	573,78	144,81	473,45	469,46
Acima de 13 até	36,66	44,63	883,04	766,11	531,10	175,70	210,38	401,82	350,24	394,41	325,30	388,07	503,61	590,42	429,07	155,09	145,04	292,35	593,29	448,25	175,70	780,99	781,32	718,22	617,06	155,09	509,01	504,71

14																												
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	945,31	820,03	568,23	187,45	224,61	429,73	374,45	421,78	347,74	414,99	538,78	631,80	458,92	165,36	154,60	312,43	634,87	479,47	187,45	835,97	836,32	768,73	660,33	165,36	544,57	539,96
kg excedente ou fração	2,80	3,50	93,41	80,88	55,70	17,62	21,34	41,85	36,32	41,05	33,65	40,38	52,75	62,06	44,77	15,41	14,34	30,12	62,36	46,83	17,62	82,48	82,51	75,75	64,91	15,41	53,34	52,88

Origem: **Amazonas** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	AM		AC	AL	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	30,36	62,80	41,65	55,27	51,56	44,38	59,68	42,87	40,83	55,32	45,24	36,94	32,71	59,77	59,82	43,76	57,86	59,16	58,02	23,70	22,22	65,28	62,48	57,23	57,84	50,08
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	49,56	114,39	72,10	99,35	91,93	77,54	108,19	74,55	70,48	99,43	79,26	62,70	54,23	108,33	108,48	76,34	104,54	107,12	104,85	36,19	33,26	119,35	113,76	103,28	104,50	88,99
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	68,74	165,98	102,54	143,42	132,30	110,71	156,68	106,22	100,12	143,52	113,29	88,45	75,74	156,89	157,11	108,91	151,22	155,09	151,67	48,68	44,30	173,41	165,02	149,31	151,16	127,88
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	87,92	217,57	132,98	187,49	172,67	143,87	205,18	137,89	129,77	187,62	147,31	114,21	97,26	205,45	205,75	141,47	197,89	203,05	198,49	61,17	55,33	227,47	216,28	195,35	197,81	166,78
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	107,10	269,15	163,42	231,57	213,04	177,03	253,68	169,56	159,41	231,71	181,33	139,96	118,77	254,00	254,39	174,04	244,57	251,01	245,30	73,65	66,37	281,54	267,53	241,39	244,46	205,67
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	126,28	320,74	193,86	275,64	253,41	210,20	302,17	201,23	189,05	275,80	215,35	165,71	140,29	302,56	303,03	206,61	291,24	298,98	292,12	86,14	77,40	335,60	318,79	287,43	291,12	244,57
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	145,47	372,33	224,30	319,71	293,78	243,36	350,67	232,90	218,69	319,90	249,38	191,46	161,80	351,12	351,67	239,18	337,91	346,94	338,94	98,63	88,43	389,66	370,05	333,47	337,77	283,46
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	164,65	423,91	254,74	363,79	334,15	276,52	399,16	264,57	248,33	363,99	283,40	217,22	183,32	399,67	400,31	271,75	384,59	394,91	385,75	111,12	99,47	443,73	421,31	379,51	384,42	322,36
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	183,83	475,50	285,18	407,86	374,52	309,68	447,66	296,23	277,97	408,09	317,42	242,97	204,83	448,23	448,95	304,32	431,26	442,87	432,57	123,60	110,50	497,79	472,57	425,55	431,08	361,25
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	203,01	527,09	315,62	451,94	414,88	342,85	496,15	327,90	307,62	452,18	351,45	268,72	226,35	496,79	497,59	336,89	477,94	490,83	479,39	136,09	121,54	551,86	523,83	471,59	477,73	400,15
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	222,19	578,67	346,06	496,01	455,25	376,01	544,65	359,57	337,26	496,28	385,47	294,47	247,86	545,35	546,23	369,46	524,61	538,80	526,21	148,58	132,57	605,92	575,09	517,63	524,38	439,04
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	241,37	630,26	376,50	540,09	495,62	409,17	593,15	391,24	366,90	540,37	419,49	320,23	269,38	593,90	594,87	402,03	571,28	586,76	573,02	161,07	143,60	659,98	626,35	563,67	571,04	477,94
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	260,55	681,85	406,94	584,16	535,99	442,34	641,64	422,91	396,54	584,47	453,51	345,98	290,89	642,46	643,50	434,60	617,96	634,72	619,84	173,55	154,64	714,05	677,61	609,71	617,69	516,83
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	279,74	733,43	437,38	628,23	576,36	475,50	690,14	454,58	426,18	628,56	487,54	371,73	312,41	691,02	692,14	467,17	664,63	682,69	666,66	186,04	165,67	768,11	728,87	655,75	664,34	555,73
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	298,92	785,02	467,82	672,31	616,73	508,66	738,63	486,25	455,83	672,66	521,56	397,48	333,92	739,58	740,78	499,74	711,30	730,65	713,47	198,53	176,71	822,18	780,13	701,79	711,00	594,62
kg excedente ou fração	2,80	3,50	28,77	77,38	45,66	66,11	60,55	49,74	72,74	47,50	44,46	66,14	51,03	38,63	32,27	72,84	72,96	48,85	70,01	71,94	70,23	18,73	16,55	81,10	76,89	69,06	69,98	58,34

Origem: **Amazonas**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	AM		AC	AL	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	32,71	65,14	43,99	57,60	53,90	46,71	62,03	45,22	43,17	57,67	47,57	39,28	35,05	62,11	62,17	46,10	60,20	61,49	60,37	26,04	24,56	67,61	64,83	59,57	60,18	52,43
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	54,23	119,06	76,77	104,01	96,60	82,21	112,86	79,22	75,15	104,09	83,93	67,37	58,89	113,00	113,14	81,00	109,21	111,79	109,52	40,86	37,93	124,01	118,42	107,94	109,17	93,65
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	75,74	172,98	109,54	150,42	139,30	117,71	163,69	113,22	107,12	150,52	120,29	95,46	82,74	163,89	164,12	115,91	158,22	162,09	158,67	55,68	51,30	180,41	172,02	156,32	158,16	134,88
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	97,26	226,90	142,31	196,83	182,01	153,20	214,51	147,23	139,10	196,95	156,64	123,54	106,59	214,78	215,09	150,81	207,23	212,39	207,82	70,50	64,67	236,81	225,61	204,69	207,15	176,11
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	118,77	280,82	175,09	243,24	224,71	188,70	265,34	181,23	171,08	243,38	193,00	151,63	130,44	265,67	266,06	185,71	256,23	262,68	256,97	85,32	78,03	293,21	279,20	253,06	256,13	217,34
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	140,29	334,74	207,86	289,64	267,41	224,20	316,17	215,23	203,05	289,81	229,36	179,71	154,29	316,56	317,03	220,62	305,24	312,98	306,12	100,14	91,40	349,60	332,80	301,43	305,12	258,57
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	161,80	388,66	240,64	336,05	310,11	259,69	367,00	249,23	235,03	336,24	265,71	207,80	178,14	367,45	368,01	255,52	354,25	363,28	355,27	114,96	104,77	406,00	386,39	349,81	354,11	299,80
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	183,32	442,58	273,41	382,46	352,82	295,19	417,83	283,24	267,00	382,66	302,07	235,89	201,99	418,34	418,98	290,42	403,26	413,57	404,42	129,79	118,14	462,40	439,98	398,18	403,09	341,03
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	204,83	496,50	306,18	428,87	395,52	330,69	468,66	317,24	298,98	429,09	338,43	263,97	225,84	469,24	469,95	325,32	452,26	463,87	453,58	144,61	131,51	518,80	493,58	446,55	452,08	382,25
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	226,35	550,42	338,96	475,27	438,22	366,18	519,49	351,24	330,95	475,52	374,78	292,06	249,68	520,13	520,92	360,23	501,27	514,17	502,73	159,43	144,87	575,19	547,17	494,93	501,07	423,48
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	247,86	604,34	371,73	521,68	480,92	401,68	570,32	385,24	362,93	521,95	411,14	320,15	273,53	571,02	571,90	395,13	550,28	564,47	551,88	174,25	158,24	631,59	600,76	543,30	550,05	464,71
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	269,38	658,26	404,51	568,09	523,63	437,18	621,15	419,25	394,91	568,38	447,50	348,23	297,38	621,91	622,87	430,03	599,29	614,76	601,03	189,07	171,61	687,99	654,35	591,67	599,04	505,94
Acima de 12 até	34,80	42,29	290,89	712,18	437,28	614,50	566,33	472,67	671,98	453,25	426,88	614,80	483,85	376,32	321,23	672,80	673,84	464,94	648,30	665,06	650,18	203,89	184,98	744,39	707,95	640,05	648,03	547,17

13																												
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	312,41	766,11	470,05	660,91	609,03	508,17	722,81	487,25	458,86	661,23	520,21	404,40	345,08	723,69	724,82	499,84	697,30	715,36	699,33	218,71	198,34	800,78	761,54	688,42	697,02	588,40
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	333,92	820,03	502,83	707,31	651,73	543,67	773,64	521,25	490,83	707,66	556,56	432,49	368,93	774,58	775,79	534,74	746,31	765,66	748,48	233,53	211,71	857,18	815,13	736,79	746,00	629,63
kg excedente ou fração	2,80	3,50	32,27	80,88	49,16	69,61	64,05	53,24	76,24	51,00	47,96	69,64	54,53	42,13	35,77	76,34	76,46	52,35	73,51	75,45	73,73	22,23	20,05	84,60	80,39	72,56	73,48	61,84

Origem: **Amapá** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	AP		AC	AL	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	58,45	46,01	41,65	47,63	37,39	45,35	57,00	43,65	33,46	54,50	53,41	48,72	20,81	46,24	47,08	31,93	64,48	60,55	44,56	50,40	42,33	72,88	68,26	46,88	61,14	51,24
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	105,71	80,82	72,10	84,05	63,60	79,51	102,83	76,13	55,72	97,83	95,62	86,22	30,44	81,27	82,95	52,65	117,77	109,91	77,93	89,64	73,45	134,53	125,34	82,54	111,10	91,32
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	152,96	115,62	102,54	120,47	89,81	113,65	148,64	108,60	77,97	141,15	137,83	123,73	40,06	116,30	118,81	73,37	171,05	159,26	111,30	128,86	104,57	196,19	182,42	118,20	161,04	131,38
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	200,21	150,42	132,98	156,89	116,01	147,80	194,45	141,06	100,23	184,46	180,04	161,23	49,68	151,32	154,68	94,08	224,34	208,62	144,67	168,09	135,68	257,85	239,49	153,86	210,99	171,44
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	247,45	185,22	163,42	193,31	142,21	181,95	240,27	173,53	122,48	227,78	222,25	198,73	59,30	186,35	190,54	114,80	277,63	257,97	178,04	207,31	166,80	319,51	296,56	189,52	260,94	211,51
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	294,70	220,02	193,86	229,72	168,41	216,09	286,08	206,00	144,73	271,10	264,46	236,23	68,93	221,37	226,41	135,52	330,91	307,33	211,40	246,53	197,91	381,17	353,64	225,18	310,89	251,57
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	341,95	254,82	224,30	266,14	194,62	250,24	331,90	238,47	166,98	314,41	306,68	273,74	78,55	256,40	262,27	156,23	384,20	356,69	244,77	285,75	229,03	442,83	410,71	260,84	360,84	291,63
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	389,19	289,62	254,74	302,56	220,82	284,38	377,71	270,93	189,23	357,73	348,89	311,24	88,17	291,42	298,14	176,95	437,48	406,04	278,14	324,98	260,14	504,49	467,78	296,50	410,79	331,69
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	436,44	324,42	285,18	338,98	247,02	318,53	423,52	303,40	211,49	401,05	391,10	348,74	97,79	326,45	334,00	197,67	490,77	455,40	311,51	364,20	291,26	566,14	524,86	332,16	460,74	371,75
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	483,69	359,22	315,62	375,40	273,23	352,67	469,34	335,87	233,74	444,36	433,31	386,25	107,41	361,48	369,87	218,38	544,06	504,75	344,87	403,42	322,38	627,80	581,93	367,82	510,69	411,81
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	530,93	394,02	346,06	411,81	299,43	386,82	515,15	368,33	255,99	487,68	475,52	423,75	117,03	396,50	405,73	239,10	597,34	554,11	378,24	442,64	353,49	689,46	639,00	403,48	560,64	451,88
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	578,18	428,83	376,50	448,23	325,63	420,96	560,97	400,80	278,24	531,00	517,73	461,25	126,65	431,53	441,60	259,82	650,63	603,46	411,61	481,87	384,61	751,12	696,07	439,14	610,59	491,94
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	625,43	463,63	406,94	484,65	351,83	455,11	606,78	433,27	300,49	574,31	559,94	498,75	136,27	466,55	477,46	280,53	703,91	652,82	444,98	521,09	415,72	812,78	753,15	474,80	660,54	532,00
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	672,68	498,43	437,38	521,07	378,04	489,26	652,59	465,73	322,74	617,63	602,15	536,26	145,90	501,58	513,33	301,25	757,20	702,17	478,34	560,31	446,84	874,44	810,22	510,46	710,49	572,06
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	719,92	533,23	467,82	557,49	404,24	523,40	698,41	498,20	345,00	660,95	644,36	573,76	155,52	536,61	549,20	321,97	810,49	751,53	511,71	599,53	477,96	936,10	867,29	546,12	760,44	612,12
kg excedente ou fração	2,80	3,50	70,87	52,20	45,66	54,63	39,30	51,22	68,72	48,70	33,38	64,97	63,32	56,25	14,43	52,54	53,80	31,07	79,93	74,03	50,05	58,83	46,67	92,49	85,61	53,49	74,92	60,09

Origem: **Amapá**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	AP		AC	AL	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	60,80	48,36	43,99	49,97	39,76	47,70	59,36	45,99	35,80	56,86	55,75	51,06	23,18	48,58	49,42	34,28	66,85	62,89	46,92	52,77	44,67	75,22	70,62	49,22	63,50	53,61
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	110,38	85,50	76,76	88,73	68,30	84,18	107,52	80,79	60,39	102,51	100,31	90,91	35,14	85,95	87,64	57,34	122,48	114,59	82,63	94,32	78,13	139,22	130,03	87,23	115,80	96,01
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	159,97	122,64	109,54	127,49	96,85	120,66	155,67	115,59	84,98	148,16	144,86	130,76	47,11	123,32	125,85	80,40	178,12	166,29	118,34	135,88	111,59	203,23	189,44	125,24	168,09	138,40
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	209,55	159,79	142,32	166,24	125,39	157,15	203,82	150,39	109,56	193,81	189,42	170,61	59,07	160,70	164,06	103,47	233,75	217,99	154,05	177,44	145,05	267,23	248,86	163,24	220,38	180,80
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	259,14	196,93	175,09	205,00	153,94	193,63	251,97	185,19	134,15	239,46	233,98	210,46	71,03	198,07	202,27	126,53	289,39	269,69	189,76	218,99	178,50	331,24	308,27	201,25	272,67	223,20
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	308,72	234,07	207,87	243,76	182,48	230,11	300,12	219,99	158,74	285,11	278,54	250,31	83,00	235,44	240,49	149,60	345,02	321,39	225,47	260,55	211,96	395,24	367,68	239,26	324,96	265,60
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	358,31	271,21	240,64	282,52	211,03	266,60	348,28	254,79	183,33	330,76	323,10	290,16	94,96	272,81	278,70	172,66	400,66	373,09	261,18	302,10	245,42	459,25	427,09	277,26	377,25	307,99
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	407,89	308,36	273,42	321,28	239,58	303,08	396,43	289,59	207,91	376,41	367,65	330,01	106,92	310,18	316,91	195,72	456,29	424,79	296,89	343,66	278,88	523,26	486,50	315,27	429,54	350,39
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	457,48	345,50	306,20	360,03	268,12	339,56	444,58	324,39	232,50	422,06	412,21	369,86	118,89	347,55	355,12	218,79	511,93	476,49	332,60	385,21	312,34	587,26	545,91	353,28	481,84	392,79
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	507,06	382,64	338,97	398,79	296,67	376,05	492,73	359,19	257,09	467,71	456,77	409,71	130,85	384,92	393,33	241,85	567,56	528,19	368,31	426,77	345,80	651,27	605,32	391,29	534,13	435,19
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	556,65	419,79	371,75	437,55	325,21	412,53	540,88	393,99	281,68	513,36	501,33	449,56	142,82	422,29	431,55	264,91	623,20	579,89	404,02	468,33	379,25	715,27	664,73	429,29	586,42	477,58
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	606,23	456,93	404,52	476,31	353,76	449,01	589,03	428,79	306,27	559,01	545,89	489,41	154,78	459,66	469,76	287,98	678,83	631,59	439,73	509,88	412,71	779,28	724,14	467,30	638,71	519,98
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	655,81	494,07	437,30	515,07	382,30	485,50	637,19	463,59	330,85	604,66	590,45	529,26	166,75	497,03	507,97	311,04	734,47	683,29	475,44	551,44	446,17	843,28	783,55	505,31	691,00	562,38

Acima de 13 até 14	36,66	44,63	705,40	531,22	470,08	553,82	410,85	521,98	685,34	498,39	355,44	650,31	635,00	569,11	178,71	534,40	546,18	334,11	790,10	734,99	511,15	592,99	479,63	907,29	842,96	543,32	743,29	604,77
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	754,98	568,36	502,85	592,58	439,39	558,47	733,49	533,20	380,03	695,96	679,56	608,96	190,67	571,77	584,39	357,17	845,74	786,69	546,86	634,55	513,09	971,29	902,37	581,32	795,58	647,17
kg excedente ou fração	2,80	3,50	74,38	55,71	49,16	58,14	42,82	54,72	72,23	52,20	36,88	68,47	66,84	59,77	17,95	56,06	57,32	34,60	83,45	77,55	53,56	62,33	50,19	96,01	89,12	57,01	78,44	63,60

Origem: **Bahia** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	**BA**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	66,62	20,61	55,27	47,63	29,05	29,50	25,66	29,32	34,12	27,43	38,85	44,33	39,89	24,63	22,56	29,07	41,69	31,84	26,11	59,48	62,84	50,68	44,13	19,97	36,19	36,87
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	122,07	30,03	99,35	84,05	46,90	47,82	40,12	47,43	57,05	43,66	66,49	77,48	68,60	38,10	33,96	46,94	72,18	52,51	41,04	107,78	114,49	90,15	77,07	28,76	61,19	62,56
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	177,50	39,45	143,42	120,47	64,75	66,12	54,58	65,53	79,98	59,90	94,12	110,62	97,30	51,55	45,34	64,81	102,66	73,16	55,97	156,07	166,14	129,62	110,01	37,54	86,18	88,23
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	232,94	48,86	187,49	156,89	82,60	84,42	69,03	83,62	102,91	76,13	121,76	143,77	126,00	64,99	56,72	82,68	133,14	93,82	70,89	204,36	217,79	169,09	142,95	46,33	111,18	113,90
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	288,37	58,28	231,57	193,31	100,45	102,72	83,48	101,72	125,83	92,36	149,40	176,91	154,70	78,44	68,11	100,55	163,62	114,47	85,81	252,65	269,44	208,56	175,89	55,11	136,17	139,57
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	343,81	67,70	275,64	229,72	118,30	121,02	97,93	119,82	148,76	108,60	177,03	210,05	183,40	91,89	79,49	118,42	194,11	135,13	100,74	300,94	321,09	248,03	208,82	63,89	161,17	165,24
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	399,24	77,11	319,71	266,14	136,15	139,32	112,38	137,91	171,69	124,83	204,67	243,19	212,10	105,34	90,87	136,30	224,59	155,78	115,66	349,23	372,73	287,49	241,76	72,67	186,16	190,91
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	454,68	86,53	363,79	302,56	154,00	157,63	126,84	156,01	194,62	141,06	232,30	276,34	240,80	118,79	102,25	154,17	255,07	176,44	130,58	397,53	424,38	326,96	274,70	81,45	211,16	216,58
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	510,12	95,95	407,86	338,98	171,85	175,93	141,29	174,11	217,54	157,30	259,94	309,48	269,50	132,24	113,63	172,04	285,55	197,09	145,51	445,82	476,03	366,43	307,64	90,24	236,15	242,25
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	565,55	105,36	451,94	375,40	189,70	194,23	155,74	192,20	240,47	173,53	287,58	342,62	298,20	145,69	125,02	189,91	316,03	217,75	160,43	494,11	527,68	405,90	340,57	99,02	261,15	267,92
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	620,99	114,78	496,01	411,81	207,55	212,53	170,20	210,30	263,40	189,77	315,21	375,76	326,90	159,14	136,40	207,78	346,51	238,40	175,35	542,40	579,33	445,37	373,51	107,80	286,14	293,59
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	676,42	124,20	540,09	448,23	225,41	230,83	184,65	228,39	286,33	206,00	342,85	408,91	355,60	172,59	147,78	225,65	376,99	259,06	190,28	590,69	630,98	484,83	406,45	116,58	311,14	319,26
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	731,86	133,61	584,16	484,65	243,26	249,13	199,10	246,49	309,25	222,23	370,48	442,05	384,30	186,04	159,16	243,52	407,47	279,71	205,20	638,98	682,62	524,30	439,39	125,36	336,13	344,94
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	787,29	143,03	628,23	521,07	261,11	267,43	213,55	264,59	332,18	238,47	398,12	475,19	413,00	199,49	170,54	261,39	437,96	300,37	220,12	687,27	734,27	563,77	472,33	134,15	361,13	370,61
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	842,73	152,45	672,31	557,49	278,96	285,73	228,01	282,68	355,11	254,70	425,75	508,33	441,70	212,94	181,92	279,26	468,44	321,03	235,05	735,56	785,92	603,24	505,26	142,93	386,12	396,28
kg excedente ou fração	2,80	3,50	83,15	14,12	66,11	54,63	26,78	27,45	21,68	27,14	34,39	24,35	41,45	49,71	43,05	20,17	17,07	26,81	45,72	30,98	22,38	72,44	77,47	59,20	49,41	13,17	37,49	38,51

Origem: **Bahia**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	**BA**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	68,97	22,95	57,60	49,97	31,38	31,85	28,00	31,67	36,46	29,76	41,19	46,67	42,23	26,98	24,91	31,40	44,03	34,19	28,45	61,82	65,18	53,02	46,47	22,31	38,53	39,22
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	126,74	34,70	104,01	88,72	51,57	52,49	44,79	52,10	61,72	48,33	71,16	82,15	73,26	42,76	38,63	51,61	76,85	57,17	45,71	112,45	119,16	94,82	81,74	33,43	65,85	67,23
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	184,50	46,45	150,42	127,47	71,75	73,12	61,58	72,53	86,98	66,90	101,13	117,63	104,30	58,55	52,34	71,81	109,66	80,16	62,97	163,07	173,14	136,62	117,01	44,54	93,18	95,23
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	242,27	58,20	196,83	166,22	91,93	93,76	78,36	92,96	112,24	85,47	131,10	153,10	135,33	74,33	66,06	92,02	142,48	103,15	80,22	213,70	227,13	178,42	152,28	55,66	120,51	123,23
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	300,04	69,95	243,24	204,98	112,12	114,39	95,15	113,39	137,50	104,03	161,07	188,58	166,37	90,11	79,77	112,22	175,29	126,14	97,48	264,32	281,11	220,23	187,55	66,78	147,84	151,24
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	357,81	81,70	289,64	243,73	132,30	135,03	111,93	133,82	162,76	122,60	191,03	224,05	197,40	105,90	93,49	132,43	208,11	149,13	114,74	314,95	335,09	262,03	222,83	77,89	175,17	179,24
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	415,58	93,45	336,05	282,48	152,49	155,66	128,72	154,25	188,03	141,17	221,00	259,53	228,43	121,68	107,21	152,63	240,92	172,12	132,00	365,57	389,07	303,83	258,10	89,01	202,50	207,25
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	473,35	105,20	382,46	321,23	172,67	176,30	145,51	174,68	213,29	159,73	250,97	295,01	259,47	137,46	120,92	172,84	273,74	195,11	149,25	416,20	443,05	345,63	293,37	100,12	229,83	235,25
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	531,12	116,95	428,87	359,98	192,86	196,93	162,29	195,11	238,55	178,30	280,94	330,48	290,50	153,24	134,64	193,04	306,55	218,10	166,51	466,82	497,03	387,43	328,64	111,24	257,16	263,26
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	588,89	128,70	475,27	398,73	213,04	217,57	179,08	215,54	263,81	196,87	310,91	365,96	321,54	169,03	148,35	213,25	339,37	241,09	183,77	517,44	551,02	429,23	363,91	122,35	284,48	291,26
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	646,66	140,45	521,68	437,48	233,23	238,20	195,87	235,97	289,07	215,44	340,88	401,44	352,57	184,81	162,07	233,45	372,18	264,08	201,02	568,07	605,00	471,04	399,18	133,47	311,81	319,26
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	704,43	152,20	568,09	476,24	253,41	258,83	212,65	256,40	314,33	234,00	370,85	436,91	383,61	200,59	175,78	253,66	405,00	287,06	218,28	618,69	658,98	512,84	434,46	144,59	339,14	347,27
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	762,20	163,95	614,50	514,99	273,59	279,47	229,44	276,83	339,59	252,57	400,82	472,39	414,64	216,38	189,50	273,86	437,81	310,05	235,54	669,32	712,96	554,64	469,73	155,70	366,47	375,27
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	819,96	175,70	660,91	553,74	293,78	300,10	246,22	297,26	364,85	271,14	430,79	507,86	445,67	232,16	203,21	294,07	470,63	333,04	252,80	719,94	766,95	596,44	505,00	166,82	393,80	403,28
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	877,73	187,45	707,31	592,49	313,96	320,74	263,01	317,69	390,11	289,70	460,76	543,34	476,71	247,94	216,93	314,27	503,44	356,03	270,05	770,57	820,93	638,24	540,27	177,93	421,13	431,28
kg excedente ou fração	2,80	3,50	86,65	17,62	69,61	58,13	30,28	30,95	25,18	30,64	37,89	27,85	44,95	53,21	46,55	23,67	20,57	30,31	49,22	34,48	25,88	75,94	80,97	62,70	52,91	16,67	40,99	42,01

Origem: **Ceará** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	**CE**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	67,23	23,09	51,56	37,39	29,05	40,37	43,15	39,14	21,63	43,62	48,79	50,95	30,21	20,77	21,43	19,90	57,75	49,36	19,81	59,68	55,02	66,62	60,66	24,29	52,31	46,83
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	123,28	34,98	91,93	63,60	46,90	69,54	75,11	67,12	32,06	76,05	86,41	90,71	49,21	30,34	31,65	28,60	104,32	87,51	28,41	108,19	98,85	122,07	110,15	37,40	93,45	82,48
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	179,30	46,88	132,30	89,81	64,75	98,69	107,06	95,09	42,48	108,45	124,01	130,46	68,21	39,90	41,86	37,28	150,87	125,65	37,01	156,68	142,68	177,50	159,63	50,50	134,58	118,12
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	235,33	58,77	172,67	116,01	82,60	127,84	139,02	123,05	52,90	140,86	161,62	170,22	87,21	49,46	52,08	45,96	197,42	163,79	45,61	205,18	186,51	232,94	209,11	63,60	175,70	153,76
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	291,36	70,67	213,04	142,21	100,45	156,99	170,97	151,01	63,32	173,27	199,22	209,97	106,20	59,02	62,29	54,64	243,97	201,93	54,21	253,68	230,34	288,37	258,59	76,70	216,83	189,40
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	347,39	82,56	253,41	168,41	118,30	186,14	202,93	178,98	73,74	205,67	236,83	249,73	125,20	68,58	72,51	63,32	290,52	240,06	62,80	302,17	274,17	343,81	308,07	89,81	257,95	225,04
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	403,42	94,45	293,78	194,62	136,15	215,29	234,88	206,94	84,16	238,08	274,43	289,48	144,20	78,14	82,72	72,00	337,07	278,20	71,40	350,67	318,00	399,24	357,55	102,91	299,08	260,68
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	459,45	106,35	334,15	220,82	154,00	244,44	266,84	234,90	94,58	270,48	312,04	329,23	163,19	87,70	92,94	80,68	383,63	316,34	80,00	399,16	361,82	454,68	407,02	116,01	340,21	296,32
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	515,48	118,24	374,52	247,02	171,85	273,59	298,79	262,87	104,99	302,89	349,64	368,99	182,19	97,26	103,15	89,36	430,18	354,47	88,60	447,66	405,65	510,12	456,50	129,11	381,33	331,96
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	571,51	130,13	414,88	273,23	189,70	302,74	330,75	290,83	115,41	335,29	387,25	408,74	201,19	106,82	113,37	98,03	476,73	392,61	97,20	496,15	449,48	565,55	505,98	142,21	422,46	367,60
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	627,54	142,03	455,25	299,43	207,55	331,90	362,70	318,79	125,83	367,70	424,85	448,50	220,19	116,38	123,58	106,71	523,28	430,75	105,79	544,65	493,31	620,99	555,46	155,31	463,59	403,24
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	683,57	153,92	495,62	325,63	225,41	361,05	394,66	346,76	136,25	400,10	462,46	488,25	239,18	125,94	133,80	115,39	569,83	468,89	114,39	593,15	537,14	676,42	604,94	168,41	504,71	438,88
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	739,60	165,81	535,99	351,83	243,26	390,20	426,61	374,72	146,67	432,51	500,06	528,01	258,18	135,50	144,01	124,07	616,38	507,02	122,99	641,64	580,97	731,86	654,42	181,52	545,84	474,52
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	795,62	177,71	576,36	378,04	261,11	419,35	458,57	402,68	157,09	464,92	537,67	567,76	277,18	145,06	154,23	132,75	662,93	545,16	131,59	690,14	624,79	787,29	703,89	194,62	586,96	510,16
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	851,65	189,60	616,73	404,24	278,96	448,50	490,53	430,65	167,51	497,32	575,28	607,52	296,17	154,62	164,44	141,43	709,48	583,30	140,18	738,63	668,62	842,73	753,37	207,72	628,09	545,80
kg excedente ou fração	2,80	3,50	84,04	17,84	60,55	39,30	26,78	43,73	47,93	41,94	15,63	48,61	56,41	59,63	28,49	14,34	15,32	13,02	69,83	57,21	12,90	72,74	65,74	83,15	74,22	19,65	61,69	53,46

Origem: **Ceará**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	**CE**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	69,58	25,42	53,90	39,73	31,38	42,72	45,49	41,49	23,97	45,98	51,14	53,29	32,55	23,11	23,77	22,25	60,10	51,71	22,15	62,03	57,36	68,97	63,01	26,63	54,66	49,17
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	127,94	39,65	96,60	68,27	51,57	74,21	79,77	71,79	36,72	80,72	91,07	95,37	53,88	35,00	36,31	33,26	108,99	92,18	33,08	112,86	103,52	126,74	114,82	42,07	98,12	87,14
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	186,31	53,88	139,30	96,81	71,75	105,69	114,06	102,09	49,48	115,46	131,01	137,46	75,21	46,90	48,86	44,28	157,87	132,65	44,01	163,69	149,68	184,50	166,63	57,50	141,58	125,12
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	244,67	68,11	182,01	125,34	91,93	137,18	148,35	132,39	62,23	150,19	170,95	179,55	96,54	58,79	61,41	55,29	206,76	173,12	54,94	214,51	195,85	242,27	218,45	72,94	185,04	163,09
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	303,03	82,33	224,71	153,88	112,12	168,66	182,64	162,68	74,98	184,93	210,89	221,64	117,87	70,69	73,96	66,30	255,64	213,59	65,87	265,34	242,01	300,04	270,26	88,37	228,50	201,07
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	361,39	96,56	267,41	182,42	132,30	200,14	216,93	192,98	87,74	219,67	250,83	263,73	139,20	82,58	86,51	77,32	304,53	254,06	76,81	316,17	288,17	357,81	322,07	103,81	271,96	239,04
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	419,76	110,79	310,11	210,95	152,49	231,63	251,22	223,28	100,49	254,41	290,77	305,82	160,53	94,47	99,06	88,33	353,41	294,54	87,74	367,00	334,33	415,58	373,88	119,24	315,42	277,01
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	478,12	125,02	352,82	239,49	172,67	263,11	285,51	253,57	113,24	289,15	330,71	347,90	181,86	106,37	111,61	99,35	402,30	335,01	98,67	417,83	380,49	473,35	425,69	134,68	358,88	314,99
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	536,48	139,24	395,52	268,03	192,86	294,60	319,80	283,87	126,00	323,89	370,65	389,99	203,19	118,26	124,16	110,36	451,18	375,48	109,60	468,66	426,66	531,12	477,51	150,11	402,34	352,96
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	594,85	153,47	438,22	296,56	213,04	326,08	354,09	314,17	138,75	358,63	410,59	432,08	224,52	130,15	136,70	121,37	500,06	415,95	120,53	519,49	472,82	588,89	529,32	165,55	445,80	390,93
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	653,21	167,70	480,92	325,10	233,23	357,57	388,37	344,46	151,50	393,37	450,52	474,17	245,86	142,05	149,25	132,39	548,95	456,42	131,46	570,32	518,98	646,66	581,13	180,98	489,26	428,91
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	711,57	181,92	523,63	353,64	253,41	389,05	422,66	374,76	164,26	428,11	490,46	516,26	267,19	153,94	161,80	143,40	597,83	496,89	142,40	621,15	565,14	704,43	632,94	196,42	532,72	466,88
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	769,93	196,15	566,33	382,17	273,59	420,53	456,95	405,06	177,01	462,85	530,40	558,35	288,52	165,83	174,35	154,41	646,72	537,36	153,33	671,98	611,30	762,20	684,75	211,85	576,18	504,85

Acima de 13 até 14	36,66	44,63	828,30	210,38	609,03	410,71	293,78	452,02	491,24	435,36	189,77	497,59	570,34	600,43	309,85	177,73	186,90	165,43	695,60	577,83	164,26	722,81	657,47	819,96	736,57	227,29	619,64	542,83
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	886,66	224,61	651,73	439,25	313,96	483,50	525,53	465,65	202,52	532,33	610,28	642,52	331,18	189,62	199,45	176,44	744,49	618,31	175,19	773,64	703,63	877,73	788,38	242,72	663,10	580,80
kg excedente ou fração	2,80	3,50	87,54	21,34	64,05	42,80	30,28	47,23	51,43	45,44	19,13	52,11	59,91	63,13	32,00	17,84	18,82	16,52	73,33	60,71	16,40	76,24	69,24	86,65	77,72	23,15	65,19	56,96

Origem: **Distrito Federal** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	DF		AC	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	53,54	36,76	44,38	45,35	29,50	40,37	28,59	18,38	36,80	20,90	25,27	26,98	37,98	40,80	39,78	33,57	29,43	26,57	41,49	43,69	53,54	38,21	33,39	32,75	25,47	25,59
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	95,91	62,33	77,54	79,51	47,82	69,54	46,00	25,55	62,39	30,62	39,37	42,76	64,77	70,42	68,39	55,95	47,66	41,94	71,79	76,21	95,91	65,22	55,60	54,31	39,77	39,98
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	138,26	87,90	110,71	113,65	66,12	98,69	63,40	32,71	87,98	40,33	53,45	58,55	91,55	100,02	96,99	78,32	65,87	57,32	102,09	108,72	138,26	92,22	77,79	75,86	54,06	54,37
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	180,61	113,47	143,87	147,80	84,42	127,84	80,80	39,88	113,57	50,03	67,53	74,33	118,32	129,62	125,59	100,70	84,09	72,69	132,39	141,23	180,61	119,22	99,98	97,42	68,35	68,76
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	222,97	139,04	177,03	181,95	102,72	156,99	98,20	47,04	139,16	59,73	81,62	90,11	145,10	159,22	154,19	123,07	102,31	88,07	162,68	173,74	222,97	146,22	122,17	118,98	82,64	83,15
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	265,32	164,61	210,20	216,09	121,02	186,14	115,60	54,21	164,75	69,44	95,70	105,90	171,87	188,82	182,78	145,45	120,53	103,44	192,98	206,24	265,32	173,22	144,36	140,53	96,93	97,54
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	307,68	190,17	243,36	250,24	139,32	215,29	133,00	61,37	190,34	79,14	109,79	121,68	198,65	218,42	211,38	167,82	138,75	118,81	223,28	238,75	307,68	200,23	166,55	162,09	111,22	111,93
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	350,03	215,74	276,52	284,38	157,63	244,44	150,40	68,54	215,93	88,84	123,87	137,46	225,43	248,03	239,98	190,20	156,97	134,19	253,57	271,26	350,03	227,23	188,74	183,64	125,51	126,33
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	392,39	241,31	309,68	318,53	175,93	273,59	167,80	75,70	241,52	98,55	137,95	153,24	252,20	277,63	268,58	212,57	175,19	149,56	283,87	303,77	392,39	254,23	210,93	205,20	139,80	140,72
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	434,74	266,88	342,85	352,67	194,23	302,74	185,20	82,87	267,10	108,25	152,04	169,03	278,98	307,23	297,18	234,94	193,41	164,93	314,17	336,28	434,74	281,23	233,12	226,76	154,08	155,11
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	477,10	292,45	376,01	386,82	212,53	331,90	202,60	90,03	292,69	117,95	166,12	184,81	305,75	336,83	325,77	257,32	211,63	180,31	344,46	368,78	477,10	308,23	255,31	248,31	168,37	169,50
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	519,45	318,02	409,17	420,96	230,83	361,05	220,00	97,20	318,28	127,66	180,21	200,59	332,53	366,43	354,37	279,69	229,85	195,68	374,76	401,29	519,45	335,23	277,50	269,87	182,66	183,89
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	561,80	343,58	442,34	455,11	249,13	390,20	237,40	104,36	343,87	137,36	194,29	216,38	359,31	396,03	382,97	302,07	248,07	211,06	405,06	433,80	561,80	362,23	299,69	291,42	196,95	198,28
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	604,16	369,15	475,50	489,26	267,43	419,35	254,80	111,53	369,46	147,06	208,37	232,16	386,08	425,63	411,57	324,44	266,29	226,43	435,36	466,31	604,16	389,23	321,89	312,98	211,24	212,67
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	646,51	394,72	508,66	523,40	285,73	448,50	272,20	118,69	395,05	156,77	222,46	247,94	412,86	455,23	440,17	346,82	284,51	241,80	465,65	498,82	646,51	416,24	344,08	334,54	225,53	227,06
kg excedente ou fração	2,80	3,50	63,53	38,35	49,74	51,22	27,45	43,73	26,10	10,75	38,38	14,55	21,13	23,67	40,16	44,40	42,90	33,56	27,33	23,06	45,44	48,76	63,53	40,50	33,29	32,33	21,43	21,59

Origem: **Distrito Federal**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	DF		AC	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	55,89	39,10	46,71	47,70	31,85	42,72	30,93	20,72	39,14	23,25	27,61	29,31	40,33	43,15	42,13	35,91	31,77	28,90	43,83	46,04	55,89	40,55	35,74	35,09	27,82	27,92
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	100,57	67,00	82,21	84,18	52,49	74,21	50,67	30,21	67,06	35,29	44,03	47,43	69,44	75,09	73,06	60,61	52,32	46,61	76,46	80,88	100,57	69,89	60,27	58,98	44,44	44,65
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	145,26	94,90	117,71	120,66	73,12	105,69	70,40	39,71	94,98	47,33	60,45	65,55	98,55	107,02	103,99	85,32	72,88	64,32	109,09	115,72	145,26	99,22	84,79	82,87	61,06	61,37
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	189,95	122,80	153,20	157,13	93,76	137,18	90,13	49,21	122,91	59,37	76,87	83,66	127,66	138,96	134,92	110,03	93,43	82,03	141,72	150,56	189,95	128,56	109,31	106,76	77,69	78,10
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	234,64	150,71	188,70	193,61	114,39	168,66	109,87	58,71	150,83	71,40	93,29	101,78	156,77	170,89	165,86	134,74	113,98	99,73	174,35	185,41	234,64	157,89	133,84	130,65	94,31	94,82
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	279,33	178,61	224,20	230,09	135,03	200,14	129,60	68,21	178,75	83,44	109,70	119,90	185,88	202,83	196,79	159,45	134,53	117,44	206,98	220,25	279,33	187,23	158,36	154,53	110,93	111,55
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	324,01	206,51	259,69	266,57	155,66	231,63	149,34	77,71	206,67	95,48	126,12	138,01	214,99	234,76	227,72	184,16	155,09	135,15	239,61	255,09	324,01	216,56	182,89	178,42	127,55	128,27
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	368,70	234,41	295,19	303,05	176,30	263,11	169,07	87,21	234,60	107,51	142,54	156,13	244,10	266,70	258,65	208,87	175,64	152,86	272,24	289,93	368,70	245,90	207,41	202,31	144,18	145,00
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	413,39	262,31	330,69	339,53	196,93	294,60	188,80	96,70	262,52	119,55	158,96	174,25	273,21	298,63	289,58	233,57	196,19	170,56	304,87	324,77	413,39	275,23	231,94	226,20	160,80	161,72
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	458,08	290,22	366,18	376,01	217,57	326,08	208,54	106,20	290,44	131,59	175,37	192,37	302,31	330,56	320,51	258,28	216,75	188,27	337,50	359,61	458,08	304,57	256,46	250,09	177,42	178,44
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	502,77	318,12	401,68	412,49	238,20	357,57	228,27	115,70	318,36	143,62	191,79	210,48	331,42	362,50	351,45	282,99	237,30	205,98	370,14	394,45	502,77	333,90	280,98	273,98	194,04	195,17
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	547,45	346,02	437,18	448,97	258,83	389,05	248,01	125,20	346,29	155,66	208,21	228,60	360,53	394,43	382,38	307,70	257,85	223,69	402,77	429,30	547,45	363,24	305,51	297,87	210,67	211,89
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	592,14	373,92	472,67	485,45	279,47	420,53	267,74	134,70	374,21	167,70	224,63	246,72	389,64	426,37	413,31	332,41	278,40	241,39	435,40	464,14	592,14	392,57	330,03	321,76	227,29	228,62

Acima de 13 até 14	36,66	44,63	636,83	401,82	508,17	521,93	300,10	452,02	287,47	144,20	402,13	179,73	241,05	264,83	418,75	458,30	444,24	357,12	298,96	259,10	468,03	498,98	636,83	421,91	354,56	345,65	243,91	245,34
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	681,52	429,73	543,67	558,41	320,74	483,50	307,21	153,70	430,05	191,77	257,46	282,95	447,86	490,24	475,17	381,82	319,51	276,81	500,66	533,82	681,52	451,24	379,08	369,54	260,53	262,07
kg excedente ou fração	2,80	3,50	67,03	41,85	53,24	54,72	30,95	47,23	29,60	14,25	41,88	18,05	24,63	27,17	43,66	47,90	46,40	37,06	30,83	26,56	48,95	52,26	67,03	44,00	36,79	35,83	24,93	25,09

Origem: **Espírito Santo** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																										
Kg	ES		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	65,30	33,07	59,68	57,00	25,66	43,15	28,59	30,32	46,72	20,29	30,21	52,25	50,33	38,76	36,82	40,19	29,16	19,83	40,80	59,73	69,65	37,26	30,57	29,86	23,52	38,03
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	119,39	54,96	108,19	102,83	40,12	75,11	46,00	49,44	82,27	29,40	49,21	93,33	89,46	66,33	62,46	69,21	47,14	28,47	70,42	108,27	128,13	63,32	49,97	48,52	35,84	64,87
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	173,47	76,85	156,68	148,64	54,58	107,06	63,40	68,54	117,81	38,48	68,21	134,39	128,58	93,88	88,09	98,22	65,12	37,11	100,02	156,81	186,59	89,38	69,35	67,16	48,17	91,71
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	227,55	98,73	205,18	194,45	69,03	139,02	80,80	87,64	153,35	47,57	87,21	175,46	167,70	121,43	113,72	127,23	83,09	45,75	129,62	205,34	245,06	115,44	88,74	85,81	60,49	118,55
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	281,64	120,61	253,68	240,27	83,48	170,97	98,20	106,74	188,89	56,66	106,20	216,52	206,82	148,99	139,35	156,23	101,06	54,39	159,22	253,88	303,52	141,49	108,13	104,46	72,81	145,38
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	335,72	142,50	302,17	286,08	97,93	202,93	115,60	125,83	224,42	65,75	125,20	257,59	245,94	176,54	164,97	185,24	119,04	63,03	188,82	302,42	361,99	167,55	127,51	123,11	85,14	172,22
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	389,81	164,38	350,67	331,90	112,38	234,88	133,00	144,93	259,96	74,84	144,20	298,65	285,06	204,09	190,60	214,25	137,01	71,67	218,42	350,95	420,45	193,61	146,90	141,76	97,46	199,06
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	443,89	186,26	399,16	377,71	126,84	266,84	150,40	164,03	295,50	83,93	163,19	339,72	324,18	231,65	216,23	243,26	154,99	80,31	248,03	399,49	478,92	219,67	166,29	160,41	109,79	225,90
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	497,98	208,15	447,66	423,52	141,29	298,79	167,80	183,13	331,04	93,02	182,19	380,78	363,30	259,20	241,86	272,26	172,96	88,95	277,63	448,03	537,38	245,73	185,67	179,06	122,11	252,73
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	552,06	230,03	496,15	469,34	155,74	330,75	185,20	202,23	366,57	102,11	201,19	421,85	402,42	286,76	267,49	301,27	190,93	97,58	307,23	496,56	595,85	271,79	205,06	197,71	134,43	279,57
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	606,14	251,92	544,65	515,15	170,20	362,70	202,60	221,33	402,11	111,20	220,19	462,91	441,54	314,31	293,12	330,28	208,91	106,22	336,83	545,10	654,31	297,85	224,44	216,36	146,76	306,41
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	660,23	273,80	593,15	560,97	184,65	394,66	220,00	240,43	437,65	120,29	239,18	503,97	480,66	341,86	318,75	359,29	226,88	114,86	366,43	593,64	712,78	323,91	243,83	235,01	159,08	333,25
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	714,31	295,68	641,64	606,78	199,10	426,61	237,40	259,53	473,19	129,38	258,18	545,04	519,78	369,42	344,38	388,29	244,85	123,50	396,03	642,17	771,24	349,97	263,22	253,66	171,40	360,08
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	768,40	317,57	690,14	652,59	213,55	458,57	254,80	278,63	508,72	138,47	277,18	586,10	558,90	396,97	370,01	417,30	262,83	132,14	425,63	690,71	829,71	376,03	282,60	272,30	183,73	386,92
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	822,48	339,45	738,63	698,41	228,01	490,53	272,20	297,73	544,26	147,55	296,17	627,17	598,02	424,53	395,64	446,31	280,80	140,78	455,23	739,25	888,17	402,09	301,99	290,95	196,05	413,76
kg excedente ou fração	2,80	3,50	81,13	32,82	72,74	68,72	21,68	47,93	26,10	28,65	53,31	13,63	28,49	61,60	58,68	41,33	38,44	43,51	26,96	12,96	44,40	72,80	87,70	39,09	29,08	27,97	18,48	40,26

Origem: **Espírito Santo**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																										
Kg	ES		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	67,64	35,41	62,03	59,34	28,00	45,49	30,93	32,67	49,07	22,64	32,55	54,60	52,67	41,11	39,16	42,54	31,50	22,17	43,15	62,07	72,00	39,59	32,92	32,20	25,85	40,37
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	124,05	59,63	112,86	107,49	44,79	79,77	50,67	54,10	86,94	34,06	53,88	97,99	94,12	70,99	67,12	73,88	51,81	33,14	75,09	112,94	132,79	67,98	54,64	53,18	40,51	69,54
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	180,47	83,85	163,69	155,64	61,58	114,06	70,40	75,54	124,81	45,49	75,21	141,39	135,58	100,88	95,09	105,22	72,12	44,11	107,02	163,81	193,59	96,38	76,36	74,17	55,17	98,71
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	236,89	108,07	214,51	203,79	78,36	148,35	90,13	96,97	162,68	56,91	96,54	184,79	177,03	130,77	123,05	136,56	92,43	55,09	138,96	214,68	254,39	124,77	98,08	95,15	69,83	127,88
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	293,31	132,28	265,34	251,94	95,15	182,64	109,87	118,40	200,55	68,33	117,87	228,19	218,49	160,66	151,01	167,90	112,73	66,06	170,89	265,55	315,19	153,16	119,80	116,13	84,48	157,05
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	349,73	156,50	316,17	300,08	111,93	216,93	129,60	139,84	238,43	79,75	139,20	271,59	259,94	190,54	178,98	199,24	133,04	77,03	202,83	316,42	375,99	181,56	141,52	137,11	99,14	186,22
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	406,14	180,72	367,00	348,23	128,72	251,22	149,34	161,27	276,30	91,18	160,53	314,99	301,39	220,43	206,94	230,58	153,35	88,00	234,76	367,29	436,79	209,95	163,24	158,10	113,80	215,40
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	462,56	204,93	417,83	396,38	145,51	285,51	169,07	182,70	314,17	102,60	181,86	358,38	342,85	250,32	234,90	261,93	173,65	98,98	266,70	418,16	497,59	238,34	184,95	179,08	128,45	244,57
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	518,98	229,15	468,66	444,53	162,29	319,80	188,80	204,14	352,04	114,02	203,19	401,78	384,30	280,21	262,87	293,27	193,96	109,95	298,63	469,03	558,39	266,74	206,67	200,06	143,11	273,74
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	575,40	253,37	519,49	492,67	179,08	354,09	208,54	225,57	389,91	125,45	224,52	445,18	425,75	310,09	290,83	324,61	214,27	120,92	330,56	519,90	619,19	295,13	228,39	221,04	157,77	302,91
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	631,82	277,59	570,32	540,82	195,87	388,37	228,27	247,00	427,78	136,87	245,86	488,58	467,21	339,98	318,79	355,95	234,58	131,89	362,50	570,77	679,98	323,52	250,11	242,03	172,43	332,08
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	688,23	301,80	621,15	588,97	212,65	422,66	248,01	268,44	465,65	148,29	267,19	531,98	508,66	369,87	346,76	387,29	254,88	142,87	394,43	621,64	740,78	351,92	271,83	263,01	187,08	361,25
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	744,65	326,02	671,98	637,12	229,44	456,95	267,74	289,87	503,52	159,71	288,52	575,38	550,12	399,76	374,72	418,63	275,19	153,84	426,37	672,51	801,58	380,31	293,55	283,99	201,74	390,42
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	801,07	350,24	722,81	685,27	246,22	491,24	287,47	311,30	541,40	171,14	309,85	618,78	591,57	429,64	402,68	449,97	295,50	164,81	458,30	723,38	862,38	408,70	315,27	304,98	216,40	419,59
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	857,49	374,45	773,64	733,41	263,01	525,53	307,21	332,73	579,27	182,56	331,18	662,17	633,02	459,53	430,65	481,31	315,81	175,78	490,24	774,25	923,18	437,10	336,99	325,96	231,06	448,76
kg excedente ou fração	2,80	3,50	84,63	36,32	76,24	72,22	25,18	51,43	29,60	32,15	56,81	17,13	32,00	65,10	62,18	44,83	41,94	47,01	30,46	16,46	47,90	76,30	91,20	42,59	32,58	31,47	21,99	43,76

Origem: **Goiás** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																										
Kg	GO		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	51,04	36,26	42,87	43,65	29,32	39,14	18,38	30,32	36,32	21,99	28,89	27,41	37,30	39,96	38,44	33,37	29,45	27,07	40,21	42,28	53,06	38,26	33,05	32,82	25,97	25,75
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	90,91	61,31	74,55	76,13	47,43	67,12	25,55	49,44	61,47	32,81	46,57	43,62	63,44	68,76	65,67	55,54	47,72	42,93	69,25	73,39	94,92	65,32	54,92	54,47	40,74	40,29
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	130,77	86,35	106,22	108,60	65,53	95,09	32,71	68,54	86,61	43,62	64,24	59,84	89,56	97,54	92,90	77,71	65,98	58,77	98,28	104,48	136,77	92,38	76,79	76,11	55,50	54,82
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	170,63	111,38	137,89	141,06	83,62	123,05	39,88	87,64	111,75	54,43	81,90	76,05	115,68	126,33	120,12	99,88	84,24	74,62	127,31	135,58	178,61	119,45	98,65	97,75	70,26	69,35
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	210,48	136,42	169,56	173,53	101,72	151,01	47,04	106,74	136,89	65,24	99,57	92,26	141,80	155,11	147,35	122,05	102,50	90,46	156,34	166,67	220,45	146,51	120,51	119,39	85,02	83,89
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	250,34	161,45	201,23	206,00	119,82	178,98	54,21	125,83	162,03	76,05	117,24	108,48	167,92	183,89	174,58	144,22	120,76	106,31	185,36	197,77	262,29	173,57	142,38	141,02	99,77	98,42
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	290,20	186,49	232,90	238,47	137,91	206,94	61,37	144,93	187,17	86,86	134,90	124,69	194,04	212,67	201,80	166,39	139,02	122,15	214,39	228,86	304,14	200,64	164,24	162,66	114,53	112,96
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	330,05	211,53	264,57	270,93	156,01	234,90	68,54	164,03	212,30	97,67	152,57	140,90	220,16	241,45	229,03	188,56	157,28	137,99	243,42	259,96	345,98	227,70	186,10	184,30	129,29	127,49
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	369,91	236,56	296,23	303,40	174,11	262,87	75,70	183,13	237,44	108,48	170,24	157,11	246,29	270,24	256,26	210,73	175,54	153,84	272,45	291,06	387,82	254,76	207,96	205,94	144,05	142,03
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	409,77	261,60	327,90	335,87	192,20	290,83	82,87	202,23	262,58	119,28	187,90	173,33	272,41	299,02	283,48	232,90	193,80	169,68	301,48	322,15	429,66	281,82	229,83	227,58	158,81	156,56
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	449,62	286,63	359,57	368,33	210,30	318,79	90,03	221,33	287,72	130,09	205,57	189,54	298,53	327,80	310,71	255,07	212,06	185,53	330,50	353,25	471,51	308,89	251,69	249,21	173,57	171,10
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	489,48	311,67	391,24	400,80	228,39	346,76	97,20	240,43	312,86	140,90	223,24	205,75	324,65	356,58	337,93	277,24	230,32	201,37	359,53	384,34	513,35	335,95	273,55	270,85	188,33	185,63
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	529,34	336,71	422,91	433,27	246,49	374,72	104,36	259,53	338,00	151,71	240,90	221,97	350,77	385,37	365,16	299,41	248,58	217,22	388,56	415,44	555,19	363,01	295,42	292,49	203,09	200,16
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	569,20	361,74	454,58	465,73	264,59	402,68	111,53	278,63	363,13	162,52	258,57	238,18	376,89	414,15	392,39	321,58	266,84	233,06	417,59	446,53	597,04	390,07	317,28	314,13	217,85	214,70
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	609,05	386,78	486,25	498,20	282,68	430,65	118,69	297,73	388,27	173,33	276,23	254,39	403,01	442,93	419,61	343,75	285,10	248,91	446,61	477,63	638,88	417,14	339,14	335,76	232,61	229,23
kg excedente ou fração	2,80	3,50	59,78	37,55	47,50	48,70	27,14	41,94	10,75	28,65	37,71	16,21	26,50	24,32	39,18	43,17	40,84	33,25	27,39	23,77	43,54	46,64	62,76	40,59	32,79	32,46	22,14	21,80

Origem: **Goiás**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																										
Kg	GO		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	53,39	38,61	45,22	46,00	31,67	41,49	20,72	32,67	38,67	24,34	31,24	29,74	39,65	42,31	40,78	35,70	31,79	29,42	42,56	44,63	55,41	40,59	35,39	35,17	28,31	28,09
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	95,58	65,98	79,22	80,80	52,10	71,79	30,21	54,10	66,14	37,48	51,24	48,29	68,11	73,43	70,34	60,20	52,38	47,59	73,92	78,06	99,59	69,99	59,59	59,14	45,40	44,95
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	137,77	93,35	113,22	115,60	72,53	102,09	39,71	75,54	93,61	50,62	71,24	66,84	96,56	104,54	99,90	84,71	72,98	65,77	105,28	111,48	143,77	99,39	83,79	83,11	62,50	61,82
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	179,96	120,72	147,23	150,40	92,96	132,39	49,21	96,97	121,09	63,77	91,24	85,38	125,02	135,66	129,46	109,21	93,57	83,95	136,64	144,91	187,94	128,78	107,98	107,08	79,59	78,69
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	222,15	148,09	181,23	185,20	113,39	162,68	58,71	118,40	148,56	76,91	111,24	103,93	153,47	166,78	159,02	133,72	114,17	102,13	168,00	178,34	232,12	158,18	132,18	131,05	96,68	95,56
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	264,34	175,46	215,23	220,00	133,82	192,98	68,21	139,84	176,03	90,05	131,24	122,48	181,92	197,89	188,58	158,22	134,76	120,31	199,37	211,77	276,30	187,58	156,38	155,03	113,78	112,43
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	306,53	202,83	249,23	254,80	154,25	223,28	77,71	161,27	203,50	103,19	151,24	141,02	210,38	229,01	218,14	182,72	155,35	138,49	230,73	245,20	320,47	216,97	180,57	179,00	130,87	129,29
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	348,72	230,20	283,24	289,60	174,68	253,57	87,21	182,70	230,97	116,34	171,24	159,57	238,83	260,12	247,70	207,23	175,95	156,66	262,09	278,63	364,65	246,37	204,77	202,97	147,96	146,16
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	390,91	257,57	317,24	324,40	195,11	283,87	96,70	204,14	258,45	129,48	191,24	178,12	267,29	291,24	277,26	231,73	196,54	174,84	293,45	312,06	408,83	275,76	228,97	226,94	165,06	163,03
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	433,10	284,94	351,24	359,20	215,54	314,17	106,20	225,57	285,92	142,62	211,24	196,66	295,74	322,36	306,82	256,23	217,14	193,02	324,81	345,49	453,00	305,16	253,16	250,91	182,15	179,90
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	475,29	312,30	385,24	394,00	235,97	344,46	115,70	247,00	313,39	155,76	231,24	215,21	324,20	353,47	336,38	280,74	237,73	211,20	356,17	378,92	497,18	334,56	277,36	274,88	199,24	196,77
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	517,49	339,67	419,25	428,81	256,40	374,76	125,20	268,44	340,86	168,91	251,24	233,76	352,65	384,59	365,94	305,24	258,32	229,38	387,54	412,35	541,35	363,95	301,56	298,86	216,34	213,63
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	559,68	367,04	453,25	463,61	276,83	405,06	134,70	289,87	368,33	182,05	271,24	252,30	381,11	415,70	395,50	329,75	278,92	247,55	418,90	445,78	585,53	393,35	325,75	322,83	233,43	230,50

Acima de 13 até 14	36,66	44,63	601,87	394,41	487,25	498,41	297,26	435,36	144,20	311,30	395,81	195,19	291,24	270,85	409,56	446,82	425,06	354,25	299,51	265,73	450,26	479,20	629,71	422,75	349,95	346,80	250,52	247,37
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	644,06	421,78	521,25	533,21	317,69	465,65	153,70	332,73	423,28	208,33	311,24	289,40	438,02	477,94	454,62	378,75	320,10	283,91	481,62	512,63	673,88	452,14	374,15	370,77	267,62	264,24
kg excedente ou fração	2,80	3,50	63,29	41,05	51,00	52,20	30,64	45,44	14,25	32,15	41,21	19,71	30,00	27,82	42,68	46,67	44,34	36,75	30,89	27,27	47,04	50,14	66,26	44,09	36,29	35,96	25,64	25,30

Origem: **Maranhão** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																								
Kg	**MA**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	57,75	31,30	40,83	33,46	34,12	21,63	36,80	46,72	36,32	44,31	52,88	44,24	20,61	30,98	31,30	20,17	55,57	49,72	28,79	49,79	43,47	64,91	59,39	32,41	51,11	44,74
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	104,32	51,40	70,48	55,72	57,05	32,06	62,39	82,27	61,47	77,44	94,60	77,30	30,03	50,79	51,40	29,17	99,96	88,25	46,39	88,37	75,76	118,65	107,59	53,65	91,01	78,30
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	150,87	71,50	100,12	77,97	79,98	42,48	87,98	117,81	86,61	110,56	136,30	110,34	39,45	70,58	71,50	38,16	144,34	126,78	63,97	126,94	108,05	172,37	155,78	74,88	130,91	111,85
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	197,42	91,61	129,77	100,23	102,91	52,90	113,57	153,35	111,75	143,69	177,99	143,38	48,86	90,38	91,61	47,14	188,72	165,30	81,56	165,51	140,33	226,08	203,97	96,11	170,81	145,40
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	243,97	111,71	159,41	122,48	125,83	63,32	139,16	188,89	136,89	176,81	219,69	176,42	58,28	110,17	111,71	56,13	233,10	203,83	99,14	204,07	172,61	279,80	252,16	117,34	210,71	178,96
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	290,52	131,81	189,05	144,73	148,76	73,74	164,75	224,42	162,03	209,93	261,39	209,46	67,70	129,97	131,81	65,12	277,48	242,36	116,73	242,64	204,89	333,51	300,35	138,57	250,61	212,51
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	337,07	151,91	218,69	166,98	171,69	84,16	190,34	259,96	187,17	243,05	303,09	242,50	77,11	149,76	151,91	74,10	321,86	280,88	134,31	281,21	237,18	387,23	348,54	159,80	290,50	246,06
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	383,63	172,02	248,33	189,23	194,62	94,58	215,93	295,50	212,30	276,17	344,79	275,54	86,53	169,56	172,02	83,09	366,25	319,41	151,89	319,78	269,46	440,94	396,73	181,02	330,40	279,61
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	430,18	192,12	277,97	211,49	217,54	104,99	241,52	331,04	237,44	309,30	386,49	308,58	95,95	189,36	192,12	92,08	410,63	357,93	169,48	358,34	301,74	494,66	444,92	202,25	370,30	313,16
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	476,73	212,22	307,62	233,74	240,47	115,41	267,10	366,57	262,58	342,42	428,19	341,62	105,36	209,15	212,22	101,06	455,01	396,46	187,06	396,91	334,02	548,38	493,10	223,48	410,20	346,72
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	523,28	232,32	337,26	255,99	263,40	125,83	292,69	402,11	287,72	375,54	469,89	374,66	114,78	228,95	232,32	110,05	499,39	434,99	204,65	435,48	366,31	602,09	541,29	244,71	450,09	380,27
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	569,83	252,43	366,90	278,24	286,33	136,25	318,28	437,65	312,86	408,66	511,59	407,70	124,20	248,74	252,43	119,04	543,77	473,51	222,23	474,05	398,59	655,81	589,48	265,94	489,99	413,82
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	616,38	272,53	396,54	300,49	309,25	146,67	343,87	473,19	338,00	441,78	553,29	440,74	133,61	268,54	272,53	128,02	588,15	512,04	239,82	512,61	430,87	709,52	637,67	287,17	529,89	447,37
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	662,93	292,63	426,18	322,74	332,18	157,09	369,46	508,72	363,13	474,91	594,99	473,78	143,03	288,33	292,63	137,01	632,53	550,57	257,40	551,18	463,16	763,24	685,86	308,39	569,79	480,92
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	709,48	312,73	455,83	345,00	355,11	167,51	395,05	544,26	388,27	508,03	636,69	506,82	152,45	308,13	312,73	146,00	676,91	589,09	274,99	589,75	495,44	816,96	734,05	329,62	609,69	514,48
kg excedente ou fração	2,80	3,50	69,83	30,15	44,46	33,38	34,39	15,63	38,38	53,31	37,71	49,68	62,55	49,56	14,12	29,69	30,15	13,48	66,57	57,79	26,38	57,85	48,42	80,57	72,28	31,84	59,85	50,33

Origem: **Maranhão**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																								
Kg	**MA**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	60,10	33,63	43,17	35,80	36,46	23,97	39,14	49,07	38,67	46,65	55,23	46,59	22,95	33,33	33,63	22,52	57,91	52,06	31,14	52,14	45,81	67,27	61,74	34,76	53,45	47,08
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	108,99	56,07	75,15	60,39	61,72	36,72	67,06	86,94	66,14	82,11	99,26	81,97	34,70	55,46	56,07	33,84	104,63	92,92	51,05	93,04	80,43	123,32	112,26	58,32	95,68	82,97
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	157,87	78,51	107,12	84,97	86,98	49,48	94,98	124,81	93,61	117,56	143,30	117,34	46,45	77,58	78,51	45,16	151,34	133,78	70,97	133,94	115,05	179,37	162,78	81,88	137,91	118,85
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	206,76	100,94	139,10	109,56	112,24	62,23	122,91	162,68	121,09	153,02	187,33	152,71	58,20	99,71	100,94	56,48	198,06	174,64	90,89	174,84	149,66	235,42	213,31	105,45	180,14	154,74
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	255,64	123,38	171,08	134,15	137,50	74,98	150,83	200,55	148,56	188,48	231,36	188,09	69,95	121,84	123,38	67,80	244,77	215,50	110,81	215,74	184,28	291,47	263,83	129,01	222,38	190,63
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	304,53	145,81	203,05	158,73	162,76	87,74	178,75	238,43	176,03	223,93	275,40	223,46	81,70	143,97	145,81	79,12	291,49	256,36	130,73	256,64	218,90	347,52	314,35	152,57	264,61	226,51
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	353,41	168,25	235,03	183,32	188,03	100,49	206,67	276,30	203,50	259,39	319,43	258,83	93,45	166,10	168,25	90,44	338,20	297,22	150,65	297,55	253,51	403,56	364,87	176,13	306,84	262,40
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	402,30	190,69	267,00	207,90	213,29	113,24	234,60	314,17	230,97	294,84	363,46	294,21	105,20	188,23	190,69	101,76	384,92	338,08	170,56	338,45	288,13	459,61	415,40	199,69	349,07	298,28
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	451,18	213,12	298,98	232,49	238,55	126,00	262,52	352,04	258,45	330,30	407,49	329,58	116,95	210,36	213,12	113,08	431,63	378,94	190,48	379,35	322,74	515,66	465,92	223,26	391,30	334,17
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	500,06	235,56	330,95	257,07	263,81	138,75	290,44	389,91	285,92	365,75	451,53	364,96	128,70	232,49	235,56	124,40	478,34	419,80	210,40	420,25	357,36	571,71	516,44	246,82	433,53	370,05
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	548,95	258,00	362,93	281,66	289,07	151,50	318,36	427,78	313,39	401,21	495,56	400,33	140,45	254,62	258,00	135,72	525,06	460,66	230,32	461,15	391,98	627,76	566,96	270,38	475,77	405,94
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	597,83	280,43	394,91	306,25	314,33	164,26	346,29	465,65	340,86	436,67	539,59	435,70	152,20	276,75	280,43	147,04	571,77	501,52	250,24	502,05	426,59	683,81	617,49	293,94	518,00	441,82
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	646,72	302,87	426,88	330,83	339,59	177,01	374,21	503,52	368,33	472,12	583,63	471,08	163,95	298,88	302,87	158,36	618,49	542,38	270,16	542,95	461,21	739,86	668,01	317,50	560,23	477,71
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	695,60	325,30	458,86	355,42	364,85	189,77	402,13	541,40	395,81	507,58	627,66	506,45	175,70	321,01	325,30	169,68	665,20	583,24	290,07	583,85	495,83	795,91	718,53	341,07	602,46	513,60
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	744,49	347,74	490,83	380,00	390,11	202,52	430,05	579,27	423,28	543,03	671,69	541,83	187,45	343,13	347,74	181,00	711,92	624,10	309,99	624,75	530,44	851,96	769,05	364,63	644,69	549,48
kg excedente ou fração	2,80	3,50	73,33	33,65	47,96	36,88	37,89	19,13	41,88	56,81	41,21	53,18	66,05	53,06	17,62	33,19	33,65	16,98	70,07	61,29	29,88	61,35	51,92	84,07	75,78	35,34	63,35	53,83

13																											
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	695,60	325,30	458,86	355,42	364,85	189,77	402,13	541,40	395,81	507,58	627,66	506,45	175,70	321,01	325,30	169,68	665,20	583,24	290,07	583,85	495,83	795,91	718,53	341,07	602,46	513,60
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	744,49	347,74	490,83	380,00	390,11	202,52	430,05	579,27	423,28	543,03	671,69	541,83	187,45	343,13	347,74	181,00	711,92	624,10	309,99	624,75	530,44	851,96	769,05	364,63	644,69	549,48
kg excedente ou fração	2,80	3,50	73,33	33,65	47,96	36,88	37,89	19,13	41,88	56,81	41,21	53,18	66,05	53,06	17,62	33,19	33,65	16,98	70,07	61,29	29,88	61,35	51,92	84,07	75,78	35,34	63,35	53,83

Origem: **Minas Gerais** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																								
Kg	**MG**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	58,50	35,78	55,32	54,50	27,43	43,62	20,90	20,29	21,99	44,31	26,02	35,03	47,54	41,05	39,83	39,14	25,06	20,47	42,81	52,61	63,57	34,12	27,04	32,84	20,61	31,84
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	105,81	60,37	99,43	97,83	43,66	76,05	30,62	29,40	32,81	77,44	40,86	58,87	83,87	70,93	68,45	67,12	38,96	29,74	74,43	94,00	115,95	57,05	42,89	54,51	30,03	52,51
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	153,12	84,95	143,52	141,15	59,90	108,45	40,33	38,48	43,62	110,56	55,68	82,70	120,18	100,80	97,07	95,09	52,84	39,02	106,04	135,39	168,31	79,98	58,71	76,17	39,45	73,16
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	200,43	109,54	187,62	184,46	76,13	140,86	50,03	47,57	54,43	143,69	70,50	106,53	156,50	130,67	125,69	123,05	66,71	48,29	137,65	176,79	220,68	102,91	74,53	97,83	48,86	93,82
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	247,74	134,13	231,71	227,78	92,36	173,27	59,73	56,66	65,24	176,81	85,32	130,36	192,82	160,53	154,31	151,01	80,59	57,56	169,25	218,18	273,04	125,83	90,36	119,49	58,28	114,47
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	295,05	158,71	275,80	271,10	108,60	205,67	69,44	65,75	76,05	209,93	100,14	154,19	229,13	190,40	182,93	178,98	94,47	66,84	200,86	259,57	325,41	148,76	106,18	141,15	67,70	135,13
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	342,36	183,30	319,90	314,41	124,83	238,08	79,14	74,84	86,86	243,05	114,96	178,01	265,45	220,27	211,55	206,94	108,35	76,11	232,47	300,96	377,77	171,69	122,01	162,80	77,11	155,78
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	389,66	207,88	363,99	357,73	141,06	270,48	88,84	83,93	97,67	276,17	129,79	201,84	301,76	250,13	240,16	234,90	122,23	85,38	264,08	342,36	430,14	194,62	137,83	184,46	86,53	176,44
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	436,97	232,47	408,09	401,05	157,30	302,89	98,55	93,02	108,48	309,30	144,61	225,67	338,08	280,00	268,78	262,87	136,11	94,66	295,68	383,75	482,50	217,54	153,65	206,12	95,95	197,09
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	484,28	257,05	452,18	444,36	173,53	335,29	108,25	102,11	119,28	342,42	159,43	249,50	374,39	309,87	297,40	290,83	149,99	103,93	327,29	425,14	534,87	240,47	169,48	227,78	105,36	217,75
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	531,59	281,64	496,28	487,68	189,77	367,70	117,95	111,20	130,09	375,54	174,25	273,33	410,71	339,74	326,02	318,79	163,87	113,20	358,90	466,53	587,23	263,40	185,30	249,44	114,78	238,40
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	578,90	306,22	540,37	531,00	206,00	400,10	127,66	120,29	140,90	408,66	189,07	297,16	447,02	369,60	354,64	346,76	177,75	122,48	390,50	507,93	639,59	286,33	201,13	271,10	124,20	259,06
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	626,21	330,81	584,47	574,31	222,23	432,51	137,36	129,38	151,71	441,78	203,89	320,98	483,34	399,47	383,26	374,72	191,63	131,75	422,11	549,32	691,96	309,25	216,95	292,76	133,61	279,71
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	673,52	355,40	628,56	617,63	238,47	464,92	147,06	138,47	162,52	474,91	218,71	344,81	519,66	429,34	411,88	402,68	205,51	141,02	453,72	590,71	744,32	332,18	232,78	314,41	143,03	300,37
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	720,82	379,98	672,66	660,95	254,70	497,32	156,77	147,55	173,33	508,03	233,53	368,64	555,97	459,20	440,49	430,65	219,39	150,30	485,33	632,10	796,69	355,11	248,60	336,07	152,45	321,03
kg excedente ou fração	2,80	3,50	70,96	36,88	66,14	64,97	24,35	48,61	14,55	13,63	16,21	49,68	22,23	35,74	54,47	44,80	42,93	41,94	20,82	13,91	47,41	62,09	78,55	34,39	23,74	32,49	14,12	30,98

Origem: **Minas Gerais**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																								
Kg	**MG**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	60,84	38,12	57,67	56,85	29,76	45,98	23,25	22,64	24,34	46,65	28,37	37,38	49,89	43,40	42,17	41,49	27,41	22,80	45,16	54,94	65,92	36,46	29,40	35,19	22,95	34,19
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	110,48	65,04	104,09	102,50	48,33	80,72	35,29	34,06	37,48	82,11	45,53	63,54	88,54	75,60	73,12	71,79	43,62	34,41	79,10	98,67	120,61	61,72	47,55	59,18	34,70	57,17
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	160,12	91,95	150,52	148,15	66,90	115,46	47,33	45,49	50,62	117,56	62,68	89,70	127,19	107,80	104,07	102,09	59,84	46,02	113,04	142,40	175,31	86,98	65,71	83,17	46,45	80,16
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	209,77	118,87	196,95	193,80	85,47	150,19	59,37	56,91	63,77	153,02	79,84	115,86	165,83	140,00	135,03	132,39	76,05	57,63	146,98	186,12	230,01	112,24	83,87	107,16	58,20	103,15
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	259,41	145,79	243,38	239,45	104,03	184,93	71,40	68,33	76,91	188,48	96,99	142,03	204,48	172,20	165,98	162,68	92,26	69,23	180,92	229,85	284,71	137,50	102,03	131,16	69,95	126,14
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	309,05	172,71	289,81	285,10	122,60	219,67	83,44	79,75	90,05	223,93	114,15	168,19	243,13	204,40	196,93	192,98	108,48	80,84	214,86	273,57	339,41	162,76	120,18	155,15	81,70	149,13
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	358,69	199,63	336,24	330,75	141,17	254,41	95,48	91,18	103,19	259,39	131,30	194,35	281,78	236,60	227,88	223,28	124,69	92,45	248,80	317,30	394,11	188,03	138,34	179,14	93,45	172,12
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	408,33	226,55	382,66	376,40	159,73	289,15	107,51	102,60	116,34	294,84	148,45	220,51	320,43	268,80	258,83	253,57	140,90	104,05	282,74	361,03	448,81	213,29	156,50	203,13	105,20	195,11
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	457,98	253,47	429,09	422,05	178,30	323,89	119,55	114,02	129,48	330,30	165,61	246,67	359,08	301,00	289,79	283,87	157,11	115,66	316,69	404,75	503,50	238,55	174,66	227,13	116,95	218,10
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	507,62	280,39	475,52	467,70	196,87	358,63	131,59	125,45	142,62	365,75	182,76	272,84	397,73	333,21	320,74	314,17	173,33	127,27	350,63	448,48	558,20	263,81	192,82	251,12	128,70	241,09
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	557,26	307,31	521,95	513,35	215,44	393,37	143,62	136,87	155,76	401,21	199,92	299,00	436,38	365,41	351,69	344,46	189,54	138,87	384,57	492,20	612,90	289,07	210,97	275,11	140,45	264,08
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	606,90	334,23	568,38	559,00	234,00	428,11	155,66	148,29	168,91	436,67	217,07	325,16	475,03	397,61	382,64	374,76	205,75	150,48	418,51	535,93	667,60	314,33	229,13	299,10	152,20	287,06
Acima de 12 até	34,80	42,29	656,54	361,15	614,80	604,65	252,57	462,85	167,70	159,71	182,05	472,12	234,23	351,32	513,68	429,81	413,60	405,06	221,97	162,09	452,45	579,66	722,30	339,59	247,29	323,09	163,95	310,05

13																												
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	706,19	388,07	661,23	650,30	271,14	497,59	179,73	171,14	195,19	507,58	251,38	377,48	552,33	462,01	444,55	435,36	238,18	173,70	486,39	623,38	777,00	364,85	265,45	347,09	175,70	333,04
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	755,83	414,99	707,66	695,95	289,70	532,33	191,77	182,56	208,33	543,03	268,54	403,65	590,98	494,21	475,50	465,65	254,39	185,30	520,33	667,11	831,69	390,11	283,60	371,08	187,45	356,03
kg excedente ou fração	2,80	3,50	74,46	40,38	69,64	68,47	27,85	52,11	18,05	17,13	19,71	53,18	25,73	39,24	57,97	48,30	46,43	45,44	24,32	17,41	50,91	65,59	82,05	37,89	27,24	35,99	17,62	34,48

Origem: **Mato Grosso do Sul** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	MS		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	33,07	44,06	45,24	53,41	38,85	48,79	25,27	30,21	28,89	52,88	26,02	40,01	46,33	47,63	46,26	49,06	25,93	26,98	49,97	27,82	50,15	26,84	26,79	41,05	26,09	33,55
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	54,96	76,91	79,26	95,62	66,49	86,41	39,37	49,21	46,57	94,60	40,86	68,84	81,47	84,05	81,33	86,94	40,68	42,76	88,76	44,42	89,11	42,48	42,39	70,93	40,98	55,89
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	76,85	109,74	113,29	137,83	94,12	124,01	53,45	68,21	64,24	136,30	55,68	97,67	116,60	120,47	116,40	124,81	55,41	58,55	127,53	61,02	128,07	58,10	57,99	100,80	55,86	78,22
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	98,73	142,58	147,31	180,04	121,76	161,62	67,53	87,21	81,90	177,99	70,50	126,49	151,73	156,89	151,46	162,68	70,15	74,33	166,31	77,63	167,02	73,72	73,59	130,67	70,75	100,55
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	120,61	175,42	181,33	222,25	149,40	199,22	81,62	106,20	99,57	219,69	85,32	155,31	186,86	193,31	186,53	200,55	84,89	90,11	205,08	94,23	205,98	89,33	89,19	160,53	85,63	122,89
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	142,50	208,25	215,35	264,46	177,03	236,83	95,70	125,20	117,24	261,39	100,14	184,14	221,99	229,72	221,60	238,43	99,63	105,90	243,85	110,83	244,93	104,95	104,79	190,40	100,51	145,22
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	164,38	241,09	249,38	306,68	204,67	274,43	109,79	144,20	134,90	303,09	114,96	212,96	257,12	266,14	256,66	276,30	114,37	121,68	282,62	127,43	283,89	120,57	120,39	220,27	115,39	167,55
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	186,26	273,92	283,40	348,89	232,30	312,04	123,87	163,19	152,57	344,79	129,79	241,78	292,24	302,56	291,73	314,17	129,11	137,46	321,39	144,03	322,85	136,19	135,99	250,13	130,28	189,89
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	208,15	306,76	317,42	391,10	259,94	349,64	137,95	182,19	170,24	386,49	144,61	270,61	327,37	338,98	326,80	352,04	143,85	153,24	360,17	160,64	361,80	151,81	151,59	280,00	145,16	212,22
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	230,03	339,59	351,45	433,31	287,58	387,25	152,04	201,19	187,90	428,19	159,43	299,43	362,50	375,40	361,87	389,91	158,59	169,03	398,94	177,24	400,76	167,43	167,19	309,87	160,04	234,56
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	251,92	372,43	385,47	475,52	315,21	424,85	166,12	220,19	205,57	469,89	174,25	328,25	397,63	411,81	396,93	427,78	173,33	184,81	437,71	193,84	439,72	183,05	182,78	339,74	174,92	256,89
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	273,80	405,26	419,49	517,73	342,85	462,46	180,21	239,18	223,24	511,59	189,07	357,07	432,76	448,23	432,00	465,65	188,07	200,59	476,48	210,44	478,67	198,67	198,38	369,60	189,81	279,22
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	295,68	438,10	453,51	559,94	370,48	500,06	194,29	258,18	240,90	553,29	203,89	385,90	467,88	484,65	467,07	503,52	202,81	216,38	515,25	227,04	517,63	214,29	213,98	399,47	204,69	301,56
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	317,57	470,93	487,54	602,15	398,12	537,67	208,37	277,18	258,57	594,99	218,71	414,72	503,01	521,07	502,13	541,40	217,54	232,16	554,03	243,65	556,59	229,91	229,58	429,34	219,57	323,89
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	339,45	503,77	521,56	644,36	425,75	575,28	222,46	296,17	276,23	636,69	233,53	443,54	538,14	557,49	537,20	579,27	232,28	247,94	592,80	260,25	595,54	245,53	245,18	459,20	234,45	346,23
kg excedente ou fração	2,80	3,50	32,82	49,25	51,03	63,32	41,45	56,41	21,13	28,49	26,50	62,55	22,23	43,23	52,69	54,63	52,60	56,81	22,11	23,67	58,16	24,90	58,43	23,43	23,40	44,80	22,32	33,50

Origem: **Mato Grosso do Sul**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	MS		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	35,41	46,41	47,57	55,74	41,19	51,14	27,61	32,55	31,24	55,23	28,37	42,35	48,68	49,97	48,60	51,40	28,27	29,31	52,32	30,15	52,49	29,19	29,13	43,40	28,43	35,89
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	59,63	81,58	83,93	100,29	71,16	91,07	44,03	53,88	51,24	99,26	45,53	73,51	86,14	88,72	86,00	91,61	45,34	47,43	93,43	49,09	93,78	47,14	47,06	75,60	45,65	60,55
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	83,85	116,75	120,29	144,83	101,13	131,01	60,45	75,21	71,24	143,30	62,68	104,67	123,60	127,47	123,40	131,81	62,42	65,55	134,53	68,02	135,07	65,10	64,99	107,80	62,87	85,22
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	108,07	151,91	156,64	189,38	131,10	170,95	76,87	96,54	91,24	187,33	79,84	135,82	161,07	166,22	160,80	172,02	79,49	83,66	175,64	86,96	176,36	83,05	82,93	140,00	80,08	109,89
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	132,28	187,08	193,00	233,92	161,07	210,89	93,29	117,87	111,24	231,36	96,99	166,98	198,53	204,98	198,20	212,22	96,56	101,78	216,75	105,90	217,65	101,00	100,86	172,20	97,30	134,56
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	156,50	222,25	229,36	278,47	191,03	250,83	109,70	139,20	131,24	275,40	114,15	198,14	235,99	243,73	235,60	252,43	113,63	119,90	257,85	124,83	258,94	118,96	118,79	204,40	114,51	159,22
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	180,72	257,42	265,71	323,01	221,00	290,77	126,12	160,53	151,24	319,43	131,30	229,29	273,45	282,48	273,00	292,63	130,71	138,01	298,96	143,77	300,23	136,91	136,73	236,60	131,73	183,89
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	204,93	292,59	302,07	367,56	250,97	330,71	142,54	181,86	171,24	363,46	148,45	260,45	310,91	321,23	310,40	332,84	147,78	156,13	340,06	162,70	341,52	154,86	154,66	268,80	148,95	208,56
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	229,15	327,76	338,43	412,10	280,94	370,65	158,96	203,19	191,24	407,49	165,61	291,61	348,37	359,98	347,80	373,04	164,85	174,25	381,17	181,64	382,81	172,82	172,59	301,00	166,16	233,23
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	253,37	362,93	374,78	456,65	310,91	410,59	175,37	224,52	211,24	451,53	182,76	322,77	385,84	398,73	385,20	413,25	181,92	192,37	422,28	200,57	424,10	190,77	190,52	333,21	183,38	257,89
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	277,59	398,10	411,14	501,19	340,88	450,52	191,79	245,86	231,24	495,56	199,92	353,92	423,30	437,48	422,60	453,45	199,00	210,48	463,38	219,51	465,39	208,72	208,46	365,41	200,59	282,56
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	301,80	433,27	447,50	545,74	370,85	490,46	208,21	267,19	251,24	539,59	217,07	385,08	460,76	476,24	460,00	493,66	216,07	228,60	504,49	238,45	506,68	226,67	226,39	397,61	217,81	307,23
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	326,02	468,44	483,85	590,28	400,82	530,40	224,63	288,52	271,24	583,63	234,23	416,24	498,22	514,99	497,40	533,86	233,14	246,72	545,59	257,38	547,97	244,63	244,32	429,81	235,03	331,90
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	350,24	503,61	520,21	634,83	430,79	570,34	241,05	309,85	291,24	627,66	251,38	447,39	535,68	553,74	534,80	574,07	250,22	264,83	586,70	276,32	589,26	262,58	262,25	462,01	252,24	356,56
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	374,45	538,78	556,56	679,37	460,76	610,28	257,46	331,18	311,24	671,69	268,54	478,55	573,15	592,49	572,20	614,27	267,29	282,95	627,80	295,25	630,55	280,53	280,19	494,21	269,46	381,23
kg excedente ou fração	2,80	3,50	36,32	52,75	54,53	66,82	44,95	59,91	24,63	32,00	30,00	66,05	25,73	46,73	56,19	58,13	56,10	60,31	25,61	27,17	61,66	28,40	61,93	26,93	26,90	48,30	25,82	37,00

Origem: **Mato Grosso** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	MT		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	35,78	50,24	36,94	48,72	44,33	50,95	26,98	52,25	27,41	44,24	35,03	40,01	41,53	53,59	53,47	42,78	32,87	38,58	50,13	31,21	46,35	40,08	37,23	47,24	34,69	34,75
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	60,37	89,29	62,70	86,22	77,48	90,71	42,76	93,33	43,62	77,30	58,87	68,84	71,87	95,97	95,74	74,37	54,55	65,98	89,05	51,24	81,54	68,97	63,25	83,30	58,20	58,30
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	84,95	128,33	88,45	123,73	110,62	130,46	58,55	134,39	59,84	110,34	82,70	97,67	102,21	138,34	137,99	105,96	76,23	93,37	127,96	71,26	116,70	97,85	89,27	119,35	81,70	81,84
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	109,54	167,37	114,21	161,23	143,77	170,22	74,33	175,46	76,05	143,38	106,53	126,49	132,55	180,72	180,25	137,54	97,91	120,76	166,88	91,28	151,87	126,74	115,29	155,39	105,20	105,38
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	134,13	206,41	139,96	198,73	176,91	209,97	90,11	216,52	92,26	176,42	130,36	155,31	162,89	223,09	222,50	169,13	119,59	148,15	205,79	111,30	187,04	155,62	141,31	191,44	128,70	128,93
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	158,71	245,45	165,71	236,23	210,05	249,73	105,90	257,59	108,48	209,46	154,19	184,14	193,23	265,47	264,75	200,72	141,27	175,54	244,71	131,32	222,21	184,50	167,33	227,49	152,20	152,47
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	183,30	284,48	191,46	273,74	243,19	289,48	121,68	298,65	124,69	242,50	178,01	212,96	223,56	307,84	307,00	232,30	162,95	202,93	283,63	151,34	257,38	213,39	193,35	263,54	175,70	176,01
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	207,88	323,52	217,22	311,24	276,34	329,23	137,46	339,72	140,90	275,54	201,84	241,78	253,90	350,22	349,25	263,89	184,63	230,32	322,54	171,36	292,55	242,27	219,37	299,59	199,20	199,55
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	232,47	362,56	242,97	348,74	309,48	368,99	153,24	380,78	157,11	308,58	225,67	270,61	284,24	392,59	391,51	295,48	206,31	257,71	361,46	191,38	327,72	271,16	245,39	335,64	222,70	223,09
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	257,05	401,60	268,72	386,25	342,62	408,74	169,03	421,85	173,33	341,62	249,50	299,43	314,58	434,97	433,76	327,06	227,98	285,10	400,37	211,40	362,89	300,04	271,40	371,69	246,20	246,63
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	281,64	440,64	294,47	423,75	375,76	448,50	184,81	462,91	189,54	374,66	273,33	328,25	344,92	477,34	476,01	358,65	249,66	312,49	439,29	231,42	398,06	328,93	297,42	407,74	269,70	270,18
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	306,22	479,68	320,23	461,25	408,91	488,25	200,59	503,97	205,75	407,70	297,16	357,07	375,25	519,72	518,26	390,24	271,34	339,88	478,20	251,44	433,23	357,81	323,44	443,79	293,21	293,72
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	330,81	518,71	345,98	498,75	442,05	528,01	216,38	545,04	221,97	440,74	320,98	385,90	405,59	562,09	560,52	421,82	293,02	367,27	517,12	271,47	468,40	386,70	349,46	479,84	316,71	317,26
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	355,40	557,75	371,73	536,26	475,19	567,76	232,16	586,10	238,18	473,78	344,81	414,72	435,93	604,47	602,77	453,41	314,70	394,66	556,03	291,49	503,57	415,58	375,48	515,89	340,21	340,80
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	379,98	596,79	397,48	573,76	508,33	607,52	247,94	627,17	254,39	506,82	368,64	443,54	466,27	646,84	645,02	485,00	336,38	422,05	594,95	311,51	538,73	444,47	401,50	551,94	363,71	364,34
kg excedente ou fração	2,80	3,50	36,88	58,56	38,63	56,25	49,71	59,63	23,67	61,60	24,32	49,56	35,74	43,23	45,51	63,56	63,38	47,38	32,52	41,08	58,37	30,03	52,75	43,33	39,03	54,07	35,25	35,31

Origem: **Mato Grosso**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	MT		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	38,12	52,59	39,28	51,05	46,67	53,29	29,31	54,60	29,74	46,59	37,38	42,35	43,87	55,93	55,82	45,12	35,21	40,92	52,47	33,55	48,70	42,42	39,57	49,58	37,03	37,09
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	65,04	93,96	67,37	90,89	82,15	95,37	47,43	97,99	48,29	81,97	63,54	73,51	76,54	100,63	100,41	79,04	59,22	70,64	93,72	55,91	86,20	73,63	67,92	87,96	62,87	62,97
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	91,95	135,33	95,46	130,73	117,63	137,46	65,55	141,39	66,84	117,34	89,70	104,67	109,21	145,34	145,00	112,96	83,23	100,37	134,96	78,26	123,71	104,85	96,27	126,35	88,70	88,84
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	118,87	176,71	123,54	170,56	153,10	179,55	83,66	184,79	85,38	152,71	115,86	135,82	141,88	190,05	189,58	146,88	107,25	130,09	176,21	100,61	161,21	136,07	124,63	164,73	114,53	114,72
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	145,79	218,08	151,63	210,40	188,58	221,64	101,78	228,19	103,93	188,09	142,03	166,98	174,56	234,76	234,17	180,80	131,26	159,82	217,46	122,97	198,71	167,29	152,98	203,11	140,37	140,59
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	172,71	259,45	179,71	250,24	224,05	263,73	119,90	271,59	122,48	223,46	168,19	198,14	207,23	279,47	278,75	214,72	155,27	189,54	258,71	145,32	236,21	198,51	181,33	241,50	166,20	166,47
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	199,63	300,82	207,80	290,07	259,53	305,82	138,01	314,99	141,02	258,83	194,35	229,29	239,90	324,18	323,34	248,64	179,28	219,26	299,96	167,68	273,72	229,72	209,68	279,88	192,04	192,34
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	226,55	342,19	235,89	329,91	295,01	347,90	156,13	358,38	159,57	294,21	220,51	260,45	272,57	368,89	367,92	282,56	203,30	248,99	341,21	190,03	311,22	260,94	238,04	318,26	217,87	218,22
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	253,47	383,56	263,97	369,75	330,48	389,99	174,25	401,78	178,12	329,58	246,67	291,61	305,24	413,60	412,51	316,48	227,31	278,71	382,46	212,39	348,72	292,16	266,39	356,64	243,71	244,10
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	280,39	424,94	292,06	409,58	365,96	432,08	192,37	445,18	196,66	364,96	272,84	322,77	337,91	458,30	457,10	350,40	251,32	308,44	423,71	234,74	386,23	323,38	294,74	395,03	269,54	269,97
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	307,31	466,31	320,15	449,42	401,44	474,17	210,48	488,58	215,21	400,33	299,00	353,92	370,59	503,01	501,68	384,32	275,33	338,16	464,96	257,09	423,73	354,60	323,09	433,41	295,38	295,85
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	334,23	507,68	348,23	489,26	436,91	516,26	228,60	531,98	233,76	435,70	325,16	385,08	403,26	547,72	546,27	418,24	299,35	367,88	506,21	279,45	461,23	385,82	351,45	471,79	321,21	321,72
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	361,15	549,05	376,32	529,09	472,39	558,35	246,72	575,38	252,30	471,08	351,32	416,24	435,93	592,43	590,85	452,16	323,36	397,61	547,45	301,80	498,73	417,03	379,80	510,18	347,04	347,60
Acima de 13 até	36,66	44,63	388,07	590,42	404,40	568,93	507,86	600,43	264,83	618,78	270,85	506,45	377,48	447,39	468,60	637,14	635,44	486,08	347,37	427,33	588,70	324,16	536,24	448,25	408,15	548,56	372,88	373,47

14																												
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	414,99	631,80	432,49	608,77	543,34	642,52	282,95	662,17	289,40	541,83	403,65	478,55	501,27	681,85	680,02	520,00	371,38	457,05	629,95	346,51	573,74	479,47	436,50	586,94	398,71	399,35
kg excedente ou fração	2,80	3,50	40,38	62,06	42,13	59,75	53,21	63,13	27,17	65,10	27,82	53,06	39,24	46,73	49,01	67,06	66,88	50,88	36,02	44,59	61,87	33,53	56,25	46,83	42,53	57,57	38,75	38,81

Origem: **Pará** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	PA		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	51,54	38,71	32,71	20,81	39,89	30,21	37,98	50,33	37,30	20,61	47,54	46,33	41,53	38,89	39,69	24,15	56,23	52,77	37,89	43,01	35,19	66,98	61,32	39,14	53,75	46,51
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	91,87	66,24	54,23	30,44	68,60	49,21	64,77	89,46	63,44	30,03	83,87	81,47	71,87	66,59	68,19	37,11	101,27	94,35	64,59	74,84	59,16	122,80	111,46	67,12	96,32	81,86
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	132,20	93,76	75,74	40,06	97,30	68,21	91,55	128,58	89,56	39,45	120,18	116,60	102,21	94,29	96,68	50,07	146,31	135,93	91,26	106,65	83,13	178,61	161,60	95,09	138,87	117,20
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	172,53	121,27	97,26	49,68	126,00	87,21	118,32	167,70	115,68	48,86	156,50	151,73	132,55	121,99	125,18	63,03	191,34	177,50	117,93	138,47	107,10	234,41	211,73	123,05	181,43	152,53
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	212,86	148,78	118,77	59,30	154,70	106,20	145,10	206,82	141,80	58,28	192,82	186,86	162,89	149,68	153,68	75,99	236,38	219,08	144,61	170,28	131,07	290,22	261,86	151,01	223,99	187,86
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	253,18	176,30	140,29	68,93	183,40	125,20	171,87	245,94	167,92	67,70	229,13	221,99	193,23	177,38	182,17	88,95	281,41	260,66	171,28	202,09	155,05	346,02	312,00	178,98	266,55	223,19
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	293,51	203,81	161,80	78,55	212,10	144,20	198,65	285,06	194,04	77,11	265,45	257,12	223,56	205,08	210,67	101,90	326,45	302,23	197,95	233,90	179,02	401,82	362,13	206,94	309,11	258,53
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	333,84	231,32	183,32	88,17	240,80	163,19	225,43	324,18	220,16	86,53	301,76	292,24	253,90	232,78	239,16	114,86	371,49	343,81	224,63	265,71	202,99	457,63	412,26	234,90	351,67	293,86
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	374,17	258,83	204,83	97,79	269,50	182,19	252,20	363,30	246,29	95,95	338,08	327,37	284,24	260,47	267,66	127,82	416,52	385,39	251,30	297,52	226,96	513,43	462,40	262,87	394,23	329,19
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	414,50	286,35	226,35	107,41	298,20	201,19	278,98	402,42	272,41	105,36	374,39	362,50	314,58	288,17	296,15	140,78	461,56	426,96	277,97	329,34	250,93	569,24	512,53	290,83	436,79	364,53
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	454,82	313,86	247,86	117,03	326,90	220,19	305,75	441,54	298,53	114,78	410,71	397,63	344,92	315,87	324,65	153,74	506,60	468,54	304,65	361,15	274,90	625,04	562,66	318,79	479,35	399,86
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	495,15	341,37	269,38	126,65	355,60	239,18	332,53	480,66	324,65	124,20	447,02	432,76	375,25	343,56	353,14	166,69	551,63	510,12	331,32	392,96	298,88	680,84	612,80	346,76	521,91	435,19
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	535,48	368,89	290,89	136,27	384,30	258,18	359,31	519,78	350,77	133,61	483,34	467,88	405,59	371,26	381,64	179,65	596,67	551,69	358,00	424,77	322,85	736,65	662,93	374,72	564,47	470,52
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	575,81	396,40	312,41	145,90	413,00	277,18	386,08	558,90	376,89	143,03	519,66	503,01	435,93	398,96	410,14	192,61	641,70	593,27	384,67	456,58	346,82	792,45	713,07	402,68	607,03	505,86
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	616,13	423,91	333,92	155,52	441,70	296,17	412,86	598,02	403,01	152,45	555,97	538,14	466,27	426,66	438,63	205,57	686,74	634,85	411,34	488,40	370,79	848,26	763,20	430,65	649,58	541,19
kg excedente ou fração	2,80	3,50	60,49	41,27	32,27	14,43	43,05	28,49	40,16	58,68	39,18	14,12	54,47	52,69	45,51	41,55	42,74	19,44	67,55	62,36	40,01	47,72	35,96	83,71	75,20	41,94	63,84	53,00

Origem: **Pará**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	PA		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	53,88	41,06	35,05	23,15	42,23	32,55	40,33	52,67	39,65	22,95	49,89	48,68	43,87	41,23	42,03	26,49	58,57	55,11	40,25	45,36	37,52	69,33	63,66	41,49	56,09	48,86
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	96,54	70,91	58,89	35,11	73,26	53,88	69,44	94,12	68,11	34,70	88,54	86,14	76,54	71,26	72,86	41,78	105,94	99,02	69,25	79,51	63,83	127,47	116,13	71,79	100,98	86,53
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	139,20	100,76	82,74	47,06	104,30	75,21	98,55	135,58	96,56	46,45	127,19	123,60	109,21	101,29	103,69	57,07	153,31	142,93	98,26	113,65	90,13	185,61	168,60	102,09	145,88	124,20
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	181,86	130,60	106,59	59,02	135,33	96,54	127,66	177,03	125,02	58,20	165,83	161,07	141,88	131,32	134,51	72,36	200,68	186,84	127,27	147,80	116,44	243,75	221,07	132,39	190,77	161,86
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	224,52	160,45	130,44	70,97	166,37	117,87	156,77	218,49	153,47	69,95	204,48	198,53	174,56	161,35	165,34	87,66	248,05	230,75	156,27	181,95	142,74	301,89	273,53	162,68	235,66	199,53
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	267,19	190,30	154,29	82,93	197,40	139,20	185,88	259,94	181,92	81,70	243,13	235,99	207,23	191,38	196,17	102,95	295,42	274,66	185,28	216,09	169,05	360,02	326,00	192,98	280,55	237,20
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	309,85	220,14	178,14	94,88	228,43	160,53	214,99	301,39	210,38	93,45	281,78	273,45	239,90	221,41	227,00	118,24	342,79	318,57	214,29	250,24	195,35	418,16	378,47	223,28	325,45	274,86
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	352,51	249,99	201,99	106,84	259,47	181,86	244,10	342,85	238,83	105,20	320,43	310,91	272,57	251,44	257,83	133,53	390,16	362,48	243,30	284,38	221,66	476,30	430,93	253,57	370,34	312,53
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	395,17	279,84	225,84	118,79	290,50	203,19	273,21	384,30	267,29	116,95	359,08	348,37	305,24	281,48	288,66	148,82	437,53	406,39	272,30	318,53	247,96	534,44	483,40	283,87	415,23	350,20
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	437,83	309,68	249,68	130,75	321,54	224,52	302,31	425,75	295,74	128,70	397,73	385,84	337,91	311,51	319,49	164,12	484,90	450,30	301,31	352,67	274,27	592,57	535,87	314,17	460,13	387,86
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	480,49	339,53	273,53	142,70	352,57	245,86	331,42	467,21	324,20	140,45	436,38	423,30	370,59	341,54	350,32	179,41	532,27	494,21	330,32	386,82	300,57	650,71	588,34	344,46	505,02	425,53
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	523,16	369,38	297,38	154,66	383,61	267,19	360,53	508,66	352,65	152,20	475,03	460,76	403,26	371,57	381,15	194,70	579,64	538,12	359,33	420,96	326,88	708,85	640,80	374,76	549,91	463,20
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	565,82	399,22	321,23	166,61	414,64	288,52	389,64	550,12	381,11	163,95	513,68	498,22	435,93	401,60	411,98	209,99	627,01	582,03	388,33	455,11	353,19	766,99	693,27	405,06	594,80	500,86
Acima de 13 até	36,66	44,63	608,48	429,07	345,08	178,57	445,67	309,85	418,75	591,57	409,56	175,70	552,33	535,68	468,60	431,63	442,81	225,28	674,38	625,94	417,34	489,26	379,49	825,12	745,74	435,36	639,70	538,53

14																												
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	651,14	458,92	368,93	190,52	476,71	331,18	447,86	633,02	438,02	187,45	590,98	573,15	501,27	461,66	473,64	240,57	721,74	669,85	446,35	523,40	405,80	883,26	798,20	465,65	684,59	576,20
kg excedente ou fração	2,80	3,50	63,99	44,77	35,77	17,93	46,55	32,00	43,66	62,18	42,68	17,62	57,97	56,19	49,01	45,05	46,24	22,94	71,05	65,86	43,51	51,22	39,46	87,21	78,70	45,44	67,34	56,50

Origem: **Paraíba** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	PB		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	78,08	19,15	59,77	46,24	24,63	20,77	40,80	38,76	39,96	30,98	41,05	47,63	53,59	38,89	17,90	26,02	55,93	45,54	18,49	66,32	63,62	64,00	57,86	20,92	48,99	47,26
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	144,97	27,10	108,33	81,27	38,10	30,34	70,42	66,33	68,76	50,79	70,93	84,05	95,97	66,59	24,63	40,86	100,70	79,90	25,79	121,45	116,05	116,81	104,54	30,69	86,82	83,34
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	211,85	35,05	156,89	116,30	51,55	39,90	100,02	93,88	97,54	70,58	100,80	120,47	138,34	94,29	31,34	55,68	145,45	114,25	33,08	176,58	168,48	169,60	151,22	40,43	124,63	119,41
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	278,73	42,99	205,45	151,32	64,99	49,46	129,62	121,43	126,33	90,38	130,67	156,89	180,72	121,99	38,05	70,50	190,20	148,60	40,37	231,71	220,90	222,40	197,89	50,17	162,44	155,48
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	345,61	50,93	254,00	186,35	78,44	59,02	159,22	148,99	155,11	110,17	160,53	193,31	223,09	149,68	44,77	85,32	234,94	182,95	47,66	286,84	273,33	275,19	244,57	59,92	200,25	191,55
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	412,49	58,87	302,56	221,37	91,89	68,58	188,82	176,54	183,89	129,97	190,40	229,72	265,47	177,38	51,48	100,14	279,69	217,30	54,94	341,97	325,75	327,99	291,24	69,66	238,06	227,62
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	479,37	66,82	351,12	256,40	105,34	78,14	218,42	204,09	212,67	149,76	220,27	266,14	307,84	205,08	58,20	114,96	324,44	251,65	62,23	397,10	378,18	380,78	337,91	79,41	275,87	263,69
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	546,25	74,76	399,67	291,42	118,79	87,70	248,03	231,65	241,45	169,56	250,13	302,56	350,22	232,78	64,91	129,79	369,19	286,00	69,52	452,22	430,61	433,57	384,59	89,15	313,68	299,76
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	613,13	82,70	448,23	326,45	132,24	97,26	277,63	259,20	270,24	189,36	280,00	338,98	392,59	260,47	71,63	144,61	413,94	320,35	76,81	507,35	483,03	486,37	431,26	98,89	351,49	335,83
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	680,00	90,64	496,79	361,48	145,69	106,82	307,23	286,76	299,02	209,15	309,87	375,40	434,97	288,17	78,34	159,43	458,69	354,70	84,09	562,48	535,46	539,16	477,94	108,64	389,30	371,90
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	746,88	98,59	545,35	396,50	159,14	116,38	336,83	314,31	327,80	228,95	339,74	411,81	477,34	315,87	85,06	174,25	503,44	389,05	91,38	617,61	587,89	591,96	524,61	118,38	427,11	407,97
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	813,76	106,53	593,90	431,53	172,59	125,94	366,43	341,86	356,58	248,74	369,60	448,23	519,72	343,56	91,77	189,07	548,19	423,40	98,67	672,74	640,31	644,75	571,28	128,13	464,92	444,04
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	880,64	114,47	642,46	466,55	186,04	135,50	396,03	369,42	385,37	268,54	399,47	484,65	562,09	371,26	98,48	203,89	592,94	457,75	105,96	727,87	692,74	697,55	617,96	137,87	502,73	480,11
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	947,52	122,42	691,02	501,58	199,49	145,06	425,63	396,97	414,15	288,33	429,34	521,07	604,47	398,96	105,20	218,71	637,69	492,10	113,24	782,99	745,16	750,34	664,63	147,62	540,54	516,18
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	1014,40	130,36	739,58	536,61	212,94	154,62	455,23	424,53	442,93	308,13	459,20	557,49	646,84	426,66	111,91	233,53	682,44	526,45	120,53	838,12	797,59	803,14	711,30	157,36	578,35	552,25
kg excedente ou fração	2,80	3,50	100,32	11,91	72,84	52,54	20,17	14,34	44,40	41,33	43,17	29,69	44,80	54,63	63,56	41,55	10,07	22,23	67,12	51,52	10,93	82,69	78,64	79,19	70,01	14,62	56,71	54,10

Origem: **Paraíba**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	PB		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	80,43	21,49	62,11	48,58	26,98	23,11	43,15	41,11	42,31	33,33	43,40	49,97	55,93	41,23	20,25	28,37	58,28	47,88	20,84	68,66	65,96	66,35	60,20	23,27	51,34	49,60
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	149,64	31,77	113,00	85,94	42,76	35,00	75,09	70,99	73,43	55,46	75,60	88,72	100,63	71,26	29,29	45,53	105,36	84,57	30,46	126,12	120,72	121,47	109,21	35,35	91,48	88,00
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	218,85	42,05	163,89	123,30	58,55	46,90	107,02	100,88	104,54	77,58	107,80	127,47	145,34	101,29	38,34	62,68	152,45	121,25	40,08	183,58	175,48	176,60	158,22	47,43	131,63	126,41
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	288,07	52,32	214,78	160,66	74,33	58,79	138,96	130,77	135,66	99,71	140,00	166,22	190,05	131,32	47,39	79,84	199,53	157,93	49,70	241,05	230,24	231,73	207,23	59,51	171,77	164,81
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	357,28	62,60	265,67	198,02	90,11	70,69	170,89	160,66	166,78	121,84	172,20	204,98	234,76	161,35	56,44	96,99	246,61	194,62	59,32	298,51	285,00	286,86	256,23	71,59	211,92	203,21
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	426,49	72,88	316,56	235,37	105,90	82,58	202,83	190,54	197,89	143,97	204,40	243,73	279,47	191,38	65,49	114,15	293,70	231,30	68,95	355,97	339,76	341,99	305,24	83,66	252,06	241,62
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	495,70	83,15	367,45	272,73	121,68	94,47	234,76	220,43	229,01	166,10	236,60	282,48	324,18	221,41	74,53	131,30	340,78	267,99	78,57	413,43	394,52	397,12	354,25	95,74	292,20	280,02
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	564,92	93,43	418,34	310,09	137,46	106,37	266,70	250,32	260,12	188,23	268,80	321,23	368,89	251,44	83,58	148,45	387,86	304,67	88,19	470,89	449,28	452,24	403,26	107,82	332,35	318,43
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	634,13	103,71	469,24	347,45	153,24	118,26	298,63	280,21	291,24	210,36	301,00	359,98	413,60	281,48	92,63	165,61	434,95	341,35	97,81	528,36	504,04	507,37	452,26	119,90	372,49	356,83
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	703,34	113,98	520,13	384,81	169,03	130,15	330,56	310,09	322,36	232,49	333,21	398,73	458,30	311,51	101,68	182,76	482,03	378,04	107,43	585,82	558,80	562,50	501,27	131,98	412,63	395,23
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	772,55	124,26	571,02	422,17	184,81	142,05	362,50	339,98	353,47	254,62	365,41	437,48	503,01	341,54	110,73	199,92	529,11	414,72	117,05	643,28	613,56	617,63	550,28	144,05	452,78	433,64
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	841,77	134,53	621,91	459,53	200,59	153,94	394,43	369,87	384,59	276,75	397,61	476,24	547,72	371,57	119,78	217,07	576,20	451,41	126,67	700,74	668,32	672,76	599,29	156,13	492,92	472,04
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	910,98	144,81	672,80	496,89	216,38	165,83	426,37	399,76	415,70	298,88	429,81	514,99	592,43	401,60	128,82	234,23	623,28	488,09	136,30	758,20	723,08	727,89	648,30	168,21	533,06	510,44
Acima de 13 até	36,66	44,63	980,19	155,09	723,69	534,25	232,16	177,73	458,30	429,64	446,82	321,01	462,01	553,74	637,14	431,63	137,87	251,38	670,36	524,77	145,92	815,67	777,84	783,01	697,30	180,29	573,21	548,85

14																												
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	1049,40	165,36	774,58	571,61	247,94	189,62	490,24	459,53	477,94	343,13	494,21	592,49	681,85	461,66	146,92	268,54	717,45	561,46	155,54	873,13	832,60	838,14	746,31	192,37	613,35	587,25
kg excedente ou fração	2,80	3,50	103,82	15,41	76,34	56,04	23,67	17,84	47,90	44,83	46,67	33,19	48,30	58,13	67,06	45,05	13,57	25,73	70,62	55,03	14,43	86,19	82,14	82,69	73,51	18,12	60,21	57,60

Origem: **Pernambuco** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	**Local**	**Estadual Divisa**	**CAPITAL - CAPITAL**																									
Kg	**PE**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
31/01/2021	12,44	14,28	72,76	18,42	59,82	47,08	22,56	21,43	39,78	36,82	38,44	31,30	39,83	46,26	53,47	39,69	17,90	26,25	53,77	43,15	19,72	70,08	64,76	62,91	55,66	20,77	47,63	46,01
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	134,33	25,65	108,48	82,95	33,96	31,65	68,39	62,46	65,67	51,40	68,45	81,33	95,74	68,19	24,63	41,33	96,36	75,11	28,27	128,99	118,32	114,64	100,10	30,34	84,05	80,82
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	195,89	32,88	157,11	118,81	45,34	41,86	96,99	88,09	92,90	71,50	97,07	116,40	137,99	96,68	31,34	56,40	138,94	107,06	36,81	187,88	171,87	166,35	144,54	39,90	120,47	115,62
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	257,44	40,10	205,75	154,68	56,72	52,08	125,59	113,72	120,12	91,61	125,69	151,46	180,25	125,18	38,05	71,46	181,52	139,02	45,34	246,78	225,43	218,06	188,99	49,46	156,89	150,42
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	319,00	47,33	254,39	190,54	68,11	62,29	154,19	139,35	147,35	111,71	154,31	186,53	222,50	153,68	44,77	86,53	224,10	170,97	53,88	305,67	278,98	269,77	233,43	59,02	193,31	185,22
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	380,55	54,55	303,03	226,41	79,49	72,51	182,78	164,97	174,58	131,81	182,93	221,60	264,75	182,17	51,48	101,60	266,67	202,93	62,42	364,57	332,53	321,48	277,87	68,58	229,72	220,02
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	442,11	61,78	351,67	262,27	90,87	82,72	211,38	190,60	201,80	151,91	211,55	256,66	307,00	210,67	58,20	116,66	309,25	234,88	70,95	423,46	386,08	373,19	322,31	78,14	266,14	254,82
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	503,67	69,01	400,31	298,14	102,25	92,94	239,98	216,23	229,03	172,02	240,16	291,73	349,25	239,16	64,91	131,73	351,83	266,84	79,49	482,36	439,63	424,90	366,76	87,70	302,56	289,62
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	565,22	76,23	448,95	334,00	113,63	103,15	268,58	241,86	256,26	192,12	268,78	326,80	391,51	267,66	71,63	146,80	394,41	298,79	88,02	541,25	493,19	476,60	411,20	97,26	338,98	324,42
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	626,78	83,46	497,59	369,87	125,02	113,37	297,18	267,49	283,48	212,22	297,40	361,87	433,76	296,15	78,34	161,86	436,99	330,75	96,56	600,15	546,74	528,31	455,64	106,82	375,40	359,22
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	688,34	90,69	546,23	405,73	136,40	123,58	325,77	293,12	310,71	232,32	326,02	396,93	476,01	324,65	85,06	176,93	479,57	362,70	105,10	659,04	600,29	580,02	500,08	116,38	411,81	394,02
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	749,89	97,91	594,87	441,60	147,78	133,80	354,37	318,75	337,93	252,43	354,64	432,00	518,26	353,14	91,77	192,00	522,15	394,66	113,63	717,94	653,84	631,73	544,53	125,94	448,23	428,83
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	811,45	105,14	643,50	477,46	159,16	144,01	382,97	344,38	365,16	272,53	383,26	467,07	560,52	381,64	98,48	207,06	564,73	426,61	122,17	776,83	707,39	683,44	588,97	135,50	484,65	463,63
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	873,01	112,36	692,14	513,33	170,54	154,23	411,57	370,01	392,39	292,63	411,88	502,13	602,77	410,14	105,20	222,13	607,31	458,57	130,71	835,73	760,95	735,15	633,41	145,06	521,07	498,43
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	934,56	119,59	740,78	549,20	181,92	164,44	440,17	395,64	419,61	312,73	440,49	537,20	645,02	438,63	111,91	237,20	649,89	490,53	139,24	894,62	814,50	786,86	677,86	154,62	557,49	533,23
kg excedente ou fração	2,80	3,50	92,33	10,84	72,96	53,80	17,07	15,32	42,90	38,44	40,84	30,15	42,93	52,60	63,38	42,74	10,07	22,60	63,87	47,93	12,80	88,34	80,33	77,56	66,66	14,34	54,63	52,20

Origem: **Pernambuco**

PESO	**Local**	**Estadual Divisa**	**CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR**																									
Kg	**PE**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	75,11	20,76	62,17	49,42	24,91	23,77	42,13	39,16	40,78	33,63	42,17	48,60	55,82	42,03	20,25	28,60	56,11	45,49	22,07	72,43	67,10	65,26	57,99	23,11	49,97	48,35
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	139,00	30,32	113,14	87,61	38,63	36,31	73,06	67,12	70,34	56,07	73,12	86,00	100,41	72,86	29,29	46,00	101,02	79,77	32,94	133,65	122,99	119,30	104,77	35,00	88,72	85,49
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	202,89	39,88	164,12	125,81	52,34	48,86	103,99	95,09	99,90	78,51	104,07	123,40	145,00	103,69	38,34	63,40	145,94	114,06	43,81	194,88	178,87	173,35	151,55	46,90	127,47	122,62
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	266,78	49,44	215,09	164,01	66,06	61,41	134,92	123,05	129,46	100,94	135,03	160,80	189,58	134,51	47,39	80,80	190,85	148,35	54,68	256,11	234,76	227,39	198,32	58,79	166,22	159,75
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	330,67	59,00	266,06	202,21	79,77	73,96	165,86	151,01	159,02	123,38	165,98	198,20	234,17	165,34	56,44	98,20	235,76	182,64	65,55	317,34	290,65	281,43	245,10	70,69	204,98	196,89
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	394,56	68,56	317,03	240,41	93,49	86,51	196,79	178,98	188,58	145,81	196,93	235,60	278,75	196,17	65,49	115,60	280,68	216,93	76,42	378,57	346,53	335,48	291,87	82,58	243,73	234,02
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	458,45	78,12	368,01	278,61	107,21	99,06	227,72	206,94	218,14	168,25	227,88	273,00	323,34	227,00	74,53	133,00	325,59	251,22	87,29	439,80	402,42	389,52	338,65	94,47	282,48	271,16
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	522,34	87,68	418,98	316,81	120,92	111,61	258,65	234,90	247,70	190,69	258,83	310,40	367,92	257,83	83,58	150,40	370,50	285,51	98,16	501,03	458,30	443,56	385,43	106,37	321,23	308,29
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	586,23	97,24	469,95	355,01	134,64	124,16	289,58	262,87	277,26	213,12	289,79	347,80	412,51	288,66	92,63	167,80	415,42	319,80	109,03	562,26	514,19	497,61	432,20	118,26	359,98	345,43
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	650,12	106,80	520,92	393,21	148,35	136,70	320,51	290,83	306,82	235,56	320,74	385,20	457,10	319,49	101,68	185,20	460,33	354,09	119,90	623,48	570,08	551,65	478,98	130,15	398,73	382,56
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	714,01	116,36	571,90	431,40	162,07	149,25	351,45	318,79	336,38	258,00	351,69	422,60	501,68	350,32	110,73	202,60	505,24	388,37	130,77	684,71	625,96	605,69	525,76	142,05	437,48	419,70
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	777,90	125,92	622,87	469,60	175,78	161,80	382,38	346,76	365,94	280,43	382,64	460,00	546,27	381,15	119,78	220,00	550,16	422,66	141,64	745,94	681,85	659,74	572,53	153,94	476,24	456,83
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	841,79	135,48	673,84	507,80	189,50	174,35	413,31	374,72	395,50	302,87	413,60	497,40	590,85	411,98	128,82	237,40	595,07	456,95	152,51	807,17	737,73	713,78	619,31	165,83	514,99	493,96
Acima de 13 até	36,66	44,63	905,68	145,04	724,82	546,00	203,21	186,90	444,24	402,68	425,06	325,30	444,55	534,80	635,44	442,81	137,87	254,80	639,98	491,24	163,38	868,40	793,62	767,82	666,08	177,73	553,74	531,10

14																												
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	969,57	154,60	775,79	584,20	216,93	199,45	475,17	430,65	454,62	347,74	475,50	572,20	680,02	473,64	146,92	272,20	684,90	525,53	174,25	929,63	849,50	821,87	712,86	189,62	592,49	568,23
kg excedente ou fração	2,80	3,50	95,83	14,34	76,46	57,30	20,57	18,82	46,40	41,94	44,34	33,65	46,43	56,10	66,88	46,24	13,57	26,10	67,37	51,43	16,30	91,84	83,83	81,06	70,16	17,84	58,13	55,70

Origem: **Piauí** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	**Local**	**Estadual Divisa**	**CAPITAL - CAPITAL**																									
Kg	**PI**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	59,05	28,93	43,76	31,93	29,07	19,90	33,57	40,19	33,37	20,17	39,14	49,06	42,78	24,15	26,02	26,25	51,47	45,15	24,81	51,65	47,97	60,80	55,34	36,80	47,42	40,96
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	106,92	46,69	76,34	52,65	46,94	28,60	55,95	69,21	55,54	29,17	67,12	86,94	74,37	37,11	40,86	41,33	91,77	79,10	38,46	92,12	84,75	110,40	99,49	62,39	83,64	70,75
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	154,78	64,44	108,91	73,37	64,81	37,28	78,32	98,22	77,71	38,16	95,09	124,81	105,96	50,07	55,68	56,40	132,06	113,04	52,10	132,57	121,52	160,00	143,62	87,98	119,86	100,51
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	202,64	82,19	141,47	94,08	82,68	45,96	100,70	127,23	99,88	47,14	123,05	162,68	137,54	63,03	70,50	71,46	172,34	146,98	65,73	173,02	158,28	209,60	187,76	113,57	156,07	130,28
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	250,50	99,94	174,04	114,80	100,55	54,64	123,07	156,23	122,05	56,13	151,01	200,55	169,13	75,99	85,32	86,53	212,63	180,92	79,37	213,47	195,05	259,20	231,89	139,16	192,28	160,04
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	298,36	117,69	206,61	135,52	118,42	63,32	145,45	185,24	144,22	65,12	178,98	238,43	200,72	88,95	100,14	101,60	252,92	214,86	93,00	253,92	231,81	308,80	276,03	164,75	228,50	189,81
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	346,23	135,44	239,18	156,23	136,30	72,00	167,82	214,25	166,39	74,10	206,94	276,30	232,30	101,90	114,96	116,66	293,21	248,80	106,63	294,37	268,58	358,41	320,17	190,34	264,71	219,57
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	394,09	153,18	271,75	176,95	154,17	80,68	190,20	243,26	188,56	83,09	234,90	314,17	263,89	114,86	129,79	131,73	333,49	282,74	120,27	334,82	305,34	408,01	364,30	215,93	300,92	249,34
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	441,95	170,93	304,32	197,67	172,04	89,36	212,57	272,26	210,73	92,08	262,87	352,04	295,48	127,82	144,61	146,80	373,78	316,69	133,90	375,27	342,11	457,61	408,44	241,52	337,14	279,10
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	489,81	188,68	336,89	218,38	189,91	98,03	234,94	301,27	232,90	101,06	290,83	389,91	327,06	140,78	159,43	161,86	414,07	350,63	147,53	415,72	378,88	507,21	452,57	267,10	373,35	308,87
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	537,67	206,43	369,46	239,10	207,78	106,71	257,32	330,28	255,07	110,05	318,79	427,78	358,65	153,74	174,25	176,93	454,35	384,57	161,17	456,17	415,64	556,81	496,71	292,69	409,56	338,63
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	585,53	224,18	402,03	259,82	225,65	115,39	279,69	359,29	277,24	119,04	346,76	465,65	390,24	166,69	189,07	192,00	494,64	418,51	174,80	496,63	452,41	606,41	540,84	318,28	445,78	368,40
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	633,39	241,93	434,60	280,53	243,52	124,07	302,07	388,29	299,41	128,02	374,72	503,52	421,82	179,65	203,89	207,06	534,93	452,45	188,43	537,08	489,17	656,01	584,98	343,87	481,99	398,16
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	681,25	259,67	467,17	301,25	261,39	132,75	324,44	417,30	321,58	137,01	402,68	541,40	453,41	192,61	218,71	222,13	575,21	486,39	202,07	577,53	525,94	705,61	629,11	369,46	518,20	427,93
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	729,11	277,42	499,74	321,97	279,26	141,43	346,82	446,31	343,75	146,00	430,65	579,27	485,00	205,57	233,53	237,20	615,50	520,33	215,70	617,98	562,71	755,21	673,25	395,05	554,42	457,69
kg excedente ou fração	2,80	3,50	71,79	26,62	48,85	31,07	26,81	13,02	33,56	43,51	33,25	13,48	41,94	56,81	47,38	19,44	22,23	22,60	60,43	50,91	20,45	60,68	55,15	74,40	66,20	38,38	54,32	44,65

Origem: **Piauí**

PESO	**Local**	**Estadual Divisa**	**CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR**																									
Kg	**PI**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	61,39	31,28	46,10	34,27	31,40	22,25	35,91	42,54	35,70	22,52	41,49	51,40	45,12	26,49	28,37	28,60	53,82	47,49	27,16	54,00	50,32	63,13	57,69	39,14	49,76	43,32
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	111,59	51,36	81,00	57,32	51,61	33,26	60,61	73,88	60,20	33,84	71,79	91,61	79,04	41,78	45,53	46,00	96,44	83,77	43,13	96,79	89,42	115,07	104,16	67,06	88,31	75,41
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	161,78	71,44	115,91	80,37	71,81	44,28	85,32	105,22	84,71	45,16	102,09	131,81	112,96	57,07	62,68	63,40	139,06	120,04	59,10	139,57	128,52	167,00	150,62	94,98	126,86	107,51
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	211,98	91,52	150,81	103,42	92,02	55,29	110,03	136,56	109,21	56,48	132,39	172,02	146,88	72,36	79,84	80,80	181,68	156,32	75,07	182,35	167,62	218,94	197,09	122,91	165,40	139,61
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	262,17	111,61	185,71	126,47	112,22	66,30	134,74	167,90	133,72	67,80	162,68	212,22	180,80	87,66	96,99	98,20	224,30	192,59	91,03	225,14	206,72	270,87	243,56	150,83	203,95	171,71
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	312,37	131,69	220,62	149,52	132,43	77,32	159,45	199,24	158,22	79,12	192,98	252,43	214,72	102,95	114,15	115,60	266,92	228,86	107,00	267,92	245,81	322,81	290,03	178,75	242,50	203,81
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	362,56	151,77	255,52	172,57	152,63	88,33	184,16	230,58	182,72	90,44	223,28	292,63	248,64	118,24	131,30	133,00	309,54	265,14	122,97	310,71	284,91	374,74	336,50	206,67	281,05	235,91
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	412,76	171,85	290,42	195,62	172,84	99,35	208,87	261,93	207,23	101,76	253,57	332,84	282,56	133,53	148,45	150,40	352,16	301,41	138,94	353,49	324,01	426,68	382,97	234,60	319,59	268,01
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	462,95	191,94	325,32	218,67	193,04	110,36	233,57	293,27	231,73	113,08	283,87	373,04	316,48	148,82	165,61	167,80	394,78	337,69	154,90	396,28	363,11	478,61	429,44	262,52	358,14	300,10
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	513,15	212,02	360,23	241,72	213,25	121,37	258,28	324,61	256,23	124,40	314,17	413,25	350,40	164,12	182,76	185,20	437,40	373,96	170,87	439,06	402,21	530,55	475,91	290,44	396,69	332,20
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	563,34	232,10	395,13	264,77	233,45	132,39	282,99	355,95	280,74	135,72	344,46	453,45	384,32	179,41	199,92	202,60	480,02	410,24	186,84	481,85	441,31	582,48	522,38	318,36	435,23	364,30
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	613,54	252,18	430,03	287,82	253,66	143,40	307,70	387,29	305,24	147,04	374,76	493,66	418,24	194,70	217,07	220,00	522,64	446,51	202,81	524,63	480,41	634,42	568,85	346,29	473,78	396,40
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	663,73	272,26	464,94	310,87	273,86	154,41	332,41	418,63	329,75	158,36	405,06	533,86	452,16	209,99	234,23	237,40	565,26	482,79	218,77	567,41	519,51	686,35	615,32	374,21	512,33	428,50
Acima de 13 até	36,66	44,63	713,93	292,35	499,84	333,92	294,07	165,43	357,12	449,97	354,25	169,68	435,36	574,07	486,08	225,28	251,38	254,80	607,89	519,06	234,74	610,20	558,61	738,29	661,79	402,13	550,87	460,60

14																											
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	764,12	312,43	534,74	356,97	314,27	176,44	381,82	481,31	378,75	181,00	465,65	614,27	520,00	240,57	268,54	272,20	650,51	555,34	250,71	652,98	597,71	790,22	708,25	430,05	589,42	492,70
kg excedente ou fração	2,80	3,50	75,29	30,12	52,35	34,57	30,31	16,52	37,06	47,01	36,75	16,98	45,44	60,31	50,88	22,94	25,73	26,10	63,93	54,41	23,95	64,18	58,65	77,90	69,70	41,88	57,82	48,15

Origem: **Paraná** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	**Local**	**Estadual Divisa**	**CAPITAL - CAPITAL**																								
Kg	**PR**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	55,32	50,45	57,86	64,48	41,69	57,75	29,43	29,16	29,45	55,57	25,06	25,93	32,87	56,23	55,93	53,77	51,47	22,13	57,16	51,90	67,92	20,08	19,17	46,24	19,26	37,12
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	99,43	89,70	104,54	117,77	72,18	104,32	47,66	47,14	47,72	99,96	38,96	40,68	54,55	101,27	100,70	96,36	91,77	33,08	103,11	92,63	124,65	28,99	27,16	81,27	27,33	63,05
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	143,52	128,95	151,22	171,05	102,66	150,87	65,87	65,12	65,98	144,34	52,84	55,41	76,23	146,31	145,45	138,94	132,06	44,01	149,05	133,35	181,37	37,87	35,15	116,30	35,37	88,97
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	187,62	168,19	197,89	224,34	133,14	197,42	84,09	83,09	84,24	188,72	66,71	70,15	97,91	191,34	190,20	181,52	172,34	54,94	194,99	174,06	238,10	46,76	43,13	151,32	43,42	114,88
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	231,71	207,43	244,57	277,63	163,62	243,97	102,31	101,06	102,50	233,10	80,59	84,89	119,59	236,38	234,94	224,10	212,63	65,87	240,92	214,78	294,82	55,64	51,12	186,35	51,46	140,80
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	275,80	246,67	291,24	330,91	194,11	290,52	120,53	119,04	120,76	277,48	94,47	99,63	141,27	281,41	279,69	266,67	252,92	76,81	286,86	255,50	351,55	64,52	59,10	221,37	59,51	166,72
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	319,90	285,92	337,91	384,20	224,59	337,07	138,75	137,01	139,02	321,86	108,35	114,37	162,95	326,45	324,44	309,25	293,21	87,74	332,80	296,21	408,27	73,41	67,08	256,40	67,55	192,63
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	363,99	325,16	384,59	437,48	255,07	383,63	156,97	154,99	157,28	366,25	122,23	129,11	184,63	371,49	369,19	351,83	333,49	98,67	378,73	336,93	465,00	82,29	75,07	291,42	75,60	218,55
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	408,09	364,40	431,26	490,77	285,55	430,18	175,19	172,96	175,54	410,63	136,11	143,85	206,31	416,52	413,94	394,41	373,78	109,60	424,67	377,65	521,72	91,18	83,05	326,45	83,64	244,46
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	452,18	403,65	477,94	544,06	316,03	476,73	193,41	190,93	193,80	455,01	149,99	158,59	227,98	461,56	458,69	436,99	414,07	120,53	470,61	418,36	578,45	100,06	91,03	361,48	91,69	270,38
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	496,28	442,89	524,61	597,34	346,51	523,28	211,63	208,91	212,06	499,39	163,87	173,33	249,66	506,60	503,44	479,57	454,35	131,46	516,54	459,08	635,17	108,95	99,02	396,50	99,73	296,30
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	540,37	482,13	571,28	650,63	376,99	569,83	229,85	226,88	230,32	543,77	177,75	188,07	271,34	551,63	548,19	522,15	494,64	142,40	562,48	499,80	691,90	117,83	107,00	431,53	107,78	322,21
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	584,47	521,37	617,96	703,91	407,47	616,38	248,07	244,85	248,58	588,15	191,63	202,81	293,02	596,67	592,94	564,73	534,93	153,33	608,42	540,52	748,62	126,71	114,99	466,55	115,82	348,13
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	628,56	560,62	664,63	757,20	437,96	662,93	266,29	262,83	266,84	632,53	205,51	217,54	314,70	641,70	637,69	607,31	575,21	164,26	654,35	581,23	805,35	135,60	122,97	501,58	123,87	374,05
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	672,66	599,86	711,30	810,49	468,44	709,48	284,51	280,80	285,10	676,91	219,39	232,28	336,38	686,74	682,44	649,89	615,50	175,19	700,29	621,95	862,07	144,48	130,95	536,61	131,91	399,96
kg excedente ou fração	2,80	3,50	66,14	58,86	70,01	79,93	45,72	69,83	27,33	26,96	27,39	66,57	20,82	22,11	32,52	67,55	67,12	63,87	60,43	16,40	68,90	61,07	85,09	13,33	11,97	52,54	12,07	38,87

Origem: **Paraná**

PESO	**Local**	**Estadual Divisa**	**CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR**																								
Kg	**PR**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	57,67	52,79	60,20	66,82	44,03	60,10	31,77	31,50	31,79	57,91	27,41	28,27	35,21	58,57	58,28	56,11	53,82	24,48	59,51	54,25	70,26	22,44	21,51	48,58	21,62	39,47
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	104,09	94,37	109,21	122,44	76,85	108,99	52,32	51,81	52,38	104,63	43,62	45,34	59,22	105,94	105,36	101,02	96,44	37,75	107,78	97,30	129,31	33,65	31,83	85,94	32,00	67,72
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	150,52	135,95	158,22	178,06	109,66	157,87	72,88	72,12	72,98	151,34	59,84	62,42	83,23	153,31	152,45	145,94	139,06	51,01	156,05	140,35	188,37	44,87	42,15	123,30	42,37	95,97
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	196,95	177,52	207,23	233,68	142,48	206,76	93,43	92,43	93,57	198,06	76,05	79,49	107,25	200,68	199,53	190,85	181,68	64,28	204,32	183,40	247,43	56,09	52,47	160,66	52,75	124,22
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	243,38	219,10	256,23	289,30	175,29	255,64	113,98	112,73	114,17	244,77	92,26	96,56	131,26	248,05	246,61	235,76	224,30	77,54	252,59	226,45	306,49	67,31	62,78	198,02	63,13	152,47
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	289,81	260,68	305,24	344,92	208,11	304,53	134,53	133,04	134,76	291,49	108,48	113,63	155,27	295,42	293,70	280,68	266,92	90,81	300,86	269,50	365,55	78,53	73,10	235,37	73,51	180,72
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	336,24	302,25	354,25	400,53	240,92	353,41	155,09	153,35	155,35	338,20	124,69	130,71	179,28	342,79	340,78	325,59	309,54	104,07	349,13	312,55	424,61	89,74	83,42	272,73	83,89	208,97
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	382,66	343,83	403,26	456,15	273,74	402,30	175,64	173,65	175,95	384,92	140,90	147,78	203,30	390,16	387,86	370,50	352,16	117,34	397,40	355,60	483,67	100,96	93,74	310,09	94,27	237,22
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	429,09	385,41	452,26	511,77	306,55	451,18	196,19	193,96	196,54	431,63	157,11	164,85	227,31	437,53	434,95	415,42	394,78	130,60	445,67	398,65	542,73	112,18	104,05	347,45	104,65	265,47
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	475,52	426,98	501,27	567,39	339,37	500,06	216,75	214,27	217,14	478,34	173,33	181,92	251,32	484,90	482,03	460,33	437,40	143,87	493,94	441,70	601,79	123,40	114,37	384,81	115,03	293,72
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	521,95	468,56	550,28	623,01	372,18	548,95	237,30	234,58	237,73	525,06	189,54	199,00	275,33	532,27	529,11	505,24	480,02	157,13	542,21	484,75	660,84	134,62	124,69	422,17	125,40	321,97
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	568,38	510,14	599,29	678,63	405,00	597,83	257,85	254,88	258,32	571,77	205,75	216,07	299,35	579,64	576,20	550,16	522,64	170,40	590,48	527,80	719,90	145,83	135,01	459,53	135,78	350,22
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	614,80	551,71	648,30	734,25	437,81	646,72	278,40	275,19	278,92	618,49	221,97	233,14	323,36	627,01	623,28	595,07	565,26	183,66	638,76	570,85	778,96	157,05	145,32	496,89	146,16	378,47
Acima de 13 até	36,66	44,63	661,23	593,29	697,30	789,87	470,63	695,60	298,96	295,50	299,51	665,20	238,18	250,22	347,37	674,38	670,36	639,98	607,89	196,93	687,03	613,90	838,02	168,27	155,64	534,25	156,54	406,72

14																											
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	707,66	634,87	746,31	845,49	503,44	744,49	319,51	315,81	320,10	711,92	254,39	267,29	371,38	721,74	717,45	684,90	650,51	210,20	735,30	656,95	897,08	179,49	165,96	571,61	166,92	434,97
kg excedente ou fração	2,80	3,50	69,64	62,36	73,51	83,43	49,22	73,33	30,83	30,46	30,89	70,07	24,32	25,61	36,02	71,05	70,62	67,37	63,93	19,90	72,41	64,58	88,59	16,83	15,48	56,04	15,57	42,37

Origem: **Rio de Janeiro** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	**Local**	**Estadual Divisa**	**CAPITAL - CAPITAL**																								
Kg	**RJ**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	62,16	40,08	59,16	60,55	31,84	49,36	26,57	19,83	27,07	49,72	20,47	26,98	38,58	52,77	45,54	43,15	45,15	22,13	47,26	55,75	66,73	30,36	23,20	36,80	19,90	34,48
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	113,12	68,97	107,12	109,91	52,51	87,51	41,94	28,47	42,93	88,25	29,74	42,76	65,98	94,35	79,90	75,11	79,10	33,08	83,34	100,31	122,27	49,56	35,23	62,39	28,60	57,79
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	164,07	97,85	155,09	159,26	73,16	125,65	57,32	37,11	58,77	126,78	39,02	58,55	93,37	135,93	114,25	107,06	113,04	44,01	119,41	144,85	177,81	68,74	47,25	87,98	37,28	81,08
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	215,03	126,74	203,05	208,62	93,82	163,79	72,69	45,75	74,62	165,30	48,29	74,33	120,76	177,50	148,60	139,02	146,98	54,94	155,48	189,40	233,35	87,92	59,26	113,57	45,96	104,38
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	265,98	155,62	251,01	257,97	114,47	201,93	88,07	54,39	90,46	203,83	57,56	90,11	148,15	219,08	182,95	170,97	180,92	65,87	191,55	233,94	288,89	107,10	71,28	139,16	54,64	127,68
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	316,93	184,50	298,98	307,33	135,13	240,06	103,44	63,03	106,31	242,36	66,84	105,90	175,54	260,66	217,30	202,93	214,86	76,81	227,62	278,49	344,42	126,28	83,30	164,75	63,32	150,97
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	367,88	213,39	346,94	356,69	155,78	278,20	118,81	71,67	122,15	280,88	76,11	121,68	202,93	302,23	251,65	234,88	248,80	87,74	263,69	323,03	399,96	145,47	95,31	190,34	72,00	174,27
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	418,84	242,27	394,91	406,04	176,44	316,34	134,19	80,31	137,99	319,41	85,38	137,46	230,32	343,81	286,00	266,84	282,74	98,67	299,76	367,58	455,50	164,65	107,33	215,93	80,68	197,56
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	469,79	271,16	442,87	455,40	197,09	354,47	149,56	88,95	153,84	357,93	94,66	153,24	257,71	385,39	320,35	298,79	316,69	109,60	335,83	412,12	511,04	183,83	119,35	241,52	89,36	220,86
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	520,74	300,04	490,83	504,75	217,75	392,61	164,93	97,58	169,68	396,46	103,93	169,03	285,10	426,96	354,70	330,75	350,63	120,53	371,90	456,67	566,57	203,01	131,36	267,10	98,03	244,16
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	571,69	328,93	538,80	554,11	238,40	430,75	180,31	106,22	185,53	434,99	113,20	184,81	312,49	468,54	389,05	362,70	384,57	131,46	407,97	501,21	622,11	222,19	143,38	292,69	106,71	267,45
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	622,64	357,81	586,76	603,46	259,06	468,89	195,68	114,86	201,37	473,51	122,48	200,59	339,88	510,12	423,40	394,66	418,51	142,40	444,04	545,76	677,65	241,37	155,39	318,28	115,39	290,75
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	673,60	386,70	634,72	652,82	279,71	507,02	211,06	123,50	217,22	512,04	131,75	216,38	367,27	551,69	457,75	426,61	452,45	153,33	480,11	590,30	733,19	260,55	167,41	343,87	124,07	314,04
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	724,55	415,58	682,69	702,17	300,37	545,16	226,43	132,14	233,06	550,57	141,02	232,16	394,66	593,27	492,10	458,57	486,39	164,26	516,18	634,85	788,73	279,74	179,43	369,46	132,75	337,34
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	775,50	444,47	730,65	751,53	321,03	583,30	241,80	140,78	248,91	589,09	150,30	247,94	422,05	634,85	526,45	490,53	520,33	175,19	552,25	679,39	844,26	298,92	191,44	395,05	141,43	360,64
kg excedente ou fração	2,80	3,50	76,43	43,33	71,94	74,03	30,98	57,21	23,06	12,96	23,77	57,79	13,91	23,67	41,08	62,36	51,52	47,93	50,91	16,40	54,10	66,82	83,31	28,77	18,02	38,38	13,02	34,94

Origem: **Rio de Janeiro**

PESO	**Local**	**Estadual Divisa**	**CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR**																								
Kg	**RJ**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	64,50	42,42	61,49	62,89	34,19	51,71	28,90	22,17	29,42	52,06	22,80	29,31	40,92	55,11	47,88	45,49	47,49	24,48	49,60	58,10	69,07	32,71	25,55	39,14	22,25	36,83
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	117,79	73,63	111,79	114,58	57,17	92,18	46,61	33,14	47,59	92,92	34,41	47,43	70,64	99,02	84,57	79,77	83,77	37,75	88,00	104,97	126,94	54,23	39,90	67,06	33,26	62,46
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	171,08	104,85	162,09	166,26	80,16	132,65	64,32	44,11	65,77	133,78	46,02	65,55	100,37	142,93	121,25	114,06	120,04	51,01	126,41	151,85	184,81	75,74	54,25	94,98	44,28	88,09
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	224,36	136,07	212,39	217,95	103,15	173,12	82,03	55,09	83,95	174,64	57,63	83,66	130,09	186,84	157,93	148,35	156,32	64,28	164,81	198,73	242,68	97,26	68,60	122,91	55,29	113,72
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	277,65	167,29	262,68	269,64	126,14	213,59	99,73	66,06	102,13	215,50	69,23	101,78	159,82	230,75	194,62	182,64	192,59	77,54	203,21	245,61	300,55	118,77	82,95	150,83	66,30	139,35
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	330,93	198,51	312,98	321,33	149,13	254,06	117,44	77,03	120,31	256,36	80,84	119,90	189,54	274,66	231,30	216,93	228,86	90,81	241,62	292,49	358,43	140,29	97,30	178,75	77,32	164,97
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	384,22	229,72	363,28	373,02	172,12	294,54	135,15	88,00	138,49	297,22	92,45	138,01	219,26	318,57	267,99	251,22	265,14	104,07	280,02	339,37	416,30	161,80	111,65	206,67	88,33	190,60
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	437,51	260,94	413,57	424,71	195,11	335,01	152,86	98,98	156,66	338,08	104,05	156,13	248,99	362,48	304,67	285,51	301,41	117,34	318,43	386,25	474,17	183,32	126,00	234,60	99,35	216,23
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	490,79	292,16	463,87	476,40	218,10	375,48	170,56	109,95	174,84	378,94	115,66	174,25	278,71	406,39	341,35	319,80	337,69	130,60	356,83	433,12	532,04	204,83	140,35	262,52	110,36	241,86
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	544,08	323,38	514,17	528,09	241,09	415,95	188,27	120,92	193,02	419,80	127,27	192,37	308,44	450,30	378,04	354,09	373,96	143,87	395,23	480,00	589,91	226,35	154,70	290,44	121,37	267,49
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	597,36	354,60	564,47	579,78	264,08	456,42	205,98	131,89	211,20	460,66	138,87	210,48	338,16	494,21	414,72	388,37	410,24	157,13	433,64	526,88	647,78	247,86	169,05	318,36	132,39	293,12
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	650,65	385,82	614,76	631,47	287,06	496,89	223,69	142,87	229,38	501,52	150,48	228,60	367,88	538,12	451,41	422,66	446,51	170,40	472,04	573,76	705,65	269,38	183,40	346,29	143,40	318,75
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	703,94	417,03	665,06	683,16	310,05	537,36	241,39	153,84	247,55	542,38	162,09	246,72	397,61	582,03	488,09	456,95	482,79	183,66	510,44	620,64	763,53	290,89	197,75	374,21	154,41	344,38
Acima de 13 até	36,66	44,63	757,22	448,25	715,36	734,85	333,04	577,83	259,10	164,81	265,73	583,24	173,70	264,83	427,33	625,94	524,77	491,24	519,06	196,93	548,85	667,52	821,40	312,41	212,10	402,13	165,43	370,01

14																											
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	810,51	479,47	765,66	786,54	356,03	618,31	276,81	175,78	283,91	624,10	185,30	282,95	457,05	669,85	561,46	525,53	555,34	210,20	587,25	714,40	879,27	333,92	226,45	430,05	176,44	395,64
kg excedente ou fração	2,80	3,50	79,93	46,83	75,45	77,53	34,48	60,71	26,56	16,46	27,27	61,29	17,41	27,17	44,59	65,86	55,03	51,43	54,41	19,90	57,60	70,32	86,81	32,27	21,52	41,88	16,52	38,44

Origem: **Rio Grande do Norte** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	RN		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	74,88	20,61	58,02	44,56	26,11	19,81	41,49	40,80	40,21	28,79	42,81	49,97	50,13	37,89	18,49	19,72	24,81	57,16	47,26	77,77	61,93	64,10	60,02	24,29	51,90	48,97
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	138,57	30,03	104,85	77,93	41,04	28,41	71,79	70,42	69,25	46,39	74,43	88,76	89,05	64,59	25,79	28,27	38,46	103,11	83,34	144,34	112,67	116,99	108,88	37,40	92,63	86,78
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	202,25	39,45	151,67	111,30	55,97	37,01	102,09	100,02	98,28	63,97	106,04	127,53	127,96	91,26	33,08	36,81	52,10	149,05	119,41	210,91	163,40	169,87	157,73	50,50	133,35	124,57
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	265,94	48,86	198,49	144,67	70,89	45,61	132,39	129,62	127,31	81,56	137,65	166,31	166,88	117,93	40,37	45,34	65,73	194,99	155,48	277,48	214,13	222,74	206,57	63,60	174,06	162,35
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	329,62	58,28	245,30	178,04	85,81	54,21	162,68	159,22	156,34	99,14	169,25	205,08	205,79	144,61	47,66	53,88	79,37	240,92	191,55	344,06	264,85	275,62	255,42	76,70	214,78	200,14
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	393,31	67,70	292,12	211,40	100,74	62,80	192,98	188,82	185,36	116,73	200,86	243,85	244,71	171,28	54,94	62,42	93,00	286,86	227,62	410,63	315,58	328,50	304,26	89,81	255,50	237,93
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	456,99	77,11	338,94	244,77	115,66	71,40	223,28	218,42	214,39	134,31	232,47	282,62	283,63	197,95	62,23	70,95	106,63	332,80	263,69	477,20	366,31	381,37	353,10	102,91	296,21	275,72
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	520,68	86,53	385,75	278,14	130,58	80,00	253,57	248,03	243,42	151,89	264,08	321,39	322,54	224,63	69,52	79,49	120,27	378,73	299,76	543,77	417,03	434,25	401,95	116,01	336,93	313,51
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	584,36	95,95	432,57	311,51	145,51	88,60	283,87	277,63	272,45	169,48	295,68	360,17	361,46	251,30	76,81	88,02	133,90	424,67	335,83	610,34	467,76	487,13	450,79	129,11	377,65	351,30
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	648,05	105,36	479,39	344,87	160,43	97,20	314,17	307,23	301,48	187,06	327,29	398,94	400,37	277,97	84,09	96,56	147,53	470,61	371,90	676,91	518,49	540,00	499,63	142,21	418,36	389,09
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	711,73	114,78	526,21	378,24	175,35	105,79	344,46	336,83	330,50	204,65	358,90	437,71	439,29	304,65	91,38	105,10	161,17	516,54	407,97	743,48	569,22	592,88	548,48	155,31	459,08	426,88
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	775,42	124,20	573,02	411,61	190,28	114,39	374,76	366,43	359,53	222,23	390,50	476,48	478,20	331,32	98,67	113,63	174,80	562,48	444,04	810,06	619,94	645,76	597,32	168,41	499,80	464,67
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	839,10	133,61	619,84	444,98	205,20	122,99	405,06	396,03	388,56	239,82	422,11	515,25	517,12	358,00	105,96	122,17	188,43	608,42	480,11	876,63	670,67	698,63	646,17	181,52	540,52	502,46
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	902,79	143,03	666,66	478,34	220,12	131,59	435,36	425,63	417,59	257,40	453,72	554,03	556,03	384,67	113,24	130,71	202,07	654,35	516,18	943,20	721,40	751,51	695,01	194,62	581,23	540,25
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	966,48	152,45	713,47	511,71	235,05	140,18	465,65	455,23	446,61	274,99	485,33	592,80	594,95	411,34	120,53	139,24	215,70	700,29	552,25	1009,77	772,12	804,39	743,85	207,72	621,95	578,04
kg excedente ou fração	2,80	3,50	95,53	14,12	70,23	50,05	22,38	12,90	45,44	44,40	43,54	26,38	47,41	58,16	58,37	40,01	10,93	12,80	20,45	68,90	54,10	99,86	76,09	79,31	73,26	19,65	61,07	56,68

Origem: **Rio Grande do Norte**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	RN		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	77,22	22,95	60,37	46,90	28,45	22,15	43,83	43,15	42,56	31,14	45,16	52,32	52,47	40,25	20,84	22,07	27,16	59,51	49,60	80,10	64,28	66,45	62,37	26,63	54,25	51,32
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	143,23	34,70	109,52	82,60	45,71	33,08	76,46	75,09	73,92	51,05	79,10	93,43	93,72	69,25	30,46	32,94	43,13	107,78	88,00	149,01	117,34	121,66	113,55	42,07	97,30	91,44
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	209,25	46,45	158,67	118,30	62,97	44,01	109,09	107,02	105,28	70,97	113,04	134,53	134,96	98,26	40,08	43,81	59,10	156,05	126,41	217,91	170,40	176,87	164,73	57,50	140,35	131,57
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	275,27	58,20	207,82	154,00	80,22	54,94	141,72	138,96	136,64	90,89	146,98	175,64	176,21	127,27	49,70	54,68	75,07	204,32	164,81	286,82	223,46	232,08	215,91	72,94	183,40	171,69
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	341,29	69,95	256,97	189,70	97,48	65,87	174,35	170,89	168,00	110,81	180,92	216,75	217,46	156,27	59,32	65,55	91,03	252,59	203,21	355,72	276,52	287,29	267,08	88,37	226,45	211,81
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	407,31	81,70	306,12	225,41	114,74	76,81	206,98	202,83	199,37	130,73	214,86	257,85	258,71	185,28	68,95	76,42	107,00	300,86	241,62	424,63	329,58	342,50	318,26	103,81	269,50	251,94
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	473,33	93,45	355,27	261,11	132,00	87,74	239,61	234,76	230,73	150,65	248,80	298,96	299,96	214,29	78,57	87,29	122,97	349,13	280,02	493,53	382,64	397,71	369,44	119,24	312,55	292,06
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	539,35	105,20	404,42	296,81	149,25	98,67	272,24	266,70	262,09	170,56	282,74	340,06	341,21	243,30	88,19	98,16	138,94	397,40	318,43	562,44	435,70	452,92	420,62	134,68	355,60	332,18
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	605,37	116,95	453,58	332,51	166,51	109,60	304,87	298,63	293,45	190,48	316,69	381,17	382,46	272,30	97,81	109,03	154,90	445,67	356,83	631,35	488,76	508,13	471,79	150,11	398,65	372,31
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	671,39	128,70	502,73	368,21	183,77	120,53	337,50	330,56	324,81	210,40	350,63	422,28	423,71	301,31	107,43	119,90	170,87	493,94	395,23	700,25	541,83	563,34	522,97	165,55	441,70	412,43
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	737,41	140,45	551,88	403,91	201,02	131,46	370,14	362,50	356,17	230,32	384,57	463,38	464,96	330,32	117,05	130,77	186,84	542,21	433,64	769,16	594,89	618,55	574,15	180,98	484,75	452,55
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	803,42	152,20	601,03	439,61	218,28	142,40	402,77	394,43	387,54	250,24	418,51	504,49	506,21	359,33	126,67	141,64	202,81	590,48	472,04	838,06	647,95	673,76	625,33	196,42	527,80	492,67
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	869,44	163,95	650,18	475,32	235,54	153,33	435,40	426,37	418,90	270,16	452,45	545,59	547,45	388,33	136,30	152,51	218,77	638,76	510,44	906,97	701,01	728,97	676,50	211,85	570,85	532,80
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	935,46	175,70	699,33	511,02	252,80	164,26	468,03	458,30	450,26	290,07	486,39	586,70	588,70	417,34	145,92	163,38	234,74	687,03	548,85	975,87	754,07	784,18	727,68	227,29	613,90	572,92
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	1001,48	187,45	748,48	546,72	270,05	175,19	500,66	490,24	481,62	309,99	520,33	627,80	629,95	446,35	155,54	174,25	250,71	735,30	587,25	1044,78	807,13	839,39	778,86	242,72	656,95	613,04
kg excedente ou fração	2,80	3,50	99,03	17,62	73,73	53,55	25,88	16,40	48,95	47,90	47,04	29,88	50,91	61,66	61,87	43,51	14,43	16,30	23,95	72,41	57,60	103,36	79,59	82,81	76,77	23,15	64,58	60,18

Origem: **Rondônia** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	RO		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	20,65	63,85	23,70	50,40	59,48	59,68	43,69	59,73	42,28	49,79	52,61	27,82	31,21	43,01	66,32	70,08	51,65	51,90	55,75	77,77	33,28	57,11	56,23	62,09	50,29	50,33
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	30,09	116,50	36,19	89,64	107,78	108,19	76,21	108,27	73,39	88,37	94,00	44,42	51,24	74,84	121,45	128,99	92,12	92,63	100,31	144,34	55,37	103,03	101,27	113,02	89,40	89,46
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	39,53	169,15	48,68	128,86	156,07	156,68	108,72	156,81	104,48	126,94	135,39	61,02	71,26	106,65	176,58	187,88	132,57	133,35	144,85	210,91	77,46	148,95	146,31	163,93	128,50	128,58
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	48,97	221,80	61,17	168,09	204,36	205,18	141,23	205,34	135,58	165,51	176,79	77,63	91,28	138,47	231,71	246,78	173,02	174,06	189,40	277,48	99,55	194,86	191,34	214,84	167,60	167,70
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	58,40	274,45	73,65	207,31	252,65	253,68	173,74	253,88	166,67	204,07	218,18	94,23	111,30	170,28	286,84	305,67	213,47	214,78	233,94	344,06	121,64	240,78	236,38	265,75	206,70	206,82
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	67,84	327,11	86,14	246,53	300,94	302,17	206,24	302,42	197,77	242,64	259,57	110,83	131,32	202,09	341,97	364,57	253,92	255,50	278,49	410,63	143,73	286,70	281,41	316,67	245,79	245,94
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	77,28	379,76	98,63	285,75	349,23	350,67	238,75	350,95	228,86	281,21	300,96	127,43	151,34	233,90	397,10	423,46	294,37	296,21	323,03	477,20	165,81	332,61	326,45	367,58	284,89	285,06
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	86,71	432,41	111,12	324,98	397,53	399,16	271,26	399,49	259,96	319,78	342,36	144,03	171,36	265,71	452,22	482,36	334,82	336,93	367,58	543,77	187,90	378,53	371,49	418,49	323,99	324,18
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	96,15	485,06	123,60	364,20	445,82	447,66	303,77	448,03	291,06	358,34	383,75	160,64	191,38	297,52	507,35	541,25	375,27	377,65	412,12	610,34	209,99	424,44	416,52	469,40	363,09	363,30
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	105,59	537,71	136,09	403,42	494,11	496,15	336,28	496,56	322,15	396,91	425,14	177,24	211,40	329,34	562,48	600,15	415,72	418,36	456,67	676,91	232,08	470,36	461,56	520,31	402,19	402,42
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	115,03	590,36	148,58	442,64	542,40	544,65	368,78	545,10	353,25	435,48	466,53	193,84	231,42	361,15	617,61	659,04	456,17	459,08	501,21	743,48	254,17	516,28	506,60	571,22	441,29	441,54
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	124,46	643,01	161,07	481,87	590,69	593,15	401,29	593,64	384,34	474,05	507,93	210,44	251,44	392,96	672,74	717,94	496,63	499,80	545,76	810,06	276,26	562,19	551,63	622,13	480,39	480,66
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	133,90	695,67	173,55	521,09	638,98	641,64	433,80	642,17	415,44	512,61	549,32	227,04	271,47	424,77	727,87	776,83	537,08	540,52	590,30	876,63	298,34	608,11	596,67	673,04	519,49	519,78
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	143,34	748,32	186,04	560,31	687,27	690,14	466,31	690,71	446,53	551,18	590,71	243,65	291,49	456,58	782,99	835,73	577,53	581,23	634,85	943,20	320,43	654,03	641,70	723,96	558,59	558,90
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	152,77	800,97	198,53	599,53	735,56	738,63	498,82	739,25	477,63	589,75	632,10	260,25	311,51	488,40	838,12	894,62	617,98	621,95	679,39	1009,77	342,52	699,94	686,74	774,87	597,69	598,02
kg excedente ou fração	2,80	3,50	14,16	78,98	18,73	58,83	72,44	72,74	48,76	72,80	46,64	57,85	62,09	24,90	30,03	47,72	82,69	88,34	60,68	61,07	66,82	99,86	33,13	68,87	67,55	76,37	58,65	58,68

Origem: **Rondônia**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	RO		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	22,99	66,18	26,04	52,75	61,82	62,03	46,04	62,07	44,63	52,14	54,94	30,15	33,55	45,36	68,66	72,43	54,00	54,25	58,10	80,10	35,62	59,45	58,57	64,44	52,63	52,67
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	34,76	121,17	40,86	94,31	112,45	112,86	80,88	112,94	78,06	93,04	98,67	49,09	55,91	79,51	126,12	133,65	96,79	97,30	104,97	149,01	60,04	107,70	105,94	117,69	94,06	94,12
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	46,53	176,15	55,68	135,87	163,07	163,69	115,72	163,81	111,48	133,94	142,40	68,02	78,26	113,65	183,58	194,88	139,57	140,35	151,85	217,91	84,46	155,95	153,31	170,93	135,50	135,58
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	58,30	231,14	70,50	177,42	213,70	214,51	150,56	214,68	144,91	174,84	186,12	86,96	100,61	147,80	241,05	256,11	182,35	183,40	198,73	286,82	108,88	204,20	200,68	224,18	176,93	177,03
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	70,07	286,12	85,32	218,98	264,32	265,34	185,41	265,55	178,34	215,74	229,85	105,90	122,97	181,95	298,51	317,34	225,14	226,45	245,61	355,72	133,31	252,45	248,05	277,42	218,36	218,49
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	81,84	341,11	100,14	260,53	314,95	316,17	220,25	316,42	211,77	256,64	273,57	124,83	145,32	216,09	355,97	378,57	267,92	269,50	292,49	424,63	157,73	300,70	295,42	330,67	259,80	259,94
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	93,61	396,09	114,96	302,09	365,57	367,00	255,09	367,29	245,20	297,55	317,30	143,77	167,68	250,24	413,43	439,80	310,71	312,55	339,37	493,53	182,15	348,95	342,79	383,91	301,23	301,39
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	105,38	451,08	129,79	343,65	416,20	417,83	289,93	418,16	278,63	338,45	361,03	162,70	190,03	284,38	470,89	501,03	353,49	355,60	386,25	562,44	206,57	397,20	390,16	437,16	342,66	342,85
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	117,15	506,06	144,61	385,20	466,82	468,66	324,77	469,03	312,06	379,35	404,75	181,64	212,39	318,53	528,36	562,26	396,28	398,65	433,12	631,35	230,99	445,45	437,53	490,40	384,10	384,30
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	128,93	561,05	159,43	426,76	517,44	519,49	359,61	519,90	345,49	420,25	448,48	200,57	234,74	352,67	585,82	623,48	439,06	441,70	480,00	700,25	255,42	493,70	484,90	543,65	425,53	425,75
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	140,70	616,03	174,25	468,31	568,07	570,32	394,45	570,77	378,92	461,15	492,20	219,51	257,09	386,82	643,28	684,71	481,85	484,75	526,88	769,16	279,84	541,95	532,27	596,89	466,96	467,21
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	152,47	671,02	189,07	509,87	618,69	621,15	429,30	621,64	412,35	502,05	535,93	238,45	279,45	420,96	700,74	745,94	524,63	527,80	573,76	838,06	304,26	590,20	579,64	650,14	508,40	508,66
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	164,24	726,00	203,89	551,43	669,32	671,98	464,14	672,51	445,78	542,95	579,66	257,38	301,80	455,11	758,20	807,17	567,41	570,85	620,64	906,97	328,68	638,45	627,01	703,38	549,83	550,12
Acima de 13 até	36,66	44,63	176,01	780,99	218,71	592,98	719,94	722,81	498,98	723,38	479,20	583,85	623,38	276,32	324,16	489,26	815,67	868,40	610,20	613,90	667,52	975,87	353,10	686,70	674,38	756,63	591,26	591,57

14																												
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	187,78	835,97	233,53	634,54	770,57	773,64	533,82	774,25	512,63	624,75	667,11	295,25	346,51	523,40	873,13	929,63	652,98	656,95	714,40	1044,78	377,53	734,95	721,74	809,87	632,70	633,02
kg excedente ou fração	2,80	3,50	17,66	82,48	22,23	62,33	75,94	76,24	52,26	76,30	50,14	61,35	65,59	28,40	33,53	51,22	86,19	91,84	64,18	64,58	70,32	103,36	36,63	72,37	71,05	79,87	62,15	62,18

Origem: **Roraima** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	RR		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	38,48	63,89	22,22	42,33	62,84	55,02	53,54	69,65	53,06	43,47	63,57	50,15	46,35	35,19	63,62	64,76	47,97	67,92	66,73	61,93	33,28	80,29	73,03	61,93	67,26	59,05
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	65,77	116,58	33,26	73,45	114,49	98,85	95,91	128,13	94,92	75,76	115,95	89,11	81,54	59,16	116,05	118,32	84,75	124,65	122,27	112,67	55,37	149,42	134,88	112,67	123,34	106,92
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	93,06	169,25	44,30	104,57	166,14	142,68	138,26	186,59	136,77	108,05	168,31	128,07	116,70	83,13	168,48	171,87	121,52	181,37	177,81	163,40	77,46	218,53	196,73	163,40	179,41	154,78
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	120,35	221,93	55,33	135,68	217,79	186,51	180,61	245,06	178,61	140,33	220,68	167,02	151,87	107,10	220,90	225,43	158,28	238,10	233,35	214,13	99,55	287,64	258,57	214,13	235,48	202,64
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	147,64	274,60	66,37	166,80	269,44	230,34	222,97	303,52	220,45	172,61	273,04	205,98	187,04	131,07	273,33	278,98	195,05	294,82	288,89	264,85	121,64	356,75	320,41	264,85	291,55	250,50
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	174,92	327,27	77,40	197,91	321,09	274,17	265,32	361,99	262,29	204,89	325,41	244,93	222,21	155,05	325,75	332,53	231,81	351,55	344,42	315,58	143,73	425,86	382,25	315,58	347,62	298,36
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	202,21	379,94	88,43	229,03	372,73	318,00	307,68	420,45	304,14	237,18	377,77	283,89	257,38	179,02	378,18	386,08	268,58	408,27	399,96	366,31	165,81	494,97	444,10	366,31	403,69	346,23
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	229,50	432,61	99,47	260,14	424,38	361,82	350,03	478,92	345,98	269,46	430,14	322,85	292,55	202,99	430,61	439,63	305,34	465,00	455,50	417,03	187,90	564,08	505,94	417,03	459,76	394,09
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	256,79	485,28	110,50	291,26	476,03	405,65	392,39	537,38	387,82	301,74	482,50	361,80	327,72	226,96	483,03	493,19	342,11	521,72	511,04	467,76	209,99	633,19	567,78	467,76	515,83	441,95
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	284,08	537,96	121,54	322,38	527,68	449,48	434,74	595,85	429,66	334,02	534,87	400,76	362,89	250,93	535,46	546,74	378,88	578,45	566,57	518,49	232,08	702,30	629,63	518,49	571,90	489,81
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	311,36	590,63	132,57	353,49	579,33	493,31	477,10	654,31	471,51	366,31	587,23	439,72	398,06	274,90	587,89	600,29	415,64	635,17	622,11	569,22	254,17	771,41	691,47	569,22	627,97	537,67
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	338,65	643,30	143,60	384,61	630,98	537,14	519,45	712,78	513,35	398,59	639,59	478,67	433,23	298,88	640,31	653,84	452,41	691,90	677,65	619,94	276,26	840,52	753,31	619,94	684,04	585,53
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	365,94	695,97	154,64	415,72	682,62	580,97	561,80	771,24	555,19	430,87	691,96	517,63	468,40	322,85	692,74	707,39	489,17	748,62	733,19	670,67	298,34	909,63	815,15	670,67	740,11	633,39
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	393,23	748,64	165,67	446,84	734,27	624,79	604,16	829,71	597,04	463,16	744,32	556,59	503,57	346,82	745,16	760,95	525,94	805,35	788,73	721,40	320,43	978,74	877,00	721,40	796,18	681,25
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	420,51	801,32	176,71	477,96	785,92	668,62	646,51	888,17	638,88	495,44	796,69	595,54	538,73	370,79	797,59	814,50	562,71	862,07	844,26	772,12	342,52	1047,85	938,84	772,12	852,25	729,11
kg excedente ou fração	2,80	3,50	40,93	79,01	16,55	46,67	77,47	65,74	63,53	87,70	62,76	48,42	78,55	58,43	52,75	35,96	78,64	80,33	55,15	85,09	83,31	76,09	33,13	103,66	92,76	76,09	84,10	71,79

Origem: **Roraima**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	RR		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	40,82	66,24	24,56	44,67	65,18	57,36	55,89	72,00	55,41	45,81	65,92	52,49	48,70	37,52	65,96	67,10	50,32	70,26	69,07	64,28	35,62	82,64	75,37	64,28	69,60	61,39
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	70,44	121,25	37,93	78,12	119,16	103,52	100,57	132,79	99,59	80,43	120,61	93,78	86,20	63,83	120,72	122,99	89,42	129,31	126,94	117,34	60,04	154,08	139,55	117,34	128,00	111,59
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	100,06	176,25	51,30	111,57	173,14	149,68	145,26	193,59	143,77	115,05	175,31	135,07	123,71	90,13	175,48	178,87	128,52	188,37	184,81	170,40	84,46	225,53	203,73	170,40	186,41	161,78
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	129,68	231,26	64,67	145,02	227,13	195,85	189,95	254,39	187,94	149,66	230,01	176,36	161,21	116,44	230,24	234,76	167,62	247,43	242,68	223,46	108,88	296,97	267,90	223,46	244,81	211,98
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	159,30	286,27	78,03	178,47	281,11	242,01	234,64	315,19	232,12	184,28	284,71	217,65	198,71	142,74	285,00	290,65	206,72	306,49	300,55	276,52	133,31	368,42	332,08	276,52	303,22	262,17
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	188,93	341,27	91,40	211,92	335,09	288,17	279,33	375,99	276,30	218,90	339,41	258,94	236,21	169,05	339,76	346,53	245,81	365,55	358,43	329,58	157,73	439,86	396,26	329,58	361,62	312,37
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	218,55	396,28	104,77	245,36	389,07	334,33	324,01	436,79	320,47	253,51	394,11	300,23	273,72	195,35	394,52	402,42	284,91	424,61	416,30	382,64	182,15	511,30	460,43	382,64	420,02	362,56
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	248,17	451,28	118,14	278,81	443,05	380,49	368,70	497,59	364,65	288,13	448,81	341,52	311,22	221,66	449,28	458,30	324,01	483,67	474,17	435,70	206,57	582,75	524,61	435,70	478,43	412,76
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	277,79	506,29	131,51	312,26	497,03	426,66	413,39	558,39	408,83	322,74	503,50	382,81	348,72	247,96	504,04	514,19	363,11	542,73	532,04	488,76	230,99	654,19	588,79	488,76	536,83	462,95
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	307,41	561,29	144,87	345,71	551,02	472,82	458,08	619,19	453,00	357,36	558,20	424,10	386,23	274,27	558,80	570,08	402,21	601,79	589,91	541,83	255,42	725,63	652,96	541,83	595,23	513,15
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	337,03	616,30	158,24	379,16	605,00	518,98	502,77	679,98	497,18	391,98	612,90	465,39	423,73	300,57	613,56	625,96	441,31	660,84	647,78	594,89	279,84	797,08	717,14	594,89	653,64	563,34
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	366,66	671,30	171,61	412,61	658,98	565,14	547,45	740,78	541,35	426,59	667,60	506,68	461,23	326,88	668,32	681,85	480,41	719,90	705,65	647,95	304,26	868,52	781,32	647,95	712,04	613,54
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	396,28	726,31	184,98	446,06	712,96	611,30	592,14	801,58	585,53	461,21	722,30	547,97	498,73	353,19	723,08	737,73	519,51	778,96	763,53	701,01	328,68	939,97	845,49	701,01	770,45	663,73
Acima de 13 até	36,66	44,63	425,90	781,32	198,34	479,51	766,95	657,47	636,83	862,38	629,71	495,83	777,00	589,26	536,24	379,49	777,84	793,62	558,61	838,02	821,40	754,07	353,10	1011,41	909,67	754,07	828,85	713,93

14																												
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	455,52	836,32	211,71	512,96	820,93	703,63	681,52	923,18	673,88	530,44	831,69	630,55	573,74	405,80	832,60	849,50	597,71	897,08	879,27	807,13	377,53	1082,85	973,85	807,13	887,25	764,12
kg excedente ou fração	2,80	3,50	44,43	82,51	20,05	50,17	80,97	69,24	67,03	91,20	66,26	51,92	82,05	61,93	56,25	39,46	82,14	83,83	58,65	88,59	86,81	79,59	36,63	107,16	96,26	79,59	87,60	75,29

Origem: **Rio Grande do Sul** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	RS		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	59,25	59,36	65,28	72,88	50,68	66,62	38,21	37,26	38,26	64,91	34,12	26,84	40,08	66,98	64,00	62,91	60,80	20,08	30,36	64,10	57,11	80,29	20,61	56,09	25,56	45,60
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	107,33	107,53	119,35	134,53	90,15	122,07	65,22	63,32	65,32	118,65	57,05	42,48	68,97	122,80	116,81	114,64	110,40	28,99	49,56	116,99	103,03	149,42	30,03	100,96	39,94	80,02
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	155,39	155,70	173,41	196,19	129,62	177,50	92,22	89,38	92,38	172,37	79,98	58,10	97,85	178,61	169,60	166,35	160,00	37,87	68,74	169,87	148,95	218,53	39,45	145,83	54,31	114,43
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	203,46	203,87	227,47	257,85	169,09	232,94	119,22	115,44	119,45	226,08	102,91	73,72	126,74	234,41	222,40	218,06	209,60	46,76	87,92	222,74	194,86	287,64	48,86	190,71	68,68	148,84
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	251,53	252,04	281,54	319,51	208,56	288,37	146,22	141,49	146,51	279,80	125,83	89,33	155,62	290,22	275,19	269,77	259,20	55,64	107,10	275,62	240,78	356,75	58,28	235,58	83,05	183,26
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	299,59	300,21	335,60	381,17	248,03	343,81	173,22	167,55	173,57	333,51	148,76	104,95	184,50	346,02	327,99	321,48	308,80	64,52	126,28	328,50	286,70	425,86	67,70	280,45	97,42	217,67
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	347,66	348,37	389,66	442,83	287,49	399,24	200,23	193,61	200,64	387,23	171,69	120,57	213,39	401,82	380,78	373,19	358,41	73,41	145,47	381,37	332,61	494,97	77,11	325,32	111,79	252,08
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	395,72	396,54	443,73	504,49	326,96	454,68	227,23	219,67	227,70	440,94	194,62	136,19	242,27	457,63	433,57	424,90	408,01	82,29	164,65	434,25	378,53	564,08	86,53	370,20	126,16	286,49
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	443,79	444,71	497,79	566,14	366,43	510,12	254,23	245,73	254,76	494,66	217,54	151,81	271,16	513,43	486,37	476,60	457,61	91,18	183,83	487,13	424,44	633,19	95,95	415,07	140,53	320,90
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	491,86	492,88	551,86	627,80	405,90	565,55	281,23	271,79	281,82	548,38	240,47	167,43	300,04	569,24	539,16	528,31	507,21	100,06	203,01	540,00	470,36	702,30	105,36	459,94	154,90	355,31
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	539,92	541,05	605,92	689,46	445,37	620,99	308,23	297,85	308,89	602,09	263,40	183,05	328,93	625,04	591,96	580,02	556,81	108,95	222,19	592,88	516,28	771,41	114,78	504,81	169,27	389,73
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	587,99	589,22	659,98	751,12	484,83	676,42	335,23	323,91	335,95	655,81	286,33	198,67	357,81	680,84	644,75	631,73	606,41	117,83	241,37	645,76	562,19	840,52	124,20	549,69	183,64	424,14
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	636,05	637,38	714,05	812,78	524,30	731,86	362,23	349,97	363,01	709,52	309,25	214,29	386,70	736,65	697,55	683,44	656,01	126,71	260,55	698,63	608,11	909,63	133,61	594,56	198,02	458,55
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	684,12	685,55	768,11	874,44	563,77	787,29	389,23	376,03	390,07	763,24	332,18	229,91	415,58	792,45	750,34	735,15	705,61	135,60	279,74	751,51	654,03	978,74	143,03	639,43	212,39	492,96
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	732,19	733,72	822,18	936,10	603,24	842,73	416,24	402,09	417,14	816,96	355,11	245,53	444,47	848,26	803,14	786,86	755,21	144,48	298,92	804,39	699,94	1047,85	152,45	684,30	226,76	527,37
kg excedente ou fração	2,80	3,50	72,10	72,25	81,10	92,49	59,20	83,15	40,50	39,09	40,59	80,57	34,39	23,43	43,33	83,71	79,19	77,56	74,40	13,33	28,77	79,31	68,87	103,66	14,12	67,31	21,56	51,62

Origem: **Rio Grande do Sul**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	RS		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	SC	SE	SP	TO
Até 1	12,44	14,28	61,60	61,70	67,61	75,21	53,02	68,97	40,55	39,59	40,59	67,27	36,46	29,19	42,42	69,33	66,35	65,26	63,13	22,44	32,71	66,45	59,45	82,64	22,95	58,42	27,90	47,94
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	112,00	112,20	124,01	139,20	94,82	126,74	69,89	67,98	69,99	123,32	61,72	47,14	73,63	127,47	121,47	119,30	115,07	33,65	54,23	121,66	107,70	154,08	34,70	105,63	44,61	84,69
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	162,40	162,70	180,41	203,19	136,62	184,50	99,22	96,38	99,39	179,37	86,98	65,10	104,85	185,61	176,60	173,35	167,00	44,87	75,74	176,87	155,95	225,53	46,45	152,84	61,31	121,43
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	212,80	213,20	236,81	267,19	178,42	242,27	128,56	124,77	128,78	235,42	112,24	83,05	136,07	243,75	231,73	227,39	218,94	56,09	97,26	232,08	204,20	296,97	58,20	200,04	78,01	158,18
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	263,19	263,71	293,21	331,18	220,23	300,04	157,89	153,16	158,18	291,47	137,50	101,00	167,29	301,89	286,86	281,43	270,87	67,31	118,77	287,29	252,45	368,42	69,95	247,25	94,72	194,92
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	313,59	314,21	349,60	395,17	262,03	357,81	187,23	181,56	187,58	347,52	162,76	118,96	198,51	360,02	341,99	335,48	322,81	78,53	140,29	342,50	300,70	439,86	81,70	294,45	111,42	231,67
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	363,99	364,71	406,00	459,16	303,83	415,58	216,56	209,95	216,97	403,56	188,03	136,91	229,72	418,16	397,12	389,52	374,74	89,74	161,80	397,71	348,95	511,30	93,45	341,66	128,13	268,42
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	414,39	415,21	462,40	523,16	345,63	473,35	245,90	238,34	246,37	459,61	213,29	154,86	260,94	476,30	452,24	443,56	426,68	100,96	183,32	452,92	397,20	582,75	105,20	388,87	144,83	305,16
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	464,79	465,71	518,80	587,15	387,43	531,12	275,23	266,74	275,76	515,66	238,55	172,82	292,16	534,44	507,37	497,61	478,61	112,18	204,83	508,13	445,45	654,19	116,95	436,07	161,54	341,91
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	515,19	516,22	575,19	651,14	429,23	588,89	304,57	295,13	305,16	571,71	263,81	190,77	323,38	592,57	562,50	551,65	530,55	123,40	226,35	563,34	493,70	725,63	128,70	483,28	178,24	378,65
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	565,59	566,72	631,59	715,13	471,04	646,66	333,90	323,52	334,56	627,76	289,07	208,72	354,60	650,71	617,63	605,69	582,48	134,62	247,86	618,55	541,95	797,08	140,45	530,48	194,94	415,40
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	615,99	617,22	687,99	779,13	512,84	704,43	363,24	351,92	363,95	683,81	314,33	226,67	385,82	708,85	672,76	659,74	634,42	145,83	269,38	673,76	590,20	868,52	152,20	577,69	211,65	452,14
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	666,39	667,72	744,39	843,12	554,64	762,20	392,57	380,31	393,35	739,86	339,59	244,63	417,03	766,99	727,89	713,78	686,35	157,05	290,89	728,97	638,45	939,97	163,95	624,90	228,35	488,89

Acima de 13 até 14	36,66	44,63	716,79	718,22	800,78	907,11	596,44	819,96	421,91	408,70	422,75	795,91	364,85	262,58	448,25	825,12	783,01	767,82	738,29	168,27	312,41	784,18	686,70	1011,41	175,70	672,10	245,06	525,63
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	767,19	768,73	857,18	971,10	638,24	877,73	451,24	437,10	452,14	851,96	390,11	280,53	479,47	883,26	838,14	821,87	790,22	179,49	333,92	839,39	734,95	1082,85	187,45	719,31	261,76	562,38
kg excedente ou fração	2,80	3,50	75,60	75,75	84,60	95,99	62,70	86,65	44,00	42,59	44,09	84,07	37,89	26,93	46,83	87,21	82,69	81,06	77,90	16,83	32,27	82,81	72,37	107,16	17,62	70,81	25,06	55,12

Origem: **Santa Catarina** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	**Local**	**Estadual Divisa**	**CAPITAL - CAPITAL**																								
Kg	**SC**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	58,91	52,13	62,48	68,26	44,13	60,66	33,39	30,57	33,05	59,39	27,04	26,79	37,23	61,32	57,86	55,66	55,34	19,17	23,20	60,43	56,23	73,03	20,61	48,65	19,31	40,44
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	106,61	93,08	113,76	125,34	77,07	110,15	55,60	49,97	54,92	107,59	42,89	42,39	63,25	111,46	104,54	100,10	99,49	27,16	35,23	109,29	101,27	134,88	30,03	86,12	27,45	69,70
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	154,31	134,02	165,02	182,42	110,01	159,63	77,79	69,35	76,79	155,78	58,71	57,99	89,27	161,60	151,22	144,54	143,62	35,15	47,25	158,14	146,31	196,73	39,45	123,58	35,58	98,96
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	202,01	174,96	216,28	239,49	142,95	209,11	99,98	88,74	98,65	203,97	74,53	73,59	115,29	211,73	197,89	188,99	187,76	43,13	59,26	206,98	191,34	258,57	48,86	161,04	43,70	128,21
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	249,70	215,91	267,53	296,56	175,89	258,59	122,17	108,13	120,51	252,16	90,36	89,19	141,31	261,86	244,57	233,43	231,89	51,12	71,28	255,83	236,38	320,41	58,28	198,51	51,83	157,46
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	297,40	256,85	318,79	353,64	208,82	308,07	144,36	127,51	142,38	300,35	106,18	104,79	167,33	312,00	291,24	277,87	276,03	59,10	83,30	304,67	281,41	382,25	67,70	235,97	59,96	186,72
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	345,10	297,79	370,05	410,71	241,76	357,55	166,55	146,90	164,24	348,54	122,01	120,39	193,35	362,13	337,91	322,31	320,17	67,08	95,31	353,51	326,45	444,10	77,11	273,43	68,09	215,97
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	392,80	338,73	421,31	467,78	274,70	407,02	188,74	166,29	186,10	396,73	137,83	135,99	219,37	412,26	384,59	366,76	364,30	75,07	107,33	402,36	371,49	505,94	86,53	310,89	76,21	245,22
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	440,49	379,67	472,57	524,86	307,64	456,50	210,93	185,67	207,96	444,92	153,65	151,59	245,39	462,40	431,26	411,20	408,44	83,05	119,35	451,20	416,52	567,78	95,95	348,35	84,34	274,47
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	488,19	420,62	523,83	581,93	340,57	505,98	233,12	205,06	229,83	493,10	169,48	167,19	271,40	512,53	477,94	455,64	452,57	91,03	131,36	500,04	461,56	629,63	105,36	385,82	92,47	303,73
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	535,89	461,56	575,09	639,00	373,51	555,46	255,31	224,44	251,69	541,29	185,30	182,78	297,42	562,66	524,61	500,08	496,71	99,02	143,38	548,89	506,60	691,47	114,78	423,28	100,59	332,98
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	583,59	502,50	626,35	696,07	406,45	604,94	277,50	243,83	273,55	589,48	201,13	198,38	323,44	612,80	571,28	544,53	540,84	107,00	155,39	597,73	551,63	753,31	124,20	460,74	108,72	362,23
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	631,28	543,44	677,61	753,15	439,39	654,42	299,69	263,22	295,42	637,67	216,95	213,98	349,46	662,93	617,96	588,97	584,98	114,99	167,41	646,58	596,67	815,15	133,61	498,20	116,85	391,49
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	678,98	584,38	728,87	810,22	472,33	703,89	321,89	282,60	317,28	685,86	232,78	229,58	375,48	713,07	664,63	633,41	629,11	122,97	179,43	695,42	641,70	877,00	143,03	535,66	124,97	420,74
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	726,68	625,33	780,13	867,29	505,26	753,37	344,08	301,99	339,14	734,05	248,60	245,18	401,50	763,20	711,30	677,86	673,25	130,95	191,44	744,26	686,74	938,84	152,45	573,13	133,10	449,99
kg excedente ou fração	2,80	3,50	71,55	61,41	76,89	85,61	49,41	74,22	33,29	29,08	32,79	72,28	23,74	23,40	39,03	75,20	70,01	66,66	66,20	11,97	18,02	73,26	67,55	92,76	14,12	56,19	12,19	43,88

Origem: **Santa Catarina**

PESO	**Local**	**Estadual Divisa**	**CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR**																								
Kg	**SC**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SE**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	61,25	54,47	64,83	70,60	46,47	63,01	35,74	32,92	35,39	61,74	29,40	29,13	39,57	63,66	60,20	57,99	57,69	21,51	25,55	62,78	58,57	75,37	22,95	50,99	21,66	42,78
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	111,28	97,75	118,42	130,01	81,74	114,82	60,27	54,64	59,59	112,26	47,55	47,06	67,92	116,13	109,21	104,77	104,16	31,83	39,90	113,96	105,94	139,55	34,70	90,79	32,12	74,37
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	161,31	141,02	172,02	189,42	117,01	166,63	84,79	76,36	83,79	162,78	65,71	64,99	96,27	168,60	158,22	151,55	150,62	42,15	54,25	165,14	153,31	203,73	46,45	130,58	42,58	105,96
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	211,34	184,30	225,61	248,82	152,28	218,45	109,31	98,08	107,98	213,31	83,87	82,93	124,63	221,07	207,23	198,32	197,09	52,47	68,60	216,32	200,68	267,90	58,20	170,38	53,04	137,54
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	261,37	227,58	279,20	308,23	187,55	270,26	133,84	119,80	132,18	263,83	102,03	100,86	152,98	273,53	256,23	245,10	243,56	62,78	82,95	267,49	248,05	332,08	69,95	210,17	63,50	169,13
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	311,40	270,85	332,80	367,64	222,83	322,07	158,36	141,52	156,38	314,35	120,18	118,79	181,33	326,00	305,24	291,87	290,03	73,10	97,30	318,67	295,42	396,26	81,70	249,97	73,96	200,72
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	361,43	314,13	386,39	427,04	258,10	373,88	182,89	163,24	180,57	364,87	138,34	136,73	209,68	378,47	354,25	338,65	336,50	83,42	111,65	369,85	342,79	460,43	93,45	289,77	84,42	232,30
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	411,47	357,40	439,98	486,45	293,37	425,69	207,41	184,95	204,77	415,40	156,50	154,66	238,04	430,93	403,26	385,43	382,97	93,74	126,00	421,03	390,16	524,61	105,20	329,56	94,88	263,89
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	461,50	400,68	493,58	545,86	328,64	477,51	231,94	206,67	228,97	465,92	174,66	172,59	266,39	483,40	452,26	432,20	429,44	104,05	140,35	472,20	437,53	588,79	116,95	369,36	105,34	295,48
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	511,53	443,95	547,17	605,26	363,91	529,32	256,46	228,39	253,16	516,44	192,82	190,52	294,74	535,87	501,27	478,98	475,91	114,37	154,70	523,38	484,90	652,96	128,70	409,15	115,80	327,06
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	561,56	487,23	600,76	664,67	399,18	581,13	280,98	250,11	277,36	566,96	210,97	208,46	323,09	588,34	550,28	525,76	522,38	124,69	169,05	574,56	532,27	717,14	140,45	448,95	126,26	358,65
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	611,59	530,51	654,35	724,08	434,46	632,94	305,51	271,83	301,56	617,49	229,13	226,39	351,45	640,80	599,29	572,53	568,85	135,01	183,40	625,74	579,64	781,32	152,20	488,74	136,73	390,24
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	661,62	573,78	707,95	783,49	469,73	684,75	330,03	293,55	325,75	668,01	247,29	244,32	379,80	693,27	648,30	619,31	615,32	145,32	197,75	676,91	627,01	845,49	163,95	528,54	147,19	421,82

Acima de 13 até 14	36,66	44,63	711,65	617,06	761,54	842,89	505,00	736,57	354,56	315,27	349,95	718,53	265,45	262,25	408,15	745,74	697,30	666,08	661,79	155,64	212,10	728,09	674,38	909,67	175,70	568,34	157,65	453,41
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	761,68	660,33	815,13	902,30	540,27	788,38	379,08	336,99	374,15	769,05	283,60	280,19	436,50	798,20	746,31	712,86	708,25	165,96	226,45	779,27	721,74	973,85	187,45	608,13	168,11	485,00
kg excedente ou fração	2,80	3,50	75,05	64,91	80,39	89,11	52,91	77,72	36,79	32,58	36,29	75,78	27,24	26,90	42,53	78,70	73,51	70,16	69,70	15,48	21,52	76,77	71,05	96,26	17,62	59,69	15,69	47,38

Origem: **Sergipe** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	**Local**	**Estadual Divisa**	**CAPITAL - CAPITAL**																								
Kg	**SE**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	68,55	19,15	57,23	46,88	19,97	24,29	32,75	29,86	32,82	32,41	32,84	41,05	47,24	39,14	20,92	20,77	36,80	46,24	36,80	24,29	62,09	61,93	56,09	48,65	40,85	40,19
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	125,90	27,10	103,28	82,54	28,76	37,40	54,31	48,52	54,47	53,65	54,51	70,93	83,30	67,12	30,69	30,34	62,39	81,27	62,39	37,40	113,02	112,67	100,96	86,12	70,52	69,21
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	183,24	35,05	149,31	118,20	37,54	50,50	75,86	67,16	76,11	74,88	76,17	100,80	119,35	95,09	40,43	39,90	87,98	116,30	87,98	50,50	163,93	163,40	145,83	123,58	100,18	98,22
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	240,57	42,99	195,35	153,86	46,33	63,60	97,42	85,81	97,75	96,11	97,83	130,67	155,39	123,05	50,17	49,46	113,57	151,32	113,57	63,60	214,84	214,13	190,71	161,04	129,85	127,23
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	297,91	50,93	241,39	189,52	55,11	76,70	118,98	104,46	119,39	117,34	119,49	160,53	191,44	151,01	59,92	59,02	139,16	186,35	139,16	76,70	265,75	264,85	235,58	198,51	159,51	156,23
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	355,25	58,87	287,43	225,18	63,89	89,81	140,53	123,11	141,02	138,57	141,15	190,40	227,49	178,98	69,66	68,58	164,75	221,37	164,75	89,81	316,67	315,58	280,45	235,97	189,17	185,24
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	412,59	66,82	333,47	260,84	72,67	102,91	162,09	141,76	162,66	159,80	162,80	220,27	263,54	206,94	79,41	78,14	190,34	256,40	190,34	102,91	367,58	366,31	325,32	273,43	218,83	214,25
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	469,93	74,76	379,51	296,50	81,45	116,01	183,64	160,41	184,30	181,02	184,46	250,13	299,59	234,90	89,15	87,70	215,93	291,42	215,93	116,01	418,49	417,03	370,20	310,89	248,50	243,26
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	527,27	82,70	425,55	332,16	90,24	129,11	205,20	179,06	205,94	202,25	206,12	280,00	335,64	262,87	98,89	97,26	241,52	326,45	241,52	129,11	469,40	467,76	415,07	348,35	278,16	272,26
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	584,61	90,64	471,59	367,82	99,02	142,21	226,76	197,71	227,58	223,48	227,78	309,87	371,69	290,83	108,64	106,82	267,10	361,48	267,10	142,21	520,31	518,49	459,94	385,82	307,82	301,27
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	641,95	98,59	517,63	403,48	107,80	155,31	248,31	216,36	249,21	244,71	249,44	339,74	407,74	318,79	118,38	116,38	292,69	396,50	292,69	155,31	571,22	569,22	504,81	423,28	337,48	330,28
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	699,29	106,53	563,67	439,14	116,58	168,41	269,87	235,01	270,85	265,94	271,10	369,60	443,79	346,76	128,13	125,94	318,28	431,53	318,28	168,41	622,13	619,94	549,69	460,74	367,15	359,29
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	756,63	114,47	609,71	474,80	125,36	181,52	291,42	253,66	292,49	287,17	292,76	399,47	479,84	374,72	137,87	135,50	343,87	466,55	343,87	181,52	673,04	670,67	594,56	498,20	396,81	388,29
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	813,97	122,42	655,75	510,46	134,15	194,62	312,98	272,30	314,13	308,39	314,41	429,34	515,89	402,68	147,62	145,06	369,46	501,58	369,46	194,62	723,96	721,40	639,43	535,66	426,47	417,30
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	871,31	130,36	701,79	546,12	142,93	207,72	334,54	290,95	335,76	329,62	336,07	459,20	551,94	430,65	157,36	154,62	395,05	536,61	395,05	207,72	774,87	772,12	684,30	573,13	456,13	446,31
kg excedente ou fração	2,80	3,50	86,01	11,91	69,06	53,49	13,17	19,65	32,33	27,97	32,46	31,84	32,49	44,80	54,07	41,94	14,62	14,34	38,38	52,54	38,38	19,65	76,37	76,09	67,31	56,19	44,49	43,51

Origem: **Sergipe**

PESO	**Local**	**Estadual Divisa**	**CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR**																								
Kg	**SE**		**AC**	**AL**	**AM**	**AP**	**BA**	**CE**	**DF**	**ES**	**GO**	**MA**	**MG**	**MS**	**MT**	**PA**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RO**	**RR**	**RS**	**SC**	**SP**	**TO**
Até 1	12,44	14,28	70,89	21,49	59,57	49,21	22,31	26,63	35,09	32,20	35,17	34,76	35,19	43,40	49,58	41,49	23,27	23,11	39,14	48,58	39,14	26,63	64,44	64,28	58,42	50,99	43,19	42,54
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	130,56	31,77	107,94	87,21	33,43	42,07	58,98	53,18	59,14	58,32	59,18	75,60	87,96	71,79	35,35	35,00	67,06	85,94	67,06	42,07	117,69	117,34	105,63	90,79	75,19	73,88
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	190,24	42,05	156,32	125,20	44,54	57,50	82,87	74,17	83,11	81,88	83,17	107,80	126,35	102,09	47,43	46,90	94,98	123,30	94,98	57,50	170,93	170,40	152,84	130,58	107,19	105,22
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	249,91	52,32	204,69	163,19	55,66	72,94	106,76	95,15	107,08	105,45	107,16	140,00	164,73	132,39	59,51	58,79	122,91	160,66	122,91	72,94	224,18	223,46	200,04	170,38	139,18	136,56
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	309,58	62,60	253,06	201,19	66,78	88,37	130,65	116,13	131,05	129,01	131,16	172,20	203,11	162,68	71,59	70,69	150,83	198,02	150,83	88,37	277,42	276,52	247,25	210,17	171,18	167,90
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	369,26	72,88	301,43	239,18	77,89	103,81	154,53	137,11	155,03	152,57	155,15	204,40	241,50	192,98	83,66	82,58	178,75	235,37	178,75	103,81	330,67	329,58	294,45	249,97	203,17	199,24
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	428,93	83,15	349,81	277,18	89,01	119,24	178,42	158,10	179,00	176,13	179,14	236,60	279,88	223,28	95,74	94,47	206,67	272,73	206,67	119,24	383,91	382,64	341,66	289,77	235,17	230,58
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	488,60	93,43	398,18	315,17	100,12	134,68	202,31	179,08	202,97	199,69	203,13	268,80	318,26	253,57	107,82	106,37	234,60	310,09	234,60	134,68	437,16	435,70	388,87	329,56	267,17	261,93
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	548,27	103,71	446,55	353,17	111,24	150,11	226,20	200,06	226,94	223,26	227,13	301,00	356,64	283,87	119,90	118,26	262,52	347,45	262,52	150,11	490,40	488,76	436,07	369,36	299,16	293,27
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	607,95	113,98	494,93	391,16	122,35	165,55	250,09	221,04	250,91	246,82	251,12	333,21	395,03	314,17	131,98	130,15	290,44	384,81	290,44	165,55	543,65	541,83	483,28	409,15	331,16	324,61
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	667,62	124,26	543,30	429,15	133,47	180,98	273,98	242,03	274,88	270,38	275,11	365,41	433,41	344,46	144,05	142,05	318,36	422,17	318,36	180,98	596,89	594,89	530,48	448,95	363,15	355,95
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	727,29	134,53	591,67	467,15	144,59	196,42	297,87	263,01	298,86	293,94	299,10	397,61	471,79	374,76	156,13	153,94	346,29	459,53	346,29	196,42	650,14	647,95	577,69	488,74	395,15	387,29
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	786,97	144,81	640,05	505,14	155,70	211,85	321,76	283,99	322,83	317,50	323,09	429,81	510,18	405,06	168,21	165,83	374,21	496,89	374,21	211,85	703,38	701,01	624,90	528,54	427,15	418,63
Acima de 13 até	36,66	44,63	846,64	155,09	688,42	543,14	166,82	227,29	345,65	304,98	346,80	341,07	347,09	462,01	548,56	435,36	180,29	177,73	402,13	534,25	402,13	227,29	756,63	754,07	672,10	568,34	459,14	449,97

14																											
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	906,31	165,36	736,79	581,13	177,93	242,72	369,54	325,96	370,77	364,63	371,08	494,21	586,94	465,65	192,37	189,62	430,05	571,61	430,05	242,72	809,87	807,13	719,31	608,13	491,14	481,31
kg excedente ou fração	2,80	3,50	89,51	15,41	72,56	56,99	16,67	23,15	35,83	31,47	35,96	35,34	35,99	48,30	57,57	45,44	18,12	17,84	41,88	56,04	41,88	23,15	79,87	79,59	70,81	59,69	47,99	47,01

Origem: **São Paulo** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																								
Kg	SP		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	TO
Até 1	12,44	14,28	59,36	44,42	57,84	61,14	36,19	52,31	25,47	23,52	25,97	51,11	20,61	26,09	34,69	53,75	48,99	47,63	47,42	19,26	19,90	51,90	50,29	67,26	25,56	19,31	40,85	33,59
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	107,53	77,65	104,50	111,10	61,19	93,45	39,77	35,84	40,74	91,01	30,03	40,98	58,20	96,32	86,82	84,05	83,64	27,33	28,60	92,63	89,40	123,34	39,94	27,45	70,52	56,01
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	155,70	110,87	151,16	161,04	86,18	134,58	54,06	48,17	55,50	130,91	39,45	55,86	81,70	138,87	124,63	120,47	119,86	35,37	37,28	133,35	128,50	179,41	54,31	35,58	100,18	78,40
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	203,87	144,09	197,81	210,99	111,18	175,70	68,35	60,49	70,26	170,81	48,86	70,75	105,20	181,43	162,44	156,89	156,07	43,42	45,96	174,06	167,60	235,48	68,68	43,70	129,85	100,80
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	252,04	177,32	244,46	260,94	136,17	216,83	82,64	72,81	85,02	210,71	58,28	85,63	128,70	223,99	200,25	193,31	192,28	51,46	54,64	214,78	206,70	291,55	83,05	51,83	159,51	123,19
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	300,21	210,54	291,12	310,89	161,17	257,95	96,93	85,14	99,77	250,61	67,70	100,51	152,20	266,55	238,06	229,72	228,50	59,51	63,32	255,50	245,79	347,62	97,42	59,96	189,17	145,59
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	348,37	243,77	337,77	360,84	186,16	299,08	111,22	97,46	114,53	290,50	77,11	115,39	175,70	309,11	275,87	266,14	264,71	67,55	72,00	296,21	284,89	403,69	111,79	68,09	218,83	167,98
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	396,54	276,99	384,42	410,79	211,16	340,21	125,51	109,79	129,29	330,40	86,53	130,28	199,20	351,67	313,68	302,56	300,92	75,60	80,68	336,93	323,99	459,76	126,16	76,21	248,50	190,38
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	444,71	310,22	431,08	460,74	236,15	381,33	139,80	122,11	144,05	370,30	95,95	145,16	222,70	394,23	351,49	338,98	337,14	83,64	89,36	377,65	363,09	515,83	140,53	84,34	278,16	212,77
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	492,88	343,44	477,73	510,69	261,15	422,46	154,08	134,43	158,81	410,20	105,36	160,04	246,20	436,79	389,30	375,40	373,35	91,69	98,03	418,36	402,19	571,90	154,90	92,47	307,82	235,17
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	541,05	376,67	524,38	560,64	286,14	463,59	168,37	146,76	173,57	450,09	114,78	174,92	269,70	479,35	427,11	411,81	409,56	99,73	106,71	459,08	441,29	627,97	169,27	100,59	337,48	257,57
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	589,22	409,89	571,04	610,59	311,14	504,71	182,66	159,08	188,33	489,99	124,20	189,81	293,21	521,91	464,92	448,23	445,78	107,78	115,39	499,80	480,39	684,04	183,64	108,72	367,15	279,96
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	637,38	443,11	617,69	660,54	336,13	545,84	196,95	171,40	203,09	529,89	133,61	204,69	316,71	564,47	502,73	484,65	481,99	115,82	124,07	540,52	519,49	740,11	198,02	116,85	396,81	302,36
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	685,55	476,34	664,34	710,49	361,13	586,96	211,24	183,73	217,85	569,79	143,03	219,57	340,21	607,03	540,54	521,07	518,20	123,87	132,75	581,23	558,59	796,18	212,39	124,97	426,47	324,75
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	733,72	509,56	711,00	760,44	386,12	628,09	225,53	196,05	232,61	609,69	152,45	234,45	363,71	649,58	578,35	557,49	554,42	131,91	141,43	621,95	597,69	852,25	226,76	133,10	456,13	347,15
kg excedente ou fração	2,80	3,50	72,25	49,84	69,98	74,92	37,49	61,69	21,43	18,48	22,14	59,85	14,12	22,32	35,25	63,84	56,71	54,63	54,32	12,07	13,02	61,07	58,65	84,10	21,56	12,19	44,49	33,59

Origem: **São Paulo**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																								
Kg	SP		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	TO
Até 1	12,44	14,28	61,70	46,76	60,18	63,48	38,53	54,66	27,82	25,85	28,31	53,45	22,95	28,43	37,03	56,09	51,34	49,97	49,76	21,62	22,25	54,25	52,63	69,60	27,90	21,66	43,19	35,95
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	112,20	82,31	109,17	115,76	65,85	98,12	44,44	40,51	45,40	95,68	34,70	45,65	62,87	100,98	91,48	88,72	88,31	32,00	33,26	97,30	94,06	128,00	44,61	32,12	75,19	60,68
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	162,70	117,87	158,16	168,05	93,18	141,58	61,06	55,17	62,50	137,91	46,45	62,87	88,70	145,88	131,63	127,47	126,86	42,37	44,28	140,35	135,50	186,41	61,31	42,58	107,19	85,40
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	213,20	153,43	207,15	220,33	120,51	185,04	77,69	69,83	79,59	180,14	58,20	80,08	114,53	190,77	171,77	166,22	165,40	52,75	55,29	183,40	176,93	244,81	78,01	53,04	139,18	110,13
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	263,71	188,99	256,13	272,61	147,84	228,50	94,31	84,48	96,68	222,38	69,95	97,30	140,37	235,66	211,92	204,98	203,95	63,13	66,30	226,45	218,36	303,22	94,72	63,50	171,18	134,86
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	314,21	224,55	305,12	324,89	175,17	271,96	110,93	99,14	113,78	264,61	81,70	114,51	166,20	280,55	252,06	243,73	242,50	73,51	77,32	269,50	259,80	361,62	111,42	73,96	203,17	159,59
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	364,71	260,10	354,11	377,18	202,50	315,42	127,55	113,80	130,87	306,84	93,45	131,73	192,04	325,45	292,20	282,48	281,05	83,89	88,33	312,55	301,23	420,02	128,13	84,42	235,17	184,32
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	415,21	295,66	403,09	429,46	229,83	358,88	144,18	128,45	147,96	349,07	105,20	148,95	217,87	370,34	332,35	321,23	319,59	94,27	99,35	355,60	342,66	478,43	144,83	94,88	267,17	209,05
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	465,71	331,22	452,08	481,74	257,16	402,34	160,80	143,11	165,06	391,30	116,95	166,16	243,71	415,23	372,49	359,98	358,14	104,65	110,36	398,65	384,10	536,83	161,54	105,34	299,16	233,78
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	516,22	366,78	501,07	534,03	284,48	445,80	177,42	157,77	182,15	433,53	128,70	183,38	269,54	460,13	412,63	398,73	396,69	115,03	121,37	441,70	425,53	595,23	178,24	115,80	331,16	258,51
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	566,72	402,34	550,05	586,31	311,81	489,26	194,04	172,43	199,24	475,77	140,45	200,59	295,38	505,02	452,78	437,48	435,23	125,40	132,39	484,75	466,96	653,64	194,94	126,26	363,15	283,24
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	617,22	437,89	599,04	638,59	339,14	532,72	210,67	187,08	216,34	518,00	152,20	217,81	321,21	549,91	492,92	476,24	473,78	135,78	143,40	527,80	508,40	712,04	211,65	136,73	395,15	307,96
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	667,72	473,45	648,03	690,87	366,47	576,18	227,29	201,74	233,43	560,23	163,95	235,03	347,04	594,80	533,06	514,99	512,33	146,16	154,41	570,85	549,83	770,45	228,35	147,19	427,15	332,69
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	718,22	509,01	697,02	743,16	393,80	619,64	243,91	216,40	250,52	602,46	175,70	252,24	372,88	639,70	573,21	553,74	550,87	156,54	165,43	613,90	591,26	828,85	245,06	157,65	459,14	357,42
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	768,73	544,57	746,00	795,44	421,13	663,10	260,53	231,06	267,62	644,69	187,45	269,46	398,71	684,59	613,35	592,49	589,42	166,92	176,44	656,95	632,70	887,25	261,76	168,11	491,14	382,15
kg excedente ou fração	2,80	3,50	75,75	53,34	73,48	78,42	40,99	65,19	24,93	21,99	25,64	63,35	17,62	25,82	38,75	67,34	60,21	58,13	57,82	15,57	16,52	64,58	62,15	87,60	25,06	15,69	47,99	37,09

Origem: **Tocantins** Emissão: Vigência: 31/01/2021

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																								
Kg	TO		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP
Até 1	12,44	14,28	58,61	44,10	50,08	51,24	36,87	46,83	25,59	38,03	25,75	44,74	31,84	33,55	34,75	46,51	47,26	46,01	40,96	37,12	34,48	48,97	50,33	59,05	45,60	40,44	40,19	33,59
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	106,06	77,03	88,99	91,32	62,56	82,48	39,98	64,87	40,29	78,30	52,51	55,89	58,30	81,86	83,34	80,82	70,75	63,05	57,79	86,78	89,46	106,92	80,02	69,70	69,21	56,01
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	153,49	109,95	127,88	131,38	88,23	118,12	54,37	91,71	54,82	111,85	73,16	78,22	81,84	117,20	119,41	115,62	100,51	88,97	81,08	124,57	128,58	154,78	114,43	98,96	98,22	78,40
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	200,92	142,87	166,78	171,44	113,90	153,76	68,76	118,55	69,35	145,40	93,82	100,55	105,38	152,53	155,48	150,42	130,28	114,88	104,38	162,35	167,70	202,64	148,84	128,21	127,23	100,80
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	248,35	175,78	205,67	211,51	139,57	189,40	83,15	145,38	83,89	178,96	114,47	122,89	128,93	187,86	191,55	185,22	160,04	140,80	127,68	200,14	206,82	250,50	183,26	157,46	156,23	123,19
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	295,78	208,70	244,57	251,57	165,24	225,04	97,54	172,22	98,42	212,51	135,13	145,22	152,47	223,19	227,62	220,02	189,81	166,72	150,97	237,93	245,94	298,36	217,67	186,72	185,24	145,59
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	343,22	241,62	283,46	291,63	190,91	260,68	111,93	199,06	112,96	246,06	155,78	167,55	176,01	258,53	263,69	254,82	219,57	192,63	174,27	275,72	285,06	346,23	252,08	215,97	214,25	167,98
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	390,65	274,54	322,36	331,69	216,58	296,32	126,33	225,90	127,49	279,61	176,44	189,89	199,55	293,86	299,76	289,62	249,34	218,55	197,56	313,51	324,18	394,09	286,49	245,22	243,26	190,38
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	438,08	307,45	361,25	371,75	242,25	331,96	140,72	252,73	142,03	313,16	197,09	212,22	223,09	329,19	335,83	324,42	279,10	244,46	220,86	351,30	363,30	441,95	320,90	274,47	272,26	212,77
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	485,51	340,37	400,15	411,81	267,92	367,60	155,11	279,57	156,56	346,72	217,75	234,56	246,63	364,53	371,90	359,22	308,87	270,38	244,16	389,09	402,42	489,81	355,31	303,73	301,27	235,17
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	532,94	373,29	439,04	451,88	293,59	403,24	169,50	306,41	171,10	380,27	238,40	256,89	270,18	399,86	407,97	394,02	338,63	296,30	267,45	426,88	441,54	537,67	389,73	332,98	330,28	257,57
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	580,37	406,21	477,94	491,94	319,26	438,88	183,89	333,25	185,63	413,82	259,06	279,22	293,72	435,19	444,04	428,83	368,40	322,21	290,75	464,67	480,66	585,53	424,14	362,23	359,29	279,96
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	627,80	439,12	516,83	532,00	344,94	474,52	198,28	360,08	200,16	447,37	279,71	301,56	317,26	470,52	480,11	463,63	398,16	348,13	314,04	502,46	519,78	633,39	458,55	391,49	388,29	302,36
Acima de 13 até 14	36,66	44,63	675,24	472,04	555,73	572,06	370,61	510,16	212,67	386,92	214,70	480,92	300,37	323,89	340,80	505,86	516,18	498,43	427,93	374,05	337,34	540,25	558,90	681,25	492,96	420,74	417,30	324,75
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	722,67	504,96	594,62	612,12	396,28	545,80	227,06	413,76	229,23	514,48	321,03	346,23	364,34	541,19	552,25	533,23	457,69	399,96	360,64	578,04	598,02	729,11	527,37	449,99	446,31	347,15
kg excedente ou fração	2,80	3,50	71,15	49,38	58,34	60,09	38,51	53,46	21,59	40,26	21,80	50,33	30,98	33,50	35,31	53,00	54,10	52,20	44,65	38,87	34,94	56,68	58,68	71,79	51,62	43,88	43,51	33,59

Origem: **Tocantins**

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																								
Kg	TO		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP
Até 1	12,44	14,28	60,96	46,45	52,43	53,59	39,22	49,17	27,92	40,37	28,09	47,08	34,19	35,89	37,09	48,86	49,60	48,35	43,32	39,47	36,83	51,32	52,67	61,39	47,94	42,78	42,54	35,95
Acima de 1 até 2	14,31	16,62	110,73	81,70	93,65	95,99	67,23	87,14	44,65	69,54	44,95	82,97	57,17	60,55	62,97	86,53	88,00	85,49	75,41	67,72	62,46	91,44	94,12	111,59	84,69	74,37	73,88	60,68
Acima de 2 até 3	16,17	18,96	160,49	116,95	134,88	138,38	95,23	125,12	61,37	98,71	61,82	118,85	80,16	85,22	88,84	124,20	126,41	122,62	107,51	95,97	88,09	131,57	135,58	161,78	121,43	105,96	105,22	85,40
Acima de 3 até 4	18,03	21,29	210,26	152,20	176,11	180,78	123,23	163,09	78,10	127,88	78,69	154,74	103,15	109,89	114,72	161,86	164,81	159,75	139,61	124,22	113,72	171,69	177,03	211,98	158,18	137,54	136,56	110,13
Acima de 4 até 5	19,90	23,62	260,02	187,45	217,34	223,17	151,24	201,07	94,82	157,05	95,56	190,63	126,14	134,56	140,59	199,53	203,21	196,89	171,71	152,47	139,35	211,81	218,49	262,17	194,92	169,13	167,90	134,86
Acima de 5 até 6	21,76	25,96	309,79	222,70	258,57	265,57	179,24	239,04	111,55	186,22	112,43	226,51	149,13	159,22	166,47	237,20	241,62	234,02	203,81	180,72	164,97	251,94	259,94	312,37	231,67	200,72	199,24	159,59
Acima de 6 até 7	23,62	28,29	359,55	257,95	299,80	307,96	207,25	277,01	128,27	215,40	129,29	262,40	172,12	183,89	192,34	274,86	280,02	271,16	235,91	208,97	190,60	292,06	301,39	362,56	268,42	232,30	230,58	184,32
Acima de 7 até 8	25,49	30,62	409,32	293,21	341,03	350,36	235,25	314,99	145,00	244,57	146,16	298,28	195,11	208,56	218,22	312,53	318,43	308,29	268,01	237,22	216,23	332,18	342,85	412,76	305,16	263,89	261,93	209,05
Acima de 8 até 9	27,35	32,96	459,08	328,46	382,25	392,76	263,26	352,96	161,72	273,74	163,03	334,17	218,10	233,23	244,10	350,20	356,83	345,43	300,10	265,47	241,86	372,31	384,30	462,95	341,91	295,48	293,27	233,78
Acima de 9 até 10	29,21	35,29	508,85	363,71	423,48	435,15	291,26	390,93	178,44	302,91	179,90	370,05	241,09	257,89	269,97	387,86	395,23	382,56	332,20	293,72	267,49	412,43	425,75	513,15	378,65	327,06	324,61	258,51
Acima de 10 até 11	31,07	37,63	558,61	398,96	464,71	477,55	319,26	428,91	195,17	332,08	196,77	405,94	264,08	282,56	295,85	425,53	433,64	419,70	364,30	321,97	293,12	452,55	467,21	563,34	415,40	358,65	355,95	283,24
Acima de 11 até 12	32,94	39,96	608,38	434,21	505,94	519,94	347,27	466,88	211,89	361,25	213,63	441,82	287,06	307,23	321,72	463,20	472,04	456,83	396,40	350,22	318,75	492,67	508,66	613,54	452,14	390,24	387,29	307,96
Acima de 12 até 13	34,80	42,29	658,14	469,46	547,17	562,34	375,27	504,85	228,62	390,42	230,50	477,71	310,05	331,90	347,60	500,86	510,44	493,96	428,50	378,47	344,38	532,80	550,12	663,73	488,89	421,82	418,63	332,69
Acima de 13 até	36,66	44,63	707,91	504,71	588,40	604,73	403,28	542,83	245,34	419,59	247,37	513,60	333,04	356,56	373,47	538,53	548,85	531,10	460,60	406,72	370,01	572,92	591,57	713,93	525,63	453,41	449,97	357,42

14																												
Acima de 14 até 15	38,53	46,96	757,67	539,96	629,63	647,13	431,28	580,80	262,07	448,76	264,24	549,48	356,03	381,23	399,35	576,20	587,25	568,23	492,70	434,97	395,64	613,04	633,02	764,12	562,38	485,00	481,31	382,15
kg excedente ou fração	2,80	3,50	74,65	52,88	61,84	63,59	42,01	56,96	25,09	43,76	25,30	53,83	34,48	37,00	38,81	56,50	57,60	55,70	48,15	42,37	38,44	60,18	62,18	75,29	55,12	47,38	47,01	37,09

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS SERVIÇO DE MALOTE

Emissão:

SERVIÇOS OPCIONAIS

Coleta/Entrega Programada

Valor cobrado por visita, referente a cada percurso contratado, independente da quantidade de malotes coletados/entregues do percurso:

Programada:

- Diurna entre 08 e 12 horas: acréscimo de R$ 9,69 por visita/percurso
- Diurna entre 14 e 18 horas: acréscimo de R$ 9,69 por visita/percurso
- Noturna entre 18 e 20 horas acréscimo de R$ 19,39 por visita/percurso

OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Valor Básico de Serviço Contratado por Percurso (VSC):

Equivalente à multiplicação do total de remessas contratadas por mês, por percurso (ida/volta), pelo valor correspondente à remessa de 2 kg, respeitado o mínimo da frequência de oito remessas (ida/volta) por mês.

2. Remessa fora de freqüência: Será cobrado o mesmo valor da remessa contratada

3. Indenização Automática: R$ 100,00

Em caso de extravio e perda, a responsabilidade da ECT limita-se ao preço da remessa afetada mais o valor da Indenização Automática, vigente na data de autorização do pagamento da indenização.

A indenização será devida caso o pedido de informação não seja respondido dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis.

ASSUNTOS GERAIS

1. Fornecimento do malote:

Serão cedidos tantos malotes quantos forem necessários para cumprir a freqüência contratratada pelo cliente.

Observação:

Caso o malote seja danificado por uso indevido ou não devolução à ECT após cancelamento do percurso ou contrato, caberá indenização por parte do cliente, a título de reposição, com os seguintes valores unitários:

Indenização Malote Médio (115100130): R$ 64,24 - Código Serviço: 5524-7 Indenização Malote Grande (115100148):

R$ 80,33 - Código Serviço: 5525-5

Faixa de CEP de Tarifação Capital / Local / Divisa

Consultar tabela de CEP Capital Local e Divisa no seguinte endereço:
\\sac0424\SISTEMAS\PRECOS_TARIFAS\Corredores_Negócios_Encomendas\Capital_Local_Divisa

Obs.: Na Tabela_Capital_Local_Divisa, o que for L1, L2, L3 e L4, para o Malote será apenas Local, assim como E1, E2, E3 e E4, será Estadual.

ANEXO II

Grupo I: Argentina, Paraguai e Uruguai.

Grupo II (demais países da América do Sul): Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Falkland (Malvinas), Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

Grupo III (Américas Central e do Norte): América Central - Anguilla, Antígua e Barbuda, Antilhas Holandesas, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas, Cayman, Costa Rica, Cuba, Dominica, Dominicana, El Salvador, Granada, Guadalupe, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, Martinica, Montserrat, Nicarágua, Panamá, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Trinidade e Tobago, Turcks e Caicos e Virgens Britânicas; América do Norte - Canadá, Estados Unidos, Groenlândia, México e Saint-Pierre e Miquelon.

Grupo IV (Europa): Albânia, Alemanha, Áustria, Belarus, Bélgica, Bósnia-Herzegovínia, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Faroe, Finlândia, França, Gibraltar, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Iugoslávia, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Moldávia, Mônaco, Noruega, Países Baixos, Polônia, Portugal, Romênia, San Marino, Suécia, Suíça, Tcheca (Rep.), Ucrânia e Vaticano.

Grupo V (Ásia e Oriente Médio, África e Oceania):

Ásia e Oriente Médio - Afeganistão, Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Bangladesh, Bahrein, Brunei, Butão, Camboja, Catar, Cazaquistão, China, Cingapura, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Filipinas, Geórgia, Hong Kong, Iêmen, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Israel, Japão, Jordânia, Kuwait, Laos, Líbano, Macau, Malásia, Maldivas, Mianmar, Mongólia, Nepal, Omã, Paquistão, Quirguistão, Rússia, Síria, Sri-Lanka, Tailândia, Taiwan, Tadjiquistão, Turcomenistão, Turquia, Uzbequistão e Vietnã;

África - África do Sul, Angola, Argélia, Ascenção, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Centro- Africana, Chade, Comores, Congo (Rep. Dem.), Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritréia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malavi, Mali, Marrocos, Maurício, Mauritânia, Mayotte, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, Reunião, Ruanda, Santa Helena, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seycheles, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tristão da Cunha, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue;

Oceania - Austrália, Cook, Fiji, Guam, Kiribati, Nauru, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Pitcairn, Polinésia Francesa, Salomão, Samoa, Timor Oriental, Tonga, Tuvalu, Vanuatu e Wallis e Futuna.

PORTARIA MCOM Nº 2.729, DE 28 DE MAIO DE 2021

Estabelece diretrizes para a universalização dos serviços de atendimento e de distribuição postais, os prazos para a entrega dos objetos integrantes dos serviços postais básicos e respectivos índices de qualidade a serem observados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição da República Federativa do Brasil, considerando o que dispõe o Decreto-lei nº 509, de 20 de março de 1969, a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e a Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes para a universalização dos serviços de atendimento e de distribuição postais, os prazos de entrega para os objetos integrantes dos serviços postais básicos e os respectivos índices de qualidade que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT deverá observar.

Art. 2º Para efeito da atividade de atendimento postal básico previsto nesta Portaria, considera-se:

I - Rede de Atendimento: conjunto de canais de atendimento próprios e terceirizados;

II - Canal de Atendimento: meio pelo qual a ECT disponibiliza o atendimento aos clientes, podendo ser próprio ou terceirizado, fixo ou móvel;

III - Atendimento Postal: atividade de venda de produtos e serviços, bem como o recebimento de objetos constantes na lista dos serviços postais básicos, que serão inseridos no fluxo postal para encaminhamento e entrega ao destinatário;

IV - Atendimento Próprio: aquele realizado ao cliente, por meio de Canal de Atendimento próprio da ECT;

V - Atendimento Terceirizado: aquele realizado por terceiro, mediante instrumento jurídico firmado entre a ECT e a pessoa jurídica de direito público ou privado em consonância com a legislação em vigor e as normas internas da ECT;

VI - Atendimento Fixo: aquele realizado por meio de unidade física permanente da ECT;

VII - Atendimento Móvel: aquele realizado por meio de unidade itinerante da ECT;

VIII - Posição de Atendimento: ponto de contato, físico ou eletrônico, do cliente com a ECT, caracterizando o meio de atendimento de determinado canal;

IX - Universalização dos Serviços Postais: oferta permanente dos serviços postais básicos a clientes, em todo território nacional, de qualidade e a preços acessíveis;

X - Padrão de Atendimento Postal - PAP: relação entre a quantidade diária de atendimentos realizados e a capacidade diária de uma posição de atendimento físico, ambas calculadas por município, sendo:

a) quantidade diária de atendimento: média diária, considerando-se os doze meses de atendimento realizados pela ECT no município em 2019, e que subsidiou o cálculo das metas dispostas no Anexo I;

b) capacidade diária de uma posição de atendimento: calculada em função do tempo padrão por posição de atendimento no município;

c) o tempo padrão por posição de atendimento no município, atualmente fixado em 432 minutos diários, é calculado pelos processos de cronoanálise da ECT, com observância dos níveis de qualidade e produtividade requeridos para o atendimento ao cliente; e

d) índice de necessidade: intervalo de valores estimado para o PAP, utilizado para determinar a quantidade de posições de atendimento, conforme Anexo I.

XI - Retirada em unidade: quando o cliente se dirige a uma unidade da ECT para retirar o seu objeto postal.

Art. 3º Os serviços postais básicos compõem-se do recebimento e da entrega de:

I - carta e cartão postal, simples ou registrados, sem valor declarado;

II - impresso simples ou registrado, sem valor declarado;

III - encomenda não urgente, sem valor declarado; e

IV - telegrama, onde houver infraestrutura de telecomunicações requerida à sua execução.

Art. 4º A ECT deverá prover o atendimento postal, por meio de seus canais de atendimento, conforme as diretrizes para a universalização e garantindo a oferta de 100% (cem por cento) das posições de atendimento, conforme indicado no Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. A ECT poderá fazer parcerias com órgãos e entidades públicos e privados, visando, dentre outros objetivos, à realização do atendimento.

Art. 5º Nos casos fortuitos ou de força maior, havendo a necessidade de interrupção das atividades em unidade de atendimento instalada ou, comprovadamente, a impossibilidade de instalação de uma unidade de atendimento permanente, a ECT adotará providências necessárias para assegurar a prestação dos serviços postais básicos na localidade.

§1º Na hipótese do caput, o serviço poderá ser prestado de forma alternativa ou compartilhada, em caráter provisório, até o restabelecimento das condições normais de atendimento.

§2º O atendimento alternativo será efetuado pela ECT, na sede da respectiva localidade, em intervalo máximo de 15 dias entre um atendimento e outro.

§3º A ECT poderá fazer parcerias com associações de moradores, órgãos e entidades públicos, visando, dentre outros, à disponibilização de local para a realização do atendimento alternativo.

§4º O atendimento compartilhado dar-se-á em unidade da ECT localizada em um raio de distância não superior a 20 km da sede da localidade a ser atendida, com condições de acesso, existência de qualquer tipo de linha de transporte e frequência que viabilize o deslocamento e acesso da população ao local.

§5º A ECT deverá manter a população local devidamente informada sobre as reais condições de atendimento tratadas neste artigo.

Art. 6º A ECT estabelecerá como será estruturado o atendimento dos serviços postais básicos para suprir as necessidades do mercado, incluindo os requisitos, os critérios e as demais condições para a operação dos seus canais de atendimento, bem como a tipologia, a padronização dos elementos de comunicação visual, o leiaute, os equipamentos, a estrutura e as instalações exigidas para estes canais da Rede de Atendimento.

Parágrafo único. A ECT deverá realizar avaliação anual do desempenho dos canais de atendimento, estratificado por tipo de canal, de modo a aferir a contribuição efetiva desses canais para a universalização dos serviços de atendimento postal básicos, e apresentar relatório dos respectivos resultados ao MCOM até 31 de março de cada ano.

Art. 7º A ECT deverá elaborar e divulgar, prévia e amplamente, Plano de Comunicação, para manter os clientes informados sobre as condições de disponibilização do serviço postal básico, por meio de seu sítio na internet e de outros canais de informação, comunicando mensalmente, no mínimo:

I - a forma de disponibilização dos serviços postais básicos;

II - os canais de atendimento disponíveis nas localidades;

III - os prazos e a frequência de entrega dos serviços postais básicos; e

IV - a classificação das localidades de acordo com o índice do Padrão de Atendimento Postal - PAP, de que tratam o art. 9º e o Anexo I desta Portaria, bem como o percentual de atingimento da meta por município.

V - a informação alusiva à presença, em 31 de dezembro de 2020, de distribuição externa domiciliar em cada distrito.

Art. 8º Caberá à ECT fiscalizar e controlar a operação de seus canais de atendimento, próprios e terceirizados.

Art. 9º A ECT, ante situações de casos fortuitos ou de força maior, supervenientes e inimputáveis a essa empresa postal, e mediante fundamentações técnicas, poderá atualizar anualmente, no final do mês de dezembro, a base de Padrão de Atendimento Postal - PAP em função do histórico de atendimento nos últimos doze meses, conforme definido no inciso X do art. 2º.

§1º O atingimento das posições de atendimento será mensurado ao final de cada exercício, comparando-se a referência do ano-base estabelecido no Anexo I desta Portaria e a meta fixada para cada ano, observadas as ocorrências excepcionais previstas no caput deste artigo.

§2º A ECT terá como meta anual de universalização de atendimento os valores estabelecidos no Anexo I e, ao final do 4º ano, deverá atingir 100% (cem por cento) das posições de atendimento fixadas para cada município.

Art. 10. A ECT deverá prestar o serviço de distribuição postal, conforme as metas estabelecidas no Anexo II desta Portaria e por meio de:

I - entrega domiciliar;

II - Caixa Postal Comunitária - CPC;

III - outra forma de entrega externa a ser implantada; ou

IV - internamente em unidade da Empresa.

Parágrafo único. A frequência da entrega domiciliar, quando implantada, deverá estar em sintonia com as medidas adotadas pela ECT para o cumprimento das metas e dos prazos previstos nos Anexos II e III desta Portaria, preservada a continuidade e a forma do serviço instalado em 31 de dezembro de 2020 e, quando possível, sua progressividade.

Art. 11. O serviço de distribuição postal básico será prestado das seguintes formas:

I - em domicílio, quando a entrega do objeto postal ocorrer no endereço indicado pelo remetente;

II - em Caixa Postal Comunitária, quando o objeto postal for depositado em um dos receptáculos do Módulo de Caixas Postais Comunitárias - MCPC; ou

III - por outra forma de entrega externa que venha a ser implantada pela ECT; e

IV - por retirada dos objetos, pelo destinatário ou preposto, em unidade da ECT, própria ou terceirizada, fixa ou móvel.

Art. 12. A ECT realizará a entrega em domicílio, sempre que atendidas as seguintes condições:

I - houver indicação correta do endereço para a entrega do objeto postal, com o correspondente Código de Endereçamento Postal - CEP;

II - o distrito possuir quinhentos ou mais habitantes, conforme Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

III - as vias e os logradouros:

a) oferecerem condições de acesso e de segurança ao empregado postal;

b) dispuserem de placas identificadoras do logradouro, instaladas pelo órgão municipal ou distrital responsável; e

IV - os imóveis:

a) apresentarem numeração única, de forma ordenada e individualizada; e

b) dispuserem de caixa receptora de correspondência, localizada na entrada, ou houver a presença de algum responsável pelo recebimento do objeto postal no endereço de entrega.

§1º A entrega em domicílio, ainda que não atendida a condição prevista na alínea "b" do inciso IV deste artigo, poderá ser efetuada por outras formas, a critério da ECT.

§2º Nos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes e onde a distribuição domiciliar não estiver implantada em 31 de dezembro de 2020, a entrega dos objetos postais poderá ser realizada por meio de distribuição domiciliar, Caixas Postais Comunitárias ou pela retirada em unidade da ECT na localidade.

Art. 13. O serviço de distribuição postal básico em Caixas Postais Comunitárias ocorrerá quando:

I - as condições previstas nos incisos I, III e IV do art. 12 desta Portaria não forem integralmente satisfeitas, inviabilizando a operacionalização da entrega em domicílio; e

II - houver na localidade pessoa jurídica que atenda aos requisitos e às condições previstas na Portaria/MC nº 141, de 28 de abril de 1998, específica do Serviço de Caixa Postal Comunitária.

Art. 14. A retirada do objeto postal em unidade da ECT somente será realizada quando:

I - as condições definidas no art. 12 desta Portaria não forem integralmente satisfeitas;

II - o objeto, por suas características, tais como peso e dimensões, não possibilitar a distribuição postal; ou

III - as características do respectivo serviço ou o endereçamento do objeto assim o determinarem.

Parágrafo único. No caso de distritos com menos de 500 (quinhentos) habitantes, o objeto postal ficará disponível na unidade da ECT mais próxima do endereço indicado.

Art. 15. A entrega de objeto postal destinado a endereço situado em coletividade será feita:

I - por meio de caixa receptora única de correspondências, instalada no pavimento térreo do acesso à referida coletividade; ou

II - ao porteiro, administrador, zelador ou à pessoa designada para esse fim.

§1º A ECT, mediante solicitação da coletividade, poderá efetuar a entrega postal em caixas receptoras individuais, instaladas na entrada do imóvel, desde que disponível o acesso do empregado postal para efetuar o depósito dos respectivos objetos.

§2º Para efeito deste artigo, considera-se coletividade:

I - condomínios residenciais e comerciais;

II - edifícios com mais de um pavimento; e

III - repartições públicas, edifícios, centros e estabelecimentos comerciais e comunitários, tais como instituições de ensino e religiosas, hotéis, bancos, pensões, quartéis, hospitais, asilos, prisões, escritórios, embaixadas, legações, consulados e associações.

Art. 16. A ECT deverá aprimorar a prestação dos serviços de atendimento e distribuição dos serviços postais básicos, conforme as metas de qualidade previstas nos Anexos I, II e III desta Portaria, assegurando atualidade e modernidade a esses serviços.

Parágrafo único. O Ministério das Comunicações - MCOM poderá ajustar temporariamente as metas de qualidade previstas no Anexo III desta portaria, em face de situações de casos fortuitos ou de força maior, supervenientes e inimputáveis à ECT, mediante solicitação fundamentada da Empresa.

Art. 17. A ECT encaminhará ao Ministério das Comunicações - MCOM, até o 10º dia útil de cada mês, relatório sintético, bem como relatório analítico consolidado e mensalmente atualizado contendo dados e informações sobre a composição da Rede de Atendimento, discriminando de cada distrito, assim classificado pelo Censo populacional da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE:

I - a população da localidade;

II - tipos e respectivas quantidades das unidades da ECT que prestam o serviço postal;

III - Indicação de prática, em 31 de dezembro de 2020, de distribuição externa domiciliar;

IV - indicação de prática, ou não, de distribuição externa domiciliar;

V - indicação de prática, ou não, ou de distribuição externa em Caixa Postal Comunitária;

VI - indicação de prática, ou não, de retirada em unidade da ECT;

VII - código numérico exclusivo de identificação da localidade;

VIII - código numérico exclusivo de identificação do município ao qual o distrito se vincula;

IX - o nome do município ao qual o distrito se vincula e sua respectiva Unidade da Federação;

X - o número de Posições de Atendimento necessárias, conforme o Anexo I, do município ao qual o distrito se vincula; e

XI - o número de Posições de Atendimento existentes do município ao qual o distrito se vincula.

§1º Para fins de acompanhamento do histórico da prestação do serviço de entrega postal entre 2022 a 2025, será encaminhado ao MCOM um relatório anual que compare, em cada distrito, a existência de distribuição externa domiciliar do exercício anterior com os respectivos dados do exercício de 2020.

§2º O relatório anual apresentando os resultados alusivos às metas estabelecidas nesta Portaria deverá ser encaminhado ao MCOM até o dia 10 de abril de cada ano.

Art. 18. O MCOM poderá rever as metas de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos a serem observadas pela ECT, estabelecendo novas metas ou complementando as fixadas por esta Portaria.

Art. 19. A ECT deverá assegurar que toda localidade, em nível de município, esteja contemplada com, no mínimo, um canal de atendimento até 31 de dezembro de 2021.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de junho de 2021.

FÁBIO FARIA

ANEXO I

METAS PARA O ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS BÁSICOS: oferta de 100% (cem por cento) das posições de atendimento conforme o Artigo 2º, inciso X, Artigo 9º desta Portaria e quadro abaixo.

METAS DE POSIÇÕES FÍSICAS DE ATENDIMENTO. ANO-BASE: 2020

INDICADORES	2020	2021	2022	2023	2024
Posições de Atendimento	9.408	9.463	9.523	9.618	9.653
Percentual de Realização da Meta	97,46%	98,03%	98,65%	99,64%	100,00%

PADRÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS BÁSICOS

ÍNDICE DE NECESSIDADE	QUANTIDADE DE POSIÇÕES DE ATENDIMENTO
0,1 < PAP < 0,69	Atendimento Parcial (1)
0,7 £ PAP < 1,49	1
1,5 £ PAP < 2,49	2
2,5 £ PAP < 3,49	3
3,5 £ PAP < 4,49	4
4,5 £ PAP < 5,49	5
5,5 £ PAP < 6,49	6
6,5 £ PAP < 7,49	7
7,5 £ PAP < 8,49	8
8,5 £ PAP < 9,49	9
9,5 £ PAP < 10,49	10
10,5 £ PAP < 11,49	11

Para índices de necessidade com valores superiores a 11,49 será adicionada uma (01) posição de atendimento a cada uma (01) unidade do índice de necessidade resultante do cálculo mencionado no inciso X do art. 2º.

(1) Atendimento parcial é a disponibilização do canal de atendimento ao cliente por, pelo menos, 4 horas em um dia útil da semana, desde que o distrito possua população acima de 499 habitantes.

ANEXO II

METAS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO POSTAL

Entrega Postal(1) em Distritos com População Igual ou Superior a 500 habitantes

Universo em 2019: 9.824 Distritos (2)

Metas Anuais de Distritos Atendidos até 31/12

2020 (3)		2021		2022		2023		2024	
%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde
89,20	8.763	90,00	8.842	93,00	9.136	96,50	9.480(4)	100,00	9.824 (4)

(1) A distribuição postal será realizada conforme disposto nos Artigos 10 a 16 desta Portaria.

(2) Conforme Censo do IBGE 2010.

(3) Valor de referência, alcançado até 31 de dezembro de 2020.

(4) A ser atualizada com os resultados do Censo IBGE previstos para divulgação em 2021.

ANEXO III

METAS DE QUALIDADE DE ENTREGA

Indicadores e Metas de Qualidade para a prestação dos serviços postais básicos.

Válidos até 31 de dezembro de 2024

Prazos de Entrega dos Objetos Postais (1)(2)(3)

Descrição do Serviço:	Prazos a partir da efetiva data de postagem ou hora de expedição:	Meta Percentual de entrega dentro do prazo:				
		2020 (4)	2021	2022	2023	2024
Carta e Cartão-Postal (simples e registrado)	Até 5 dias úteis	84,60%	90,0%	91,0%	92,0%	93,0%
Impresso (simples e registrado)	Até 11 dias úteis	69,58%	80,0%	85,0%	90,0%	93,0%
Encomenda Não Urgente, sem valor declarado	Até 10 dias úteis	90,17%	90,0%	95,0%	95,0%	95,0%

(1) A contagem de dias úteis se dará de segunda a sexta-feira.

(2) Em situações atípicas, caracterizadas como casos fortuitos ou de força maior, a apuração dos prazos será suspensa nas localidades afetadas, e apenas durante esse período.

(3) Em caso de serviços postais básicos com prazos customizados ou regidos por cláusula de acordo de nível de serviço, devidamente formalizados por contrato comercial, não haverá interferência na apuração dessas metas, prevalecendo o estabelecido em contrato.

(4) Valores de referência, alcançados até 31 de dezembro de 2020.

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

PORTARIA MCOM Nº 2.444, DE 28 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º, do artigo 27, da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, concomitante com a Portaria nº 9/SEI-MCOM, de 6 de novembro de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.008393/2020-21, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 4807/2021/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Fundação Nossa Senhora Aparecida, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de São Paulo, estado de São Paulo, utilizando o canal 41 (quarenta e um), digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Eldorado Sistema de Televisão Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Pindamonhangaba, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 2.699, DE 28 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º, do artigo 27, da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, concomitante com a Portaria nº 9/SEI-MCOM, de 6 de novembro de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.008382/2020-41, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 6622/2021/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Fundação Nossa Senhora Aparecida, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Porto Velho, estado de Rondônia, utilizando o canal 32 (trinta e dois), digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Eldorado Sistema de Televisão Ltda, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Pindamonhangaba, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 192, DE 28 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53500.013808/2020-34
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 52/2021/CB (SEI nº 6946690), integrante deste acórdão:

a) deferir parcialmente o pedido formulado pela Superintendência de Controle de Obrigações (SCO), de forma a:

a.1) prorrogar o prazo previsto no art. 37 do Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL, aprovado pela Resolução nº 717/2019, pelo prazo de 1 (um) mês, a contar do encerramento do prazo previsto no Acórdão nº 46/2021 (SEI nº 6594337); e,

a.2) não prorrogar o prazo previsto no art. 24, § 3º, do Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL, aprovado pela Resolução nº 717/2019; e,

b) prorrogar, de ofício, o prazo previsto no art. 36 do Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL, aprovado pela Resolução nº 717/2019, pelo prazo de 1 (um) mês, a contar do encerramento do prazo previsto no Acórdão nº 46/2021 (SEI nº 6594337).

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 3.818, DE 28 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53500.004710/2021-77. Anui previamente à implementação de operação societária referente à transferência do controle da COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.368.865/0001-66, para a BORDEAUX PARTICIPAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.279.023/0001/57, na forma descrita na petição SEI nº 6466873, constante do Processo nº 53500.004710/2021-77.

A presente anuência valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da data de intimação do presente Ato, prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias.

As cópias dos atos praticados para a realização da operação devem ser encaminhadas à Anatel no prazo de 60 (sessenta) dias, contado do registro no órgão competente.

A anuência prévia de que trata este ato não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 3.650, DE 24 DE MAIO DE 2021

Expedir autorização a Tecelagem Saliba Ltda, CNPJ nº 60.614.351/0006-29, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATO Nº 3.798, DE 27 DE MAIO DE 2021

Outorga autorização para uso de radiofrequências à Algar Telecom S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 24 DE MAIO DE 2021

Nº 3.654 Expedir autorização a Consorcio Cimcop- Cros, CNPJ nº 40.670.615/0001-40, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.671 Expedir autorização a Willian Pedro Franco, CPF nº ***.420.366-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 3.608, DE 21 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002334/2021-46. Expede autorização à HELICOPTER INDIA FOX FOX ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, CNPJ nº 39.993.156/0001-56, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.613, DE 21 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002288/2021-85. Expede autorização ao Donizete Massocato, CPF nº ***.943.438-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.619, DE 21 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002308/2021-18. Expede autorização à Radio Clube de Itapeva Ltda, CNPJ nº 49.798.580/0001-01, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.620, DE 21 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002312/2021-86. Expede autorização ao Marcelo Mendonça, CPF nº ***.905.238-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.621, DE 21 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002318/2021-53. Expede autorização ao Ricardo Leandro de Oliveira, CPF nº ***.127.878-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.622, DE 21 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002326/2021-08. Expede autorização à DASSI COMUNICAÇÕES LTDA,CNPJ nº 04.244.886/0001-70, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.626, DE 24 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002390/2021-81. Expedir autorização à CLUBE DE RADIOAMADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO CRAESP, CNPJ nº 41.181.156/0001-01, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.639, DE 24 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002388/2021-10. Expedir autorização à BMG COMÉRCIO DE MÁQUINAS EIRELI, CNPJ nº 26.001.755/0001-02, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.640, DE 24 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002391/2021-25. Expedir autorização ao Fabiano Luis Trovo, CPF nº ***.786.748-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.641, DE 24 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002385/2021-78. Expedir autorização à LIDI INJECT - PLÁSTICOS - EIRELI , CNPJ nº 29.514.005/0001-14, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.642, DE 24 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002446/2021-05. Expedir autorização ao Ulisses Berggren , CPF nº ***.498.348-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.643, DE 24 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002407/2021-08. Expedir autorização à PERALTAS ACAMPAMENTO DE BROTAS LTDA, CNPJ nº 53.687.315/0001-15, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.645, DE 24 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002458/2021-21. Expedir autorização à ADASEBO-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ANIMAIS LTDA, CNPJ nº 71.966.071/0001-91, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.646, DE 24 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002492/2021-04. Expedir autorização à SIEMENS INFRAESTRUTURA E INDÚSTRIA LTDA., CNPJ nº 34.776.007/0001-11, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.652, DE 24 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002503/2021-48. Expedir autorização à Silmara Ruman, CPF nº ***.633.488-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.670, DE 24 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002522/2021-74. Expedir autorização à BRAISCOMPANY SOLUÇÕES DIGITAIS E TREINAMENTOS LTDA, CNPJ nº 30.541.179/0002-36, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.672, DE 24 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.001024/2021-12. Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) ao MUNICÍPIO DE ITAPETININGA, CNPJ nº 46.634.291/0001-70, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 3.663, DE 24 DE MAIO DE 2021

Expedir autorização à OILEMA COMERCIO DE SEMENTES LTDA, CNPJ nº 32.424.354/0001-50, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 3.586, DE 20 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53542.000518/2021-15. Expede autorização a OSCAR ANTONIO DALLAN, CPF nº ***.321.519-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 21 DE MAIO DE 2021

Nº 3.612. Processo nº 53542.000628/2021-87. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a APARECIDO ALDEMIR COCARELLI, CPF nº ***.219.848-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 3.627. Processo nº 53542.000582/2021-04. Expede autorização a MINERACAO APOENA S.A., CNPJ nº 10.302.599/0006-86, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.628. Processo nº 53542.000672/2021-97. Expede autorização a GUILHERME JOSE DE CARVALHO PEREIRA, CPF nº ***.763.926-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3629. Processo nº 53542.000517/2021-71. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a IDEAL AGRO S.A., CNPJ nº 21.490.106/0001-90, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATOS DE 27 DE MAIO DE 2021

Nº 3.803. Processo nº 53548.000175/2021-39. Expede autorização ao ALMIR AZAMBUJA DOS SANTOS, CPF nº ***.715.621-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.807. Processo nº 53548.000425/2021-31. Expede autorização à CFAP ATIVOS EIRELI, CNPJ nº 15.638.230/0001-58, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 3.805, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53569.002300/2021-05. Expede autorização à Fabio Allan de Souza, CPF nº ***.696.969-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 20, DE 30 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submete a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.023228/2021-36, proposta de Atos de Requisitos Técnicos específicos em atendimento às determinações do Regulamento aprovado pela Resolução nº 721, de 11 de fevereiro de 2020.

O texto completo da alteração propostas (SEI nº 6834899) estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As alterações propostas referentes ao Ato nº 3.115, de 10 de junho de 2020, restringem-se ao item 5.3 do Anexo do Ato, motivo pelo qual a presente Consulta Pública abrange tão somente o referido dispositivo.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 10 (dez) dias, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 1.809, DE 3 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 53500.009917/2020-57. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVCI-TV COMUNICACOES INTERATIVAS LTDA, CNPJ 01.871.985/0001-93, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Goiânia/GO.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 19 DE ABRIL DE 2021

Nº 2.676 Processo n° 53500.021261/2021-21. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à RADIO MOBILE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, CNPJ nº 02.608.910/0001-87, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 2.680 Processo nº 53500.017386/2021-57. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Serrolândia/BA.

Nº 2.681 Processo nº 53500.017439/2021-30. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Remanso/BA.

Nº 2.683 Processo nº 53500.024197/2021-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV PRIMAVERA DE CRICIUMA LTDA, CNPJ 01.880.893/0001-70, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Criciúma/SC.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 22 DE ABRIL DE 2021

Nº 2.722 Processo nº 53500.017562/2021-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Caldeirão Grande/BA.

Nº 2.723 Processo nº 53500.017571/2021-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Antas/BA.

Nº 2.724 Processo nº 53500.017646/2021-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO MIRANTE LTDA, CNPJ 07.306.616/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Pinheiro/MA.

Nº 2.729 Processo nº 53500.025194/2021-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO JUNQUEIROPOLIS LTDA, CNPJ 51.273.837/0001-45, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Junqueirópolis/SP.

Nº 2.773 Processo nº 53500.024201/2021-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ALVORADA DO SUL LTDA, CNPJ 23.526.395/0001-66, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Floriano/PI.

Nº 2.776 Processo nº 53500.060761/2017-01. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à STOCKTOTAL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ 00.915.129/0001-20, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 3.230, DE 9 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53500.026204/2021-39. declara extinta, por renúncia, a partir de 22/04/2021, a autorização outorgada à CLICK IP LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF nº 13.169.745/0001-20, por intermédio do Ato n° 4334, de 13/08/2020 (SEI nº 5864542), para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 29 DE JUNHO DE 2020

Nº 3.422 Processo nº 53500.024345/2020-36. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBA REDE BRASIL AMAZONIA DE TELEVISAO LTDA, CNPJ 05.143.490/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Rio Maria/PA.

Nº 3.423 Processo nº 53500.024347/2020-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBA REDE BRASIL AMAZONIA DE TELEVISAO LTDA, CNPJ 05.143.490/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Redenção/PA.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 25 DE MAIO DE 2021

Nº 3.688 Processo nº 53500.026312/2021-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ZONA SUL LTDA, CNPJ 90.604.752/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Grande/RS.

Nº 3.689 Processo nº 53500.033740/2021-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à DIFUSORAS DE PERNAMBUCO LTDA, CNPJ 09.045.774/0001-03, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Limoeiro/PE.

Nº 3.690 Processo nº 53500.033856/2021-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO BELOS MONTES DE SEARA LTDA, CNPJ 81.387.490/0001-22, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Seara/SC.

Nº 3.691 Processo nº 53500.033948/2021-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO ATALAIA LTDA, CNPJ 05.129.465/0001-60, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Óbidos/PA.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 26 DE MAIO DE 2021

Nº 3.762 Processo nº 53500.032776/2021-57. Expede autorização à SIA NET COMPANY BRASIL EIRELI, CNPJ/MF nº 40.493.167/0001-56, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.764 Processo nº 53500.033934/2021-96. Expede autorização à Rede Brasil Telecom de Telecomunicacoes Eireli, CNPJ/MF nº 31.170.125/0001-93, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 27 DE MAIO DE 2021

Nº 3.787 Processo nº 53500.033834/2021-60. Expede autorização à SERLINK TELECOM PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 39.729.606/0001-06, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.792 Processo nº 53504.006975/2020-99. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à RAMC COMERCIO REPRESENTACAO E TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ 69.158.905/0001-90, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 3.796 Processo nº 53500.034582/2021-96. Expede autorização à T C L Cortez - Servicos em Telecomunicacoes, CNPJ/MF nº 12.548.212/0001-97, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.797 Processo nº 53500.034490/2021-14. Expede autorização à I9 COMERCIO DE ARTIGOS E SERVICOS TECNOLOGICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 14.856.473/0001-08, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.806 Processo nº 53500.032064/2021-38. Expede autorização à Megaup Internet Banda Larga Ltda, CNPJ/MF nº 34.676.923/0001-80, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 6.099, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

Processo nº 53500.043264/2020-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO VERDES MARES LTDA, CNPJ 07.199.664/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Aracati/CE.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA GABAER Nº 92/GC4, DE 24 DE MAIO DE 2021

Declarar o caráter militar das atividades e dos empreendimentos desenvolvidos pelas Organizações Militares que compõem a Guarnição de Aeronáutica de Santa Cruz

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, os termos da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, a alínea "f" do inciso XIV do art. 7º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, a Portaria Normativa nº 15/MD, de 23 de fevereiro de 2016, e o que consta do Processo nº 67120.009451/2020-79, resolve:

Art. 1º Declarar o caráter militar das atividades e dos empreendimentos que se destinam ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira desenvolvidos pelas Organizações Militares que compõem a Guarnição de Aeronáutica de Santa Cruz nas áreas dos Tombos RJ.004-001, RJ.004-002, RJ.004-003, RJ.004-004, RJ.004-005, RJ.004-006, RJ.004-007, RJ.004-008, localizada na Rua do Império, S/Nº, em Santa Cruz; RJ.008-000 e RJ.069-000 localizados na Restinga da Marambaia e em Sepetiba, respectivamente, com áreas medindo 2.170.218,45, 9.930.530,50, 3.075.629,60, 9.280.737,50, 345.876,63, 581.841,85, 647.847,20, 7.595,92, 32.015.573,00 e 3.727,78 metros quadrados, nesta ordem, todos no Rio de Janeiro/RJ, administrados pelo Comando da Aeronáutica.

Art. 2º O exercício efetivo das ações a que se refere o caput do art. 1º abrange as Organizações Militares a seguir:

I - Ala-12;
II - Base Aérea de Santa Cruz - BASC;
III - Prefeitura de Aeronáutica de Santa Cruz - PASC;
IV - Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Santa Cruz - DTCEA-SC;
V - Esquadrão de Saúde - ES-SC; e
VI - Primeiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicação e Controle - 1º/1º GCC.

Parágrafo único. Encontram-se sediados, também, na Ala-12 as Unidades Aéreas:
I - Primeiro Grupo de Aviação de Caça - 1º GAVCA;
II - Terceiro Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação - 3º/8º GAV;
III - Primeiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação - 1º/7º GAV; e
IV - Terceiro Esquadrão de Transporte Aéreo - 3º ETA.

Art. 3º As atividades e os empreendimentos, presentes e futuros, que não forem destinados ao preparo e emprego da Força, dentro dos Tombos declarados no art. 1º, deverão observar as legislações específicas em vigor, conforme cada caso.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor em 1º de junho de 2021.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 17 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 282/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, situado no Município de Santo Antônio de Leverger, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900318/2020-97. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 283/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CRISTAL, situado no Município de Naviraí, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900022/2021-77. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 284/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO GERALDO, situado no Município de Aquidauana, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900512/2016-14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 285/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PASQUALOTTO BRAVA 1, situado no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.901169/2017-06. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 286/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PASQUALOTTO BRAVA 02, situado no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.901168/2017-53. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 287/SAGA - Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PALMEIRAS, situado no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900978/2017-92. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO CEL ENG

PORTARIAS DE 18 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 288/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ZEILDO LACERDA, situado no Município de Placas, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900102/2021-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 289/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo SÃO JOAQUIM, situado no Município de Manaus, no Estado do Amazonas - AM. Processo nº 67615.900097/2021-38. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 290/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo PATOS, situado no Município de Patos, no Estado da Paraíba - PB. Processo nº 67614.900014/2019-04. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO CEL ENG

PORTARIAS DE 19 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 291/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AGROSAN, situado no Município de Juara, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900055/2021-05. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 292/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto BRADESCO CIDADE DE DEUS, situado no Município de Osasco, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.900030/2021-83. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 293/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA GALHEIRO, situado no Município de Campo Verde, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900108/2021-80. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO CEL ENG

PORTARIAS DE 21 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 74/DGCEA, de 27 de abril de 2021, combinada com o previsto nas letras "b e c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 294/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA MÔNICA, situado no Município de São João da Ponte, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900097/2021-68. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 295/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PÉROLA, situado no Município de São Desidério, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900196/2021-20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 296/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA NOVA ALIANÇA UDO KUDIESS E FILHOS, situado no Município de Uruçuí, no Estado do Piauí - PI. Processo nº 67614.900182/2021-14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 297/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ALDEIA URUNAI, situado no Município de Oriximiná, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900081/2021-25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br/aga).

ALESSANDER DE ANDRADE SANTORO CEL ENG

COMANDO DA MARINHA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 157/MB/MD, DE 28 DE MAIO DE 2021

Modifica a Portaria nº 99/MB/MD/2021, deste Comando, que delega competência aos Titulares dos Órgãos de Direção-Geral, de Direção Setorial, de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Marinha, das Entidades Vinculadas e Órgão Autônomo Vinculado ao Comando da Marinha, e de outras Organizações Militares da Marinha.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, art. 26 inciso I do anexo I ao Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, art. 1º da Portaria nº 1.839/MD, de 9 de dezembro de 2010, e arts. 1º e 2º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 99/MB/MD, de 5 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 63, de 6 de abril de 2021, Seção 1, Página 24, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - O art. 2º do anexo A, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ....

IV - Autorizar o afastamento de civil e militar, no âmbito nacional, para participação em conferências, congressos, cursos, treinamentos e eventos similares;

XV - Criar e estabelecer normas para a Comissão Interna de Conservação de Energia da Marinha (CICEMAR), para a Comissão Interna de Gestão, Eficiência e Proteção Hídrica da Marinha (CIGEPH-MB) ou para outra comissão congênere; e

XVI - Baixar atos relativos à designação de pessoal da Marinha para os eventos, constantes do Programa de Cursos e Estágios no Exterior aprovado pelo CEMA, enquadrados como eventuais ou transitórios, com duração inferior a seis meses." (NR)

II - O art. 2º do anexo F, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ....

VI - ....

ad) designação de militares para a prestação de TTC classificada como de excepcional interesse para a Marinha e a sua prorrogação de prazo, bem como a sua exoneração; e

ae) nomeação ao Posto de Capitão de Corveta da Reserva Não Remunerada (CC-RM3), dos Guardas-Marinha oriundos dos Núcleos de Formação de Oficiais para a Reserva da Marinha;" (NR)

III - Do anexo I:

a) o § 1º do art. 2º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ....

§ 1º ....

X - Designar militares para a prestação de TTC e sua prorrogação de prazo, no GCM, bem como sua exoneração;

XI - No âmbito de sua atuação, baixar atos relativos à designação de seus respectivos militares, servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, para as missões, no exterior, com prazo de duração inferior a seis meses;

XII - Colocar Praças à disposição dos órgãos extramarinha, para exercer cargo de natureza militar; e

XIII - Colocar Praças à disposição dos órgãos extramarinha, autorizando a sua nomeação ou admissão para cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, inclusive na administração indireta." (NR)

b) o § 1º do art. 5º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º ....

§ 1º ....

VII - Designar militares para a prestação de TTC e sua prorrogação de prazo, na SECIRM, bem como sua exoneração;

VIII - No âmbito de sua atuação, baixar atos relativos à designação de seus respectivos militares, servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, para as missões, no exterior, com prazo de duração inferior a seis meses; e

IX - Baixar atos relativos à designação de pessoal da MB, para comissões antárticas, aprovadas pelo Comandante da Marinha, enquadradas como missões eventuais ou transitórias, com duração inferior a seis meses." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Portaria nº 99/MB/MD, de 5 de abril de 2021:

I - As alíneas k e l do inciso XIII do art. 2º do anexo C; e

II - A alínea af do inciso VI do art. 2º do anexo F.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor no dia 1º de junho de 2021.

ALMIR GARNIER SANTOS

DIRETORIA-GERAL DO MATERIAL

BASE NAVAL DA ILHA DAS COBRAS

PORTARIA Nº 17/BNIC, DE 28 DE MAIO DE 2021

Suspensão Temporária do Prazo de Execução Contratual e a Devolução do Prazo de Execução.

O COMANDANTE DA BASE NAVAL DA ILHA DAS COBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o Capítulo 11 da SGM-102 (5ª Revisão) - Norma de Licitações, Acordos e Atos Administrativos (NOLAM) e o disposto no inciso XIV, artigo 78, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Suspender o prazo de execução do contrato administrativo nº 40.000/2020-05/00, referente ao Pregão Eletrônico nº 03/2020, por mais 60 (sessenta) dias, de 30 de maio a 28 de julho de 2021, cujo objeto é a contratação de serviços de instalação de infraestrutura de cabeamento estruturado de dados e voz, com regime de execução empreitada por preço unitário e aquisição de material de infraestrutura de Tecnologia da Informação, para atender às necessidades da Base Naval da Ilha das Cobras (BNIC) e do Centro Local de Tecnologia da Informação do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (CLTIAR), localizado na Ilha das Cobras, firmado com a empresa WALL STREET VÍDEO E TECNOLOGIA LTDA, em atendimento aos termos da Justificativa Técnica anexa à Comunicação Interna nº 23/2021, ambas emitidas pelo Gestor do Contrato.

Art. 2º Devolver o prazo de execução do contrato supramencionado, a partir de 29 de julho de 2021, até o dia 26 de setembro de 2021, perfazendo o total de 60 dias inicialmente acordados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Capitão de Mar e Guerra NELSON DE OLIVEIRA LEITE

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 17, DE 24 DE MAIO DE 2021

Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto - NORMAM-01/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Aprovar as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto (NORMAM-01/DPC), que a esta acompanham.

§1ºEm relação à versão anterior da NORMAM-01/DPC, publicada pela Portaria nº 424, de 18 de dezembro de 2020, foram efetuadas as seguintes alterações:

Na INTRODUÇÃO incluir o item 9 com a seguinte redação:

"9-EMPREGO DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS (RPA) A BORDO DE EMBARCAÇÕES

As aeronaves remotamente pilotadas (RPA), que compreendem os sistemas de aeronaves remotamente pilotadas e aeronaves totalmente autônomas, se enquadram na definição de "aeronave" presente no Código Brasileiro de Aeronáutica - CBAer (Lei nº 7.565/1986) e, portanto, são objeto de regulação e fiscalização da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), no caso de aeronaves civis.

A autorização da ANAC é condição necessária, mas não suficiente para a operação de sistemas de aeronaves civis remotamente pilotadas no Brasil. Também é preciso que o operador obtenha autorização do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e verifique junto à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) se sua frequência de controle é segura.

As competências da ANAC e do DECEA são complementares e, portanto, ambas as autorizações são necessárias para a operação de aeronaves civis remotamente pilotadas no Brasil.

Não é permitida a sua utilização em embarcações/plataformas que tenham helideques, simultaneamente com as operações de pouso e decolagem de helicópteros, a exceção se daria nos casos de emprego de RPA em área interna das embarcações/plataformas, como tanques, reservatórios, espaços confinados, ou para inspeções estruturais, em caráter excepcional, que envolvam aspectos de segurança das mesmas, quando deve haver uma coordenação com a tripulação do helicóptero e sem possibilidade de interferência mútua.

O descumprimento desta regra está passível de autuação por parte da Autoridade Marítima."

II-No Capítulo 2 - "INSCRIÇÃO, REGISTRO, MARCAÇÕES, NOMES DE EMBARCAÇÕES, NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DE NAVIOS E REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO"

a)No item 0202 - "DEFINIÇÕES", na alínea d "Embarcação miúda" a subalínea 2 passa a ter a seguinte redação:

"2)com comprimento total inferior a 8 m e que apresentem as seguintes características: convés aberto, convés fechado mas sem cabine habitável e sem propulsão mecânica e que, caso utilizem motor, este não exceda 50 HP;"

b) No item 0205 - "PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO E REGISTRO":

1.Efetuadas as seguintes alterações:

1.1 Na alínea a "Embarcações com AB menor ou igual a 100, exceto as miúdas", foi incluída a subalínea 21 com a seguinte redação:

"21)Permissão Prévia de Pesca em nome do atual proprietário/armador (para embarcação destinada à pesca)."

1.2Na alínea b "Embarcações com AB maior que 100", a subalínea 9, passa a ter a seguinte redação:

"Permissão Prévia de Pesca em nome do atual proprietário/armador (para embarcação destinada à pesca);"

c)No item 0211 - "TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE E/OU JURISDIÇÃO":

1.Efetuadas as seguintes alterações:

1.1Na alínea a "Transferência de Propriedade":

1.1.1A subalínea I "Embarcações registradas no TM (com AB maior que 100)", o tópico (i) passa a ter a seguinte redação:

"(i)Permissão Prévia de Pesca em nome do atual proprietário/armador (para embarcação destinada à pesca);"

1.1.2Na subalínea II "Embarcações com AB menor ou igual a 100 - apenas inscritas nas CP/DL/AG", foi acrescentado o tópico (i) com a seguinte redação:

"(i)Permissão Prévia de Pesca em nome do atual proprietário/armador (para embarcação destinada à pesca)."

1.2Na alínea c "Transferência de Propriedade e Jurisdição", a subalínea 6 passa a ter a seguinte redação:

"6)Permissão Prévia de Pesca em nome do atual proprietário/armador (para embarcação destinada à pesca)".

d)No item 0216 - "CLASSIFICAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES", efetuadas as seguintes alterações:

1.1Na alínea b "Atividade ou serviço", incluir o tópico 1 com a seguinte redação:

"1)Apoio ao Turismo - atividade de cunho comercial desempenhada por embarcação destinada ao reboque de dispositivos de lazer e os flutuantes destinados ao apoio/embarque de pessoas para atividades de recreação náutica, tais como banana boat, moto aquática, mergulho recreativo, dentre outras;". Renumerar os subsequentes.

1.2Na alínea d, "Tipos de Embarcações", efetuadas as seguintes alterações:

1.2.1O tópico 26 "Flutuante" passa a ter a seguinte redação:

"É toda embarcação sem propulsão que opera em local fixo e determinado."

1.2.2Incluir o tópico 62 "Transporte escolar" com a seguinte redação:

"Embarcação destinada ao transporte escolar público." Renumerar o subsequente.

III -No Capítulo 3 - "CONSTRUÇÃO, ALTERAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES"

a) O item 0307 - "BARCOS DE PESCA" passa a ter a seguinte redação:

"0307 - EMBARCAÇÕES DE PESCA

"Para as embarcações destinadas à pesca, deve-se observar que para a concessão da Licença de Construção é necessário que o proprietário apresente a Permissão Prévia de Pesca exigida pelo Órgão Federal controlador da atividade de pesca."

b)No item 0314 - "EMBARCAÇÕES CERTIFICADAS COM AB MAIOR QUE 20 E MENOR OU IGUAL A 50, EXCETO AS DE PASSAGEIROS (CLASSE 2 - EC2)", na alínea b "Embarcações de passageiros com AB maior do que 20 e menor ou igual a 50", inserir o tópico 13, com a seguinte redação:

"13) Plano Estrutural e de Seção Mestra, para embarcações de casco metálico. Para as embarcações existentes, apresentar os planos a partir da primeira Vistoria de Renovação de CSN que ocorrer após 31 de dezembro de 2021."

c) No item 0317 - "GENERALIDADES" foi acrescentada a alínea d com a seguinte redação:

"d) Embarcações de Pesca

Para as embarcações destinadas à pesca, deve-se observar que para a concessão da Licença de Alteração é necessário que o proprietário apresente a Permissão Prévia de Pesca exigida pelo Órgão Federal controlador da atividade de pesca."

d) No item 0321 - "GENERALIDADES", acrescentada a alínea g com a seguinte redação:

"g) Embarcações de Pesca

Para as embarcações destinadas à pesca, deve-se observar que para a concessão da Licença de Reclassificação é necessário que o proprietário apresente a Permissão Prévia de Pesca exigida pelo Órgão Federal controlador da atividade de pesca."

IV -No Capítulo 11 - "INSTRUÇÕES, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO", SEÇÃO III - "REQUISITOS ADICIONAIS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS", item 1116 - "INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS", na alínea a inserir os tópicos 7 e 8 com a seguinte redação:

"7) Placa que estimule a denúncia de práticas ilegais, conforme o modelo da Figura 11.1, onde deverá ser exibido o número do telefone com DDD e o endereço eletrônico (e-mail) da Capitania, Delegacia ou Agência (CDA responsável) da respectiva Jurisdição; e

8) Deverão também ser fixados avisos nas embarcações empregadas no transporte de passageiros e de cargas, com resumo do Art. 261 do Código Penal, número telefônico para a realização de denúncia, incentivando a delação e ressaltando a garantia do anonimato do denunciante, conforme Figura 11.2."

V -No Capítulo 16 "CÓDIGO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO PARA NAVIOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS":

a)Renomear o título do capítulo para "PROTEÇÃO PARA NAVIOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS".

b) Incluir o item 1608 com a seguinte redação:

"1608 - SISTEMA DE ALARME DE PROTEÇÃO DE NAVIOS - SAPN (em inglês SSAS)

Obrigatório para embarcações construídas a partir de 1º de julho de 2004, embarcações de passageiros, inclusive embarcações de passageiros de alta velocidade construídas antes de 1º de julho de 2004; petroleiros, navios de produtos químicos, navios transportadores de gás, graneleiros e embarcações de carga de alta velocidade, de 500 de arqueação bruta ou mais, construídos antes de 1º de julho de 2004; e outras embarcações de carga de 500 de arqueação bruta ou mais, e unidades móveis de perfuração "offshore" construídos antes de 1º de julho de 2004.

O propósito do SSAS é o desenvolvimento de uma cooperação internacional entre os Estados participantes ou governos contratantes para a adoção de medidas que visem à prevenção e repressão a todos os atos que ameacem os navios, as instalações portuárias e as plataformas fixas.

O governo brasileiro decidiu que a Marinha do Brasil, empregando sua estrutura SAR, seria o responsável pelo recebimento dos alertas de proteção originados em navios de bandeira brasileira.

O Sistema de Alarme de Proteção de Navios do navio deverá ser capaz de ser ativado do passadiço e, pelo menos, de um outro local. Os pontos de ativação do Sistema de Alarme de Proteção do Navio deverão ser designados de modo a impedir o acionamento inadvertido do alarme de proteção do navio.

Acionado o botão de alarme do SSAS na embarcação ou unidades móveis de bandeira brasileira, navegando ou atracada em qualquer posição do globo terrestre, sua identificação, posição, rumo e velocidade serão enviados, automaticamente, para o endereço eletrônico alert@mrccbrasil.mar.mil.br, guarnecido 24h, os sete dias da semana, no console do Centro de Controle do Tráfego Marítimo (CCTRAM), localizado no CISMAR. O equipamento do SSAS continuará a transmitir os dados em intervalos regulares de 30 minutos, até ser desativado ou rearmado.

O receptor do alarme será a empresa proprietária, concomitantemente, o serviço SAR / Proteção Marítima de um Estado costeiro. O botão do SSAS deve ser testado, com a frequência e condições constantes na política de segurança da empresa proprietária das embarcações e seguindo as normas do ISPS Code.

Visando otimizar as ações decorrentes da confirmação do incidente e das respostas ao acionamento do alarme, bem como evitar dúvidas relacionadas a testes com o sistema, o seguinte procedimento deverá ser adotado pelos Company Security Officer (CSO) das companhias, antevendo o procedimento de acionamento do botão de SSAS, possuindo nos navios botoeiras com opção de teste ou não:

a) O CSO deverá notificar o CISMAR, por meio do Anexo 16-A (modelo de notificação para solicitação de teste do SSAS), dedicado ao teste do sistema do SSAS, via e-mail eletrônico cismar.cctram@marinha.mil.br e confirmação pelos telefones (21)2104-6353, (21) 2104-6337 e (21)2197-2665.

b) O CISMAR retornará ao e-mail do solicitante, concedendo a autorização para realizar o teste do SSAS e definindo a janela temporal de duas horas, a ser considerada para avaliação do resultado "satisfatório" ou "insatisfatório" do teste.

c) O SSAS das embarcações nacionais, quando acionado, deverá estar configurado para envio automático de e-mail, para a caixa postal eletrônica do CISMAR, exclusiva para esta finalidade (TESTE ou REAL): alert@mrccbrasil.mar.mil.br.

d) O resultado do teste será considerado "SATISFATÓRIO", caso o CISMAR receba a mensagem de alerta em até 2 horas, a partir da resposta de autorização de teste concedida pelo CISMAR. Será considerado "INSATISFATÓRIO", se o recebimento do alerta ultrapassar o período de 2 horas, necessitando que o CSO conduza uma nova solicitação.

e) Caso haja acionamento acidental ou intermitência do SSAS pela Embarcação, o CSO deverá contatar, com a maior brevidade possível, os operadores de serviço 24/7 do CCTRAM, pelos telefones (21) 2104-6353, (21) 2104-6337 e (21) 2197-2665 ou via e-mail eletrônico cismar.cctram@marinha.mil.br, alertando sobre a condição do equipamento e a previsão de reparo.

Semestralmente, até os dias 15 de janeiro e 15 de julho do ano corrente ou tempestivamente, mediante alteração do CSO da companhia, as companhias nacionais deverão remeter, por meio de ofício ao CISMAR, com cópia à DPC, todas as informações atualizadas dos contatos de seus CSO e seus eventuais substitutos, em caso de ausência (férias ou afastamentos).

As informações do ofício deverão elencar com maior detalhamento possível, as quantidades, nomes, números IMO e o Application Service Provider (ASP) que prestam apoio aos respectivos navios da companhia e que se encontram sob responsabilidade dos respectivos CSO.

Para embarcações sem os equipamentos do SSAS, os reportes relacionados a incidentes de proteção, situação de emergência ou atividades suspeitas de terceiros podem ser realizados por quaisquer meios disponíveis, preferencialmente, via:

a) CCTRAM, pelos telefones (21) 2104-6353, (21) 2104-6337 e (21) 2197-2665 ou via e-mail eletrônico cismar.cctram@marinha.mil.br.

b) Para os MRCC brasileiros, por meio do telefone 185 e frequências de emergência em VHF e HF, estabelecidos pelo GMDSS."

ORGANIZAÇÃO	TELEFONE	FAX	OUTROS
ComOpNav SALVAMAR BRASIL (MRCC Brazil)	(21) 2104-6056 (21) 2104-6863 (21) 2253-8824	(21) 2253-8824	mrccbrazil@marinha.mil.br mrccbrazil@gmail.com Inmarsat-C: 471012397 Terminal AFTN: SBRJYCYM DSC (MMSI): 007100001 / 007100002 / 007100003
Com1ºDN SALVAMAR SUESTE (MRCC Rio de Janeiro)	185 0800-2856158 (21) 2104-6119 (21) 2104-6120	(21) 2104-6104 (21) 2104-6196	mrcccrio@marinha.mil.br
Com2ºDN SALVAMAR LESTE (MRCC Salvador)	185 0800-2843878 (71) 3507-3730 (71) 3507-3772		mrccsalvador@marinha.mil.br
Com3ºDN SALVAMAR NORDESTE (MRCC Natal)	185 0800-2802255 (84) 3216-3009 (84) 3216-3018		mrccnatal@marinha.mil.br
Com4ºDN SALVAMAR NORTE (MRCC Belém)	185 (91) 3216-4030 (91) 3216-4031	(91) 3216-4030	mrccbelem@marinha.mil.br
Com5ºDN SALVAMAR SUL (MRCC Rio Grande)	185 0800-6451519 (53) 3233-6130 (53) 3233-6131 (53) 3233-6139	(53) 3231-1519	mrccriogrande@marinha.mil.br
Com6ºDN SALVAMAR OESTE (RCC Ladário)	185 (67) 3234-1030 (67) 3234-1032 (67) 3234-1031	(67) 3234-1069	rccladario@marinha.mil.br
Com7ºDN SALVAMAR CENTRO-OESTE (RCC Brasília)	185 (61) 3429-1186 (61) 3429-1149		rccbrasilia@marinha.mil.br
Com8ºDN SALVAMAR SUL SUESTE (MRCC São Paulo)	185 (11) 5080-4733 (11) 5080-4734	(11) 5080-4736	mrccsaopaulo@marinha.mil.br
Com9ºDN SALVAMAR NOROESTE (RCC Manaus)	185 (92) 2123-2237 (92) 2123-2238 (92) 2123-2239	(92) 2123-2238	rccmanaus@marinha.mil.br
CISMAR	(21) 2104-6353 (21) 2104-6337	(21) 2104-6341 (21) 2104-6346	cismar.cctram@marinha.mil.br

Embratel

ORGANIZAÇÃO	TELEFONE	FAX	OUTROS
RIO RÁDIO	(21) 2121-4272 (21) 2121-4334	(21) 2121-4275	rioradio@embratel.com.br
TANGUÁ (Estação Terrena)	(21) 2121-4242 (21) 2121-4292	(21) 2121-4328	tangua@embratel.com

Art.2ºRevoga-se a Portaria nº 45/DPC, de 11 de maio de 2005, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de junho de 2005.

Art.3ºEsta Portaria entra em vigor em 7 de junho de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.047, DE 28 DE MAIO DE 2021

Prorroga o prazo para contratação de propostas inseridas no Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, combinado com os arts. 29 e 30 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, o art. 6º da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto n. 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto n. 1.522, de 13 de junho de 1995, resolve:

Art. 1º Ampliar, excepcionalmente, o prazo para a contratação das propostas vigentes selecionadas até 31 de dezembro de 2020, no âmbito do Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana, Grupos 01 e 02, pelo período de 1 (um) ano, a contar do término do prazo regulamentado pelas Instruções Normativas n. 28, de 11 de julho de 2017 e n. 16, de 10 de julho de 2018.

Art. 2º Fica revogada a Portaria n. 744, de 26 de março de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

PORTARIA Nº 1.049, DE 28 DE MAIO DE 2021

Altera o Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Regional - Projetos inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (MICE-PAC).

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e o art. 29 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º O Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Regional - Projetos inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (MICE-PAC), aprovado pela Portaria n. 646, de 18 de março de 2020, e com alterações introduzidas pelas Portarias n. 1.424, de 19 de maio de 2020; n. 1.801, de 25 de junho de 2020; e n. 2.268, de 24 de agosto de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"7.2. Os prazos para atendimento das exigências previstas em cláusula suspensiva serão estabelecidos por portaria específica da Secretaria Nacional competente.

7.2.1. Eventual prorrogação de prazo poderá ser autorizada pelo Secretário Nacional, desde que apresentada solicitação pelo COMPROMISSÁRIO antes do seu vencimento, e mediante análise técnica, motivada e conclusiva, da MANDATÁRIA e posicionamento favorável da Secretaria Nacional competente.

.....

11.7. O disposto nos itens 11.4 e 11.6 não se aplica à SPA de reprogramação.

.....

12.1. .....

.....

g) Apresentação à MANDATÁRIA da designação formal do fiscal da obra ou do serviço pelo COMPROMISSÁRIO e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica de Fiscalização - ART ou Relatório de Responsabilidade Técnica de Fiscalização - RRT;

.....

12.1.1. Os requisitos dispostos nas alíneas c), d) e h) não se aplicam para etapas destinadas à elaboração de estudos e projetos.

.....

12.10. .....

.....

12.10.3. A execução do objeto do Termo de Compromisso deve ser retomada em até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data final do período de referência dos respectivos BMs, devendo a vigência ser prorrogada até essa data, ficando nova prorrogação condicionada à retomada da execução.

12.10.3.1. As datas de previsão de retomada e de vigência podem exceder o limite estabelecido no subitem 12.10.3, desde que fique caracterizado no Plano de Ação que os motivos se dão por razões não atribuíveis ao COMPROMISSÁRIO, devendo, neste caso, a vigência ser prorrogada para a data de previsão de retomada, e ficando nova prorrogação condicionada à retomada da execução.

12.10.3.1.1 Entende-se por razões não atribuíveis ao COMPROMISSÁRIO a ocorrência de pelo menos uma das hipóteses:

a) o resultado da licitação ou chamamento deserto ou fracassado;

b) a concessão da licença ambiental, a outorga de captação de água e lançamento de efluentes, o alvará de construção ou outras autorizações ou aprovações de projeto situadas na esfera de competência de outro ente da Federação;

c) a titularidade da área de intervenção de outro ente da Federação; ou

d) a existência de embargo, ação judicial ou apontamento de órgãos de controle que tenha determinado a paralisação do objeto.

12.10.3.2 As datas de vigência, estabelecidas conforme subitens 12.10.3 e 12.10.3.1, poderão ser prorrogadas a partir de análise técnica, motivada e conclusiva, da MANDATÁRIA e autorização da Secretaria Nacional, que estabelecerá condicionantes para a continuidade do Termo de Compromisso.

12.10.4. O Plano de Ação a ser elaborado pelo COMPROMISSÁRIO deverá conter:

.....

12.10.8. A Secretaria Nacional competente na gestão do Termo de Compromisso no MDR poderá solicitar, a qualquer tempo, apresentação de Plano de Ação por parte do COMPROMISSÁRIO, conforme previsto no subitem 12.10 e análise técnica, motivada e conclusiva, da MANDATÁRIA.

.....

14.2. .....

.....

14.2.2. .....

a) limitado ao valor de repasse do Termo de Compromisso;

b) preservado o objeto do Termo de Compromisso, bem como sua funcionalidade; e

c) haja previsão no edital de licitação e no Contrato de Execução e Fornecimento (CTEF) do índice e da periodicidade a serem aplicados para o reajustamento de preços requerido.

14.2.2.1. Caberá à MANDATÁRIA avaliar a adequação do índice e da periodicidade previstos no edital de licitação e no Contrato de Execução e Fornecimento (CTEF) à legislação regente.

.....

15.3. Será rescindido o Termo de Compromisso que não atender as condições para autorização de início de execução do objeto do Termo de Compromisso dispostas no item 12.1, ressalvadas a realização do procedimento licitatório prevista na alínea b) e a autorização pelo Secretário Nacional prevista na alínea i), no prazo de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, prorrogável por até 12 (doze) meses, mediante solicitação justificada pelo COMPROMISSÁRIO e encaminhada à MANDATÁRIA." (NR)

Art. 2º O Anexo 2 do MICE-PAC passa a vigorar com as seguintes alterações:

"4. Da aplicação do BDI

.....

4.4.6.3 A fórmula que correlaciona essas incidências é a seguinte:

PV = CDsal x K + CDoutros x TRDE
K = (1+k1+k2)(1+k3)(1+k4)
TRDE = (1+k3)(1+k4)

Sendo:

PV = preço de venda total praticado pela empresa de engenharia consultiva

CD = custo direto de salários

K = fator "k"

DD = demais custos diretos

TRDE = taxa de ressarcimento de despesas e encargos

K1 = encargos sociais incidentes sobre a mão de obra (73,66% com vínculo e 20 % para autônomo)

K2 = administração central da empresa de consultoria (ou overhead) (20%)

K3 = margem bruta da empresa de consultoria (12%)

K4 = impostos (11,6%)" (NR)

Art. 3º Ficam revogados o caput do item 9.2 e os subitens 9.2.2, 12.10.3.2.1 e 12.10.3.2.2 do Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Regional - Projetos inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (MICE-PAC).

Art. 4º Ficam revogadas as Portarias abaixo relacionadas:
I- 287, de 28 de junho de 2013, do Ministério das Cidades;
II- 278, de 28 de junho de 2016, do Ministério das Cidades;
III- 443, de 17 de julho de 2018, do Ministério das Cidades;
IV- 704, de 4 de dezembro de 2018, do Ministério das Cidades;
V- 3187, de 31 de dezembro de 2019, do Ministério do Desenvolvimento Regional;
VI- 1800, de 25 de junho de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional;
VII- 1801, de 25 de junho de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional;
VIII- 1826, de 26 de junho de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional;
XIX- 808, de 29 de abril de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional.
Parágrafo Único. Os prazos anteriormente estabelecidos pelas Portarias dispostas nos incisos IV, V, VII, VIII e IX ficam automaticamente regidos pelas condições dispostas no MICE-PAC.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.038, DE 28 DE MAIO DE 2021

A SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, substituta, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:
Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Atalaia do Norte	Inundações - 1.2.1.0.0	035	03/05/2021	59051.011861/2021-01
AM	Barreirinha	Inundações - 1.2.1.0.0	276	04/05/2021	59051.011858/2021-80
AM	Boa Vista do Ramos	Inundações - 1.2.1.0.0	21	05/05/2021	59051.011870/2021-94
BA	Oliveira dos Brejinhos	Estiagem - 1.4.1.1.0	143	20/04/2021	59051.011880/2021-20
CE	Alto Santo	Estiagem - 1.4.1.1.0	16	23/04/2021	59051.011871/2021-39
CE	Missão Velha	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	010	24/03/2021	59051.011742/2021-41
PA	Belterra	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	83	22/04/2021	59051.011775/2021-91
PA	Terra Santa	Inundações - 1.2.1.0.0	026	07/05/2021	59051.011787/2021-15
PI	São Francisco de Assis do Piauí	Estiagem - 1.4.1.1.0	017	18/05/2021	59051.011855/2021-46
PR	Espigão Alto do Iguaçu	Estiagem - 1.4.1.1.0	048	18/05/2021	59051.011842/2021-77
PR	Manfrinópolis	Estiagem - 1.4.1.1.0	1379	18/05/2021	59051.011857/2021-35
RN	Angicos	Estiagem - 1.4.1.1.0	015	07/05/2021	59051.011767/2021-44
RN	Sítio Novo	Seca - 1.4.1.2.0	12	04/05/2021	59051.011653/2021-02
SC	Cunhataí	Estiagem - 1.4.1.1.0	056	05/05/2021	59051.011875/2021-17
SC	Nova Itaberaba	Estiagem - 1.4.1.1.0	194	24/05/2021	59051.011803/2021-70

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.039, DE 28 DE MAIO DE 2021

A SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, substituta, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:
Art. 1º Reconhecer o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PR	Ibaiti	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	2178	10/02/2021	59051.011848/2021-44
PR	Rondon	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	5337	07/04/2021	59051.011521/2021-72

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.043, DE 28 DE MAIO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção II, Edição 233, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:
Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 678, de 18 de dezembro de 2017, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Vila Maria - RS, para ações de Defesa Civil, para até 08/12/2021.
Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.
Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.044, DE 28 DE MAIO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção II, Edição 233, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:
Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 3° da Portaria n. 23, de 17 de janeiro de 2012, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Belo Horizonte - MG, para ações de Defesa Civil, para até 22/12/2021.
Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.
Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.045, DE 28 DE MAIO DE 2021

A SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, substituta, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:
Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Capim Grosso	Estiagem - 1.4.1.1.0	052	09/04/2021	59051.011558/2021-09
BA	Riachão do Jacuípe	Estiagem - 1.4.1.1.0	192	05/04/2021	59051.011696/2021-80
BA	Tucano	Estiagem - 1.4.1.1.0	167	05/04/2021	59051.011778/2021-24
PR	Chopinzinho	Estiagem - 1.4.1.1.0	180	11/05/2021	59051.011780/2021-01
PR	Lindoeste	Estiagem - 1.4.1.1.0	124	10/05/2021	59051.011738/2021-82
RN	Apodi	Estiagem - 1.4.1.1.0	0375	18/05/2021	59051.011739/2021-27
RN	Ipueira	Estiagem - 1.4.1.1.0	014	13/05/2021	59051.011735/2021-49
SC	Ipira	Estiagem - 1.4.1.1.0	114	13/05/2021	59051.011846/2021-55
SC	Irati	Estiagem - 1.4.1.1.0	115	03/05/2021	59051.011810/2021-71
SC	São Bernardino	Estiagem - 1.4.1.1.0	176	06/05/2021	59051.011854/2021-00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA

PORTARIA Nº 1.040, DE 28 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, nomeado pela Portaria nº 416, de 24 de agosto de 2020, publicado no DOU de 25 de agosto de 2020, Seção 2, combinada com a delegação de competência conferida pela Portaria nº 730, de 25 de março de 2020, publicado no DOU de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista as disposições da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, Portaria Interministerial nº 130, de 23 de abril de 2013, da Portaria nº 299, de 12 de julho de 2013, do Ministério da Integração Nacional, da Portaria Interministerial nº 141, de 25 de abril de 2013, e ainda, o que consta do Processo nº 59100.000039/2013-74, resolve:
Art. 1º Prorrogar o prazo de vigência da Portaria nº 0024, de 09 de maio de 2013, cujo objeto é a Execução das Obras do Trecho 04, do Km 92,93 ao Km 123,4 do Canal do Sertão Alagoano, para até 27 de agosto de 2021.
Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos do termo de compromisso, não alterados por esta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SERGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

RESOLUÇÃO ANA Nº 76, DE 24 DE MAIO DE 2021

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, inciso III, do Anexo I da Resolução no 76, de 25 de setembro de 2019, publicada no DOU de 14 de outubro de 2019, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 822ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 24 de maio de 2021, considerando o disposto no art. 4º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do processo nº 02501.000919/2014-91, resolve:
Dispor sobre a redução temporária da descarga mínima dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Caconde e Limoeiro, no Rio Pardo.
Revoga-se a Resolução ANA Nº 72, de 26 de abril de 2021.
Esta Resolução entrará em vigor em 1º de junho de 2021.
O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

PORTARIA Nº 298, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a 3ª etapa referente ao procedimento adotado no trabalho de revisão e de consolidação dos atos normativos inferiores a decreto no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste-Sudeco.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelo Decreto n.º 8.277, de 27 de junho de 2014, e tendo em vista o disposto no Decreto 10.139, de 28 de novembro 2019, alterado pelo Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, resolve:
Art. 1º Publicar a 3ª etapa sobre a revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme art. 2º, inciso III, da Portaria nº 156, de 19 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, seção 1, nº 204, sexta-feira, 23 de outubro de 2020.
Art. 2º A Diretoria de Planejamento e Avaliação identificou e revisou 07 (sete) atos normativos, dos quais, 01 (um) foi revogado na 2ª etapa, 4 (quatro) foram revogados e seu conteúdo consolidado em 1 (um) ato normativo, e 1 (um) permanece vigente, tendo sido este publicado na 1ª etapa, conforme anexo.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON VIEIRA FRAGA FILHO

ANEXO I

Atos Normativos	Objeto	Situação
Resolução nº 01 de 15 de maio de 2017 (0178794)	Dispõe sobre os procedimentos gerais referentes à administração, controle, uso, fornecimento, responsabilidade, guarda, transferência, cessão, alienação e outras formas de desfazimento de materiais, a serem observados no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.	Revogado na 2ª etapa
Resolução nº 12, de 24 de abril de 2019 (0184879)	Dispõe sobre os requisitos para análise e seleção de propostas de transferências voluntárias a serem apoiadas pela SUDECO, com recursos alocados no Orçamento Geral da União.	Revogado
Resolução Sudeco nº 1 de 27 de março de 2020 (0184139)	Altera disposições da Resolução SUDECO nº 12, de 24 de abril de 2019.	Revogado
Resolução SUDECO nº 7, de 8 de outubro de 2020 (0209087)	Altera disposições da Resolução nº 12, de 24 de abril de 2019.	Revogado
Resolução Sudeco nº 16, de 24 de março de 2021 (0232785)	Altera a Resolução SUDECO nº 12, de 24 de abril de 2019, para permitir a utilização de revestimentos do tipo tratamento superficial duplo ou triplo nas obras e serviços de engenharia objeto de convênios firmados com a SUDECO.	Revogado
Resolução nº 24, de 27 de maio de 2021 (0240186)	Dispõe sobre os requisitos para análise e seleção de propostas de transferências voluntárias a serem apoiadas pela SUDECO, com recursos alocados no Orçamento Geral da União.	Consolidado
Resolução nº 09 de 14 de novembro de 2019 (0182388)	Estabelece a relação nominal dos municípios da região Centro-Oeste considerados elegíveis para integrar os espaços prioritários de atuação da SUDECO no quadriênio de 2020 a 2023 em conformidade com a PNDR e o PRDCO 2020-2023.	Vigente Informado na 1ª etapa

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO CPPI Nº 182, DE 27 DE ABRIL DE 2021 (*)

Opina pela qualificação de empreendimentos públicos federais do segmento de abastecimento alimentar no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, caput, inciso I, e tendo em vista o disposto no art. 1º, § 1º, inciso I, e todas da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, , resolve:

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República, para qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, os armazéns e imóveis de domínio da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB listados no Anexo I a esta Resolução.

Art. 2º O Anexo II a esta Resolução apresenta o cronograma estimado para a realização das licitações dos empreendimentos de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos

ANEXO I

LISTA DE ARMAZÉNS E IMÓVEIS

UF	Município	Endereço	Tipo
AC	Rio Branco	Rod. AC 40 Km 5 DFA s/nº	Armazém Convencional
AL	Maceió	Rua Tobias Barreto, S/N - Bebedouro	Armazém Convencional
AL	Maceió	Rua Tabapuã, s/nº - Jacintinho/AL	Prédio
AL	Palmeira dos Índios	Rua Manoel Orígenes de Oliveira, 105	Armazém Convencional
AM	Humaitá	Rodovia BR - 319, KM 08	Armazém Convencional
AM	Manaus	Av. Ministro Mario Andreazza, 2196 - Distrito Industrial	Armazém Convencional
BA	Entre Rios	Rua da Olinda S/Nº - Sitio da Olinda.	Prédio
BA	Entre Rios	Avenida Romeo de Araújo Veloso nº 221 Centro	Armazém Convencional
BA	Irecê	Estrada Irecê/Ibititá, KM 2,5	Armazém Convencional
BA	Itaberaba	BR 242 Km 90 Lt 101 a 106 Loteamento Cidade de Deus	Armazém Convencional
BA	Ribeira do Pombal	Estrada da Mirandela Km 05 Rodovia BA-410	Armazém Convencional
BA	Sta Maria da Vitória	Rua Capitão José Alfaiate, 88	Galpão
BA	Sta Maria da Vitória	Rua Capitão José Alfaiate, 88	Armazém Convencional
BA	Teixeira de Freitas	Av. Euclides da Cunha, 270.	Armazém Graneleiro
CE	Crateús	Av. Sargento Hermínio, 1071	Armazém Convencional
CE	Icó	Rod Icó/Iguatu - Ce 282 - Dep. Tarcísio Monteiro - Conjunto Gama KM 2	Armazém Convencional
CE	Iguatu	Av. Carlos Roberto Costa nº 2042 - Bairro Esplanada II	Armazém Convencional
CE	Juazeiro do Norte	Av. Padre Cícero km 4.	Armazém Convencional
CE	Maracanaú	Rodovia CE. 01 Km 05 snº - Distrito Industrial.	Armazém Convencional
CE	Russas	BR 116 Km 04 S/N.	Armazém Convencional
CE	Senador Pompeu	Rua Samuel Cambraia no. 114 - Centro.	Armazém Convencional
CE	Sobral	Rua Galdino Araújo, no. 149 Bairro: Alto do Cristo.	Armazém Convencional
CE	Uruburetama	Bairro Itamaraty.	Prédio
DF	Brasília	SIA Trecho 05 - Lotes 300 / 400	Armazém Conv/Gran.
DF	Brasília	SBN Quadra 01 lote 32 5º andar / Ed. Palácio de Desenvolvimento.	Pavimento
ES	Cachoeiro do Itapemerim	Av. Domingos Alcino Dadalto SN IBC	Armazém Convencional
ES	Colatina	Rod. BR 259 Km 50 Entrada B e C Bairro IBC	Armazém Convencional
GO	Itapuranga	Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, S/Nº, St. Central,	Armazém Convencional / Graneleiro
GO	Goiânia	Av. Prof. Venerando de Freitas Borges, n° 150, St. Jaó	Armazém Convencional
GO	Palmeiras de Goiás	Rua Ceará, S/Nº, Qd. 41, Lt. 01, St. Aeroporto	Armazém Graneleiro
GO	Palmeira de Goiás	Pista do Pouso S/Nº	Armazém Convencional
GO	Paraúna	Rodovia GO-320, KM 02, Fazenda São José	Armazém Convencional / Graneleiro
GO	Pontalina	Rua São Benedito, S/Nº, St. Industrial	Armazém Granel
GO	Porteirão	Rua Rio dos Bois, S/Nº	Armazém Graneleiro
GO	Porteirão	Rua Rio dos Bois, S/Nº	Prédio
GO	Rio Verde	Rodovia BR-452, KM 01, S/Nº, St. Industrial	Armazém Conv/Gran.
GO	Santa Helena	Chácara Alagoas Campo Alegre.	Armazém Convencional
GO	Santa Helena	Rua Prof. Joaquim Francisco do Prado, nº 330, St. Ipeguary,	Armazém Convencional
GO	São Luís dos Montes Belos	Rua Rio da Prata, nº 1.804, St. Vila Eduardo	Armazém Granel
MA	Fortaleza dos Nogueiras	Margem da BR 330.	Terreno
MA	Imperatriz	BR 010, km 1340	Armazém Conv/Gran.
MA	São Félix de Balsas	Av. Aeroporto.	Terreno
MA	São Luís	Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n - Cohafuma.	Terreno
MA	São Luís (Tirirical)	BR 135, Km 01, Bloco B Pátio da RFFSA -Tirirical.	Armazém Convencional
MG	Campos Altos	Av. Newton Ferreira de Paiva, nº 38 - Bairro Nossa Senhora Aparecida	Armazém Convencional
MG	Montes Claros	Rua Francisco Peres de Souza, 381 - Vila Exposição	Armazém Convencional
MG	Passa Quatro	Passa Quatro.	Armazém Frigorífico
MG	Perdões	Rodovia BR 381 - Fernão Dias, KM 619	Armazém Convencional
MG	São Sebastião do Paraíso	Rua Belmira Andrade F. Westin, snº - Jardim Bernadete	Armazém Convencional
MG	Uberaba	Rua 4, nº 315, Quadra 1, lote 5 - Bairro Caçu	Armazém Granel
MG	Uberlândia	Rua Geraldo Moreira e Silva, 2.630 - Distrito Industrial	Armazém Conv/Gran.
MG	Varginha	Alameda do Café, nº 1000 - Bairro Jardim Anderê	Armazém Convencional
MS	Campo Grande	Avenida Principal 2, nº 20 - Núcleo Industrial	Armazém Conv/Gran.
MS	Campo Grande	Rua Dom Aquino, 2383.	Casa
MS	Campo Grande	Rua Alan Boaventura 141 Vila Eliane.	Armazém Convencional
MS	Cassilândia	Rod. BR 428 Km 01, Saída p/ Paranaíba	Armazém Convencional / Graneleiro
MS	Cassilândia	AV. Presidente Dutra s/nº saída para Paranaíba.	Silo
MS	Dourados	Rua Coronel Ponciano, 1050 - Pq Jequitiba	Armazém Graneleiro
MS	Dourados	Rua Coronel Ponciano, 1050 - Pq Jequitiba	Silo
MS	Maracaju	Rod. MS 460 - Km 0,2 - Saída p/ Sidrolândia	Armazém Convencional / Graneleiro

MS	Maracaju	Rodovia MS 162 - KM 1,5 - Saída para Água Fria.	Armazém Graneleiro
MS	Rio Brilhante	Rodovia BR 163 Km 324,7 - saída p/ Nova Alvorada do Sul	Armazém Graneleiro
MS	São Gabriel d'Oeste	Rod. BR 163 - Km 610 - Zona Rural	Armazém Graneleiro
MS	São Gabriel d'Oeste	BR 163 KM 541	Complexo Armazenador
MS	Sidrolândia	Rod. MS 162, Km 6, Saída p/ Maracajú	Armazém Convencional / Graneleiro
MS	Sidrolândia	Rod. MS 162, Km 6, Saída p/ Maracajú	Silo
MT	Alta Floresta	Rodovia MT 208 - Km 05	Armazém Convencional / Graneleiro
MT	Alta Floresta	Rodovia MT 208 - Km 144	Armazém Graneleiro
MT	Cuiabá	BR 364 KM 18 Distrito Industrial.	Armazém Graneleiro
MT	Diamantino	Rod. MT 121 - KM 02 - Setor Aeroporto	Armazém Graneleiro
MT	Rondonópolis	Rod. BR 364 KM 199,10,Le Saida p/ Pedra Preta	Armazém Conv/Gran.
MT	Sorriso	Av Idemar Riedi Nº 10.790	Armazém Granel
PA	Ananindeua	Estrada do Mocajatuba km 05 s/nº Distrito Industrial	Armazém Convencional
PA	Marabá	Quadra Especial - Nova Marabá	Armazém Convencional
PA	Marabá	Rod. PA 150 - KM 06 - Quadra Especial, FI 34 - Marabá/PA.	Armazém Convencional
PA	Santarém	Av. Cuiabá 962 - Bairro Liberdade	Armazém Convencional
PB	Campina Grande	Av. Assis Chateaubriand no. 4885.	Armazém Convencional
PB	Campina Grande	Rua Apolônio Amorim, s/n - Bairro Alto Branco.	Prédio
PB	Esperança	Rodovia PB 121 KM 2.	Armazém Frigorífico
PB	Esperança	Rodovia Estadual, nº 121 - Km 02 c/ Rua General Osório s/nº.	Terreno
PB	João Pessoa	Rua Projetada Y-2 nº 225 - Distrito Industrial.	Armazém Convencional
PB	Monteiro	Rua Antenor Navarro, s/nr - Centro.	Armazém Convencional
PB	Patos	Fazenda Trapiá, 3312 / BR 230 - Km 332 Zona Rural.	Armazém Convencional
PE	Arco Verde	Av. José Bonifácio, Nº 1056-São Cristovão	Armazém Convencional
PE	Arcoverde	Av. José Bonifácio 1.301 - São Cristovão.	Prédio
PE	Recife	Estrada do Barbalho, 960 - Iputinga.	Armazém Convencional
PE	Recife	Av. Dantas Barreto 498 8º andar - Ed. Guararapes - Santo Antonio.	Pavimento
PI	Floriano	BR 343 S/N MELADÃO.	Armazém Convencional
PI	Parnaíba	BR 343 - Km 13 - Bloco B - Bairro de Fatima.	Armazém Convencional
PI	Picos	Av. Brasil Nº 2810 - Bairro Junco.	Armazém Convencional
PI	Teresina	Rua D Lotes 61/62 - Distrito Industrial snº - Parque Piauí	Armazém Convencional
PR	Cambé	Rua Belo Horizonte, 2726	Armazém Granel
PR	Ponta Grossa	BR 376, Km 510 - caixa posta 675	Armazém Granel
PR	Rolândia	Rua Tapajós, 761 - Jardim Monte Carlo	Armazém Convencional
RJ	Rio de Janeiro	Rua Sargento Silvio Hollenback no. 220	Armazém Convencional
RN	Assú	Senador João Câmara, s/nº - Centro - Assu	Armazém Convencional
RN	Caicó	Rua Ruy Mariz, 455 - Bairro Boa Passagem	Armazém Convencional
RN	Currais Novos	Av. Pres Getúlio Vargas, 3379	Armazém Convencional
RN	João Câmara	Rua 21 de Abril s/nº.	Armazém Convencional
RN	João Câmara	Rua 21 de Abril s/nº.	Terreno
RN	Mossoró	Rua José Leite, nº 10 - Santo Antônio	Armazém Convencional
RN	Natal	: Av. Jerônimo Câmara, nº 1814 - Lagoa Nova	Armazém Convencional
RN	Natal	Rua Cel. Flamínio nº 03 - Docas.	Entreposto de Pesca
RN	Natal	Praça Cap. José da Penha esquina com Av. Rio Branco- Ribeira	Prédio
RN	Natal (Caiapós)	Av. dos Caiapós, nº 8200 - Cidade Satélite	Armazém Convencional
RN	Umarizal	Av. da Integração, s/n, Centro - Umarizal	Armazém Convencional
RO	Cacoal	Av. Castelo Branco, nº 16.636 - Bairro Incra	Armazém Convencional
RO	Ouro Preto d'Oeste	Av. Silvio Gonçalves de Farias s/nº 37.	Armazém Convencional
RO	Porto Velho	Estrada do Terminal, nº 172 - Bairro Panair	Armazém Convencional
RO	Vilhena	Rod. BR 364 KM 680 - Bairro São José.	Armazém Convencional
RR	Alto Alegre	Rodovia BR 174 KM 40 - Taiano.	Armazém Convencional
RR	Boa Vista	Av. Venezuela n° 1.120 - Portão A-Anexo I,II e IV - B.Mecejana	Armazém Convencional
RS	Canoas	Rua Santo Antonio 465-Mato Grande	Armazém Convencional
RS	São Borja	Rua Félix da Cunha, Esq Rua Eng. Manoel Luiz Fagundes, nº 450 Condomínio Oregon, Ap. Nº101 Centro	Apartamento
RS	Vacaria	Coxilha Grande, Fazenda da Cachoeira.	Fazenda
SC	Herval d'Oeste	Rua Dorival de Brito e Silva, S/Nº	Armazém Conv/Gran.
SE	Itabaiana	Av. Walter Franco nº 382 - Centro	Armazém Convencional
SP	Bernardino de Campos	Rua Manoel Augusto Plantiel s/n	Armazém Convencional
SP	Garça	Av. Dr. Gastão Vidigal - nº 360 - Vila Salgueiro	Armazém Convencional
SP	Rio Claro	Av. 58 A, nº 600 - Jardim América.	Prédio
SP	São Paulo	Av. Indianópolis, 189 - Bairro Moema.	Casa
TO	Araguaína	Av. Filadelfia, Esq. com a Rua 06 Quadra 74 - Bairro Senador.	Prédio
TO	Araguaína	Avenida Filadélfia, nº 4041- Vila Aliança	Armazém Convencional
TO	Formoso do Araguaia	Estrada da Fazenda Rancho 2-S km 3,5 s/n - Zona Rural	Armazém Conv/Gran.

ANEXO II

CRONOGRAMA DOS PROJETOS

Projeto	Estimativa de finalização dos estudos	Estimativa de leilão
Armazéns / Imóveis	4º trimestre de 2021	3º trimestre de 2022

(*)Republicada por ter saído no DOU de 28-5-2021, Seção 1, página 154, com incorreção no original.

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 207, DE 28 DE MAIO DE 2021

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Alterações Tarifarias.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO, tendo em vista a deliberação de sua 182ª Reunião, ocorrida em 19 de maio de 2021, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º, art. 10, do Decreto nº 10.242, de 13 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Comitê de Alterações Tarifárias, conforme o Anexo Único.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2021.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE ALTERAÇÕES TARIFÁRIAS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E SEDE

Art. 1º O Comitê de Alterações Tarifárias - CAT, instituído pelo Decreto nº 10.242, de 13 de fevereiro de 2020, é órgão colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior - Camex da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais - Secint do Ministério da Economia.

Art. 2º O Comitê de Alterações Tarifárias terá caráter exclusivamente consultivo e se reportará ao Comitê-Executivo de Gestão - Gecex da Camex.

Art. 3º O Comitê de Alterações Tarifárias tem sede e foro no Distrito Federal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E COMPETÊNCIAS

Seção I

Da estrutura organizacional e competências

Art. 4º Ao Comitê de Alterações Tarifárias compete:

I - manifestar-se sobre os pleitos recebidos que digam respeito a:

a) alterações permanentes da Tarifa Externa Comum e da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, no âmbito do Comitê Técnico nº 1 do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL; e

b) alterações temporárias das alíquotas do Imposto de Importação no âmbito da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do MERCOSUL, da Lista de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações e do instrumento de reduções temporárias por razões de desabastecimento do MERCOSUL, além de outros instrumentos de exceção à Tarifa Externa Comum que os substituam ou os complementem.

II - sugerir encaminhamentos técnicos ao Gecex relativos às matérias constantes das alíneas a e b, do inciso I deste artigo; e

III - elaborar o seu regimento interno e alterações, para, posteriormente, submetê-lo à aprovação do Gecex.

Parágrafo único. As análises referentes aos mecanismos de Ex-tarifários de Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações e de Autopeças não Produzidas não integram as competências do Comitê de Alterações Tarifárias.

Art. 5º O Comitê de Alterações Tarifárias é composto por:

I - um representante da Presidência da República;

II - dois representantes do Ministério das Relações Exteriores;

III - dois representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IV - um representante da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia;

V - um representante da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia;

VI - um representante da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia; e

VII - um representante da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

§§ 1º 1º Cada representante poderá ter até dois suplentes, que o substituirão em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º Os representantes e respectivos suplentes serão indicados pelos membros dos órgãos integrantes do Gecex e designados por ato do Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

§ 3º A coordenação do Comitê de Alterações Tarifárias será exercida pela Subsecretaria de Estratégia Comercial da Secretaria-Executiva da Camex da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

Art. 6º São atribuições dos membros do Comitê de Alterações Tarifárias:

I - comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê;

II - fornecer aos demais membros informações técnicas relativas a matérias julgadas de interesse do Comitê, que se situem dentro de suas respectivas áreas de competência;

III - encaminhar ou solicitar à Subsecretaria de Estratégia Comercial da Secretaria-Executiva da Camex informações relativas às atividades do Comitê;

IV - encaminhar os materiais com vistas à apreciação e deliberação pelo Comitê à Subsecretaria de Estratégia Comercial da Secretaria-Executiva da Camex, com antecedência mínima de 14 dias corridos da data de cada reunião do Comitê, admitindo-se prazo menor mediante indicação de algum dos membros, cujos esclarecimentos serão apresentados na reunião;

V - encaminhar à Subsecretaria de Estratégica Comercial da Secretaria-Executiva da Camex, matérias com vistas a serem submetidas à apreciação e deliberação do Comitê, em caráter extraordinário, devidamente justificado;

VI - manifestar-se sobre os processos constantes da pauta de reunião do Comitê;

VII - solicitar prazo adicional para análise sobre matéria constante da pauta de reuniões do Comitê, quando julgarem necessário, cujos esclarecimentos serão apresentados na reunião;

VIII - apresentar proposta técnica de encaminhamento, por escrito, sobre processo para o qual tenham solicitado prazo adicional para análise, ressalvada a hipótese de concordância com a proposta técnica de encaminhamento originária;

IX - observar e estimular as boas práticas de governança corporativa; e

X - pautar sua conduta por elevados padrões éticos.

§ 1º Os membros integrantes do Comitê de Alterações Tarifárias deverão assinar Termo de Compromisso, no que tange a preservação do grau de sigilo dos documentos recebidos, independente do meio, suporte ou formato.

§ 2º No exercício de suas atribuições, os membros do Comitê de Alterações Tarifárias deverão observar as prescrições normativas sobre conflitos de interesse constantes da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Seção II

Da coordenação do Comitê de Alterações Tarifárias

Art. 7º A Subsecretaria de Estratégia Comercial da Secretaria-Executiva da Camex é responsável pela coordenação do Comitê de Alterações Tarifárias e tem por atribuições:

I - estabelecer os procedimentos para o recebimento dos pleitos de alteração tarifária listados no art. 2º, I do Decreto nº 10.242, de 2020;

II - receber os pleitos e dar publicidade ao recebimento e ao estágio de seu processamento;

III - realizar as análises técnicas preliminares sobre os pleitos recebidos e elaborar proposta técnica de encaminhamento;

IV - disponibilizar os pleitos recebidos e as análises realizadas aos integrantes do Comitê, bem como demais documentos adicionais relacionados;

V - organizar a pauta das reuniões do Comitê de Alterações Tarifárias, incluindo os pleitos analisados para apreciação dos membros do Comitê;

VI - organizar as reuniões, comunicando local, hora e data;

VII - elaborar as atas;

VIII - prover os serviços de secretaria nas reuniões do Comitê;

IX - encaminhar as sugestões do Comitê de Alterações Tarifárias ao Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, ao qual caberá decidir sobre o pleito; e

X - elaborar relatórios semestrais das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Alterações Tarifárias, que deverão ser remetidos para análise do Comitê-Executivo de Gestão da Camex da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

Art. 8º À coordenação do Comitê de Alterações Tarifárias compete:

I - representar o Comitê;

II - convocar as reuniões, ordinárias ou extraordinárias;

III - convidar para as reuniões do Comitê de Alterações Tarifárias, representantes de outros órgãos da administração pública federal que tenham relação com as áreas ou os setores que sejam objeto dos pleitos em análise pelo Comitê;

IV - coordenar as reuniões; e

V - encaminhar os relatórios semestrais das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Alterações Tarifárias, para análise do Comitê-Executivo de Gestão da Camex da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

Parágrafo único. Em suas ausências ou impedimentos legais, o Subsecretario de Estratégia Comercial será substituído pelo Coordenador-Geral de Reforma Tarifária da Subsecretaria de Estratégia Comercial da Secretaria-Executiva da Camex.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Das reuniões

Art. 9º O Comitê de Alterações Tarifárias se reunirá, em caráter ordinário, mensalmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pela Secretaria-Executiva da Camex da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

Art. 10. O quórum de instalação da reunião e de votação do Comitê de Alterações Tarifárias é de três membros.

Art. 11. A convocação e o envio da agenda para as reuniões ordinárias do Comitê de Alterações Tarifárias deverão ser realizados com antecedência mínima de vinte e um dias corridos

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias serão convocadas, fora do calendário estabelecido, com pelo menos dois dias úteis de antecedência e deverão se ater ao tema que motivou sua convocação.

Art. 12. As reuniões poderão ocorrer por meio de videoconferência ou por qualquer outro meio telemático, e os documentos elaborados em sua decorrência poderão ser expedidos por meio eletrônico.

Art. 13. Na condução das reuniões, observar-se-á a seguinte ordem:

I - verificação do número de presentes;

II - discussão e aprovação da ata anterior;

III - apreciação da pauta; e

IV - assuntos gerais.

Art. 14. De cada reunião, deverá ser lavrada uma ata sucinta, contendo os dados da reunião e a relação dos casos apreciados, fazendo-se constar o teor das recomendações aprovadas, destacando-se, ainda, se houver, as divergências de posições técnicas entre seus membros, bem como a relação dos processos sobre os quais membro do Comitê tenha solicitado maior prazo de análise.

Parágrafo único. A coordenação do CAT circulará a ata em conjunto com a documentação que instruirá sua próxima reunião.

Art. 15. É admitida a participação de convidados de outros órgãos da administração pública, especialistas ou interessados de setores afetos aos pleitos em análise.

§ 1º Os convidados poderão se manifestar durante as reuniões, todavia, suas participações não serão computadas para efeitos de quórum de reunião e de votação do Comitê.

§ 2º A participação dos convidados poderá ser restrita ao momento de apresentação dos temas para os quais foram convocados.

Art. 16. O Comitê de Alterações Tarifárias apresentará sua sugestão de encaminhamento técnico ao Gecex sobre os pleitos de alteração tarifária, no prazo de até 90 (noventa) dias contados a partir de sua inclusão na pauta de reuniões deste Comitê.

§ 1º Excepcionalmente e de forma justificada, por uma única vez, o prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias.

§ 2º Após o decurso do prazo previsto neste artigo, será dado o encaminhamento técnico ao Gecex sobre os pleitos de alteração tarifária, de forma a destacar, se houver, as divergências de posições técnicas entre seus membros.

Seção II

Dos pleitos

Art. 17. Os pleitos de alteração tarifária, de que tratam as alíneas a e b, inciso I, do art. 2º do Decreto nº 10.242, de 2020, enviados pelo setor privado, deverão ser protocolados por intermédio do Portal Único de Serviços do Governo Federal.

§ 1º Não serão considerados os pleitos apresentados em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º As informações fornecidas para as quais se deseja conferir tratamento sigiloso devem ser devidamente indicadas e justificadas à luz dos normativos vigentes.

§ 3º A ausência de indicação de tratamento sigiloso à informação na forma prevista no parágrafo 2º deste artigo, implicará seu irrestrito acesso.

§ 4º A Subsecretaria de Estratégia Comercial publicará no endereço eletrônico da Camex, os prazos para o protocolo de pleitos e manifestações, no contexto do processo de revisão da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum.

Art. 18. A Subsecretaria de Estratégia Comercial dará publicidade aos pleitos recebidos e ao estágio de seu processamento no endereço eletrônico da Camex.

Art. 19. Serão admitidas manifestações de terceiros interessados para os pleitos que se encontrem em fase de análise, as quais deverão ser, preferencialmente, protocoladas por intermédio do Portal Único de Serviços do Governo Federal com referência expressa ao número do processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI para o qual se deseja aportar informações.

§ 1º Somente serão aceitas as manifestações previstas no caput quando protocoladas em até quarenta e cinco dias após a publicação do pleito no sítio eletrônico da Camex, salvo casos excepcionais devidamente motivados.

§ 2º Findo este prazo, a Subsecretaria de Estratégia Comercial analisará as informações recebidas e elaborará proposta técnica de encaminhamento a ser incluída na pauta do CAT.

§ 3º Em casos excepcionais devidamente motivados por razões de relevância e urgência, a pedido órgão da administração pública federal direta, a Subsecretaria de Estratégia Comercial poderá incluir pleitos na pauta do CAT, sem a necessidade de observar os prazos previstos no § 1º.

Art. 20. Durante a fase de instrução processual, caberá à Subsecretaria de Estratégia Comercial solicitar a complementação de informações que julgar necessárias para análise do pleito.

§ 1º A solicitação de complementação de informações de que trata o caput será feita, preferencialmente, por envio de correspondência eletrônica para o endereço indicado no formulário do pleito.

§ 2º O prazo para apresentar complementação de informações é de até trinta dias contados do envio da respectiva solicitação.

Art. 21. A análise dos pleitos obedecerá, preferencialmente, a ordem cronológica de seus protocolos.

Parágrafo único. Excetuam-se da regra do caput as hipóteses em que se verificar a necessidade de complementação de informações.

Art. 22. O Comitê de Alterações Tarifárias poderá sugerir o instrumento de alteração tarifária que julgar mais adequado para cada pleito, independentemente daquele indicado pelo pleiteante.

Art. 23. Os pleitos e as manifestações no âmbito das competências do Comitê de Alterações Tarifárias, provenientes dos demais Estados-Partes do MERCOSUL, que tenham sido recebidos pelo Ministério das Relações Exteriores, deverão ser encaminhados à Secretaria-Executiva da Camex da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

Parágrafo único. O inteiro teor dos pleitos a que se refere o caput será disponibilizado pela coordenação do CAT aos demais membros do Comitê de Alterações Tarifárias, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações.

Art. 24. As sugestões de indeferimento de pleitos serão encaminhadas para a decisão do Comitê-Executivo de Gestão da Camex.

Parágrafo único. Os pleitos indeferidos poderão ser reapresentados somente após o prazo de seis meses, contado da data do indeferimento, exceto se apresentados com novos elementos que alterem, de forma significativa, as condições das análises anteriores que resultaram em seu indeferimento.

Seção III

Da atuação da Subsecretaria de Estratégia Comercial

Art. 25. A Subsecretaria de Estratégia Comercial analisará os pleitos recebidos no prazo de até noventa dias, prorrogáveis uma única vez, por igual período, a contar da data de seus protocolos, e encaminhará sua recomendação ao Comitê de Alterações Tarifárias.

Parágrafo único. Na hipótese de solicitação de complementação de informações, na forma do art. 20 deste Regimento Interno, o prazo de noventa dias será interrompido e reiniciado a partir da data de recebimento da resposta.

Art. 26. As propostas técnicas de encaminhamento da Subsecretaria de Estratégia Comercial sobre os pleitos recebidos serão disponibilizadas aos demais membros do Comitê de Alterações Tarifárias por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. As normas processuais previstas neste Regimento Interno aplicam-se aos processos em andamento, na fase em que se encontrarem.

Art. 28. As alterações deste Regimento Interno deverão obedecer ao previsto no § 1º, art. 10 do Decreto nº 10.242, de 2020.

Art. 29. A participação no Comitê de Alterações Tarifárias será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 30. Os casos omissos na aplicação deste Regimento Interno serão deliberados pelos membros deste Comitê.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 208, DE 29 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a apreciação dos pedidos de reconsideração em face da Resolução Gecex nº 160, de 18 de fevereiro de 2021, publicada no D.O.U. de 19 de fevereiro de 2021 e republicada em 25 de fevereiro de 2021.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de sua 182ª reunião, ocorrida em 19 de maio de 2021, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração objeto dos processo nº 19971.100201/2021-90 e, apresentado pela Vitro S.A.B. de C.V. (Vitro), em face da Resolução Gecex nº 160, de 18 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 19 de fevereiro de 2021 e republicada em 25 de fevereiro de 2021, que aplicou o direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de vidros planos flotados incolores, com espessuras de 2 mm a 19 mm, comumente classificadas no subitem 7005.29.00, originárias da China, do Egito, dos Emirados Árabes Unidos e do México, com imediata suspensão após a sua prorrogação para o México.

Art. 2º Deferir parcialmente o pedido de reconsideração em face da Resolução Gecex nº 160, de 18 de fevereiro de 2021, publicada no D.O.U de 19 de fevereiro de 2021 e republicada em 25 de fevereiro de 2021, objeto do processo nº 19971.100208/2021-10 para dar nova redação ao art. 1º, em decorrência da alteração do direito aplicado para a produtora/exportador Vitro Vidrio y Cristal, S.A. de C.V do México, nos termos abaixo:

"Art. 1º Prorrogar a aplicação do direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de vidros planos flotados incolores, com espessuras de 2 mm a 19 mm, comumente classificadas no item 7005.29.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da China, do Egito, dos Emirados Árabes Unidos e do México, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes abaixo especificados:

País	Produtor/Exportador	Direito Antidumping (US$/t)
China	Xinyi Glass (Tianjin) Co. Ltd.	179,46
China	Qinhuangdao Aoge Glass Co. Ltd	392,55
China	Dongtai China Glass Special Glass Co. Ltd. (China)	392,55
China	Aeon Industries Corporation Ltd.	328,33
China	Avic (Hainan) Special Glass Materials Co. LYD	328,33
China	China Sunwell Glass Co., Ltd.	328,33
China	China Trade Resources Limited	328,33
China	Citiglass Group Ltd.	328,33
China	CitotestLabwareManufcturing Co., Ltd.	328,33
China	Corning Ceramic Materials (Shanghai) Co., Ltd.	328,33
China	Crystal Stone Glass Co., Ltd.	328,33
China	CSGH Glass Co., Ltd.	328,33
China	Dalian F.T.Z. Fulong Glass Products Ltd.	328,33
China	DezhouJinghua Group Zhenhua Co.	328,33
China	Dongtai China Glass Special Co., Ltd.	328,33
China	East Snow International Co., Ltd.	328,33
China	Fengyang Glass Co., Ltd.	328,33
China	Glory Glass Mirror Co. Limited	328,33
China	Hebei CS Glass Ltd.	328,33
China	Hebei CSG Glass Co., Ltd.	328,33
China	Hexad Industries Corporation Ltd.	328,33
China	Huaxing Float Glass Co., Ltd.	328,33
China	Huaxing Mirror Co., Ltd.	328,33
China	Jing Yu International Trading Company Ltd.	328,33
China	King Tai Industry Co., Ltd.	328,33
China	Korea Class Export & Import Corporation	328,33
China	Lanxiang Building Materials and Industrial Equipments HK	328,33
China	Lanxiang Building Materials And Industrial Equipments HK Ltd.	328,33
China	Mahko International PTE Ltd.	328,33
China	Merit International Co., Ltd.	328,33
China	Mingyue Float Glass Co., Ltd.	328,33
China	ModernetIthalatIhracatPazarlamaVe Dis TicaretLtd. Si	328,33
China	Northglass (Hong Kong) Industrial Co., Ltd.	328,33
China	OG Industry Group Co., Ltd.	328,33
China	Orient Industry Group Co., Ltd.	328,33
China	Pelican Reef	328,33
China	Q.C. Glass Co. Ltd.	328,33
China	Qindgao Globalstar Glass Co., Ltd.	328,33
China	Qingdao August Industry and Trading Co., Ltd.	328,33
China	Qingdao Chengye Glass Co., Ltd.	328,33
China	Qingdao CIMC Especial Vehicles Co., Ltd.	328,33
China	Qingdao Dongyao Glass Co., Ltd.	328,33
China	Qingdao Jifond International Ltd.	328,33
China	Qingdao Orient Industry Co., Ltd.	328,33
China	Qingdao Orient Industry Group Co., Ltd.	328,33
China	Qingdao Rocky Industry Co., Ltd.	328,33
China	Rider Glass Co., Ltd.	328,33
China	Rocky Development Co., Ltd.	328,33
China	Runtai Industry Co., Ltd.	328,33
China	S.J.G.G. Ltd.	328,33
China	Sanerosy Glass Co., Ltd.	328,33
China	Sanyang Building Glass Co., Ltd.	328,33
China	SC G H Glass Co., Ltd.	328,33
China	Shandong Golden Faith Industrial Co., Ltd.	328,33
China	Shandong Jinjing Energy Efficient Glass Co., Ltd.	328,33
China	Shandong Jinjing Energy Saving Glass Co., Ltd.	328,33
China	Shandong Jinjing Science & Technology Co., Ltd.	328,33
China	Shandong Jinjing Science & Technology Stock Co.	328,33
China	Shandong Jinjing Science & Technology Stock Co., Ltd.	328,33
China	Shandong Jurun Building Material Co., Ltd.	328,33
China	Shanghai Hai-Qing Industries Co., Ltd.	328,33
China	Shanxi Qingyao Glass Co., Ltd.	328,33
China	Shen Zhen Hailutong Trading Co Ltd. O/B Vital Indl Group Ltd.	328,33
China	Shenzhen CSG Float Glass Co., Ltd.	328,33
China	Shenzhen Jimy Glass Co., Ltd.	328,33
China	Shenzher Southern Float Glass Co., Ltd.	328,33
China	Shouguang Jingmei Glass Product Co., Ltd.	328,33
China	Shouguang Yaobang Imp.& Exp. Industry Co., Ltd.	328,33
China	Tengzhou Jinjing Glass Co., Ltd.	328,33
China	TG Changjiang Glass Co., Ltd.	328,33
China	TG Tianjin Glass Co., Ltd.	328,33
China	TG Tianjin Glass Ltd.	328,33
China	ThengzhouJinjing Glass Co., Ltd.	328,33
China	VG Glass Industrial Group Ltd.	328,33
China	Vital Industrial Group Ltd.	328,33
China	Weilan Glass Co., Ltd.	328,33
China	Xinjiefu Float Glass Co., Ltd.	328,33
China	Xinyi Group (Glass) Company Limited	328,33
China	Xinyi Glass (Jiangmen) Limited	328,33
China	Xinyi Glass (Wuhu) Company Limited	328,33
China	Xinyi Group (Glass) Company Limited	328,33
China	Xinyi Ultrathin Glass (Dungguan) Co., Ltd.	328,33
China	Xinyi Ultrathin Glass Co., Ltd.	328,33
China	Yin Tong (Dongguan City) Glass Co., Ltd.	328,33
China	ZhangzhouKibing Glass Co., Ltd.	328,33
China	ZhangzhouKibing Glass Ltd.	328,33
China	Zhejiang Gobom Holdings Company Limited	328,33
China	Demais	392,55
Egito	Saint Gobain Glass Egypt	185,74
Egito	Sphinx Glass	185,74
Egito	Demais	185,74
Emirados Árabes Unidos	Emirates Float Glass LLC	83,4
Emirados Árabes Unidos	Demais	148,57
México	*Vitro Vidrio y Cristal, S.A. de C.V	74,81
México	*Guardian Industries V.P.S. de RL de CV	0
México	*Saint-Gobain México, S.A. de C.V.	347,27
México	*Demais	359,3

*Prorrogação com imediata suspensão, nos termos do art. 109 do Decreto nº 8.058, de 28 de julho de 2013."

Art. 3º Tornar públicos os fatos que justificaram a alteração do direito a que se refere o art. 2º da presente Resolução, conforme consta do Anexo Único.

Art. 4º Dar nova redação ao §4º do art. 3º e acrescentar os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º ao mesmo art. 3º da Resolução Gecex nº 160, de 18 de fevereiro de 2021, publicada no D.O.U de 19 de fevereiro de 2021 e republicada em 25 de fevereiro de 2021, nos termos abaixo:

"§ 4º Na hipótese de o encerramento do processo administrativo com a manutenção da suspensão do direito antidumping, em caso de determinação negativa quanto ao aumento das importações do produto objeto do direito antidumping suspenso em volume que possa levar à retomada do dano, nova petição somente será conhecida pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público se contiver dados a respeito da evolução das importações brasileiras da origem para a qual a cobrança foi suspensa referentes a, no mínimo, seis meses subsequentes ao período de análise considerado na decisão pela manutenção da suspensão do direito, atualizados até o período mais recente disponível.

§ 5º Excepcionalmente, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá considerar nova petição de retomada da cobrança do direito antidumping suspenso contendo dados de importação relativos a período inferior ao previsto no §4º, desde que devidamente justificada e que contenha dados de importação, comprovações e explicações supervenientes que possam alterar as conclusões constantes na decisão pela manutenção da suspensão do direito antidumping, em caso de determinação negativa quanto ao aumento das importações do produto objeto do direito antidumping suspenso em volume que possa levar à retomada do dano.

§ 6º O disposto no §4º e no §5º aplica-se somente à parte interessada que protocolou a petição que resultou na decisão pela manutenção da suspensão do direito antidumping, em caso de determinação negativa quanto ao aumento das importações do produto objeto do direito antidumping suspenso em volume que possa levar à retomada do dano.

§ 7º Uma nova petição de retomada da cobrança do direito antidumping suspenso deverá conter dados relativos a todo o período já transcorrido desde a data da publicação da prorrogação do direito antidumping com a imediata suspensão de sua aplicação até o período mais recente com dados de importações disponíveis.

§ 8º Uma vez publicado o ato de início da análise de monitoramento do comportamento das importações mencionada no § 1º, não serão conhecidas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público novas petições de retomada da cobrança do direito antidumping suspenso até que seja publicada a decisão final."

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê Executivo de Gestão
Substituto

ANEXO ÚNICO

Do recálculo do direito antidumping para a Vitro

Em decorrência do erro de ponderação quando da realização do cálculo do direito antidumping a ser proposto para a empresa Vitro Vidrio y Cristal, S.A. de C.V (Vitro), a metodologia utilizada foi revistada e nova descrição do cálculo para o direito proposto segue:

Em relação ao cálculo do direito antidumping proposto para a Vitro, esse teve como base os dados primários apresentados pela empresa em sede de resposta ao questionário do produtor/exportador e demais informações complementares apresentadas no âmbito do Processo SECEX 52272.003640/2019-93.

A metodologia para apuração do direito antidumping levou em consideração o resultado da comparação entre o valor normal apurado em base FOB, obtido conforme descrito no item 5.2.6.1.1 do Anexo I da Resolução Gecex nº 160, de 2021 e o preço provável das exportações da Vitro para o Brasil, consubstanciado no preço das exportações de vidros planos flotados para os 5 principais destinos, conforme cenário apresentado no item 8.3.4.6.2 da Resolução supracitada. A escolha do cenário se pautou no maior preço provável médio apurado, visando-se privilegiar a atuação cooperativa da empresa.

Para fins de justa comparação, apurou-se o preço provável na condição de venda FOB, deduzindo-se dos valores brutos de exportação informados pela empresa em sua base de dados os montantes referentes a frete e seguro internacionais, seguro interno no terceiro país e brokerage and handling no terceiro país, quando cabíveis. Os valores FOB foram então convertidos para dólares estadunidenses com base nas taxas diárias de câmbio fornecidas pelo Banco Central do Brasil.

Cabe destacar que o preço provável foi apurado considerando-se os preços médios para cada CODIP e categoria de cliente das exportações da Vitro para seus 5 principais destinos e calculando-se a média desses preços ponderada pelos volumes exportados pela empresa para cada CODIP e categoria de cliente, sendo que, para fins de justa comparação, o preço da Vitro no mercado interno foi apurado considerando-se somente as combinações de CODIP e categoria de cliente presentes nas exportações da empresa para os destinos considerados. Cumpre ressaltar que o preço médio utilizado como base para o valor normal para apuração do direito, por CODIP e categoria de cliente, foi ponderado pelo volume exportado do referido binômio levando em consideração as vendas externas da empresa para seus 5 principais destinos. Cabe destacar que as categorias de cliente usuário industrial e consumidor final foram consideradas como uma única categoria. Ademais, quando não havia binômio correspondente nas vendas destinados ao mercado interno, buscou-se os valores e quantidades referentes à média da categoria do CODIP anterior (clear ou extraclear) ainda dentro da mesma categoria de cliente (usuário industrial e consumidor final). Registre-se ainda que não foram consideradas as vendas para partes relacionadas.

Apuração do montante de direito antidumping para fins de alteração do direito em vigor (US$/t)			
Valor normal FOB	Preço Provável FOB	Direito antidumping proposto	Direito antidumping em vigor
582,95	508,14	74,81	139,6

RESOLUÇÃO GECEX Nº 209, DE 28 DE MAIO DE 2021

Altera a Lista de Autopeças não Produzidas, constantes dos Anexos I e II da Resolução nº 23, de 30 de dezembro de 2019, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, incisos IV e V, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e o disposto no Decreto nº 6.500, de 2 de julho de 2008, no Decreto nº 8.278, de 27 de junho de 2014, no Decreto nº 8.797, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 10.343, de 8 de maio de 2020, e na Resolução nº 61, de 23 de junho de 2015, da Câmara de Comércio Exterior, e tendo em vista a deliberação de sua 182ª reunião, ocorrida em 19 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 23, de 30 de dezembro de 2019, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os Ex-tarifários de autopeças listados no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Fica incluído no Anexo II da Resolução nº 23, de 2019, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, o Ex-tarifário de autopeças listado no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Ficam excluídos do Anexo I da Resolução nº 23, de 2019, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os seguintes Ex-tarifários, incluídos pelos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº Ex	Ato Legal
8409.91.90	080	Resolução Gecex nº 94, de 21 de setembro de 2020
8511.50.10	006	Resolução Gecex nº 94, de 2020

Art. 4º Ficam incluídos, no Anexo I dos respectivos atos legais indicados, os seguintes Ex-tarifários:

NCM	Nº Ex	Descrição	Ato Legal
8409.91.90	095	Assento da válvula de admissão no cabeçote dos cilindros do motor de ignição por centelha, fabricada em aço sinterizado com liga bimetálica de alta resistência a temperatura e corrosão, com processo de fabricação de dupla prensagem e dupla sinterização (2P2S), com diâmetro externo de 23,5 mm até 32,6 mm.	Resolução Gecex nº 94, de 2020
8511.50.10	009	Alternador com tecnologia de regulador LIN 2.0, aplicado em veículos automotivos com motor de pistão de ignição por centelha, sistema de sincronização e abertura variável de válvulas de veículos automotivos, com corrente elétrica de saída de 105 a 140 A a 6.000 rpm medida com a peça aquecida, com diâmetro máximo de 142 mm (medição no mancal tangente aos parafusos de fixação), ruído magnético máximo de 65 dB-A a 2000 rpm medido à distância de 30 cm em diferentes ângulos, inércia máxima com polia de 2.4x103 Kgcm2 com polia.	Resolução Gecex nº 94, de 2020

Art. 5º Fica excluído do Anexo II da Resolução nº 23, de 2019, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, o seguinte Ex-tarifário, incluído pelo respectivo ato legal indicado:

NCM	Nº Ex	Ato Legal
8408.90.90	083	Resolução Gecex nº 150, de 1º de fevereiro de 2021

Art. 6º Esta resolução entrará em vigor sete dias após a data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

ANEXO I

LISTA DE AUTOPEÇAS DESTINADAS À PRODUÇÃO

NCM	Nº Ex	Descrição
3926.30.00	212	Descanso de braço em plástico e borracha (PA6 + PP + EPDMS +ABS), com espaço para porta objetos através de sistema de abertura e fechamento do descanso, com ou sem acabamento em couro sintético acompanhando as cores do interior dos veículos, nas dimensões 394,40 mm x 205,30 mm, aberto com altura de 300 mm e com angulo de 105 graus, dotado de dobradiças e travas em plástico, peso aproximado de 993 g, aplicado a veículos automotivos; PN 6806826.
3926.30.00	213	Acabamento em plástico PP e ABS, revestido em alumínio e verniz e diversas cores, fixado no painel central, com espaços para os instrumentos e difusor de ar, lado direito, desprovidos de instrumentos, dotado de clipes em plástico para fixação, nas dimensões 950 mm x 200 mm, aplicado a veículos automotivos; PN 9624734.
3926.30.00	214	Acabamento em plástico (PP), caracterizado como friso da porta dianteira, lado esquerdo ou direito, nas dimensões 1100 mm x 480 mm, aplicado a veículos automotivos; PN 7447203, 7447204.
3926.30.00	215	Tampão em plástico em PP + ABS + feltro, fixado sob o vidro traseiro, atrás dos encostos de cabeça dos bancos traseiros, com espaçamento para os alto-falantes, auxilia no acabamento interno e isolamento acústico, desprovidos de instrumentos, suporta 125 N de carga e resistente a alterações climáticas, peso aproximado de 2.090 g, caracterizado como guarnição de veículos automotivos; PN 7464669.
3926.30.00	216	Revestimento pré-moldado em plástico polietileno PET, nylon de poliamida PA + EPP + ABS e fibra de vidro, para área frontal do assoalho do veículo, na conformação da carroceria, dimensões 1400 mm x 1010 mm, peso aproximado de 6.930g, aplicado a veículo automotivo; PN 7326857.
3926.30.00	217	Acabamento em plástico PP + ABS, para a coluna interna A, envernizado com diversas cores, lado esquerdo e direito, caracterizado como guarnição de veículos automotivos; PN 7332820.
3926.30.00	218	Acabamento em plástico PP, EPDM e revestido com Feltro, no formato da carroceria do modelo de veículo, dotado de clipe em plástico de fixação, dimensões 1.073,70 mm x 503,80 mm x 213,30 mm, peso aproximado de 2.932 g, aplicado a tampa do porta-malas de veículos automotivos; PN 7350851.
3926.30.00	219	Acabamento em plástico e borracha, PP+EPDM e 20% de talco resistente ao impacto, comercialmente conhecido como saia da carroceria, instalado na parte inferior das laterais, lado esquerdo e direito, dotados de clipes de fixação em plástico, nas dimensões 1.690 mm x 95 mm, peso aproximado de 675g, aplicado a veículo automotivo; PN 7379991, 7379992, 7379993, 7379994.
3926.30.00	220	Acabamento em plástico ABS e alumínio, em cores diversas, utilizado como friso de acabamento da porta de veículo, lado esquerdo ou direito, conforme o modelo, com ou sem a alavanca em plástico da fechadura, dotado de clipe em plástico para a fixação, aplicado a veículo automotivo; PN 7399625, 7399626, 7410261, 7410262, 7410981, 7410982, 7410993, 7410994.
3926.30.00	221	Acabamento em plástico PP + ABS+ talco com revestimento a impacto, comercialmente chamado de estribo, fixado ao longo da lateral inferior do veículo, lado esquerdo e direito, aplicado a veículos automotivos; PN 7403398, 7403399.
3926.30.00	222	Acabamento e friso em plástico em PU, ABS e PC em (+20%GF), com dobras e curvas conforme a carroceria do veículo, datado de clipes em plástico para fixação e espaços reforçados para parafusos, e fixado na soleira da tampa do porta-malas, dimensões 1.073,70 mm x 120 mm, peso aproximado de 1.065 g, aplicado a veículos automotivos; PN 7413689.
3926.30.00	223	Aerofólio em plástico PP+EPDM+ 15% talco resistente a impacto, em diversas cores, fixado no teto dos veículos na parte traseira, auxiliando no corte dos ventos e assim a aerodinâmica dos veículos, 1.020 mm x 150 mm, espessura de 2,8 mm, dotado de travas para fixação, aplicado a veículos automotivos; PN 7954212, 7954213.
3926.30.00	224	Descanso de braço em plástico e borracha (PP - EPDMS -ABS), com espaço para porta objetos através de sistema de abertura e fechamento do descanso, com ou sem acabamento em couro sintético acompanhando as cores do interior dos veículos, nas dimensões 330 mm x 180 mm, aberto com altura de 300 mm e com ângulo de 105 graus, dotado de dobradiças e travas em plástico, peso aproximado de 2.650 g, aplicado a veículos automotivos; PN 9274407.
3926.30.00	225	Acabamento em plástico PC e ABS, em diversas cores, nas dimensões 673,60 mm x 120,77 mm x 340,27, tolerância de (+/- 1,4 mm), lado esquerdo e direito, dotado de clipe de fixação do próprio material, na curvatura da carroceria, utilizado na coluna A, de veículos automotivos; PN 9292553, 9317239.
3926.30.00	226	Conjunto completo do porta-luvas em plástico ABS, com iluminação interna, com interruptores que atuam na abertura e fechamento, dotado de trava de fechamento, com acabamento em verniz em diversas cores, fixado no painel central de veículos automotivos; PN 9388783.
3926.30.00	227	Acabamento em plástico rígido, com revestimento de feltro internamente, curvas acompanhando a carroceira e espaços desprovidos de instrumentos, em cores diversas, utilizado nas laterais do porta-malas, lado esquerdo e direito, dotado de clipe de fixação em plástico, dimensões 1.010mm x 523mm, peso aproximado de 1.350g, aplicado a veículos automotivos; PN 9462055, 9462056.
3926.30.00	228	Acabamento em plástico PP e ABS, revestido em óxido prata e verniz e diversas cores, fixado no painel central, com espaços para os instrumentos e difusor de ar, lado direito, desprovidos de instrumentos, dotado de clipes em plástico para fixação, aplicado veículos automotivos; PN 9483799.
3926.30.00	229	Acabamento em plástico ABS, utilizado nas portas, dianteira ou traseira, lado direito ou esquerdo, nas bordas das janelas para redução de ruídos externos a carroceria e acabamento, nas dimensões 800 mm x 550 mm, aplicado a veículos automotivos; PN 7410295, 7410296.
3926.90.90	100	Tampa em plástico ABS, em formato próprio da carroceria do veículo, utilizada no porta-malas para proteger a bateria, nas dimensões 340 mm x 120 mm, peso aproximado de 108 g, aplicado a veículos automotivos; PN 7440147.

3926.90.90	101	Peça em plástico, fixado sob o porta-luvas, para dar acabamento no duto de retomada de ar interno do sistema de ar-condicionado, nas dimensões 303,07 mm x 880 mm de veículos automotivos; PN 7944605.
3926.90.90	102	Peça em plástico PA6+40GF, utilizado como amortecedor para suspensão do capô de veículos automotivos, lado esquerdo e direito, dimensões 167,5 mm x 30,2 mm x 30,2 mm, peso aproximado de 249 g, aplicado a veículos automotivos; PN 8099945, 8099946.
4009.32.90	002	Tubo de freio hidráulico automotivo de borracha vulcanizada não endurecida com processo extrusão de 3 camadas de borracha EPDM, sendo a camada intermediária em borracha IIR+EPDM com dureza interna de 80 (+/-5), intermediária de 50 (+/-5) até 75 (+/- 5) e externa de 65 (+/-5) até 80 (+/-5), e duas camadas de tecido Vinylon de duas tranças aplicada entre as de camadas EPDM, do tipo 1-C e de ultrabaixa expansão (Ultra low swelling hose), contém acessórios para conexões, utilizado em veículos automotivos.
4016.93.00	032	Guarnição e vedação em borracha EPDM, nas dimensões 1.100 mm x 700 x 550 mm, aplicado na vedação na janela da porta dianteira, lado esquerdo e direito de veículos automotivos; PN 7362237, 7362238.
4016.99.90	032	Guarnição, em borracha EPDM, vulcanizada não endurecida para vedação, alveolar com reforço de alumínio para a proteção do canto da porta da traseira, lado esquerdo ou direito, nas dimensões 3.157 mm (+/- 10 mm) linear, perfil específico para encaixe na carroceria e na outra extremidade semicircular para melhor conformação quando a porta estiver fechada, peso aproximado de 1.140 g, aplicado a veículo automotivo; PN 7407375.
7320.20.10	008	Mola helicoidal e cilíndrica em aço, dureza de 67,47 N/mm a 6.803 N/mm, dimensões de 237 mm de altura, uso exclusivo em suspensão traseira de veículos automotivos; PN 6889965.
7320.20.10	009	Mola helicoidal e cilíndrica em aço, dureza de 95,53 N/mm a 6.779 N/mm, dimensões de 231 mm de altura, uso exclusivo em suspensão traseira de veículos automotivos; PN 6890984.
7320.20.10	010	Mola helicoidal e cilíndrica em aço, dureza de 33,46N/mm a 4.360 N/mm, dimensões de 181 mm de altura, uso exclusivo em suspensão dianteira, lado esquerdo e direito de veículos automotivos; PN 6886134.
7320.20.10	011	Mola helicoidal e cilíndrica em aço, dureza de 63,34N/mm a 6.284 N/mm, dimensões de 209 mm de altura, uso exclusivo em suspensão traseira, lado esquerdo e direito de veículos automotivos; PN 6886139.
7326.90.90	015	Gancho em aço, para fixação do sistema de airbag nas laterais da carroceria sobre as portas, aplicado a veículos automotivos; PN 7452112.
8409.99.99	052	Tampa do cabeçote de plástico seguindo tamanho e conformação própria em motor ignição por centelha em veículos de passeio e comercial leve; medidas aproximadas de 361,3 mm x 261,0 mm x 127,6 mm e peso aproximado de 1,54 kg.
8483.30.10	005	Mancal do comutador em alumínio fundido, com bucha sinterizada de diâmetro 5 mm (+0,015 -0,005 mm), possui 66 mm (+/- 0,5 mm) de diâmetro externo, espessura 13,9 mm (+/- 0,1 mm) e 6 torres defasadas em 60 Graus (+/- 0 grau 20 minuto), para aplicação em produto automotivo.
8483.90.00	075	Coroa interna (engrenagem), de poliamida, com 53 dentes, de módulo 0,95, diâmetro sobre esferas de 47,293 mm (+/- 0,4 mm) a 47,493 mm (+/- 0,2 mm), de diâmetro externo de 57,7 mm (+/- 0,2 mm), com 6 dentes de encaixe, com diâmetro de 52,2 mm (+/- 0,15 mm) e concentricidade de 0,2 mm em relação ao centro, com uma bucha metálica sinterizada de diâmetro interno de 9 mm (+/- 0,015 mm), possui ainda um anel elástico, de aço, montado na parte externa com diâmetro de 54,8 mm num erro de posição de 0,5 mm e a distância de ponta a ponta, é de 23 mm (+/- 0,3 mm), utilizada em planetário do motor de partida.
8511.90.00	065	Porta-escovas montado com placa de aço zincado, espessura de 1,2 mm (+/- 0,05 mm), largura de 56,5 mm (+/- 0,2 mm); barra de fluxo de cobre estanhado, espessura de 1,2 mm e largura de 6 mm; guias das escovas de resina fenólica, espessura de 1,8 mm (+/- 0,1 mm) e cota para encaixe da escova de 12 mm a 16 mm (+ 0,3 mm); quatro escovas de carbono com duas camadas de composições diferentes, dureza Rockwell de 50 a 80, comprimento útil das escovas de 10,6 mm a 11,5 mm (- 0,3 mm), espessura total de 4,6 mm (+/- 0,2 mm) e largura de 12 mm a 16 mm (+/- 0,26 mm); cordoalha de conexão externa de cobre trançado e seção transversal de 10 mm^2, com placa de conexão de cobre estanhado; vedação de geometria parabólica; quatro molas de compressão, aplicado em produto automotivo.
8511.90.00	066	Porta-escovas montado com placa de aço zincado, espessura de 1,2 mm (+/- 0,05 mm), diâmetro de 70 mm (+/- 0,3 mm); placa de fluxo de aço zincado, espessura de 1,2 mm (+/- 0,1 mm) e diâmetro de 56 mm (+/- 0,2 mm); guias das escovas de resina fenólica, espessura de 1,8 mm (+/- 0,1 mm) e cota para encaixe da escova de 17 mm (+/- 0,3 mm); quatro escovas de carbono com duas camadas de composições diferentes, dureza Rockwell de 40 a 90, comprimento útil das escovas de 10,4 mm (+/- 0,15 mm), espessura total de 4,45 mm (+/- 0,05 mm) e largura de 17 mm (+/- 0,26 mm); cordoalha de conexão externa de cobre trançado e seção transversal de 16 mm^2, com placa de conexão de cobre estanhado; vedação de geometria parabólica; quatro molas de compressão, aplicado em produto automotivo.
8511.90.00	067	Porta-escovas montado com placa de aço zincado, espessura de 1,2 mm (+/- 0,1 mm), diâmetro de 61,1 mm (+/- 0,1 mm); barra de fluxo de cobre estanhado, espessura de 1,2 mm (+/- 0,1 mm) e largura de 6 mm (+/- 0,2 mm); guias das escovas de resina fenólica, espessura de 1,5 mm (+/- 0,1 mm) e cota para encaixe da escova de 12,225 mm (+/- 0,075 mm); quatro escovas de carbono, dureza Rockwell de 30 a 80, comprimento útil das escovas de 10,2 mm (+/- 0,1 mm), espessura total de 4,2 mm (+/- 0,05 mm) e largura de 12 mm (+/- 0,26 mm); cordoalha de conexão externa de cobre trançado e seção transversal de 10 mm^2, com placa de conexão de cobre estanhado; vedação de geometria parabólica; quatro molas de compressão, aplicado em produto automotivo.
8518.21.00	012	Conjunto do alto-falante esquerdo e direito, montado, graves 120 Hz a 20.000 Hz, diâmetro de 102,30 mm, impedância maior ou igual a 4,0 Ohms, até 15 W de potência, sensibilidade 88 dB (+/- 2,0 dB), nas dimensões 81,50 mm x 115 mm, peso aproximado de 232 g, caracterizado como alto-falante para veículo automotivo; PN 2622468.
8518.21.00	013	Conjunto do alto-falante esquerdo e direito, montado, graves 12 KHz a 150 KHz, diâmetro de 119 mm, impedância maior ou igual a 3,9 Ohms (+/- 10%), até 10 W de potência, sensibilidade 85,5 dB (+/- 1,5 dB), nas dimensões diâmetro 119 mm x 129,90 mm, peso aproximado de 143 g, caracterizado como alto-falante para veículo automotivo; PN 2622546.
8518.21.00	014	Conjunto do alto-falante esquerdo e direito, montado, graves 50 Hz a 500 Hz, diâmetro de 44 mm, impedância 4 Ohms, 15 W de potência, frequência 60 Hz (+/- 10 Hz), sensibilidade 87 dB (+/- 1,5 dB), peso aproximado de 1.135 g, caracterizado como alto-falante para veículo automotivo; PN 2622561, 2622562.
8529.90.90	012	Tela de cristal líquido (LCD), carcaça em polímero reforçado com fibra de vidro e blenda polimérica, nas dimensões de 182,28 mm x 411,01 mm, com duas entradas MQS, uma entrada coaxial e conexão com rede CAN, temperatura de trabalho variável de -40 Graus Celsius a +85 Graus Celsius , dissipador de calor em liga de alumínio e sensor de luz integrado para ajuste automático do brilho, peso máximo de 2 kg, utilizada em caminhões.
8537.10.90	072	Módulos para visualização de informações diversas, para aplicação em painel de instrumentos ou em módulos centrais de informação em veículos automotores, composto de: matriz ativa "TFT - Thin FIlm Transistor" ou matriz passiva "dot matrix", "driver" para "interface", componentes eletrônicos, "LED - Light Emitting Diode" para iluminação, provido de painel de controle para operação de "infotainment" e painel de controle de ar-condicionado automático digital.
8708.10.00	054	Grade para o para-choque em plástico ABS e talco resistente a impactos, fixado na parte central do para-choque dianteiro, nas dimensões 980 mm x 100 mm, dotado de clipe de fixação em plástico, caracterizado como parte de para-choque de veículos automotivos; PN 7954235.
8708.29.99	271	Peça injetada em plástico PVC, no formato das partes da carroceria, com ou sem revestimento em couro sintético vernaca, com apoio para o braço, espaço para alto-falante com ou sem a grade de proteção, montado com chicote elétrico com conectores, com ou sem friso em plástico envernizado em diversas cores, com ou sem abertura para instalação de luzes de cortesia, fixada na porta, lado esquerdo ou direito na parte traseira, desprovido de instrumentos como interruptores e levantador de vidro, aplicado a veículos automotivos; PN 7456607, 7456608, 7460221, 7460222.
8708.29.99	272	Acabamento em alumínio EN AW6063 (AlSi10Mg), POM, EPDM, também conhecido como friso ou caneleta, fixado no teto do veículo, lado esquerdo e direito, dotado de clipes em alumínio e espaço para parafusos, dimensões 1.820 mm x 130 mm, peso aproximado 1.600 g, aplicado a veículos automotivos; PN 7356433, 7356434, 7410465, 7410466.
8708.29.99	273	Peça estampada em plástico mais fibra Airlay e ACC, utilizada como forração do porta-malas, em formato conforme carroceria, nas dimensões 680 mm x 480 mm, espessura de 3,00 mm, aplicado ao porta-malas para isolamento acústico, peso aproximado de 375g, aplicado a veículos automotivos; PN 7943077.
8708.80.00	073	Mancal em ferro fundido da roda traseira, lado esquerdo e direito, fixado na suspensão, carga pré radial de 5KN, ângulo do centro ao suporte de fixação em 119,19 graus, caracterizado como outra parte da suspensão, peso aproximado de 3.163g, aplicado a veículos automotivos; PN 6898479, 6898480.
8708.80.00	074	Amortecedor com pistão hidráulico, tipo McPherson, em tubo e pistão em aço, completo com coxins de fixação, nas dimensões 433,6 mm x 64 mm, caracterizado como componente da suspensão do veículo automotivos; PN 6886761.
8708.80.00	075	Coxim em alumínio forjado, com base articulada do mancal de apoio da mola dianteira, dimensões até 10,30 mm x diâmetro de 115 mm, caracterizado como parte da suspensão de veículos automotivos; PN 6882820.
8708.91.00	022	Trocador de calor com carcaça de ferro fundido EN GJL 250 e componentes nos materiais X5CrNi18-10 e DC 04+LC-MA com peso total de 6.5 Kg a 8,5 Kg, medindo 209 mm (+/- 5 mm) de comprimento por 133 mm (+/- 5 mm) de largura por 257 mm (+/- 5 mm) de altura, funcionando como um radiador para refrigerar o óleo da transmissão, utilizando óleo com classe sintética, com volume de 0,32 litros de óleo, com capacidade de refrigeração de 6 KW, seguindo as seguintes condições; a diferença de temperatura interna de 25 K, temperatura máxima do óleo de 110 Graus Celsius, temperatura do fluído refrigerante de 85 Graus Celsius, vazão da água sem aditivos 17 litros/min, vazão do óleo 26 litros/min, aplicado em veículos comerciais pesados, sendo montado na parte traseira da transmissão, utilizando o sistema de resfriamento do veículo.
8708.91.00	023	Trocador de calor com carcaça de alumínio liga EN 1706 AC-AlSi7Mg-SF com peso de 2,6 a 3,5 kg, medindo de 164 a 310 mm de comprimento, 137 a 150 mm de largura e 87 a 158,5 mm de altura, funcionando como um radiador para refrigerar o óleo da transmissão, com volume de 0,5 litro de óleo, com capacidade de refrigeração de 4,88 kW, seguindo as seguintes condições: a diferença de temperatura de entrada 25 K, máxima temperatura do óleo 110 Graus Celsius, fluido refrigerante sem aditivos 17 L/min, vazão do óleo 20 L/min, aplicados em veículos comerciais pesados, sendo montados na parte inferior da transmissão, utilizando o sistema de resfriamento do veículo.
8708.94.90	034	Eixo intermediário cardan de esferas deslizantes com comprimento total aberto entre 430 mm e 450 mm e curso para montagem mínimo de 45,7 mm, com controle de carga de deslizamento e folga radial máxima de 0,5 minutos, com massa de 1800 g (+/- 180 g), utilizado em sistemas de direção de automóveis.
8708.99.90	180	Suporte em aço (CR1000Y1300T-MB-GIF20), utilizado na parte frontal da carroceria, nas dimensões 211,90 mm x 1509,50 mm x 374,80 mm, caracterizado como parte da carroceria, peso aproximado de 4.371g, aplicado a veículos automotivos; PN 7330428.
8708.99.90	181	Lateral em aço carbono (CR3 -GI50/50-E), estampada no formato do veículo, com espessura da chapa em 0,7 mm, lado esquerdo e direito, peso aproximado de 12.121 g, de veículos automotivos; PN 7337565, 7337566.
8708.99.90	182	Estrutura hidroformada em alumínio (AlMgSi-LY -Type B), sendo um alongamento da carroceria, utilizada como suporte para o motor de combustão, lado esquerdo e direito, nas dimensões 888 mm x 101,20 mm X 250,50 mm, peso aproximado de 3.650 g, aplicado a veículos automotivos; PN 7432651, 7432652.
8708.99.90	183	Torre de impacto, parte da carroceria e para auxiliar o sistema de suspensão frontal, em alumínio (AlSi10MnMg -T7), nas dimensões 462,30 mm x 368,20 mm x 508,60 mm, lado esquerdo e direito, peso aproximado de 2.695 g, aplicado a veículos automotivos; PN 7329933, 7329934.
8708.99.90	184	Caixa de ar da bandeja dianteira do console central, em plásticos ABS, ferragens de fixação, nas dimensões 297,20 mm x 145,30 mm, caracterizado como parte do painel central aplicado a veículos automotivos; PN 8605502.
9026.20.90	035	Sensor de medição de pressão relativa e temperatura da entrada de ar para veículos pesados de transporte de cargas e pessoas, operando em uma faixa de temperatura de -40 Graus Celsius a 125 Graus Celsius, em uma faixa de pressão de 10 a -150 mbar (vácuo), com consumo máximo de corrente de 20 mA, voltagem de 5 +/- 0.1 V, tempo para iniciar máximo de 10 ms, com resistência de saída de 10 mil Ohms "pull down" para o sinal de pressão e 750 Ohms "pull up" para o sinal de temperatura.
9032.89.21	024	Unidade de controle eletrônico (ECU) de gerenciamento do sistema antibloqueante de freios ABS (Anti-lock Braking System) para veículos comerciais pesados, com tensão de 24 Volts, temperatura de operação de - 40 Graus Celsius até + 85 Graus Celsius, peso líquido igual ou inferior a 0,5 kg e dimensões máximas de 180 x 145 x 39 mm, contém placa de circuito impresso montada com componentes eletrônicos protegida contra umidade, até 4 canais de configuração (4S/4M), conexão elétrica por meio de conector com até 61 pinos e preparada para gravação de software específico com as configurações de funcionamento e diagnóstico pela ferramenta UDT.
9032.89.29	197	Módulo de comando eletrônico (ECU) para o gerenciamento da unidade ar-condicionado, sistema de evaporação, acumulador, sucção, troca de ar quente e desumidificador da cabine, totalmente automático, mediante a seleção de temperatura que os ocupantes do veículo selecionam, carcaça em plástico instalado no interior do painel central de veículos automotores; PN 5A24E82, 5A3CF73.

ANEXO II

LISTA DE AUTOPEÇAS GRAFADAS NA NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL COMO BENS DE CAPITAL OU BENS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO

NCM	Nº Ex	Descrição
8483.90.00	076	Eixo pinhão termicamente tratado a quente e a frio, com profundidade entre 1,3 e 1,7, dureza superficial entre 60 e 64 HRC, com 18 dentes, módulo 2.6527, ângulo de pressão 30 Graus e diâmetro base de 41,35 mm próprio para aplicação no conjunto de engrenagens planetárias das pás carregadeiras autopropulsadas.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 210, DE 28 DE MAIO DE 2021

Altera o Anexo II da Resolução nº 125, de 15 de dezembro de 2016.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, considerando o disposto nas Decisões nºs 58, de 16 de dezembro de 2010, e 26, de 16 de julho de 2015 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, nas Resoluções nº 92, de 24 de setembro de 2015, e nº 125, de 15 de dezembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, e tendo em vista a deliberação de sua 182ª Reunião, ocorrida no dia 19 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Fica incluído no Anexo II da Resolução da Câmara de Comércio Exterior nº 125, de 15 de dezembro de 2016, pelo período de noventa dias a partir do início da vigência desta resolução, conforme descrição, alíquota e quota a seguir discriminada:

NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA (%)	QUOTA
1513.29.10	De amêndoa de palma (palmiste) (coconote)	0	59.500 toneladas

Art. 2º A Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia editará norma complementar, visando estabelecer os critérios de alocação das quotas mencionadas nesta Resolução.

Art. 3º No Anexo I da Resolução da Câmara de Comercio Exterior nº 125, de 2016, a alíquota correspondente ao código 1513.29.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, deverá ser assinalada com o sinal gráfico "#".

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor um dia após a data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento da 106ª Reunião Ordinária da Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC, a ser realizada nos dias 16 e 17 de junho de 2021, a partir das 10h30, de forma não presencial, por videoconferência.

I - Pauta Preferencial, com os recursos pautados na 105ª Reunião Ordinária, realizada em 18 e 19 de maio de 2021, nos termos do Regimento Interno, parágrafo único do art. 38, da Portaria ME nº 422, de 28 de dezembro de 2020:

1) Processo nº 44011.002964/2018-76

Auto de Infração nº: 22/2018/PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 144/CGDC/2019/DICOL; Recorrentes: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Carlos Frederico Aires Duque, Miguel Alexandre da Conceição David, Alexandre Franco Garioli e Maria Aparecida Donô; Recorridos: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Alessandra Cardoso de Oliveira Azevedo e Diblaim Carlos da Silva; Procuradores: Fábio Zambitte Ibrahim - OAB/RJ nº 176.415 e outros, Carlos Silveira - OAB/RJ nº 57.415 e outros, Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267 e outros, Eduardo Gohn Goulart - OAB/RJ nº 113.883, Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/RJ nº 169.770 e outros; Entidade: Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV; e Relator: José Luiz Costa Taborda Rauen/Jorge Luiz Ferri Berzagui. Retorno após pedido de Vista.

II - Pauta Ordinária

1) Processo nº 45183.000005/2016-45

Auto de Infração nº 28/16-97/PREVIC; Despacho Decisório nº 173/2018/CGDC/DICOL/PREVIC; Recorrentes: Wagner Percussor Campos e Sandro Rogério Lima Belo; Procuradores: Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267 e outros; Guilherme Loureiro Perocco OAB/DF nº 21.311; Emmanuel Rego Alves Vilano e outros - OAB/DF nº 21.237; Recorrida: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Entidade: Fundação Celg de Seguros e Previdência - ELETRA; e Relator(a): Marlene de Fátima Ribeiro Silva/Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes. Continuidade de julgamento após o acolhimento de Embargos de Declaração com efeitos infringentes, na 105ª RO CRPC.

2) Processo nº 44011.007749/2017-81

Embargos de Declaração à Decisão da 103ª RO CRPC, publicada no D.O.U nº 63, de 06 de abril de 2021, Seção 1, página 34; Embargantes: Paulo Fernando Moura de Sá, Christian Perillier Schneider, Emmanuel Rego Aves Vilanova, Luiz Alberto Menezes Barreto, Roberto Macedo de Siqueira Filho e André Luis Carvalho da Motta Silva; Interessados: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Antônio Carlos Conquista, Ernani de Souza Coelho, Manoel dos Santos O. Cantoara, José Rivaldo da Silva, Manoel Almeida Santana, Areovaldo Alves de Figueiredo, Máximo Joaquim Calvo Villar Jun, José Alberto Brito, Pedro José da Silva Mattos, Humberto José Teófilo Guimarães, Francisco de Assis Mesquita Junior, Ricardo Oliveira Azevedo, Ginne Siqueira Diniz, Maria Auxiliadora Alves da Silva, Wailson de Melo Costa, Hugo Lancarter Mol, Alexandre Dias Miguel e Paulo Eduardo Cabral Furt; Procuradores: Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/RJ nº 169.770 e outros, Arthur de Oliveira Calaça Costa - OAB/DF nº 59.680 e outros; Renata Mollo dos Santos - OAB/SP nº 179.369 e outros, Eduardo do Reis Rios Guirau - OAB/DF nº 33.184, Kelly Oliveira de Araújo - OAB/DF nº 21.830, Ademar Cypriano Barbosa - OAB/DF nº 23.151/DF e outros, Thiago de Carvalho Migliato - OAB/DF nº 36.009 e outros, Valéria Ilda Duarte Pessoa - OAB/DF nº 9.706 e outros, Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403 e outros, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes- OAB/DF nº 6.546 e outros, Beatriz Cruz da Silva - OAB/DF nº 24.967, Vinicius Bondarenko Pereira - OAB/PR nº 55.966 e Fábio Medina Osório - OAB/RJ nº 160.107; Entidade: Instituto de Previdência Complementar - POSTALIS; e Relator: José Luiz Costa Taborda Rauen/Jorge Luiz Ferri Berzagui.

3) Processo nº 44011.000074/2017-49

Embargos de Declaração à Decisão da 103ª RO CRPC, publicada no D.O.U nº 63, 63, de 06 de abril de 2021, Seção 1, página 33; Embargante: André Luiz da Fonseca Fadel; Interessados: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Luís Carlos Fernandes Afonso, Carlos Fernando Costa, Newton Carneiro da Cunha, Maurício França Rubem, José Genivaldo da Silva, Fernando Mattos, Jussara Machado Serra, Pedro Américo Herbst, Manuela Cristina Lemos Marçal, Ricardo Berreta Pavie e Viviane Ramos da Cunha Reche. Procuradores: Klermann de Pennafort Caldas Neto - OAB/RJ nº 196.165, Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267 e outros; Entidade: Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS; e Relator: José Luiz Costa Taborda Rauen/Jorge Luiz Ferri Berzagui.

4) Processos nº 44011.003383/2018-51 e 44011.007400/2018-20

Embargos de Declaração à Decisão da 104ª RO CRPC, publicada no D.O.U nº 79, de 29 de abril de 2021, Seção 1, página 60; Embargantes: Christian Perillier Schneider e Luiz Alberto Menezes Barreto; Interessados: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Procuradores: Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/SP nº 401.815 e outros. Entidade: Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS; e Relator(a): Marlene de Fátima Ribeiro Silva/Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes.

5) Processo nº 44011.003267/2017-51

Auto de Infração nº 24/2017/PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 141/2019/CGDC/DICOL; Recorrentes: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Eloir Cogliatti, Luiz Roberto Doce Santos, Paulo Roberto Dias Lopes, Sílvio Michelutti de Aguiar e Thadeu Duarte Macedo Neto; Recorridos: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Paulo Vicente Coutinho dos Santos; Interessado: Armando Martins Carneiro Lopes; Procuradores: Bruno Silva Navega - OAB/RJ nº 118.948 e outros, Guilherme Loureiro Perocco - OAB/DF nº 21.311 e outros; Entidade: Fundo Multipatrocinado - SERPROS; e Relator: Maurício Tigre Valois Lundgren/Paulo Nobile Diniz. Retorno após retirada de pauta, na 105ª RO CRPC.

6) Processo nº 44011.005512/2018-46

Auto de Infração nº 32/2018/PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 206/2019/CGDC/DICOL; Recorrentes: André Luis Carvalho da Motta Silva, Pedro José da Silva Mattos e Francisco de Assis Mesquita Júnior; Recorrida: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Procuradores: Valeria Ilda Duarte Pessoa - OAB/DF nº 9.706 e outros, Joselice Paiva da Costa - OAB/DF nº 58.167; Entidade: Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS; e Relator: José Luiz Costa Taborda Rauen/Jorge Luiz Ferri Berzagui.

7) Processo nº 44011.006096/2017-12

Auto de Infração nº 49/2017/PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 57/2019/CGDC/DICOL; Recorrentes: Antonio Carlos Conquista, Sinécio Jorge Greve, Roberto Macedo de Siqueira Filho, Ernani de Souza Coelho, Júlio Vicente Lopes, Rogério Ferreira Ubine, Reginaldo Chaves de Alcântara, Marcos Antônio da Silva Costa e Tânia Regina Teixeira Munari, Ricardo Oliveira Azevedo, José Carlos Rodrigues Sousa, Mônica Christina Caldeira Nunes e João Carlos Penna Esteves; Recorrida: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Procuradores: José Gaubi Diniz Junior - OAB/DF nº 29.170 e outro, Tarley Max da Silva - OAB/DF nº 21.184 e outros, Marcus Vinicius de C. Figueiredo - OAB/DF nº 20.931 e outros, Renata Mollo dos Santos - OAB/SP nº 179.369 e outros, Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403 e outros, Emmanuel R. A. Vilanova - OAB/DF nº 21.237; Entidade: Instituto de Previdência Complementar - POSTALIS; e Relator(a): Elaine Borges da Silva/José Dória Pupo Neto.

8) Processo nº 44011.005177/2017-03

Auto de Infração nº 49/2017/PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 19/2020/CGDC/DICOL; Recorrentes: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Humberto Façanha da Costa Filho, Gerson Carrion de Oliveira, Jeferson Luis Patta de Moura e Manuel Antonio Ribeiro Valente; Recorridos: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Beatriz Carlesso, Dalmiro Schaf Lopes, Gustavo Eugenio Dias Götze, Ivan Giordani, Janice Antonia Fortes, Jose Marcos Muller Del Fabbro, Lilian Arenhart da Veiga Lima, Miguel Rui Bortolotto e Ponciano Padilha; Procuradores: Flavio Martins Rodrigues - OAB/RJ nº 59.051 e outros; Entidade: Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE; e Relator(a): Marlene de Fátima Ribeiro Silva/Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes.

9) Processo nº 44011.001515/2018-19

Auto de Infração nº 12/2018/PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 8/2020/CGDC/DICOL; Recorrente: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Recorridos: Marco André Marques Ferreira, Carlos de Lima Moulin, Tânia Regina Ferreira, Toni Cleter Fonseca Palmeira, Eduardo Gomes Pereira Eduardo Gomes Pereira, Arthur Simões Neto, Silvio Assis de Araújo, Ricardo de Souza Santos e Daniel Amorim Rangel; Procuradores: Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267 e outros; Entidade: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER; e Relator(a): Elaine Borges da Silva/José Dória Pupo Neto.

10) Processo nº 44011.001471/2019-08

Auto de Infração nº 5/2019/PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 54/2020/CGDC/DICOL; Recorrente: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Recorridos: Diclô Espedito Vieira e Tarcísio dos Santos Junior; Procuradores: Gisele Lemos Kravichychy - OAB/SC nº 1348 e outros; Entidade: Sociedade de Previdência Complementar Unisul - PREVUNISUL; e Relator: Maurício Tigre Valois Lundgren/Paulo Nobile Diniz.

ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES
Presidente da Câmara de Recursos da Previdência Complementar

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 901, DE 26 DE MAIO DE 2021 (*)

Dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT - PDE, para o exercício de 2021.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVII do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Resoluções CODEFAT nº 439 e 440, ambas de 2 de junho de 2005, e suas alterações, resolve:

Art. 1º Aprovar a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2021 - PDE/2021 conforme Anexo desta Resolução.

Art. 2º Fica o Ministério da Economia autorizado a proceder à alocação de novos recursos da PDE/2021, no montante de até R$ 2.148.000.000,00 (dois bilhões, cento e quarenta e oito milhões de reais), às instituições financeiras operadoras de depósitos especiais do FAT, mediante a celebração de Termo de Alocação de Depósito Especial do FAT - TADE, ou Termo Aditivo ao TADE em vigor, entre a Secretaria Executiva do CODEFAT e a instituição signatária do TADE.

§1º Os recursos mencionados no caput deste artigo serão provenientes de excedentes à Reserva Mínima de Liquidez do FAT e de realocação de depósito especial do Fundo aplicados nas instituições financeiras.

§2º Na alocação de recursos de que trata o caput deste artigo deverá ser observada a programação dos montantes dos valores por programa e por linha de crédito especial.

Art. 3º Os acréscimos de novos recursos e alterações na PDE/2020 somente poderão ser efetuados após aprovação deste Conselho, observado o disposto na Resolução CODEFAT nº 440, de 2 de junho de 2005 e nesta Resolução.

Art. 4º O disposto nos artigos 2º e 3º desta Resolução aplica-se somente à programação constante da coluna "Alocações Autorizadas pelo CODEFAT", sendo as demais colunas de livre movimentação, mantidas atualizadas pelas instituições financeiras oficiais federais junto à Secretaria Executiva do CODEFAT.

Art. 5º Fica a Secretaria Executiva do CODEFAT autorizada a adotar as providências necessárias ao cumprimento desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ANEXO

PROGRAMAÇÃO ANUAL DA APLICAÇÃO DOS DEPÓSITOS ESPECIAIS DO FAT PARA O EXERCÍCIO DE 2021 - PDE/2021

Em R$

PROGRAMAS E LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS	ESTIMATIVA DE QUANTIDADE DE OPERAÇÕES (unidade)	FONTES DE RECURSOS		
		Estimativa de Reaplicação de Retornos nos Agentes Financeiros (a)	Alocações Autorizadas pelo CODEFAT (b)	TOTAL c=(a+b)
PROGRAMAS	59.798	792.000.000	2.138.000.000	2.930.000.000
FAT - FOMENTAR	22.831	505.000.000	50.000.000	555.000.000
Programa de Fomento às Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas - FAT - FOMENTAR, destinado a geração de emprego e renda por meio da concessão de financiamentos voltados para o investimento produtivo.				
EMPRESAS COM FAT. ATÉ R$ 10 MILHÕES	22.828	499.000.000	50.000.000	549.000.000
MÉDIA E GRANDE EMPRESA	3	6.000.000	-	6.000.000
PROGER URBANO	23.285	287.000.000	738.000.000	1.025.000.000
Programa de Geração de Emprego e Renda para o setor Urbano - Proger Urbano, destinado à concessão de financiamentos para empresas com faturamento até R$ 10 milhões, inclusive dos setores de exportação e turismo.				
INVESTIMENTO	17.000	280.000.000	320.000.000	600.000.000
CAPITAL DE GIRO	6.100	6.000.000	400.000.000	406.000.000
EXPORTAÇÃO	185	1.000.000	18.000.000	19.000.000
PRONAF	13.682	-	1.350.000.000	1.350.000.000
Alocação de recursos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, com o objetivo de fomentar à concessão de financiamentos aos agricultores familiares, de forma individual ou coletiva.				
INVESTIMENTO	13.682	-	1.350.000.000	1.350.000.000
LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS	750	20.000.000	10.000.000	30.000.000
FAT - TAXISTA	750	20.000.000	10.000.000	30.000.000
Linha de Crédito Especial destinada ao financiamento da aquisição de veículos de aluguel para transporte individual de passageiros e bens (TAXI).				
FAT - TAXISTA	750	20.000.000	10.000.000	30.000.000
TOTAL	60.548	812.000.000	2.148.000.000	2.960.000.000

(*) Republicada por ter saído no DOU de 28-12-2020, Seção 1, com incorreção no original.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

EXTRATO DE ATA DA 1.170ª SESSÃO CMN, EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021

Às quinze horas do dia onze de fevereiro de dois mil e vinte e um teve início a milésima centésima septuagésima sessão, extraordinária, do Conselho Monetário Nacional. A reunião foi realizada por meio eletrônico, sob a presidência do Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, e com a participação dos Srs. Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, e Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

Assunto apreciado:

Voto 3/2021-CMN - Assuntos de Regulação e assuntos de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução - Propõe a edição de resolução CMN que altera a Resolução nº 4.734, de 27 de junho de 2019, dispondo sobre a realização de novas etapas de testes homologatórios pelas instituições financeiras e prorrogando a data para entrada em vigor da referida Resolução. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.171ª SESSÃO CMN
REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2021

Às quinze horas do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um teve início a milésima centésima septuagésima primeira sessão, do Conselho Monetário Nacional. A reunião foi realizada por meio eletrônico, sob a presidência do Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, e com a participação dos Srs. Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, e Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

Assuntos apreciados:

Voto 4/2021-CMN - Propõe a edição de ato normativo sobre a consolidação do Capítulo 8 (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp), do Capítulo 9 (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé), do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) e do Capítulo 11 (Programas com Recursos do BNDES) do Manual de Crédito Rural (MCR), em conformidade com o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. Decisão: aprovado.

Voto 5/2021-CMN - Define os preços mínimos para laranja in natura e trigo em grãos, safra 2021/2022. Decisão: aprovado.

Voto 6/2021-CMN - Concede prazo adicional de reembolso do crédito de custeio pecuário para retenção de matrizes bovinas de leite e autoriza a contratação de Financiamentos para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP), ao amparo de Recursos Obrigatórios, para beneficiamento e industrialização de leite. Decisão: aprovado.

Voto 7/2021-CMN - Propõe limite global anual para contratação de operações de crédito com os órgãos e entidades do setor público em 2021, a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, por meio de inclusão desse limite no Anexo à Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017. Decisão: aprovado.

Voto 8/2021-CMN - Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos e assuntos de Política Monetária - Propõe modificar a Resolução nº 3.631, de 30 de outubro de 2008, do Conselho Monetário Nacional, e autorizar a celebração de aditivo ao contrato de swap de moedas firmado entre o Banco Central do Brasil e o Federal Reserve Bank of New York, estendendo seu prazo de vigência até 30 de setembro de 2021. Decisão: aprovado.

Voto 9/2021-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução CMN dispondo sobre a política de segurança cibernética e sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Decisão: aprovado.

Voto 10/2021-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe prorrogar as medidas de caráter emergencial de que trata a Resolução nº 4.810, de 30 de abril de 2020, aplicáveis aos procedimentos relativos à concessão, ao controle e à fiscalização das operações de crédito rural, em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19. Decisão: aprovado.

Voto 11/2021-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe atualizar e consolidar regras aplicáveis à fiscalização das operações de crédito rural pelas instituições financeiras e consolidar as regras sobre desclassificação e reclassificação. Decisão: aprovado.

Voto 12/2021-CMN - Assuntos de Administração - Submete à aprovação da Diretoria Colegiada as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil relativas ao exercício de 2020. Decisão: aprovado.

Voto 13/2021-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe admitir o cumprimento da exigibilidade de crédito rural dos Recursos Obrigatórios (MCR 6-2) com operações de investimento realizadas com beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e ampliar, em caráter excepcional, o prazo de reembolso de operações contratadas no âmbito da Linha de Crédito de Industrialização para Agroindústria Familiar, de que trata a Seção 11 (Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar) do Capítulo 10 (Pronaf) do Manual de Crédito Rural (MCR). Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.172ª SESSÃO CMN
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2021

Às dezesseis horas e dois minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e um teve início a milésima centésima septuagésima segunda sessão, do Conselho Monetário Nacional. A reunião foi realizada por meio eletrônico, sob a presidência do Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, e com a participação dos Srs. Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, e Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

Assuntos apreciados:

Voto 14/2021-CMN - Estabelece normas aplicáveis às operações de equalização de taxas de juros e de financiamento das exportações brasileiras do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Decisão: aprovado.

Voto 15/2021-CMN - Altera o art. 2º da Resolução CMN nº 4.890, de 26 de fevereiro de 2021, para estabelecer taxa efetiva de juros de até 6% a.a. (seis por cento ao ano) nas contratações de Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP), ao amparo de Recursos Obrigatórios, para o beneficiamento e industrialização de leite. Decisão: aprovado.

Voto 16/2021-CMN - Propõe a edição de ato normativo que consolida as disposições relativas aos encargos financeiros e aos limites de crédito no Capítulo 7 (Encargos Financeiros e Limites de Crédito) do Manual de Crédito Rural (MCR), em conformidade com o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. Decisão: aprovado.

Voto 17/2021-CMN - Define os preços mínimos para os cafés arábica e conilon da safra 2021/2022. Decisão: aprovado.

Voto 18/2021-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de ato normativo consolidando os dispositivos atualmente inseridos nos Capítulos 4, 5, 7, 12 e 18 do Manual de Crédito Rural (MCR), para dispor acerca de finalidades e instrumentos especiais da política agrícola. Decisão: aprovado.

Voto 19/2021-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de ato normativo consolidando os dispositivos atualmente inseridos no Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural (MCR), para dispor acerca dos recursos do crédito rural. Decisão: aprovado.

Voto 20/2021-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de ato normativo consolidando os dispositivos atualmente inseridos no Capítulo 16 do Manual de Crédito Rural (MCR), acerca do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Decisão: aprovado.

Voto 21/2021-CMN - Assuntos do Presidente - Submete à aprovação o processo de Prestação de Contas do Banco Central do Brasil relativo ao exercício de 2020. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

DESPACHO 33, DE 28 DE MAIO DE 2021

Torna publica a aprovação e a emissão de Termo de Verificação Funcional pela SEFAZ/SP.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2, f, f.4 do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, divulgado pelo Ato COTEPE/ICMS 06/12, de 13 de março de 2012, e alterações,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ/SP - registrada no processo SEI nº 12004.100488/2021-56, torna público que foi aprovado e emitido pelos representantes do Fisco no referido Estado o seguinte:

TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT Nº 0008/2021, DE 26 DE MAIO DE 2021

Sweda - Termo de Verificação Funcional nº 0008/2021.

1. Dados do Termo

1.1. Identificação do equipamento SAT

1.1.1. Marca: SWEDA

1.1.2. Modelo: SS-2000X

1.1.3. Versão do software básico: 03.00.01

1.2. Número do Termo: 0008/2021

1.3. Data de emissão: 26/05/2021

1.4. Finalidade: Registro de modelo de equipamento SAT

1.5. Legislação aplicável:

1.5.1. Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.28.05)

1.5.2. Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.17.05)

1.6. Laudo da análise técnica

1.6.1. Número: SAT099-021
1.6.2. Órgão técnico responsável
1.6.2.1. Razão social: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL
1.6.2.2. CNPJ: 24.492.886/0001-04
2. Identificação do fabricante/importador do SAT
2.1. Fabricante ou Importador: SWEDA
2.2. Razão social: SWEDA INFORMATICA LTDA
2.3. CNPJ: 53.485.215/0001-06
2.4. Inscrição estadual / UF: 111.072.115.110 (SP)
3. Informações do modelo registrado
3.1. Drivers de comunicação: arquivo "3_20052021_satdll_serial.dll".
3.1.1. Sistema operacional: Windows XP, 7, 8, e 10
3.1.2. Hash code/algoritmo (MD5): E7263A1F1A0A7F229AAFA3C64CACF2E1
André Carballo Diaz (RG:25.617.929-3/SP) - Agente Fiscal de Rendas - UF SP
Rodrigo Umbelino Alves Rolim (RG: 5979608/SSP-PE) - Agente Fiscal de Rendas - UF SP

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

DESPACHO DE 28 DE MAIO DE 2021

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso "C" e "D", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:

Negando provimento ao recurso, mantendo-se a interdição, com a paralisação total do setor de serviço, no que se refere às atividades de movimentação e transporte de carga em via pública (externamente aos pátios, depósitos e pavilhões da empresa) com a utilização de empilhadeira, da circulação de empilhadeiras em via pública, e da movimentação das empilhadeiras em rampas para deslocamento de cargas com transposição de níveis.

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
01	10264.103634/2021-17	4.049.065-3	GOBBA LEATHER INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	RS

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA SPREV/ME Nº 6.182, DE 26 DE MAIO DE 2021 (*)

Autoriza a divulgação do Manual da Certificação Profissional que define os critérios de qualificação técnica das entidades certificadoras e os requisitos dos certificados, em cumprimento ao previsto no inciso II do art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e da Portaria SEPRT/ME nº 9.907, de 14 de abril de 2020.

O SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA DA SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do disposto nos incisos III e IV do art. 73 e art. 181 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, no § 2º do art. 1º e no art. 11 da Portaria SEPRT/ME nº 9.907, de 14 de abril de 2020, e

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na 4ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social - CNRPPS, em 20 de maio de 2021, que, nos termos dos incisos III e IV do art. 18 do Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019, aprovou o Manual da Certificação Profissional, elaborado, conforme previsto no § 2º do art. 4º, no art. 8º e no § 2º do art. 9º da Portaria SEPRT/ME nº 9.907, de 14 de abril de 2020, pela Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS, instituída pela Portaria SPREV nº 3, de 31 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar a divulgação da versão 1.0 do Manual da Certificação Profissional dos dirigentes dos órgãos ou entidades gestoras, dos gestores responsáveis pelas aplicações dos recursos, dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e dos comitês de investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins de comprovação da certificação e habilitação previstas no inciso II do art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, conforme parâmetros estabelecidos pela Portaria SEPRT/ME nº 9.907, de 14 de abril de 2020.

Parágrafo único. O Manual a que se refere o caput será publicado no endereço eletrônico da Secretaria de Previdência na rede mundial de computadores - Internet, e terá vigência a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º Autorizar o envio, pelas entidades interessadas em atuarem como certificadoras no âmbito da certificação profissional, dos seguintes documentos:

I - Requerimento de Credenciamento de Entidade Certificadora (Anexo VI), acompanhado da documentação necessária (Anexo VII) à comprovação dos requisitos estabelecidos no item 10 e Anexo V do Manual e;

II - Pedido de Reconhecimento dos Certificados, instruído com a documentação necessária, na forma do item 11 e Anexo V do Manual.

Art. 3º Ato da Secretaria de Previdência divulgará, nos termos do art. 11 da Portaria SEPRT/ME nº 9.907, de 2020, as entidades certificadoras credenciadas e os respectivos certificados e programas de qualificação continuada reconhecidos pela Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS, que serão aceitos para fins de comprovação do disposto no inciso II do art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021.

NARLON GUTIERRE NOGUEIRA

(*) Republicada por incorreções na publicação original, ocorrida no D.O.U em 27 de maio de 2021, seção 1, edição 99, pág. 86.

PORTARIA SPREV/ME Nº 6.285, DE 27 DE MAIO DE 2021

Altera a composição da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS, de que trata o art. 2º da Portaria SPREV nº 3, de 31 de janeiro de 2018.

O SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos III e V do art. 73 e do art. 181 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e do art. 6º da Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, CONSIDERANDO a solicitação de desligamento dos representantes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, oriundos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS, em razão de demandas de serviço naquele Tribunal, conforme registro na ata da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão ocorrida em 19 de abril de 2021, e CONSIDERANDO que a Presidência do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, em resposta ao Ofício nº 031/2021-GAB-PRES/ATRICON, comunicou, em Sessão Plenária do dia 12 de maio de 2021, a indicação dos Auditores de Contas Públicas Sara Maria Rufino de Souza e Eduardo Ferreira de Albuquerque para compor a referida Comissão, resolve:

Art. 1º A Portaria SPREV n° 3, de 31 de janeiro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º.....

.....

III - .....

a) Sara Maria Rufino de Souza, Auditora de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE PB;

.....

§1º.....

.....

III - .....

a) Eduardo Ferreira de Albuquerque, Auditor de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE-PB;

....."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor em 1º de junho de 2021.

NARLON GUTIERRE NOGUEIRA

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DE 28 DE MAIO DE 2021

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 21661/2021/ME (15631717), constante nos autos do processo nº 19964.102577/2021-28, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.106186/2021-82 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Manaus - AM, CNPJ 34.528.737/0001-01, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 19652/2021/ME (15343600), constante nos autos do processo nº 46222.001712/2019-51, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.105051/2021-08, interposto pelo SINSAE-PA - Sindicato das Sociedades de Advogados e Escritórios de Advocacia do Estado do Pará, CNPJ nº 26.401.863/0001-64, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 22417/2021/ME (15725150), constante nos autos do processo nº 46219.026448/2014-11, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.106298/2021-33, interposto pelo SINDIPESADO - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes, Remoção de Cargas Especiais, Indivisíveis, CNPJ 09.551.018/0001-56, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 20698/2021/ME (15493868), constante nos autos do processo nº 46211.008976/2007-21, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.106184/2021-93, interposto por SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Alvinópolis - MG, CNPJ: 08.182.705/0001-89, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 23886/2021/ME (15912296), constante nos autos do processo nº 46217.007816/2015-14, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.106932/2021-38, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de João Câmara - RN, CNPJ 05.951.562/0001-34, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 22852/2021/ME (15777100), constante nos autos do processo nº 46205.003167/2016-01, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.106600/2021-53, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE ACOPIARA/CE - SINTRAF ACOPIARA, CNPJ 23.975.498/0001-03, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 23903/2021/ME (15914380), constante nos autos do processo nº 19964.100519/2020-89, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.100519/2020-89, interposto por SINAPERS - Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul, CNPJ 95.156.956/0001-93, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 23254/2021/ME (15831620), constante nos autos do processo nº 46270.000237/2015-04, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.105705/2021-95 de interesse do Sindicato dos Professores Municipais de Dom Pedrito, CNPJ 22.682.500/0001-93, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 23936/2021/ME (15918663), constante nos autos do processo nº 14021.101575/2020-67, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 14021.101575/2020-67, interposto por SINAPERS - Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul, CNPJ 95.156.956/0001-93, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 28 DE MAIO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24927/2021/ME (16063338), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro n.º 46224.005504/2016-68, de interesse da FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NO ESTADO DA PARAÍBA - FESPMPB, CNPJ 02.540.942/0001-98, nos termos do inciso VI do art. 22 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, e na Nota Técnica SEI nº 24649/2021/ME (16026080), resolve: ARQUIVAR o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46268.003212/2017-65 (SC19521), de interesse do SINDICATO DOS MOTOTAXISTAS,

MOTOBOY E MOTOFRETE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO (impugnado), CNPJ: 25.041.893/0001-44, nos termos do art. 22, inciso X, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, atual normativo sobre a matéria, na NOTA TÉCNICA SEI Nº 24509/2021/ME (16008641), resolve: ARQUIVAR o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46782.000339/2017-11 - SC19204, CNPJ: 26.745.416/0001-22, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Barra da Estiva/Bahia (impugnado), nos termos do artigo 22, inciso VI, c/c artigo 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24492/2021/ME (SEI 16006983), resolve: a) Conhecer e Deferir o Recurso Administrativo nº 19964.107080/2021-04, interposto nos autos do Processo nº 19964.105631/2021-97 de interesse do SINDIREFEIÇÕES-TABOÃO DA SERRA - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM REFEIÇÕES COLETIVAS DE COTIA, EMBU DAS ARTES, EMBU GUAÇU, ITAPECERICA DA SERRA E TABOÃO DA SERRA, CNPJ 32.896.625/0001-70 b) Cancelar o registro sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Convênio, Cozinhas Industriais, Restaurantes Industriais e Afins de Cotia e Região", SP , CNPJ 65.702.185/0001-21, Processo 24000.008354/92-52, nos termos do art. 27, inciso II da Portaria 17.593/2020; c) Publicar o pedido de registro sindical nº 19964.105631/2021-97 de SINDIREFEIÇÕES-TABOÃO DA SERRA - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM REFEIÇÕES COLETIVAS DE COTIA, EMBU DAS ARTES, EMBU GUAÇU, ITAPECERICA DA SERRA E TABOÃO DA SERRA, CNPJ 32.896.625/0001-70 para a representação dos Trabalhadores em Refeições Coletivas nos Seguimentos de Cozinhas Industriais, Restaurantes Industriais, Refeições Escolares Terceirizadas (Merenda Escolar Terceirizada) e Comissárias, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra e Taboão da Serra no Estado de São Paulo, , nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na NT 25024/2021/ME (SEI 16077103), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINACAD/NPR - Sindicato das Academias de Condicionamento Físico do Norte do Paraná, CNPJ nº 19.972.582/0001-04, Processo 46318.000430/2015-43, para representar a Categoria Econômica das Empresas prestadoras de serviços de ginástica, musculação, atividade aeróbica, alongamento, condicionamento físico, fitness, ginástica laboral, personnal trainers, hidroginástica, natação, ioga e pilates, atividades previstas no CNAE 9393-1/00, com abrangência Intermunicipal e base territorial no Estado do Paraná: Abatiá, Alvorada do Sul, Andirá, Apucarana, Arapongas, Arapoti, Assaí, Astorga, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Califórnia, Cambará, Cambé, Carlópolis, Centenário do Sul, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Cornélio Procópio, Cruzmaltina, Curiúva, Faxinal, Figueira, Florestópolis, Guapirama, Guaraci, Ibaiti, Ibiporã, Itambaracá, Jaboti, Jacarezinho, Jaguapitã, Japira, Jataizinho, Joaquim Távora, Jundiaí do Sul, Leópolis, Londrina, Lupionópolis, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Miraselva, Nossa Senhora das Graças, Nova América da Colina, Nova Santa Bárbara, Novo Itacolomi, Ortigueira, Pinhalão, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Quatiguá, Rancho Alegre, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rio Bom, Rolândia, Sabáudia, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Inês, Santa Mariana, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso, Santo Inácio, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja, Sertanópolis, Siqueira Campos, Tamarana, Telêmaco Borba, Tomazina, Uraí, Ventania e Wenceslau Braz, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25091/2021/ME (16085082), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Felipe Guerra/RN, CNPJ 06.240.404/0001-39, Processo nº 46217.000309/2016-31, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em áreas não superior a 2 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, integrantes do Plano da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte -FETARN e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura- CONTAG, com abrangência municipal e base territorial no município de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5483/2021/ME (13507560), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46211.002262/2015-19, de interesse do Sindicatos dos Servidores na Administração Pública Direta e Indireta, Autarquias, Fundações, Câmara Municipal e Funções Públicas Municipais de São Gonçalo do Rio Abaixo - MG, CNPJ 21.872.499/0001-05 nos termos do art. 22, incisos I e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25085/2021/ME (SEI 16084468), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Tanque Novo - Bahia, CNPJ nº 16.257.750/0001-83, Processo nº 46204.014277/2016-08, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, com abrangência MUNICIPAL e base territorial Município de Tanque Novo, Estado da BAHIA, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 15334/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.104133/2021-27, de interesse do SINDGUARDAS - Sindicato dos Guardas Municipais da Região Metropolitana de Fortaleza- CE, CNPJ 07.433.899/0001-85, nos termos dos incisos I e III do Art. 22 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16368/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.104626/2021-67 de interesse do STTR - SINDICATO REGIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ARAGUAÇU, ALVORADA, TALISMÃ E SANDOLÂNDIA - TO, CNPJ 02.363.968/0001-08, nos termos do inciso I do art. 22 da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 14163/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro de incorporação sindical n.º 19964.103007/2021-55 (SA05399), de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA GRÁFICA DA COMUNICAÇÃO GRAFICA E SERVIÇOS GRAFICOS DE BLUMENAU E REGIÃO, CNPJ nº 82.663.535/0001-07, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25027/2021/ME (16077175), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19955.101027/2021-09, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barra do Mendes - Bahia, CNPJ nº 14.758.650/0001-05, nos termos do art. 22, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19521/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 14021.146099/2021-94, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Verdelândia/MG, CNPJ 31.353.274/0001-98, nos termos o inciso I do Art. 22 da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do Processo de Registro Sindical e com fundamento na NT 18191/2021/ME (SEI 15159877), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINTEESPLAN - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO - MARANHÃO, CNPJ nº 07.889.459/0001-37, Processo nº 19964.102875/2021-18, para representar a Categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipal de Lajeado Novo no Estado do Maranhão, com abrangência Municipal e base territorial em Lajeado Novo, Estado do Maranhão, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, processo nº 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria Profissional dos servidores públicos municipais, no município de Lageado Novo, no Estado do Maranhão, nos termos do art. 24 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25158/2021/ME (16093231), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Itapicuru - Bahia, CNPJ 13.341.524/0001-98, Processo nº 46204.010121/2016-40, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual e inferior a 02 (dois) módulos rurais ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial Itapicuru, Estado da Bahia, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 44444/2020/ME (SEI 11086296), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46248.001999/2016-88, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Monte Alegre de Minas - SISPUMMAM, CNPJ n.º 01.585.156/0001-44, nos termos do art. Art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 28 DE MAIO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 14898/2021/ME (14736885), resolve: RECONSIDERAR a decisão administrativa que deu cabimento a interposição do Recurso Administrativo 19964.104044/2021-81 (SEI 14461698) nos termos do art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99, ANULAR a Nota Técnica SEI nº Nota Técnica SEI nº 8681/2021/ME (sei 13927554) publicada no D.O.U. de 11/03/2021, Seção 1, N 47, pag. 49, com fulcro no art. 53 e 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99 e PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.101343/2021-63 , de interesse do Sindicato das Empresas Prestadoras de Serviços e Especializadas em Bombeiro Civil do Distrito Federal, CNPJ nº 10.753.518/0001-50, para representação da categoria Econômica das Empresas Prestadoras de Serviços e Especializadas no Ramo de Bombeiro Civil, conforme Lei 11.901 de 12/01/2009, abrangendo as empresas com a atividade principal e/ou secundária que contemple tais atividades: COMERCIALIZAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, FORMAÇÃO, TREINAMENTO, RESGATES, SOCORRISTAS, SALVA-VIDAS, ASSESSORIA E CONSULTARIA EM PROJETOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS, com abrangência estadual e base territorial no Distrito Federal, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25381/2021/ME (Sei 16121121), resolve: DEFERIR a manifestação interposta no Processo 19964.100692/2021-68, nos autos do Processo Administrativo nº 46000.007736/96-52 de interesse do SINDECAR - Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Porto Ferreira e Região, CNPJ 56.989.114/0001-60 e, por conseguinte, PROMOVER a correção no cadastro da entidade sindical, para que conste o Município de Santa Rita do Passa Quatro, ao invés de o Município de Santa Rita d'Oeste.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25240/2021/ME (SEI 16104521), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária nº 46213.022336/2016-02, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombos - PE, CNPJ 09.033.549/0001-57, nos termos do art. 22, incisos VI e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25239/2021/ME (SEI 16104489), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE AFONSO CLAUDIO, LARANJA DA TERRA E BREJETUBA/ES, CNPJ 31.274.079/0001-72, Processo nº 46207.002768/2016-78, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares ativos e aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do do Decreto-Lei 1.166 de 15 de abril de 1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Afonso Cláudio, Laranja da Terra e Brejetuba, Estado do Espírito Santo, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25009/2021/ME (16075743), resolve: PUBLICAR o Pedido de Registro Sindical nº 19964.107084/2021-84, SC21068, de interesse do Sindicato Rural de Mauá da Serra, CNPJ nº 14.216.919/0001-21, para representação da categoria econômica rural do Plano da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, incluindo a agroindústria no que se refere às atividades primárias, agropecuária e extrativismo rural, com abrangência municipal e base territorial no município de Mauá da Serra no Estado do Paraná, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 24220/2020/ME (SEI 15962071), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46217.000440/2017-89, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santana do Seridó - RN, CNPJ nº 12.968.561/0001-68, nos termos do art. 22, inciso VI c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 20982/2021/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.106148/2021-20, de interesse do SINSERPI - Sindicato dos Servidores Públicos de Ibirapitanga/BA, CNPJ 15.586.918/0001-31, para representação da categoria SServidores públicos municipais ativos e inativos, afastados e aposentados, dos poderes executivo

e legislativo, com abrangência municipal, no município de Ibirapitanga e base territorial no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 48638/2021/ME , respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS SALVADOR DAS MISSOES, CNPJ 92.886.860/0001-92, Processo 46218.006222/2007-76 para a apresentação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020. A notificação poderá ser consultada mediante "consulta pública de processos" acessando o link do Ministério da Economia sei.economia.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DIREITO CREDITÓRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR Nº 10, DE 25 DE MAIO DE 2021

Institui código de receita para recolhimentos referentes à Transação por Adesão no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica de que trata a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DE DIREITO CREDITÓRIO, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 16 a 22 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, na Portaria ME nº 247, de 16 de junho de 2020, e no Edital de Transação por Adesão nº 11/2021, DECLARA:

Art. 1º Fica instituído o código de receita 6028 - Transação por Adesão no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica, que deverá ser informado no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) para efetuar recolhimentos decorrentes de acordos de transação celebrados com base na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, na Portaria ME nº 247, de 16 de junho de 2020, e no Edital de Transação por Adesão nº 11/2021.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e seus efeitos retroagem a 18 de maio de 2021.

MARCUS VINICIUS MARTINS QUARESMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 27 DE MAIO DE 2021

Autoriza a saída e retorno de aeronave do país, nos termos do art. 26 do Decreto n.º 6.759, de 05/02/2009.

A O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições previstas nos artigos 360, 364 e 365 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27/07/2020, publicada no Diário Oficial da União na mesma data, e nos termos do disposto no art. 26 do Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, bem assim tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 10960.720014/2016-14, resolve:

Art. 1º. Autorizar a saída e retorno ao país, por uma única vez, em dia útil (segunda a sexta-feira) compreendido no período de 1º/06/2021 (terça-feira) a 08/06/2021 (terça-feira), da aeronave turboélice CHEYENNE III, prefixo PS-ABL, em voo internacional do Aeroporto Internacional Marechal Rondon, em Várzea Grande-MT, para a cidade de Santa Cruz de La Sierra (Bolívia), com saída prevista às 07h (AM) e retorno previsto às 14h do mesmo dia, em horário local de Cuiabá-MT.

Art. 2º. A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT adotará as providências necessárias ao controle aduaneiro dos referidos voos.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo VR 02RF DEVAT nº 63, de 20 de abril de 2021, publicada no DOU nº 75, de 23 de abril de 2021, seção 1 , página 102:

Onde se lê: "considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 150/2013, expedido pela SUDAM e tudo o que consta no Processo Administrativo nº 18365.721566/2018-32"

Leia-se: "considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 004/2021, expedido pela SUDAM e tudo o que consta do Processo Administrativo nº 18365.721566/2018-32"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 2, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5a REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida nos artigos 5° e 15 da IN SRF n° 85, de 11 de outubro de 2001, e em vista do que consta nos autos do Processo n° 10580.002845/2001-07, resolve:

Art. 1° Excluir do regime especial de que trata o ADE n° 22, de 15 de agosto de 2001, o estabelecimento do contribuinte PILKINGTON BRASIL LTDA, CNPJ/MF n° 61.736.732/0021-82, Inscrição Estadual (BA) n° 54.414.291

RICARDO DA SILVA MACHADO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 177, DE 27 DE MAIO 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.373786/2021-07, DECLARA:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica ANSELMO MATOS TEIXEIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.571.709/0001-72, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 13/05/2021 a 12/05/2024, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.0988665/2021.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 61, DE 25 DE MAIO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural - Repetro Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, DECLARA:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.307299/2021-48, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - Repetro-Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, nos termos dos artigos 2º, inciso IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para navegação de apoio marítimo BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA, CNPJ 07.864.634/0001-31 e suas filiais 0002-12, 0003-01, 0004-84, 0006-46 e 0007-27, até 31/12/2025 , devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, CNPJ 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

PORTARIA ALF/SPO Nº 13, DE 27 DE MAIO DE 2021

Disciplina os procedimentos relacionados ao agendamento de posicionamento de cargas nos recintos alfandegados jurisdicionados pela ALF/SPO e pelas DRF da 8ª RF e à verificação remota de mercadorias por meio de imagens, na importação, na exportação e no trânsito aduaneiro de mercadorias.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360, 364 e 365 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284/2020, conforme o disposto nos arts. 26, 29 e 41, inc. I, "c" da Instrução Normativa SRF nº 680/2006, no art. 25, § 4º, inc. II, da IN SRF nº 28/1994 e nos arts. 63 e 72, § 2º da IN RFB nº 1.702/2017, e considerando ainda o teor da Portaria SRRF08 nº 393/2020 e da Portaria SRRF08 nº 1.539/2020, alterada pela Portaria SRRF08 nº 50/2021, resolve:

Art. 1º O agendamento de posicionamento de cargas e a verificação de mercadorias nos recintos alfandegados da jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo - ALF/SPO, bem como nos recintos alfandegados de competência regimental compartilhada relativamente ao controle aduaneiro jurisdicionados pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) da 8ª Região Fiscal, realizar-se-ão de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 2º O agendamento da verificação da mercadoria será registrado no sistema

informatizado local de controle de carga por funcionário do recinto alfandegado, com uso de certificação digital, mediante solicitação do importador, do exportador ou do transportador, conforme se trate, respectivamente, de despacho aduaneiro de importação, de exportação ou de trânsito.

§ 1º O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pela verificação da mercadoria, ou o Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil que atuar sob sua designação, deverá deferir ou indeferir a solicitação e, se for o caso, reagendar uma nova data.

§ 2º O deferimento da solicitação de agendamento autoriza o depositário a proceder, para melhor operacionalização dos trabalhos, à abertura da unidade de carga e ao posicionamento das mercadorias para verificação, a menos que haja expressa manifestação da fiscalização aduaneira em sentido contrário.

§ 3º O sistema informatizado referido no caput, por meio de mensagem eletrônica, prestará aos intervenientes todas as informações relativas ao agendamento da verificação física.

§ 4º O disposto no caput não impede que a própria fiscalização aduaneira requisite o posicionamento da carga para verificação diretamente ao recinto alfandegado.

§ 5º Na hipótese de o recinto não dispor, ainda, do sistema informatizado mencionado no caput, tal solicitação poderá ser feita por mensagem eletrônica dirigida a caixa corporativa designada para essa finalidade, que será objeto de exame por ordem cronológica, no limite da capacidade operacional.

§ 6º Os recintos dotados do sistema informatizado referido no caput têm prioridade de atendimento em relação aos agendamentos por correio eletrônico mencionado no parágrafo anterior.

Art. 3º A verificação de mercadorias será realizada de forma remota, preferencialmente por Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, sob supervisão de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, ou, invocados critérios de conveniência e oportunidade, diretamente por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, mediante agendamento prévio, desde que ocorra em local devidamente monitorado por câmeras que viabilizem o registro, a gravação do procedimento e a comunicação em tempo real.

§ 1º O responsável pela verificação física preencherá o pertinente Relatório de Verificação Física (RVF) junto ao Portal Único de Comércio Exterior (PUCOMEX).

§ 2º O RVF será complementado por relatório gerado pelo sistema informatizado referido no caput do art. 2º, constando deste as fotos selecionadas durante o processo, bem como a relação nominal dos participantes presenciais e virtuais e seus respectivos papéis.

Art. 4º O importador, o exportador e o transportador, conforme se trate, respectivamente, de despacho aduaneiro de importação, de exportação ou de trânsito, poderão acompanhar a verificação da mercadoria pela modalidade remota, presencialmente no recinto alfandegado ou simultaneamente nas duas formas.

Parágrafo único. De forma análoga ao controle de acesso de que trata o art. 18 da Portaria RFB nº 3.518/2011, incumbe aos recintos implementar os devidos mecanismos de segurança e autenticação de identidade de modo a atestar que os intervenientes que acessarem a aplicação eletrônica utilizada para a verificação remota são competentes para representar o importador, o exportador ou o transportador, conforme preceitua o art. 5º do Decreto-Lei nº 2.472/1988, regulamentado pelo art. 809 do Decreto nº 6.759/2009, a fim de resguardar o sigilo e a segurança das operações.

Art. 5º As áreas dos recintos alfandegados destinadas à verificação remota deverão possuir, em adição aos requisitos impostos pela Portaria RFB nº 3.518/2011:

I - sinalização de área de verificação de cargas com perfeita e clara demarcação;

II - controle de iluminação que evite prejuízos à captação de imagens das mercadorias em toda a sua extensão;

III - sistema de monitoramento, com câmeras de resolução igual ou superior a 1280 x 720 pixels, desde que garantam a perfeita visualização das imagens, dotadas de zoom óptico e instaladas a uma distância não superior a 6 (seis) metros da área de verificação, composto minimamente por:

a) câmeras fixas em quantidade e posições que possibilitem a cobertura de toda a área de verificação;

b) 1 (uma) câmera fixa posicionada em frente à unidade de carga de modo a permitir sua visualização completa e, para cargas conteinerizadas, viabilizar a visualização até o fundo da unidade de carga;

c) 1 (uma) câmera móvel, portada por conferente e dotada de função ou equipamento de estabilização, que possibilite o direcionamento para o elemento de segurança aplicado ou a ser aplicado à unidade de carga, capaz de registrar com nitidez o seu rompimento ou a sua afixação;

d) 1 (uma) câmera móvel, portada por conferente e dotada de função ou equipamento de estabilização, que possibilite o direcionamento para a mercadoria e que permita sua perfeita identificação;

IV - aplicação que permita o envio das imagens em tempo real para o responsável pela verificação remota;

V - dispositivo ou aparelho de comunicação de imagens e sons, dotado de aplicativo multiplataforma para troca de mensagens de texto instantaneamente, além de vídeos, áudios e fotos, portado pelo conferente e utilizado para atender às orientações do responsável pela verificação remota;

VI - 1 (uma) bancada para verificação de cargas soltas ou de pequeno e médio porte retiradas das unidades de carga e que não possam ser identificadas pelas câmeras fixas da área de verificação; e

VII - 1 (uma) balança ou equipamento correlato destinado à pesagem de pequenos volumes, instalada na bancada de que trata o inciso anterior no momento da verificação física.

§ 1º Equipamento singular pode ser utilizado para as aplicações indicadas nas alíneas "c" e "d" do inc. III, desde que não realizadas de modo simultâneo.

§ 2º A aplicação de que trata o inc. IV poderá ser acessada via Internet ou Rede Virtual Privada - VPN.

§ 3º A bancada de que trata o inc. VI deverá estar instalada em local demarcado que permita o perfeito enquadramento das mercadorias pelas câmeras de monitoramento.

§ 4º O recinto alfandegado poderá optar por equipamentos móveis, que auxiliem as câmeras fixas, tanto na área interna quanto externa de verificação, desde que sejam mantidas a qualidade das imagens e as especificações contidas neste ato.

Art. 6º Devem ser registrados pelas câmeras instaladas no recinto alfandegado:

I - toda a movimentação das mercadorias;

II - o posicionamento das mercadorias;

III - o rompimento ou a afixação de lacres;

IV - a abertura e o fechamento das unidades de cargas;

V - a manipulação das mercadorias na bancada ou fora dela; e

VI - quaisquer gravações, marcações ou detalhes de mercadorias requisitados pela autoridade aduaneira que presidir o despacho ou servidor por ela designado.

§ 1º As imagens obtidas pelas câmeras devem permanecer armazenadas e à disposição da fiscalização aduaneira por, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º O recinto alfandegado deverá informar no sistema mencionado no caput do art. 2º os

números de identificação das câmeras disponíveis na área onde a mercadoria se

encontra posicionada para verificação física.

Art. 7º Compete ao recinto alfandegado:

I - manter uma equipe adequada de funcionários na área de verificação, na data e hora agendadas para o procedimento, com o fito de proceder à captação e transmissão das imagens;

II - informar um número de telefone móvel para ser utilizado em comunicação com a fiscalização aduaneira;

III - fotografar frontalmente as unidades de carga imediatamente antes e após sua abertura, nos casos de mercadoria conteinerizada;

IV - efetuar outros registros fotográficos que eventualmente sejam requeridos pela fiscalização;

V - armazenar as imagens fotográficas de que tratam os incs. III e IV no sistema mencionado no caput do art. 2°, pelo período de 120 (cento e vinte) dias; e

VI - disponibilizar versão atualizada do manual operacional destinado aos usuários do sistema informatizado referido no caput do art. 2º, além de manter e divulgar canal de suporte técnico remoto.

Parágrafo único. Nas áreas destinadas à verificação remota, ficam terminantemente proibidos o trânsito de pessoas e veículos e a movimentação de outras cargas enquanto o procedimento estiver em curso.

Art. 8º Para os recintos aduaneiros dotados do sistema informatizado mencionado no caput do art. 2º, a responsabilidade de aposição de lacres ou outros elementos de segurança para todas as cargas submetidas ao trânsito aduaneiro de exportação pertence ao depositário.

§ 1º Nesses casos, a aposição pode acontecer sem a presença de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ou Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, desde que:

I - o procedimento seja integralmente filmado e fotografado;

II - o número do elemento de segurança esteja nítido e facilmente identificável nas imagens; e

III - as imagens sejam armazenadas e estejam à disposição da fiscalização aduaneira por, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º Para os fins deste artigo, serão utilizados os lacres do transportador, que deverão atender às especificações do Ato Declaratório Executivo COANA nº 8/2018.

§ 3º A numeração dos lacres deverá ser informada na pertinente declaração de trânsito aduaneiro.

Art. 9º As amostras solicitadas pela fiscalização aduaneira, quando não haja necessidade, por sua natureza e potencial insalubridade ou periculosidade, de atuação de técnico especializado, deverão ser retiradas por funcionário do recinto alfandegado no curso da verificação da mercadoria.

Parágrafo único. As amostras de que trata o caput deverão, também no curso da verificação da mercadoria e diante das câmeras de filmagem, ser embaladas e seladas com lacre, que deverá ser fotografado no ato de sua aplicação.

Art. 10. Os termos de retenção formalizados no curso da verificação física deverão ser lavrados no sistema informatizado mencionado no caput do art. 2º, assinados por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ou Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, quando for o caso, e pelo fiel do recinto alfandegado.

Parágrafo único. Será emitida, para ciência do interessado, uma via do termo de retenção, que deverá ser anexada ao dossiê da respectiva declaração ou, se for o caso, ao dossiê de acompanhamento da ação fiscal.

Art. 11. O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ou Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil responsáveis pela verificação remota de mercadorias poderão estar fisicamente localizados em qualquer recinto alfandegado, nos edifícios-sede das unidades jurisdicionantes ou submetidos ao regime de teletrabalho, na forma prevista pela legislação, desde que as condições tecnológicas sejam adequadas e não acarretem prejuízo ao controle aduaneiro.

Art. 12. Incumbe à Seção de Controle de Intervenientes, Carga e Trânsito Aduaneiro (SACIT) da ALF/SPO acompanhar o cumprimento do disposto nesta Portaria, inclusive com relação à propositura de aplicação de eventuais penalidades.

§ 1º O procedimento previsto neste artigo abrange a verificação do efetivo monitoramento e carregamento dos veículos e respectivos prazos de armazenamento de vídeos e imagens, na forma da Ordem de Serviço SRRF08 nº 6/2021 e para os fins nela previstos.

§ 2º O Serviço de Despacho Aduaneiro (SEDAD) da ALF/SPO, através dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil ou Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil alocados em cada recinto, apresentará mensalmente à SACIT relatórios de ocorrências que deverão ser consolidados em processo criado especificamente para tal finalidade.

§ 3º Fica sob o encargo da SACIT prestar informações à Divisão de Administração Aduaneira (DIANA) da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal (SRRF08) quanto às atividades de auditoria de conformidade previstas na OS SRRF08 nº 6/2021.

Art. 13. Ficam revogadas a Portaria ALF/SPO nº 1.488/2020 e a Portaria ALF/SPO nº 1.503/2020.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 01/07/2021.

JOSÉ PAULO BALAGUER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/POA/RS Nº 6, DE 27 DE MAIO DE 2021

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na IN/RFB nº1.209, de 07 de novembro de 2011 e no artigo 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro:

CPF	NOME	PROCESSO
025.677.310-67	VANESSA DA ROSA TRINDADE	10494.720511/2021-23

Art. 2º A Ajudante de Despachante Aduaneira deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior- sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 27, de 17 de setembro de 2013.

DANIEL BRASIL BALBÃO

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.909, DE 27 DE MAIO DE 2021

Altera a Resolução nº 4.676, de 31 de julho de 2018, que dispõe sobre as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 27 de maio de 2021, com base nos arts. 4º, incisos VI e VIII, da referida Lei, e 26-A da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 4.676, de 31 de julho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º-A Os direitos creditórios recebidos em garantia pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil relativos a operações de financiamento para produção de imóveis devem ser registrados em sistema de registro operado por entidade registradora de ativos financeiros.

Parágrafo único. A liberação dos recursos relativos aos financiamentos para produção de imóveis somente poderá ocorrer após a realização do registro de que trata o caput." (NR)

"Art. 7º-B O instrumento por meio do qual se formaliza a contratação da garantia a que se refere o art. 7º-A deve conter:

I - a especificação inequívoca dos direitos creditórios dados em garantia, discriminando os constituídos e os a constituir;

II - a previsão do envio, pelo devedor do financiamento para produção de imóveis, de notificação, aos compradores e promitentes compradores das unidades imobiliárias cuja produção é financiada, sobre:

a) a constituição da garantia e as repercussões desse negócio sobre compradores e promitentes;

b) o agente financeiro responsável pela emissão dos instrumentos de pagamento das obrigações financeiras referentes ao contrato de compra e venda ou de promessa de compra e venda;

c) a forma de acompanhamento, por meio de interface eletrônica disponibilizada pela entidade registradora de que trata o art. 7º-A, das informações sobre a evolução da dívida referente ao contrato de compra e venda ou de promessa de compra e venda, inclusive parcelas pagas, vencidas e vincendas;

d) a forma de emissão dos comprovantes de quitação das obrigações financeiras referentes ao contrato de compra e venda ou de promessa de compra e venda por meio de interface eletrônica disponibilizada pela entidade registradora de que trata o art. 7º-A; e

e) os meios de acesso à interface eletrônica de que tratam as alíneas "c" e "d"; e

III - a especificação dos termos da notificação a que se refere o inciso II.

Parágrafo único. Consideram-se direitos creditórios:

I - constituídos: os decorrentes de contratos de compra e venda ou de promessas de compra e venda referentes às unidades autônomas de empreendimento imobiliário objeto de financiamento para produção de imóveis; e

II - a constituir: os de existência futura, associados às unidades autônomas não negociadas de empreendimento imobiliário objeto de financiamento para produção de imóveis." (NR)

"Art. 7º-C As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil somente podem disponibilizar financiamento para produção de imóveis de empreendimento submetido ao regime de afetação de que trata a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964." (NR)

"Art. 25-B. O disposto nos arts. 7º-A, 7º-B e 7º-C aplica-se às operações de financiamento para produção de imóveis contratadas a partir de 1º de janeiro de 2023." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.910, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 27 de maio de 2021, com base nos arts. 4º, incisos VIII e XII, e 10, inciso XI, da referida Lei, resolveu:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. O disposto nesta Resolução não se aplica às administradoras de consórcio e às instituições de pagamento, que devem observar a regulamentação emanada do Banco Central do Brasil, no exercício de suas atribuições legais.

CAPÍTULO II

DA AUDITORIA INDEPENDENTE DAS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 2º As demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, individuais e consolidadas, anuais, semestrais e intermediárias, divulgadas ou publicadas pelas instituições mencionadas no art. 1º, por força de disposições legais, regulamentares, estatutárias ou contratuais, ou voluntariamente, devem ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Ficam dispensadas da auditoria de que trata o caput as demonstrações financeiras:

I - das sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte;

II - das cooperativas de crédito de capital e empréstimo; e

III - das cooperativas de crédito singulares relativas à data-base de 30 de junho.

CAPÍTULO III

DA INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Art. 3º São vedadas a contratação e a manutenção de auditor independente por parte das instituições mencionadas no art. 1º, caso fique configurada qualquer uma das seguintes situações:

I - ocorrência de quaisquer hipóteses de impedimento ou incompatibilidade para a prestação do serviço de auditoria independente previstas em normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários ou do Conselho Federal de Contabilidade;

II - participação, direta ou indireta, do auditor independente, responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, no capital da instituição auditada, em sua controladora ou em suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto;

III - existência de operação ativa ou passiva contratada com a instituição auditada, com sua controladora ou com suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, inclusive por meio de fundos de investimento por elas administrados, de responsabilidade ou com garantia do auditor independente, responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na instituição;

IV - participação de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, nos trabalhos de auditoria de firma sucessora, em prazo inferior ao previsto no art. 7º; e

V - pagamento de honorários e reembolso de despesas do auditor independente, relativos ao ano-base das demonstrações financeiras objeto de auditoria, pela instituição auditada, isoladamente, ou em conjunto com sua controladora ou suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, com representatividade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do faturamento total do auditor independente naquele ano.

§ 1º A configuração das situações descritas no caput, relativamente à firma em rede a que o auditor independente pertence, também implica vedação a sua contratação e manutenção.

§ 2º Para fins do disposto nesta Resolução, deve ser observado o conceito de firma em rede definido na regulamentação emanada do Conselho Federal de Contabilidade.

§ 3º A vedação de que trata o caput relativa ao inciso III não se aplica às operações de crédito realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e de baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados em comparação com as operações contratadas com os demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.

§ 4º O disposto neste artigo não dispensa as instituições mencionadas no art. 1º e os auditores independentes de verificarem outras situações que possam afetar a independência do auditor.

§ 5º Verificada a qualquer tempo a existência de situação que possa afetar a independência do auditor, as instituições mencionadas no art. 1º devem providenciar sua regularização, que poderá implicar a substituição do auditor independente, sem prejuízo do previsto no art. 6º.

Art. 4º É vedada a contratação, por parte das instituições mencionadas no art. 1º, de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria nos doze meses anteriores à contratação para cargo relacionado com serviços que configurem impedimento ou incompatibilidade para prestação do serviço de auditoria independente, ou que possa exercer influência na administração da instituição.

Art. 5º As instituições mencionadas no art. 1º devem exigir que o auditor independente elabore e mantenha adequadamente documentada sua política de independência, a qual deve ficar à disposição do Banco Central do Brasil e do comitê de auditoria da instituição auditada, quando instalado, evidenciando, além das situações previstas nesta Resolução, outras que possam afetar sua independência, bem como os procedimentos de controles internos adotados com vistas a monitorar, identificar e evitar a sua ocorrência.

CAPÍTULO IV

DA SUBSTITUIÇÃO PERIÓDICA DO AUDITOR

Art. 6º As instituições mencionadas no art. 1º devem proceder à substituição do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e de qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, após emitidos relatórios relativos a cinco exercícios sociais completos e consecutivos.

Parágrafo único. Para fins de contagem do prazo previsto no caput, são considerados relatórios relativos a exercícios sociais completos os referentes às demonstrações financeiras da data-base de 31 de dezembro.

Art. 7º As instituições mencionadas no art. 1º devem observar o intervalo mínimo de três exercícios sociais completos para o retorno do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, contados a partir da data de substituição.

CAPÍTULO V

DO COMITÊ DE AUDITORIA

Seção I

Da Obrigatoriedade

Art. 8º Devem constituir órgão estatutário denominado "comitê de auditoria" as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que:

I - sejam registradas como companhia aberta;

II - sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica; ou

III - atendam aos critérios previstos na regulamentação específica para enquadramento no S1, no S2 e no S3.

§ 1º O disposto no caput aplica-se também às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil não registradas como companhia aberta que sejam líderes de conglomerado prudencial integrado por instituição registrada como companhia aberta que não tenha comitê de auditoria constituído nos termos desta Resolução.

§ 2º O comitê de auditoria das instituições mencionadas no caput e no § 1º é responsável pelo cumprimento das atribuições e das responsabilidades previstas nesta Resolução, relativamente às demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil integrantes do conglomerado prudencial ou do sistema cooperativo de crédito.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica às instituições do conglomerado prudencial ou do sistema cooperativo de crédito que, voluntariamente ou por força de disposições legais, regulamentares, estatutárias ou contratuais, constituam comitê de auditoria na forma do disposto nesta Resolução.

§ 4º Ficam dispensadas da constituição de comitê de auditoria próprio as instituições mencionadas no caput:

I - integrantes de conglomerado prudencial cuja instituição líder constitua comitê de auditoria nos termos desta Resolução; e

II - integrantes de sistema cooperativo que constitua comitê de auditoria nos termos desta Resolução.

§ 5º As instituições mencionadas no caput e no § 1º devem ter o comitê de auditoria em pleno funcionamento até o dia 31 de março do exercício seguinte ao exercício em que ela se enquadrou nos critérios de que trata o caput.

Seção II

Da Composição

Art. 9º O comitê de auditoria deve ser composto, no mínimo, por três integrantes, que devem observar, além das condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme regulamentação específica, as seguintes condições:

I - não ser e não ter sido nos últimos doze meses:

a) diretor da instituição, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente;

b) funcionário da instituição, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente;

c) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na instituição; e

d) membro do conselho fiscal da instituição, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente;

II - não ser cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas referidas no inciso I, alíneas "a" e "c";

III - não receber qualquer outro tipo de remuneração da instituição, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente, que não seja relativa à sua função de integrante do comitê de auditoria; e

IV - não ocupar cargos, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado ou nas quais possa gerar conflito de interesse.

§ 1º Além do disposto no caput, os integrantes do comitê de auditoria de instituições cujo controle seja detido pela União, pelos Estados ou pelo Distrito Federal devem observar as seguintes condições:

I - não ser ocupante de cargo efetivo licenciado no âmbito dos respectivos governos; e

II - não ser, ou não ter sido nos últimos doze meses, ocupante de cargo efetivo ou cargo em comissão no âmbito dos respectivos governos.

§ 2º Nas instituições mencionadas no art. 1º registradas como companhia aberta e nas instituições cujo controle seja detido pela União, pelos Estados ou pelo Distrito Federal, ao menos um dos integrantes do comitê de auditoria deve ser membro do conselho de administração que não participe da diretoria.

§ 3º Nas instituições mencionadas no art. 1º que não sejam registradas como companhia aberta e cujo controle não seja detido pela União, pelos Estados ou pelo Distrito Federal, permite-se que integrantes do comitê de auditoria sejam também diretores da instituição, desde que estes constituam menos da metade do total dos integrantes do comitê.

§ 4º A instituição que não seja registrada como companhia aberta e que seja líder de conglomerado prudencial integrado por instituição registrada como companhia aberta deve observar uma das seguintes alternativas para a constituição do comitê de auditoria:

I - constituição de comitê único para o conglomerado prudencial composto exclusivamente por integrantes que atendam ao disposto no caput; ou

II - constituição de comitê próprio para as instituições registradas como companhia aberta, composto exclusivamente por integrantes que atendam ao disposto no caput, ficando o comitê de auditoria da instituição líder responsável pelo cumprimento das atribuições e responsabilidades no âmbito das demais instituições que não constituam comitê de auditoria próprio.

§ 5º Caso o integrante do comitê de auditoria seja também membro da diretoria ou do conselho de administração da instituição, da sua controladora ou das suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente, fica facultada a opção pela remuneração relativa a um dos cargos.

§ 6º Pelo menos um dos integrantes do comitê de auditoria, além de observar o disposto no caput e, quando for o caso, no § 1º, deve possuir comprovados conhecimentos na área de contabilidade que o qualifiquem para a função.

§ 7º É indelegável a função de integrante do comitê de auditoria.

Seção III

Do Mandato

Art. 10. O mandato dos integrantes do comitê de auditoria deve ser de até cinco anos.

§ 1º O mandato inferior a cinco anos poderá ser prorrogado até o limite estabelecido no caput.

§ 2º Até um terço dos integrantes do comitê de auditoria pode ter o mandato renovado, respeitado o prazo máximo de permanência de até dez anos consecutivos, dispensado o interstício previsto no § 4º.

§ 3º Independentemente do prazo do mandato, em nenhuma hipótese será admitida a permanência do membro no comitê de auditoria por período superior a:

I - dez anos consecutivos, para até um terço dos membros; e

II - cinco anos consecutivos para os demais membros.

§ 4º O integrante do comitê de auditoria somente pode voltar a integrar tal órgão na mesma instituição após decorridos, no mínimo, três anos do final do seu mandato anterior.

Seção IV

Das Atribuições

Art. 11. Constituem atribuições do comitê de auditoria:

I - estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo conselho de administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas ou cotistas;

II - recomendar ao conselho de administração ou, na sua inexistência, à diretoria a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como sua remuneração, e a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;

III - revisar, previamente à divulgação ou à publicação, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anuais e semestrais, inclusive as notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do auditor independente;

IV - avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos;

V - avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;

VI - estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

VII - recomendar à diretoria da instituição a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

VIII - reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a diretoria da instituição, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;

IX - reunir-se com o conselho fiscal e o conselho de administração para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;

X - monitorar e avaliar a independência do auditor independente; e

XI - cumprir outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 12. O comitê de auditoria pode, no âmbito de suas atribuições, utilizar-se do trabalho de especialistas.

Parágrafo único. A utilização do trabalho de especialistas não exime o comitê de auditoria de suas responsabilidades.

Art. 13. O comitê de auditoria deve comunicar formalmente ao Banco Central do Brasil, no prazo máximo de três dias úteis da identificação, a existência ou suspeita de ocorrência das seguintes situações:

I - inobservância das leis e da regulamentação vigente que coloquem em risco a continuidade da instituição;

II - fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração da instituição;

III - fraudes relevantes perpetradas por funcionários da instituição ou terceiros; ou

IV - erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações financeiras da instituição.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo devem ser observados os conceitos de erro e de fraude estabelecidos na regulamentação emanada do Conselho Federal de Contabilidade ou do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Art. 14. O comitê de auditoria, quando instalado, o auditor independente e a auditoria interna devem manter entre si rotina de comunicação imediata da identificação das situações mencionadas no art. 13.

Art. 15. O comitê de auditoria deve elaborar, para as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período;

II - descrição das recomendações apresentadas à diretoria, com evidenciação das não acatadas e respectivas justificativas;

III - descrição de outros serviços prestados pelo auditor independente, ou por firma em rede, para a instituição durante o ano-base das demonstrações financeiras objeto de auditoria e os dois anos anteriores;

IV - descrição das situações nas quais existam divergências significativas entre a administração da companhia, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras da companhia;

V - avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno da instituição, com ênfase no cumprimento do disposto na regulamentação vigente e com evidenciação das deficiências detectadas;

VI - avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas; e

VII - avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com descrição das deficiências detectadas.

§ 1º O comitê de auditoria deve manter à disposição do Banco Central do Brasil e do conselho de administração o relatório do comitê de auditoria, pelo prazo mínimo de cinco anos, contados de sua elaboração.

§ 2º As instituições devem divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, semestrais e anuais, resumo do relatório do comitê de auditoria, evidenciando as principais informações contidas nesse documento.

Seção V

Da Extinção

Art. 16. A extinção do comitê de auditoria:

I - poderá ocorrer somente se a instituição não mais atender aos critérios definidos no art. 8º;

II - está condicionada ao cumprimento de suas atribuições relativamente aos exercícios sociais em que exigido o seu funcionamento; e

III - depende de prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Seção VI

Disposições Gerais

Art. 17. As instituições mencionadas no art. 1º devem criar condições adequadas para o funcionamento do comitê de auditoria.

§ 1º O número de integrantes do comitê de auditoria e os critérios de nomeação e de destituição de seus membros devem estar expressos no estatuto ou no contrato social da instituição.

§ 2º As atribuições do comitê de auditoria e os critérios de remuneração e o tempo de mandato de seus membros devem estar expressos em regulamento específico mantido pela instituição à disposição do Banco Central do Brasil.

§ 3º O comitê de auditoria deve reportar-se diretamente ao conselho de administração ou, na sua inexistência, à diretoria da instituição.

§ 4º A utilização do termo "comitê de auditoria" é de uso restrito de órgão estatutário constituído nos termos desta Resolução.

Art. 18. O disposto nas Seções II, III, IV e VI deste Capítulo aplica-se às instituições mencionadas no art. 1º que constituam comitê de auditoria por força de disposições legais, estatutárias ou contratuais, ou voluntariamente.

CAPÍTULO VI

DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA AUDITOR

Art. 19. A contratação ou manutenção de auditor independente pelas instituições mencionadas no art. 1º fica condicionada à habilitação do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria.

§ 1º A habilitação de que trata o caput depende de aprovação em exame de certificação organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade em conjunto com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil ou, no caso de instituições registradas como companhias abertas, por entidades indicadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º A manutenção da habilitação deve ser comprovada por meio de:

I - aprovação em novo exame de certificação previsto no § 1º em período não superior a três anos da última aprovação; ou

II - exercício da atividade de auditoria independente em instituições mencionadas no art. 1º, em conjunto com a participação em programa de educação profissional continuada que possua, no mínimo, as seguintes características:

a) carga horária mínima de cento e vinte horas a cada período de três anos, computados todos os cursos elegíveis para o período, observada a carga horária anual de, no mínimo, vinte horas; e

b) preponderância de tópicos relativos a operações realizadas no âmbito do sistema financeiro ou a atividades aplicáveis aos trabalhos de auditoria independente.

§ 3º Caso o auditor deixe de exercer as atividades de auditoria independente nas instituições mencionadas no art. 1º por período superior a um ano, o retorno às funções de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou outra função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria fica condicionado:

I - nos casos de afastamento por período inferior a três anos:

a) a nova aprovação em exame de certificação previsto no § 1º; ou

b) ao cumprimento dos requisitos de educação continuada, com carga horária mínima de duzentos e quarenta horas no triênio imediatamente posterior ao seu retorno, observada a participação em, no mínimo, quarenta horas por ano; e

II - nos casos de afastamento por período igual ou superior a três anos, a nova aprovação em exame de certificação previsto no § 1º.

§ 4º A instituição contratante dos serviços de auditoria independente deve manter à disposição do Banco Central do Brasil, durante o prazo de sua prestação e até cinco anos após seu encerramento, documentação comprobatória do cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 20. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a admitir, a seu critério, exames de certificação por tipo de mercado ou conjunto de atividades.

CAPÍTULO VII

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Art. 21. As instituições mencionadas no art. 1º devem assegurar que o auditor independente:

I - observe, na prestação de seus serviços, as normas e os procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, as normas e os procedimentos de auditoria determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil; e

II - elabore, como resultado do trabalho de auditoria, os seguintes relatórios:

a) de auditoria, expressando sua opinião sobre as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, inclusive quanto à adequação ao padrão contábil definido pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

b) do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, que tenham, ou possam vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações financeiras ou nas operações da instituição auditada, evidenciando as deficiências identificadas; e

c) de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, que tenham, ou possam vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações financeiras ou nas operações da instituição auditada.

§ 1º Os relatórios de que trata o inciso II do caput devem ser elaborados considerando o mesmo período e a mesma data-base das demonstrações financeiras a que se referirem.

§ 2º Os relatórios de que trata a alínea "a" do inciso II do caput relativos às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, semestrais e anuais das instituições mencionadas no art. 8º devem conter a comunicação dos principais assuntos de auditoria.

§ 3º Nas demonstrações financeiras relativas a períodos menores que seis meses, fica facultada a substituição do relatório do auditor independente de que trata a alínea "a" do inciso II do caput pelo relatório de revisão limitada do auditor independente.

§ 4º As instituições mencionadas no art. 1º devem manter à disposição do Banco Central do Brasil, por no mínimo cinco anos, ou por prazo superior em decorrência de determinação expressa dessa autarquia, os relatórios previstos no inciso II do caput, bem como a documentação de auditoria.

CAPÍTULO VIII

DA RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 22. As instituições mencionadas no art. 1º devem fornecer ao auditor independente a representação formal da administração, de acordo com as normas de auditoria definidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como os dados, as informações e as condições necessários à efetiva prestação dos serviços de auditoria.

Art. 23. Compete ao conselho de administração escolher e destituir os auditores independentes.

§ 1º Os membros do conselho de administração das instituições mencionadas no art. 1º serão responsabilizados:

I - pela contratação de auditor independente que não atenda aos requisitos previstos nesta Resolução; e

II - pela contratação e manutenção de auditor independente que esteja cumprindo pena de proibição de prestar serviços de auditoria para as instituições mencionadas no art. 1º, conforme legislação vigente.

§ 2º Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor, constatada a inobservância dos requisitos estabelecidos nesta Resolução, os serviços de auditoria serão considerados sem efeito para o atendimento das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Art. 24. A diretoria das instituições mencionadas no art. 1º deve comunicar formalmente ao auditor independente e ao comitê de auditoria, quando instalado, no prazo máximo de vinte e quatro horas da identificação, a existência ou suspeita de ocorrência das situações mencionadas no art. 13.

Art. 25. As instituições que não possuam comitê de auditoria constituído nos termos desta Resolução devem designar perante o Banco Central do Brasil diretor responsável pelo cumprimento das normas e dos procedimentos de auditoria independente previstos na regulamentação vigente.

Parágrafo único. O diretor designado é responsável pelas informações prestadas e pela ocorrência de situações que indiquem fraude, negligência, imprudência ou imperícia no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 26. As instituições mencionadas no art. 1º devem exigir que o auditor independente, além do disposto nesta Resolução, observe as normas, os regulamentos e os procedimentos emanados da Comissão de Valores Mobiliários, do Conselho Federal de Contabilidade e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil no que diz respeito a:
I - deveres e responsabilidades dos auditores independentes;
II - exame de qualificação técnica;
III - controle de qualidade interna;
IV - controle de qualidade externa; e
V - programa de educação continuada, inclusive com previsão de atividades específicas relativas à auditoria independente em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Parágrafo único. A atividade relacionada a controle de qualidade externa poderá ser realizada também pelo Banco Central do Brasil, sem prejuízo das diretrizes emanadas pelos organismos referidos no caput.
Art. 27. As instituições mencionadas no art. 1º devem fazer constar em contrato cláusula específica que:
I - autorize o acesso do Banco Central do Brasil, a qualquer tempo, inclusive por meio de fornecimento de cópias impressas ou digitais, à documentação de auditoria, bem como a quaisquer outros documentos que tenham servido de base ou evidência para emissão dos relatórios elaborados nos termos do art. 21, inciso II, mediante solicitação formal, no âmbito das atribuições da referida autarquia, observados os limites previstos na legislação vigente;
II - obrigue o auditor independente a comunicar formalmente ao Banco Central do Brasil:
a) a existência de opinião modificada no relatório de que trata a alínea "a" do inciso II do art. 21, antes da divulgação das demonstrações financeiras;
b) a existência ou a suspeita de ocorrência das situações mencionadas no art. 13, no prazo máximo de três dias úteis da identificação.
Art. 28. As instituições mencionadas no art. 1º devem informar ao Banco Central do Brasil a contratação e a substituição do auditor independente.
Art. 29. Para as instituições mencionadas no art. 1º que não possuam conselho de administração, as atribuições e as competências previstas nesta Resolução devem ser imputadas à diretoria da instituição.
Art. 30. O Banco Central do Brasil poderá determinar às instituições mencionadas no art. 1º a substituição do auditor independente se constatado, a qualquer tempo, descumprimento do disposto nos Capítulos III, IV e VI desta Resolução.
Art. 31. Observadas as demais disposições legais e regulamentares em vigor, o Banco Central do Brasil pode dispensar a auditoria de que trata o art. 2º das demonstrações financeiras anuais e semestrais relativas ao ano de autorização para funcionamento da instituição.
CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS
Art. 32. As instituições mencionadas no art. 1º que, na data de vigência desta Resolução, não estavam obrigadas a constituir comitê de auditoria devem tê-lo em pleno funcionamento até o dia 30 de março de 2023.
Art. 33. Depende de aprovação do Banco Central do Brasil a extinção do comitê de auditoria das instituições que, em virtude do disposto nesta Resolução, não estejam mais obrigadas a constituí-lo.
Art. 34. As instituições com comitê de auditoria já constituído cuja composição seja alterada em virtude do disposto nesta Resolução devem realizar as adaptações no estatuto necessárias para o funcionamento na forma prevista nesta Resolução até 31 de dezembro de 2024, respeitado o término dos mandatos vigentes em 1º de janeiro de 2022.
Art. 35. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e adotar as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução, dispondo inclusive sobre os prazos, a forma, o conteúdo e as condições para a elaboração dos relatórios de que trata o art. 21, inciso II.
Art. 36. Ficam revogados:
I - a Resolução nº 3.198, de 27 de maio de 2004;
II - a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006;
III - a Resolução nº 3.606, de 11 de setembro de 2008;
IV - a Resolução nº 3.771, de 26 de agosto de 2009;
V - a Resolução nº 4.329, de 25 de abril de 2014;
VI - a Resolução nº 4.454, de 17 de dezembro de 2015;
VII - a Resolução nº 4.720, de 30 de maio de 2019;
VIII - a Resolução nº 4.776, de 29 de janeiro de 2020;
IX - o § 2º do art. 10 da Resolução nº 2.723, de 31 de maio de 2000;
X - o art. 6º da Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013;
XI - o art. 4º da Resolução nº 4.403, de 26 de março de 2015; e
XII - os seguintes dispositivos da Resolução nº 4.434, de 5 de agosto de 2015:
a) o § 3º do art. 43; e
b) o art. 45.
Art. 37. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.911, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e remessa de documentos contábeis ao Banco Central do Brasil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 27 de maio de 2021, com base no art. 4º, incisos VIII e XII, da referida Lei, e tendo em vista o disposto no art. 61 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:
CAPÍTULO I
DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO
Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e remessa de documentos contábeis ao Banco Central do Brasil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
§ 1º O disposto nesta Resolução não se aplica às administradoras de consórcio e às instituições de pagamento, que devem observar a regulamentação emanada do Banco Central do Brasil, no exercício de suas atribuições legais
§ 2º A instituição em regime de liquidação extrajudicial, na elaboração e remessa dos documentos contábeis, deve observar o disposto nesta Resolução, quando não conflitante com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional específica para essas instituições.
CAPÍTULO II
DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS
Art. 2º As instituições mencionadas no art. 1º devem elaborar e remeter ao Banco Central do Brasil os seguintes documentos contábeis:
I - individuais:
a) Balancete Patrimonial Analítico, com periodicidade mensal; e
b) Balanço Patrimonial Analítico, com periodicidade semestral, para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro; e
II - consolidados:
a) Balancete Patrimonial Analítico - Conglomerado Prudencial, com periodicidade mensal;
b) Balanço Patrimonial - Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral, para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro; e
c) Relatório do Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral, para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro.
§ 1º Adicionalmente aos documentos previstos no caput:
I - a instituição que tenha dependências no País deve elaborar, mensalmente, o Balancete Patrimonial Analítico por dependência; e
II - a instituição que tenha dependências no exterior ou participações em entidades no exterior integrantes do conglomerado prudencial deve elaborar e remeter ao Banco Central do Brasil, mensalmente, o Balancete Patrimonial Analítico dessas entidades.
§ 2º O relatório de que trata a alínea "c", do inciso II, deve ser objeto de asseguração razoável por auditor independente que atenda aos requisitos previstos na regulamentação específica para a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Art. 3º Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal devem elaborar e remeter ao Banco Central do Brasil, mensalmente, o documento contábil Estatística Bancária da instituição e de cada uma de suas dependências, separadamente.
Art. 4º É obrigatória a elaboração e a remessa ao Banco Central do Brasil dos documentos contábeis de que trata este Capítulo a partir da data da publicação da autorização para funcionamento da instituição no Diário Oficial da União.
CAPÍTULO III
DA REMESSA DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS AO BANCO CENTRAL DO BRASIL
Art. 5º Os documentos contábeis remetidos ao Banco Central do Brasil devem ser assinados pelo diretor responsável pela contabilidade da instituição e por contador legalmente habilitado.
Art. 6º A diretoria da instituição é responsável pelo encaminhamento, ao Banco Central do Brasil, dos documentos contábeis de que trata esta Resolução nos prazos previstos, conforme regulamentação.
Art. 7º O Banco Central do Brasil poderá, sem prejuízo das demais medidas cabíveis, determinar nova elaboração e remessa dos documentos contábeis de que trata esta Resolução, com as correções que se fizerem necessárias para a representação apropriada dos itens patrimoniais, de resultado e de controle da instituição.
Art. 8º Na eventual substituição dos documentos contábeis de que trata esta Resolução, as instituições mencionadas no art. 1º devem:
I - observar os procedimentos operacionais previstos em regulamentação específica; e
II - manter à disposição do Banco Central do Brasil, pelo prazo mínimo de cinco anos, relatório assinado pelos diretores responsáveis pelas áreas de contabilidade e de auditoria, contendo as justificativas para a substituição dos documentos.
Parágrafo único. O relatório de que trata o inciso II deve conter a ciência do auditor independente, caso o documento substituído tenha sido objeto de auditoria.
CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 9º As instituições mencionadas no art. 1º sujeitam-se às penalidades previstas na regulamentação vigente em virtude do não cumprimento dos prazos ou das condições de remessa dos documentos contábeis, bem como do envio de informações incorretas.
Art. 10. As instituições mencionadas no art. 1º devem manter à disposição do Banco Central do Brasil, por no mínimo cinco anos:
I - os documentos contábeis previstos no art. 2º, § 1º, inciso I; e
II - as informações, os dados, os mapas de consolidação com as respectivas eliminações, os documentos, as interpelações, as verificações e os questionamentos necessários à adequada avaliação das operações ativas e passivas e dos riscos assumidos pelas entidades consolidadas no conglomerado prudencial, independentemente de sua natureza ou atividade operacional.
Art. 11. No caso de documentos contábeis consolidados, as atribuições e responsabilidades previstas nesta Resolução devem ser imputadas à instituição líder do conglomerado prudencial.
Art. 12. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a:
I - dispensar a remessa de um ou mais documentos contábeis com o objetivo de racionalizar o fluxo de informações; e
II - baixar as normas e adotar as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução, dispondo inclusive sobre os prazos, a forma, o conteúdo e as condições para a elaboração e remessa dos documentos contábeis, inclusive do Relatório do Conglomerado Prudencial.
Art. 13. Ficam revogados:
I - a Circular nº 2.964, de 3 de fevereiro de 2000;
II - o art. 16 do Regulamento Anexo à Resolução nº 1.120, de 4 de abril de 1986;
III - o art. 11 do Regulamento Anexo à Resolução nº 1.770, de 28 de novembro de 1990;
IV - os §§ 1º e 2º do art. 7º da Resolução nº 2.122, de 30 de novembro de 1994;
V - o art. 10 da Resolução nº 2.723, de 31 de maio de 2000;
VI - o art. 2º da Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013; e
VII - o art. 1º da Resolução nº 4.403, de 26 de março de 2015.
Art. 14. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DO MEIO CIRCULANTE

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial nº 96, de 24.5.2021, seção 1, página 39, referente a Instrução Normativa BCB nº 108 de 19 de maio de 2021, substitua-se a figura que consta do item "c" do Anexo 2, pela figura a seguir:



Exemplar de cédula da segunda família do Real.

ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPETIÇÃO E DE ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 110, DE 28 DE MAIO DE 2021

Altera a Instrução Normativa BCB nº 49, que estabelece os procedimentos necessários para a adesão ao Pix.

O Chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem), no uso das atribuições que lhe confere o art. 97-A, inciso X, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em conta o disposto no art. 113, inciso II, do Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, resolve:
Art. 1º Fica revogado o inciso II do § 3º do art. 13 da Instrução Normativa BCB nº 49, de 25 de novembro de 2020.
Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELO JOSÉ MONT ALVERNE DUARTE

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

PORTARIA Nº 7, DE 28 DE MAIO DE 2021

Altera o Anexo II da Portaria nº 30, de 18 de setembro de 2020, que estabelece etapas e prazos para a publicação das versões revisadas e consolidadas de atos normativos vigentes editados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, IV e V do art. 9º do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 9.663, de 1º de janeiro de 2019, mantido em vigor, na forma do art. 9º da Lei nº 13.901, de 11 de novembro de 2019, no que compatível com a Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 6º e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, com redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º O Anexo II da Portaria nº 30, de 18 de setembro de 2020, passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO LIÁO

ANEXO

ETAPAS E PRAZOS PARA PUBLICAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS REVISADOS E CONSOLIDADOS

ETAPA	ATO NORMATIVO
1ª etapa: Até 30 de novembro de 2020	Carta-Circular nº 1, de 2014
2ª etapa: Até 26 de fevereiro de 2021	Instrução Normativa Interna nº 10, de 2008
3ª etapa: Até 31 de maio de 2021	Instrução Normativa nº 4, de 2015
	Resolução nº 10, de 2001
4ª etapa: Até 31 de agosto de 2021	Portaria nº 10, de 2017
	Resolução nº 7, de 1999
	Resolução nº 23, de 2012
	Resolução nº 25, de 2013
5ª etapa: Até 30 de novembro de 2021	Portaria nº 13, de 2013
	Instrução Interna nº 1, de 2014
	Resolução nº 11, de 2005
	Resolução nº 19, de 2011
	Resolução nº 21, de 2012
	Resolução nº 29, de 2017
	Resolução nº 30, de 2018
	Resolução nº 31, de 2019

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 18.790, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a DIJON CONSULTORIA LTDA., CNPJ nº 13.545.391, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

RAFAEL BARROS CUSTODIO

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 18.788, de 27 de maio de 2021, publicado no DOU de 28 de maio de 2021, Seção 1, p. 172, onde se lê " ... autoriza RODRIGO SALDANHA VICTOR, CPF nº 395.814.048-41, ...", leia-se " ... autoriza RODRIGO SALDANHA VICTOR, CPF nº 395.814.848-41, ...".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA DIMEL Nº 119, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro; De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de velocidade de veículos automotores, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 544, de 12 de dezembro de 2014; e, Considerando os elementos constantes do processo Inmetro n.º 0052600.003677/2020-96 e do sistema Orquestra nº 1724984, resolve:

Aprovar o modelo Speed Traffic, de medidor de velocidade de veículos automotores, marca Newtesc, de acordo com as condições especificadas disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RETIFICAÇÃO

No art. 2º Portaria PRES/INSS nº 1.293, de 12 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 70, de 15 de abril de 2021, Seção: 1, Pág. 553, onde se lê: "20", leia-se: "22".

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 307, DE 26 DE MAIO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007996/2019-49, resolve:

Art.1º Aprovar o encerramento das autorizações para funcionamento da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, CNPJ nº 12.745.139/0001-43, da CELPOS - Fundação CELPE de Seguridade Social, CNPJ nº 11.722.691/0001-53, e da FAELBA - Fundação COELBA de Previdência Complementar, CNPJ nº 13.605.605/0001-58, como entidades fechadas de previdência complementar, cessando-se os efeitos das Portarias do Ministério da Previdência e Assistência Social nº 4.332, de 22 de setembro de 1988, nº 2.376, de 19 de janeiro de 1981, e nº 1.681, de 6 de julho de 1979.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA PREVIC Nº 309, DE 26 DE MAIO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005327/2020-76, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio da Techpolymers Indústria e Comércio Ltda., CNPJ nº 28.115.610/0001-50, do Plano de Aposentadoria Básico, CNPB nº 1980.0005-65, administrado pela PRhosper - Previdência Rhodia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA PREVIC Nº 310, DE 26 DE MAIO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005330/2020-90, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio da Techpolymers Indústria e Comércio Ltda., CNPJ nº 28.115.610/0001-50, do Plano de Aposentadoria Suplementar, CNPB nº 1996.0031-19, administrado pela PRhosper - Previdência Rhodia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA PREVIC Nº 320, DE 27 DE MAIO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001467/2021-56, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio da Cytiva do Brasil Comércio e Serviços para Biotecnologia Ltda., CNPJ nº 55.487.029/0001-31, do Plano de Aposentadoria Gebsa-Prev, CNPB nº 1993.0034-11, administrado pela Gebsa-Prev Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

CARTA CIRCULAR ELETRÔNICA Nº 3/2021/DIR1/SUSEP

Às Sociedades supervisionadas pela Susep. Assunto: Informações sobre operações de seguros de grandes riscos.

Senhor Diretor de Relações com a SUSEP,

1. Em função da publicação da Resolução CNSP nº 407/2021, as Sociedades Seguradoras deverão comunicar à SUSEP as informações relativas às emissões de apólices classificadas como de grandes riscos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo normativo citado.

2. O envio de informações de que trata a presente Carta Circular deve atender às orientações e procedimentos descritos no Manual de Orientação para Envio de Dados de Grandes Riscos, enviado pelo DOCS Mercado e constante do sítio da SUSEP na internet (http://www.susep.gov.br/).

3. As informações devem ser enviadas mensalmente à SUSEP, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao de emissão das apólices.

4. Em virtude da necessidade de adaptação por parte das Sociedades Seguradoras, fica autorizado, excepcionalmente, o envio das informações referentes às operações realizadas nos meses de abril, maio e junho de 2021 até 15/07/2021.

5. As Sociedades Seguradoras que não emitirem apólices nos termos da Resolução CNSP nº 407/2021 ficam desobrigadas do envio de informações de que trata a presente Carta Circular.

Atenciosamente,

IGOR LINS DA ROCHA LOURENÇO
Diretor Diretoria Técnica 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 149, DE 13 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria nº 7346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no artigo 17 do Anexo I da Resolução CNSP n° 330, de 09 de dezembro de 2015, e o que consta do processo Susep n° 15414.601012/2021-02, resolve:

Art. 1º Aprovar a nomeação do Sr. SEIICHIRO MIYAKE como diretor e representante de MITSUI SUMITOMO INSURANCE COMPANY, LIMITED - ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO BRASIL LTDA., CNPJ n° 44.070.787/0001-33, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado pelos sócios na 58ª alteração contratual realizada em 22 de dezembro de 2020.

Art. 2º comunicar que, nos termos do §1º do art. 15 do Anexo I da Resolução CNSP nº 330, de 2015, o representante do escritório de representação somente poderá entrar em relação com terceiros depois de ter sido arquivado, no registro público de empresas mercantis, o contrato social em que conste a sua nomeação para o exercício daquela função.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 150, DE 17 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.604430/2021-43, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição e eleição de administradores de CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 01.599.296/0001-71, com sede na cidade de Brasília - DF, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 17 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 151, DE 17 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605310/2021-63, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de AUSTRAL SEGURADORA S.A., CNPJ nº 11.521.976/0001-26, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 25 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 152, DE 17 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no artigo 131 da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e o que consta do processo Susep nº 15414.603070/2021-62, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membro do comitê de auditoria de CAIXA SEGUROS HOLDING S.A., CNPJ nº 14.045.781/0001-45, com sede na cidade de Brasília - DF, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 12 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 153, DE 17 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.605624/2021-66, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 29.985.998/0001-02, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, na assembleia geral extraordinária realizada em 25 de fevereiro de 2021:

I - aumento do capital social em R$ 20.000.000,00, elevando-o para R$ 40.000.000,00, dividido em 40.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 154, DE 17 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e o que consta do processo Susep nº 15414.603614/2021-96, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., CNPJ nº 33.376.989/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 5 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 155, DE 18 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.604966/2021-69, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de CAIXA SEGURADORA S.A., CNPJ nº 34.020.354/0001-10, com sede na cidade de Brasília - DF, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 10 de março de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 156, DE 18 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.606013/2021-35, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de HDI SEGUROS S.A., CNPJ nº 29.980.158/0001-57, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 26 de março de 2021:

I - eleição de administrador e de membro do comitê de compensação; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 157, DE 18 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.606374/2021-81, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SANTANDER AUTO S.A., CNPJ nº 30.617.319/0001-21, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2021:

I - alteração do endereço da sede para Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Conjunto 261, Bloco A, Condomínio Wtorre JK - Vila Nova Conceição, São Paulo - SP; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 158, DE 18 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.606056/2021-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição e eleição de membros do comitê de auditoria da CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A., CNPJ nº 08.279.191/0001-84, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 2 de março de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 159, DE 18 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.606057/2021-65, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição e eleição de membros do comitê de auditoria da CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 03.546.261/0001-08, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 2 de março de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 160, DE 19 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.603793/2021-61, resolve:

Art. 1º Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 16.551.758/0001-58, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 161, DE 19 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605799/2021-73, resolve:

Art. 1º Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de LIBERTY SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.550.141/0001-72, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 29 de março de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 162, DE 19 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605800/2021-60, resolve:

Art. 1º Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de INDIANA SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.100.145/0001-59, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 29 de março de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 163, DE 20 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.606361/2021-11, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento de dependência de HDI SEGUROS S.A., CNPJ nº 29.980.158/0001-57, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 1º de abril de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 164, DE 24 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605936/2021-70, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único da XP VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 29.408.732/0001-05, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 25 de março de 2021:

I - constituição do comitê de auditoria e eleição de seus membros; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 165, DE 24 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.603798/2021-94, resolve:

Art. 1º Aprovar a reforma do estatuto social de AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº 33.448.150/0001-11, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 166, DE 24 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e o que consta do processo Susep nº 15414.607374/2021-07, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de MARKEL RESSEGURADORA DO BRASIL S.A., CNPJ nº 13.641.418/0001-20, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 25 de março de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 346, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 23/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201814430.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará (FAECE), com sede na Rua Caetano Ximenes Aragão, nº 110, bairro Engenheiro Luciano Cavalcante, no município de Fortaleza, no estado do Ceará, mantida pela ASCEC Ensino Superior Cearense Ltda., com sede no mesmo município e estado (CNPJ 03.729.627/0001-76).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 347, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 88/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201510384.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade Vasconcellos & Souza (FAVASC), com sede na Rodovia ES-060, Km 085, nº 2.000, bairro Novo Horizonte, no município de Anchieta, no estado do Espírito Santo, mantida pelo Instituto Vasconcellos e Souza, com sede no mesmo município e estado (CNPJ 05.140.977/0001-28).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 348, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e na Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 99/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201801826.

Art. 2º Credenciar a Escola DIEESE de Ciências do Trabalho (DIEESE) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Aurora, nº 957, bairro Santa Efigênia, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, com sede no mesmo município e estado (CNPJ 60.964.996/0001-87).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 349, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 166/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201710743.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade ESAMC Campinas, com sede na Rua José Paulino, nº 1.345, Centro, no Município de Campinas, no Estado de São Paulo, mantida pelo Centro de Estudos de Administração e Marketing CEAM Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, (CNPJ 02.635.280/0001-30).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 350, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 03 de setembro de 2018; a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017 resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 160/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201714488.

Art. 2º Credenciar o Centro Universitário FACISA (UNIFACISA), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Senador Argemiro de Figueiredo, nº 1.901, Bairro Itararé, no Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba, mantido pelo CESED - Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento Ltda., com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 02.108.023/0001-40).

Art. 3º As atividades presenciais serão realizadas na sede da Instituição, e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 351, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; nas Portarias Normativas n° 20 e n° 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e na Instrução Normativa nº 1, de 17 de setembro de 2018, e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Judicial nº 1000765-21.2021.4.01.3502, em trâmite perante a 1ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Anápolis-GO, conforme consta no Processo Administrativo nº 00732.000597/2021-61, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 213/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201906322.

Art. 2º Credenciar a Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA, por transformação do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA, situada na Avenida Universitária, s/n, bairro Cidade Universitária, no município de Anápolis, no estado de Goiás, mantida pela Associação Educativa Evangélica, com sede no mesmo município e estado (CNPJ nº 01.060.102/0001-65).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, do Ministério da Educação, ou até decisão judicial em sentido contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 352, DE 28 DE MAIO DE 2021

Publica a listagem de atos normativos inferiores a decreto revisados e revoga atos normativos do Ministério da Educação - MEC.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 7º, inciso III, 8º e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, na Portaria MEC nº 357, de 20 de março, alterada pela Portaria MEC nº 767, de 21 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º Publicar, em cumprimento ao art. 7º, inciso III, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, a listagem de atos normativos inferiores a decreto revisados no âmbito do Ministério da Educação - MEC, nos termos do Anexo I.

Art. 2º Revogar os atos normativos indicados no Anexo II, em atendimento ao disposto no art. 8º do referido decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 31 de maio de 2021.

MILTON RIBEIRO

ANEXO I

Ato	Assunto
Portaria MEC nº 1.342, de 14 de novembro de 2012.	Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES/MEC e cria, no âmbito da SERES o encargo de Ouvidor.
Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017.	Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.
Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017.	Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.
Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017.	Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.
Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro 2017.	Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores bem como seus aditamentos.
Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018.	Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.
Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.	Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.
Portaria MEC nº 332, de 13 de março de 2020.	Dispõe sobre a alteração no prazo contido no caput do art. 45 da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018.

ANEXO II

Ato	Assunto
Portaria nº 1.186, de 12 de novembro de 2018.	Institui a Avaliação Especial da Educação Superior no âmbito do Sistema Federal de Ensino.

DESPACHOS DE 27 DE MAIO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, deixo de homologar o Parecer CNE/CES nº 870/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CES/CNE, que votou favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade a distância, da Faculdade Fucape, com sede na Avenida Fernando Ferrari, nº 1.358, Bairro Boa Vista, no município de Vitória, no estado do Espírito Santo, mantida pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 00732.003504/2019-35 (e-MEC 201715411).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 137/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que analisou o recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Seres, expressa na Portaria nº 222, de 8 de julho de 2020, que indeferiu o pedido de autorização para o funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, que seria ministrado pelo Centro Universitário do Norte - Uninorte, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 604, Centro, no município de Manaus, no estado do Amazonas, mantido pelo Centro Nacional de Ensino Superior - Cenesup Ltda., com sede no município de João Pessoa, no estado da Paraíba, conforme consta do Processo nº 00732.001276/2021-83 (e-MEC nº 201713258).

MILTON RIBEIRO
Ministro

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 247, DE 26 DE MAIO DE 2021

Prorroga, até 30 de agosto de 2021, o prazo de análise dos pedidos de reconsideração recebidos em março de 2021, relativos aos pedidos de autorização de cursos técnicos protocolados por Instituições Privadas de Ensino Superior em julho e agosto de 2020

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16, do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Portaria MEC nº 1.718, de 8 de outubro de 2019 e na Portaria SETEC nº 62, de 24 de janeiro de 2020, e considerando o constante dos autos do processo nº 23000.012669/2020-00, resolve:

Art. 1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 30 de agosto de 2021, o prazo de que trata o art. 5º, § 11 da Portaria Setec nº 62, de 24 de janeiro de 2020, para análise dos pedidos de reconsideração protocolados por Instituições Privadas de Ensino Superior em face do indeferimento de pedidos de autorização de cursos técnicos apresentados em julho e agosto de 2020.

Art. 2º A divulgação dos pedidos de reconsideração deferidos, bem como o lançamento do parecer final no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), será feita na primeira semana de setembro de 2021.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WANDEMBERG VENCESLAU ROSENDO DOS SANTOS

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

DESPACHO Nº 67, DE 27 DE MAIO DE 2021

Decide o processo nº 23000.006744/2021-76.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, artigos 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e artigos 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 145/2021/CGSE/DISUP/SERES, determina perante a Faculdade de Ciências Humanas do Vale do Rio Grande - FCHVRG (cód. 831), mantida pela Eduvale Sociedade Educacional Vale do Rio Grande Ltda - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 54.010.061/0001-69:

I. O seu descredenciamento institucional;

II. A intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar sobre alunos remanescentes, se houver, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235/2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal;

III. A determinação à sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB;

IV. A notificação da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 75 do Decreto 9.235/2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784/1999;

V. A efetivação da notificação por meio eletrônico mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC;

VI. O arquivamento do presente processo, após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

PORTARIA Nº 1.686/GR/UFFS, DE 28 DE MAIO DE 2021

Torna públicos os atos normativos da Universidade Federal da Fronteira Sul revisados na Etapa III, conforme Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS), no uso de suas atribuições legais, e considerando o art. 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º TORNAR públicos os quantitativos dos atos normativos da Universidade Federal da Fronteira Sul revisados na Etapa III, conforme Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019:

I - Resoluções:

TRIAGEM (RESOLUÇÕES)	EXAMINADOS NO PERÍODO	REVOGADOS	REVISADOS VIGENTES	CONSOLIDADOS
1263	1263	370	893	893

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO RECKTENVALD

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 374/DDP, DE 25 DE MAIO DE 2021

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.014222/2021-03 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Informática e Estatística - INE/CTC, instituído pelo Edital nº 41/2021/DDP, de 29 de abril de 2021, publicado no Diário Oficial da União nº 80, Seção 3, de 30/04/2021.

Campo de conhecimento: Arquitetura de Sistemas de Computação.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média final
1º	Ricardo Ferreira Vilela	9,33
2º	Douglas Hiura Longo	8,07

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CÂMPUS PATO BRANCO

PORTARIA NORMATIVA GADIR-PB UTFPR Nº 2, DE 25 DE MAIO DE 2021

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 7º, I, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, de atos normativos inferiores a decreto emitidos no âmbito do Câmpus Pato Branco da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

O DIRETOR-GERAL DO CÂMPUS PATO BRANCO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, nomeado pela Portaria Institucional nº 0893, de 08 de maio de 2017, no uso das competências conferidas à função pela Portaria Institucional nº 1783, de 07 de outubro de 2016;

considerando o disposto no art. 7º, I, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos;

considerando o Decreto nº 9.191/2017 que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos;

considerando os trabalhos realizados pela Comissão responsável pela triagem e revisão de atos normativos da UTFPR, designada pela Portaria do Reitor nº 1240/2020;

considerando o conteúdo do Processo nº23064.014041/2021-77; resolve:

I - revogar os seguintes documentos:

ÁREA EMISSORA DO ATO	GRUPO TEMÁTICO	ASSUNTO / EMENTA	TIPO DE ATO	ANO DE EMISSÃO	Nº DO ATO
DIRGE-PB	Administração	Regimento do Conselho do Câmpus Pato Branco da Utfpr	Regulamento	2013	
GADIR-PB	Graduação	Uniforme	Ordem de Serviço	1999	1

II - essa Portaria Normativa entra em vigor com sua publicação no Boletim de Serviço Eletrônico da UTFPR.

IDEMIR CITADIN

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 38-CCE/UFPI, DE 28 DE MAIO DE 2021

A DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO "PROF. MARIANO DA SILVA NETO"- CCE, no uso de suas atribuições legais e, considerando: o Edital Nº 04/2021-CCE/UFPI, de 29/03/2021, publicado no D.O.U. de 30/03/2021, Edição 60, Seção 3, Páginas nsº 80-82; o Aviso de Retificação publicado no D.O.U. de 23/04/2021, Edição 75, Seção 3, Páginas nsº 114 e 115; o Processo Eletrônico Nº 23111.005603/2021-02, resolve:

Art 1º Homologar o resultado final do Processo Seletivo para contratação de Professor Substituto, correspondente à Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, com lotação no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, do Centro de Ciências da Educação "Prof. Mariano da Silva Neto"- CCE, nas áreas relacionadas a seguir:

1) PEDAGOGIA: Habilitando os candidatos MARIA DE JESUS ASSUNÇÃO E SILVA (1ª colocada), ANA MARIA GOMES DE SOUSA MARTINS (2ª colocada), BRUNA CURY DE BARROS (3ª colocada), NÁDIA CATARYNA NOGUEIRA E SILVA (4ª colocada), DEYVIS DOS SANTOS COSTA DE CASTRO (5º colocado), RAIMUNDA FERREIRA GOMES COELHO (6ª colocada), ANA PAULA DOS SANTOS REINALDO VERDE (7ª colocada), EMANUELLA GEOVANA MAGALHÃES DE SOUZA (8ª colocada), APARECIDA DO CARMO FERNANDES CHEROTI (9ª colocada), KELLY DANIELE SANTOS SILVA BRITO (10ª colocada), ANTONIA FLÁVIA MORAES DA COSTA (11ª colocada), LAYS CRISTINE SOARES DE CARVALHO (12ª colocada), FRANCISCA DAS CHAGAS LEONARDO DE OLIVEIRA (13ª colocada), ANA MARIA DA MATA ALMEIDA (14ª colocada), e MÁRCIA MILANE VERÇOSA ROCHA (15ª colocada), e classificando para contratação as quatro primeiras colocadas.

2) METODOLOGIA DO ENSINO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM BIOLOGIA - Habilitando os candidatos HELANNY MÁRCIA RIBEIRO TRAJANO (1ª colocada), GEORGIANNA SILVA DOS SANTOS (2ª colocada) e MANOEL CÍCERO RIBEIRO JÚNIOR (3º colocado), e classificando para contratação a primeira colocada.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor data de sua publicação.

ELIANA DE SOUSA ALENCAR MARQUES

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 609, DE 26 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, bem como o que consta no processo administrativo nº 50000.010733/2021-63, resolve:

Art. 1º Esta Portaria revoga, a pedido da empresa WEST ENGENHARIA DE INSPEÇÃO LTDA., CNPJ nº 07.849.470/0002-54, situada na situada na Rua José Vieira (antiga Rua Um), 158-A, Santa Terezinha, Paulinia/SP, CEP: 13.148-133, a Portaria DENATRAN nº 324, de 14 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 17 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 610, DE 26 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, bem como o que consta no processo administrativo nº 50000.007331/2021-81, resolve:

Art. 1º Esta Portaria revoga, a pedido da empresa HERMIDA E QUARESMA INSPEÇÃO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 05.773.092/0001-66, situada na Rua São Lourenço, nº 183, Bairro: São Lourenço, Niterói/RJ, CEP: 24.060-008, a Portaria DENATRAN nº 4413, de 10 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 611, DE 26 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), por força de decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1066292-66.2020.4.01.3400, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.020757/2019-14, resolve:

Art. 1º Esta Portaria altera a Portaria DENATRAN nº 2273, de 29 de maio de 2019, que credencia, de forma precária, a pessoa jurídica NK EMPLACADORA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 33.088.138/0001-43, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular (EPIV).

Art. 2º A Portaria DENATRAN nº 2273, de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa NK EMPLACADORA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 33.088.138/0001-43, localizada na Rua Jorge Amado nº 1711, Bairro Mimoso do Oeste, Luís Eduardo Magalhães/BA, CEP: 47.850-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 613, DE 26 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Portaria DENATRAN nº 99, de 1º de junho de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.009196/2021-17, resolve:

Art. 1º Esta Portaria homologa, por quatro anos, o sistema informatizado (software) de talonário eletrônico denominado e-AIT, desenvolvido pela COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO (CET), CNPJ nº 47.902.648/0001-17, situada na Rua Barão de Itapetininga, 18, 11 andar, Republica, São Paulo/SP, CEP: 01.042-000.

Art. 2º A alteração do código da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, implica o cancelamento automático da homologação de que trata o art. 1º.

Art. 3º O responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado do talão eletrônico deve comunicar ao DENATRAN o fornecimento do sistema, informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que o utilizará.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 614, DE 26 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.005432/2021-18, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica CIAUTO - CENTRO DE INSPEÇÃO AUTOMOTIVA LTDA., inscrita no CNPJ nº 05.253.105/0002-57, situada no Município de Tubarão - SC, Rua Antônio Hulse, 2846, Bairro Revoredo, CEP: 88.704-220, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 616, DE 26 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.017055/2020-89, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, licença de funcionamento à pessoa jurídica M J INSPECAO DE SEGURANCA VEICULAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 34.751.502/0001-76, situada no Município de Nova Iguaçu - RJ, Rua Lauro Muller, 132, Quadra A - Lote 01, Moquetá, CEP: 26.285-370, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 617, DE 26 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.003550/2021-91, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, licença de funcionamento à pessoa jurídica IVETU - INSPECAO VEICULAR TUBARAO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 10.564.507/0001-21, situada no Município de Tubarão - SC, Rua Silvio Burigo, 3545, Monte Castelo, CEP: 88.702-504, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 4.947, DE 5 DE MAIO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.016719/2021-41, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Curuá;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PA0274;

III - município (UF): Alenquer (PA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 01° 23' 41'' S / 055° 07' 34'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 5.089, DE 26 DE MAIO DE 2021

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão H, aprovado pela Portaria nº 3.711/SPO, de 14 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 137, e nas Leis nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.023683/2020-61, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2021-05-O0ID-01-00, emitido em favor da sociedade empresária MENUSI E TIRLONI AVIACAO AGRICOLA LTDA (Horizonte Aviação Agricola), CNPJ 38.300.865/0001-46.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 5.075, DE 25 DE MAIO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013, e considerando o que consta do processo nº 00058.051778/2020-73, resolve:

Art. 1º Certificar a Fire Help - Serviços de Proteção e Extinção de Incêndios Ltda. (Habilitec), registrada na ANAC sob o número 07, com sede administrativa situada na Avenida Beira Mar, nº 216, Sala 601, Castelo (RJ), como Organização de Ensino Especializada na Capacitação de Recursos Humanos para o SESCINC - OE-SESCINC Tipo 2, com instalações para treinamento prático Nível 2, outorgando o Certificado OE-SESCINC, estando apta a ministrar, em consonância com os itens 5.1.11, 5.1.13 e 5..1.15 do Apêndice ao Anexo à Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013, os seguintes cursos:

I - Curso de Habilitação de Bombeiro de Aeródromo 1 (CBA-1);

II - Curso de Habilitação de Bombeiro de Aeródromo 2 (CBA-2);

III - Curso de Atualização para Bombeiro de Aeródromo (CBA-AT); e

IV - Curso de Especialização de Bombeiro de Aeródromo Motorista/Operador de CCI (CBA-MC).

Parágrafo único. A presente certificação permite que a organização certificada ministre os cursos acima enumerados, nos seguintes endereços:

I - sede: Avenida Beira Mar, nº 216, Sala 601, Castelo (RJ);

II - instalações para treinamento teórico: Estrada Velha do Arraial do Cabo, s/n Praia Sudoeste, Cabo Frio - RJ, 28900-000; e

III - instalações para treinamento prático: Estrada Acácio Antônio Batista, n' 279512795, Bonsucesso, Guarulhos (SP).

Art. 2º O início da primeira edição dos cursos acima citados está vinculado ao recebimento de autorização prévia da ANAC, conforme disposto no item 5.1.4 do Apêndice ao Anexo à Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO DE 28 DE MAIO DE 2021

Processo nº 50300.002529/2020-11. Objeto e Fundamento Legal: Tornar sem efeito a publicação da Deliberação PAS nº 33-ANTAQ, publicada no DOU de 24/05/2021, Seção 1, pág.45, em virtude de erro material.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO Nº 268, DE 13 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.055501/2020-12, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolos constantes do Anexo 1, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação anexados aos processos constantes do Anexo 1, por perda do objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

ANEXO 1

Protocolo	Data Protocolo	Empresa	CNPJ
50500.322750/2019-95	09/05/2019	BENTO & FRAGOSO - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E SERVICOS DE FRETAMENTO LTDA	10.861.396/0001-15
50500.040315/2020-89	18/04/2020	REAL MAIA TRANSPORTES TERRESTRES - LTDA	01.945.637/0001-13
50500.040313/2020-90	18/04/2020	REAL MAIA TRANSPORTES TERRESTRES - LTDA	01.945.637/0001-13
50500.069952/2020-37	13/07/2020	TRANSPORTES UNICA PETROPOLIS LTDA	31.134.885/0001-45
50500.086362/2020-79	18/08/2020	SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI LTDA	07.549.414/0001-13
50500.010843/2021-94	07/02/2021	ROTA DO MAR VIAGENS LTDA	08.284.332/0001-57
50500.010844/2021-39	07/02/2021	ROTA DO MAR VIAGENS LTDA	08.284.332/0001-57
50500.010846/2021-28	07/02/2021	ROTA DO MAR VIAGENS LTDA	08.284.332/0001-57
50500.010847/2021-72	08/02/2021	ROTA DO MAR VIAGENS LTDA	08.284.332/0001-57
50500.012642/2021-21	11/02/2021	CONSÓRCIO FEDERAL DE TRANSPORTES	23.562.535/0001-51
50500.012420/2021-17	11/02/2021	CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES	23.542.573/0001-42
50500.012643/2021-76	11/02/2021	CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES	23.542.573/0001-42
50500.012646/2021-18	11/02/2021	CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES	23.542.573/0001-42
50500.012648/2021-07	11/02/2021	CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES	23.542.573/0001-42
50500.012643/2021-76	11/02/2021	CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES	23.542.573/0001-42
50500.012651/2021-12	11/02/2021	CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES	23.542.573/0001-42
50500.012581/2021-01	11/02/2021	GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S.A.	72.543.978/0001-00
50500.012360/2021-24	11/02/2021	REALMAIA TURISMO E CARGAS LTDA	10.257.014/0001-49
50500.012354/2021-77	11/02/2021	REALMAIA TURISMO E CARGAS LTDA	10.257.014/0001-49
50500.012857/2021-42	12/02/2021	CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES	23.542.573/0001-42
50500.012934/2021-64	12/02/2021	CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES	23.542.573/0001-42
50500.012938/2021-42	12/02/2021	CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES	23.542.573/0001-42
50500.012848/2021-51	12/02/2021	REAL EXPRESSO LTDA	25.634.551/0001-38
50500.013307/2021-41	16/02/2021	GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S.A.	72.543.978/0001-00
50500.013613/2021-87	17/02/2021	TRANSPORTES UNICA PETRÓPOLIS LTDA	31.134.885/0001-45
50500.014731/2021-11	22/02/2021	VIAÇÃO CIDADE DO AÇO LTDA	28.670.958/0001-09
50500.014736/2021-35	22/02/2021	VIAÇÃO CIDADE DO AÇO LTDA	28.670.958/0001-09
50500.013616/2021-11	23/02/2021	TRANSPORTES UNICA PETRÓPOLIS LTDA	31.134.885/0001-45
50500.015840/2021-47	24/02/2021	AUTO VIACAO CATARINENSE LTDA	82.647.884/0001-35
50500.020450/2021-99	11/03/2021	CONCEITO TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	07.622.365/0001-05
50500.021333/2021-42	15/03/2021	PARATINS TRANSPORTE E TURISMO LTDA	05.571.433/0001-10

DECISÃO Nº 269, DE 13 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.055501/2020-12, decide:

Art. 1º Indeferir os pedidos de autorização para operar os mercados protocolos constantes do Anexo 1, por descumprimento ao disposto no caput do art. 25 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação anexados aos processos constantes do Anexo 1, por perda do objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

ANEXO 1

Protocolo	Data do protocolo	Empresa	CNPJ
50500.055197/2020-11	08/06/2020	ARAGUATUR VIAGENS E TURISMO EIRELI	02.729.226/0001-53
50500.055194/2020-70	08/06/2020	ARAGUATUR VIAGENS E TURISMO EIRELI	02.729.226/0001-53
50500.055189/2020-67	08/06/2020	ARAGUATUR VIAGENS E TURISMO EIRELI	02.729.226/0001-53
50500.117613/2020-74	13/11/2020	ARAGUATUR VIAGENS E TURISMO EIRELI	02.729.226/0001-53
50500.117564/2020-70	13/11/2020	ARAGUATUR VIAGENS E TURISMO EIRELI	02.729.226/0001-53
50500.117617/2020-52	13/11/2020	ARAGUATUR VIAGENS E TURISMO EIRELI	02.729.226/0001-53
50500.055193/2020-25	08/06/2020	ARAGUATUR VIAGENS E TURISMO EIRELI	02.729.226/0001-53
50500.055196/2020-69	08/06/2020	ARAGUATUR VIAGENS E TURISMO EIRELI	02.729.226/0001-53
50500.117570/2020-27	13/11/2020	ARAGUATUR VIAGENS E TURISMO EIRELI	02.729.226/0001-53
50500.117573/2020-61	13/11/2020	ARAGUATUR VIAGENS E TURISMO EIRELI	02.729.226/0001-53
50500.055538/2020-41	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - CONTRANSCOM	23.485.597/0001-08
50500.055535/2020-15	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - CONTRANSCOM	23.485.597/0001-08
50500.055551/2020-08	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - CONTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055565/2020-13	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - CONTRANSCOM	23.485.597/0001-08
50500.055556/2020-22	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - CONTRANSCOM	23.485.597/0001-08

50500.055651/2020-26	09/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - CONTRANSCOM	23.485.597/0001-08
50500.055647/2020-68	09/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - CONTRANSCOM	23.485.597/0001-08
50500.055650/2020-81	09/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - CONTRANSCOM	23.485.597/0001-08
50500.055641/2020-91	09/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - CONTRANSCOM	23.485.597/0001-08
50500.055646/2020-13	09/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055635/2020-33	09/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055542/2020-17	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055555/2020-88	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055560/2020-91	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055534/2020-62	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055572/2020-15	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055543/2020-53	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055571/2020-71	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055537/2020-04	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055563/2020-24	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055547/2020-31	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055548/2020-86	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055558/2020-11	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055532/2020-73	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055559/2020-66	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055544/2020-06	08/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055634/2020-99	09/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.055639/2020-11	09/06/2020	COOPERATIVA DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR INTERESTADUAL - COOTRANSCOM	23.485.597/0001-07
50500.014599/2021-39	22/02/2021	EVOLUCAO TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	26.621.050/0001-80
50500.013378/2021-43	17/02/2021	EVOLUCAO TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	26.621.050/0001-80
50500.013384/2021-09	17/02/2021	EVOLUCAO TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	26.621.050/0001-80
50500.013235/2021-31	15/02/2021	EVOLUCAO TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	26.621.050/0001-80
50500.013380/2021-12	17/02/2021	EVOLUCAO TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	26.621.050/0001-80
50500.052741/2020-65	01/06/2020	EVOLUCAO TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	26.621.050/0001-80
50500.009442/2020-19	29/01/2020	GENERAL EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS LTDA	09.173.416/0001-86
50500.009394/2020-51	29/01/2020	GENERAL EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS LTDA	09.173.416/0001-86
50500.301184/2019-88	12/03/2019	GENERAL EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS LTDA	09.173.416/0001-86
50500.009408/2020-36	29/01/2020	GENERAL EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS LTDA	09.173.416/0001-86
50500.392823/2019-14	14/10/2019	NEUZA TRANSPORTES E TURISMO LTDA	08.408.420/0001-13
50500.024658/2021-87	25/03/2021	RENAN NASCIMENTO VALIM	

DECISÃO SUPAS Nº 297, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.042250/2021-97, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO ADAMANTINA LTDA, CNPJ nº 43.004.159/0001-97, para a implantação da linha SÃO PAULO (SP) - BELO HORIZONTE (MG), com os mercados a seguir como seções:

I - De: SÃO PAULO (SP) e ATIBAIA (SP) para: BELO HORIZONTE (MG) E POUSO ALEGRE (MG).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

PORTARIA Nº 299, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.012339/2020-48, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional de nº 215 para a empresa THS TRANSPORTES EIRELI, CNPJ nº 23.495.281/0001-04.

Art. 2º Deferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa THS TRANSPORTES EIRELI, CNPJ nº 23.495.281/0001-04, com a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de nº 215:

I - De: FORTALEZA (CE) Para: NATAL (RN), MOSSORÓ (RN), JOÃO PESSOA (PB), RECIFE (PE), MACEIÓ (AL), ARACAJU (SE) e SALVADOR (BA);

II - De: NATAL (RN) e MOSSORÓ (RN) Para: JOÃO PESSOA (PB), RECIFE (PE), MACEIÓ (AL), ARACAJU (SE) e SALVADOR (BA);

III - De: JOÃO PESSOA (PB) Para: RECIFE (PE), MACEIÓ (AL), ARACAJU (SE) e SALVADOR (BA);

IV - De: RECIFE (PE) Para: MACEIÓ (AL), ARACAJU (SE) e SALVADOR (BA);

V - De: MACEIÓ (AL) Para: ARACAJU (SE) e SALVADOR (BA);

VI - De: ARACAJU (SE) Para: SALVADOR (BA).

Art. 3º A outorga de que trata o art. 2º não produzirá efeitos enquanto vigente o comando proibitivo contido no item 28.2 da decisão do Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 559/2021 — TCU/Plenário.

Art. 4º Conhecer os pedidos de impugnação das empresas EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO S/A, CNPJ nº 10.788.677/0001-90, VIAÇÃO CAIÇARA LTDA., CNPJ nº 11.047.649/0001-84 e EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73 e, no mérito, negar provimento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

PORTARIA Nº 301, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.009042/2020-03, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa EMPRESA PRINCESA DO NORTE S.A., CNPJ nº 81.159.857/0001-50, com a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de nº 90:

I - De: LIMEIRA (SP) e UBERABA (MG) para: FLORIANOPOLIS (SC) e JOINVILLE (SC)

Art. 2º A outorga de que trata o art. 1º não produzirá efeitos enquanto vigente o comando proibitivo contido no item 28.2 da decisão do Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 559/2021 - TCU/Plenário.

Art. 3º Conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA., CNPJ nº 30.069.314/0001- 01, AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., CNPJ nº 82.647.884/0001- 35 e VIAÇÃO COMETA S/A., CNPJ nº 61.084.018/0001-03, no mérito, negar provimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

PORTARIA Nº 302, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no das atribuições que lhe confere o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, em cumprimento ao Mandado de Segurança nº 1066898-94.2020.4.01.3400, constante do processo nº 00424.002693/2021-27, e no que consta no processo nº 50500.098433/2020-86, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional de nº 216 para a empresa DARLAN TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA, CNPJ nº 14.332.938/0001-13.

Art. 2º Deferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa DARLAN TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA, CNPJ nº 14.332.938/0001-13, com a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de nº 216:

I - De: IPAPORANGA (CE), CRATEUS (CE), NOVO ORIENTE (CE), QUITERIANOPOLIS (CE) e TAUA (CE) para: BRASÍLIA (DF), UBERLÂNDIA (MG), UBERABA (MG), RIBEIRÃO PRETO (SP), LEME (SP), CAMPINAS (SP), OSASCO (SP), SÃO PAULO (SP) e SÃO CAETANO DO SUL (SP);

II - De: PICOS (PI) para: UBERLÂNDIA (MG), UBERABA (MG), RIBEIRÃO PRETO (SP), LEME (SP), CAMPINAS (SP), OSASCO (SP), SÃO PAULO (SP) e SÃO CAETANO DO SUL (SP);

III - De: FLORIANO (PI), BOM JESUS (PI) e GILBUES (PI) para: BRASÍLIA (DF), UBERLÂNDIA (MG), UBERABA (MG), RIBEIRÃO PRETO (SP), LEME (SP), CAMPINAS (SP), OSASCO (SP), SÃO PAULO (SP) e SÃO CAETANO DO SUL (SP);

IV - De: BARREIRAS (BA) para: UBERABA (MG) e OSASCO (SP);

V - De: BRASÍLIA (DF), UBERLÂNDIA (MG) e UBERABA (MG) para: LEME (SP), OSASCO (SP) e SÃO CAETANO DO SUL (SP).

Art. 3º A outorga de que trata o art. 2º não produzirá efeitos enquanto vigente o comando proibitivo contido no item 28.2 da decisão do Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 559/2021 - TCU - Plenário.

Art. 4º Conhecer os pedidos de impugnação das EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73 e VIAÇÃO CONTINENTAL DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ n° 21.642.756/0001-04 e, no mérito, negar provimento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

PORTARIA Nº 303, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.025924/2020-16, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa EXPRESSO ITAMARATI S.A., CNPJ nº 59.965.038/0001-41, com a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de nº 75:

I - De: ALTO ARAGUAIA(MT) para: GOIÂNIA(GO) e RIO VERDE(GO);

II - De ALTO GARÇAS(MT), JACIARA(MT), RONDONÓPOLIS(MT) e PEDRA PRETA(MT) para: GOIÂNIA(GO), JATAÍ(GO), MINEIROS(GO), RIO VERDE(GO) e SANTA RITA DO ARAGUAIA(GO);

III - De CUIABÁ (MT) para: GOIÂNIA(GO), RIO VERDE(GO) e SANTA RITA DO ARAGUAIA(GO).

Art. 2º A outorga de que trata o art. 1º não produzirá efeitos enquanto vigente o comando proibitivo contido no item 28.2 da decisão do Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 559/2021 - TCU/Plenário.

Art. 3º Conhecer o pedido de impugnação da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73 e, no mérito, negar provimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

PORTARIA Nº 304, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.015908/2020-15, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa VIAÇÃO XAVANTE LTDA, CNPJ nº 03.143.492/0001-62, por inobservância ao disposto no art. 4º, caput, da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018 c/c art. 1º, inciso V da Deliberação nº 254, de 5 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

PORTARIA Nº 305, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50540.302004/2019-17, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela EMPRESA AUTO VIACAO PROGRESSO S/A, CNPJ nº 10.788.677/0001-90, com a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de nº 26:

I - De: JOÃO PESSOA (PB) Para: PETROLINA (PE), SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE (PE), TORITAMA (PE), SANTA MARIA DA BOA VISTA (PE) e LAGOA GRANDE (PE);

II - De: CAMPINA GRANDE (PB) Para: LAGOA GRANDE (PE).

Art. 2º A outorga de que trata o art. 1º não produzirá efeitos enquanto vigente o comando proibitivo contido no item 28.2 da decisão do Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 559/2021 — TCU/Plenário.

Art. 3º Conhecer os pedidos de impugnação das empresas EXPRESSO GUANABARA S/A., CNPJ nº 41.550.112/0001-01 e EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73 e, no mérito, negar provimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

PORTARIA Nº 306, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.028029/2020-45, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa ASATUR TURISMO LTDA, CNPJ nº 04.693.576/0001-32, por inobservância ao disposto no art. 4º, caput, da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018 c/c art. 1º, inciso V da Deliberação nº 254, de 5 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

PORTARIA Nº 307, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.003343/2020-15, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S.A., CNPJ nº 72.543.978/0001-00, por inobservância ao disposto no art. 4º, caput, da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018 c/c art. 1º, inciso V da Deliberação nº 254, de 5 de maio de 2020.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação das empresas EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0001-40; AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA., CNPJ nº 30.069.314/0001- 01; AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., CNPJ nº 82.647.884/0001- 35; VIAÇÃO COMETA S/A., CNPJ nº 61.084.018/0001-03; REUNIDAS TURISMO S/A, CNPJ nº 04.176.082/0001-80; EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A, CNPJ nº 55.334.262/0001-84; VIAÇÃO SÃO LUIZ LTDA., CNPJ nº 01.016.179/0001-38; EXPRESSO DE PRATA LTDA., CNPJ nº 45.007.937/0001-27; EXPRESSO ITAMARATI S/A., CNPJ nº 59.965.038/0001-41 e VIAÇÃO MOTTA LTDA., CNPJ nº 55.340.921/0001-95, por perda do objeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

PORTARIA Nº 308, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.028774/2020-94, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A, CNPJ nº 55.334.262/0001-84, com a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de nº 72:

I - De: APUCARANA(PR), ARAPONGAS(PR), JANDAIA DO SUL(PR), LONDRINA(PR), MANDAGUARI(PR), MARIALVA(PR), MARINGÁ(PR) e ROLÂNDIA(PR) para: FRANCA(SP), ARARAQUARA(SP), BAURU(SP), JAÚ(SP), OURINHOS(SP) e RIBEIRÃO PRETO(SP);

Art. 2º A outorga de que trata o art. 1º não produzirá efeitos enquanto vigente o comando proibitivo contido no item 28.2 da decisão do Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 559/2021 - TCU/Plenário.

Art. 3º Conhecer os pedidos de impugnação das empresas VIAÇÃO CONTINENTAL DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 21.642.756/0001-04 e EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73. e, no mérito, negar-lhes provimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

PORTARIA Nº 309, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.388882/2019-80, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.388882/2019-80, da empresa VACARIA TRANSPORTE E TURISMO LTDA, CNPJ nº 03.356.807/0001-50, conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Não conhecer o pedido de impugnação pedido de impugnação da EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A, CNPJ nº 55.334.262/001-84, por perda do objeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

PORTARIA Nº 310, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.029407/2020-16, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa AUTO VIAÇÃO GADOTTI LTDA, CNPJ nº 02.659.207/0001-06, com a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de nº 151:

I - De: POMERODE (SC) Para: OSASCO (SP) e EMBU (SP).

Art. 2º A outorga de que trata o art. 1º não produzirá efeitos enquanto vigente o comando proibitivo contido no item 28.2 da decisão do Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 559/2021 - TCU/Plenário.

Art. 3º Conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA, CNPJ nº 30.069.314/0001-01; AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35 e VIAÇÃO COMETA S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03 e, no mérito, negar-lhes provimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

PORTARIA Nº 311, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.426091/2019-65, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa VIAÇÃO GARCIA LTDA, CNPJ nº 78.586.674/0001-07, com a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de nº 87:

I - De: MARINGÁ (PR) e APUCARANA (PR) para: JABOTICABAL (SP), ASSIS (SP), MARILÍA (SP) e TAQUARITINGA (SP);

II - De: LONDRINA (PR) para: JABOTICABAL (SP), ASSIS (SP), MARILÍA (SP), LINS (SP) e TAQUARITINGA (SP);

Art. 2º A outorga de que trata o art. 1º não produzirá efeitos enquanto vigente o comando proibitivo contido no item 28.2 da decisão do Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 559/2021 - TCU/Plenário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

PORTARIA Nº 312, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.029404/2020-74, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa AUTO VIACAO GADOTTI LTDA, CNPJ nº 02.659.207/0001-06, com a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de nº 151:

I - De: ITAPEMA (SC), BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC), ITAJAÍ (SC), BRUSQUE (SC), GASPAR (SC), BLUMENAU (SC), MASSARANDUBA (SC), GUARAMIRIM (SC), JARAGUÁ DO SUL (SC), MAFRA (SC) e PORTO UNIÃO (SC) Para: AMPERE (PR), UNIÃO DA VITÓRIA (PR), GENERAL CARNEIRO (PR), PALMAS (PR), CLEVELÂNDIA (PR), PATO BRANCO (PR), MARMELEIRO (PR), FRANCISCO BELTRÃO (PR), SALTO DO LONTRA (PR) e SANTA IZABEL DO OESTE (PR).

Art. 2º A outorga de que trata o art. 1º não produzirá efeitos enquanto vigente o comando proibitivo contido no item 28.2 da decisão do Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 559/2021 - TCU/Plenário.

Art. 3º Conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA., CNPJ nº 30.069.314/0001- 01, AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., CNPJ nº 82.647.884/0001- 35 e VIAÇÃO COMETA S/A., CNPJ nº 61.084.018/0001-03, e, no mérito, negar provimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 3.051, DE 28 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 173 do Regimento Interno aprovado pela resolução/CONSAD nº 39 de 17/11/2020 e publicada no DOU de 19/11/2020, e tendo em vista o constante dos autos do processo nº 50600.011595/2021-71, resolve:

Art. 1º DECLARAR de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação para fins rodoviários, terras e benfeitorias, excluídas as áreas que compõem a faixa de domínio existente da rodovia e demais áreas pertencentes a União, delimitadas pela poligonal formada pela lista de pares de coordenadas UTM a seguir, contidas na faixa de utilidade pública de 150 metros de cada lado contados a partir do eixo da rodovia, referente às obras da BR-415/BA, trecho Itabuna-Ilhéus, sub-trecho Itabuna - Entr. BA-001 (Contorno de Ilhéus), extensão 18,00 km, SNV: 415BBA0010/415BBA0015/415BBA0020/415BBA0025/415BBA0030, lote único:

8365234,9220 473207,9010; 8365240,6960 473278,9220; 8365234,1790 473341,3230; 8365215,8170 473399,4220; 8365180,2360 473461,1050; 8365122,6040 473520,7630; 8364863,6250 473723,6010; 8364900,9960 473887,6100; 8364905,7340 473978,9610; 8364898,7720 474034,5610; 8364886,3140 474083,0380; 8364865,6050 474135,1060; 8364837,0560 474185,6160; 8364633,4820 474455,1670; 8364568,2870 474530,6850; 8364500,4000 474598,6650; 8364395,8400 474686,7070; 8364034,5030 474951,7160; 8363796,0810 475162,4850; 8363757,3180 475201,4760; 8363728,6600 475248,7800; 8363714,0560 475302,1240; 8363712,8680 475342,8290; 8363728,0710 475478,3610; 8363729,2760 475542,0040; 8363719,0620 475610,5040; 8363695,0280 475678,2240; 8363655,9420 475742,9320; 8363607,5770 475795,4150; 8363554,7340 475835,5850; 8363454,1290 475896,5010; 8363416,7320 475928,1650; 8363380,8800 475982,5860; 8363364,4310 476045,6440; 8363367,1610 476101,5030; 8363382,2490 476148,4610; 8363585,5820 476512,1330; 8363620,2700 476588,1030; 8363645,4490 476662,4940; 8363671,0700 476795,5940; 8363709,2220 477288,3310; 8363717,0090 477344,3690; 8363728,5050 477387,7200; 8363762,0120 477460,4320; 8363876,7020 477641,6510; 8363913,5840 477708,1560; 8363946,4680 477787,1240; 8363973,5530 477890,0350; 8363984,7250 477995,8620; 8363979,5130 478104,0410; 8363961,5810 478201,6140; 8363840,7010 478711,3840; 8363836,1900 478789,5140; 8363849,5520 478868,2350; 8363868,2600 478918,1380; 8363899,5720 478972,3410; 8364092,2980 479210,6340; 8364137,2110 479276,6910; 8364176,5540 479360,2280; 8364220,1340 479498,2480; 8364310,9960 479594,3400; 8364350,1930 479650,3740; 8364372,9400 479699,8950; 8364387,0000 479749,9530; 8364392,7160 479792,1800; 8364392,2590 479846,6730; 8364377,9600 479918,4870; 8364347,3600 479987,7450; 8364295,6790 480055,2990; 8364238,9470 480101,5920; 8364185,7650 480129,8550; 8364130,2320 480148,4300; 8363868,0480 480196,4290; 8363798,1140 480216,1160; 8363717,4370 480256,7150; 8363647,3060 480313,6240; 8363599,2770 480371,6290; 8363566,4520 480428,2800; 8363364,4090 480892,5610; 8363335,8220 480981,2410; 8363313,4210 481071,6820; 8363297,3110 481163,4530; 8363287,5690 481256,1170; 8363284,5720 481381,1560; 8363295,0090 481783,0760; 8363302,4140 481824,1630; 8363317,2150 481863,4090; 8363473,4740 482163,9220; 8363516,8240 482270,5240; 8363534,0460 482342,9400; 8363541,8500 482416,9660; 8363540,1100 482491,3820; 8363531,9700 482549,9270; 8363505,8420 482648,5310; 8363383,4240 483007,7440; 8363349,1030

483090,7330; 8363309,2380 483161,8720; 8363266,4060 483220,7040; 8363205,7840
483285,9330; 8362840,1020 483613,9170; 8362796,5170 483669,5710; 8362767,1540
483728,1020; 8362752,0970 483778,3090; 8362744,9370 483830,2330; 8362747,8210
484027,5340; 8362739,3660 484127,8900; 8362721,9030 484217,6660; 8362622,4880
484625,0110; 8362608,4390 484737,0160; 8362605,4400 484849,8580; 8362617,2610
484990,4320; 8362632,5950 485073,7080; 8362654,0150 485155,6310; 8362702,9100
485287,9570; 8362833,1500 485552,1640; 8362866,9230 485639,9290; 8362958,0340
486042,9950; 8362996,7030 486153,9460; 8363054,7140 486256,1230; 8363515,3930
486882,4630; 8363558,1610 486955,6060; 8363842,2870 487495,6390; 8364076,2260
487382,9380; 8364134,7170 487360,8230; 8364218,3530 487349,5760; 8364259,8610
487352,7510; 8364310,4720 487364,7410; 8364358,2520 487385,2940; 8364393,4670
487407,4940; 8364425,2700 487434,3560; 8364456,7840 487470,1970; 8364490,8870
487526,2360; 8364588,2180 487728,4570; 8364317,7990 487858,3550; 8364215,0790
487649,8840; 8363948,1340 487777,6590; 8363940,6700 487823,0410; 8363923,0230
487866,7730; 8363895,6240 487905,1550; 8363859,9980 487936,0510; 8363823,6230
487955,5830; 8363795,5650 487964,7400; 8363754,6720 487970,4260; 8363724,2460
487969,2090; 8363677,4720 487958,0060; 8363634,7270 487935,9560; 8363602,5830
487908,7540; 8363573,7680 487870,2440; 8363551,2920 487811,3620; 8363547,4180
487757,4340; 8363556,9710 487707,7010; 8363585,5600 487651,9910; 8363293,1980
487096,3040; 8363239,2490 487010,3840; 8362809,5740 486429,0730; 8362763,6270
486356,4330; 8362724,4320 486279,9380; 8362692,3130 486200,2140; 8362667,5300
486117,9120; 8362582,7070 485736,0720; 8362559,6510 485675,5190; 8362427,6700
485407,3160; 8362367,2940 485243,9170; 8362326,3170 485070,8300; 8362306,8410
484894,0270; 8362306,9490 484751,6970; 8362321,0100 484610,0640; 8362341,4510
484501,5260; 8362440,0880 484099,9670; 8362447,8710 484021,5490; 8362444,2920
483853,1020; 8362447,7110 483784,7930; 8362463,9420 483693,3220; 8362488,3380
483617,3320; 8362541,0290 483512,3000; 8362615,3320 483415,0400; 8362679,3990
483352,5070; 8362987,4640 483079,5240; 8363050,7690 483008,7540; 8363077,7460
482962,7640; 8363101,4540 482905,3110; 8363218,0920 482563,2860; 8363237,3840
482493,1870; 8363241,4710 482418,7950; 8363226,3770 482347,4090; 8363200,9860
482289,7190; 8363037,9250 481973,5630; 8363009,1040 481888,1960; 8362995,9880
481807,6470; 8362984,2410 481350,5990; 8362991,2480 481198,9440; 8363020,2620
481007,9570; 8363047,7570 480897,4470; 8363081,6380 480792,3430; 8363124,5480
480684,9960; 8363306,6490 480277,2580; 8363368,6040 480178,5800; 8363450,8900
480086,1670; 8363510,0180 480036,0200; 8363556,8100 480003,3260; 8363671,2980
479943,6570; 8363790,8660 479906,1580; 8364059,1600 479856,8840; 8364083,3970
479843,1950; 8364093,3510 479820,6650; 8364092,0730 479805,7850; 8364084,5100
479791,1420; 8363999,9770 479703,1280; 8363961,5430 479650,4440; 8363934,4800
479593,9260; 8363898,6090 479473,9960; 8363878,1540 479428,0130; 8363644,8390
479131,2690; 8363594,9800 479041,9380; 8363560,6430 478949,1040; 8363538,1650
478827,5050; 8363539,1240 478703,8490; 8363556,0070 478606,0770; 8363677,2640
478095,7950; 8363685,0110 478018,1740; 8363678,1650 477942,5160; 8363662,4490
477883,7760; 8363644,9100 477841,6580; 8363496,8720 477601,0560; 8363463,5510
477534,0830; 8363443,0410 477480,0170; 8363423,6390 477407,1930; 8363412,6820
477336,8440; 8363375,6170 476855,5020; 8363360,5050 476758,1630; 8363340,7660
476697,1180; 8363318,5440 476648,8460; 8363135,9150 476325,5160; 8363098,7650
476248,2190; 8363078,2610 476184,1670; 8363068,1550 476131,3720; 8363063,6040
476068,4470; 8363066,0060 476014,7470; 8363077,7700 475945,6520; 8363099,0810
475878,8820; 8363129,5200 475815,7470; 8363168,4880 475757,4890; 8363210,2230
475710,1760; 8363250,2410 475674,2880; 8363397,3510 475579,8310; 8363423,8580
475549,8290; 8363429,6000 475510,5370; 8363412,4360 475335,9910; 8363419,4170
475244,2470; 8363431,0680 475192,3840; 8363451,6740 475133,4950; 8363482,9650
475071,6500; 8363512,5800 475027,5080; 8363582,0600 474951,6690; 8363843,0730
474720,7250; 8364215,6200 474446,8650; 8364294,7480 474380,2380; 8364400,2060
474266,5260; 8364587,8480 474018,5500; 8364602,6950 473984,3080; 8364605,7700
473942,7010; 8364570,1130 473791,8380; 8364563,2530 473726,6790; 8364567,7840
473672,9740; 8364581,8210 473620,5730; 8364616,3030 473553,4870; 8364660,9280
473501,4720; 8364939,7580 473281,6650; 8364916,1550 473088,3320; 8365213,4810
473048,3710; 8365234,9220 473207,9010. (Sistema de referência UTM Zona 24S Datum Sirgas 2000)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 3.333, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/13326 - DPF/PFO/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DELTA SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 92.412.782/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 928/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.334, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/27699 - DPF/JFA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MEN IN BLACK VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI - ME, CNPJ nº 07.276.997/0001-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1019/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.335, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/28051 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa KAIRÓS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.377.459/0010-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 916/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.336, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/28740 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FASA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 17.312.819/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 909/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.337, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/29930 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CET SEG SEGURANCA ARMADA LTDA, CNPJ nº 08.644.690/0005-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 943/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.338, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31755 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa ORDEPSEG - SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ nº 12.408.848/0001-33, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em Sergipe.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.339, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/32366 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TECSEG TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 10.325.594/0001-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 984/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.340, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34765 - DPF/SOD/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BERBEL CENTRO DE FORMACAO E TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 10.189.259/0001-86, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente BERBEL VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.178.919/0001-68:

8 (oito) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.341, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34893 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GIRUS MERCANTIL DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 73.909.400/0001-98 para atuar no Mato Grosso.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.342, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34926 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EPAVI VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 92.966.571/0001-01, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

19346 (dezenove mil e trezentas e quarenta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.343, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/35103 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa HUNTER'S ESCOLA DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 01.289.220/0001-40, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10000 (dez mil) Munições calibre .380

10000 (dez mil) Munições calibre 12

50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38

50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38

2000 (dois mil) Estojos calibre 38

10000 (dez mil) Gramas de pólvora
50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre 38
1000 (um mil) Estojos calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.344, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/28622 - DPF/SJK/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONELESTE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA-EPP, CNPJ nº 16.661.244/0001-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 980/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO Nº 435/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.001462/2019-35 Representantes: Instituto Defesa Coletiva Representado: Banco Pan S.A. Ante a prática de infração ao disposto nos artigos 4º caput, I e III; 6º, incisos II, III e IV; 39, inciso IV; 43 e do Código de Defesa do Consumidor e os arts. 7º, incs. I, VII, VIII, IX, X, 10, caput e § 1º, e 11, do Marco Civil (lembrando que o inc. XIII do art. 10 determina a aplicação do CDC às relações regidas por tal marco legal), acolho a Nota Técnica nº 35/2021/CSA-SENACON/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ (14657462),elaborada pela Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas (CGCTSA), cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão, e, determino a aplicação de sanção administrativa de multa no valor de R$ 8.800.000,00 (oito milhões e oitocentos mil reais) ao BANCO PAN S.A., pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita sob o nº CNPJ nº 59.285.411/0001-13, assim, deste modo, considerando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a gravidade e a extensão da lesão causada aos consumidores em todo o país, a vantagem auferida e a condição econômica da empresa, nos termos do artigo 57 da Lei n. 8.078/90, dos inc. I e II do art. 25 e dos inc. IV, VI e VII do art. 26 do Decreto nº 2.181, de 1997.O valor definitivo da multa deverá ser depositado em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, nos termos da Resolução CFDD nº 30, de 26 de novembro de 2013, conforme determina o art. 29 do Decreto nº 2.181, de 1997, alterado pelo Decreto nº 9.360, de 2018. Nos termos da Portaria Senacon nº 8, de 5 abril de 2017, Capítulo IV, que trata do recolhimento da multa aplicada nos processos administrativos que tramitem nesta Secretaria, são deveres da parte interessada não só a expedição da Guia de Recolhimento da União (GRU), mas também seu adequado preenchimento, conforme instruções constantes do Anexo I dessa Portaria. A parte interessada deverá efetuar a juntada de cópia da GRU aos autos, no prazo de 5 (cinco) dias a partir do recolhimento, a fim de que seja arquivado o processo, cuja não ocorrência acarretará a falta de identificação de pagamento da multa e, dentro do prazo de 30 (Trinta) dias, ensejará a inscrição do débito em dívida ativa da União. Em caso de renúncia ao direito de recorrer desta decisão, a Representada fará jus a um fator de redução de 25% (vinte cinco por cento) no valor da multa aplicada, em conformidade com a Portaria Senacon nº 14, de 19 de março de 2020. Não havendo, nos autos, comprovação de recolhimento da multa, encaminhá-los à CGCTSA para requerer à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a inscrição do débito, vencido e não-pago, em Dívida Ativa da União (DAU), em respeito ao art. 39 da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e ao art. 2º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980; Determino, ainda, a expedição de ofício circular aos órgãos e entidades integrantes do SNDC, com cópia deste documento e do Despacho decisório do DPDC, ao propósito de cientificá-las, em observância ao art. 19, inc. V, do RI-Senacon, bem como ofício para a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e para o Departamento de Polícia Federal (DPF), com cópia deste documento e do Despacho decisório do DPDC, para conhecimento e eventual apuração criminal. Por fim, determina-se a abertura de novos autos para apuração específica de infrações contra o Marco Civil da Internet.

PEDRO AURÉLIO DE QUEIROZ PEREIRA DA SILVA
Diretor

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 3.329, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08001.007730/2018-71, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, LUIZ ANTONIO MEDINA ARRIETA, de nacionalidade peruana, filho de Juan Luiz Medina Duran e de Elizabeth Arrieta Rodriguez, nascido em Lima, República do Peru, em 18 de julho de 1983, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.330, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.002047/2018-68, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, GUILHERMO CASTRO SOSA, de nacionalidade boliviana, filho de Guilhermo Castro Cuellar e de Ermenejilda Sosa, nascido em Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, em 6 de março de 1964, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.331, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08001.005353/2018-35, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, LUCIO LEOCADIO HUAYGUA QUENTA, de nacionalidade boliviana, filho de Justino Huaygua Quenta e de Marcelina Quenta Choque, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 4 de março de 1970, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.332, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.004684/2016-15, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR o território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARIELA FLORES ORTIZ, de nacionalidade boliviana, filha de Maximino Flores Banzan e de Carmem Ortiz Vargas, nascida em Santa Cruz de la Sierra, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 9 de dezembro de 1978, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 31 (trinta e um) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.333, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.024389/2009-48, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ELIDA ISABEL FELIZ, de nacionalidade dominicana, filha de José Dolores Castelliano e de Eneryda Feliz Alcântara, nascida na República Dominicana, em 17 de outubro de 1977, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 20 (vinte) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.334, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.004780/2008-34, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, FREDDY DURAN GUTIERREZ, de nacionalidade boliviana, filho de Gumercindo Duran e de Maria Gutierrez, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 1º de outubro de 1957, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.335, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006012/2004-91, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LUIS ANTONIO VELA GOMES, de nacionalidade boliviana, filho de Miguel Antonio Vela Gomez e de Elda Gómez Fasanando, nascido em Santa Cruz de La Sierra, no Estado Plurinacional da Bolivia, em 21 de maio de 1961, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 22 (vinte e dois) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.336, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS - SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.003404/2002-37, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, RAY VIDAL ROSADO, de nacionalidade boliviana, filho de Daniel Vieira e Lili Torres, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 25 de novembro de 1974, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.337, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.018688/1995-67, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BENITO PEREZ BELES, de nacionalidade boliviana, filho de Alberto Peres e de Dora Beles, nascido no Estado Plurinacional da Bolivia, em 12 de junho de 1962, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.338, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.005394/2019-23, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR o território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SANDRO BARRETO COCCO, de nacionalidade paraguaia, filho de Alejandrina Cocco, nascido na República do Paraguai, em 8 de junho de 1998, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.339, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS - SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.005386/2008-13, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ALBANO LEITE DOS SANTOS, de nacionalidade portuguesa, filho de Rufino Henrique dos Santos e de Rosaria da Conceição Leite, nascido em Macieira de Sarnes, na República Portuguesa, em 17 de julho de 1956, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.340, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS - SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006090/2004-96, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, RAMON ENRIQUE MOREIRA GODOY, de nacionalidade chilena, filho de Luis Moreira Gonsales e de Manuela Micaela Godoy Canales, nascido na República do Chile, em 15 de julho de 1958, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.341, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.017850/2001-48, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, VALTER JORGE DIAS, de nacionalidade portuguesa, filho de Manoel Jorge Dias Ferreira e de Maria Inês de Castro Dias, nascido na Ilha da Madeira, na República Portuguesa, em 1° de agosto de 1974, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 19 (dezenove) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.342, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.037801/1983, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FABRIZIO PERAZZA, de nacionalidade italiana, filho de Alberto Perazza e Adriana Bartolomucci, nascido em Roma, na República Italiana, em 8 de novembro de 1954, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.344, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

FATEMA MOSBAH MOHAMED ISMAIL - G459151-7, natural da Líbia, nascida em 07 de dezembro de 1984, filha de Ruqia Omar Abdullah Almaghrbi e Mosbah Mohamed Ismail, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0033821/2021);

KHAWLAH ALI AHMED ABDULNNAWAYIL - G442169-T, natural da Líbia, nascida em 23 de junho de 1991, filha de Khadija Fituri Hussen e Ali Ahme Abulnnawayil, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0031540/2021);

MISA NAJMI MOHAMED TASHANI - f183899-T, natural da Líbia, nascida em 30 de julho de 1989, filha de Najmi Mohamed Tashani e Fuzia Basher Darebi, residente no Estado de Goiás (Processo nº 235881.0006448/2020);

MOHAMED ABDUNNABI MOHAMED JUBRAN - G302061-6, natural da Líbia, nascido em 16 de abril de 1981, filho de Aisha Abulgasem Omar Krkar e Abdunnabi Mohamed Jubran, residente no Estado do Ceará (Processo nº 235881.0032971/2021);

OTMAN ABUBAKER MOHAMED ALOSTA - G438865-M, natural da Líbia, nascido em 01 de dezembro de 1987, filho de Zohra Ali Abohalala e Abubaker Mohamed Alosta, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0031518/2021);

RASHA MATAR ALKAEI-G140112-F, Natural da Síria, nascida em 05 de maio de 1992, filha de Shala Alhasan e Ghazi Matar Alkaei, residente no Estado do Paraná (Processo 235881.0017063/2020);

TALAL MOHAMED SGHAYAR ALJERBI- F183897-X, natural da Líbia, nascido em 30 de junho de 1979, filho de Mohamed Sghayar Aljerbi e Mabrouka Mohamed Ben Koura, residente no Estado de Goiás (Processo nº 235881.0005547/2020) e

USAMA NURI AHMED TLALA - F249374-F, natural da Líbia, nascido em 24 de maio de 1987 filho de Nuri Ahmed Tlala e Mabrouka Ali Eshoubrak, residente no estado do Espírito (Processo nº 235881.0039491/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.345, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

KERVENS TOUSSAINT - F010544-J, natural do Haiti, nascido em 02 de novembro de 2014, filho de Kesner Toussaint e Lurantha Desinor, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0021338/2021) e

MUHAMMAD HAMMOUDI HELANI - G365828-W, natural da Síria, nascido em 07 de julho de 2014, filho de Rayan Alkotob e Bassel Hammoudi Helani, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0038382/2021).

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.346, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

MAHMMOUD ALDANDARY - G131823-K, natural da Kuwait, nascida em 04 de setembro de 1986, filha de Hala Alkhalili e de Khaled Aldandary, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.002133/2020-01);

REFGA OMAR ABRAHEEM ALMALIQITAH - F168014-8, natural da Líbia, nascida em 28 de julho de 1998, filha de Omar Abraheem Almaliqitah e de Ayada Mohamed Ahmed Dira, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08505.009561/2020-57) e

SAMUEL DAMILARE ADEOYE - G196918-M, natural da Nigéria, nascida em 12 de fevereiro de 1989, filha de Rebecca Ajayi Adeoye e de Titus Oyesomi Aseoye, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08385.005603/2020-94).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.347, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

HOUR AHMED ABDELHALIM ABDELHALIM ZALAT - G347678-R, natural do Egito, nascida em 26 de outubro de 2011, filha de Sara Mohamed Mahmoud Elhasawy e de Ahmed Abdelhalim Abdelhalim Zalat, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.009851/2020-09) e

SUBAYYAL QURAISHI - F256812-Q, natural do Paquistão, nascida em 02 de junho de 2010, filha de Sohaib Ahmed Quraishi e de Nida Ahmed Quraishi, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08495.000166/2020-75).

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

DESPACHO

DESPACHO Nº 86/2021/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA EXPULSÃO
Interessado: MARCELO GABRIEL PARODI ou MARIO BOTTICCIO
Processo nº 08000.006338/2002-57

O Coordenador de Processos Migratórios, substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, por falta de amparo legal.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

DESPACHOS

DESPACHO Nº 882/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessada: MARIE DIO SILAIN
Processo: 08451.001379/2020-21

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 883/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessada: MANIACHA PRINCE
Processo: 08240.012905/2019-20

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 884/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: RAFAEL CERVANTES ROMERO
Processo: 08485.027711/2019-56

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 1495/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: LAMITA AL BASIT
Processo: 08505.007343/2020-88

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido pelo não cumprimento do requisito previsto no art. 70 da Lei 13.445/2017.

DESPACHO Nº 2026/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido de naturalização
Processo Naturalizar-se nº: 235881.0029457/2021
Interessado: Mohammed Ali hussen

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no inciso I art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 2027/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: RODRIGUE PHARISMA
Processo: 235881.0024945/2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria n° 623 de 13 de novembro de 2020, e Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 2028/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Extinção do pedido
Interessado: RODRIGUE PHARISMA
Processo: 235881.0017928/2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, extingo o processo, pela perda do objeto, nos termos do art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 2029/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0016397/2020
Interessado: MARCELO CASTO SEJAS BALTAZAR

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria retro mencionada e Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento de exigências.

DESPACHO Nº 2031/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0015933/2020
Interessado: WIDLOR AUGUSTE

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria retro mencionada e Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento de exigências.

DESPACHO Nº 2032/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0013990/2020
Interessado: JOSÉ ANTONIO DA SILVA COSTA

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria retro mencionada e Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento de exigências.

DESPACHO Nº 2033/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0010566/2020
Interessado: CHEIKH OUSMANE BABOU

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria retro mencionada e Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento de exigências.

DESPACHO Nº 2034/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0008727/2020
Interessado: KAZEEM ISHOLA ADEBAYO

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria retro mencionada e Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento de exigências.

DESPACHO Nº 2035/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0005554/2020
Interessado: BADEH ALMKHOUL

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art.67, da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 2036/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0004469/2020
Interessado: TAYLOR ENRIQUE PEREZ ACUNA

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria N° 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não reside no país por prazo indeterminado, nos termos do inciso II, do Art. 65, da Lei 13.445/2017 c/c Art. 221, do Decreto 9.199/2017.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 644, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve:

Processo: 08017.000470/2021-39
Programa: VEM PRA CÁ (Brasil - 2021)

Tornar sem efeito a publicação da Portaria nº 637, de 27 de maio de 2021, no Diário Oficial da União, DE 28 DE MAIO DE 2021, Seção I, página 212.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 645, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: SOBRE OLHARES (Brasil - 2021)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Zita Cintra/Christian Saghaard
Distribuidor(es): ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000810/2021-21
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 646, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: AMOR, CASAMENTO E OUTROS DESASTRES (LOVE, WEDDINGS & OTHER DISASTERS, Estados Unidos da América - 2020)
Produtor(es): Align/Construction Film/Convergente Media
Diretor(es): Dennis Dugan
Distribuidor(es): CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Comédia/Romance
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000833/2021-36
Requerente: ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 647, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: PEDRO E INÊS, O AMOR NÃO DESCANSA (PEDRO E INÉS, Brasil / França / Portugal - 2018)
Produtor(es): MPM Film/Refinaria Filmes
Diretor(es): Antonio Ferreira
Distribuidor(es): PANDORA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000847/2021-50
Requerente: PROVIDENCE DISTRIBUIDORA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 648, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: LIMIAR (Brasil - 2021)
Produtor(es): Laboratório Cisco
Diretor(es): Coraci Ruiz
Distribuidor(es): TATURANA MOBILIZAÇÃO DE IMPACTO
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Nudez , Linguagem Imprópria e Temas Sensíveis
Processo: 08017.000862/2021-06
Requerente: LABORATÓRIO CISCO EDUCAÇÃO E IMAGEM LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 649, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: CHICO VENTANA NÃO QUERIA TER UM SUBMARINO (Argentina / Brasil / Filipinas / Holanda / Uruguai - 2020)
Produtor(es): Pelicano Cine/La Pobladora Cine/Desvia Produções
Diretor(es): Alex Piperno
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Nudez e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000874/2021-22
Requerente: VITRINE FILMES EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 650, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: ACQUA MOVIE (Brasil - 2019)
Produtor(es): Chá Cinematográfico
Diretor(es): Lírio Ferreira
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000879/2021-55
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 651, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: KING KONG EM ASUNCIÓN (Bolívia / Brasil / Paraguai - 2020)
Diretor(es): Camilo Cavalcante
Distribuidor(es): LUDWIG MAIA ARTHOUSE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000889/2021-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 652, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: OS SUBURBANOS - O FILME (Brasil - 2021)
Produtor(es): Hungry Man
Diretor(es): Luciano Sabino
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000973/2021-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 653, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: VELOZES & FURIOSOS 9 - TRAILER3F9 (FAST & FURIOUS - VIN BACK TO CINEMA - TRAILER3F9, Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): Justin Lin
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES INTERNATIONAL BRAZIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ação/Aventura
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.000977/2021-92
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 654, DE 28 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: HALLOWEEN KILLS - O TERROR CONTINUA (HALLOWEEN KILLS, Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): David Gordon Green
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES INTERNATIONAL BRAZIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Suspense/Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.000978/2021-37
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS - SG DE 28 DE MAIO DE 2021

Nº 742- Ato de Concentração nº 08700.002352/2021-57. Requerentes: Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. e Celer Processamento Comércio e Serviço Ltda. Advogados: Sérgio Varella Bruna; Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira; José Inácio Gonzaga Franceschini; Cristhiane H. L. Ferrero Taliberti e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 748- Ato de Concentração nº 08700.002436/2021-91. Requerentes: Petsupermarket Comércio de Produtos para Animais S.A e Porto Pet Administração de Planos de Saúde Animal S.A. Advogados: Ana Paula Paschoalini, Vitor Jardim Barbosa, Gustavo H. Kastrup, Michelle Marques Machado, Stephanie Scandiuzzi e Giovanna de Cristofaro. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 752- Ato de Concentração nº 08700.002267/2021-99. Requerentes: Baker Hughes Company e Akastor ASA. Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Leonardo Rocha e Silva, Maria Eugênia Novis, Erica Sumie Yamashita e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 753- Ato de Concentração nº 08700.002351/2021-11. Requerentes: Lojas Americanas S.A. e Uni.co S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Pedro Salles Cristófaro, Daniel Vio e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

.

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2 - GABIN/ICMBIO, DE 26 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre procedimentos para planejamento e gestão da atividade de escalada em rocha nas unidades de conservação federais, conforme processo SEI 02070.005245/2020-87.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020 e pela Portaria nº 451, de 21 de setembro de 2020, da Casa Civil, e publicada no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto n° 4.340, de 22 de agosto de 2002;

Considerando o art. 225, §1°, III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e as Leis n° 9.985/2000 e n° 11.516/2007, que atribuem ao Estado brasileiro o dever de criação e manutenção de áreas especialmente protegidas para a conservação do meio ambiente, sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na esfera federal;

Considerando o disposto nos artigos 6° e 217 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que instituem o lazer e a prática esportiva como direitos sociais e determinam ao Estado o dever de fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um;

Considerando a Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e o Sistema Brasileiro de Desporto;

Considerando a necessidade de ordenar e estimular as atividades de visitação e atender às Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente;

Considerando o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidade de Conservação - ROVUC, estabelecido pelo ICMBio;

Considerando o Manual Manejo de Escalada elaborado pelo Acceso PanAm em parceria com a Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada - CBME e apoio do WWF- Brasil;

Considerando o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação, com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais, estabelecido pelo ICMBio;

Considerando a publicação Fundamentos do Planejamento de Trilhas, estabelecida pelo ICMBio; resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1° Ficam estabelecidos os procedimentos para o planejamento e a gestão da prática de escalada em rocha nas unidades de conservação federais.

Parágrafo único. Escaladas em paredes artificiais ou em árvores não são contempladas por esta instrução normativa.

Art. 2° Para os fins previstos nesta Instrução Normativa entende-se por:

I - administração local do ICMBio: unidades de conservação, núcleos de gestão integrada - NGI ou unidade especial avançada - UNA.

II - atividade de escalada em rocha: prática esportiva e de lazer que se caracteriza pela ascensão em rocha com diferentes graus de dificuldade e tempos de duração e usando equipamentos e técnicas específicas, abrangendo escalada em livre,

artificial e em via ferrata, em suas diferentes modalidades, assim como os trajetos e técnicas de descida e acesso à rocha denominada apenas como Escalada para os fins desta Instrução Normativa;

III - abertura de via: representação de exploração de novas vias ao subir um caminho nunca antes escalado, podendo ser realizado de baixo para cima (conquista de vias) ou de cima para baixo (equipagem de via);

IV - boulder: modalidade praticada sem o uso de cordas e geralmente limitada à escalada em blocos rochosos de pequena altura, sobre uma espécie de colchão chamado de crash pad;

V - direito autoral: princípio universal em todas as modalidades da atividade, adotado pela comunidade de escalada, que se relaciona ao respeito às características originais das vias de escalada, sejam elas quais forem;

VI - escalada em artificial: a ascensão realizada com auxílio de ancoragens, fixas ou móveis, permanentes ou removíveis, colocadas na rocha para ajudar o escalador na progressão. Geralmente é reservada para locais onde é impossível, ou extremamente difícil, progredir utilizando as características naturais da rocha, podendo ser empregada em apenas parte da via de escalada";

VII - escalada em livre: ascensão realizada com as mãos e os pés utilizando como apoio as características naturais da rocha, podendo ser feita sem ou com corda, dependendo do estilo da modalidade. Vários tipos de equipamento podem ser utilizados para proteger contra quedas, mas não para ajudar na ascensão do escalador;

VIII - infraestrutura mínima para escalada: conjunto de estruturas que podem ser implantadas na rocha, como chapeletas, grampos, correntes, cabos de aço, parafusos, ancoragens móveis, substâncias aderentes, dentre outros, utilizadas para a prática da escalada, com o objetivo de viabilizar tecnicamente a atividade, promover a segurança dos praticantes e proteger os recursos naturais, incluindo os acessos às vias de escalada;

IX - manutenção de via de escalada: Troca de proteções fixas que, devido ao processo de corrosão e/ou a idade, já não se encontram em boas condições. Não implica adicionar proteção que não seja da via original ou excluir proteção preexistente. O objetivo é manter mais próximo de suas características originais;

X - via de escalada: caminho traçado na rocha, podendo chegar ao cume da montanha ou não, com diversas configurações, seguindo reto, em diagonal ou irregular;

XI - via Ferrata: um caso especial de via de escalada, onde a ascensão é realizada com apoio de cabos de aço, degraus metálicos, escadas e outros equipamentos fixados à rocha, os quais os escaladores utilizam como apoio para a progressão utilizando equipamentos específicos para proteção contra quedas.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3˚ A prática da escalada no interior das unidades de conservação federais está autorizada para todos os interessados que observem a este regulamento e aos instrumentos de gestão institucionais vigentes.

Art. 4˚ A escalada em rocha é considerada como atividade de mínimo impacto e compatível com todas as zonas de manejo onde o uso público é permitido, inclusive as zonas de baixo grau de intervenção.

Art. 5˚ A prática da escalada nas unidades de conservação federais é baseada nas seguintes diretrizes, no âmbito desta Instrução Normativa:

I - conservação dos recursos naturais e adoção de condutas de mínimo impacto sobre o meio ambiente;

II - diversificação das experiências de visitação para atender às necessidades e expectativas dos diferentes perfis de visitantes;

III - compreensão dos riscos intrínsecos envolvidos na atividade de escalada em rocha e assunção da responsabilidade individual por cada visitante;

IV - a liberdade e autonomia da prática esportiva, de lazer e recreativa de acordo com suas tradições e éticas da atividade, respeitadas às normativas vigentes;

V - a valorização do desafio natural apresentado pela rocha, onde não se deve tornar uma via mais fácil ou mais difícil através de alterações como cavar, remover, esculpir ou incluir agarras em rocha;

VI - promoção da gestão participativa, com o envolvimento de entidades e organizações relacionadas à prática da escalada no planejamento e gestão da atividade, considerando a cultura de cada região.

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO E MANEJO DA ESCALADA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 6˚ Para o planejamento da atividade de escalada as unidades de conservação deverão considerar aspectos como:

I - o zoneamento da unidade de conservação, as normas de manejo, as classes de experiência de visitação do ROVUC, a interação com outras atividades que são praticadas no mesmo espaço além da proteção e conservação dos recursos naturais e do patrimônio histórico, arqueológico e espeleológico;

II - levantamentos prévios realizados pela comunidade de escalada a partir de incursões exploratórias com indicação de áreas e especificidades diversas relacionadas à pratica da atividade;

III - o ordenamento da atividade quando esta for prévia a elaboração do plano de manejo;

IV - o potencial para as diferentes modalidades da atividade na unidade em consonância com possíveis indicações ou práticas já realizadas pela comunidade de escalada;

V - o estabelecimento de regras e orientações específicas de acordo com as características da atividade e do local em que está sendo praticado como: locais para pernoite, limites aceitáveis de impacto aos recursos naturais, do patrimônio histórico, arqueológico e espeleológico e conhecimento acerca do nicho ecológico incluindo o ciclo reprodutivo de espécies de interesse para a conservação;

VI - o estabelecimento de orientações ou protocolos para abertura, conquista, equipagem e manutenção de vias de escalada, conforme orientações desta instrução normativa;

VII - desenvolvimento de Protocolo de Gestão de Segurança da unidade de conservação;

§1° As unidades de conservação poderão estabelecer procedimentos específicos para a prática de escalada nos instrumentos de gestão de uso público ou nos procedimentos estabelecidos nas Portarias para a prestação de serviço de apoio à visitação.

§2° A ausência de instrumentos de gestão não impedem a prática da atividade considerando que esta se caracteriza como uma atividade de mínimo impacto conforme Art. 4˚.

Seção II

Do Manejo da atividade

Art. 7˚ A prática da escalada e o pernoite fora do período convencional de visitação poderão ser autorizados pela administração local do ICMBio.

Art. 8˚ Os riscos inerentes à visitação em áreas naturais e à prática da escalada deverão ser informados aos visitantes, podendo ser utilizados sinalização, orientações virtuais, folheteria, Termo de Conhecimento de Riscos e Normas, entre outros.

Art. 9˚ É facultado à administração local do ICMBio solicitar o cadastramento dos praticantes da atividade.

§1° O objetivo do cadastramento indicado no caput do artigo se destina a subsidiar as ações de monitoramento da atividade e conhecer melhor o perfil e necessidades dos praticantes.

§2° A falta de ação de cadastramento não representa impeditivo à prática da atividade.

Art. 10 Regras específicas para a gestão da prática da escalada, como dias ou horários de acesso, gestão de dejetos e resíduos e outras definições, podem ser estabelecidas localmente pela unidade de conservação.

Art. 11 Poderá ser estabelecida uma sazonalidade na prática da escalada aliadas aos períodos reprodutivos da fauna nas vias de escalada quando identificado potencial impacto neste processo.

Subseção I

Da abertura e manutenção de vias

Art. 12 A autorização para a abertura de vias de escalada deverá ser solicitada pelo escalador por meio de preenchimento de formulário seguindo o modelo constante na rede interna do ICMBio e encaminhado à Administração da unidade de conservação em que se pretende realizar a ação, para aprovação e registro do local pretendido e verificação de possível conflito com outros usos e atividades de gestão da unidade.

§1º A autorização para a abertura de vias de escalada poderá ser dispensada pela unidade de conservação a partir da divulgação de diretrizes e orientações gerais à comunidade de escaladores da localidade em que se encontra a unidade.

§2˚ A comunidade de escaladores é a responsável pela qualidade e estado das ancoragens fixas e outros equipamentos instalados na rocha, observando o direito autoral da escalada.

§3˚ A apresentação da proposta de conquista para abertura de vias deverá considerar o planejamento do acesso à via, seguindo o disposto no manual "Fundamentos do Planejamento de Trilhas", disponível na rede interna do ICMBio.

§4˚ Deverão ser informados à administração local do ICMBio, para ampla divulgação, o croqui da via conquistada visando o apoio à gestão de informações da unidade de conservação.

CAPÍTULO IV

DO MONITORAMENTO

Art. 13 Incentiva-se o estabelecimento do monitoramento dos impactos e de ações de manejo considerando as diferentes zonas de manejo, classes de experiências e modalidades de escalada, conforme protocolo de monitoramento da visitação, assim como:

I - o estabelecimento do monitoramento participativo, envolvendo a comunidade de escaladores, o setor de pesquisa entre outros atores que possuam interface na gestão da atividade;

II - a adoção de indicadores e padrões que embasem ajustes na prática da escalada para minimizar impactos ambientais, aumentar a segurança da prática, incrementar a satisfação do visitante, atender a comunidade de escaladores e às necessidades de gestão da unidade;

III - o registro de incidentes e acidentes relacionados à atividade;

Parágrafo único. Os protocolos de monitoramento poderão ser desenvolvidos pelo ICMBio, comunidade de escalada dentre outros.

Art. 14 A administração local do ICMBio poderá restringir a prática e a abertura de vias quando houver registros de impactos ambientais ou sociais significativos em locais específicos.

Parágrafo único. No caso de conflitos de uso ou impactos considerados inaceitáveis, podem ser realizados eventos participativos que promovam o ordenamento da escalada, junto com as entidades esportivas.

CAPÍTULO V

DAS PRÁTICAS COMERCIAIS

Art. 15 As unidades de conservação poderão ofertar serviços de apoio à visitação para a atividade de escalada conforme diretrizes estabelecidas em Portarias instituídas pelo ICMBio que disponham sobre o credenciamento de prestadores de serviço na modalidade autorização e demais normas vigentes.

Parágrafo único. A prática comercial da atividade de escalada não impede aquela realizada de forma autônoma, observando as diretrizes indicadas no Art. 5˚.

Art. 16 Para o serviço de condução de visitantes, a administração local do ICMBio deverá realizar o procedimento de autorização para desenvolvimento da atividade, conforme procedimentos estabelecidos na Portaria de condução de visitante e suas atualizações subsequentes.

§1° A contratação do serviço de condução de visitantes para a atividade de escalada é facultativo e não poderá ser imposta obrigatoriamente.

§2° Os autorizados poderão ter mais de um serviço prestado simultaneamente, podendo oferecer os diferentes serviços, como, locação de equipamentos ou cursos de qualificação, respeitando as especificidades de cada unidade de conservação.

§3° Para o credenciamento como condutor de visitantes de escalada, poderão ser solicitadas competências complementares com suporte das federações e associações de montanhismo e escalada.

Art. 17 Poderão ser ofertadas nas unidades de conservação aulas, cursos, eventos de escalada em rocha dentre outros, a partir de autorizações prévias a serem emitidas pela administração local do ICMBio.

CAPÍTULO VI

DAS CONDUTAS PARA A ATIVIDADE

Art. 18 São condutas a serem seguidas pelos praticantes da atividade de escalada:

I - respeitar a legislação pertinente e instrumentos de planejamento das unidades de conservação;

II - responsabilizar-se pela sua segurança na prática da atividade;

III - zelar para que sejam adotadas as condutas apropriadas visando o mínimo de impacto no ambiente;

IV - relatar quaisquer acidentes ou incidentes à unidade de conservação; V. não realizar pinturas, pichações ou depredações na parede;

V - não causar intervenções na conformação natural da rocha, como cavar ou esculpir agarras artificiais em rochas;

VI - não deixar cordas fixas na parede visando acelerar a subida de grandes grupos ou pessoas sem equipamento, experiência ou capacitação adequada.

Parágrafo único. A administração local do ICMBio poderá determinar outras condutas, obrigações e vedações específicas em instrumentos de gestão de uso público ou em editais de credenciamento de prestadores de serviço, em consonância com esta normativa e referências técnicas reconhecidas pelo ICMBio.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 Poderão ser firmados instrumentos de parceria com federações, associações e confederações de montanhismo ou escalada para colaboração da gestão da atividade nas unidades de conservação.

Art. 20 O acesso à unidade de conservação não exime o visitante de obter eventuais:

I - autorizações de outros órgãos;

II - consentimento dos moradores de terra indígena ou de quilombo sobreposto à área protegida;

III - consentimento de proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.

Art. 21 Os casos omissos serão decididos pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP, podendo esta realizar consultas às outras diretorias do Instituto.

Art. 22 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO CESAR LORENCINI

PORTARIA Nº 333, DE 26 DE MAIO DE 2021

Criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Terra de Maria. Processo Administrativo ICMBio/MMA nº 02070.003761/2020-77.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020 e pela Portaria nº 451, de 21 de setembro de 2020, da Casa Civil, e publicada no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2020, seção 2,

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta o SNUC; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009 e considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA nº 02070.003761/2020-77. resolve:

Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Terra de Maria, de interesse público e em caráter de perpetuidade, no imóvel denominado Fazenda Lavras do Abade, situado no Município de Pirenópolis, matriculado no registro de imóveis da comarca de Pirenópolis, Estado de Goiás, sob a matrícula nº 8428.

Art. 2º A RPPN Terra de Maria tem um área total de 10,90 (dez hectares e noventa ares), definida no imóvel referido no art. 1º.

Parágrafo primeiro:

A RPPN do imóvel Fazenda Lavras do Abade inicia-se no Ponto 1 de coordenadas N 8251372,55 e E 726468,79 A margem da estrada, segue até o Ponto 2 de coordenadas N 8251437,02 e E 726727,79 As margens da estrada, segue até o Ponto 3 de coordenadas N 8251468,85 e E 726927,26 Deflete e segue a cerca ruma a nascente, margeando o Parque Estadual, segue até o Ponto 4 de coordenadas N 8251345,35 e E 726927,98 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 5 de coordenadas N 8251324,84 e E 726927,74 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 6 de coordenadas N 8251306,89 e E 726910,54 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 7 de coordenadas N 8251291,18 e E 726898,94 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 8 de coordenadas N 8251282,64 e E 726890,40 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 9 de coordenadas N 8251265,00 e E 726878,75 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 10 de coordenadas N 8251244,80 e E 726870,89 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 11 de coordenadas N 8251232,63 e E 726860,24 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 12 de coordenadas N 8251220,49 e E 726854,43 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 13 de coordenadas N 8251211,89 e E 726847,70 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 14 de coordenadas N 8251200,67 e E 726836,48 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 15 de coordenadas N 8251188,70 e E 726830,50 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 16 de coordenadas N 8251178,97 e E 726825,63 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 17 de coordenadas N 8251164,76 e E 726817,03 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 18 de coordenadas N 8251147,55 e E 726802,07 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 19 de coordenadas N 8251133,72 e E 726786,36 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 20 de coordenadas N 8251114,27 e E 726774,39 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 21 de coordenadas N 8251103,42 e E 726765,79 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 22 de coordenadas N 8251086,22 e E 726762,05 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 23 de coordenadas N 8251077,61 e E 726756,81 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 24 de coordenadas N 8251069,76 e E 726752,33 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 25 de coordenadas N 8251063,83 e E 726745,68 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 26 de coordenadas N 8251049,01 e E 726737,74 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 27 de coordenadas N 8251037,10 e E 726722,66 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 28 de coordenadas N 8251016,73 e E 726707,31 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 29 de coordenadas N 8251005,35 e E 726697,79 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 30 de coordenadas N 8250997,41 e E 726688,53 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 31 de coordenadas N 8250987,85 e E 726683,88 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 32 de coordenadas N 8250972,58 e E 726679,24 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 33 de coordenadas N 8250958,79 e E 726668,42 Acompanha o córrego Barriguda descendo o curso, segue até o Ponto 34 de coordenadas N 8250935,46 e E 726651,99 Deflete e margeia a propriedade de Magnus Alex Perciano Borges, segue até o Ponto 35 de coordenadas N 8251048,01 e E 726621,81 Deflete para limite interno a propriedade, até ponto a margem da estrada interna, segue até o Ponto 36 de coordenadas N 8251167,25 e E 726767,95 Segue até a curva da estrada interna, ponto a margem da estrada, segue até o Ponto 37 de coordenadas N 8251193,65 e E 726779,29 Reta a margem da estrada interna, ate ponto a margem da estrada, segue até o Ponto 38 de coordenadas N 8251223,11 e E 726749,50 Reta até a margem da propriedade, divisa com Magnus Alex Perciano Borges, segue até o Ponto 39 de coordenadas N 8251156,88 e E 726580,31 Margeia a propriedade de Magnus Alex Perciano Borges até o ponto inicia, segue até o Ponto 40 de coordenadas N 8251372,55 e E 726468,79 Encera no ponto inicial, seguindo até o Ponto 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º A RPPN Terra de Maria será administrada por seus proprietários Hartmut Alfred Oster e Regina Sylvia Pugliero.

Parágrafo único: O administrador referido no caput será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor uma semana após a data de sua publicação. (Conforme art. 10 da Portaria n.º 129, de 18 de fevereiro de 2020)

FERNANDO CESAR LORENCINI

PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA

PORTARIA PFE/ICMBIO Nº 3, DE 26 DE MAIO DE 2021

Aprova orientação jurídica normativa sobre a instrução de processos administrativos nos quais se faça uso de comunicação por via postal (Processo SEI n. 00810.000172/2021-81).

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso da competência que lhe confere o art. 11 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar a Orientação Jurídica Normativa - OJN disposto no Anexo I, sobre o tema da juntada do aviso de recebimento - AR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DILERMANDO GOMES DE ALENCAR

ANEXO I

ORIENTAÇÃO JURÍDICA NORMATIVA PFE/ICMBIO Nº 27/2021

COMPROVAÇÃO NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DA CIÊNCIA DAS COMUNICAÇÕES ENVIADAS AOS ADMINISTRADOS E INTERESSADOS. ART. 26 § 3º LEI N. 9.784/99. A COMUNICAÇÃO POR VIA POSTAL EXIGE A JUNTADA DO AVISO DE RECEBIMENTO OU OUTRO MEIO VÁLIDO QUE ASSEGURE A CERTEZA DA CIÊNCIA DO INTERESSADO.

1. Para fins de instrução de processos administrativos que dependam da interface com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), o aviso de recebimento (físico, eletrônico ou digital) confirmando a entrega é o meio de comprovação de que a notificação/intimação expedida pelo ICMBio, de fato, ocorreu. A comprovação da notificação está intimamente atrelada aos princípios do contraditório e da ampla defesa e, portanto, está ligada à validade do processo administrativo.

2. O servidor do ICMBio deve, de forma obrigatória, quando da instrução processual, efetuar a juntada do aviso de recebimento - AR.

3. Constatando a ausência do AR e não havendo uma situação de exceção que assegure a certeza da ciência do interessado, como, por exemplo, o seu comparecimento espontâneo aos autos para se manifestar ou, ainda que não se manifeste, com registro de acesso ou de vista, o Procurador Federal oficiante deve devolver os autos à administração para que proceda à respectiva juntada.

4. A substituição do AR por outro meio válido de comprovação de que o destinatário tomou ciência da notificação/intimação precisa ser devidamente justificada.

REFERÊNCIA: Processo Administrativo nº 02070.003826/2020-84. PARECER n. 00016/2020/CPAR/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, aprovado pelo DESPACHO n. 00020/2021/CPAR/PFE-ICMBIO/PGF/AGU e pelo DESPACHO n. 00020/2021/GABINETE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU.

PORTARIA Nº 332, DE 26 DE MAIO DE 2021

Criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Oliveira Amante. Processo Administrativo ICMBio/MMA nº 02070.008409/2019-94

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020 e pela Portaria nº 451, de 21 de setembro de 2020, da Casa Civil, e publicada no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2020, seção 2, Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta o SNUC; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural ? RPPN; na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009 e considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA nº02070.008409/2019-94. resolve: Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural ? RPPN Oliveira Amante, de interesse público e em caráter de perpetuidade, no imóvel denominado Gleba F, situado no Município de Barra Mansa, matriculado no registro de imóveis da comarca de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, sob a matrícula nº 25.080. Art. 2º A RPPN Oliveira Amante? tem um área total de 5,60 (cinco hectares e sessenta ares), definida no imóvel referido no art. 1º. Parágrafo primeiro: A Reserva Particular do Patrimônio Natural inicia-se a descrição deste perímetro no vértice DAS-M-9501, de coordenadas (Longitude: 44º 16'26.906263"W e Latitude 22º32'55.047 IOO"S); Cerca; deste, segue confrontando com Gleba G de propriedade de Alvina Amante Pineschi, com os seguintes azimutes e distâncias: 147°36'32" e 1.136,22 m até o vértice RPPN-18 , (Longitude: 44º16'5.432I06"W e Latitude 22º33'26.151117"S); Cerca; deste, segue confrontando com Área interna da Gleba F de propriedade de José de Oliveira Amante, com os seguintes azimutes e distâncias: 222º34'39" e 11,54 m até o vértice RPPN-17, (Longitude: 44º16'5.704093"W e Latitude 22º33'26.428777"S); 212°26'58" e 36,25 m até o vértice RPPN-16, (Longitude: 44º16'6.379836"W e Latitude 22º33'27.426649"S); 296°15'22"e 18,24 m até o vértice RPPN-15, (Longitude: 44º16'6.954022"W e Latitude 22º33'27.166822"S); 223°18'15" e 28,91 m até o vértice RPPN-14, (Longitude: 44º16'7.6447IO"W e Latitude 22º33'27.854191"S); 220º30'11" e 55,01 m até o vértice RPPN-13, (Longitude: 44º16'8.888535"W e Latitude 22º33'29.220171"S); 236°28'22" e 47,85 m até o vértice RPPN-12, (Longitude: 44º16'I0.280657"W e Latitude 22º33'30.086009"S); 303°45'58" e 73,14 m até o vértice RPPN-11, (Longitude: 44º16'12.416375"W e Latitude 22°33'28.773756'S); 223°26'30" e 23,92 m até o vértice RPPN-10, (Longitude: 44º16'12.989359"W e Latitude 22º33'29.341235"S;) 323°03'15" e 67,93 m até o vértice RPPN-09, (Longitude : 44º16'14.428202"W e Latitude 22º33'27.582234"S); 303°14'36" e 48,38 m até o vértice RPPN-08, (Longitude: 44º16'15.849334"W e Latitude 22º33'26.726238"S); 277º31'09" e 25,60 m até o vértice RPPN-07, (Longitude: 44º16'16.738519"W e Latitude 22°33'26.621325"S); 288°55'43" e 38,16 m até o vértice RPPN-06,(Longitude: 44º16'18.004578"W e Latitude 22º33'26.224459"S); 339°53'58" e 34,60 m até o vértice RPPN-05, (Longitude: 44º16'18.426420"W e Latitude 22º33'25.169784"S);322º58'54" e 25,46 m até o vértice RPPN-04, (Longitude: 44º16'18.966627"W e Latitude 22º33'24.511091"S); 274°59'51" e 26,86 m até o vértice RPPN-03, (Longitude: 44º16'19.903952"W e Latitude 22º33'24.439237"S); 313°24'26" e 31,80 m até o vértice RPPN-02, (Longitude:44°16'20.716460"We Latitude 22º33'23.732344"S;) 249°55'44"e 23,92 m até o vértice RPPN-01, (Longitude: 44º16'2I.501783"We Latitude 22º33'24.002889"S);Cerca; deste, segue confrontando com Fazenda Santa Cruz de propriedade de Valéria Amante Chidiquimo, com os seguintes azimutes e distâncias 3º21'06"e 52,17 m até o vértice DA5-M9221, (Longitude: 44º16'21.403876"W e Latitude 22º33'22.308786"S); Cerca; deste, segue confrontando com Fazenda Cachoeira de propriedade de Valéria Amante Chidiquimo, com os seguintes azimutes e distâncias: 28°44'51" e 21,02 m até o vértice DAS-P-4116, (Longitude: 44º16'21.053048"W e Latitude 22º33'2I.707849"S;) 67º29'20" e 14,99 m até o vértice DAS-P-4117, (Longitude:44º16'20.56911l "W e Latitude 22º33'21.518992"S); 162°41'58" e 6,39 m até o vértice DAS-M-9502, (Longitude: 44º16'20.501547"W e Latitude 22º33'21.717061 "S); 59°11'22" e 23,74 m até o vértice DAS-P-4118, (Longitude: 44º16'19.789728"W e Latitude 22º33'21.318392"S) ; 29°29'45" e 77,32 m até o vértice DAS-P-4119, (Longitude: 44º 16'18.468311"W e Latitude 22º33'19.123790"S); 16°37'34" e 26,25 m até o vértice DAS-P-4120, (Longitude: 44º16'18.209666"W e Latitude 22º33'18.304732"S); 254º52'03" e 40,18 m até o vértice DAS-P-4121, (Longitude: 44º16'19.565981"W e Latitude 22º33'18.652011"S); 308°39'29"e 52,49 m até o vértice DAS-P-4122, (Longitude: 44º16'21.006705"W e Latitude 22º33'17.592188"S); 0°39'09"e 33,37 m até o vértice DAS-P-4123, (Longitude: 44º16'20.999091"W e Latitude 22º33'16.506949"S); 322°58'24" e 45,32 m até o vértice DAS-P-4124, (Longitude: 44º16'2I.960725"We Latitude 22º33'15.334712"S;) 349°42'48" e 53,37 m até o vértice DAS-P-4125, (Longitude: 44º16'22.303335"We Latitude 22°33'13.628616"S); 3.?46'24" e 46,80 m até o vértice DAS-P-4126, (Longitude: 44º16'22.203459"W e Latitude 22º33'12.109464"S); 6°49'01" e 61,59 m até o vértice DAS-P-4127, (Longitude: 44º16'21.957949"W e Latitude 22º33'10.119733"S); 17°58'14" e 74,52 m até o vértice DAS-P-4128, (Longitude: 44º16'2I.165127"We Latitude 22º33'7.811104"S); 342°18'28" e 151,99 m até o vértice DAS-P-4129 , (Longitude: 44º16'22.806957"W e Latitude 22º33'3.I09577"S); 326°29'36" e 62,42 m até o vértice DAS-P-4130, (Longitude: 44º16'24.022288"W e Latitude 22º33'1.422383"S); 306°17'40" e 64,52 m até o vértice DAS-P-4131, (Longitude: 44º16'25.849337"W e Latitude 22º33'0.188681"S); 327°11'14" e 67,93 m até o vértice DAS-P-4132, (Longitude: 44°16'27.147783"W e Latitude 22º32'58.337953"S); 13°55'53" e 54,29 m até o vértice DAS-P-4133, (Longitude: 44º16'26.699160"W e Latitude 22º32'56.622429"S;) 353°18'58" e 48,80 m até o vértice DAS-M-9501, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo como datum o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesinas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF.)Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocentricas. Art. 3º A Oliveira Amante será administrada por seu proprietário José de Oliveira Amante. Parágrafo único: O administrador referido no caput será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006. Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008. Art. 5o Esta Portaria entra em vigor uma semana após a data de sua publicação. (Conforme art. 10 da Portaria n.º 129, de 18 de fevereiro de 2020) FERNANDO CESAR LORENCINI PORTARIA Nº 332, DE 26 DE MAIO DE 2021 Criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Oliveira Amante. Processo Administrativo ICMBio/MMA nº 02070.008409/2019-94 O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020 e pela Portaria nº 451, de 21 de setembro de 2020, da Casa Civil, e publicada no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2020, seção 2, Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta o SNUC; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural ? RPPN; na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de

dezembro de 2009 e considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA nº02070.008409/2019-94. resolve: Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural ? RPPN Oliveira Amante, de interesse público e em caráter de perpetuidade, no imóvel denominado Gleba F, situado no Município de Barra Mansa, matriculado no registro de imóveis da comarca de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, sob a matrícula nº 25.080. Art. 2º A RPPN Oliveira Amante? tem um área total de 5,60 (cinco hectares e sessenta ares), definida no imóvel referido no art. 1º. Parágrafo primeiro: A Reserva Particular do Patrimônio Natural inicia-se a descrição deste perímetro no vértice DAS-M-9501, de coordenadas (Longitude: 44º 16'26.906263"W e Latitude 22º32'55.047 IOO"S); Cerca; deste, segue confrontando com Gleba G de propriedade de Alvina Amante Pineschi, com os seguintes azimutes e distâncias: 147°36'32" e 1.136,22 m até o vértice RPPN-18 , (Longitude: 44º16'5.432I06"W e Latitude 22º33'26.151117"S); Cerca; deste, segue confrontando com Área interna da Gleba F de propriedade de José de Oliveira Amante, com os seguintes azimutes e distâncias: 222º34'39" e 11,54 m até o vértice RPPN-17, (Longitude: 44º16'5.704093"W e Latitude 22º33'26.428777"S); 212°26'58" e 36,25 m até o vértice RPPN-16, (Longitude: 44º16'6.379836"W e Latitude 22º33'27.426649"S); 296°15'22"e 18,24 m até o vértice RPPN-15, (Longitude: 44º16'6.954022"W e Latitude 22º33'27.166822"S); 223°18'15" e 28,91 m até o vértice RPPN-14, (Longitude: 44º16'7.6447IO"W e Latitude 22º33'27.854191"S); 220º30'11" e 55,01 m até o vértice RPPN-13, (Longitude: 44º16'8.888535"W e Latitude 22º33'29.220171"S); 236°28'22" e 47,85 m até o vértice RPPN-12, (Longitude: 44º16'I0.280657"W e Latitude 22º33'30.086009"S); 303°45'58" e 73,14 m até o vértice RPPN-11, (Longitude: 44º16'12.416375"W e Latitude 22°33'28.773756'S); 223°26'30" e 23,92 m até o vértice RPPN-10, (Longitude: 44º16'12.989359"W e Latitude 22º33'29.341235"S;) 323°03'15" e 67,93 m até o vértice RPPN-09, (Longitude : 44º16'14.428202"W e Latitude 22º33'27.582234"S); 303°14'36" e 48,38 m até o vértice RPPN-08, (Longitude: 44º16'15.849334"W e Latitude 22º33'26.726238"S); 277º31'09" e 25,60 m até o vértice RPPN-07, (Longitude: 44º16'16.738519"W e Latitude 22°33'26.621325"S); 288°55'43" e 38,16 m até o vértice RPPN-06,(Longitude: 44º16'18.004578"W e Latitude 22º33'26.224459"S); 339°53'58" e 34,60 m até o vértice RPPN-05, (Longitude: 44º16'18.426420"W e Latitude 22º33'25.169784"S);322º58'54" e 25,46 m até o vértice RPPN-04, (Longitude: 44º16'18.966627"W e Latitude 22º33'24.511091"S); 274°59'51" e 26,86 m até o vértice RPPN-03, (Longitude: 44º16'19.903952"W e Latitude 22º33'24.439237"S); 313°24'26" e 31,80 m até o vértice RPPN-02, (Longitude:44°16'20.716460"We Latitude 22º33'23.732344"S;) 249°55'44"e 23,92 m até o vértice RPPN-01, (Longitude: 44º16'2I.501783"We Latitude 22º33'24.002889"S);Cerca; deste, segue confrontando com Fazenda Santa Cruz de propriedade de Valéria Amante Chidiquimo, com os seguintes azimutes e distâncias 3º21'06"e 52,17 m até o vértice DA5-M9221, (Longitude: 44º16'21.403876"W e Latitude 22º33'22.308786"S); Cerca; deste, segue confrontando com Fazenda Cachoeira de propriedade de Valéria Amante Chidiquimo, com os seguintes azimutes e distâncias: 28°44'51" e 21,02 m até o vértice DAS-P-4116, (Longitude: 44º16'21.053048"W e Latitude 22º33'2I.707849"S;) 67º29'20" e 14,99 m até o vértice DAS-P-4117, (Longitude:44º16'20.56911l "W e Latitude 22º33'21.518992"S); 162°41'58" e 6,39 m até o vértice DAS-M-9502, (Longitude: 44º16'20.501547"W e Latitude 22º33'21.717061 "S); 59°11'22" e 23,74 m até o vértice DAS-P-4118, (Longitude: 44º16'19.789728"W e Latitude 22º33'21.318392"S) ; 29°29'45" e 77,32 m até o vértice DAS-P-4119, (Longitude: 44º 16'18.468311"W e Latitude 22º33'19.123790"S); 16°37'34" e 26,25 m até o vértice DAS-P-4120, (Longitude: 44º16'18.209666"W e Latitude 22º33'18.304732"S); 254º52'03" e 40,18 m até o vértice DAS-P-4121, (Longitude: 44º16'19.565981"W e Latitude 22º33'18.652011"S); 308°39'29"e 52,49 m até o vértice DAS-P-4122, (Longitude: 44º16'21.006705"W e Latitude 22º33'17.592188"S); 0°39'09"e 33,37 m até o vértice DAS-P-4123, (Longitude: 44º16'20.999091"W e Latitude 22º33'16.506949"S); 322°58'24" e 45,32 m até o vértice DAS-P-4124, (Longitude: 44º16'2I.960725"We Latitude 22º33'15.334712"S;) 349°42'48" e 53,37 m até o vértice DAS-P-4125, (Longitude: 44º16'22.303335"We Latitude 22°33'13.628616"S); 3.?46'24" e 46,80 m até o vértice DAS-P-4126, (Longitude: 44º16'22.203459"W e Latitude 22º33'12.109464"S); 6°49'01" e 61,59 m até o vértice DAS-P-4127, (Longitude: 44º16'21.957949"W e Latitude 22º33'10.119733"S); 17°58'14" e 74,52 m até o vértice DAS-P-4128, (Longitude: 44º16'2I.165127"We Latitude 22º33'7.811104"S); 342°18'28" e 151,99 m até o vértice DAS-P-4129 , (Longitude: 44º16'22.806957"W e Latitude 22º33'3.I09577"S); 326°29'36" e 62,42 m até o vértice DAS-P-4130, (Longitude: 44º16'24.022288"W e Latitude 22º33'1.422383"S); 306°17'40" e 64,52 m até o vértice DAS-P-4131, (Longitude: 44º16'25.849337"W e Latitude 22º33'0.188681"S); 327°11'14" e 67,93 m até o vértice DAS-P-4132, (Longitude: 44°16'27.147783"W e Latitude 22º32'58.337953"S); 13°55'53" e 54,29 m até o vértice DAS-P-4133, (Longitude: 44º16'26.699160"W e Latitude 22º32'56.622429"S;) 353°18'58" e 48,80 m até o vértice DAS-M-9501, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo como datum o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesinas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF.)Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocentricas. Art. 3º A Oliveira Amante será administrada por seu proprietário José de Oliveira Amante. Parágrafo único: O administrador referido no caput será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006. Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008. Art. 5 Esta Portaria entra em vigor uma semana após a data de sua publicação. (Conforme art. 10 da Portaria n.º 129, de 18 de fevereiro de 2020)

FERNANDO CESAR LORENCINI

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 517, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 2º, § 1º, do Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 (Código de Águas Minerais), e o que consta do Processo nº 48390.000203/2019-02, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Comissão Permanente de Crenologia, instituída pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 (Código de Águas Minerais), na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 52/GM/MME, de 2 fevereiro de 2005; e

II - a Portaria nº 216/GM/MME, de 19 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO PERMANENTE DE CRENOLOGIA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º A Comissão Permanente de Crenologia, instituída pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 (Código de Águas Minerais), é diretamente subordinada ao Ministro de Estado de Minas e Energia, tendo por finalidade colaborar no fiel cumprimento do Código de Águas Minerais.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º A Comissão Permanente de Crenologia terá a Presidência do Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração - ANM e se comporá de quatro especialistas no assunto, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, do Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 (Código de Águas Minerais).

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º A Comissão Permanente de Crenologia poderá, se julgar necessário, assessorar-se a seu critério, de órgãos da Administração Pública Federal que tratem da matéria, de especialistas, técnicos de laboratórios, entidades de pesquisa ou entidades nacionais de classe de Águas Minerais Naturais, para assistir as seções e tomar parte nos debates, como membros conselheiros, com os mesmos direitos dos demais, exceto o de voto, os quais serão indicados pelos membros da Comissão e designados pelo Presidente desta.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Crenologia terá um Secretário, escolhido pelos membros da Comissão e designado pelo Presidente do Colegiado.

Art. 4º As sessões serão gravadas em meio eletrônico e terão suas datas, pautas e atas divulgadas no sítio eletrônico da ANM.

§ 1º A pauta deverá ser divulgada no sítio da ANM na internet com antecedência mínima de três dias úteis.

§ 2º Somente poderá ser deliberada matéria que conste da pauta divulgada na forma do § 1º.

§ 3º A ata de cada sessão deve ser disponibilizada no sítio da ANM.

§ 4º A gravação de cada sessão deve ser disponibilizada pela ANM a qualquer interessado, e em seu respectivo sítio na internet em até quinze dias úteis após o encerramento da sessão.

§ 5º Os interessados em participar da sessão, deverão se habilitar em até vinte e quatro horas antes da reunião, na qual terão cinco minutos para arguição.

CAPITULO IV

DA COMPETÊNCIA

Art. 5º A Comissão Permanente de Crenologia compete:

I - examinar, quando necessário os relatórios de pesquisa e os planos de aproveitamento econômico de fontes de Águas Minerais Naturais, a fim de emitir parecer sobre suas potencialidades e indicadores que possam comprovar a caracterização de suas águas como coadjuvantes terapêuticos;

II - classificar as estâncias hidrominerais segundo as características terapêuticas de suas Águas Minerais Naturais e quanto à sua adequação às normas sanitárias vigentes;

III - emitir parecer sobre os dizeres que deverão constar nos rótulos, exclusivamente no que se referir às qualidades terapêuticas das Águas Minerais Naturais e demais produtos crenoterápicos e suas contraindicações;

IV - propor as condições básicas, sob o ponto de vista médico, para os regulamentos das atividades crenoterapêuticas;

V - fomentar a doutrina crenológica e cursos multi e interdisciplinares em todo o território nacional, apoiados por instituições acadêmicas e organizações civis afetas às águas minerais;

VI - opinar, no âmbito da Agência Nacional de Mineração, em todos os assuntos relativos as potencialidades das Águas Minerais Naturais e demais produtos crenológicos e crenoterápicos como coadjuvantes terapêuticos;

VII - sugerir medidas tendentes a incrementar a indústria de Águas Minerais Naturais e as atividades crenoterápicas, tendo em vista a necessidade de aumentar a utilidade social dessas atividades;

VIII - propor e incentivar a pesquisa e a publicação de trabalhos especializados e emitir pareceres sobre o mérito daqueles que lhe forem submetidos;

IX - avaliar e emitir parecer prévio às propostas regulatórias que tratam de classificação de Água Mineral, propriedades crenoterapêuticas e outras questões afetas ao Código de Águas Minerais;

X - sugerir políticas públicas e ações para desenvolvimento da indústria de Águas Minerais Naturais e crenoterápicas;

XI - promover acordos e convênios com entidades de classe internacionais que se dedicam ao estudo científico das propriedades terapêuticas das Águas Mineromedicinais; e

XII - aprovar anualmente, até o dia 31 de março, o Plano Anual de Trabalho e o respectivo cronograma de atividades da Comissão.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 6º Ao Presidente da Comissão Permanente de Crenologia compete:

I - seguir as orientações do Ministério de Minas e Energia;

II - convocar e presidir as sessões;

III - cumprir e fazer cumprir as deliberações da Comissão Permanente de Crenologia;

IV - representar a Comissão Permanente de Crenologia junto às autoridades do País, instituições, congressos, ou onde se fizer necessário;

V - organizar subcomissões especiais, presididas por um dos membros da Comissão Permanente de Crenologia, para estudar assuntos sujeitos a posterior deliberação do Plenário, sobre os quais caberá emissão de parecer;

VI - distribuir os processos aos membros da Comissão Permanente de Crenologia para relatá-los, de forma igualitária, por sorteio;

VII - coordenar, orientar e dirigir os trabalhos da Secretaria;

VIII - organizar e submeter à aprovação da Comissão Permanente de Crenologia, até o dia 15 de março, o relatório das atividades do ano anterior; e

IX - autorizar publicações, de acordo com deliberação do Plenário.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO PERMANENTE DE CRENOLOGIA

Art. 7º Aos integrantes da Comissão Permanente de Crenologia compete:

I - comparecer às sessões;

II - apresentar propostas, projetos, indicações e demais trabalhos de ordem técnica para serem apreciados pela Comissão Permanente de Crenologia;

III - votar a matéria em debate;

IV - relatar os assuntos que lhe forem distribuídos, apresentando conclusão e voto; e

V - efetuar estudos sobre conflitos de competência de legislações, envolvendo Águas Minerais Naturais envasadas e ou destinadas a fins balneários.

Art. 8º Ao Secretário do Colegiado compete:

I - organizar e manter em dia os serviços de expediente e arquivo;

II - redigir a correspondência e submetê-la à assinatura do Presidente;

III - assistir as sessões da Comissão Permanente de Crenologia e redigir as atas a serem submetidas à aprovação;

IV - enviar as atas ou seu resumo, conforme deliberação do Presidente, para publicação no sítio eletrônico da ANM;

V - auxiliar o Presidente na redação do relatório anual;

VI - receber e registrar a entrada e saída de material, bem como distribuir, expedir e guardar correspondência oficial, processos e demais documentos; e

VII - prestar aos interessados informações sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Permanente de Crenologia.

CAPÍTULO VII

DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 9º Serão substituídos automaticamente em suas faltas e impedimentos eventuais:

I - o Presidente, pelo substituto do Diretor-Geral da ANM;

II - o 1º Secretário, pelo 2º Secretário escolhido pelos membros da Comissão Permanente de Crenologia de igual qualificação, designado pelo Presidente; e

III - a substituição definitiva de qualquer membro da Comissão Permanente de Crenologia, se fará por nomeação do Ministro de Estado de Minas e Energia, nos termos do Decreto Presidencial de 17 de setembro de 1993.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. A Comissão Permanente de Crenologia reunir-se-á tantas vezes quantas se fizerem necessárias, mediante convocação do Presidente ou por maioria simples de seus membros, e no mínimo, trimestralmente, podendo ocorrer por videoconferência.

Art. 11. As sessões somente poderão realizar-se com a presença da maioria simples dos membros efetivos da Comissão Permanente de Crenologia.

§ 1º As deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos presentes.

§ 2º O Presidente terá direito ao voto qualificado.

Art. 12. Será excluído, a julgamento da Comissão Permanente de Crenologia, qualquer membro efetivo que sem causa justificada faltar a duas sessões ordinárias consecutivas ou alternadas por semestre.

Art. 13. As conclusões a que chegar qualquer subcomissão nomeada de acordo com o art. 5º, inciso item V, deste Regimento Interno serão convenientemente registradas em relatório e apresentadas ao Presidente, que submeterá à deliberação da Comissão Permanente de Crenologia.

Art. 14. As funções de membros participantes da Comissão Permanente de Crenologia não serão remuneradas, sendo consideradas prestação de serviço público relevante.

Art. 15. Os casos omissos serão deliberados pelo Plenário da Comissão Permanente de Crenologia.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 678, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000797/2021-73. Interessada: Jaíba S Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 37.995.524/0001-70. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Jaíba S, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.043158-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.594, de 18 de fevereiro de 2020, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 679, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000801/2021-01. Interessada: Jaíba SO Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 37.998.154/0001-24. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Jaíba SO, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.043156-7.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.596, de 18 de fevereiro de 2020, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 680, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000809/2021-60. Interessada: Jaíba NO1 Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.581.908/0001-10. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Jaíba NO1, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.043160-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.333, de 5 de novembro de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 681, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000803/2021-92. Interessada: Jaíba NE1 Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.581.894/0001-35. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Jaíba NE1, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.043161-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.331, de 5 de novembro de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 682, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000804/2021-37. Interessada: Jaíba O Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.500.296/0001-94. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Jaíba O, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.043159-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.332, de 5 de novembro de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 683, DE 28 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.002038/2021-45. Interessada: UFV - Usina Fotovoltaica Sobral I SPE Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 30.747.006/0001-98. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Sobral I, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.CE.040766-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.913, de 18 de junho de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.987, DE 18 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000531/2012-30. Interessado: Ibicaré Hidrelétrica Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da PCH Linha Rica, CEG PCH.PH.SC.032879-0.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 6.270, de 4 de abril de 2017, localizada no município de Ibicaré, estado de Santa Catarina. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 10.033. Processo nº 48500.002218/2015-89. Interessado: Eólica Santo Agostinho 1 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.675.133/0001-75, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 1, CEG nº EOL.CV.RN.033831-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 18.600 kW de potência instalada, localizada no município de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.034. Processo nº 48500.002219/2015-23. Interessado: Eólica Santo Agostinho 2 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.675.144/0001-55, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 2, CEG nº EOL.CV.RN.033833-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 31.000 kW de potência instalada, localizada no município de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.035. Processo nº 48500.002179/2015-10. Interessado: Eólica Santo Agostinho 3 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.675.156/0001-80, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 3, CEG nº EOL.CV.RN.033834-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 12.400 kW de potência instalada, localizada no município de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.036. Processo nº 48500.002221/2015-01. Interessado: Eólica Santo Agostinho 4 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.675.170/0001-83, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 4, CEG nº EOL.CV.RN.033835-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 37.200 kW de potência instalada, localizada no município de Lajes, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.037. Processo nº 48500.002220/2015-58. Interessado: Eólica Santo Agostinho 5 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.675.180/0001-19, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 5, CEG nº EOL.CV.RN.033836-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 55.800 kW de potência instalada, localizada no município de Lajes, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.038. Processo nº 48500.002336/2015-97. Interessado: Eólica Santo Agostinho 6 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.675.196/0001-21, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 6, CEG nº EOL.CV.RN.033838-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 24.800 kW de potência instalada, localizada no município de Lajes, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.039. Processo nº 48500.001957/2015-53. Interessado: Eólica Santo Agostinho 13 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.667.603/0001-59, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 13, CEG nº EOL.CV.RN.033853-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 37.200 kW de potência instalada, localizada no município de Lajes, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.040. Processo nº 48500.001954/2015-10. Interessado: Eólica Santo Agostinho 14 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.666.572/0001-11, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 14, CEG nº EOL.CV.RN.033854-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 6.200 Kw de potência instalada, localizada no município de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.041. Processo nº 48500.001956/2015-17. Interessado: Eólica Santo Agostinho 17 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.666.636/0001-84, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 17, CEG nº EOL.CV.RN.033857-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 43.400 kW de potência instalada, localizada no município de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.042. Processo nº 48500.001946/2015-73. Interessado: Eólica Santo Agostinho 18 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.666.659/0001-99, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 18, CEG nº EOL.CV.RN.033872-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 31.000 kW de potência instalada, localizada no município de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.043. Processo nº 48500.002176/2015-86. Interessado: Eólica Santo Agostinho 21 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.666.720/0001-06, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 21, CEG nº EOL.CV.RN.033875-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 31.000 kW de potência instalada, localizada no município de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.044. Processo nº 48500.004949/2015-69. Interessado: Eólica Santo Agostinho 25 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 23.079.920/0001-42, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 25, CEG nº EOL.CV.RN.035214-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 24.800 kW de potência instalada, localizada no município de Lajes, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.045. Processo nº 48500.004950/2015-93. Interessado: Eólica Santo Agostinho 26 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 23.079.885/0001-61, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 26, CEG nº EOL.CV.RN.035215-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 43.400 kW de potência instalada, localizada no município de Lajes, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.046. Processo nº 48500.005020/2015-57. Interessado: Eólica Santo Agostinho 27 Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 23.193.334/0001-24, a implantar e explorar a EOL Santo Agostinho 27, CEG nº EOL.CV.RN.035216-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 37.200 kW de potência instalada, localizada no município de Lajes, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.077, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005049/2017-09. Interessado: Celba 2 - Centrais Elétricas Barcarena S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da UTE Novo Tempo Barcarena, CEG UTE.GN.PA.037898-4.01, outorgada, com 604.520 kW de potência instalada, por meio da Portaria MME nº 387, de 27 de outubro de 2020, localizada no município de Barcarena, Estado do Pará. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.084, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002227/2021-18. Interessado: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista. Objeto: Declarar de utilidade pública, a área de terra complementar necessária à passagem da Linha de Distribuição Mascarenhas de Moraes - Franca 5 Imperador C3 e C4, localizada no município de Franca, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seus anexos consta dos autos e estão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.089, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001399/2021-74. Interessado: ODOYÁ Transmissora de Energia S.A. Objeto: Autoriza a ODOYÁ Transmissora de Energia S.A., Contrato de Concessão n° 017/2014, a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelece os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.876, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003673/2011-78. Interessado: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Objeto: Altera a Resolução Homologatória n° 2.285, de 8 de agosto de 2017, que homologou o resultado da Revisão do Plano de Universalização Rural da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.444, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta dos Processo nº 48500.005049/2017-09, decide conhecer e, no mérito, dar provimento ao pleito da empresa Celba 2 - Centrais Elétricas Barcarena S.A., no sentido de: (i) reconhecer, como excludente de responsabilidade, o período de 203 (duzentos e três) dias de atraso na emissão da outorga da UTE Novo Tempo Barcarena, conforme disposto no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL (A-6); e (ii) deslocar, pelo período reconhecido como excludente de responsabilidade indicado no item "i", o início e o final do período de suprimento dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, passando a viger pelo período entre 23 de julho de 2025 e 22 de julho de 2050.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.499, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo no 48500.001811/2021-56, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Requerimento Administrativo interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee para autorizar cautelarmente a modificação do valor da carga o para cálculo do Encargo do Uso do Sistema de Distribuição - EUSD na hipótese de violação dos prazos de atendimento pelas distribuidoras para as unidades consumidoras de iluminação pública e para valorar as compensações nos casos de não cumprimento de prazos nos processos de ressarcimento de danos elétricos para unidade consumidora que agrega os pontos de iluminação pública.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 1.544, DE 28 DE MAIO DE 2021

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 6.510, de 15 de setembro de 2020, considerando o que consta do Processo nº 48500.005153/2020-91 e em cumprimento ao disposto no item 10.9.6.2, do Edital do Leilão nº 1/2021-ANEEL (Leilão de Transmissão), informa que: a) a concessionária de transmissão Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf não atende ao requisito de habilitação técnica de que trata o item 10.9.5 do Edital, e b) os Anexos I, II e III deste Despacho se encontram disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PATRUS AYRES PIMENTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.494, DE 26 DE MAIO DE 2021

Processo nº 48500.001810/2021-10. Interessado: Arete Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Arete Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.112.904/0001-23, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.534, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo nº: 48500.001625/2021-17. Interessado: Verde Grande Geração de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo I deste Despacho, visando à Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas no município de Caraúbas, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.535, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processos nºˢ: listados no Anexo I. Interessado: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo I deste Despacho, visando à Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas no município de Presidente Juscelino, estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.538, DE 28 DE MAIO DE 2021

Processos nº: 48500.001607/2021-00. Interessado: Verde Grande Geração de Energia Ltda. Decisão: (i) Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs Rio Branco I a IX relacionadas no Anexo I deste Despacho, localizadas no município de Barreiras, estado da Bahia, em favor da empresa Verde Grande Geração de Energia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 28.483.529/0001-22. A íntegra deste despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No anexo da íntegra do Despacho nº 986, de 9 de abril de 2021, constante do Processo nº 48500.000245/2021-65, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, cujo resumo foi publicado no DOU de 12 de abril de 2021, Seção 1, p. 105, v. 159, n. 67, retificar o número do CEG das centrais geradoras descritas nas linhas 40 e 640 de modo que, onde se lê, "EOL.CV.BA.052254-6.01" e "EOL.CV.BA.038031-8.01" leia-se "EOL.CV.BA.038031-8.01" e "EOL.CV.BA.051594-9.01", respectivamente.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.543, DE 28 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000557/2019-54, decide: liberar as unidades geradoras UG7 e UG8, de 4.200,00 kW cada totalizando 8.400,00 kW de capacidade instalada, da EOL Ventos de São Januário 11, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.BA.033530-4.01, localizada no município de Campo Formoso, no estado da Bahia, de titularidade da Parque Eólico Ventos de São Januário 11 S.A., para início da operação comercial a partir de 31 de maio de 2021.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 1.520, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016, e o que consta do Processo nº 48500.000296/2021-97, decide: anuir previamente à celebração do Contrato de prestação de serviços específicos, a ser firmado entre as concessionárias do grupo State Grid Brazil Holding S.A. e sua parte relacionada, a empresa NARI Brasil Holding Ltda., conforme proposta apresentada.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.540, DE 28 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016; e o que consta do Processo nº 48500.006150/2018-50, decide anuir previamente à proposta de ampliação de valor do mútuo entre a mutuária Enel Distribuição Ceará e as mutuantes Enel Brasil e Enel Finance International EFI, conforme proposta apresentada.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 1.537, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo nº 48500.000852/2020-44. Interessados: ELEKTRO REDES S.A., COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL PAULISTA, COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Decisão: Publicar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão aplicáveis, na modalidade consumo, à ELEKTRO REDES S.A., nos pontos de conexão da Subestação ARUJÁ 2 138 kV e da Subestação FRANGO RICO 138 kV, à Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL PAULISTA, no ponto de conexão da Subestação GUARARAPES 2 138 kV e à COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE, no ponto de conexão Subestação FLORESTA II 230 kV, a preços de junho de 2020, com vigência entre 1º de julho de 2020 e 30 de junho de 2021. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.536, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição delegada por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000374/2018-58, decide (i) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, nos termos da Resolução Autorizativa nº 7.385, de 9 de outubro de 2018, efetue o pagamento de R$ 1.101.094,88 (um milhão, cento e um mil, noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos) à INTEC Instalações Técnicas de Engenharia Ltda, referente à vigésima sexta medição das obras para a implantação da Linha de Transmissão 138 kV interligando as subestações Silves/Itacoatiara, no município de Itacoatiara, no Estado Amazonas; e (ii) R$ 156.231,89 (cento e cinquenta e seis mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos) à empresa Amazonas Distribuidora de Energia S.A., relativos a tributos incidentes no serviço descrito no item (i).

FELIPE ALVES CALABRIA

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 149/2021

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito despacho(657)
824.549/1972-AGUAS PRATA LTDA- Publicado DOU de 12/05/2021
824.549/1972-AGUAS PRATA LTDA- Publicado DOU de 12/05/2021

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 52/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
870.896/2017-EDIMAR OLIVEIRA PESSINE EIRELI ME-OF. N°14867/2021
870.568/2018-SOLAR SDA LTDA.-OF. N°13466/2021
871.197/2014-BRAULIO DE OLIVEIRA LEITE-OF. N°16299/2021
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
871.491/2018-LEANDRO FORNAZIER LTDA-BARRA DO MENDES/BA, SOUTO SOARES/BA - Guia n° 67/2021-8.000ton/ano-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
870.136/2020-BRITAKI BRITA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-SANTA CRUZ CABRÁLIA/BA - Guia n° 69/2021-50000ton/ano-Areia- Vigência da Guia:3 anos
870.506/2019-JOSÉ CELITO BOTELHO-ANAGÉ/BA - Guia n° 70/2021-16.000ton/ano-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
871.669/2016-MINERAÇÃO HERCULANO EIRELI-PAU BRASIL/BA - Guia n° 72/2021-16.000ton/ano-Granito- Vigência da Guia:3 anos
871.227/2013-SE MINERAÇÃO LTDA-BRUMADO/BA - Guia n° 75/2021-16000ton/ano-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
870.984/2018-NATURAL STONE LTDA-BROTAS DE MACAÚBAS/BA, OLIVEIRA DOS BREJINHOS/BA - Guia n° 76/2021-16000ton/ano-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
871.098/2009-RAIMUNDO ALVES DE OLIVEIRA -Alvará N°9744/2009
872.899/2008-MINERADORA BRASIL LTDA -Alvará N°11.944/2008
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
872.645/2016-CORCOVADO GRANITOS LTDA-Granito-Medeiros Neto/BA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
872.594/2016-FLORO EXTRACAO DE MINERIO LTDA EPP-ALVARÁ N°2727/2017
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
870.455/2017-JAN LEOPOLDO JANOS SOUZA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
870.618/2019-CARAIBAS GRANITO MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA
871.939/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA
871.607/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA
871.605/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA
871.604/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA
871.380/2018-PEDRA BOA MINERACAO LTDA
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(2239)
870.195/2000-ASA BRANCA MÁRMORES E GRANITOS LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
870.244/2005-GILVANETE MARTINS DOS SANTOS-SIMÕES FILHO/BA - Guia n° 02/2009-16.500ton/ano-saibro- Vigência da Guia:Até 17/07/2010
870.854/2014-BRITAKI BRITA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EUNÁPOLIS/BA - Guia n° 73/2021-50.000ton/ano-Areia- Vigência da Guia:3 anos
870.828/2015-MINERAÇÃO CHAPADA BRANCA LTDA ME-MORRO DO CHAPÉU/BA - Guia n° 74/2021-16.000ton/ano-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
870.690/2014-BAHIA STONE EXTRACAO DE ROCHAS LTDA.-ITUAÇU/BA - Guia n° 77/2021-16.000ton/ano-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
870.103/2012-CELIO D ABADIA VIEIRA DE CARVALHO 03222980675-OUROLÂNDIA/BA - Guia n° 78/2021-10.000ton/ano-Mármore- Vigência da Guia:3 anos
870.500/1992-CORCOVADO GRANITOS LTDA-ITANHÉM/BA - Guia n° 79/2021-15.700ton/ano-Granito- Vigência da Guia:3 anos
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
872.541/2016-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA-OF. N°15823/2021
870.473/2000-AMBIENTAR MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°16151/2021
873.741/2008-AC MINERALE MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°16162/2021
870.534/1989-GRANITARIA PEDRITA LTDA-OF. N°16155/2021
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
872.294/2014-H.C. DE MATOS & CIA LTDA EPP
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
870.682/2020-PLAFAMA PROMOTORA DE VENDAS E SERVICOS DE EDUCACAO EIRELI-OF. N°15852/2021
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
870.438/2021-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP
870.437/2021-MINERACAO CORREGO AZUL LTDA
870.454/2021-TWE MINERACAO EIRELI
870.447/2021-DAMAZIO EMPREENDIMENTOS LTDA

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 114/2021

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
850.962/2014-ALTOE E ECHER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°1759, 1760, 1761, 1762 E 1763/2020/DIFAM-PA/GER-PA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.016/2017-MINERADORA E TRANSPORTADORA CLARA LTDA-OF. N°16309/2021/DIFAM-PA/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.529/2021-E F DARIVA EXTRACAO MINERAL EIRELI

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 115/2021

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.451/2015-AREAL ORIENTAL COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.- Registro de Licença N° 88/2015 - Vencimento em 09/06/2023
851.105/2014-DEPOSITO DE AREIA SAO FRANCISCO LTDA- Registro de Licença N° 27/2015 - Vencimento em 22/04/2026
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.211/2021-CLAUDIO RENATO SILVA QUEIROGA-Registro de Licença N° 22/2021 - Vencimento em 12/02/2022

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 116/2021

Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1730)
851.268/2013-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DO AGUA BRANCA-OF. N°16168/2021/DIFAM-PA/GER-PA
851.347/2013-ANTONIA DA SILVA SANTOS GALVÃO-OF. N°16159/2021/DIFAM-PA/ANM
851.187/2013-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES-OF. N°1615962021/DIFAM-PA/ANM
850.537/2014-ADILSON MONTEGUTTI-OF. N°16150/2021/DIFAM-PA/ANM
850.069/2016-EDESIO LUCAS VITORIA MOREIRA-OF. N°16144/2021/DIFAM-PA/ANM
850.875/2016-JOSÉ APARECIDO DA SILVA MINERAÇÃO-OF. N°16092/2021/DIFAM-PA/ANM
850.949/2016-JOSELIO FERREIRA LIMA-OF. N°16087/2021/DIFAM-PA/ANM
851.037/2016-FRANCISCO ADRIANO AZEVEDO DOS SANTOS-OF. N°16082/2021/DIFAM-PA/ANM
850.706/2015-MANOEL DEONIR MARTINS DE SOUZA-OF. N°16056/2021/DIFAM-PA/ANM
850.085/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES-OF. N°16048/2021/DIFAM-PA/ANM
850.086/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES-OF. N°16042/2021/DIFAM-PA/ANM
850.087/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES-OF. N°16020/2021/DIFAM-PA/ANM
850.088/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES-OF. N°16014/2021/DIFAM-PA/ANM
850.089/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES-OF. N°16003/2021/DIFAM-PA/ANM
850.090/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES-OF. N°159992021/DIFAM-PA/ANM
850.091/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES-OF. N°15995/2021/DIFAM-PA/ANM
850.092/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES-OF. N°15951/2021/DIFAM-PA/ANM
850.093/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES-OF. N°15949/2021/DIFAM-PA/ANM
850.094/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES-OF. N°15669/2021/DIFAM-PA/ANM
850.371/2016-PAULO MEIRELES DA SILVA JUNIOR-OF. N°15661/2021/DIFAM-PA/ANM
850.590/2016-THEODORO MAURICIO DE OLANDA-OF. N°15654/2021/DIFAM-PA/ANM
850.830/2016-JOSELIO FERREIRA LIMA-OF. N°15647/2021/DIFAM-PA/ANM
850.709/2016-FLAVIO WILLERS-OF. N°15633/2021/DIFAM-PA/ANM
851.567/2011-JOÃO NOGUEIRA DA SILVA-OF. N°15593/2021/DIFAM-PA/ANM
850.803/2011-ENEIDA DE FÁTIMA PINHEIRO DE LEMOS-OF. N°15557/2021/DIFAM-PA/ANM
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.097/2021-DIEYMISSON JOSE DA SILVA CHAVES

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 117/2021

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
810.930/1975-BENEVIDES ÁGUAS S/A- NOME DA FONTE: NOVA VIDA; MARCA: BELÁGUA; TIPO DE EMBALAGEM: 500 ml sem gás e 1,5 L- SANTA IZABEL DO PARÁ/PA
810.930/1975-BENEVIDES ÁGUAS S/A- NOME DA FONTE: BENEVIDES; MARCA: BELÁGUA; TIPO DE EMBALAGEM: 20 L- SANTA IZABEL DO PARÁ/PA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
851.296/2008-ÁGUA MINERAL POLAR COMÉRCIO E REFRIGERANTES LTDA EPP-OF. N°15278/2021/DIFAM-PA/ANM

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 36/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
890.677/2012-MARILENE SOUZA DA COSTA-OF. N°10188/2021/SEREM-RJ/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.516/1976-ESAM EMPRESA SANTO ANTÔNIO DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°16274/2021/SEFAM-RJ/ANM
800.515/1976-ESAM EMPRESA SANTO ANTÔNIO DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°16277/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.168/1984-EMPRESA DE MINERACAO PENA BRANCA LTDA-OF. N°15334/2021/SEFAM-RJ/ANM
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA- Marca Oásis da Saúde, fonte Nossa Senhora da Saúde, nas volumetrias 5 L, 10 L e 20 L, todos sem gás- CASIMIRO DE ABREU/RJ
Nega aprovação do rótulo de água mineral(480)
004.779/1935-EMPRESA HIDROMINERAL FLUMINENSE LTDA-ME
890.192/2009-AGROPECUÁRIA E MINERADORA OURO BRANCO LTDA ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.255/2015-L F BARROS DE ALMEIDA INDUSTRIA DE CERÂMICA- Registro de Licença N° 2.940/2016 - Vencimento em 09/02/2024
890.187/2008-MINERAÇÃO ATLÂNTICO SUL LTDA EPP- Registro de Licença N° 2.565/2009 - Vencimento em 28/02/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.803/2014-MINERADORA MORRO AZUL DE SAO FIDELIS LTDA-OF. N°15506/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.129/2000-MINERADORA MORRO AZUL DE SAO FIDELIS LTDA-OF. N°15499/2021/SEFAM-RJ/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
890.362/2004-AREAL TELÚRIO LTDA-OF. N°3.066/2006
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
890.005/1999- MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE MACAÉ LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
890.358/2014-CERÂMICA NOSSA SENHORA APARECIDA DE CAMPOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.054/2016-SANTA RITA LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA-OF. N°16248/2021/SEFAM-RJ/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.071/2021-VL FABRICACAO DE LABORATORIOS LTDA-OF. N°15983/2021/SEREM-RJ/ANM

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 59/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
810.312/2017-TRANSPORTES DARTORA & DARTORA LTDA.
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 1 ano(939)
810.164/2017-MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES-Registro de Extração N°20/2017 de 26/04/2017
810.163/2017-MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES-Registro de Extração N°19/2017 de 26/04/2017
810.134/2017-MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES-Registro de Extração N°17/2017 de 26/04/2017
810.133/2017-MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES-Registro de Extração N°16/2017 de 26/04/2017
810.132/2017-MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES-Registro de Extração N°15/2017 de 26/04/2017
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 02 anos(940)
811.384/2016-MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA VELHA-Registro de Extração N°29/2017 de 15/05/2017
811.534/2015-MUNICÍPIO DE PANAMBI PREFEITURA MUNICIPAL-Registro de Extração N°27/2016 de 08/04/2016
811.021/2011-MUNICIPIO DE ALECRIM-Registro de Extração N°108/2011 de 08/12/2011
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 04 anos(926)
811.774/2015-MUNICIPIO DE FAZENDA VILANOVA-Registro de Extração N°42/2016 de 20/05/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
811.117/2013-JACOBINA FONTE E COMERCIO DE AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°16649/2021
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
810.048/2021-TRANSPORTES DARTORA & DARTORA LTDA.

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 60/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.312/2016-PI MINERACAO LTDA
811.731/2015-PI MINERACAO LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
810.015/2021-SANDRA DE ALMEIDA- Cessionário:Minerasul Indústria e Comércio Ltda.- CPF ou CNPJ 09.409.730/0001-15- Alvará n°1251/2021
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
810.227/2018-MINERAÇÃO CACHOEIRA LTDA.-ALVARÁ N°3498/2018
810.228/2018-MINERAÇÃO CACHOEIRA LTDA.-ALVARÁ N°3499/2018
810.393/2019-GABRIEL DUTRA ANDRADE-ALVARÁ N°5254/2019
810.394/2019-GABRIEL DUTRA ANDRADE-ALVARÁ N°5255/2019
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
811.082/2016-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-ALVARÁ N°3470/2018
810.562/2017-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-ALVARÁ N°3474/2018
810.254/2018-SAMPAR COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES-ALVARÁ N°3512/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
810.907/2015-PEDRO LUZARDO GOMES- Área de 932,46 ha para 49,98 ha-Cascalho (Basalto Decomposto)-URUGUAIANA/RS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
811.047/2013-FERNANDO GARGIONI SOLDATELLI-OF. N°16650/2021
810.172/2018-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°16660/2021
811.113/2017-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°16767/2021
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.235/2017-MAC ENGENHARIA EIRELI-OF. N°16017/2021
810.228/2017-MAC ENGENHARIA EIRELI-OF. N°16051/2021
810.166/2020-WILTO FRANCISCO DE QUADROS-OF. N°16226/2021
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
810.100/2000-ISIDORO FORTUNATO GILIOLI ME- Cessionário:Extração de Basalto Isidoro Fortunato Gilioli Ltda- CNPJ 41.090.603/0001-09- Registro de Licença N° 1881/2001- Vencimento da Licença: 10/09/2025

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 61/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(199)
810.476/2017-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. N°8485-DOU de 29/03/2021

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 22/2021

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
868.330/2007-CALCARIO BONITO LTDA-OF. N°16847/2021/SEFAM-MS/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
868.096/2021-HELIO DE LIMA-OF. N°16438/2021/SEFAM-MS/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.082/2019-BIZ INVEST PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°16121/2021/SEREM-MS/ANM
868.083/2019-BIZ INVEST PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°16121/2021/SEREM-MS/ANM
868.084/2019-BIZ INVEST PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°16121/2021/SEREM-MS/ANM
868.085/2019-BIZ INVEST PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°16121/2021/SEREM-MS/ANM
868.086/2019-BIZ INVEST PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°16121/2021/SEREM-MS/ANM
868.087/2019-BIZ INVEST PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°º 16121/2021/SEREM-MS/ANM
868.088/2019-BIZ INVEST PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°16121/2021/SEREM-MS/ANM
868.089/2019-BIZ INVEST PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°16121/2021/SEREM-MS/ANM
868.090/2019-BIZ INVEST PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°16121/2021/SEREM-MS/ANM
868.091/2019-BIZ INVEST PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°16121/2021/SEREM-MS/ANM
868.059/2021-MINERACAO SANTA MARIA LTDA-OF. N°15225/2021/SEREM-MS/ANM
868.058/2021-MINERACAO SANTA MARIA LTDA-OF. N°15220/2021/SEREM-MS/ANM
868.052/2021-MINERACAO SANTA MARIA LTDA-OF. N°14949/2021/SEREM-MS/ANM
868.050/2021-MINERACAO SANTA MARIA LTDA-OF. N°14663/2021/SEREM-MS/ANM
868.081/2021-MINERAÇÃO SABATEL EIRELI-OF. N°16415/2021/SEREM-MS/ANM
868.082/2021-SAM GRANITOS EXPORT LTDA-OF. N°16429/2021/SEREM-MS/ANM
868.083/2021-SAM GRANITOS EXPORT LTDA-OF. N°16434/2021/SEREM-MS/ANM
868.084/2021-SAM GRANITOS EXPORT LTDA-OF. N°16437/2021/SEREM-MS/ANM
868.085/2021-SAM GRANITOS EXPORT LTDA-OF. N°16441/2021/SEREM-MS/ANM
868.086/2021-SAM GRANITOS EXPORT LTDA-OF. N°16445/2021/SEREM-MS/ANM
868.087/2021-SAM GRANITOS EXPORT LTDA-OF. N°16573/2021/SEREM-MS/ANM
868.088/2021-SAM GRANITOS EXPORT LTDA-OF. N°16605/2021/SEREM-MS/ANM
868.089/2021-SAM GRANITOS EXPORT LTDA-OF. N°16661/2021/SEREM-MS/ANM
868.090/2021-SAM GRANITOS EXPORT LTDA-OF. N°16664/2021/SEREM-MS/ANM
868.091/2021-SAM GRANITOS EXPORT LTDA-OF. N°16672/2021/SEREM-MS/ANM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
868.092/2021-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°16339/2021/SEFAM-MS/ANM
868.093/2021-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°16355/2021/SEFAM-MS/ANM
868.094/2021-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°16366/2021/SEFAM-MS/ANM
868.095/2021-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°16372/2021/SEFAM-MS/ANM

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO AMAZONAS

DESPACHO
Relação nº 10/2021

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
005.988/1963-SANTA CLAUDIA BEBIDAS E CONCENTRADOS DA AMAZONIA LTDA- SANTA CLÁUDIA 01 - Água Mineral Natural Sem Gás - Garrafão de 5 litros, sem gás, descartável.- MANAUS/AM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
880.075/2017-FLAVIO RIBEIRO BATISTA- Registro de Licença N° 016/2019 - Vencimento em 06/05/2022
880.172/2013-ARNOLDO RABELO DE MORAIS- Registro de Licença N° 014/2014 - Vencimento em 07/05/2023
880.328/2011-CARLOS ALBERTO SOARES BEZERRA- Registro de Licença N° 013/2012 - Vencimento em 13/05/2022
880.071/2000-CEMOPAR CERÂMICA MODERNA DE PARINTINS IND E COM. LTDA- Registro de Licença N° 181/2001 - Vencimento em 03/05/2022

EDUARDO PONTES E PONTES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 28/2021

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
800.127/2007-EDUARDO ALBERTO ROCHA - ME- Registro de Licença N° 826/2007-DNPM/CE-ONDE SE LÊ: "...Vencimento em 14/08/2012" ... LEIA-SE: "...Vencimento em 08/11/2015".
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1670)
800.061/2018-PIRANGY PEDRA LTDA ME- DOU de 07/08/2019, Seção 1, Pág. 69, na Relação Nº 33/2019-ANM/CE.

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 34/2021

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.569/2014-SEIVA AGUA MINERAL INDUSTRIA DE MINERACAO LTDA-OF. N°14866/2021/SEFAM-CE/ANM.
800.122/1998-AGRO COMERCIAL ACACIA LTDA-OF. N°14982/2021/SEFAM-CE/ANM.
800.054/2005-JNS INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS EIRELI-OF. N°15106/2021/SEFAM-CE/ANM.
800.325/2002-FLORAGUA INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°15120/2021/SEFAM-CE/ANM.
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
800.025/2014-FRANCISCO RAIMUNDO SANTIAGO BESSA ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
800.512/2012-CERÂMICA TELHA CEARÁ LTDA ME- Registro de Licença N° 1374/2013-DNPM/CE - Vencimento em 13/01/2022
800.020/2016-LUIZ GENTIL NETO ME- Registro de Licença N° 53/2016-DNPM/CE - Vencimento em 25/01/2026.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
800.451/2014-J C MINERAÇÃO LTDA. ME-OF. N°14551/2021/SEFAM-CE/ANM.
800.221/2001-SEBASTIAO SOARES CAVALCANTE-OF. N°14491/2021/SEFAM-CE/ANM e Nº 14498/2021/SEFAM-CE/ANM.
800.295/2011-INACIO MAIA GONDIM LTDA-OF. N°15437/2021/SEFAM-CE/ANM.
800.327/2007-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-OF. N°15847/2021/SEFAM-CE/ANM; Nº 15848/2021/SEFAM-CE/ANM; Nº 15850/2021/SEFAM-CE/ANM; Nº 15851/2021/SEFAM-CE/ANM.
800.033/2019-MARCIA ROSANGELA COSTA SILVEIRA-OF. N°15253/2021/SEFAM-CE/ANM.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
800.156/2015-MARCOS AURÉLIO MELO MARINHO ME- Cessionário:M Rosimeire Araújo Carreiro ME- CNPJ 33.534.619/0001-35- Registro de Licença N° 125/2015-DNPM/CE- Vencimento da Licença: 27/08/2025.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
800.061/2020-R FURLANI ENGENHARIA LTDA-OF. N°14993/2021/SEFAM-CE/ANM e nº 14996/2021/SEFAM-CE/ANM.
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
800.964/2007-MICRON ITA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MINERAIS LTDA- Alvará n° 2396/2008 - Cessionário: Micron Ita Mineração Ltda.- CNPJ 13.237.892/0001-90
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.433/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°14384/2021/SEFAM-CE/ANM.
800.422/2016-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME-OF. N°14541/2021/SEFAM-CE/ANM e Nº 14542/2021/SEFAM-CE/ANM.
812.540/1972-JOSE ALMIR PESSOA SILVA FILHO ME-OF. N°14751/2021/SEFAM-CE/ANM.
800.260/2015-BR STONE MINERACAO, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA-OF. N°15171/2021/SEFAM-CE/ANM.
800.152/1999-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA-OF. N°15588/2021/SEFAM-CE/ANM.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
800.126/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°14620/2021/SEFAM-CE/ANM-60 (sessenta) dias
800.006/2011-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-OF. N°15058/2021/SEFAM-CE/ANM.-60 (sessenta) dias
800.675/2012-MINERAÇÃO LOUGON LTDA.-OF. N°14640/2021/SEFAM-CE/ANM.-60 (sessenta) dias dias
800.616/2015-SUCURI GRANITOS DO BRASIL LTDA-OF. N°15042/2021/SEFAM-CE /GER - CE.-60 (sessenta) dias
800.656/2009-FCG PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°15074/2021/SEFAM-CE /GER - CE-60 (sessenta) dias
800.672/2007-CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S A-OF. N°15079/2021/SEFAM-CE/ANM.-60 (sessenta) dias
800.575/2015-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°14998/2021/SEFAM-CE /GER - CE-60 (sessenta) dias
Despacho publicado(356)
800.006/2011-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA-Chamada do requerente para comprovação periódica do diligenciamento ambiental, com fundamento no Dec. nº 9406/2018, Art. 31, Parág. 4º - OFICÍO Nº 15301/2021/SEFAM-CE/ANM.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.332/2020-GT DA SILVA EIRELI ME-Registro de Licença N° 31/2021-ANM/CE - Vencimento em 11/12/2040.
800.300/2019-SEBASTIÃO RODRIGUES BARROS-Registro de Licença N° 32/2021-ANM/CE - Vencimento em 01/10/2022.
800.716/2016-CERÂMICA LIMA EIRELI ME-Registro de Licença N° 33/2021-ANM/CE - Vencimento em 21/11/2021.
800.045/2021-CONSTRUTORA LUIZ COSTA LTDA-Registro de Licença N° 34/2021-ANM/CE - Vencimento em 11/02/2023.
800.063/2020-REJANIA DE CACIA C ALVES-Registro de Licença N° 35/2021-ANM/CE - Vencimento em 05/03/2024.
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
800.061/2018-PIRANGY PEDRA LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.183/2021-W. RIBEIRO HOMEM CONSTRUCOES-OF. N°13474/2021/SEFAM-CE/ANM.
800.303/2020-A RENATO FILHO-OF. N°15432/2021/SEFAM-CE/ANM.
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
800.154/2021-FRANCISCO SAVIO CAMPOS JUNIOR
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
800.097/2021-MOTA & CRUZ CONSTRUCOES LTDA-OF. N°16094/2021/SEFAM-CE/ANM.

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 3.828, DE 27 DE MAIO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830624/2021-98-MINERACAO AREADO-ABAETE LTDA (Documento SEI: 2560523)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 3.829, DE 28 DE MAIO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870455/2021-20-ADILSON JOSE SILVA (Documento SEI: 2560729)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 3.830, DE 28 DE MAIO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.860382/2021-78-MARCELO VENDRAMINI (Documento SEI: 2561269)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 3.831, DE 28 DE MAIO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48065.800177/2021-13-VERMONT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA (Documento SEI: 2562684)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 3.832, DE 28 DE MAIO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830631/2021-90-Rodrigo Batista Lemos (Documento SEI: 2563521)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 3.833, DE 28 DE MAIO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48065.800191/2021-17-VERMONT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA (Documento SEI: 2565452)

JOTÁVIO BORGES GOMES

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48061.860462/2021-23-GOLDMILE MINEIRADORA EIRELI (Documento SEI: 2560744)

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48061.860461/2021-89-GOLDMILE MINEIRADORA EIRELI (Documento SEI: 2560774)

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 262/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
3849/2021-826.165/2021-LBS MINERAÇÃO E ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI ME-
3847/2021-826.161/2021-LBS MINERAÇÃO E ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI ME-
3848/2021-826.162/2021-LBS MINERAÇÃO E ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI ME-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3854/2021-826.166/2021-DRAGA DE AREIA SAO JOAO LTDA-
3852/2021-826.071/2021-F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA-
3851/2021-826.054/2021-MINERADORA AGRO ROQUE LTDA-
3850/2021-826.036/2021-ABRASUL ATACADISTA DE MARMORES E GRANITOS EIRELI-
3853/2021-826.130/2021-INCOLAGE LTDA.-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3858/2021-826.088/2021-APACHE MINERACAO LTDA-
3857/2021-826.051/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-
3855/2021-826.022/2021-HELIO CARLOS COSTALONGA EIRELI-
3856/2021-826.026/2021-JAIME LUIZ GOMES-
3859/2021-826.124/2021-BRITADOR DAL ROSS EIRELI-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

DESPACHO
Relação nº 263/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3836/2021-890.066/2021-MINERADORA SITIO SANTO EXPEDITO FABRICACAO E COMERCIO DE AGUA MINERAL EIRELI-
3837/2021-890.072/2021-SOLUCOES EXTRACAO E TERRAPLANAGEM LTDA-
3835/2021-890.041/2020-DOMINGOS GATTO NUNES COMERCIO E EXPLORAÇÃO DE MINERAL E CONSTRUÇÃO CIVIL-
3834/2021-890.410/2016-MOBEL SERVIÇOS LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3838/2021-890.069/2021-VL FABRICACAO DE LABORATORIOS LTDA-
3839/2021-890.070/2021-VL FABRICACAO DE LABORATORIOS LTDA-
3840/2021-890.073/2021-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-
3843/2021-890.078/2021-FELLIPE ANDRÉ DE CARVALHO MARROQUIM-
3841/2021-890.074/2021-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-
3842/2021-890.075/2021-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

DESPACHO
Relação nº 264/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3845/2021-864.023/2018-MINERAÇÃO RIO FORMOSO LTDA-
3846/2021-864.163/2019-MARCO CESAR CEBALLOS BONATTO-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3844/2021-864.145/2019-MSB - MINERACOES LTDA-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 546, DE 28 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPPI0377594	A & M GAS E MATERIAL DE CONSTRUCOES LTDA	12.201.863/0003-78	48610.000110/2021-52
GLPES0377632	ALVES E ALMEIDA DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA LTDA	38.613.314/0001-32	48610.207590/2021-81
GLPSP0377608	ANA ROSA CARRIEL RODRIGUES LTDA	40.348.392/0001-07	48610.207511/2021-31
GLPCE0377638	BONFIM CHARLES COMERCIO DE GAS LTDA	41.370.463/0001-22	48610.206086/2021-63
GLPSP0377598	CLEMILTON JESUS DA INVENCAO	38.427.122/0001-31	48610.207488/2021-85
GLPMG0377640	COMERCIAL GLOBO GAS LTDA	41.057.731/0001-50	48610.207628/2021-15
GLPMG0377619	DAVIDSON MOREIRA DE BRITO	41.769.965/0001-20	48610.207524/2021-19
GLPPI0377652	E B DE ARAUJO GAS	40.810.196/0001-02	48610.207630/2021-94
GLPSP0377628	EDGARD WILLIAM SUAVE	40.107.308/0001-55	48610.207569/2021-85
GLPPR0377622	EMPORIO DO GAS LTDA	41.163.191/0001-90	48610.207528/2021-99
GLPRR0377636	G. Q. DE S. CRUZ	32.735.238/0001-51	48610.000202/2021-32
GLPPR0377606	H.THAYSA DE MELO COMERCIO DE GAS	37.553.001/0001-73	48610.206793/2021-50
GLPBA0377659	J O B NASCIMENTO	41.403.145/0001-10	48610.205950/2021-18
GLPPB0377613	JORDY SOARES DA SILVA	38.000.312/0001-78	48610.002289/2021-82
GLPSP0377642	JOSE PEDRO DE CARVALHO GAS	37.713.764/0001-34	48610.207664/2021-89
GLPPA0377617	L C MORAES DO NASCIMENTO COMERCIO DE GAS	13.158.500/0001-06	48610.207522/2021-11
GLPRS0377604	LINEO FERNANDES DE SOUZA & CIA LTDA	07.043.882/0005-45	48610.206610/2021-04
GLPBA0377626	LV RIBEIRO	41.196.548/0001-36	48610.207548/2021-60
GLPSP0377600	OLIVEIRA & FILPO LTDA	39.764.315/0001-40	48610.207493/2021-98
GLPTO0377654	PIAS & OLIVEIRA LTDA	37.811.906/0001-04	48610.207639/2021-03
GLPMG0377624	SYLVIANNE DE MELO FERREIRA SILVA 04351648643	40.180.477/0001-10	48610.207542/2021-92
GLPMT0377656	T.G. VITOR COMERCIO DE GAS EIRELI	41.312.146/0001-50	48610.207647/2021-41
GLPMG0377634	TJ GAS LTDA	41.502.265/0001-75	48610.207596/2021-58
GLPSC0377630	VALDECIR DE OLIVEIRA CORDEIRO	32.711.131/0001-73	48610.207570/2021-18
GLPES0377615	V.S.X. LUZ COMERCIO DE GAS	41.253.370/0001-18	48610.207520/2021-22
GLPAL0377596	XAVIER E GOMES LTDA	37.958.164/0001-36	48610.002239/2021-03

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 547, DE 28 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0209642	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS SANTA CECILIA LTDA	40.770.028/0001-22	48610.002075/2021-14
PR/GO0209638	ALVORADA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	37.532.269/0001-29	48610.206096/2021-07
PR/SC0209637	AUTO POSTO GUARA LTDA	37.110.568/0001-75	48610.002118/2021-53
PR/PR0209596	AUTO POSTO REZENDE EIRELI	36.209.726/0001-86	48610.207497/2021-76
PR/RS0209616	DEUGTROX COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	29.724.714/0001-24	48610.208078/2021-51
PR/PB0209658	FERREIRA E TAVARES COMERCIO COMBUSTIVEIS LTDA	20.320.813/0001-76	48610.207286/2021-33
PR/MA0209641	J D DOS SANTOS EIRELI	32.749.659/0001-31	48610.000951/2021-60
PR/MA0209676	J F COMBUSTIVEIS LTDA	07.529.933/0004-62	48610.207816/2021-43
PR/MG0209657	MONTEIRO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	38.093.917/0001-50	48610.207675/2021-69
PR/MT0209659	PETRO CENTRO COMERCIO DE PETROLEO E DERIVADOS LTDA	34.877.655/0001-64	48610.002060/2021-48
PR/PA0209656	POSTO BACURITEUA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	31.793.879/0001-08	48610.002183/2021-89
PR/RS0209577	POSTO DE COMBUSTIVEIS CAMINHO DO GOL LTDA	40.921.123/0001-80	48610.206174/2021-65
PR/MG0209640	POSTO SANTA EDWIGES PETROLEO LTDA	19.848.233/0010-68	48610.207072/2021-67
PR/MA0209636	R BARBOSA NUNES - COMBUSTIVEIS	39.416.180/0001-22	48610.208082/2021-10

CEZAR CARAM ISSA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

DESPACHO

Objeto: Ato de instauração do Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica - PAR, oriundo do Relatório de Apuração RA n. 11/2021, em detrimento da empresa Total HS Higieniza e Sanitiza Ltda, CNPJ nº 14.043.144/0001-30, na forma da Lei n° 12.846/2013, devidamente instituído pela Resolução de Diretoria n° 108/2021, composta pela seguinte Comissão: Marcelo Ciocca Bermudez, Profissional de Nível Superior III, matrícula 310671, Fernanda Hellena De Lima Queiroz, Advogada, matrícula nº 311326, Jussara Aparecida Queiroz De Medeiros, Profissional de Nível Médio Suporte IV, matrícula n.º 308438 e, Lessandra Francioli Grontowski, Advogada, matrícula n.º 311495, para atuarem sob a presidência do primeiro, na condução do aludido processo, com vistas a apurar fatos nele relacionados e eventuais fatos conexos, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação deste.

ROBERTO PARUCKER
Diretor-Presidente

AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2021

DATA, LOCAL E HORA DE REALIZAÇÃO: 23/04/2021, na sede social da Empresa, na Rua Tito Bittencourt, nº 142, São Francisco, CEP 69079-040 - Manaus (AM), às 10h., por videoconferência através do aplicativo Microsoft Teams como medida de proteção face a pandemia do coronavírus (COVID-19). FORMA DE CONVOCAÇÃO: nos termos do Parágrafo Quarto, do Art. 133, da Lei n° 6.404/1976, a Empresa está dispensada de convocar Assembleia Geral por Edital. COMPARECIMENTO: Representante da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, Sr. DIEGO LENIN ALVES RODRIGUES DE LIMA, conforme Procuração; e o Sr. MÁRIO JOSÉ PIRES, Membro do Conselho Fiscal da Companhia, atendendo ao disposto no Art. 164 da Lei nº 6.404/1976. COMPOSIÇÃO DA MESA: Sr. ANDREI BRAGA MENDES, Advogado, que na forma prevista no Estatuto Social da Empresa, Art. 9º, § 1°, assumiu a Presidência dos trabalhos; Sra. FERNANDA NASCIMENTO LEITE SILVA VIEIRA, Secretária; e o Sr. DIEGO LENIN ALVES RODRIGUES DE LIMA, Advogado, mediante Procuração, representando a acionista Eletronorte. ORDEM DO DIA E APROVAÇÕES: 1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, as quais foram aprovadas, nos termos da Resolução de Diretoria nº 119/2021, de 22/04/2021, oriunda da Eletronorte; 2 - Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2020, que também foi aprovada nos termos da Resolução de Diretoria nº 119/2021, de 22/04/2021, oriunda da Eletronorte; 3 - Eleger membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sendo eleitos, nos termos da Resolução de Diretoria nº 119/2021, de 22/04/2021, oriunda da Eletronorte: i) para o Conselho de Administração: Srs. Roberto Parucker, Willamy Moreira Frota, Pedro Luiz de Oliveira Jatobá, Gisélia da Silva, Antônio Sergio de Souza Guetter e Alfran Gomes de Araújo Parente Filho (este último como membro representante dos empregados, eleito pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela Empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representam, nos termos da Lei n° 12.353, de 28/12/2010); e ii) para o Conselho Fiscal: Srs. Mário José Pires e Alexandre Lira da Rocha, membros titulares; e Gustavo Loureiro Chagas e Hugo Leonardo da Silva, membros suplentes. Todos os Conselheiros de Administração e Fiscal supracitados terão prazos de gestão unificados de 02 (dois) anos, conforme art. 19 do Estatuto Social da Empresa, a partir do dia 24/04/2021, com vigência até a Assembleia Geral Ordinária de 2023. Ainda sobre os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, também nos termos da Resolução de Diretoria nº 119/2021, de 22/04/2021, oriunda da Eletronorte, foi aprovada a extensão do mandato dos conselheiros de Administração e Fiscal indicados pelo Ministério da Economia, respectivamente, Srs. BENEDITO ADALBERTO BRUNCA (membro do Conselho de Administração) e ALBERTO CARDOSO (membro titular do Conselho Fiscal) e RODRIGO GUANAES CAVALCANTI (membro suplente do Conselho Fiscal). 4 - Fixar a remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, também aprovada nos termos da Resolução de Diretoria nº 119/2021, de 22/04/2021, oriunda da Eletronorte, para o período de abril/2021 a março/2022. DISSIDÊNCIAS E PROTESTOS: Não houve. OBSERVAÇÃO: A Ata original relativa a este Extrato encontra-se registrada na Junta Comercial do Estado do Amazonas - Jucea, sob o nº 1115240, em 24/05/2021.

FERNANDA NASCIMENTO LEITE SILVA VIEIRA
Secretária

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 1.786, DE 27 DE MAIO DE 2021

Altera a Portaria nº 3.136, de 26 de dezembro de 2019, que aprova o Regimento Interno do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º e seu parágrafo único do Decreto nº 9.465, de 9 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Portaria nº 3.136, de 26 de dezembro de 2019, republicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

VIII - aprovar as viagens de servidores do Gabinete do Ministro no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens;

IX - examinar as informações dos expedientes recebidos, visando a identificar a resposta ou ao encaminhamento pertinente em cada caso específico;

X - assistir diretamente o Chefe de Gabinete no preparo da pauta de despachos do Ministro de Estado;

XI - administrar e acompanhar as atividades do Sistema de Geração e Tramitação de Documentações Oficiais do Governo Federal - SIDOF;

XII - pesquisar e acompanhar a tramitação de processos de interesse do Gabinete do Ministro;

XIII - acompanhar e controlar o trâmite interno de processos destinados ao Ministro de Estado e ao Chefe de Gabinete do Ministro;

XIV - administrar as atividades relacionadas ao Sistema de Concessão de Passagens e Diárias - SCDP, no âmbito do Gabinete do Ministro;

XV - executar as atividades administrativas necessárias à consecução das ações da Coordenação-Geral do Gabinete;

XVI - realizar atividades de gestão de recursos materiais;

XVII - encaminhar eletronicamente à Imprensa Nacional os atos devidamente assinados pelo Ministro de Estado, para a publicação no Diário Oficial da União;

XVIII - elaborar relatórios dos processos recebidos na Coordenação-Geral do Gabinete;

XIX - manter atualizados os bancos de dados da Coordenação-Geral do Gabinete;

XX - analisar e revisar os atos e instrumentos a serem assinados pelo Ministro de Estado;

XXI - realizar a análise de solicitações de diárias e passagens nacionais e internacionais no âmbito do Gabinete Ministerial;

XXII - inserir e acompanhar as consultas de servidores no Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc;

XXIII - inserir e acompanhar as consultas de servidores no Sistema de Informações Organizacionais - Siorg; e

XXIV - cadastrar e acompanhar a tramitação de propostas no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - Sidof." (NR)

"Art. 9º .....

VIII - elaborar os expedientes do Coordenador-Geral do Gabinete, do Chefe de Gabinete e do Ministro de Estado, conforme as orientações do Manual de Redação da Presidência da República;

.....

XI - receber a documentação encaminhada ao Ministro de Estado, aos seus Assessores Especiais, ao Chefe de Gabinete ou ao Coordenador-Geral do Gabinete, prezando por buscar o histórico relacionado ao assunto e pelo registro e organização das informações para fins de pesquisa e recuperação;

.....

XIII - receber e expedir a documentação submetida à avaliação do Ministro de Estado, do Chefe de Gabinete e do Coordenador-Geral do Gabinete, ou por eles produzidos;

.....

XVIII - digitalizar, arquivar e organizar os expedientes encaminhados pelo Ministro de Estado, pelos seus Assessores Especiais, pelo Chefe de Gabinete e pelo Coordenador-Geral do Gabinete, visando à memória, pesquisa e recuperação;

.....

XXI - padronizar modelos de documentos, de acordo com as normas e padrões oficiais." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os incisos III, IV, VI, IX, X e XVII do art. 9º da Portaria nº 3.136, de 26 de dezembro de 2019, republicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ASSUNTOS DE SOBERANIA NACIONAL E CIDADANIA

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E JUSTIÇA

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

DESPACHO DE 19 DE MAIO DE 2021

O Chefe da Divisão de Atos Internacionais, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 129 da Portaria Nº 212, de 30 de abril de 2008, e nos termos da Lei Nº 13.810, de 8 de março de 2019, e do Decreto Nº 9.825, de 5 de junho de 2019, torna pública a adoção, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 16 de abril de 2021, da Resolução 2571 (2021) a seguir transcrita.

Resolução 2571 (2021)

Adotada pelo Conselho de Segurança em 16 de abril de 2021

O Conselho de Segurança,

Recordando o embargo de armas, a proibição de viagens, o congelamento de ativos e as medidas relativas às exportações ilícitas de petróleo que foram impostas e modificadas pelas resoluções 1970 (2011) e 2146 (2014) e modificadas pelas resoluções posteriores 2441 (2018), 2509 (2020) e 2526 (2020), e que o mandato do Painel de Peritos estabelecido pelo parágrafo 24 da resolução 1973 (2011) e modificado pelas resoluções posteriores foi prorrogado até 15 de maio de 2021 pela resolução 2509 (2020),

Reafirmando seu forte compromisso com a soberania, independência, integridade territorial e unidade nacional da Líbia,

Recordando sua declaração presidencial de 12 de março de 2021, que acolheu com satisfação o voto de confiança da Câmara de Representantes líbia para endossar o gabinete do Governo de Unidade Nacional interino encarregado de liderar o país até as eleições em 24 de dezembro de 2021 e destacou a importância desse passo para o processo político da Líbia,

Reiterando o pedido para que todos os Estados membros apoiem plenamente os esforços do Enviado Especial do Secretário-Geral, e seu apelo para que os Estados membros utilizem sua influência sobre as partes, com vistas a implementar o cessar-fogo e apoiar o processo político inclusivo conduzido e apropriado pelos próprios líbios,

Conclamando os Estados membros para que apliquem plenamente as medidas vigentes e comuniquem as violações ao Comitê de Sanções das Nações Unidas, e *recordando* a esse respeito que as pessoas ou entidades que realizem ou apoiem atos que ameacem a paz, a estabilidade ou a segurança da Líbia poderão ser designadas para sanções seletivas,

Reafirmando que todas as partes devem cumprir suas obrigações sob o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos, e *enfatizando* a importância de responsabilizar aqueles envolvidos em violações ou abusos dos direitos humanos ou violações do direito internacional humanitário, incluindo aqueles que participem de ataques dirigidos contra civis,

Expressando sua preocupação com o fato de que a exportação ilícita de petróleo da Líbia, incluindo o petróleo bruto e os produtos refinados derivados de petróleo, prejudica o Governo da Líbia e a Corporação Nacional de Petróleo e representa uma ameaça à paz, à segurança e à estabilidade da Líbia, e *notando* com preocupação os relatos de supostas importações ilícitas de petróleo da Líbia, incluindo petróleo bruto e produtos refinados derivados de petróleo,

Recordando que prestar apoio a grupos armados ou redes criminosas por meio da exploração ilícita de petróleo bruto ou qualquer outro recurso natural na Líbia pode constituir um ato que ameaça à paz, à estabilidade e à segurança da Líbia,

Reiterando, também, sua preocupação com atividades que possam comprometer a integridade e unidade das instituições financeiras do Estado líbio e da Corporação Nacional de Petróleo, e destacando a necessidade de unificar as instituições líbias e, a este respeito, *conclamando* os Estados membros para que interrompam a prestação de apoio e contatos oficiais com instituições paralelas fora da autoridade do Governo da Líbia,

Recordando que o direito internacional, refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, estabelece o quadro jurídico aplicável às atividades desenvolvidas nos oceanos e mares,

Recordando, também, as resoluções 2292 (2016), 2357 (2017), 2420 (2018), 2473 (2019) e 2526 (2020), que, em relação à aplicação do embargo de armas, autoriza, por período de tempo especificado nessas resoluções, a inspeção em alto mar ao longo da costa da Líbia de embarcações originárias ou destinadas à Líbia que se suspeita carregarem armas ou material relacionado em violação das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, e o confisco e a liquidação de tais itens, desde que os Estados membros se esforcem primeiro de boa fé em obter o consentimento do Estado de bandeira do navio antes de qualquer inspeção, sempre de acordo com essas resoluções,

Determinando que a situação na Líbia continua a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais,

Atuando ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

Prevenção de exportações ilícitas de petróleo, incluindo petróleo bruto e produtos refinados derivados de petróleo

1. Condena as tentativas de exportação ilícita de petróleo da Líbia, incluindo petróleo bruto e produtos refinados derivados de petróleo, inclusive por instituições paralelas que não atuam sob a autoridade do Governo da Líbia;

2. Decide estender, até 30 de julho de 2022, as autorizações e medidas previstas na resolução 2146 (2014) e modificadas no parágrafo 2º das resoluções 2441 (2018) e 2509 (2020);

3. Solicita ao Governo da Líbia que notifique ao Comitê seu ponto focal encarregado de comunicar-se com o Comitê sobre as medidas estabelecidas na resolução 2146 (2014), *solicita também* que o ponto focal do Governo da Líbia informe ao Comitê qualquer navio que transporta petróleo ilegalmente exportado da Líbia, incluindo petróleo bruto e produtos refinados derivados de petróleo, *insta* o Governo da Líbia a trabalhar em estreita colaboração com a Corporação Nacional de Petróleo a este respeito e fornecer ao Comitê atualizações regulares sobre portos, campos de empresas de petróleo e instalações sob seu controle, e a informar ao Comitê o mecanismo usado para certificar as exportações legais de petróleo, incluindo petróleo bruto e produtos refinados derivados de petróleo, e *solicita* ao Painel de Peritos para monitorar de perto e relatar ao Comitê qualquer informação sobre exportação ilícita de petróleo da Líbia ou importação ilícita de petróleo para a Líbia, incluindo petróleo bruto e produtos refinados derivados de petróleo.

4. Conclama o Governo da Líbia, com base em qualquer informação relativa a tais exportações ou tentativas de exportação, a entrar rapidamente em contato com o Estado concernido da bandeira da embarcação, em primeira instância, para resolver a questão e *instrui* o Comitê que informe imediatamente todos os Estados membros relevantes sobre as notificações do Comitê recebidas do ponto focal do Governo da Líbia sobre navios que transportam petróleo, incluindo petróleo bruto e produtos refinados derivados de petróleo, exportados ilicitamente da Líbia;

Embargo de armas

5. *Conclama* todos os Estados membros a cumprirem integralmente o embargo sobre armas, *conclama, também*, todos os Estados membros a não intervirem no conflito ou adotar medidas que o agravem e *reitera* que poderão ser designadas as pessoas e entidades que o Comitê determinar que tenham violado as disposições da resolução 1970 (2011), incluindo o embargo de armas, ou tenham ajudado outros a fazê-lo;

6. *Conclama* todas as partes a implementar integralmente o acordo de cessar-fogo de 23 de outubro de 2020 (S/2020/1043) e *insta* os Estados membros a respeitarem e apoiarem a plena implementação do acordo, incluindo a retirada de todas as forças estrangeiras e mercenários da Líbia sem mais atrasos;

7. *Conclama* o Governo da Líbia a aprimorar a implementação do embargo de armas, incluindo em todos os pontos de entrada, assim que exercer a supervisão, e c*onclama* todos os Estados membros a cooperarem em tais esforços;

Proibição de viagens e congelamento de ativos

8. *Conclama* os Estados membros, em particular aqueles onde estão baseadas pessoas e entidades designadas, bem como aqueles onde há suspeita de que se encontram fundos congelados conforme as medidas impostas, a informar ao Comitê as providências adotadas para implementar efetivamente a proibição de viagens e medidas de congelamento de ativos para todas pessoas que figuram na lista de sanções;

9. *Reitera* que todos os Estados deverão adotar as medidas necessárias para impedir a entrada ou o trânsito em seu território de todas as pessoas designadas pelo Comitê, de acordo com os parágrafos 15 e 16 da resolução 1970 (2011), modificado no parágrafo 11 da resolução 2213 (2015), parágrafo 11 da resolução 2362 (2017) e parágrafo 11 da resolução 2441 (2018), e *insta* o Governo da Líbia a intensificar a cooperação e o intercâmbio de informações com outros Estados a este respeito;

10. *Reafirma* sua intenção de garantir que os ativos congelados em virtude do parágrafo 17 da resolução 1970 (2011) sejam posteriormente disponibilizados em benefício do povo líbio e, tomando nota da carta distribuída com o símbolo S/2016/275, *afirma* que o Conselho de Segurança está disposto a considerar a possibilidade de introduzir alterações, quando apropriado, nas medidas de congelamento de ativos a pedido do Governo da Líbia;

11. *Recorda* a resolução 2174 (2014), na qual decidiu que as medidas estabelecidas na resolução 1970 (2011) e modificadas por resoluções subsequentes também se aplicariam a pessoas e entidades em relação às quais o Comitê determinou que realizaram ou apoiaram outros atos que ameaçavam a paz, a estabilidade ou a segurança da Líbia, ou obstruíram ou minaram a exitosa conclusão de sua transição política, e *sublinha* que tais atos poderiam incluir obstruir ou minar as eleições previstas no roteiro do Foro de Diálogo Político Líbio;

Painel de Peritos

12. *Decide* prorrogar até 15 de agosto de 2022 o mandato do Painel de Peritos (o Painel), estabelecido pelo parágrafo 24 da resolução 1973 (2011) e modificado pelas resoluções 2040 (2012), 2146 (2014), 2174 (2014) e 2213 (2015), 2441 (2018) e 2509 (2020), *decide* que as tarefas mandatadas do Painel devem permanecer conforme definido na resolução 2213 (2015) e também se aplica no que diz respeito às medidas atualizadas nesta resolução, e *expressa* sua intenção de revisar o mandato e tomar ação apropriada com relação à nova prorrogação até 15 de julho de 2022;

13. *Decide* que o Painel fornecerá ao Conselho um relatório provisório sobre seu trabalho o mais tardar em 15 de dezembro de 2021, e um relatório final ao Conselho, após discussão com o Comitê, o mais tardar em 15 de junho de 2022 com suas conclusões e recomendações;

14. *Insta* todos os Estados, órgãos relevantes das Nações Unidas, incluindo a Missão das Nações Unidas de Apoio na Líbia (UNSMIL, na sigla em inglês), e outras partes interessadas, a cooperar plenamente com o Comitê e o Painel, em particular, fornecendo quaisquer informações de que disponham sobre a implementação das medidas estabelecidas nas resoluções 1970 (2011), 1973 (2011), 2146 (2014) e 2174 (2014), e modificado nas resoluções 2009 (2011), 2040 (2012), 2095 (2013), 2144 (2014), 2213 (2015), 2278 (2016), 2292 (2016), 2357 (2017), 2362 (2017), 2420 (2018), 2441 (2018), 2473 (2019), 2509 (2020) e 2526 (2020), em particular sobre os casos de não cumprimento, e *conclama* a UNSMIL e o Governo da Líbia a apoiar o trabalho de investigação do Painel dentro da Líbia, incluindo o compartilhamento de informações, facilitando o trânsito e concedendo acesso a instalações de armazenamento de armas, conforme apropriado;

15. *Conclama* todas as partes e todos os Estados a garantir a segurança dos membros do Painel, e *conclama também* todas as partes e todos os Estados, incluindo a Líbia e países da região, a fornecer acesso livre e imediato, em particular para pessoas, documentos e locais que o Painel considere relevantes para a execução de seu mandato;

16. *Afirma* sua prontidão para rever a adequação das medidas contido nesta resolução, incluindo o reforço, modificação, suspensão ou levantamento das medidas, e sua prontidão para rever o mandato da UNSMIL e o Painel, conforme seja necessário a qualquer momento à luz dos desenvolvimentos na Líbia;

17. *Decide* continuar ocupando-se ativamente da questão.

PAULO JOSÉ DA CUNHA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 1.097, DE 28 DE MAIO DE 2021

Altera alocação de cargos dentro do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições contidas no Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a alocação de cargos dentro do quadro de cargos em comissão e das funções de confiança na estrutura regimental da Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde, na forma do Anexo I.

§ 1º A referida alocação deverá ser registrada no sistema informatizado do SIORG, até o dia útil anterior à data de entrada em vigor da portaria de que trata o caput.

§ 2º Os apostilamentos decorrentes da alteração que trata este artigo deverão ocorrer na data de entrada em vigor desta Portaria

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor dez dias após a sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	1	Diretor-Executivo	DAS 101.5	DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	1	Diretor-Executivo	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 103.4		1	Gerente de Projeto	DAS 103.4
	1	Gerente de Projeto	FCPE 103.4		1	Gerente de Projeto	FCPE 103.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3		2	Assessor Técnico	DAS 102.3
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2	Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente I	FG-1		1	Assistente I	FG-1
Coordenação-Geral de Análise e Formalização de Investimentos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4	Coordenação-Geral de Análise e Formalização de Investimentos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3	Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2	Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3	Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	6	Chefe	FCPE 101.2	Divisão	6	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente	FCPE 102.2		1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Investimentos e Análise de Contas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4	Coordenação-Geral de Acompanhamento de Investimentos e Análise de Contas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3	Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2	Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2

DESPACHO Nº 161/2021

Processo Administrativo: Nº 25000.033138/2020-78

Interessado: Instituto Brasileiro de Gestão da Saúde, CPNJ Nº 26.000.523/0001-21.

Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 299/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

DESPACHO GM/MS Nº 162, DE 28 DE MAIO DE 2021

Processo nº 71000.051839/2020-14
Interessado: DESAFIO JOVEM HEBROM
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na Nota Técnica nº 00660/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 209, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

DADOS DA INSTITUIÇÃO
NUP: 25000.029739/2019-42
Instituição: Associação Congregação De Santa Catarina - Hospital Nossa Senhora da Conceição
CNPJ: 60.922.168/0053-07
Município/UF: Tubarão/SC
DADOS DO PROJETO
Título do projeto: Aquisição de equipamento de Ressonância Magnética para ampliação do diagnóstico e tratamento oncológico no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).

Extrato do projeto (Resumo): Ampliar a oferta de exames de diagnóstico para detecção e tratamento oncológico no Hospital Nossa Senhora da Conceição por meio da aquisição de uma ressonância magnética a fim de melhorar a atenção e cuidado da pessoa com câncer, em Tubarão e região.

Prazo de execução do projeto: 24 (vinte e quatro) meses.
Valor do projeto inicialmente aprovado: R$ 3.850.000,00 (três milhões e oitocentos e cinquenta mil reais).
DADOS DO PEDIDO
Valor de readequação solicitado: R$ 4.003.897,00 (quatro milhões, três mil oitocentos e noventa e sete reais).
Fundamento legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.
DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Mérito.
Parecer conclusivo: Parecer de Mérito nº 768/2021-DAET/CGAE/DAET/SAES/MS (0020478759).
Resultado: APROVADO COM READEQUAÇÃO DE VALOR.
Valor aprovado da readequação: R$ 4.003.897,00 (quatro milhões, três mil e oitocentos e noventa e sete reais).

Art. 2º Fica revogado o inciso VI do art. 1º da Portaria n.º 1.199, de 22 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 229, na data de 27 de novembro de 2019, Seção 1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 208, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

DADOS DA INSTITUIÇÃO
NUP: 25000.007880/2018-11
Razão Social: Instituto de Câncer de Londrina- Hospital do Câncer de Londrina
CNPJ: 78.633.088/0001-76
Município/UF: Londrina/PR
DADOS DO PROJETO
Título do Projeto: Gestão de Processos e Melhoria Contínua em Oncologia.

Extrato do Projeto (Resumo): Equipar os setores estratégicos do hospital que envolvem o diagnóstico, ambulatório, centro cirúrgico e UTI visando atender o aumento da demanda oncológica e melhoria do parque de equipamentos médicos, bem como as normativas para acreditação hospitalar.

Prazo de execução inicialmente aprovado: 24 meses
Valor inicialmente aprovado: R$ 3.810.992,00 (Três milhões, oitocentos e dez mil, novecentos e noventa e dois reais)
DADOS DO PEDIDO
Valor de readequação solicitado: R$ 4.550.104,00 (quatro milhões quinhentos e cinquenta mil cento e quatro reais).
Fundamento Legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS.
DADOS DA ANÁLISE DO PROJETO
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde(SAES/MS)
Tipo de análise: Técnica.
Parecer conclusivo: Parecer Técnico nº 649/2021-DAET/CGAE/DAET/SAES/MS (0020162797).
Resultado: APROVADO COM READEQUAÇÃO DE VALOR.
Valor aprovado da readequação: 4.550.104,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta mil cento e quatro reais).

Art. 2º Fica revogado o inciso XLI do art. 1º da Portaria nº 1.318, de 4 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 233, na data de 5 de dezembro de 2018, Seção 1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 7, DE 14 DE MAIO DE 2021

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Transtorno Esquizoafetivo.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE e o SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de se atualizarem os parâmetros sobre o transtorno esquizoafetivo no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com este transtorno;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação nº 599/2021 e o Relatório de Recomendação nº 604 - Abril de 2021 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a atualização da busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde (DGITIS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Transtorno Esquizoafetivo.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral do transtorno esquizoafetivo, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento do transtorno esquizoafetivo.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com esse transtorno em todas as etapas descritas no anexo a esta Portaria, disponível no sítio citado no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1.203/SAS/MS, de 4 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 214, de 05 de novembro de 2014, Seção 1, página 36.

SERGIO YOSHIMASA OKANE
Secretário de Atenção Especializada à Saúde

HÉLIO ANGOTTI NETO
Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

PORTARIA INCA/MS Nº 307, DE 24 DE MAIO DE 2021

A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA - INCA, no uso das atribuições legais:

Considerando que o Conselho Consultivo do INCA (CONSINCA), instituído pela Portaria INCA nº 117 de 10 de novembro de 1992, publicada no Boletim de Serviço nº 46, de 20 de novembro de 1992, tem como finalidade assessorar a Direção-Geral do INCA nas propostas de elaboração, regulamentação e supervisão da política nacional para a prevenção e controle do câncer;

Considerando a reunião ordinária do CONSINCA realizada em 16 de setembro de 2020, na qual foi estabelecida a criação do Grupo de Trabalho para discussão da proposta: acesso à tratamento sistêmico; e

Considerando a Portaria INCA nº 27 de 25 de janeiro de 2021, publicada Diário Oficial da União nº 18, de 27 de janeiro de 2021, que formaliza a estruturação do Grupo de Trabalho de Acesso a Tratamento Sistêmico (GTATS/CONSINCA), resolve:

Art. 1° Atualizar a estruturação do Grupo de Trabalho de Acesso à Tratamento Sistêmico (GTATS/CONSINCA).

Art. 2º Atualizar a composição do Grupo de Trabalho de que trata esta Portaria com os seguintes representantes:

I - Associação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Combate ao Câncer (ABIFICC);
II - Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO);
III - Associação Brasileira de Registros de Câncer (ABRC);
IV - Conselho Nacional de Saúde (CNS);
V - Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);
VI - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).
VII - Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS);
VIII - Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS);
IX - Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITIS/SCTIE/MS);
X - Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA);
XI - Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS);
XII - Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC);
XIII - Sociedade Brasileira de Cancerologia (SBC);
XIV - Sociedade Brasileira de Farmacêuticos em Oncologia (SOBRAFO); e
XV - Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO);

Art. 3º O Grupo de Trabalho será coordenado pelo representante da Associação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Combate ao Câncer (ABIFICC);

Art. 4º O Grupo de Trabalho deverá concluir suas atividades de modo a encaminhar relatório final aos membros do CONSINCA, no prazo máximo de 10 (dez) dias, antecedentes a próxima reunião ordinária do Conselho.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, cessando os efeitos da Portaria INCA nº 27, de 25/01/2021, publicada no DOU nº 18, de 27/01/2021.

ANA CRISTINA PINHO MENDES PEREIRA

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA Nº 32, DE 28 DE MAIO DE 2021

Divulga a lista final dos médicos brasileiros formados em Instituições de Educação Superior brasileiras e estrangeiras, com habilitação para exercício da medicina no exterior (intercambista individual), participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil que tiveram a prorrogação automática validada, nos termos do Edital SAPS/MS nº 7, de 24 de maio de 2021.

O Secretário de Atenção Primária à Saúde, no uso das atribuições, e considerando os termos do art. 18 do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolve:

Art. 1º Divulgar, no endereço eletrônico http://maismedicos.gov.br, a lista contendo o resultado final dos médicos formados em instituições de educação superior brasileira e estrangeiras, com habilitação para exercício da medicina no exterior (intercambista individual), participantes do Projeto Mais Médicos, na chamada regida pelo Edital SGTES/MS nº 3, de 19 de abril de 2017 - 14º ciclo, que terão a sua adesão no Projeto prorrogada, por mais dois anos, nos termos do subitem 1.1 do Edital SAPS/MS nº 7, de 24 de maio de 2021.

Art. 2º O médico cujo nome integre a lista indicada no art. 1º desta Portaria, conforme os requisitos postos no subitem 2.3, deverá permanecer desenvolvendo suas atividades no mesmo município conforme subitem 2.2, do Edital SAPS/MS nº 7, de 24 de maio de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 40, em 2 de março de 2021, Seção 1, páginas 115 a 194, onde se lê:

"Subseção III

Do Plano Hospitalar

Art. 19. O Plano Hospitalar compreende os atendimentos realizados em todas as modalidades de internação hospitalar e os atendimentos caracterizados como de urgência e emergência, conforme Resolução específica vigente, não incluindo atendimentos ambulatoriais para fins de diagnóstico, terapia ou recuperação, ressalvado o disposto no inciso X deste artigo e, devendo garantir cobertura para: (...)

Art. 20. Para fins do disposto no inciso IV, do art. 19, os procedimentos de transplante, no âmbito da prestação de serviços de saúde suplementar, deverão submeter-se à legislação específica vigente. (...)

Subseção IV

Do Plano Hospitalar com Obstetrícia

Art. 21. O Plano Hospitalar com Obstetrícia compreende toda a cobertura definida no art. 20, acrescida dos procedimentos relativos ao pré-natal, da assistência ao parto e puerpério, devendo garantir cobertura para: (...)"

Leia-se:

"Subseção III

Do Plano Hospitalar

Art. 19. O Plano Hospitalar compreende os atendimentos realizados em todas as modalidades de internação hospitalar e os atendimentos caracterizados como de urgência e emergência, conforme Resolução específica vigente, não incluindo atendimentos ambulatoriais para fins de diagnóstico, terapia ou recuperação, ressalvado o disposto no inciso X deste artigo e, devendo garantir cobertura para: (...)

Art. 20. Para fins do disposto no inciso IV, do art. 19, os procedimentos de transplante, no âmbito da prestação de serviços de saúde suplementar, deverão submeter-se à legislação específica vigente. (...)

Subseção IV

Do Plano Hospitalar com Obstetrícia

Art. 21. O Plano Hospitalar com Obstetrícia compreende toda a cobertura definida no art. 19, acrescida dos procedimentos relativos ao pré-natal, da assistência ao parto e puerpério, devendo garantir cobertura para: (...)

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 28 DE MAIO DE 2021

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 550ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 28 de maio de 2021, votou pelo deferimento do pedido de parcelamento de débito - Ressarcimento ao SUS, nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Natureza do Débito	Valor do Débito (R$)
33910.015826/2021-01	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	317144	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 25038079	694.601,46 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 11.576,69)
33910.016884/2021-43	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	393321	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 24942358	864.974,02 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 14.416,23)
33910.017531/2021-61	Unimed Cuiaba Cooperativa de Trabalho Médico	342084	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 24656045	552.821,06 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 9.213,68)
33910.012928/2021-66	Memorial Saude Ltda	373010	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 24939801	729.961,09 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 12.166,02)
33910.014511/2021-38	Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda.	309222	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 24940515	2.969.884,56 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 49.498,08)

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO DE 28 DE MAIO DE 2021

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 550ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 28 de maio de 2021, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Decisão
33910.010701/2021-86	PRODENT - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.	DIDES	Aprovado por unanimidade o conhecimento e não provimento do pedido de reconsideração do resultado do Monitoramento da Garantia de Atendimento referente ao 4º Trimestre de 2020, mantendo a decisão impugnada.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor - Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO Nº 66, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere art. 47, IV, aliado ao art. 53, III e X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve, ad referendum, prorrogar por 30 (trinta dias) dias, a contar de 1° de junho de 2021, o prazo para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Consulta Pública Nº 1.041, de 8 de abril de 2021, referente a Proposta de Resolução de Diretoria Colegiada - RDC que dispõe sobre os critérios para a concessão ou renovação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos fabricantes de Produtos para a Saúde, publicada no Diário Oficial da União - Edição Extra nº 65-A, de 8 de abril de 2021, Seção 1, pág 3.

ANTONIO BARRA TORRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO RDC Nº 502, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre o funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, inciso III, e 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivo

Art. 1º Esta Resolução estabelece o padrão mínimo de funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos.

Parágrafo único. As secretarias de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal devem implementar procedimentos estabelecidos nesta Resolução, podendo adotar normas de caráter suplementar, com a finalidade de adequá-la às especificidades locais.

Seção II

Abrangência

Art. 2º Esta Resolução é aplicável a toda instituição de longa permanência para idosos, governamental ou não governamental, destinada à moradia coletiva de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, com ou sem suporte familiar.

Seção III

Definições

Art. 3º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - cuidador de idosos: pessoa capacitada para auxiliar o idoso que apresenta limitações para realizar atividades da vida diária;

II - dependência do idoso: condição do indivíduo que requer o auxílio de pessoas ou de equipamentos especiais para realização de atividades da vida diária;

III - equipamento de auto-ajuda: qualquer equipamento ou adaptação, utilizado para compensar ou potencializar habilidades funcionais, tais como bengala, andador, óculos, aparelho auditivo e cadeira de rodas, entre outros com função assemelhada;

IV - grau de dependência do idoso:

1. grau de dependência I: idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de auto-ajuda;

2. grau de dependência II: idosos com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária tais como: alimentação, mobilidade, higiene; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada; e

3. grau de dependência III: idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo;

V - indivíduo autônomo: é aquele que detém poder decisório e controle sobre a sua vida; e

VI - Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania.

CAPÍTULO II

CONDIÇÕES GERAIS

Seção I

Requisitos

Art. 4º A Instituição de Longa Permanência para Idosos é responsável pela atenção ao idoso conforme definido nesta Resolução.

Art. 5º A instituição deve propiciar o exercício dos direitos humanos (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e individuais) de seus residentes.

Art. 6º A instituição deve atender, dentre outras, às seguintes premissas:

I - observar os direitos e garantias dos idosos, inclusive o respeito à liberdade de credo e a liberdade de ir e vir, desde que não exista restrição determinada no Plano de Atenção à Saúde;

II - preservar a identidade e a privacidade do idoso, assegurando um ambiente de respeito e dignidade;

III - promover ambiência acolhedora;

IV - promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência;

V - promover integração dos idosos, nas atividades desenvolvidas pela comunidade local;

VI - favorecer o desenvolvimento de atividades conjuntas com pessoas de outras gerações;

VII - incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção ao idoso residente;

VIII - desenvolver atividades que estimulem a autonomia dos idosos;

IX - promover condições de lazer para os idosos tais como: atividades físicas, recreativas e culturais; e

X - desenvolver atividades e rotinas para prevenir e coibir qualquer tipo de violência e discriminação contra pessoas nela residentes.

Art. 7º A categorização da instituição deve obedecer à normalização do Ministério da Cidadania e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Seção II

Organização

Art. 8º A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve possuir alvará sanitário atualizado expedido pelo órgão sanitário competente, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e comprovar a inscrição de seu programa junto ao Conselho do Idoso, em conformidade com o parágrafo único, art. 48 da Lei nº 10.741, de 2003.

Art. 9º A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve estar legalmente constituída e apresentar:

I - Estatuto registrado;

II - Registro de entidade social; e

III - Regimento Interno.

Art. 10. A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve possuir um Responsável Técnico - RT pelo serviço, que responderá pela instituição junto à autoridade sanitária local.

Art. 11. O Responsável Técnico deve possuir formação de nível superior.

Art. 12. A Instituição de Longa Permanência para idosos deve celebrar contrato formal de prestação de serviço com o idoso, responsável legal ou Curador, em caso de interdição judicial, especificando o tipo de serviço prestado bem como os direitos e as obrigações da entidade e do usuário em conformidade com inciso I do art. 50 da Lei n° 10.741, de 2003.

Art. 13. A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve organizar e manter atualizados e com fácil acesso, os documentos necessários à fiscalização, avaliação e controle social.

Art. 14. A Instituição poderá terceirizar os serviços de alimentação, limpeza e lavanderia, sendo obrigatória à apresentação do contrato e da cópia do alvará sanitário da empresa terceirizada.

Art. 15. A Instituição que terceirizar estes serviços está dispensada de manter quadro de pessoal próprio e área física específica para os respectivos serviços.

Seção III

Recursos Humanos

Art. 16. A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve apresentar recursos humanos, com vínculo formal de trabalho, que garantam a realização das seguintes atividades:

I - para a coordenação técnica: Responsável Técnico com carga horária mínima de 20 (vinte) horas por semana;

II - para os cuidados aos residentes:

a) grau de dependência I: 1 (um) cuidador para cada 20 (vinte) idosos, ou fração, com carga horária de 8 (oito) horas/dia;

b) grau de dependência II: 1 (um) cuidador para cada 10 (dez) idosos, ou fração, por turno; e

c) grau de dependência III:1 (um) cuidador para cada 6 (seis) idosos, ou fração, por turno.

III - para atividades de lazer: 1 (um) profissional com formação de nível superior para cada 40 (quarenta) idosos, com carga horária de 12 (doze) horas por semana;

IV - para serviços de limpeza: 1 (um) profissional para cada 100m^2 de área interna ou fração por turno diariamente;

V - para o serviço de alimentação:1 (um) profissional para cada 20 (vinte) idosos, garantindo a cobertura de dois turnos de 8 (oito) horas; e

VI - para o serviço de lavanderia: 1 (um) profissional para cada 30 (trinta) idosos, ou fração, diariamente.

Art. 17. A Instituição que possuir profissional de saúde vinculado à sua equipe de trabalho, deve exigir registro desse profissional no seu respectivo Conselho de Classe.

Art. 18. A Instituição deve realizar atividades de educação permanente na área de gerontologia, com objetivo de aprimorar tecnicamente os recursos humanos envolvidos na prestação de serviços aos idosos.

Seção IV

Infraestrutura Física

Art. 19. Toda construção, reforma ou adaptação na estrutura física das instituições, deve ser precedida de aprovação de projeto arquitetônico junto à autoridade sanitária local bem como do órgão municipal competente.

Art. 20. A Instituição deve atender aos requisitos de infraestrutura física previstos nesta Resolução, além das exigências estabelecidas em códigos, leis ou normas pertinentes, quer na esfera federal, estadual ou municipal e, normas específicas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas referenciadas nesta Resolução.

Art. 21. A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve oferecer instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e garantir a acessibilidade a todas as pessoas com dificuldade de locomoção segundo o estabelecido na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 22. Quando o terreno da Instituição de Longa Permanência para idosos apresentar desníveis, deve ser dotado de rampas para facilitar o acesso e a movimentação dos residentes.

Art. 23. As instalações prediais de água, esgoto, energia elétrica, proteção e combate a incêndio, telefonia e outras existentes, deverão atender às exigências dos códigos de obras e posturas locais, assim como às normas técnicas brasileiras pertinentes a cada uma das instalações.

Art. 24. A Instituição deve atender às seguintes exigências específicas:

I - acesso externo: devem ser previstas, no mínimo, duas portas de acesso, sendo uma exclusivamente de serviço;

II - pisos externos e internos (inclusive de rampas e escadas): devem ser de fácil limpeza e conservação, uniformes, com ou sem juntas e com mecanismo antiderrapante; e

III - rampas e escadas: devem ser executadas conforme especificações da NBR 9050/ABNT, observadas as exigências de corrimão e sinalização.

Parágrafo único. A escada e a rampa de acesso à edificação devem ter, no mínimo, 1,20m de largura.

Art. 25. As circulações internas principais devem ter largura mínima de 1,00 m e as secundárias podem ter largura mínima de 0,80 m; contando com luz de vigília permanente.

§ 1º Circulações com largura maior ou igual a 1,50 m devem possuir corrimão dos dois lados.

§ 2º Circulações com largura menor que 1,50 m podem possuir corrimão em apenas um dos lados.

Art. 26. Os elevadores devem seguir as especificações das normas pertinentes da ABNT.

Art. 27. As portas devem ter um vão livre com largura mínima de 1,10m, com travamento simples sem o uso de trancas ou chaves.

Art. 28. Janelas e guarda-corpos devem ter peitoris de no mínimo 1,00m.

Art. 29. A Instituição deve possuir os seguintes ambientes:

I - dormitórios separados por sexos, para no máximo 4 pessoas, dotados de banheiro e que atendam aos seguintes padrões:

1. os dormitórios de 01 pessoa devem possuir área mínima de 7,50 m^2, incluindo área para guarda de roupas e pertences do residente;

2. os dormitórios de 02 a 04 pessoas devem possuir área mínima de 5,50m^2 por cama, incluindo área para guarda de roupas e pertences dos residentes;

3. devem ser dotados de luz de vigília e campainha de alarme;

4. deve ser prevista uma distância mínima de 0,80 m entre duas camas; e

5. o banheiro deve possuir área mínima de 3,60 m^2, com 1 bacia, 1 lavatório e 1 chuveiro, não sendo permitido qualquer desnível em forma de degrau para conter a água, nem o uso de revestimentos que produzam brilhos e reflexos.

II - áreas para o desenvolvimento das atividades voltadas aos residentes com graus de dependência I, II e que atendam aos seguintes padrões:

1. sala para atividades coletivas para no máximo 15 residentes, com área mínima de 1,0 m^2 por pessoa;

2. sala de convivência com área mínima de 1,3 m^2 por pessoa; e

3. sala para atividades de apoio individual e sócio-familiar com área mínima de 9,0 m^2.

III - sala para atividades de apoio individual e sócio-familiar com área mínima de 9,0 m^2.

IV - banheiros coletivos, separados por sexo, com no mínimo, um box para vaso sanitário que permita a transferência frontal e lateral de uma pessoa em cadeira de rodas, conforme especificações da NBR9050/ABNT e as seguintes especificações:

a) as portas dos compartimentos internos dos sanitários coletivos devem ter vãos livres de 0,20m na parte inferior.

V - espaço ecumênico e/ou para meditação;

VI - sala administrativa/reunião;

VII - refeitório com área mínima de 1m^2 por usuário, acrescido de local para guarda de lanches, de lavatório para higienização das mãos e luz de vigília;

VIII - cozinha e despensa;

IX - lavanderia;

X - local para guarda de roupas de uso coletivo;

XI - local para guarda de material de limpeza;

XII - almoxarifado indiferenciado com área mínima de 10,0 m^2;

XIII - vestiário e banheiro para funcionários, separados por sexo:

a) banheiro com área mínima de 3,6 m^2, contendo 1 bacia, 1 lavatório e 1 chuveiro para cada 10 funcionários ou fração; e

b) área de vestiário com área mínima de 0,5 m^2 por funcionário/turno.

XIV - lixeira ou abrigo externo à edificação para armazenamento de resíduos até o momento da coleta;

XV - área externa descoberta para convivência e desenvolvimento de atividades ao ar livre (solarium com bancos, vegetação e outros); e

Parágrafo único. A exigência de um ambiente depende da execução da atividade correspondente.

Art. 30. Os ambientes podem ser compartilhados de acordo com a afinidade funcional e a utilização em horários ou situações diferenciadas.

Seção IV

Processos Operacionais

Subseção I

Condições Gerais

Art. 31. Toda ILPI deve elaborar um plano de trabalho, que contemple as atividades previstas no Art. 6º e seja compatível com os princípios desta Resolução.

Art. 32. As atividades das Instituições de Longa Permanência para idosos devem ser planejadas em parceria e com a participação efetiva dos idosos, respeitando as demandas do grupo e aspectos sócio-culturais do idoso e da região onde estão inseridos.

Art. 33. Cabe às Instituições de Longa Permanência para idosos manter registro atualizado de cada idoso, em conformidade com o estabelecido no art. 50, inciso XV, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Art. 34. A Instituição de Longa Permanência para idosos deve comunicar à Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere, bem como ao Ministério Público, a situação de abandono familiar do idoso ou a ausência de identificação civil.

Art. 35. O responsável pela instituição deve manter disponível cópia desta Resolução para consulta dos interessados.

Subseção II

Saúde

Art. 36. A Instituição deve elaborar, a cada 2 (dois) anos, um Plano de Atenção Integral à Saúde dos residentes, em articulação com o gestor local de saúde.

Art. 37. O Plano de Atenção à Saúde deve contar com as seguintes características:

I - ser compatível com os princípios da universalização, equidade e integralidade;

II - indicar os recursos de saúde disponíveis para cada residente, em todos os níveis de atenção, sejam eles públicos ou privados, bem como referências, caso se faça necessário;

III - prever a atenção integral à saúde do idoso, abordando os aspectos de promoção, proteção e prevenção; e

IV - conter informações acerca das patologias incidentes e prevalentes nos residentes.

Art. 38. A instituição deve avaliar anualmente a implantação e efetividade das ações previstas no plano, considerando, no mínimo, os critérios de acesso, resolubilidade e humanização.

Art. 39. A Instituição deve comprovar, quando solicitada, a vacinação obrigatória dos residentes conforme estipulado pelo Plano Nacional de Imunização de Ministério da Saúde.

Art. 40. Cabe ao Responsável Técnico - RT da Instituição a responsabilidade pelos medicamentos em uso pelos idosos, respeitados os regulamentos de vigilância sanitária quanto à guarda e administração, sendo vedado o estoque de medicamentos sem prescrição médica.

Art. 41. A Instituição deve dispor de rotinas e procedimentos escritos, referente ao cuidado com o idoso.

Art. 42. Em caso de intercorrência médica, cabe ao RT providenciar o encaminhamento imediato do idoso ao serviço de saúde de referência previsto no plano de atenção e comunicar a sua família ou representante legal.

Art. 43. Para o encaminhamento, a instituição deve dispor de um serviço de remoção destinado a transportar o idoso, segundo o estabelecido no Plano de Atenção à Saúde.

Subseção III

Alimentação

Art. 44. A Instituição deve garantir aos idosos a alimentação, respeitando os aspectos culturais locais, oferecendo, no mínimo, seis refeições diárias.

Art. 45. A manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento e distribuição dos alimentos devem seguir o estabelecido na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

Art. 46. A Instituição deve manter disponíveis normas e rotinas técnicas quanto aos seguintes procedimentos:

I - limpeza e descontaminação dos alimentos;

II - armazenagem de alimentos;

III - preparo dos alimentos com enfoque nas boas práticas de manipulação;

IV - boas práticas para prevenção e controle de vetores; e

V - acondicionamento dos resíduos.

Subseção IV

Lavagem, Processamento e Guarda de Roupa

Art. 47. A instituição deve manter disponíveis as rotinas técnicas do processamento de roupas de uso pessoal e coletivo, que contemple:

I - lavar, secar, passar e reparar as roupas; e

II - guarda e troca de roupas de uso coletivo.

Art. 48. A Instituição deve possibilitar aos idosos independentes efetuarem todo o processamento de roupas de uso pessoal.

Art. 49. As roupas de uso pessoal devem ser identificadas, visando a manutenção da individualidade e humanização.

Art. 50. Os produtos utilizados no processamento de roupa devem ser registrados ou notificados na Anvisa.

Subseção V

Limpeza

Art. 51. A Instituição deve manter os ambientes limpos, livres de resíduos e odores incompatíveis com a atividade.

Art. 52. A Instituição deve manter disponíveis as rotinas quanto à limpeza e higienização de artigos e ambientes.

Art. 53. Os produtos utilizados no processamento de roupa devem ser registrados ou notificados na Anvisa.

CAPÍTULO III

NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA

Art. 54. A equipe de saúde responsável pelos residentes deverá notificar à vigilância epidemiológica a suspeita de doença de notificação compulsória conforme legislação vigente.

Art. 55. A instituição deverá notificar imediatamente à autoridade sanitária local, a ocorrência dos eventos sentinelas abaixo:

I - queda com lesão; e

II - tentativa de suicídio.

Art. 56. A definição dos eventos mencionados nesta Resolução deve obedecer à padronização a ser publicada pela Anvisa, juntamente com o fluxo e instrumentos de notificação.

CAPÍTULO IV

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES

Art. 57. A constatação de qualquer irregularidade no funcionamento das instituições deve ser imediatamente comunicada a vigilância sanitária local.

Art. 58. Compete às Instituições de Longa Permanência para Idosos a realização continuada de avaliação do desempenho e padrão de funcionamento da instituição.

Art. 59. A avaliação referida no artigo anterior deve ser realizada levando em conta, no mínimo, os indicadores constantes do Anexo desta Resolução.

Art. 60. Todo mês de janeiro a Instituição de Longa Permanência para Idosos deve encaminhar à Vigilância Sanitária local o consolidado dos indicadores do ano anterior.

Art. 61. O consolidado do município deverá ser encaminhado à Secretaria Estadual de Saúde e o consolidado dos estados à Anvisa e à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62. O descumprimento das determinações desta Resolução constitui infração de natureza sanitária sujeitando o infrator a processo e penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ou instrumento legal que venha a substituí-la, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil cabíveis.

Art. 63. Ficam revogadas:

I - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005, e

II - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 94, de 31 de dezembro de 2007.

Art. 64. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

Nº	Indicador	Fórmula e Unidade	Freqüência de Produção
1	Taxa de mortalidade em idosos residentes	(Número de óbitos de idosos residentes no mês / Número de idosos residentes no mês[1]) * 100 [%]	Mensal
2	Taxa incidência[2] de doença diarréica aguda[3] em idosos residentes	(Número de novos casos de doença diarréica aguda em idosos residentes no mês / Número de idosos residentes no mês[1]) * 100 [%]	Mensal
3	Taxa de incidência de escabiose[4] em idosos residentes	(Número de novos casos de escabiose em idosos residentes no mês / Número de idosos residentes no mês[1]) *100 [%]	Mensal
4	Taxa de incidência de desidratação[5] em idosos residentes	(Número de idosos que apresentaram desidratação / Número de idosos residentes no mês[1]) *100 [%]	Mensal
5	Taxa de prevalência[6] de úlcera de decúbito em idosos residentes	(Número de idosos residentes apresentando úlcera de decúbito no mês/ Número de idosos residentes no mês[1]) *100 [%]	Mensal
6	Taxa de prevalência de desnutrição[7] em idosos residentes	(Número de idosos residentes com diagnóstico de desnutrição no mês/ Número de idosos residentes no mês[1]) *100 [%]	Mensal

[1] - População exposta: considerar o número de idosos residentes do dia 15 de cada mês.
[2] - Taxa de incidência: é uma estimativa direta da probabilidade ou risco de desenvolvimento de determinada doença em um período de tempo específico; o numerador corresponde aos novos casos, ou seja, aqueles iniciados no período em estudo.
[3]- Doença diarréica aguda: Síndrome causada por vários agentes etiológicos (bactérias, vírus e parasitas), cuja manifestação predominante é o aumento do número de evacuações, com fezes aquosas ou de pouca consistência. Com freqüência, é acompanhada de vômito, febre e dor abdominal. Em alguns casos, há presença de muco e sangue. No geral, é autolimitada, com duração entre 2 e 14 dias. As formas variam desde leves até graves, com desidratação e distúrbios eletrolíticos, principalmente quando associadas à desnutrição prévia.
[4]- Escabiose: parasitose da pele causada por um ácaro cuja penetração deixa lesões em forma de vesículas, pápulas ou pequenos sulcos, nos quais ele deposita seus ovos. As áreas preferenciais da pele onde se visualizam essas lesões são as regiões interdigitais, punhos (face anterior), axilas (pregas anteriores), região periumbilical, sulco interglúteo, órgãos genitais externos nos homens. Em crianças e idosos, podem também ocorrer no couro cabeludo, nas palmas e plantas. O prurido é intenso e, caracteristicamente, maior durante a noite, por ser o período de reprodução e deposição de ovos.
[5]- Desidratação: (perda de água) Falta de quantidade suficiente de líquidos corpóreos para manter as funções normais em um nível adequado. Deficiência de água e eletrólitos corpóreos por perdas superiores à ingestão. Pode ser causada por: ingestão reduzida (anorexia, coma e restrição hídrica); perda aumentada gastrointestinal (vômitos e diarréia), ou urinária (diurese osmótica, administração de diuréticos, insuficiência renal crônica e da suprarrenal), ou cutânea e respiratória (queimaduras e exposição ao calor).
[6] - Taxa de prevalência: mede o número de casos presentes em um momento ou em um período específico; o numerador compreende os casos existentes no início do período de estudo, somados aos novos casos.
[7] - Desnutrição: Condição causada por ingestão ou digestão inadequada de nutrientes. Pode ser causada pela ingestão de uma dieta não balanceada, problemas digestivos, problemas de absorção ou problemas similares. É a manifestação clínica decorrente da adoção de dieta inadequada ou de patologias que impedem o aproveitamento biológico adequado da alimentação ingerida.

RESOLUÇÃO RDC Nº 503, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Enteral.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, inciso III, e 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivo

Art. 1º Esta Resolução fixa os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Enteral.

Seção II

Abrangência

Art. 2º Esta Resolução se aplica a qualquer Unidade Hospitalar ou Empresa Prestadora de Bens e ou Serviços, públicas ou privadas.

Seção III

Definições

Art. 3º Para efeito desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I - Empresas Prestadoras de Bens e ou Serviços (EPBS): organização capacitada, de acordo com a Legislação vigente, para oferecer bens e ou serviços em Terapia Nutricional;

II - Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional (EMTN): grupo formal e obrigatoriamente constituído de pelo menos um profissional de cada categoria, a saber: médico, nutricionista, enfermeiro e farmacêutico, podendo ainda incluir profissional de outras categorias, habilitados e com treinamento específico para a prática da Terapia Nutricional-TN;

III - Farmácia: estabelecimento que atende à legislação sanitária vigente específica (Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal), com instalações para fornecimento e armazenamento de NE industrializada, quando se fizer necessário;

IV - Nutrição Enteral (NE): alimento para fins especiais, com ingestão controlada de nutrientes, na forma isolada ou combinada, de composição definida ou estimada, especialmente formulada e elaborada para uso por sondas ou via oral, industrializado ou não, utilizada exclusiva ou parcialmente para substituir ou complementar a alimentação oral em pacientes desnutridos ou não, conforme suas necessidades nutricionais, em regime hospitalar, ambulatorial ou domiciliar, visando a síntese ou manutenção dos tecidos, órgãos ou sistemas;

V - Nutrição Enteral em Sistema Aberto: NE que requer manipulação prévia à sua administração, para uso imediato ou atendendo à orientação do fabricante;

VI - Nutrição Enteral em Sistema Fechado: NE industrializada, estéril, acondicionada em recipiente hermeticamente fechado e apropriado para conexão ao equipo de administração;

VII - prescrição dietética da NE: determinação de nutrientes ou da composição de nutrientes da NE, mais adequada às necessidades específicas do paciente, de acordo com a prescrição médica;

VIII - prescrição médica da Terapia de Nutrição Enteral-TNE: determinação das diretrizes, prescrição e conduta necessárias para a prática da TNE, baseadas no estado clínico nutricional do paciente;

IX - Sala de manipulação de NE: sala sanitizada, específica para a manipulação de nutrição enteral, atendendo às exigências das Boas Práticas de Preparação de Nutrição Enteral-BPPNE (Capítulo V).

X - Terapia de Nutrição Enteral (TNE): conjunto de procedimentos terapêuticos para manutenção ou recuperação do estado nutricional do paciente por meio de NE;

XI - Terapia Nutricional (TN): conjunto de procedimentos terapêuticos para manutenção ou recuperação do estado nutricional do paciente por meio da Nutrição Parenteral ou Enteral;

XII - Unidade de Nutrição e Dietética (UND): unidade que seleciona, adquire, armazena e distribui insumos, produtos e NE industrializada ou não, produz bens e presta serviços, possuindo instalações e equipamentos específicos para a preparação da NE, atendendo às exigências das BPPNE, conforme Capítulo V; e

XIII - Unidade Hospitalar (UH): estabelecimento de saúde destinado a prestar assistência à população na promoção da saúde e na recuperação e reabilitação de doentes.

CAPÍTULO II

CONDIÇÕES GERAIS

Art. 4º As UH e as EPBS que realizem procedimentos de TNE devem possuir licença de funcionamento concedida pelo órgão sanitário competente.

Art. 5º As UH e as EPBS interessadas em realizar procedimentos de TNE devem solicitar o seu cadastramento, conforme Anexo II, à autoridade sanitária local.

Art. 6º A complexidade da TNE exige o comprometimento e a capacitação de uma equipe multiprofissional para garantir a sua eficácia e segurança para os pacientes.

Art. 7º A TNE deve abranger obrigatoriamente as seguintes etapas:

I - indicação e prescrição médica;

II - prescrição dietética;

III - preparação, conservação e armazenamento;

IV - transporte;

V - administração;

VI - controle clínico laboratorial; e

VII - avaliação final

Art. 8º Todas as etapas descritas no item anterior devem atender a procedimentos escritos específicos e serem devidamente registradas, evidenciando as ocorrências na execução dos procedimentos.

Art. 9º As UH e as EPBS que queiram habilitar-se à prática da TNE devem contar com:

I - sala de manipulação que atenda às recomendações da BPPNE, sempre que se optar pela utilização de NE em sistema aberto; e

II - EMTN - grupo formal e obrigatoriamente constituído de, pelo menos, um profissional de cada categoria, com treinamento específico para esta atividade, a saber: médico, nutricionista, enfermeiro, farmacêutico, podendo ainda incluir profissionais de outras categorias a critério das UH e ou EPBS, com as respectivas atribuições descritas no Capítulo IV.

Art. 10. A UH, que não possui as condições previstas no item anterior, pode contratar os serviços de terceiros, devidamente licenciados, para a operacionalização total ou parcial da TNE, devendo nestes casos formalizar um contrato por escrito.

Art. 11. Os profissionais não participantes da equipe multiprofissional, que queiram atuar na prática de TNE, devem fazê-lo de acordo com as diretrizes traçadas pela EMTN.

Art. 12. A EPBS que somente exerce atividades de preparação da NE, está dispensada de contar com a EMTN, porém deve contar com uma UND sob a responsabilidade de um nutricionista.

Art. 13. As UH e as EPBS só podem habilitar-se para a preparação da NE se preencherem os requisitos do item Art. 16 e forem previamente inspecionadas.

Art. 14. Ao médico, de acordo com as atribuições do Capítulo IV, compete: indicar, prescrever e acompanhar os pacientes submetidos à TNE.

Art. 15. Ao nutricionista, de acordo com as atribuições do Capítulo IV, compete: realizar todas a operações inerentes à prescrição dietética, composição e preparação da NE, atendendo às recomendações das BPPNE, conforme Capítulo V.

Art. 16. Ao farmacêutico, de acordo com as atribuições do Capítulo IV, compete:

I - adquirir, armazenar e distribuir, criteriosamente, a NE industrializada, quando estas atribuições, por razões técnicas e ou operacionais, não forem de responsabilidade do nutricionista; e

II - participar do sistema de garantia da qualidade referido Subseção VI (Garantia da Qualidade) do Capítulo V, respeitadas suas atribuições profissionais legais;

Art. 17. Ao enfermeiro, de acordo com as atribuições do Capítulo IV, compete: administrar NE, observando as recomendações das Boas Práticas de Administração de NE - BPANE, conforme Capítulo VI;

Art. 18. As UH e EPBS devem possuir recursos humanos, infraestrutura física, equipamentos e procedimentos operacionais que atendam às recomendações das BPPNE e BPANE, conforme Capítulos V e VI.

Art. 19. É de responsabilidade da Administração da UH e EPBS prever e prover os recursos humanos e materiais necessários à operacionalização da TNE.

CAPÍTULO III

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Art. 20. Na aplicação desta Resolução, são adotadas as seguintes condições específicas:

I - indicação;

II - prescrição;

III - preparação;

IV - conservação;

V - transporte;

VI - administração;

VII - controle clínico e laboratorial;

VIII - avaliação final;

IX - documentação normativa e registros; e

X - inspeções;

Seção I

Indicação

Art. 21. O médico é responsável pela indicação da TNE.

Art. 22. A indicação da TNE deve ser precedida da avaliação nutricional do paciente que deve ser repetida, no máximo, a cada 10 (dez) dias.

Art. 23. São candidatos à TNE os pacientes que não satisfazem suas necessidades nutricionais com a alimentação convencional, mas que possuam a função do trato intestinal parcial ou totalmente íntegra.

Seção II

Prescrição

Art. 24. O médico é responsável pela prescrição médica da TNE.

Art. 25. O nutricionista é responsável pela prescrição dietética da NE.

Art. 26. A prescrição dietética deve contemplar o tipo e a quantidade dos nutrientes requeridos pelo paciente, considerando seu estado mórbido, estado nutricional e necessidades nutricionais e condições do trato digestivo.

Art. 27. TNE deve atender a objetivos de curto e longo prazos.

§ 1º Entende-se como curto prazo a interrupção ou redução da progressão das doenças, a cicatrização das feridas, a passagem para nutrição normal e a melhora do estado de desnutrição.

§ 2º Entende-se por longo prazo a manutenção do estado nutricional normal e a reabilitação do paciente em termos de recuperação física e social.

§ 3º Em casos excepcionais a TNE pode substituir definitivamente a nutrição oral.

Seção III

Preparação

Art. 28. O nutricionista é responsável pela supervisão da preparação da NE.

Art. 29. A preparação da NE envolve a avaliação da prescrição dietética, a manipulação, o controle de qualidade, a conservação e o transporte da NE e exige a responsabilidade e a supervisão direta do nutricionista, devendo ser realizada, obrigatoriamente, na UH ou EPBS, de acordo com as recomendações das BPPNE, conforme Capítulo V.

Art. 30. Os insumos e recipientes adquiridos industrialmente para o preparo da NE, devem ser registrados nos órgãos competentes, quando obrigatório, e acompanhados do Certificado de Análise emitido pelo fabricante, garantindo a sua pureza físico-química e microbiológica, bem como o atendimento às especificações estabelecidas.

Art. 31. A NE preparada na sala de manipulação da UH e ou EPBS deve atender às exigências das BPPNE (Capítulo V).

Art. 32. A avaliação da prescrição dietética da NE quanto à sua adequação, concentração e compatibilidade físico-química de seus componentes e dosagem de administração, deve ser realizada pelo nutricionista antes do início da manipulação, compartilhada com o farmacêutico quando se fizer necessário.

§ 1º Qualquer alteração na prescrição dietética deve ser discutida com o nutricionista responsável por esta, que se reportará ao médico sempre que envolver a prescrição médica.

§ 2º Qualquer alteração na prescrição dietética deve ser registrada e comunicada à EMTN.

Art. 33. Os insumos, recipientes e correlatos para preparação da NE devem ser previamente tratados para garantir a sua assepsia e inspecionados visualmente, quanto à presença de partículas estranhas.

Art. 34. A manipulação da NE deve ser realizada em área específica para este fim, de acordo com as BPPNE.

Art. 35. A manipulação da NE deve ser realizada com técnica asséptica, seguindo procedimentos escritos e validados.

Art. 36. O nível de qualidade da manipulação da NE deve ser assegurado pelo controle em processo, conforme Subseção V (Controle do Processo de Preparação) do Capítulo V.

Art. 37. A NE deve ser acondicionada em recipiente atóxico, compatível físico-quimicamente com a composição do seu conteúdo. O recipiente deve manter a qualidade físico-química e microbiológica do seu conteúdo durante a conservação, transporte e administração.

Art. 38. A NE deve ser rotulada com identificação clara do nome do paciente, composição e demais informações legais e específicas, conforme art. 191, para a segurança de sua utilização e garantia do seu rastreamento.

Art. 39. Após a manipulação, a NE deve ser submetida à inspeção visual para garantir a ausência de partículas estranhas, bem como precipitações, separação de fases e alterações de cor não previstas, devendo ainda ser verificada a clareza e a exatidão das informações do rótulo.

Art. 40. De cada sessão de manipulação de NE preparada devem ser reservadas amostras, conservadas sob refrigeração (2ºC a 8ºC), para avaliação microbiológica laboratorial, caso o processo de manipulação não esteja validado.

Art. 41. As amostras para avaliação microbiológica laboratorial devem ser estatisticamente representativas + 1 de uma sessão de manipulação, colhidas aleatoriamente durante o processo, caso o mesmo não esteja validado, sendo "n" o número de NE preparadas.

Art. 42. Recomenda-se reservar amostra de cada sessão de preparação para contraprova, devendo neste caso, ser conservada sob refrigeração (2ºC a 8ºC) durante 72 (setenta e duas) horas após o seu prazo de validade.

Art. 43. A garantia da qualidade da NE pode ser representada pelo resultado do controle em processo (Seção V - Controle do Processo de Preparação, do Capítulo V) e do controle de qualidade da NE (Subseção II - Controle de Qualidade da Nutrição Enteral, da Seção VI do Capítulo V)

Art. 44. Somente são válidas, para fins de avaliação microbiológica, as NE nas suas embalagens originais invioladas ou em suas correspondentes amostras.

Seção IV

Conservação

Art. 45. A NE não industrializada deve ser administrada imediatamente após a sua manipulação.

Art. 46. Para a NE industrializada devem ser consideradas as recomendações do fabricante.

Seção V

Transporte

Art. 47. O transporte da NE deve obedecer a critérios estabelecidos nas normas de BPPNE, conforme Capítulo V.

Art. 48. O nutricionista é responsável pela manutenção da qualidade da NE até a sua entrega ao profissional responsável pela administração e deve orientar e treinar os funcionários que realizam o seu transporte.

Seção VI

Administração

Art. 49. O enfermeiro é o responsável pela conservação após o recebimento da NE e pela sua administração.

Art. 50. A administração da NE deve ser executada de forma a garantir ao paciente uma terapia segura e que permita a máxima eficácia, em relação aos custos, utilizando materiais e técnicas padronizadas, de acordo com as recomendações das BPANE, conforme Capítulo VI.

Art. 51. A NE é inviolável até o final de sua administração, não podendo ser transferida para outro tipo de recipiente. A necessidade excepcional de sua transferência para viabilizar a administração só pode ser feita após aprovação formal da EMTN.

Art. 52. A via de administração da NE deve ser estabelecida pelo médico ou enfermeiro, por meio de técnica padronizada e conforme protocolo previamente estabelecido.

Art. 53. A utilização da sonda de administração da NE não é exclusiva, podendo ser empregada para medicamentos e outras soluções quando necessário.

Seção VII

Controle Clínico e Laboratorial

Art. 54. O paciente submetido à TNE deve ser controlado quanto à eficácia do tratamento, efeitos adversos e alterações clínicas que possam indicar modificações da TNE.

Art. 55. O controle do paciente em TNE deve ser realizado periodicamente e contemplar: ingressos de nutrientes, tratamentos farmacológicos concomitantes, sinais de intolerância à NE, alterações antropométricas, bioquímicas, hematológicas e hemodinâmicas, assim como modificações em órgãos, sistemas e suas funções.

Art. 56. Qualquer alteração encontrada nas funções dos principais órgãos e as consequentes alterações na formulação ou via de administração da NE devem constar na história clínica do paciente.

Seção VIII

Avaliação Final

Art. 57. Antes da interrupção da TNE o paciente deve ser avaliado em relação à:

I - capacidade de atender às suas necessidades nutricionais por alimentação convencional;

II - presença de complicações que ponham o paciente em risco nutricional e ou de vida; e

III - possibilidade de alcançar os objetivos propostos, conforme normas médicas e legais.

Seção IX

Documentação Normativa e Registros

Art. 58. Os documentos normativos e os registros inerentes à TNE são de propriedade exclusiva da UH e ou EPBS, ficando à disposição da autoridade sanitária, quando solicitados.

Art. 59. Quando solicitadas pelos órgãos de vigilância sanitária competente devem as UH e ou EPBS, prestar as informações e ou proceder a entrega de documentos, nos prazos fixados, a fim de não obstarem as ações de vigilância e as medidas que se fizerem necessárias.

Seção X

Inspeções

Art. 60. A UH e a EPBS estão sujeitas a inspeções sanitárias para verificação do padrão de qualidade do Serviço de TN, com base no Capítulo IV, bem como o grau de atendimento às BPPNE (Capítulo V) e BPANE (Capítulo VI).

Art. 61. As inspeções sanitárias devem ser realizadas com base nos Roteiros de Inspeção (Anexo I).

Art. 62. Os critérios para a avaliação do cumprimento dos itens dos Roteiros de Inspeção, visando a qualidade e segurança da NE, baseiam-se no risco potencial inerente a cada item:

I - considera-se IMPRESCINDÍVEL (I) aquele item que pode influir em grau crítico na qualidade e segurança da NE;

II - considera-se NECESSÁRIO (N) aquele item que pode influir em grau menos crítico na qualidade e segurança da NE;

III - considera-se RECOMENDÁVEL (R) aquele item que pode influir em grau não crítico na qualidade e segurança da NE;

IV - considera-se item INFORMATIVO (INF) aquele que oferece subsídios para melhor interpretação dos demais itens, sem afetar a qualidade e a segurança da NE;

V - item N não cumprido após a inspeção passa a ser tratado automaticamente como I na inspeção subsequente;

VI - item R não cumprido após a inspeção passa a ser tratado automaticamente como N na inspeção subsequente, mas nunca passa a I; e

VII - os itens I, N e R devem ser respondidos com SIM ou NÃO.

Art. 63. São passíveis de sanções, aplicadas pelo órgão de Vigilância Sanitária competente, as infrações que derivam do não cumprimento dos itens qualificados como I e N nos Roteiros de Inspeção, constantes do Anexo I desta Resolução, sem prejuízo das ações legais que possam corresponder em cada caso.

§ 1º O não cumprimento de um item I, dos Roteiros de Inspeção, acarreta a suspensão imediata da atividade afetada até o seu cumprimento integral.

§ 2º Verificado o não cumprimento de itens N, dos Roteiros de Inspeção, deve ser estabelecido um prazo para adequação, de acordo com a complexidade das ações corretivas que se fizerem necessárias.

§ 3º Verificado o não cumprimento de itens R, dos Roteiros de Inspeção, o estabelecimento deve ser orientado com vistas à sua adequação.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE TERAPIA NUTRICIONAL (EMTN) PARA A PRÁTICA DA TNE

Art. 64. Para a execução, supervisão e avaliação permanentes, em todas as etapas da TNE, é condição formal e obrigatória a constituição de uma equipe multiprofissional.

Art. 65. Por se tratar de procedimento realizado em paciente sob cuidados especiais e para garantir a vigilância constante do seu estado nutricional, a EMTN para TNE deve ser constituída de, pelo menos, 1 (um) profissional de cada categoria, com treinamento específico para esta atividade, a saber: médico, nutricionista, enfermeiro, farmacêutico, podendo ainda incluir profissionais de outras categorias a critério das UH e ou EPBS.

Art. 66. No caso do uso eventual de TNE a não existência da EMTN deve ser justificada mediante a apresentação, pela UH, de alternativa de atuação para prévia avaliação da autoridade sanitária.

Art. 67. A EMTN deve ter um coordenador técnico-administrativo e um coordenador clínico, ambos membros integrantes da equipe e escolhidos pelos seus componentes, nos termos a seguir:

I - o coordenador técnico-administrativo deve, preferencialmente, possuir título de especialista reconhecido em área relacionada com a TN; e

II - o coordenador clínico deve ser médico, atuar em TN e, preferencialmente, preencher um dos critérios abaixo:

1. ser especialista, em curso de pelo menos 360 horas, em área relacionada com a TN, com título reconhecido; e

2. possuir título de mestrado, doutorado ou livre docência em área relacionada com a TN.

Parágrafo único. O coordenador clínico pode ocupar, concomitantemente, a coordenação técnico-administrativa, desde que consensuado pela equipe.

Art. 68. É recomendável que os membros da EMTN possuam título de especialista em área relacionada com a TN.

Seção I
Atribuições Gerais da EMTN
Art. 69. Compete à EMTN:
I - estabelecer as diretrizes técnico-administrativas que devem nortear as atividades da equipe e suas relações com a instituição;
II - criar mecanismos para o desenvolvimento das etapas de triagem e vigilância nutricional em regime hospitalar, ambulatorial e domiciliar, sistematizando uma metodologia capaz de identificar pacientes que necessitam de TN, a serem encaminhados aos cuidados da EMTN;
III - atender às solicitações de avaliação do estado nutricional do paciente, indicando, acompanhando e modificando a TN, quando necessário, em comum acordo com o médico responsável pelo paciente, até que seja atingido os critérios de reabilitação nutricional pré-estabelecidos;
IV - assegurar condições adequadas de indicação, prescrição, preparação, conservação, transporte e administração, controle clínico e laboratorial e avaliação final da TNE, visando obter os benefícios máximos do procedimento e evitar riscos;
V - capacitar os profissionais envolvidos, direta ou indiretamente, com a aplicação do procedimento, por meio de programas de educação continuada, devidamente registrados;
VI - estabelecer protocolos de avaliação nutricional, indicação, prescrição e acompanhamento da TNE;
VII - documentar todos os resultados do controle e da avaliação da TNE visando a garantia de sua qualidade;
VIII - estabelecer auditorias periódicas a serem realizadas por um dos membros da EMTN, para verificar o cumprimento e o registro dos controles e avaliação da TNE;
IX - analisar o custo e o benefício no processo de decisão que envolve a indicação, a manutenção ou a suspensão da TNE; e
X - desenvolver, rever e atualizar regularmente as diretrizes e procedimentos relativos aos pacientes e aos aspectos operacionais da TNE.
Seção II
Atribuições do Coordenador Técnico-Administrativo
Art. 70. Compete ao coordenador técnico-científico:
I - assegurar condições para o cumprimento das atribuições gerais da equipe e dos profissionais da mesma, visando prioritariamente a qualidade e eficácia da TNE;
II - representar a equipe em assuntos relacionados com as atividades da EMTN;
III - promover e incentivar programas de educação continuada, para os profissionais envolvidos na TNE, devidamente registrado;
IV - padronizar indicadores da qualidade para TNE para aplicação pela EMTN;
V - gerenciar os aspectos técnicos e administrativos das atividades de TNE; e
VI - analisar o custo e o benefício da TNE no âmbito hospitalar, ambulatorial e domiciliar.
Seção III
Atribuições do Coordenador Clínico
Art. 71. Compete ao coordenador clínico:
I - coordenar os protocolos de avaliação nutricional, indicação, prescrição e acompanhamento da TNE;
II - zelar pelo cumprimento das diretrizes de qualidade estabelecidas nas BPPNE e BPANE;
III - assegurar a atualização dos conhecimentos técnicos e científicos relacionados com a TNE e a sua aplicação; e
IV - garantir que a qualidade dos procedimentos de TNE, prevaleçam sobre quaisquer outros aspectos.
Seção IV
Atribuições do Médico
Art. 72. Compete ao médico:
I - indicar e prescrever a TNE;
II - assegurar o acesso ao trato gastrointestinal para a TNE e estabelecer a melhor via, incluindo estomias de nutrição por via cirúrgica, laparoscópica e endoscópica;
III - orientar os pacientes e os familiares ou o responsável legal, quanto aos riscos e benefícios do procedimento;
IV - participar do desenvolvimento técnico e científico relacionado ao procedimento; e
V - garantir os registros da evolução e dos procedimentos médicos.
Seção V
Atribuições do Nutricionista
Art. 73. Compete ao nutricionista:
I - realizar a avaliação do estado nutricional do paciente, utilizando indicadores nutricionais subjetivos e objetivos, com base em protocolo pré-estabelecido, de forma a identificar o risco ou a deficiência nutricional;
II - elaborar a prescrição dietética com base nas diretrizes estabelecidas na prescrição médica;
III - formular a NE estabelecendo a sua composição qualitativa e quantitativa, seu fracionamento segundo horários e formas de apresentação;
IV - acompanhar a evolução nutricional do paciente em TNE, independente da via de administração, até alta nutricional estabelecida pela EMTN;
V - adequar a prescrição dietética, em consenso com o médico, com base na evolução nutricional e tolerância digestiva apresentadas pelo paciente;
VI - garantir o registro claro e preciso de todas as informações relacionadas à evolução nutricional do paciente;
VII - orientar o paciente, a família ou o responsável legal, quanto à preparação e à utilização da NE prescrita para o período após a alta hospitalar;
VIII - utilizar técnicas pré-estabelecidas de preparação da NE que assegurem a manutenção das características organolépticas e a garantia microbiológica e bromatológica dentro de padrões recomendados na BPPNE (Capítulo V);
IX - selecionar, adquirir, armazenar e distribuir, criteriosamente, os insumos necessários ao preparo da NE, bem como a NE industrializada;
X - qualificar fornecedores e assegurar que a entrega dos insumos e NE industrializada seja acompanhada do certificado de análise emitido pelo fabricante;
XI - assegurar que os rótulos da NE apresentem, de maneira clara e precisa, todos os dizeres exigidos na Subseção IV - Rotulagem e Embalagem, da Seção V da BPPNE (Capítulo V).
XII - assegurar a correta amostragem da NE preparada para análise microbiológica, segundo as BPPNE;
XIII - atender aos requisitos técnicos na manipulação da NE;
XIV - participar de estudos para o desenvolvimento de novas formulações de NE;
XV - organizar e operacionalizar as áreas e atividades de preparação;
XVI - participar, promover e registrar as atividades de treinamento operacional e de educação continuada, garantindo a atualização de seus colaboradores, bem como para todos os profissionais envolvidos na preparação da NE;
XVII - fazer o registro, que pode ser informatizado, onde conste, no mínimo:
a) data e hora da manipulação da NE;
b) nome completo e registro do paciente;
c) número sequencial da manipulação;
d) número de doses manipuladas por prescrição;
e) identificação (nome e registro) do médico e do manipulador; e
f) prazo de validade da NE.
XVIII - desenvolver e atualizar regularmente as diretrizes e procedimentos relativos aos aspectos operacionais da preparação da NE; e
XIX - supervisionar e promover autoinspeção nas rotinas operacionais da preparação da NE.
Seção VI
Atribuições do Enfermeiro
Art. 74. Compete ao enfermeiro:
I - orientar o paciente, a família ou o responsável legal quanto à utilização e controle da TNE;
II - preparar o paciente, o material e o local para o acesso enteral;
III - prescrever os cuidados de enfermagem na TNE, em nível hospitalar, ambulatorial e domiciliar;
IV - proceder ou assegurar a colocação da sonda oro/nasogástrica ou transpilórica.
V - assegurar a manutenção da via de administração;
VI - receber a NE e assegurar a sua conservação até a completa administração;
VII - proceder à inspeção visual da NE antes de sua administração;
VIII - avaliar e assegurar a administração da NE observando as informações contidas no rótulo, confrontando-as com a prescrição médica;
IX - avaliar e assegurar a administração da NE, observando os princípios de assepsia, de acordo com as BPANE (Capítulo VI);
X - detectar, registrar e comunicar à EMTN e ou o médico responsável pelo paciente, as intercorrências de qualquer ordem técnica e ou administrativa;
XI - garantir o registro claro e preciso de informações relacionadas à administração e à evolução do paciente quanto ao: peso, sinais vitais, tolerância digestiva e outros que se fizerem necessários;
XII - garantir a troca do curativo e ou fixação da sonda enteral, com base em procedimentos pré-estabelecidos;
XIII - participar e promover atividades de treinamento operacional e de educação continuada, garantindo a atualização de seus colaboradores;
XIV - elaborar e padronizar os procedimentos de enfermagem relacionadas à TNE;
XV - participar do processo de seleção, padronização, licitação e aquisição de equipamentos e materiais utilizados na administração e controle da TNE;
XVI - zelar pelo perfeito funcionamento das bombas de infusão; e
XVII - assegurar que qualquer outra droga e ou nutriente prescritos, sejam administrados na mesma via de administração da NE, conforme procedimentos preestabelecidos.
Seção VII
Atribuições do Farmacêutico
Art. 75. Compete ao farmacêutico:
I - de acordo com os critérios estabelecidos pela EMTN, adquirir, armazenar e distribuir, criteriosamente, a NE industrializada, quando estas atribuições, por razões técnicas e ou operacionais, não forem da responsabilidade do nutricionista;
II - participar da qualificação de fornecedores e assegurar que a entrega da NE industrializada seja acompanhada de certificado de análise emitido pelo fabricante, no caso de atendimento ao inciso anterior;
III - participar das atividades do sistema de garantia da qualidade referido na Seção VI - Garantia da Qualidade, do Capítulo V, respeitadas suas atribuições profissionais legais;
IV - participar de estudos para o desenvolvimento de novas formulações para NE;
V - avaliar a formulação das prescrições médicas e dietéticas quanto à compatibilidade físico-química droga-nutriente e nutriente-nutriente;
VI - participar de estudos de farmacovigilância com base em análise de reações adversas e interações droga-nutriente e nutriente-nutriente, a partir do perfil farmacoterapêutico registrado;
VII - organizar e operacionalizar as áreas e atividades da farmácia; e
VIII - participar, promover e registrar as atividades de treinamento operacional e de educação continuada, garantindo a atualização dos seus colaboradores.
CAPÍTULO V
BOAS PRÁTICAS DE PREPARAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL - BPPNE
Art. 76. As Boas Práticas de Preparação da Nutrição Enteral (BPPNE) estabelecem as orientações gerais para aplicação nas operações de preparação da NE, bem como critérios para aquisição de insumos, materiais de embalagem e NE industrializada.
Art. 77. Para os procedimentos de boas práticas que devem ser observados na preparação da NE, são utilizadas as seguintes definições:
I - área de recebimento da prescrição dietética: área destinada especificamente para receber e analisar a prescrição dietética;
II - conservação: manutenção, em condições apropriadas de higiene e temperatura para assegurar a estabilidade físico-química e padrão microbiológico da NE;
III - controle de qualidade: conjunto de operações (programação, coordenação e execução) com o objetivo de verificar a conformidade dos insumos, materiais de embalagem e NE com as especificações técnicas estabelecidas;
IV - correlatos: produto, aparelho ou acessório não enquadrado nos conceitos de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos, cujo uso ou aplicação esteja ligado à manipulação e administração da NE;
V - insumos: água, matérias primas alimentares e produtos alimentícios utilizados para a manipulação de NE;
VI - material de embalagem: recipientes, rótulos e impressos para acondicionamento;
VII - NE Industrializada: NE na forma em pó ou líquida com prazo de validade determinado pelo fabricante;
VIII - NE não Industrializada: NE de composição estimada, formulada e manipulada a partir de alimentos in natura e ou produtos alimentícios, sob prescrição dietética;
IX - prazo de Conservação: tempo decorrido entre o término da manipulação e o efetivo uso no paciente;
X - preparação: Conjunto de atividades que abrange a avaliação da prescrição dietética, manipulação, controle de qualidade, conservação e transporte da NE;
XI - manipulação: mistura dos insumos, realizada em condições higiênicas atendendo à prescrição dietética;
XII - recipiente: embalagem primária destinada ao acondicionamento de NE;
XIII - sala de manipulação de NE: sala sanitizada, específica para a manipulação de NE;
XIV - sessão de manipulação: tempo decorrido para a manipulação de uma ou mais prescrições dietéticas de NE, sob as mesmas condições de trabalho, por uma mesma equipe, sem qualquer interrupção do processo; e
XV - unidade de Nutrição e Dietética (UND): unidade que seleciona, adquire, armazena e distribui insumos, produtos e NE industrializada ou não, produz bens e presta serviços, com instalações e equipamentos específicos para a preparação da NE.
Art. 78. O nutricionista é o responsável pela qualidade da NE que processa, conserva e transporta.
Art. 79. É indispensável a efetiva inspeção durante todo o processo de preparação da NE para garantir a qualidade do produto a ser administrado.
Seção I
Organização e Pessoal
Subseção I
Estrutura Organizacional
Art. 80. Toda UND das UH ou EPBS deve ter um organograma que demonstre possuir estrutura organizacional e de pessoal suficiente para garantir que a NE por ela preparada esteja de acordo com os requisitos nesta Resolução.
Art. 81. Toda UND das UH ou EPBS deve contar com pessoal qualificado e em número suficiente para o desempenho de todas as tarefas pré-estabelecidas, para que todas as operações sejam executadas corretamente.

Subseção II

Responsabilidade

Art. 82. As atribuições e responsabilidades individuais devem estar formalmente descritas e perfeitamente compreendidas pelos envolvidos que devem possuir autoridade suficiente para desempenhá-las.

Art. 83. O nutricionista é o responsável pela supervisão da preparação da NE e deve possuir conhecimento científico e experiência prática na atividade, de acordo com Capítulo IV.

Art. 84. Compete ao nutricionista:

I - estabelecer as especificações para a aquisição de insumos, NE industrializada e materiais de embalagem e qualificar fornecedores para assegurar a qualidade dos mesmos;

II - avaliar a prescrição dietética;

III - supervisionar a manipulação da NE de acordo com a prescrição dietética e os procedimentos adequados, para que seja obtida a qualidade exigida;

IV - aprovar os procedimentos relativos às operações de preparação e garantir a implementação dos mesmos;

V - garantir que a validação do processo e a calibração dos equipamentos sejam executadas e registradas;

VI - garantir que seja realizado treinamento dos funcionários, inicial , contínuo e adaptados conforme às necessidades; e

VII - garantir que somente pessoas autorizadas e devidamente paramentadas entrem na sala de manipulação.

Art. 85. Compete ao farmacêutico:

I - selecionar, de acordo com os critérios estabelecidos pela EMTN, adquirir, armazenar e distribuir, criteriosamente, a NE industrializada, quando estas atribuições, por razões técnicas e ou operacionais, não forem da responsabilidade do nutricionista;

II - qualificar fornecedores e assegurar a entrega da NE industrializada no caso de atendimento ao inciso anterior;

III - participar das atividades do sistema de garantia da qualidade referido na Seção VI deste Capítulo, respeitadas suas atribuições profissionais legais; e

IV - participar da avaliação da compatibilidade físico-química droga-nutriente e nutriente-nutriente das prescrições dietéticas, quando necessário.

Art. 86. Na aplicação das BPPNE é recomendável não haver sobreposição nas responsabilidades do pessoal.

Subseção III

Treinamento

Art. 87. Deve haver um programa de treinamento com os respectivos registros para todo o pessoal envolvido nas atividades que possam afetar a qualidade da NE (preparação, limpeza e manutenção).

Art. 88. Os funcionários devem receber treinamento inicial e contínuo, inclusive instruções de higiene, além de motivação para a manutenção dos padrões de qualidade.

Art. 89. Todos funcionários envolvidos devem conhecer os princípios das BPPNE.

Subseção IV

Saúde, Higiene e Conduta

Art. 90. A admissão dos funcionários deve ser precedida de exames médicos, sendo obrigatória a realização de avaliações médicas periódicas dos funcionários diretamente envolvidos na manipulação da NE, atendendo à NR 7- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

Art. 91. Em caso de suspeita ou confirmação de enfermidade ou lesão exposta, o profissional deve ser encaminhado ao serviço de saúde ocupacional (Medicina do Trabalho), o qual tomará as providências necessárias.

Art. 92. O acesso de pessoas às áreas de manipulação da NE deve ser restrito ao pessoal diretamente envolvido.

Art. 93. Visitantes e pessoas não treinadas não devem ter acesso à sala de manipulação. Quando necessário, essas pessoas devem ser antecipadamente informadas sobre a conduta, higiene pessoal e uso de vestimentas protetoras, devendo ser acompanhadas por pessoal autorizado.

Art. 94. Todos os funcionários devem ser orientados quanto às práticas de higiene pessoal:

I - os funcionários devem ser instruídos a lavar corretamente as mãos e antebraços antes de entrar na sala de manipulação, utilizando antisséptico padronizado;

II - na sala de manipulação não deve ser permitida a utilização de cosméticos e objetos pessoais, a fim de evitar contaminação;

III - não é permitido conversar, fumar, comer, beber e manter plantas nas áreas de preparação; e

IV - qualquer pessoa que evidencie condição inadequada de higiene ou vestuário que possa prejudicar a qualidade da NE deve ser afastada de sua atividade até que tal condição seja corrigida.

Art. 95. Todos os funcionários devem ser instruídos e incentivados a reportar aos seus superiores imediatos quaisquer condições relativas ao ambiente, equipamento ou pessoal que considerem prejudiciais à qualidade da NE

Subseção V

Vestuário

Art. 96. Os funcionários envolvidos na preparação da NE devem estar adequadamente paramentados para assegurar a proteção do produto.

Art. 97. A paramentacão, bem como a higiene para entrada na sala de manipulação devem ser realizadas em áreas especificamente designadas e seguir procedimento pré-estabelecido.

Art. 98. A paramentação utilizada na sala de manipulação deve ser exclusiva e substituída a cada sessão de trabalho.

Art. 99. A paramentação utilizada na sala de manipulação deve compreender: uniforme constituído de sapato fechado ou botas, avental fechado ou macacão com mangas compridas, decote fechado, gorro ou touca e máscara, constituindo barreira à liberação de partículas (respiração, tosse, espirro, suor, pele e cabelo).

Art. 100. Os uniformes reutilizáveis devem ser guardados separados, em ambientes fechados, até que sejam apropriadamente lavados e ou sanitizados.

Seção II

Infraestrutura Física

Subseção I

Ambientes

Art. 101. A unidade destinada ao preparo de nutrição enteral deve possuir os seguintes ambientes:

I - área de armazenamento;

II - sala de recebimento de prescrições e dispensação de NE;

III - sala de limpeza e sanitização de insumos;

IV - vestiário;

V - sala de preparo de alimentos "in natura";

VI - sala de manipulação e envase de NE;

VII - sanitários de funcionários (masculino e feminino); e

VIII - DML (depósito de material de limpeza).

Art. 102. No caso da existência de lactário, este pode ser compartilhado com a sala de manipulação e envase de NE, desde que satisfeitas as seguintes condições:

I - existência de sala separada para fogão, geladeira, microondas e freezer; e

II - existência de procedimentos escritos quanto a horários distintos de utilização.

Art. 103. Os ambientes descritos nos incisos I, II, III, IV, VII e VIII do art. 101 podem ser compartilhados com outras unidades de uma UH.

Art. 104. No caso de utilização exclusiva de NE em sistema fechado, a UH fica dispensada da existência dos ambientes descritos nos incisos III, IV, V e VI do art. 101, desde que sejam rigorosamente respeitadas as orientações de uso do fabricante.

Subseção II

Características Gerais

Art. 105. Os ambientes destinados à preparação de NE devem se adequar às operações desenvolvidas e assegurar a qualidade das preparações.

Art. 106. Os materiais de revestimento utilizados em paredes, pisos, tetos e bancadas nas salas de limpeza e sanitização, vestiário e sala de manipulação devem ser resistentes aos agentes de limpeza e sanitização.

Art. 107. Devem ser sempre priorizados os materiais de acabamento que tornem as superfícies monolíticas, com o menor número possível de ranhuras ou frestas, mesmo após limpeza frequente.

Art. 108. A limpeza e sanitização de pisos, paredes, tetos, pias e bancadas devem seguir as normas de lavagem, descontaminação e desinfecção previstas em legislação específica em vigor.

Art. 109. Os ambientes devem ter dimensões suficientes ao desenvolvimento das operações, dispondo de todos os equipamentos e materiais de forma organizada e racional, objetivando evitar os riscos de contaminação, misturas de componentes e garantir a sequência das operações.

Art. 110. Todos os ralos de esgotos devem ser sifonados e com tampas escamoteadas.

Art. 111. Os ambientes devem ser protegidos contra a entrada de aves, insetos, roedores e poeira.

Art. 112. A iluminação e a ventilação devem ser suficientes e adequadas.

Art. 113. A temperatura e umidade relativa devem ser adequadas para a manutenção dos insumos e precisão e funcionamento dos equipamentos.

Art. 114. Os sanitários não devem ter comunicação direta com a sala de manipulação e armazenamento.

Art. 115. Salas de descanso e refeitório, quando existirem, devem ser separadas das demais áreas.

Art. 116. As portas devem ser projetadas de modo a permitir que todas as suas superfícies possam ser limpas.

Art. 117. Os tetos rebaixados devem ser selados para evitar contaminação proveniente de materiais existentes no espaço acima dos mesmos.

Art. 118. Todas as tubulações devem ser embutidas nas paredes, piso ou tetos.

Art. 119. As instalações de água potável devem ser construídas de materiais impermeáveis, para evitar infiltração e facilitar a limpeza e inspeções periódicas.

Art. 120. Os reservatórios de água potável devem ser devidamente protegidos para evitar contaminações por microorganismos, insetos ou aves.

Art. 121. A água deve seguir os padrões de potabilidade, de acordo com a legislação específica vigente.

Art. 122. Outros detalhes sobre infraestrutura física devem seguir as orientações da legislação específica vigente.

Subseção III

Condições Específicas

Art. 123. A área de armazenamento deve ter capacidade suficiente para assegurar a estocagem ordenada das diversas categorias de insumos, materiais de embalagem e NE industrializada.

Art. 124. Deve existir no local de armazenagem área segregada para estocagem de insumos, materiais de embalagem e NE reprovadas, recolhidas ou devolvidas.

Art. 125. O armazenamento da NE deve atender as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 126. Quando exigidas condições especiais de armazenamento no que diz respeito à temperatura e umidade, estas devem ser providenciadas.

Art. 127. A sala de limpeza e sanitização de insumos, ambiente destinado à assepsia das embalagens dos insumos antes da manipulação de NE, deve atender aos seguintes requisitos:

I - deve ser contíguo à sala de manipulação de NE e dotado de passagem exclusiva (guichê ou similar) para a entrada de insumos e materiais de embalagem em condições de segurança, distinta daquela destinada a saída de NE pronta; e

II - deve dispor de bancada com pia e equipamentos para a limpeza prévia das embalagens dos insumos antes da sua entrada para a sala de manipulação, bem como para sua correta inspeção.

Art. 128. O vestiário deve ser uma sala destinada à paramentação, constituindo-se em uma barreira às salas de limpeza e sanitização e de manipulação de NE.

Art. 129. É obrigatória a provisão de recursos para a lavagem das mãos, possuindo torneira ou comando do tipo que dispensa o contato das mãos quando do fechamento da água. Junto ao lavatório deve existir recipiente dispensador para sabão líquido ou antisséptico, além de recursos para secagem das mãos

Art. 130. A sala de manipulação e envase de NE deve ser uma sala segregada e destinada para este fim, livre de trânsito de materiais e ou pessoas estranhas ao setor e deve atender aos seguintes requisitos:

I - dispor de uma bancada;

II - possuir duas passagens (guichê ou similar) distintas para entrada de insumos limpos e saída de NE pronta; e

III - possuir ponto de água potável para ser submetida ao processo de filtração.

§ 1º A entrada para a sala deve ser feita exclusivamente através do vestiário.

§ 2º É vedada a existência de ralo no piso da sala de manipulação de NE.

Art. 131. O processamento de alimentos in natura, que exijam cozimento para manipulação de NE, deve ser realizado em ambiente específico e distinto daquele destinado à manipulação de NE.

Art. 132. A área de dispensação deve ser projetada para atender a correta dispensação da NE, conforme as exigências do sistema adotado.

Art. 133. A área de dispensação deve ter espaço e condições suficientes para as atividades de inspeção final e acondicionamento da NE para transporte.

Art. 134. Não havendo ambiente específico, a dispensação pode ser realizada na sala de recebimento da prescrição, desde que apresente uma organização compatível com as atividades realizadas.

Art. 135. O Depósito de Material de Limpeza - DML, deve ser uma sala destinada exclusivamente à guarda de material de limpeza e sanitização dos ambientes da unidade.

Seção III

Equipamentos, Utensílios e Mobiliários

Subseção I

Localização e Instalação

Art. 136. Os equipamentos devem ser projetados, localizados, instalados, adaptados e mantidos de forma adequada às operações a serem realizadas e impedir a contaminação cruzada, o acúmulo de poeiras e sujeira e, de modo geral, qualquer efeito adverso sobre a qualidade da NE.

Art. 137. Os equipamentos utilizados na manipulação devem estar instalados de forma que, sistematicamente, possam ser fácil e totalmente limpos.

Art. 138. Na sala de manipulação de NE não é permitida a instalação de fogão, microondas, geladeira e freezer de qualquer tipo.

Parágrafo único. A geladeira e o freezer devem ser mantidos em condições de limpeza e sanitização e serem de uso exclusivo, podendo estar localizados na área de dispensação.

Art. 139. Os equipamentos de lavagem e limpeza devem ser escolhidos e utilizados de forma que não constituam fontes de contaminação.

Art. 140. Os utensílios e mobiliários utilizados na sala de manipulação de NE, devem ser o mínimo e estritamente necessários ao trabalho ali desenvolvido.

Subseção II

Calibração e Verificação dos Equipamentos

Art. 141. Os equipamentos empregados para a medição de parâmetros que possam afetar a qualidade da NE devem ser validados e periodicamente verificados e calibrados, conforme procedimentos e especificações escritas, e devidamente registrados.

Art. 142. A calibração dos equipamentos referidos no artigo anterior só deve ser executada por pessoal capacitado, utilizando padrões rastreáveis à Rede Brasileira de Calibração, com procedimentos reconhecidos oficialmente, no mínimo uma vez ao ano.

Art. 143. Em função da frequência de uso do equipamento e dos registros das verificações dos mesmos, deve ser estabelecida a periodicidade da calibração.

Art. 144. A verificação dos equipamentos deve ser feita por pessoal treinado, empregando procedimentos escritos com orientação específica e limites de tolerância definidos.

Art. 145. Deve haver registros das calibrações e verificações realizadas.

Art. 146. As etiquetas com datas referentes à última e à próxima calibração devem estar afixadas no equipamento.

Subseção III

Manutenção

Art. 147. Todos os equipamentos devem ser submetidos à manutenção preventiva, de acordo com uma programação formal e corretiva, quando necessário, obedecendo a procedimentos operacionais escritos com base nas especificações dos manuais dos fabricantes.

Art. 148. Devem existir registros das manutenções preventivas e corretivas realizadas.

Subseção IV

Limpeza e Sanitização

Art. 149. Os processos de limpeza e sanitização envolvem programas e procedimentos operacionais de limpeza e sanitização das áreas, instalações, equipamentos, utensílios e materiais devem estar disponíveis ao pessoal responsável e operacional.

Art. 150. Os produtos usados na limpeza e sanitização não devem contaminar as instalações e equipamentos de manipulação com substâncias tóxicas, químicas, voláteis e corrosivas.

Art. 151. Os saneantes e detergentes devem obedecer às normas do fabricante e serem avaliados sistematicamente quanto à contaminação microbiana.

Art. 152. Antes do início do trabalho de manipulação da NE deve ser verificada a condição de limpeza dos equipamentos e os respectivos registros

Art. 153. Após o término do trabalho de manipulação da NE, os equipamentos e utensílios devem ser limpos e sanitizados, efetuando-se os respectivos registros desses procedimentos.

Art. 154. Os utensílios e mobiliários devem ser de material liso, impermeável, resistente, facilmente lavável, que não liberem partículas e que sejam passíveis de sanitização pelos agentes normalmente utilizados.

Seção IV

Materiais

Art. 155. Para efeito desta Resolução, incluem-se no item materiais: insumos, materiais de embalagem, NE industrializadas e germicidas (antissépticos e saneantes) utilizados.

Subseção I

Aquisição

Art. 156. Compete ao nutricionista o estabelecimento de critérios e a supervisão do processo de aquisição.

Art. 157. Deve haver especificação técnica detalhada de todos os materiais necessários à preparação da NE, de modo a garantir que a aquisição atenda corretamente aos padrões de qualidade estabelecidos.

Art. 158. Os materiais devem ser adquiridos somente de fornecedores que atendam aos seguintes critérios de qualidade:

I - atendimento exato às especificações estabelecidas;

II - possuam registro ou isenção de registro na Anvisa para as NE industrializadas;

III - apresentem certificado de análise de cada lote fornecido; e

IV - possuam histórico de fornecimento satisfatório.

Art. 159. Recomenda-se a qualificação de fornecedores, que deve ser documentada e registrada.

Art. 160. A quantidade adquirida dos materiais deve levar em consideração o consumo médio, o prazo de validade dos mesmos e a capacidade da área de estocagem nas condições exigidas.

Art. 161. Os recipientes adquiridos e destinados ao acondicionamento da NE devem ser atóxicos, e compatíveis físico-quimicamente com a composição do seu conteúdo.

Art. 162. Os recipientes devem ser isentos de microorganismos patogênicos de forma a garantir a qualidade da NE preparada.

Subseção II

Recebimento (inspeção, aprovação, reprovação)

Art. 163. O recebimento dos materiais deve ser realizado por pessoa treinada e com conhecimentos específicos sobre os materiais e fornecedores.

Art. 164. Todos os materiais devem ser submetidos à inspeção de recebimento, devidamente documentada, para verificar a integridade da embalagem e quanto à correspondência entre o pedido, a nota de entrega e os rótulos do material recebido.

Art. 165. Qualquer divergência ou qualquer outro problema que possa afetar a qualidade do produto deve ser analisada pelo nutricionista e ou farmacêutico para orientar a devida ação.

Art. 166. Se uma única remessa de material contiver lotes distintos, cada lote deve ser levado em consideração separadamente para inspeção e liberação.

Art. 167. Cada lote de insumo e NE industrializada deve ser acompanhado do respectivo certificado de análise.

Subseção III

Armazenamento

Art. 168. Todos os materiais devem ser armazenados sob condições apropriadas, de modo a preservar a identidade e integridade dos mesmos, e de forma ordenada, para que possa ser feita a separação dos lotes e a rotação do estoque, obedecendo à regra: primeiro que entra, primeiro que sai.

Art. 169. Os materiais devem ser estocados em locais identificados, de modo a facilitar a sua localização para uso, sem riscos de troca.

Art. 170. Para os insumos que exigem condições especiais de temperatura, devem existir registros que comprovem o atendimento a estas exigências.

Art. 171. Os materiais de limpeza e germicidas devem ser armazenados separadamente.

Seção V

Controle do Processo de Preparação

Subseção I

Avaliação da Prescrição

Art. 172. Cada prescrição deve ser avaliada quanto à viabilidade e compatibilidade dos seus componentes, suas concentrações máximas, antes de sua manipulação.

Art. 173. Com base nos dados da prescrição, devem ser realizados e registrados os cálculos necessários para a manipulação da formulação (peso, parâmetros dos componentes).

Subseção II

Controle Microbiológico do Processo

Art. 174. Deve existir um programa de controle ambiental (superfícies, utensílios e equipamentos) e de funcionários para garantir a qualidade microbiológica da área de manipulação, elaborado de comum acordo com os padrões estabelecidos pela CCIH.

Art. 175. Deve ser validado e verificado sistematicamente o cumprimento das práticas de higiene pessoal descritas no art. 94.

Art. 176. Deve ser verificado o cumprimento dos procedimentos de limpeza e sanitização das áreas, instalações, equipamentos, utensílios e materiais empregados na manipulação da NE

Art. 177. A água utilizada no preparo da NE deve ser avaliada quanto às características microbiológicas, pelo menos uma vez por mês, ou por outro período, desde que estabelecida de comum acordo com a CCIH, mantendo-se os respectivos registros.

Subseção III

Manipulação

Art. 178. Devem existir procedimentos operacionais escritos para todas as etapas do processo de preparação.

Art. 179. Todos as embalagens de insumos, NE industrializadas e recipientes devem ser limpos e sanitizados antes da entrada na sala de manipulação.

Art. 180. A água utilizada no preparo de NE deve, comprovadamente, atender os requisitos de água potável conforme legislação vigente e ser filtrada.

Art. 181. Deve ser efetuado o registro do número sequencial de controle de cada um dos insumos, NE industrializada e material de embalagem utilizados na manipulação de NE, indicando inclusive os seus fabricantes.

Art. 182. O transporte dos materiais limpos e sanitizados da sala de limpeza e higienização para a sala de manipulação deve ser efetuado em recipientes fechados ou carrinhos de fácil limpeza e sanitização ou através de câmara com dupla porta (pass-through).

Art. 183. A sala de manipulação da NE deve ser periodicamente avaliada para assegurar as disposições estabelecidas Subseção II - Características Gerais, da Seção II deste Capítulo.

Art. 184. Todas as superfícies de trabalho devem ser sanitizadas, com produtos regularizados pela Anvisa, antes e depois de cada sessão de manipulação.

Art. 185. Devem existir registros de todas as operações de limpeza e sanitização das superfícies e dos equipamentos empregados na manipulação.

Art. 186. Todos os funcionários envolvidos no processo de preparação de NE devem proceder à lavagem das mãos e antebraços, e escovação das unhas, com antisséptico apropriado e regularizado pela Anvisa, antes do início de qualquer atividade na sala de manipulação e após a descontaminação das embalagens dos insumos e NE industrializadas ou quando da contaminação acidental no próprio ambiente.

Art. 187. O procedimento de lavagem das mãos e antebraços deve ser validado e verificado sistematicamente.

Art. 188. Antes, durante e após a manipulação da NE, o nutricionista deve conferir, cuidadosamente, a identificação do paciente e sua correspondência com a formulação prescrita.

Art. 189. O acondicionamento da NE deve ser feito em recipiente que atenda aos requisitos desta Resolução e garanta a estabilidade físico-químico e microbiológica da NE.

Seção IV

Rotulagem e Embalagem

Art. 190. Devem existir procedimentos operacionais escritos para as operações de rotulagem e embalagem da NE.

Art. 191. Toda NE preparada deve apresentar rótulo com as seguintes informações: nome do paciente, nº do leito, registro hospitalar, composição qualitativa e quantitativa de todos os componentes, volume total, velocidade de administração, via de acesso, data e hora da manipulação, prazo de validade, número sequencial de controle e condições de temperatura para conservação, nome e número no Conselho Profissional do respectivo responsável técnico pelo processo.

Art. 192. Na NE preparada as informações referentes à composição qualitativa e quantitativa de todos os componentes pode ser substituída pela denominação padronizada pela UND da UH ou EPBS, desde que codificada em procedimento escrito.

Art. 193. A NE já rotulada deve ser acondicionada de forma a manter a integridade do rótulo e permitir a sua perfeita identificação durante a conservação e transporte.

Seção V

Conservação e Transporte

Art. 194. Toda NE preparada, deve ser conservada sob refrigeração, em geladeira exclusiva, com temperatura de 2°C a 8°C.

Art. 195. Em âmbito domiciliar, compete à EMTN verificar e orientar as condições de conservação da NE, de modo a assegurar o atendimento das exigências desta Resolução.

Art. 196. A NE industrializada deve seguir as recomendações do fabricante quanto à conservação e transporte.

Art. 197. O transporte da NE preparada por EPBS deve ser feito, em recipientes térmicos exclusivos e em condições pré-estabelecidas e supervisionadas pelo profissional responsável pela preparação, de modo a garantir que a temperatura NE se mantenha de 2°C a 8°C durante o tempo de transporte, que não deve ultrapassar 2 (duas) horas, além de protegidas de intempéries e da incidência direta da luz solar.

Parágrafo único. Condições diferentes podem ser aceitas desde que comprovadamente validadas, de forma a garantir a qualidade da NE

Seção VI

Garantia da Qualidade

Subseção I

Considerações Gerais

Art. 198. A Garantia da Qualidade tem como objetivo assegurar que os produtos e serviços estejam dentro dos padrões de qualidade exigidos.

Art. 199. Para atingir os objetivos da Garantia da Qualidade na preparação de NE, a UND da UH ou EPBS deve possuir um Sistema de Garantia da Qualidade (SGQ) que incorpore as BPPNE e um efetivo controle de qualidade totalmente documentado e avaliado através de auditorias da qualidade.

Art. 200. Um Sistema de Garantia da Qualidade apropriado para a preparação de NE deve assegurar que:

I - as operações referentes ao processo de preparação da NE (avaliação dietética da prescrição médica, manipulação, conservação e transporte) sejam claramente especificadas por escrito e que as exigências da BPPNE sejam cumpridas;

II - os controles de qualidade necessários para avaliar os insumos, o processo de preparação (avaliação da prescrição dietética, manipulação, conservação e transporte) da NE, sejam realizados de acordo com procedimentos escritos e devidamente registrados;

III - os pontos críticos do controle do processo sejam devidos e periodicamente validados, com registros disponíveis;

IV - os equipamentos e instrumentos sejam calibrados, com documentação comprobatória;

V - a NE seja corretamente preparada, segundo procedimentos apropriados;

VI - a NE só seja fornecida após a liberação formal garantindo que o produto foi manipulado dentro dos padrões especificados pelas BPPNE;

VII - a NE seja preparada, conservada e transportada de forma que a qualidade da mesma seja mantida até o seu uso; e

VIII - sejam realizadas auditorias da qualidade para avaliar regularmente o Sistema de Garantia da Qualidade e oferecer subsídios para a implementação de ações corretivas, de modo a assegurar um processo de melhoria contínua.

Subseção II

Controle de Qualidade da Nutrição Enteral

Art. 201. Controle de Qualidade deve avaliar todos os aspectos relativos aos insumos, materiais de embalagem, NE, procedimentos de limpeza, higiene e sanitização, conservação e transporte da NE, de modo a garantir que suas especificações e critérios estabelecidos por esta Resolução sejam atendidos.

Art. 202. Os insumos e NE industrializada devem ser inspecionados no recebimento para verificar a integridade física da embalagem e as informações dos rótulos.

Art. 203. O certificado de análise de cada insumo e NE industrializada, emitido pelo fabricante, deve ser avaliado para verificar o atendimento às especificações estabelecidas.

Art. 204. Antes da limpeza e higienização para entrada na sala de manipulação, todos os insumos e NE industrializada devem ser inspecionados visualmente para verificar a integridade física da embalagem, possíveis alterações e as informações dos rótulos de cada unidade do lote.

Art. 205. Os procedimentos de limpeza, higiene, sanitização, desinsetização e desratização devem ser desenvolvidos e verificados sistematicamente para o cumprimento dos requisitos estabelecidos.

Art. 206. A manipulação deve ser avaliada quanto à existência, adequação e cumprimento de procedimentos padronizados e escritos

Art. 207. A NE deve ser submetida aos seguintes controles:

I - inspeção visual para assegurar a integridade física da embalagem e condições organolépticas gerais.

II - verificação da exatidão das informações do rótulo, atendendo ao art. 191; e

III - avaliação microbiológica em amostra representativa das preparações realizadas em uma sessão de manipulação, que deve atender os limites microbiológicos abaixo:

1. microorganismos aeróbicos mesófilos - menor que 103 UFC/g antes da administração,
2. Bacillus cereus - menor que 103 UFC/g;
3. Coliformes - menor que 3 UFC/g;
4. Escherichia coli - - menor que 3 UFC/g;
5. Listeria monocytogenes - ausente;
6. Salmonella s - ausente;
7. Sthaphylococcus aureus - menor que 3UFC/g;
8. Yersinia enterocolitica - ausente; e
9. Clostridium perfrigens - - menor que 103 UFC/g.

Art. 208. As condições de conservação e transporte, estabelecidas na Seção V deste Capítulo, devem ser verificadas e controladas sistematicamente para assegurar a manutenção das características da NE.

Art. 209. Quando exigidas condições especiais de temperatura e umidade para o armazenamento de materiais, insumos e NE estas devem ser sistematicamente controladas.

Art. 210. Sistematicamente deve-se proceder o controle do nível de contaminação ambiental (superfícies, utensílios e equipamentos), seguindo procedimentos escritos e com registro de resultados.

Art. 211. Todas as avaliações exigidas nos arts. 201 a 208 devem ser devidamente registradas.

Subseção III

Prazo de Validade

Art. 212. Toda NE deve apresentar no rótulo o prazo de validade com indicação das condições para sua conservação.

Art. 213. A determinação do prazo de validade pode ser baseada em informações de avaliações da estabilidade da composição e considerações sobre a sua qualidade microbiológica e ou através de realização de testes de estabilidade.

Art. 214. Na interpretação das informações da estabilidade da composição, devem ser considerados todos os aspectos de acondicionamento e conservação.

Art. 215. Ocorrendo mudança significativa no procedimento de preparação, equipamentos, insumos, materiais de embalagem ou ainda de manipulador, que possa afetar a estabilidade e, portanto, alterar o prazo de validade da NE, deve ser realizado novo estudo de estabilidade.

Subseção IV

Reclamações

Art. 216. Toda reclamação referente ao padrão de qualidade da NE ou da prestação de serviço de TN deve ser feita por escrito e analisada pela EMTN.

Art. 217. A reclamação do padrão de qualidade da NE deve incluir nome e dados pessoais do paciente, da unidade hospitalar ou do médico, nome do produto, número sequencial de controle da NE, natureza da reclamação e responsável pela reclamação.

Art. 218. A EMTN, ao analisar a reclamação, deve estabelecer as investigações a serem efetuadas e os responsáveis pelas mesmas.

Art. 219. As investigações e suas conclusões, bem como as ações corretivas implantadas, devem ser registradas.

Art. 220. A EMTN, com base nas conclusões da investigação, deve prestar esclarecimentos por escrito ao reclamante.

Art. 221. Em caso de não ser necessária a investigação, o registro deve incluir a razão pela qual a investigação foi considerada desnecessária.

Subseção V

Documentação

Art. 222. A documentação tem como objetivo definir as especificações de todos os materiais de embalagem e insumos, os métodos de manipulação e controle da NE, a fim de garantir que todo o pessoal envolvido saiba decidir o que, como e quando fazer.

Art. 223. A documentação deve garantir a disponibilidade de todas as informações necessárias para a decisão sobre a liberação ou não de uma NE preparada, bem como possibilitar o rastreamento para a investigação de qualquer suspeita de desvio do padrão da qualidade.

Art. 224. Os documentos devem ser elaborados, revisados e distribuídos segundo uma metodologia estabelecida.

Art. 225. Os documentos devem atender a uma estrutura normativa estabelecida e formalmente proposta, com definição das responsabilidades por sua elaboração e aprovação.

Art. 226. A documentação referente a garantia da qualidade da NE preparada deve ser arquivada durante 5 anos.

Subseção VI

Inspeções

Art. 227. A UND da UH ou EPBS está automaticamente sujeita à inspeção de órgãos competentes de acordo com o Anexo I - Roteiro de Inspeção, cujas conclusões devem ser devidamente documentadas.

Art. 228. A inspeção é o instrumento apropriado para a constatação e avaliação do cumprimento das Boas Práticas de Preparação de Nutrição Enteral (BPPNE).

Art. 229. As UH e EPBS devem proceder auto inspeções a cada 6 (seis) meses, tendo como base o Roteiro de Inspeção (Anexo I) que deve ser encaminhado, devidamente preenchido, à autoridade sanitária local.

Art. 230. Auditorias internas devem ser realizadas periodicamente, para verificar o cumprimento das BPPNE e suas conclusões devidamente documentadas e arquivadas.

Art. 231. Com base nas conclusões das inspeções por órgão competente e auditorias internas devem ser estabelecidas as ações corretivas necessárias para o aprimoramento da qualidade da TNE.

CAPÍTULO VI

BOAS PRÁTICAS DE ADMINISTRAÇÃO DA NUTRIÇÃO ENTERAL - BPANE

Art. 232. As BPANE estabelecem os critérios a serem seguidos pelas Unidades Hospitalares (UH) ou Empresas Prestadoras de Bens e Serviços (EPBS) na administração de NE, em nível hospitalar, ambulatorial ou domiciliar.

Art. 233. Para os procedimentos de Boas Práticas de Administração da Nutrição Enteral (BPANE), que devem ser observados pela equipe de enfermagem, assegurando que a operacionalização dos mesmos seja realizada de forma correta, são adotadas as seguintes definições:

I - local de manuseio da NE: bancada, balcão ou mesa utilizada para o manuseio da NE antes de sua administração, localizada em área compatível com as condições de higiene e assepsia necessárias à manutenção da qualidade da NE; e

II - manuseio: operação de adaptação do equipo indicado, em condições de rigorosa assepsia, para proceder à administração da NE.

Seção I

Organização e Pessoal

Art. 234. A UH ou EPBS deve contar com um quadro de pessoal de enfermagem qualificado e em quantidade que permita atender aos requisitos desta Resolução.

Subseção I

Responsabilidade

Art. 235. A equipe de enfermagem envolvida na administração da NE é formada pelo enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem, tendo cada profissional suas atribuições dispostas em legislação específica.

Art. 236. O enfermeiro é o coordenador da equipe de enfermagem, cabendo-lhe as ações de planejamento, organização, coordenação, execução, avaliação de serviços de enfermagem, treinamento de pessoal e prescrição de cuidados de enfermagem ao paciente.

Art. 237. O enfermeiro deve participar do processo de seleção, padronização, licitação e aquisição de equipamentos e materiais utilizados na administração da NE e controle do paciente.

Art. 238. O enfermeiro é responsável pela administração da NE e prescrição dos cuidados de enfermagem em nível hospitalar, ambulatorial e domiciliar.

Art. 239. Ao atendente de enfermagem e equivalentes é vedada a assistência direta ao paciente em TNE. Suas atribuições estão previstas em legislação específica.

Subseção II

Treinamento

Art. 240. O enfermeiro da EMTN deve participar e promover atividade de treinamento operacional e de educação continuada, garantindo a capacitação e atualização de seus colaboradores.

Art. 241. A equipe de enfermagem envolvida na administração da NE deve conhecer os princípios da BPANE.

Art. 242. O treinamento da equipe de enfermagem deve seguir uma programação pré-estabelecida e adaptada às necessidades do serviço com os devidos registros em livro próprio.

Art. 243. O enfermeiro deve regularmente desenvolver, rever e atualizar os procedimentos relativos ao cuidado com o paciente em TNE.

Subseção III

Saúde, Higiene e Conduta

Art. 244. A admissão dos funcionários deve ser precedida de exames médicos, sendo obrigatório a realização de avaliações periódicas, conforme estabelecido na NR no 7 do Ministério do Trabalho.

Art. 245. Em caso de suspeita ou confirmação de enfermidade ou lesão exposta, o profissional deve ser encaminhado ao serviço de saúde ocupacional (medicina do trabalho), o qual tomará as providências necessárias.

Art. 246. A equipe de enfermagem deve atender a um alto nível de higiene, sendo orientada para a correta lavagem das mãos e retirada de joias e relógio antes de operacionalizar a administração da NE.

Art. 247. Todos os funcionários devem ser instruídos e incentivados a reportar aos seus superiores imediatos quaisquer condições relativas ao ambiente, equipamento ou pessoal que considerem prejudiciais à qualidade da NE.

Art. 248. A conduta da equipe de enfermagem deve ser pautada pelos preceitos éticos em relação a atividade profissional, bem como ao atendimento do paciente e sua família.

Seção II

Equipamentos e Materiais

Art. 249. A utilização de bombas de infusão, quando recomendada, deve ser efetuada por profissional devidamente treinado.

Art. 250. A UH ou EPBS deve garantir a disponibilidade de bombas de infusão adequadas à administração da NE, em número suficiente, calibradas e com manutenções periódicas realizadas por profissional qualificado.

Art. 251. As bombas de infusão devem ser periodicamente limpas e desinfetadas, conforme procedimento escrito estabelecido pela CCIH.

Art. 252. Antes do início da sua utilização, as bombas de infusão devem ser cuidadosamente verificadas quanto às suas condições de limpeza e funcionamento.

Art. 253. Devem existir registros das operações de limpeza, desinfecção, calibração e manutenção das bombas de infusão.

Art. 254. A UH ou EPBS é responsável pela disponibilidade e utilização de equipos de infusão específicos para cada caso, com qualidade assegurada e em quantidade necessária à operacionalização da administração da NE.

Seção III

Operacionalização da Administração

Art. 255. Todos os procedimentos pertinentes à administração da NE devem ser realizados de acordo com procedimentos operacionais escritos que atendam às diretrizes desta Resolução.

Subseção I

Preparo do Paciente e Acesso Enteral

Art. 256. No procedimento de preparo do paciente e acesso enteral, é necessário orientar o paciente e sua família quanto à:

I - terapia, seus objetivos e riscos, ressaltando a importância da participação dos mesmos durante todo o processo; e

II - via de administração da NE, técnica de inserção da sonda e as possíveis intercorrências que possam advir, enfatizando que a comunicação destas imediatamente à equipe de enfermagem, possibilita que as providências sejam tomadas em tempo hábil.

Art. 257. A equipe de enfermagem deve facilitar o intercâmbio entre os pacientes submetidos à TNE e suas famílias, visando minimizar receios e apreensões quanto à terapia implementada.

Art. 258. O enfermeiro deve participar da escolha da via de administração da NE em consonância com o médico responsável pelo atendimento ao paciente e a EMTN.

Art. 259. É responsabilidade do enfermeiro estabelecer o acesso enteral, por via oro/nasogástrica ou transpilórica, para administração da NE, conforme procedimento pré-estabelecido.

Art. 260. É responsabilidade do enfermeiro encaminhar o paciente para exame radiológico, visando a confirmação da localização da sonda.

Art. 261. O enfermeiro deve assessorar o médico na instalação do acesso por estomia, que deve ser realizado de preferência no Centro Cirúrgico, utilizando-se técnica asséptica e material estéril, obedecendo-se a procedimento escrito estabelecido em consonância com a CCIH.

Subseção II

Local de Manuseio da NE

Art. 262. O local utilizado para o manuseio da NE, deve ser revestido de material liso e impermeável. para evitar o acúmulo de partículas e microorganismos e ser resistente aos agentes sanitizantes.

Art. 263. O local de manuseio da NE deve estar organizado e livre de quaisquer outros medicamentos e materiais estranhos à NE.

Art. 264. O local de manuseio da NE e suas adjacências deve ser mantido em rigorosa condição de higiene.

Art. 265. Proceder à limpeza e desinfecção da área e do local de manuseio da NE conforme procedimento estabelecido pela CCIH.

Subseção III

Recebimento da NE

Art. 266. É da responsabilidade do enfermeiro o recebimento da NE.

Art. 267. No recebimento da NE, o enfermeiro deve:

I - observar a integridade da embalagem e a presença de elementos estranhos ao produto; e

II - realizar a inspeção de recebimento, verificando o rótulo segundo o art. 191.

Art. 268. Verificada alguma anormalidade na NE deve ser adotadas as seguintes condutas:

I - a NE não deve ser administrada;

II - o nutricionista responsável deve ser contatado e a NE devolvida; e

III - o enfermeiro deve registrar o ocorrido em livro próprio e assinar de forma legível, anotando seu número de registro no órgão de classe.

Subseção IV

Conservação da NE

Art. 269. Quando for necessária a conservação na unidade de enfermagem da NE preparada, esta deve ser mantida sob refrigeração, em geladeira exclusiva para medicamentos, mantendo-se a temperatura de 2 ºC a 8 ºC.

Art. 270. A geladeira utilizada para conservação da NE deve ser limpa, obedecendo-se procedimento estabelecido pela CCIH.

Subseção V

Administração da NE

Art. 271. Observar a integridade da embalagem e presença de elementos estranhos ao produto.

Art. 272. Conferir o rótulo da NE conforme art. 191.

Art. 273. Proceder à correta lavagem das mãos, retirando joias e relógio, antes de prosseguir na operacionalização da administração da NE.

Art. 274. Confirmar a localização da sonda e sua permeabilidade, antes de iniciar a administração da NE.

Art. 275. Adaptar o equipo de infusão adequado ao recipiente contendo a NE.

Art. 276. Administrar a NE, cumprindo rigorosamente o prazo estabelecido. É vedado à equipe de enfermagem, sem prévia autorização, a alteração da velocidade de administração. Recomenda-se a utilização de bombas infusoras adequadas à administração de NE.

Art. 277. Garantir que a via de acesso da NE seja mantida, conforme prescrição médica ou procedimento pré-estabelecido pelo serviço, no caso de ocorrer descontinuidade na administração.

Art. 278. Garantir que a troca da NE, sondas e equipos seja realizada conforme procedimentos pré-estabelecidos pela EMTN, em consonância com a CCIH.

Subseção VI

Assistência ao Paciente

Art. 279. A assistência ao paciente deve:

I - proporcionar ao paciente uma assistência de enfermagem humanizada, mantendo-o informado de sua evolução;

II - adotar medidas de higiene e conforto que proporcione bem estar ao paciente;

III - observar complicações inerentes à TNE, registrando-as e comunicando-as ao médico responsável pelo atendimento ao paciente e à EMTN;

IV - sempre que possível, pesar o paciente diariamente, preferencialmente no mesmo horário e na mesma balança;

V - verificar os sinais vitais, conforme prescrição ou procedimento pré-estabelecido pelo serviço; e

VI - realizar o balanço hídrico, glicemia capilar e glicosúria de resultado imediato, conforme prescrição ou procedimento pré-estabelecido.

Art. 280. O enfermeiro deve assegurar a realização dos exames clínicos e laboratoriais solicitados, atendendo rigorosamente tempo e prazo.

Subseção VII

Registros

Art. 281. O enfermeiro deve assegurar que todas as ocorrências e dados referentes ao paciente e à TNE sejam registrados de forma correta, garantindo a disponibilidade de informações necessárias à avaliação do paciente e eficácia do tratamento.

Subseção VIII

Inspeções

Art. 282. A inspeção é o procedimento apropriado para avaliação do cumprimento das BPANE.

Art. 283. Auditorias Internas devem ser realizadas periodicamente para verificar o cumprimento das BPANE e suas conclusões documentadas e arquivadas.

Art. 284. Com base nas conclusões das Inspeções Sanitárias e Auditorias Internas, devem ser estabelecidas as ações corretivas necessárias para o aprimoramento da qualidade da TNE.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 285. Acidentes na TNE estão sujeitos às disposições previstas no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e, em especial, nos arts. 12 e 14, que tratam da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, independentemente da responsabilidade criminal e administrativa.

Art. 286. O descumprimento das determinações desta Resolução constitui infração de natureza sanitária sujeitando o infrator a processo e penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ou instrumento legal que venha a substituí-la, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil cabíveis.

Art. 287. Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 63, de 6 de julho de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2000.

Art. 288. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO I

1. ROTEIRO PARA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA E INSPEÇÃO DAS ATIVIDADES DA EMTN

A1 - IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

1. RAZÃO SOCIAL:
_____
_____
_____

b) C.G.C.: ___ ___ ___ ___ ___ ___ ___ / ___ ___ ___ ___ /___ ___

c) NOME FANTASIA:
_____
_____
_____

4. ENDEREÇO:_____
CEP: ___ ___ ___ ___ ___ -___ ___ ___ BAIRRO:_____
MUNICÍPIO:_____ UF: _____
FONE: (_____) _____ FAX: (_____) _____
E.MAIL: _____

5. TIPO DE EMPRESA
UNIDADE HOSPITALAR (UH)___ EMPRESA PRESTADORA DE BENS E SERVIÇOS (EPBS)_____

A2 INSPECÃO DAS ATIVIDADES DA EMTN

			SIM	NÃO
1.	INF	A UH/EPBS conta com área para preparação de NE? (Caso negativo, passar para o item 9)		
2.	INF	A UH/EPBS conta com uma EMTN, formalmente constituída? (Caso negativo, passar para o item 9)		
3.	I	Existe ato formal de constituição da EMTN?		
4.	INF	Qual a composição da EMTN?- indique o número de cada categoria. ____ Coordenador Clínico ____ Coordenador Técnico Administrativo ____ Médico ____ Nutricionista ____ Enfermeiro		
		____ Farmacêutico ____ outros, especificar_____		
5.	INF	Os membros da EMTN possuem título de especialista relacionado à TN, mestrado, doutorado ou treinamento específico?		

		MEMBROS	NÃO	TÍTULO ESP.	TREINAMENTO ESPECÍFICO
		COORD.CLÍNICO			
		COORD TEC ADMINISTRATIVO			
		MÉDICO			
		NUTRICIONISTA			
		ENFERMEIRO			
		FARMACÊUTICO			

6.	INF	**Qual a periodicidade com que se reúne a EMTN?**		
			SIM	NÃO
7.	I	Existem registros formais das reuniões da EMTN?		
8.	INF	A UH contrata EPBS?		
9.	INF	Qual(is) a(s) EPBS contratada(s) pela UH? A - ATIVIDADES DA EMTN NOME:_____ ENDEREÇO: _____ B - ATIVIDADES DE PREPARO DA NE : NOME:_____ ENDEREÇO: _____		
			SIM	NÃO
10.	INF	Existe(m) contrato(s) firmado(s) entre UH e a(s) EBPS especializada(s)?		
ATIVIDADES DA EMTN				
ATIVIDADES DE PREPARO DA NE				
11.	INF	Responsáveis na Unidade Hospitalar/EPBS:		

			UH	EPBS
		Diretor Clínico		
		Diretor Técnico		
		Coord.Tec.Adm. da EMTN		
		Coord.Clinico da EMTN		
		Nutricionista Responsável		
		Enfermeiro Responsável		
		Farmacêutico Responsável		

			SIM	NÃO
12.	I	Existem protocolos para:		
		Procedimentos Médicos		
		Procedimentos dos Nutricionistas		

		Procedimentos dos Enfermeiros		
		Procedimentos dos Farmacêuticos		
		Outros:		
		Quais?		
			SIM	NÃO
13.	I	Está devidamente registrada a aplicação dos:		
13.1		Protocolos Médicos		
		Protocolos Enfermeiros		
		Protocolos Farmacêuticos		
		Protocolos Nutricionistas		
		Outros:		
14.	N	A EMTN oferece programa de Educação Continuada para os demais profissionais da UH/EPBS?		
15.	N	Existem registros dos programas realizados?		
16.	N	O Coordenador Técnico Administrativo incentiva e promove programas de educação continuada para os profissionais envolvidos na TNE?		
17.	N	O Coordenador Técnico Administrativo padroniza os indicadores de qualidade para a TNE?		
17.1.	INF	Quais os indicadores de Qualidade padronizados?		
			SIM	NÃO
18.	I	Os desvios de qualidade são devidamente investigados e documentados pelo Coordenador Clínico?		
19.	I	São estabelecidas ações corretivas para os desvios de qualidade?		
19.1.	I	Existem registros?		
20.	R	O Coordenador Clínico assegura a atualização técnico-cientifica da EMTN?		
20.1.	INF	Como?		
20.2.		Com que frequência?		
			SIM	NÃO
21.	INF	Existem outros médicos, que não da EMTN, que prescrevem TNE?		
22.	I	Existem registros das prescrições médicas?		
23.	I	Existe protocolo estabelecido para acesso ao trato gastrointestinal para a TNE?		
23.1.	I	Existem registros da realização deste procedimento e de suas complicações?		
24.	N	Existem registros da evolução médica dos pacientes submetidos à TNE?		
25.	N	Existem registros dos resultados de exames complementares realizados para o acompanhamento dos pacientes em TNE?		
26.	I	Existem registros da avaliação nutricional dos pacientes em TN?		
26.1.	INF	Com que periodicidade?		
27.		Pessoas contactadas durante a inspeção:		
28.		Conclusões		
29.		Local e Data		
30.		Nome e Número de Credencial/Assinatura dos Inspetores:		

B. ROTEIRO DE INSPEÇÃO PARA A PREPARAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL

1. IDENTIFICAÇÃO (UH ou EPBS)
1. RAZÃO SOCIAL: _____
2. C.G.C.
3. NOME FANTASIA: _____
4. ENDEREÇO: _____ _____ CEP: __ __ __ __ __ - __ __ __ BAIRRO:_____ UF _____ MUNICÍPIO:_____ FONE: ( ) _____ FAX: ( ) _____ E.MAIL: _____ _
5. LICENÇA DE FUNCIONAMENTO Nº: _____ AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL (__)SIM (__) NÃO
6. RESPONSÁVEL TÉCNICO: _____ CR____ Nº: _____ (__) PRESENTE (__) AUSENTE
7. FILIAL (FILIAIS) COM A MESMA ATIVIDADE ENDEREÇO:_____ _____ CEP: __ __ __ __ __ - __ __ __ BAIRRO:_____ UF ____ MUNICÍPIO:_____ FONE: ( ) _____ FAX: ( ) _____ E.MAIL: _____ _
8. PESSOAS CONTATADAS _____

1. PESSOAS CONTATADAS _____				
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS			SIM	NÃO
2.1.	R	Os arredores da área de preparação da N.E estão limpos e apresentam boa conservação?		
2.2.	R	Existem fontes de poluição ou contaminação ambiental (lixo, objetos em desuso), próximos a esta área?		
2.3.	N	Existe proteção (portas com molas e proteção inferior, janelas com telas milimétricas) contra a entrada de roedores, insetos, aves e outros animais?		
2.4.	R	Existe programa formal de sanitização, desratização e desinsetização?		
2.4.1.	INF	Qual a periodicidade?		
			SIM	NÃO
2.4.2.	N	Existem registros da realização da sanitização, desratização e desinsetização?		
2.5.	N	Os esgotos e encanamentos estão em bom estado?		
2.6.	R	Existem sanitários em quantidade suficiente?		
2.6.1.	R	Estão limpos?		
2.7.	INF	Nº total de funcionários:(M)_____ (F)_____		
2.7.1.	INF	Qual a formação profissional dos funcionários?		
			SIM	NÃO
2.8.	N	São realizados treinamentos dos funcionários?		
2.8.1.	N	Existem registros?		
2.9.	N	As atribuições e responsabilidades estão formalmente descritas e são entendidas pelos envolvidos?		
2.10.	N	Os funcionários são submetidos a exames médicos periódicos?		
2.10.1.	INF	Qual a periodicidade?		

			SIM	NÃO
2.10.2.	N	Existem registros?		
2.11.	I	Há ausência de enfermidades ou feridas expostas?		
2.12.	N	Os funcionários estão com uniformes fechados, sapato fechado e gorro que proteja todo o cabelo?		
2.12.1	N	Os uniformes estão rigorosamente limpos e em boas condições de conservação?		
2.13	R	As instalações elétricas estão em bom estado de conservação, segurança e uso?		
2.14	R	Existem equipamentos de segurança para combater incêndios?		
2.14.1	R	Os extintores estão dentro do prazo de validade?		
2.14.2	R	O acesso aos extintores e mangueiras está livre?		
2.15		Observações:		
3. RECEBIMENTO DA PRESCRIÇÃO DIETÉTICA			SIM	NÃO
3.1.	I	A preparação da NE é feita somente sob prescrição dietética?		
3.1.1	INF	Quais os mecanismos de recebimento das prescrições?		
			SIM	NÃO
3.2.	I	Existe um sistema de Registro Geral das prescrições médicas?		
3.2.1.	I	Todas as prescrições estão devidamente registradas?		
3.3.		Observações		
4. ARMAZENAMENTO			SIM	NÃO
4.1.	R	A área de armazenamento tem capacidade suficiente para assegurar a estocagem ordenada e racional das diversas categorias de materiais?		
4.2.	N	A área oferece condições de temperatura adequada para o armazenamento de materiais?		
4.2.1.	N	Existe controle de temperatura e umidade?		
4.2.2.	R	Existem registros?		
4.3.	R	O piso é liso, resistente e de fácil limpeza?		
4.3.1.	R	O estado de higiene e conservação do piso é bom, sem buracos e rachaduras?		
4.4.	R	As paredes estão bem conservadas?		
4.5.	R	O teto está em boas condições?		
4.6.	R	O setor está limpo?		
4.7.	R	A ventilação é suficiente e adequada?		
4.8.	R	A iluminação do local é suficiente (sem reflexos fortes, ofuscamento, sombras) e as luminárias estão limpas e com proteção?		
4.9.	INF	Há necessidade de câmara frigorífica e/ ou geladeira?		
4.9.1.	R	A câmara frigorífica e/ou geladeira é mantida limpa, sem acúmulo de gelo?		
4.9.2.	N	Existe controle e registro de temperatura?		
4.9.3.	INF	Qual a freqüência?		
			SIM	NÃO
4.10.	R	Os materiais estão armazenados afastados do piso e paredes, facilitando a limpeza?		
4.11.	N	Existe local segregado para estocagem dos materiais reprovados, recolhidos para posterior devolução ou inutilização?		
4.11.1.	N	Os materiais reprovados na inspeção de recebimento são rejeitados e devolvidos?		
4.11.2.	N	Os materiais reprovados na inspeção de recebimento são rejeitados e inutilizados?		
4.11.3.	N	Existem registros?		
4.12.	R	Existem recipientes com tampa para lixo?		
4.12.1.	R	Estão devidamente identificados?		
4.13.	N	A procedência dos materiais provem de fornecedores que atendem os critérios de qualidade?		
4.13.1.	N	Os materiais são inspecionados quando do seu recebimento?		
4.13.2.	N	Os materiais estão devidamente identificados?		
4.13.3.	I	Os materiais estão dentro do prazo de validade?		
4.14.	I	Os materiais são acompanhados dos respectivos laudos de análises dos fornecedores, devidamente assinados pelos seus responsáveis?		
4.15.	R	O uso dos materiais obedecem a ordem PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair)		
4.16.	R	O nutricionista e/ou o farmacêutico participa(m) do processo de padronização de materiais de embalagem?		
4.17.	R	O nutricionista e/ou o farmacêutico participa do processo de licitação e aquisição de materiais?		
4.18.	R	Existem procedimentos operacionais escritos para as atividades do setor?		
4.18.1.	R	Existem registros?		
4.19.		Observações:		
5. ÁGUA			SIM	NÃO
5.1.	N	A instalação de água potável é construida de material que facilite a limpeza e evite infiltrações?		
5.2.	N	É procedida limpeza do reservatório de água potável?		
5.2.1.	INF	Qual a periodicidade?		
			SIM	NÃO
5.2.2.	R	Existem procedimentos escritos para limpeza do reservatório de água potável?		
5.2.3.	N	Existem registros das limpezas efetuadas?		
5.3.	N	São realizados controles bacteriológicos da água potável?		
5.3.1.	INF	Qual a periodicidade?		
			SIM	NÃO
5.3.2.	N	Existem registros?		
5.4.		Observações:		
6. PREPARAÇÃO			SIM	NÃO
6.1.	INF	As áreas destinadas à preparação da NE são adequadas e suficientes ao desenvolvimento das operações, dispondo de todos os equipamentos de forma organizada e racional?		
6.2.	N	A circulação de pessoal nestas áreas é restrita?		
6.3.	I	A área destinada à preparação da NE possui: ¿ Área de limpeza e higienização de materiais ¿ Vestiário (ante-sala) ¿ Área de manipulação ¿ Área de rotulagem		
			SIM	NÃO
6.4.	N	As janelas e ou visores existentes nos diversos setores da área de preparação estão perfeitamente vedados?		
6.5.		Observações:		
7. LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO			SIM	NÃO
7.1.	N	Existe local próprio para limpeza e higienização de materiais?		
7.1.1.	N	Está localizado anexo à área de manipulação?		
7.2.	R	O piso é liso, resistente e de fácil limpeza?		
7.2.1.	R	O estado de higiene e conservação do piso é bom, sem buracos e rachaduras?		
7.3.	R	As paredes e o teto são de cor clara, lisas e estão em bom estado de conservação?		
7.4.	N	A iluminação é suficiente (sem reflexos fortes, ofuscamento, sombras) e com luminárias limpas e protegidas?		
7.5.	N	A ventilação é suficiente e adequada garantindo o conforto térmico?		
7.6.	INF	Existem ralos?		
7.6.1.	N	São sifonados?		
7.7.	N	Dispõe de meios e equipamentos para limpeza prévia das embalagens dos materiais?		
7.8.	N	Os produtos utilizados para assepsia dos materiais obedecem às especificações do Ministério da Saúde?		
7.9.	R	Existem procedimentos escritos para higienização dos materiais?		
7.10.	N	Os procedimentos de higienização garantem a assepsia e mantém a qualidade dos materiais?		
7.11.	N	Existe sistema de inspeção visual para revisão dos materiais?		
7.12.	N	A transferência dos materiais para a área de manipulação da NE se realiza em condições de segurança, atendendo às especificações desta Resolução?		
7.13.	R	Existe recipiente para lixo?		
7.13.1.	R	Os recipientes estão limpos e dotados de tampa?		
7.14.		Observações:		

8.VESTIÁRIO (ANTE-SALA)			SIM	NÃO
8.1.	INF	As áreas destinadas a vestiário são adequadas e suficientes para a troca dos uniformes?		
8.2.	N	O piso é liso, resistente e de fácil limpeza?		
8.2.1.	N	O estado de higiene e conservação do piso é bom, sem buracos e rachaduras?		
8.3.	N	As paredes e o teto são de cor clara, lisas e estão em bom estado de conservação?		
8.4.	N	A ventilação é suficiente e adequada?		
8.5.	N	A iluminação é suficiente e adequada?		
8.6.	R	Existem procedimentos escritos para a paramentação e higienização das mãos?		
8.7.	INF	a. Equipamentos Existentes:		
		¿ Pia e torneira		
		¿ Sem pedal		
		¿ Com pedal		
		¿ Com alavanca para cotovelo		
		¿ Com célula foto elétrica		
		b. ¿ Dispensadores para degermantes		
		c. ¿ Toalhas descartáveis		
		d. ¿ Secador a ar		
		e. ¿ Armários para guardar uniformes limpos/esterilizados		
		f. ¿ Cesto para despejo de roupas usadas		
		g.¿ Outro: Especificar:		
8.8.		Observações:		
9. MANIPULAÇÃO E ACONDICIONAMENTO			SIM	NÃO
9.1.	INF	As condições da área são condizentes com o volume das operações realizadas por turno de trabalho?		
9.2.	R	O piso é liso, resistente e de fácil limpeza?		
9.2.1.	INF	Existem ralos?		
9.2.2	INF	São sifonados?		
9.2.3.	R	O estado de higiene e conservação do piso é bom, sem buracos e rachaduras?		
9.3.	R	As paredes e teto são de cor clara, lisas, impermeáveis e resistentes aos agentes sanitizantes e possuem ângulos abaulados?		
9.4.	N	A iluminação é suficiente (sem reflexos fortes, ofuscamento, sombras) e com luminárias limpas e protegidas?		
9.5.	N	A ventilação do local é suficiente e adequada garantindo o conforto térmico?		
9.6.	INF	O local é utilizado para manipulação e/ ou fracionamento de outras preparações?		
9.6.1.	INF	Quais?		
			SIM	NÃO
9.7.	I	O manipulador confere cuidadosamente a identificação do paciente e sua correspondência com a prescrição antes e após a sua manipulação?		
9.8.	N	Existe programa de controle ambiental (ar, superfície e pessoas)?		
9.8.1.	INF	Com que frequência é realizado este controle?		
			SIM	NÃO
9.8.2.	N	Existem registros?		
9.9.	N	Os manipuladores estão devidamente uniformizados?		
9.9.1.	N	Os uniformes são confeccionados de tecido que não liberam partículas?		
9.9.2.	INF	Qual a frequência de troca dos uniformes?		
			SIM	NÃO
9.9.3	N	Os funcionários apresentam-se com unhas aparadas, sem esmalte e adornos?		
9.10.	N	Existem procedimentos escritos para garantir que a entrada dos materiais na sala de manipulação seja realizada de forma segura?		
9.11.	N	Existem procedimentos escritos para a limpeza da área?		
9.11.1.	N	Existem registros?		
9.12	I	Os recipientes utilizados para acondicionamento da NE atendem às especificações desta Resolução?		
9.13	I	Os rótulos apresentam todas as informações exigidas por esta Resolução?		
9.14	N	Existem procedimentos escritos que garantam o acondicionamento da NE de maneira segura?		
9.15	N	O acondicionamento da NE já rotulada atende às especificações desta Resolução?		
9.16	INF	São realizados controles para verificar se a NE foi preparada conforme prescrição?		
9.16.1	I	Quais os controles realizados?		
9.17		Observações:		
10.CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE			SIM	NÃO
10.1	N	Existem procedimentos operacionais escritos para conservação e transporte da NE?		
10.2	I	Existe refrigerador, exclusivo com termômetro para conservação da NE até o momento do seu transporte?		
10.2.1	N	Existem registros do controle sistemático da temperatura?		
10.3	I	As condições de acondicionamento para o transporte da NE estão validadas?		
10.3.1	N	Existem registros?		
10.4	I	Os recipientes utilizados para o transporte da NE garantem a manutenção da temperatura dentro da faixa pré estabelecida (2 a 8 ºC)?		
10.5	I	A NE durante o transporte se mantém protegida das intempéries e da incidência direta da luz solar?		
10.6		Observações:		
11. GARANTIA DA QUALIDADE			SIM	NÃO
11.1	N	A UND da UH ou EPBS possui um sistema de Garantia da Qualidade implantado, com base nas diretrizes das BPPNE?		
11.2	N	Os procedimentos operacionais para todas as operações críticas da preparação e de controle de qualidade da NE estão padronizados?		
11.3	N	São realizadas auditorias internas?		
11.3.1	INF	Com que frequência?		
			SIM	NÃO
11.3.2	N	Existem registros?		
11.4	N	Existe um programa de treinamento para todos os funcionários?		
11.4.1	N	Existem registros?		
11.5	N	Os pontos críticos do processo são periodicamente validados?		
11.5.1	N	Existem registros?		
11.6	N	A documentação referente à preparação da NE são arquivadas ordenadamente durante 5 anos?		
11.7	N	A documentação existente possibilita o rastreamento para investigação de qualquer suspeita de desvio de qualidade da NE?		
11.8	N	Existem registros de reclamações referentes a desvios de qualidade da NE?		
11.8.1	N	Existem registros das investigações bem como das ações corretivas?		
11.8.2	INF	As conclusões das investigações são transmitidas por escrito ao reclamante?		
11.9		Observações:		

12. CONTROLE DE QUALIDADE			SIM	NÃO
12.1	INF	Existe laboratório de Controle de Qualidade no estabelecimento?		
12.2	INF	A empresa realiza ensaios específicos com terceiros?		
12.2.1	INF	Quais?		
12.2.2	INF	Com quem?		
			SIM	NÃO
12.2.3	N	Existem registros?		
12.3	N	O Controle de Qualidade possui pessoal técnico qualificado para exercer a função?		
12.4	N	Existem procedimentos operacionais escritos para o setor?		
12.5	N	O Controle de Qualidade está equipado com aparelhos adequados para executar as análises necessárias.		
12.6	N	Existe programa de limpeza e manutenção periódica de equipamentos e aparelhos?		
12.7	N	Existem especificações escritas para a aquisição dos insumos e materiais de embalagem?		
12.7.1	N	A especificação exige o fornecimento do certificado de análise dos insumos e materiais de embalagem?		
12.8	N	O controle de Qualidade monitora o cumprimento dos procedimentos de limpeza, higienização e sanitização da preparação da NE?		
12.9	N	São realizadas análises nas NEs preparadas?		
12.10	INF	Qual a metodologia adotada?		
			SIM	NÃO
12.10.1	N	Existem registros?		
12.11	N	Amostras de contraprova de cada NE manipulada são conservadas sob refrigeração à temperatura de até 4º C por 72 horas após o seu prazo de validade?		
12.11.1	R	Existem procedimentos operacionais escritos?		
12.12		Observações:		
13. CONCLUSÃO				
14. NOME, Nº DE CREDENCIAL E ASSINATURA DOS INSPETORES				
15. DATA				

C ROTEIRO DE INSPEÇÃO PARA ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL

1 - IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DA NUTRIÇÃO ENTERAL				
( ) HOSPITAL				
Setor	UTI	Clínica Cirúrgica	Pediatria	Clínica Médica
n° de leitos				
n.º de enfermeiros				
n° de técnicos de enfermagem				
n° de auxiliares de enfermagem				
( ) AMBULATÓRIO				
( ) RESIDÊNCIA				
Endereço: _____ _____ CEP: ___ ___ ___ ___ ___ - ___ ___ ___ Bairro:_____ Município: _____ UF: _____ Fone: (_____) _____				
RESPONSÁVEL TÉCNICO_____				
COREN/____ Nº_____ PRESENTE AUSENTE				

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS			SIM	NÃO
2.1.	I	A NE é administrada sob a responsabilidade do Enfermeiro?		
2.2	INF	Se não é administrada por Enfermeiro, indique quem administra:		
			SIM	NÃO
2.3	I	Tem Enfermeiro de plantão quando da administração da NE?		
2.3.1	INF	Em período: PARCIAL TOTAL		
			SIM	NÃO
2.4.	I	Existe disponibilidade do Enfermeiro Responsável pelo atendimento ao paciente em NE domiciliar?		
2.4.1	INF	De que forma? VISITAS TELEFONE BIP		
			SIM	NÃO
2.5	N	O Enfermeiro participa do processo de seleção, padronização, licitação e aquisição de equipamentos e materiais para a administração e controle da NE?		
2.6	N	Há treinamento inicial e contínuo voltado para a administração da NE e utilização de bombas infusoras?		
2.6.1	INF	Qual a periodicidade do treinamento?		
			SIM	NÃO
2.6.2	R	O treinamento segue uma programação preestabelecida?		
2.6.3	R	Há registros do treinamento?		
2.7	N	Existe manual de procedimentos para a administração da NE atualizado?		
2.7.1	N	O manual de procedimentos está disponível para consulta imediata por todos os funcionários?		
2.8	N	Na admissão dos funcionários são realizados exames médicos e laboratoriais?		
2.8.1	INF	Esses exames são repetidos com que periodicidade?		
			SIM	NÃO
2.8.2	N	Existem registros desses exames?		
2.9	N	Os funcionários estão uniformizados?		
2.9.1	N	Os uniformes estão limpos e em boas condições?		
2.10	INF	Há lavatórios em número suficiente?		
2.10.1	N	Existe sabão, papel toalha ou aparelho de ar para secagem das mãos disponíveis e em quantidade suficiente?		
2.10.2	R	Existe folheto ilustrativo ou recomendação para lavagem das mãos próximo às pias?		
2.11	N	Os funcionários usam jóias ou relógio?		
2.12	N	Os funcionários usam gorro e máscara no manuseio da NE?		
2.13	R	São utilizadas bombas de infusão na administração da NE?		
2.13.1	R	As bombas de infusão são adequadas à administração da NE?		
2.13.2	N	Existe procedimento escrito de limpeza e desinfecção das bombas de infusão?		
2.13.3	N	Há registros dessas operações?		
2.13.4	N	As bombas de infusão apresentam etiqueta indicando as datas da última e da próxima calibração?		
2.13.5	R	Existe um programa por escrito de manutenção das bombas de infusão de forma: PREVENTIVA CORRETIVA		
			SIM	NÃO
2.13.6	N	As bombas de infusão são submetidas à manutenção períodica?		
2.13.7	INF	Quem realiza a manutenção das bombas de infusão? HOSPITAL FORNECEDOR TERCEIRIZADO		
			SIM	NÃO
2.13.8	N	Há registros da manutenção?		
2.13.9	N	Existem procedimentos escritos da operacionalização das bombas de infusão?		

2.13.10		Há fornecimento constante e em número suficiente de equipos adequados para as bombas de infusão?		
2.14	R	É realizada orientação ao paciente, família ou responsável legal?		
2.14.1	INF	A orientação é realizada de forma: VERBAL ESCRITA		
2.15	INF	Local de realização do acesso do trato gastrointestinal? CENTRO CIRÚRGICO ENFERMARIA UTI OUTRO. QUAL? _____		
			SIM	NÃO
2.16	I	Existe material de reanimação para caso de emergência?		
2.16.1	N	O material encontra-se em local de fácil acesso?		
2.16.2	I	O material está limpo e em condições de uso?		
2.17	R	A unidade de radiologia é de fácil acesso?		
2.18	R	Existe horário estabelecido para a entrega das prescrições na UND?		
2.19	I	Quando do recebimento da NE da UND, são observados: INTEGRIDADE DA EMBALAGEM PRESENÇA DE PARTÍCULAS ESTRANHAS À NE NOME DO PACIENTE/Nº DO LEITO COMPOSIÇÃO E VOLUME TOTAL DA NE PRAZO DE VALIDADE DA NE RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS OUTRO. QUAL?_____		
2.19.1	INF	Quando observada qualquer anormalidade, no recebimento da NE, qual o procedimento adotado?		
			SIM	NÃO
2.20	I	Quando não usada imediatamente, a NE é conservada em geladeira exclusiva para medicamentos?		
2.20.1	I	Existe controle e registro sistemático de temperatura da geladeira?		
2.20.2	N	A geladeira encontra-se limpa, sem acúmulo de gelo e em boas condições de conservação?		
2.20.3	R	Existe procedimento escrito de limpeza e desinfecção da geladeira?		
2.21	N	O local de manuseio da NE está em boas condições de conservação, organização e limpeza?		
2.21.1	N	Há procedimento escrito para limpeza e desinfecção da área e do local de manuseio da NE?		
2.22	I	Quando da administração da NE, são observados: INTEGRIDADE DA EMBALAGEM PRESENÇA DE PARTÍCULAS ESTRANHAS À NE NOME DO PACIENTE/Nº DO LEITO COMPOSIÇÃO E VOLUME TOTAL DA NE PRAZO DE VALIDADE DA NE RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS OUTRO. QUAL?_____		
			SIM	NÃO
2.23	N	A NE está protegida da incidência direta de luz?		
2.24	N	A NE é protegida das fontes geradoras de calor durante a sua administração?		
2.25	N	A via de acesso é exclusiva para administração da NE?		
2.25.1	INF	Em casos excepcionais, a autorização para utilização da via de acesso da NE é: VERBAL ESCRITA		
			SIM	NÃO
2.26	I	A NE é administrada diretamente do seu recipiente de origem?		
2.27	I	É realizada desinfecção nas conexões da sonda na troca do equipo?		
2.28	INF	A desinfecção é realizada com que solução?		
			SIM	NÃO
2.29	N	Há registros de todo o processo de administração da NE?		
2.30	I	É realizado o controle clínico e laboratorial no paciente em NE?		
2.30.1	INF	Quais?		
		Peso		
		Sinais vitais		
		Pressão arterial		
		Glicemia capilar		
		Glicosúria		
		Balanço hídrico		
			SIM	NÃO
2.31	N	Os exames clínicos e laboratoriais são realizados em tempo hábil?		
2.32	N	Há registros de todo o processo de administração da NE?		
2.32.1	INF	Quais os impressos utilizados? Ficha de Evolução de Enfermagem Livro de Relatório de Enfermagem Ficha de Balanço Hídrico Outros. Quais?_____		
			SIM	NÃO
2.33	I	Há registros dos exames clínicos e laboratoriais?		
2.34	N	É realizada avaliação do paciente antes da interrupção/suspensão da TN?		
2.35	N	Há registros da avaliação realizada?		

3. PESSOAS CONTACTADAS:
4. OBSERVAÇÕES:
5. CONCLUSÕES:
6. NOME, Nº DE CREDENCIAL E ASSINATURA DOS INSPETORES:

7. DATA:									

ANEXO II

INFORME CADASTRAL DE UH OU EPBS PARA A PRÁTICA DA TN

A - IDENTIFICAÇÃO DA UH/EPBS

A1 - IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA
1. RAZÃO SOCIAL: _____ _____
2. C.G.C.: ___ ___ ___ ___ ___ ___ ___ / ___ ___ ___ ___ /___ ___
NOME FANTASIA: _____ _____
4. ENDEREÇO:_____ _____ CEP: ___ ___ ___ ___ ___ -___ ___ ___BAIRRO:_____MUNICÍPIO:_____ UF: _____ FONE: (_____) _____FAX: (_____) _____ E.MAIL: _____ 5. TIPO DE EMPRESA UNIDADE HOSPITALAR (UH)___ EMPRESA PRESTADORA DE BENS E SERVIÇOS (EPBS)_____

A2	ATIVIDADES DA UH/EPBS
1.	Preparação de NE
1.1.	Sistemática Eventual
1.2.	Se eventual, descreva a alternativa de atuação. Obs. Fica desobrigado o preenchimento dos demais itens
1.4	Indicação Prescrição Administração Controle clinico laboratorial Avaliação final?
2.	A EMTN foi constituída por ato formal em ___ de _____ de _____, segundo o documento _____ (xerox anexo)

3. A composição da EMTN compreende:

	Membros	Nome	RG	CIC	Nº. Insc.	Conselho
	Coordenador Clinico					
	Coordenador Técnico Adm.					
	Médico					
	Nutricionista					
	Enfermeiro					
	Farmacêutico					
	Outros, especificar					

4. Os membros da EMTN possuem os seguintes títulos de especialista ou de habilitação devidamente documentados e registrados em conselhos ou associações de classe:

4.1.	MEMBROS	NÃO	TÍTULO ESPECIALISTA (ano) ou HABILITAÇÃO (ano)	Expedido por Sociedade:
	Coord Tec Administrativo			
	Coord clínico.			
	Médico			
	Nutricionista			
	Enfermeiro			
	Farmacêutico			

4.2	MEMBROS	MESTRADO (ano) DOUTORADO (ano)	LIVRE DOCÊNCIA ANO
	Coord.Tec.Administrativo		
	Coord.Clínico		
	Médico		
	Nutricionista		
	Enfermeiro		
	Farmacêutico		

5.	A EMTN possui protocolos para os procedimentos profissionais de:	SIM	NÃO
	Médico?		
	Nutricionista?		
	Enfermagem?		
	Farmácia?		

6. Formação profissional na área de TN dos componentes da EMTN, comprovadas por documentos apresentados

	Membros	Residência	Estágios	Cursos	Congressos
	Coord. Clínico				
	Coord. Téc. Adm.				
	Médico				
	Nutricionista				
	Enfermeiro				
	Farmacêutico				

		SIM	NÃO
7.	A EMTN dispõe de programa de Educação Continuada para os demais profissionais da UH/EPBS?		
8.	A EMTN dispõe comprovadamente de:		
8.1	Indicadores de qualidade para a TN?		
8.2	Protocolos de avaliação, indicação, prescrição e acompanhamento?		
8.3	Programas de educação continuada para os profissionais envolvidos na TN?		
8.4	Metodologia para investigar e registrar desvios de qualidade?		
8.5	A EMTN está preparada para assegurar sua atualização técnico-científica?		
9.	Existe protocolo estabelecido para realização de acesso enteral?		
10.	Existem formulários para registros da:		
10.1.	Avaliação nutricional dos pacientes em TN?		
10.2	Evolução médica diária dos pacientes submetidos à TN?		
10.3	Resultados de exames complementares para o acompanhamento da TN?		
11.	Conclusão: A empresa _____(não)_____ está cadastrada e em condições de desempenhar atividades de _____UND ____ EMTN em terapia nutricional		
12.	Local e Data:		
13.	Nome e Número de Credencial/Assinatura dos Inspetores:		

RESOLUÇÃO RDC Nº 504, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as Boas Práticas para o transporte de material biológico humano.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, inciso III, e 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Objetivo e Abrangência

Art. 1º Esta Resolução possui o objetivo de definir e estabelecer padrões sanitários para o transporte de material biológico de origem humana em suas diferentes modalidades e formas, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte, para garantir a segurança, minimizar os riscos sanitários e preservar a integridade do material transportado.

Art. 2º Esta Resolução se aplica a todo remetente, transportador, destinatário e demais envolvidos no processo de transporte de material biológico humano, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte.

Parágrafo único. O disposto nesta Resolução se aplica, no que couber, aos procedimentos de importação e exportação de material biológico humano, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte.

Seção II

Definições

Art. 3° Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - acondicionamento de material biológico humano: procedimento de embalagem de material biológico humano com a finalidade de transporte, visando à proteção do material, das pessoas e do ambiente durante todas as etapas do transporte até o seu destino final;

II - Categoria A: material biológico infeccioso cuja exposição ao mesmo pode causar incapacidade permanente ou enfermidade mortal, pondo em risco a vida humana ou de outros animais sinalizada como UN 2814 ou UN 2900 se afetar somente animais;

III - Categoria B: material biológico infeccioso que não se inclui na categoria A, classificado como "substância biológica de Categoria B" UN 3373, inserindo-se neste grupo amostras de pacientes que se suspeita ou se saiba conter agentes infecciosos causadores de doenças em humanos;

IV - Categoria Espécime Humana de Risco Mínimo: adaptado do inglês "Exempt Human Specimen", inclui materiais biológicos provenientes de indivíduos sadios que foram submetidos a juízo profissional baseado em história clínica, sintomas e características individuais, bem como nas condições endêmicas locais que asseguram a probabilidade mínima do material biológico conter microorganismos patogênicos, mesmo que estes materiais não tenham sido submetidos previamente a testes para marcadores de doenças transmissíveis pelo sangue, seguindo as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS);

V - classificação de risco biológico: nível de risco frente à exposição a agentes biológicos, determinado pela patogenia, modo, relativa facilidade de transmissão por meio de materiais biológicos e reversibilidade da doença pela disponibilidade de tratamentos e preventivos conhecidos e eficazes;

VI - destinatário: qualquer pessoa jurídica, de natureza pública ou privada, responsável pelo recebimento do material biológico humano transportado;

VII - embalagem primária: embalagem que está em contato direto com o material biológico a ser transportado, constituindo recipiente, envoltório ou qualquer outra forma de proteção, removível ou não, que se destina a envasar, manter, conter, cobrir ou empacotar o material biológico a ser transportado, também chamada de embalagem interna;

VIII - embalagem secundária: embalagem intermediária, colocada entre a embalagem primária e a embalagem terciária, com fins de conter a embalagem primária;

IX - embalagem terciária: embalagem externa, utilizada exclusivamente para a proteção da carga nas operações de movimentação (embarque, desembarque e transporte) e armazenagem;

X - etiqueta: identificação afixada sobre o rótulo, sem rasuras e que não comprometa as informações originais do rótulo;

XI - material absorvente: material colocado entre a embalagem primária e a secundária em quantidade suficiente para conter todo o conteúdo do material biológico presente na embalagem primária garantindo a integridade da embalagem terciária;

XII - material biológico humano: tecido ou fluido constituinte do organismo humano, tais como excrementos, fluidos corporais, células, tecidos, órgãos ou outros fluidos de origem humana ou isolados a partir destes;

XIII - material refrigerante: material ou substância capaz de conservar o material biológico em uma faixa de temperatura, previamente especificada, durante o processo de transporte;

XIV - modo de transporte: mecanismo, alternativa ou tipo de veículo de transporte utilizado no deslocamento do material biológico humano;

XV - remetente: qualquer pessoa jurídica, de natureza pública ou privada, também chamado expedidor ou embarcador, responsável pela preparação e envio do material biológico humano a um destinatário, por meio de um modo de transporte;

XVI - rotulagem: procedimento de rotular, marcar e etiquetar as embalagens destinadas ao transporte de material biológico humano;

XVII - rótulo: corresponde à identificação impressa ou litografada e aos dizeres pintados ou gravados a fogo, pressão ou autoadesivos, aplicados diretamente sobre recipientes, embalagens, invólucros, envoltórios, cartuchos e qualquer outro protetor de embalagem, não podendo ser removido ou alterado durante o transporte e armazenamento;

XVIII - supervisor técnico: profissional capacitado e designado para desempenhar as atividades de implantação, execução e monitoramento dos processos de transporte de material biológico;

XIX - transportador: pessoa física ou jurídica que efetua o transporte de material biológico humano proveniente de remetente para destinatário determinado incluindo os transportadores comerciais, públicos ou privados e os de carga própria; e

XX - validação: conjunto de ações utilizadas para provar que procedimentos operacionais, processos, atividades ou sistemas produzem o resultado esperado com exercícios conduzidos de acordo com protocolos previamente definidos e aprovados, com descrição de testes e critérios de aceitação.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 4º O transporte de material biológico humano fica submetido às regras e procedimentos estabelecidos nesta Resolução, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte.

Art. 5º As operações de transporte devem ser registradas e padronizadas por meio de instruções escritas atualizadas.

Parágrafo único. Instruções escritas e padronizadas devem estar disponíveis a todo o pessoal envolvido no processo de transporte e ser revisadas anualmente e/ou sempre que ocorrer alteração nos procedimentos.

Art. 6º Quaisquer não conformidades durante o processo de transporte devem ser investigadas e registradas, incluindo-se, no que couber, as medidas corretivas e preventivas adotadas.

Art. 7º O transporte de material biológico humano pode ser realizado de forma terceirizada, mediante instrumento escrito que comprove a terceirização, obedecendo às especificações do material biológico humano a ser transportado.

§1° O prestador de serviço terceirizado deve ser legalmente constituído e estar licenciado junto ao órgão de vigilância sanitária local competente, nos termos desta Resolução e das normas de vigilância sanitária federais, estaduais e municipais pertinentes.

§2° O prestador de serviço terceirizado deve possuir infraestrutura, conhecimento e treinamento adequado de pessoal, sob a supervisão técnica de profissional comprovadamente capacitado para desempenhar satisfatoriamente o serviço solicitado pelo contratante e atender aos requisitos técnicos e legais estabelecidos nesta Resolução, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material biológico e modo de transporte.

§3° O instrumento escrito que comprove a terceirização deve ser mantido à disposição das autoridades de vigilância sanitária competentes pelas partes envolvidas no respectivo instrumento bilateral.

§4° A terceirização de atividade de transporte de material biológico não exime o serviço de saúde remetente do cumprimento dos requisitos técnicos e legais estabelecidos na legislação vigente, respondendo solidariamente com o contratado perante as autoridades sanitárias quanto aos aspectos técnicos, operacionais e legais inerentes às atividades que lhe competem.

§5° Na hipótese de transporte de material biológico humano, realizado por transportadores ou instituições governamentais, mediante acordos autorizados ou estabelecidos entre o Ministério da Saúde ou órgão ou entidade relacionado, tais como órgãos de segurança pública e Forças Armadas, em que não é exigido o licenciamento sanitário, o processo de transporte pode ser avaliado pelas autoridades de vigilância sanitária local competentes, caso necessário.

Art. 8º Todos os documentos e registros das atividades referentes ao transporte de material biológico devem estar disponíveis para fornecimento aos órgãos de vigilância sanitária, sempre que solicitado.

Parágrafo único. No caso de atividade terceirizada, deve constar expressamente no instrumento escrito que comprove a terceirização quais documentos e registros devem ficar sob a guarda de cada parte envolvida.

Art. 9° O pessoal diretamente envolvido em cada etapa do processo de transporte deve receber o regular treinamento específico, compatível com a função desempenhada e a natureza do material transportado, e sempre que ocorrer alteração nos procedimentos, devendo a efetividade deste treinamento ser periodicamente avaliada.

§1° As responsabilidades pela elaboração, execução e avaliação dos treinamentos devem estar definidas no instrumento escrito que comprove a terceirização, de acordo com as diretrizes técnicas definidas pelo contratante, mantendo-se os registros documentais.

§2° Sempre que ocorrer alteração nos procedimentos, deve-se certificar que a equipe está apta para executar as orientações definidas.

§3° O disposto no caput e nos §§ 1° e 2° não se aplica ao transporte de tecidos, células e órgãos para finalidade de transplante por transportadores ou instituições governamentais, mediante acordo autorizado ou estabelecido com o Ministério da Saúde ou órgão ou instituição integrante do Sistema Nacional de Transplante, cabendo ao remetente, neste caso, atender o disposto no art. 29 desta Resolução.

CAPÍTULO III

EMBALAGEM E ACONDICIONAMENTO

Art. 10. O material biológico humano a ser transportado deve ser acondicionado de forma a preservar a sua integridade e estabilidade, bem como a segurança do pessoal envolvido, durante o processo de transporte.

Art. 11. A etapa de acondicionamento do material biológico deve ser validada, devendo-se considerar o tipo de material biológico e a finalidade do transporte, com aprovação de supervisor técnico responsável pelo acondicionamento do material biológico a ser transportado.

§1° Caso seja necessário controle de temperatura, este parâmetro deve ser considerado no processo de validação de transporte, de forma a garantir conservação das características biológicas pelo tempo de transporte previsto, com estimativa de margem de atrasos.

§2° Quaisquer mudanças nas operações de embalagem e acondicionamento e nas características técnicas definidas na validação serão avaliadas pelo supervisor técnico quanto à necessidade de revalidação, mantendo-se os registros documentais.

Art. 12. O sistema de embalagens deve ser empregado conforme as especificidades do material biológico transportado.

Parágrafo único. As embalagens de que trata o caput devem ser utilizadas exclusivamente para finalidade de transporte e constituídas de material apropriado, conforme o disposto nesta Resolução, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte e, subsidiariamente, nas instruções do fabricante das embalagens.

Art. 13. Para o material biológico humano classificado como substância infecciosa Categoria A UN 2814 devem ser aplicadas as disposições normativas vigentes referentes à instrução de embalagem PI 620, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte.

Art. 14. Para o material biológico humano classificado como substância biológica Categoria B UN 3373 devem ser aplicadas as disposições normativas vigentes referentes à instrução de embalagem PI 650, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte.

Art. 15. Para a Categoria Espécime Humana de Risco Mínimo, devem ser aplicados os seguintes requisitos mínimos relacionados, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte:

I - embalagem primária, dotada de dispositivo que garanta vedação à prova de vazamento e impermeável para amostras líquidas, e no caso de amostras sólidas ou semi-sólidas, recipiente resistente dotado de mecanismo de fechamento que impeça o extravasamento do material;

II - embalagem terciária rígida, resistente, de tamanho adequado ao material biológico transportado, e dotada de dispositivo de fechamento, observando-se que materiais laváveis e resistentes a desinfetantes podem ser reutilizáveis; e

III - embalagem secundária de material resistente de forma a conter a embalagem primária, à prova de vazamento.

Parágrafo único. Para as amostras biológicas transportadas em embalagem interna frágil, passível de quebra, furo ou rachadura, é necessário que se observem os seguintes aspectos:

I - a (s) embalagem (ns) primária (s) deve (m) estar disposta (s) de maneira a evitar choques entre si e/ou com a embalagem que a (s) envolve (m), de forma a manter a integridade do material transportado; e

II - para amostras líquidas, deve ser utilizado material absorvente integrando o sistema de embalagens de forma a absorver todo o conteúdo da (s) embalagem (ns) primária (s) no caso de extravasamento de material.

Art. 16. Para o material biológico humano que não se enquadre nas classificações dos arts. 13, 14 e 15 e que sejam sabidamente isentos de agentes infecciosos, ou que tenham sido submetidos a processos de neutralização/inativação, que sejam materiais biológicos secos coletados em dispositivos específicos, sangue e componentes para transfusão, células, tecidos e órgãos para transplante, deve-se aplicar, para os procedimentos de embalagem, o disposto no art. 15, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte.

Art. 17. Para classificação do material biológico humano a ser transportado deve-se utilizar o diagrama de classificação de risco aplicado ao transporte de material biológico humano de acordo com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS), em conformidade com o Anexo desta Resolução, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte.

Art. 18. No caso da utilização de mecanismos de sobre-embalagem para acondicionamento de embalagens, deve-se garantir que cada embalagem seja corretamente rotulada e sinalizada, de acordo com o determinado nesta Resolução, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte.

Art. 19. Somente embalagens constituídas de materiais passíveis de limpeza, secagem e desinfecção ou esterilização, caso sejam tecnicamente justificáveis, poderão ser reutilizadas, mediante protocolos definidos e com a manutenção dos registros dos procedimentos realizados.

CAPÍTULO IV

ROTULAGEM

Art. 20. A rotulagem deve estar de acordo com o tipo, classificação de risco e requisitos de conservação do material biológico humano transportado.

Art. 21. As informações contidas no rótulo e na etiqueta devem ser legíveis, compreensíveis e devem ser expressas em língua portuguesa com tinta indelével, à prova dágua e sobre um fundo de cor contrastante, com dimensões proporcionais ao tamanho da embalagem, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte.

Parágrafo único. No caso de importação de material biológico, as informações expressas em língua portuguesa ou língua inglesa.

Art. 22. O rótulo e a etiqueta devem permanecer firmemente aderidos às embalagens, não podendo ser rasurados, adulterados ou cobertos por etiquetas, marcas ou partes da embalagem.

Art. 23. A embalagem terciária deve conter, no mínimo, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte:

I - identificação do remetente e do destinatário, além de endereços completos e telefones de contato;

II - identificação apropriada do material biológico;

III- etiqueta e marcação referente ao tipo de material biológico transportado, quando aplicável;

IV- frases de advertências, quando aplicável;

V- sinalização de modo e sentido de abertura, quando aplicável;

VI- marcação de embalagem homologada, quando aplicável; e

VII- contatos telefônicos, disponíveis 24 (vinte e quatro) horas, para casos de acidentes e incidentes.

§1° O material biológico humano infectante classificado como Categoria A ou Categoria B deverá ser transportado em embalagens rotuladas de acordo com normas específicas para transporte aéreo, terrestre e aquaviário vigentes.

§2° Todo material biológico humano classificado como Categoria A deve conter na embalagem terciária de transporte a etiqueta de risco biológico de acordo com normas específicas para transporte aéreo, terrestre e aquaviário vigentes.

Art. 24. Para o transporte que contenha gelo seco, nitrogênio líquido, líquido criogênico, gás não inflamável ou outro material de conservação e preservação que ofereça riscos durante o processo de transporte, a embalagem e sinalização deve estar de acordo com as normas vigentes específicas ao transporte de material considerado perigoso.

Art. 25. Quando se tratar de material biológico humano que não possa ser submetido à radiação (raios-X), tal característica deve ser claramente indicada na embalagem terciária.

CAPÍTULO V

RESPONSABILIDADES

Art. 26. As responsabilidades do remetente, transportador e destinatário devem ser definidas e documentadas instrumento escrito abrangendo, na etapa do processo de transporte que lhe couber:

I - providências relacionadas à documentação de expedição necessária ao transporte do material biológico;

II - adoção de medidas de biossegurança;

III - garantia das condições necessárias de conservação e estabilidade do material biológico;

IV - elaboração das instruções escritas de acordo com as atividades desenvolvidas por cada parte; e

V - a definição da logística a ser utilizada e o mecanismo de comunicação entre as partes envolvidas.

Parágrafo único. Para o transporte internacional de material biológico humano, a responsabilidade pela documentação a ser obtida cabe ao importador/exportador.

Seção I

Remetente

Art. 27. O remetente deve se certificar do cumprimento das exigências previstas nesta Resolução, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte, para o transporte de material biológico humano, com a devida antecedência em relação à respectiva remessa aérea, terrestre ou aquaviária.

Art. 28. O remetente é responsável pelo acondicionamento seguro do material a ser transportado de acordo com o seu tipo e classificação.

Parágrafo único. Deve ser registrada a identificação do profissional que acondicionou o material biológico para transporte.

Art. 29. O remetente deve fornecer, aos envolvidos no processo de transporte, as informações técnicas referentes ao material transportado, incluindo procedimentos e cuidados com o material, risco biológico e procedimentos de emergência a serem adotados em caso de acidente ou fato que exponha o transportador, a população ou o ambiente ao material biológico humano.

§ 1° Na hipótese em que o remetente utilizar no seu processo de transporte o serviço de empresa de transporte de passageiros e cargas rodoviário, ferroviário, aquaviário ou operadores aéreos, que não estejam sujeitos ao licenciamento sanitário, ficará sob a responsabilidade do remetente a verificação das condições técnicas em que esta parte do processo será realizada e o monitoramento da entrega e chegada do material ao seu destino final, mediante instrumento escrito que comprove a terceirização, sem prejuízo do disposto em outras normas vigentes específicas a cada material e modo de transporte.

§ 2° A autoridade sanitária competente poderá avaliar, quando julgar necessário, as condições técnicas sanitárias do transporte de material biológico humano referido no § 1° deste artigo.

Art. 30. O remetente deve dar conhecimento ao destinatário sobre informações específicas referentes ao transporte, a data e a hora prevista para a chegada ao destino, quando couber, conforme estabelecido em instrumento escrito que comprove a relação entre as partes, de modo que a carga possa ser prontamente recebida.

Seção II

Transportador

Art. 31. O transportador deve garantir a infraestrutura necessária ao processo de transporte de material biológico humano, considerando-se o respectivo tipo e classificação de risco.

Art. 32. Durante o transporte de material biológico humano, o transportador deve portar documento que permita a rastreabilidade da expedição/carga transportada.

Art. 33. O transportador deve verificar as condições da embalagem e da documentação no ato do recebimento do material para transporte de material biológico humano e entrar em contato com o remetente, no caso de constatação de qualquer não conformidade na embalagem e/ou documentação, para a tomada de medidas corretivas cabíveis em tempo hábil para o transporte.

Art. 34. O veículo transportador deve contar com condições adequadas de higiene e limpeza, bem como dispor de mecanismo que assegure a integridade da embalagem terciária e do material biológico transportado.

Seção III

Destinatário

Art. 35. O destinatário deve garantir a abertura das embalagens em local apropriado e de modo seguro, de acordo com a classificação de risco do material biológico humano, bem como a manutenção da integridade deste material biológico de acordo com suas especificidades.

Art. 36. O destinatário deve conferir e registrar as condições de recebimento do material biológico, comunicando ao remetente a sua chegada e as não conformidades observadas.

Parágrafo único. Deve ser registrada a identificação do profissional responsável pelo recebimento da embalagem contendo o material biológico humano transportado.

Seção IV

Biossegurança

Art. 37. O transporte de material biológico humano deve obedecer às normas de biossegurança e de saúde do trabalhador, de forma a prevenir riscos de exposição direta dos profissionais envolvidos, dos transportadores, da população e do ambiente ao material biológico humano.

Art. 38. O pessoal envolvido no processo de transporte deve dispor de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), de acordo com o risco envolvido nas atividades de manipulação do material biológico.

Art. 39. O transportador deve realizar e manter registros atualizados do treinamento do pessoal envolvido no processo de transporte para a correta utilização dos equipamentos necessários em situações de emergência, acidente ou avaria.

Art. 40. Todo o pessoal envolvido no processo de transporte sob risco de exposição direta ao material biológico humano deve ser vacinado de acordo com as normas de saúde do trabalhador.

Parágrafo único. Para fins desta Resolução, considera-se profissional sob risco de exposição direta ao material biológico humano aquele que tenha entre suas atribuições a possibilidade de manipulação do conteúdo interno da carga transportada.

Art. 41. Em caso de acidente, avaria ou outro fato que exponha o transportador, a população ou ambiente ao risco do material biológico humano durante o trânsito, o transportador deve adotar as seguintes providências:

I- informar as autoridades locais competentes sobre o fato;

II- comunicar ao remetente e ao destinatário o ocorrido;

III - dar destino aos resíduos gerados de acordo com as informações fornecidas pelo remetente e demais medidas de proteção à população e ao meio ambiente, quando couber; e

IV- documentar, registrar e arquivar as medidas adotadas.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. A documentação relacionada ao envio, transporte e recebimento do material biológico humano deve ser arquivada por, no mínimo, 5 (cinco) anos ou de acordo com legislação específica para cada tipo de material biológico humano.

Art. 43. Além das disposições desta Resolução, o transporte de material biológico humano deverá ser realizado em conformidade com a legislação aplicável de outros órgãos e entidades, incluindo-se:

I- Ministério da Infraestrutura;

II - Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no caso de transporte terrestre;

III - Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), no caso de transporte aéreo; e

IV - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), no caso de transporte aquaviário.

Art. 44. Os novos transportadores de material biológico e aqueles que pretendam reiniciar suas atividades devem atender às exigências desta Resolução, a partir de sua vigência, previamente ao início seu funcionamento.

Art. 45. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 46. Os casos omissos ou excepcionais verificados na aplicação desta norma serão apreciados pela autoridade de vigilância sanitária competente nos termos da legislação vigente.

Art. 47. Ficam revogadas:

I - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 66, de 21 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2009;

II - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 20, de 10 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 11 de abril de 2014; e

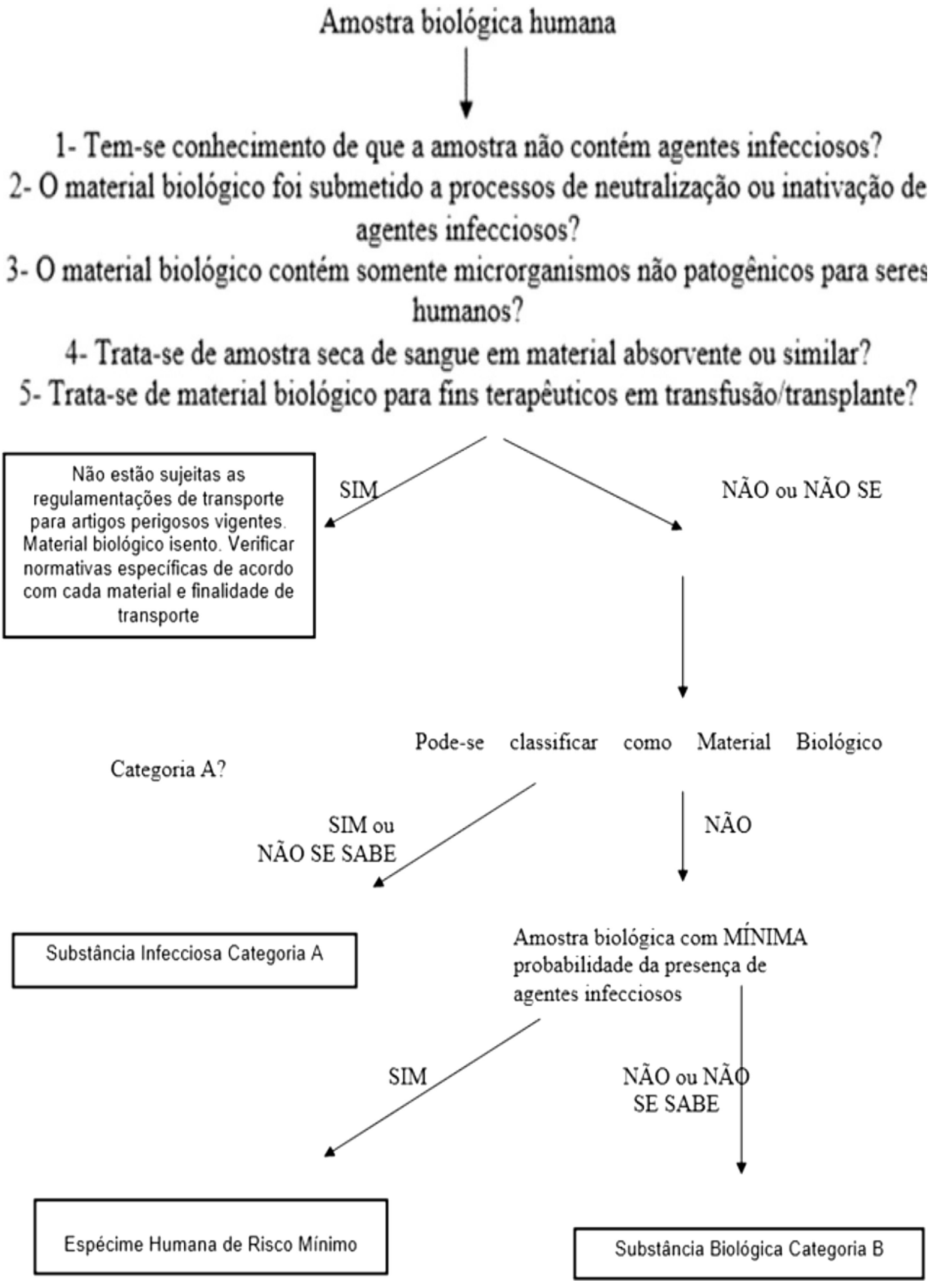
III - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 30, de 23 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 26 de maio de 2014.

Art. 48. Esta Resolução de Diretoria Colegiada entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO APLICADO AO TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO HUMANO



Adaptado:

1. OMS - Organização Mundial de Saúde - Guia sobre regulamentação relativa ao Transporte de Substâncias Infecciosas 2013 - 2014.

RESOLUÇÃO RDC Nº 505, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre o registro de produto de terapia avançada e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, inciso III, e 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivo

Art. 1º Esta Resolução tem por objetivo estabelecer requisitos mínimos para o registro de produto de terapia avançada, com vistas à comprovação de sua eficácia, segurança e qualidade para uso e comercialização no Brasil.

Seção II

Abrangência

Art. 2º Esta Resolução se aplica aos produtos de terapias avançadas a serem submetidos a análise para fins de concessão de registro pela Anvisa.

Parágrafo único. Para efeitos desta Resolução, os produtos de terapias avançadas passíveis de registro são:

I- os produtos de terapias celulares avançadas;

II- os produtos de terapias gênicas; e

III- os produtos de engenharia tecidual.

Art. 3º Esta Resolução não se aplica:

I - aos procedimentos com células progenitoras hematopoiéticas para fins de transplante convencional, conforme disposto na Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 508, de 27 de maio de 2021, ou suas atualizações;

II - aos procedimentos de coleta de células de um indivíduo e transplante, infusão ou implante do material resultante no mesmo individuo (uso autólogo), que atendam cumulativamente a todos os requisitos abaixo listados:

a) realizados durante o mesmo ato cirúrgico ou mesmo procedimento terapêutico;

b) com manipulação mínima; e

c) com o objetivo de desempenhar a mesma função.

III- aos procedimentos relacionados ao sangue e hemocomponentes para fins transfusionais, conforme disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 34, de 11 de junho de 2014, ou suas atualizações;

IV-aos procedimentos relacionados às células e aos tecidos germinativos para fins de reprodução humana assistida, conforme disposto na Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 23, de 27 de maio de 2011, ou suas atualizações;

V- aos procedimentos relacionados aos tecidos humanos para fins terapêuticos conforme disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 55, de 11 de dezembro de 2015, ou suas atualizações;

VI -aos produtos biológicos, conforme definição disposta na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 55, de 16 de dezembro de 2010, ou suas atualizações; e

VII -aos produtos médicos, conforme definição disposta na Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.

Seção III

Definições

Art. 4º Para efeitos desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - alternativa terapêutica: terapias, produtos ou medicamentos indicados para o mesmo objetivo e efeito terapêutico ou clínico;

II - condição séria debilitante: doença ou condição associada a morbidade irreversível ou a alta probabilidade de morte, a menos que o curso da doença seja interrompido;

III - componente ativo: células, sequência de ácido nucleico ou substâncias que desempenham efeito necessário à atividade terapêutica pretendida, utilizado na produção do produto de terapia avançada;

IV - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio): instância colegiada multidisciplinar de caráter consultivo e deliberativo, para prestar apoio técnico e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e seus derivados, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e de pareceres técnicos referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados (construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte), com base na avaliação de seu risco zoofitossanitário, à saúde humana e ao meio ambiente;

V- dados e provas adicionais comprobatórias de eficácia clínica: evidências baseadas em ensaios clínicos controlados, estabelecendo que o produto tenha um efeito nos desfechos clínicos e substitutivos com possibilidade razoável de prever benefício;

VI- documentação técnico-científica: documentação baseada em referências bibliográficas, publicação científica indexada, brasileira ou internacional;

VII - doenças emergentes ou reemergentes: novas condições do estado de saúde, geralmente de origem infecciosa, ou condições já conhecidas que adquiram ou readquiram significância epidemiológica em saúde pública;

VIII- doenças negligenciadas: doenças que não apresentam atrativos econômicos para o desenvolvimento de produtos ou medicamentos, ou por atingir população predominantemente de países em desenvolvimento;

IX- doença rara: aquela que afeta até sessenta e cinco pessoas em cada cem mil indivíduos, conforme definido pela Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, com base em dados oficiais nacionais ou internacionais, quando inexistentes, em dados publicados em documentação técnico-científica;

X - emergência em saúde pública: situação que demande o emprego urgente de medidas de prevenção, de controle e de contenção de riscos, de danos e de agravos à saúde pública em situações que podem ser epidemiológicas (surtos e epidemias), de desastres, ou de desassistência à população;

XI - embalagem interna ou primária: embalagem que está em contato direto com o produto de terapia avançada final, constituindo recipiente, envoltório ou qualquer outra forma de proteção, removível ou não, que se destina a envasar, manter, cobrir ou empacotar;

XII - excipiente: qualquer componente do produto final, adicionado intencionalmente a sua formulação, que não seja o componente ativo, as impurezas e o material da embalagem;

XIII - impureza: qualquer componente presente no produto de terapia avançada final e que não seja um excipiente ou componente ativo;

XIV - manipulação mínima: processamento das células ou tecidos que não altera de forma significativa as suas características biológicas, dentre as quais se incluem estado de diferenciação e ativação, o potencial de proliferação e a atividade metabólica. São considerados manipulação mínima os atos de cortar, separar, centrifugar, imergir ou preservar em soluções antibióticas, concentrar, purificar, filtrar, liofilizar, irradiar, congelar, criopreservar ou vitrificar, entre outros que atenderem à definição apresentada;

XV - manipulação extensa: processamento da células e tecidos que altera qualquer de suas características biológicas, dentre as quais se incluem estado de diferenciação e ativação, potencial de proliferação e atividade metabólica. É todo processamento de células e tecidos que não configura manipulação mínima. Todo tipo de cultivo celular é considerado manipulação extensa;

XVI - material de partida: material utilizado na produção do produto de terapia avançada e que faça parte do produto final, incluindo os de origem biológica e não biológica, tais como células ou tecidos retirados de um doador, suportes e matrizes ou biomateriais combinados com células manipuladas;

XVII - matéria-prima: qualquer substância, seja ela ativa ou inativa, utilizada na produção do componente ativo e que não se destina a ser parte integrante do produto final, tais como meios de cultura, fatores de crescimento, células acessórias e ácidos nucleicos;

XVIII - produtos de terapia avançada: categorial especial de medicamentos novos que compreende o produto de terapia celular avançada, o produto de engenharia tecidual e o produto de terapia gênica;

XIX - produto de terapia avançada classe I: produto de terapia celular avançada submetido a manipulação mínima e que desempenha no receptor função distinta da desempenhada no doador;

XX - produto de terapia avançada classe II: produto de terapia celular avançada submetido a manipulação extensa, produto de engenharia tecidual e produto de terapia gênica;

XXI - produto de engenharia tecidual: produto biológico constituído por células humanas organizadas em tecidos ou órgãos que apresenta propriedades que permitam regenerar, reconstituir ou substituir um tecido ou órgão humano, na presença ou não de suporte estrutural constituído por material biológico ou biocompatível, sendo que (a) tenha sido submetido a manipulação extensa; e/ou (b) desempenhe no receptor função distinta da desempenhada no doador;

XXII - produto de terapia celular avançada: produto biológico constituído por células humanas ou seus derivados não quimicamente definidos, que possui a finalidade de obter propriedades terapêuticas, preventivas ou de diagnóstico, por meio de seu modo de ação principal de natureza metabólica, farmacológica e/ou imunológica, para uso autólogo ou alogênico em humanos, sendo que (a) tenha sido submetido a manipulação extensa; e/ou (b) desempenhe no receptor função distinta da desempenhada no doador;

XXIII - produto de terapia gênica: produto biológico cujo componente ativo contenha ou consista em ácido nucleico recombinante, podendo ter o objetivo de regular, reparar, substituir, adicionar ou deletar uma sequência genética e/ou modificar a expressão de um gene, com vistas a resultado terapêutico, preventivo ou de diagnóstico; e

XXIV - produto de terapia avançada final: consiste no produto terminado em sua embalagem primária que tenha completado todas as fases de produção.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Os pedidos de registro de produto de terapia avançada serão analisados de acordo com os requisitos estabelecidos nesta Resolução e na legislação sanitária vigente.

Art. 6º No ato do protocolo do pedido de registro, o requerente, pessoa jurídica, deve comprovar o pagamento da taxa de fiscalização sanitária correspondente e informar se a petição se refere a:

I - registro de produto de terapia avançada classe I, conforme disposto nos Capítulos III e IV desta Resolução;

II - registro de produto de terapia avançada classe II, conforme disposto nos Capítulos III e V desta Resolução; e

III - registro para produto de terapia avançada classe I ou II, que necessite de dados e provas adicionais comprobatórias de eficácia clínica, conforme disposto no Capítulo VI desta Resolução.

Art. 7º É facultado ao requerente dos pedidos de registro de que trata esta Resolução instruir o correspondente dossiê de registro conforme o formato Common Technical Document (CTD), previsto no guia M4 do International Conference on Harmonization (ICH).

Art. 8º Todas as empresas envolvidas na fabricação de um produto de terapia avançada devem cumprir com as Boas Práticas de Fabricação, conforme disposto na Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 508, de 27 de maio de 2021, ou suas atualizações.

Art. 9º O detentor de registro de produto de terapia avançada caducado ou cancelado por motivos não afetos a falhas de segurança e eficácia pode submeter novo pedido de registro relativo ao mesmo produto com base em análise de documentação simplificada.

Parágrafo único. Para os casos não contemplados no caput do artigo, o detentor do registro deve reiniciar os procedimentos para obter o registro do produto, conforme disposto nesta Resolução.

Art. 10. Todas as indicações terapêuticas solicitadas na petição de registro para produto de terapia avançada devem estar documentalmente demonstradas nos relatórios dos estudos clínicos e não clínicos que instruem o dossiê, observado o disposto nesta Resolução.

§1º Todos os ensaios clínicos conduzidos no Brasil, com produto de terapia avançada, necessitam de autorização prévia da Anvisa, conforme disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 506, de 27 de maio de 2021, ou suas atualizações.

§2º O requerente de registro de produto de terapia avançada que queira utilizar informações de ensaios clínicos realizados no Brasil antes da publicação da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 506, de 27 de maio de 2021, deve comprovar o cumprimento dos requisitos técnicos exigidos pela Resolução, bem como o cumprimento das Boas Práticas Clínicas.

Art. 11. A Anvisa pode, a qualquer momento, mediante justificativa e fundamentação técnica, exigir provas adicionais de identidade e qualidade dos componentes do produto de terapia avançada, ou requerer novos estudos para comprovação de eficácia e segurança clínicas, caso ocorram fatos que ensejem avaliações complementares, mesmo após a concessão do registro.

Art.12 Nenhum produto de terapia avançada que envolva OGM pode ser disponibilizado para uso ou consumo no País sem o posicionamento oficial da CTNBio, conforme disposto pela Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, ou suas atualizações.

Art. 13. Não é passível de registro o produto de terapia avançada produzido de forma não rotineira, para paciente específico, em condição de risco de vida iminente, para tratamento de doenças sem alternativa terapêutica disponível no País, sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

§1º A utilização prevista no caput deste artigo deve ser analisada e aprovada pelo profissional que assiste o paciente e para cada indicação e deve ser previamente comunicada ou autorizada pela Anvisa, conforme disposto no Capítulo VII desta Resolução.

§2º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos pacientes que participam dos programas de acesso expandido, de uso compassivo e de fornecimento pós-estudo, devendo seguir, no que for aplicável ao acesso a medicamentos, ao disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 38, de 12 de agosto de 2013, ou suas atualizações.

CAPÍTULO III

REGISTRO DO PRODUTO DE TERAPIA AVANÇADA

Art. 14. No ato do protocolo de pedido de registro de produto de terapia avançada, caberá ao requerente apresentar os seguintes documentos:

I - formulários de petição de registro, devidamente preenchidos;

II - via original do comprovante de pagamento da taxa de fiscalização de vigilância sanitária, ou comprovante de isenção, quando for o caso;

III - cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela autoridade sanitária competente do país onde se localizam as empresas que realizam as operações envolvidas na fabricação do componente ativo e do produto de terapia avançada final, quando couber;

IV - relatório de análise emitido por autoridades sanitárias competentes pelo registro do produto de terapia avançada em outros países, quando couber;

V - cópia do modelo de bula aprovada pela autoridade sanitária competente do país de fabricação do produto, quando couber;

VI - modelo de bula a ser empregada no Brasil e os modelos de embalagens primária e secundária;

VII - dados de monitoramento pós-registro atualizados, obtidos de estudos clínicos e não clínicos, bem como da comercialização do produto em outros países, quando aplicável, assim como proposta de Plano de Gerenciamento de Riscos para o produto em questão; e

VIII- Relatório técnico com as seguintes informações:

a) resumo das características gerais do produto;

b) resumo com informação sobre o mecanismo de ação e o uso clínico do produto de terapia avançada;

c) resumo das informações de produção, de forma a destacar os parâmetros críticos de qualidade do produto;

d) resumo e análise crítica dos aspectos não-clínicos do produto; e

e) resumo e análise crítica dos aspectos clínicos do produto.

CAPÍTULO IV

REGISTRO SIMPLIFICADO DE PRODUTO DE TERAPIA AVANÇADA CLASSE I

Art. 15. Além do disposto no Capítulo III desta Resolução, o requerente de pedido de registro simplificado, aplicável a produtos de terapia avançada classe I, deve apresentar à Anvisa relatório completo de todos os estudos não-clínicos e clínicos realizados com o produto.

Art. 16. Os princípios subjacentes ao desenvolvimento não clínico do produto e aos critérios utilizados para selecionar espécies e modelos relevantes in vitro e in vivo devem ser analisados e fundamentados na análise crítica dos dados não-clínicos do produto.

Art. 17. O relatório dos estudos não-clínicos com produto de terapia avançada classe I deve conter:

I - estudos necessários à comprovação do efeito terapêutico pretendido e dose eficaz, em função do tipo de produto e da frequência de administração;

II- estudos sobre a interação do produto com os demais tecidos, com avaliação quanto aos potenciais efeitos secundários;

III- estudos que visem a determinar parâmetros de viabilidade, vida útil, distribuição, metabolismo e excreção do produto de terapia avançada;

IV- estudos de toxicidade do produto, incluindo o componente celular, excipientes e eventuais impurezas relacionadas ao processo;

V- estudos para determinar efeitos imunogênicos potenciais; e

VI- estudos sobre o potencial tumorigênico do produto.

Parágrafo único. No caso de não realização de qualquer dos estudos listados neste artigo, o requerente do pedido de registro deverá apresentar justificativa, mediante abordagem baseada em gerenciamento de risco e evidência científica, considerando o tipo de produto de terapia avançada implicado.

Art. 18. O relatório dos estudos clínicos com produto de terapia avançada deve conter:

I - estudos de segurança, que abordem aspectos relacionados à biodistribuição e enxertia, vida- útil, enxerto ectópico, transformação oncogenética e estabilidade da linhagem celular; e

II - estudos de eficácia clínica.

§ 1º A estratégia utilizada, nos estudos clínicos, para avaliar a eficácia de longo prazo do produto de terapia avançada deve ser apresentada à Anvisa pelo requerente do pedido de registro.

§ 2º No caso de não realização de qualquer dos estudos listados neste artigo, o requerente do pedido de registro deverá apresentar justificativa, mediante abordagem baseada em gerenciamento de risco e evidência científica, considerando o tipo de produto de terapia avançada implicado.

Art. 19. Após o recebimento da documentação que instrui pedido de registro simplificado de produto de terapia avançada classe I, a Anvisa tem os seguintes prazos para se manifestar quanto ao pleito, segundo disposto no art. 17-A da Lei nº 6.360, de 1976 e suas atualizações:

I- 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para requerimentos enquadrados na categoria ordinária; e

II- 120 (cento e vinte) dias para requerimentos enquadrados na categoria prioritária.

§1º A exigência formulada pela Anvisa suspende a contagem do prazo determinado no caput do artigo até que sejam atendidas.

§2º Os prazos mencionados no caput deste artigo podem ser prorrogados por até um terço do prazo original, uma única vez, mediante decisão fundamentada da Anvisa expedida em, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis antes do término prazo original.

Art. 20. Será classificada como prioritária a petição de registro de produto de terapia avançada classe I, enquadrado em um ou mais dos seguintes critérios:

I- ser utilizado para doença rara, negligenciada, emergente ou reemergente, para emergências em saúde pública ou em condições sérias debilitantes e nas situações em que não houver alternativa terapêutica disponível;

II - ter nova indicação terapêutica ou ampliação de uso destinado à população pediátrica; e

III- ter tido a condução de ensaios clínicos fase I ou II em território nacional.

Parágrafo único. O enquadramento em categoria prioritária deve ser efetuado no ato de protocolo da petição de registro, cabendo à empresa anexar documentos que fundamentem o indicativo de enquadramento nos critérios previstos no caput deste artigo.

Art. 21. O registro de produto de terapia avançada classe I tem validade de 5 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante avaliação de benefício-risco e demais exigências sanitárias vigentes.

Parágrafo único. Após a primeira renovação, o registro concedido tem validade de 10 (dez) anos.

CAPÍTULO V

REGISTRO DE PRODUTO DE TERAPIA AVANÇADAS CLASSE II

Art. 22. Além do disposto no Capítulo III desta Resolução, o requerente de pedido de registro de produto de terapia avançada classe II deve apresentar dossiê de qualidade e relatório completo de todos os estudos não-clínicos e clínicos realizados com o produto.

Art 23. O dossiê de qualidade do produto de terapia avançada classe II deve conter:

I- Informações sobre o material de partida, matéria-prima e excipientes:

a) relação de todos os materiais de partida utilizados para a produção do produto de terapia avançada, incluindo, no caso de produto de terapia gênica, os materiais necessários à produção de vetores e à manipulação genética das células;

b) dados sobre a modificação genética, análise da sequência, atenuação da virulência, tropismo para certos tipos de tecidos ou células e dependência do ciclo celular, em caso de micro-organismos ou vírus;

c) relação das matérias-primas utilizadas na produção do produto de terapia avançada, incluindo o nome do material, fabricante e quantidade utilizada no processo, além das recomendações da farmacopeia ou especificações dos materiais ou tecnologias próprias (in house), incluindo a documentação sobre os controles de qualidade utilizados;

d) informações sobre a seleção do doador de material de partida e matéria-prima de origem humana, incluindo triagem clínica e social, avaliação física, triagem laboratorial e demais avaliações pertinentes, conforme disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 508, de 27 de maio de 2021, ou suas atualizações;

e) documentação referente ao controle de transmissibilidade de encefalopatias espongiformes (EET), conforme determinações das Resoluções de Diretoria Colegiada - RDC nº 508, de 27 de maio de 2021 e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 305, de 14 de novembro de 2002, ou suas atualizações;

f) especificação dos excipientes e descrição de suas propriedades físico-químicas, microbiológicas e demais controles de qualidade, além da descrição de suas possíveis interações químicas com o componente ativo;

g) informações sobre suportes, matrizes e dispositivos utilizados, incluindo os testes realizados para avaliação de segurança, biocompatibilidade e durabilidade, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001 e Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 56, de 6 de abril de 2001, ou suas atualizações.

II- Informações sobre o componente ativo e o produto de terapia avançada final:

a) caracterização do componente ativo, incluindo, quando couber, sua identidade, quantidade, pureza, viabilidade, potência, estabilidade genética e esterilidade;

b) descrição das metodologias analíticas para a caracterização do componente ativo;

c) descrição geral do produto de terapia avançada final, contendo, quando couber, informações sobre a composição e a caracterização, incluindo identidade, quantidade, pureza, viabilidade, potência, estabilidade genética e esterilidade;

d) informação qualitativa e, sempre que possível, quantitativa, sobre as impurezas relacionadas com o processo e o produto, devendo o grau de determinação das impurezas ser fundamentado.

III- informações sobre as etapas de fabricação do produto de terapia avançada:

a) descrição detalhada de todas as etapas de fabricação do produto de terapia avançada, incluindo as etapas de seleção da população celular de interesse, cultura de células, transformação por agentes físico-químicos e/ou biológicos;

b) descrição detalhada de todas as etapas de produção dos vetores, quando couber;

c) descrição detalhada de todas as etapas de produção dos excipientes, quando couber;

d) relatório de validação das etapas críticas do processo, de forma a assegurar a uniformidade dos lotes e do processo e a integridade funcional das células durante todas as etapas de fabricação;

e) mecanismos de identificação e segurança que garantam a rastreabilidade do produto.

IV- protocolo e relatório dos estudos de estabilidade realizados;

V- estudos adicionais de comparabilidade podem ser exigidos, considerando possíveis alterações no processo de fabricação do produto de terapia avançada, e

VI - descrição dos cuidados de armazenamento do produto de terapia avançada final.

Parágrafo único. Caso ensaios previstos no inciso II deste artigo não possam ser realizados no produto final, mas apenas em produto intermediário e/ou como controles em processo, ou não sejam considerados aplicáveis ao produto em questão e, portanto, passíveis de desobrigação quanto à sua realização, tais fatos devem ser devidamente justificados e fundamentados tecnicamente pelo requerente.

Art. 24. Os princípios subjacentes ao desenvolvimento não clínico do produto e aos critérios utilizados para selecionar espécies e modelos relevantes in vitro e in vivo devem ser analisados e fundamentados na análise crítica dos dados não-clínicos.

Art. 25. O relatório completo dos estudos não-clínicos com produto de terapia avançada classe II deve conter:

I - estudos necessários à comprovação do efeito terapêutico pretendido e dose eficaz, em função do tipo de produto e da frequência de administração;

II - estudos sobre a interação do produto com os demais tecidos, com avaliação quanto a potenciais efeitos secundários;

III - estudos que visem a determinar parâmetros de viabilidade, vida útil, distribuição, metabolismo e excreção dos produtos de terapia avançada;

IV - estudos de biodistribuição de produto de terapia gênica devem abordar o risco de transmissão na linhagem germinativa;

V - estudos de toxicidade do produto, incluindo o componente celular, excipientes e eventuais impurezas relacionadas ao processo. No caso de produto de terapia gênica, devem ser apresentados estudos de integração do produto ao genoma da célula;

VI - estudos para determinar efeitos imunogênicos potenciais; e

VII - estudos sobre o potencial tumorigênico do produto de terapia avançada.

§1º Os estudos previstos no inciso V deste artigo não se aplicam para o caso de produto de terapia gênica, no qual devem ser apresentados estudos de integração do produto ao genoma da célula.

§2º No caso de não realização de qualquer dos estudos listados neste artigo, o requerente do pedido de registro deverá apresentar justificativa, mediante abordagem baseada em gerenciamento de risco e evidência científica, considerado o tipo de produto de terapia avançada implicado.

Art. 26. O relatório completo de estudos clínicos com produto de terapia avançada classe II deve conter:

I - estudos que abordem aspectos relacionados à biodistribuição e enxertia, vida-útil, enxerto ectópico, transformação oncogenética e estabilidade da linhagem celular, e, no caso de produto de terapia gênica, estudos adicionais de excreção e alteração da sequência genômica; e

II - estudos de eficácia clínica.

§ 1º A estratégia utilizada nos estudos clínicos para avaliar a eficácia de longo prazo do produto de terapia avançada deve ser apresentada à Anvisa pelo requerente do pedido de registro.

§ 2º No caso de não realização de qualquer dos estudos listados neste artigo, o requerente do pedido de registro deverá apresentar justificativa, mediante abordagem baseada em gerenciamento de risco e evidência científica, considerado o tipo de produto de terapia avançada implicado.

Art. 27. Após o recebimento da documentação que instrui o pedido de registro simplificado de produto de terapia avançada classe II, a Anvisa tem os seguintes prazos para se manifestar quanto ao pleito, segundo disposto no art. 17-A da Lei nº 6.360, de 1976 e suas atualizações:

I- 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para requerimentos enquadrados na categoria ordinária; e

II- 120 (cento e vinte) dias para requerimentos enquadrados na categoria prioritária.

§1º A exigência formulada pela Anvisa suspende a contagem do prazo determinado no caput do artigo até que sejam atendidas.

§2º Os prazos mencionados no caput deste artigo podem ser prorrogados por até um terço do prazo original, uma única vez, mediante decisão fundamentada da Anvisa expedida em, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis antes do término do prazo original.

Art. 28. Será classificada como prioritária a petição de registro de produto de terapia avançada classe II enquadrado em um ou mais dos seguintes critérios:

I- ser utilizado para doença rara, negligenciada, emergente ou reemergente, para emergências em saúde pública ou em condições sérias debilitantes e nas situações em que não houver alternativa terapêutica disponível;

II - ter nova indicação terapêutica ou ampliação de uso destinados à população pediátrica; e

III- ter tido a condução de ensaios clínicos fase I ou II em território nacional.

Parágrafo único. O enquadramento em categoria prioritária deve ser efetuado no ato de protocolo da petição de registro, cabendo à empresa anexar documentos que fundamentem o indicativo de enquadramento nos critérios previstos no caput deste artigo.

Art. 29. O registro de produto de terapia avançada classe II tem validade de 5 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante avaliação de benefício-risco e demais exigências sanitárias vigentes.

Parágrafo único. Após a segunda renovação, o registro concedido tem validade de 10 (dez) anos.

CAPÍTULO VI

REQUISITOS PARA REGISTRO DE PRODUTO DE TERAPIA AVANÇADA QUE NECESSITE DE DADOS E PROVAS ADICIONAIS COMPROBATÓRIAS DE EFICÁCIA CLÍNICA

Art. 30. A título excepcional, a Anvisa pode conceder registro de produto de terapia avançada que necessite de dados e provas adicionais comprobatórias de eficácia clínica desde que o produto do requerente cumpra todos os requisitos a seguir:

I - ser utilizado em condição grave debilitante, ou em doenças raras debilitantes, ou em situações de risco de vida ou em emergências de saúde pública;

II - ser utilizado em situações de inexistência de terapia, produto ou medicamento alternativo comparável para aquele estágio da doença ou que ofereça maior vantagem terapêutica quando comparado ao existente no mercado; e

III- que o balanço benefício-risco da disponibilidade imediata do produto supere o fato de ainda serem necessários dados adicionais comprobatórios de sua eficácia clínica.

Art. 31. No ato de protocolo de pedido de registro de produto de terapia avançada classes I ou II, que necessite de dados e provas adicionais comprobatórias de eficácia clínica, o requerente deve apresentar as seguintes informações:

I - para produto de terapia avançada classe I, a documentação disposta no Capítulo III e Capítulo IV, art. 18 desta Resolução;

II - para produto de terapia avançada classe II, a documentação disposta no Capítulo III e Capítulo V, arts. 24, 25 e 26 desta Resolução;

III - relatório dos estudos clínicos já realizados com o produto, bem como os respectivos cronogramas de finalização;

IV - descrição da doença para a qual o produto será indicado; e

V - comprovação da relevância do produto para tratamento, diagnóstico ou prevenção da doença, de acordo com os critérios definidos no art. 30.

§1º Caso o enquadramento do produto para registro de que trata o art. 30 desta Resolução não seja confirmado pela análise técnica da Anvisa, a respectiva petição de registro será indeferida.

§2º A Anvisa tem o prazo de 120 (cento e vinte) dias para se manifestar quanto ao pleito.

Art. 32. O registro de que trata o art. 30 desta Resolução somente poderá ser concedido mediante a assinatura de Termo de Compromisso, conforme modelo constante no anexo da presente Resolução de Diretoria Colegiada (RDC), e que verse, no mínimo, sobre as seguintes obrigações:

I - o requerente deverá apresentar, no prazo acordado com as autoridades competentes na Anvisa, cronograma claro e completo de estudos clínicos a serem realizados, cujos resultados subsidiarão as reavaliações da relação benefício-risco do produto de terapia avançada; e

II - as bulas, as embalagens e quaisquer outras informações devem destacar que o produto está autorizado ao uso clínico, sob condições de monitoramento e produção de dados e provas adicionais comprobatórias de eficácia clínica.

Parágrafo único. As condições impostas ao detentor de registro de produto de terapia avançada, por meio de Termo de Compromisso, serão informadas ao público, juntamente com os prazos e datas para sua execução, por meio do Portal da Anvisa na internet.

Art. 33. O registro de produto de terapia avançada classe I ou II, que necessita de dados e provas adicionais comprobatórias de eficácia clínica tem validade de 5 (cinco) anos, devendo ser monitorado, anualmente, mediante relatório de avaliação do cumprimento do Termo de Compromisso implicado.

§1º O detentor do registro deve submeter o relatório disposto no caput do artigo em até 60 (sessenta) dias, tendo como referência de anualidade a data de assinatura do Termo de Compromisso.

§ 2º A Anvisa tem 45 (quarenta e cinco) dias, contados do peticionamento do relatório, pelo detentor do registro, para a análise das informações de que trata este artigo e emissão de posicionamento quanto à continuidade da vigência do registro.

§ 3º As razões para o eventual não cumprimento das obrigações previstas no Termo de Compromisso e para a solicitação de dilação de prazo para o fornecimento de informações à Anvisa devem ser apresentadas no relatório mencionado no caput, mediante fundamentação detalhada.

§4º Após o período de 5 (cinco) anos de vigência do registro dos produtos que tratam o caput deste artigo, mediante os resultados do monitoramento de dados e provas adicionais comprobatórias de eficácia clínica produzidos, bem como com a avaliação de benefício-risco e demais exigências sanitárias vigentes, o registro pode ser renovado por mais 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Após a segunda renovação, o registro concedido tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 34. O descumprimento de condições, obrigações e prazos previstos nos Termos de Compromisso de que trata esta Resolução suscitará o cancelamento do registro concedido, sem prejuízo de outras sanções civis, penais e administrativas cabíveis.

CAPÍTULO VII

CRITÉRIOS PARA A COMUNICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE PRODUTO DE TERAPIA AVANÇADA NÃO PASSÍVEL DE REGISTRO

Art. 35. O produto de terapia avançada não passível de registro, conforme disposto no art. 13 desta Resolução, está sujeito ao regime de comunicação ou de autorização prévia.

§1º A comunicação prévia prevista no caput deste artigo se aplica ao produto de terapia celular avançada e ao produto de engenharia tecidual, devendo ser realizada por profissional habilitado responsável pelo paciente, previamente ao seu uso.

§2º A autorização prévia de que trata o caput deste artigo se aplica exclusivamente ao produto de terapia gênica.

Art. 36. A utilização do produto de terapia avançada sujeito ao regime de comunicação não necessita de autorização prévia da Anvisa, permanecendo sujeito às demais aprovações éticas cabíveis.

Art. 37. A produção de produto de terapia avançada não passível de registro deve cumprir integralmente com o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 508, de 27 de maio de 2021, ou suas atualizações.

Art. 38. É vedada a comercialização dos produtos de terapia avançada não passível de registro.

Art. 39. A Anvisa irá divulgar anualmente, em seu Portal na internet, lista atualizada com informações sobre os produtos de terapias avançadas não passíveis de registro comunicados ou autorizados.

Art. 40. A comunicação e autorização prévia de produto de terapia avançada não passível de registro deve ser composta pelas seguintes informações:

I - formulário de petição preenchido e assinado pelo profissional que assiste o paciente;

II - documentação que contenha o racional de uso e, quando couber, a experiência clínica prévia com o produto;

III- documentação que assegure o cumprimento das Boas Práticas de Fabricação para todas as empresas envolvidas nas operações de fabricação do componente ativo e do produto de terapia avançada final; e

IV - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelo paciente ou seu responsável legal.

Art. 41. A Anvisa irá emitir posicionamento sobre o pleito para a autorização prévia de produto de terapia gênica em 30 (trinta) dias após o recebimento da documentação solicitada pelo art. 40.

Parágrafo único. Caso a Anvisa não se manifeste sobre o pleito em prazo disposto no caput do artigo, o produto poderá ser administrado no paciente.

Art. 42. O responsável por produto de terapia avançada não passível de registro deve enviar à Anvisa, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da sua administração, relatório de acompanhamento terapêutico de cada paciente.

Parágrafo único. Prazos diferentes podem ser estabelecidos, a depender do produto e da indicação proposta.

Art. 43. A Anvisa pode suspender ou proibir a utilização de produto de terapia avançada sujeito a comunicação e autorização prévia caso não verificadas as condições descritas no art. 13 e no Capítulo VII desta Resolução.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44. No ato da concessão do registro de produto de terapia avançada, serão divulgadas informações no Portal da Anvisa na internet, com as bases técnicas para a aprovação do produto e emissão da "Parecer Público de Avaliação do Produto de Terapia Avançada", após a ocultação de qualquer informação de natureza comercial ou confidencial.

Parágrafo único. As informações de que trata o caput deste artigo devem incluir resumo sobre as características, o modo de ação, as indicações terapêuticas e as condições de utilização do produto, escrito de forma acessível ao público leigo.

Art. 45. O registro do produto de terapia avançada somente será concedido após a publicação de Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE), em caso de produção nacional do Certificado de Boas Práticas de Fabricação para todas as empresas envolvidas nas operações de fabricação do componente ativo e do produto de terapia avançada final.

Parágrafo único. A Anvisa pode considerar a concessão do registro de produto de terapia avançada que tenha a cadeia fabril certificada por autoridade sanitária internacional oficialmente reconhecida, mediante avaliação de relatório de inspeção e outras documentações relacionadas vigentes a serem enviadas pelo requerente do registro.

Art. 46. A empresa requerente de registro de produto de terapia avançada pode contatar a área técnica da Anvisa responsável para discutir aspectos relacionados ao produto, antes da submissão da documentação de registro, devendo utilizar os mecanismos disponíveis na Agência para esse fim.

Art. 47. Os requisitos para importação e exportação de produto de terapia avançada registrado serão definidos por meio de regulamentação específica.

Art. 48. A Anvisa pode solicitar, quando necessário, análise do produto de terapia avançada a laboratório oficial ou a um laboratório designado para tal.

Art. 49. O descumprimento das disposições dispostas nesta Resolução, bem como o fornecimento de dados e informações falsas, incorretas e que não correspondam a realidade dos fatos, constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 50. Casos omissos ou complementares serão dirimidos à luz de demais normas nacionais e diretrizes internacionais relacionadas ao tema de que trata essa Resolução, bem como aquelas aplicáveis à regulação de medicamentos e produtos para saúde.

Art. 51. Ficam revogadas:

I - a Resolução de Diretoria colegiada - RDC nº 338, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2020; e

II - a Resolução de Diretoria colegiada - RDC nº 363, de 1º de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2020, Edição Extra.

Art. 52. Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO PARA COMPLEMENTAÇÃO DE DADOS E PROVAS ADICIONAIS COMPROBATÓRIAS DE EFICÁCIA CLÍNICA PARA REGISTRO DE PRODUTO DE TERAPIA AVANÇADA CLASSE I OU II

Eu,_____, abaixo assinado(a), portador de documento de identidade RG e inscrito(a) no CPF sob nº_____, em plenos poderes do cargo de Responsável Legal do estabelecimento _____, inscrito no CNPJ sob o nº_____, COMPROMETO-ME, dentro do CRONOGRAMA de que trata o Anexo deste Termo de Compromisso, a apresentar os dados e provas adicionais requisitados pela Anvisa por meio do Ofício _____, com fins de complementação aos dados de eficácia que instruem o pedido de REGISTRO do produto de terapia avançada (CLASSE I OU CLASSE II)_____, processo_____, relativamente às seguintes indicações terapêutica:

1) _____;

2) _____

DECLARO, observado o disposto no art. 32 da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) X, de X de XXX de 2021, que dispõe sobre o registro de produtos de terapia avançada, e dá outras providências, que os dados e provas adicionais requisitados pela Anvisa, por meio do Ofício de que trata este Termo de Compromisso, não se encontram atualmente disponíveis e que todos os dados e provas relativos à segurança , à eficácia e à qualidade do produto ora em poder ou do conhecimento da empresa foram adequadamente transmitidos à Agência.

DECLARO, ainda, que todos os dados e provas apresentados até o presente momento ao corpo técnico da Anvisa são verdadeiros e adequadamente interpretados para os fins a que se destinam, resultando técnica e estatisticamente corretas as inferências e conclusões que reputam segurança e eficácia ao produto em questão.

COMPROMETO-ME, outrossim, a apresentar relatório de avaliação do cumprimento do Termo de Compromisso anual dentro dos prazos estipulados pelo corpo técnico da Agência.

COMPROMETO-ME, por fim, a cumprir as obrigações de que trata este Termo de Compromisso, em consonância com o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) X, de X de XXX de 2021, que dispõe sobre o registro de produtos de terapia avançada, e dá outras providências, e demais atos normativos aplicáveis, observado o princípio da boa-fé e o interesse da saúde pública no País, ASSUMINDO, inclusive, o compromisso de comunicar imediatamente à Anvisa intercorrências que possam vir a prejudicar ou impedir o cumprimento do aqui disposto e previsto.

DECLARO-ME ciente de que o descumprimento de condições, obrigações e prazos previstos neste Termo de Compromisso suscitará o imediato cancelamento do registro implicado, sem prejuízo de outras sanções civis, penais e administrativas cabíveis.

DECLARO-ME, ainda, ciente das incertezas clínicas e consequente insegurança jurídica que possam decorrer de registro de produto de terapia avançada classe I ou II com necessidade de dados e provas adicionais comprobatórias de eficácia clínica, de sorte que DECLARO, outrossim, estar ciente dos eventuais riscos e responsabilidades civis e criminais assumidos, caso o produto de terapia avançada em questão se revele, quando exposto ao uso clínico de vida real, inseguro ou ineficaz, notadamente em caso de lesão corporal grave, debilidade permanente ou morte de paciente.

E por ser a expressão da verdade, ASSINO o presente, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

_____, ____ de _____ de _____.

_____

Nome:

Cargo:

CPF:

MODELO DE CRONOGRAMA DETALHADO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E COMPLEMENTAÇÃO DE DADOS E PROVAS ADICIONAIS COMPROBATÓRIAS DE EFICÁCIA CLÍNICA PARA REGISTRO DE PRODUTO DE TERAPIA AVANÇADA CLASSE I OU II

Ordem de Realização	Descrição do item Conforme Ofício enviado pela Anvisa	Data em que o item estará disponível na empresa	Data do Cumprimento em Ato Único para a Anvisa
1. 1.			
1. 1.			
1. 1.			
1. 1.			
1. 1.			
1. 1.			

RESOLUÇÃO RDC Nº 506, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as regras para a realização de ensaios clínicos com produto de terapia avançada investigacional no Brasil, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, inciso III, e 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇOES INICIAIS

Seção I

Objetivo e Abrangência

Art. 1º Esta Resolução define os procedimentos e os requisitos regulatórios para a realização de ensaios clínicos com produto de terapia avançada investigacional no Brasil.

Art. 2º Esta Resolução se aplica aos ensaios clínicos com produto de terapia avançada investigacional, que serão desenvolvidos no Brasil, para fins de comprovação de segurança, eficácia ou de eficácia e segurança.

Parágrafo único. O registro e pós-registro de produtos de terapias avançadas deve seguir o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 505, de 27 de maio de 2021, ou suas atualizações.

Art. 3º Esta Resolução não se aplica a:

I - ensaios clínicos com os medicamentos de que trata a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 9, de 20 de fevereiro de 2015, ou suas atualizações; e

II - ensaios clínicos com dispositivos médicos de que trata a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 10, de 20 de fevereiro de 2015, ou suas atualizações.

Seção II

Definições

Art. 4º Para efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I - Auditoria: análise sistemática e independente das atividades e documentos relativos ao ensaio clínico, com vistas a determinar se as atividades avaliadas foram adequadamente desempenhadas e os dados registrados, analisados e relatados com precisão, ao cumprir o protocolo, os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) do patrocinador, as boas práticas clínicas (BPC) e as exigências regulatórias aplicáveis;

II - Boas Práticas em Células: parte da garantia da qualidade que assegura que as células e os produtos de terapias avançadas sejam manipulados e controlados, com padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido;

III - Boas Práticas Clínicas (BPC): padrão para o planejamento, a condução, a realização, o monitoramento, a auditoria, o registro, a análise e o relato de ensaios clínicos, com vistas a garantir que os dados e os resultados relatados tenham credibilidade e precisão, e que os direitos, a integridade e o sigilo dos participantes do ensaio clínico estejam protegidos;

IV - Boas Práticas de Laboratório (BPL): sistema de qualidade que abrange todo o processo organizacional e as condições nas quais os estudos não-clínicos de saúde são planejados, desenvolvidos, monitorados, registrados, arquivados e relatados;

V - Brochura do Pesquisador: compilado de dados clínicos e não-clínicos relativo a produto de terapia avançada investigacional, que tenha relevância para o estudo do uso desse produto em seres humanos;

VI - Centro de Ensaios Clínicos: organização pública, privada ou filantrópica, legitimamente constituída e devidamente cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), onde são realizados ensaios clínicos;

VII - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP): instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde, conforme definido pela Resolução CNS nº 446, de 11 de agosto de 2011, que tem como principal atribuição o exame dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos e a coordenação da rede de Comitês de Ética em Pesquisa das instituições;

VIII- Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio): instância colegiada multidisciplinar de caráter consultivo e deliberativo, para prestar apoio técnico e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e seus derivados, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e de pareceres técnicos referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados (construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte), com base na avaliação de seu risco zoofitossanitário, à saúde humana e ao meio ambiente;

IX - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes de pesquisas com seres humanos em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos;

X - Comitê Independente de Monitoramento de Segurança: comitê independente instituído para o monitoramento dos dados de segurança coletados de um ou mais ensaios clínicos para a emissão de recomendações sobre a continuação, a modificação ou a suspensão desses ensaios;

XI - Componente Ativo: células ou substâncias que desempenham efeito necessário à atividade terapêutica pretendida, utilizado na produção do produto de terapia avançada;

XII - Comunicado Especial (CE): documento emitido pela Anvisa, de caráter autorizador, necessário para o início do ensaio clínico no Brasil e, quando aplicável, para a solicitação de importação ou exportação de produto de terapia avançada investigacional;

XIII - Comunicado Especial Específico (CEE): documento emitido pela Anvisa necessário para a solicitação de importação ou exportação para um ensaio clínico sujeito ao regime de Notificação e para ensaios clínicos com produto de terapia avançada investigacional em andamento antes da publicação desta Resolução;

XIV - data de início do ensaio clínico: corresponde à data da inclusão do primeiro participante de ensaio clínico no mundo;

XV - data de início do ensaio clínico no Brasil: corresponde à data da inclusão do primeiro participante de ensaio clínico no Brasil;

XVI - data de término do ensaio clínico - corresponde à data da última visita do último participante de ensaio clínico no mundo;

XVII - data de término do ensaio clínico no Brasil: corresponde à data da última visita do último participante de ensaio clínico no Brasil ou outra definição do patrocinador, determinada expressamente no protocolo específico de ensaio clínico;

XVIII - desvio ao Protocolo de Ensaio Clínico: qualquer não cumprimento dos procedimentos ou dos requisitos definidos na versão aprovada do protocolo de ensaio clínico, sem implicações maiores para a integridade do ensaio, a qualidade dos dados ou os direitos e a segurança dos participantes do ensaio clínico;

XIX - Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Produto de Terapia Avançada Investigacional (DDCTA): conjunto de documentos e informações que compõe o processo de anuência de ensaio clínico de produto de terapia avançada classe II;

XX - Dossiê Simplificado para Ensaio Clínico com Produto de Terapia Avançada Investigacional (DSCTA): conjunto de documentos e informações que compõe o processo submetido à Anvisa relativamente a ensaio clínico com produto de terapia avançada classe I;

XXI - ensaio clínico: pesquisa conduzida em seres humanos, com o objetivo de descobrir ou confirmar os efeitos clínicos; descobrir ou confirmar os efeitos terapêuticos; identificar qualquer evento adverso; e/ou estudar a absorção, distribuição, mecanismo de ação, metabolismo e excreção do produto de terapia avançada investigacional, com vistas a verificar sua segurança e/ou eficácia;

XXII - evento adverso: qualquer ocorrência clínica adversa em um paciente ou participante de ensaio clínico a quem um produto de terapia avançada investigacional haja sido administrado, tendo como consequência qualquer sinal clínico, sintoma, infecção ou doença desfavorável e não intencional (incluindo resultados de exames laboratoriais fora da faixa de referência), quer seja relacionado ao produto ou não;

XXIII - evento adverso grave: ocorrência clínica adversa em um paciente, relacionada ao produto de terapia avançada investigacional, ocorrendo em qualquer dose, e que resulte em um ou mais dos seguintes desfechos:

a) incapacidade/invalidez persistente ou significativa;

b) internação hospitalar do paciente ou prolongamento de internação existente;

c) anomalia congênita ou defeito de nascimento;

d) suspeita ou transmissão de agente infeccioso por meio do produto de terapia avançada;

e) ameaça à vida;

f) evento clinicamente significante; e

g) óbito.

XXIV - excipiente: qualquer componente do produto final, adicionado intencionalmente a sua formulação, que não seja o componente ativo, as impurezas e o material da embalagem;

XXV - Formulário de Relato de Caso (FRC): documento impresso, ótico ou eletrônico destinado a registrar todas as informações sobre cada participante do ensaio clínico, incluindo eventos adversos que, de acordo com o protocolo, devem ser relatadas ao patrocinador;

XXVI - inspeção em BPC: ato de conduzir revisão oficial dos documentos, das instalações, dos registros e de quaisquer outros recursos considerados pela autoridade sanitária relativos ao ensaio clínico e que possam ser encontrados no local onde o ensaio é conduzido, nas instalações do patrocinador e/ou da organização representativa de pesquisa clínica (ORPC), ou em outros locais que a autoridade considere apropriados;

XXVII - matéria-prima: qualquer substância, seja ela ativa ou inativa, utilizada na produção do componente ativo e que não se destina a ser parte integrante do produto final, como, por exemplo, meios de cultura, fatores de crescimento, células acessórias e ácidos nucleicos;

XXVIII - material de partida: material utilizado na produção do produto de terapia avançada e que faça parte do produto final, incluindo os de origem biológica e não biológica, como, por exemplo, células ou tecidos retirados de um doador, suportes e matrizes ou biomateriais combinados com células manipuladas;

XXIX - monitoria: ato de rever continuamente um Ensaio Clínico e certificar-se de que é conduzido, registrado e relatado de acordo com o Protocolo de Ensaio Clínico, os POP, as BPC e as exigências regulatórias aplicáveis;

XXX - notificação de ensaio clínico: informações a serem encaminhadas à Anvisa para fins de realização de ensaios clínicos pós-comercialização (fase IV);

XXXI - Organização Representativa de Pesquisa Clínica (ORPC): toda empresa regularmente instalada em território nacional, contratada pelo patrocinador ou pelo pesquisador-patrocinador, que assuma, parcial ou totalmente, suas atribuições junto à Anvisa;

XXXII - patrocinador: pessoa física ou jurídica responsável por ações de financiamento, infraestrutura, recursos humanos e apoio institucional, relacionadas aos ensaios clínicos, responsável, perante a Anvisa, pela qualidade e integridade dos dados do ensaio clínico;

XXXIII - pesquisador: pessoa física capacitada e treinada, responsável pela coordenação e condução do protocolo de ensaio clínico, de acordo com as descrições nele contidas. Se o estudo for conduzido por um grupo de pessoas, o pesquisador líder do grupo é denominado pesquisador principal;

XXXIV - pesquisador-patrocinador: pessoa física, capacitada e treinada, responsável pela coordenação e condução do protocolo de ensaio clínico, de acordo com as descrições nele contidas, com recursos financeiros e materiais próprios ou de entidades nacionais ou internacionais de fomento à pesquisa. É a pessoa física responsável, perante a Anvisa, pela qualidade e integridade dos dados do ensaio clínico;

XXXV - placebo: formulação inerte, sem componentes ativos, administrada ao participante do ensaio clínico com a finalidade de mascaramento ou comparador com o produto de terapia avançada investigacional;

XXXVI - produto de engenharia tecidual: produto biológico constituído por células humanas organizadas em tecidos ou órgãos que apresenta propriedades que permitam regenerar, reconstituir ou substituir um tecido ou órgão humano, na presença ou não de suporte estrutural constituído por material biológico ou biocompatível, sendo que:

a) tenha sido submetido a manipulação extensa; e/ou

b) desempenhe no receptor função distinta da desempenhada no doador.

XXXVII - produtos de terapias avançadas: são os produtos de terapia celular avançada, os produtos de engenharia tecidual e os produtos de terapia gênica;

XXXVIII - produto de terapia avançada classe I: produto de terapia celular avançada submetido a manipulação mínima e que desempenha no receptor função distinta da desempenhada no doador;

XXXIX - produto de terapia avançada classe II: produto de terapia celular avançada submetido a manipulação extensa, produto de engenharia tecidual e produto de terapia gênica;

XL - produto de terapia avançada investigacional: produto de terapia avançada a ser investigado em ensaio clínico;

XLI - produto de terapia celular avançada: produto biológico constituído por células humanas ou seus derivados não quimicamente definidos, que possui a finalidade de obter propriedades terapêuticas, preventivas ou de diagnóstico, por meio de seu modo de ação principal de natureza metabólica, farmacológica e/ou imunológica, para uso autólogo ou alogênico em humanos, sendo que:

a) tenha sido submetido a manipulação extensa; e/ou

b) desempenhe no receptor função distinta da desempenhada no doador.

XLII - produto de terapia gênica: produto biológico cujo componente ativo contenha ou consista em ácido nucléico recombinante, com o objetivo de modificar (regular, reparar, substituir, adicionar ou deletar uma sequência genética) ou modificar a expressão de um gene, com vistas a resultado terapêutico, preventivo ou de diagnóstico;

XLIII - produto final: consiste no produto terminado que tenha completado todas as suas fases de produção;

XLIV - protocolo de ensaio clínico: documento que descreve os objetivos, o contexto, a fundamentação, o desenho, a metodologia, as considerações estatísticas e a organização do ensaio clínico; e

XLV - violação ao protocolo de ensaio clínico: qualquer não-cumprimento no protocolo de ensaio clínico que possa afetar a qualidade dos dados, que possa comprometer a integridade do estudo ou que possa afetar a segurança ou os direitos dos participantes do ensaio.

Seção IV

Centro de Ensaios Clínicos

Art. 5º O centro de ensaios clínicos deve possuir licença sanitária vigente, emitida pelo órgão competente de vigilância sanitária estadual, municipal ou do Distrito Federal, salvo os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, conforme o disposto no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e em disposições legais estaduais, municipais ou do Distrito Federal complementares.

Art. 6º O centro de ensaios clínicos deve possuir instalações adequadas à condução do protocolo de ensaio clínico, no tocante à estrutura física, aos equipamentos, aos instrumentos e aos recursos humanos, devendo, no que couber, seguir o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011, ou suas atualizações.

CAPÍTULO II

RESPONSABILIDADES

Seção I

Responsabilidades do Patrocinador e do Pesquisador-Patrocinador

Art. 7º Ao patrocinador e ao pesquisador-patrocinador são atribuídas as seguintes responsabilidades:

I - elaborar e submeter, perante a Anvisa, o DDCTA ou o DSCTA, para os ensaios clínicos com produto de terapia avançada investigacional no Brasil;

II - implementar e manter sistemas de garantia de qualidade e controle de qualidade para assegurar que os ensaios clínicos realizados sejam documentados e relatados conforme as BPC;

III - selecionar pesquisadores, estabelecimentos fornecedores, centros de processamento celular e centros de ensaios clínicos qualificados, garantindo assim a condução dos ensaios clínicos de acordo com as BPC;

IV - garantir profissionais qualificados para supervisionar a condução geral dos ensaios clínicos, gerenciar os dados produzidos, conduzir análise estatística e elaborar relatórios;

V - manter os dados relacionados ao ensaio clínico com o produto de terapia avançada investigacional em arquivo, físico ou digital, pelo período de 10 (dez) anos após a conclusão ou descontinuação do ensaio clínico ou, em caso de registro do produto, após a data de concessão do respectivo registro;

VI - assegurar que o produto de terapia avançada investigacional a ser disponibilizado esteja de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 508, de 27 de maio de 2021, que dispõe sobre as Boas Práticas em Células humanas, para uso terapêutico e pesquisa clínica, ou suas atualizações;

VII - garantir, quando couber, que a importação do produto de terapia avançada investigacional se limite ao quantitativo necessário para a execução do ensaio clínico, bem como por distribuí-lo apenas às instituições informadas no dossiê do ensaio clínico e autorizadas pelos respectivos comitês de ética do sistema CEP/CONEP;

VIII - apresentar evidências, quando couber, de que os dados obtidos em ensaios não-clínicos, sobre segurança e eficácia do produto de terapia avançada investigacional, sejam suficientes para justificar a exposição humana na população a ser estudada, pela via de administração e dosagem escolhidas e pela duração do tratamento proposto;

IX - custear o atendimento e o acompanhamento médico aos participantes acometidos de eventos adversos até a sua resolução ou estabilização; e

X - informar prontamente aos pesquisadores, caso o ensaio clínico venha a ser finalizado prematuramente ou suspenso, qualquer o motivo.

Art. 8º O patrocinador ou o pesquisador-patrocinador é responsável pela destinação final do produto de terapia avançada investigacional e de demais materiais que eventualmente não sejam utilizados no ensaio clínico.

Art. 9º O patrocinador ou o pesquisador-patrocinador deve garantir que a participação em qualquer ensaio clínico com produto de terapia avançada investigacional seja gratuita para todos os participantes.

Art. 10. O patrocinador ou o pesquisador-patrocinador é responsável por todas as despesas relacionadas com procedimentos e exames, especialmente aquelas de diagnóstico, tratamento e internação do participante da pesquisa e outras ações necessárias para a resolução de eventos adversos relativos aos ensaios clínicos.

Art. 11. É permitido ao patrocinador ou ao pesquisador-patrocinador contratar uma ORPC para realizar as funções de sua responsabilidade.

§ 1º A contratação de que trata o caput deste artigo não afasta a responsabilidade do patrocinador e do pesquisador-patrocinador pela qualidade e integridade dos dados do ensaio clínico.

§ 2° Os procedimentos relacionados ao ensaio clínico, que sejam transferidos a uma ORPC e assumidos por esta, devem ser especificados por meio de documento formal assinado pelo patrocinador ou pelo pesquisador-patrocinador, e pela ORPC.

Art. 12. Caso ocorra ensaio clínico com produto de terapia avançada doado, já registrado no Brasil, e seu resultado envolva interesses proprietários, como a inclusão de nova indicação terapêutica no registro do produto, o doador do produto compartilha das responsabilidades do patrocinador ou pesquisador-patrocinador do ensaio.

Seção II

Responsabilidades do Pesquisador

Art. 13. O pesquisador deve conduzir o protocolo de ensaio clínico de acordo com o protocolo acordado com o patrocinador ou pesquisador-patrocinador, com as BPC, bem como com as exigências regulatórias e éticas aplicáveis.

Art. 14. O pesquisador deve supervisionar o ensaio clínico e pode delegar tarefas a pessoal qualificado.

Parágrafo único. A delegação de que trata o caput deste artigo não implica mitigação de responsabilidades do pesquisador.

Art. 15. O pesquisador pode utilizar o produto de terapia avançada investigacional somente no âmbito do ensaio clínico autorizado pela Anvisa e pelo sistema CEP/CONEP e pela CTNBio, quando couber.

Parágrafo único. O armazenamento e o transporte do produto de que trata o caput deste artigo deve ocorrer conforme as especificações do patrocinador ou do pesquisador-patrocinador e em consonância com os requisitos regulatórios aplicáveis.

Art. 16. O pesquisador deve providenciar atendimento e acompanhamento médico aos participantes acometidos de reações adversas, até a sua resolução ou estabilização.

Parágrafo único. O atendimento e acompanhamento médico de que trata o caput deste artigo deverão ser custeados pelo patrocinador ou pesquisador-patrocinador, sem qualquer ônus para o participante.

Art. 17. Caso o ensaio clínico seja finalizado prematuramente ou suspenso, por qualquer o motivo, o pesquisador deve informar o motivo da decisão, bem como assegurar o acompanhamento médico necessário aos participantes.

Seção III

Responsabilidades da Instituição à qual se vincula o Pesquisador-Patrocinador

Art. 18. A instituição à qual o pesquisador-patrocinador estiver vinculado deve garantir por meio de sua estrutura ou por meio de contratada terceirizada qualificada para tanto, a realização de, no mínimo:

I - o gerenciamento de eventos adversos;

II - o gerenciamento do protocolo de ensaio clínico;

III - o gerenciamento e rastreabilidade de dados;

IV - o treinamento do pessoal envolvido na execução do ensaio clínico;

V - a garantia da qualidade do ensaio clínico;

VI - a auditoria e monitoria do ensaio clínico; e

VII - o gerenciamento de resíduos.

Art. 19. A instituição à qual o pesquisador-patrocinador está vinculado pode delegar responsabilidades de que trata o art. 18 desta Resolução para o pesquisador-patrocinador, por meio de documento escrito, firmado entre as partes, do qual conste explicitamente as responsabilidades e obrigações assumidas por cada uma das partes.

Parágrafo único. As atividades listadas nos incisos V e VI do art. 18 desta Resolução não podem ser delegadas ao pesquisador-patrocinador, mas podem ser delegadas a uma ORPC.

CAPÍTULO III

REQUISITOS GERAIS PARA SUBMISSÃO À ANVISA

Seção I

Requisitos Gerais para submissão do DSCTA, do DDCTA e da Notificação de Ensaio Clínico

Art. 20. O DSCTA ou o DDCTA deve ser submetido, para fins de sua regularização perante a Anvisa, pelo patrocinador, pelo pesquisador-patrocinador ou pela ORPC, para uma ou mais fases de ensaios clínicos.

§ 1º O responsável pela submissão do DSCTA ou do DDCTA, seja patrocinador, pesquisador-patrocinador ou ORPC, também será o responsável por todas as submissões subsequentes relacionadas ao processo perante a Anvisa.

§ 2º O DSCTA ou o DDCTA deve ser submetido à Anvisa nos casos em que se pretenda realizar ensaios clínicos com produto de terapia avançada investigacional no Brasil.

§ 3º Para fins de análise do DSCTA ou do DDCTA, o patrocinador, o pesquisador-patrocinador ou a ORPC deve protocolizar, perante a Anvisa, pelo menos 1 (um) dossiê específico de ensaio clínico a ser realizado no País.

Art. 21. O responsável pela submissão do DSCTA ou do DDCTA pode solicitar à Anvisa:

I - informações sobre o enquadramento do produto, por meio de preenchimento de formulário de enquadramento de produto de terapia avançada investigacional, disponível no portal da Anvisa; e

II - reunião com a área técnica competente da Agência, com vistas a apresentar e discutir previamente a documentação a ser protocolizada.

Art. 22. Após o recebimento do DSCTA, a Anvisa terá 30 (trinta) dias para analisar o dossiê e manifestar-se quanto à anuência, não-anuência ou formulação de exigência frente ao pedido.

§ 1º O prazo de que trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa e fundamentação técnica.

§ 2º Caso não haja manifestação da Anvisa em até 30 (trinta) dias após o recebimento do DSCTA pela Anvisa e não houver justificativa e fundamentação técnica pertinente para prorrogação, o desenvolvimento clínico poderá ser iniciado após as aprovações éticas pertinentes.

§ 3º Apenas os ensaios clínicos relacionados ao DSCTA e listados em Comunicado Especial (CE) estarão anuídos e poderão ser iniciados.

Art. 23. Após o recebimento do DDCTA, a Anvisa terá 180 (cento e oitenta) dias corridos para analisar o dossiê e manifestar-se quanto à anuência, não-anuência ou formulação de exigência frente ao pedido.

§ 1º O prazo de que trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa e fundamentação técnica.

§ 2º Apenas os ensaios clínicos relacionados ao DDCTA e listados em Comunicado Especial (CE) estarão anuídos e poderão ser iniciados.

Art. 24. A Anvisa emitirá CE para cada DDCTA e para cada DSCTA, mencionando todos os ensaios clínicos anuídos e passíveis de condução no Brasil.

Art. 25. A qualquer tempo, após a emissão de CE ou CEE, a Anvisa pode solicitar, ao patrocinador, pesquisador-patrocinador ou ORPC, outras informações que julgar necessárias ao enquadramento do produto, à avaliação e ao monitoramento do desenvolvimento clínico pretendido, sob possibilidade de pena de suspensão ou cancelamento do ensaio clínico.

Art. 26. Nenhum ensaio clínico pode ser iniciado no Brasil sem o parecer consubstanciado, emitido pelo sistema CEP/CONEP ou, quando se tratar de ensaio clínico que envolva OGM, sem o parecer técnico de avaliação de risco em biossegurança, emitido pela CTNBio, conforme disposto pela Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, ou suas atualizações.

Seção II

Conteúdo e Formato do DSCTA para os Produtos de Terapias Avançadas Classe I

Art. 27. O DSCTA a ser submetido à Anvisa deve ser composto pelos seguintes documentos:

I - comprovante de pagamento original, ou de isenção, da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária (TFVS), mediante Guia de Recolhimento da União (GRU);

II - plano de investigação clínica do produto de terapia avançada investigacional classe I, contendo as seguintes informações:

a) descrição do produto;

b) possível mecanismo de ação;

c) via de administração;

d) indicações a serem estudadas;

e) objetivos gerais e a duração planejada para o desenvolvimento clínico; e

f) descrição resumida, para cada ensaio clínico planejado, do desenho, desfechos, população a ser estudada, hipóteses, critérios de seleção (inclusão/exclusão), número estimado de participantes, planejamento estatístico pretendido e, quando aplicável, comparadores, previsão de coleta e condições de armazenamento de material biológico.

III - dossiê específico de ensaio clínico a ser realizado no Brasil, o qual deve ser protocolizado para cada ensaio clínico, contendo os seguintes documentos:

a) formulário de apresentação de ensaio clínico, disponível no portal da Anvisa, devidamente preenchido;

b) protocolo do ensaio clínico, de acordo com as BPC; e

c) comprovante de registro do ensaio clínico em base de dados da "International Clinical Trials Registration Platform/World Health Organization" (ICTRP/WHO), do Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (ReBEC) ou de outra entidade reconhecida pelo "International Committee of Medical Journals Editors" (ICMJE).

IV - cópia de documento de regularização perante a vigilância sanitária no Brasil, para os estabelecimentos localizados em território nacional envolvidos na produção do produto de terapia avançada investigacional, ou documento equivalente emitido por autoridade competente estrangeria, quando o produto não for de produção nacional; e

V - resumo das informações de produção do produto investigacional, de forma a destacar os parâmetros críticos de processos e atributos críticos da qualidade.

Art. 28. Caso novo dossiê específico de ensaio clínico a ser realizado no País seja proposto, a respectiva documentação deve ser protocolizada na forma de petição secundária ao processo de DSCTA, mediante comprovação de pagamento original, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), ou de isenção da TFVS.

Art. 29. Formulários de data de início e de término do ensaio clínico no Brasil devem ser protocolizados, na forma de petição secundária ao processo do DSCTA, em até 30 (trinta) dias corridos, contados de cada data de início e de término.

Seção III

Conteúdo e Formato do DDCTA para os Produtos de Terapias Avançadas Classe II

Art. 30. O DDCTA a ser submetido à Anvisa deve ser composto pelos seguintes documentos:

I- comprovante de pagamento original, ou de isenção, da TFVS, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU);

II - plano de investigação clínica do produto de terapia avançada investigacional, contendo as seguintes informações:

a) descrição do produto;

b) possível mecanismo de ação;

c) via de administração;

d) indicações a serem estudadas;

e) objetivos gerais e a duração planejada para o desenvolvimento clínico; e

f) descrição resumida, para cada ensaio clínico planejado, do desenho, desfechos, população a ser estudada, hipóteses, critérios de seleção (inclusão/exclusão), número estimado de participantes, planejamento estatístico pretendido e, quando aplicável, comparadores, previsão de coleta e condições de armazenamento de material biológico.

III- brochura do pesquisador contendo as seguintes informações:

a) descrição do produto, incluindo a composição;

b) efeitos biológicos e toxicológicos em animais e seres humanos, quando aplicável;

c) informações de segurança e eficácia em humanos, obtidos a partir de ensaios clínicos já realizados, quando houver; e

d) possíveis riscos e eventos adversos relacionados ao uso do produto investigacional.

IV- dossiê de produção do produto de terapia avançada investigacional contendo as seguintes informações:

a) identificação e endereço de todos os estabelecimentos envolvidos na produção do produto de terapia avançada investigacional, inclusive do componente ativo;

b) cópia de documento de regularização perante a vigilância sanitária no Brasil, para os estabelecimentos localizados em território nacional envolvidos na produção do produto de terapia avançada investigacional, ou documento equivalente emitido por autoridade competente estrangeria, quando o produto não for de produção nacional;

c) relação de todos os materiais de partida utilizados para a produção do produto de terapia avançada investigacional, incluindo, no caso de produto de terapia gênica, os materiais necessários à produção de vetores e à manipulação genética das células;

d) relação das matérias-primas utilizadas na produção do produto de terapia avançada investigacional, incluindo o nome do material, fabricante, quantidade utilizada no processo, recomendações da farmacopeia ou especificações dos materiais ou tecnologias próprias (in house), incluindo a documentação sobre os controles de qualidade utilizados;

e) relação dos equipamentos utilizados no processo;

f) informações sobre a seleção do doador de material de partida e matéria-prima de origem humana, incluindo triagem clínica e social, avaliação física, triagem laboratorial e demais avaliações pertinentes, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 508, de 27 de maio de 2021, ou suas atualizações;

g) documentação referente ao controle de transmissibilidade de encefalopatias espongiformes (EET), conforme determinações da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 508, de 27 de maio de 2021, e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 305, de 14 de novembro de 2002, ou suas atualizações;

h) descrição geral do processo de produção do produto, contendo:

1. informação detalhada de todas as etapas, incluindo as etapas de seleção da população celular de interesse, cultura de células, transformação por agentes físico-químicos e/ou biológicos;

2. informação detalhada de todas as etapas de produção dos vetores, quando couber; e

3. informação detalhada das etapas de produção dos excipientes, quando couber.

i) caracterização do componente ativo, incluindo, quando couber, sua identidade, quantidade, pureza, viabilidade, potência, cariologia e esterilidade;

j) descrição das metodologias analíticas validadas para a caracterização do componente ativo;

k) descrição geral do produto de terapia avançada investigacional final, contendo, quando couber, informações sobre a composição e a caracterização, incluindo identidade, quantidade, pureza, viabilidade, potência, cariologia e esterilidade, bem como informações sobre excipientes e impurezas;

l) resultados dos estudos de estabilidade que assegurem a utilização do produto nos ensaios clínicos planejados;

m) descrição do placebo, quando aplicável, incluindo composição, características organolépticas, processo de fabricação e controles analíticos;

n) descrição do produto ou do tratamento comparador, quando aplicável, incluindo informações que assegurem a manutenção de suas características;

o) modelo de rótulo do produto sob investigação; e

p) análise crítica de estudos não-clínicos que contribuam para a segurança do desenvolvimento clínico proposto, bem como informações sobre os locais de condução destes estudos, sobre onde seus registros estão disponíveis para consulta, incluindo declaração de que cada estudo foi realizado em conformidade com as BPL ou, nos casos de inobservância das BPL, justificativa técnica para essa exceção.

V - dossiê específico de ensaio clínico a ser realizado no Brasil, protocolizado para cada ensaio clínico, na forma de petição secundária ao processo do DDCTA, contendo os seguintes documentos:

a) formulário de apresentação de ensaio clínico, disponível no portal da Anvisa, devidamente preenchido;

b) protocolo do ensaio clínico, de acordo com as BPC; e

c) comprovante de registro do ensaio clínico em base de dados da "International Clinical Trials Registration Platform/World Health Organization" (ICTRP/WHO), do Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (ReBEC) ou de outra entidade reconhecida pelo "International Committee of Medical Journals Editors" (ICMJE).

Art. 31. Caso novo dossiê específico de ensaio clínico a ser realizado no País seja proposto, a respectiva documentação deve ser protocolizada na forma de petição secundária ao processo de DSCTA, mediante comprovação de pagamento original, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), ou de isenção da TFVS.

Art. 32. Formulários de data de início e de término do ensaio clínico no Brasil devem ser protocolizados, na forma de petição secundária ao processo do DDCTA, em até 30 (trinta) dias corridos, contados de cada data de início e de término.

Seção IV

Notificação de Ensaio Clínico com Produto de Terapia Avançada pós-comercialização (fase IV)

Art. 33. Ficam sujeitos ao regime de notificação os ensaios clínicos pós-comercialização (fase IV) com produtos de terapias avançadas, sem a necessidade de submissão de DSCTA ou DDCTA.

§ 1º Os ensaios clínicos de que trata o caput deste artigo não necessitam de autorização da Anvisa, permanecendo sujeito às demais aprovações éticas cabíveis.

§ 2º Caso um ensaio clínicos pós-comercialização (fase IV) seja relacionado a produto de terapia avançada investigacional que já possua DSCTA ou DDCTA aprovado pela Anvisa, o protocolo da notificação deverá ser vinculado ao processo original do respectivo DSCTA ou DDCTA.

Art. 34. A Notificação de ensaio clínico pós-comercialização (fase IV) deve ser composta pelas seguintes informações:

I - formulário de apresentação do ensaio clínico preenchido, de acordo com modelo disponível no Portal da Anvisa;

II - protocolo do ensaio clínico, de acordo com as BPC;

III - comprovante de registro do Ensaio Clínico em base de dados da "International Clinical Trials Registration Platform/World Health Organization" (ICTRP/WHO), do Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (ReBEC) ou de outras entidades reconhecidas pelo "International Committee of Medical Journals Editors" (ICMJE).

Parágrafo único. Para fins de importação ou exportação, a Anvisa terá 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Notificação de que trata esta Seção, para a emissão do respectivo CEE.

Art. 35. Esta seção somente se aplica a ensaios clínicos pós-comercialização (fase IV), restando excetuados todos os demais estudos de vigilância pós-comercialização, a serem disciplinados em norma específica de registro de produtos de terapias avançadas a ser publicada pela Anvisa.

CAPÍTULO IV

ALTERAÇÕES DO DDTCA E DO DSCTA

Seção I

Modificações Substanciais

Art. 36. Para efeitos desta Resolução, as modificações substanciais consistem em:

I - inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto ou diferente daquele previamente estabelecido no plano de investigação clínica do produto de terapia avançada investigacional;

II - exclusão de protocolo de ensaio clínico; ou

III - alteração que potencialmente gere impacto na qualidade ou segurança do produto de terapia avançada investigacional, do comparador ativo ou do placebo.

Art. 37. A solicitação de modificação substancial ao DDCTA e ao DSCTA deve ser protocolizada junto à Anvisa na forma de petição secundária ao processo original, conforme modelo disponibilizado pela Agência.

Parágrafo único. A petição secundária será vinculada ao respectivo processo de DDCTA ou DSCTA, mediante comprovação de pagamento original, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), ou de isenção da TFVS.

Art. 38. As modificações substanciais:

I - para o DDCTA, somente poderão ser implementadas após anuência da Anvisa;

II- para o DSCTA, podem ser implementadas após a submissão da modificação substancial, de petição secundária relativa à modificação substancial pretendida, estando o patrocinador ou pesquisador-patrocinador inteiramente responsável pelo cumprimento de todos os requisitos dispostos nesta Resolução e em normativas relacionadas, permanecendo sujeitos às demais aprovações éticas e regulatórias cabíveis.

Art. 39. Após o recebimento de petição secundária relativa a modificação substancial no DDCTA, a Anvisa terá 60 (sessenta) dias corridos para analisar o pedido e manifestar-se quanto à anuência, não-anuência ou formulação de exigência frente à solicitação.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa e fundamentação técnica.

Art. 40. As modificações ao DDCTA decorrentes de recomendações ou alertas de segurança, emitidos por autoridades sanitárias internacionais relacionadas ao ensaio clínico deverão ser notificadas à Anvisa e podem ser executadas independente da manifestação prévia da Agência.

Seção II

Emendas ao Protocolo do Ensaio Clínico

Art. 41. Para efeitos desta Resolução, uma emenda será considerada substancial quando houver alteração no valor científico do protocolo do ensaio clínico ou alteração que interfira na segurança dos participantes, conforme manual específico disponível no Portal da Anvisa.

Art. 42. Qualquer emenda de que trata esta Resolução somente poderá ser implementada após a obtenção das respectivas aprovações éticas, observada a legislação vigente.

Art. 43. A solicitação de emenda substancial ao DDCTA e ao DSCTA deve ser protocolizadas junto à Anvisa na forma de petição secundária ao processo original, conforme modelo disponibilizado pela Agência.

Parágrafo único. A petição secundária será vinculada ao respectivo processo de DDCTA ou DSCTA, mediante comprovação de pagamento original, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), ou de isenção da TFVS.

Art. 44. As emendas substanciais:

I- para o DDCTA, somente poderão ser implementadas após anuência da Anvisa;

II- para o DSCTA, podem ser implementadas após o recebimento, pela Anvisa, de petição secundária relativa à emenda pretendida, estando o patrocinador ou pesquisador-patrocinador inteiramente responsável pelo cumprimento de todos os requisitos dispostos nesta Resolução e em normativas relacionadas, permanecendo sujeitos às demais aprovações éticas e regulatórias cabíveis.

§ 1º Após o recebimento de petição secundária relativa a emenda substancial ao DDCTA, a Anvisa terá 60 (sessenta) dias corridos para analisar o pedido e manifestar-se quanto à anuência, não-anuência ou formulação de exigência frente à solicitação.

§ 2º O prazo de que trata o §1º deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa e fundamentação técnica.

§ 3º As emendas substanciais que visem a eliminar riscos imediatos à segurança dos participantes devem ser notificadas à Anvisa, devendo, no entanto, ser executadas imediatamente, independente de manifestação prévia da Agência.

Art. 45. As emendas ao protocolo de ensaio clínico não consideradas substanciais devem ser apresentadas à Anvisa como parte do relatório anual de acompanhamento de protocolo de ensaio clínico.

Seção III

Suspensões e Cancelamentos

Art. 46. O patrocinador ou o pesquisador-patrocinador pode cancelar ou suspender o DDCTA, o DSCTA ou o ensaio clínico, a qualquer tempo, mediante apresentação de justificativas técnico-científicas e/ou financeiras, bem como do plano de acompanhamento dos participantes dos ensaios clínicos já iniciados.

§ 1º Cancelado o DDCTA ou o DSCTA, nenhum ensaio clínico a ele relacionado poderá ser continuado no país.

§ 2º Caso DDCTA, DSCTA ou ensaio clínico seja cancelado por motivos de segurança, o patrocinador ou o pesquisador-patrocinador deve justificar técnica e cientificamente as razões para o cancelamento, bem como apresentar as respectivas medidas para minimização/mitigação de risco aos participantes dos ensaios.

Art. 47. O patrocinador ou o pesquisador-patrocinador deve notificar à Anvisa na forma de petição secundária, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da decisão, a suspensão ou o cancelamento de ensaio clínico, DDCTA ou DSCTA.

Parágrafo único. Os ensaios clínicos, DDCTA ou DSCTA suspensos somente poderão ser reiniciados após autorização da Anvisa.

Art. 48 O patrocinador ou pesquisador-patrocinador deve notificar à Anvisa, na forma de petição secundária, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, a suspensão temporária como medida imediata de segurança do ensaio clínico, DDCTA ou DSCTA, justificando os motivos dessa decisão.

Parágrafo único. As razões, a abrangência, a interrupção do tratamento e a suspensão do recrutamento de participantes devem estar explicadas com clareza na notificação de suspensão temporária.

Art. 49. A Anvisa poderá, a qualquer tempo, de modo fundamentado e justificado, e informando os motivos ao patrocinador ou ao pesquisador-patrocinador, cancelar ou suspender o DDCTA, o DSCTA ou qualquer ensaio clínico a ele vinculado, se julgar que as condições de aprovação não foram atendidas ou se houver relatos de segurança ou eficácia que afetem significativamente os participantes do ensaio ou que afetem a validade científica de dados obtidos.

CAPÍTULO V

MONITORAMENTO DE SEGURANÇA E ALERTAS

Seção I

Monitoramento de Eventos Adversos

Art. 50. O patrocinador e o pesquisador-patrocinador ou a ORPC devem monitorar todos os eventos adversos, inclusive os não graves, durante o ensaio clínico com produto de terapia avançada investigacional.

Art. 51. O patrocinador, o pesquisador-patrocinador, a ORPC ou o Comitê Independente de Monitoramento de Segurança deve coletar e avaliar sistematicamente dados agregados de eventos adversos ocorridos durante o ensaio clínico, submetendo os resultados desta avaliação à Anvisa, como parte dos relatórios anuais de acompanhamento do desenvolvimento do produto de terapia avançada investigacional.

Art. 52. O pesquisador deve comunicar a ocorrência de todos os eventos adversos ao patrocinador, pesquisador-patrocinador ou ORPC e fornecer todas as informações que lhe sejam requisitadas, além de manifestação quanto a causalidade entre o evento adverso e o produto sob investigação.

§ 1º Todos os eventos adversos devem ser registrados no Formulário de Relato de Caso (FRC) e devem ser tratados.

§ 2º Os participantes acometidos devem ser acompanhados pelo pesquisador principal e sua equipe, até a sua estabilização ou a resolução do evento adverso.

Art. 53. No caso de evento adverso grave ocorrido durante a condução do ensaio clínico, em qualquer fase de desenvolvimento do produto de terapia avançada investigacional, o patrocinador, o pesquisador-patrocinador ou a ORPC e o pesquisador devem adotar medidas imediatas de segurança, a fim de proteger os demais participantes do ensaio clínico contra qualquer risco iminente.

§ 1º O patrocinador, o pesquisador-patrocinador ou a ORPC devem comunicar à Anvisa os eventos adversos graves ocorridos, cuja causalidade seja possível, provável ou confirmada em relação ao produto sob investigação, por meio de formulário específico disponível no Portal da Anvisa.

§ 2º Os eventos adversos graves ocorridos e que levem a óbito ou ameaça à vida devem ser notificados à Anvisa, por meio de formulário específico disponível no Portal da Anvisa, no prazo máximo de 7 (sete) dias a contar da data do conhecimento do caso pelo patrocinador ou pelo pesquisador-patrocinador.

§ 3º A notificação dos demais eventos adversos graves ocorridos devem ser realizadas em prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos a contar do conhecimento do caso pelo patrocinador ou pelo pesquisador-patrocinador.

§ 4º O patrocinador e o pesquisador-patrocinador devem manter todos os registros detalhados dos eventos adversos relatados pelos pesquisadores, podendo a Anvisa, a qualquer tempo, solicitar esses registros.

Art. 54. O patrocinador e o pesquisador-patrocinador devem estabelecer plano de monitoramento para detecção de eventos adversos tardios, justificando o período proposto.

Parágrafo único. No caso de gravidez, o pesquisador e o pesquisador-patrocinador, ou o pesquisador e o patrocinador devem acompanhar mãe e filho.

Art. 55. O patrocinador ou o pesquisador-patrocinador deve informar aos pesquisadores envolvidos no ensaio clínico sobre os eventos adversos, cuja causalidade seja possível, provável ou confirmada, bem como adotar os procedimentos para atualização da brochura do pesquisador, além de reavaliar os riscos e benefícios para os participantes.

Art. 56. O desenvolvimento de ensaio clínico fase III deve ser acompanhado por Comitês Independentes de Monitoramento de segurança, e suas recomendações devem ser reportadas à Anvisa pelo patrocinador, pelo pesquisador-patrocinador ou pela ORPC.

Seção II

Relatórios de Acompanhamento e Relatório Final

Art 57. O patrocinador, pesquisador-patrocinador ou ORPC deve enviar à Anvisa, na forma de petição secundária ao DSCTA ou DDCTA, Relatórios de Acompanhamento Anuais, de forma tabulada para cada protocolo de ensaio clínico, contendo as seguintes informações:

I - título do ensaio clínico;

II - status de recrutamento de participantes do ensaio clínico;

III - discriminação do número de participantes recrutados, por centro;

IV - número e descrição dos desvios e das violações de protocolo de ensaio clínico, por centro;

V - descrição de todos os eventos adversos ocorridos, por centro, no período avaliado, identificando os participantes do ensaio clínico pelos códigos utilizados no Formulário de Relato de Caso (FRC) adotado no protocolo de ensaio clínico; e

VI - modificações ao DSCTA e DDCTA não consideradas substanciais.

Parágrafo único. O Relatório de Acompanhamento anual deve ser protocolizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, tendo como referência de anualidade a data de início do ensaio clínico no Brasil.

Art. 58. Após a conclusão das atividades de um ensaio clínico em todos os países participantes, o responsável pela submissão do DDCTA e DSCTA deve submeter à Anvisa, na forma de petição secundária, no prazo de 12 meses da data de término do ensaio clínico, o relatório final de ensaio clínico contendo as seguintes informações:

I- título do ensaio clínico;

II- número de participantes recrutados e número de participantes retirados do ensaio clínico;

III- descrição de pacientes incluídos em cada análise estatística e daqueles que foram excluídos da análise de eficácia;

IV- região demográfica dos participantes recrutados no ensaio clínico;

V- análise estatística geral;

VI- número e descrição dos desvios e violações ao protocolo de ensaio clínico;

VII- relação de todos os eventos adversos com avaliação de causalidade, ocorridas por participantes;

VIII- resultados obtidos na mensuração dos desfechos, para cada participante do ensaio clínico; e

IX- justificativa para a suspensão ou para o cancelamento do ensaio clínico no Brasil ou no mundo, quando aplicável.

Art. 59. O patrocinador ou pesquisador-patrocinador deve enviar à Anvisa, anualmente, Relatórios de Atualização de Segurança do produto de terapia avançada investigacional, na forma de petição secundária ao DSCTA ou DDCTA.

Parágrafo único. O relatório a que se refere o caput deste artigo deve ser protocolizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, tendo como referência de anualidade a data de aprovação do DDCTA ou DSCTA pela Anvisa, ou de data determinada no desenvolvimento internacional.

CAPÍTULO VI

INSPEÇÕES

Art. 60. A Anvisa pode realizar inspeções no patrocinador, na instituição a que se vincula o pesquisador-patrocinador, na ORPC, bem como nos centros de ensaios clínicos.

Art. 61. A depender do resultado da inspeção em BPC, a Anvisa pode determinar:

I - a suspensão do ensaio clínico;

II - o cancelamento do ensaio no centro de ensaio clínico em não conformidade;

III - o cancelamento do ensaio em todos os centros de ensaios clínicos no Brasil;

IV - a invalidação dos dados provenientes de centros de ensaios clínicos em não conformidade; ou

V - a invalidação dos ensaios clínicos em desacordo com as BPC.

Art. 62. A Anvisa pode realizar inspeções em Boas Práticas em Células na produção do produto de terapia avançada investigacional, a fim de verificar as informações constantes do DDCTA ou do DSCTA, bem como de assegurar o cumprimento da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 508, de 27 de maio de 2021, ou suas atualizações.

CAPÍTULO VII

DA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Art. 63. A importação e exportação de bens e produtos a serem utilizados em ensaio clínico com produto de terapia avançada investigacional deve submeter-se à fiscalização pela autoridade sanitária em exercício no local de desembaraço ou de embarque.

§ 1º Não se aplicam aos bens e produtos referidos no caput deste artigo as disposições da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 172, de 12 de setembro de 2017, ou suas atualizações.

§ 2º Para a fiscalização de que trata este artigo, a autoridade sanitária do local de desembaraço deve verificar a publicação, conforme o caso concreto, de CEs ou CEEs, relacionados aos bens e produtos a serem importados ou exportados.

Art. 64. O acondicionamento, a embalagem, a documentação e o transporte do material biológico a ser utilizado em ensaio clínico com produto de terapia avançada investigacional devem ser realizados de modo a garantir e manter a integridade desses produtos, em recipiente apropriado e exclusivo para a finalidade de exportação e importação, na temperatura adequada, e devidamente identificado, de acordo com as Resoluções de Diretoria Colegiada - RDC nº 504, de 27 de maio de 2021, e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 508, de 27 de maio de 2021, ou suas atualizações.

Parágrafo único. É responsabilidade do importador ou exportador o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 65. Qualquer material de origem humana, obtido no Brasil, utilizado na produção de produto de terapia avançada investigacional deve ser obtido gratuitamente, por doação livre, espontânea e informada, observado o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 508, de 27 de maio de 2021, ou suas atualizações.

Art. 66. O descumprimento do disposto nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 67. Casos omissos ou complementares serão dirimidos à luz de demais normas nacionais e de diretrizes internacionais relacionadas ao tema de que trata esta Resolução.

Art. 68. Ficam revogadas:

I - a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 260, de 21 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2018; e

II - a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 453, de 17 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2020.

Art. 69. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

RESOLUÇÃO RDC Nº 507, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sob ações das Centrais de Transplantes sobre regime de vigilância sanitária

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, inciso III, e 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1° O ambiente físico, os recursos materiais, as condições de trabalho e as atividades e procedimentos relacionados diretamente a segurança e a qualidade de células, tecidos e órgãos no ciclo do transplante, exercidos pelas Centrais de Transplantes, estão sujeitos ao regime de vigilância sanitária.

Parágrafo único. as Centrais de Transplantes são as unidades executivas das atividades do Sistema Nacional de Transplantes, segundo o Decreto n° 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 101, de 6 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2006.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

RESOLUÇÃO RDC Nº 508, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as Boas Práticas em Células Humanas para Uso Terapêutico e pesquisa clínica, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, inciso III, e 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivo

Art. 1° Esta Resolução estabelece as Boas Práticas em Células Humanas para Uso Terapêutico e pesquisa clínica.

Art. 2° As Boas Práticas em Células Humanas para Uso Terapêutico e em pesquisa clínica compreendem os requisitos técnico-sanitários mínimos relacionados ao ciclo produtivo de células e Produtos de Terapias Avançadas, com vistas à segurança e à qualidade destes produtos.

Parágrafo único. Células ou Produtos de Terapias Avançadas que não atendam ao disposto nesta Resolução são desqualificados para Uso Terapêutico e em pesquisa clínica.

Seção II

Abrangência

Art. 3° O disposto nesta Resolução se aplica aos Centros de Processamento Celular e demais estabelecimentos envolvidos no ciclo produtivo de células e Produtos de Terapias Avançada, conforme os arts. 4°, 5° e 6° desta Resolução.

§ 1° Os laboratórios de processamento de medula óssea e sangue periférico, os bancos de sangue de cordão umbilical e placentário e os centros de tecnologia celular passam a ser denominados Centros de Processamento Celular.

§ 2° Os estabelecimentos de que trata o caput deste artigo podem ser públicos ou privados.

Art. 4° São abrangidas por esta Resolução as atividades com:

I - células progenitoras hematopoéticas, para fins de transplante convencional;

II - Produtos de Terapias Avançadas;

III - células humanas que não se enquadram nas condições listadas no art. 5° desta Resolução.

Art. 5° Esta Resolução não se aplica aos procedimentos:

I - que atendem cumulativamente a todos os requisitos a seguir:

a) coleta de células de 1 (um) indivíduo e transplante, infusão ou implante do material no mesmo indivíduo (uso autólogo);

b) durante o mesmo ato cirúrgico ou mesmo procedimento terapêutico;

c) com Manipulação Mínima; e

d) com o objetivo de desempenhar a mesma função de origem.

II - relacionados ao sangue e hemocomponentes, para fins transfusionais e não transfusionais regulamentados por meio de legislação específica;

III - relacionados às células e aos tecidos germinativos, para fins de reprodução humana assistida; ou

IV - relacionados às células para fins de pesquisa básica.

Art. 6° Para efeitos desta Resolução são considerados Produtos de Terapias Avançadas:

I - Produtos de Terapia Celular Avançada;

II - Produtos de Engenharia Tecidual; e

III - Produto de Terapia Gênica.

Seção III

Definições

Art. 7° Para efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I - acondicionamento: processo pelo qual as células, os Produtos de Terapias Avançadas e as Amostras Biológicas são colocados em embalagens e rotulados com a finalidade de transporte ou armazenamento, visando à proteção do material, das pessoas e do Ambiente;

II - ambiente: espaço fisicamente delimitado e especializado para o desenvolvimento de determinada(s) atividade(s), caracterizado por dimensões e instalações diferenciadas, podendo constituir-se de uma Sala ou de uma área;

III - ambiente limpo: Sala ou área com controle ambiental definido em termos de contaminação por partículas viáveis e não viáveis, projetado, construído e utilizado de forma a reduzir a introdução, a geração e a retenção de partículas em seu interior, no qual outros parâmetros relevantes, como, por exemplo, temperatura, umidade e pressão, são controlados conforme necessário;

IV - amostras biológicas: sangue, células, fragmentos de tecidos, esfregaços, lavados, entre outros - provenientes de Doadores, de Receptores ou do produto - que serão destinados à realização de exames laboratoriais ou testes de controle de qualidade;

V - antecâmara: espaço fechado com duas ou mais portas, interposto entre duas ou mais áreas de classes de limpeza distintas, com o objetivo de controlar o fluxo de ar entre ambas, quando precisarem ser acessadas; a Antecâmara é projetada de forma a ser utilizada para pessoas, materiais ou equipamentos;

VI - área: Ambiente delimitado, aberto, sem paredes em uma ou mais de uma das faces, que possui condições ambientais específicas; inclui-se nesta definição a cabine de segurança biológica;

VII - boas práticas em células humanas: parte da Garantia da Qualidade que assegura que as células e os Produtos de Terapias Avançadas sejam consistentemente manipulados e controlados, com padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido;

VIII - células ou produtos de terapias avançadas disponibilizados: aqueles liberados para uso, cuja disponibilidade foi comunicada ao profissional interessado em utilizá-los ou ao órgão responsável do Sistema Nacional de Transplantes;

IX - células ou produtos de terapias avançadas distribuídos: aqueles que saíram do Centro de Processamento Celular;

X - centro de processamento celular: estabelecimento que possui infraestrutura física, equipamentos, técnicas e recursos humanos, podendo ter como atribuições a captação e seleção de Doadores, incluindo a triagem clínica, social, física e laboratorial, a coleta, identificação, transporte, avaliação, processamento, Acondicionamento, armazenamento e disponibilização de células de origem humana ou Produtos de Terapias Avançadas para Uso Terapêutico, podendo ainda fornecer células ou Produtos de Terapias Avançadas para pesquisa, ensino, treinamento, controle de qualidade ou Validação de processos;

XI - controle de mudanças: conjunto de ações que objetivam manter sob controle as alterações que venham a ter impacto sobre equipamentos qualificados ou componentes de um equipamento, bem como sobre sistemas, processos ou procedimentos já validados, podendo ou não ter influência na qualidade das células e Produtos de Terapias Avançadas fornecidos para Uso Terapêutico ou pesquisa clínica;

XII - dispositivo de armazenamento: equipamento tal como refrigerador, congelador, freezer, ultra-congelador e contêiner ou outro local de armazenamento definido pelo Centro de Processamento Celular;

XIII - doador: indivíduo vivo ou falecido cujo corpo é a fonte de obtenção do material biológico;

XIV - embalagem intermediária ou secundária: embalagem colocada entre a Embalagem Interna ou Primária e a Embalagem Externa ou Terciária, com o objetivo de conter a Embalagem Interna ou Primária;

XV - embalagem interna ou primária: embalagem que está em contato direto com as células, Produtos de Terapias Avançadas ou Amostra Biológica, constituindo um recipiente, um envoltório ou qualquer outra forma de proteção, removível ou não, que se destina a envasar, manter, cobrir ou empacotar;

XVI - embalagem externa ou terciária: embalagem utilizada exclusivamente para a proteção externa da carga nas operações de movimentação (embarque, desembarque e transporte) e armazenagem;

XVII - evento adverso: qualquer ocorrência desfavorável associada ao ciclo produtivo de um produto, desde a atividade de obtenção de células, tecidos e órgãos humanos de Doador vivo ou falecido, incluindo a avaliação do material biológico, o processamento, o armazenamento, a distribuição e uso do produto; as Reações Adversas são tipo de Evento Adverso;

XVIII - garantia da qualidade: conjunto de ações organizadas adotadas com o objetivo de garantir que as Células e os Produtos de Terapias Avançadas Disponibilizados possuam a qualidade requerida para seu Uso Terapêutico;

XIX - liberação excepcional: fornecimento para uso de células ou Produtos de Terapias Avançadas que não atendam totalmente aos critérios de qualidade e segurança definidos pelo estabelecimento e em desacordo ao previsto em Procedimento Operacional Padrão (POP);

XX - lote de células ou de produto de terapia avançada: quantidade específica do Produto Final que se destina a ter caráter e qualidade uniformes, dentro de limites específicos, produzido de acordo com processo único, durante o mesmo ciclo de processamento e, se for o caso, criopreservação, evitando ou impedindo a mistura de células ou Produtos de Terapias Avançadas de dois ou mais tipos ou Doadores;

XXI - manipulação mínima: processamento das células ou tecidos que não altera de forma significativa as suas características biológicas, dentre as quais se incluem estado de diferenciação e ativação, o potencial de proliferação e a atividade metabólica. São considerados Manipulação Mínima os atos de cortar, separar, centrifugar, imergir ou preservar em soluções antibióticas, concentrar, purificar, filtrar, liofilizar, irradiar, congelar, criopreservar ou vitrificar, entre outros que atenderem a esta definição;

XXII - manipulação extensa: processamento da células e tecidos que altera qualquer de suas características biológicas, dentre as quais se incluem estado de diferenciação e ativação, potencial de proliferação e atividade metabólica. É todo processamento de células e tecidos que não configura Manipulação Mínima. Todo tipo de cultivo celular é considerado Manipulação Extensa;

XXIII - procedimento operacional padrão (POP): instrução ou procedimento escrito, devidamente autorizado e controlado, que estabelece instruções detalhadas para a realização de procedimentos específicos no Centro de Processamento Celular e de outras atividades de natureza geral;

XXIV - produto de engenharia tecidual: produto biológico constituído por células humanas organizadas em tecidos ou órgãos que apresenta propriedades que permitam regenerar, reconstituir ou substituir um tecido ou órgão humano, na presença ou não de suporte estrutural constituído por material biológico ou biocompatível, sendo que (a) tenha sido submetido a Manipulação Extensa; e/ou (b) desempenhe no Receptor função distinta da desempenhada no Doador;

XXV - produto de terapia celular avançada: produto biológico constituído por células humanas ou seus derivados não quimicamente definidos, que possui a finalidade de obter propriedades terapêuticas, preventivas ou de diagnóstico, por meio de seu modo de ação principal de natureza metabólica, farmacológica e/ou imunológica, para uso autólogo ou alogênico em humanos, sendo que (a) tenha sido submetido a Manipulação Extensa; e/ou (b) desempenhe no Receptor função distinta da desempenhada no Doador;

XXVI - produto de terapia gênica: produto biológico cujo componente ativo contenha ou consista em ácido nucleico recombinante, com o objetivo de modificar (regular, reparar, substituir, adicionar ou deletar uma sequência genética) ou modificar a expressão de um gene, com vistas a resultado terapêutico, preventivo ou de diagnóstico;

XXVII - produto final: consiste no produto terminado, que tenha completado todas as fases de produção pelo Centro de Processamento Celular;

XXVIII - qualificação: conjunto de ações realizadas para fornecer evidências documentadas de que todos os componentes de equipamentos, os materiais e os reagentes críticos usados para a obtenção, a manipulação e a criopreservação das células e Produtos de Terapias Avançadas e que possam afetar a sua qualidade ou segurança funcionem realmente de acordo com o pretendido ou especificado, bem como conduzam aos resultados esperados;

XXIX - quarentena: período em que as células ou os Produtos de Terapias Avançadas permanecem aguardando:

a) o resultado dos testes de triagem laboratorial do Doador;

b) o resultado dos testes de controle de qualidade;

c) o término do processamento, embalagem, preservação, etiquetagem e assinatura final para liberação; ou

d) a definição quanto ao seu destino, no caso de produtos envolvidos em recall ou que não atendam às especificações de qualidade definidas pelo Centro de Processamento Celular;

XXX - queixa técnica: qualquer notificação de suspeita de alteração ou irregularidade de um produto ou empresa relacionada a aspectos técnicos ou legais, independentemente da ocorrência de dano à saúde individual e coletiva;

XXXI - rastreabilidade: capacidade de recuperação do histórico, desde a seleção do Doador/paciente e da coleta ou obtenção do material biológico até a liberação para uso do produto que está sendo considerado, por meio de identificações e registros;

XXXII - reação adversa: tipo de Evento Adverso caracterizado por uma resposta não intencional no Doador ou no Receptor, associada aos procedimentos que envolvem a coleta do material biológico ou o Uso Terapêutico de células e Produtos de Terapias Avançadas, que resulte em transmissão de infecções, óbito ou risco à vida, deficiência ou condições de incapacitação, necessidade de intervenção médica ou cirúrgica, hospitalização ou prolongamento da hospitalização, morbidade, dentre outros;

XXXIII - receptor: indivíduo que recebe o transplante, a infusão ou o implante de células ou Produtos de Terapias Avançadas;

XXXIV - responsável legal: pessoa física que assume legalmente a administração do Centro de Processamento Celular;

XXXV - responsável técnico: profissional legalmente habilitado, com formação de nível superior e inscrito no respectivo conselho de classe, que assume a responsabilidade técnica do Centro de Processamento Celular, bem como a responsabilidade final pela qualidade e segurança das células e dos Produtos de Terapias Avançadas fornecidos para Uso Terapêutico e para pesquisa clínica;

XXXVI - sala: Ambiente delimitado por paredes em todo o seu perímetro, com uma ou mais portas, podendo conter janelas ou dispositivos para visualização externa do seu interior;

XXXVII - sala dedicada: Sala destinada à produção de um único tipo de produto;

XXXVIII - sistema aberto: quando há a exposição do material biológico ou produto ao ambiente. A inserção de agulha ou equivalente em dispositivo de perfuração e vedação de bolsas plásticas, para coleta de alíquotas, não é considerada como abertura de sistema desde que realizada no interior de um Ambiente Limpo ISO 5;

XXXIX - sistema CEP/CONEP: é integrado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde e pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), compondo um sistema que utiliza mecanismos, ferramentas e instrumentos próprios de inter-relação, num trabalho cooperativo que visa, especialmente, a proteção dos participantes de pesquisa do Brasil, de forma coordenada e descentralizada;

XL - sistema fechado: quando não há a exposição do material biológico ou produto ao ambiente. Considera-se processamento em Sistema Fechado, por exemplo, a transferência de componente(s) do material biológico entre bolsas plásticas e bolsas plásticas satélites ou bolsas plásticas de transferência unidas por meio de equipamento de conexão estéril de tubos;

XLI - sistema de gestão da qualidade: sistema de gestão que dirige e controla as atividades de uma organização, no que diz respeito à qualidade;

XLII - termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE): documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do indivíduo ou de seu Responsável Legal, de forma escrita, devendo conter as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o completo esclarecimento sobre determinado procedimento;

XLIII - transplante convencional de células progenitoras hematopoéticas (CPH): tipo de terapia celular com finalidade de tratamento ou de resgate após quimioterapia para tratamento de doenças oncológicas, hematológicas ou imunológicas;

XLIV - uso terapêutico: transferência de células ou de Produto de Terapia Avançada em um mesmo indivíduo (uso autólogo) ou entre indivíduos (uso alogênico), com o objetivo de obter propriedade terapêutica comprovada por meio de transplante, infusão ou implante para os fins desta Resolução, excluindo-se dessa definição o uso em pesquisa clínica;

XLV - validação: conjunto de ações utilizadas para provar que processos ou sistemas produzam o resultado esperado; e

XLVI - vestiário de barreira: local que deve possuir áreas para higienização das mãos e para paramentação, e servir de barreira à Sala de processamento, de forma a assegurar o acesso dos profissionais portando roupas de uso exclusivo.

CAPÍTULO II

ASPECTOS GERAIS

Art. 8° É responsabilidade do Centro de Processamento Celular garantir a qualidade e a segurança das Células e dos Produtos de Terapias Avançadas Disponibilizadospara Uso Terapêutico e pesquisa clínica.

Parágrafo único. Somente devem ser disponibilizadas células humanas e Produtos de Terapias Avançadas que estejam de acordo com as Boas Práticas em Células Humanas descritas nesta Resolução.

Art. 9° As células humanas que não se enquadram na definição de Produtos de Terapias Avançadas constante desta Resolução somente poderão ser disponibilizadas para pesquisa clínica após a aprovação do respectivo projeto de pesquisa clínica pelo Sistema CEP/CONEP.

Parágrafo único. As células humanas de que trata o caput deste artigo somente poderão ser disponibilizadas para terapia mediante a comprovação de que o respectivo procedimento terapêutico se encontra autorizado pelos Conselhos de Classe Profissional.

Art. 10. Os Produtos de Terapias Avançadas somente poderão ser disponibilizados para pesquisa clínica após a aprovação do projeto de pesquisa clínica pelo Sistema CEP/CONEP e pela Anvisa; e somente poderão ser disponibilizados para terapia mediante a regularização do produto junto à Anvisa.

Art. 11. O Centro de Processamento Celular deve possuir licença sanitária vigente, emitida pelo órgão de vigilância sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal, salvo estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, aos quais se aplica o disposto no parágrafo único do art. 10 da Lei n o 6.437, de 20 de agosto de 1977, e disposições legais estaduais, municipais ou do Distrito Federal complementares.

§ 1° O estabelecimento de saúde que possuir um Centro de Processamento Celular em suas dependências pode solicitar a inclusão da descrição dessa atividade na sua licença sanitária, mediante o cumprimento do disposto nesta Resolução, cabendo ao órgão de vigilância sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal a deliberação sobre esta solicitação.

§ 2° A renovação da licença sanitária deverá ser solicitada ao órgão de vigilância sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal.

Art. 12. Caso o Centro de Processamento Celular encerre suas atividades, deverá informar este fato à autoridade sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal e à Anvisa, e responsabilizar-se pelo destino das células e Produtos de Terapias Avançadas armazenados e pela manutenção dos respectivos registros de processo, pelo período de tempo previsto nesta Resolução.

Parágrafo único. O Centro de Processamento Celular pode compartilhar essa responsabilidade com o estabelecimento de saúde ao qual estiver vinculado, quando couber.

Art. 13. Em caso de roubo, furto ou extravio de células ou Produtos de Terapias Avançadas ocorrido em estabelecimento de saúde ou durante transporte, o fato deve ser notificado ao órgão de vigilância sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal e à Anvisa, no prazo máximo de 1 (um) dia útil após o ocorrido.

§ 1° As notificações ao órgão de vigilância sanitária competente e à Anvisa devem ser instruídas com os seguintes dados:

I - detalhamento do material roubado, furtado ou extraviado, incluindo tipo e finalidade, quantidade e código de identificação;

II - data e local do roubo, furto ou extravio; e

III - nome da empresa transportadora, órgão transportador ou pessoa responsável pelo transporte, se for o caso.

§ 2º A cópia do boletim de ocorrência deverá ser encaminhada aos órgãos sanitários competentes, dispostos no caput deste artigo, assim que disponível.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES TÉCNICAS

Seção I

Competências

Art. 14. São competências do Centro de Processamento Celular:

I - realizar busca de potenciais Doadores e entrevista familiar, quando Doador falecido, ou entrevista com o próprio Doador vivo ou seu Responsável Legal, quando menor de idade ou incapaz;

II - verificar se foi realizada ou realizar a seleção de Doadores, ou seja, a realização da triagem clínica, social, física, laboratorial e demais avaliações pertinentes necessárias à identificação de possíveis contraindicações à doação, à coleta ou à utilização das células e Produtos de Terapias Avançadas;

III - efetuar a coleta das células ou receber células coletadas por equipes de coletas de outros estabelecimentos, centros de transplante, serviços de hemoterapia ou centros hospitalares;

IV - acondicionar e transportar células e amostras do local de coleta até o Centro de Processamento Celular;

V - avaliar, processar e acondicionar células, Produtos de Terapias Avançadas e alíquotas para testes futuros;

VI - armazenar células, Produtos de Terapias Avançadas e alíquotas para testes futuros;

VII - liberar e disponibilizar células e Produtos de Terapias Avançadas para Uso Terapêutico e/ou pesquisa clínica;

VIII - fornecer ao profissional solicitante do produto todas as informações necessárias a respeito das células e Produtos de Terapias Avançadas;

IX - implantar um Sistema de Gestão da Qualidade tal como definido nesta Resolução;

X - descartar células e Produtos de Terapias Avançadas; e

XI - arquivar os documentos de forma a preservar a Rastreabilidade dos Doadores, das células e Produtos de Terapias Avançadas fornecidos para Uso Terapêutico, pesquisa, ensino, treinamento, controle de qualidade, Validação de processos ou descartados e dos Receptores, bem como manter a segurança e confidencialidade dos documentos e registros de forma que sejam facilmente recuperáveis, conforme Subseção III da Seção II deste Capítulo.

Art. 15. É permitido ao Centro de Processamento Celular terceirizar ou delegar as atividades que lhe competem, com exceção das atividades descritas nos incisos V, VII, VIII e IX do art. 14, observados normativos e disposições legais aplicáveis.

§ 1º É permitida a terceirização ou a delegação do armazenamento, após o término da Quarentena, de células e de Produtos de Terapias Avançadas, sendo que isto não se aplica às alíquotas para testes futuros que não são armazenadas conjuntamente às células e aos Produtos de Terapias Avançadas.

§ 2º A execução das atividades terceirizadas ou delegadas deve ser firmada por meio de contrato, convênio ou termo de responsabilidade com o prestador do serviço, conforme Subseção VIII da Seção II do Capítulo III desta Resolução.

§ 3° Caso as atividades descritas no § 2° deste artigo sejam firmadas por outras instituições que não o Centro de Processamento Celular, por órgão integrante do Sistema Nacional de Transplantes (SNT) ou por órgão delegado da Coordenação Geral do SNT, o Centro de Processamento Celular deve possuir uma cópia do respectivo contrato, convênio ou termo de responsabilidade.

Seção II

Sistema de Gestão da Qualidade e da Garantia da Qualidade

Art. 16. O Centro de Processamento Celular deve implementar Sistema de Gestão da Qualidade, o qual determinará a implantação da Política da Qualidade.

§ 1° A Política da Qualidade deve estar expressa em documento formalmente constituído e autorizado pela Direção do Centro de Processamento Celular, contendo as intenções e diretrizes globais relativas à qualidade.

§ 2° O Sistema de Gestão da Qualidade deve possuir os seguintes elementos básicos:

I - instalações, procedimentos, processos e recursos organizacionais apropriados; e

II - ações de Garantia da Qualidade.

Art. 17. A Garantia da Qualidade deve estar descrita no Manual da Qualidade e ser de conhecimento de todos os funcionários do estabelecimento.

Art. 18. O Manual da Qualidade deve contemplar ou referenciar, no mínimo:

I - a previsão de ações de Garantia da Qualidade;

II - a identificação de quais processos farão parte da Garantia da Qualidade e a forma como as exigências da qualidade serão alcançadas;

III - a previsão de infraestrutura e recursos adequados, incluindo o pessoal definido para realizar as atividades de Garantia da Qualidade; e

IV - o código de ética e conduta do estabelecimento.

Art. 19. As ações da Garantia da Qualidade devem assegurar:

I - o planejamento e o desenvolvimento de todas as atividades relacionadas ao Centro de Processamento Celular, de acordo com as exigências técnicas e legais, bem como com as Boas Práticas em Células Humanas;

II - a elaboração de Regimento Interno;

III - a adequação da qualificação e da capacitação dos profissionais às funções que desempenham;

IV - a realização de todos os controles necessários relativos aos processos críticos, equipamentos, instrumentos, materiais, reagentes, produtos para diagnóstico in vitro, sistemas informatizados e fornecedores, e outros controles em processos, Validações, Qualificações e calibrações;

V - a Validação dos processos críticos do Centro de Processamento Celular e o monitoramento dos parâmetros críticos estabelecidos e aprovados pelo respectivo processo de Validação;

VI - a implantação de um sistema de Gestão de Documentos;

VII - o processamento, a liberação e a disponibilização de células e Produtos de Terapias Avançadas em conformidade com as especificações estabelecidas pelo Centro de Processamento Celular, com exceção da condição de Liberação Excepcional de produtos prevista no art. 54 desta Resolução;

VIII - a não liberação e não disponibilização de células e Produtos de Terapias Avançadas antes da revisão e aprovação final pelos responsáveis;

IX - a realização de auditorias internas periódicas para verificar conformidade com as normas aplicáveis;

X - o cumprimento das regras de biossegurança e higiene;

XI - a identificação, o registro, a investigação e a execução de ações corretivas e preventivas relacionadas às Queixas Técnicas e aos Eventos Adversos - incluindo erros, acidentes, reclamações e ocorrência de Reações Adversas - ocorridos desde o processo de coleta até o fornecimento e uso do produto;

XII - a notificação de informações, Queixas Técnicas e Eventos Adversos, tal como definido nos arts. 12 e 13 desta Resolução e na Seção XVI deste Capítulo;

XIII - a implantação de sistema de recolhimento de células e Produtos de Terapias Avançadas;

XIV - a implantação de sistema de controle de mudanças; e

XV - a realização de avaliações regulares dos processos críticos validados, bem como da qualidade das células e Produtos de Terapias Avançadas liberados e disponibilizados, com o objetivo de verificar a consistência dos processos e assegurar a melhoria contínua.

Subseção I

Boas Práticas em Células Humanas

Art. 20. Produtos de Terapias Avançadas sejam obtidos, transportados, processados, armazenados, liberados e disponibilizados de acordo com padrões de qualidade e segurança necessários ao Uso Terapêutico ou à pesquisa clínica.

Art. 21. As Boas Práticas em Células Humanas determinam que:

I - todas as atividades desenvolvidas no Centro de Processamento Celular sejam claramente definidas e sistematicamente revisadas;

II - sejam fornecidos todos os recursos necessários à realização das atividades desenvolvidas no Centro de Processamento Celular, incluindo:

a) pessoal qualificado e capacitado;

b) infraestrutura física;

c) equipamentos, instrumentos, sistemas informatizados, fornecedores, serviços de apoio e, se for o caso, serviços terceirizados;

d) materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro; e

e) POPs aprovados e vigentes.

III - os POPs sejam escritos em linguagem clara e inequívoca;

IV - sejam realizadas as Validações, Qualificações e calibrações necessárias;

V - os registros sejam feitos durante as atividades realizadas para demonstrar que todas as etapas constantes nos POPs foram seguidas e que a quantidade e a qualidade do produto obtido estejam em conformidade com o esperado;

VI - os registros que possibilitam a Rastreabilidade das células e Produtos de Terapias Avançadas sejam arquivados de forma segura, organizada e com fácil acesso;

VII - esteja implementado um sistema capaz de recolher qualquer célula ou Produto de Terapia Avançada não conforme, cuja não conformidade tenha sido detectada após a sua distribuição, e que torna o produto desqualificado para Uso Terapêutico ou pesquisa clínica; e

VIII - sejam tomadas e registradas medidas cabíveis com relação às células e Produtos de Terapias Avançadas não conformes e, quando couber, adotadas providências para a prevenção de recorrências.

Subseção II

Regimento Interno

Art. 22. O Centro de Processamento Celular deve possuir Regimento Interno atualizado, como parte integrante do Manual da Qualidade, no qual constem os seguintes itens:

I - finalidade do estabelecimento;

II - atividades desenvolvidas;

III - organograma, descrevendo a estrutura de pessoal; e

IV - relação nominal, acompanhada da correspondente assinatura de todo o pessoal, conforme Seção III deste Capítulo, indicando a qualificação, as funções e as responsabilidades de cada profissional.

Parágrafo único. A relação nominal mencionada no inciso IV deste artigo pode estar presente na forma de um anexo do Regimento Interno, no intuito de facilitar as suas atualizações.

Subseção III

Gestão de Documentos

Art. 23. O Centro de Processamento Celular deve implementar sistema de Gestão de Documentos que abranja e descreva as regras para a padronização, controle, elaboração, modificação, aprovação, divulgação, manutenção, arquivamento e revisão periódica de documentos.

Art. 24. A Gestão de Documentos deve assegurar que:

I - a geração de documentos siga as etapas recomendadas para o seu desenvolvimento;

II - estejam em uso apenas documentos atualizados e aprovados, sendo evitado o uso injustificado de documentos obsoletos;

III - as versões atuais dos documentos estejam disponíveis em todos os locais de seu uso e aos funcionários que executarão as atividades referenciadas ou necessitem realizar consulta;

IV - todos os documentos revisados e as alterações realizadas sejam devidamente aprovados;

V - haja o controle das alterações efetivadas bem como a manutenção do histórico de todas as versões dos documentos; e

VI - todas as atividades do Centro de Processamento Celular estejam descritas e documentadas em POPs.

§ 1º Os documentos devem ser de caráter confidencial e o acesso a eles deve ser limitado a pessoas autorizadas pelo Responsável Técnico e à autoridade sanitária, para fins de inspeção e medidas de controle.

§ 2º Os documentos devem ser redigidos com clareza, precisão e ordem lógica, de modo a evitar ambiguidade e imprecisão.

§ 3º Os documentos devem ser revisados conforme período estabelecido pelo Centro de Processamento Celular e sempre que necessário.

Art. 25. Os documentos podem estar na forma impressa, eletrônica, microfilmada ou outro meio idôneo, de forma que sejam facilmente recuperáveis e que garantam a sua Rastreabilidade.

Parágrafo único. No caso do uso de meio eletrônico, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

I - os dados devem ser armazenados em cópias de segurança e o Centro de Processamento Celular deve comprovar que o sistema é protegido contra fraudes e permite a identificação de alterações de dados; e

II - o sistema deve ser validado, possuir gestão de acesso, e o Centro de Processamento Celular deve prever planos de urgência e medidas de substituição que permitam o funcionamento do sistema ou alternativas que mantenham o acesso às informações necessárias no caso de falhas.

Art. 26. Os documentos devem ser protegidos por meios físicos ou eletrônicos contra danos acidentais ou voluntários, em conformidade com a regulamentação em vigor relativa à proteção contra incêndios, bem como ser mantidos em condições ambientais compatíveis com a manutenção de sua integridade.

Art. 27. O Centro de Processamento Celular deve manter arquivados, por no mínimo 20 (vinte) anos contados da distribuição ou descarte das células ou Produtos de Terapias Avançadas, os seguintes documentos ou informações sobre:

I - o Doador, incluindo sua triagem clínica, social, física e laboratorial;

II - a coleta das células;

III - o Acondicionamento e transporte das células do local de coleta ao Centro de Processamento Celular;

IV - o processamento, Acondicionamento e armazenamento das células e Produtos de Terapias Avançadas;

V - os resultados dos testes de controle da qualidade;

VI - a liberação das células e Produtos de Terapias Avançadas;

VII - o motivo do descarte das células e Produtos de Terapias Avançadas;

VIII - a solicitação e a disponibilização de células e Produtos de Terapias Avançadas para Uso Terapêutico;

IX - a solicitação e disponibilização de células e Produtos de Terapias Avançadas para pesquisa, ensino, treinamento, controle de qualidade e/ou Validação de processos;

X - as notificações de transplantes, infusões ou implantes realizados e não realizados;

XI - o documento favorável à realização da pesquisa clínica emitido pelo Sistema CEP/CONEP e, quando couber, pela Anvisa e outros órgãos competentes;

XII - o TCLE para doação e para demais procedimentos realizados pelo Centro de Processamento Celular;

XIII - os Eventos Adversos relacionados a todas as atividades desenvolvidas;

XIV - as Reações Adversas relacionadas à obtenção das células, no caso de Doador vivo, e ao uso destas e dos Produtos de Terapias Avançadas;

XV - as Queixas Técnicas dos equipamentos, instrumentos, materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro utilizados; e

XVI - os relatórios de não conformidades e as medidas adotadas.

§ 1º Além dos documentos descritos acima, o Centro de Processamento Celular pode definir outros documentos críticos a serem arquivados por no mínimo 20 (vinte) anos contados da distribuição ou descarte das células e Produtos de Terapias Avançadas.

§ 2º Os documentos considerados não críticos pelo Centro de Processamento Celular devem ser arquivados por no mínimo 5 (cinco) anos contados da distribuição ou descarte das células e Produtos de Terapias Avançadas.

Art. 28. O Centro de Processamento Celular pode contratar serviços especializados em arquivamento e guarda de documentos, desde que atendidas às exigências desta Resolução.

Art. 29. As formas e os detalhamentos sobre a manutenção dos documentos devem estar definidos em POP descrevendo, no mínimo:

I - o local de arquivamento referente a cada documento ou grupo de documentos;

II - a duração, frequência de realização de backups e suporte, quando aplicável;

III - o método utilizado; e

IV - as pessoas autorizadas a consultar os arquivos.

Subseção IV

Qualificação e Validação

Art. 30. O Centro de Processamento Celular deve implementar ações de Qualificação e Validação necessárias para comprovar que todos os processos definidos como críticos estejam sob controle, de forma a não tornar as células e os Produtos de Terapias Avançadas clinicamente ineficazes ou prejudiciais para o Receptor.

Art. 31. O Centro de Processamento Celular deve definir e documentar em Plano Mestre de Validação os elementos essenciais de seu programa de Qualificação e Validação contendo, quando couber, as seguintes etapas:

I - Qualificação de projeto (QP);

II - Qualificação de instalação (QI);

III - Qualificação de operação (QO); e

IV - Qualificação de desempenho (QD).

§ 1º Os processos críticos somente devem ser implementados no Centro de Processamento Celular com base nos resultados das Validações realizadas.

§ 2º Os valores de referência definidos previamente ao início da Validação podem ser baseados em estudos efetuados pelo próprio Centro de Processamento Celular ou em dados de estudos publicados.

§ 3º Os resultados e as conclusões das qualificações e Validações devem ser registrados.

Art. 32. Qualquer mudança na infraestrutura física, equipamentos, instrumentos, sistemas informatizados ou processos que possa afetar a qualidade do produto, direta ou indiretamente, deve ser qualificada ou validada.

Art. 33. Todas as etapas dos processos considerados críticos devem ser submetidas a avaliação ou revisãoperiódica, a fim de assegurar que continuam a produzir os resultados esperados.

Subseção V

Biossegurança e Higiene

Art. 34. Todo material biológico humano, por ser potencialmente infeccioso, deve ser manipulado conforme as normas de biossegurança aplicáveis.

Art. 35. O Centro de Processamento Celular deve manter atualizadas e disponibilizar, a todos os funcionários, POPs de biossegurança e higiene, contemplando, no mínimo, os seguintes itens:

I - normas e condutas de segurança biológica, química, física, ocupacional e ambiental, e de higiene;

II - comportamento geral dos profissionais no Centro de Processamento Celular e, em particular, comportamento nos Ambientes Limpos ou de risco;

III - higiene e vestuário dos profissionais que trabalham nos Ambientes Limpos;

IV - instruções de uso para os equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs);

V - procedimentos em caso de exposição acidental a um produto biológico ou perigoso;

VI - limpeza de materiais, equipamentos e instrumentos;

VII - descarte de resíduos; e

VIII - manuseio durante o transporte de material biológico.

Art. 36. Devem estar afixados na entrada de cada setor do Centro de Processamento Celular avisos explícitos relativos à classificação do nível de biossegurança dos Ambientes, bem como às regras de higiene e EPIs e EPCs necessários.

Parágrafo único. O acesso aos diferentes Ambientes deve ser reservado aos profissionais autorizados.

Art. 37. Todos os profissionais que trabalham no Centro de Processamento Celular devem ter a sua vacinação obrigatória em dia, conforme normas do Ministério da Economia.

Art. 38. Todo o pessoal, incluindo o pessoal de limpeza, que realiza o seu trabalho em Salas de criopreservação, onde estão presentes recipientes criogênicos com nitrogênio líquido ou gasoso, ou qualquer outro fluido ou gás a baixa temperatura, deve ser capacitado quanto ao comportamento nesse Ambiente e informado quanto ao risco de anóxia e de queimaduras associadas à presença e manipulação destes fluidos ou gases liquefeitos.

Art. 39. A infraestrutura física, os materiais, os equipamentos e os instrumentos utilizados no Centro de Processamento Celular devem ser mantidos Limpos e em condições de higiene, e a periodicidade dos procedimentos de limpeza e desinfecção deve estar descrita em POPs, mantendo-se o registro das limpezas realizadas.

Parágrafo único. Os saneantes utilizados devem ser categorizados como produtos de uso profissional/hospitalar e estar regularizados junto à Anvisa, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 59, de 17 de dezembro de 2010, e pelas Resoluções de Diretoria Colegiada - RDCs específicas, por categorias de produto, ou suas alterações, e devem ser utilizados conforme instruções de uso do fabricante.

Art. 40. Os Ambientes utilizados para processamento ou para outras atividades onde há a possibilidade de contaminação cruzada das células ou Produtos de Terapias Avançadas ou exposição a patógenos do sangue devem ser submetidos a limpeza antes do início das atividades do dia, entre cada lote de células ou Produtos de Terapias Avançadas e ao final das atividades diárias, de forma rotineira, programada e documentada.

Subseção VI

Aspectos gerais do Controle de Qualidade

Art. 41. O Centro de Processamento Celular deve implementar ações de controle de qualidade, com o objetivo de:

I - contribuir para que as células e os Produtos de Terapias Avançadas somente sejam liberados e disponibilizados depois que todos os parâmetros relacionados com a segurança e a qualidade do produto, ao longo de todos os processos realizados, tenham sido alcançados e julgados como satisfatórios; e

II - contribuir para que a variabilidade dos diversos processos seja mantida sob controle e dentro de limites aceitáveis.

Art. 42. O controle de qualidade deve, no mínimo:

I - definir os parâmetros de análise e métodos analíticos para materiais, reagentes, produtos para diagnóstico in vitro, células e Produtos de Terapias Avançadas, e controles em processo;

II - definir os procedimentos de amostragem;

III - definir os procedimentos para monitoramento ambiental;

IV - realizar Qualificações e Validações necessárias relacionadas ao controle de qualidade;

V - monitorar o desempenho dos serviços terceirizados;

VI - monitorar os Ambientes e os equipamentos críticos, em intervalos de tempo específicos;

VII - estabelecer os requisitos para aceitação de lote de materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro antes de entrarem em uso;

VIII - verificar, antes da liberação do produto, o cumprimento dos requisitos mínimos para a segurança e a qualidade das células e Produtos de Terapias Avançadas, conforme disposto nesta Resolução, por meio da revisão dos registros das etapas críticas e dos controles de qualidade;

IX - assegurar que os resultados ou medições fora dos limites aceitáveis sejam investigados;

X - implementar e registrar as ações corretivas e preventivas, quando resultados ou medições se apresentarem fora dos limites aceitáveis e determinar o impacto deste desvio na qualidade e segurança do produto;

XI - aprovar mudanças que afetam a qualidade das células e Produtos de Terapias Avançadas;

XII - avaliar a necessidade de recolhimento de Células e Produtos de Terapias Avançadas Distribuídos; e

XIII - assegurar que as reclamações e devoluções de células e Produtos de Terapias Avançadas relacionadas à qualidade sejam registradas, investigadas e, quando necessário, que as ações corretivas e preventivas sejam implementadas.

Art. 43. Os POPs dos controles de qualidade realizados, inclusive dos controles em processo, devem abranger:

I - lista de parâmetros e processos a serem analisados;

II - forma de controle e frequência dos testes;

III - especificações de amostragem, quando couber;

IV - limites e critérios de aceitabilidade para os resultados das análises; e

V - avaliação e registro dos resultados das análises.

Art. 44. O Centro de Processamento Celular deve realizar controle microbiológico de seus Ambientes e dos equipamentos que necessitem desse controle, incluindo da incubadora de CO2 destinada ao cultivo de células e Produtos de Terapias Avançadas para fins de Uso Terapêutico ou pesquisa clínica, a intervalos de tempo definidos pelo de acordo com seu fluxo de trabalho.

§ 1° O controle microbiológico dos Ambientes Limpos é obrigatório e deve ser realizado, pelo menos, durante a condição "em operação".

§ 2º Os Ambientes não devem ser contaminados pelos métodos de amostragem utilizados.

Art. 45. O Centro de Processamento Celular que armazene CPH para transplante convencional deve realizar avaliação anual da viabilidade celular e, para as Células Progenitoras Hematopóeticas de medula óssea (CPH-MO), também, o teste de unidades formadoras de colônias totais ou granulocíticas e monocíticas (CFU ou CFU-GM), de percentual de unidades criopreservadas de cada Dispositivo de Armazenamento, conforme definido pelo estabelecimento.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento do caput deste artigo, é aceitável análise da viabilidade e, quando couber, o teste de CFU ou CFU-GM em unidades de CPH destinadas para controle de qualidade e em unidades fornecidas para Uso Terapêutico.

Art. 46. Os resultados do controle de qualidade devem ser analisados e, quando estiverem fora dos critérios predefinidos, devem ser adotadas ações preventivas e corretivas, mantendo-se os registros dos resultados, das não conformidades e medidas adotadas.

Subseção VII

Controle de Qualidade das células e Produtos de Terapias Avançadas

Art. 47. O método utilizado para a realização do controle de qualidade não deve comprometer a integridade das células ou dos Produtos de Terapias Avançadas, a menos que estes materiais biológicos sejam descartados após a realização do respectivo teste.

Parágrafo único. A amostra para a realização do controle de qualidade deve ser representativa do que está sendo amostrado, apresentar Rastreabilidade e ser devidamente adaptada ao método de controle utilizado, se for o caso, mediante Validação, para fins de comprovação da sensibilidade do método.

Art. 48. As células e os Produtos de Terapias Avançadas somente podem ser liberados para Uso Terapêutico e pesquisa clínica depois de observados os critérios definidos na Seção V deste Capítulo, além de realizados os seguintes testes:

I - para CPH-MO, para fins de transplante convencional, em amostra do produto pós-processamento e antes da adição de crioprotetores:

a) contagens celulares: número total de células nucleadas;

b) teste de viabilidade celular;

c) testes microbiológicos, neste caso deve-se seguir o disposto no art. 49 desta Resolução; e

d) volume residual de hemácia ou hematócrito do produto, quando houver incompatibilidade ABO maior ou bidirecional.

II - para Células Progenitoras Hematopóeticas de sangue periférico (CPH-SP), para fins de transplante convencional, em amostra do produto pós-processamento e antes da adição de crioprotetores:

a) contagens celulares: número total de células nucleadas;

b) teste de viabilidade celular;

c) fenotipagem celular: contagem de células CD34+ viáveis;

d) testes microbiológicos, neste caso deve-se seguir o disposto no art. 49 desta Resolução; e

e) volume residual de hemácia ou hematócrito do produto, quando houver incompatibilidade ABO maior ou bidirecional.

III - para Células Progenitoras Hematopóeticas de sangue de cordão umbilical e placentário (CPH-SCUP), para fins de transplante convencional, em amostra do produto:

a) hemograma completo, por meio de contagem automatizada, em amostra do produto obtida antes do processamento;

b) tipagem ABO e RhD, antes do processamento ou podendo ser realizada em amostra coletada a qualquer momento antes da adição de crioprotetores;

c) teste para detecção de hemoglobinas anormais, com distinção das hemoglobinas A, A2, S e C, e se estas se encontram em heterozigose ou homozigose, em amostra coletada a qualquer momento antes da adição de crioprotetores;

d) determinação de antígenos HLA, em caso de uso alogênico;

e) contagens celulares: número total de células nucleadas e eritroblastos, em amostra do produto obtida após o processamento e antes da adição de crioprotetores;

f) teste de viabilidade celular, em amostra do produto obtida após o processamento e antes da adição de crioprotetores;

g) fenotipagem celular: contagem de células CD34+ viáveis, em amostra do produto obtida após o processamento e antes da adição de crioprotetores; e

h) testes microbiológicos, neste caso deve-se seguir o disposto no art. 49 desta Resolução.

IV - para células (que não CPH-MO, CPH-SP ou CPH-SCUP, para fins de transplante convencional) e Produtos de Terapias Avançadas, em amostra do Produto Final:

a) contagem do total de células relevantes;

b) teste de identidade ou fenotipagem apropriado para o produto e quantificação das populações celulares presentes;

c) viabilidade celular;

d) teste de pureza: inclui, quando couber, a verificação de substâncias ou células que possam ser prejudiciais ao Receptor e, no caso de Manipulação Extensa, obrigatoriamente a verificação da presença de endotoxinas;

e) testes microbiológicos: deve-se seguir o disposto no art. 49 desta Resolução e, quando aplicável, realizar a repetição dos respectivos testes no Produto Final, e, em caso de Manipulação Extensa, incluir também o teste para detecção de contaminação por micoplasma;

f) detecção de ácido nucleico dos vírus CMV, HIV-1 e HIV-2, HTLV-I e HTLV-II, EBV, HBV, HCV e B19, e, caso aplicável, de outros agentes virais de relevância clínica em humanos, somente em caso de Manipulação Extensa para uso alogênico;

g) citogenética, somente em caso de Manipulação Extensa; e

h) teste de potência, quando couber: a atividade biológica relevante das células, caso conhecida, ou dos produtos sintetizados pela célula deverá ser definida e quantificada.

§ 1° Os testes das alíneas "a" e "b" do inciso I e "a", "b" e "c" do inciso II deste artigo podem ser realizados exclusivamente em amostra do produto obtida antes do processamento, quando o produto não for submetido à deseritrocitação ou a outro processo que possa afetar significantemente os parâmetros de contagem e viabilidade das células nucleadas totais e das células CD34+.

§ 2° Na hipótese do § 1° deste artigo, o estabelecimento deve comprovar, por meio de Validação de processo, que a desplasmatização, por si só, não afeta significantemente os parâmetros relevantes: contagem e viabilidade de células nucleadas totais e de células CD34+.

§ 3° Caso determinados testes de liberação do produto - das alíneas "d", "e", "f", "g" e "h" do inciso IV deste artigo - não possam ser realizados no Produto Final, mas apenas em produto intermediário e/ou como controles em processo, ou não sejam considerados aplicáveis ao produto em questão e, logo, desobrigados de realização, tal fato deve ser devidamente justificado.

Art. 49. Os testes microbiológicos para detecção de contaminação bacteriana (aeróbica e anaeróbica) e fúngica, e quando couber, contaminação por micoplasma, devem ser feitos, no mínimo, em amostras do produto pós-processamento e antes da criopreservação, antes ou após a adição de crioprotetores.

Art. 50. Em caso de necessidade do Uso Terapêutico das células anteriormente à obtenção dos resultados das análises microbiológicas do produto, o fornecimento do material biológico poderá ocorrer mediante o registro da justificativa formal realizada pelo profissional responsável pela sua disponibilização.

§ 1° Logo que disponíveis, os resultados de que trata o caput deste artigo devem ser registrados e comunicados ao profissional responsável pelo paciente Receptor.

§ 2° As determinações do caput deste artigo não se aplicam aos Produtos de Terapias Avançadas passíveis de registro junto à Anvisa, pois estes produtos somente poderão ser liberados após a obtenção de resultados negativos nos testes dispostos na alínea "e" do inciso IV do art. 48 desta Resolução, considerando ainda a previsão contida no § 3° do mesmo art. 48.

Art. 51. Em caso de resultado microbiológico positivo deve-se proceder à identificação do microrganismo, à investigação das causas da contaminação e, quando for o caso, à realização de ações preventivas e corretivas.

Parágrafo único. Para produtos com teste microbiológico positivo, o Centro de Processamento Celular deve possuir POP para o gerenciamento do risco relativo às demais células e Produtos de Terapias Avançadas deste mesmo Doador, que ainda se encontrem armazenados ou que já tenham sido distribuídos.

Art. 52. Além dos testes definidos nesta Resolução, o Centro de Processamento Celular pode estabelecer outros requisitos para liberação de produtos para Uso Terapêutico.

Art. 53. O Centro de Processamento Celular deve estabelecer em POPs os métodos dos testes utilizados em cada análise e os valores ou faixas de valores aceitáveis para as características críticas definidas para cada produto, tais como quantidade mínima e recuperação de populações específicas de células, viabilidade celular, identificação celular, esterilidade e ensaios funcionais.

Art. 54. O Centro de Processamento Celular deve manter POP prevendo a possibilidade da ocorrência de Liberação Excepcional de produtos, devido a situações emergenciais ou em circunstâncias clínicas especiais do Receptor.

§ 1° A Liberação Excepcional de produto exige avaliação que considere a relação risco-benefício do uso deste produto, em decisão conjunta envolvendo o Centro de Processamento Celular, a equipe de profissionais responsável pelo paciente e o Receptor ou seus Responsáveis Legais, sendo que o contato entre os envolvidos deve ser documentado, mantendo-se os respectivos registros.

§ 2° No caso de ocorrência de Liberação Excepcional de produto, os parâmetros de qualidade e segurança não cumpridos, com seus respectivos resultados e faixas de referência ou aceitação, devem ser devidamente informados ao profissional que o utilizará.

§ 3° Doadores alogênicos com teste de detecção de ácido nucleico (NAT) positivo para HIV ou com teste sorológico confirmado para HIV nunca deverão ser utilizados.

§ 4° A Liberação Excepcional não se aplica aos Produtos de Terapias Avançadas passíveis de registro junto a Anvisa.

Art. 55. Caso o Centro de Processamento Celular disponibilize ou tenha a intenção de disponibilizar no futuro CPH-SCUP para transplante convencional, o Produto Final armazenado deve possuir:

I - teste microbiológico negativo; e

II - celularidade mínima de 5 x 10e8 (quinhentos milhões) de células nucleadas totais viáveis e 1,25 x 10e6 (um milhão e duzentos e cinquenta mil) células CD34+ viáveis.

§ 1° O Centro de Processamento Celular pode decidir por aumentar o valor mínimo aceito para armazenamento da unidade de CPH-SCUP em suas instalações, de acordo com sua política de qualidade.

§ 2° O armazenamento de CPH-SCUP, para uso alogênico aparentado ou autólogo, com teste microbiológico positivo ou com celularidade inferior a 5 x 10e8 (quinhentos milhões) de células nucleadas totais viáveis e/ou a 1,25 x 10e6 (um milhão e duzentos e cinquenta mil) células CD34+ viáveis, pode ser realizado em caso de indicação clínica para uso existente no momento da coleta ou diagnosticada no neonato.

Art. 56. A liberação de cada Lote de Células ou de Produto de Terapia Avançada deve ser acompanhada da identificação e assinatura do responsável por esta liberação.

Parágrafo único. Quando a liberação de lotes é realizada utilizando sistema computadorizado, o sistema deve estabelecer que somente as pessoas designadas podem liberar os lotes.

Subseção VIII

Terceirização de atividades

Art. 57. A terceirização de atividades do Centro de Processamento Celular deve ser realizada mediante contrato, convênio ou termo de responsabilidade com o prestador de serviço.

Parágrafo único. O contrato, convênio ou termo de responsabilidade deve descrever as relações estabelecidas entre as partes e definir as responsabilidades e os critérios mínimos relativos aos serviços contratados.

Art. 58. O prestador de serviços deve possuir infraestrutura física, equipamentos, conhecimento, além de experiência e pessoal competente para desempenhar satisfatoriamente o serviço solicitado pelo Centro de Processamento Celular e atender aos requisitos técnicos e legais.

§ 1° O Centro de Processamento Celular deve assegurar que todas as atividades terceirizadas sejam executadas de acordo com a regulamentação vigente e os critérios mínimos por ela estabelecidos.

§ 2° O Centro de Processamento Celular deve estabelecer critérios para avaliação periódica do contratado, e manter os registros destas avaliações.

Art. 59. A terceirização de atividades não exime o Centro de Processamento Celular quanto ao cumprimento dos requisitos técnicos e legais estabelecidos na legislação vigente, respondendo solidariamente com o prestador de serviços, perante as autoridades sanitárias, quanto aos aspectos técnicos, operacionais e legais inerentes à atividade terceirizada.

Art. 60. O prestador de serviços deve possuir alvará sanitário, licença de funcionamento ou licença sanitária, assim como outros tipos de autorizações/certificações sanitárias, conforme aplicável, emitida pelos órgãos de vigilância sanitária competente e que contemplem a atuação referente à atividade proposta, todas atualizadas e vigentes durante a prestação de serviços, salvo estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, os quais se aplica o disposto no parágrafo único do art. 10 da Lei n° 6.437, de 20 de agosto de 1977, e disposições legais estaduais, municipais ou do Distrito Federal complementares.

Parágrafo único. Ficam isentos da obrigatoriedade determinada no caput os prestadores de serviços que não são submetidos à legislação sanitária.

Subseção IX

Materiais e dos produtos para diagnóstico in vitro

Art. 61. Os materiais e os utilizados devem estar regularizados junto à Anvisa, respectivamente, de acordo com as Resoluções de Diretoria Colegiada - RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001, RDC n° 36, de 26 de agosto de 2015, e RDC n° 40, de 26 de agosto de 2015, e suas alterações.

Art. 62. O Centro de Processamento Celular deve manter registros da origem, validade e número do lote de todos os materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro utilizados.

Art. 63. Os materiais utilizados na coleta e processamento das células e Produtos de Terapias Avançadas,que com eles entrem em contato, devem ser estéreis, apirogênicos e, quando couber, não citotóxicos, de grau farmacêutico e de uso único.

§ 1° Deve existir procedimento de limpeza, desinfecção ou esterilização para os produtos para saúde passíveis de processamento, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 15, de 15 de março de 2012, e suas alterações.

§ 2° Materiais que explicitem em rótulo, bula ou embalagem a proibição ou inadequação para uso em humanos não devem ser empregados durante as atividades de coleta, processamento ou criopreservação de células e Produtos de Terapias Avançadas para Uso Terapêutico ou em pesquisa clínica.

Art. 64. Em caso de Produto de Terapia Gênica, devem ser mantidos os registros da realização dos testes de identidade, integridade, pureza e potência, relacionados à linhagem de células-mãe e vetor.

Art. 65. O reagente ou a solução preparados ou aliquotados pelo próprio devem ser identificados com rótulo contendo nome, concentração, número de lote e data de validade, além de informações referentes a riscos potenciais.

§ 1º Demais informações, tais como data de preparação do reagente, identificação de quem preparou ou aliquotou e condições de armazenamento, quando não constarem no rótulo, devem estar registradas em outro local, de forma que sejam rastreáveis.

§ 2º Devem ser mantidos registros do preparo e do controle de qualidade dos reagentes preparados e/ou aliquotados.

Art. 66. A utilização de materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro deve respeitar as recomendações de uso do fabricante, as condições de preservação e armazenamento e os prazos de validade, não sendo permitida a sua reValidação depois de expirada a validade.

Art. 67. O Centro de Processamento Celular que utilizar metodologias ou tecnologias próprias deve proceder a descrição e o registro das etapas do processo de desenvolvimento da metodologia ou tecnologia, bem como do protocolo e relatório de sua Validação.

Parágrafo único. É proibido o uso de metodologias próprias (in house) para a realização dos testes de triagem laboratorial do Doador, conforme art. 112 desta Resolução.

Art. 68. A utilização de produtos de origem animal deve ser evitada e, quando inevitável, justificada.

§ 1° Em caso de ser inevitável a utilização de produtos de origem animal, estes devem possuir certificação de ausência de agentes infecciosos e contaminantes, e observar as determinações da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 305, de 14 de novembro de 2002, e suas alterações.

§ 2º Para fatores de crescimento, devem ser estabelecidas medidas de identidade, pureza e potência, para assegurar reprodutibilidade das características da cultura celular.

Art. 69. O Centro de Processamento Celular deve realizar a Qualificação de fornecedores de materiais, de reagentes e de produtos para diagnóstico in vitro, com base em sua capacidade de atender aos requisitos previamente estabelecidos, em conformidade com as Resoluções de Diretoria Colegiada - RDC n° 185, 22 de outubro de 2001, Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 36 e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 40, ambas de 26 de agosto de 2015, e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 67, de 8 de outubro de 2007, e suas alterações, bem como em conformidade com a Farmacopeia Brasileira e o Formulário Nacional da Farmacopeia Brasileira, em suas edições mais atualizadas, sendo admitida a adoção de monografia oficial de códigos farmacêuticos estrangeiros, na ausência da referência nacional, se aplicável.

Art. 70. Os materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro adquiridos devem ser avaliados quanto aos parâmetros de análise e aceitação definidos pelo Centro de Processamento Celular, antes de entrarem em uso.

Subseção X

Equipamentos e instrumentos

Art. 71. O Centro de Processamento Celular deve:

I - possuir equipamentos e instrumentos de acordo com a sua complexidade, e em quantidade necessária ao atendimento de sua demanda;

II - manter POPs contendo as especificações, comportamentos em caso de incidentes, qualificação, manutenção e localização dos equipamentos e instrumentos, e disponibilizá-las aos funcionários do setor;

III - implementar programa de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;

IV - observar as condições necessárias para a instalação dos equipamentos, conforme as instruções do fabricante;

V - verificar e calibrar os instrumentos e equipamentos a intervalos regulares, em conformidade com o uso e instruções do fabricante; e

VI - manter registros da origem (fabricante) e série dos equipamentos e instrumentos utilizados.

§ 1° Todos os processos associados a determinado equipamento e instrumento, tais como as operações de verificação, Qualificação e requalificação e manutenções preventivas e corretivas devem ser planejados antes da sua realização e registrados, informando dia, responsável pela intervenção e descrição da intervenção, entre outras informações.

§ 2° O equipamento ou instrumento com defeito não deve ser utilizado, devendo ser retirado da área de trabalho ou identificado como fora de utilização, até a sua manutenção corretiva.

Art. 72. Os equipamentos e instrumentos utilizados, nacionais e importados, devem estar regularizados junto à Anvisa, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001, ou da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 40, de 26 de agosto de 2015, e suas alterações, e demais normas aplicáveis.

Art. 73. As planilhas de controle das rotinas de uso, manutenção, calibração e limpeza dos equipamentos e instrumentos devem estar disponíveis para consulta.

Art. 74. Deve haver dispositivos de monitoramento contínuo da temperatura interna e, quando couber, do nível de nitrogênio líquido e do nível de CO2.

§ 1° No caso dos equipamentos de armazenamento em que os produtos são imersos em nitrogênio líquido, o controle pode ser realizado apenas por determinação do nível de nitrogênio líquido no equipamento, sendo dispensado o monitoramento da temperatura interna.

§ 2° Quando os produtos forem mantidos em fase de vapor de nitrogênio é necessário que existam dispositivos de monitoramento contínuo da temperatura.

§ 3° Os registros de monitoramento devem ser realizados de forma periódica, tal como definido pelo Centro de Processamento Celular em POP.

Art. 75. Os refrigeradores, congeladores, frízeres e ultracongeladores devem possuir alarme para sinalizar condições de temperatura fora dos limites especificados.

Art. 76. Todos os equipamentos devem ser devidamente identificados e dispostos em Áreas que sejam beneficiadas por sistema de ventilação ou de climatização.

Art. 77. O Centro de Processamento Celular deve estabelecer procedimentos de emergência em caso de falha mecânica ou deficiência na alimentação elétrica dos equipamentos críticos, a fim de evitar ou minimizar variações de temperatura das células ou Produtos de Terapias Avançadas armazenados.

Seção III

Pessoal

Art. 78. O Centro de Processamento Celular deve possuir profissionais com qualificação, habilitação e capacitação compatíveis com as atividades realizadas.

Art. 79. O Centro de Processamento Celular deve promover capacitação inicial básica e estabelecer programa de capacitação periódica dos seus profissionais, conforme a necessidade, e sempre que os procedimentos forem alterados.

§ 1º O Centro de Processamento Celular deve manter os registros das capacitações realizadas.

§ 2º O programa de capacitação deve garantir que cada profissional:

I - conheça e compreenda o quadro organizacional do Centro de Processamento Celular, o sistema de qualidade e as normas de biossegurança e higiene relacionadas ao desempenho de suas funções;

II - esteja devidamente informado do contexto ético, jurídico e administrativo do seu trabalho;

III - conheça os aspectos gerais relativos às células e Produtos de Terapias Avançadas processados no Centro de Processamento Celular;

IV - conheça e compreenda os princípios científicos e técnicos relevantes para as tarefas que lhe estão atribuídas; e

V - demonstre competência na execução das tarefas sob sua responsabilidade.

§ 3º Para fins de comprovação de qualificação e capacitação poderão ser apresentados diplomas, certificados, declarações, cartas de recomendação, atestados, cartas oficiais, dentre outros.

Art. 80. O Centro de Processamento Celular deve possuir:

I - Responsável Legal, podendo este ser o mesmo da instituição onde o estabelecimento estiver instalado;

II - Responsável Técnico;

III - responsável pelas ações de Garantia da Qualidade;

IV - responsável médico que coordene as atividades médicas do estabelecimento, em especial a seleção de Doadores;

V - responsável pelo processamento das células e Produtos de Terapias Avançadas; e

VI - responsável pelas ações de controle de qualidade.

§ 1º O Responsável Técnico também pode assumir a responsabilidade legal pelo Centro de Processamento Celular.

§ 2º Os responsáveis mencionados nos incisos I a VI deste artigo também podem executar atividades no Centro de Processamento Celular, compartilhando funções e responsabilidades.

§ 3° As funções de Responsável Técnico e de responsável pela Garantia da Qualidade devem ser exercidas por pessoas distintas, e cabe a eles designar os demais profissionais para a execução de cada atividade do Centro de Processamento Celular, observadas a qualificação e a capacitação necessárias.

Art. 81. O Responsável Técnico deve ser profissional de nível superior da área da saúde, que possua experiência prática de pelo menos 2 (dois) anos em Centro de Processamento Celular.

Parágrafo único. O Centro de Processamento Celular deve designar um Responsável Técnico substituto que atenda às mesmas exigências previstas para o titular.

Art. 82. Ao Responsável Técnico compete:

I - coordenar as atividades realizadas no Centro de Processamento Celular de acordo com o estabelecido no Sistema de Gestão da Qualidade;

II - assegurar o cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Resolução;

III - prestar às autoridades sanitárias todas as informações necessárias; e

IV - ser o responsável final pela qualidade e segurança das células e Produtos de Terapias Avançadas.

Seção IV

Infraestrutura física

Art. 83. Caberá ao Centro de Processamento Celular planejar, elaborar e implementar a respectiva infraestrutura física após a avaliação e aprovação pelo , de acordo com as determinações da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como deve atender às exigências específicas contidas nesta Resolução.

§ 1° O fornecimento de energia elétrica, a iluminação, a temperatura, a umidade e a ventilação das instalações devem ser apropriados, de modo a não afetar direta ou indiretamente a qualidade dos produtos durante os processos de manipulação ou o funcionamento adequado dos equipamentos.

§ 2° O Centro de Processamento Celular deve possuir plano emergencial em caso de falha de energia elétrica, devendo ainda observar as instruções do fabricante dos equipamentos, bem como avaliar e mapear os equipamentos críticos com relação à exigência ou necessidade de uso de no-break.

Art. 84. O projeto, a configuração e o desenho dos equipamentos de purificação da água para produção e dos sistemas de armazenamento e distribuição, quando houver, devem ser adequados à manutenção do grau de qualidade de água pretendido.

Parágrafo único. Devem ser adotados mecanismos de controle microbiológico e sanitização para os sistemas de purificação de água mantidos em temperatura ambiente, principalmente quando os equipamentos ficarem estáticos durante períodos de pouca ou nenhuma demanda de água.

Art. 85. A infraestrutura física do Centro de Processamento Celular deve ser constituída por ambientes dispostos de forma a comportar a circulação de profissionais, materiais, reagentes, produtos para diagnóstico in vitro, material biológico e resíduos, permitindo a sua limpeza e manutenção, de modo a evitar cruzamento de fluxos que possa resultar em majoração de risco de ocorrência de não conformidades.

Art. 86. Caso o Centro de Processamento Celular esteja instalado ou vinculado a outro serviço, ele poderá utilizar a infraestrutura geral daquele serviço, tais como copa, lavanderia, rouparia, higienização e esterilização de materiais, almoxarifado, coleta de resíduos, Sala de utilidades, gerador de energia e outros serviços de apoio, observados os normativos inerentes às infraestruturas compartilhadas.

Art. 87. A infraestrutura física do Centro de Processamento Celular deve ser constituída, no mínimo, por ambientes para a realização das atividades:

I - administrativas;

II - de recepção de material biológico;

III - de processamento de células e Produtos de Terapias Avançadas, sendo que a produção de vetores de terapia gênica ou a manipulação de Produtos de Terapia Gênica exige Salas Dedicadas ou Ambientes isolados (por meio do uso da tecnologia de isoladores), conforme determinado no art. 157 desta Resolução;

IV - de armazenamento de células e Produtos de Terapias Avançadas; e

V - de controle de qualidade.

§ 1° As atividades administrativas não devem ser realizadas em ambiente laboratorial.

§ 2° Os ambientes laboratoriais, inclusive o Ambiente Limpo, que necessitarem de condições especiais de temperatura e umidade, devem ter tais parâmetros controlados, monitorados e registrados.

§ 3° A Área de armazenamento de células e Produtos de Terapias Avançadas deve existir no Centro de Processamento Celular mesmo quando da terceirização da atividade de armazenamento destes materiais biológicos.

§ 4° Caso o Centro de Processamento Celular realize pesquisa não clínica com células de origem humana, estas podem ser manipuladas na mesma Sala ou Área onde são manipulados as células e os Produtos de Terapias Avançadas para Uso Terapêutico ou pesquisa clínica, desde que o pessoal seja devidamente capacitado e sejam obedecidas as condições de Boas Práticas em Células Humanas, de modo que não ocorra o cruzamento de fluxos entre os produtos e materiais utilizados para Uso Terapêutico e pesquisa clínica e os produtos e materiais para pesquisa não clínica.

Subseção I

Condições da Sala de criopreservação e/ou armazenamento em nitrogênio líquido

Art. 88. Se o Centro de Processamento Celular possuir sistema de armazenamento de células e Produtos de Terapias Avançadas em tanques de nitrogênio líquido, ou se houver sistema de segurança de abastecimento de nitrogênio para congelador mecânico, a Sala de criopreservação e/ou armazenamento deve contar com:

I - piso revestido por material de fácil manutenção e resistente a baixas temperaturas e a fortes cargas;

II - visualização externa do seu interior;

III - porta(s) de acesso com abertura do interior para o exterior equipada(s) com um dispositivo antipânico;

IV - sistema de exaustão mecânica para diluição dos traços residuais de nitrogênio, que promova a exaustão forçada de todo o ar da Sala de criopreservação e armazenamento, com descarga para o ambiente externo do prédio;

V - sensor do nível de oxigênio ambiental com alarmes sonoro e visual, interno e externo à Sala de criopreservação e armazenamento; e

VI - termômetro para monitoramento de temperatura ambiental que indique valores máximo e mínimo.

§ 1º O ar de reposição deve ser proveniente dos ambientes vizinhos ou suprido por insuflação de ar exterior, com filtragem mínima com filtro classe G1.

§ 2º As grelhas de captação do sistema de exaustão mecânica devem ser instaladas próximas ao piso.

§ 3º O Centro de Processamento Celular deve avaliar a necessidade da existência de um ou mais sensores de nível de oxigênio ambiental, de acordo com a configuração e a área da Sala.

§ 4º Devem estar disponíveis aos funcionários luvas de punho longo de proteção para temperaturas muito reduzidas e em material não combustível, e óculos de proteção ou viseira.

Art. 89. Deve haver POPs que definam as medidas a adotar em caso de acidentes ou acionamento de alarmes.

Subseção II

Ambiente Limpo

Art. 90. A classificação do ar para as condições ISO é dada na Tabela 1 do Anexo desta Resolução, devendo ser alcançada conforme as especificações da norma ISO 14644 "Salas limpas e Ambientes controlados associados".

§ 1° A determinação da classe de limpeza do ar para partículas em suspensão deve ser realizada, no mínimo, na condição "em operação".

§ 2° A contagem de partículas deve ser determinada medindo-se, no mínimo, as partículas de tamanho 0,5µm e, quando couber, 5,0µm, de acordo com a Tabela 1 do Anexo desta Resolução.

Art. 91. A condição ISO 5 "em operação" deve ser mantida nos arredores imediatos das células e Produtos de Terapias Avançadas, bem como de materiais e reagentes que entrarão em contato direto com as células e os Produtos de Terapias Avançadas, sempre que estiverem expostos ao meio ambiente ou quando da retirada de alíquotas ou amostras para controle de qualidade ou diagnóstico.

§ 1º O Ambiente com qualidade do ar com contagem de partículas equivalente a classificação ISO 5 "em operação" deve ser circundado por Ambiente com classificação ISO 8 "em operação".

§ 2° A condição "em operação" deve ser alcançada com o Ambiente em funcionamento para uma dada operação definida e com número especificado de pessoas presentes.

§ 3º Quando o Centro de Processamento Celular optar pela utilização de módulos de fluxo unidirecional sem barreira, a determinação da extensão da área limpa deve ser documentada e claramente demarcada de forma visual, e a exposição dos produtos ao meio ambiente deve ser limitada a esta área.

§ 4° O uso de isoladores requer Ambiente circundante com classificação ISO 8 "em operação", conforme o § 1° deste artigo, a menos que o fabricante do equipamento indique que esta condição não é necessária para a manutenção da classificação do ar requerida para o processo.

Art. 92. Os sistemas e os equipamentos constituintes do Ambiente Limpo devem ser qualificados e requalificados, conforme as disposições das Subseções IV e X, da Seção II, do Capítulo II desta Resolução.

§ 1° A Qualificação e requalificação de Salas limpas e de equipamento ou módulos de fluxo unidirecional devem considerar/ser conduzidas conforme as especificações da ISO 14644 "Salas limpas e Ambientes controlados associados".

§ 2° A Qualificação e requalificação de cabines de segurança biológica devem considerar/ser conduzidas conforme as especificações da norma NSF 49 "Biosafety Cabinetry: Design, Construction, Performance, and Field Certification".

Art. 93. O Centro de Processamento Celular que realizar Manipulação Mínima em Sistema Aberto ou Manipulação Extensa deve possuir vestiário e Antecâmara contígua à Sala onde as células e os Produtos de Terapias Avançadas serão processados.

§ 1° A Antecâmara deve ser projetada para atender a classificação ISO 8 (em repouso).

§ 2º O vestiário pode servir de Antecâmara, desde que projetado para tal fim, atendendo ao disposto no § 1º deste artigo e no art. 104 desta Resolução.

Art. 94. O Centro de Processamento Celular que apenas realizar Manipulação Mínima em Sistema Fechado deve obter as amostras para controle de qualidade ou as alíquotas em Ambiente com qualidade do ar com contagem de partículas equivalente a classificação ISO 5 (em operação), não sendo obrigatórios o Ambiente ISO 8 circundante, o Vestiário de Barreira e a Antecâmara.

Art. 95. Deve ser conhecido o tempo de recuperação da classificação do ar para o Ambiente Limpo, em caso de necessidade de desligamento do sistema e após o término da limpeza feita entre o processamento de lotes diferentes de células ou Produtos de Terapias Avançadas.

Art. 96. Devem ser estabelecidos limites de alerta e de ação para a detecção de contaminação microbiana e para o monitoramento de tendência da qualidade do ar nos Ambientes Limpos.

§ 1º Os limites expressos em unidades formadoras de colônia (UFC) para o monitoramento microbiológico dos Ambientes Limpos "em operação" encontram-se descritos na Tabela 2 do Anexo desta Resolução.

§ 2º Os Ambientes Limpos devem ser monitorados regularmente, para a detecção do surgimento de microrganismos resistentes.

§ 3º Caso os limites sejam excedidos, ações corretivas devem ser tomadas, de acordo com o descrito em POPs.

Art. 97. O relatório dos testes ou ensaios de Qualificação dos equipamentos e classificação dos Ambientes deve conter, no mínimo:

I - normas e procedimentos aplicados;

II - instrumentos de medição utilizados com cópia de certificado de calibração;

III - condições da medição com estado ocupacional e fatores relevantes;

IV - mapa da Área, com a localização dos pontos de medição;

V - resultados dos ensaios;

VI - conclusão; e

VII - data, nome legível, registro em Conselho de Classe e assinatura do profissional que realizou o teste ou ensaio.

Parágrafo único. Os padrões utilizados em calibração devem ser rastreáveis ao Sistema Internacional de Unidades ou à Rede Brasileira de Calibração.

Art. 98. Os desinfetantes e os detergentes utilizados devem ser monitorados, para fins de detecção de possível contaminação microbiana.

§ 1º As diluições devem ser mantidas em recipientes previamente Limpos e não devem ser guardadas por longos períodos de tempo, a menos que sejam esterilizadas.

§ 2º Os recipientes parcialmente esvaziados não devem ser completados.

§ 3º Os desinfetantes e detergentes utilizados nos Ambientes ISO 5 devem ter sua esterilidade comprovada antes do uso.

Art. 99. Nos Ambientes Limpos, todas as superfícies expostas devem ser lisas e impermeáveis, a fim de minimizar o acúmulo ou a liberação de partículas ou microrganismos, permitindo a aplicação repetida de agentes de limpeza e desinfetantes, quando for o caso.

Art. 100. Nos Ambientes Limpos não devem existir superfícies que não possam ser limpas.

§ 1º As instalações devem ter o mínimo de saliências, prateleiras, armários e equipamentos.

§ 2º Portas corrediças não devem ser utilizadas.

Art. 101. Os forros devem ser selados, de forma que seja evitada a contaminação proveniente do espaço acima deles.

Art. 102. As tubulações, dutos e outras utilidades devem ser instalados, de forma que não criem espaços de difícil limpeza.

Art. 103. As instalações destinadas à higienização das mãos nunca devem estar localizadas nos Ambientes onde se efetua o processamento das células e Produtos de Terapias Avançadas.

Art. 104. As pias e os ralos não devem existir nos Ambientes ISO 5 e, sempre que possível, devem ser evitados nos demais Ambientes Limpos.

§ 1º Quando precisarem ser instalados, as pias e os ralos devem ser projetados, localizados e mantidos de modo a minimizar os riscos de contaminação microbiana, e devem conter sifões eficientes, fáceis de serem limpos e que sejam adequados para evitar refluxo de ar e de líquidos.

§ 2º As canaletas no solo, caso presentes, devem ser abertas, de fácil limpeza e estar conectadas a ralos externos, de modo que a introdução de contaminação microbiana seja evitada.

Art. 105. As duas portas da Antecâmara não podem estar simultaneamente abertas, devendo haver um sistema que impeça que tal fato ocorra.

Art. 106. Deve ser assegurado que o sistema de ar não permita a disseminação de partículas originadas das pessoas, equipamentos, materiais ou operações, para as Áreas de manipulação de células e Produtos de Terapias Avançadas.

§ 1º Sistema de alarme deve ser instalado para indicar a ocorrência de falhas no sistema de ventilação.

§ 2º Indicador de diferencial de pressão deve ser instalado entre os Ambientes onde tal diferença for importante, e as diferenças de pressão observadas devem ser regularmente registradas.

Art. 107. A presença de materiais que gerem partículas nos Ambientes Limpos deve ser reduzida ao mínimo, e evitada completamente quando do processamento das células e Produtos de Terapias Avançadas.

Seção V

Critérios de seleção e exclusão do Doador

Art. 108. A seleção do Doador, autólogo ou alogênico, deve seguir critérios definidos previamente em POPs, incluindo triagem clínica e social, avaliação física, triagem laboratorial e demais avaliações pertinentes relacionadas ao potencial Doador, de acordo com esta Resolução e demais normas definidas pelo Ministério da Saúde.

§ 1° Os critérios de seleção devem assegurar proteção ao Doador e a segurança do Receptor.

§ 2° No caso em que a seleção do Doador não seja realizada pelo Centro de Processamento Celular, este deve verificar se os profissionais responsáveis pela seleção a realizam de acordo com os critérios mínimos definidos nesta Resolução e demais normas definidas pelo Ministério da Saúde.

§ 3º Os estabelecimentos abrangidos por esta norma podem definir critérios de seleção e exclusão adicionais ou complementares aos definidos nesta Resolução.

Art. 109. O serviço responsável pela obtenção do TCLE deve prover todas as informações relativas ao processo de doação, riscos envolvidos, testes laboratoriais, entre outras necessárias à compreensão e assinatura do TCLE, o qual deve ser redigido em linguagem clara e compreensível para o leigo, devendo conter os seguintes itens, quando couber:

I - informações sobre os riscos ao Doador;

II - informações sobre o propósito ou uso das células coletadas;

III - informações sobre os testes laboratoriais que serão realizados para a qualificação de Doador;

IV - autorização para acesso a dados clínicos e história médica do Doador, para obtenção de informações com importância potencial para o procedimento de Uso Terapêutico ou pesquisa clínica;

V - autorização para armazenar as alíquotas necessárias, tais como células, plasma, soro ou DNA do Doador, para testes futuros;

VI - autorização para descartar as unidades que não atenderem aos critérios para armazenamento, para Uso Terapêutico ou para pesquisa clínica; e

VII - informações sobre a possibilidade de negar ou desistir da doação nas diversas fases do processo, bem como, quando se tratar da doação de células progenitoras hematopoéticas (para uso em transplante convencional), informações sobre as consequências ao Receptor, caso a desistência ocorra após o início do regime de condicionamento.

Parágrafo único. No caso de Doador com idade inferior a 18 anos ou incapacitado, o TCLE deve ser firmado pelos pais ou Responsável Legal.

Art. 110. As triagens clínica e social, e a avaliação física do Doador alogênico devem incluir, no mínimo:

I - exame físico geral e histórico de saúde, incluindo gestação em curso;

II - perguntas relacionadas à identificação de risco de anestesia, para Doadores de medula óssea, ou de acesso venoso, central e periférico, para Doadores por aférese;

III - histórico de vacinação;

IV - histórico de viagens e exposição a agentes infecciosos, bem como a prevalência de doenças infecciosas locais;

V - histórico de transfusão de hemocomponentes e uso de hemoderivados;

VI - histórico de transplante de tecidos, células ou órgãos, e xenotransplante;

VII - perguntas relacionadas à identificação de majoração de risco de doenças infecciosas transmissíveis pelo sangue;

VIII - perguntas relacionadas à identificação de risco de transmissão de doenças ou condições hereditárias;

IX - perguntas relacionadas à identificação de risco de transmissão de doenças hematológicas ou imunológicas;

X - histórico de doenças malignas; e

XI - presença, no corpo do Doador, de sinais físicos que sugiram risco ou sintoma de doenças malignas ou sexualmente transmissíveis, tais como:

a) lesões de pele ou mucosas;

b) cicatrizes ou incisões cirúrgicas;

c) icterícia;

d) hepatomegalia; e

e) linfadenopatia difusa.

§ 1° Se Doador autólogo, deve ser realizada a avaliação clínica e social de aptidão do Doador, conforme incisos I e II deste artigo, não sendo obrigatória a avaliação clínica, social e física para elegibilidade do Doador prevista nos incisos III a XI.

§ 2° A entrevista de que trata este artigo deve ser realizada com o próprio Doador, sendo que, no caso de Doador com idade inferior a 18 anos ou mentalmente incapacitado, esta pode ser acompanhada e auxiliada pelos pais ou Responsável Legal.

Subseção I

Triagem laboratorial para Doadores de células, alogênicos e autólogos

Art. 111. Os Doadores de células devem ser submetidos, obrigatoriamente, a testes laboratoriais para detecção de marcadores para doenças infecciosas transmissíveis pelo sangue, segundo critérios determinados nesta Resolução e demais legislação vigente.

§ 1º Os testes laboratoriais a que se refere o caput deste artigo devem ser repetidos, caso necessário, com o objetivo de cumprir os prazos dispostos nos incisos I a V do art. 139 desta Resolução.

§ 2° Em caso de doação de CPH-SCUP, os testes laboratoriais referenciados no caput devem ser realizados em amostras maternas.

§ 3° A doação de ilhotas de Langherans deve seguir os critérios para doação de células contidos nesta Resolução.

§ 4º No caso da realização dos testes NAT em pool, o grupo de amostras que apresentar resultado positivo deve ser desmembrado e suas amostras testadas individualmente, para identificação dos agentes infecciosos em questão.

Art. 112. Os testes laboratoriais para detecção de marcadores para as infecções transmissíveis pelo sangue devem ser realizados utilizando produtos para diagnóstico in vitro registrados na Anvisa para a finalidade de triagem de Doadores de sangue.

Art. 113. Os testes para detecção de marcadores do HCV, HBV e do HIV realizados em amostras de Doadores de células, alogênicos e autólogos, vivos ou falecidos, são:

I - para HCV:

a) detecção de anticorpo anti-HCV ou detecção combinada de anticorpo + antígeno do HCV; e

b) detecção de ácido nucleico (NAT) do HCV.

II - para HBV:

a) detecção do antígeno de superfície do vírus da hepatite B (HBV) - (HBsAg);

b) detecção de anticorpo contra o capsídeo do HBV - anti-HBc com pesquisa de IgG ou IgG + IgM; e

c) detecção de ácido nucleico (NAT) do HBV.

III - para HIV:

a) detecção de anticorpos anti-HIV ou detecção combinada de anticorpos contra o HIV + antígeno p24; e

b) detecção de ácido nucleico (NAT) do HIV.

§ 1° Os testes de que trata a alínea a do inciso III deste artigo incluirão, obrigatoriamente, a pesquisa de anticorpos contra o subtipo 1 do HIV, incluindo o grupo O, e o subtipo 2 do HIV.

§ 2° No caso de obtenção de células para fins autólogos, devem ser realizados os testes descritos nas alíneas a e b dos incisos I e III e a, b e c do inciso II deste artigo, quando as células forem criopreservadas e armazenadas em dispositivos que não garantam a ausência de risco de contaminação cruzada.

§ 3° Quando o produto para fins de uso autólogo for utilizado a fresco ou quando o armazenamento ocorrer em dispositivo que garanta a ausência de contaminação cruzada, vale o disposto no art. 125 desta Resolução.

Art. 114. Os testes para detecção dos demais marcadores de infecções transmissíveis pelo sangue realizados em amostras de Doadores de células, alogênicos e autólogos, vivos ou falecidos, são:

I - infecção pelo HTLV I e II: 1 (um) teste para detecção de anticorpo anti-HTLV I/II;

II- doença de Chagas: 1 (um) teste para detecção do anticorpo anti-T cruzi;

III- sífilis: 1 (um) teste para detecção do anticorpo anti-treponêmico ou não-treponêmico;

IV- toxoplasmose, em caso de CPH-SCUP para transplante convencional: detecção do anticorpo anti-Toxoplasma (total e IgM ou IgG e IgM); e

V- malária, para os Doadores residentes nas regiões endêmicas, com transmissão ativa, ou advindos destas regiões há menos de 12 meses: teste para detecção do plasmódio ou de antígenos plasmodiais.

Parágrafo único. Testes adicionais devem ser executados, conforme necessário, para avaliar a possibilidade de transmissão de outras doenças infecciosas e não infecciosas.

Art. 115. Conforme disposições definidas pela Anvisa ou pelo Ministério da Saúde, outros testes laboratoriais ou metodologias poderão ser incluídos na triagem de Doadores de células.

Art. 116. Na execução de testes laboratoriais para detecção de marcadores para as infecções transmissíveis pelo sangue, devem ser seguidos os algoritmos de testagem sorológica e NAT conforme disponibilizado no Portal da Anvisa > Assuntos > Regulamentação > Legislação > RDC nº XX de 2021, seção de Documentos relacionados.

§ 1° No caso de teste sorológico de triagem com resultado reagente ou inconclusivo, o teste deve ser repetido em duplicata, utilizando a mesma amostra.

§ 2º Quando o teste NAT do HIV, HCV e/ou HBV for positivo, não é necessária a realização de testes NAT em duplicata, para liberação do resultado do teste.

§ 3º Devem ser registrados os procedimentos para a resolução de resultados discrepantes ou inconclusivos na triagem laboratorial.

§ 4° Não é obrigatório que o estabelecimento responsável pela seleção de Doadores realize os testes confirmatórios de infecções transmissíveis, em segunda amostra coletada do Doador.

§ 5° Caso os testes confirmatórios de que trata o § 4° deste artigo não sejam realizados, o estabelecimento responsável pela triagem laboratorial deve convocar o Doador para orientação e encaminhamento a outro laboratório responsável pela realização dos testes confirmatórios de infecções transmissíveis.

Art. 117. Quando os testes de triagem forem reagentes/positivos ou inconclusivos em Doador que, em doações prévias, apresentava testes não reagentes/negativos (caracterizando a soroconversão e/ou viragem), devem ser adotados procedimentos de retrovigilância.

§ 1º Quando a soroconversão for detectada somente pelo teste sorológico, anteriormente ao início do processo de retrovigilância, é necessária a realização de testes com a mesma amostra, para confirmação do resultado sorológico inicial, utilizando-se teste sorológico com princípio metodológico distinto do teste inicial realizado ou de outro fabricante.

§ 2º Quando o teste de detecção de ácido nucleico (NAT) do HIV, HCV e/ou HBV for positivo, isoladamente ou em associação a soroconversão detectada pelo teste sorológico, deve-se imediatamente dar início ao processo de retrovigilância, não sendo necessária a realização de teste confirmatório do resultado sorológico reagente inicial.

§ 3° O Centro de Processamento Celular deve possuir POP para o gerenciamento do risco relacionado às ações de retrovigilância instauradas em decorrência de resultados obtidos durante a triagem laboratorial de Doadores ou durante a etapa de controle de qualidade, inclusive contendo a previsão de contato com os estabelecimentos/profissionais para os quais as células e os Produtos de Terapias Avançadas foram distribuídos, ou com os respectivos distribuidores.

Art. 118. Devem ser realizadas a tipagem ABO e RhD e a pesquisa de anticorpos irregulares (PAI), em amostra de Doadores para uso autólogo e alogênico, nas seguintes situações:

I - CPH, para transplante convencional, com exceção de CPH-SCUP, cujos testes imunohematológicos deverão ser realizados em amostra do produto e conforme o inciso III do art. 48 desta Resolução;

II - quando os produtos finais contiverem células vermelhas; e

III - sempre que essas informações forem necessárias para a seleção de Doador ou Uso Terapêutico de demais células ou Produtos de Terapias Avançadas.

§ 1° Quando houver incompatibilidade ABO entre o Doador e o Receptor, também deve ser realizada a titulação das isohemaglutininas anti-A e/ou anti-B do Receptor (incompatibilidade ABO maior ou bidirecional) ou do Doador (incompatibilidade ABO menor ou bidirecional).

§ 2° A PAI e a titulação das isohemaglutininas anti-A e anti-B do Receptor devem ser repetidas até 72 (setenta e duas) horas antes do Uso Terapêutico, se o Receptor recebeu transfusão sanguínea desde os últimos testes realizados.

§ 3° Para CPH-SCUP, deve ser realizado teste de detecção de hemoglobinas anormais em amostra da mãe, coletada no momento do parto ou até 48 (quarenta e oito) horas após.

Art. 119. Resultados laboratoriais ou outros achados anormais nos testes de seleção devem ser reportados ao respectivo Doador ou, quando este for falecido, ao parente mais próximo na linha parental ou familiar, com o devido encaminhamento a serviço de assistência especializado, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Parágrafo único. O contato com o Doador ou parente do Doador falecido, bem como o seu devido encaminhamento, deve ser documentado, mantendo-se os respectivos registros.

Art. 120. O estabelecimento responsável pela execução dos testes laboratoriais deve realizar controle de qualidade dos reagentes e dos respectivos testes, mantendo os respectivos registros.

Subseção II

Triagem laboratorial para doador alogênico aparentado e não aparentado

Art. 121. A triagem laboratorial para Doador alogênico deve seguir os critérios descritos na Subseção I desta Seção, além do disposto nesta Subseção II.

Art. 122. A seleção do Doador alogênico, quanto à histocompatibilidade, deve ser realizada quando couber e de acordo com os critérios definidos nesta Resolução e demais normas específicas vigentes.

§ 1° A determinação de antígenos HLA dos Doadores de células progenitoras hematopoéticas, para fins de transplante convencional, deve ser realizada de amostra obtida do Doador ou do produto, em laboratório licenciado pelo órgão de vigilância sanitária competente e autorizado pelo Ministério da Saúde, conforme legislação específica vigente.

§ 2° A necessidade da determinação de antígenos HLA de células progenitoras hematopoéticas, para outros fins que não transplante convencional e de demais células, deve ser avaliada caso a caso.

Art. 123. Além dos testes para detecção dos marcadores de infecções transmissíveis pelo sangue, discriminados na Subseção I desta Seção, o Doador alogênico deverá ser submetido também à detecção do anticorpo anti-CMV (total e IgM ou IgG e IgM).

Subseção III

Triagem laboratorial para Doador autólogo

Art. 124. A triagem laboratorial para Doador autólogo deve seguir os critérios descritos na Subseção I desta Seção, além do disposto nesta Subseção III.

Art. 125. Quando o produto para fins de uso autólogo for liberado, para utilização a fresco, ou quando o armazenamento ocorrer em dispositivo que garanta a ausência de contaminação cruzada, não é obrigatória a realização de testes NAT, conforme o disposto nos incisos I, II e III do art. 113 desta Resolução, podendo ser realizada a detecção combinada de anticorpo + antígeno do HCV; a detecção do antígeno de superfície do HBV (HBsAg) e a detecção de anticorpo contra o capsídeo do HBV (anti-HBc), com pesquisa de IgG ou IgG + IgM; e a detecção combinada de anticorpos contra o subtipo 1 do HIV, incluindo o grupo O, e o subtipo 2 do HIV + antígeno p24.

Subseção IV

Critérios de exclusão de Doador alogênico

Art. 126. São critérios de exclusão do candidato à doação de células para uso alogênico, incluindo as células utilizadas como material de partida para a produção de Produtos de Terapias Avançadas:

I - teste reagente/positivo para vírus HIV-1 ou HIV-2;

II - teste reagente/positivo para vírus HTLV-I ou HTLV-II;

III - teste HBsAg não reagente com anti-HBc reagente, exceto quando o Doador for anti-HBs reagente;

IV - teste HBsAg reagente e/ou NAT positivo para o vírus HBV; no caso de CPH para fins de transplante convencional não aparentado, aplica-se esta condição, exceto quando o Receptor também apresentar teste HBsAg reagente e/ou teste NAT positivo;

V - teste anti-HCV reagente e/ou NAT positivo para o vírus HCV; no caso de CPH para fins de transplante convencional não aparentado, aplica-se esta condição, exceto quando o Receptor também apresentar teste anti-HCV reagente e/ou teste NAT positivo;

VI - teste reagente para Trypanosoma cruzi;

VII - indicações de que os resultados das análises das amostras de sangue do Doador não serão válidos devido à ocorrência de hemodiluição superior a 50% (cinquenta por cento), quando não estiver disponível amostra anterior não hemodiluída ou quando não haja testes laboratoriais validados para serem usados nesse tipo de amostra;

VIII - doença neoplásica maligna, exceto carcinoma basocelular de pele e carcinoma "in situ" de colo de útero;

IX - condição clínica que coloque em risco a saúde do Doador;

X - condição observada nas triagens clínica, social e laboratorial que possa resultar em risco grave à saúde do Receptor; e

XI - causas de inaptidão temporária para a doação de sangue, conforme legislação específica vigente.

§ 1° Em caso de CPH-MO e CPH-SP, além dos critérios discriminados nos incisos I a XI deste artigo, também são critérios de exclusão do candidato à doação para uso alogênico não aparentado:

I - idade inferior a 18 anos ou superior a 59 anos, 11 meses e 29 dias na data da doação;

II - gestação em curso; e

III - traço ou doença falciforme, somente para CPH-SP.

§ 2° Para CPH-SCUP, além dos critérios discriminados nos incisos I a XI deste artigo, também são critérios de exclusão do candidato à doação para uso alogênico não aparentado:

I - idade materna inferior a 18 (dezoito) anos ou gestante que não tenha se submetido a, no mínimo, duas consultas pré-natais documentadas;

II - idade gestacional inferior a 35 (trinta e cinco) semanas;

III - bolsa rota há mais de 18 (dezoito) horas;

IV - trabalho de parto com relato de anormalidade;

V - presença de evidências clínicas, durante a gestação ou trabalho de parto, de processo infeccioso ou de doença que possa interferir na vitalidade placentária;

VI - sofrimento fetal grave;

VII - feto com anormalidade congênita;

VIII - temperatura materna igual ou superior a 38°C (trinta e oito graus Celsius) durante o trabalho de parto;

IX - gestante com situação de majoração de risco para infecções transmissíveis pelo sangue;

X - gestante em uso de hormônios ou drogas que se depositam nos tecidos;

XI - gestante com história pessoal de doença sistêmica autoimune ou de neoplasia;

XII - gestante e seus familiares, pais biológicos e seus familiares ou irmãos biológicos do recém-nascido com história de doenças hereditárias do sistema hematopoético, tais como, talassemia, deficiências enzimáticas, esferocitose, eliptocitose, anemia de Fanconi, porfiria, plaquetopatias, neutropenia crônica ou outras doenças de neutrófilos, bem como com história de doença granulomatosa crônica, imunodeficiência, doenças metabólicas ou outras doenças genéticas passíveis de transmissão pelo sangue de cordão umbilical e placentário;

XIII - gestante incluída nos demais critérios de exclusão visando à proteção do Receptor, descritos nas normas técnicas vigentes para doação de sangue; e

XIV - teste positivo para citomegalovírus (CMV) ou toxoplasmose (anticorpos da classe IgM).

§ 3° As disposições do caput deste artigo não se aplicam em caso de doação para uso alogênico aparentado de CPH, para fins de transplante convencional, cujos critérios de exclusão de Doador estão dispostos nos artigos 127 a 129 desta Resolução.

Art. 127. São critérios de exclusão do candidato à doação para uso alogênico aparentado de CPH-MO e CPH-SP, para fins de transplante convencional:

I - teste reagente/positivo para vírus HIV-1 ou HIV-2;

II - teste reagente/positivo para vírus HTLV-I ou HTLV-II;

III - teste HBsAg não reagente com anti-HBc reagente, exceto quando o Doador for anti- HBs reagente;

IV - teste HBsAg reagente e/ou NAT positivo para o vírus HBV, exceto quando o Receptor também apresentar teste HBsAg reagente e/ou teste NAT positivo;

V - teste anti-HCV reagente e/ou NAT positivo para o vírus HCV, exceto quando o Receptor também apresentar teste anti-HCV reagente e/ou teste NAT positivo;

VI - teste reagente para Trypanosoma cruzi;

VII - condição clínica que coloque em risco a saúde do Doador;

VIII - indicações de que os resultados das análises das amostras de sangue do Doador não serão válidos devido:

a) à ocorrência de hemodiluição superior a 50% (cinquenta por cento), quando não estiver disponível amostra anterior não hemodiluída ou quando não haja testes laboratoriais validados para serem usados nesse tipo de amostra; ou

b) ao tratamento com agentes imunossupressores.

IX - gestação em curso; e

X - traço ou doença falciforme, somente para CPH-SP.

Art. 128. São critérios de exclusão do candidato à doação para uso alogênico aparentado de CPH-SCUP, para fins de transplante convencional:

I - teste reagente/positivo para vírus HIV-1 ou HIV-2;

II - teste HBsAg não reagente com anti-HBc reagente, exceto quando a amostra materna apresentar resultado reagente para anti-HBs;

III - teste HBsAg reagente e/ou NAT positivo para o vírus HBV, exceto quando o Receptor também apresentar teste HBsAg reagente e/ou teste NAT positivo;

IV - teste anti-HCV reagente e/ou NAT positivo para o vírus HCV, exceto quando o Receptor também apresentar teste anti-HCV reagente e/ou teste NAT positivo; e

V - CPH-SCUP com presença de homozigose para a mutação HbS (anemia falciforme) ou talassemia, com presença de dupla heterozigose para a mutação HbS e para a talassemia (HbS/Beta-talassemia), ou com presença de dupla heterozigose para a mutação HbS e para outra hemoglobina variante, que resulte em fenótipo grave (exemplos: HbS/D Punjab, HbS/OArab, HbS/C).

Parágrafo único. CPH-SCUP em heterozigose para a mutação HbS ou para talassemia (traço), e os Doadores com presença de dois traços, cada um em genes diferentes (traço talassêmico, por exemplo, alfa e beta), podem ser aceitos, mediante avaliação descrita no § 1° do art. 54.

Art. 129. O teste inconclusivo para vírus HIV-1 e/ou HIV-2, bem como os testes reagentes/positivos ou inconclusivos para HTLV, HBV, HCV, T. cruzi, sífilis, CMV e toxoplasmose, quando aplicáveis, deverão ser investigados e analisados frente aos resultados das demais etapas de triagem do Doador, e informados ao profissional responsável pelo paciente que decidirá quanto à utilização do produto devido a situações emergenciais ou em circunstâncias clínicas especiais do Receptor, em conformidade às disposições do art. 54 desta Resolução e seus parágrafos.

Subseção V

Critérios de exclusão de Doador autólogo

Art. 130. Não é critério de exclusão para a coleta, para o processamento, para o armazenamento e para a liberação de células e de Produtos de Terapias Avançadas, para fins de uso autólogo, a presença de resultados de testes laboratoriais reagentes/positivos para detecção de infecções transmissíveis pelo sangue, devendo tal condição ser de conhecimento do profissional responsável pelo paciente.

Art. 131. A confirmação de gestação em curso implica exclusão temporária do candidato à doação de CPH-MO e CPH-SP, para uso autólogo.

Art. 132. São critérios de exclusão do candidato à doação de CPH-SCUP, para uso autólogo:

I - idade gestacional inferior a 32 (trinta e duas) semanas;

II - presença de evidências clínicas, durante a gestação ou trabalho de parto, de processo infeccioso ou de doenças que possam interferir na vitalidade placentária;

III - trabalho de parto com relato de anormalidade; e

IV - sofrimento fetal grave.

Seção VI

Coleta

Art. 133. A coleta do material biológico para posterior processamento e obtenção de células e Produtos de Terapias Avançadas deve seguir os critérios estabelecidos por esta Resolução e demais normas específicas vigentes.

Parágrafo único. O processo de coleta deve assegurar a proteção do Doador.

Art. 134. A coleta do material biológico deve ser realizada por profissional de nível superior da área de saúde, com registro no respectivo Conselho de Classe; este profissional deve ser capacitado para tal atividade e/ou orientado pelo Centro de Processamento Celular.

§ 1° A coleta de medula óssea deve ser realizada por profissional médico e, quando para fins de transplante convencional, deve ocorrer em centro cirúrgico.

§ 2° A responsabilidade pela etapa de coleta de sangue periférico, por aférese, é do Responsável Técnico pelo estabelecimento que realiza o procedimento de aférese.

§ 3° A responsabilidade pela etapa de coleta de sangue de cordão umbilical e placentário é do Responsável Técnico do Centro de Processamento Celular para o qual a unidade coletada será encaminhada para processamento.

§ 4° A coleta do material biológico deve respeitar as definições do órgão competente do Ministério da Saúde e/ou dos Conselhos de Classe.

Art. 135. O processo de coleta do material biológico deve ser realizado com técnica asséptica, de forma a prevenir ou minimizar a contaminação microbiana e preservar as condições das células e Produtos de Terapias Avançadas.

Parágrafo único. O sangue de cordão umbilical e placentário deve ser coletado em sistema próprio para coleta deste tipo de material e em hospital ou maternidade regularizados junto ao órgão de vigilância sanitária competente.

Art. 136. O Centro de Processamento Celular deve possuir POPs referentes à coleta dos materiais biológicos, quando esta etapa estiver sob sua responsabilidade, sendo que tais POPs devem contemplar os procedimentos de Acondicionamento.

Art. 137. O Centro de Processamento Celular deve obter e manter documentos contendo as seguintes informações relativas à coleta do material biológico:

I - identificação do Doador - código, nome (quando possível), data de nascimento, idade e sexo;

II - data, hora de início e de término, e local da coleta;

III - identificação do(s) material(is) coletado(s);

IV - descrição, quando houver, da ocorrência de qualquer alteração frente ao POP de coleta, com sua justificativa;

V - ocorrência de Eventos Adversos, com sua descrição;

VI - resultado da triagem clínica, social, física e laboratorial do Doador/paciente;

VII - resultado da avaliação macroscópica do material biológico, quando couber;

VIII - intervalo de tempo entre a parada cardiorrespiratória e a retirada do órgão (ilhotas de Langherans) ou das células, no caso de Doador falecido;

IX - condições de manutenção do corpo do Doador, se refrigerado ou não, no caso de Doador falecido;

X - cálculo de hemodiluição, quando couber; e

XI - identificação do responsável pela coleta.

Parágrafo único. O serviço de coleta do material biológico deve assegurar a disponibilização ao Centro de Processamento Celular das informações discriminadas nos incisos I a XI, conforme disposto no caput deste artigo.

Seção VII

Coleta de sangue para a triagem laboratorial

Art. 138. As amostras de sangue para triagem laboratorial deverão ser coletadas de acordo com os critérios determinados nesta Resolução e demais normas específicas vigentes, sendo executadas de forma a evitar riscos de contaminação microbiana e troca de amostras.

Art. 139. As amostras de sangue para triagem laboratorial do Doador, bem como as alíquotas referidas pelos incisos I a III do art. 167 desta Resolução, devem ser coletadas:

I - até 30 (trinta) dias antes da coleta de CPH-MO e CPH-SP, para transplante convencional;

II - no momento do parto ou até 48 (quarenta e oito) horas após a coleta de CPH-SCUP, para transplante convencional, considerando o disposto no § 2° do art. 111 desta Resolução;

III - até 7 (sete) dias antes ou 7 (sete) dias após a coleta de CPH, para outros fins que não o transplante convencional e de demais células;

IV - até 7 (sete) dias antes da coleta, para realização de teste de gravidez, quando aplicável; e

V - antes ou até 7 (sete) dias após a coleta para a realização de tipagem ABO e RhD e PAI, considerando ainda a obrigatoriedade de cumprimento das determinações do art. 118, caput, § 1° e § 2° desta Resolução.

Art. 140. No caso de Doadores falecidos, a amostra de sangue para a triagem laboratorial deve ser coletada antes da cessação da circulação sanguínea, quando possível, e no prazo informado nas instruções de uso do fabricante do produto para diagnóstico in vitro utilizado para a triagem.

Parágrafo único. Na ausência de instruções emitidas pelo fabricante, as condições e o tempo para coleta da amostra do Doador falecido deverão obedecer à Validação realizada pelo Centro de Processamento Celular ou pelo laboratório que realizará o teste.

Art. 141. O cálculo de hemodiluição deve ser realizado quando o Doador tiver recebido transfusão de sangue, componentes e/ou infusão de colóides nas 48 (quarenta e oito) horas antecedentes à parada cardiorrespiratória ou à coleta da amostra de sangue, o que tiver ocorrido primeiro; ou infusão de cristalóides na hora antecedente à parada cardiorrespiratória ou à coleta da amostra de sangue, o que tiver ocorrido primeiro.

Seção VIII

Acondicionamento e transporte pós-coleta

Art. 142. Os materiais biológicos coletados e as Amostras Biológicas destinadas à avaliação do Doador ou das células e Produtos de Terapias Avançadas devem ser acondicionados de forma a preservar a sua integridade e estabilidade durante todo o transporte, bem como garantir a segurança do pessoal envolvido neste processo.

Parágrafo único. O material biológico coletado deve ser acondicionado em embalagem própria para cada tipo de material biológico e regularizada junto à Anvisa.

Art. 143. O Acondicionamento e o transporte dos materiais biológicos e amostras devem seguir o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 504, de 27 de maio de 2021, e suas alterações, no que couber, e demais normas aplicáveis.

§ 1° A embalagem primária ou interna de cada material biológico e cada Amostra Biológica deve conter, no mínimo:

I - código de identificação do Doador;

II - tipo de material biológico ou Amostra Biológica e seu código de identificação; e

III - no caso de doação autóloga, a informação "Apenas para uso autólogo".

§ 2° A Embalagem Externa ou Terciária dos materiais biológicos e Amostras Biológicas deve conter, no mínimo:

I - informação de que o material transportado é frágil e que, portanto, deve ser manuseado com cuidado;

II - a frase de alerta: "Material biológico para uso HUMANO. Não submeter à radiação (Raios X)";

III - identificação do serviço de origem;

IV - identificação e telefone de contato do serviço de destino;

V - especificações relativas às condições de armazenamento e transporte que sejam importantes para a qualidade e a segurança das células, dos Produtos de Terapias Avançadas e das Amostras Biológicas; e

VI - demais informações conforme determinado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 504, de 27 de maio de 2021, e suas alterações.

Art. 144. A irradiação do material biológico é expressamente proibida durante o processo de transporte, inclusive em aeroportos.

Art. 145. A necessidade do uso de Embalagem Intermediária ou secundária deve ser avaliada pelo Centro de Processamento Celular.

Art. 146. Não é permitido o Acondicionamento de células provenientes de mais de um Doador em uma mesma embalagem primária.

Art. 147. Não é permitido o Acondicionamento de diferentes tipos de materiais biológicos provenientes do mesmo Doador em uma mesma embalagem primária.

Art. 148. O Centro de Processamento Celular deve definir e validar as condições de temperatura dos materiais biológicos e Amostras Biológicas durante o transporte, de forma a preservar a integridade e a estabilidade do material transportado.

§ 1° As unidades de medula óssea, sangue periférico e sangue de cordão umbilical e placentário coletadas devem ser transportadas até o Centro de Processamento Celular em temperatura entre 2ºC (dois graus Celsius) e 24ºC (vinte e quatro graus Celsius) positivos, em embalagem com componente isotérmico.

§ 2° Dado que o prazo entre o término da coleta e o início do processamento ou da infusão a fresco da unidade de células progenitoras hematopoéticas (CPH), para transplante convencional, não deve exceder 48 (quarenta e oito) horas, o tempo de transporte dessas unidades deve respeitar tal limite de tempo.

Art. 149. Deve haver mecanismo de registro da temperatura interna do recipiente de transporte no momento do seu envio ao Centro de Processamento Celular.

Parágrafo único. O registro da temperatura de saída deve ser avaliado e arquivado pelo estabelecimento destinatário, juntamente com o registro da temperatura de chegada.

Seção IX

Recepção do material biológico

Art. 150. O Centro de Processamento Celular deve verificar se as condições de Acondicionamento e transporte dos materiais biológicos e Amostras Biológicas a serem recebidos atendem ao disposto nesta Resolução e aos requisitos adicionais definidos pelo próprio estabelecimento.

Art. 151. Ao receber a expedição/carga, o serviço de destino deve verificar e registrar:

I - a integridade da embalagem e do rótulo;

II - a duração do transporte; e

III - a temperatura de chegada do material, após o transporte.

Parágrafo único. Quando se tratar do recebimento de material criopreservado acondicionado em dispositivo próprio para transporte a seco (dry-shipper), o destinatário deve também verificar e registrar o peso do contêiner, e enviar tais informações ao remetente.

Art. 152. O Centro de Processamento Celular deve estabelecer, em POPs, os critérios para aceitação e rejeição de material biológico e Amostras Biológicas recebidos.

Art. 153. O armazenamento das Amostras Biológicas e o seu encaminhamento ao laboratório terceirizado, quando necessário, devem seguir os POPs definidos pelo Centro de Processamento Celular ou pelo serviço responsável pela realização da triagem laboratorial ou outros testes.

Art. 154. O material biológico, após sua chegada ao Centro de Processamento Celular e antes do início de seu processamento, deve ser mantido a temperatura entre 2°C (dois graus Celsius) e 8°C (oito graus Celsius) positivos ou outra faixa de temperatura validada.

Seção X

Processamento

Art. 155. Os materiais biológicos devem ser processados segundo POPs definidos pelo Centro de Processamento Celular.

Art. 156. O intervalo de tempo entre a coleta do material biológico e o início do processamento ou da infusão a fresco das células ou Produtos de Terapias Avançadas deve ser monitorado e registrado.

§ 1° O intervalo de tempo entre o término da coleta de medula óssea, sangue periférico e sangue de cordão umbilical e placentário e o início do processamento ou da infusão a fresco, em transplante convencional de CPH, não deve exceder 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º É facultado ao Centro de Processamento Celular estabelecer intervalo de tempo entre o término da coleta de medula óssea, sangue periférico ou sangue de cordão umbilical e o início do processamento ou da infusão a fresco, em transplante convencional, superior a 48 (quarenta e oito) horas, desde que o novo intervalo de tempo seja validado pelo estabelecimento, com comprovação técnico-científica acerca da qualidade e segurança do produto.

§ 3° O Centro de Processamento Celular deve definir e validar o intervalo de tempo máximo entre a coleta e o processamento ou infusão a fresco dos demais tipo de células e Produtos de Terapias Avançadas.

Art. 157. A manipulação e exposição das células e Produtos de Terapias Avançadas durante o processamento devem ocorrer em Ambiente com qualidade do ar com contagem de partículas equivalente a classificação ISO 5 (em operação).

Art. 158. Os POPs referentes ao processamento devem ser estabelecidos de forma a impossibilitar a contaminação cruzada ou troca.

§ 1° Fica proibido o processamento simultâneo, em uma mesma Área, de células ou Produtos de Terapias Avançadas de diferentes lotes ou tipos, provenientes de um mesmo Doador, e de células ou Produtos de Terapias Avançadas de diferentes Doadores.

§ 2° Vetores e Produtos de Terapia Gênica não devem ser produzidos ou manipulados na mesma sala que outros tipos de células ou de Produtos de Terapias Avançadas (Terapia Celular Avançada ou Engenharia Tecidual), sendo que:

I - a manipulação de Produto de Terapia Gênicas pode ser realizada na mesma Sala e Área utilizada para a produção de vetor, desde que haja protocolo aprovado de limpeza e desinfecção do Ambiente que assegure a não ocorrência de contaminação cruzada; e

II - a produção de vetores para terapia gênica, a qual empregue o cultivo de bactérias ou outro procedimento e/ou insumos que possam contaminar outros processos produtivos, deve ser realizada em Sala exclusiva para esta atividade, sendo que diferentes vetores ou derivados de vetor não devem ser produzidos simultaneamente em uma mesma Sala.

Art. 159. As células e os Produtos de Terapias Avançadas que necessitarem ser criopreservados devem ser submetidos a processo de criopreservação controlado e monitorado ou a processo equivalente que mantenha a viabilidade do produto.

Parágrafo único. Em caso de uso de equipamento de decaimento programado de temperatura, todas as curvas de temperatura geradas devem ser analisadas e aprovadas pela pessoa responsável.

Seção XI

Acondicionamento e Rotulagem pós-processamento (Produto Final)

Art. 160. O Acondicionamento deve ser feito de forma a preservar a condição de esterilidade, a integridade e a estabilidade das células e dos Produtos de Terapias Avançadas durante todo o período em que estiverem armazenados.

Art. 161. Os rótulos dos produtos liberados devem ser invioláveis e permanecer íntegros durante todo o período de armazenamento, até a data de vencimento da validade do produto, e conter as seguintes informações:

I - tipo de célula ou de Produto de Terapia Avançada e código de identificação;

II - identificação do Centro de Processamento Celular;

III - código de identificação único do lote do produto;

IV - nome completo do Receptor, quando conhecido no momento da rotulagem pós-processamento;

V - data de validade, ou indicação de validade indeterminada, quando o Produto Final é mantido em temperatura igual ou inferior a 150°C (cento e cinquenta graus Celsius) negativos;

VI - a informação "Apenas para uso autólogo", em caso de doação autóloga;

VII - quantidade (volume, resultados de contagem de células por tipo de marcador de superfície e concentração celular, quando aplicáveis);

VIII - forma de apresentação (a fresco, congelado, criopreservado, liofilizado, etc.), quando couber;

IX - data da criopreservação, em caso de produto criopreservado;

X - resultados dos testes para marcadores de infecções transmissíveis pelo sangue;

XI - tipagem ABO e RhD, em caso de CPH para fins de transplante convencional;

XII - tipo de processamento (mínimo ou extenso, indicar qual), quando couber;

XIII - data do processamento, se pertinente, em caso de produtos não criopreservados infundidos a fresco; e

XIV - presença de resíduos potencialmente prejudiciais ao Receptor.

§ 1° Caso não seja possível incluir no rótulo todas as informações referenciadas no caput, as informações dos incisos IX a XIV deste artigo poderão ser fornecidas em documento à parte, o qual deve acompanhar o produto quando da sua saída do Centro de Processamento Celular.

Art. 162. Em caso de CPH-SCUP, etiquetas de código de barras contendo a numeração/código de identificação única(o) do produto devem ser afixadas nos seguintes locais:

I - no formulário que contém os dados do pré-natal, do parto e do recém-nascido;

II - no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

III - no formulário que contém os dados de coleta, Acondicionamento, transporte, processamento, criopreservação e armazenamento do material e os resultados dos testes laboratoriais realizados; e

IV - em cada bolsa de células.

Art. 163. As células e os Produtos de Terapias Avançadas devem ser acondicionados em embalagem própria para cada tipo de material biológico e regularizada junto à Anvisa.

Parágrafo único. As bolsas de CPH e demais células criopreservadas devem ser acondicionadas em estojos de proteção metálicos ou de outro tipo de material, conforme a especificação e certificação emitida pelo fabricante.

Seção XII

Armazenamento

Art. 164. O armazenamento de células e Produtos de Terapias Avançadas deve ocorrer em condições controladas que garantam a manutenção de sua qualidade e segurança.

Art. 165. As condições de temperatura de armazenamento dos Produtos Finais devem ser controladas, monitoradas e registradas.

Art. 166. Todas as células e Produtos de Terapias Avançadas que forem submetidos a processo de Manipulação Extensa e/ou de criopreservação previamente ao seu uso, devem ter amostra do Produto Final armazenada conjuntamente e sob as mesmas condições do produto correspondente.

Parágrafo único. CPH-SCUP deve ter, pelo menos, dois segmentos contíguos à bolsa do Produto Final, nas condições estabelecidas no caput deste artigo.

Art. 167. As seguintes alíquotas, no mínimo, devem ser armazenadas para testes futuros:

I - alíquotas da unidade de CPH-SCUP:

a) 2 (duas) alíquotas de plasma;

b) 1 (uma) alíquota de material para preparação de DNA genômico; e

c) 1 (uma) alíquota de células nucleadas viáveis.

II - alíquotas da amostra da mãe, quando da doação de CPH-SCUP:

a) 2 (duas) alíquotas de soro ou plasma; e

b) 1 (uma) alíquota de material para preparação de DNA genômico ou uma alíquota de células mononucleares viáveis.

III - para demais células e Produtos de Terapias Avançadas:

a) 2 (duas) alíquotas de células viáveis; e

b) 1 (uma) alíquota de soro ou plasma do Doador.

§ 1° As alíquotas devem ser armazenadas a cada lote de células ou Produtos de Terapias Avançadas e, no caso de lotes de células que sofreram descongelamento, expansão e administração em pacientes, 1 (uma) nova alíquota das células expandidas e fornecidas para uso deverá ser armazenada.

§ 2° As alíquotas devem ser mantidas durante todo o período de armazenamento do produto e, no mínimo, por 12 (doze) meses após a sua utilização terapêutica - quando o Centro de Processamento Celular detiver esta informação - ou por 12 (doze) meses após a expiração da data de validade do produto.

Art. 168. As alíquotas para a realização de testes laboratoriais devem ser acondicionadas e armazenadas em temperaturas específicas controladas e de forma a prevenir quaisquer trocas de amostras.

§ 1° As alíquotas de células, soro, plasma e DNA purificado, referidas pelos incisos I a III do art. 167 desta Resolução, devem ser mantidas em temperatura igual ou inferior a 70°C (setenta graus Celsius) negativos.

§ 2° As alíquotas para preparação de DNA podem ser armazenadas na forma de DNA purificado, células criopreservadas ou cartão próprio para o armazenamento de DNA, neste caso, a ser armazenado conforme orientação do fabricante.

Art. 169. As unidades de CPH-MO e CPH-SP, para fins de transplante convencional, que necessitarem de criopreservação devem ser armazenadas a temperatura igual ou inferior a 80°C (oitenta graus Celsius) negativos, sendo aceitável variação de até 4 °C (quatro graus Celsius) acima dessa temperatura.

Art. 170. As unidades de CPH-SCUP devem ser mantidas em temperatura igual ou inferior a 150 °C (cento e cinquenta graus Celsius) negativos.

Art. 171. Para os demais tipos de células e Produtos de Terapias Avançadas, que não forem armazenados a temperatura igual ou inferior a 150°C (cento e cinquenta graus Celsius) negativos, o Centro de Processamento Celular deve definir e validar as condições de temperatura.

Art. 172. Após realizados os testes de controle de qualidade, o Centro de Processamento Celular deve classificar os produtos em uma das categorias: "liberados" ou "desqualificados" para Uso Terapêutico.

§ 1º Células e Produtos de Terapias Avançadas de diferentes tipos e classificações, que exijam as mesmas condições de temperatura, podem ser armazenados dentro do mesmo Dispositivo de Armazenamento, desde que haja disposição e identificação claras, aptas a os distinguir dentro do dispositivo.

§ 2° Os produtos em Quarentena, os produtos destinados para outros fins não terapêuticos e os produtos liberados para Uso Terapêutico, quando armazenados em um mesmo Dispositivo de Armazenamento que empregue nitrogênio líquido, devem ser mantidos, preferencialmente, na fase de vapor e, caso estejam na fase líquida, devem ser utilizadas embalagens externas ou terciárias que não permitam a contaminação do nitrogênio líquido por eventuais microrganismos presentes nos materiais biológicos nem contaminação cruzada.

§ 3° Em caso de Dispositivos de Armazenamento contendo apenas produtos em Quarentena, armazenados em fase líquida de nitrogênio e sem embalagem protetora externa, o Centro de Processamento Celular deve estabelecer POP que defina as medidas para gerenciamento do risco a serem adotadas, caso ocorra dano e ruptura de alguma embalagem contendo produto com resultado positivo/reagente na triagem de infecções transmissíveis ou teste microbiológico.

Seção XIII

Solicitação do produto, do Transporte ao local de uso e da Notificação de transplante ou Uso Terapêutico realizado

Art. 173. As células somente devem ser entregues para Uso Terapêutico ou pesquisa clínica mediante solicitação documentada do órgão competente do Ministério da Saúde ou do profissional que os utilizará, contendo:

I - código de identificação do Receptor;

II - identificação do profissional solicitante e de sua instituição;

III - características e quantidade do produto solicitado;

IV - motivo da indicação do uso do produto, seja Uso Terapêutico ou pesquisa clínica;

V - data da solicitação, local e data prevista para utilização do produto; e

VI - em caso de pesquisa clínica, comprovação de que o projeto de pesquisa está aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa responsável.

Parágrafo único. As disposições do caput deste artigo não se aplicam aos Produtos de Terapias Avançadas passíveis de registro junto à Anvisa, os quais devem seguir legislação específica vigente.

Art. 174. As células e os Produtos de Terapias Avançadas somente devem ser entregues para uso em pesquisa básica, ensino, treinamento, controle de qualidade ou Validação de processos mediante solicitação documentada do profissional ou da instituição que os utilizará, contendo:

I - identificação do profissional ou da instituição;

II - características e quantidade das células ou Produto de Terapia Avançada solicitado;

III - data da solicitação; e

IV - declaração do profissional ou da instituição solicitante reconhecendo que o produto não será destinado para Uso Terapêutico ou pesquisa clínica.

Art. 175. Para fornecer CPH-SCUP, para fins de transplante convencional, o Centro de Processamento Celular deve:

I - ter à disposição do centro de transplante e encaminhar, após solicitação, amostra de DNA ou de células do sangue de cordão umbilical e placentário para realização de testes confirmatórios da identidade da amostra;

II - providenciar teste confirmatório de determinação de antígenos HLA, em caso de uso alogênico;

III - realizar nova contagem e determinação da viabilidade celular; e

IV - realizar teste funcional de determinação de unidades formadoras de colônias granulocíticas-monocíticas (CFU ou CFU-GM) ou outro equivalente, e/ou realizar teste de viabilidade das células CD34+.

§ 1° Os testes descritos nos incisos II a IV deste artigo devem ser realizados em alíquota da unidade de CPH-SCUP de segmento contínuo à bolsa de criopreservação, para uso autólogo e alogênico.

§ 2° Os resultados e valores obtidos nos testes descritos nos incisos II a IV deste artigo, bem como demais informações necessárias, devem ser fornecidos ao profissional responsável pelo paciente, juntamente com as informações contidas no art. 161 desta Resolução.

Art. 176. As células e os Produtos de Terapias Avançadas entregues para Uso Terapêutico ou pesquisa clínica devem ser acompanhados, quando couber, da seguinte documentação contendo informações complementares àquelas do rótulo:

I - utilização do produto uma única vez e em apenas 1 (um) Receptor, ou unicamente no projeto de pesquisa para o qual foi solicitado;

II - condições para armazenamento antes do uso;

III - condições de transporte;

IV - instruções de uso do produto (descongelamento, lavagem, diluição, etc.);

V - menção de quais parâmetros de qualidade e segurança não se encontram disponíveis no ato da liberação do produto;

VI - em caso de Liberação Excepcional de produtos, prevista no art. 54 desta Resolução, os parâmetros de qualidade e segurança não cumpridos, com os respectivos resultados obtidos e as faixas de referência ou aceitação;

VII - informações sobre possíveis riscos biológicos presentes no produto, assim como resultados de testes laboratoriais para infecções transmissíveis e microbiológicos reagentes/positivos ou inconclusivos;

VIII - informação sobre a obrigatoriedade de o profissional ou a instituição solicitante do produto comunicar ao Centro de Processamento Celular se o uso do produto ocorreu conforme o inciso IV deste artigo ou se houve alterações ou intercorrências, com o relato de quais foram;

IX - informação sobre a obrigatoriedade de o profissional ou a instituição solicitante do produto notificar ao Centro de Processamento Celular sobre a ocorrência de Reações Adversas relacionadas ao uso do produto e sua descrição; e

X - informações sobre a necessidade de descarte ou devolução, caso o produto não seja utilizado.

Art. 177. A entrega do produto deve ser feita ao profissional solicitante, a um membro da equipe responsável pelo paciente ou a pessoa que possua autorização do profissional solicitante/equipe responsável pelo paciente, por escrito e assinada.

Parágrafo único. Para os Produtos de Terapias Avançadas passíveis de registro junto à Anvisa, a entrega do produto mencionada no caput deste artigo deverá seguir legislação específica vigente.

Art. 178. O transporte do produto deve seguir o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 504, de 27 de maio de 2021, no que couber, e demais normas aplicáveis.

Art. 179. O Centro de Processamento Celular deve definir e validar as condições de temperatura das células e Produtos de Terapias Avançadas durante o transporte, de forma a preservar a sua integridade e estabilidade.

Art. 180. Durante o transporte de CPH-MO, CPH-SP e CPH-SCUP, entre estabelecimentos de saúde, as seguintes condições devem ser mantidas:

I - quando se tratar de unidades para infusão a fresco - temperatura entre 2ºC (dois graus Celsius) e 24ºC (vinte e quatro graus Celsius) positivos, utilizando-se embalagem com componente isotérmico;

II - quando se tratar de unidades criopreservadas a 80°C (oitenta graus Celsius) negativos - temperatura igual ou inferior a 65ºC (sessenta e cinco graus Celsius) negativos; e

III - quando se tratar de unidades criopreservadas a 150°C (cento e cinquenta graus Celsius) negativos ou inferior - temperatura igual ou inferior a 150°C (cento e cinquenta graus Celsius) negativos.

§ 1° Quando utilizado nitrogênio líquido como material refrigerante, deve-se empregar contêiner apropriado para transporte a seco (dry-shipper), mantendo-se o produto em embalagem protetora específica.

§ 2° No caso de que trata o § 1° deste artigo, o volume de nitrogênio líquido deve ser suficiente para manutenção da temperatura interna do contêiner pelo prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas além do horário estimado para sua chegada ao estabelecimento de destino.

§ 3° Para células ou Produtos de Terapias Avançadas criopreservados, a temperatura interna do contêiner de transporte deve ser monitorada de modo contínuo, por dispositivo que possibilite a verificação de variações de temperatura fora do limite estabelecido.

§ 4° Faixas de temperatura de transporte diferentes das especificadas nos incisos deste artigo poderão ser definidas mediante Validação pelo estabelecimento.

Art. 181. Após a entrega das células ou do Produto de Terapia Avançada ao solicitante, seu armazenamento temporário até a utilização é de responsabilidade do profissional a quem a entrega tenha sido feita.

Art. 182. O Centro de Processamento Celular deve estabelecer POP para o recebimento e registro das notificações de transplante, infusão ou implante realizado.

Seção XIV

Dados de produção

Art. 183. O Centro de Processamento Celular deve enviar semestralmente, e sempre que solicitado, seus dados de produção à Gerência de Sangue, Tecidos, Células e Órgãos da Anvisa, conforme ferramentas e orientações definidas por esta Agência e divulgadas na sua página eletrônica.

Parágrafo único. As determinações do caput deste artigo não se aplicam aos Produtos de Terapias Avançadas passíveis de registro junto à Anvisa.

Seção XV

Descarte de resíduos e Devolução de células e Produtos de Terapias Avançadas

Art. 184. Os procedimentos relativos ao manejo dos resíduos do Centro de Processamento Celular devem estar descritos no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), de acordo com as normas sanitárias e ambientais vigentes.

Art. 185. O descarte de resíduos, quando não realizado pelo Centro de Processamento Celular, poderá ser terceirizado.

Art. 186. No caso de Células e Produtos de Terapias Avançadas Distribuídos, caso haja necessidade de descarte, este deverá ser providenciado pelo profissional responsável pelas células ou Produtos de Terapias Avançadas ou pelo Centro de Processamento Celular que recebeu o produto distribuído.

§ 1º Na ocorrência do descarte previsto no caput deste artigo, relatório comunicando o fato, e acompanhado de justificativa, deve ser enviado ao Centro de Processamento Celular de origem.

§ 2º Caso Células e Produtos de Terapias Avançadas Distribuídos retornem ao Centro de Processamento Celular de origem, tais produtos deverão ser mantidos em Quarentena, até serem reavaliados e que se decida por seu descarte ou reintegração ao estoque.

Seção XVI

Queixas Técnicas e dos Eventos Adversos

Art. 187. O Centro de Processamento Celular deve possuir mecanismos para identificar, investigar e executar ações corretivas e preventivas relacionadas às Queixas Técnicas e aos Eventos Adversos observados em suas dependências ou sob sua responsabilidade, ocorridos desde o processo de coleta até o fornecimento e uso do produto.

§ 1º Devem ser documentadas as ações preventivas e corretivas cabíveis, sendo mantidos os respectivos registros das ações implementadas.

§ 2° O Centro de Processamento Celular deve notificar ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), por meio do sistema de informação definido pelo Sistema de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária (VIGIPÓS), a ocorrência de Queixas Técnicas dos equipamentos, instrumentos, materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro utilizados em suas dependências.

§ 3º A notificação dos Eventos Adversos, quando necessária, deve ser feita de acordo com as determinações do Sistema de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária (VIGIPÓS) ou diretrizes específicas a serem estabelecidas pelo Sistema Nacional de Hemovigilância, pelo Sistema Nacional de Biovigilância, ou pelo Sistema Nacional de Farmacovigilância, conforme as necessidades do caso concreto.

Art. 188. O Centro de Processamento Celular deve possuir POP para o gerenciamento do risco nos casos em que ocorra infecção ou transmissão de doenças ao Receptor.

Parágrafo único. O POP mencionado no caput deste artigo deve prever:

I - a Rastreabilidade do Doador;

II - a comunicação com o órgão responsável do Sistema Nacional de Transplantes, quando couber; e

III - as condutas a serem adotadas, incluindo a convocação dos demais Receptores de células ou Produtos de Terapias Avançadas deste mesmo Doador e/ou a análise da destinação dos produtos provenientes deste Doador que não foram utilizados e ainda se encontram armazenados no Centro de Processamento Celular.

Art. 189. O Centro de Processamento Celular deve notificar ao SNVS os casos reagentes para os marcadores de infecções transmissíveis pelo sangue, que sejam de notificação compulsória, detectados durante a seleção de Doadores e aqueles verificados nos Receptores após o transplante.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 190. Os novos Centros de Processamento Celular e aqueles que pretendam reiniciar suas atividades devem cumprir, na íntegra, o disposto nesta Resolução, previamente à sua entrada em funcionamento.

Art. 191. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 192. Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 214, de 7 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2018.

Art. 193. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

Tabela 1: Número máximo de partículas, por m^3 de ar em Ambientes classificados ISO 5 e ISO 8, em Centros de Processamento Celular.

Classe - ISO 14644-1*	n° máximo de partículas por m^3 de ar	
	^{3} 0,5µm	^{3} 5,0µm
ISO 5	3 520	
ISO 8	3 520 000	29 300

* ISO 14644-1:2015 (second edition 2015-12-15)

Tabela 2: Limites para contaminação microbiana, considerando as diferentes técnicas.

Classe	Placas de sedimentação (diâmetro de 90 mm; UFC/4 horas)[1]	Placas de contato (diâmetro de 55 mm; UFC/placa)	Teste de contato das luvas (5 dedos; UFC/luva)	Amostra do ar (UFC/m^3)
ISO 5 em operação	< 1	< 1	< 1	< 1
ISO 8 em operação	50	25	-	100

[1]O serviço deve se certificar das condições ambientais adequadas de exposição das placas individuais; dependendo das condições, as placas deverão ser trocadas para que mantenham suas propriedades de detecção microbiana.

RESOLUÇÃO RDC Nº 509, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, inciso III, e 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de março de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivo

Art. 1º Esta Resolução possui o objetivo de estabelecer os critérios mínimos, a serem seguidos pelos estabelecimentos de saúde, para o gerenciamento de tecnologias em saúde utilizadas na prestação de serviços de saúde, de modo a garantir a sua rastreabilidade, qualidade, eficácia, efetividade e segurança e, no que couber, desempenho, desde a entrada no estabelecimento de saúde até seu destino final, incluindo o planejamento dos recursos físicos, materiais e humanos, bem como, da capacitação dos profissionais envolvidos no processo destes.

Seção II

Abrangência

Art. 2º Esta Resolução se aplica às seguintes tecnologias em saúde, utilizadas na prestação de serviços de saúde:

I - produtos para saúde, incluindo equipamentos de saúde;

II - produtos de higiene e cosméticos;

III - medicamentos; e

IV - saneantes.

§1º Excluem-se das disposições desta Resolução os equipamentos de saúde definidos como equipamentos gerais.

§2º A aplicabilidade desta Resolução se restringe aos estabelecimentos de saúde em âmbito hospitalar, ambulatorial e domiciliar e àqueles que prestam serviços de apoio ao diagnóstico e terapia, intra ou extrahospitalar.

§ 3º Excluem-se das disposições desta Resolução as farmácias não privativas de unidade hospitalar ou equivalente de assistência médica e drogarias, por possuírem regulamentação específica por meio da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009.

Seção III

Definições

Art. 3º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - cosmético: produto de uso externo, destinado à proteção ou ao embelezamento das diferentes partes do corpo;

II - educação continuada em estabelecimento de saúde: processo de permanente aquisição de informações pelo trabalhador, de todo e qualquer conhecimento obtido formalmente, no âmbito institucional ou fora dele;

III - equipamento de proteção individual: dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho;

IV - equipamento de saúde: conjunto de aparelhos e máquinas, suas partes e acessórios utilizados por um estabelecimento de saúde onde são desenvolvidas ações de diagnose, terapia e monitoramento, tais como: equipamentos de apoio, os de infraestrutura, os gerais e os médico-assistenciais;

V - equipamento de apoio: equipamento ou sistema, inclusive acessório e periférico, que compõe uma unidade funcional, com características de apoio à área assistencial, tais como: cabine de segurança biológica, destilador, deionizador, liquidificador, batedeira, banho-maria, balanças, refrigerador, autoclave, dentre outros;

VI - equipamento de infraestrutura: equipamento ou sistema, inclusive acessório e periférico, que compõe as instalações elétrica, eletrônica, hidráulica, fluido-mecânica, de climatização ou de circulação vertical, destinado a dar suporte ao funcionamento adequado das unidades assistenciais e aos setores de apoio;

VII - equipamentos gerais: conjunto de móveis e utensílios com características de uso geral, e não específico, da área hospitalar, tais como: mobiliário, máquinas de escritório, sistema de processamento de dados, sistema de telefonia, sistema de prevenção contra incêndio, dentre outros;

VIII - equipamento médico-assistencial: equipamento ou sistema, inclusive seus acessórios e partes, de uso ou aplicação médica, odontológica ou laboratorial, utilizado direta ou indiretamente para diagnóstico, terapia e monitoração na assistência à saúde da população, e que não utiliza meio farmacológico, imunológico ou metabólico para realizar sua principal função em seres humanos, podendo, entretanto, ser auxiliado em suas funções por tais meios;

IX - estabelecimento de saúde: qualquer local destinado a realização de ações e serviços de saúde, coletiva ou individual, qualquer que seja o seu porte ou nível de complexidade;

X - evento adverso: agravo à saúde ocasionado a um paciente ou usuário em decorrência do uso de um produto submetido ao regime de vigilância sanitária, nas condições e parâmetros prescritos pelo fabricante;

XI - gerenciamento de tecnologias em saúde: conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de garantir a rastreabilidade, qualidade, eficácia, efetividade, segurança e, em alguns casos, o desempenho das tecnologias de saúde utilizadas na prestação de serviços de saúde, desde sua entrada no estabelecimento de saúde até seu descarte, visando à proteção dos trabalhadores, à preservação da saúde pública e do meio ambiente e à segurança do paciente;

XII - gerenciamento de risco: aplicação sistemática de políticas de gestão, procedimentos e práticas na análise, avaliação, controle e monitoramento de risco;

XIII - medicamento: produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico;

XIV - plano de gerenciamento: documento que aponta e descreve os critérios estabelecidos pelo estabelecimento de saúde para a execução das etapas do gerenciamento das diferentes tecnologias em saúde submetidas ao controle e fiscalização sanitária abrangidas nesta Resolução, desde o planejamento e entrada no estabelecimento de saúde, até sua utilização no serviço de saúde e descarte;

XV - produto médico: produto para a saúde, de uso ou aplicação médica, odontológica ou laboratorial, destinado à prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação ou anticoncepção e que não utiliza meio farmacológico, imunológico ou metabólico para realizar sua principal função em seres humanos, podendo, entretanto, ser auxiliado em suas funções por tais meios;

XVI - produto para diagnóstico de uso in vitro: produto utilizado unicamente para prover informação sobre amostras obtidas do organismo humano e contribuir para realizar uma determinação qualitativa, quantitativa ou semiquantitativa de uma amostra proveniente do corpo humano, desde que não esteja destinado a cumprir alguma função anatômica, física ou terapêutica, e não seja ingerido, injetado ou inoculado em seres humanos;

XVII - produto para saúde: é aquele enquadrado como produto médico ou produto para diagnóstico de uso in vitro;

XVIII - produto de higiene: produto para uso externo, antisséptico ou não, destinado ao asseio ou à desinfecção corporal, compreendendo os sabonetes, xampus, dentifrícios, enxaguatórios bucais, antiperspirantes, desodorantes, produtos para barbear e após o barbear, estípticos e outros;

XIX - rastreabilidade: capacidade de traçar o histórico, a aplicação ou a localização de um item por meio de informações previamente registradas;

XX - saneante: substância ou preparação destinada à higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar, em ambientes hospitalares ou não, coletivos, públicos e privados, em lugares de uso comum e no tratamento da água; e

XXI - tecnologias em saúde: conjunto de equipamentos, de medicamentos, de insumos e de procedimentos utilizados na prestação de serviços de saúde, bem como das técnicas de infraestrutura desses serviços e de sua organização.

CAPÍTULO II

GERENCIAMENTO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE

Art. 4º O estabelecimento de saúde deve definir e padronizar critérios para cada etapa do gerenciamento de tecnologias em saúde abrangidas por esta Resolução utilizadas na prestação de serviços de saúde.

Parágrafo único. O estabelecimento de saúde deve possuir, para execução das atividades de gerenciamento de tecnologias em saúde, normas e rotinas técnicas de procedimentos padronizadas, atualizadas, registradas e acessíveis aos profissionais envolvidos, para cada etapa do gerenciamento.

Art. 5º Os estabelecimentos de saúde devem elaborar e implantar Plano de Gerenciamento para as seguintes tecnologias em saúde abrangidas por esta Resolução:

I - produtos para saúde, incluindo equipamentos de saúde;

II - produtos de higiene e cosméticos;

III - medicamentos; e

IV - saneantes.

§ 1º A elaboração do Plano de Gerenciamento, bem como a definição das etapas e critérios mínimos para o gerenciamento de cada tecnologia em saúde abrangida por esta Resolução deve ser compatível com as tecnologias em saúde utilizadas no estabelecimento para prestação de serviços de saúde e obedecer a critérios técnicos e à legislação sanitária vigente.

§ 2º Para o estabelecimento de saúde composto por mais de um serviço, com alvarás de licenciamento Sanitários individualizados, o Plano de Gerenciamento pode ser único e contemplar todos os serviços existentes, sob a responsabilidade técnica do estabelecimento.

§ 3º O Plano de Gerenciamento pode ser único abrangendo todas as tecnologias utilizadas pelo serviço de saúde ou individualizado para cada tecnologia e deve estar disponível para consulta sob solicitação da autoridade sanitária competente.

Art. 6º A execução das atividades de cada etapa do gerenciamento pode ser terceirizada quando não houver impedimento legal, devendo a terceirização obrigatoriamente ser feita mediante contrato formal.

Parágrafo único. A terceirização de qualquer das atividades de gerenciamento não isenta o estabelecimento de saúde contratante da responsabilização perante a autoridade sanitária.

Art. 7º O estabelecimento de saúde deve designar profissional com nível de escolaridade superior, com registro ativo junto ao seu conselho de classe, quando couber, para exercer a função de responsável pela elaboração e implantação do Plano de Gerenciamento de cada Tecnologia utilizada na prestação de serviços de saúde.

§ 1º É permitida a designação de profissionais distintos para coordenar a execução das atividades de cada etapa do gerenciamento das diferentes tecnologias de saúde.

§ 2º O profissional definido no caput deste artigo deve monitorar a execução do Plano de Gerenciamento e promover a avaliação anual da sua efetividade.

Art. 8º O estabelecimento de saúde deve registrar de forma sistemática a execução das atividades de cada etapa do gerenciamento de tecnologias em saúde.

Art. 9º O estabelecimento de saúde deve manter disponíveis, a todos os profissionais envolvidos, os resultados da avaliação anual das atividades de gerenciamento constantes nesta Resolução.

Art. 10. O estabelecimento de saúde deve possuir estrutura organizacional documentada, com as atividades de gerenciamento definidas em seu organograma.

Art. 11. O estabelecimento de saúde deve elaborar, implantar e implementar um programa de educação continuada para os profissionais envolvidos nas atividades de gerenciamento, com registro de sua realização e participação.

Art. 12. O estabelecimento de saúde deve garantir que todas as atribuições e responsabilidades profissionais estejam formalmente designadas, descritas, divulgadas e compreendidas pelos envolvidos nas atividades de gerenciamento.

Art. 13. O estabelecimento de saúde deve fornecer e assegurar que todo profissional faça uso de equipamento de proteção individual e coletiva, compatíveis com as atividades por ele desenvolvidas.

Art. 14. O estabelecimento de saúde deve garantir que nas áreas destinadas ao recebimento, armazenagem, preparo e distribuição de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos para saúde, inclusive equipamentos de saúde, produtos de higiene, cosméticos e saneantes, não seja permitida a guarda e consumo de alimentos e bebidas, bem como demais objetos alheios ao setor.

Art. 15. O estabelecimento de saúde deve dispor de mecanismos que permitam a rastreabilidade das tecnologias citadas no Art. 2º.

Art.16. A documentação referente ao gerenciamento das tecnologias em saúde deve ser arquivada, em conformidade com o estabelecido pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, ou, na ausência desta, por um prazo mínimo de 5 (cinco) anos, para efeitos de ações de vigilância sanitária.

Art. 17. A infra-estrutura física para a realização das atividades de gerenciamento de tecnologias em saúde deve ser compatível com as atividades desenvolvidas, conforme os requisitos contidos nesta Resolução e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.

Art. 18. O estabelecimento de saúde deve possuir uma sistemática de monitorização e gerenciamento de risco das tecnologias em saúde, visando à redução e minimização da ocorrência dos eventos adversos.

Art. 19. O estabelecimento de saúde deve notificar ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária os eventos adversos e queixas técnicas envolvendo as tecnologias em saúde, conforme disposto nas seguintes normas:

I - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 332, de 1º de dezembro de 2005;

II - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 36, de 25 de julho de 2013;

III - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 34, de 11 de junho de 2014;

IV - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 51, de 29 de setembro de 2014;

V - Instrução Normativa - IN nº 8, de 29 de setembro de 2014;

VI - Instrução Normativa - IN nº 1, de 17 de março de 2015; e

VII - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 339, de 20 de fevereiro de 2020.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei Federal Lei nº. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativas e penal cabíveis.

Art. 21. Ficam revogadas:

I - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 2, de 25 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2010; e

II - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 20, de 26 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2012.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

RESOLUÇÃO RDC Nº 510, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre oficialização de lotes de Substâncias Químicas de Referência da Farmacopeia Brasileira.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe confere o art. 7º, III, IV e XIX, o art. 15, III e IV, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e, os arts. 3°, VII, 10, V, e, 15, III, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 467, de 11 de fevereiro de 2021, e considerando o disposto no art. 53, VI e §§ 1º e 3º, do Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1° Fica autorizada a publicação da lista completa e atualizada das Substâncias Químicas de Referência da Farmacopeia Brasileira (SQRFB) em meio exclusivamente eletrônico no sítio eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, após aprovada pela Diretoria Colegiada em conformidade com as disposições da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 467, de 11 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. A responsabilidade pela publicação da lista completa e atualizada das Substâncias Químicas de Referência da Farmacopeia Brasileira (SQRFB) no sítio eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA é da Coordenação da Farmacopeia (COFAR).

Art. 2° A publicação autorizada pelo art. 1° desta Resolução deverá observar o formato por colunas a seguir:

I - primeira coluna: SQRFB;

II - segunda coluna: Número de lote estabelecido;

III - terceira coluna: Data de oficialização do lote; e

IV - quarta coluna: Situação do lote.

Art. 3° Fica consolidada por esta Resolução a lista completa e atualizada dos lotes das Substâncias Químicas de Referência da Farmacopeia Brasileira (SQRFB) aprovadas e oficializadas pelas Resoluções de Diretoria Colegiada - RDC's a seguir:

I - a Resolução - RDC nº 56, de 26 de fevereiro de 2002;
II - a Resolução - RDC nº 280 de 25 de outubro de 2002;
III - a Resolução - RDC nº 129, de 26 de maio de 2003;
IV - a Resolução - RDC nº 280 de 3 de outubro de 2003;
V - a Resolução - RDC nº 295, de 22 de outubro de 2003;
VI - a Resolução - RDC nº 1, de 8 de janeiro de 2004;
VII - a Resolução - RDC nº 24, de 12 de fevereiro de 2004;
VIII - a Resolução - RDC nº 54, de 18 de março de 2004;
IX - a Resolução - RDC nº 235, de 29 de setembro de 2004;
X - a Resolução - RDC nº 312, de 9 de dezembro de 2004;
XI - a resolução - RDC nº 188, de 21 de junho de 2005;
XII - a Resolução - RDC nº 262, de 22 de setembro de 2005;
XIII - a Resolução - RDC nº 309, de 19 de outubro de 2005;
XIV - a Resolução - RDC nº 348, de 16 de dezembro de 2005;
XV - a Resolução - RDC nº 209, de 17 de novembro de 2006;
XVI - a Resolução - RDC nº 40, de 26 de junho de 2007;
XVII - a Resolução - RDC nº 41, de 26 de junho de 2007;
XVIII - a Resolução - RDC nº 43, de 2 de julho de 2007;
XIX - a Resolução - RDC nº 49, de 13 de agosto de 2007;
XX - a Resolução - RDC nº 50, de 13 de agosto de 2007;
XXI - a Resolução - RDC nº 73, de 31 de outubro de 2007;
XXII - a Resolução - RDC nº 74, de 31 de outubro de 2007;
XXIII - a Resolução - RDC nº 74, de 22 de outubro de 2008;
XXIV - a Resolução - RDC nº 11, de 10 de março de 2009;
XXV - a Resolução - RDC nº 62, de 17 de dezembro de 2009;
XXVI - a Resolução - RDC 64, de 23 de dezembro de 2010;
XXVII - a Resolução - RDC nº 46, de 28 de agosto de 2012;
XXVIII - a Resolução - RDC nº 1, de 4 de janeiro de 2013;
XXIX - a Resolução - RDC nº 41, de 27 de agosto de 2013;
XXX - a Resolução - RDC nº 56, de 16 de dezembro de 2013;
XXXI - a Resolução - RDC 41, de 5 de agosto de 2014;
XXXII - a Resolução - RDC nº 2 de 19 de janeiro de 2015;
XXXIII - a Resolução - RDC nº 27, de 2 de julho de 2015;
XXXIV - a Resolução - RDC nº 54, de 5 de dezembro de 2015; e
XXXV - a Resolução - RDC nº 80, de 30 de maio de 2016.

Art. 4° Ficam revogadas as Resoluções de Diretoria Colegiada - RDC's listadas nos incisos I até XXXV do art. 3° desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

RESOLUÇÃO RDC Nº 511, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a admissibilidade de códigos farmacêuticos estrangeiros.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe confere o art. 7º, III e XIX, o art. 15, III e IV, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, VI e §§ 1º e 3º, do Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de março de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Na ausência de monografia oficial de matéria-prima, formas farmacêuticas, correlatos e métodos gerais inscritos na Farmacopeia Brasileira, poderá ser adotada monografia oficial, última edição, de um dos seguintes compêndios internacionais:

I - Farmacopeia Alemã;
II - Farmacopeia Americana;
III - Farmacopeia Argentina;
IV - Farmacopeia Britânica;
V - Farmacopeia Europeia;
VI - Farmacopeia Francesa;
VII - Farmacopeia Internacional (Organização Mundial da Saúde - OMS);
VIII - Farmacopeia Japonesa;
IX - Farmacopeia Mexicana; e
X - Farmacopeia Portuguesa.

Art. 2° Na ausência de Substâncias Químicas de Referência da Farmacopeia Brasileira poderão ser utilizadas as substâncias químicas de referência das Farmacopeias referidas no art. 1º.

Art. 3º Caberá ao Comitê Gestor da Farmacopeia Brasileira apreciar os casos em que ocorrerem demanda ou litígio em relação à discrepância de resultados entre métodos analíticos de insumos ou produtos farmacêuticos e os casos omissos.

Art. 4 º Fica revogada a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n º 37, de 6 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 8 de julho de 2009.

Art. 5 º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

RESOLUÇÃO RDC Nº 512, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as Boas Práticas para Laboratórios de Controle de Qualidade.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe confere o art. 7º, III, IV e XXII, e o art. 15, III e IV, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, VI e §§ 1º e 3º, do Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Técnico que dispõe sobre as Boas Práticas para Laboratórios de Controle da Qualidade.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivo

Art. 2º Este Regulamento possui o objetivo de definir princípios e requisitos para a execução das análises com qualidade, confiabilidade e segurança, em produtos sujeitos à Vigilância Sanitária.

Parágrafo único. Esta Resolução não isenta o laboratório do atendimento a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020 e de legislações específicas de sua área de atuação.

Seção II

Abrangência

Art. 3º Esta Resolução se aplica a todos os laboratórios públicos ou privados que realizem análise de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária.

Seção III

Definições

Art. 4º Para efeito deste Regulamento Técnico, são adotadas as seguintes definições:

I - ação corretiva: ação para eliminar a causa de uma não-conformidade identificada ou outra situação indesejável;

II - ação preventiva: ação para eliminar a causa de uma potencial não-conformidade, outra situação potencialmente indesejável ou para aproveitar oportunidades de melhoria;

III - alvará sanitário/licença de funcionamento/licença sanitária: documento expedido pelo órgão de vigilância sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que autoriza o funcionamento de estabelecimentos que realizam atividades sob regime de vigilância sanitária;

IV - amostra ou item de ensaio: material ou produto apresentado ao laboratório para análise;

V - análise ou ensaio: determinação de uma ou mais características de uma amostra ou item de ensaio, de acordo com um procedimento;

VI - auditoria: processo sistemático, independente e documentado para avaliar a extensão do atendimento a requisitos especificados;

VII - biossegurança: condição de segurança alcançada por um conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, reduzir ou eliminar os fatores de riscos inerentes às atividades que possam comprometer a saúde humana, animal e o meio ambiente;

VIII - calibração: operação que estabelece uma relação entre os valores de grandezas, indicados por um instrumento ou sistema de medição, e os correspondentes valores ,fornecidos por padrões e materiais de referência, todos com as suas incertezas de medição;

IX - contenção: aplicação de métodos apropriados ao manejo dos agentes de risco, para garantir a segurança à saúde humana, animal, vegetal e ao ambiente;

X - desinfecção: processo físico ou químico, que destrói ou inativa a maioria dos microrganismos patogênicos de objetos inanimados e superfícies, com exceção de esporos bacterianos;

XI - descontaminação: processo pelo qual agentes de risco são removidos ou eliminados ou os seus efeitos adversos são neutralizados;

XII - ensaio de proficiência: determinação do desempenho analítico por meio de comparações interlaboratoriais, que utilizam amostras distribuídas por um provedor do programa;

XIII - esterilização: eliminação total ou inviabilização de todos os microrganismos, incluindo os esporos, por meio de processo físico ou químico;

XIV - garantia da qualidade: parte da gestão da qualidade focada em demonstrar que os requisitos de qualidade são atendidos;

XV - gestão da qualidade: atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização, no que diz respeito à qualidade;

XVI - linha de auditoria: procedimento pelo qual uma auditoria é desenvolvida, objetivando alcançar o seu propósito;

XVII - material de referência: material, suficientemente homogêneo e estável em relação a propriedades específicas, preparado para se adequar a uma utilização pretendida numa medição ou num exame de propriedades qualitativas;

XVIII - não-conformidade: não atendimento ao disposto neste regulamento ou a requisito ou procedimento especificado;

XIX - nível de biossegurança: nível de contenção formado por instalações, equipamentos de segurança, procedimentos e práticas laboratoriais, necessário para permitir o trabalho seguro com agentes de risco para o homem, o animal e o ambiente;

XX - procedimento: forma especificada de executar uma atividade ou um processo;

XXI - qualidade: grau no qual um conjunto de características inerentes satisfaz a requisitos;

XXII - qualificação: conjunto de ações realizadas para comprovar e documentar que pessoas, materiais, fornecedores, instalações, sistemas, equipamentos e procedimentos possuem as características desejadas, desempenham as funções designadas e levam aos resultados esperados;

XXIII - rastreabilidade: capacidade de recuperar o histórico, aplicação ou a localização daquilo que está sendo considerado;

XXIV - registro: documento, testemunho ou prova que apresenta resultados obtidos ou fornece evidências de atividades realizadas;

XXV - responsável técnico (RT): profissional legalmente habilitado, inscrito no seu conselho de classe, que assume responsabilidade pelas atividades técnicas do laboratório, compatível com a sua qualificação e com a área de atividade que está sob a sua supervisão;

XXVI - sistema de gestão da qualidade: sistema de gestão para dirigir e controlar uma organização, no que diz respeito à qualidade;

XXVII - validação: comprovação, através de fornecimento de evidência objetiva de que os requisitos para uma aplicação ou uso específicos pretendidos foram atendidos;

XXVIII - verificação: comprovação, através de fornecimento de evidência objetiva, de que os requisitos especificados foram atendidos.

CAPÍTULO II

CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS E DE GESTÃO

Seção I

Organização e gestão do laboratório

Art. 5º Os laboratórios objeto desta Resolução devem possuir licença sanitária atualizada de acordo com a legislação sanitária local, fixada em local visível ao público.

Parágrafo único. Os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos independem da licença para funcionamento, ficando sujeitos, porém, às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos, à aparelhagem adequada e à assistência e responsabilidade técnicas, aferidas por meio de fiscalização realizada pelo órgão sanitário local.

Art. 6º O laboratório deve contar com responsável técnico, legalmente habilitado, em número e qualificação necessários para atender seu escopo, especificidade e complexidade de atividade.

Art. 7º A alta direção do laboratório deve garantir:

I - definição e aplicação de uma política da qualidade;

II - infraestrutura e condições adequadas, compatíveis com a demanda e que garantam a qualidade das análises e a salubridade do trabalho;

III - recursos humanos em número e com qualificação adequados para o correto desempenho das atividades, devendo a qualificação considerar a formação, capacitação, experiência e habilidades demonstradas;

IV - recursos materiais suficientes e adequados às atividades;

V - estrutura organizacional formalizada e responsabilidades claramente definidas;

VI - procedimentos para assegurar que a gerência e o pessoal não estejam sujeitos a influências comerciais, políticas, financeiras e conflitos de interesse, que possam afetar adversamente a qualidade, confiabilidade e imparcialidade do trabalho;

VII - procedimentos e evidências para prevenir, minimizar ou eliminar o dano ao ambiente, à saúde humana, animal e vegetal causado pelas atividades realizadas, atendendo legislação pertinente; e

VIII - rastreabilidade dos resultados analíticos.

Art. 8º O responsável técnico deve garantir:

I - planejamento que atenda às necessidades de recursos materiais e de pessoal para o desenvolvimento das atividades;

II - confiabilidade dos resultados analíticos; e

III - execução das análises de acordo com o planejamento estabelecido e com os requisitos deste regulamento.

Art. 9º O laboratório deve dispor de um profissional, de seu quadro de pessoal ou mediante contrato formal, para atuar como responsável pelo sistema de gestão da qualidade, com autoridade e responsabilidade definidas, para assegurar que este sistema seja implementado e seguido permanentemente.

Parágrafo único. O responsável pelo sistema de gestão da qualidade deve ter fácil acesso ao mais alto nível gerencial, onde são tomadas as decisões sobre as políticas e recursos do laboratório.

Art. 10. O laboratório deve possuir políticas, sistemas, programas, procedimentos e instruções para assegurar a qualidade dos resultados das análises.

Seção II

Documentos

Art. 11. O laboratório deve documentar, na extensão necessária, suas políticas, sistemas, programas, procedimentos e instruções.

Parágrafo único. A documentação deve estar atualizada, implementada, disponível e ser de conhecimento do pessoal envolvido.

Art.12. O laboratório deve estabelecer e manter procedimentos para controlar os documentos gerenciais e técnicos, gerados internamente e aqueles obtidos de fontes externas.

Art. 13. O conteúdo do documento deve ser apresentado de forma clara, precisa e disposto de forma ordenada.

Parágrafo único. Os documentos gerados pelo laboratório devem ser univocamente identificados, contendo título, identificação e data da última revisão, paginação, número total de páginas, objetivo e autoridade emitente.

Art. 14. O controle de documentos deve assegurar que:

I - edições atualizadas e autorizadas dos documentos estejam prontamente disponíveis em todos os locais onde sejam realizadas as atividades relacionadas, para conhecimento da equipe e o efetivo funcionamento do laboratório;

II - seja impedida a utilização de documentos inválidos e obsoletos;

III - seja mantido um histórico das alterações do documento; e

IV - os documentos reproduzidos tenham fidelidade em relação ao original.

Art. 15. Os documentos emitidos pelo laboratório devem ser aprovados, assinados e datados pelo responsável designado.

Art. 16. Os documentos devem periodicamente passar por análise crítica e, quando necessário, serem revisados para assegurar a contínua adequação e conformidade às atividades realizadas pelo laboratório.

Art. 17. Os documentos devem ser emitidos em português, sendo permitido o uso de versões em outros idiomas, desde que seja demonstrada a sua compreensão pelo pessoal envolvido nas atividades.

Seção III

Registros

Art.18. O laboratório deve estabelecer e implantar procedimentos para identificar, indexar, acessar, arquivar, manter e descartar os registros técnicos e de gestão.

Art. 19. Todos os registros devem ser legíveis, indeléveis, armazenados e preservados de forma a garantir sua recuperação, rastreabilidade e disponibilidade.

Parágrafo único. O tempo de retenção dos registros deve ser estabelecido em norma interna do laboratório, observadas as legislações específicas.

Art. 20. Os registros de cada análise devem conter informações adequadas e suficientes para estabelecer uma linha de auditoria, possibilitar avaliações técnicas e garantir sua reprodutibilidade.

Art. 21. As alterações feitas nos registros devem conter a data e a identificação do responsável pela alteração, preservando os dados originais.

Parágrafo único. Quando ocorrerem erros em registros, cada erro deve ser riscado, não devendo ser apagado, tornado ilegível ou eliminado, devendo ser adotadas medidas equivalentes para os registros eletrônicos.

Art. 22. O laboratório deve estabelecer e manter procedimentos que garantam a proteção, guarda, recuperação, transmissão, integridade e confidencialidade dos registros.

Art. 23. Os cálculos e as transferências de dados devem ser submetidos a verificações sistemáticas.

Parágrafo único. Os registros das verificações de que trata o caput devem ser mantidos.

Seção IV

Auditoria interna

Art. 24. O laboratório deve realizar, com periodicidade mínima de doze meses, auditorias internas das suas atividades que contemplem os requisitos desta Resolução.

Parágrafo único. Devem ser mantidos registros das constatações da auditoria e ações corretivas delas decorrentes.

Seção V

Ações corretivas e preventivas

Art. 25. O laboratório deve estabelecer procedimentos para implementar ações corretivas e ações preventivas.

§ 1º As não conformidades, as ações corretivas e suas respectivas ações de monitoramento e de avaliação de eficácia devem ser registradas.

§ 2º As oportunidades de melhoria, potenciais fontes de não conformidade, ações preventivas e respectivas ações de monitoramento e de avaliações de eficácia devem ser registradas.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS TÉCNICOS

Seção I

Recursos humanos

Art. 26. Todas as atividades do laboratório, gerenciais e técnicas, devem ser executadas por pessoal com qualificação compatível com a função desempenhada.

§ 1º Devem ser mantidos os registros das qualificações e das autorizações do pessoal para exercer as diferentes atividades.

§ 2º O laboratório deve estabelecer programa de treinamento adequado às suas atividades, atuais e previstas.

Art. 27. Se o laboratório utilizar pessoal em treinamento, este deve estar sob supervisão comprovada.

Art. 28. O laboratório deve manter uma lista atualizada de reconhecimento de assinaturas e rubricas de todo pessoal relacionado com a análise.

Seção II

Infraestrutura e condições ambientais

Art. 29. As instalações do laboratório devem ser localizadas, projetadas, construídas, adaptadas e mantidas de forma que sejam adequadas às atividades executadas, à proteção à saúde humana, animal e ao meio ambiente, garantindo:

I - separação efetiva entre áreas nas quais existam atividades incompatíveis;

II - controle do acesso às áreas restritas;

III - identificação das áreas de acordo com a sua função;

IV - fornecimento adequado de água, energia elétrica, suprimentos e condições adequadas de iluminação, temperatura, umidade, ventilação para a realização de suas atividades.

V - fluxo adequado de pessoas, materiais, equipamentos, animais de experimentação e amostras;

VI - adequados descarte, descontaminação e lavagem de material; e

VII - condições para realização de limpeza e, quando pertinente, desinfecção das áreas.

Art. 30. Os vestiários, lavatórios, sanitários e áreas de convivência devem ser separados das áreas onde se realizam as análises.

Art. 31. As instalações devem ser mantidas em bom estado de organização, conservação, higiene e limpeza.

Parágrafo único. O laboratório deve assegurar que as operações de manutenção e reparo não representem risco à qualidade das análises.

Seção III

Métodos e procedimentos analíticos

Art. 32. O laboratório deve utilizar procedimentos apropriados de amostragem, manuseio, transporte, armazenamento, preparação e descarte de amostras, assim como de análise, tratamento dos dados e emissão de resultados em todas as análises.

Art. 33. O método analítico empregado deve satisfazer pelo menos um dos seguintes critérios, conforme regulamentação específica:

I - métodos prescritos ou validados conforme regulamento técnico oficial;

II - métodos descritos em compêndios oficiais;

III - métodos descritos em compêndios de aceitação nacional ou internacional;

IV - métodos validados por estudos colaborativos; e

V - métodos desenvolvidos ou modificados pelo próprio laboratório

§ 1º Os métodos provenientes de regulamentos técnicos oficiais, compêndios e os métodos validados por estudos colaborativos devem ser verificados nas condições do laboratório.

§ 2º Os métodos desenvolvidos ou modificados pelo próprio laboratório devem ser validados para demonstrar a adequação ao seu propósito.

Art. 34. Alterações em métodos de ensaio devem ser documentadas, tecnicamente justificadas, validadas e autorizadas por pessoal designado.

Seção IV

Materiais de referência

Art. 35. O laboratório deve implantar procedimentos adequados para especificação, recebimento, armazenamento, controle de estoque, guarda, preparação, distribuição, controle da validade, utilização e descarte de materiais de referência.

Seção V

Materiais e reagentes

Art. 36. O laboratório deve implantar procedimentos adequados para especificação, aquisição, recebimento, armazenamento, guarda, controle de estoque, controle de validade, distribuição e descarte de reagentes, insumos e materiais de consumo com a qualidade exigida pelas análises, atendendo às normas de segurança à saúde humana, animal e ao ambiente.

Art. 37. Os frascos de reagentes e soluções devem estar rotulados inequivocamente, de forma a permitir a correta identificação, utilização, armazenamento, observância do prazo de validade e descarte.

Art. 38. O laboratório deve registrar a preparação das soluções de trabalho de forma a permitir a sua correta identificação e rastreabilidade.

Subseção I

Água

Art. 39. A água utilizada no laboratório deve atender às normas de referência nacional e internacional quando pertinente, além de atender as especificações de cada análise.

Parágrafo único. O laboratório deve definir os parâmetros a serem monitorados e a frequência do monitoramento, bem como fazer as verificações e manter os registros.

Art. 40. Devem ser adotados procedimentos para evitar a contaminação da água por agentes físicos, químicos e biológicos.

Parágrafo único. O reservatório utilizado para armazenamento da água deve ser apropriado aos fins a que se destina, sendo composto por material inerte e não poroso, estar limpo, não promover a contaminação do conteúdo e estar protegido de fontes de luz e calor.

Seção VI

Equipamentos e instrumentos

Art. 41. O laboratório deve dispor de equipamentos e instrumentos com especificação adequada e em quantidade suficiente para o correto desempenho de suas atividades.

Parágrafo único. A disposição e instalação dos equipamentos e instrumentos devem evitar interferências que comprometam o seu correto funcionamento.

Art. 42. Os equipamentos e instrumentos devem ser identificados inequivocamente, verificados, calibrados e qualificados periodicamente, conforme programa pré-estabelecido, para garantir sua adequação às atividades do laboratório.

§ 1º Devem ser mantidos registros relativos a cada componente do equipamento e do seu software que sejam críticos para as análises realizadas.

§ 2º Os equipamentos e instrumentos sob investigação ou com defeito devem ser identificados de forma a evitar seu uso não-intencional.

Art. 43. O laboratório deve efetuar com segurança o transporte, armazenamento, uso e manutenção dos equipamentos e instrumentos, de modo a assegurar seu correto funcionamento e prevenir contaminação ou deterioração.

Subseção I

Equipamentos com processamento de dados

Art. 44. O laboratório deve, com relação aos sistemas computacionais para a entrada, armazenamento, registro, processamento, recuperação, atualização e transmissão de dados, ter:

I - programa computacional (software) documentado, verificado e validado quanto à sua adequação ao uso;

II - procedimentos documentados e validados para proteger a integridade, a confidencialidade, a rastreabilidade, a recuperação, a cópia de segurança (back up) dos dados; e

III - procedimentos para a atualização e a melhoria do sistema, incluindo a substituição de meios e de programas.

Seção VII

Garantia da Qualidade dos resultados das análises

Art. 45. O laboratório deve implantar procedimentos de controle da qualidade para monitorar e assegurar a validade das análises.

Parágrafo único. O monitoramento deve incluir, mas não se limitar, a utilização de controles internos e, quando aplicável, controles externos.

Seção VIII

Apresentação de resultados

Art. 46. O laboratório deve emitir, encaminhar ou transmitir os relatórios analíticos e suas cópias, por meio físico e eletrônico, de forma objetiva, inequívoca, segura e confidencial.

Art. 47. Os resultados das análises devem ser emitidos em documento que inclua as seguintes informações, independente de outras exigidas em legislações específicas:

I - título ou identificação do documento;

II - nome e endereço do laboratório e do local onde os ensaios foram realizados;

III - identificação unívoca do relatório de ensaio e, em cada página, uma identificação que assegure que a página seja reconhecida como uma parte do relatório de ensaio, e uma clara identificação do final do relatório;

IV - nome e endereço do solicitante;

V - identificação do método utilizado e dos valores de referência aceitáveis para o produto testado;

VI - identificação inequívoca dos itens ensaiados;

VII - data e hora da coleta, data do recebimento das amostras e da emissão do laudo;

VIII - referência ao plano e procedimentos de amostragem utilizados pelo laboratório ou por outros organismos, quando estes forem pertinentes para a validade ou aplicação dos resultados;

IX - resultados da análise com as unidades de medida, onde apropriado;

X - identificação das pessoas autorizadas para emissão do relatório da análise;

XI - registro dos desvios ocorridos durante a execução da análise, amostragem e coleta, quando pertinentes;

XII - declaração de que os resultados se referem somente aos itens analisados, quando necessário; e

XIII - conclusão, quando pertinente.

Seção IX

Fornecedores

Art. 48. O laboratório deve qualificar, por meio de avaliações periódicas, os fornecedores de equipamentos, materiais, reagentes, insumos, suprimentos e serviços que afetem a qualidade das análises.

CAPÍTULO IV

DOS PROCESSOS ESPECÍFICOS

Seção I

Amostragem, coleta e manuseio de amostras

Art. 49. Para as análises que necessitam de amostragem, esta deve seguir plano de amostragem e procedimentos apropriados ao escopo da análise, disponíveis para o pessoal envolvido, que deve ser devidamente treinado para essa atividade.

Art. 50. O laboratório deve ter procedimentos para transporte, recebimento, identificação inequívoca, manuseio, distribuição, proteção, armazenamento e descarte das amostras.

Seção II

Tratamento das reclamações

Art. 51. O laboratório deve implantar procedimentos para a proteção, guarda, recuperação, transmissão e integridade e das informações confidenciais dos clientes, relatadas nas reclamações.

Art. 52. O laboratório deve implantar procedimento(s) para receber, analisar e responder as reclamações, executar as ações corretivas e manter os respectivos registros.

Seção III

Limpeza, desinfecção, esterilização e controle de pragas

Art. 53. O laboratório deve implantar um programa para a execução, monitoramento, controle e verificação das operações de limpeza, desinfecção e esterilização de superfícies, instalações, equipamentos, instrumentos e materiais, conforme requerido no escopo analítico e nos procedimentos de biossegurança;

Art. 54. O laboratório deve estabelecer um programa para a execução, monitoramento e verificação das operações de controle de pragas e roedores.

Seção IV

Análises que envolvem animais

Art. 55. Os laboratórios que fazem experimentação com animais devem seguir as normas relativas à utilização humanitária de animais, assim como observar os procedimentos para instalação e funcionamento de centros de criação, de biotérios e de laboratórios de experimentação animal, do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), respeitando a legislação vigente.

Seção V

Subcontratação

Art. 56. A subcontratação de serviços junto a outros laboratórios está condicionada ao atendimento dos seguintes critérios:

I - ser autorizada pelo cliente;

II - mediante celebração de contrato, com a indicação clara das responsabilidades e do fluxo de informações;

III - o laboratório contratado deve possuir o mesmo nível de qualificação técnica, ou nível superior ao do laboratório contratante;

IV - deve atender a legislação vigente.

CAPÍTULO V

BIOSSEGURANÇA

Art. 57. O laboratório deve dispor de local, instalações, equipamentos e procedimentos de segurança e de proteção apropriados ao manuseio de agentes físicos, biológicos e químicos que impliquem em riscos ao meio ambiente, à segurança e à saúde do trabalhador.

Art. 58. O laboratório deve dispor de um sistema atualizado de gerenciamento de riscos em biossegurança para todas as atividades com agentes de risco à saúde humana, animal e ao ambiente, incluindo o gerenciamento de resíduos, acessível ao pessoal que possa estar exposto a esses agentes.

Art. 59. O laboratório deve avaliar, definir, documentar e sinalizar o nível de biossegurança dos ambientes e áreas, baseado nas atividades realizadas, equipamentos, instrumentos e agentes de risco envolvidos.

Art. 60. O laboratório deve implantar procedimentos de biossegurança adequados aos níveis definidos

Art. 61. O laboratório deve prover, a todos os técnicos envolvidos, treinamento periódico nos procedimentos de biossegurança exigidos para o escopo analítico e instruções escritas e atualizadas desses procedimentos.

Art. 62. O laboratório deve exigir e manter disponíveis os comprovantes atualizados de exames de saúde obrigatórios pela legislação trabalhista e os comprovantes de imunização necessários para o pessoal exposto a agentes de risco.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63. O descumprimento das determinações contidas nesta Resolução constitui infração de natureza sanitária, sujeitando o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, suas atualizações, ou instrumento legal que venha a substitui-la, sem prejuízo de outras responsabilidades cabíveis.

Art. 64. Ficam revogadas:

I - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 11, de 16 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2012; e

II - os arts. 38 e 39 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 28 de maio de 2020.

Art. 65. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

RESOLUÇÃO RDC Nº 513, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a melhora da técnica legislativa das normas inferiores a Decreto editadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, componentes da terceira etapa de consolidação em observância ao que prevê a Portaria nº 201/GADIP-DP/ANVISA, de 20 de fevereiro de 2020, e o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, incisos III, e 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

OBJETO E ABRANGÊNCIA

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a melhora da técnica legislativa das normas inferiores a Decreto editadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em observância ao que prevê o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 2ºEsta Resolução se aplica aos tipos de atos normativos listados nos incisos I a VII do § 1º do art. 1º da Portaria nº 201/GADIP-DP/ANVISA, de 20 de fevereiro de 2020, e abrange as normas componentes das pertinências temáticas 5 a 12, e 17 da terceira etapa de consolidação a ser concluída até 31 de maio de 2021.

CAPÍTULO II

ALTERAÇÕES PONTUAIS

Seção I

Pertinência Temática 6: normas do macrotema Laboratórios Analíticos

Art. 3º A Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 14. .....

.....

§ 2º - A Anvisa manterá disponível na página de Laboratórios analíticos de seu Portal na internet a lista atualizada dos produtos previstos no § 1º, bem como formulário eletrônico para que os laboratórios analíticos manifestem interesse e fundamentem o pedido de priorização.

§ 3º Os pedidos de priorização e os pareceres da Anvisa serão integralmente mantidos públicos na página de Laboratórios Analíticos, do Portal da Agência na internet." (NR)

.....

"Art. 21.. .....

.....

§ 2º - Os escopos habilitados e credenciados dos laboratórios são publicados exclusivamente na página de Laboratórios analíticos do Portal da Anvisa na internet." (NR)"

Seção II

Pertinência Temática 9: normas do macrotema Insumos Farmacêuticos

Art. 4º. A Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 359, de 27 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

Parágrafo único. Caso o DIFA ou suas mudanças sejam reprovadas, poderá ser solicitada reconsideração da decisão nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos relativos à interposição de recursos administrativos em face das decisões da ANVISA, ou suas atualizações." (NR)

.....

"Art. 44. Deve ser apresentada validação dos métodos analíticos utilizados no controle de qualidade e estudos de estabilidade do IFA, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 166, de 24 de julho de 2017, que dispõe sobre a validação de métodos analíticos, ou guia ICH Q2 (Validação de Procedimentos Analíticos ou suas atualizações." (NR)

.....

"Art. 49. .....

.....

IV - monografias de compêndios oficiais reconhecidos pela ANVISA, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 37, de 6 de julho de 2009, que dispõe sobre a admissibilidade de códigos farmacêuticos estrangeiros, ou suas atualizações;

....." (NR)

.....

"Art. 53. Devem ser apresentados o sumário dos estudos conduzidos, os protocolos utilizados e os resultados obtidos, conforme a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 318, de 6 de novembro de 2019, que estabelece os critérios para a realização de estudos de estabilidade de insumos farmacêuticos ativos ou suas atualizações.

....." (NR)

"Art. 54. Devem ser apresentados protocolos de estudos de estabilidade de acompanhamento, conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 318, de 6 de novembro de 2019, que estabelece os critérios para a realização de estudos de estabilidade de insumos farmacêuticos ativos ou suas atualizações." (NR)

.....

"Art. 56. Devem ser apresentados os resultados dos estudos de estabilidade conduzido conforme Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 318, de 6 de novembro de 2019, que estabelece os critérios para a realização de estudos de estabilidade de insumos farmacêuticos ativos ou suas atualizações." (NR)

.....

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Ficam revogadas as seguintes Resoluções:

I - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 186, de 27 de julho de 2004;

II - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 29 de julho de 2005;

III - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 250, de 13 de setembro de 2005;

IV - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 50, de 24 de novembro de 2010;

V - Instrução Normativa - IN nº 14, de 9 de dezembro de 2016;

VI - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 414, de 21 de agosto de 2020;

VII - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 169, de 07 de junho de 2005; e

VIII - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 260, de 05 de novembro de 2004.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 90, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiografia médica convencional, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiografia médica convencional, bem como a relação mínima de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, determinando respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo I desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado e pelas demais normativas aplicáveis.

Seção I

Características dos equipamentos, dos processos e dos ambientes

Art. 2º Todo equipamento de radiografia médica convencional deve possuir:

I - blindagem no cabeçote de modo a garantir nível mínimo de radiação de fuga, restringida à taxa de kerma no ar de 1 mGy/h (um miligray por hora) a 1 (um) metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X;

II - o disposto no inciso I deste artigo aplica-se à radiação de fuga através do sistema de colimação;

III - filtração total permanente do feixe útil de radiação de, no mínimo o equivalente a 2,5 mm (dois inteiros e cinco décimos de milímetro) de alumínio;

IV - diafragma regulável com localização luminosa, para limitar o campo de radiação à região de interesse clínico;

V - sistema para identificar quando o eixo do feixe de radiação está perpendicular ao plano do receptor de imagem e para ajustar o centro do feixe de radiação em relação ao centro do receptor de imagem;

VI - sistema para indicar a distância foco-receptor ou foco-pele;

VII - indicação visual do tubo selecionado no painel de controle, para equipamentos com mais de 1 (um) tubo;

VIII - cabo disparador com comprimento mínimo de 2 (dois) metros, nos equipamentos móveis;

IX - suporte do cabeçote ajustável, de modo a manter o tubo estável durante a exposição, a menos que o movimento do cabeçote seja função projetada do equipamento;

X - componentes, tais como gerador, tubo, cabeçote, mesa e sistema de colimação, devem possuir identificação própria (marca, modelo, número de série), mediante etiqueta fixada em lugar visível; e

XI - grade antidifusora removível, para equipamentos especificados para aplicações pediátricas.

Art. 3º Quando houver sistema de Controle Automático de Exposição, o painel de controle deve possuir indicação clara de quando este modo de operação está sendo utilizado.

Art. 4º A absorção produzida pela mesa do equipamento ou pelo porta-receptor de imagens vertical, quando aplicável, deve ser comprovada por meio de certificado de adequação emitido pelo fabricante.

Art. 5º No painel de controle do equipamento, a terminologia e os valores dos parâmetros de operação devem estar exibidos em linguagem ou simbologia internacionalmente aceita, compreensível para o usuário.

Art. 6º Os parâmetros operacionais, tais como tensão do tubo, filtração inerente e adicional, posição do ponto focal, distância fonte receptor de imagem, tamanho de campo (para equipamento com distância fonte-receptor de imagem constante), tempo e corrente do tubo ou seu produto, devem estar claramente indicados no equipamento.

Art. 7º A emissão de raios X, enquanto durar a exposição radiográfica, deve ser indicada por sinal sonoro e luminoso localizado no painel de controle do equipamento.

Art. 8º Deve estar disponível no comando, protocolo de técnicas radiográficas (tabela de exposição), especificando, para cada exame realizado no equipamento, as seguintes informações:

I - tipo de exame (espessuras e partes anatômicas do paciente) e respectivos fatores de técnica radiográfica;

II - parâmetros para o controle automático de exposição, quando aplicáveis;

III - tamanho e tipo de receptor de imagem;

IV - distância foco-receptor de imagem;

V - tipo e posicionamento da blindagem a ser usada no paciente, quando aplicável; e

VI - quando determinado pela autoridade sanitária competente, restrições de operação do equipamento e procedimentos de segurança.

Art. 9º Todo equipamento com anodo rotatório deve ter 2 (dois) estágios de acionamento do feixe de raios X e possuir mecanismos para que:

I - a emissão do feixe de raios X ocorra somente enquanto durar a pressão intencional sobre o botão disparador;

II - seja necessário aliviar a pressão sobre o botão e pressioná-lo novamente para ocorrer repetição da exposição; e

III - o botão disparador esteja instalado de tal forma que seja difícil efetuar exposição acidental.

Art. 10. Os equipamentos de raios X devem ser providos de dispositivo que interrompa automaticamente a irradiação ao final do tempo, da dose, ou do produto corrente-tempo selecionados, ou a qualquer momento dentro do intervalo selecionado de exposição.

Seção II

Requisitos de desempenho e aceitação

Art. 11. São condições dos procedimentos e equipamentos de radiografia médica convencional que inabilitam o seu uso:

I - equipamento sem sistema de colimação ou sistema sem funcionar;

II - equipamento sem luz de campo ou luz de campo sem funcionar;

III - equipamento sem filtração adicional;

IV - equipamento sem indicação no painel de controle dos parâmetros básicos (tensão (kV), corrente (mA) e tempo (s) ou o produto corrente x tempo (mAs);

V - mesa bucky ou bucky mural sem grade antidifusora;

VI - mais de 1 (um) equipamento instalado na mesma sala;

VII - equipamento móvel sem cabo disparador; e

VIII - equipamento com sistema de disparo que permita feixe contínuo, independentemente do tempo selecionado.

Art. 12. As avaliações da qualidade da imagem devem:

I - utilizar ferramenta de teste específica para radiografia médica convencional que verifique, no mínimo, resolução espacial e resolução de baixo contraste;

II - após a realização do teste de aceitação ou dos testes completos de desempenho, incluindo avaliação do equipamento de raios X, receptores de imagem, sistema de processamento e visualização, deve-se produzir 1 (uma) imagem da ferramenta de teste, para ser utilizada como referência; e

III - as avaliações quantitativas e qualitativas devem ser realizadas com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo I desta Instrução Normativa, na imagem de referência e nas especificações da ferramenta de teste.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Ficam revogadas:

I -a Instrução Normativa - IN nº 52, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2019; e

II - a Instrução Normativa - IN nº 78, de 18 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 2020.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO I

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA SERVIÇOS DE RADIOGRAFIA MÉDICA CONVENCIONAL

APLICABILIDADE*	TESTES	PERIODICIDADE	TOLERÂNCIA	NÍVEL DE RESTRIÇÃO
G	Exatidão dos indicadores da distância foco-receptor	Teste de aceitação ou após reparos	≤ 5%	-
G	Exatidão do indicador de campo luminoso	Teste de aceitação, semestral ou após reparos	≤ 2% da distância foco-receptor	> 4%
G	Alinhamento do eixo central do feixe de Raios X	Teste de aceitação, semestral ou após reparos	≤ 3° em relação ao eixo perpendicular ao plano do receptor	> 5°
F (C/CR/DR)	Alinhamento de grade	Teste de aceitação, semestral ou após reparos	Sem artefato, lâminas aparentes ou não uniformidade da imagem	Não possuir grade
G	Integridade dos chassis e cassetes	Teste de aceitação e anual	Chassis e cassetes íntegros	-
G	Valores representativos de dose	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Anexo II desta Instrução Normativa	-
G	Exatidão do indicador de tensão do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%.	> 20%
G	Reprodutibilidade da tensão do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 5%	> 10%
G	Exatidão do tempo de exposição	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 30%
G	Reprodutibilidade do tempo de exposição	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
G	Reprodutibilidade do kerma no ar	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
G	Linearidade do kerma no ar com o produto corrente tempo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 20%	> 40%
F (C/CR/DR)	Reprodutibilidade do Controle Automático de Exposição	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
F (C/CR/DR)	Compensação do Controle Automático de Exposição para diferentes espessuras	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 20%	> 40%
G	Rendimento do Tubo (R)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	30 ≤ R (µGy/mAs) ≤ 65, a 1 m para 80 kV e filtração total entre 2,5 mmAl e 5 mmAl	R < 20µGy/mAs R > 80 µGy/mAs
G	Camada Semirredutora (CSR)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Anexo III desta Instrução Normativa	20% menor que os valores do Anexo III
G	Resolução Espacial	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 2,5 pl/mm.	< 1,5 pl/mm
F/M (C)	Contato tela-filme	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Sem perda de uniformidade	-
G	Artefatos na imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Imagens sem artefatos	-
F/M (C)	Vedação da câmara escura	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Sem entrada de luz externa	Velando filme
F (C/CR/DR), inclusive digitalização	Uniformidade da imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥10%	> 20%
F/M (CR)	Diferença de sensibilidade entre as placas de fósforo, para receptores de imagem de mesmo tamanho	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 20%	> 40%
F/M (CR/DR)	Exatidão do indicador de dose do detector (quando disponível)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥20%	> 40%
F/M (CR/DR), inclusive digitalização	Distorção geométrica	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤2%	> 4%
F/M (CR/DR)	Efetividade do ciclo de apagamento	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Ausência de imagem residual	-
F/M (CR/DR)	Luminância do monitor para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥170 cd/m²	-
G	Luminância do negatoscópio para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Luminância ≥ 1500 cd/m²	-
G	Uniformidade da Luminância dos monitores e negatoscópios para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤30%	-
G	Iluminância da sala de laudos	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Iluminância ≤ 50 lx	-
G	Integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Íntegros	-
G	Qualidade da imagem	Teste de aceitação, anual e após reparos	Art. 12 desta Instrução Normativa	Art. 12 desta Instrução Normativa
G	Levantamento radiométrico	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nas salas, equipamentos ou procedimentos.	Área Livre: ≤0,5 mSv/ano; Área Controlada: ≤5,0 mSv/ano.	Área Livre: > 1,0 mSv/ano; Área Controlada: > 10,0 mSv/ano.
G	Radiação de fuga do cabeçote	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nos equipamentos.	≤1,0 mGy/h a 1 m	> 2,0 mGy/h a 1 m

*F: Fixo; M: Móvel; C: Convencional; CR: Radiografia Computadorizada; DR: Radiografia Digital; G: Geral (F/M/C/CR/DR)

Observação: Os testes de qualidade dos receptores de imagem devem ser realizados para todos os dispositivos disponíveis.

ANEXO II

VALORES REPRESENTATIVOS DE DOSE EM RADIODIAGNÓSTICO PARA PACIENTE ADULTO TÍPICO*

Exame	Incidência**	DEP*** (mGy)
		Referência Máxima
Coluna Lombar	AP	10
	LAT	30
	JLS	40
Abdome, Urografia e Colecistectomia	AP	10
Pelve	AP	10
Bacia	AP	10
Tórax	PA	0,4
	LAT	1,4
Coluna Torácica	AP	7
	LAT	20
Crânio	AP	5
	LAT	3

*Paciente adulto típico (para fins de avaliação de exposição médica em adulto) - Indivíduo com característica biométrica típica de adulto, com peso entre 60 e 75 kg e altura entre 1,60 e 1,75 m.

**PA: Póstero Anterior; AP: Antero Posterior; LAT: Lateral; JLS: Junção Lombo-Sacro.

*** DEP: Dose de Entrada na Pele.

ANEXO III

VALORES MÍNIMOS DE CAMADAS SEMIRREDUTORAS

kVp	CSR (mmAl)		
	Monofásico	Trifásico	Alta frequência (recomendação)
50	1,5	1,6	1,8
60	1,8	2,0	2,2
70	2,1	2,3	2,5
80	2,3	2,6	2,9
90	2,5	3,0	3,2
100	2,7	3,2	3,6
110	3,0	3,5	3,9
120	3,2	3,9	4,3
130	3,5	4,1	4,7

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 91, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de fluoroscopia e de radiologia intervencionista, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de fluoroscopia e de radiologia intervencionista, bem como a relação de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, as respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo I desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado e pelas demais normativas aplicáveis.

Seção I

Características dos equipamentos, dos processos e dos ambientes

Art. 2º Todo equipamento de fluoroscopia ou de radiologia intervencionista deve possuir, além do estabelecido nas demais normativas aplicáveis:

I - blindagem no cabeçote de modo a garantir nível mínimo de radiação de fuga, restringida à taxa de kerma no ar de 1 mGy/h (um miligray por hora) a 1 (um) metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X;

II - dispositivo para controlar o tempo acumulado de fluoroscopia, de modo que:

a) o tempo não exceda 5 (cinco) minutos sem que o dispositivo seja reajustado ou reiniciado; e

b) alarme sonoro audível na sala de exames, que indique o término do tempo pré-selecionado e continue soando enquanto os raios X são emitidos, até que o dispositivo seja reajustado ou reiniciado;

III - filtração total permanente do feixe útil de radiação em qualquer tensão de, no mínimo, o equivalente a 2,5 mm (dois inteiros e cinco décimos de milímetro) de alumínio;

IV - diafragma regulável, para limitar o campo de radiação à região de interesse e garantir que o feixe de radiação seja completamente restrito à área do receptor de imagem, em qualquer distância foco-receptor e qualquer tamanho de campo selecionado;

V - sistema para identificar quando o eixo do feixe de radiação está perpendicular ao plano do receptor de imagem, para equipamentos comercializados a partir da publicação desta Instrução Normativa;

VI - indicação visual do tubo selecionado no painel de controle, para equipamentos com mais de 1 (um) tubo;

VII - para salas com equipamentos fixos ou utilizados como fixos, cortina ou saiote plumbífero inferior/lateral íntegros para a proteção do operador contra a radiação espalhada pelo paciente, com espessura não inferior a 0,5 mm (cinco décimos de milímetro) equivalente de chumbo, a 100 kVp (cem quilovolts de pico). Este critério não é aplicável a equipamentos com tubo de raios X instalado sobre a mesa;

VIII - sistema para impedir que a distância foco-pele seja inferior a 30 cm (trinta centímetros) para equipamentos fixos e 20 cm (vinte centímetros) para equipamentos móveis;

IX - sinais sonoro e luminoso perceptíveis no interior da sala, quando o modo cine (registro ou gravação) estiver acionado;

X - componentes, tais como gerador, tubo, cabeçote, mesa e sistema de colimação devem possuir identificação própria (marca, modelo, número de série), mediante etiqueta fixada em lugar visível;

XI - controle automático de intensidade;

XII - indicação do produto kerma x área (pka) acumulado no exame ou do kerma no ar de referência, sendo recomendadas as duas indicações, para equipamentos comercializados a partir da data de publicação desta Instrução Normativa;

XIII - visor plumbífero íntegro, com atenuação mínima equivalente a 0,25 mm (vinte e cinco centésimos de milímetro) equivalente de chumbo, a 100 kVp (cem quilovolts de pico), para salas com equipamento fixo ou utilizado como fixo; e

XIV - gerador e tubo de raios X com potência mínima de 60 kW (sessenta quilowatts), para equipamentos utilizados em cardiologia intervencionista.

Art. 3º Ficam proibidas:

I - a instalação de equipamentos com gerador que não seja de alta frequência;

II - a instalação de equipamentos de fluoroscopia sem feixe pulsado; e

III - a utilização de equipamentos sem controle automático de intensidade.

Art. 4º A absorção produzida pela mesa do equipamento ou pelo porta-receptor de imagens vertical, quando aplicável, deve ser comprovada por meio de certificado de adequação emitido pelo fabricante.

Art. 5º Os parâmetros operacionais, tais como tensão do tubo, filtração adicional, distância fonte-receptor de imagem, tamanho de abertura de campo, tempo acumulado em fluoroscopia, corrente do tubo de raios X, taxa de kerma no ar, do kerma no ar de referência e do produto kerma x área, quando aplicável, devem estar claramente indicados no equipamento.

Art. 6º A emissão de raios X, enquanto durar a exposição, deve ser indicada por sinal luminoso localizado no painel de controle do equipamento e no interior da sala de exames.

Parágrafo único. No caso de equipamentos fixos, a emissão de raios X também deve ser indicada por sinal luminoso no lado externo da(s) porta(s) de acesso à sala de exames.

Seção II

Requisitos de desempenho e aceitação

Art. 7º São condições dos procedimentos e equipamentos de fluoroscopia e de radiologia intervencionista que inabilitam o seu uso:

I - equipamento sem sistema de colimação ou sistema sem funcionar;

II - equipamento incapaz de restringir o campo de radiação ao receptor de imagem;

III - equipamento sem filtração adicional;

IV - equipamento sem indicação no painel de controle dos parâmetros básicos (tensão (kVp), corrente (mA) e tempo (min), produto kerma x área (quando aplicável) e do kerma no ar de referência (quando aplicável) para todos os equipamentos comercializados a partir da publicação desta Instrução Normativa;

V - mais de 1 (um) equipamento instalado na mesma sala;

VI - equipamentos sem intensificador de imagem, detector de placa plana ou detector digital integrado; e

VII - equipamentos utilizados em radiologia intervencionista sem anteparos de teto ou visores plumbíferos, e cortinas plumbíferas.

Art. 8º As avaliações da qualidade da imagem devem:

I - utilizar ferramenta de teste, específica para fluoroscopia e radiologia intervencionista;

II - após a realização do teste de aceitação ou dos testes completos de desempenho, incluindo avaliação do equipamento de raios X, receptores de imagem, sistema de visualização, deve-se produzir 1 (uma) imagem da ferramenta de teste, para ser utilizada como referência;

III - semestralmente, deverá ser produzida 1 (uma) imagem da ferramenta de teste, com a mesma técnica utilizada para produzir a imagem de referência; e

IV - as avaliações quantitativas e qualitativas devem ser realizadas com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo I desta Instrução Normativa, na imagem de referência e nas especificações da ferramenta de teste.

Art. 9º Os equipamentos de proteção individual utilizados no serviço de radiologia intervencionista devem ser testados semestralmente, sendo obrigatória a elaboração de laudo técnico de integridade, com os resultados e as respectivas imagens, quando aplicável.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Fica revogada a Instrução Normativa - IN nº 53, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2019.

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO I

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA SERVIÇOS DE FLUOROSCOPIA E RADIOLOGIA INTERVENCIONISTA

Testes	Periodicidade	Tolerância	Nível de restrição
Mínima distância Foco-Pele	Teste de aceitação e após manutenções	≥30 cm, para equipamentos fixos; ≥ 20 cm, para equipamentos móveis.	-
Integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual e coletivo	Teste de aceitação, semestral ou após reparos	Íntegros	Não possui ou todos estão danificados.
Sinal sonoro no modo cine (registro ou gravação)	Teste de aceitação, anual e após manutenções	Existência de sinal sonoro no modo cine (registro ou gravação)	-
Máxima taxa de kerma no ar	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤88 mGy/min em modo normal	≤176 mGy/min para qualquer espessura de paciente
Exatidão do indicador da tensão do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
Exatidão do tempo de exposição (Tempo acumulado)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
Camada Semirredutora (CSR)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Anexo II desta Instrução Normativa	10% menor que os valores do Anexo II
Reprodutibilidade do controle automático de intensidade	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10 %	> 20%
Exatidão do indicador de produto kerma x área (Pka) (quando aplicável) e do kerma no ponto de referência de entrada no paciente (quando aplicável))	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 20 %	> 40%
Valores de taxa de kerma no ar de referência nos modos baixo, normal e alto (quando aplicável)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	$\frac{Taxa\ kerma_{baixo}}{Taxa\ kerma_{normal}} \leq 0,5$	$0,5 < \frac{Taxa\ kerma_{baixo}}{Taxa\ kerma_{normal}} \leq 1,0$
Resolução espacial no modo fluoroscopia	Teste de aceitação, anual ou após reparos	> 1,0 pl/mm para campos > 25 cm; > 1,2 pl/mm para campos ≤ 25 cm.	< 0,6 pl/mm para campos > 25 cm; < 0,8 pl/mm para campos ≤ 25 cm.

Resolução espacial de baixo contraste no modo fluoroscopia	Teste de aceitação, anual ou após reparos.	< 4% p/ campos > 25 cm; < 3% p/ campos ≤ 25 cm.	> 6% para campos > 25 cm; > 5% para campos ≤ 25 cm.
Alinhamento do eixo central do feixe de raios X	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Alinhamento < 1,5° em relação ao eixo perpendicular ao plano do Receptor de imagem	> 3,0°
Exatidão do sistema de colimação	Teste de aceitação, anual ou após reparos	$0{,}85 \leq \frac{Campo\ medido}{Campo\ indicado} < 1$	$\frac{Campo\ medido}{Campo\ indicado} > 1{,}2$
Distorção geométrica (quando aplicável)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
Levantamento radiométrico	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nas salas, equipamentos ou procedimentos	Área Livre: ≤ 0,5 mSv/ano; Área Controlada: ≤ 5,0 mSv/ano.	Área Livre: > 1,0 mSv/ano; Área Controlada: > 10,0 mSv/ano.
Radiação de fuga do cabeçote	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nos equipamentos	≤ 1,0 mGy/h, a 1m	> 2,0 mGy/h, a 1m

ANEXO II

VALORES MÍNIMOS DE CAMADAS SEMIRREDUTORAS

kVp	CSR (mmAl)		
	Monofásico	Trifásico	Alta frequência (recomendação)
50	1,5	1,6	1,8
60	1,8	2,0	2,2
70	2,1	2,3	2,5
80	2,3	2,6	2,9
90	2,5	3,0	3,2
100	2,7	3,2	3,6
110	3,0	3,5	3,9
120	3,2	3,9	4,3
130	3,5	4,1	4,7

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 92, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de mamografia, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de mamografia, bem como a relação mínima de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, determinando respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo I desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado e pelas demais normativas aplicáveis.

Seção I

Características dos equipamentos

Art. 2º Todo equipamento de mamografia deve possuir:

I - blindagem no cabeçote de modo a garantir nível mínimo de radiação de fuga, restringida à taxa de kerma no ar de 1 mGy/h (um miligray por hora) a 1 (um) metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X;

II - o requisito de que trata o inciso I deste artigo aplica-se à radiação de fuga através do sistema de colimação;

III - filtração total permanente mínima do feixe útil de radiação equivalente a 0,03 mm (três centésimos de milímetro) de molibdênio, para combinação alvo/filtro Mo/Mo; 0,025 (vinte e cinco milésimos de milímetro) de ródio, para a combinação alvo/filtro Mo/Rh ou Rh/Rh; 0,06 (seis centésimos de milímetro) de molibdênio, para combinação alvo/filtro W/Mo; 0,05 (cinco centésimos de milímetro) de ródio, para combinação alvo/filtro W/Rh;

IV - dispositivo para manter compressão firme na mama para assegurar espessura uniforme na porção radiografada, de modo que:

a) a placa de compressão produza atenuação de, no máximo, o equivalente a 2 mm (dois milímetros) de Polimetil-Meta-Acrilato (PMMA), comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X; e

b) o sistema automático garanta força de compressão do dispositivo entre 150 (cento e cinquenta) e 200 (duzentos) Newtons (N), indicando o valor da compressão.

V - suporte de receptor de imagem com transmissão menor que 1 µGy (um microgray) por exposição a 5 cm (cinco centímetros), sem a presença da mama, para valores máximos de kVp e mAs empregados, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X;

VI - tubo de raios X especificamente projetado para mamografia;

VII - gerador de alta frequência;

VIII - controle automático de exposição;

IX - distância do ponto focal até o receptor de imagem não inferior a 50 cm (cinquenta centímetros);

X - tamanho nominal do ponto focal não superior a 0,4 mm (quatro décimos de milímetro); e

XI - sistema para indicar a espessura da mama comprimida, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa.

Art. 3º O painel de controle deve possuir indicação clara de quando se utiliza o controle automático de exposição.

Art. 4º No painel de controle do equipamento, a terminologia e os valores dos parâmetros de operação devem estar exibidos em linguagem ou simbologia internacionalmente aceita, compreensível para o usuário.

Art. 5º A emissão de raios X, enquanto durar a exposição, deve ser indicada por sinal sonoro e luminoso no painel de controle do aparelho.

Seção II

Requisitos de desempenho e aceitação

Art. 6º São condições dos procedimentos e equipamentos de mamografia que inabilitam seu uso:

I - equipamento sem sistema de colimação ou sistema sem funcionar;

II - equipamento sem filtração adicional;

III - equipamento sem indicação no painel de controle dos parâmetros básicos (Tensão (kVp), Corrente (mA) e Tempo (s) ou o produto corrente x tempo (mAs));

IV - equipamento sem sistema automático de compressão;

V - equipamento sem bandeja de compressão, com bandeja danificada ou sem fixação;

VI - equipamento sem controle automático de exposição (CAE) ou com CAE sem funcionar;

VII - equipamento com distância foco-pele menor que 50 cm (cinquenta centímetros);

VIII - suporte de receptor de imagem (bucky) sem grade antidifusora, exceto sistemas de magnificação;

IX - revelação manual;

X - mais de 1 (um) equipamento instalado na mesma sala;

XI - utilizar negatoscópios que não sejam específicos para mamografia, quando o serviço realizar diagnóstico e laudos por meio de filme;

XII - utilizar monitor para diagnóstico e laudos que não seja específico para mamografia; e

XIII - utilizar processadora não específica e exclusiva para mamografia convencional, quando o serviço utilizar essa modalidade.

Art. 7º Os testes de controle de qualidade devem ser realizados com as respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição estabelecidos no Anexo I desta Instrução Normativa, e em conformidade com as demais normativas aplicáveis.

§ 1º Para serviços de mamografia em unidades itinerantes, os testes do Anexo I desta Instrução Normativa devem ser realizados, no mínimo, semestralmente, com exceção dos testes de menor período, que devem ser realizados conforme estabelecido no Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 2º A avaliação diária da qualidade da imagem pode ser realizada por profissionais do próprio serviço, desde que treinados e legalmente habilitados para tais funções.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Fica revogada a Instrução Normativa - IN nº 54, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2019.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO I

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA

APLICABILIDADE*	TESTES	PERIODICIDADE	TOLERÂNCIA	NÍVEL DE RESTRIÇÃO
C	Sensitometria da processadora	Teste de aceitação, diário ou após reparos	Linha de Base (LB) Base + véu ≤ 0,21 DO Base + véu ≤ LB + 0,02 DO Densidade média: LB ± 0,10 DO Diferença de densidades: LB ± 0,10 DO	- Base + véu ≤ 0,25 DO Base + véu ≤ LB + 0,03 DO Densidade média: LB ± 0,15 DO Diferença de densidades: LB ± 0,15 DO
C	Temperatura do sistema de processamento	Teste de aceitação, diário ou após reparos	Conforme recomendação do fabricante	-
G	Qualidade da imagem	Teste de aceitação, mensal ou após reparos	Fibra ≤ 0,75 mm; Microcalcificação £ 0,32 mm; Massa ≤ 0,75 mm; Avaliados com ferramenta de teste específica para mamografia.	Não cumprir os requisitos
C/CR	Integridade dos chassis e cassetes	Teste de aceitação e anual	Chassis e cassetes íntegros	-
G	Valor representativo de dose glandular média	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Anexo II desta Instrução Normativa	-
G	Exatidão do indicador da tensão do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	± 5% do valor nominal	± 10% do valor nominal
G	Reprodutibilidade da tensão do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	coeficiente de variação ≤ 0,05	coeficiente de variação > 0,1
G	Tempo máximo de exposição (para um simulador de 4,5 cm de PMMA)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Contato: t ≤ 1,5 s Magnificação: t ≤ 2,0 s	Contato: t > 2,0 s Magnificação: t > 3,0 s
G	Reprodutibilidade do controle automático de exposição (CAE)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	± 15% do valor médio, ou conforme especificação do fabricante.	> ± 30% do valor médio
G	Compensação do CAE para diferentes espessuras	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 15%	> 20%
G	Rendimento do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	7 x *f* (mGy/s), medido a 28 kV Onde *f* é igual a: 1 para Mo/Mo; 0,86 para Mo/Rh; 0,41 para W/Mo; 0,38 para W/Rh; 0,58 para Rh/Rh.	-

G	Camada Semirredutora (CSR)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	(kVp/100)+0,03 ≤ CSR(mmAl) ≤ (kVp/100) + c onde *c* é igual a: 0,12 para Mo/Mo; 0,19 para Mo/Rh; 0,22 para Rh/Rh; 0,30 para W/Rh; 0,32 para W/Ag; 0,25 para W/Al.	CSR(mmAl) ≤ (kVp/100)
G	Resolução espacial	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Conforme especificação do fabricante. Para mamografia convencional: ≥12 pl/mm	Para mamografia convencional: < 10 pl/mm
G	Exatidão do sistema de colimação	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 2% da distância foco-receptor de imagem	> 4% da distância foco-receptor de imagem
G	Sistema de compressão automático	Teste de aceitação, anual ou após reparos	150 N* ≤ Força de compressão £ 200 N	> 300 N ou < 70 N
G	Alinhamento da bandeja de compressão	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 5 mm	> 10 mm
G	Indicação da espessura da mama comprimida	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 5 mm	> 10 mm
C	Contato tela-filme	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Sem perda de uniformidade	-
G	Artefatos na imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Imagens sem artefatos	-
C	Vedação da câmara escura	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Sem entrada de luz externa	Velando filme
CR/DR	Uniformidade da imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Desvio máximo da Razão Sinal Ruido (RSR) das ROIs individuais em relação ao valor médio da RSR ≤ ± 15%, para placas de mesmo tamanho.	> 25%
CR	Diferença de sensibilidade entre as placas de fósforo de mesmo tamanho	Teste de aceitação, anual ou após reparos	O mAs da exposição de qualquer placa de fósforo não deve diferir mais que ± 10% da média de todas as placas de mesmo tamanho. A RSR de qualquer placa de fósforo não deve diferir mais que ± 15% da RSR médio de todas as placas de mesmo tamanho.	Diferença de mAs > 15%
CR/DR	Razão contraste ruído (CNR)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Anexo III desta Instrução Normativa	-
CR/DR	Efetividade do ciclo de apagamento	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Ausência de imagem residual	-

G	Integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Íntegros	-
C	Luminância do negatoscópio para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Luminância ≥ 3000 cd/m^2	≤2500 cd/m^2
CR/DR	Luminância dos monitores para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥350 cd/m^2	-
G	Uniformidade da Luminância dos monitores e negatoscópios para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤20%	-
G	Iluminância da sala de laudos	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 50 lx	> 100 lx
G	Levantamento Radiométrico	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nas salas, equipamentos ou procedimentos	Área Livre: ≤ 0,5 mSv/ano; Área Controlada: ≤5,0 mSv/ano.	Área Livre: > 1,0 mSv / ano; Área controlada: > 10,0 mSv / ano.
G	Radiação de fuga do cabeçote	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nos equipamentos	≤ 1,0 mGy/h a 1m	> 2,0 mGy/h a 1m

C: Mamografia Convencional; CR: Mamografia CR; DR: Mamografia DR; G: Geral.
*Para fins de avaliação da força de compressão deve ser considerado 9,8 N = 1 kgf
Observação: Os testes de qualidade dos receptores de imagem devem ser realizados para todos os dispositivos disponíveis.

ANEXO II

DOSE GLANDULAR MÉDIA (DGM) PARA MAMOGRAFIA

Espessura (cm)		DGM (mGy)	
PMMA	Mama equivalente	Referência	Tolerância
2	2,1	0,6	< 1,0
3	3,2	1,0	< 1,5
4	4,5	1,6	< 2,0
4,5	5,3	2,0	< 2,5
5	6	2,4	< 3,0
6	7,5	3,6	< 4,5

ANEXO III

RAZÃO CONTRASTE RUÍDO (CNR)

Espessura de PMMA (cm)	Níveis de tolerância de CNRrel (%)	Níveis de restrição CNRrel (%)
2	≥115	< 105
3	≥110	< 100
4	≥ 105	< 95
4,5	≥ 103	< 93
5	≥100	< 90
6	≥ 95	< 85
7	≥ 90	< 80

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 93, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de tomografia computadorizada médica, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de tomografia computadorizada médica, bem como a relação mínima de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, determinando as respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo I desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado e pelas demais normativas aplicáveis.

Seção I

Características dos equipamentos e dos processos

Art. 2º Todo equipamento de tomografia computadorizada médica deve possuir:

I - blindagem no cabeçote de modo a garantir nível mínimo de radiação de fuga, restringida à taxa de kerma no ar de 1 mGy/h (um miligray por hora) a 1 (um) metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X;

II - filtração total permanente do feixe útil de radiação de, no mínimo, o equivalente a 2,5 mm (dois inteiros e cinco décimos de milímetro) de alumínio;

III - meios que permitam a determinação visual do plano de referência;

IV - dispositivo que permita ao operador interromper, a qualquer instante, qualquer aquisição de duração maior que 0,5 s (cinco décimos de segundo);

V - indicação visual, no painel de controle, dos parâmetros de técnica, incluindo espessura de corte, colimação e incremento de varredura, antes do início de uma série;

VI - meios para ajustar os números de CT, de modo que os dados de calibração no fantoma com água ou material equivalente produzam números iguais a 0 (zero);

VII - modulação automática de corrente, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa;

VIII - protocolos pediátricos, para equipamentos utilizados em pediatria;

IX - tecnologia helicoidal, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa;

X - indicação do Índice de Dose em Tomografia Computadorizada Ponderado (CTDIW) ou Índice de Dose em Tomografia Computadorizada Volumétrico (CTDIVOL) e do Produto Dose x Comprimento (DLP), para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa; e

XI - relatório de dose em padrão DICOM, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa.

Art. 3º A emissão de raios X, enquanto durar a exposição radiográfica, deve ser indicada por sinal sonoro e luminoso localizado no painel de controle do equipamento.

Seção II

Requisitos de desempenho e aceitação

Art. 4º São condições dos procedimentos e equipamentos de tomografia computadorizada médica que inabilitam o seu uso:

I - equipamento sem modulação automática de corrente, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa;

II - equipamento sem protocolos pediátricos, caso sejam utilizados em pediatria;

III - equipamento sem indicação de CTDIW ou CTDIVOL e DLP, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa; e

IV - equipamento sem relatório de dose em formato DICOM, para equipamentos comercializados após a publicação desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Fica revogada a Instrução Normativa - IN nº 55, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2019.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO I

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA SERVIÇOS DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA MÉDICA

TESTES	PERIODICIDADE	TOLERÂNCIA	NÍVEL DE RESTRIÇÃO
Exatidão do indicador da tensão do tubo	Teste de aceitação e após reparos.	≤5%	> 10%
Exatidão do número de CT	Teste de aceitação, semanal ou após reparos	Conforme estabelecido pelo fabricante ou -1000 ± 10 (ar); e 0 ± 5 (água)	> -980 ou < -1020 (ar); e -10 (água)
Uniformidade do nº de CT	Teste de aceitação, semanal ou após reparos	≤5 HU*	> 10 HU
Ruído	Teste de aceitação, semanal ou após reparos	≤15% acima do valor de referência	> 20% acima do valor de referência
Valores representativos de dose	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Anexo II	-
Resolução espacial	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 6 pl/cm em resolução normal e ≥ 10 pl/cm em alta resolução	< 3 pl/cm em resolução normal e < 5 pl/cm em alta resolução.
Exatidão da espessura do corte	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Desvio de ± 1 mm para espessuras nominais maiores que 2 mm e ± 50% da espessura nominal para espessuras nominais menores ou iguais a 2 mm.	> 2 mm
Exatidão do indicador do deslocamento da mesa	Teste de aceitação, anual ou após reparos	< 1 mm	> 2 mm
Exatidão do indicador do posicionamento da mesa	Teste de aceitação, anual ou após reparos	< 1 mm	> 2 mm
Luminância do monitor para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 170 cd/m²	-
Luminância do negatoscópio para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 1500 cd/m²	-
Iluminância da sala de laudos	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤50 lx	-
Integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Íntegros	Não possui ou todos estão danificados
Coincidência entre os indicadores luminosos do plano externo e interno e do plano irradiado	Teste de aceitação, anual ou após reparos	< 2 mm	> 4 mm

Uniformidade da Luminância dos monitores e negatoscópios para diagnóstico	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤30%	-
Verificação de ausência de artefatos na imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Imagem sem artefatos	-
Exatidão do Indicador de Dose em TC (quando aplicável)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤20%	> 40%
Compensação do Sistema de modulação de corrente para diferentes espessuras (quando aplicável)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤20%	> 40%
Levantamento radiométrico	Teste de aceitação, quadrienal, após modificações nas salas, equipamentos ou procedimentos	Área Livre: ≤0,5 mSv/ano; Área Controlada: ≤5,0 mSv/ano.	Área Livre: > 1,0 mSv/ano; Área Controlada: > 10,0 mSv/ano.

*HU = Unidades Hounsfield

ANEXO II

VALORES REPRESENTATIVOS DE DOSE EM TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA MÉDICA

Exame	CTDIvol (mGy)
	Referência Máxima
Cabeça (adulto típico*)	70
Abdome (adulto típico*)	25
Abdome (pediátrico**)	20

*Paciente adulto típico (para fins de avaliação de exposição médica em adulto) - Indivíduo com característica biométrica típica de adulto, com peso entre 60 e 75 kg e altura entre 1,60 e 1,75 m.

**Pediátrico - Indivíduo com 5 anos de idade, com aproximadamente 20 kg.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 94, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica extraoral, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica extraoral, bem como a relação mínima de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, determinando respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo I desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado.

Seção I

Características dos equipamentos, dos processos e dos ambientes

Art. 2º Todo equipamento de radiografia extraoral deve possuir:

I - blindagem no cabeçote de modo a garantir nível mínimo de radiação de fuga, restringida à taxa de kerma no ar de 1 mGy/h (um miligray por hora) a 1 (um) metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X;

II - o disposto no inciso I deste artigo aplica-se à radiação de fuga através do sistema de colimação; e

III - filtração total permanente do feixe útil de radiação de, no mínimo, o equivalente a 2,5 mm (dois inteiros e cinco décimos de milímetro) de alumínio, para tensões nominais maiores ou iguais a 70 kV (setenta quilovolts).

Art. 3º A emissão de raios X, enquanto durar a exposição radiográfica, deve ser indicada por sinal sonoro e luminoso localizado no painel de controle do equipamento e com sinal luminoso do lado externo da(s) porta(s) de acesso à sala de exames.

Art. 4º Devem estar disponíveis no comando do equipamento de radiografia extraoral os protocolos rotineiramente utilizados nos procedimentos e os possivelmente realizados no serviço.

Seção II

Requisitos de desempenho e aceitação

Art. 5º São condições dos procedimentos e equipamentos de radiografia odontológica extraoral que inabilitam o seu uso:

I - equipamento sem sistema de colimação ou sistema sem funcionar;

II - equipamento sem filtração adicional;

III - equipamento sem indicação no painel de controle dos parâmetros básicos (Tensão (kV), Corrente (mA) e Tempo (s) ou o Produto corrente x tempo (mAs));

IV - mais de 1 (um) equipamento instalado na mesma sala; e

V - processamento manual, exceto em condições necessárias e temporárias.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Fica revogada a Instrução Normativa - IN nº 56, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2019.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO I

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA SERVIÇOS DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA EXTRAORAL

APLICABILIDADE*	TESTES	PERIODICIDADE	TOLERÂNCIA	NÍVEL DE RESTRIÇÃO
G	Camada semirredutora (CSR)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Anexo II desta Instrução Normativa	20% menor que os valores do Anexo II
G	Exatidão da tensão do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤10%	> 20%
G	Reprodutibilidade da tensão do tubo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 5%	> 10%
G	Exatidão do tempo de exposição	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
G	Reprodutibilidade do kerma no ar	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤10%	> 20%
G	Campo de radiação	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Campo restrito ao receptor de imagem	-
G	Artefatos na imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Imagens sem artefatos.	-
CR/DR	Efetividade do ciclo de apagamento	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Ausência de imagem residual	-
G	Luminância dos negatoscópios para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥1500 cd/m^2	-
G	Iluminância da sala de laudos	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 50 lx	-
G	Integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Íntegros	-
G	Reprodutibilidade do tempo de exposição	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
C	Vedação da câmara escura	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Sem entrada de luz externa	Velando filme
C	Contato tela-filme	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Sem perda de uniformidade	-
CR/DR	Uniformidade da imagem	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 10%	> 20%
CR/DR/P/CEF/TFC	Luminância do monitor para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≥ 170 cd/m^2	-
CR/DR/P/CEF/TFC	Uniformidade da Luminância dos Monitores e Negatoscópios utilizados para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 30%	-
TFC	Valores de Densidade da Imagem ou nº CT	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Segundo especificações do fabricante. Os valores obtidos não devem ter	Variação de ±20% em relação ao valor de referência

			variação superior a ± 10% dos valores de referência	
TFC	Uniformidade da imagem em TFC	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Segundo especificações do fabricante. Os valores obtidos não devem ter variação superior a ± 10% dos valores de referência	Variação de ±20% em relação ao valor de referência
TFC	Ruído	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤15% acima do valor de referência	> 20% acima do valor de referência
P/CEF/TFC	Valores representativos de dose	Teste de aceitação, anual ou após reparos	Segundo especificações do fabricante. Os valores obtidos não devem ter variação superior a ± 20% dos valores de referência	Variação superior a ± 40%
P/CEF/TFC	Exatidão do Indicador de Dose (quando aplicável)	Teste de aceitação, anual ou após reparos	≤ 20%	> 40%
G	Levantamento radiométrico	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nas salas, equipamentos ou procedimentos	Área Livre: ≤ 0,5 mSv/ano; Área Controlada: ≤ 5,0 mSv/ano.	Área Livre: > 1,0 mSv/ano; Área Controlada: > 10,0 mSv/ano.

*C: Convencional; CR: Computadorizada; DR: Digital; P: Panorâmico; CEF: Cefalométrico; TFC: Tomógrafo de Feixe Cônico; G: Geral (C/CR/DR/P/CEF/TFC).

Observação: Os testes de qualidade dos receptores de imagem devem ser realizados para todos os dispositivos disponíveis.

ANEXO II

VALORES MÍNIMOS DE CAMADAS SEMIRREDUTORAS

kVp	CSR (mmAl)		
	Monofásico	Trifásico	Alta frequência (recomendação)
50	1,5	1,6	1,8
60	1,8	2,0	2,2
70	2,1	2,3	2,5
80	2,3	2,6	2,9
90	2,5	3,0	3,2
100	2,7	3,2	3,6
110	3,0	3,5	3,9
120	3,2	3,9	4,3
130	3,5	4,1	4,7

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 95, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica intraoral, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica intraoral, bem como a relação mínima de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, determinando respectivas periodicidades, tolerâncias e níveis de restrição, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo I desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado.

Seção I

Características dos equipamentos

Art. 2º Todo equipamento de raios X odontológico intraoral deve possuir:

I - Tensão nominal no tubo de raios X maior ou igual a 60 kV (sessenta quilovolts);

II - Filtração total permanente não inferior ao equivalente a 1,5 mm (um inteiro e cinco décimos de milímetro) de alumínio, caso a tensão nominal de tubo seja menor ou igual a 70 kV (setenta quilovolts);

III - Filtração total permanente não inferior ao equivalente a 2,5 mm (dois inteiros e cinco décimos de milímetro) de alumínio caso a tensão nominal de tubo seja superior a 70 kV (setenta quilovolts);

IV - Sistema de colimação para garantir que o diâmetro do campo não seja superior a 6 cm (seis centímetros) na extremidade de saída do localizador;

V - localizador que garanta distância foco-pele de, no mínimo, 20 cm (vinte centímetros);

VI - cabo disparador com comprimento mínimo de 2 (dois) metros; e

VII - blindagem no cabeçote de modo a garantir nível mínimo de radiação de fuga, restringida à taxa de kerma no ar de 0,25 mGy/h (vinte e cinco centésimos de miligray por hora) a 1 (um) metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga, comprovada com certificado de adequação emitido pelo fabricante na instalação do tubo de raios X.

Parágrafo único. Para o sistema de colimação de que trata o inciso IV deste artigo, valores entre 4 (quatro) e 5 cm (cinco centímetros), na extremidade de saída do localizador, são permitidos somente se o sistema de alinhamento e posicionamento do receptor de imagem estiver disponível.

Art. 3º A emissão de raios X, enquanto durar a exposição radiográfica, deve ser indicada por sinal sonoro.

Seção II

Requisitos de desempenho e aceitação

Art. 4º São condições dos procedimentos e equipamentos de radiologia odontológica intraoral que inabilitam seu uso:

I - equipamento sem colimador ou sem localizador;

II - equipamento com localizador cônico;

III - equipamento sem filtração adicional;

IV - equipamento com sistema de acionamento de disparo com retardo; e

V - equipamento com sistema de disparo que permita emissão de radiação sem que se mantenha a pressão no disparador ou possibilite exposição além do tempo solicitado.

Art. 5º As avaliações da qualidade da imagem devem:

I - utilizar ferramenta de teste específica para radiologia odontológica intraoral, que verifique, no mínimo, resolução espacial e resolução de contraste;

II - após a realização do teste de aceitação ou dos testes completos de desempenho, incluindo avaliação do equipamento de raios X e receptores de imagem, deve-se produzir 1 (uma) imagem da ferramenta de teste, para ser utilizada como referência;

III - bienalmente, deverá ser produzida 1 (uma) imagem da ferramenta de teste, com a mesma técnica utilizada para produzir a imagem de referência; e

IV - as avaliações quantitativas e qualitativas devem ser realizadas com base na imagem de referência e nas especificações da ferramenta de teste.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Fica revogada a Instrução Normativa - IN nº 57, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2019.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO I

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA SERVIÇOS DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA INTRAORAL

APLICABILIDADE*	TESTES	PERIODICIDADE	TOLERÂNCIA	NÍVEL DE RESTRIÇÃO
C	Vedação da da câmara escura	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	Sem entrada de luz externa	Velando filme
G	Camada Semirredutora (CSR)	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	Anexo II desta Instrução Normativa	20% menor que os valores do Anexo II.
G	Exatidão da Tensão do Tubo.	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	≥10%	> 20%
G	Exatidão do tempo de exposição	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	≥ 20%	> 40%
G	Valor representativo de dose	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	≥ 3,5mGy (molar superior adulto)	-
G	Linearidade do kerma no ar com o produto corrente tempo	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	≥20%	> 40%
G	Reprodutibilidade do kerma no ar	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	≥10%	> 20%
G	Tamanho de Campo	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	≥ 6cm	< 4 cm ou > 8 cm
G	Distância Foco-Pele	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	DFP ≥ 20 cm	Não possui localizador ou o localizador é de saída fechada.
G	Artefatos na imagem	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	Imagens sem artefatos.	-
D	Efetividade do ciclo de apagamento	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	Ausência de imagem residual	-
G	Integridade dos acessórios e equipamentos de proteção individual.	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	Íntegros	-
G	Qualidade da Imagem	Teste de aceitação, bienal ou após reparos	Art. 5º desta Instrução Normativa	-
G	Levantamento radiométrico	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nas salas, equipamentos ou procedimentos	Área Livre: ≥ 0,5 mSv/ano; Área Controlada: ≥5,0 mSv/ano.	Área Livre: > 1,0 mSv/ano; Área Controlada: > 10,0 mSv/ano.
G	Radiação de fuga do cabeçote	Teste de aceitação, quadrienal ou após modificações nos equipamentos.	≤0,25 mGy/h, a 1m	> 0,5 mGy/h, a 1m

*C: Intraoral Convencional; D: Intraoral Digital; G: Geral (C/D).

Observação: Os testes de qualidade dos receptores de imagem devem ser realizados para todos os dispositivos disponíveis.

ANEXO II

VALORES MÍNIMOS DE CAMADAS SEMIRREDUTORAS

Tensão nominal (kVp)	CSR (mmAl)
60	1,3
70	1,5
71	2,1
80	2,3
90	2,5

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 96, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de ultrassom diagnóstico ou intervencionista, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança nos sistemas de ultrassom diagnóstico ou terapêutico, bem como a relação de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, determinando as respectivas periodicidades e tolerâncias, conforme o Anexo desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado.

Art. 2º Os testes de controle de qualidade do equipamento de ultrassom terapêutico devem ser realizados conforme estabelecido pelo fabricante do equipamento.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 3º Os serviços de saúde abrangidos por esta Instrução Normativa dispõe do prazo de até o dia 26 de dezembro de 2021 para se adequarem ao disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 4º Fica revogada a Instrução Normativa - IN nº 58, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2019.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA OS SERVIÇOS DE ULTRASSONOGRAFIA

TESTES	PERIODICIDADE	TOLERÂNCIA
Uniformidade da imagem	Aceitação, anual e quando houver reparos	< 4dB do valor de referência
Zona morta	Aceitação, anual e quando houver reparos	≤ 7mm para frequência ≤ 3MHz ≤5mm para 3MHz < frequência < 7MHz ≤ 3mm para frequência ≥ 7MHz
Profundidade de penetração	Aceitação, anual e quando houver reparos	Segundo especificações do fabricante. Desvio < 6 mm do valor de referência
Zona focal	Aceitação, anual e quando houver reparos	Segundo especificações do fabricante
Exatidão da medida da distância vertical	Aceitação, anual e quando houver reparos	≤ ± 1,5 mm ou ± 1,5% do valor nominal (valor real)
Exatidão da medida da distância horizontal	Aceitação, anual e quando houver reparos	≤ ± 2 mm ou ± 2% do valor nominal (valor real)
Resolução axial	Aceitação, anual e quando houver reparos	≤ 2mm para transdutores com frequência ≤ 4MHz ≤ 1mm para transdutores com frequências > 4 MHz
Resolução lateral	Aceitação, anual e quando houver reparos	≤ 4 mm para transdutores com frequência < 3,5 MHz < 3 mm para transdutores com frequências ≥ 3,5 MHz e < 5 MHz< 1,5 mm para transdutores com frequência ≥ 5 MHz
Visualização de objetos anecoicos	Aceitação, anual e quando houver reparos	Segundo especificações do fabricante do equipamento e do simulador
Limiar de sensibilidade a baixo contraste	Aceitação, anual e quando houver reparos	Segundo especificações do fabricante do equipamento e do simulador
Acurácia da velocidade e da magnitude em modo Doppler (quando aplicável)	Aceitação, anual e quando houver reparos	Segundo especificações do fabricante do equipamento e do simulador
Sensibilidade do modo Doppler (quando aplicável)	Aceitação, anual e quando houver reparos	Segundo especificações do fabricante do equipamento e do simulador

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 97, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de ressonância magnética nuclear, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de maio de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de imagens por ressonância magnética nuclear, bem como a relação mínima de testes de aceitação e de controle de qualidade que devem ser realizados pelos serviços de saúde, determinando as respectivas periodicidades e tolerâncias, conforme Anexo desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O rol de testes do Anexo desta Instrução Normativa deve ser complementado pelos testes de aceitação e de controle de qualidade estabelecidos pelo fabricante do sistema avaliado.

Seção I

Ambientes e equipamentos

Art. 2º As salas do sistema de ressonância magnética devem dispor de isolamento acústico, de forma a atender os limites de exposição a níveis de ruído acústico estabelecidos nas normativas aplicáveis.

Art. 3º O Projeto Básico de Arquitetura de salas de exames de equipamentos que utilizam líquidos criogênicos com tubo Quench deve prever a abertura da porta de acesso para fora do ambiente.

Art. 4º O projeto de blindagem deve conter, além do exigido nas demais normativas aplicáveis:

I - descrição técnica da blindagem para os campos eletromagnéticos, conforme estabelecido pelo fabricante;

II - descrição das medidas para isolamento acústico da sala de exames e para atenuação de vibrações mecânicas no interior da sala, de forma a atender às normativas aplicáveis;

III - descrições técnicas de blindagens adicionais e do sistema de evacuação massiva de gases criogênicos, quando aplicável; e

IV - laudo de compatibilidade eletromagnética, contendo estudo de compatibilidade eletromagnética da instalação com os demais produtos para a saúde e sistemas passíveis de perturbação eletromagnética, e descrição das medidas para mitigar os riscos de interações indesejadas.

Art. 5º A sala de exames deve possuir sinalização nas portas de acesso, informando os riscos e a proibição da entrada de pessoas com implantes ou outros objetos incompatíveis com a tecnologia, em linguagem ou simbologia internacionalmente aceita, compreensível para os indivíduos do público.

Art. 6º O sistema de ressonância magnética que utiliza líquido criogênico deve possuir sistema de evacuação massiva de gases criogênicos.

Art. 7º O serviço de saúde deve dispor de sistema de comunicação entre a sala de comando e a sala de exames, que permita manter contato audiovisual com o paciente durante toda a realização do procedimento.

Art. 8º O serviço de saúde deve classificar seus ambientes conforme os critérios abaixo:

I - zona I - ambientes de livre acesso para os indivíduos do público;

II - zona II - ambientes externamente adjacentes à zona III, onde são realizados os procedimentos de acolhimento, anamnese e preparo do paciente e avaliação de compatibilidade de objetos, por exemplo;

III - zona III - ambientes adjacentes à zona IV onde há restrição à circulação de pessoas e equipamentos devido ao risco de ocorrência de eventos adversos causados pela interação de indivíduos ou objetos com os campos eletromagnéticos produzidos pelo equipamento de ressonância magnética nuclear; e

IV - zona IV - sala em que está localizado o equipamento de ressonância magnética nuclear.

Art. 9º O serviço de saúde deve possuir sistema de detecção de metais para monitoramento do acesso de pessoas e objetos às zonas III e IV em quantidade compatível com o número de salas de exame.

Seção II

Processos de trabalho

Art. 10. O serviço de saúde deve implementar processos de trabalho de forma a:

I - garantir que nenhuma pessoa entre nas zonas III ou IV com o magneto gerando campo magnético, portando implantes ou objetos incompatíveis que comprometam a segurança ou qualidade do procedimento;

II - garantir que nenhum paciente seja submetido a procedimento radiológico sem que atenda aos critérios clínicos e de segurança estabelecidos nas normativas aplicáveis; e

III - mitigar os riscos de eventos adversos relacionados ao procedimento radiológico.

Art. 11. O programa de educação permanente do serviço de saúde deve conter as orientações para toda a equipe sobre segurança e restrições de acesso às zonas III ou IV quando o magneto estiver gerando campo magnético, além do exigido nas demais normativas aplicáveis.

Art. 12. O serviço de saúde deve prover proteção auditiva para o paciente e para o acompanhante ou profissional que precisar permanecer dentro da sala de exames, de modo a não exceder os limites de ruído acústico estabelecidos nas normativas aplicáveis.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. Os serviços de saúde abrangidos por esta Instrução Normativa terão o prazo de até 26 de dezembro de 2021 para se adequarem ao disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 14. Fica revogada a Instrução Normativa - IN nº 59, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2019.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

TESTES DE ACEITAÇÃO E DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA SERVIÇOS DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA NUCLEAR

TESTES	PERIODICIDADE	TOLERÂNCIA
Verificação da blindagem de radiofrequências	Teste de aceitação e modificações na blindagem	Segundo especificações do fabricante.
Frequência central	Teste de aceitação, semanal e após reparos	Segundo especificações do fabricante.
Visualização de artefatos	Teste de aceitação, semanal e após reparos	Segundo especificação do fabricante, ou de modo a não interferir na capacidade de avaliação da qualidade das imagens adquiridas no controle de qualidade.
Análise de imagem residual (“ghosting analysis”)	Teste de aceitação, anual e após reparos	Razão de sinal residual (“ghosting ratio”) ≤ 3%
Homogeneidade do campo estático	Teste de aceitação, anual e após reparos	Segundo especificação do fabricante ou ≤ 2 ppm.
Exatidão da posição de corte	Teste de aceitação, anual e após reparos	≤ 2 mm
Exatidão da espessura de corte	Teste de aceitação, anual e após reparos	≤ 15%
Exatidão geométrica	Teste de aceitação, anual e após reparos	≤ 2% do valor nominal do simulador utilizado.
Resolução espacial de alto contraste	Teste de aceitação, anual e após reparos	Deve ser observado o padrão com as dimensões do pixel teórico.
Razão sinal-ruído (RSR)	Teste de aceitação, anual e após reparos	Segundo especificações do fabricante.
Uniformidade	Teste de aceitação, anual e após reparos	Segundo especificações do fabricante.
Luminância do monitor para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual e após reparos	≥170 cd/m²
Luminância do negatoscópio para diagnóstico ou laudo	Teste de aceitação, anual e após reparos	≥ 1500 cd/m²
Iluminância da sala de laudos	Teste de aceitação, anual e após reparos	≤ 50 lx

a. A avaliação da resolução espacial deve ser realizada nas direções de codificação de fase e frequência. Para uma aquisição com FOV de 25 cm e matriz de aquisição de 256 x 256, deve ser possível resolver no mínimo o objeto de 1mm.

b. O método de avaliação da RSR deve estar de acordo com a geometria da bobina e o arranjo dos elementos da bobina para cada canal de recepção.

1ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE GESTÃO DA ARRECADAÇÃO

DESPACHO Nº 25, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente de Gestão da Arrecadação Substituto, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 104 aliado com o inciso IV e § 4º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 255, de 10 de dezembro de 2018, publicado na seção 1, do DOU nº. 237, de 11 de dezembro 2018, alterada pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 315, de 11 de outubro de 2019, publicada na seção 1, do DOU nº. 199, de 14 de outubro de 2019, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: BIOTYPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA CNPJ/CPF: 10.323.063/0001-32
25351.300813/2018-85 - AIS:0427735/18-0 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA CNPJ/CPF: 10.787.103/0001-05
25752.150887/2016-08 - AIS:1948850/16-5 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 CNPJ/CPF: 11.866.015/0001-53
25752.276197/2016-18 - AIS:2171191/16-7 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 CNPJ/CPF: 11.866.015/0001-53
25752.276206/2016-37 - AIS:2171211/16-5 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE CNPJ/CPF: 13.534.284/0001-48
25752.106670/2016-11 - AIS:1868770/16-9 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: DISTRIBUIDORA JANDAIA LTDA CNPJ/CPF: 75.331.801/0001-39
25351.601595/2018-01 - AIS:0833881/18-7 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: DROGARIA PEROLA CINCO EIRELI ME CNPJ/CPF: 22.335.804/0001-84
25351.638209/2017-48 - AIS:2190313/17-1 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: FORTUNYT - SISTEMA AVANÇADO DE DISTRIBUIÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 16.934.368/0001-67
25351.245136/2017-80 - AIS:0798245/17-3 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: FRUTAVITA IND ALIM LTDA CNPJ/CPF: 20.107.587/0001-40
25351.295330/2018-51 - AIS:0419113/18-7 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: INDUQUALI - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA ME CNPJ/CPF: 01.684.713/0001-84
25351.297368/2018-69 - AIS:0422452/18-3 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE TOCANTINS LTDA CNPJ/CPF: 26.888.115/0001-58
25351.291078/2017-51 - AIS:0993526/17-6 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: INTERPACK QUIMICA INDUSTRIAL EIRELI - EPP CNPJ/CPF: 11.848.283/0001-42
25351.444635/2017-61 - AIS:1649872/17-1 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: JJ GUIMARÃES PRODUTOS DE LIMPEZA E TRANSPORTES LTDA ME CNPJ/CPF: 11.496.141/0001-63
25351.597999/2018-85 - AIS:0828354/18-1 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: LIMPA JA LTDA ME CNPJ/CPF: 41.238.411/0001-05
25351.578872/2017-86 - AIS:2104869/17-0 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: MIDORI LIFE PRODUTOS BIODEGRADAVEIS EIRELI CNPJ/CPF: 21.678.894/0001-43
25351.290930/2018-23 - AIS:0412604/18-1 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PROSSEGUIMENTO
AUTUADO: ORIOVALDO DELFINO JUNIOR ME CNPJ/CPF: 22.062.689/0001-11
25351.623975/2018-99 - AIS:0865643/18-6 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: RP MEDICAL SYSTEMS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ/CPF: 06.651.013/0001-07
25351.406016/2017-20 - AIS:1498893/17-3 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.286.647/0001-16
25351.088897/2014-93 - AIS:0120859/14-4 - GFIMP.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: UNITTRANSPORT LTDA.-ME CNPJ/CPF: 64.095.953/0001-63
25759.086254/2017-79 - AIS:0249297/17-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA CNPJ/CPF: 30.222.814/0001-31
25351.681430/2017-16 - AIS:2253836/17-4 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: WAL MART BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 00.063.960/0009-58
25767.443091/2016-68 - AIS:2418723/16-2 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.072.393/0039-06
25759.128151/2016-56 - AIS:1920872/16-3 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

FERNANDO LUCAS DE OLIVEIRA

2ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.100, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Alimentos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELA KARINNE FAGUNDES DE CASTRO

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 392221
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

ALLBRANDS INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA 03.973.903/0001-47
CEREAL À BASE DE ARROZ PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COLOMBO/PR
25023.020384/2010-60 6.2372.0008.001-0
PLASTICA 12 Meses
METALICA 12 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 04/2026
4091 Revalidação de registro de cereais para alimentação infantil
CEREAL À BASE DE AVEIA PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COLOMBO/PR
25023.020385/2010-99 6.2372.0009.001-6
PLASTICA 12 Meses
METALICA 12 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 04/2026
4091 Revalidação de registro de cereais para alimentação infantil
---
MEAD JOHNSON DO BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE NUTRIÇÃO LTDA 10.351.637/0001-86
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES - EMBALAGEM 1 - MÉXICO
25004.110118/2009-89 6.6609.0005.001-7
ELASTOMERICA 15 Meses
PLASTICO 15 Meses
METALICA 15 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2026
4093 Revalidação de registro de fórmulas infantis
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES - EMBALAGEM 2 - MÉXICO
25004.110118/2009-89 6.6609.0005.002-5
METALICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
ELASTOMERICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2026
4093 Revalidação de registro de fórmulas infantis

NUTRIMED INDUSTRIAL LTDA 72.563.158/0001-80
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.540350/2020-15 5.7419.0056.001-1
CELULOSICA 12 Meses
METALICA 12 Meses
PLASTICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 05/2026
NUTRI ENTERAL 1.5 / NUTRI ENTERAL ENERGY / NUTRI ENERGY
4057 Registro de fórmula padrão para nutrição enteral

PRODIET NUTRIÇAO CLINICA LTDA 08.183.359/0001-53
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - CAJAMAR/SP
25351.574156/2020-25 6.6320.0024.001-9
METALICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
ELASTOMERICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
VIDRO 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 04/2026
MARCAS INCLUÍDAS: TROPHIC BASIC XL / TROPHIC XL BASIC / TROPHIC-O / TROPHIC BASIC SL / TROPHIC SL BASIC / TROPHIC BASIC ENTERAL / TROPHIC ENTERAL BASIC
457 Inclusão de Marca
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - CURITIBA/PR
25351.574156/2020-25 6.6320.0024.002-7
VIDRO 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
ELASTOMERICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
METALICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 04/2026
MARCAS INCLUÍDAS: TROPHIC BASIC XL / TROPHIC XL BASIC / TROPHIC-O / TROPHIC BASIC SL / TROPHIC SL BASIC / TROPHIC BASIC ENTERAL / TROPHIC ENTERAL BASIC
457 Inclusão de Marca

RESOLUÇÃO RE Nº 2.101, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Alimentos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELA KARINNE FAGUNDES DE CASTRO

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 393421
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

ALLBRANDS INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA 03.973.903/0001-47
CEREAL À BASE DE ARROZ PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COLOMBO/PR

25023.020384/2010-60 000000000
ALIMENTOS INFANTIS
4104 Extensão para registro único
CEREAL A BASE DE ARROZ E AVEIA PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COLOMBO/PR
25351.130463/2018-83 000000000
ALIMENTOS INFANTIS
4104 Extensão para registro único

HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA 19.570.720/0001-10
LACTULOSE
25351.492181/2021-72 000000000
ALIMENTOS C/ALEGAÇOES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E OU DE SAUDE
4045 Registro de Alimentos com Alegações de Propriedade Funcional e/ou de Saúde

RESOLUÇÃO RE Nº 2.102, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Alimentos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELA KARINNE FAGUNDES DE CASTRO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DE ALIMENTOS. PUBLICAÇÃO NR. 393521
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO
ASSUNTO PETIÇÃO

FARMABASE SAÚDE ANIMAL LTDA 73.174.377/0001-30
DINITOLMIDE
25351.216178/2020-73
4118 AVALIAÇÃO DE RISCO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO

RESOLUÇÃO RE Nº 2.103, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Alimentos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido das petições de alimentos sob os nºs. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELA KARINNE FAGUNDES DE CASTRO

ANEXO

RAZÃO SOCIAL / CNPJ: DANONE LTDA. - 23.643.315/0115-10
PROCESSO: 25004110051201100
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA: 2016349212
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO ASSUNTO: 0816696209
ASSUNTO: 457 - Inclusão de Marca
PROCESSO: 25351528629200959
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA: 2016600217
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO ASSUNTO: 0816753202
ASSUNTO: 457 - Inclusão de Marca
PROCESSO: 25351535026201216
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA: 2016678216
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO ASSUNTO: 0816713201
ASSUNTO: 457 - Inclusão de Marca

RAZÃO SOCIAL / CNPJ: FARMOQUÍMICA S/A - 33.349.473/0001-58
PROCESSO: 25351126610202035
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA: 1902759214
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO ASSUNTO: 0581591208
ASSUNTO: 4107 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE PROBIÓTICOS

RAZÃO SOCIAL / CNPJ: FOREVER LIVING PRODUCTS BRASIL LTDA - 74.036.112/0001-39
PROCESSO: 25351351929202005
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA: 1830345214
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO ASSUNTO: 1308851201
ASSUNTO: 4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS
PROCESSO: 25351545261202057
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA: 1830264214
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO ASSUNTO: 1893779203
ASSUNTO: 4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS
PROCESSO: 25351578359202091
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA:1830648217
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO ASSUNTO: 1995206202
ASSUNTO: 4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS
PROCESSO: 25351703528202037
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA: 1830623214
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO ASSUNTO: 2387974204
ASSUNTO: 4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS
PROCESSO: 25351703552202076
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA:1830632213
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO ASSUNTO: 2388002206
ASSUNTO: 4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS
PROCESSO: 25351740630202013
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA: 1830516213
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO ASSUNTO: 2501456203
ASSUNTO: 4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS
PROCESSO: 25351806843202015
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA: 1830349210
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO ASSUNTO: 2697601201
ASSUNTO: 4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO RE Nº 2.125, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. 18774815000193
alfadarbepoetina
ARANESP 25351.434164/2015-54 08/2030
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 0504312/20-3
1.0244.0004.017-7 36 Meses
500 MCG/ML SOL INJ IV/SC CT SER PREENC VD TRANS X 0,3 ML + AGUL + DISP
1.0244.0004.019-3 36 Meses
500 MCG/ML SOL INJ IV/SC CT SER PREENC VD TRANS X 0,6 ML + AGUL + DISP
1.0244.0004.021-5 36 Meses
500 MCG/ML SOL INJ IV/SC CT SER PREENC VD TRANS X 1,0 ML + AGUL + DISP

FARMOQUÍMICA S/A 33349473000158
HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM
ISOY 25351.754840/2020-99
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1608383/21-1
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
CLORIDRATO DE NARATRIPTANa
NARAMIG 25351.011906/2004-32
11098 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO RESTRITA AO NÚMERO DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS 0968813/21-7
2,5 MG COM REV CT BL AL / AL X 12

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
ATORVASTATINA CÁLCICA 25351.139467/2011-61 07/2026
10938 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO DE FABRICANTE DO IFA 4627431/20-6
1.0370.0562.001-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.0370.0562.002-8 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.0370.0562.003-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.0370.0562.004-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
10938 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO DE FABRICANTE DO IFA 4627431/20-6
10953 RDC 73/2016 - GENÉRICO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 4627357/20-3
10956 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 4627435/20-9
1.0370.0562.005-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 100 (EMB FRAC)
1.0370.0562.006-0 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 200
1.0370.0562.007-9 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 500
1.0370.0562.008-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.0370.0562.009-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.0370.0562.010-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.0370.0562.011-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.0370.0562.012-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 100 (EMB FRAC)
1.0370.0562.013-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 200
1.0370.0562.014-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 500
ATORVASTATINA CÁLCICA
LIPTHAL 25351.165820/2011-15 06/2026
10940 RDC 73/2016 - SIMILAR - SUBSTITUIÇÃO DE FABRICANTE DO IFA 4627218/20-6
10955 RDC 73/2016 - SIMILAR - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 4627334/20-4
10958 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 4627239/20-9
1.0370.0559.001-3 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.0370.0559.002-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.0370.0559.003-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.0370.0559.004-8 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.0370.0559.005-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 100 (EMB FRAC)
1.0370.0559.006-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 200
1.0370.0559.007-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 500
1.0370.0559.008-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.0370.0559.009-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.0370.0559.010-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 30

1.0370.0559.011-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.0370.0559.012-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 100 (EMB FRAC)
1.0370.0559.013-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 200
1.0370.0559.014-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 500

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56994502000130
hemitartarato de zolpidem 25351.409018/2016-90
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1555239/21-0
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61286647000116
HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 25351.191004/2002-17
11091 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 1213043/21-5
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60

RESOLUÇÃO RE Nº 2.126, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelos arts. 2º e 4º da Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e arts. 4º, 7º e 16 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 7º e seus incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
OMEPRAZOL 25351002168200351
4128022209 GENÉRICO - Mudança relacionada ao diluente

GREENPHARMA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA
NISTATINA 253510263210111
3944631200 GENÉRICO - Alteração maior do processo de produção do medicamento
3944636201 GENÉRICO - Inclusão maior de tamanho de lote do medicamento
3944676200 GENÉRICO - Substituição maior de equipamento

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A
AMOXICILINA 25351222993200290
4044829201 GENÉRICO - Mudança maior de método analítico
1930872218 GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos

RESOLUÇÃO RE Nº 2.127, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 168, de 8 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

ENQUADRAMENTO: Art. 4º, §1º da Resolução - RDC nº 168, de 2017
PROCESSO
DEPOSITANTE
PROCURADOR
PARECER

PI 1011649-4
CHUGAI SEIYAKU KABUSHIKI KAISHA
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
203/21

BR 102014008928-4
GILEAD SCIENCES, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
200/21

BR 112012013662-3
PIERIS PHARMACEUTICALS GMBH
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
199/21

BR 112013013255-8
NEUROTECH USA, INC.
DANIEL ADVOGADOS
199/21

BR 112013023773-2
ALEXANDRE EDUARDO NOWILL
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO DE BOTTON
199/21

BR 112013033272-7
APELLIS PHARMACEUTICALS, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
199/21

BR 112014008540-4
TRANSGÈNE S.A.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
199/21

BR 112014009069-6
BRISTOL-MYERS SQUIBB COMPANY / DOMANTIS LIMITED
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
199/21

BR 112014009176-5
ONCOTHERAPY SCIENCE, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
199/21

BR 112014009797-6
HALOZYME, INC.
MMV AGENTES DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
199/21

BR 112014010091-8
WELLSTAT OPHTHALMICS CORPORATION
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
199/21

BR 112014012119-2
LIVTECH, INC.
LUIZ LEONARDOS &CIA - PROPRIEDADE INTELECTUAL
199/21

BR 112014013086-8
NEUROPHAGE PHARMACEUTICALS, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
199/21

BR 112014013122-8
BIOPHARM GESELLSCHAFT ZUR BIOTECHNOLOGISCHEN ENTWICKLUNG VON PHARMAKA MBH
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
199/21

BR 112014013656-4
ABBVIE DEUTSCHLAND GMBH &CO. KG / ABBVIE INC.
ANDRE LUIZ SOUZA ALVAREZ
199/21

BR 112014013664-5
FACTOR BIOSCIENCE INC.
FLÁVIA SALIM LOPES
199/21

BR 112014013697-1
THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO DE BOTTON
199/21

BR 112014013704-8
VIROXIS S.A.S. / CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE / UNIVERSITE PARIS-SUD XI / INSTITUT GUSTAVE ROUSSY
TAVARES PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA
199/21

BR 112014015016-8
VACCIBODY AS
VILELACOELHO SOCIEDADE DE ADVOGADOS
199/21

BR 112014016734-6
SERPIN PHARMA, LLC
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO DE BOTTON
199/21

BR 112014017182-3
JULIUS-MAXIMILIANS-UNIVERSITÄT WÜRZBURG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
199/21

BR 112014019741-5
GENENTECH, INC
PRISCILA DE BARROS THEREZA YAMASHITA
200/21

BR 112014020365-2
MILLENNIUM PHARMACEUTICALS, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
202/21

BR 112014020627-9
UCB PHARMA S.A.
LUIZ LEONARDOS &CIA
200/21

BR 112014021099-3
TORAY INDUSTRIES, INC
PRISCILA DE BARROS THEREZA YAMASHITA
200/21

BR 112015015539-1
VIRBAC SA / INSTITUT DE RECHERCHE POUR LE DÉVELOPPEMENT (IRD)
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
202/21

BR 112015026827-7
DR. REDDY´S LABORATORIES LTD.
CLARKE, MODET PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA
200/21

BR 112016008968-5
VIIV HEALTHCARE UK (NO.5) LIMITED
DANIEL ADVOGADOS
200/21

BR 112016010288-6
DANA-FARBER CANCER INSTITUTE, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA

200/21

BR 112016012097-3
INSTITUT DE LA RECHERCHE POUR LE DEVELOPPEMENT (IRD) / VIRBAC
GUSTAVO STARLING LEONARDOS
200/21

BR 112016016020-7
ANAPTYSBIO, INC.
DANIEL &CIA
200/21

BR 112018069973-0
ATHENA PHARMACEUTIQUES SAS.
RONER GUERRA FABRIS
202/21

BR 112018075312-2
FORMA THERAPEUTICS, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
202/21

BR 112019001121-8
REMER CONSULTORES ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. / PROTEIMAX BIOTECNOLOGIA LTDA
REMER VILLAÇA &NOGUEIRA ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PROP. INTELECTUAL S/S LTDA
203/21

BR 112019008065-1
AMI PHARM CO., LTD
JACQUES LABRUNIE
202/21

BR 112019008206-9
POLI MD S.R.L.
ARIBONI, FABBRI E SCHMIDT SOCIEDADE DE ADVOGADOS
202/21

BR 112019009588-8
DOMPE' FARMACEUTICI S.P.A.
LUIZ LEONARDOS &ADVOGADOS
202/21

BR 112019013911-7
F. HOFFMANN - LA ROCHE AG
MONTAURY PIMENTA, MACHADO &VIEIRA DE MELLO ADVOGADOS
202/21

BR 112019013963-0
ARDELYX, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
202/21

BR 112019014223-1
ALECTRONA PTE. LTD.
MURTA GOYANES ADVOGADOS
202/21

BR 112019014238-0
NEKTIUM PHARMA, S.L.
GRUENBAUM, POSSINHAS &TEIXEIRA LTDA
202/21

BR 112019014756-0
FUJIAN COSUNTER PHARMACEUTICAL CO., LTD.
LICKS ADVOGADOS
203/21

BR 112019014942-2
SKINTECH LIFE SCIENCE LIMITED
CLARKE, MODET PROPRIEDADE INTELECTUAL
202/21

BR 112019016373-5
ADC THERAPEUTICS SA / MEDIMMUNE LIMITED
DANIEL ADVOGADOS
203/21

BR 112019027351-4
ALLA CHEM, LLC / ALEXANDRE VASILIEVICH IVACHTENKO / ANDREY ALEXANDROVICH IVASHCHENKO / NIKOLAY FILIPPOVICH SAVCHUK / ALENA ALEXANDROVNA IVACHTCHENKO
DANIEL ADVOGADOS
203/21

RESOLUÇÃO RE Nº 2.128, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento de registro da apresentação a pedido dos medicamentos similares, genéricos e novos, sob o nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL CNPJ
MARCA COMERCIAL Nº PROCESSO EXPEDIENTE CANCELAMENTO M.S.

BLAU FARMACÊUTICA S.A. - 58.430.828/0001-60
DOCLAXIN 25351.330373/2013-58 1430876/21-2 1163700940014 1163700940022 1163700940030 1163700940049 1163700940057 1163700940065 1163700940073 1163700940081

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. - 61.082.426/0002-07
CELESTONE 25351.261829/2015-97 1535722/21-8 1781707850033

EMS S/A - 57.507.378/0003-65
lansoprazol 25351.399169/2015-41 1920635/21-6 1023511140074 1023511140015 1023511140031 1023511140090 1023511140023

EMS SIGMA PHARMA LTDA - 00.923.140/0001-31
LANZ 25000.019566/99-40 1358244/21-5 1356900040130 1356900040076 1356900040092 1356900040157 1356900040084

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - 33.781.055/0001-35
sulfato de atazanavir 25351.266606/2012-69 1763569/21-1 1106301330043 1106301330019 1106301330027 1106301330051

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - 33.247.743/0001-10
LAMICTAL 25351.012984/2004-54 1238917/21-0 1010700060165
FLIXOTIDE 25351.061439/2003-19 0937576/21-7 1010701970076 1010701970084

HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA SA - 01.571.702/0001-98
ciprofloxacino 25351.197713/2002-06 1227891/21-2 1031101200019 1031101200035 1031101200051 1031101200061
HIFLOXAN 25000.019315/99-10 1228143/21-3 1031100740052 1031100740060 1031100740117 1031100740125

LABORATÓRIO FARMACÊUTICO ELOFAR LTDA - 83.874.628/0001-43
NISUFAR 25351.506608/2008-50 1361900/21-4 1038501000014 1038501000022 1038501000030 1038501000049

LEO PHARMA LTDA - 11.424.477/0001-10
ICACORT 25351.711099/2019-38 0873264/21-7 1856900090016 1856900090024 1856900090032 1856900090040
ICADEN 25351.711104/2019-11 0872263/21-3 1856900080029
AZELAN 25351.711131/2019-85 0858262/21-9 1856900120012 1856900120039

LIBBS FARMACÊUTICA LTDA - 61.230.314/0001-75
OXALIBBS 25351.180834/2008-04 1429150/21-9 1003301490015 1003301490023

NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A - 72.593.791/0001-11
LAFLUGI 25351.442137/2017-35 1918852/21-8 1267503260079 1267503260011 1267503260036 1267503260095 1267503260028
lansoprazol 25351.405448/2016-32 1920231/21-8 1267502480075 1267502480016 1267502480032 1267502480091 1267502480024

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. - 10.588.595/0010-92
cloridrato de metformina 25351.697852/2014-95 1847960/21-0 1832601370028 1832601370060
DESONOL 25351.677457/2014-19 1596234/21-2 1832600530064 1832600530072 1832600530080
VALTRIAN 25351.696524/2014-67 1632078/21-6 1832600810024

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A - 60.665.981/0001-18
LIDOJET 25001.017049/85 1299568/21-1 1049701110018 1049701110026 1049701110036 1049701110044

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 61.072.393/0001-33
VIBRAMICINA 25351.097846/2017-01 1597164/21-3 1211004370019 1211004370051
DEPO-PROVERA 25351.099698/2017-17 1133917/21-9 1211003670051
FELDENE 25351.099825/2017-10 1438938/21-0 1211003860063 1211003860195
SAYANA 25351.670851/2017-11 1134030/21-4 1211004390052

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.129, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA. 15800545000150
UPADACITINIBE HEMI-HIDRATADO
Rinvoq 25351.057673/2019-09 02/2030
11107 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 4449028/20-3
1.9860.0017.001-1 36 Meses
15 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 30
1.9860.0017.002-1 36 Meses
15 MG COM REV LIB PROL CT 3 FR PLAS PEAD OPC X 30

ALEXION FARMACEUTICA BRASIL IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS E SERVICOS DE ADMINISTRACAO 10284284000149
ALFA-ASFOTASE
Strensiq 25351.137379/2016-42 07/2027
10408 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO TERMINADO 3445859/20-0
1.9811.0002.001-0 30 Meses
40 MG/ML SOL INJ SC CT 12 FA VD TRANS X 0,45 ML
1.9811.0002.002-9 30 Meses
40 MG/ML SOL INJ SC CT 12 FA VD TRANS X 0,7 ML
1.9811.0002.003-7 30 Meses
40 MG/ML SOL INJ SC CT 12 FA VD TRANS X 1 ML
1.9811.0002.004-5 30 Meses
100 MG/ML SOL INJ SC CT 12 FA VD TRANS X 0,8 ML

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207
BISACODIL
LACTO PURGA 25351.637736/2009-73 09/2028
11093 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 1251163/21-3
1.7817.0015.007-9 30 Meses
5 MG COM REV DISP BL AL PLAS TRANS X 180

EMS S/A 57507378000365
CEFALEXINA 25351.045867/2021-78 05/2031
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0577306/21-7 (150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 472911/05-1 - 25351.396453/2005-94)
1.0235.1370.001-8 24 Meses
500 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0235.1370.002-6 24 Meses
500 MG CAP DURA CX BL AL PLAS TRANS X 500
1.0235.1370.003-4 24 Meses

500 MG CAP DURA CX BL AL PLAS TRANS X 200
1.0235.1370.004-2 24 Meses
500 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 8
CYNARA SCOLYMUS L.
SCOLYDRIN 25351.289764/2021-18 05/2031
10689 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 1311740/21-8
(1735 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) - 506866/11-5 - 25351.363220/2011-12)
1.0235.1371.001-3 24 Meses
200 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0235.1371.002-1 24 Meses
200 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0235.1371.003-1 24 Meses
200 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 120
1.0235.1371.004-8 24 Meses
200 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 240

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
PAMIDRONATO DISSÓDICO 25351.037967/2003-49 12/2028
11091 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 1228956/21-6
1.0043.0030.012-1 24 Meses
90 MG PO LIOF SOL INJ CT 10 FA VD TRANS
FERRIPOLIMALTOSE
DEXFER 25351.521080/2016-59 04/2027
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0089405/21-2
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0089420/21-6
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0089423/21-1
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1593489/17-6
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1593490/17-0
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1593521/17-3
1.0043.1206.001-5 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0043.1206.002-3 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
CITRATO DE SÓDIO DI-hIDRATADO
TRICIT 25351.906272/2020-18 11/2023
10216 ESPECÍFICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE 1743013/21-5
1.0043.1323.001-1 18 Meses
40 MG/ML SOL HD CX BOLS PLAS PP TRANS SIST FECH X 3000 ML
1.0043.1323.005-4 18 Meses
40 MG/ML SOL HD CX 2 BOLS PLAS PP TRANS SIST FECH X 3000 ML
1.0043.1323.006-2 18 Meses
40 MG/ML SOL HD CX 3 BOLS PLAS PP TRANS SIST FECH X 3000 ML
1.0043.1323.007-0 18 Meses
40 MG/ML SOL HD CX 4 BOLS PLAS PP TRANS SIST FECH X 3000 ML

FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA 09058502000148
mesilato de rasagilina 25351.007086/2020-02 05/2031
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0052755/20-6
1.7465.0010.001-0 24 Meses
1 MG COM CT BL AL AL X 10
1.7465.0010.002-9 24 Meses
1 MG COM CT BL AL AL X 30

FARMOQUÍMICA S/A 33349473000158
ARIPIPRAZOL
HEDD 25351.754811/2020-27 03/2031
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1406717/21-0
1.0390.0212.009-8 24 Meses
10 MG COM CT BL AL/AL X 60
1.0390.0212.010-1 24 Meses
15 MG COM CT BL AL/AL X 60
1989 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL 1828568/21-6
1.0390.0212.001-2 24 Meses
15 MG COM CT BL AL/AL X 30
1.0390.0212.002-0 24 Meses
10 MG COM CT BL AL/AL X 30
1.0390.0212.003-9 24 Meses
20 MG COM CT BL AL/AL X 30
1.0390.0212.004-7 24 Meses
30 MG COM CT BL AL/AL X 30
1.0390.0212.005-5 24 Meses
15 MG COM CT BL AL/AL X 10
1.0390.0212.006-3 24 Meses
10 MG COM CT BL AL/AL X 10
1.0390.0212.007-1 24 Meses
20 MG COM CT BL AL/AL X 10
1.0390.0212.008-1 24 Meses
30 MG COM CT BL AL/AL X 10

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
dolutegravir sódico
TIVICAY 25351.198175/2013-70 02/2029
11118 RDC 73/2016 - NOVO - ALTERAÇÃO DE POSOLOGIA 0750602/20-3
11119 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DE USO 0339135/20-3
1.0107.0300.001-5 24 Meses
50 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 30
1.0107.0300.002-3 24 Meses
10 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 30
1.0107.0300.003-1 24 Meses
25 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 30

LIBBS FARMACÊUTICA LTDA 61230314000175
ANASTROZOL
ANASTROLIBBS 25351.169437/2009-30 02/2030
10186 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE EQUIPAMENTO COM DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO 2158941/16-1
1.0033.0153.001-7 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.0033.0153.002-5 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30

MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. 14806008000154
DROSPIRENONA + ETINILESTRADIOL
drospirenona+ etinilestradiol 25351.322771/2021-39 05/2031
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 1409671/21-4
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 748505/09-1 - 25351.575657/2009-11)
1.9427.0104.001-5 24 Meses
3 MG + 0,03 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.9427.0104.002-3 24 Meses
3 MG + 0,03 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 63

MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 92265552000140
IBUPROFENO
BUPROVIL 25025.022547/2002-00 06/2036
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 1042770/15-8
1.1819.0061.001-6 24 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30
1.1819.0061.002-4 24 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 600
1.1819.0061.017-2 24 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 200
1.1819.0061.030-1 24 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 1042770/15-8
10178 SIMILAR - ALTERAÇÃO MAIOR DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 1044589/15-7
10186 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE EQUIPAMENTO COM DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO 1044594/15-3
10206 SIMILAR - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 1044585/15-4
1628 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 1043055/15-5
1.1819.0061.004-0 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30
1.1819.0061.005-9 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 600
1.1819.0061.016-4 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 200
1.1819.0061.028-8 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.1819.0061.029-6 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 200

MYRALIS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 17440261000125
FERRIPOLIMALTOSE
MYRAFER 25351.608596/2018-79 05/2025
10175 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MAIOR DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 1371970/17-0
10183 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO DE EQUIPAMENTO COM DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO 4422793/20-1
10203 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 1371972/17-6
10203 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 4422791/20-4
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 1371991/17-2
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 4422797/20-3
1.1462.0026.001-4 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.1462.0026.002-2 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60

NATCOFARMA DO BRASIL LTDA 08157293000127
fosfato de oseltamivir 25351.153546/2019-21 06/2030
11106 RDC 73/2016 - GENÉRICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 0719695/21-4
1.8261.0006.001-3 36 Meses
30 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.8261.0006.002-1 36 Meses
30 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 500
1.8261.0006.003-1 36 Meses
45 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.8261.0006.004-8 36 Meses
45 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 500
1.8261.0006.005-6 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.8261.0006.006-4 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 500
fosfato de oseltamivir
OSELFLU 25351.899759/2020-37 11/2030
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1052714/21-1
1.8261.0008.001-4 36 Meses
30 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.8261.0008.002-2 36 Meses
30 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 500
1.8261.0008.003-0 36 Meses
45 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.8261.0008.004-9 36 Meses
45 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 500
1.8261.0008.005-7 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.8261.0008.006-5 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 500

NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A 72593791000111
DIENOGESTe
DINORÁ 25351.421037/2016-94 05/2031
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2387012/16-5
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1191214/16-6 - 25351.828786/2016-08)
1.2675.0404.001-3 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 28
1.2675.0404.002-1 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 56
1.2675.0404.003-1 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 84
1.2675.0404.004-8 24 Meses
2 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 168

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56994502000130
aripiprazol 25351.304851/2021-11 05/2031
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 1355994/21-0
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0960034/12-5 - 25351.670294/2012-56)
1.0068.1177.001-4 24 Meses
15 MG COM CT BL AL/AL X 30
1.0068.1177.002-2 24 Meses
10 MG COM CT BL AL/AL X 30
1.0068.1177.003-0 24 Meses
20 MG COM CT BL AL/AL X 30
1.0068.1177.004-9 24 Meses
30 MG COM CT BL AL/AL X 30
1.0068.1177.005-7 24 Meses
15 MG COM CT BL AL/AL X 10
1.0068.1177.006-5 24 Meses
10 MG COM CT BL AL/AL X 10
1.0068.1177.007-3 24 Meses
20 MG COM CT BL AL/AL X 10
1.0068.1177.008-1 24 Meses
30 MG COM CT BL AL/AL X 10
mirtazapina 25351.598289/2017-91 01/2028
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1555440/21-6
1.0068.1146.017-1 24 Meses
30 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61286647000116
Mirtazapina 25351.115582/2006-72 12/2028
11091 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 1213031/21-1
1.0047.0462.009-8 24 Meses
30 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
ARIPIPRAZOL 25351.670294/2012-56 04/2026
11091 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 1211823/21-1
1.0047.0587.009-8 24 Meses
10 MG COM CT BL AL/AL X 60
1.0047.0587.010-1 24 Meses
15 MG COM CT BL AL/AL X 60
ARIPIPRAZOL
CONFILIFY 25351.684877/2012-46 05/2026
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1343372/21-5
1.0047.0590.009-4 24 Meses
10 MG COM CT BL AL/AL X 60
1.0047.0590.010-8 24 Meses
15 MG COM CT BL AL/AL X 60

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
CAPLACIZUMABE
CABLIVI 25351.073926/2020-17 05/2031
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO 0341705/20-1
1.8326.0480.001-5 48 Meses
10 MG PO LIOF SOL INJ CT FR VD TRANS + SER PREENC VD TRANS DIL X 1,0 ML + ADAPT + AGU + 2 LEN
1.8326.0480.002-3 48 Meses
10 MG PO LIOF SOL INJ CT 7FR VD TRANS + 7 SER PREENCH VD TRANS DIL X 1,0 ML + 7 ADAPT + 7 AGU + 14 LEN
CLORIDRATO DE FEXOFENADINA + CLORIDRATO DE PSEUDOEFEDRINA
ALLEGRA D 25351.189991/2019-20 11/2028
11107 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 1379025/20-1
1.8326.0313.005-9 36 Meses
(60,0 + 120,0) MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 4
1.8326.0313.006-7 36 Meses
(60,0 + 120,0) MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 6
1.8326.0313.007-5 36 Meses
(60,0 + 120,0) MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 10

TORRENT DO BRASIL LTDA 33078528000132
levetiracetam 25351.184455/2019-38 05/2031
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0282389/19-6
1.0525.0089.001-1 24 Meses
250 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0525.0089.002-1 24 Meses
250 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0525.0089.003-8 24 Meses
250 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.0525.0089.004-6 24 Meses
750 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0525.0089.005-4 24 Meses
750 MG COM REV CT BL AL AL X 60

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A 60665981000118
fosfato de oseltamivir
UNIFLU 25351.949876/2020-59 02/2031
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1099087/21-9
1.0497.1456.001-2 36 Meses
30 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.0497.1456.002-0 36 Meses
30 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 500
1.0497.1456.003-9 36 Meses
45 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.0497.1456.004-7 36 Meses
45 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 500
1.0497.1456.005-5 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.0497.1456.006-3 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 500

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.130, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

TAKEDA PHARMA LTDA. 60397775000174
Rheum palmatum L. + Frangula purshiana (DC.) A. Gray + PEUMUS BOLDUS MOLINA
EPAREMA 25992.004943/34 10/2029
10662 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0738924/21-8
1.0639.0030.001-2 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0639.0030.009-8 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS X 120
1.0639.0030.010-1 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS X 300
1.0639.0030.011-1 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.0639.0030.012-8 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0639.0030.015-2 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0639.0030.019-5 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 10 FLAC PLAS OPC X 10 ML
1.0639.0030.020-9 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 12 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT)
1.0639.0030.021-7 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 36 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT)
1.0639.0030.022-5 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 60 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT)
1.0639.0030.023-3 24 Meses
206 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 200 ML
1.0639.0030.024-1 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 12 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT) (GUARANÁ)
1.0639.0030.025-1 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 36 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT) (GUARANÁ)
1.0639.0030.026-8 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 60 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT) (GUARANÁ)
1.0639.0030.027-6 24 Meses
206 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 200 ML (GUARANÁ)
1.0639.0030.028-4 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 12 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT) (LARANJA)
1.0639.0030.029-2 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 36 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT) (LARANJA)
1.0639.0030.030-6 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 60 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT) (LARANJA)
1.0639.0030.031-4 24 Meses
206 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 200 ML (LARANJA)
1.0639.0030.032-2 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 04 FLAC PLAS OPC X 10 ML
1.0639.0030.033-0 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 05 FLAC PLAS OPC X 10 ML
1.0639.0030.034-9 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 06 FLAC PLAS OPC X 10 ML
1.0639.0030.035-7 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 4
1.0639.0030.036-5 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 10
1.0639.0030.037-3 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 20
1.0639.0030.038-1 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 30
1.0639.0030.039-1 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 120
1.0639.0030.040-3 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 300

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.131, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207
Rheum palmatum L. + Frangula purshiana (DC.) A. Gray + PEUMUS BOLDUS MOLINA
EPAREMA 25351.109957/2021-02 10/2029
11202 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 0768757/21-5
1.7817.0911.001-0 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.7817.0911.002-9 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS X 120
1.7817.0911.003-7 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS X 300
1.7817.0911.004-5 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.7817.0911.005-3 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.7817.0911.006-1 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.7817.0911.007-1 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 10 FLAC PLAS OPC X 10 ML
1.7817.0911.008-8 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 12 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT)
1.7817.0911.009-6 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 36 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT)
1.7817.0911.010-1 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 60 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT)
1.7817.0911.011-8 24 Meses
206 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 200 ML
1.7817.0911.012-6 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 12 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT) (GUARANÁ)
1.7817.0911.013-4 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 36 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT) (GUARANÁ)
1.7817.0911.014-2 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 60 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT) (GUARANÁ)
1.7817.0911.015-0 24 Meses
206 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 200 ML (GUARANÁ)
1.7817.0911.016-9 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 12 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT) (LARANJA)
1.7817.0911.017-7 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 36 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT) (LARANJA)
1.7817.0911.018-5 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 60 FLAC PLAS OPC X 10 ML (EMB MULT) (LARANJA)
1.7817.0911.019-3 24 Meses
206 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 200 ML (LARANJA)
1.7817.0911.020-7 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 04 FLAC PLAS OPC X 10 ML
1.7817.0911.021-5 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 05 FLAC PLAS OPC X 10 ML
1.7817.0911.022-3 24 Meses
103 MG/ML SOL OR CT 06 FLAC PLAS OPC X 10 ML
1.7817.0911.023-1 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 4
1.7817.0911.024-1 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 10
1.7817.0911.025-8 18 Meses

125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 20
1.7817.0911.026-6 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 30
1.7817.0911.027-4 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 120
1.7817.0911.028-2 18 Meses
125 MG DRG CT BL AL PLAS TRANS PVC/PVDC X 300

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.132, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos, produtos biológicos e insumos farmacêuticos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

CAZI QUIMICA FARMACEUTICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 44010437000181
DIPIRONA
TERMOPRIN 25992.013246/75 02/2026
10080 SIMILARES - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO - ANVISA 1931086/21-2
1.0715.0042.001-1 24 Meses
500 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 10 ML
1.0715.0042.005-4 48 Meses
500 MG COM CX 20 ENV AL POLIET X 10
1.0715.0042.006-2 48 Meses
500 MG COM CX 50 ENV AL POLIET X 10

COLBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 00413925000164
COLECALCIFEROL
PROVICTA D 25351.319048/2018-77 03/2030
10085 ESPECIFICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO - ANVISA 1609365/21-8
1.3265.0031.002-3 24 Meses
2000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 30

LABORIS FARMACEUTICA LTDA 03860313000108
BESILATO DE AMLODIPINA
AMELOVAS 25351.015662/01-61 10/2017
10087 SIMILARES - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO - ANVISA 1946030/21-9
1.5087.0001.004-4 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS INC X 10
1.5087.0001.005-2 24 Meses
5 MG COM CT 2 BL AL PLAS INC X 10
1.5087.0001.006-0 24 Meses
5 MG COM CT 3 BL AL PLAS INC X 10
1.5087.0001.007-9 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS INC X 10
1.5087.0001.008-9 24 Meses
10 MG COM CT 2 BL AL PLAS INC X 10
1.5087.0001.009-5 24 Meses
10 MG COM CT 3 BL AL PLAS INC X 10

MYRALIS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 17440261000125
BISGLICINATO FERROSO
FERRINI 25351.608500/2018-72 06/2026
1882 ESPECÍFICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO 0612045/21-8
1.1462.0018.001-0 24 Meses
150 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.1462.0018.002-9 24 Meses
15 MG/ML SOL GOT CT FR VD AMB X 100 ML + COP
1.1462.0018.003-7 24 Meses
30 MG/ML SOL GOT CT FR VD AMB X 30 ML + CGT
ASPARTATO DE ARGININA
ARGIX 25351.608501/2018-17 05/2027
1882 ESPECÍFICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO 0611732/21-5
1.1462.0023.001-8 24 Meses
250 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 120
1.1462.0023.002-6 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
ENFOL 25351.608631/2018-50 04/2028
1882 ESPECÍFICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO 0611893/21-3
1.1462.0020.001-1 24 Meses
0,2 MG/ML + 50 MG/ML SOL GOT CT FR VD AMB X 30 ML + CGT
ÁCIDO FÓLICO + ÁCIDO ASCÓRBICO
1.1462.0020.002-1 24 Meses
0,4 MG/ML + 40MG/ML SOL GOT CT FR VD AMB X 100 ML
ÁCIDO ASCÓRBICO + ÁCIDO FÓLICO
1.1462.0020.003-8 24 Meses
5 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
ÁCIDO FÓLICO + ÁCIDO ASCÓRBICO

NATULAB LABORATÓRIO S.A 02456955000183
PANAX GINSENG C. A. MEY.
BIOSENG 25351.389191/2009-04 03/2030
1810 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - CANCELAMENTO DO REGISTRO DA APRESENTAÇÃO 0466791/21-3
1.3841.0040.001-4 24 Meses
105,5 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.3841.0040.002-2 24 Meses
105,5 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.3841.0040.003-0 24 Meses
105,5 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.3841.0040.004-9 24 Meses
105,5 MG CAP DURA CX BL AL PLAS TRANS X 500 (EMB HOSP)
1.3841.0040.005-7 24 Meses
105,5 MG CAP DURA CX BL AL PLAS TRANS X 1000 (EMB HOSP)
1.3841.0040.006-5 24 Meses
105,5 MG CAP DURA CX BL AL PLAS TRANS X 2000 (EMB HOSP)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº. 1.367, de 5 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 64, de7 de abril de 2021, Seção 1 pág. 96, referente ao processo 25351.588564/2016-88.

Onde se lê:
CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA
MEBENIX
3840149205 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE (Mudança maior de método analítico - 3622491200 - 25351575389201204)
3840149205 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE (Exclusão de um teste ou método obsoleto - 3622494204 - 25351575389201204)
Leia-se:
CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA
MEBENIX
3840149205 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE (Mudança maior de método analítico - 3622491200 - 25351575389201204)
3840231209 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE (Exclusão de um teste ou método obsoleto - 3622494204 - 25351575389201204)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº. 1.367, de 5 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União no. 64, de 7 de abril de 2021, Seção 1 pág. 96, referente ao processo 25351.186090/2016-33.

Onde se lê:
1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA albendazol 25351186090201633
3754834204 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE (Exclusão de um teste ou método obsoleto - 3622494204 - 25351575389201204)
3754834204 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE (Mudança maior de método analítico - 3622491200 - 25351575389201204)
Leia-se:
1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA albendazol 25351186090201633
3755260201 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE (Exclusão de um teste ou método obsoleto - 3622494204 - 25351575389201204)
3754834204 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE (Mudança maior de método analítico - 3622491200 - 25351575389201204).

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 2.018, de 25 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº. 144, de 29 de julho de 2019, Seção 1 pág. 59, e em Suplemento pág. 6, referente ao processo 25351.569497/2012-85.

Onde se lê:
ACCORD FARMACÊUTICA LTDA 64171697000146
CLORIDRATO DE TOPOTECANA
TOPOTACX 25351.569497/2012-85 04/2023
10219 SIMILAR - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE 1548478/16-5
1.5537.0030.001-3 36 Meses
4 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS X 5 ML
Leia-se:
ACCORD FARMACÊUTICA LTDA 64171697000146
CLORIDRATO DE TOPOTECANA
TOPOTACX 25351.569497/2012-85 04/2023
10219 SIMILAR - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE 1548478/16-5
1.5537.0030.001-3 36 Meses
4 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS X 4 ML

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº. 4.416, de 29 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº. 209, de 3 de novembro de 2020, Seção 1 pág. 542, referente ao processo 25351.898818/2020-50.

Onde se lê:
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + PARACETAMOL
BUSCODUO 25351.898818/2020-50 09/2027
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2968068/20-9
1.7817.0889.001-2 24 Meses
(10,0 + 500,0) MG COM REV BL AL PLAS TRANS X 4
1.7817.0889.002-0 24 Meses
(10,0 + 500,0) MG COM REV BL AL PLAS TRANS X 8
1.7817.0889.003-9 24 Meses
(10,0 + 500,0) MG COM REV BL AL PLAS TRANS X 10
1.7817.0889.004-7 24 Meses
(10,0 + 500,0) COM REV BL AL PLAS TRANS X 16
1.7817.0889.005-5 24 Meses
(10,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.7817.0889.006-3 24 Meses
(10,0 + 500,0) COM REV BL AL PLAS TRANS X 60
1.7817.0889.007-1 24 Meses
(10,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 120
Leia-se:
1.7817.0889.001-2 24 Meses
(10,0 + 500,0) MG COM REV BL AL PLAS TRANS X 4
1.7817.0889.002-0 24 Meses
(10,0 + 500,0) MG COM REV BL AL PLAS TRANS X 8
1.7817.0889.003-9 24 Meses
(10,0 + 500,0) MG COM REV BL AL PLAS TRANS X 10
1.7817.0889.004-7 24 Meses
(10,0 + 500,0) MG COM REV BL AL PLAS TRANS X 16
1.7817.0889.005-5 24 Meses
(10,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.7817.0889.006-3 24 Meses
(10,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.7817.0889.007-1 24 Meses
(10,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 120

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº. 790, de 19 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 35, de 23 de fevereiro de 2021, Seção 1 pág. 47, referente ao processo 25000.006105/94-20.

Onde se lê:
INSTITUTO BIOCHIMICO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
AMPLOSPEC 250000061059420
0654724149 SIMILAR - Alteração de local de fabricação do fármaco
Leia-se:
INSTITUTO BIOCHIMICO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
AMPLOSPEC 250000061059420
0654724149 SIMILAR - Inclusão de local de fabricação do fármaco

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 162 de 14 de janeiro de 2021, publicada em DOU n° 11, de 18 de janeiro de 2021, seção 1, página 72, disponível no link https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/01/2021 &jornal=515&pagina=72&totalArquivos=99 ,

Onde se lê:

NATULAB LABORATÓRIO S.A02456955000183

PANAX GINSENG C. A. MEY.

A.

1699 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO.2291174/19-0

1.

105,5 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 10

1.

105,5 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 20

1.

105,5 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 30

1.

105,5 MG CAP GEL DURA CX BL AL PLAS INC X 500 (EMB HOSP)

1.

105,5 MG CAP GEL DURA CX BL AL PLAS INC X 1000 (EMB HOSP)

1.

105,5 MG CAP GEL DURA CX BL AL PLAS INC X 2000 (EMB HOSP)

1780 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO3261573/20-6

1793 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL 3245455/20-4

1.

85 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 10

1.

85 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20

1.

85 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30

1.

85 MG CAP GEL DURA CX-BL AL PCAS

1.

85 MG CAP GEL DURA CX BL AL PLAS TRANS X 1000

1.

85 MG CAP GEL DURA CX BL AL PLAS TRANS X 2000

Leia-se:

NATULAB LABORATÓRIO S.A02456955000183

PANAX GINSENG C. A. MEY.

A.

1699 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO.2291174/19-0

1.

105,5 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 10

1.

105,5 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20

1.

105,5 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30

1.

105,5 MG CAP DURA CX BL AL PLAS TRANS X 500 (EMB HOSP)

1.

105,5 MG CAP DURA CX BL AL PLAS TRANS X 1000 (EMB HOSP)

1.

105,5 MG CAP DURA CX BL AL PLAS TRANS X 2000 (EMB HOSP)

1780 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO3261573/20-6

1793 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL 3245455/20-4

1.

85 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10

1.

85 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20

1.

85 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30

1.

85 MG CAP DURA CX BL AL PLAS PVDC TRANS X 500

1.

85 MG CAP DURA CX BL AL PLAS PVDC TRANS X 1000

1.

85 MG CAP DURA CX BL AL PLAS PVDC TRANS X 2000

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.153, DE 28 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pelo 3ª VF/SJ/BA, no processo 46408-58.2012.4.01.3300.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 03.334.170/0001-09
Marca: WINSTON SELECT EXOTIC MINT (cigarro com filtro) - embalagem primária box
Processo: 25351.278185/2020-69
Expediente: 3655729/20-3
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: WINSTON SILVER SELECTED (cigarro com filtro) - embalagem primária box
Processo: 25351.278186/2020-11
Expediente: 3655732/20-3
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.154, DE 28 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pela 1ª Vara Federal - SJ/DF, no processo 1004568-32.2018.4.01.3400.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

QUALITY IN TABACOS IND. E COM. DE CIGARROS E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 11.816.308/0001-26
Marca: 0800 (cigarro com filtro) - embalagem primária box
Processo: 25069.487071/2017-06
Expediente: 0837095/18-8
Assunto: 6003 - Renovação Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.155, DE 28 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar por caducidade o Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco da marca, conforme anexo, por não ter sido peticionada a renovação de registro no prazo determinado na legislação sanitária em vigor.

Art. 2º A empresa terá o prazo, improrrogável, de 30 (trinta) dias para recolhimento do produto em todos os pontos de venda do território brasileiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

EMPORIUM CIGARS IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE TABACOS LTDA.
CNPJ: 08.201.306/0001-18
Marca: COHIBA ROBUSTO (charuto-(124 x 20)mm)
Processo: 25351.301246/2017-55
Vencimento: 21/08/2019
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: MONTECRISTO (charuto-(129 x 17)mm)
Processo: 25351.356570/2018-30
Vencimento: 21/10/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: PARTAGAS (charuto-(124 x 20)mm)
Processo: 25351.356637/2018-36
Vencimento: 21/10/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
GENÉVE CIGARS IMPORTAÇÃO E COMERCCIALIZAÇÃO LTDA EPP
CNPJ: 29.233.187/0001-55
Marca: DAVIDOFF MILLENNIUM ROBUSTO (charuto -(132 x 19)mm)
DAVIDOFF MILLENNIUM PETITI CORONA (charuto -(115 x 16)mm)
DAVIDOFF MILLENNIUM PIRÂMIDE (charuto-(156 x 21)mm)
DAVIDOFF MILLENNIUM SHORT ROBUSTO (charuto-(108 x 21)mm)
DAVIDOFF MILLENNIUM TORO (charuto-(152 x 20)mm)
Processo: 25351.039060/2019-81
Vencimento: 30/12/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
NATIVO DEL CARIBE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CHARUTOS LTDA. - ME
CNPJ: 06.281.238/0001-19
Marca: SIBONEY CRISTALES (charuto-(154x15)mm)
Processo: 25351.114999/2019-32
Vencimento: 26/08/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 04.041.933/0001-88
Marca: BENSON & HEDGES MENTHOL SELECT 100 (cigarro com filtro)
Processo: 25069.414366/2019-17
Vencimento: 09/09/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: BENSON & HEDGES SELECT 100 (cigarro com filtro)
Processo: 25069.415378/2019-69
Vencimento: 30/12/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: L&M VIBE 100 XSL (cigarro com filtro)
Processo: 25351.362110/2019-21
Vencimento: 02/09/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: SHELTON GOLD 100 XSL (cigarro com filtro)
Processo: 25069.415347/2019-16
Vencimento: 30/12/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: MARLBORO TOUCH KS SLI (cigarro com filtro)
Processo: 25351.572061/2018-52
Vencimento: 26/11/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
PURE TOBACCO INDUSTRIA DE FUMO LTDA
CNPJ: 30.959.736/0001-52
Marca: SAFRA PURE TOBACCO BLUE (fumo desfiado)
Processo: 25351.123006/2019-13
Vencimento: 23/09/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: SAFRA PURE TOBACCO ORANGE (fumo desfiado)
Processo: 25351.123004/2019-24
Vencimento: 08/06/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
TABACOS MATA FINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CHARUTOS LTDA
CNPJ: 08.927.620/0001-82
Marca: MONTE PASCOAL ROBUSTO (charuto - (124 x 20)mm)
MONTE PASCOAL BELICOSO (charuto - (140 x 65)mm)
MONTE PASCOAL CORONA (charuto - (142 x 52)mm)
MONTE PASCOAL DOUBLE CORONA (charuto - (194 x 61)mm)
MONTE PASCOAL DINAMITE (charuto - (100 x 75)mm)
MONTE PASCOAL DIPLOMATA (charuto - (150 x 72)mm)
MONTE PASCOAL DIVINOS (charuto - (110 x 54)mm)
MONTE PASCOAL IMPERADOR (charuto - (150 x 70)mm)
MONTE PASCOAL MINUTOS (charuto - (110 x 52)mm)
MONTE PASCOAL PETIT ROBUSTO (charuto - (102 x 65)mm)
MONTE PASCOAL PURITOS (charuto - (95 x 35)mm)
MONTE PASCOAL SHORT CORONA (charuto - (140 x 52)mm)
MONTE PASCOAL SHORT ROBUSTO (charuto - (120 x 62)mm)
Processo: 25069.186962/2014-74
Vencimento: 03/11/2019
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
SOUZA CRUZ LTDA
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Marca: HILTON KS EXCLUSIVE (cigarro com filtro)
Processo: 25351.161039/2019-61
Vencimento: 10/06/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: KENT CONTROL + BOOST FRESH GREEN (cigarro com filtro)

Processo: 25351.570415/2017-43
Vencimento: 30/10/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: KENT BLUE TASTE + FILTER FULL COLLOR (cigarro com filtro)
Processo: 25351.630176/2017-98
Vencimento: 15/01/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: KENT SILVER TASTE + FILTER FREE TASTE FULL COLOUR (cigarro com filtro)
Processo: 25351.537982/2016-59
Vencimento: 13/02/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: KENT SILVER TASTE + FILTER FULL COLLOR (cigarro com filtro)
Processo: 25351.630200/2017-99
Vencimento: 15/01/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: PLAZA GOLD KS (cigarro com filtro)
Processo: 25351.138874/2007-64
Vencimento: 30/07/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
Marca: RITZ SLIMS - VERSÃO B (cigarro com filtro)
Processo: 25351.121880/2015-10
Vencimento: 22/06/2020
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.156, DE 28 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento ao Mandado de Segurança nº 0054565-79.2010.4.01.3400, emitido pelo TRF1; à Decisão concedida pela 3ª VF/BA, no processo nº 0046408-58.2012.4.01.3300; e à Decisão concedida pela 12ª Vara Federal do TRF1 no processo n° 008570-42.2016.4.01.3300.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

RC PREMIUM COMERCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELLI - EPP
CNPJ: 17.121.200/0001-03
Marca: NEW WORLD ROBUSTO (charuto-(140 x 68,5)mm) - embalagem primária caixa para 21 unidades
NEW WORLD BELICOSO (charuto-(140 x 67,2)mm) - embalagem primária caixa para 21 unidades
NEW WORLD GORDO (charuto-(152 x 72,2)mm)
NEW WORLD TORO (charuto-(165 x 68,5)mm) - embalagem primária caixa para 21 unidades
NEW WORLD CORONA GORDA (charuto-(140 x 57,2)mm) - embalagem primária caixa para 21 unidades
NEW WORLD SHORT ROBUSTO (charuto-(101,6 x 60) mm) - embalagem primária caixa para 21 unidades
NEW WORLD DOBLE ROBUSTO (charuto-(139,7 x 67,23)mm) - embalagem primária caixa para 21 unidades
NEW WORLD TORPEDO (charuto-(165,1 x 64,71)mm) - embalagem primária caixa para 21 unidades
NEW WORLD CHRUCHILL (charuto-(177,8 x 60)mm) - embalagem primária caixa para 21 unidades
NEW WORLD SHORT CHRUCHILL (charuto-(152,4 x 60)mm) - embalagem primária caixa para 21 unidades
Processo: 25351.626570/2020-27
Expediente: 4355738/20-4
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.157, DE 28 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pela 20ª Vara Federal SJDF, no processo 1009947-51.2018.4.01.3400.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

PACTUAL COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - ME
CNPJ: 05.165.237/0001-46
Marca: ADALYA HOOKAH TOBACCO BLUE MELON (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.099113/2021-38
Expediente: 0738265/21-1
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ADALYA HOOKAH TOBACCO DOUBLE MELON ICE (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.099110/2021-02
Expediente: 0738235/21-9
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ADALYA HOOKAH TOBACCO GIPSIES (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.099112/2021-93
Expediente: 0738262/21-6
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ADALYA HOOKAH TOBACCO HAWAII (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.099106/2021-36
Expediente: 0738215/21-4
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ADALYA HOOKAH TOBACCO ICE WATERMELON (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.099111/2021-49
Expediente: 0738239/21-1
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ADALYA HOOKAH TOBACCO SWISS BONBON (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.046173/2021-58
Expediente: 0578562/21-6
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE n° 1.963, de 14 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União n° 91, de 17 de maio de 2021, Seção 1, pág. 87,

Onde se lê:

"Marca: DUNHILL DOUBLE CAPSULES BC (cigarro com filtro) - embalagem primária box e pacote para 5 embalagens primárias box
Processo: 25069.469794/2019-87
Expediente: 0062256/21-7
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais"

Leia-se:

"Marca: DUNHILL DOUBLE CAPSULES BC (cigarro com filtro) - embalagem primária box e embalagem secundária pacote para 5 embalagens primárias box
Processo: 25069.469794/2019-87
Expediente: 0062256/21-7
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais"

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO RE Nº 2.117, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BACE COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA / 47.411.780/0001-26
PROXIMEL SILICONE
25351.524963/2020-05 / 80170310096
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4159324203

BIOTRONIK COMERCIAL MÉDICA LTDA. / 50.595.271/0001-05
QUBIC RF - GERADOR PARA ABLAÇÃO CARDÍACA POR RF
25351.503592/2021-09 / 80224390295
80032 - EQUIPAMENTO - Registro de Sistema de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1948372214
ENITRA - MARCAPASSO CARDÍACO IMPLANTÁVEL DE CÂMARA TRIPLA CONDICIONAL PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (FULLBODY)
25351.503671/2021-10 / 80224390296
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1948664212

BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA / 01.513.946/0001-14
SENTINEL™ Sistema de proteção cerebral
25351.940790/2020-61 / 10341350988
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3087228206

BRA MEDICAL SOLUTION COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SAUDE LTDA / 22.739.986/0001-59
2019-nCoV Ag
25351.389259/2021-72 / 81334690007
8433 - IVD - Registro de produto / 1610283215
2019-nCoV Ag e Influenza A/B Ag
25351.132046/2021-71 / 81334690006
8433 - IVD - Registro de produto / 0836743214

CELER BIOTECNOLOGIA S/A / 04.846.613/0001-03
FAMÍLIA CELER WONDFO SARS-COV-2 AG RAPID TEST
25351.435537/2021-71 / 80537410099
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 1745281213

CEPALAB LABORATÓRIOS LTDA / 02.248.312/0001-44
SARS-CoV-2 Antigen Test
25351.238306/2021-11 / 80258020119
8433 - IVD - Registro de produto / 1150499214
SARS-CoV-2 Antigen Test Saliva
25351.238307/2021-65 / 80258020120
8433 - IVD - Registro de produto / 1150522212

DIAGNÓSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME / 11.462.456/0001-90
COVID-19 RAPID TEST
25351.475347/2021-96 / 80638720178
8433 - IVD - Registro de produto / 1863182217

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
Ultrasonic Surgical Scalpel (Reusable Gun Type Scalpel)
25351.486801/2021-34 / 80117580951
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1899829211
Ultrasonic Surgical Scalpel (Disposable Scissors Type Scalpel)
25351.486803/2021-23 / 80117580953
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1899835216
Ultrasonic Surgical Scalpel (Disposable Gun Type Scalpel)
25351.486802/2021-89 / 80117580952
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1899832211

JBD PRODUTOS MÉDICOS LTDA - EPP / 22.773.307/0001-68
Cateter Venoso Central de Quatro Lúmens Altius Classic
25351.022615/2021-71 / 81375030017
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 0511997219

Cateter Venoso Central Duplo Lúmen Altius Classic
25351.022591/2021-50 / 81375030015
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 0511967217
Cateter Venoso Central Triplo Lúmen Altius Classic
25351.022596/2021-82 / 81375030016
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 0512014214

LABTEST DIAGNOSTICA S/A / 16.516.296/0001-38
Covid-19 Ag Rapid Test (Oral Fluid)
25351.469594/2021-53 / 10009010371
8433 - IVD - Registro de produto / 1846870215

LANG ELETRO MEDICINA LTDA - EPP / 31.600.471/0001-64
ELETRODO BIPOLAR DESCARTÁVEL LANG
25351.400618/2021-50 / 80123900058
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1642853216

LEONARDO BICALHO DE MENDONÇA ME / 12.634.332/0001-07
luxea
25351.383128/2021-81 / 81246840009
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1593177213

ORBITAE DIAGNOSTICOS LTDA / 11.162.384/0001-65
COVID-19 Ag Assure Test
25351.492768/2021-81 / 80885650043
8433 - IVD - Registro de produto / 1916620216

PASSROD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - ME / 26.185.222/0001-10
EQUIPAMENTO DE RAIO-X
25351.492733/2021-42 / 81504790260
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1916435211

PHADIA DIAGNOSTICOS LTDA / 04.930.429/0001-39
CEDIA Carbamazepine II Assay
25351.284126/2021-19 / 80254180388
8433 - IVD - Registro de produto / 1295314218

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Quidel Triage® Cardio 2 Panel
25351.328609/2021-24 / 80102512662
8433 - IVD - Registro de produto / 1427390210

1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 05.993.698/0001-07
Kit de Teste de Antígeno SARS-CoV-2 (Ouro Coloidal) Nasal/Saliva
25351.492454/2021-89 / 80207450025
8433 - IVD - Registro de produto / 1915480211

Nº de Processos : 24

Total de Empresas : 17

RESOLUÇÃO RE Nº 2.118, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA / 56.998.701/0001-16
Família ARCHITECT SARS-CoV-2 IgG II Quant
25351.705948/2020-58 / 80146502324
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1756732217
Família Alinity i SARS-CoV-2 IgG II Quant
25351.705985/2020-66 / 80146502325
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1756730211

ACCURAY BRASIL COMERCIO, IMPORT. E EXPORT. DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 15.404.311/0001-93
SISTEMA DE TRATAMENTO TOMOTherapy Accuray
25351.028015/2018-11 / 81399020001
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 1964173217

ANGEVAN DESIGN LTDA ME / 40.428.997/0001-08
DIO3ZONE
25351.427239/2010-30 / 80382730002
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1932776215

ARTHREX DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA / 18.272.616/0001-87
PARAFUSOS DE INTERFERÊNCIA
25351.109729/2017-04 / 80978560064
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 1916242211

ASHER-SILB MEDICAL DO BRASIL LTDA / 05.353.872/0001-57
REPROBONE ENXERTO OSSEO REABSORVIVEL
25351.095333/2006-53 / 80160400028
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 1297292214

ASSUT EUROPE LATINO AMERICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 07.032.636/0001-64
ASSUMESH
25351.489677/2013-26 / 80262280015
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2012383213

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
SISTEMA IPC
25351.362817/2020-71 / 10349000888
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 1899741214

BALT BRASIL PRODUTOS MEDICOS LTDA / 12.236.355/0002-44
STENT SILK
25351.040743/2021-04 / 81936210016
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 1459285211

BELLE ARTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 08.244.232/0001-05
Pro-Induct Serum Ultraconcentrado Redutor de Medidas e Celulite
25351.440755/2021-27 / 80485739006
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1991273211
PIGMENTO PARA MICROPIGMENTAÇÃO
25351.538400/2016-06 / 80485730022
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 4638445206

BIOMÉDICA EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES LTDA / 01.299.509/0001-40
ANAX 5.5
25351.708687/2015-95 / 10355870297
80254 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de componente/acessório em sistema / 1409981211
Teste ONE STEP CERTEST SARS-CoV-2
25351.575249/2020-77 / 10355870402
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1797315215

BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA / 02.913.684/0001-48
COMPONENTE FEMORAL SEM RESTRIÇÃO COM REVESTIMENTO
25351.535985/2017-97 / 80044680306
80251 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências e/ou precauções / 1214061219
Âncoras de Sutura Não Absorvíveis
25351.309049/2017-11 / 80044680279
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 4434569201
Parafusos para Hastes Intramedulares Biomet
25351.458111/2012-72 / 80044680164
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 1213407214

BIOSYS LTDA / 02.220.795/0001-79
AFIAS COVID-19 nAb
25351.915150/2021-01 / 10350840400
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1948848213

BRAINLAB LTDA / 02.981.566/0001-77
Estação de Navegação Curve
25351.422829/2012-01 / 80042070026
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 1964175213

DENTSPLY IND.COM. LTDA / 31.116.239/0001-55
LOFRIC SENSE E LOFRIC ORIGO
25351.462332/2015-35 / 80196880298
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 1555361212

Diagmaster Científica ltda / 09.322.796/0001-73
Humasis COVID-19 Ag
25351.991486/2020-81 / 80615950265
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1814108211

DIASORIN LTDA / 01.896.764/0001-70
Família LIAISON® SARS-CoV-2 S1/S2 IgG
25351.387161/2020-08 / 10339840526
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1846872211

E TAMUSSINO E CIA LTDA / 33.100.082/0001-03
DISPOSITIVO HEMOSTÁTICO HEMOSPRAY
25351.089544/2014-16 / 10212990320
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 1426749217

EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA / 05.944.604/0001-00

Monitor avançado Hemosphere HEM1
25351.393673/2017-86 / 80219050168
80219 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de componentes em sistema / 2015655213

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
Microesferas de vidro de Ítrio-90 TheraSphere
25351.341796/2016-99 / 80117580519
80219 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de componentes em sistema / 1964171211

FIXAIMPORT COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 21.900.003/0001-51
mini fixador externo de falange
25351.440711/2021-05 / 81959129010
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1991480216

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / 33.781.055/0001-35
TR COVID-19 Ag Bio- Manguinhos
25351.234205/2021-71 / 80142170048
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1764943219
Kit Molecular SARS-CoV-2 (E/RP) - Bio-Manguinhos
25351.298372/2020-69 / 80142170041
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1901455214

HOSPSHOP - COMERCIO, IMPORTACAO, EXPORTACAO, CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA / 10.625.331/0001-70
Amsino Bureta 150mL
25351.640470/2018-99 / 80696629002
817 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação a pedido da empresa / 2003776217

H7 IMPORT EIRELI - ME / 14.209.847/0001-95
Máscara KLEVER Meia máscara dobravel branca sem valvula de filtragem de partículas KN95
25351.486760/2021-86 / 81995160021
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1998450212
Máscara tripla camada descartável cirúrgica Klever (não estéril).
25351.486759/2021-51 / 81995160020
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1997774213

INDUSTRIA FRONTINENSE DE LATEX S/A / 32.407.538/0001-01
LUVA CIRURGICA LEMGRUBER NÃO ESTÉRIL
25000.012957/97-17 / 10182420007
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1999915211
LUVA DE PROCEDIMENTOS ESTERIL AMBIDESTRA ANTIDERRAPANTE - LISA HIPOALERGENICA RAIO GAMA/ETO
25351.056561/2006-16 / 10182420012
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2000955211
LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL NEW HAND
25000.033261/98-41 / 10182420004
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2000708216

Inoven Comercio Internacional LTDA / 07.826.504/0001-04
TOALHA DESCARTÁVEL INOVEN PARA BANHO DE LEITO- HEALTH CARE
25351.469505/2021-79 / 82090610009
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1998615217

INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR DO PARANÁ / 03.585.986/0001-05
Kit Teste Rápido COVID Ag
25351.243634/2021-39 / 80780040006
8411 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão do local de fabricação (unidade fabril) / 1916617216

INTEGRA LIFESCIENCES BRAZIL LTDA / 23.970.075/0001-09
SISTEMA HOLTER*
25351.557847/2019-21 / 81770370051
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 1936466211
KIT DE PARAFUSO DE CRANIO MICROSENSOR CODMAN METAL
25351.557800/2019-67 / 81770370029
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 1626881214

Intuitive Surgical Brasil Importação e Comércio de Equipamentos Cirúrgicos Ltda / 12.506.008/0001-03
Sistema Cirúrgico Robóticco da Vinci - Intuitive Surgical / Endoscopic Instrument Control System da Vinci - Intuitive Surgical
25351.509398/2016-01 / 81166920001
80217 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de software (novas indicações e funcionalidades) / 1916326216

j.d. distribuidora de medicamentos ltda me / 17.312.469/0001-69
Máscara de proteção PFF2-n95 (saúde)
25351.457926/2021-57 / 81862410001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1990978211

JOHNSON &JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 54.516.661/0001-01
SISTEMA DE HASTE INTRAMEDULAR PARA FEMUR COM BLOQUEIO MISTO
25351.713578/2014-13 / 80145901607
80251 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências e/ou precauções / 3759214209
SISTEMA DE HASTE INTRAMEDULAR FEMORAL - TFNA
25351.495120/2015-18 / 80145901764
80251 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências e/ou precauções / 4638467207
SISTEMA DE FIXAÇÃO INTRAMEDULAR COM PARAFUSO DE BLOQUEIO ASLS SYNTHES
25351.734214/2014-50 / 80145901688
80251 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências e/ou precauções / 4638473201
PARAFUSO DHS/DCS
25351.713604/2014-99 / 80145901610
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 0834961214
ÂNCORA MICRO QUICKANCHOR PLUS COM ETHIBOND
25351.460447/2007-60 / 80145901123
80249 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto / 4175587201
SISTEMA DE HASTE INTRAMEDULAR FEMORAL - EXPERT R/AFN
25351.425871/2015-68 / 80145901786
80251 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências e/ou precauções / 4638469203

KINDLY INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI / 10.443.072/0001-67
EQUIPO DE INFUSÃO GRAVITACIONAL PARENTERAL PVC FOTO
25351.783266/2011-65 / 80616240005
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1952118219

LEBON PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA / 87.375.952/0001-78
BELLARINE MAX
25351.169384/2020-87 / 80256510018
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4126792203
BELLARINE LITE
25351.755064/2018-05 / 80256510015
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4127024200
BELLARINE MIDDLE
25351.169252/2020-55 / 80256510016
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4126542204
BELLARINE ELEVE
25351.169341/2020-00 / 80256510017
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4126554208

LMG LASERS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 09.089.140/0001-52
Família Basall Teste 2019-nCov Antígeno
25351.672565/2020-96 / 80520090048
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1932827213

LUIZ GUILHERME SARTORI &CIA LTDA EPP / 04.861.623/0001-00
ELEMENTO DE FIXAÇÃO ÓSSEA NÃO ESTÉRIL
25351.537454/2015-41 / 80083650064
80252 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 1230587211

MED STEEL PRODUTOS P/ LABORATORIOS LTDA / 73.010.811/0001-47
homogeneizador de sangue med steel
25351.874343/2021-97 / 82097500001
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0854706218

MEDICAL LINE COMÉRCIO E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA / 01.906.952/0001-31
SERINGAS SAFETY COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA SEM AGULHA - GMP (GLOBAL MEDI PRODUCTS)
25351.559520/2010-57 / 80037520030
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1951281213

MINDRAY DO BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. / 09.058.456/0001-87
monitor de pacientes epm
25351.720033/2019-39 / 80943610069
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 1916328212
Bomba de Seringa - BeneFusion SP
25351.493834/2019-16 / 80943610062
80215 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de equipamento em família de equipamentos de médio e pequeno portes / 2015653217

MM OPTICS LTDA / 02.466.212/0001-94
FOTOTERAPIA A LED
25351.958132/2020-25 / 80051429015
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1933303210

MP - COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 07.499.258/0001-23
TRO-MICROSET PLUS BR
25351.685347/2010-19 / 80305560015
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 2006922217

NUTRIEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMOQUIMICOS LTDA / 06.172.459/0001-59
RENNOVA® FILL LIDO
25351.463711/2017-99 / 80451960200
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 1459297215
RENNOVA® LIFT LIDO
25351.463702/2017-06 / 80451960199
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 1459295219

OLTRAMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - EPP / 14.829.987/0001-66
Teste para anticorpos de SARS-CoV-2 (imunocromatografia com ouro coloidal)
25351.242179/2020-73 / 81425780026
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1797332215

ORBITAE DIAGNOSTICOS LTDA / 11.162.384/0001-65
Instant View Plus Covid-19 Ag View Alfa Test
25351.735677/2020-65 / 80885650033
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1728954218
GENEDIA W ONE COVID-19 IgM/IgG
25351.000872/2021-51 / 80885650042
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1863187218
GENEDIA W COVID-19 Ag
25351.491689/2020-72 / 80885650040
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto

interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1863189214

ORTOMEDIC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 65.564.536/0001-85
SISTEMA PARA FIXAÇÃO INTERLAMINAR ESPINHAL GSS
25351.498624/2006-08 / 80218010021
80254 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de componente/acessório em sistema / 0953255212

OSSEA TECHNOLOGY INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 03.951.240/0001-60
SISTEMA DE PARAFUSOS PEDICULARES PARA COLUNA VERTEBRAL TLS
25351.331788/2009-79 / 80078450021
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 1833760211

Penumbra Latin America Distribuidora de Equipamentos e Produtos Médicos Ltda / 21.873.761/0001-28
Sistema de Acesso Intracraniano Neuron - Cateter Neuron Select
25351.592805/2017-74 / 81248520009
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 1443400218

PERKINELMER DO BRASIL LTDA. / 00.351.210/0001-24
Família SARS-CoV-2 RT-qPCR Reagent Kit 3501-0010 / 3502-0010
25351.682879/2020-05 / 10298910149
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1900364211

QR Consulting, Importação e Distribuição de Produtos Médicos Ltda / 19.933.144/0001-29
Família Teste Rápido do Antígeno da COVID-19
25351.674249/2020-59 / 81325990165
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1814106214

QUIBASA QUÍMICA BÁSICA LTDA / 19.400.787/0001-07
BIOLISA COVID-19 ANTICORPO NEUTRALIZANTE
25351.366077/2020-42 / 10269360337
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1745297210

RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA / 59.557.124/0001-15
OLLA MORANGO
25351.555389/2018-12 / 80774900072
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 1443379216
Jontex® Moment
25351.592588/2017-12 / 80774900058
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 1443381218
JONTEX MORANGO
25351.762572/2018-64 / 80774900071
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 1443385211

REMED PHARMA LTDA -ME / 06.985.581/0001-44
SERINGA DESCARTÁVEL PROLIFE COM ÊMBOLO QUEBRÁVEL E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA SEM AGULHA
25351.244902/2011-33 / 80261410006
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1951764215

Seven Comércio de Produtos Biotecnológicos Ltda. / 09.121.524/0001-05
CURATIVO DE BIOCELULOSE
25351.487814/2009-81 / 80531090001
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 4652008202

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42
BIOPROTESE VALVAR CARDIACA SUPRA-ANULAR PORCINA AORTICA
25351.000876/2005-10 / 10332340138
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 2017564217
BIOPRÓTESE VALVAR CARDÍACA PORCINA AÓRTICA
25351.301509/2004-50 / 10332340135
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 2017747210

STERIS SOLUTIONS DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DA SAUDE LTDA. / 59.233.783/0001-04
Alças para Polipectomia
25351.073378/2020-25 / 10259750036
80215 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de equipamento em família de equipamentos de médio e pequeno portes / 1899737216

STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
CÂNULAS PARA SUCÇÃO E IRRIGAÇÃO STRYKER
25351.435412/2021-41 / 80005439029
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1991909213

SUPERMEDY IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - EPP / 08.308.147/0001-55
Máscara Tripla Descartável
25351.457924/2021-68 / 80499940011
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1990399215

SYSTHEX SISTEMAS DE IMPLANTES OSSEO INTEGRADO LTDA / 05.644.129/0001-56
IMPLANTE DENTÁRIO
25351.328407/2007-24 / 80290080001
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 2486913209

VARIAN MEDICAL SYSTEMS BRASIL LTDA / 03.009.915/0001-56
SISTEMA PARA BRAQUITERAPIA BRAVOS
25351.063729/2019-56 / 10405410037
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 1948481210

VARIFEST COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP / 15.684.857/0001-45
DOCTOR SCISSORS
25351.458228/2021-79 / 81569120022
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 1990627217

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Sistema OPTIMIZER® Smart
25351.140311/2015-40 / 80102511485
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 1912610217
KIT PARA DETECÇÃO DO VÍRUS HPV - INNO-LIPA HPV GENOTYPING EXTRA II + INNO-LIPA HPV GENOTYPING EXTRA II AMP
25351.631209/2020-12 / 80102512523
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1069153217
AMPLIFICATION CFTR
25351.631262/2020-13 / 80102512526
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1297649211

Nº de Processos : 86

Total de Empresas : 59

RESOLUÇÃO RE Nº 2.119, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição será disponibilizado por meio de ofício eletrônico, encaminhado para a caixa postal da empresa solicitante no sistema Solicita, que pode ser acessado por meio do link: https://solicita.anvisa.gov.br/.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ASSUT EUROPE LATINO AMERICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 07.032.636/0001-64
ASSUMESH
25351.489677/2013-26 / 80262280015
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 0544224199

CEPALAB LABORATÓRIOS LTDA / 02.248.312/0001-44
COVID-19 Ag
25351.735678/2020-18 / 80258020112
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4520892201

CONNECT ASSUNTOS REGULATÓRIOS, COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALRES EIRELI / 37.026.700/0001-65
Rapid Dengue NS1 Antigen and IgG/IgM Duo Panel Test Card
25351.626517/2020-26 /
8433 - IVD - Registro de produto / 4355531204

DIAGNÓSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME / 11.462.456/0001-90
COVID-19 RBD TEST CASSETE FIA
25351.458100/2021-13 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1814096213

EXPANSOR EQUIPAMENTOS ORTODONTICOS LTDA - ME / 62.308.390/0001-19
Parafusos para Compressão Mini Micro - Expansor
25351.162376/2020-18 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3447587207

GOLD ANALISA DIAGNÓSTICA LTDA / 03.142.794/0001-16
COVID RBD
25351.371344/2021-84 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1555159218

J.L. MATERIAL CIRÚRGICO LTDA / 40.842.791/0001-11
Sistema de Fixação da Coluna - Quimera
25351.160451/2021-89 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 0921128214

NEOORTHO PRODUTOS ORTOPÉDICOS S/A / 08.365.527/0001-21
Parafuso Canulado em Aço Inox Neoortho
25351.425967/2016-06 / 80546720091
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 1409979219

ORBITAE DIAGNÓSTICOS LTDA / 11.162.384/0001-65
COVID-19 IgG/IgM Assure Test
25351.211995/2020-35 / 80885650024
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1900366218

ORTOSPINE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA. / 08.832.121/0001-01
Kit de Teste COVID-19 IgM/IgG Ab Core tests
25351.232622/2020-06 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 0950919204

PASSROD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - ME / 26.185.222/0001-10
SINUS-XL STENT
25351.200412/2020-41 / 81504790145
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 1610655215

PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 00.028.682/0001-40
Ancoris
25351.894421/2020-99 /
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 2955218204

TRAUMEDICA INSTRUMENTAIS E IMPLANTES LTDA - ME / 72.763.733/0001-99
HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA
25351.010565/2007-21 / 80057410020
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 1313299217

Nº de Processos : 13

Total de Empresas : 13

RESOLUÇÃO RE Nº 2.120, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de produtos para a saúde sob o número de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

Razão Social - CNPJ	Nº do Processo	Expediente do Pedido de Desistência	Expediente da Petição	Assunto
ASSUT EUROPE LATINO AMERICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - 07.032.636/0001-64	25351.686476/2020-27	1714265/21-2	4476648/20-3	8433 - IVD - Registro de produto

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.121, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Declarar o cancelamento de registro ou notificação de produtos para a saúde a pedido da empresa sob os números de registro/notificação constantes do anexo desta Resolução

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

CNPJ	Razão Social	Nº do Processo	Nº do Expediente	Nome Comercial	Nº do Registro
55979736000145	ALLIAGE S/A INDÚSTRIAS MÉDICO ODONTOLÓGICA	25351411512202009	1844562214	Cama Hospitalar Alliage	10101130089
21551379000106	BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.	25351176151201571	1851650215	BD Oralpak - Dosador Oral	10033439076
21551379000106	BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.	25351336859201493	2015850215	BD - Soloshot - Seringa com prevenção de reuso	10033430686
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351019213201316	1848629211	VÁLVULA DE DRENAGEM TORÁCICA	10256400031
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351122907201564	1846209210	Dreno Dispomédica	10256400038
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351126335200600	1834321210	FIO GUIA PARA DIAGNOSTICO HIDROFILICO	10256400018
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351234931201238	1834391211	CATETER DE DRENAGEM	10256400030
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351253028201502	1834560213	Agulha de Punção Angiográfica	10256400037
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351261109200666	1834334211	CATETER FOUTAIN	10256400020
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351280416201312	1834365211	INTRODUTOR MAK.	10256400032
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351339243201393	1848640211	DRENO DE SUCÇÃO A VÁCUO	10256400033
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351355428201395	1834368216	DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO DE CATETER	10256400034
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351387976201570	1846169217	Dreno SecuroPlus Dispomédica	10256400039
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351389463200573	1834068217	MANIFOLDS DISPOSITIVO DE MULTIPLA ENTRADA	10256400014
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351427936200548	1835102216	SERINGA DE INFLAÇÃO	10256400017
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351429832200578	1834075210	FIO GUIA PARA DIAGNOSTICO InQwireTM	10256400016
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351473756200538	1834058210	VÁLVULA HEMOSTÁTICA (MAP 152)	10256400019
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351535392201492	1834528210	Cateter de Drenagem com Dispositivo de Fixação	10256400035
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351717119201114	1865426216	PULSEIRA DE COMPRESSÃO FINALE	10256400029
19848316000166	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	25351827899200872	1850946211	CATETER COM BALÃO DE PTFE (POLITETRAFLUORETILENO) PARA IRRIGAÇÃO VASCULAR E DE ARTÉRIAS "CLEAR WAY"	10256400028
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351081071201883	1849369216	CAPA CICATRIZADORA CURTA ZIMMER DENTAL	80044680426
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351081744201803	1849253213	MATERIAIS PARA RESTAURAÇÃO CIMENTADA ZIMMER DENTAL	80044680428
27011022000103	BL INDÚSTRIA OTICA LTDA	25351318866201384	2018319214	PUREVISION MULTI-FOCAL	80136060201
27011022000103	BL INDÚSTRIA OTICA LTDA	25351358510200537	2018187216	PUREVISION TORIC - LENTE DE CONTATO DE TONALIDADE VISIVEL (BALAFILCON A)	80136060097
66818360000103	DENT-FLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25351188168201571	1965471215	ALTA ROTAÇÃO	10427109004
66818360000103	DENT-FLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25351502219201513	1965465211	INSTRUMENTO DE MÃO ODONTOLÓGICO DE BAIXA ROTAÇÃO	10427100018
01057428000133	DESCARPACK DESCARTAVEIS DO BRASIL LTDA	25351341322201269	1966454211	Equipo Multivias com Clamp Descartável IV	10330660072
01057428000133	DESCARPACK DESCARTAVEIS DO BRASIL LTDA	25351711126201149	1966446210	EQUIPO COM CÂMARA GRADUADA DESCARTÁVEL DESCARPACK	10330660055
71015853000145	DiaMed Latino América S.A.	25351005620200507	2035718214	OPTIMAL-IT	80004040139
71015853000145	DiaMed Latino América S.A.	25351284432200446	2019292214	IT-LEISH	80004040138
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351352504200576	1932514212	SISTEMA PARA TRATAMENTO ESTETICO PLUS	80030810022
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351646550201398	1931074219	MEDILASER	80030810129
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351651420201548	1930970218	therapy estética	80030810156
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351751587200931	1932039216	SISTEMA PROPHY	80030810098
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351751604200914	1931928212	UNIDADE PROPHY	80030810099
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351783546201440	1930987212	ULTRA BLUE IS 600E	80030810146
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351022383200701	1932111212	LASE SENSY II	80030810063
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351099946201114	1931827218	LASE PEROXIDE ENDO	80030810110
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351122154201089	1929255214	KIT INTRODUTO DE CATETER COM VÁLVULA	80030810108
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351217848201192	1930474219	LASER DYE	80030819007
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351219823200651	1932192219	MICROPOL	80030810044
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351258502200591	1932371219	HOME PEROXIDE	80030810018
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351277299201035	1931831216	LASE PEROXIDE LITE JUNIOR	80030810106
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351277335201022	1931721212	LASE PEROXIDE SENSY II JUNIOR	80030810116
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351285017201300	1930981213	CÂNULAS PARA MICRODEBRIDAÇÃO ENT.	80030810154
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351339058201037	1931736211	LASE PEROXIDE NANO	80030810114
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351339087201063	1931729218	LASE PEROXIDE HA	80030810115
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351339120201073	1929351218	KIT INTRODUTOR PARA CATETER	80030810104
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351339170201062	1931823215	FLÚOR BLOCK	80030810111
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351352486200522	1932254212	LASE PEROXIDE SENSY II	80030810024
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351441952200624	1930252215	PRETTY SMILE	80030810061
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351442572201021	1931672211	ORTHO WHITE	80030810117
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351518719201039	1931108217	CARILASE	80030810119
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351706466200829	1932087216	LASE PEROXIDE LITE	80030810082
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351716087200847	1934412211	HEMOSTAT CLEAR	80030810079
11812152000105	DMR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA.	25351546236202091	2004111210	SAFEMASK	80984050027
26263959000103	Domo Salute Consultoria Regulatória Ltda	25351828593201850	1950453215	Sistema de Ultrassom Portátil Digital	81464750018
05944604000100	EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA	25351907884202117	1811817218	Fogarty Fortis - Cateter de Embolectomia Arterial	80219059003
34018561000130	FELAT IMPORTS LTDA	25351717615202071	1814649210	mascara descartavel protectme 3 camadas -tb 02	82076710004
07139218000170	FORMED - COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E COSMETICOS LTDA	25351465808201906	1830911219	xTAG ® Cystic Fibrosis 71 Kit v2	80279421070

06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351020281201379	1834536211	MONITOR RADIANCE	80259110062
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351041810201293	1861444212	SISTEMA DE VIDEO COMUNICAÇÃO	80259110041
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351563269201265	1861455218	MESAS CIRÚRGICAS	80259110055
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351299015201114	1834363215	KIT ESTÉRIL TRIMANO	80259110037
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351792634201600	1880029217	Cateter de termodiluição PiCCO com fio guia e Luer	80259110114
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351792655201666	1879961212	Cateter de Termodiluição PiCCO adulto com fio guia d eaço inoxidável	80259110115
02513899000171	GRIFOLS BRASIL LTDA	25351525084201289	1843139219	QUICKPIN	80134860188
02513899000171	GRIFOLS BRASIL LTDA	25351594531200984	1842857216	FLEBOSET MULTIPLE	80134860125
10625331000170	HOSPSHOP - COMERCIO, IMPORTACAO, EXPORTACAO, CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA	25351799729201815	2003265210	Amsino Equipo D38306	80696629004
09117476000181	MANDALA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA	25351141362202052	1897957212	Single-Use Injector 1.2.3 Premium	80686360261
03580620000135	MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI	25351208455201559	1848771218	EQUIPAMENTO A LASER - LINHA DERMATOLÓGICA	80047300549
03580620000135	MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI	25351288309201650	1848950218	LightWalker	80047300638
03580620000135	MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI	25351385174201810	1848872212	StarWalker	80047300691
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351010810201517	1827429213	103 00 00 00 KIT ARTEMIX ATM PLUS SETORMED	80777280041
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351100555201414	1825966219	KIT INSTRUMENTAL ATM SETORMED	80777280020
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351189541201648	1825617211	150 01 00 00 - Cânula de Aspiração Setormed - 200 mm	80777289012
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351195309201723	1829320214	LÂMINA PARA SHAVER SETORMED	80777280109
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351216314201249	1814401212	PINÇA PASSADOR DE SUTURA SETORMED	80777289002
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351483195201423	1826427211	CATETER AERADOR CURVO NASAL SETORMED	80777280023
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351483218201463	1827181212	KIT ACESSO NASAL SETORMED	80777280025
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351483246201478	1817862216	SERRA SETORMED	80777289008
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351534286201720	1813611217	207 Cânula de Debridação para Quadril 2	80777280118
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351534430201728	1813760211	208 Cânula de Debridação para Coluna 1	80777280120
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351535401201783	1814248216	207 Cânula de Debridação para Quadril 1	80777280121
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351554960201792	1813707215	204 Cânula de Debridação para Laringe	80777280119
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351565135201609	1829318212	PINÇAS PARA ARTROSCOPIA SETORMED	80777280103
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351662725201216	1814408210	PINÇAS CIRÚRGICAS SETORMED	80777289003
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351662737201280	1814696211	TURBINA PNEUMÁTICA SETORMED	80777289005
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351662762201206	1814802216	PERFURADOR CANULADO SETORMED	80777289006
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351662797201291	1814416211	CRANIÓTOMO SETORMED	80777289004
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351720166201561	1827436216	139 00 00 00 - Kit Cânula de Discectomia Percutânea de Disco Cervical STD	80777280079
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351720320201549	1827447211	130 - KIT CÂNULA PARA CIRURGIA HASTE DE CRÂNIO OPIMED	80777280082
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351720337201554	1827482210	140 00 00 00 - Kit Cânula de Discectomia Percutânea de Disco Lombar STD	80777280083
13656820000188	Smith & Nephew Comércio de Produtos Médicos Ltda.	25351412058201491	1743108215	Renasys EZ Plus Canister	80804050005
00986846000142	ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA.	25351011985201354	2015803213	CATETER DE ABLAÇÃO ENLIGHTN	10332340309
00986846000142	ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA.	25351379479201451	2015912219	GERADOR DE ABLAÇÃO ENLIGHTN	10332340338
05187817000134	VISION LINE IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA-ME	25351845615201846	1747402217	FRAGMETADOR DE LENTES ENDOCAPSULAR DIAMATRIX	80420200097
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351075260201421	2019971216	Solução de Lavagem Bioelisa 10 x	80003610375
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351132826201704	1919635211	bioelisa anti-HBs	80003610534
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351147853201451	1919062210	Bioelisa Rubella IgG	80003610378
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351152184201467	1919076210	BIOELISA RUBELLA IgM	80003610379
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351153969201432	1919107213	BIOELISA TOXO IgG	80003610381
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351160754201454	1919195212	BIOELISA TOXO IgM	80003610384
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351169583201467	1919321211	BIOELISA CMV IgG	80003610387
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351274139200471	1919958219	BIOELISA SIFILIS 3.0	80003610124
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351274687201454	1919364215	BIOELISA HSV-1 IgG	80003610405
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351274893201489	1919486212	BIOELISA HSV-2 IgG	80003610437
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351282714201218	2018324211	BIO-FLASH anti-HCV	80003610358
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351282730201245	2018422211	BIO-FLASH anti-HCV Controles	80003610338
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351282736201216	2018349216	BIO-FLASH anti-HCV Calibradores	80003610337
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351282749201215	2019689210	BIO-FLASH Anti-HBs	80003610359
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351282762201259	2019951211	BIO-FLASH Anti-HBs Controles	80003610360
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351282781201263	2018539211	BIO-FLASH Anti-HBc Calibradores	80003610340
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351282788201257	2019055217	BIO-FLASH Anti-HBc Controles	80003610341
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351282840201271	2018495216	BIO-FLASH Anti-HBc	80003610345
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351282979201283	2019848215	BIO-FLASH Anti-HBs Calibradores	80003610350
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351319655200512	1918515214	BIOELISA CHAGAS	80003610142
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351480177200541	1918419211	BIOELISA HCV 4.0	80003610141
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351502527201442	2019085219	BIO-FLASH Chagas	80003610451
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351502535201412	2019224210	BIO-FLASH Chagas Controles	80003610452
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351502662201499	2019090215	BIO-FLASH Chagas Calibradores	80003610453
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351530429200833	1918543210	Bioelisa HBsAg 3.0	80003610192
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351597183201425	1919597214	BIOELISA anti-HBc	80003610459
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351600335200935	1918633219	Bioblot HCV - 18 TESTES	80003610256
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351616526201495	2019566214	BIO-FLASH® Syphilis Controls	80003610485
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351616599201401	2019456211	BIO-FLASH® Syphilis Calibrators	80003610486
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351617009201493	2019449218	BIO-FLASH® Syphilis	80003610487
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351646435201385	2019644210	Bio-Flash Verification Reagents	80003610369
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351646493201338	2019697211	Bio-Flash Verification Controls	80003610373
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351776915201411	1919718217	Bioelisa HIV 1+2 Ag/Ab	80003610507
02004662000165	WERFEN MEDICAL LTDA	25351959224201640	2020079210	FAMÍLIA BIO-FLASH CMV IgG	80003610516
03179994000143	WM WORLD MEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	25351041689201313	2019832219	TORNIQUETE MECÂNICO AVANÇADO	80245480053
03179994000143	WM WORLD MEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	25351704230201281	2019981213	CINTAS PARA ESTABILIZAÇÃO PÉLVICA	80245480048
03179994000143	WM WORLD MEDICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	25351736178201305	2019864217	SISTEMA DE INFUSÃO INTRAÓSSEA ESTERNAL	80245480063

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.122, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições de cancelamento de registro ou notificação a pedido da empresa, relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo, considerando que os registros/notificações já se encontram expirados ou cancelados.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

CNPJ	Razão Social	Nº do Processo	Nº do Expediente	Nome Comercial	Nº do Registro
66818360000103	DENT-FLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	250000423199900	1964775211	CONTRA ANGULO DE BAIXA ROTACAO DENT-FLEX	10427100001
66818360000103	DENT-FLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	250000423209981	1964869213	CANETA DE ALTA ROTACAO FUTURA DENT-FLEX	10427100004
66818360000103	DENT-FLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	250000423219943	1964855213	MICRO MOTOR DE BAIXA ROTACAO DENT-FLEX	10427100002
66818360000103	DENT-FLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	250000423229914	1964902219	SERINGA TRIPLICE DENT-FLEX	10427100006
66818360000103	DENT-FLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	250000423239979	1964865211	PECA RETA INTRA DE BAIXA ROTACAO DENT-FLEX	10427100003
66818360000103	DENT-FLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25351003873200919	1965457210	Motor Cirúrgico Odontológico DForce 1000	10427100012
66818360000103	DENT-FLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25351150681200510	1964919213	INSTRUMENTO DE MÃO ODONTOLÓGICO DE BAIXA ROTAÇÃO	10427100010
66818360000103	DENT-FLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25351154487200422	1964912216	ARTICULADOR SEMI-AJUSTÁVEL - 10600	10427100009
66818360000103	DENT-FLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25351511258200843	1965975210	MOTOR CIRÚRGICO ODONTOLÓGICO Dforce 1000	10427100011
66818360000103	DENT-FLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25351695746200931	1965467217	ARTICULADOR SEMI-AJUSTÁVEL	10427109001
01072992000125	DGTECH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25351450875200601	1725921215	INSTRUMENTAIS NAO ARTICULADOS PERFUROCORTANTES DESCARTAVEIS PARA CIRURGIA VIDEO ENDOSCOPICA	80092970005
02827605000186	DMC IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	25351518736201095	1929157214	PEÇA DE MÃO ENT COM BACKSTOP	80030810107

RESOLUÇÃO RE Nº 2.123, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Resolução - RE nº 1.959, de 13 de maio de 2021, única e exclusivamente quanto ao indeferimento dos Registros de produto, referente à empresa CEPALAB LABORATÓRIOS LTDA - 02.248.312/0001-44, PROCESSOS 25351.238307/2021-65, 25351.265230/2021-04 e 25351.238306/2021-11, publicada no Diário Oficial da União nº. 91, de 17 de maio de 2021, Seção 1, página 92.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.134, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Reprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA./01.789.121/0001-27
25351.237743/2021-17
FASE III

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.135, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

BASF S.A. / 48.539.407/0001-18
25351.259192/2021-42
FASE II
25351.205370/2021-15
FASE III
25351.220357/2021-96
FASE III
25351.220777/2021-72
FASE III
25351.237611/2021-95
FASE II
25351.237615/2021-73
FASE II
25351.237617/2021-62
FASE II
25351.237702/2021-21
FASE II
25351.237771/2021-34
FASE II
25351.237825/2021-61
FASE II
25351.237854/2021-23
FASE II
25351.237887/2021-73
FASE II
25351.284337/2021-43
FASE II
25351.284372/2021-62
FASE II
25351.284414/2021-65
FASE II
25351.284542/2021-17
FASE II
25351.284643/2021-80
FASE II

BAYER S.A. / 18.459.628/0001-15
25351.264642/2021-19
FASE III
25351.264696/2021-84
FASE III

CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. / 61.064.929/0001-79
25351.232072/2021-06
FASE III
25351.232119/2021-23
FASE III
25351.232307/2021-51
FASE III

GOWAN PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA. / 67.148.692/0001-90
25351.243202/2021-28
FASE I

ISAGRO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS AGROQUÍMICOS LTDA. / 061.51.494/0001-91
25351.198830/2021-41
FASE II
25351.210857/2021-10
FASE II

NELLTY DO BRASIL COM. IMP. EXP. DE PROD. QUÍMICOS LTDA. / 05.308.212/0001-54
25351.205381/2021-03
FASE II

NICHINO DO BRASIL AGROQUIMICOS LTDA. / 20.664.619/0001-08
25351.243198/2021-06
FASE III

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA S.A. / 07.467.822/0001-26
25351.205342/2021-06
FASE I

ISK BIOSCIENCES DO BRASIL DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA. / 02.657.037/0001-12
25351.284457/2021-41
FASE III
25351.284550/2021-55
FASE I
25351.284383/2021-42
FASE III

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.136, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA. / 01.789.121/0001-27
ATRAZINA ATANOR II
25351.737071/2013-04
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 1061863/13-5
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
2,4 D ATANOR II

25351.737074/2013-85
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 1061866/13-0
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO
2,4 D ATANOR III
25351.737078/2013-91
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 1061847/13-3
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO
TEBUCONAZOLE TÉCNICO ALBAUGH
25351.515283/2020-92
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 4143901/20-0
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

ALTA - AMERICA LATINA TECNOLOGIA AGRICOLA LTDA / 10.409.614/0001-85
FLUMIOXAZINA TÉCNICO ALTA
25351.295257/2018-08
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0419008/18-3
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

BASF S/A / 48.539.407/0001-18
PONCHO UBS
25351.296465/2015-96
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 0425403/15-1
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

CAC QUIMICA DO BRASIL LTDA / 30.068.724/0001-38
2,4-D TÉCNICO TJX
25351.121609/2016-50
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1905173/16-5
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

CP 2 LTDA / 03.779.255/0001-92
SPICAL C
25351.194384/2021-04
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 1020080/21-3
NÃO CLASSIFICADO - PRODUTO NÃO CLASSIFICADO

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA. / 04.136.367/0001-98
BONANZA
25351.246671/2013-34
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0347129/13-2
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

KOPPERT DO BRASIL HOLDING LTDA / 11.074.190/0001-08
SPICAL K
25351.194142/2021-11
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 1019811/21-8
NÃO CLASSIFICADO - PRODUTO NÃO CLASSIFICADO

LEMMA AGRONEGOCIOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 11.351.422/0001-28
GLUFOSINATE-AMMONIUM 200 G/L SL
25351.274603/2016-20
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2168222/16-4
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

NORTOX S/A / 75.263.400/0001-99
FLUMIOXAZIN TÉCNICO NORTOX
25351.914538/2016-35
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1336553/16-3
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

OXON BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 07.224.503/0001-90
YETI GOLD
25351.093344/2015-51
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0133057/15-8
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

PROMIP COMÉRCIO PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DE AGENTES BIOLÓGICOS LTDA. / 08.256.226/0001-60
TELEMIP
25351.131027/2021-27
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 0833746/21-9
NÃO CLASSIFICADO - PRODUTO NÃO CLASSIFICADO

PROREGISTROS CONSULTORIA LTDA / 05.617.846/0001-99
2,4 - D TÉCNICO ZS
25351.553804/2017-12
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2040920/17-6
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 10.486.463/0001-69
TRIFLOXISTROBINA TÉCNICO RAIBOW
25351.548687/2013-63
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0784861/13-7
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

SINON DO BRASIL LTDA. / 03.417.347/0001-22
TIOFANATO TÉCNICO SINON
25351.463006/2016-05
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2445291/16-8
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
MINECTO DUO
25351.175354/2015-71
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 0252814/15-2
NÃO CLASSIFICADO - PRODUTO NÃO CLASSIFICADO

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. / 02.974.733/0001-52
AZOXYSTROBIN TÉCNICO UNIPHOS
25351.161461/2014-62
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0218627/14-6
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

VITAL BRASIL CHEMICAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA - ME / 09.258.268/0001-00
ECOBALS
25351.143208/2021-04
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 0868764/21-3
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
BIOSCAP LIQ
25351.295285/2021-31
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 1327343/21-5
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.137, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
TECTO SC
25000.027637/96-07
5078 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CSFI (CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE) - MINOR CROPS, 4226567/20-0
MATCH EC
25000.010234/94-86
5078 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CSFI (CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE) - MINOR CROPS, 4158873/20-7

TECNOMYL BRASIL DISTRIBUÍDORA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA. / 05.280.269/0001-92
PASTOR
25351.138659/2011-19
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 1838081/20-8

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. / 02.974.733/0001-52
TRICLON
25351.315802/2006-66
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4369617/20-1
PREZ
25351.633561/2015-73
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4369411/20-3

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.138, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Divulgar a reclassificação toxicológica de acordo com o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 294, de 29 de julho de 2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA / CNPJ
MARCA COMERCIAL
PROCESSO
EXPEDIENTE
NOVA CATEGORIA TOXICOLÓGICA

BEQUISA INDÚSTRIA QUÍMICA DO BRASIL LTDA / 58.133.703/0001-78
MONITRAP
25000.029175/96-36
2875414/20-8
NÃO CLASSIFICADO - FAIXA VERDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.139, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento à Decisão Judicial. Ressalto que o pleito é objeto de Decisão Judicial (Processo n. 1067281-72.2020.4.01.3400 - 21ª Vara Federal Cível da SJDF) que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto CLORFENAPIR 240 SC.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

CROPCHEM LTDA. / 03.625.679/0001-00
CLORFENAPIR 240 SC
25351.399339/2017-43
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1479523/17-0
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.141, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a monografia do ingrediente ativo N13 - Neochrysocharis formosa, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.142, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar o LMR da cultura do algodão de 0,05 para 0,06 mg/kg; incluir as culturas de acerola, amora, cacau, cupuaçu, framboesa, guaraná, kiwi, maracujá, mirtilo, morango, pitanga e romã, todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com o LMR de 0,01 mg/kg e com o Intervalo de Segurança de 14 dias; incluir as frases "k) Definição de resíduos para conformidade com LMR e avaliação do risco dietético: bifentrina (soma dos isômeros)"; "n) Dose de Referência Aguda (DRfA) = 0,01 mg/kg de p.c. (JMPR*, 2009) e; " * Joint FAO/WHO Meeting on Pesticide Residues", na monografia do ingrediente ativo B26 - BIFENTRINA na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.143, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas de abacate, cacau, cupuaçu, guaraná, kiwi, mamão, manga, maracujá, melão, melancia e romã, todas com o LMR de 0,01 mg/kg, modalidade de emprego (aplicação) foliar e Intervalo de Segurança de 14 dias; incluir as culturas de acerola, amora, framboesa, mirtilo, morango e pitanga, todas com LMR de 0,015 mg/kg, modalidade de emprego (aplicação) foliar e Intervalo de Segurança de 14 dias; incluir a frase: "k) Definição de resíduos para conformidade com LMR e avaliação do risco dietético: metomil" na monografia do ingrediente ativo M17 - METOMIL, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.144, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir, para a cultura da mandioca, a modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência e o intervalo de segurança não determinado devido à modalidade de emprego, mantendo o LMR de 0,05 mg/kg, e inserir a frase " Ingestão Diária Aceitável (IDA) = 0,009 mg/kg p.c. (fonte: EPA*, 1987) *U.S. Environmental Protection Agency", na monografia do ingrediente ativo Ametrina, código A11, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.145, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do sorgo, com LMR de 0,01 mg/kg e IS não determinado devido à modalidade de emprego, na modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência; na monografia do ingrediente ativo S13 - S-METOLACLORO, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.146, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas: batata, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 3 dias; feijão-caupi, grão-de-bico e lentilha, com LMR de 0,07 mg/kg e IS de 20 dias; alterar na cultura da soja o LMR de 0,05 para 0,1 mg/kg e o IS de 20 para 14 dias; alterar na cultura do tomate o LMR de 0,1 para 0,4 mg/kg e o IS de 7 para 3 dias, alterar nas culturas do amendoim, feijão e ervilha o LMR de 0,01 para 0,07 mg/kg, todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, inclui a frase: n) Definição de conformidade para LMR e Avaliação do Risco Dietético: Flubendiamida, na monografia do ingrediente ativo Flubendiamida, código F66, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, no DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.147, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do eucalipto, com LMR e IS "Uso não alimentar", modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo S17 - SOPHORA FLAVESCENS, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.148, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura de pastagem, com LMR e IS "Uso não alimentar", na modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência, incluir as frases: m) Dose de Referência Aguda (DRfA) = 0,1 mg/kg p.c. (EPA*, 2005), *- Environmental Protection Agency e n) Definição de resíduos para conformidade com o LMR e Avaliação do Risco Dietético: soma de amicarbazona e seus metabólitos DA Amicarbazona e iPr-2-OH DA, expressos como amicarbazona, na monografia do ingrediente ativo A41 - AMICARBAZONA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.149, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas do amendoim, batata, cevada e girassol, com LMR de 0,02 mg/kg e IS "Não determinado devido a modalidade de emprego", incluir a cultura do fumo, com LMR e IS "Uso não alimentar", todas na modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência, na monografia do ingrediente ativo P61 - PIROXASULFONA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.150, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar o IS da cultura do algodão de 28 para 14 dias, altera o IS da cultura do feijão de 21 dias para 7 dias, altera o IS da cultura do milho de 35 dias para 28 dias e alterar o IS da cultura da soja de 35 dias para 21 dias, na monografia do ingrediente ativo L05 - LUFENUROM, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO RE Nº 2.104, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Cancelar os processos dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WEBERT GONÇALVES DE SANTANA

ANEXO

NOME DA EMPRESA/ AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
NUMERO DE PROCESSO
_____

BIOCLEAN - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA/ 2.08487-1
BIOGEL - GEL HIGIENIZANTE PARA AS MÃOS
25351.134435/2016-56
BIOGEL
25351.572101/2020-81

BRUNO FELIPE MARTINS/ 2.05306-7
EASY CARE SPRAY REPELENTE ANTIPIOLHO LEAVE-IN
25351.318560/2018-04

DC BEAUTY COSMETICS LTDA ME/ 4.00051-0
STEP 2- ANTI FRIZZ - ORGANIC GOLD
25351.648483/2019-97
TOP HAIR COSMETICS - GLOSSY SMOOHT - TOP LISS
25351.966685/2020-51

HIRO DO BRASIL INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA - EPP/ 2.04895-5
NATURAL THERAPHY- ESCOVA DE BIOTINA
25351.454694/2017-98

LE PIERI COSMETICOS EIRELI/ 2.02486-1
Protein Macadamia Organic Brazil Cosmetics
25351.473102/2019-18

MADAME LIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA/ 2.08202-6
MADAMELIS BRAZIL PROFESSIONAL BAMBARRÔ MASCARA RECONSTRUTORA
25351.066358/2019-64

MARELI INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA/ 2.09729-4
BORABELLA NAO CHORE MAIS TRATAMENTO PROFISSIONAL
25351.999414/2021-63
---
mrs industria e comercio cosmeticos ltda me/ 2.03793-6
ANTISSEPTICO PARA PIERCING - HORNET TATTOO SUPPLIES
25351.692973/2018-40

Nutriex Indústria de Nutracêuticos Ltda./ 2.09120-9
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS BEBÊ LOVE
25351.379633/2020-41
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS EXPERT TOTAL
25351.379634/2020-95
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS LIGA DA JUSTIÇA
351.379635/2020-30
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS PATRULHA CANINA
25351.379645/2020-75
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS SOLAR GOLD
25351.379790/2020-56
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS TOTAL EXPERT
25351.379762/2020-39
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS TOY STORY
25351.379643/2020-86
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS UNICÓRNIO
25351.379763/2020-83
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS MORANGUINHO
25351.379767/2020-61
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS SAI! PIOLHO
25351.810737/2020-36
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS SPIDER-MAN
25351.379760/2020-40
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS SUN
25351.379709/2020-38
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS BARBIE
25351.379750/2020-12
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS MINIONS
25351.379789/2020-21
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS MINNIE
25351.379798/2020-12
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS NUTRIEX PROFISSIONAL
25351.379636/2020-84
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS NUTRIEX
25351.379644/2020-21
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS SAI! INSETO
25351.379646/2020-10
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS SUNDAY
25351.379761/2020-94
LEAVE-IN SPRAY REPELENTE DE PIOLHOS TEEN TITANS
25351.379642/2020-31

Phyto Green Brasil Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda/ 4.00679-1
ECO REDUXER FLUÍDO PASSO 2 FLORACTIVE
25351.326300/2021-08
FLORACTIVE - W TWO PLEX
25351.133774/2021-08

SUL MIX COSMÉTICOS LTDA/ 2.03893-1
Spray Repelente Antipiolho - DAUF
25351.648480/2019-53

RESOLUÇÃO RE Nº 2.105, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WEBERT GONÇALVES DE SANTANA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____
ALLUMÊ COSMÉTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 52.244.811/0001-31
SUNSHINE PROFESSIONAL FASHION THERMAL CREAM
25351.348983/2014-88 / 208340181
299 - Cancelamento de Registro - ANVISA / 1919333/21-5

INFINITY CHEMICAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 33.865.554/0001-00
INFINITY BAC GEL
25351.022443/2021-35 / 420570001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0511691/21-1

M.C. SALES INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA ME - ME / 04.573.290/0001-13
ÁLCOOL EM GEL AROSEPT 90 ML
25351.483967/2020-18 / 254450001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4079532/20-2

NOBILE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E BENEFICIAMENTO LTDA / 05.001.448/0001-43
ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO STILLO
25351.768227/2020-59 / 235850075
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2584345/20-0

Nutriex Indústria de Nutracêuticos Ltda. / 22.966.065/0001-29
SPRAY REPELENTE DE INSETOS SOLAR GOLD 13 HORAS
25351.119572/2019-21 / 291200290
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4420401/20-6
SPRAY REPELENTE DE INSETOS EXPERT TOTAL 13 HORAS
25351.119576/2019-17 / 291200291
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4420321/20-2
REPELENTE DE INSETOS TOTAL EXPERT
25351.170044/2018-84 / 291200147
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4337765/20-4
REPELENTE DE INSETOS SUN
25351.170063/2018-19 / 291200148
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4420351/20-9
SPRAY REPELENTE DE INSETOS SUN KIDS 4 HORAS
25351.178563/2018-91 / 291200160
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4337766/20-1
PROTETOR SOLAR FPS 70 FACIAL E CORPORAL NUTRIEX
25351.292188/2020-13 / 291200308
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4420505/20-6
PROTETOR SOLAR FPS 30 FACIAL RENNOVA SOLEIL
25351.292260/2020-02 / 291200314
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4420438/20-7
PROTETOR SOLAR FPS 70 FACIAL E CORPORAL SUN
25351.292279/2020-41 / 291200305
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4420504/20-0
LOÇÃO HIDRATANTE REPELENTE DE INSETOS SOLAR GOLD FAMILY 4 HORAS
25351.358023/2017-76 / 291200003
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4337440/20-8
LOÇÃO HIDRATANTE REPELENTE DE INSETOS EXPERT TOTAL FAMILY 4 HORAS
25351.358290/2017-31 / 291200049
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4337540/20-2
LOÇÃO HIDRATANTE REPELENTE DE INSETOS TOTAL EXPERT FAMILY KIDS 4 HORAS
25351.358387/2017-17 / 291200020
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4337471/20-1
SPRAY REPELENTE DE INSETOS EXPERT TOTAL FAMILY KIDS 4 HORAS
25351.371175/2017-13 / 291200042
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4420367/20-2
SPRAY REPELENTE DE INSETOS NUTRIEX PROFISSIONAL 12 HORAS
25351.371189/2017-35 / 291200028
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 4337802/20-7

SUPERVALE VERDE INDUSTRIA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP / 85.511.954/0001-11
SUPERVALE ÁLCOOL GEL 70ºINPM GEL ANTISSÉPTICO PARA A FRICÇÃO DAS MÃOS
25351.682483/2020-50 / 209830001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2321322/20-9

RESOLUÇÃO RE Nº 2.106, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WEBERT GONÇALVES DE SANTANA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____
ALLUMÊ COSMÉTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 52.244.811/0001-31
SUNSHINE PROFESSIONAL FASHION THERMAL CREAM
25351.348983/2014-88 / 208340181
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0968533/18-2
SUNSHINE PROFESSIONAL FASHION THERMAL CREAM
25351.348983/2014-88 / 208340181
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 2163574/19-9

IMPERATRIZ INDUSTRIA &COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS LTDA - ME / 23.258.406/0001-74
GEL PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS ANTIBACTERIANO - BAC-X
25351.854952/2020-49 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2842097/20-3

MAXIBRASIL INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA / 04.151.474/0001-95
MASTER LISS - HIDRÓXIDO DE CÁLCIO FORTE - ALISANTE CAPILAR PROFISSIONAL ORIGINALLI
25351.635489/2020-38 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2179318/20-1

Morena Flora Indústria Cosmética LTDA / 13.238.739/0001-88
ÁLCOOL GEL 70 INPM GLICERINADO - MORENA FLORA
25351.592215/2020-47 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2037510/20-9

WAVE CLEANER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 15.281.128/0001-48
Gel Antisséptico para mãos - BACT GERM
25351.839176/2020-57 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2791794/20-4

RESOLUÇÃO RE Nº 2.114, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Cancelamento de Notificação de Produto Saneante de Risco 1 por ato de ofício, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WEBERT GONÇALVES DE SANTANA

ANEXO

NOME DA EMPRESA: EXXTRABRIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03407-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALCOOL EM GEL EB
NUMERO DE PROCESSO: 25351.486280/2021-15
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: ALCOOL EM GEL EB + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006040/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALCOOL EM GEL EB
NUMERO DE PROCESSO: 25351.486280/2021-15
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: ALCOOL EM GEL EB + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006040/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALCOOL EM GEL EB
NUMERO DE PROCESSO: 25351.486280/2021-15
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: ALCOOL EM GEL EB + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006040/21-8

_ _

NOME DA EMPRESA: M V C LEITE PEREIRA COMERCIO E CORRETAGEM DE SEGUROS
AUTORIZAÇÃO: 3.09646-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: KEEPER Medal
NUMERO DE PROCESSO: 25351.468951/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Keeper Medal + PLASTICA + BLISTER DE PAPEL / PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222043 ODORIZANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2005928/21-1

_ _

NOME DA EMPRESA: Mara Cristina Leandro Sartori
AUTORIZAÇÃO: 3.09955-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ODORIZADOR CONCENTRADO INGÁ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.457311/2021-21
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: INGÁ POWER + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222043 ODORIZANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006044/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ODORIZADOR CONCENTRADO INGÁ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.457311/2021-21
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: ULTRA MAX + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222043 ODORIZANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006044/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ODORIZADOR CONCENTRADO INGÁ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.457311/2021-21
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: COMBAT ODOR + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222043 ODORIZANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006044/21-1

_ _

NOME DA EMPRESA: MASTER SAN PRODUTOS QUIMICOS LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.05028-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Master San
NUMERO DE PROCESSO: 25351.474723/2021-25
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: ACENDEDOR GEL 80ºINPM + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2005654/21-1

_ _

NOME DA EMPRESA: NIPPON CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SANEANTES E DETERGENTES PROFISSIONAIS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01587-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: NEUTRALIZADOR DE ODORES - NORTON
NUMERO DE PROCESSO: 25351.423353/2021-68
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: NEUTRALIZADOR DE ODORES - NORTON + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO-SPRAY + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211031 NEUTRALIZADOR DE ODORES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006038/21-6

_ _

NOME DA EMPRESA: SAFRA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALCOOL PARA USO DOMESTICO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.05506-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: Álcool Safra Gel 65º INPM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.429608/2021-04
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: ALCOOL GEL SAFRA 65INPM + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006048/21-3

_ _

NOME DA EMPRESA: SANEFU PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.07323-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE PRÉ ORDENHA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.440263/2021-31
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BLUE MIX + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103044 DETERGENTE PARA PRÉ LAVAGENS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006050/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE PRÉ ORDENHA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.440263/2021-31
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: PRÉ DIPPING + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103044 DETERGENTE PARA PRÉ LAVAGENS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006050/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE PRÉ ORDENHA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.440263/2021-31
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: PRÉ MIX + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103044 DETERGENTE PARA PRÉ LAVAGENS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006050/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE PRÉ ORDENHA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.440263/2021-31
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: PRÉ DIPPING ACID + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103044 DETERGENTE PARA PRÉ LAVAGENS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006050/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE PÓS ORDENHA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.440378/2021-26
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: PÓS DIPPING REED + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2005652/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE PÓS ORDENHA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.440378/2021-26
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: GREEN MIX + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2005652/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE PÓS ORDENHA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.440378/2021-26
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: PÓS MIX + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2005652/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE PÓS ORDENHA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.440378/2021-26
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: PÓS DIPPING GREEN + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2005652/21-4

NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE ÁCIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.440420/2021-17
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: ACID DETERGENT + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006042/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE ÁCIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.440420/2021-17
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: DETERGENTE ÁCIDO + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006042/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE ALCALINO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.440444/2021-68
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: ALKALINE + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2006046/21-7

NOME DA EMPRESA: VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02721-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: INTERIM CLEANER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.417986/2021-37
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: 1 + GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3206033 LIMPA CARPETES E TAPETES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3199 Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício.
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2005656/21-7

RESOLUÇÃO RE Nº 2.115, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WEBERT GONÇALVES DE SANTANA

ANEXO

NOME DA EMPRESA: ABC DE ITAPERUNA INDUSTRIAL DE DETERGENTES LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04810-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPOMAX ABC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.130949/2021-17
NUMERO DE REGISTRO: 3.4810.0023.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

---

NOME DA EMPRESA: ÁLCOOL SANTA CRUZ LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01416-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL SANTA CRUZ 70º INPM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.516702/2010-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.1416.0003.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2025
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0844570/21-4

NOME DA EMPRESA: ana claudia rodrigues gonçalves - produtos automotivos me
AUTORIZAÇÃO: 3.07577-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITARIA MBA QUIMICA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.425903/2020-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.7577.0001.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

---

NOME DA EMPRESA: AQUAFAST PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02759-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.004-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.004-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.006-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.006-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL

ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.007-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.007-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.008-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.008-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.009-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.009-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.010-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.010-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.011-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.011-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.012-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.012-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.013-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.013-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.014-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.014-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.015-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.015-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.016-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.016-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.017-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST

VERSÃO: ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.017-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.018-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1212869/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE AQUAFAST
VERSÃO: ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.629000/2007-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2759.0017.018-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1205631/21-6

NOME DA EMPRESA: ARRUDA PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.06408-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: KAPOL SODA LIQUIDA 50%
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137950/2021-72
NUMERO DE REGISTRO: 3.6408.0003.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: SODA + GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: KAPOL SODA LIQUIDA 50%
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137950/2021-72
NUMERO DE REGISTRO: 3.6408.0003.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: SODA + FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: BB INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.08844-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: CREPNEW 710
NUMERO DE PROCESSO: 25351.092794/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.8844.0004.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: BRILHO XIKE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA- ME
AUTORIZAÇÃO: 3.03499-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLEAN GRASS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.134749/2020-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.3499.0015.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222051 DESINFETANTE PARA USO ESPECÍFICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: CALLAMARYS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS E SANEANTES LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.05881-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL QUALITÁ 70º INPM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.673386/2020-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.5881.0005.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: CENTRO OESTE OLEO QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04393-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: SODA CÁUSTICA OESTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131182/2021-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.4393.0007.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: SODA CÁUSTICA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: CERAS JOHNSON
AUTORIZAÇÃO: 3.00063-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: MR MUSCULO 1 TIRA LIMO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.630704/2019-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.0063.0630.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2030
APRESENTAÇÃO: SACO PLÁSTICO (EMBALAGEM PRIMÁRIA). O PRODUTO NÃO POSSUI EMBALAGEM SECUNDÁRIA.
VALIDADE DO PRODUTO: Dias
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1229280/21-9

NOME DA EMPRESA: CHESIQUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03036-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: CHESY ÁLCOOL GEL 70
NUMERO DE PROCESSO: 25351.997262/2021-64
NUMERO DE REGISTRO: 3.3036.0021.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE COM VALVULA DOSADORA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: CHESY ÁLCOOL GEL 70
NUMERO DE PROCESSO: 25351.997262/2021-64
NUMERO DE REGISTRO: 3.3036.0021.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: CLEANER INDUSTRIA QUIMICA LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.01838-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEANER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.552523/2013-28
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0018.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1150145/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEANER
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.552523/2013-28
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0018.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1150145/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEANER
VERSÃO: AIR CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.552523/2013-28
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0018.003-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1150145/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEANER
VERSÃO: POLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.552523/2013-28
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0018.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1150145/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEANER
VERSÃO: INCOLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.552523/2013-28
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0018.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1150145/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEANER
VERSÃO: DREAMS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.552523/2013-28
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0018.006-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1150145/21-8

NOME DA EMPRESA: CLOROFORT COMERCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09216-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLOROFORT ECONÔMICO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137971/2021-98
NUMERO DE REGISTRO: 3.9216.0003.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + BALDE PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLOROFORT ECONÔMICO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137971/2021-98
NUMERO DE REGISTRO: 3.9216.0003.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + TUBO DE PAPELÃO COM TAMPA E FUNDO METÁLICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: COLGATE PALMOLIVE INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04146-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO SOL 2x PODER FRAGRÂNCIA SUAVE

NUMERO DE PROCESSO: 25351.109559/2021-88
NUMERO DE REGISTRO: 3.4146.0413.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRAGRÂNCIA SUAVE + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: Condesp Indústria e Comércio de Detergentes, Saneantes e Perfumaria Ltda.
AUTORIZAÇÃO: 3.01324-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE CONDESP CLOROJAT RAMALET
NUMERO DE PROCESSO: 25351.540717/2012-89
NUMERO DE REGISTRO: 3.1324.0040.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1164089/21-8

_ _

NOME DA EMPRESA: E. C. Cassiolato Pinto Produtos de Limpeza
AUTORIZAÇÃO: 3.04174-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: REYLIMP - DESINFETANTE USO GERAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.277521/2020-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.4174.0002.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: CAMPESTRE + GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: REYLIMP - DESINFETANTE USO GERAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.277521/2020-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.4174.0002.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRESH + GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: REYLIMP - DESINFETANTE USO GERAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.277521/2020-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.4174.0002.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: MARINE + GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: REYLIMP - DESINFETANTE USO GERAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.277521/2020-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.4174.0002.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FLOWERS + GALAO PLASTICO + GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: REYLIMP - DESINFETANTE USO GERAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.277521/2020-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.4174.0002.005-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: DREAN + GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: REYLIMP - DESINFETANTE USO GERAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.277521/2020-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.4174.0002.006-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: DREAN + GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: ECO RENOVA LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.06148-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: ECO RENOVA HPC CLEANER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137810/2021-02
NUMERO DE REGISTRO: 3.6148.0001.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: SEM VERSÃO + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222045 SANITIZANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ECO RENOVA HPC CLEANER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137810/2021-02
NUMERO DE REGISTRO: 3.6148.0001.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: SEM VERSÃO + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222045 SANITIZANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ECO RENOVA HPC CLEANER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137810/2021-02
NUMERO DE REGISTRO: 3.6148.0001.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: SEM VERSÃO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222045 SANITIZANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: EKOTEK ESPECIALIDADES QUÍMICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.05324-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: EKO DET MINER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075947/2021-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.5324.0007.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: EKO DET MINER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075947/2021-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.5324.0007.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: EKO DET MINER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075947/2021-58
NUMERO DE REGISTRO: 3.5324.0007.003-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: ELFEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.05215-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.003-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: SACHET + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.006-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.007-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49

NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.008-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: SACHET + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: ALGAS MARINHAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.009-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: ALGAS MARINHAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.010-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: ALGAS MARINHAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.011-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: ALGAS MARINHAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.012-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: SACHET + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: LIMA CAPIM LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.013-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: LIMA CAPIM LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.014-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: LIMA CAPIM LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.015-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DC BACT DESINFETANTE CONCENTRADO USO GERAL
VERSÃO: LIMA CAPIM LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.361015/2013-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0007.016-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2028
APRESENTAÇÃO: SACHET + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0949526/21-5

NOME DA EMPRESA: FANNY SILVANA DA SILVA PETIT LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.03964-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PETIT
VERSÃO: PRATIK DESINFETANTE TALCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.206363/2015-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.3964.0002.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 390 REG. SANEANTES - Mudança de Nome de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1296122/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PETIT
VERSÃO: PRATIK DESINFETANTE FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.206363/2015-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.3964.0002.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 390 REG. SANEANTES - Mudança de Nome de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1296122/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PETIT
VERSÃO: PRATIK DESINFETANTE LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.206363/2015-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.3964.0002.003-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 390 REG. SANEANTES - Mudança de Nome de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1296122/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PETIT
VERSÃO: PRATIK DESINFETANTE EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.206363/2015-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.3964.0002.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 390 REG. SANEANTES - Mudança de Nome de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1296122/21-2

NOME DA EMPRESA: GIÓCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00744-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: Álcool Gióca 46
VERSÃO: TRADICIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.431598/2020-88
NUMERO DE REGISTRO: 3.0744.0037.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Álcool Gióca 46
VERSÃO: TRADICIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.431598/2020-88
NUMERO DE REGISTRO: 3.0744.0037.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Álcool Gióca 46
VERSÃO: LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.431598/2020-88
NUMERO DE REGISTRO: 3.0744.0037.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Álcool Gióca 46
VERSÃO: LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.431598/2020-88
NUMERO DE REGISTRO: 3.0744.0037.004-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Álcool Gióca 46
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.431598/2020-88
NUMERO DE REGISTRO: 3.0744.0037.005-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Álcool Gióca 46
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.431598/2020-88
NUMERO DE REGISTRO: 3.0744.0037.006-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: GROW QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.04407-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION OPA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.135645/2017-03
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0023.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1214769/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION OPA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.135645/2017-03
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0023.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2027
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO

VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1214769/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION GTA 2%
NUMERO DE PROCESSO: 25351.153980/2017-02
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0022.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1215535/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROACTION GTA 2%
NUMERO DE PROCESSO: 25351.153980/2017-02
NUMERO DE REGISTRO: 3.4407.0022.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1215535/21-0

NOME DA EMPRESA: G5 INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.08727-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5 100 - Alvejante Peracético
NUMERO DE PROCESSO: 25351.098668/2021-62
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0025.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3102017 ALVEJANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5 100 - Alvejante Peracético
NUMERO DE PROCESSO: 25351.098668/2021-62
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0025.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3102017 ALVEJANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: HIGIE PLUS COTTONBABY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.05354-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LENÇOS UMEDECIDOS DESINFETANTE DE USO GERAL WIPE GERM HOME
NUMERO DE PROCESSO: 25351.984985/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.5354.0001.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRAGRÂNCIA CAMPESTRE + FILME PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LENÇOS UMEDECIDOS DESINFETANTE DE USO GERAL WIPE GERM HOME
NUMERO DE PROCESSO: 25351.984985/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.5354.0001.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRAGRÂNCIA CITRUS + FILME PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LENÇOS UMEDECIDOS DESINFETANTE DE USO GERAL WIPE GERM HOME
NUMERO DE PROCESSO: 25351.984985/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.5354.0001.003-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRAGRÂNCIA LAVANDA + FILME PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: hydrogen brasil quimica ltda epp
AUTORIZAÇÃO: 3.07679-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: HYDRO BACSAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137777/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.7679.0001.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: HYDRO BACSAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137777/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.7679.0001.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: HYDRO BACSAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137777/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.7679.0001.003-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: INDUSTRIA QUIMICA DIPIL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02057-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: LAMTHRINE 10 PM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.505777/2013-94
NUMERO DE REGISTRO: 3.2057.0063.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO METALIZADO + SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0719609/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: LAMTHRINE 10 PM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.505777/2013-94
NUMERO DE REGISTRO: 3.2057.0063.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO METALIZADO + CAIXA PAPEL CARTAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0719609/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: LAMTHRINE 10 PM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.505777/2013-94
NUMERO DE REGISTRO: 3.2057.0063.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO + CAIXA PAPEL CARTAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0719609/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: LAMTHRINE 10 PM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.505777/2013-94
NUMERO DE REGISTRO: 3.2057.0063.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0719609/21-6

NOME DA EMPRESA: INDUSTRIA QUIMILAB DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.06631-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROMULTT CLOR 10%
NUMERO DE PROCESSO: 25351.962262/2021-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.6631.0031.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROMULTT CLOR 10%
NUMERO DE PROCESSO: 25351.962262/2021-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.6631.0031.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A
AUTORIZAÇÃO: 3.00693-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALVEJANTE PERFUMADO BRILUX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.261667/2010-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.0693.0074.004-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2025
APRESENTAÇÃO: POLIETILENO TEREFTALATO (PET)
VALIDADE DO PRODUTO: Dias
CATEGORIA: 3102017 ALVEJANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1164211/21-8

NOME DA EMPRESA: INSDUSTRIA E COMERCIO LUCIA LTDA-ME
AUTORIZAÇÃO: 3.03231-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA LÚCIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411353/2016-06
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0005.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 01/2022
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1219081/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA LÚCIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411353/2016-06
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0005.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 01/2022
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1219081/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA LÚCIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411353/2016-06
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0005.003-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 01/2022
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto

EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1219081/21-3

NOME DA EMPRESA: INSETIMAX INDUSTRIA QUIMICA EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.02781-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: INSETICIDA E ACARICIDA - SPURION
NUMERO DE PROCESSO: 25351.315536/2010-15
NUMERO DE REGISTRO: 3.2781.0028.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0954404/21-1

NOME DA EMPRESA: ISO INDÚSTRIA DE SABÕES E ÓLEOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03701-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRATT DETERGENTE CLORADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.034615/2021-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.3701.0003.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: PRATT DETERGENTE CLORADO + BOMBONA PLASTICA + BANDEJA DE PAPELAO COM INVOLUCRO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRATT DETERGENTE CLORADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.034615/2021-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.3701.0003.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: PRATT DETERGENTE CLORADO + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: ISPL - INDÚSTRIA SULAMERICANA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01891-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: ORIGINAL + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: ORIGINAL + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: ORIGINAL + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.004-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: ORIGINAL + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.005-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: PERFUME SUAVE + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.006-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: PERFUME SUAVE + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.007-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: PERFUME SUAVE + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.008-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: PERFUME SUAVE + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.009-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.010-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.011-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.012-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.013-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: CITRUS + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.014-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: CITRUS + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.015-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: CITRUS + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CLEAN PLUS COMBAT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131132/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.1891.0039.016-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: CITRUS + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: Jacy Fragrâncias LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.07940-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA JACY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.039708/2021-34
NUMERO DE REGISTRO: 3.7940.0001.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: LPL INDUSTRIA E COMERCIO DE SANEANTES EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.05775-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ELLA BACT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.365412/2020-95
NUMERO DE REGISTRO: 3.5775.0018.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ELLA BACT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.365412/2020-95
NUMERO DE REGISTRO: 3.5775.0018.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: UP DESINFECT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.574688/2020-62
NUMERO DE REGISTRO: 3.5775.0012.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE COM VALVULA DOSADORA + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 390 REG. SANEANTES - Mudança de Nome de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0736393/21-8

NOME DO PRODUTO E MARCA: UP DESINFECT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.574688/2020-62
NUMERO DE REGISTRO: 3.5775.0012.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 390 REG. SANEANTES - Mudança de Nome de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0736393/21-8

NOME DA EMPRESA: LQB LABORATORIO QUIMICO BRASILEIRO - INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.07568-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: TABLET IN DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.081056/2018-35
NUMERO DE REGISTRO: 3.7568.0001.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO + BLISTER
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1300129/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: TABLET IN DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.081056/2018-35
NUMERO DE REGISTRO: 3.7568.0001.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1300129/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: TABLET IN DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.081056/2018-35
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO+CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1300129/21-2

NOME DA EMPRESA: MARIA HELENA COSSIA DE OLIVEIRA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02436-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPA PEDRAS PEDRAFRANC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.130848/2021-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.2436.0005.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPA PEDRAS PEDRAFRANC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.130848/2021-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.2436.0005.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPA CHASSI SOFRANC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137748/2021-41
NUMERO DE REGISTRO: 3.2436.0006.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPA CHASSI SOFRANC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137748/2021-41
NUMERO DE REGISTRO: 3.2436.0006.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: MASTER QUÍMICA PRODUTOS QUÍMICOS DE TRÊS RIOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03121-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: SANE RX MAX / MASTER QUÍMICA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.316038/2020-02
NUMERO DE REGISTRO: 3.3121.0009.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: SANE RX MAX + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222022 LIMPA ALUMÍNIO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: SANE RX MAX / MASTER QUÍMICA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.316038/2020-02
NUMERO DE REGISTRO: 3.3121.0009.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: SANE RX MAX + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222022 LIMPA ALUMÍNIO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: MAZA PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09372-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DA MAZA
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.456190/2020-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.9372.0003.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DA MAZA
VERSÃO: BRISA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.456190/2020-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.9372.0003.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DA MAZA
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.456190/2020-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.9372.0003.003-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DA MAZA
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.456190/2020-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.9372.0003.004-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DA MAZA
VERSÃO: FLOR DE JASMIM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.456190/2020-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.9372.0003.005-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DA MAZA
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.456190/2020-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.9372.0003.006-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: MERCOQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02747-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH ÁGUA SANITÁRIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.033885/2018-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0132.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0749072/21-1

NOME DA EMPRESA: METAL CLEAN SERVICOS DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09902-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGUA SANITARIA SÃO MATEUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.092709/2021-15
NUMERO DE REGISTRO: 3.9902.0001.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGUA SANITARIA SÃO MATEUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.092709/2021-15
NUMERO DE REGISTRO: 3.9902.0001.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGUA SANITARIA SÃO MATEUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.092709/2021-15
NUMERO DE REGISTRO: 3.9902.0001.003-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: MULTCLEAN PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.08235-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPADOR DESINCRUSTANTE ALCALINO LIMPE BEM PRO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.006690/2021-94
NUMERO DE REGISTRO: 3.8235.0004.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: LIMPADOR DESINCRUSTANTE ALCALINO LIMPEBEM PRO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00546-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON QUATER LH
NUMERO DE PROCESSO: 25351.107184/2015-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3156.009-8

VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0705035/21-2

NOME DA EMPRESA: NEOGEN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00425-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: VECTRON 20 CE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.704472/2013-93
NUMERO DE REGISTRO: 3.0425.0146.001-4
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4094135/20-1

NOME DA EMPRESA: Novaessência Ltda - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.07205-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: FACILIMP NOVAESSÊNCIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.098395/2021-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.7205.0004.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FACILIMP TOP + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222022 LIMPA ALUMÍNIO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: FACILIMP NOVAESSÊNCIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.098395/2021-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.7205.0004.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FACILIMP TOP + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222022 LIMPA ALUMÍNIO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: FACILIMP NOVAESSÊNCIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.098395/2021-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.7205.0004.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FACILIMP MAX + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222022 LIMPA ALUMÍNIO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: FACILIMP NOVAESSÊNCIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.098395/2021-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.7205.0004.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FACILIMP MAX + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222022 LIMPA ALUMÍNIO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: PERÓXIDOS DO BRASIL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01144-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PROXITANE 1512
NUMERO DE PROCESSO: 25000.010290/90
NUMERO DE REGISTRO: 3.1044.0009.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2025
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICONAMENTO NÃO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 9 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1597024/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PROXITANE 1512
NUMERO DE PROCESSO: 25000.010290/90
NUMERO DE REGISTRO: 3.1044.0009.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2025
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICONAMENTO NÃO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 9 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1021032/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PROXITANE 1512
NUMERO DE PROCESSO: 25000.010290/90
NUMERO DE REGISTRO: 3.1044.0009.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2025
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 9 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1597024/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PROXITANE 1512
NUMERO DE PROCESSO: 25000.010290/90
NUMERO DE REGISTRO: 3.1044.0009.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2025
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 9 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1021032/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PROXITANE 1512
NUMERO DE PROCESSO: 25000.010290/90
NUMERO DE REGISTRO: 3.1044.0009.003-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2025
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 9 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1597024/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PROXITANE 1512
NUMERO DE PROCESSO: 25000.010290/90
NUMERO DE REGISTRO: 3.1044.0009.003-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2025
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 9 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1021032/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PROXITANE 1512
NUMERO DE PROCESSO: 25000.010290/90
NUMERO DE REGISTRO: 3.1044.0009.004-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2025
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 9 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1597024/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PROXITANE 1512
NUMERO DE PROCESSO: 25000.010290/90
NUMERO DE REGISTRO: 3.1044.0009.004-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2025
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 9 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1021032/21-2

NOME DA EMPRESA: QUALITY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03981-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPA PISOS QUALITY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.109633/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.3981.0004.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: LIMPA PISOS QUALITY + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222033 LIMPA PISOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPA PISOS QUALITY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.109633/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.3981.0004.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: LIMPA PISOS QUALITY + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222033 LIMPA PISOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPA PISOS QUALITY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.109633/2021-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.3981.0004.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: LIMPA PISOS QUALITY + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222033 LIMPA PISOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: QUIMIBEL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02727-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE QUIMIBEL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071492/2020-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2727.0005.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE QUIMIBEL + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE QUIMIBEL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071492/2020-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2727.0005.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE QUIMIBEL + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: RAWELL QUÍMICA EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.03554-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: KI-RATO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.907625/2021-88
NUMERO DE REGISTRO: 3.3554.0036.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: SACHE DE PAPEL + SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3207013 RATICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00227-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL LENÇOS DESINFETANTES
VERSÃO: FLORES DE LIMA E LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.314158/2019-23
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1003.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2024
APRESENTAÇÃO: FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante

EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1898829/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL LENÇOS DESINFETANTES
VERSÃO: FLORES DE LIMA E LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.314158/2019-23
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1003.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2024
APRESENTAÇÃO: POTE DE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1898829/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL LENÇOS DESINFETANTES
VERSÃO: BRISA DA MANHA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.314158/2019-23
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1003.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2024
APRESENTAÇÃO: FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1898829/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL LENÇOS DESINFETANTES
VERSÃO: PUREZA DO ALGODÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.314158/2019-23
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1003.004-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2024
APRESENTAÇÃO: FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1898829/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL DESINFETANTE MULTISSUPERFÍCIE
VERSÃO: PODER CÍTRICO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602445/2020-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1014.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1148670/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL DESINFETANTE MULTISSUPERFÍCIE
VERSÃO: PODER CÍTRICO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602445/2020-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1014.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1148670/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL DESINFETANTE MULTISSUPERFÍCIE
VERSÃO: PODER CÍTRICO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602445/2020-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1014.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1148670/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL DESINFETANTE MULTISSUPERFÍCIE
VERSÃO: PODER CÍTRICO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602445/2020-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1014.004-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: SACHET + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1148670/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL DESINFETANTE MULTISSUPERFÍCIE
VERSÃO: BRISA DA MANHÃ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602445/2020-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1014.005-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1148670/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL DESINFETANTE MULTISSUPERFÍCIE
VERSÃO: BRISA DA MANHÃ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602445/2020-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1014.006-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1148670/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL DESINFETANTE MULTISSUPERFÍCIE
VERSÃO: BRISA DA MANHÃ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602445/2020-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1014.007-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1148670/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL DESINFETANTE MULTISSUPERFÍCIE
VERSÃO: BRISA DA MANHÃ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602445/2020-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1014.008-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: SACHET + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1148670/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL DESINFETANTE MULTISSUPERFÍCIE
VERSÃO: PUREZA DO ALGODÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602445/2020-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1014.009-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1148670/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL DESINFETANTE MULTISSUPERFÍCIE
VERSÃO: PUREZA DO ALGODÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602445/2020-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1014.010-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1148670/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL DESINFETANTE MULTISSUPERFÍCIE
VERSÃO: PUREZA DO ALGODÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602445/2020-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1014.011-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1148670/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LYSOL DESINFETANTE MULTISSUPERFÍCIE
VERSÃO: PUREZA DO ALGODÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602445/2020-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1014.012-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: SACHET + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1148670/21-1

_ _

NOME DA EMPRESA: RILL QUÍMICA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02944-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL 70º RILLO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.919786/2021-14
NUMERO DE REGISTRO: 3.2944.0008.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL 70º RILLO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.919786/2021-14
NUMERO DE REGISTRO: 3.2944.0008.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: Roberta Pompolo Gerep
AUTORIZAÇÃO: 3.08409-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: Sensy
NUMERO DE PROCESSO: 25351.139209/2021-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.8409.0016.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: Sensy + BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: SEVEN GEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.02331-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: SEVEN DENSO DESENGRAXANTE ALCALINO CONCENTRADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.505918/2013-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0036.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1198396/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: SEVEN DENSO DESENGRAXANTE ALCALINO CONCENTRADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.505918/2013-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0036.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1198396/21-1

_ _

NOME DA EMPRESA: SIBEGEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03383-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE SIMBEL

VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.636734/2013-90
NUMERO DE REGISTRO: 3.3383.0005.007-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 500 ML - PET. O PRODUTO NÃO TEM EMBALAGEM SECUNDÁRIA.
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1229524/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE SIMBEL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.636734/2013-90
NUMERO DE REGISTRO: 3.3383.0005.008-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 500 ML - PET. O PRODUTO NÃO TEM EMBALAGEM SECUNDÁRIA.
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1229524/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE SIMBEL
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.636734/2013-90
NUMERO DE REGISTRO: 3.3383.0005.009-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 500 ML - PET. O PRODUTO NÃO TEM EMBALAGEM SECUNDÁRIA.
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1229524/21-5

* * *

NOME DA EMPRESA: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00119-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: ADVION BARATA GEL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.399834/2015-24
NUMERO DE REGISTRO: 3.0119.6667.001-0
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 09/2025
APRESENTAÇÃO: SERINGA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1223059/21-9

* * *

NOME DA EMPRESA: TEIÚ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01428-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.005-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.006-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.007-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.008-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.009-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.010-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.011-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.012-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.013-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.014-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.015-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: PINHO LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.016-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: PINHO CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.017-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO

VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE TEIÚ
VERSÃO: PINHO TRADICIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.903336/2016-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1428.0019.018-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1168766/21-4

NOME DA EMPRESA: UNIJOHN SISTEMAS DE LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02467-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: GERMCLOR L ROYAL QUALITY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.740780/2015-78
NUMERO DE REGISTRO: 3.2467.0072.001-1
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 02/2026
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Meses
CATEGORIA: 3222050 DESINFETANTE PARA ROUPAS HOSPITALARES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1302403/21-4

NOME DA EMPRESA: VINIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03775-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: Clariol 150 Glix
NUMERO DE PROCESSO: 25351.907469/2021-55
NUMERO DE REGISTRO: 3.3775.0119.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3102017 ALVEJANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: WALTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04754-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: CB 100-BAC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.315983/2020-89
NUMERO DE REGISTRO: 3.4754.0019.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: CB 100-BAC + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO COM GATILHO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: CB 100-BAC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.315983/2020-89
NUMERO DE REGISTRO: 3.4754.0019.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: CB 100-BAC + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: CB 100-BAC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.315983/2020-89
NUMERO DE REGISTRO: 3.4754.0019.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: CB 100-BAC + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: CB 100-BAC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.315983/2020-89
NUMERO DE REGISTRO: 3.4754.0019.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: CB 100-BAC + TAMBOR PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: CB 100-BAC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.315983/2020-89
NUMERO DE REGISTRO: 3.4754.0019.005-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: CB 100-BAC + POTE DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: WALTRICK QUIMICA SUL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.08561-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL WALTRICK
NUMERO DE PROCESSO: 25351.100136/2020-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.8561.0002.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2031
APRESENTAÇÃO: ÁLCOOL GEL WALTRICK. FRASCO DE PLÁSTICO OPACO + PRODUTO CONTÉM SOMENTE EMBALAGEM PRIMÁRIA
VALIDADE DO PRODUTO: 1 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1039501/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL WALTRICK
NUMERO DE PROCESSO: 25351.100136/2020-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.8561.0002.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2031
APRESENTAÇÃO: ÁLCOOL GEL WALTRICK. BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 1 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1039501/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL EM GEL WALTRICK
NUMERO DE PROCESSO: 25351.100136/2020-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.8561.0002.003-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2031
APRESENTAÇÃO: ÁLCOOL GEL WALTRICK. FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO. PRODUTO CONTÉM SOMENTE EMBALAGEM PRIMÁRIA
VALIDADE DO PRODUTO: 1 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1039501/21-4

NOME DA EMPRESA: WHITE CLEAN SANEANTES EIRELI-ME
AUTORIZAÇÃO: 3.05990-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE HOSPITALAR BAC 640 H WHITE CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.034348/2021-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.5990.0004.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE HOSPITALAR BAC 640 H WHITE CLEAN + CAIXA DE PAPELAO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE HOSPITALAR BAC 640 H WHITE CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.034348/2021-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.5990.0004.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE HOSPITALAR BAC 640 H WHITE CLEAN + CAIXA DE PAPELAO + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE HOSPITALAR BAC 640 H WHITE CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.034348/2021-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.5990.0004.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE HOSPITALAR BAC 640 H WHITE CLEAN + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE HOSPITALAR BAC 640 H WHITE CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.034348/2021-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.5990.0004.004-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE HOSPITALAR BAC 640 H WHITE CLEAN + TAMBOR PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE HOSPITALAR BAC 640 H WHITE CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.034348/2021-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.5990.0004.005-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE HOSPITALAR BAC 640 H WHITE CLEAN + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

RESOLUÇÃO RE Nº 2.116, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WEBERT GONÇALVES DE SANTANA

ANEXO

NOME DA EMPRESA: C &K PRODUTOS QUIMICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.09610-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: Alcool 70 BioPlim
NUMERO DE PROCESSO: 25351.034357/2021-75
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

NOME DA EMPRESA: NOBRE ONLINE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.05510-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: CRISTAL FLEX
VERSÃO: TRADICIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131824/2021-12
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

NOME DA EMPRESA: QUÍMICA AMPARO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00467-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LAVA ROUPAS PÓ TIXAN YPÊ
VERSÃO: PRIMAVERA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.477180/2020-17

NUMERO DE REGISTRO: 3.0467.0047.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2030
APRESENTAÇÃO: CAIXA DE CARTOLINA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1034954/21-1
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _

NOME DA EMPRESA: SUAVCLEAN INDUSTRIA QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.07146-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Suavcelan
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075981/2021-22
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Desinfetante Suavclean Marine + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Suavcelan
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075981/2021-22
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Desinfetante Suavclean Talco + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Suavcelan
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075981/2021-22
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Desinfetante Suavclean Lavanda + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Suavcelan
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075981/2021-22
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Desinfetante Suavclean Eucalipto + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Suavcelan
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075981/2021-22
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Desinfetante Suavclean Palmolive + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Suavcelan
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075981/2021-22
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Desinfetante Suavclean Talco + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1750265/21-4
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Suavcelan
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075981/2021-22
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Desinfetante Suavclean Palmolive + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1750265/21-4
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Suavcelan
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075981/2021-22
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Desinfetante Suavclean Marine + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1750265/21-4
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Suavcelan
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075981/2021-22
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Desinfetante Suavclean Eucalipto + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1750265/21-4
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Suavcelan
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075981/2021-22
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Desinfetante Suavclean Lavanda + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1750265/21-4
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 2.093, DE 26 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: C.M.H. Comércio De Materiais Hospitalares Eireli CNPJ: 07.344.742/0001-83
Endereço: R Dalcidio Jurandir, 255 Loj 130 - Barra Da Tijuca -Rio De Janeiro - ES CEP: 22631-250
Autorização de Funcionamento: 8.02.865-8 Expediente: 3929462/20-6
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

RESOLUÇÃO RE Nº 2.094, DE 26 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8º, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Assut Europe S.p.A
Endereço: Via Giuseppe Gregoraci, Magliano Dei Marsi, Zona Industriale, Aquila, 67062 - Itália
Solicitante: Assut Europe Latino América Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 07.032.636/0001-64
Autorização de Funcionamento: 8026228 Expediente: 3944662/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Astrolabe - Fabricação de Implantes Médicos, Lda.
Endereço: Rua José Gomes Ferreira Nº 2 - Armazém 1, 2660-517, São Julião do Tojal, Loures, Portugal
Solicitante: Las - Latim American Solutions Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 09.183.319/0001-74
Autorização de Funcionamento: 8.05.171-9 Expediente: 2997972/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Lucas Medical Inc.
Endereço: 1751 South Douglass Road, Anaheim, California, 92806 - Estados Unidos da América
Solicitante: Edwards Lifesciences Comércio de Produtos Médico-Cirúrgicos Ltda. CNPJ: 05.944.604/0001-00
Autorização de Funcionamento: 8.02.190-5 Expediente: 3461729/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: Rayco (Shanghai) Medical Products Co., Ltd.
Endereço: 1510 Chuanqiao Road, Pilot Free Trade Zone - Shanghai, 201206 - China
Solicitante: Carestream do Brasil Comércio e Serviços de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 08.546.929/0001-22
Autorização de Funcionamento: 8037875 Expediente: 4567257/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Terumo BCT Vietnam Co., Ltd.
Endereço: Long Duc Industrial Park, Long Duc Ward, Long Thanh Distric, Dong Nai Province, 80215 - Vietnam
Solicitante: Terumo BCT Tecnologia Médica Ltda. CNPJ: 10.141.389/0001-49
Autorização de Funcionamento: 8055421 Expediente: 4159020/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Zot Engineering Ltd.
Endereço: Inveresk Mills Industrial Park, Musselburgh, East Lothian - EH21 7UQ, Reino Unido
Empresa Solicitante: Auto Suture do Brasil Ltda. CNPJ: 01.645.409/0001-28
Autorização de Funcionamento: 1.03.490-0 Expediente: 2224293/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

RESOLUÇÃO RE Nº 2.095, DE 26 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve

Art. 1º. Tornar insubsistente a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa S.A. Alcon-Couvreur N.V., publicada pela Resolução-RE nº 1.400, de 7 de abril de 2021, no Diário Oficial da União nº. 67, de 12 de abril de 2021, Seção1, pág. 144 e 145, conforme expedientes nº 3568493/20-9 e 0380422/21-2.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO RE Nº 2.096, DE 26 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos

para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program); considerando o art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo art. 128 da Lei nº13.097, de 19 de janeiro de 2015; considerando o parágrafo único do art. 4º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018; considerando o §1º do art. 15 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017; considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde; considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: APT Medical Inc.
Endereço: Nº.009 Xiangxiang Road, Xiangxiang Economic Development Zone, Xiangxiang City, Hunan, 411400 - China
Solicitante: Homacc Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda. CNPJ: 07.797.579/0001-04
Autorização de Funcionamento: 8.04.477-1 Expediente: 0834035/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Biofire Diagnostics, LLC
Endereço: 1001 South 4800 West, Salt Lake City, Utah, 84104, Estados Unidos da América
Solicitante: Biomerieux Brasil Indústria e Comércio de Produtos Laboratoriais Ltda.
CNPJ: 33.040.635/0001-71
Autorização de Funcionamento: 1.01.581-2 Expediente: 4385727/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

Fabricante: Bio-Rad Laboratories, Inc.
Endereço: 9500 Jeronimo Road, Irvine, Califórnia, 92618 - Estados Unidos da América
Solicitante: Bio-Rad Laboratórios Brasil Ltda CNPJ: 03.188.198/0001-77
Autorização de Funcionamento: 8.00.206-9 Expediente: 3277474/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.

Fabricante: B.J.Z.H.F. Panther Medical Equipment Co., Ltd
Endereço: Floor 3, Building 1, 28 Huoju Street, Changping Science and Technology Park, Changping District, 102200 Beijing, China
Solicitante: Panther Healthcare Brasil Distribuidora de Produtos Médicos Ltda - EPP CNPJ: 15.707.603/0001-03
Autorização de Funcionamento: 8.09.404-0 Expediente: 0287087/18-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Creganna Medical
Endereço: Parkmore West, Galway, H91 VN 2T, Irlanda
Solicitante: W.L Gore &Associates do Brasil Ltda CNPJ: 03.806.796/0001-62
Autorização de Funcionamento: 8.00.679-3 Expediente: 3685472/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Edan Instruments, Inc.
Endereço: #15 Jinhui Road, Jinsha Community, Kengzi Sub-District, Pingshan District, Shenzhen, Guangdong, 518122, China
Solicitante: Medstar Importação e Exportação Eireli CNPJ: 03.580.620/0001-35
Autorização de Funcionamento: 8.00.473-0 Expediente: 3845400/20-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

Fabricante: EL EN S.p.A.
Endereço: Via Baldanzese nº17, Calenzano, Florence, 50041, Itália
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8.01.175-8 Expediente: 4272368/20-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: EPIX Therapeutics Inc.
Endereço: 945 Stewart Drive, Suite 100, Sunnyvale, California, 94085, Estados Unidos da América
Solicitante: Auto Suture do Brasil Ltda CNPJ: 01.645.409/0001-28
Autorização de Funcionamento: 1.03.490-0 Expediente: 1606149/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: Fresenius HemoCare Netherlands BV
Endereço: Runde ZZ 41 7881 HM, Emmer-Compascuum, Drenthe, Holanda
Solicitante: Fresenius Hemocare Brasil Ltda CNPJ: 49.601.107/0001-84
Autorização de Funcionamento: 1.01.544-5 Expediente: 3136344/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Icotec AG
Endereço: Industriestrasse 12, Altstätten, St. Gallen - 9450 - Suíça
Solicitante: Optika Sistemas para Medicina Ltda. CNPJ: 04.579.646/0001-26
Autorização de Funcionamento: 8.01.207-9 Expediente: 3774317/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Fabricante: MicroVention Costa Rica, S.R.L.
Endereço: Zona Franca Coyol, Building 33, Alajuela 20133 - Costa Rica
Solicitante: Endotec Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 09.586.279/0001-01
Autorização de Funcionamento: 8.05.834-0 Expediente :3136346/20-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: Mobius Imaging, LLC
Endereço: 2 Shaker Road Suite F100, Shirley, 01464, Massachusetts, Estados Unidos da América
Solicitante: Brainlab Ltda CNPJ: 02.981.566/00001-77
Autorização de Funcionamento: 8.00.420-7 Expediente: 3894330/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Optonol Ltd.
Endereço: Communication Center, Jerusalém, Neve Ilan, 90850 - Israel
Solicitante: Alcon Brasil Cuidados com a Saúde Ltda. CNPJ: 32.929.819/0001-24
Autorização: 8.18.694-2 Expediente: 4337810/20-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Schiller Medical SAS
Endereço: 4, Rue Louis Pasteur - BP 90050, Wissembourg, Cedex - 67160 - França
Solicitante: Núcleo de Especialidades Aplicadas em Serviços e Comércio de Produtos Médicos Ltda- EPP CNPJ: 06.172.467/0001-03
Autorização de Funcionamento: 8.09.471-1 Expediente: 1163773/21-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III

Fabricante: SD Biosensor, Inc.
Endereço: 74, Osongsaengmyeong 4-ro, Osong-eup, Heungdeok-gu, Cheongju-si, Chungcheongbuk-do, 28161, Coreia do Sul
Solicitante: Descarpack Descartáveis do Brasil Ltda. CNPJ: 01.057.428/0001-33
Autorização de Funcionamento: 1.03.306-6 Expediente: 3929475/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.

Fabricante: Stryker Neurovascular
Endereço: Business and Technology Park, Model Farm Road, Cork, Irlanda
Solicitante: Stryker do Brasil Ltda CNPJ: 02.966.317/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8.00.054-3 Expediente: 3929654/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Taewoong Medical Co. Ltd.
Endereço: 14 Gojeong-ro, Wolgot-myeon, Gimpo-si, Gyeonggi-do 10022 - Coréia do Sul
Solicitante: Prosurgery- Importação e Comércio de Material Cirúrgico Ltda. CNPJ: 13.179.728/0001-74
Autorização de Funcionamento: 8.10.405-3 Expediente: 3482523/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Terumo Europa N.V.
Endereço: Interleuvenlaan 40, 3001, Leuven, Bélgica
Solicitante: Terumo Medical do Brasil Ltda. CNPJ: 03.129.105/0001-33
Autorização de Funcionamento: 8.00.122-8 Expediente: 4079534/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Trelleborg Sealing Solutions Tustin, Inc.
Endereço: 2761 Walnut Avenue Tustin, Califórnia, 92780, Estados Unidos da América
Solicitante: Allergan Produtos Farmacêuticos Ltda CNPJ: 43.426.626.0001-77
Autorização de Funcionamento: 1.00.147-8 Expediente: 0033381/19-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: W.L Gore &Associates, Inc.
Endereço: Kendrick Peak, 4250 West Kiltie Lane, Flagstaff, 86005, Arizona, Estados Unidos da América
Solicitante: W.L Gore &Associates do Brasil Ltda CNPJ: 03.806.796/0001-62
Autorização de Funcionamento: 8.00.679-3 Expediente: 3685574/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.

RESOLUÇÃO RE Nº 2.107, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

Fabricante: Aspen Oss B.V.
Endereço: Veersemeer 4, 5347 JN Oss
País: Holanda (Países Baixos) Código único: B.0195
Solicitante: Libbs Farmacêutica Ltda - CNPJ: 61.230.314/0001-75
Autorização de Funcionamento: 1.00.033-3 Expediente(s): 0125299/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: etinilestradiol

---

Fabricante: Janssen Pharmaceutica NV
Endereço: Janssen Pharmaceuticalaan 3, Geel, B-2440
País: Bélgica Código único: B.0484
Solicitante: Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda CNPJ: 51.780.468/0001-87
Autorização de Funcionamento: 1.01.236-1 Expediente(s): 4447848/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: miconazol

---

Fabricante: Industriale Chimica S.R.L.
Endereço: Via E. H. Grieg, 13, Saronno (VARESE) - 21047
País: Itália Código único: B.0187
Solicitante: Farmoquímica S/A CNPJ: 33.349.473/0001-58
Autorização de Funcionamento: 1.00390-6 Expediente: 1509348/21-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos
Insumo farmacêutico ativo obtido por semissíntese: gestodeno (etapas de síntese química)

Fabricante: Lebsa (Laboratorios Enpinós y Bofill S.A.)
Endereço: Ctra. De LHospitalet 34, Cornellà, Barcelona - 08940
País: Espanha Código único: B.0167
Solicitante: Laboratório Teuto Brasileiro S.A. CNPJ: 17.159.229/0001-76
Autorização de Funcionamento: 1.00.370-7 Expediente(s): 4567479/20-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química:
Bromoprida, cloreto de dequalínio, dicloridrato de betaistina e amissulprida

---

Fabricante: Medichem S.A.
Endereço: Pirineus Street 127, Polígon Industrial de Celrà, Celrà, Girona - 17460
País: Espanha Código único: B.0852
Solicitante: Mylan Laboratórios Ltda. CNPJ: 11.643.096/0001-22
Autorização de Funcionamento: 1.08.830-7 Expediente(s): 3230695/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: clozapina

RESOLUÇÃO RE Nº 2.108, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

Fabricante: GlaxoSmithKline Biologicals S.A
Endereço: Parc de La Noire Epine, Rua Fleming 20, Wavre, B-1300
País: Bélgica Código único: A.0270
Solicitante: GlaxoSmithKline Brasil Ltda. CNPJ: 33.247.743/0001-10
Autorização de Funcionamento: 1.00.107-1 Expediente(s): 3774620/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: vírus da varicela atenuado; vírus do sarampo atenuado; vírus da caxumba atenuado; vírus da rubéola atenuado; partícula semelhante a vírus de proteína L1 do HPV dos tipos 16 e 18; rotavírus humano atenuado cepa RIX4414; polissacarídeos pneumocócicos dos sorotipos 1, 4, 5, 6B, 7F, 9V, 14, 18C, 19F e 23F; proteína D; toxoide pertússis (PT); glicoproteína E; polissacarídeo capsular (PRP) de Haemophilus influenzae tipo B; poliovírus inativados tipos 1, 2 e 3; hemaglutinina filamentosa (FHA) e pertactina (PRN)

Fabricante: Gnosis Bioresearch SA
Endereço: Via Lischedi, 6592, Sant´Antonino
País: Suíça Código único: A.0284
Solicitante: Cifarma Científica Farmacêutica Ltda. CNPJ: 17.562.075/0001-69
Autorização de Funcionamento: 1.01.560-1 Expediente(s): 4027664/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: Saccharomyces boulardii.

RESOLUÇÃO RE Nº 2.109, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa fabricante Shanghai Shyndec Pharmaceutical (Haimen) CO., Ltd. (Código único: B.0131) para Jiangsu Weiqida Pharmaceutical Co., Ltd, em todas as certificações vigentes à data de 31 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

RESOLUÇÃO RE Nº 2.110, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: LABORATORIOS LEÓN FARMA S.A.
ENDEREÇO: POLÍGONO INDUSTRIAL NAVATEJERA, C/ LA VALLINA S/N, VILLAQUILAMBRE - LEÓN - PAÍS: ESPANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.0355
EMPRESA SOLICITANTE: CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 17.562.075/0001-69
AUTORIZ/MS: 1015601 - EXPEDIENTE(s): 3991684/20-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Hormônios): Cápsulas Moles; Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: BALKANPHARMA-DUPNITSA AD
ENDEREÇO: 3 SAMOKOVSKO SHOSSE STREET, DUPNITSA, 2600 - PAÍS: BULGÁRIA - CÓDIGO ÚNICO: A.1017
EMPRESA SOLICITANTE: TEVA FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 05.333.542/0001-08
AUTORIZ/MS: 1055731 - EXPEDIENTE(s): 4272338/20-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: PHARMA PACKAGING SOLUTIONS (DIVISION OF CARTON SERVICES)
ENDEREÇO: 341 JD YARNELL INDUSTRIAL PARKWAY, CLINTON, TENNESSEE (TN) 37716 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.1325
EMPRESA SOLICITANTE: AEGERION BRASIL COMERCIO E IMPORTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ: 14.555.259/0001-03
AUTORIZ/MS: 1175042 - EXPEDIENTE(s): 4094543/20-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: WATSON PHARMA PRIVATE LIMITED
ENDEREÇO: A3 TO A6, PHASE 1-A, VERNA INDUSTRIAL ESTATE, VERNA, GOA - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.1026
EMPRESA SOLICITANTE: BIOLAB FARMA GENERICOS LTDA - CNPJ: 33.150.764/0001-12
AUTORIZ/MS: 1004929 - EXPEDIENTE(s): 4272030/20-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA: LIBBS FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.230.314/0005-07 - AUTORIZ/MS: 1000333
ENDEREÇO: RUA ALBERTO CORREA FRANCFORT, Nº 88
MUNICÍPIO: EMBU DAS ARTES - UF: SP - EXPEDIENTE: 4287159/20-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Pós Liofilizados
Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: GSK CONSUMER HEALTHCARE SARL
ENDEREÇO: ROUTE L´ETRAZ, 1260 NYON - PAÍS: SUÍÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.0758
EMPRESA SOLICITANTE: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - CNPJ: 33.247.743/0001-10
AUTORIZ/MS: 1001071 - EXPEDIENTE(s): 4143549/20-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis: Cremes; Géis
.....
EMPRESA FABRICANTE: ROPACK INC.
ENDEREÇO: 10801 MIRABEAU, MONTREAL (ANJOU), QUEBEC, H1J 1T7 - PAÍS: CANADÁ - CÓDIGO ÚNICO: A.1322
EMPRESA SOLICITANTE: RECORDATI RARE DISEASES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 53.056.057/0001-79
AUTORIZ/MS: 1171267 - EXPEDIENTE(s): 4287412/20-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Pós

RESOLUÇÃO RE Nº 2.111, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: GLAXOSMITHKLINE BIOLOGICALS S.A.
ENDEREÇO: PARC DE LA NOIRE EPINE, RUE FLEMING 20, 1300, WAVRE - PAÍS: BÉLGICA - CÓDIGO ÚNICO: A.0270
EMPRESA SOLICITANTE: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - CNPJ: 33.247.743/0001-10
AUTORIZ/MS: 1001071 - EXPEDIENTE(s): 3774570/20-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados; Suspensões com Preparação Asséptica; Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: PATHEON ITALIA S.P.A.
ENDEREÇO: 2º TRAV. SX VIA MOROLENSE, 5 - 03013 FERENTINO (FR) - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0478
EMPRESA SOLICITANTE: ALEXION FARMACEUTICA BRASIL IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS E SERVICOS DE ADMINISTRACAO - CNPJ: 10.284.284/0001-49
AUTORIZ/MS: 1098118 - EXPEDIENTE(s): 4254666/20-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: ALEXION PHARMA INTERNATIONAL OPERATIONS UNLIMITED COMPANY
ENDEREÇO: COLLEGE BUSINESS AND TECHNOLOGY PARK - BLANCHARDSTOWN, DUBLIN 15 - PAÍS: IRLANDA - CÓDIGO ÚNICO: A.1223
EMPRESA SOLICITANTE: ALEXION FARMACEUTICA BRASIL IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS E SERVICOS DE ADMINISTRACAO - CNPJ: 10.284.284/0001-49
AUTORIZ/MS: 1098118 - EXPEDIENTE(s): 4254686/20-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: S.A. ALCON COUVREUR N.V.
ENDEREÇO: RIJKSWEG 14, PUURS, B-2870, BÉLGICA. - PAÍS: BÉLGICA - CÓDIGO ÚNICO: A.0660
EMPRESA SOLICITANTE: NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - CNPJ: 56.994.502/0001-30
AUTORIZ/MS: 1000685 - EXPEDIENTE(s): 4094383/20-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções com Preparação Asséptica; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica; Suspensões com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: LABORATORIOS LICONSA S.A.
ENDEREÇO: AVDA. MIRALCAMPO, 7, POL. IND. MIRALCAMPO, AZUQUECA DE HENARES 19200 (GUADALAJARA) - PAÍS: ESPANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.0705
EMPRESA SOLICITANTE: EXELTIS LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA - CNPJ: 19.136.432/0001-52
AUTORIZ/MS: 1135644 - EXPEDIENTE(s): 3685576/20-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Granulados
.....
EMPRESA FABRICANTE: BOEHRINGER INGELHEIM PHARMA GMBH &CO. KG
ENDEREÇO: BIRKENDORFER STR. 65, 88397 - BIBERACH AN DER RISS - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.0116
EMPRESA SOLICITANTE: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 60.318.797/0001-00
AUTORIZ/MS: 1016181 - EXPEDIENTE(s): 1035125/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica

RESOLUÇÃO RE Nº 2.112, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346/2020, de 13 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: FAREVA AMBOISE - POCE SUR CISSE
ENDEREÇO: ZONE INDUSTRIELLE, 29 ROUTE DES INDUSTRIES, POCE SUR CISSE, 37530 - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.0496
EMPRESA SOLICITANTE: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA - CNPJ: 46.070.868/0036-99
AUTORIZ/MS: 1002166 - EXPEDIENTE(s): 3976335/20-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: EXCELLA GMBH &CO. KG
ENDEREÇO: NÜRNBERGER STRASSE 12, 90537 FEUCHT - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.0212
EMPRESA SOLICITANTE: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.072.393/0001-33
AUTORIZ/MS: 1021101 - EXPEDIENTE(s): 3550367/20-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Citotóxicos): Cápsulas
.....

EMPRESA FABRICANTE: FARMASIERRA MANUFACTURING, S.L.
ENDEREÇO: CTRA. IRÚN, KM. 26.200, SAN SEBASTIÁN DE LOS REYES, 28709 MADRID - PAÍS: ESPANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.0225
EMPRESA SOLICITANTE: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA - CNPJ: 46.070.868/0036-99
AUTORIZ/MS: 1002166 - EXPEDIENTE(s): 3975968/20-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Soluções
.....
EMPRESA FABRICANTE: CATALENT ANAGNI SRL
ENDEREÇO: LOC. FONTANA DEL CERASO SNC - STRADA PROVINCIALE 12 CASILINA N. 41 - 03012, ANAGNI (FR) - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0126
EMPRESA SOLICITANTE: BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 56.998.982/0001-07
AUTORIZ/MS: 1001800 - EXPEDIENTE(s): 1695381/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: EXCELLA GMBH &CO. KG
ENDEREÇO: NÜRNBERGER STRASSE 12, 90537 FEUCHT - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.0212
EMPRESA SOLICITANTE: BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 56.998.982/0001-07
AUTORIZ/MS: 1001800 - EXPEDIENTE(s): 1658631/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Citotóxicos) (Granel): Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: DELPHARM EVREUX
ENDEREÇO: 5 RUE DE GUESCLIN, EVREUX - 27000 - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.1478
EMPRESA SOLICITANTE: GMP-ORPHAN FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. - CNPJ: 36.727.426/0001-99
AUTORIZ/MS: 1244702 - EXPEDIENTE(s): 4447817/20-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos

RESOLUÇÃO RE Nº 2.113, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando a necessidade de atualização na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, prevista no art. 12, caput, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa fabricante BALKANPHARMA-DUPNITSA AD, publicada pela Resolução-RE nº 1.569, de 18 de maio de 2020, no Diário Oficial da União nº 98, de 25 de maio de 2020, DE SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA., CNPJ: 10.588.595/0010-92, AUTORIZ/MS: 1083267, PARA FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 09.058.502/0001-48, AUTORIZ/MS: 1074651; conforme expedientes nº 2236376/19-7 e 4321764/20-3.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.151, DE 28 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: SALDANHA RODRIGUES LTDA - CNPJ: 03.426.484/0001-23
Produto - (Lote): SERINGA DE USO ÚNICO COM AGULHA SR(H 699 P);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4146934/20-8
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o § 2º do artigo 23 da Lei 6.437/77, e que a vigilância sanitária estadual do Rio Grande do Sul constatou unidades visivelmente afetadas do lote H699P, por presença de líquido em embolo de seringa, bem como sinais de líquido dentro da embalagem primária transparente, em desacordo com o inciso IV do art. 15 da RDC nº 03/2011. Tendo em vista a existência de queixas técnicas associadas com não conformidades identificadas no processo de fabricação, detectadas durante ação de fiscalização sanitária.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.152, DE 28 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 48, de 25 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: NATURELLE IND E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA
CNPJ: 48.561.369/0001-08
Endereço: RUA HOWARD ARCHIBALDI ACHESON JÚNIOR, 623, JARDIM DA GLÓRIA, COTIA, SP
Autorização de Funcionamento: 2006641 Expediente: 2194321/20-4
Linha: SEMISSÓLIDOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.158, DE 28 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Saneantes da empresa constante no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: ALLOXY ESPECIALIDADES QUÍMICAS LTDA.
CNPJ: 16.987.597/0001-40
Endereço: Rua Rio Miringuava, 245, Campo Largo da Roseira, São José dos Pinhais, PR.
Autorização de Funcionamento: 3.05865-6 Expediente: 3133274/19-8
Linha: LÍQUIDOS
Motivo: Descumprimento das Boas Práticas de Fabricação de produtos saneantes, conforme estabelece a Resolução RDC nº 47/2013

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.161, DE 28 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: FERNANDA PRADO GONCALVES DE OLIVEIRA 29780878890 - CNPJ: 16922680000130

Produto - (Lote): MAMADEIRAS E CHUPETAS CUSTOMIZADAS PELA EMPRESA DE NOME FANTASIA CHUPETA MANIA(TODOS);

Tipo de Produto: Alimento

Expediente nº: 2047690/21-6

Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso

Recolhimento

Motivação: considerando o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999; considerando o art. 6º e 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976; considerando que mamadeiras e chupetas são produtos no escopo da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Mamadeiras, Bicos e Chupetas (NBCAL) e submetidos ao regime de vigilância sanitária, conforme RDC nº 221, de 05 de agosto de 2002, e considerando a comercialização e a promoção comercial de mamadeiras e chupetas customizadas com cristais, "pérolas", adesivos e outros artifícios decorativos, por meio dos endereços eletrônicos https://www.chupetamania.com.br, https://www.chupetamania.com, https://www.instagram.com/chupetamania/?hl=pt-br e https://pt-br.facebook.com/chupetamania.com.br/, sem as embalagens e rótulos originais, em desconformidade às normas técnicas brasileiras NBR 10334 e NBR 13793 e caracterizando-se como apresentação especial. Foram contrariados o art. 4º e §2º do art. 16 da Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, o art. 5º e §2º do art. 17 do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, além dos itens 3.1 e 3.2 da RDC nº 221, de 05 de agosto de 2002. A customização desses produtos expõe crianças pequenas a potenciais riscos de asfixia decorrentes da aspiração ou ingestão de partes pequenas adicionadas aos produtos, através de modificações posteriores ao processo fabril original.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 1.222, de 24 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 59, de 29 de março de 2021, Seção 1, pág 160, referente a certificação da empresa CSL Behring AG (A.0172),

Onde se lê:
Wankdorfstrasse 10, CH-3014 Bern.
Leia-se:
Wankdorfstrasse 10, 3014 Bern.
Onde se lê:
imunoglobulina anti-D
Leia-se:
imunoglobulina humana anti-D

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 139, DE 16 DE JANEIRO DE 2020 (*)

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
ENDEREÇO: Rua Mirian Ferreira Castelo, nº 81
BAIRRO: Alvorada CEP: 29117530 - VILA VELHA/ES
CNPJ: 34.729.047/0001-02
PROCESSO: 25351.739393/2019-12 AUTORIZ/MS: 1.19796.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: AVIAT CARGO EXPRESS TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: AV BOM CLIMA 684
BAIRRO: JARDIM BOM CLIMA CEP: 07196220 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 17.452.926/0001-10
PROCESSO: 25351.734946/2019-32 AUTORIZ/MS: 1.19800.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: RR MEDICAL EIRELI
ENDEREÇO: EMILIO KERCHE DE MENEZES, nº 38, QUADRA A, LOTE 21
BAIRRO: VILA HARO CEP: 18015360 - SOROCABA/SP
CNPJ: 33.202.407/0001-50
PROCESSO: 25351.739389/2019-46 AUTORIZ/MS: 1.19798.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: KM CARGO MULTIMODAL E LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA ESTRELA DO OESTE 124 modulo A16 e A17 A8E A13E bloco a
BAIRRO: jardim sao geraldo CEP: 07140030 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 05.342.379/0001-31
PROCESSO: 25351.734935/2019-52 AUTORIZ/MS: 1.19801.1
ATIVIDADE/CLASSE

TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: PREXLOG TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: R ISRAEL BONNA 131
BAIRRO: INTEGRACAO CEP: 99.032075 - PASSO FUNDO/RS
CNPJ: 10.697.323/0001-30
PROCESSO: 25351.733392/2019-56 AUTORIZ/MS: 1.19792.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: F V P COELHO - ME
ENDEREÇO: RUA JOSE ROSA DE LIMA, 99
BAIRRO: BARRO BRANCO CEP: 35368000 - SERICITA/MG
CNPJ: 26.294.192/0001-80
PROCESSO: 25351.732293/2019-57 AUTORIZ/MS: 1.19788.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: sincroslog processos de movimentação e armazenagem ltda
ENDEREÇO: rua frederico riemer 143 - apto 501 - sala 01
BAIRRO: garcia CEP: 89022140 - BLUMENAU/SC
CNPJ: 18.522.970/0001-12
PROCESSO: 25351.587802/2019-81 AUTORIZ/MS: 1.19799.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: REALMED TRANSPORTES E LOGISTICAS EIRELI
ENDEREÇO: AV CARAPEBUS, 22
BAIRRO: SAO GERALDO CEP: 29163392 - SERRA/ES
CNPJ: 33.237.468/0001-53
PROCESSO: 25351.739409/2019-89 AUTORIZ/MS: 1.19794.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.
ENDEREÇO: ROD PE 09, 5601 -
BAIRRO: ZONA INDUSTRIAL DE SUAPE CEP: 29163392 - CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE
CNPJ: 60.659.463/0030-26
PROCESSO: 25351.671683/2019-43 AUTORIZ/MS: 1.21984.0
ATIVIDADE/CLASSE
EMBALAR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Total de Empresas : 8

(*) Republicado por ter saído com incorreção no original, publicado no DOU nº 13, de 20 de janeiro de 2020, Seção 1, pág. 102.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.162, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

paletelog transportes ltda. / 20.257.943/0001-01
25351.497783/2021-16 / 1255861
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1931412219

LAGOLD COMERCIO HOSPITALAR LTDA - ME / 26.304.688/0001-97
25351.861486/2021-39 / 1255982
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0173330215

G1 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 14.852.996/0001-78
25351.503096/2021-47 / 1255951
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1947177214

SAFRAMED HOSPITALAR LTDA / 36.629.597/0001-85
25351.503085/2021-67 / 1255934
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1947163213

MENEZES E COELHO LTDA / 28.849.989/0001-21
25351.492773/2021-94 / 1255830
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 1916638219

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.163, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

gemmini gestora de equipamentos, materiais, medicamentos e implantes nacionais e importados ltda / 24.481.773/0001-03
25351.350343/2021-04 / 1255704
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1509874216

FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO FÓRMULA X LTDA ME / 04.462.192/0001-09
25351.119187/2019-83 / 1186170
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 2000061218

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.164, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização Especial das Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

CARPE DIEM FARMACIAS LTDA - EPP / 09.180.155/0002-02
25351.738268/2018-04 / 1182286
7053 - AE - CANCELAMENTO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0233877217

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.165, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

vinifarm comercio de medicamento LTDA / 11.190.935/0001-02
25351.527734/2020-34 /
70404 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 1837898201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração da operação societária praticada, conforme disposto no art. 11, da RDC 102/2016. Adicionalmente, a empresa já possui AE vigente, Nº 1.19979-7, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99. A empresa deve solicitar alteração por ampliação de atividade.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.166, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

AGUIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS -EIRELI / 27.789.446/0001-01
25351.365832/2017-23 / 1167414
7254 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2305615205
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa foi emitido pela autoridade sanitária local competente há mais de 12 (doze) meses, contrariando o artigo 17, da RDC n° 16/2014.

MT - PHARMACY DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI-ME / 04.227.210/0001-78
25351.739213/2015-95 / 1149119
7406 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 1812123213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.167, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2672-39
25351.492676/2021-00 / 7808595
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916226210

A. P. A. FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E HOMEOPATIA LTDA / 08.887.026/0002-96
25351.498283/2021-00 / 7809067
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932662219

G1 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 14.852.996/0001-78
25351.503095/2021-01 / 8224040
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1947176218

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0916-52
25351.496328/2021-01 / 7808914
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1929140210
---
saturnino e macedo produtos farmaceuticos ltda / 39.668.720/0001-65
25351.492683/2021-01 / 7808672
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916250212

T P P OLIVEIRA -ME / 41.189.315/0001-06

25351.498325/2021-02 / 7809131
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932843215

FAYNE HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 41.645.135/0001-91
25351.497811/2021-03 / 1255874
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1931442215

BARBARA ANANDA COSTA CAMPOS AVELINO / 41.176.485/0001-56
25351.498332/2021-04 / 7809158
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932876211

L.F.SANTANA / 11.779.004/0001-36
25351.503063/2021-05 / 4033671
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1947134213

HG FARMACIAS LTDA / 24.107.431/0001-10
25351.492651/2021-06 / 7808547
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916155217

FARMA GEMEOS DROGARIA LTDA / 41.001.690/0001-80
25351.492669/2021-08 / 7809204
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916205217

FARMASILVA MEDICAMENTOS E COMERCIO LTDA / 41.319.189/0001-67
25351.498228/2021-10 / 7808959
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932408211

DROGARIA E PERFUMARIA SAO CAMILO LTDA / 40.856.293/0001-28
25351.498265/2021-10 / 7809019
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932576212

L. DE JESUS B. GONZAGA / 40.876.045/0001-49
25351.492658/2021-10 / 7808837
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916174213
---
drogaria saude vera cruz ltda / 40.255.581/0001-27
25351.492665/2021-11 / 7808885
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916193210

FARMACIA DA FAMILIA J E S LTDA / 26.214.872/0002-27
25351.383089/2021-12 / 7808763
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2018182215

SANTOS FERREIRA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 38.393.760/0001-89
25351.492681/2021-12 / 7808655
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916243210

MARS MEDICAL LOGISTICS LTDA / 39.415.437/0001-21
25351.503181/2021-13 / 4033728
746 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1947281216

MARCONIO DE SOUSA GONCALVES EIRELI / 30.748.742/0001-60
25351.498323/2021-13 / 7809127
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932837211

DROGARIA ALIANÇA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 40.604.576/0001-82
25351.492672/2021-13 / 7809235
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916214216

P & G DROGARIAS LTDA / 40.139.895/0001-64
25351.486740/2021-13 / 7808473
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1899629219

ROTA DISTRIBUIDORA LTDA / 36.731.457/0001-13
25351.497857/2021-14 / 4033654
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1931490210

RICARDO MACIEL DA SILVA - ME / 24.743.083/0001-77
25351.497658/2021-14 / 8223959
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1931275211

L A PRODUTOS FARMACEUTICOS / 17.386.054/0008-06
25351.492995/2021-15 / 7808729
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1917382212

ALLQUIMICA ESSENCIAS & MATERIAS PRIMAS LTDA / 06.912.694/0001-10
25351.497792/2021-15 / 4033641
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1931422214

CONDE STOFEL SAUDE LTDA / 40.629.038/0001-42
25351.486749/2021-16 / 7808516
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1899658212

D ARAUJO CARNEIRO / 40.920.556/0001-10
25351.498267/2021-17 / 7809022
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932584213

FAYNE HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 41.645.135/0001-91
25351.497961/2021-17 / 3104282
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1931600210

SANTHER FABRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S.A. / 61.101.895/0001-45
25351.497880/2021-17 / 3104248
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1931514216

FARMACIA F&R BARTOLOMEU LTDA / 41.358.731/0001-90
25351.430025/2021-18 / 7808794
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2005125215

LOURIVAL FERREIRA ME / 11.714.765/0001-00
25351.322907/2021-19 / 3104251
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1410276215

TS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 33.854.510/0001-85
25351.492667/2021-19 / 7809189
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916199219

F LARISSE ALVES DE VASCONCELOS / 40.992.809/0001-61
25351.492656/2021-21 / 7808607
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916168219

REDE FARMA NUNES 1001 LTDA / 41.341.950/0001-67
25351.498263/2021-21 / 7808993
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932565217

AGUIAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 40.126.188/0001-33
25351.457897/2021-23 / 7808806
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2031841213

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2709-65
25351.492670/2021-24 / 7809218
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916208211

FARMACIA FONTOURA LTDA / 40.896.566/0001-68
25351.498288/2021-24 / 7809084
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932685218

MED LAB COMERCIAL LTDA / 41.326.932/0001-06
25351.497774/2021-25 / 1255857
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1931403210

MMA MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA / 38.114.394/0001-81
25351.497855/2021-25 / 1255891
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1931488215

DROGARIA JALES E LANDO LTDA / 39.852.623/0001-28
25351.492688/2021-26 / 7808701
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916262216

WELLINGTON MELO GOMES / 23.167.441/0001-88
25351.498335/2021-30 / 7809175
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932885211

INFINITY COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 39.559.498/0001-62
25351.365836/2021-31 / 1255843
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1540330214

REVITALLE PHARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS DE MANIPULACAO LTDA / 33.946.137/0002-73
25351.457888/2021-32 / 7808732
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1813394211
---
farma + saude Castro ltda / 21.195.558/0002-20
25351.498279/2021-33 / 7809040
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932633215

SANTA BRANCA EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA / 04.044.047/0011-80
25351.492661/2021-33 / 7808868
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916183212

SAR COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS - EIRELI / 33.483.869/0001-93
25351.503161/2021-34 / 8224071
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 1947255215

FARMACIA VIEIRA LTDA / 41.364.120/0001-55
25351.435365/2021-35 / 7808810
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1967964215

SAMELLA SUBTIL MOREIRA PACHECO EIRELI / 41.840.784/0001-43
25351.492679/2021-35 / 7808638
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916235219

Distribuidora Ananinfarma Ltda / 40.110.849/0001-32
25351.503122/2021-37 / 1255965
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1947208217

FAYNE HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 41.645.135/0001-91
25351.497807/2021-37 / 8223993
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1931438218

CLARA CYBELE SEVERIANO DA SILVA / 34.308.378/0001-79
25351.492686/2021-37 / 7808686
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916256211

FARMACIA DO TRABALHADOR PRECO BAIXO LTDA / 19.577.407/0004-57
25351.486745/2021-38 / 7808491
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1899430210

B.L. CARDOSO EIRELI / 21.544.918/0001-71
25351.710313/2019-39 / 3104279
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3408479197

Farmácia Pedro Inácio LTDA / 23.871.844/0001-03
25351.492693/2021-39 / 7808715
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916277214
---
farma vitta mais popular ltda / 32.618.616/0001-17
25351.328468/2021-40 / 7808746
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1963246211

ARPOADOR COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 27.326.719/0057-28
25351.498333/2021-41 / 7809161
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932880210

GALANTE GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI / 31.549.398/0004-96
25351.492652/2021-42 / 7808564
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916158211

G CAMPOS MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 39.622.854/0001-45
25351.503106/2021-44 / 8224053
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1947190211

SUPERA DESCARTAVEIS COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI / 37.307.178/0001-90
25351.497844/2021-45 / 8224005
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1931476217

A P DE CARVALHO LTDA / 26.666.077/0001-99
25351.492677/2021-46 / 7808611
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916229214

INTEGRA SOLUÇÕES MÉDICAS LTDA / 24.658.613/0001-89
25351.497851/2021-47 / 1255888
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1931483213

DROGARIA OJUARA E PEREIRA LTDA / 41.708.797/0001-63
25351.498291/2021-48 / 7809098
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932698210

DROGARIA BEZERRIL LTDA / 37.458.731/0001-95
25351.486741/2021-50 / 7808487
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1899632219

G1 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 14.852.996/0001-78
25351.503143/2021-52 / 4033714
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1947233211

NEO PRODUTOS MÉDICOS PARA SAÚDE EIRELI / 40.176.222/0001-84
25351.400551/2021-53 / 7808777
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2022093216

FARMACIA PRECO BAIXO IV ARAGUAINA SUL LTDA / 40.937.200/0001-90
25351.492668/2021-55 / 7809192
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916202212

MARCÍLIO FONTENELE MAGALHÃES XAVIER / 31.944.839/0001-01
25351.498275/2021-55 / 7809036
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932617213

RAIZ LATINA COSMETICOS EIRELI / 14.336.744/0001-96
25351.426166/2020-55 / 4033637
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3961095205

POR SOL ENERGIA SOLAR COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E LOCACOES EIRELI / 34.733.705/0001-30
25351.503168/2021-56 / 8224084
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1947264214

M ATONIO MAIA CAVALVCANTE / 40.753.777/0001-41
25351.492675/2021-57 / 7808581
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916223215

D F V LOUREIRO AGENCIAMENTO DE CARGAS EIRELI / 30.775.790/0001-48
25351.503094/2021-58 / 8224036
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 1947175211

CUGIK FARMA EIRELI / 40.174.536/0001-48
25351.492682/2021-59 / 7808669
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916246214

MAIRIPOTABA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 41.673.453/0001-66
25351.491872/2021-59 / 7808533
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1914724214

GLEICILAINE MARTINS DA SILVA PERES / 39.229.642/0001-00
25351.490396/2021-59 / 7808551
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1912596218

DROGARIA ROJOY LTDA / 38.302.524/0001-00
25351.492680/2021-60 / 7808641
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916238213

FARMACIA ZEZE LTDA / 40.514.273/0001-79
25351.496389/2021-61 / 7808931
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1929359213

BGMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 27.115.973/0001-22
25351.497738/2021-61 / 8223980
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1931362211

MMJ FARMACOS LTDA / 40.085.505/0001-10
25351.496332/2021-61 / 7808928
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1929132219

TEREZINHA DE JESUS BERGER EIRELI / 01.670.951/0001-30
25351.497872/2021-62 / 1255903
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1931505217

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0956-40
25351.496124/2021-62 / 7808901
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1928445214

M DE JESUS SILVA - ME / 11.275.734/0001-08
25351.356254/2021-63 / 3104265
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1509928219

Tayco Equipamentos de Segurança LTDA / 10.286.826/0001-12
25351.380931/2021-64 / 8223962
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 1589016211

P A 2010 DROGARIA LTDA ME / 09.450.060/0001-80
25351.492659/2021-64 / 7808841
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916177218

RB DROGARIA LTDA ME ME / 17.301.867/0001-80
25351.654791/2013-66 / 7030498
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1967103212

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0553-11
25351.492666/2021-66 / 7808899
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916196214

MARIA LUCINDA DE CARVALHO SANTOS / 03.121.997/0001-26
25351.394952/2021-67 / 7808781
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2002529217

MANOEL MESSIAS SILVA SOUZA ME / 06.138.224/0001-40
25351.498280/2021-68 / 7809053
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932648213

DROGARIA CURSINO LTDA / 38.143.727/0002-81
25351.492673/2021-68 / 7809249
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916217211

MATINHOS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 72.251.036/0009-06
25351.498234/2021-69 / 7808962
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932425211

DANIELA VASCONCELOS TEIXEIRA COMERCIO DE MEDICAMENTOS / 31.126.740/0001-00
25351.486748/2021-71 / 7808502
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1899435211

A C DOS SANTOS MOURA EIRELI / 41.276.321/0001-09
25351.498320/2021-71 / 7809113
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932816218

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2663-48
25351.492657/2021-75 / 7808823
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916171219

ALBUQUERQUE E BORGUES LTDA / 40.016.894/0001-22
25351.498264/2021-75 / 7809005
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932572210

DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA / 03.326.125/0001-02
25351.497623/2021-77 / 8223945
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1931218218

DROGARIA SAO JOAO / 37.308.429/0001-50
25351.399532/2021-77 / 7808750
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1966123211

FARMACIAS MORAIS LTDA / 39.520.426/0001-01
25351.498225/2021-78 / 7808945
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932400216

J W DE FARIAS SANTOS / 41.267.686/0001-69
25351.492671/2021-79 / 7809221
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916211211
---
farmacia vila conceicao / 41.571.268/0001-60
25351.498287/2021-80 / 7809071
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932682213

MED LAB COMERCIAL LTDA / 41.326.932/0001-06
25351.497773/2021-81 / 8223976
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1931402213

FARMACIAS JRL LTDA / 11.747.657/0003-03
25351.492687/2021-81 / 7808690
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916259216

R A MACIEL COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA / 40.908.728/0001-30
25351.498255/2021-84 / 7808976
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932493216

SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI / 33.154.286/0001-19
25351.497660/2021-85 / 4033623
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1931277214

LEANDRO FONSECA COSTA LTDA / 41.750.666/0001-44
25351.492662/2021-88 / 7808871
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916186217

DROGARIA DULU LTDA / 38.280.623/0001-38
25351.498302/2021-90 / 7809100
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932739211

SAMILA MARQUES RAMOS GONZAGA / 40.894.764/0001-92
25351.492678/2021-91 / 7808624
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916232214

REGIONAL MED IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA / 40.995.964/0001-31
25351.503121/2021-92 / 8224067
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1947207211

OLIVEIRA E SANTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME / 41.539.608/0001-76
25351.498327/2021-93 / 7809144
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932857215

GRATIDAO DROGARIAS LTDA / 32.921.936/0001-41
25351.486751/2021-95 / 7808520
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1899665215

L.F.SANTANA / 11.779.004/0001-36
25351.503065/2021-96 / 3104296
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1947136216

JOAO CAETANO MATTOS NETO / 37.841.658/0001-36
25351.492653/2021-97 / 7808578
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916161211

DROGARIA TOTAL POPULAR DE FRANCA LTDA / 36.748.439/0002-25
25351.498260/2021-97 / 7808980
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932552215

S DA S LOURENCO / 41.157.420/0001-63
25351.492660/2021-99 / 7808854
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916180218

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.168, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SD INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI / 03.135.637/0001-83
25024.000438/2003-00 / 8016647
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1509290214

FARMACIA LEKAF LTDA / 07.593.927/0001-21
25351.110710/2014-00 / 7274671
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1932973213

FLEX FARMA LTDA / 40.991.208/0001-34
25351.259378/2021-00 / 7797311
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1964607211

JMR PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 13.595.363/0001-69
25351.362929/2013-01 / 0953373
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1948964211

FARMÁCIA FLEXAL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME / 02.662.979/0001-99
25351.250019/2017-01 / 7516997
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1999551212

APROVI - ARTIGOS DE PROVIMENTO MEDICO HOSPITALAR EIRELI / 28.346.390/0001-75
25351.744603/2018-03 / 8174149
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1931508216

FARMÁCIA NACIONAL MANIPULAÇÃO LTDA / 04.190.296/0001-01
25351.006910/2003-06 / 0266711
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1948914215

SOLOTICA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS OPTICOS LTDA / 65.532.707/0001-94
25351.160188/2013-07 / 8093487
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1827792213

DENTAL FLESCH LTDA EPP / 82.637.315/0001-09
25351.030225/2017-07 / 8146674
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1827789212

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS S/A / 45.453.214/0038-43
25351.422698/2017-07 / 8155169
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1947036211

A. M. A. CAVALCANTE MOGI MIRIM ME / 04.520.288/0001-86
25351.091788/2006-08 / 3033503
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1931541213

DROGARIAS ECONOMIZE LOJA 01 LTDA / 11.273.932/0001-24
25351.589816/2010-09 / 0746837
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1948910212

FARMÁCIA BURICÁ LTDA / 09.335.821/0001-53
25351.596074/2013-11 / 7031172
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2000419212

GLOBALDERMA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA. / 38.376.928/0001-48
25351.232086/2021-11 / 1254817
7260 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1540145212

PASSARINHO E FONTELES DROGARIA LTDA / 10.393.967/0001-34
25351.238160/2021-11 / 7796364
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1964597210

PBC MEDICAMENTOS LTDA / 30.523.410/0001-88
25351.640780/2018-11 / 7610804
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1948918218

ECOPHARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME / 22.168.115/0001-22
25351.452595/2015-11 / 7405004
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1964646211

MARCELL PINHEIRO GANAM EPP / 32.798.804/0001-74
25351.550201/2019-12 / 8189233
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1828063215

NAFTA PRODUTOS DE LIMPEZA ME / 18.732.890/0001-91
25351.463877/2017-13 / 3075743
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1815825219

UP MED DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 39.475.700/0001-78
25351.426197/2020-14 / 3098881
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1800602219

MR OXI.EXPRESS COMÉRCIO DE GASES INDUSTRIAIS LTDA / 10.243.881/0001-25
25351.392979/2021-15 / 8222799
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1811992218

MEDFARMA SAUDE LTDA / 07.094.197/0001-14
25351.096505/2014-16 / 7114202
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1932483219

TOP PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 07.556.851/0001-64
25351.166003/2020-16 / 1225949
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1947268210

MARIA JOSE C. LIMA / 04.955.961/0001-00
25351.329181/2014-16 / 7201531
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1948954214

UP MED DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 39.475.700/0001-78
25351.426004/2020-17 / 8212039
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1800603215

TEK TRADE INTERNATIONAL LTDA. / 04.732.836/0001-31
25351.412156/2018-18 / 8166845
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1827756217

DM FARMÁCIA LTDA / 05.752.904/0001-97
25351.150278/2004-18 / 0415247
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1964615211

COMERCIAL DE MEDICAMENTOS FATTORI & OLIVEIRA LTDA / 27.081.107/0001-68
25351.171989/2021-19 / 7797495
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1948952218

NEW IMPLANTS COMERCIO EIRELI / 10.556.026/0001-74
25351.309131/2011-19 / 8078478
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3723919201

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0330-08
25351.676312/2013-20 / 7034913
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1948968214

RM DOS SANTOS EQUIPAMENTOS ANJO DA VIDA ME / 29.650.352/0001-74
25351.131944/2020-21 / 8196970
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1441971211

DROGARIA VIDAL LTDA / 89.109.946/0001-02
25351.272199/2014-21 / 7177531
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1932593212

MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI / 36.958.637/0001-32
25351.671557/2020-22 / 4021782
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1947174215

Celebrim Importações e Distribuições Ltda. / 13.272.983/0001-67
25351.048625/2012-22 / 8082700
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1800599218

LOLLIPOPS COSMETICS-DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA / 24.566.797/0001-57
25351.831595/2018-26 / 4006331
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1828073211

COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0497-02
25351.407976/2016-26 / 7481904
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1964638211

ARIFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS / 10.749.665/0001-56
25351.110641/2014-26 / 7127071
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1948950211

HF INDÚSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 06.195.970/0001-76
25351.264384/2012-27 / 2064069
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1947225219

DE SANTA TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA LTDA / 09.185.434/0001-88
25351.663139/2019-28 / 4016246
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1827943211

DROGARIA RODRIGUES VIEIRA LTDA / 27.228.354/0001-44
25351.302572/2017-28 / 7532936
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1948912219

MEDICABIO SOLUÇÕES NA ÁREA MEDICO-HOSPITALAR EIRELI-ME / 24.005.839/0001-80
25351.727517/2018-28 / 8173710
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1812412215

LATSCH & BOCHI LTDA / 94.963.576/0012-50
25351.066522/2014-29 / 7103398
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2017975218

TECNOVISA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 05.769.482/0002-43
25351.350346/2021-30 / 8223854
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1540195210

GENESYSMED BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 33.412.395/0001-99
25351.092785/2020-31 / 8196341
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1931484210

COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0604-20
25351.366569/2017-32 / 7526672
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1945055219

R & M FARMACIA LTDA. / 37.612.527/0001-87
25351.935390/2020-33 / 7748640
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1936950216
---
cedral quimica ltda / 13.224.800/0001-38
25351.239491/2011-34 / 3047867
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1827973218

COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0605-01
25351.542659/2017-36 / 7545440
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1945633216

MS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA / 05.724.740/0001-94
25351.179548/2014-36 / 7148217
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1932677217

DROGARIA ARAGUAIA LTDA / 07.132.094/0001-00
25351.015140/2014-37 / 7080623
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1948920210

DEBORA GODINHO TRANSPORTES LTDA / 35.549.630/0001-02
25351.243049/2021-39 / 8220510
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1796128210

UNIKA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 38.412.948/0001-27
25351.045679/2021-40 / 1250829
7317 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0768039215

BIOZER DA AMAZÔNIA iND. E COMERCIO DE COSMÉTICO E FITOTERAPICO LTDA-ME / 08.274.239/0001-61
25351.084344/2018-41 / 2099693
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1947061216

MARINS E MOREIRA LTDA / 37.014.742/0001-86
25351.376544/2020-42 / 7721271
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1964589219

INGRITHY C S DE ARAUJO DROGARIA CONFIANCA / 18.756.857/0001-00
25351.563278/2014-48 / 7278642
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1948916211

UP MED DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 39.475.700/0001-78
25351.426198/2020-51 / 4027130
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1800601212

AYRANLUEGIDA SILVA DO NASCIMENTO / 37.554.880/0001-58
25351.987375/2021-51 / 7782261
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1964613215
---
newmed comercio de equipamentos hospitalares ltda -me / 10.859.287/0001-63
25351.630388/2013-53 / 8101731
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1931661219

ALDEBARAN DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR LTDA / 26.230.231/0001-85
25351.601414/2020-53 / 8203531
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1947258214

GMR FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 32.025.413/0001-17
25351.220471/2002-53 / 0250942
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1948962215

BRAGA & TERRA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 31.009.938/0001-04
25351.724729/2018-53 / 7618688
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2000421214

Farmácia Descontão Congonhal Ltda / 36.152.787/0001-54
25351.234467/2020-54 / 7757546
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1341920210

IMIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS SA / 04.899.316/0457-23
25351.347628/2018-54 / 7592385
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1948956211

D MARTINS DE SOUSA COMERCIO LTDA / 21.384.710/0001-32
25351.640753/2020-55 / 7734089
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1948966218

DROGARIA BARTHOLAZZI LTDA ME / 04.819.422/0001-44
25351.698668/2013-57 / 7054262
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1948971214

Locmed Hospitalar Ltda / 04.238.951/0011-26
25351.799279/2021-58 / 8217906
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1812436211

M H MEDICAMENTOS EIRELI / 77.677.839/0001-93
25351.212608/2013-59 / 0917551
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1948944217

DE SANTA TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA / 09.185.434/0002-69
25351.393315/2019-59 / 8192887
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1828118214

SUZANO S.A. / 16.404.287/0001-55
25351.463766/2019-61 / 4017593
7630 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 1796061212

VYTTRA DIAGNOSTICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A. / 00.904.728/0013-81
25351.837825/2018-61 / 8176716
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0720635217

DROGARIA ARAUJO LTDA / 04.281.547/0003-25
25351.334197/2021-61 / 7800219
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1964599216

MEDLIFE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. - ME / 04.331.316/0001-17
25351.131986/2020-61 / 8196983
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1936303213

DE SANTA TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA LTDA / 09.185.434/0001-88
25351.663068/2019-63 / 3091238
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1827883219

MP BIOMEDICALS DO BRASIL LTDA / 07.776.689/0001-90
25351.232111/2021-67 / 3102659
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1133359213

MANUELA BORGES SANGOI CARDOSO & CIA LTDA / 38.367.932/0001-40
25351.516405/2020-68 / 7768349
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1948948210

F. M. CONRADO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 27.934.034/0002-90
25351.721419/2019-68 / 7699468
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1948977213

COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0498-85
25351.306809/2016-69 / 7474048
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1964609217

Lucas Garcia Bertipaglia - EPP / 11.592.859/0001-53
25351.500466/2019-70 / 4013392
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1934879215

A R MOREIRA / 27.590.912/0001-17
25351.520555/2017-71 / 7542625
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1964605214
---
drogaria popular europa ltda me / 16.694.340/0001-08
25351.589599/2014-72 / 7296874
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1961366211

DROGARIA DROGAGIL LTDA / 07.546.891/0001-25
25351.525758/2016-72 / 7490572
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1948946213

WANDERSON GERALDO MACHADO SILVA & CIA LTDA - EPP / 02.273.854/0002-58
25351.192432/2009-73 / 0593565
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1964648218

?SL COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 97.318.828/0003-96
25351.243989/2010-75 / 0659941
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1812461216

INTEGRA SOLUÇÕES MÉDICAS LTDA / 24.658.613/0001-89
25351.156139/2019-76 / 8180893
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1931417211

BIOPAS BRASIL PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 31.327.287/0001-92
25351.335815/2019-76 / 1189773
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 1296150216

Drogaria Cidade Ltda. / 06.374.592/0006-00
25351.575455/2014-77 / 7318291
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1964603218

GENEVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA / 30.699.366/0001-61
25351.778621/2018-81 / 8174928
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1828039217

G. H. M. MEDICAMENTOS LTDA. - ME / 21.917.948/0001-86
25351.757503/2015-82 / 7428599
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1964601211

DROGARIA MELO LTDA / 07.138.137/0001-56
25351.489254/2010-82 / 0681855
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1964650210

ALECO DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA. / 09.664.683/0001-56
25025.132929/2009-82 / 2050291
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 1827649216

DROGAFARMA DE FRANCA LTDA / 49.219.686/0021-49
25351.292354/2011-82 / 0777710
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1945148212
---
01 CARGO TRANSPORTES LTDA / 04.400.295/0001-44
25351.288962/2020-83 / 8199027
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1947238213

LUCAS H P SERRAO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 37.808.471/0001-30
25351.935377/2020-84 / 7748350
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1964595213

DVISAO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 05.766.278/0001-98
25351.078820/2012-86 / 3051965
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 1812058217

CENTRO OESTE IMPLANTES ORTOPEDICOS EIRELI / 07.106.761/0001-71
25351.117792/2007-86 / 8037355
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1829250213

CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. / 61.064.929/0001-79
25351.009854/2001-91 / 3027375
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 1947234218

DROGARIA E PERFUMARIA SANTA EPHIGENIA LTDA / 31.762.247/0001-79
25351.227782/2019-91 / 7648673
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1932809215

WISSEN CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA / 11.014.241/0001-06
25351.040008/2021-92 / 8217616
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1812365217

REGIONAL MED IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA / 40.995.964/0001-31
25351.503121/2021-92 / 8224067
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2013875215
25351.503121/2021-92 / 8224067
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2013874219

RECOFAR PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. / 03.346.822/0001-17
25351.152611/2014-97 / 7137368

7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1964657217

GUAIBA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 73.709.958/0001-20
25025.078256/2005-98 / 3030188
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1827786213

WT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA / 35.291.038/0001-45
25351.346780/2011-98 / 2059866
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1812440219

DROGARIA SARAH COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-ME / 24.108.459/0001-71
25351.072914/2016-99 / 7456305
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1948922216

DROGARIA CENTRAL DE ITABORAI LTDA / 39.410.190/0002-31
25351.540379/2020-99 / 7769483
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1964642219

VASCULINE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO E REPRESENTAÇÕES LTDA / 03.555.303/0001-69
25351.012960/01-63 / 8007066
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1931434212

BIODINA INSTRUMENTOS CIENTIFICOS LTDA / 29.375.441/0001-50
25000.002956/96-47 / 1030116
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1812102216

F.C DOS SANTOS DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS EIRELI / 04.457.868/0001-76
25351.025558/01-76 / 2032666
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1812172214

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.169, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

CARPE DIEM FARMACIAS LTDA - EPP / 09.180.155/0002-02
25351.221194/2018-63 / 7587021
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0233869216

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.170, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FARMACIA APLHA LTDA / 36.737.293/0001-31
25351.492690/2021-03 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916268215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

RUMO MALHA NORTE S.A. / 24.962.466/0001-36
25351.452523/2021-11 /
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1798615210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

DROGARIA CASEMIRO & CASEMIRO LTDA ME / 02.136.475/0001-35
25351.492674/2021-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916220211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

RUMO MALHA NORTE S.A. / 24.962.466/0001-36
25351.452521/2021-22 /
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1798621214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

Euclesia Nunes da Cruz Santos & Filhos LTDA / 01.298.746/0001-96
25351.486752/2021-30 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1899668210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

ARAUJO E MOREIRA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 28.248.305/0002-17
25351.498268/2021-53 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932587218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

ABS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME / 24.155.878/0001-64
25351.493589/2021-61 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1919743219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

KARINE DE SOUZA TEXEIRA / 32.601.255/0001-04
25351.492664/2021-77 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916190215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

TOYO SEN I DO BRASIL AGRO INDUSTRIAL LTDA / 76.929.660/0001-13
25351.503083/2021-78 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1947161211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

RM FARMACIAS LTDA / 41.577.278/0001-03
25351.492685/2021-92 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916253217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

L.E. FARMACIA E DROGARIA LTDA / 08.585.776/0001-22
25351.492692/2021-94 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916274210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

DONIZETE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA / 23.577.851/0001-05
25351.609293/2020-98 /
70379 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS (SOMENTE MATRIZ) / 4322049206
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 102/2016 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

ROGERIO LIMA DANTAS / 37.093.712/0001-02
25351.498278/2021-99 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932628219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, nº 7.72869-5, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.171, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FARMACIA ARAUJO COMERCIO PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 33.157.708/0001-00
25351.631674/2019-10 / 7690165
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1948030210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011. Ademais, as atividades pleiteadas não constam no Alvará Sanitário apresentado.

RENTALMED COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI / 34.001.006/0001-03
25351.483729/2020-11 / 8212744
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1827717211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

DROGARIA ALVES & CARDOSO LTDA / 10.962.663/0001-40
25351.483977/2014-13 / 7268632
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1964652216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

CARLOS CHAVES DE ALMEIDA / 21.525.691/0001-17
25351.979641/2016-13 / 7448449
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1964591211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

Hospinet Comercio e Assistencia Tecnica Ltda -ME / 06.576.044/0001-40
25351.922322/2016-25 / 8134420
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1931658218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:

Petição em desacordo com a RDC 76/2008. Não há previsão de ampliação de atividade para AFE de varejista de produtos para saúde. A empresa deve solicitar o cancelamento da autorização vigente juntamente com o pedido de nova autorização para a atividade requerida.

M FAGUNDES DROGARIA LTDA / 15.159.631/0001-25
25351.433509/2012-28 / 7363971
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1948979210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

RAMON BOTELHO DE BRITO ME / 13.107.513/0001-48
25351.189919/2017-31 / 7510289
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1948960219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
As ampliações de atividades solicitadas não constam no Alvará Sanitário vigente apresentado, em desacordo com o § 5° do art. 4º e o § 3° do Art. 19 da RDC 275/2019.

FLAVIA KOERICH ME / 15.100.573/0001-64
25351.278921/2014-31 / 7185722
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1964587212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

DROGARIA CAMPOS ALTOS LTDA / 19.191.097/0001-95
25351.019239/2003-55 / 0305425
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1948958217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O Alvará Sanitário apresentado pela empresa não contém autorização para a atividade solicitada e não houve apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

Comercio de Medicamentos Popular Ltda / 18.231.855/0004-31
25351.258547/2014-57 / 7180010
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1964644215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A. / 56.992.951/0001-49
25351.210985/2021-63 /
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1827640219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Indeferido com base na RDC nº 222/2006 e RDC nº 16/2014. O formulário de petição e a documentação anexada são referentes ao assunto: 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ), diferindo do assunto peticionado: (7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES).

ANOVIS INDUSTRIAL FARMACÊUTICA LTDA. / 19.426.695/0001-04
25351.510949/2014-68 / 1116786
7144 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - INDÚSTRIA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1812307217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

TCL ANDRADE & CIA LTDA - ME / 16.503.098/0001-30
25351.754447/2013-76 / 7077872
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1964661215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

ANA EDNEIDE DE LIRA ME / 09.612.119/0001-90
25351.198915/2010-77 / 0656958
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1964659213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.
25351.198915/2010-77 / 0656958
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1964593217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

HIRO DO BRASIL INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA - EPP / 09.479.249/0001-04
25351.804860/2008-79 / 2048955
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1820105211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

AGUIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS -EIRELI / 27.789.446/0001-01
25351.365834/2017-81 / 1167401
7317 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2305626207
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa foi emitido pela autoridade sanitária local competente há mais de 12 (doze) meses, contrariando o artigo 17, da RDC n° 16/2014.

FARMÁCIA PREÇO BAIXO / 35.581.750/0001-89
25351.245568/2007-83 / 0495203
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1962570217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

FUTURA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAÚDE LTDA. / 17.700.763/0003-00
25351.208451/2014-84 / 1078531
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1540150216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas contrariando o disposto na RDC n° 16/2014.

PRONTA FARMA EIRELI / 33.470.989/0001-56
25351.618955/2019-87 / 7688990
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1643124213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 1816045/21-0, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005

Farmácias Farmapaulo Ltda. / 00.477.061/0012-05
25351.081003/2014-91 / 7115577
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1627361213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

MT - PHARMACY DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI-ME / 04.227.210/0001-78
25351.740666/2015-94 / 1149001
7317 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1812131216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n.º 1509, de 14 de abril de 2021, publicado no Diário Oficial da União de nº 70, de 15 de abril de 2021, Seção 1 - D.O.U págs 620 e 621.

Onde se lê:

EMPRESA: M B DE ARAUJO XAVIER - MBX PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS.

ENDEREÇO: AV. BRASIL QD. 23 LT. 22 SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS / GO

BAIRRO: SETOR SUL CEP: 75375000

CNPJ: 37.205.854/0001-14

PROCESSO: 25351.290302/2021-43 AUTORIZ/MS: 8.22108.8

ATIVIDADE/CLASSES

DISTRIBUIR: CORRELATOS

Leia-se:

EMPRESA: M B DE ARAUJO XAVIER - MBX PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS.

ENDEREÇO: AV. BRASIL QD. 23 LT. 22 SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS / GO

BAIRRO: SETOR SUL CEP: 75375000

CNPJ: 37.205.854/0001-14

PROCESSO: 25351.290302/2021-43 AUTORIZ/MS: 8.22108.8

ATIVIDADE/CLASSES

DISTRIBUIR: CORRELATOS

ARMAZENAR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.140, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018 e considerando o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º A presente habilitação terá validade de 4 (quatro) anos, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º O(s) escopo(s) habilitado(s) são(erão) publicado(s) no portal eletrônico da ANVISA: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/laboratorios.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

Código na REBLAS	Nome do Laboratório	Expediente	Endereço	Cidade/UF	CNPJ
212	Casa Nossa Senhora da Paz Ação Social Franciscana	1866182218	Av. São Francisco de Assis, nº 218 - Jardim São José	Bragança Paulista/SP	33.495.870/0018-86
213	Sanuvitas Laboratórios Ltda	1914292219	BR 470 KM 226,5 - Trevo de acesso nº 553, Cairu	Garibaldi/RS	07.605.836/0001-69

5ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO RE Nº 2.080, DE 26 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: GIANT COMEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
AUTORIZ/MS: 9.09578-0
CNPJ: 40.015.922/0001-97
PROCESSO Nº: 25741.525121/2021-50 (EXPEDIENTE 2015903/21-0)
ENDEREÇO: RUA SAMUEL HEUSI, 463, SALA 908
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: ITAJAÍ
UF: SC
CEP: 88.301-320
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação de medicamentos e matérias-primas com emprego na indústria farmacêutica por conta e ordem de terceiros.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.097, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse de Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: DOMEX CONTROLE DE PRAGAS E FUMIGAÇÃO LTDA.
ENDEREÇO: TV MURUCI, N° 7.
BAIRRO: FLORESTA
MUNICÍPIO: SANTARÉM
UF: PA
CEP: 68.025-020
CNPJ: 35.311.721/0001-05
PROCESSO: 25760.242883/2021-95 (EXP: 1163426/21-0)
AUTORIZAÇÃO/MS: 9.09570-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MATRIZ
EMPRESA: IMUNIZADORA CACHOEIRA EIRELI
ENDEREÇO: RUA GREGORIO DA FONSECA Nº 1214
BAIRRO: TIBIRIÇA
MUNICÍPIO: CACHOEIRA DO SUL
UF: RS
CEP: 96503-670
CNPJ: 05.013.406/0001-22
PROCESSO N°: 25751.057290/2021-34 (EXP: 0612946/21-3)
AUTORIZ/MS: 9.09572-8
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO, COLETA E TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, AEROPORTOS, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS E POSTOS DE FRONTEIRAS.

MATRIZ
EMPRESA: ABORGAMA DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA DAS INDÚSTRIAS Nº 825 COMPLEMENTO: SALA B
BAIRRO: ANCHIETA
MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE
UF: RS
CEP: 90200-290
CNPJ: 05.462.743/0001-05
PROCESSO N°: 25751.689386/2020-85 (EXP: 4484627/20-4)
AUTORIZ/MS: 9.09573-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO, COLETA E TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, AEROPORTOS, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS E POSTOS DE FRONTEIRAS.

MATRIZ
EMPRESA: ABORGAMA DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA DAS INDÚSTRIAS Nº 825 COMPLEMENTO: SALA B
BAIRRO: ANCHIETA
MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE
UF: RS
CEP: 90200-290
CNPJ: 05.462.743/0001-05
PROCESSO N°: 25751.689387/2020-20 (EXP: 4484615/20-1)
AUTORIZ/MS: 9.09574-5
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS RESULTANTES DO TRATAMENTO DE ÁGUAS SERVIDAS E DEJETOS EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.

MATRIZ
EMPRESA: AGROFUM BRASIL FUMIGAÇÕES LTDA.
ENDEREÇO: PRAÇA AZEVEDO JUNIOR, Nº 21
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: SANTOS
UF: SP
CEP: 11.010-030
CNPJ: 36.442.006/0001-66
PROCESSO: 25759.173449/2021-97 (EXP: 0958630/21-0)
AUTORIZ/MS: 9.09571-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM EMBARCAÇÕES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, AERONAVES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRAS.

MATRIZ
EMPRESA: LOKAEU LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA
ENDEREÇO: RUA SARGENTO SILVA NUNES, 113
BAIRRO: RAMOS
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF:RJ
CEP: 21040-231
CNPJ: 21.534.453/0001-78
PROCESSO: 25752.317761/2021-69 (EXP: 1396279/21-5)
AUTORIZ/MS: 9.09561-0
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MATRIZ
EMPRESA: CONSTRUMIL EMPREENDIMENTOS & SERVIÇOS EIRELI
ENDEREÇO: AV. ANTONIO MARQUES, Nº 117
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: PRESIDENTE DUTRA
UF: MA
CEP: 65.760-000
CNPJ: 29.497.557/0001-61
PROCESSO Nº: 25745.425280/2021-15 EXP.: 1716632/21-2
AUTORIZ./MS: 9.09564-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MATRIZ
EMPRESA: CONSTRUMIL EMPREENDIMENTOS & SERVIÇOS EIRELI
ENDEREÇO: AV. ANTONIO MARQUES, Nº 117
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: PRESIDENTE DUTRA
UF: MA
CEP: 65.760-000
CNPJ: 29.497.557/0001-61
PROCESSO Nº: 25745.461342/2021-52 (EXP.: 1825374/21-1)
AUTORIZ./MS: 9.09565-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MATRIZ
EMPRESA: SEAWAY MARINE SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA.
ENDEREÇO: RUA FREI MARTINHO, Nº 126
BAIRRO: ROCIO GRANDE
MUNICÍPIO: SÃO FRANCISCO DO SUL
UF: SC
CEP: 89.240-000
CNPJ: 37.577.248/0001-20
PROCESSO N°: 25351.503326/2021-78 (EXP: 1947456/21-1)
AUTORIZ/MS: 9.09575-9
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.

MATRIZ
EMPRESA: TRANSPORTES DELL' AGNOLO LTDA.
ENDEREÇO: RUA INES ECCHER TRAINOTTI, Nº 263
BAIRRO: PONTA FINA SUL
MUNICÍPIO: NOVA TRENTO
UF: SC
CEP: 89.270-000
CNPJ: 05.192.266/0001-05
PROCESSO N°: 25741.232466/2021-62 (EXP: 1133938/21-1)
AUTORIZ/MS: 9.09576-2
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTE DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, E RECINTOS ALFANDEGADOS.

MATRIZ
EMPRESA: DEDETIZADORA E DESENTUPIDORA INSETLIG LTDA
ENDEREÇO: RUA DIVINA PASTORA Nº 1029
BAIRRO: GETULIO VARGAS
MUNICÍPIO: ARACAJU
UF: SE
CEP: 49.055-220
CNPJ: 04.416.672/0001-33
PROCESSO: 25765.339151202177 (EXP:1457873/21-5)
AUTORIZ/MS:909577-6
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.098, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir o pleito de Concessão Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

EMPRESA: GEOGREEN DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL LTDA
ENDEREÇO: RUA MARIA RODRIGUES, 117
BAIRRO: OLARIA
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF:RJ
CEP: 21031-490
CNPJ: 04.263.680/0001-97
PROCESSO: 25752.076480/2021-41 (EXP: 0670549/21-9)
AUTORIZ/MS: ----------
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA CONSUMO HUMANO DE BORDO DE VEÍCULOS TERRESTRES QUE OPEREM TRANSPORTE COLETIVO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES;

MOTIVO DO INDEFERIMENTO: NÃO CUMPRIU A EXIGÊNCIA FORMULADA NA NOTIFICAÇÃO N°21/2021: APRESENTAR CÓPIA DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE OU TERMO DE RESPONSABILIDADE OU DECLARAÇÃO DE VINCULAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, EMITIDO PELA ENTIDADE REGULADORA DA ATIVIDADE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA). A EMPRESA NÃO ATENDEU ÀS EXIGÊNCIAS DO INCISO II DO ART.2º E DO ANEXO III DA RDC/ANVISA N° 345 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.159, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresa por Mudança de Endereço, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: TEK TRADE INTERNATIONAL LTDA.
AUTORIZ/MS: 9.03748-9
CNPJ: 04.732.836/0001-31
PROCESSO N°: 25741.162130/2010-97 (EXPEDIENTE 2015036/21-9)
ENDEREÇO: RUA 1500, Nº 820, SALA 1601
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: BALNEÁRIO COMBORIÚ
UF: SC
CEP: 88.330-526
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro de produtos para a saúde e para diagnóstico in vitro.
MATRIZ
EMPRESA: TEK TRADE INTERNATIONAL LTDA.
AUTORIZ/MS: 9.03747-5
CNPJ: 04.732.836/0001-31
PROCESSO N°: 25741.162135/2011-22 (EXPEDIENTE 1828069/21-3)
ENDEREÇO: RUA 1500, Nº 820, SALA 1601
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: BALNEÁRIO COMBORIÚ
UF: SC
CEP: 88.330-526
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro de saneantes domissanitários.
MATRIZ
EMPRESA: TEK TRADE INTERNATIONAL LTDA.
AUTORIZ/MS: 9.03751-8
CNPJ: 04.732.836/0001-31
PROCESSO N°: 25741.162093/2011-71 (EXPEDIENTE 1827639/21-1)
ENDEREÇO: RUA 1500, Nº 820, SALA 1601
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: BALNEÁRIO COMBORIÚ
UF: SC
CEP: 88.330-526
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro de cosméticos, produtos de higiene e perfumes.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.160, DE 28 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: TEK TRADE INTERNATIONAL LTDA.
AUTORIZ/MS: 9.09580-5
CNPJ: 04.732.836/0001-31
PROCESSO N°: 25741.404420/2021-51 (EXPEDIENTE 1655806/21-5)
ENDEREÇO: RUA 1500, Nº 820, SALA 1601
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: BALNEÁRIO COMBORIÚ
UF: SC
CEP: 88.330-526
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação de medicamentos e matérias-primas com emprego na indústria farmacêutica por conta e ordem de terceiros.



Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 306, DE 28 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
205004 - Santorinni Concept Music
SANTORINNI INTELIGENCIA EM GESTAO EIRELI
CNPJ/CPF: 24.643.022/0001-38
Processo: 01400004995202090
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 1.436.500,00
Prazo de Captação: 31/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O presente projeto visa a realização do festival de música Santorinni Concept Music, com apresentações culturais de grupos folclóricos, músicos instrumentistas profissionais e orquestras sinfônicas. Além de toda programação cultural o projeto também prevê a realização de palestra de ação formativa como contrapartida social em ambiente de escola pública. Toda programação será gratuita à população.

205030 - Nossas Orquestras - SP
EMFOCO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 12.945.893/0001-27
Processo: 01400005021202023
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 998.254,40
Prazo de Captação: 31/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Apresentações de Orquestras populares Brasileiras. O Brasil é um celeiro de grandes músicos que em muitas cidades se reúnem formando Orquestras populares que celebram diferentes ritmos e gêneros. O projeto reunirá pela primeira vez Orquestras de diferentes ritmos em uma programação que vai a presentar ao publico a riqueza musical da cultura do nosso país.

205038 - ROTARY
DUOBR EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 23.020.443/0001-40
Processo: 01400005029202090
Cidade: Chapecó - SC;
Valor Aprovado: R$ 32.326,80
Prazo de Captação: 31/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a realização de um jantar baile onde a entrada será gratuíta, feito por meio de música instrumental, tendo em vista, a imersão cultural aravés do ROTARY CLUB.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
205000 - Cinema - Expressões da Emoção
Isabel Francisco Moreira
CNPJ/CPF: 283.539.988-74
Processo: 01400004991202010
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 396.924,01
Prazo de Captação: 31/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Esse projeto é uma homenagem da fotografia à arte do Cinema. Serão produzidas recriações de personagens icônicos do cinema para serem fotografados. As imagens irão compor uma exposição de fotografias itinerante e Fine Art - principal produto do projeto. Além das fotografias para a exposição, haverá também um catálogo impresso contendo as fotos do projeto. Para os produtos do projeto, serão selecionadas 20 cenas/personagens de filmes que marcaram a história do cinema. Dessa forma, além de valorizar o cinema e a fotografia, o projeto é também uma homenagem à arte, à cultura e aos artistas que com seus talentos nos emocionam, nos fazem rir, chorar e sobretudo, nos fazem pensar, refletir. Faremos também uma ação educativa de contrapartida social sobre a fotografia, a produção de uma exposição fotográfica e de um catálogo impresso.

205024 - AMAZÔNIA - SEBASTIÃO SALGADO (EDIÇÃO SP)
Maré Produções Culturais e Cinematograficas LTDA - ME
CNPJ/CPF: 14.301.625/0001-06
Processo: 01400005015202076
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.059.986,28
Prazo de Captação: 31/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: "Amazônia - Fotografias de Sebastião Salgado", reúne uma série de fotografias inéditas em grande formato, fruto de uma imersão na floresta amazônica em viagens realizadas ao longo de seis anos. Um pouco da cultura dos povos que vivem na Amazônia será apresentado através de dois documentários de média-metragem com depoimentos de líderes indígenas e depoimentos do fotógrafo e da curadora. O projeto faz um pequeno recorte, proporcionando uma experiência de imersão na cultura amazônica para o grande público. O projeto educativo contempla oficinas de formação para estudantes e professores.

205039 - Olho D'Água - Artes Líquidas e Águas Visuais - 2a Edição
3 APITOS MARKETING CULTURAL E ESPORTIVO LTDA
CNPJ/CPF: 14.293.235/0001-23
Processo: 01400005030202014
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 689.740,70
Prazo de Captação: 31/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O "Olho D'Água - Artes Líquidas e Águas Visuais - 2a Edição" dará continuidade a circulação da primeira edição. O projeto visa uma exposição artística itinerante, que percorrerá 20 cidades, composta por uma obra no formato de realidade virtual, sendo necessária utilização de óculos 3D; 4 instalações artísticas interativas, desenvolvidas por artistas convidados; uma Mostra de Cinema Ambiental ao ar livre, com estrutura de alta qualidade, que contará com rodas de debate após as sessões; e 20 oficinas formativas, uma em cada cidade contemplada (contrapartida social). Toda a estrutura da exposição e da mostra está contida dentro de um caminhão (Tech-Truck). Durante a semana o projeto contemplará escolas da rede pública de ensino e outras instituições filantrópicas por meio de agendamentos. Já durante os finais de semana estará a disposição de todo o publico.

PORTARIA Nº 307, DE 28 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
185662 - Sarau Itinerante Adolpho Mello
INSTITUTO CULTURAL ADOLPHO FERREIRA DE MELLO
CNPJ/CPF: 30.363.347/0001-60
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

201910 - Concertos Astra-Finamax –24ª Temporada –2021
ATIQUE & ATIQUE PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.379.766/0001-70
Cidade: Jundiaí - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
202882 - Rio de Janeiro Patrimônio Mundial
LP Arte Soluções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 22.596.766/0001-13
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 28/05/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
185299 - Restauração da Estação Ferroviária Central de Santos Dumont
ASSOCIACAO ACAO EM MOVIMENTO ARTISTICOS DE SANTOS DUMONT - AMASD
CNPJ/CPF: 16.105.518/0001-20
Cidade: Santos Dumont - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

PORTARIA Nº 308, DE 28 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 194287 - Conexão do Bem - Novos Territórios 2020, publicado na portaria nº 0759/19 de 26/12/2019, no D.O.U. de 27/12/2019, para Conexão do Bem - Novos Territórios 2021.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

PORTARIA N° 309, DE 28 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos IX e X da Portaria nº 39, de 12 de abril de 2017, publicada no D.O.U. do dia 12 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas da SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, a pedido, conforme disposto no Art. 23 da Portaria nº 39, de 12 de abril de 2017, os quais foram habilitados por meio do Edital de Credenciamento de Pareceristas nº 1/2018, por nome, CPF, área e segmentos, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

NOME	CPF	ÁREA	SEGMENTO
ALEXANDRA JACKLINE VASCONCELOS SANTOS	60498374653	Análise de medidas de acessibilidade à produtos e bens culturais	Análise de medidas de acessibilidade à produtos e bens culturais
		Artes Cênicas	Circo
			Dança
			Teatro de formas animadas, de mamulengos, bonecos e congêneres
		Humanidades	Festival literário
		Museus e Memória	Exposições realizadas em museus, exposições organizadas com acervos de museus e museografia
		Música	Música em geral

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 36, DE 28 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR SUBSTITUTO DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria de Pessoal GAB-IPHAN n.º 140, de 14/05/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

IV - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo V desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

VI - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VII - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VIII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HERBERT MOURA REGO

ANEXO I

01-Processo nº 01506.001060/2020-73
Projeto: Prospecções Arqueológicas para um Empreendimento Comercial Bairro Putim
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal
Apoio Institucional: Fundação Cultural Cassiano Ricardo - Prefeitura Municipal de São José dos Campos
Área de Abrangência: Município de São José dos Campos, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
02-Processo nº 01421.001554/2013-69
Projeto: Prospecção Arqueológica, Monitoramento e Educação Patrimonial das Vias de Acesso da Barragem Oiticica
Arqueóloga Coordenadora: Rosivânia de Castro Aquino
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - MCC - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Municípios de Jucurutu, Jardim de Piranhas e São Fernando, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
03-Processo nº 01516.001159/2015-99
Projeto: Resgate e Monitoramento Arqueológico PCH Verde 02 Baixo
Arqueóloga Coordenadora: Sergia Meire da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico - Universidade Federal de Goiás (UFG)
Área de Abrangência: Município de Rio Verde, estado de Goiás
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
04-Processo nº 01510.000882/2011-87
Projeto: Prospecção Complementar, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na área do Sítio Lagoa de Fora
Arqueólogos Coordenadores: Crisvanete de Castro Aquino e Rafael Casagrande da Rosa
Apoio Institucional: Fundação Genésio Miranda Lins - Museu Etno-Arqueológico de Itajaí
Área de Abrangência: Município de Balneário Gaivota, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 03 (três) meses
05-Processo nº 01450.011950/2010-12
Projeto: Monitoramento Arqueológico Do Trecho Km 645+700 Ao Km 664+040 da Ferrovia De Integração Oeste Leste - Figueirópolis-TO - Ilhéus-BA
Arqueólogos Coordenadores: Rute de Lima Pontim e Francesco Palermo Neto
Área de Abrangência: Municípios de Figueirópolis, Sucupira, Alvorada, Peixe, Paranã, Conceição do Tocantins, Taguatinga, Arraias, Combinado do Tocantins e Lavandeira, estado de Tocantins e Municípios de São Desiderio, Barreiras, Correntina, Jaborandi, São Félix do Coribe, Santa Maria da Vitória, Coribe, Serra do Ramalho, Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana, Palmas de Monte Alto, Guanambi, Caetité, Ibiassucê, Rio do Antônio, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Brumado, Aracatu, Tanhaçu, Mirante, Manoel Vitorino, Jequié, Contendas do Sincorá, Itagi, Aiquara, Itagibá, Gongogi, Aurelino Leal, Uruçuca, Ubaitaba e Ilhéus, estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
ANEXO II
01-Processo nº 01492.000136/2019-14
Projeto Acadêmico: A ocupação pré-colonial de Monte Alegre - Pará
Arqueóloga Coordenadora: Edithe Pereira da Silva
Apoio Institucional: Museu Paraense Emílio Goeldi
Área de Abrangência: Municípios de Alenquer e Monte Alegre, estado do Pará
Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses
02-Processo nº 01512.000192/2005-60
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico em Áreas de Silvicultura da Empresa CMPC Celulose Riograndense
Arqueólogos Coordenadores: Jorge Luiz de Oliveira Viana, Luciana da Silva Peixoto e Cristiano Von Mühlen
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências e Tecnologia (LA-MCT), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)
Área de Abrangência: Municípios de Bagé, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Herval, Arroio Grande, Piratini, Hulha Negra, Cerrito, Capão do Leão, Aceguá, Pedro Osório e Jaguarão, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
03-Processo nº 01510.000151/2001-60
Projeto: Salvamento Arqueológico da BR-101 Trecho Sul
Arqueólogo Coordenador: Marco Aurélio Nadal De Masi
Apoio Institucional: Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia - GRUPEP - Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
Área de Abrangência: Municípios de Palhoça a Passo de Torres, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 1 (um) mês
ANEXO III
01-Processo nº 01510.000494/2018-72
Projeto: Monitoramento Arqueológico na Área da Praça Forte São Luís
Arqueólogo Coordenador: Osvaldo Paulino da Silva
Área de Abrangência: Município de Florianópolis, estado de Santa Catarina.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
02-Processo nº 01514.001582/2019-32
Projeto: Acompanhamento Arqueológico Estabilização, Proteção e Revitalização das Ruínas Históricas da Usina Metalúrgica Wigg
Arqueólogos Coordenadores: Henrique Moreira Duarte Piló e Alenice Motta Baeta
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
Área de Abrangência: Município de Ouro Preto, estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 08 (oito) meses
03-Processo nº 01494.000003/2021-34
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo no Prédio nº 251 Rua Portugal, Centro Histórico de São Luís (MA)
Arqueóloga Coordenadora: Láyse Monnyse Araújo Oliveira Viana
Área de Abrangência: Município de São Luís, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 03 (três) meses
04-Processo nº 01500.001163/2021-74
Projeto: Monitoramento, Prospecção e Resgate Arqueológico das Obras de Restauração do Palácio de São Cristóvão - Museu Nacional
Arqueólogo Coordenador: Marcos André Torres de Souza
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Casa de Pedra, Museu Nacional (MN) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
ANEXO IV
01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Engemin Engenharia e Geologia Ltda
Empreendimento: Rodovia PR-405, trecho: entroncamento PR-340 (Cacatu) - Guaraqueçaba
Processo nº 01508.000475/2020-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação da Rodovia PR-405, trecho: entroncamento PR-340 (Cacatu) - Guaraqueçaba
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Ricardo Evaristo Sampaio Mêra
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Antonina e Guaraqueçaba, estado do Paraná
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
02-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Empreendimentos Imobiliários Paraíso Ltda
Empreendimento: Condomínio Horizontal Recanto do Caqui
Processo nº 01508.000762/2019-86
Projeto: Acompanhamento Arqueológico - Condomínio Horizontal Recanto do Caqui
Arqueólogo Coordenador: Júlio Cezar Telles Thomaz
Arqueóloga de Campo: Camila Loch
Área de Abrangência: Município de Fazenda Rio Grande, estado do Paraná
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
03-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Horizonte Energias Renováveis Ltda
Empreendimento: Parque Eólico Baixa do Sítio
Processo nº 01421.000234/2019-87
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Parque Baixa do Sítio
Arqueóloga Coordenadora: Ana Flávia Sousa Silva
Arqueólogo de Campo: Ícaro Rêgo Soares
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Área de Abrangência: Municípios de Santana do Matos, Tenente Laurentino Cruz e São Vicente, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de validade: 05 (cinco) meses
04-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: FR Incorporações E Construções Ltda
Empreendimento: Bosque São Cristóvão
Processo nº 01402.000396/2020-87
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na área do Empreendimento Edifício Bosque São Cristóvão
Arqueólogo Coordenador: Hebert Rogério do Nascimento Coutinho
Arqueóloga de Campo: Robéria Lisboa Reis
Área de Abrangência: Município de Teresina, estado do Piauí
Prazo de Validade: 03 (três) meses
05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Açu Petróleo S.A
Empreendimento: Estação Auxiliar de Barra do Furado e trecho final de alteração do Oleoduto Porto do Açu - Barra do Furado
Processo nº 01500.003001/2020-90
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Estação Auxiliar de Barra do Furado e trecho final de alteração do Oleoduto Porto do Açu - Barra do Furado
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Marcellus Dalmeida de Almeida
Apoio Institucional: Fundação de Cultura de Barra Mansa - Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Área de Abrangência: Município de Quissamã, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
ANEXO V
01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Central Geradora Hidrelétrica Borboleta Ltda
Empreendimento: CGH Borboleta
Processo nº 01508.000573/2020-47
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Borboleta
Arqueólogo Coordenador e de Campo: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Pitanga, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cristiano Wrasse e Marlete Weiss Alves da Silva
Empreendimento: Loteamento Condomínio Vitória
Processo nº 01508.000092/2020-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Condomínio Vitória
Arqueólogo Coordenador e de Campo: Felipe Roger Alves Glória
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Área de Abrangência: Município de Palotina, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Emilio de Paolis Júnior
Empreendimento: Loteamento Residencial Emilio de Paolis Júnior.
Processo nº 01508.000105/2021-53
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Emilio de Paolis Júnior
Arqueólogo Coordenador: Marcos César Pereira Santos
Arqueólogo de Campo: Marcos César Pereira Santos
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE - Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Área de Abrangência: Município de Campo Mourão, estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Margem Companhia de Mineração
Empreendimento: Complexo Mineroindustrial
Processo nº 01508.000174/2021-67
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Complexo Mineroindustrial
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Alessandro De Bona Mello
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - LAEE - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Adrianópolis, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Central Geradora Hidrelétrica CGH Pitanga Ltda
Empreendimento: CGH Pitanga
Processo nº 01508.000558/2020-07
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Pitanga
Arqueólogo Coordenador e de Campo: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - LAEE - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Pitanga, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Incorplan Incorporações e Loteamentos Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim Malbec
Processo nº 01508.000127/2021-13
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Jardim Malbec
Arqueólogo Coordenador: Maurício Hepp
Arqueólogo de Campo: Maurício Hepp
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Marialva, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: ETACOM - Empresa Tambauense de Transporte e Comércio de Minérios Ltda
Empreendimento: ETACOM - Empresa Tambauense de Transporte e Comércio de Minérios Ltda
Processo nº 01506.001660/2020-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Empreendimento ETACOM - Empresa Tambauense de Transporte e Comércio de Minérios Ltda
Arqueólogo Coordenador: Sergio Bruno dos Reis Almeida
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar (FUNDAMAR)
Área de Abrangência: Município de Tambaú, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: J.R.M Incorporações e Construções Ltda
Empreendimento: Loteamento de Interesse Social Minerva II
Processo nº 01506.005726/2017-67
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento de Interesse Social Minerva II
Arqueóloga Coordenadora: Neide Barrocá Faccio
Arqueóloga de Campo: Neide Barrocá Faccio
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê - MAI
Área de Abrangência: Município de Presidente Prudente, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Sparta Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Mirante da Baleia
Processo nº 01510.000206/2021-85
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação do Loteamento Mirante da Baleia
Arqueólogo Coordenador: Alexandro Demathé
Arqueólogo de Campo: Alexandro Demathé
Apoio Institucional: Museu Etno-arqueológico de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí
Área de Abrangência: Município de Imbituba, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: LGA - Mineração e Siderurgia S.A
Empreendimento: Pilha de Estéril Área 167
Processo nº 01514.001584/2019-21
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Pilha de Estéril Área 167
Arqueólogo Coordenador: Osmar Hilário da Silva
Arqueólogo de Campo: Thiago de Souza Nascimento
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - LAEP - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM))
Área de Abrangência: Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
11-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: EKTT 7 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão 230 kV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II CD
Processo nº 01502.000167/2021-15
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 230Kv Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II CD
Arqueóloga Coordenadora: Janaína Patrícia Coutinho
Arqueólogo de Campo: Lázaro Francys Ferreira Lima
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - CAAPA - Universidade Estadual da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Medeiros Neto, estado da Bahia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
12-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Solar Irecê 3 SIR 3 Ltda
Empreendimento: Linha de Transmissão 138/230 Kv - Usina Fotovoltaica - UFV Uberlândia - Subestação - SE Irecê
Processo nº 01502.000392/2021-51
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Linha de Transmissão 138/230 Kv - Usina Fotovoltaica - UFV Uberlândia - Subestação - SE Irecê
Arqueóloga Coordenadora: Iunny Sousa Macêdo
Arqueóloga de Campo: Iunny Sousa Macêdo
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - CAAPA - Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Municípios de João Dourado e Irecê, estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Jorge Luiz Rassi
Empreendimento: Loteamento Social, Residencial e Comercial Adib Rassi
Processo nº 01506.001075/2020-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Social, Residencial e Comercial Adib Rassi
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de campo: Adilson Pereira Nascimento Júnior
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Jardinópolis, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Brilhante Projetos SPE Ltda
Empreendimento: Linha De Transmissão 230 kV Taboleiro do Meio - Coremas
Processo nº 01408.000270/2020-52
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Linha De Transmissão 230 kV Taboleiro do Meio - Coremas
Arqueólogo Coordenador: Almir do Carmo Bezerra
Arqueóloga de Campo: Rosangela Bezerra Alves
Área de Abrangência: Município de Coremas, estado da Paraíba
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Shell Brasil Petróleo Ltda
Empreendimento: Complexo Solar Fotovoltaico Canis
Processo nº 01408.000067/2021-67
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Complexo Solar Fotovoltaico Canis
Arqueóloga Coordenadora: Rafaela Fonseca de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Ana Cláudia de Arthur Jucá
Área de Abrangência: Município de São João do Rio do Peixe, estado da Paraíba
Prazo de Validade: 03 (três) meses
16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Interalli Norte Terminais Logísticos Ltda
Empreendimento: Terminal de Grãos Interalli Norte
Processo nº 01494.000118/2021-29
Projeto: Avaliação de Impacto do Empreendimento Terminal de Grãos Interalli Norte
Arqueóloga Coordenadora: Sâmara dos Reis
Arqueóloga de Campo: Caroline Siqueira Oliveira de Negreiros
Área de Abrangência: Município de São Luís, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: GS Incorporadora Construtora e Imobiliária SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Jardim Adélia/Jardim Aurora/Conjunto Habitacional
Processo nº 01506.001907/2019-86
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Loteamento Residencial Jardim Adélia/Jardim Aurora/Conjunto Habitacional
Arqueólogo Coordenador: Celso de Andrade
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Estiva Gerbi, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Porto Esmeralda Turismo Rural Ltda
Empreendimento: Loteamento Habitacional Porto Esmeralda
Processo nº 01502.000270/2021-65
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Habitacional Porto Esmeralda
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueólogo de Campo: Anthony André de Meneses Sousa
Área de Abrangência: Município de Itanagra, estado da Bahia
Prazo de Validade: 03 (três) meses
19-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Santa Cruz Engenharia Ltda
Empreendimento: Residencial Santorini
Processo nº 01494.000298/2020-68
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de implantação do Residencial Santorini
Arqueólogo Coordenador: Gabriel Farias Carneiro
Arqueóloga de Campo: Amanda Almeida Cardoso
Área de Abrangência: Município de Paço do Lumiar, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 03 (três) meses
20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: G5 Pimentel Ltda
Empreendimento: Jardim Pimentel II - Parte 1 e Parte 2
Processo nº 01508.000118/2021-22
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Jardim Pimentel II - Parte 1 e Parte 2
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueóloga de Campo: Ana Claudia Fragoso
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Umuarama, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
21-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Minermix Mineração Ltda
Empreendimento: Minermix Mineração Ltda
Processo nº 01506.003719/2019-92
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Minermix Mineração Ltda
Arqueólogo Coordenador: Sergio Bruno dos Reis Almeida
Arqueólogo de Campo: Sergio Bruno dos Reis Almeida
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura Municipal de Monte Mor
Área de Abrangência: Municípios de Anhembi e Bofete, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
22-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mol Empreendimentos e Participações Ltda
Empreendimento: Condomínio Residencial Maristela
Processo nº 01512.000151/2021-93
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Condomínio Residencial Maristela
Arqueólogo Coordenador e de Campo: Fabricio José Nazzari Vicroski
Apoio Institucional: Núcleo de Pré-história e Arqueologia - NuPHA - Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Município de Xangri-Lá, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 03 (três) meses
23-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Construnível Energias Renováveis Ltda
Empreendimento: CGH Quatro Cantos
Processo nº 01425.000219/2020-32

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento CGH Quatro Cantos
Arqueólogo Coordenador: Fabíula Martins Ferrer
Arqueólogo de Campo: Izabella Alvarenga Nunes
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro - IHB
Área de Abrangência: Município de Campo Novo do Parecis, estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 03 (três) meses
24-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cargill Agrícola S.A
Empreendimento: Pátio de Triagem de caminhões da Cargill
Processo nº 01492.000459/2020-33
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação do Pátio de Triagem de caminhões da Cargill
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Arqueóloga de Campo: Marcia Rodrigues Santos
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia,
Etnologia e Educação Patrimonial (NAEEP) - Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM) - Prefeitura Municipal de Marabá
Área de Abrangência: Município de Itaituba, estado do Pará
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
25-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Auto Rio Novo Administradora de Bens e Participações Ltda
Empreendimento: Green Avaré Resort Residence
Processo nº 01506.000224/2021-26
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Green Avaré Resort Residence
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueóloga de Campo: Ana Claudia Fragoso
Apoio Institucional: Fundação MAR - Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar
Área de Abrangência: Município de Avaré, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
26-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Fótons de Santa Larissa Energias Renováveis S.A
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Babilônia
Processo nº 01502.000658/2020-85
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Complexo Fotovoltaico Babilônia
Arqueólogo Coordenador: Mateus Santana Rizério
Área de Abrangência: Município de Morro do Chapéu, estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
27-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Bonança Projetos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Bonança II
Processo nº 01506.000534/2021-41
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação do Loteamento Residencial Bonança II
Arqueólogo coordenador: Marcos Rogério Ribeiro de Carvalho
Arqueólogo de campo: Marcos Rogério Ribeiro de Carvalho
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Bragança Paulista, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
28-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Residencial Colina Guarapiranga SPE Ltda
Empreendimento: Residencial Colina Guarapiranga
Processo nº 01506.000433/2021-70
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Residencial Colina Guarapiranga
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Marcelo Rolim Manfrini
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de São Paulo, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
29-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Planner Energia e Saneamento Ltda
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Brasileira - Parques 01 a 06
Processo nº 01402.000103/2021-42
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Complexo Fotovoltaico Brasileira - Parques 01 a 06
Arqueóloga Coordenadora: Shirley Sousa Martins
Arqueóloga de Campo: Caroline Carvalho Almeida
Apoio Institucional: Núcleo de Antropologia Pré-Histórica - NAP - Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Área de Abrangência: Município de Brasileira, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
30-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: CINQDI 20 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Parqville Quaresmeira
Processo nº 01516.000004/2021-83
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Empreendimento Loteamento Parqville Quaresmeira
Arqueólogo Coordenador: Mozart Martins de Araújo Junior
Arqueóloga de Campo: Maria Alexandrina de Sousa Melo
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí - Francisco Honório de Campos
Área de Abrangência: Município de Trindade, estado de Goiás.
Prazo de Validade: 03 (três) meses
31-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Gorski Logística Participações e Serviços Ltda
Empreendimento: Terminal Multicargas e Fertilizantes GL - Lote 5
Processo nº 01492.000494/2020-52
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Terminal Multicargas e Fertilizantes GL - Lote 5
Arqueóloga Coordenadora: Ana Caroline Sousa da Silva
Arqueóloga de Campo: Natálya Cristiana Pereira Pinheiro
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia,
Etnologia e Educação Patrimonial (NAEEP) - Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM) - Prefeitura Municipal de Marabá
Área de Abrangência: Município de Itaituba, estado do Pará
Prazo de Validade: 03 (três) meses
32-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ginco Platinum Incorporações Ltda
Empreendimento: Loteamento Vale do Cuiabá
Processo nº 01425.000049/2021-77
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Loteamento Vale do Cuiabá
Arqueóloga Coordenadora: Crisvanete de Castro Aquino
Arqueólogo de Campo: Fábio Isidio dos Santos
Apoio Institucional: Museu de História Natural de Mato Grosso Casa Dom Aquino - Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais (Ecoss)
Área de Abrangência: Município de Várzea Grande, estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
33-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Galax White Granitos Ltda
Empreendimento: Extração de Granito da Empresa Galax White Granitos Ltda
Processo nº 01409.000376/2020-46
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Extração de Granito da Empresa Galax White Granitos Ltda
Arqueólogo Coordenador: Francisco João Lopes Silva
Arqueólogo de Campo: Francisco João Lopes Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Marilândia, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
34-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Blendcoffee Comércio, Exportação e Importação Ltda
Empreendimento: Blendcoffee Comércio, Exportação e Importação Ltda
Processo nº 01409.000019/2021-69
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Blendcoffee Comércio, Exportação e Importação
Arqueólogo Coordenador: Marcellus D'Almeida de Almeida
Arqueólogo de Campo: Marcellus D'Almeida de Almeida
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich - IPAE
Área de Abrangência: Município de Linhares, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
35-Enquadramento: Nível III
Empreendedor: Faro Energy Desenvolvimento e Locação de Projetos Ltda
Empreendimento: Usina Fotovoltaica (UFV) Ilha do Mel III
Processo nº 01508.000189/2021-25
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área da Usina Fotovoltaica (UFV) Ilha do Mel III
Arqueóloga Coordenadora: Rafaela Fonseca de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Fernanda de Sousa Fernandes
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Siqueira Campos, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses
36-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Klinger de Resende Dutra (Areal São José Ltda)
Empreendimento: São José Ltda
Processo nº 01409.000368/2020-08
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Areal São José
Arqueólogo Coordenador: Marcellus D'Almeida de Almeida
Arqueólogo de Campo: Marcellus D'Almeida de Almeida
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich - IPAE
Área de Abrangência: Município de Linhares, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
37-Enquadramento: Nível III
Empreendedor: Faro Energy Desenvolvimento e Locação de Projetos Ltda
Empreendimento: Usina Fotovoltaica (UFV) Ilha do Mel I e II
Processo nº 01508.000199/2021-61
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área da Usina Fotovoltaica (UFV) Ilha do Mel I e II
Arqueóloga coordenadora: Rafaela Fonseca de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Fernanda de Sousa Fernandes
Apoio institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Astorga, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses
38-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Marianelli Ltda
Empreendimento: Extração de granito da empresa Mineração Marianelli Ltda
Processo nº 01409.000369/2020-44
Projeto: Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Extração de Granito da Empresa Mineração Marianelli Ltda
Arqueólogo Coordenador: Francisco João Lopes Silva
Arqueólogo de Campo: Francisco João Lopes Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra- Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Marilândia, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
39-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: AGCM Construtora e Mineradora Ltda
Empreendimento: AGCM Construtora e Mineradora Ltda
Processo nº 01512.000355/2020-43
Projeto: Avaliação do Impacto ao Patrimônio Arqueológico da AGCM Construtora e Mineradora Ltda
Arqueólogo Coordenador: Sergio Célio Klamt
Arqueólogo de Campo: Sergio Célio Klamt
Área de Abrangência: Município de Campo Bom, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 03 (três) meses
40-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Departamento de Estrada de Rodagem Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária - DERACRE
Empreendimento: Ramal Joaquim Souza - interligação Envira-Juruparí
Processo nº 01423.000135/2019-85
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Ramal Joaquim Souza - Interligação Envira-Juruparí
Arqueóloga Coordenadora: Franciele da Silva
Arqueóloga de Campo: Franciele da Silva
Área de Abrangência: Município de Feijó, estado do Acre
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
41-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Bienergia Ltda
Empreendimento: Parque Eólico Offshore Caucaia
Processo nº 01496.000598/2019-93
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Parque Eólico Offshore Caucaia
Arqueóloga Coordenadora: Rafaela Fonseca de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Ana Cláudia de Arthur Jucá
Área de Abrangência: Municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, estado do Ceará
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
42-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Marianelli Ltda
Empreendimento: Extração de Granito da Empresa Mineração Marianelli Ltda
Processo nº 01409.000371/2020-13
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Extração de Granito da Empresa Mineração Marianelli Ltda
Arqueólogo Coordenador: Francisco João Lopes Silva
Arqueólogo de Campo: Francisco João Lopes Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Colatina, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
43-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: MML - Metais Mineração Ltda
Empreendimento: MML - Metais Mineração - Ampliação FOB nº 0686216/2018, FCE nº R 168623/2018

Processo nº 01514.002476/2018-95
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico na MML - Metais Mineração - Ampliação FOB nº 0686216/2018, FCE nº R 168623/2018
Arqueólogo Coordenador: Marcio Walter de Moura Castro
Arqueólogo de Campo: Marcio Walter de Moura Castro
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming Emperaire - CAALE - Prefeitura de Lagoa Santa
Área de Abrangência: Município de Passa Tempo, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 35, de 21 de maio de 2021, Seção I, Anexo V, Página 129, Autorização nº 24, publicada no DOU em 24 de maio de 2021, onde se lê: Arqueólogas Coordenadoras: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani e Ana Cláudia de Arthur Jucá; Arqueóloga de Campo: Rebeca Garcia Felíssimo, leia-se: Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani; Arqueóloga de Campo: Ana Cláudia de Arthur Jucá.

Na Portaria nº 25, de 09 de abril de 2021, Seção 1, Anexo V, Página 159, Autorização nº 11, Processo n.º 01506.001552/2020-69, publicada em 12/4/2021, onde se lê: "Arqueóloga de Campo: Thaissa de Castro Almeida Caino"; leia-se: "Arqueólogos de Campo: Thaissa de Castro Almeida Caino e Jouran de Deus Ferreira".

Na Retificação, publicada em 17 de maio de 2021, Seção 1, Página 124, processo nº 01508.000670/2014-91, onde se lê "Arqueólogos Coordenadores: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani e Diogo de Souza Borges", leia-se "Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani".

Na Portaria nº 29, de 23 de abril de 2021, Seção I, Anexo IV, Página 261, Autorização nº 15, processo nº 01508.000733/2020-58, publicada em 26/04/2021, onde se lê "Empreendimento: Loteamento Jardim Vegas; Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Jardim Vegas", leia-se "Empreendimento: Loteamento Vegas; Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Vegas".

Na Portaria nº 22, de 26 de março de 2021, Seção I, Anexo II, Página 170, Autorização nº 05, processo nº 01506.005549/2014-76, publicada em 29 de março de 2021, onde se lê "Projeto: Salvamento Arqueológico sítio Santa Maria I e Santa Maria II - Linha 6 do Metrô de São Paulo", leia-se "Projeto: Salvamento Arqueológico sítio Santa Maria I, Santa Maria II e Sara de Souza - Linha 6 do Metrô de São Paulo".

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 49, DE 28 DE MAIO DE 2021

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 47, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO 2021), e a autorização constante no art. 4º, caput, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021 (LOA 2021), resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 15.160.000,00 (quinze milhões, cento e sessenta mil reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0031		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							15.000.000
		Atividades							
03 062	0031 4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal							15.000.000
03 062	0031 4264 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal - Nacional							15.000.000
			F	4	2	90	0	100	15.000.000
TOTAL - FISCAL									15.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.000.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0031		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							160.000
		Atividades							
03 128	0031 20HP	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento							160.000
03 128	0031 20HP 0001	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento - Nacional							160.000
			F	4	2	90	0	100	160.000
TOTAL - FISCAL									160.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									160.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0031		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							15.000.000
		Atividades							
03 062	0031 4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal							15.000.000
03 062	0031 4264 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal - Nacional							15.000.000
			F	3	2	90	0	100	15.000.000
TOTAL - FISCAL									15.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.000.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0031		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							160.000
		Atividades							
03 128	0031 20HP	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento							160.000
03 128	0031 20HP 0001	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento - Nacional							160.000
			F	3	2	90	0	100	160.000
TOTAL - FISCAL									160.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									160.000

PORTARIA PGR/MPU Nº 50, DE 28 DE MAIO DE 2021

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 47, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO 2021), e a autorização constante no art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "2", da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021 (LOA 2021), resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 30.198.719,00 (trinta milhões, cento e noventa e oito mil, setecentos e dezenove reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0031		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							13.915.987
		Atividades							
03 301	0031 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							13.915.987
03 301	0031 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							13.915.987
			S	3	1	90	0	100	13.915.987
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.915.987
TOTAL - GERAL									13.915.987

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0031		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							1.560.742
		Atividades							
03 301	0031 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.560.742
03 301	0031 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							1.560.742
			S	3	1	90	0	100	1.560.742
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.560.742
TOTAL - GERAL									1.560.742

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0031		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							4.718.688
		Atividades							
03 301	0031 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							4.718.688
03 301	0031 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							4.718.688
			S	3	1	90	0	100	4.718.688
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.718.688
TOTAL - GERAL									4.718.688

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0031		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							10.003.302
		Atividades							
03 301	0031 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							10.003.302
03 301	0031 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							10.003.302
			S	3	1	90	0	100	10.003.302
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.003.302
TOTAL - GERAL									10.003.302

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0031		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							13.915.987
		Projetos							
03 122	0031 15VQ	Aquisições de Edificios-Sedes para o Ministério Público Federal							13.915.987
03 122	0031 15VQ 0001	Aquisições de Edificios-Sedes para o Ministério Público Federal - Nacional							13.915.987
			F	5	2	90	0	100	13.915.987
TOTAL - FISCAL									13.915.987
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.915.987

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							1.560.742
		Atividades							
03 062	0031 4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar							1.560.742
03 062	0031 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional							1.560.742
			F	3	2	90	0	100	1.560.742
TOTAL - FISCAL									1.560.742
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.560.742

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							4.718.688
		Atividades							
03 062	0031 4261	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios							4.718.688
03 062	0031 4261 0053	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - No Distrito Federal							4.718.688
			F	3	2	90	0	100	4.718.688
TOTAL - FISCAL									4.718.688
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.718.688

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							10.003.302
		Atividades							
03 062	0031 4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho							7.003.302
03 062	0031 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional							7.003.302
			F	3	2	90	0	100	7.003.302
		Projetos							
03 122	0031 15VS	Aquisições de Edificios-Sedes para o Ministério Público do Trabalho							3.000.000
03 122	0031 15VS 0001	Aquisições de Edificios-Sedes para o Ministério Público do Trabalho - Nacional							3.000.000
			F	5	2	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									10.003.302
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.003.302

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 289ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias de maio de dois mil e vinte e um às quatorze horas, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Ducentésima Octagésima Nona (289a) Sessão Ordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, por meio de videoconferência, tendo em vista a atual situação de pandemia (coronavírus - COVID-19). Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho, Eliane Araque dos Santos e as Subprocuradoras-Gerais do Trabalho, Andréa Isa Rípóli e Sandra Lia Simón. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) CONSULTAS

Processo CNS-000001.2021.30.000/0 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: CONSULENTE: CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - CCR - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer da consulta e, no mérito, por unanimidade, respondê-la consignando que a reversão de bens e valores decorrentes da atuação finalística do MPT e destinadas ao Projeto Ação Solidária, definidas na forma da presente Consulta, encontra-se alinhada com o disposto no artigo 6°, inciso V, da Resolução 179/2020, do CSMPT, bem como ao artigo 13 da Lei de Ação Cívil Pública, uma vez evidente a reparação da lesão aos direitos trabalhistas metaindividuais, nos termos do voto do(a) relator(a).

2) CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

Processo IC-000177.2014.02.004/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITANTE: MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA, SUSCITADO: LÉA ÉMILE MACIEL JORGE DE SOUZA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do suscitante, Procurador do Trabalho Marcelo Freire Sampaio Costa, lotado no 46° Ofício da PRT da 2ª Região. nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000073.2015.02.005/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITANTE: MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA, SUSCITADO: MARCIUS CRUZ DA PONTE SOUZA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do suscitante, Procurador do Trabalho Marcelo Freire Sampaio Costa, lotado no 46° Ofício da PRT da 2ª Região. nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001859.2020.19.000/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITANTE: ADIR DE ABREU, SUSCITADO: EME CARLA CRUZ DA SILVA CARVALHO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição da Procuradora do Trabalho Eme Carla Cruz da Silva Carvalho, titular do 8° Ofício da PRT 19ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000588.2021.02.000/5 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITANTE: ROBERTO PINTO RIBEIRO, SUSCITADO: JOÃO FILIPE MOREIRA LACERDA SABINO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do Membro suscitado, João Felipe Moreira Lacerda Sabino, titular do 55° Ofício geral da PRT 2ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000172.2021.02.003/0 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: SUSCITADO: JOSÉ PEDRO DOS REIS, SUSCITANTE: DIEGO CATELAN SANCHES - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do Membro suscitante, Diego Castelan Sanches, titular do 4° Ofício-Geral de Santos/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000872.2021.09.000/7 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: SUSCITANTE: CRISTIANE MARIA SBALQUEIRO LOPES, SUSCITADO: ANA LÚCIA BARRANCO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do Membro suscitado, Ana Lúcia Barranco, que atua em substituição no 17° Ofício da PRT 9ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000503.2021.12.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: ACIR ALFREDO HACK , SUSCITANTE: ALICE NAIR FEIBER SÔNEGO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do Membro suscitado, Procurador do Trabalho Acir Alfredo Hack (12° Ofício Geral da PRT 12ª Região), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001496.2021.15.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: FABIOLA JUNGES ZANI , SUSCITANTE: JULIANA MENDES MARTINS ROSOLEN - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição da membra suscitante, Procuradora do Trabalho Juliana Mendes Martins Rosolen (integrante da Divisão Especializada de Trabalho na Administração Pública), titular do 24° Ofício Especializado da sede da PRT 15ª Região. devendo a PRT de Origem juntar cópia do presente voto no PP 004461.2020.15.000/2 e na NF 001350.2021.15.000/0-6, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) ANULAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

Processo PP-000403.2002.02.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, INVESTIGADO: OSRAM DO BRASIL - CIA. DE LÂMPADAS ELÉTRICAS LTDA. - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a proposta de revisão de TAC encaminhada, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo PP-000346.2007.09.004/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP, 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT - PRT9 - PTM DE FOZ DO IGUAÇU, INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, ratificar a revisão proposta aos Termos de Ajuste de Conduta n° 44/2008 e 45/2008, mediante a celebração do Temo de Ajuste de Conduta Retificador n° 3/2021, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-000285.2012.04.006/0 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTERIO DA ECONOMIA - GERENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE CAXIAS DO SUL, INQUIRIDO: TRANSPORTES TRANSLOVATO LTDA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a proposta de revisão de TAC encaminhada, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da Câmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às quatorze horas e quarenta minutos.

DRA. ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora

DRA. ANDRÉA ISA RÍPOLI
Membro

DRA. SANDRA LIA SIMÓN
Membro

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

1ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias de maio de dois mil e vinte e um às quatorze horas e trinta e cinco minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Quadragésima (40a) Sessão Ordinária da 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, por meio de videoconferência, tendo em vista a atual situação de pandemia (coronavírus - COVID-19). Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho Andréa Isa Rípoli, os Procuradores Regionais do Trabalho André Lacerda e Ileana Neiva Mousinho e a Membra Suplente, Procuradora do Trabalho, Renata Coelho Vieira. Registra-se a presença do Membro Suplente da 3a Subcâmara de Coordenação e Revisão, Dr. Afonso de Paula Pinheiro Rocha. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) PROCESSOS COM VISTA NA PAUTA DE SESSÃO

Processo IC-000193.2020.15.001/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: BALDIN BIOENERGIA S.A., NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE BAURU - Relatora: Dra. Renata Coelho Vieira. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas sucessivos da Dra Andrea Isa Rípoli e Ileana Neiva Mousinho.

2) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-001645.2015.07.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: ATACADÃO DISTRIBUIÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, INQUIRIDO: ATACADÃO S.A. - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001843.2017.19.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: EDGAR ANTUNES NETO - FAZENDA LAGOA REDONDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM ALAGOAS - SRTE/AL - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000509.2018.02.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ATO DA PROCURADORA DO TRABALHO LORENA VASCONCELOS PORTO, INQUIRIDO: UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A. (ANTIGA DENOMINAÇÃO: QUALIBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A.) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001613.2018.07.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ATENDIMED -SERVICOS MEDICOS LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000382.2018.21.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES SANTOS & AMARANTE LTDA. - ME, NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido o Dr. André Lacerda.

Processo IC-000783.2019.02.002/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM OSASCO/SP, INQUIRIDO: MINERAÇÃO TABOCA S/A. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000092.2019.05.006/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE ARACI, NOTICIANTE: SIGILOSO. - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento da denúncia que trata dos garis e da insalubridade, e homologar em relação à primeira denúncia, envolvendo obras de construção civil, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001856.2019.07.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: NORDESTE EMERGENCIAS E SOLUCOES MEDICAS LTDA , NOTICIANTE: WILLIAN MENEZES DE SOUZA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000079.2019.13.001/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: AMORIM & BRITO ADVOGADOS ASSOCIADOS , INQUIRIDO: DANILO NÓBREGA SIQUEIRA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000049.2019.18.001/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: MASUT COMBUSTÍVEIS LTDA. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000087.2019.19.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: INSTITUTO SAUDE E CIDADANIA - ISAC, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001813.2019.19.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: FEDERACAO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS E ASSALARIADAS RURAIS DO ESTADO DE ALAGOAS - FETAR/AL , INQUIRIDO: SITIO SERRA DO LINO (2591245-3) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001082.2019.21.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: PLANO URBANISMO LTDA., NOTICIANTE: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000221.2020.01.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: VIACAO ITAPEMIRIM S.A. , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001126.2020.01.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: AME DIGITAL BRASIL LTDA. , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-004352.2020.01.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MOV RIO & SSP/RJ (DISQUE DENÚNCIA), INQUIRIDO: NATATICA COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-007911.2020.01.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: STONE PAGAMENTOS S.A. , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-008143.2020.01.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: BAZAR O AMIGAO DE GUADALUPE LTDA , NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000594.2020.01.004/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DUQUE DE CAXIAS, NOTICIANTE: MOV RIO & SSP/RJ (DISQUE DENÚNCIA), INQUIRIDO: TORRE E CIA SUPERMERCADOS S A - Relatora: Dra. Renata Coelho Vieira. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000283.2020.01.006/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INVESTIGADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE) HOSPITAL ESTADUAL ARY PARREIRAS, INVESTIGADO: SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000300.2020.01.007/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002619.2020.02.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, INVESTIGADO: LINE LIFE CARDIOVASCULAR, COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002809.2020.02.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: ASSOCIACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS (CTA MOOCA I - CENTRO TEMPORÁRIO DE ACOLHIMENTO), NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO/SP - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-005746.2020.02.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: BK BRASIL OPERACAO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A., INVESTIGADO: BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES SA (BURGER KING - BK FILIAL INTERLAGOS), INVESTIGADO: BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES SA (BURGER KING), NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-005793.2020.02.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, INVESTIGADO: MONTEIRO'S CAFE LTDA - Relatora: Dra. Renata Coelho Vieira. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000989.2020.02.002/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: I.W. COMERCIAL DE UNIFORMES E E.P.I.S. LTDA. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000668.2020.02.003/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: IRMANDADE HOSPITAL SÃO JOSÉ - SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO VICENTE, NOTICIANTE: SINTTARESP - SINDICATO DOS TECNÓLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIAR EM RADIOLOGIA, DIAGNÓSTICO POR IMAGENS E TERAPIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000689.2020.02.003/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ORGANIZACAO SOCIAL BENEFICENTE CRISTA DEASSISTENCIA SOCIAL A SAUDE E EDUCACAO -ORGANIZACAO MAOS AMIGAS, NOTICIANTE: SINTARESP - SINDICATO DOS TECNÓLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000101.2020.02.005/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: ATENTO BRASIL S.A., NOTICIANTE: WESLEY MORAES PADILHA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000455.2020.02.005/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, INVESTIGADO: GRAN PARK COMESTÍVEIS LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000485.2020.02.005/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: TAM LINHAS AÉREAS S.A. (CUMBICA-GUARULHOS), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000896.2020.03.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE BETIM (SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BETIM) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002384.2020.03.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: DENÚNCIA ANÔNIMA, INQUIRIDO: ELDORADO REFEICOES LTDA. - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-004230.2020.03.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: FAZENDAS NOSSA SENHORA DA GUIA S/A , NOTICIANTE: MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000183.2020.03.006/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE SABINÓPOLIS (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE) - Relatora: Dra. Renata Coelho Vieira. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002004.2020.04.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, INVESTIGADO: STAR SERVICE VIGILANCIA LTDA ME, INVESTIGADO: TEDESCO SERVIÇOS DE PORTARIA EIRELI - Relatora: Dra. Renata Coelho Vieira. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-003263.2020.04.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, INVESTIGADO: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000148.2020.04.004/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: RUBIA VANESSA CANABARRO, INVESTIGADO: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000238.2020.04.004/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: CAMIL ALIMENTOS S.A., NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PELOTAS - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000308.2020.04.004/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000378.2020.04.004/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: BRINK'S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., NOTICIANTE: MUNICÍPIO DE PELOTAS - SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000133.2020.04.006/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: FCT - FARMACIA DO TRABALHADOR SULAMERICANA LTDA. - EPP - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000136.2020.04.007/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE TRIUNFO - SINDICONSTRUPOLO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000149.2020.04.007/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: GERDAU S.A., NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000813.2020.05.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: COREN - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM, INQUIRIDO: ESTADO DA BAHIA (SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO), INQUIRIDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA ADM HOSPITALAR - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000877.2020.05.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A (HOSPITAL DA CIDADE), NOTICIANTE: COREN - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001467.2020.05.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DA BAHIA, INQUIRIDO: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002141.2020.05.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: TEL CENTRO DE CONTATOS - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002727.2020.06.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MARISA LOJAS S. A. (VIDE DENÚNCIA), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000644.2020.09.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: ADVOCACIA BELLINATI PEREZ , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003268.2020.09.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: DIMED S/A - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, NOTICIANTE: MPT - PRT 9ª REGIÃO - SEDE - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000595.2020.09.003/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, INVESTIGADO: GREIF EMBALAGENS INDUSTRIAIS DO BRASIL - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000116.2020.09.005/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: ALIMENTOS N BONN LTDA, NOTICIANTE: MPE - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CIANORTE - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001051.2020.11.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: CENTRO DE ENSINO E TREINAMENTO BG LTDA , NOTICIANTE: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - DISQUE DIREITOS HUMANOS - DISQUE 100 - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido o Dr. André Lacerda.

Processo PP-000776.2020.12.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS SILVEIRA LTDA, NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001421.2020.12.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: COMERCIO DE REFRIGERACAO SANTA LUZIA LTDA, NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido o Dr. André Lacerda.

Processo IC-000448.2020.12.001/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: ZANOTTI S/A - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000051.2020.14.002/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: COOPERATIVA DE TRABALHO DE ESTACAO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO E SERVICOS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000124.2020.14.002/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: GARONDÔNIA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE , NOTICIANTE: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO (PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002852.2020.15.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INVESTIGADO: UNIAO - COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-003164.2020.15.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: COMERCIAL BRASIL DE ATIBAIA LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000330.2020.15.005/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/PRT15ª REGIÃO EM PRESIDENTE PRUDENTE, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE DRACENA (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE) - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000372.2020.15.008/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: AUTOMEC COMERCIAL VEICULOS LTDA , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000462.2020.17.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001117.2020.17.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PUBLICOS, ATIVOS E APOSENTADOS DO ESTADO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO , INVESTIGADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000070.2020.17.003/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO, INQUIRIDO: SUPERMERCADO BUSSOLAR LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001577.2020.18.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: SANTA MARTA DISTRIBUIDORA DE DROGAS LTDA (DROGARIA SANTA MARTA) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001158.2020.19.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFAL, NOTICIANTE: SIGILOSO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001747.2020.19.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: CHURRASCARIA BEACH PRIME LTDA , NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002574.2020.19.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: CARDIOVAS PRODUTOS MEDICOS LTDA , NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000238.2020.22.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKENTING E INFORMÁTICA S.A., NOTICIANTE: DEPARTAMENTO DE OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000456.2020.22.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES NO ESTADO DO PIAUÍ - SINTTEL/PI - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000504.2020.24.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: JBS S/A, INVESTIGADO: JBS S/A - UNIDADE II, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CARNES E DERIVADOS DE CAMPO GRANDE/MS - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000741.2020.24.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, INVESTIGADO: S. PIRES COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000964.2020.24.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: SDB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. - Relatora: Dra. Renata Coelho Vieira. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000654.2021.01.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: HOSPITAL BALBINO, NOTICIANTE: MOV RIO & SSP/RJ (DISQUE DENÚNCIA) - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000077.2021.02.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, NOTICIADO: REVEST CAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001878.2021.02.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: SULAMERICANA DE FIEIRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001889.2021.02.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: MPT/PRT02 REGIÃO, NOTICIADO: XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002043.2021.02.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: CIEDS CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000189.2021.02.001/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: SCP - SAO BERNARDO PLAZA SHOPPING, NOTICIADO: SHOPPING MAUÁ, NOTICIADO: SHOPPING METROPOLE - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000007.2021.02.005/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, NOTICIADO: MERCADO FONTE NOVA RECREIO LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000578.2021.04.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000018.2021.04.002/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MAGAZINE LUIZA S/A - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000041.2021.05.001/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: BOA ESCOLHA MÓVEIS LTDA, NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000416.2021.06.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: RM TERCEIRIZACAO E GESTAO DE RECURSOS HUMANOS EIRELI (VIDE DENUNCIA) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000267.2021.07.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DEPARTAMENTO DE OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, INVESTIGADO: NEW PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000425.2021.09.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: ANDRITZ BRASIL LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000025.2021.09.010/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: GUERRO & PAGNASSUT LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000090.2021.10.001/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESTADO DO TOCANTINS - COREN/TO, NOTICIADO: MUNICIPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000002.2021.13.002/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE IGARACY/PB, NOTICIANTE: FRANCISCO MOREIRA FILHO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000606.2021.15.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: P & P MARKETING E DIVULGACAO EIRELI, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000072.2021.15.003/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: FRIGORÍFICO DOM GLUTÃO LTDA, NOTICIANTE: IDENTIDADE RESGUARDADA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000086.2021.15.006/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMA, NOTICIADO: CARS - GESTAO PATRIMONIO & LOCACOES EIRELI - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000027.2021.18.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ARAGUAIA CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - Relatora: Dra. Renata Coelho Vieira. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000091.2021.19.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: PAGGO ADMINISTRADORA LTDA , NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-000328.2019.09.008/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANTÔNIO AGUINEL FERREIRA BATISTA, INQUIRIDO: VIAÇÃO CAMPOS GERAIS LTDA. - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo IC-000116.2019.13.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: GRÁFICA JB, NOTICIANTE: PRT 13ª REGIÃO (JOSÉ CAETANO DOS SANTOS FILHO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PA-MED-000557.2020.01.005/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REQUERIDO: CENTRO EDUCACIONAL TERRA NOVA DE ARARUAMA LTDA , REQUERENTE: FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002223.2020.02.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE ANÔNIMO), INVESTIGADO: SÃO PAULO TRANSPORTE SA (SPTRANS), INVESTIGADO: SÃO PAULO TRANSPORTES SA (SPTRANS), INVESTIGADO: SÃO PAULO TRANSPORTES SA SPTRANS - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-006930.2020.02.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, NOTICIADO: WEST BEAR ENSINO CANADENSE LTDA EPP (MAPLE BEAR POMPEIA) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer do Pedido de Reconsideração e, no mérito, por unanimidade, manter a decisão de não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000404.2020.04.001/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO - PTMPF, NOTICIADO: JBS AVES LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer do pedido de reconsideração e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe parcial provimento para retirar o desvio de função como objeto de investigação, ratificando-se a necessidade de que haja continuidade na investigação relacionada ao não pagamento do adicional de periculosidade, considerando-se que essa investigação deve estar associada à análise do meio ambiente do trabalho dos funcionários de manutenção elétrica da empresa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002891.2020.05.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE ANÔNIMO, NOTICIADO: MEX COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS EIRELI - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, determinando que o Ministério da Economia seja oficiado, a fim de que tome as medidas necessárias, nos termos da Lei 14.020/2020, visando à apuração de possível fraude na concessão do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda aos empregados da investigada, além da adoção das medidas legais para eventual ressarcimento de prejuízo experimentado pela União, nos termos do art. 14 da Lei 14.020/2020, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000105.2020.15.002/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: PETROBRÁS PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - REFINARIA HENRIQUE LAGE (REVAP - SÃO JOSE DOS CAMPOS)) , NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE DESTILAÇÃO E REFINAÇÃO DO PETRÓLEO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001680.2020.19.000/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: CRO - CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO ESTADO DE ALAGOAS, NOTICIANTE: SINCOAL - SINDICATO DOS SERVIDORES EM CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO ESTADO DE ALAGOAS - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000280.2021.01.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CONDOMINIO DO EDIFICIO PRINCIPE D'ORANGE, NOTICIADO: NAPOLEAO CONSTRUTORA E MANUTENCAO PREDIAL LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000350.2021.02.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: HALICHEF OPERADORA DE RESTAURANTES LTDA. , NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE ANÔNIMO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000897.2021.02.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: LCB2 RESTAURANTES LTDA ME, NOTICIANTE: MPT / PRT 2 ª REGIÃO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000246.2021.02.002/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: VARA DO TRABALHO DE ITAPEVI - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000105.2021.04.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: EMPRESA GAZÔMETRO DE TRANSPORTES S.A., NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. André Lacerda. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dra. Ileana Neiva Mousinho, a 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000046.2021.09.008/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANTÔNIO AGUINEL FERREIRA BATISTA, NOTICIADO: VIAÇÃO CAMPOS GERAIS LTDA. - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000336.2021.13.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: LEONILA LEITE PINTO DA COSTA, NOTICIADO: LEONILA LEITE PINTO DA COSTA - ME, NOTICIADO: LEONORA LEITE PINTO DA COSTA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000821.2021.15.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: ALEJANDRO CORTÉS FLÓREZ, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE ITIRAPINA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000331.2021.19.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIANTE: SIGILOSO, NOTICIADO: SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL, NOTICIADO: VIA AMBIENTAL ENGENHARIA E SERVIÇOS SA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo IC-000010.2014.21.002/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: VIA POSTO - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000006.2015.10.002/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA, NOTICIANTE: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO TOCANTINS - SRT/TO - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento com recomendação, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000338.2015.18.003/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: TANIA MEIRE TRUCOLO SILVA - ME - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002228.2016.07.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: DNS COMERCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, INQUIRIDO: DNS IRRIGAÇÃO, COMERCIO DE MARQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA. - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000359.2017.13.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: INSTALADORA ELETROTEC LTDA - EPP, NOTICIANTE: PRT 13ª REGIÃO (MARIA EDLENE LINS FELIZARDO) - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000034.2018.07.002/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: NETLINK INSTALAÇÕES E COMUNICAÇÕES, INQUIRIDO: UEUDO GERMANO DE ALENCAR GONÇALVES - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento com recomendações, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000364.2018.11.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: MISTER ECO WASH - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000423.2019.18.003/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CARTONER S & A CARTUCHOS EIRELI - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

5) DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

Processo NF-000519.2020.14.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO (artigo 2º, § 6º da Resolução n. 69/2007, do CSMPT), NOTICIADO: ESTADO DE RONDÔNIA - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE (SESAU) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000018.2021.13.002/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MUNICÍPIO DE MATURÉIA/PB - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000231.2021.19.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: ESTADO DE ALAGOAS - HOSPITAL GERAL DO ESTADO - HGE - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Também foi deliberado, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-000527.2019.01.004/5, IC-005896.2020.01.000/5 - PRT 3ª Região-MG - PP-000511.2020.03.002/0, NF-000095.2021.03.001/6, NF-000051.2021.03.003/8 - PRT 4ª Região-RS - IC-000119.2021.04.002/4 - PRT 9ª Região-PR - NF-000039.2021.09.007/3 - PRT 10ª Região-DF - PP-001988.2020.10.000/4 - PRT 12ª Região-SC - NF-000062.2021.12.002/8, NF-000074.2021.12.004/2 - PRT 15ª Região-Campinas - NF-000090.2021.15.004/5 - PRT 17ª Região-ES - NF-000399.2021.17.000/7 - PRT 19ª Região-AL - NF-002541.2020.19.000/3.

6) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-000660.2013.01.004/1, IC-003276.2014.01.000/7, IC-004171.2014.01.000/0, IC-000247.2015.01.007/7, IC-002777.2016.01.000/4, IC-003172.2016.01.000/1, IC-004247.2016.01.000/5, IC-004833.2016.01.000/0, IC-001112.2016.01.004/0, IC-001190.2016.01.004/0, IC-000261.2016.01.006/5, IC-000161.2016.01.007/8, IC-000172.2016.01.007/1, IC-000207.2016.01.007/0, IC-000266.2017.01.000/4, IC-000754.2017.01.000/5, IC-004821.2017.01.000/5, IC-006436.2017.01.000/6, IC-006534.2017.01.000/2, IC-007067.2017.01.000/0, IC-001253.2017.01.004/0, IC-003456.2018.01.000/6, IC-004193.2018.01.000/1, IC-005051.2018.01.000/6, IC-005661.2018.01.000/6, IC-005964.2018.01.000/4, IC-006475.2018.01.000/8, IC-000634.2018.01.004/9, IC-001187.2018.01.004/5, IC-000460.2018.01.005/0, IC-000274.2018.01.006/7, IC-000021.2019.01.000/7, IC-000033.2019.01.000/0, IC-000147.2019.01.000/3, IC-000426.2019.01.000/7, IC-001783.2019.01.000/6, IC-001883.2019.01.000/3, IC-002244.2019.01.000/8, IC-003591.2019.01.000/3, IC-004019.2019.01.000/8, IC-004197.2019.01.000/5, IC-004357.2019.01.000/4, IC-004646.2019.01.000/4, IC-005296.2019.01.000/5, IC-005656.2019.01.000/9, IC-006321.2019.01.000/9, IC-006331.2019.01.000/5, IC-006766.2019.01.000/0, IC-006878.2019.01.000/5, IC-006887.2019.01.000/6, IC-000402.2019.01.001/8, IC-000556.2019.01.001/8, IC-000584.2019.01.001/7, IC-000330.2019.01.002/0, IC-000414.2019.01.003/0, IC-000034.2019.01.006/8, IC-000091.2019.01.006/5, IC-000202.2019.01.008/8, IC-000273.2020.01.000/7, IC-000360.2020.01.000/9, IC-000967.2020.01.000/2, IC-000980.2020.01.000/2, IC-001465.2020.01.000/9, IC-002293.2020.01.000/0, IC-002401.2020.01.000/7, IC-002691.2020.01.000/9, IC-003857.2020.01.000/9, IC-003886.2020.01.000/2, IC-004023.2020.01.000/8, IC-004266.2020.01.000/4, IC-004481.2020.01.000/4, IC-004485.2020.01.000/6, PP-005675.2020.01.000/2, IC-005676.2020.01.000/8, PP-005740.2020.01.000/3, IC-005862.2020.01.000/4, IC-005962.2020.01.000/1, IC-006257.2020.01.000/0, IC-006497.2020.01.000/0, IC-006983.2020.01.000/8, IC-007066.2020.01.000/4, IC-007447.2020.01.000/6, IC-007498.2020.01.000/3, IC-007589.2020.01.000/0, IC-007638.2020.01.000/0, NF-007708.2020.01.000/8, NF-008567.2020.01.000/4, NF-008589.2020.01.000/8, NF-008596.2020.01.000/8, PP-008617.2020.01.000/0, PP-000557.2020.01.001/3, NF-000573.2020.01.001/2, IC-000201.2020.01.002/5, IC-000391.2020.01.004/0, IC-000455.2020.01.004/5, IC-000470.2020.01.004/8, IC-000752.2020.01.004/0, IC-000867.2020.01.004/8, NF-001416.2020.01.004/5, IC-001477.2020.01.004/9, IC-001508.2020.01.004/7, IC-000277.2020.01.005/7, NF-000518.2020.01.005/4, IC-000269.2020.01.006/3, IC-000323.2020.01.006/4, IC-000482.2020.01.006/0, IC-000602.2020.01.006/8, IC-000831.2020.01.006/0, PP-001122.2020.01.006/4, IC-001149.2020.01.006/5, IC-000235.2020.01.007/7, PP-000327.2020.01.007/0, NF-000224.2021.01.000/0, NF-000263.2021.01.000/2, IC-000312.2021.01.000/8, NF-000619.2021.01.000/7, NF-000816.2021.01.000/4, NF-000874.2021.01.000/5, NF-000910.2021.01.000/4, NF-000954.2021.01.000/9, NF-000972.2021.01.000/0, NF-001240.2021.01.000/6, NF-001284.2021.01.000/3, NF-000093.2021.01.001/6, NF-000050.2021.01.002/3, NF-000047.2021.01.003/8, NF-000057.2021.01.003/6, NF-000066.2021.01.003/7, IC-000083.2021.01.004/3, NF-000211.2021.01.004/7, NF-000103.2021.01.006/6, NF-000123.2021.01.006/0, NF-000125.2021.01.006/3, NF-000003.2021.01.007/8 - PRT 2ª Região-SP - IC-000102.2013.02.005/2, IC-000300.2014.02.001/1, IC-000489.2015.02.005/5, IC-000071.2016.02.004/7, IC-000179.2016.02.004/5, IC-000245.2016.02.005/7, IC-000324.2016.02.005/4, IC-000637.2017.02.000/3, IC-001594.2017.02.000/0, IC-001138.2017.02.001/3, IC-000928.2017.02.002/9, IC-000443.2017.02.005/3, IC-000489.2017.02.005/0, IC-000500.2017.02.005/3, IC-000523.2017.02.005/7, IC-000557.2017.02.005/4, IC-002901.2018.02.000/6, IC-003209.2018.02.000/7, IC-004187.2018.02.000/8, IC-004809.2018.02.000/9, IC-005617.2018.02.000/8, IC-006620.2018.02.000/4, IC-006986.2018.02.000/7, IC-008807.2018.02.000/0, IC-000103.2018.02.004/1, IC-000309.2018.02.005/7, IC-000061.2019.02.000/2, IC-000168.2019.02.000/6, IC-003126.2019.02.000/8, IC-003776.2019.02.000/3, IC-003916.2019.02.000/0, IC-004133.2019.02.000/6, IC-004315.2019.02.000/9, IC-004751.2019.02.000/1, IC-004878.2019.02.000/0, IC-006624.2019.02.000/8, NF-006875.2019.02.000/0, IC-007320.2019.02.000/2, IC-007879.2019.02.000/0, IC-007955.2019.02.000/2, IC-008236.2019.02.000/2, IC-000388.2019.02.001/8, IC-000086.2019.02.002/9, IC-000153.2019.02.002/9, IC-000531.2019.02.002/4, IC-000769.2019.02.002/3, IC-000954.2019.02.002/0, IC-001261.2019.02.002/3, IC-000609.2019.02.003/2, IC-000748.2019.02.003/3, IC-000090.2019.02.004/7, IC-000054.2019.02.005/5, IC-000361.2019.02.005/2, IC-000378.2019.02.005/4, IC-000247.2020.02.000/2, IC-001053.2020.02.000/3, IC-002186.2020.02.000/4, PP-002325.2020.02.000/5, NF-002670.2020.02.000/1, PP-002762.2020.02.000/3, IC-002879.2020.02.000/5, PP-003245.2020.02.000/9, PP-003388.2020.02.000/8, PP-003701.2020.02.000/8, PP-003848.2020.02.000/9, NF-004014.2020.02.000/8, PP-004298.2020.02.000/5, NF-004414.2020.02.000/7, PP-004651.2020.02.000/0, IC-004895.2020.02.000/2, IC-004939.2020.02.000/3, PP-005016.2020.02.000/7, PP-005100.2020.02.000/5, PP-005546.2020.02.000/2, PP-005714.2020.02.000/7, IC-005731.2020.02.000/3, IC-006003.2020.02.000/2, NF-006382.2020.02.000/0, NF-006486.2020.02.000/9, IC-006576.2020.02.000/0, PP-006769.2020.02.000/4, NF-006772.2020.02.000/2, NF-006819.2020.02.000/0, PP-006900.2020.02.000/1, PP-007170.2020.02.000/6, PP-007181.2020.02.000/8, NF-007300.2020.02.000/6, PP-007304.2020.02.000/8, IC-007366.2020.02.000/7, PP-007429.2020.02.000/5, NF-000657.2020.02.001/3, IC-000710.2020.02.001/8, IC-000330.2020.02.002/0, NF-000827.2020.02.002/9, IC-000921.2020.02.002/9, PP-000677.2020.02.003/0, NF-000143.2020.02.004/2, IC-000059.2020.02.005/3, IC-000098.2020.02.005/9, IC-000106.2020.02.005/3, IC-000131.2020.02.005/3, IC-000151.2020.02.005/8, IC-000177.2020.02.005/0, PP-000357.2020.02.005/2, PP-000362.2020.02.005/8, IC-000387.2020.02.005/4, PP-000011.2021.02.000/7, NF-000028.2021.02.000/6, PP-000182.2021.02.000/4, NF-000222.2021.02.000/9, NF-000258.2021.02.000/9, NF-000356.2021.02.000/4, NF-000392.2021.02.000/8, NF-000618.2021.02.000/2, NF-000667.2021.02.000/2, NF-000729.2021.02.000/4, NF-000733.2021.02.000/3, NF-000752.2021.02.000/1, NF-000754.2021.02.000/4, NF-000808.2021.02.000/1, NF-000946.2021.02.000/6, NF-000956.2021.02.000/3, NF-001003.2021.02.000/3, NF-001019.2021.02.000/2, NF-001027.2021.02.000/8, NF-001095.2021.02.000/1, NF-001132.2021.02.000/4, NF-001179.2021.02.000/8, NF-001238.2021.02.000/4, NF-001271.2021.02.000/1, NF-001320.2021.02.000/1, NF-001403.2021.02.000/2, NF-001480.2021.02.000/7, NF-001588.2021.02.000/8, NF-001600.2021.02.000/0, NF-001700.2021.02.000/8, NF-001727.2021.02.000/9, NF-001879.2021.02.000/9, NF-001936.2021.02.000/4, NF-001957.2021.02.000/2, NF-001980.2021.02.000/3, NF-002065.2021.02.000/0, NF-002123.2021.02.000/1, NF-002279.2021.02.000/3, NF-002349.2021.02.000/1, PP-000011.2021.02.001/9, NF-000129.2021.02.001/6, NF-000146.2021.02.001/1, NF-000155.2021.02.001/2, NF-000170.2021.02.001/5, NF-000198.2021.02.001/0, NF-000238.2021.02.001/5, NF-000013.2021.02.002/5, NF-000233.2021.02.002/4, NF-000280.2021.02.002/1, NF-000076.2021.02.003/8, NF-000103.2021.02.003/5, NF-000139.2021.02.003/5, IC-000006.2021.02.005/0, NF-000077.2021.02.005/9, IC-000114.2021.02.005/0 - PRT 3ª Região-MG - IC-000308.2017.03.000/5, IC-000856.2017.03.000/0, IC-002942.2017.03.000/6, IC-000726.2017.03.002/1, IC-001005.2017.03.002/0, IC-000150.2017.03.006/0, IC-000367.2017.03.009/0, IC-000372.2017.03.010/9, IC-000380.2017.03.010/3, IC-000389.2017.03.010/0, IC-000439.2017.03.010/2, IC-005180.2018.03.000/9, IC-000601.2018.03.002/0, IC-000298.2018.03.010/6, IC-001393.2019.03.000/5, IC-003407.2019.03.000/3, IC-004279.2019.03.000/2, IC-000444.2019.03.001/3, IC-000546.2019.03.002/5, IC-000701.2019.03.002/0, IC-000018.2019.03.004/2, IC-000057.2019.03.005/0, IC-000282.2019.03.007/9, IC-000032.2019.03.008/2, IC-000490.2019.03.010/4, IC-000372.2020.03.000/2, IC-000935.2020.03.000/1, IC-000997.2020.03.000/8, IC-001399.2020.03.000/4, PP-001464.2020.03.000/5, IC-001813.2020.03.000/7, IC-001868.2020.03.000/6, IC-002139.2020.03.000/0, IC-002330.2020.03.000/5, IC-002381.2020.03.000/2, IC-002792.2020.03.000/3, IC-002916.2020.03.000/9, IC-003101.2020.03.000/5, PP-003185.2020.03.000/8, PP-003889.2020.03.000/0, PP-003899.2020.03.000/7, PP-003965.2020.03.000/3, IC-004135.2020.03.000/4, PP-004439.2020.03.000/8, IC-004504.2020.03.000/9, NF-004658.2020.03.000/0, IC-004838.2020.03.000/1, NF-004900.2020.03.000/6, IC-004907.2020.03.000/4, IC-004930.2020.03.000/5, NF-000827.2020.03.001/0, IC-000284.2020.03.002/6, IC-000230.2020.03.003/5, NF-000169.2020.03.004/7, IC-000153.2020.03.005/2, PP-000289.2020.03.007/2, IC-000138.2020.03.008/2, IC-000145.2020.03.009/1, IC-000236.2020.03.010/1, IC-000047.2021.03.000/8, IC-000196.2021.03.000/9, NF-000244.2021.03.000/8, NF-000828.2021.03.000/8, NF-000856.2021.03.000/7, NF-000950.2021.03.000/7, NF-000978.2021.03.000/2, NF-000014.2021.03.001/3, NF-000068.2021.03.001/3, NF-000103.2021.03.001/5, NF-000208.2021.03.001/5, NF-000033.2021.03.002/4, NF-000065.2021.03.002/3, NF-000059.2021.03.010/2, NF-000089.2021.03.010/7 - PRT 4ª Região-RS - IC-001620.2012.04.000/4, IC-004345.2016.04.000/3, IC-003731.2017.04.000/8, IC-005061.2017.04.000/2, IC-000302.2017.04.008/0, IC-000160.2018.04.000/2, IC-000605.2018.04.007/9, IC-002213.2019.04.000/6, IC-002228.2019.04.000/9, IC-002532.2019.04.000/5, IC-003032.2019.04.000/7, IC-000007.2019.04.001/1, IC-000288.2019.04.002/5, IC-000002.2019.04.004/6, IC-000111.2019.04.008/0, IC-000130.2020.04.000/6, IC-000634.2020.04.000/2, IC-000982.2020.04.000/7, IC-001459.2020.04.000/6, IC-001907.2020.04.000/0, IC-002142.2020.04.000/9, IC-002236.2020.04.000/1, PP-002240.2020.04.000/4, IC-003389.2020.04.000/4, PP-003524.2020.04.000/4, PP-003541.2020.04.000/0, PP-003756.2020.04.000/8, IC-000016.2020.04.001/2, IC-000208.2020.04.001/8, NF-000357.2020.04.001/2, PP-000150.2020.04.002/3, PP-000228.2020.04.002/0, PP-000245.2020.04.002/5, NF-000263.2020.04.002/8, IC-000294.2020.04.002/6, PP-000316.2020.04.004/0, IC-000143.2020.04.006/8, NF-000591.2020.04.006/4, PP-000353.2020.04.008/8, NF-000272.2021.04.000/9, NF-000367.2021.04.000/1, NF-000494.2021.04.000/9, NF-000518.2021.04.000/8, NF-000584.2021.04.000/3, PP-000626.2021.04.000/7, NF-000865.2021.04.000/0, NF-000120.2021.04.001/6, NF-000093.2021.04.002/0, NF-000095.2021.04.004/4 - PRT 5ª Região-BA - IC-002098.2012.05.000/8, IC-000830.2014.05.000/2, IC-002214.2017.05.000/9, IC-000690.2020.05.000/2, PP-001544.2020.05.000/1, IC-002181.2020.05.000/0, IC-002293.2020.05.000/4, PP-002505.2020.05.000/0, NF-002822.2020.05.000/8, NF-002846.2020.05.000/2, IC-000067.2020.05.001/8, IC-000088.2020.05.001/1, NF-000167.2020.05.003/7, IC-000064.2020.05.004/1, IC-000207.2020.05.004/2, IC-000347.2020.05.006/1, NF-000128.2021.05.000/4, IC-000177.2021.05.000/4, NF-000387.2021.05.000/8, NF-000396.2021.05.000/9, NF-000402.2021.05.000/6, NF-000048.2021.05.007/3 - PRT 6ª Região-PE - IC-002195.2018.06.000/0, IC-002562.2018.06.000/4, IC-000139.2018.06.001/6, IC-000287.2018.06.001/8, IC-000228.2019.06.000/2, IC-000377.2019.06.000/0, IC-000516.2019.06.000/7, IC-001600.2019.06.000/6, IC-001738.2019.06.000/6, IC-002348.2019.06.000/1, IC-002420.2019.06.000/2, IC-000105.2019.06.001/1, IC-000081.2020.06.000/1, IC-000210.2020.06.000/3, IC-000224.2020.06.000/6, IC-000285.2020.06.000/6, IC-000485.2020.06.000/2, IC-000516.2020.06.000/6, IC-000555.2020.06.000/9, IC-000579.2020.06.000/9, IC-001443.2020.06.000/0, IC-001564.2020.06.000/5, IC-001920.2020.06.000/7, IC-002293.2020.06.000/5, IC-002688.2020.06.000/5, PP-002702.2020.06.000/9, PP-002771.2020.06.000/8, IC-002864.2020.06.000/5, PP-002933.2020.06.000/8, NF-000189.2020.06.001/4, NF-000376.2021.06.000/6, NF-000403.2021.06.000/4, NF-000529.2021.06.000/5, NF-000559.2021.06.000/7, NF-000568.2021.06.000/8, NF-000632.2021.06.000/6, NF-000636.2021.06.000/1, NF-000752.2021.06.000/9, NF-000821.2021.06.000/9 - PRT 7ª

Região-CE - IC-000894.2014.07.000/9, IC-000182.2014.07.002/0, IC-000057.2015.07.002/0, IC-001091.2016.07.000/1, IC-002189.2016.07.000/4, IC-000199.2017.07.000/1, IC-000363.2017.07.000/8, IC-000364.2017.07.000/4, IC-000685.2017.07.000/0, IC-001439.2017.07.000/8, IC-001447.2017.07.000/3, IC-001634.2017.07.000/5, IC-002401.2017.07.000/3, IC-001118.2018.07.000/9, IC-001671.2018.07.000/6, IC-001745.2018.07.000/6, IC-002302.2018.07.000/3, IC-000006.2018.07.002/9, PP-000602.2019.07.000/8, IC-000634.2019.07.000/2, IC-000659.2019.07.000/9, IC-001138.2019.07.000/4, IC-001293.2019.07.000/2, IC-002339.2019.07.000/2, IC-000065.2020.07.000/0, IC-000310.2020.07.000/7, IC-000548.2020.07.000/6, IC-000661.2020.07.000/4, IC-000887.2020.07.000/3, IC-001020.2020.07.000/2, IC-001057.2020.07.000/0, IC-001274.2020.07.000/1, PP-001539.2020.07.000/5, PP-001569.2020.07.000/4, PP-001605.2020.07.000/1, PP-001800.2020.07.000/9, IC-000077.2020.07.002/5, NF-000187.2021.07.000/5, PP-000291.2021.07.000/2, PP-000302.2021.07.000/5 - PRT 8ª Região-PA - IC-001390.2018.08.000/0, IC-000104.2019.08.000/8, IC-000493.2019.08.000/1, IC-000553.2019.08.000/0, IC-000644.2019.08.000/8, IC-000817.2019.08.000/1, IC-000265.2019.08.003/9, IC-000101.2020.08.000/8, IC-000674.2020.08.000/9, IC-001202.2020.08.000/6, PP-001234.2020.08.000/6, PP-001314.2020.08.000/0, PP-001382.2020.08.000/4, IC-001412.2020.08.000/7, PP-001576.2020.08.000/4, IC-001939.2020.08.000/4, IC-000097.2020.08.001/0, IC-000019.2020.08.002/1, IC-000019.2020.08.003/3, PP-000333.2020.08.003/1, NF-000142.2021.08.000/6, NF-000023.2021.08.003/1, NF-000054.2021.08.003/3 - PRT 9ª Região-PR - IC-000299.2016.09.001/4, IC-000476.2016.09.001/0, IC-002804.2017.09.000/0, IC-004006.2017.09.000/9, IC-000145.2017.09.003/2, IC-001310.2018.09.000/1, IC-001642.2018.09.000/3, IC-002664.2018.09.000/5, IC-002719.2018.09.000/8, IC-000559.2018.09.001/9, IC-000265.2018.09.003/8, IC-000434.2018.09.003/6, IC-000311.2018.09.005/6, IC-000671.2019.09.000/2, IC-000881.2019.09.000/6, IC-000929.2019.09.000/1, IC-001225.2019.09.000/0, IC-001297.2019.09.000/5, IC-001452.2019.09.000/7, IC-001527.2019.09.000/2, IC-001614.2019.09.000/7, IC-001953.2019.09.000/9, IC-001961.2019.09.000/4, IC-002526.2019.09.000/5, IC-002920.2019.09.000/1, IC-000105.2019.09.001/7, IC-000249.2019.09.001/0, IC-000311.2019.09.001/5, IC-000345.2019.09.001/2, IC-000391.2019.09.001/3, IC-000347.2019.09.003/7, IC-000145.2019.09.004/9, IC-000223.2019.09.004/0, IC-000263.2019.09.004/9, IC-000318.2019.09.004/2, IC-000054.2019.09.005/4, IC-000194.2019.09.005/0, IC-000057.2019.09.009/3, IC-000240.2019.09.009/0, IC-000008.2020.09.000/4, IC-000260.2020.09.000/5, PP-000542.2020.09.000/8, IC-001274.2020.09.000/2, IC-001305.2020.09.000/0, PP-002022.2020.09.000/3, PP-002220.2020.09.000/7, PP-002326.2020.09.000/7, IC-002481.2020.09.000/5, PP-002531.2020.09.000/0, NF-002706.2020.09.000/3, PP-002737.2020.09.000/8, NF-003086.2020.09.000/1, PP-003113.2020.09.000/8, NF-003277.2020.09.000/5, PP-003289.2020.09.000/2, IC-000327.2020.09.001/0, IC-000456.2020.09.001/3, IC-000281.2020.09.003/9, PP-000520.2020.09.003/3, PP-000546.2020.09.003/6, NF-000598.2020.09.003/5, IC-000006.2020.09.004/9, IC-000025.2020.09.004/7, PP-000305.2020.09.004/5, PP-000326.2020.09.004/6, IC-000066.2020.09.005/9, IC-000124.2020.09.005/8, IC-000024.2020.09.006/3, IC-000050.2020.09.006/9, IC-000078.2020.09.006/3, IC-000234.2020.09.006/4, IC-000060.2020.09.007/9, IC-000178.2020.09.007/1, IC-000236.2020.09.007/8, NF-000251.2020.09.007/0, IC-000007.2020.09.008/8, IC-000163.2020.09.008/3, IC-000155.2020.09.009/0, IC-000236.2020.09.009/0, NF-000276.2020.09.010/1, PP-000058.2021.09.000/0, PP-000116.2021.09.000/1, PP-000145.2021.09.000/7, PP-000202.2021.09.000/7, NF-000283.2021.09.000/1, NF-000393.2021.09.000/7, PP-000396.2021.09.000/6, NF-000411.2021.09.000/4, PP-000432.2021.09.000/5, PP-000453.2021.09.000/6, NF-000533.2021.09.000/0, PP-000745.2021.09.000/6, IC-000003.2021.09.003/6, NF-000110.2021.09.003/6, NF-000042.2021.09.004/5, NF-000037.2021.09.006/7, NF-000061.2021.09.006/8, NF-000041.2021.09.008/5 - PRT 10ª Região-DF - IC-001315.2017.10.000/0, IC-002302.2017.10.000/5, IC-002630.2017.10.000/5, IC-000690.2018.10.000/3, IC-001619.2018.10.000/5, IC-002922.2018.10.000/3, IC-000332.2018.10.001/6, IC-000795.2019.10.000/6, IC-001041.2019.10.000/9, IC-001142.2019.10.000/1, IC-001452.2019.10.000/0, IC-001575.2019.10.000/6, IC-001928.2019.10.000/0, IC-002105.2019.10.000/0, IC-000963.2020.10.000/7, IC-001227.2020.10.000/0, IC-001567.2020.10.000/7, IC-001777.2020.10.000/8, IC-001791.2020.10.000/8, PP-001913.2020.10.000/2, PP-001928.2020.10.000/6, PP-002243.2020.10.000/9, IC-002265.2020.10.000/2, PP-002278.2020.10.000/5, IC-002356.2020.10.000/9, PP-002549.2020.10.000/3, PP-002742.2020.10.000/0, PP-003026.2020.10.000/6, IC-000035.2020.10.001/7, IC-000058.2020.10.001/5, IC-000278.2020.10.001/7, PP-000082.2021.10.000/9, PP-000117.2021.10.000/3, PP-000135.2021.10.000/5, NF-000398.2021.10.000/4, NF-000399.2021.10.000/0 - PRT 11ª Região-AM - IC-001205.2016.11.000/2, IC-000205.2018.11.001/6, IC-000830.2019.11.000/0, IC-000366.2020.11.000/8, IC-000370.2020.11.000/7, NF-000616.2020.11.000/6, IC-000637.2020.11.000/7, IC-000048.2020.11.001/9, NF-000055.2021.11.000/8, NF-000074.2021.11.000/7, NF-000080.2021.11.000/6 - PRT 12ª Região-SC - IC-000104.2012.12.006/7, IC-000365.2016.12.005/7, IC-001366.2018.12.000/5, IC-000041.2018.12.005/8, IC-000748.2019.12.000/0, IC-000183.2019.12.001/7, IC-000389.2019.12.005/4, IC-000597.2020.12.000/3, PP-000660.2020.12.000/5, IC-000846.2020.12.000/5, IC-001358.2020.12.000/8, PP-001368.2020.12.000/4, NF-001376.2020.12.000/0, IC-000457.2020.12.001/4, IC-000156.2020.12.002/1, IC-000168.2020.12.002/1, IC-000032.2020.12.004/1, IC-000201.2020.12.004/8, NF-000223.2020.12.004/5, NF-000237.2020.12.004/8, NF-000260.2020.12.005/3, PP-000377.2020.12.005/3, NF-000064.2021.12.000/0, NF-000101.2021.12.000/0, NF-000171.2021.12.000/0, NF-000347.2021.12.000/3, NF-000018.2021.12.001/0, NF-000103.2021.12.001/0, NF-000045.2021.12.003/4, NF-000046.2021.12.003/1, NF-000066.2021.12.003/8, NF-000005.2021.12.004/8, NF-000021.2021.12.004/0, NF-000057.2021.12.004/8, NF-000071.2021.12.004/0, NF-000073.2021.12.004/5 - PRT 13ª Região-PB - IC-000147.2012.13.000/7, IC-000550.2013.13.000/5, IC-000526.2014.13.000/4, IC-000557.2014.13.000/2, IC-001520.2015.13.000/4, IC-000120.2016.13.000/9, IC-001709.2016.13.000/7, IC-000305.2017.13.000/5, IC-000066.2018.13.000/8, IC-000581.2018.13.000/7, IC-001163.2018.13.000/2, IC-000235.2018.13.001/0, IC-000015.2019.13.000/3, IC-000037.2019.13.000/4, IC-000077.2019.13.000/7, IC-000482.2019.13.000/8, PP-001179.2019.13.000/3, IC-000482.2019.13.001/6, IC-000040.2020.13.000/3, IC-000052.2020.13.000/6, IC-000428.2020.13.000/1, IC-000511.2020.13.000/8, IC-000517.2020.13.000/6, PP-000782.2020.13.000/1, PP-000871.2020.13.000/6, IC-000876.2020.13.000/8, IC-000892.2020.13.000/7, NF-001121.2020.13.000/4, IC-000049.2020.13.001/0, IC-000232.2020.13.001/2, IC-000400.2020.13.001/4, IC-000631.2020.13.001/9, IC-000763.2020.13.001/1, IC-000772.2020.13.001/2, IC-000784.2020.13.001/2, IC-000024.2020.13.002/8, IC-000027.2020.13.002/0, IC-000028.2020.13.002/7, IC-000032.2020.13.002/1, IC-000045.2020.13.002/1, IC-000049.2020.13.002/0, IC-000052.2020.13.002/8, IC-000058.2020.13.002/1, IC-000062.2020.13.002/6, IC-000066.2020.13.002/5, IC-000070.2020.13.002/0, IC-000071.2020.13.002/7, IC-000072.2020.13.002/4, IC-000075.2020.13.002/6, IC-000087.2020.13.002/9, IC-000091.2020.13.002/3, IC-000104.2020.13.002/3, IC-000118.2020.13.002/6, IC-000134.2020.13.002/5, IC-000195.2020.13.002/5, IC-000232.2020.13.002/0, IC-000236.2020.13.002/6, IC-000242.2020.13.002/8, NF-000089.2021.13.000/5, NF-000110.2021.13.000/1, NF-000191.2021.13.000/6, NF-000240.2021.13.000/1 - PRT 14ª Região-RO - IC-000644.2013.14.000/2, IC-000612.2018.14.000/1, IC-000383.2019.14.000/7, IC-000597.2019.14.000/6, IC-000671.2019.14.000/1, IC-000406.2019.14.002/2, IC-000455.2019.14.002/2, IC-000013.2020.14.002/4, IC-000098.2020.14.002/6, IC-000266.2020.14.002/9, NF-000012.2021.14.000/9, NF-000105.2021.14.000/7, NF-000049.2021.14.001/5 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-000559.2017.15.001/3, IC-000041.2017.15.005/0, IC-000213.2017.15.006/2, IC-000956.2017.15.006/8, IC-000315.2018.15.001/5, IC-000240.2018.15.002/5, IC-000459.2018.15.002/6, IC-000174.2018.15.003/2, IC-000247.2018.15.005/4, IC-001332.2019.15.000/0, IC-001619.2019.15.000/8, IC-001921.2019.15.000/2, IC-002447.2019.15.000/0, IC-003051.2019.15.000/2, IC-003134.2019.15.000/3, IC-000843.2019.15.002/6, IC-001178.2019.15.002/9, IC-000193.2019.15.004/1, IC-000017.2019.15.005/6, IC-000097.2019.15.006/2, IC-000743.2019.15.006/0, IC-000053.2019.15.007/1, IC-000760.2019.15.008/2, IC-000017.2020.15.000/3, IC-000703.2020.15.000/1, IC-000716.2020.15.000/8, IC-000778.2020.15.000/4, IC-000802.2020.15.000/3, IC-000873.2020.15.000/0, IC-000898.2020.15.000/7, IC-000937.2020.15.000/5, PP-001624.2020.15.000/3, IC-001996.2020.15.000/0, IC-002053.2020.15.000/1, IC-002390.2020.15.000/2, PP-002928.2020.15.000/5, PP-003201.2020.15.000/1, PP-003426.2020.15.000/6, PP-003596.2020.15.000/8, PP-003830.2020.15.000/9, PP-003990.2020.15.000/4, NF-004265.2020.15.000/0, PP-004320.2020.15.000/4, PP-004329.2020.15.000/3, NF-004362.2020.15.000/0, NF-004576.2020.15.000/3, NF-004591.2020.15.000/9, NF-004632.2020.15.000/3, IC-000435.2020.15.002/8, PP-000621.2020.15.002/1, IC-000266.2020.15.003/8, PP-000318.2020.15.003/2, IC-000442.2020.15.003/4, IC-000457.2020.15.003/3, IC-000048.2020.15.004/9, IC-000083.2020.15.004/5, IC-000322.2020.15.005/8, IC-000440.2020.15.005/8, IC-000138.2020.15.006/5, IC-000388.2020.15.006/8, IC-000703.2020.15.006/0, IC-000797.2020.15.006/1, IC-000108.2020.15.007/1, PP-000333.2020.15.007/8, IC-000351.2020.15.007/0, PP-000563.2020.15.008/4, IC-000641.2020.15.008/5, NF-000802.2020.15.008/9, NF-000060.2021.15.000/7, PP-000146.2021.15.000/3, NF-000279.2021.15.000/2, NF-000284.2021.15.000/8, PP-000291.2021.15.000/6, NF-000302.2021.15.000/5, PP-000353.2021.15.000/8, NF-000792.2021.15.000/3, NF-000900.2021.15.000/1, NF-000975.2021.15.000/4, PP-000091.2021.15.001/0, NF-000265.2021.15.001/8, NF-000302.2021.15.001/3, NF-000048.2021.15.002/0, NF-000112.2021.15.003/0, NF-000140.2021.15.003/0, IC-000042.2021.15.005/0, NF-000090.2021.15.005/6, NF-000045.2021.15.006/2, NF-000137.2021.15.006/1, NF-000198.2021.15.006/1, PP-000013.2021.15.007/4, PP-000116.2021.15.007/9, IC-000068.2021.15.008/2 - PRT 16ª Região-MA - IC-000175.2018.16.000/5, IC-000779.2018.16.000/0, IC-000966.2019.16.000/2, IC-001171.2019.16.000/4, IC-000538.2020.16.000/0, PP-000719.2020.16.000/8, PP-001190.2020.16.000/8, PP-001203.2020.16.000/4, PP-000203.2020.16.001/0, PP-000135.2020.16.002/4, PP-000136.2020.16.002/0, PP-000137.2020.16.002/7, PP-000008.2021.16.000/6, NF-000199.2021.16.000/0 - PRT 17ª Região-ES - IC-000749.2014.17.000/8, IC-001175.2016.17.000/9, IC-000154.2016.17.001/8, IC-000967.2017.17.000/4, IC-000112.2017.17.001/9, IC-000033.2018.17.003/1, IC-000300.2018.17.003/4, IC-000242.2019.17.000/6, IC-000383.2019.17.000/0, IC-000643.2019.17.000/5, IC-001335.2019.17.000/3, IC-001484.2019.17.000/7, IC-000021.2019.17.002/1, IC-000164.2019.17.003/0, IC-000258.2019.17.003/6, IC-000364.2019.17.003/6, IC-000167.2020.17.000/3, IC-000213.2020.17.000/0, IC-000260.2020.17.000/7, PP-000738.2020.17.000/7, PP-000814.2020.17.000/5, PP-001198.2020.17.000/0, PP-001302.2020.17.000/4, NF-001326.2020.17.000/9, PP-001336.2020.17.000/5, NF-001389.2020.17.000/3, NF-001594.2020.17.000/7, PP-000113.2020.17.002/8, IC-000161.2020.17.003/0, PP-000250.2020.17.003/4, NF-000056.2021.17.000/6, NF-000068.2021.17.000/9, NF-000260.2021.17.000/0, NF-000331.2021.17.000/2, NF-000434.2021.17.000/0, IC-000012.2021.17.001/5, PP-000023.2021.17.003/2 - PRT 18ª Região-GO - IC-000330.2016.18.002/3, IC-001576.2017.18.000/3, IC-000333.2017.18.002/5, IC-001683.2018.18.000/2, IC-000209.2018.18.002/6, IC-000188.2018.18.003/8, IC-001293.2019.18.000/1, IC-000930.2020.18.000/3, IC-001447.2020.18.000/2, PP-001553.2020.18.000/4, PP-001671.2020.18.000/3, PP-001819.2020.18.000/3, IC-001927.2020.18.000/6, NF-001930.2020.18.000/4, NF-001976.2020.18.000/2, NF-002021.2020.18.000/6, IC-000016.2020.18.003/4, IC-000033.2020.18.003/9, NF-000115.2021.18.000/8, NF-000146.2021.18.000/6, PP-000168.2021.18.000/3 - PRT 19ª Região-AL - IC-000892.2014.19.000/0, IC-000852.2016.19.000/6, IC-000060.2017.19.000/1, IC-001880.2017.19.000/7, IC-000383.2018.19.000/9, IC-001261.2018.19.000/8, IC-001308.2018.19.000/5, IC-001590.2018.19.000/3, IC-000052.2019.19.000/5, IC-000457.2019.19.000/3, IC-000577.2019.19.000/6, IC-000866.2019.19.000/7, IC-001132.2019.19.000/9, IC-001544.2019.19.000/5, IC-001582.2019.19.000/0, IC-000487.2019.19.001/3, PP-000941.2020.19.000/8, IC-000990.2020.19.000/8, IC-001328.2020.19.000/6, PP-001737.2020.19.000/6, IC-002368.2020.19.000/0, PP-000090.2021.19.000/9, IC-000129.2021.19.000/1, IC-000152.2021.19.000/9, PP-000227.2021.19.000/7, IC-000365.2021.19.000/1, IC-000439.2021.19.000/3 - PRT 21ª Região-RN - IC-000161.2014.21.002/5, IC-000431.2015.21.000/4, IC-000979.2017.21.000/0, IC-000808.2018.21.000/8, IC-000828.2018.21.000/2, IC-001508.2018.21.000/5, IC-000221.2018.21.001/7, IC-000646.2019.21.000/0, IC-000737.2019.21.000/8, IC-000775.2019.21.000/4, IC-000876.2019.21.000/9, IC-000946.2019.21.000/5, IC-001021.2019.21.000/5, IC-001044.2019.21.000/4, IC-001119.2019.21.000/0, IC-001239.2019.21.000/0, IC-001415.2019.21.000/0, IC-001513.2019.21.000/6, IC-000236.2019.21.001/9, IC-000260.2019.21.001/2, IC-000017.2020.21.000/9, IC-000036.2020.21.000/8, IC-000786.2020.21.000/7, IC-000936.2020.21.000/7, IC-000939.2020.21.000/6, PP-001129.2020.21.000/2, PP-001342.2020.21.000/1, IC-000214.2020.21.001/0, NF-000228.2021.21.000/8, NF-000242.2021.21.000/4, NF-000255.2021.21.000/0, NF-000318.2021.21.000/9, NF-000013.2021.21.001/4, NF-000038.2021.21.001/7, NF-000042.2021.21.001/1 - PRT 22ª Região-PI - IC-001425.2018.22.000/2, IC-000218.2018.22.001/5, IC-000042.2018.22.002/5, IC-000126.2019.22.000/6, IC-000839.2019.22.000/0, IC-000845.2019.22.000/1, IC-000997.2019.22.000/9, IC-001048.2019.22.000/4, IC-001067.2019.22.000/1, IC-001080.2019.22.000/6, IC-001086.2019.22.000/9, IC-001113.2019.22.000/5, IC-001285.2019.22.000/8, IC-001356.2019.22.000/1, IC-000194.2020.22.000/3, IC-000270.2020.22.000/1, IC-000644.2020.22.000/8, IC-000730.2020.22.000/3, IC-001014.2020.22.000/0, IC-001105.2020.22.000/6, NF-000199.2021.22.000/8, NF-000200.2021.22.000/3 - PRT 23ª Região-MT - IC-000057.2019.23.003/6, IC-000174.2019.23.004/3, IC-000210.2020.23.000/9, IC-000225.2020.23.000/8, IC-000387.2020.23.000/2, IC-000667.2020.23.000/2, IC-000771.2020.23.000/0, IC-000005.2020.23.001/4, IC-000021.2020.23.001/8, IC-000176.2020.23.001/0, IC-000133.2020.23.003/9, IC-000063.2020.23.004/8, PP-000181.2020.23.004/0, NF-000094.2021.23.000/0 - PRT 24ª Região-MS - IC-000227.2015.24.001/0, IC-000189.2017.24.001/3, IC-001027.2018.24.000/0, IC-000770.2019.24.000/5, IC-000302.2019.24.001/2, IC-000036.2019.24.002/3, IC-000143.2019.24.002/0, IC-000084.2020.24.000/0, IC-000101.2020.24.000/0, PP-000296.2020.24.000/6, PP-000400.2020.24.000/9, PP-000644.2020.24.000/0, PP-000773.2020.24.000/3, PP-000796.2020.24.000/7, IC-000082.2020.24.001/6, PP-000216.2020.24.001/6, PP-000229.2020.24.001/2, PP-000231.2020.24.001/9, PP-000235.2020.24.001/4, PP-000246.2020.24.001/8, NF-000290.2020.24.001/6, IC-000126.2020.24.002/3, PP-000074.2021.24.000/5, PP-000080.2021.24.000/4, PP-000183.2021.24.000/4, NF-000190.2021.24.000/2, NF-000272.2021.24.000/9, IC-000008.2021.24.001/6, NF-000025.2021.24.001/2, NF-000027.2021.24.001/7, NF-000028.2021.24.001/4, NF-000039.2021.24.001/0, NF-000053.2021.24.001/2.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às 16:05 horas.

DRA. ANDRÉA ISA RÍPOLI
Coordenadora

DR. ANDRÉ LACERDA
Membro

DRA. ILEANA NEIVA MOUSINHO
Membro (Suplente)

DRA. RENATA COELHO VIEIRA
Membro (Suplente)

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

2ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias de maio de dois mil e vinte e um às quatorze horas e dez minutos, iniciou-se com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Quadragésima (40a) Sessão Ordinária da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, por meio de videoconferência, tendo em vista a atual situação de pandemia (coronavírus - COVID-19). Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho, Eliane Araque dos Santos, as Procuradoras Regionais do Trabalho, Virgínia Maria Veiga de Senna e Adriana Silveira Machado e a Membra Suplente, Procuradora Regional do Trabalho, Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-001325.2020.06.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO COREN PE, INQUIRIDO: MUNICIPIO DO RECIFE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000520.2020.19.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A. - TABULEIRO, INQUIRIDO: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A - BENEDITO BENTES, NOTICIANTE: SIGILOSO, INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS NO ESTADO DE ALAGOAS - SINTTEL-AL - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001003.2020.20.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SERGIPE - SRTE/SE, INQUIRIDO: ONDA VERDE - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Adriana Silveira Machado.

Processo NF-000955.2021.01.000/5 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: NOTICIADO: DECORDIAS MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000923.2021.02.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: BASILAR MNG SERVIÇOS LTDA EPP, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001316.2021.02.000/8 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MERCADINHO STS EIRELI - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000520.2021.07.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: 138ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FORTALEZA - MPCE, NOTICIADO: LOJA SAMSUNG, NOTICIADO: MOTOROLA VIA SUL - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000306.2021.13.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CERAMINA CERÂMICA INDUSTRIAL HARDMANN LTDA - EPP, NOTICIANTE: PRT 13ª REGIÃO (MARIA EDLENE LINS FELIZARDO) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento quanto ao tema 09.06.03.01. Intervalo Intrajornada e homologar no que se refere aos temas 09.14.01. - Alimentação do Trabalhador e 09.14.08. Vale-Transporte, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000080.2021.24.001/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: INDIANARA RAMIRES MACHADO, NOTICIADO: MINISTÉRIO DA SAÚDE, NOTICIADO: MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

2) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-006920.2019.01.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: FACULDADES CATÓLICAS (PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-006839.2020.02.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CÁSSIO RODRIGUES MARTINS DE MACEDO, NOTICIADO: VERZZON - ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000487.2020.02.003/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: DIA BRASIL SOCIEDADE LIMITADA (SUPERMERCADO DIA), NOTICIANTE: LETICIA GIRIBELO GOMES DO NASCIMENTO - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000078.2021.01.001/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS PROFESSORES DO SUL FLUMINENSE - RJ, NOTICIADO: UBM EDUCACIONAL (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000025.2021.02.003/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: NOTICIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000961.2021.03.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: MADEREIRA PALOWA LTDA - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001065.2021.03.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: SMARTMNG ACADEMIA DE GINASTICA LTDA. - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000458.2021.04.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DAS VILAS DE PORTO ALEGRE LTDA - COOTRAVIPA, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000338.2021.06.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: EXPRESSO VERA CRUZ LTDA., NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000185.2021.09.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ASSOCIAÇÃO DE ENSINO VERSALHES (FACULDADE VERSALHES) UNIANDRADE, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, mas por motivos diversos, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo IC-000066.2016.08.001/6 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: INQUIRIDO: FAZENDA FRIBOI, NOTICIANTE: POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ - DIRETORIA DE ATENDIMENTO A GRUPOS VULNERÁVEIS, INQUIRIDO: VILSON LEITÃO DE SOUZA - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) REMESSA NÃO CONHECIDA

Processo NF-000104.2021.03.002/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BARBACENA, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE BARBACENA - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

5) DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

Foi deliberado, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição dos procedimentos a seguir listados:

PRT 2ª Região-SP - NF-000053.2021.02.001/6 - PRT 3ª Região-MG - NF-001105.2021.03.000/2, NF-000114.2021.03.002/0, NF-000115.2021.03.002/6 - PRT 5ª Região-BA - NF-000007.2021.05.003/4 - PRT 9ª Região-PR - NF-000935.2021.09.000/5, NF-000030.2021.09.009/1 - PRT 11ª Região-AM - NF-000170.2021.11.000/3 - PRT 13ª Região-PB - IC-000398.2019.13.001/3 - PRT 15ª Região-Campinas - NF-000691.2021.15.000/9, NF-000170.2021.15.002/3, NF-000241.2021.15.002/6, NF-000213.2021.15.007/8 - PRT 21ª Região-RN - NF-000031.2021.21.001/6 - PRT 24ª Região-MS - NF-000078.2021.24.002/6.

6) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-003410.2012.01.000/7, IC-003870.2013.01.000/6, IC-000451.2015.01.000/6, IC-000933.2016.01.000/8, IC-002481.2017.01.000/8, IC-003226.2017.01.000/0, IC-003377.2017.01.000/5, IC-003921.2017.01.000/4, IC-005048.2017.01.000/6, IC-006795.2017.01.000/0, IC-007147.2017.01.000/4, IC-003919.2018.01.000/3, IC-003922.2018.01.000/1, IC-004903.2018.01.000/2, IC-005073.2018.01.000/0, IC-000014.2018.01.001/9, IC-000116.2018.01.006/8, IC-000308.2019.01.000/7, IC-000507.2019.01.000/7, IC-001015.2019.01.000/1, IC-001675.2019.01.000/3, IC-001747.2019.01.000/2, IC-002047.2019.01.000/0, IC-002557.2019.01.000/2, IC-003213.2019.01.000/1, IC-005314.2019.01.000/0, IC-006678.2019.01.000/0, IC-006705.2019.01.000/7, IC-006915.2019.01.000/8, IC-000091.2019.01.001/6, IC-000448.2019.01.001/5, IC-000522.2019.01.001/0, IC-000043.2019.01.002/1, IC-000063.2019.01.003/0, IC-000384.2019.01.003/2, IC-000329.2019.01.004/1, IC-000141.2020.01.000/4, IC-000778.2020.01.000/0, IC-001059.2020.01.000/5, IC-001371.2020.01.000/6, IC-001928.2020.01.000/6, IC-002072.2020.01.000/8, IC-002099.2020.01.000/9, PP-002493.2020.01.000/5, IC-002698.2020.01.000/7, IC-003223.2020.01.000/4, IC-005328.2020.01.000/5, IC-005996.2020.01.000/2, IC-006027.2020.01.000/6, IC-006748.2020.01.000/5, IC-006751.2020.01.000/3, IC-007869.2020.01.000/9, IC-007883.2020.01.000/9, IC-007891.2020.01.000/4, IC-008061.2020.01.000/5, IC-008709.2020.01.000/1, IC-000361.2020.01.001/6, IC-000331.2020.01.004/7, IC-000443.2020.01.004/5, IC-000585.2020.01.004/5, IC-000832.2020.01.004/4, IC-001505.2020.01.004/0, NF-000581.2020.01.005/0, IC-000318.2020.01.006/9, IC-000546.2020.01.006/4, IC-000584.2020.01.006/0, IC-000983.2020.01.006/7, PP-001212.2020.01.006/5, IC-001317.2020.01.006/0, IC-000218.2020.01.008/2, IC-000220.2020.01.008/9, NF-000136.2021.01.000/1, NF-000137.2021.01.000/8, NF-000385.2021.01.000/8, NF-000504.2021.01.000/0, NF-000533.2021.01.000/5, NF-000556.2021.01.000/9, NF-000918.2021.01.000/5, NF-000963.2021.01.000/0, NF-001031.2021.01.000/0, NF-001032.2021.01.000/6, NF-001065.2021.01.000/1, NF-001142.2021.01.000/0, NF-001150.2021.01.000/5, NF-001173.2021.01.000/4, NF-001251.2021.01.000/8, NF-001297.2021.01.000/6, NF-001304.2021.01.000/0, IC-000001.2021.01.001/5, NF-000090.2021.01.001/4, NF-000102.2021.01.001/5, NF-000118.2021.01.001/0, NF-000125.2021.01.001/9, NF-000164.2021.01.001/1, IC-000004.2021.01.002/2, NF-000046.2021.01.002/9, NF-000049.2021.01.002/0, NF-000051.2021.01.002/0, NF-000079.2021.01.003/7, NF-000205.2021.01.004/5, NF-000284.2021.01.004/7, IC-000004.2021.01.008/9, IC-000024.2021.01.008/9, IC-000026.2021.01.008/3, IC-000030.2021.01.008/8, IC-000046.2021.01.008/0, IC-000050.2021.01.008/4, IC-000052.2021.01.008/9, IC-000053.2021.01.008/6, IC-000068.2021.01.008/0 - PRT 2ª Região-SP - IC-002201.2011.02.000/2, IC-000249.2014.02.004/6, IC-000892.2016.02.002/0, NF-005478.2017.02.000/5, IC-007131.2018.02.000/8, IC-000832.2018.02.001/1, IC-000120.2018.02.004/7, IC-000351.2018.02.004/1, IC-000373.2018.02.004/9, IC-000382.2018.02.004/0, IC-002357.2019.02.000/9, IC-002794.2019.02.000/7, IC-004647.2019.02.000/0, IC-004798.2019.02.000/5, IC-005637.2019.02.000/2, IC-006131.2019.02.000/1, IC-006132.2019.02.000/7, IC-007956.2019.02.000/8, IC-000708.2019.02.003/4, IC-000313.2019.02.005/9, PP-000363.2019.02.005/5, IC-000449.2019.02.005/7, IC-000472.2019.02.005/4, IC-001200.2020.02.000/0, IC-001252.2020.02.000/2, IC-001359.2020.02.000/8, IC-001831.2020.02.000/8, IC-002076.2020.02.000/0, PP-003856.2020.02.000/4, PP-004029.2020.02.000/1, NF-004358.2020.02.000/7, PP-004443.2020.02.000/0, IC-004561.2020.02.000/0, PP-004787.2020.02.000/0, PP-004793.2020.02.000/4, PP-005015.2020.02.000/1, PP-005256.2020.02.000/7, IC-005320.2020.02.000/2, PP-005892.2020.02.000/4, PP-006095.2020.02.000/0, IC-006235.2020.02.000/7, NF-006265.2020.02.000/6, PP-006402.2020.02.000/6, PP-006433.2020.02.000/0, NF-006542.2020.02.000/9, PP-006574.2020.02.000/9, PP-006962.2020.02.000/0, PP-007061.2020.02.000/8, IC-007317.2020.02.000/0, NF-007362.2020.02.000/5, NF-007530.2020.02.000/0, PP-000048.2020.02.002/2, IC-000148.2020.02.002/2, IC-000425.2020.02.002/3, PP-000529.2020.02.002/7, IC-000945.2020.02.002/9, IC-000646.2020.02.003/1, IC-000042.2020.02.004/2, IC-000161.2020.02.004/4, PP-000207.2020.02.005/8, PP-000264.2020.02.005/2, IC-000416.2020.02.005/5, IC-000425.2020.02.005/6, PP-000482.2020.02.005/0, PP-000015.2021.02.000/6, NF-000047.2021.02.000/5, PP-000108.2021.02.000/4, NF-000157.2021.02.000/4, PP-000183.2021.02.000/0, NF-000518.2021.02.000/4, NF-000523.2021.02.000/0, PP-000531.2021.02.000/4, NF-000884.2021.02.000/4, PP-001054.2021.02.000/0, NF-001209.2021.02.000/0, NF-001242.2021.02.000/8, NF-001411.2021.02.000/8, NF-001459.2021.02.000/7, NF-001472.2021.02.000/1, NF-001486.2021.02.000/0, NF-001564.2021.02.000/3, NF-001594.2021.02.000/2, NF-001699.2021.02.000/7, NF-001763.2021.02.000/2, NF-001813.2021.02.000/8, NF-001875.2021.02.000/7, NF-001928.2021.02.000/9, NF-001989.2021.02.000/2, NF-002045.2021.02.000/8, NF-002124.2021.02.000/7, NF-002134.2021.02.000/3, NF-002157.2021.02.000/2, NF-002191.2021.02.000/5, NF-002257.2021.02.000/0, NF-002347.2021.02.000/0, NF-002395.2021.02.000/1, NF-000019.2021.02.001/7, NF-000141.2021.02.001/0, NF-000144.2021.02.001/9, NF-000212.2021.02.001/2, NF-000215.2021.02.001/1, NF-000246.2021.02.001/0, NF-000001.2021.02.002/1, IC-000003.2021.02.002/8, NF-000162.2021.02.002/1, NF-000045.2021.02.003/6, NF-000071.2021.02.003/1, IC-000111.2021.02.003/0, IC-

000140.2021.02.003/5, NF-000165.2021.02.003/1, IC-000013.2021.02.005/0, NF-000023.2021.02.005/9, NF-000084.2021.02.005/5, NF-000151.2021.02.005/0 - PRT 3ª Região-MG - IC-000916.2017.03.000/9, IC-004578.2019.03.000/9, IC-000146.2019.03.007/7, IC-000255.2019.03.007/6, IC-000366.2019.03.007/8, IC-000904.2020.03.000/3, IC-002499.2020.03.000/0, IC-003028.2020.03.000/9, IC-003391.2020.03.000/7, IC-003748.2020.03.000/2, NF-003854.2020.03.000/4, NF-003918.2020.03.000/8, NF-004582.2020.03.000/9, PP-004616.2020.03.000/3, PP-004946.2020.03.000/4, PP-004970.2020.03.000/0, IC-000530.2020.03.002/9, IC-000007.2020.03.005/8, IC-000199.2020.03.005/0, NF-000215.2020.03.005/4, IC-000135.2020.03.007/2, IC-000342.2020.03.010/1, PP-000049.2021.03.000/2, IC-000061.2021.03.000/0, NF-000185.2021.03.000/5, IC-000269.2021.03.000/4, IC-000479.2021.03.000/8, NF-000498.2021.03.000/6, NF-000705.2021.03.000/6, NF-000709.2021.03.000/1, PP-000749.2021.03.000/0, NF-000813.2021.03.000/9, NF-000815.2021.03.000/1, NF-000851.2021.03.000/5, IC-000959.2021.03.000/4, NF-001197.2021.03.000/0, PP-000064.2021.03.002/6, NF-000075.2021.03.002/1, NF-000031.2021.03.003/1, PP-000014.2021.03.007/4, NF-000003.2021.03.008/8 - PRT 4ª Região-RS - IC-000543.2014.04.007/9, IC-003349.2016.04.000/8, IC-002905.2017.04.000/8, IC-002115.2018.04.000/7, IC-002152.2018.04.000/6, IC-004482.2018.04.000/3, IC-000324.2018.04.001/0, IC-000013.2018.04.008/1, IC-001340.2019.04.000/7, IC-002597.2019.04.000/0, IC-002720.2019.04.000/2, IC-000061.2019.04.001/5, IC-000501.2019.04.001/9, IC-001968.2020.04.000/3, IC-002197.2020.04.000/8, IC-002503.2020.04.000/8, PP-003228.2020.04.000/4, IC-000322.2020.04.001/2, IC-000112.2020.04.002/7, IC-000132.2020.04.002/1, PP-000148.2020.04.002/7, PP-000170.2020.04.002/7, PP-000235.2020.04.002/8, NF-000307.2020.04.002/7, IC-000020.2020.04.003/9, PP-000176.2020.04.004/2, PP-000367.2020.04.004/2, IC-000067.2020.04.007/6, IC-000273.2020.04.008/4, NF-000005.2021.04.000/2, NF-000021.2021.04.000/7, PP-000054.2021.04.000/7, PP-000140.2021.04.000/2, IC-000304.2021.04.000/9, NF-000375.2021.04.000/6, NF-000664.2021.04.000/3, NF-000878.2021.04.000/6, NF-000925.2021.04.000/9, NF-000969.2021.04.000/0, NF-000988.2021.04.000/8, NF-000028.2021.04.001/9, NF-000070.2021.04.002/8, NF-000097.2021.04.002/0, PP-000017.2021.04.003/1, NF-000039.2021.04.003/2, NF-000098.2021.04.004/9, NF-000063.2021.04.008/2 - PRT 5ª Região-BA - IC-000175.2018.05.002/9, IC-000087.2018.05.003/2, IC-000247.2018.05.006/1, IC-000176.2018.05.007/0, IC-001064.2019.05.000/1, IC-000438.2019.05.006/0, IC-000152.2020.05.000/5, IC-000578.2020.05.000/0, IC-000599.2020.05.000/1, IC-000809.2020.05.000/0, IC-001367.2020.05.000/6, IC-002043.2020.05.000/8, PP-002257.2020.05.000/0, IC-002367.2020.05.000/4, PP-002441.2020.05.000/6, PP-002696.2020.05.000/0, NF-002821.2020.05.000/2, IC-000025.2020.05.005/8, IC-000190.2020.05.006/7, IC-000023.2021.05.000/8, NF-000312.2021.05.000/5, NF-000403.2021.05.000/2, NF-000446.2021.05.000/0, NF-000533.2021.05.000/2, NF-000576.2021.05.000/0, NF-000593.2021.05.000/6, NF-000603.2021.05.000/9, NF-000697.2021.05.000/0, NF-000046.2021.05.001/8, IC-000010.2021.05.006/9 - PRT 6ª Região-PE - IC-000229.2015.06.000/8, IC-002691.2018.06.000/5, IC-001097.2019.06.000/8, IC-001901.2019.06.000/3, IC-000270.2019.06.001/9, NF-000370.2020.06.000/5, IC-001125.2020.06.000/6, IC-002365.2020.06.000/4, NF-002669.2020.06.000/8, IC-002869.2020.06.000/2, PP-002893.2020.06.000/9, PP-002942.2020.06.000/9, IC-002963.2020.06.000/7, PP-003066.2020.06.000/6, NF-000053.2021.06.000/5, PP-000148.2021.06.000/0, NF-000330.2021.06.000/9, NF-000388.2021.06.000/6, NF-000517.2021.06.000/5, NF-000614.2021.06.000/4, NF-000642.2021.06.000/3, IC-000776.2021.06.000/9, NF-000878.2021.06.000/0 - PRT 7ª Região-CE - IC-000076.2015.07.000/0, IC-000342.2016.07.000/4, IC-000121.2016.07.002/3, IC-000013.2017.07.000/6, IC-000024.2017.07.000/1, IC-000474.2017.07.000/0, IC-000530.2017.07.000/3, IC-001524.2017.07.000/1, IC-001535.2017.07.000/3, IC-001598.2017.07.000/8, IC-002470.2017.07.000/2, IC-000404.2018.07.000/1, IC-000497.2018.07.000/6, IC-001075.2018.07.000/4, IC-001125.2018.07.000/0, IC-001234.2018.07.000/8, IC-001260.2018.07.000/5, IC-001371.2018.07.000/4, IC-000068.2019.07.000/0, IC-000304.2019.07.000/6, IC-000938.2019.07.000/2, IC-001263.2019.07.000/2, IC-001971.2019.07.000/0, IC-001991.2019.07.000/2, IC-002035.2019.07.000/9, IC-000326.2020.07.000/2, PP-000815.2020.07.000/0, PP-000862.2020.07.000/7, IC-001048.2020.07.000/0, PP-001477.2020.07.000/1, PP-002058.2020.07.000/4, PP-002165.2020.07.000/0, IC-000004.2020.07.002/1, NF-000102.2021.07.000/9, NF-000176.2021.07.000/5, NF-000271.2021.07.000/1, NF-000276.2021.07.000/0, NF-000334.2021.07.000/0, NF-000444.2021.07.000/5, NF-000541.2021.07.000/4 - PRT 8ª Região-PA - IC-001667.2017.08.000/0, IC-000032.2017.08.003/0, IC-000015.2018.08.002/7, IC-001438.2019.08.000/6, IC-001525.2019.08.000/0, IC-001536.2019.08.000/2, IC-000226.2019.08.001/4, IC-000142.2020.08.000/3, IC-000824.2020.08.000/9, IC-001040.2020.08.000/6, IC-001247.2020.08.000/9, IC-001448.2020.08.000/9, PP-001617.2020.08.000/9, IC-000315.2020.08.002/9, IC-000017.2020.08.003/9, NF-000296.2020.08.003/6, PP-000050.2021.08.000/9, NF-000005.2021.08.003/9, NF-000033.2021.08.003/0, NF-000043.2021.08.003/8 - PRT 9ª Região-PR - IC-003812.2017.09.000/3, IC-002071.2018.09.000/1, IC-002554.2018.09.000/1, IC-000236.2018.09.005/4, IC-000084.2019.09.000/0, IC-001257.2019.09.000/0, IC-001497.2019.09.000/0, IC-002563.2019.09.000/4, IC-002711.2019.09.000/6, IC-000082.2019.09.005/4, IC-000084.2019.09.005/9, IC-000094.2019.09.005/7, IC-000165.2019.09.007/6, IC-000198.2020.09.000/0, IC-000206.2020.09.000/0, IC-001481.2020.09.000/7, IC-001620.2020.09.000/8, IC-002136.2020.09.000/9, PP-002569.2020.09.000/3, PP-002609.2020.09.000/2, IC-002720.2020.09.000/3, PP-002743.2020.09.000/2, NF-002781.2020.09.000/7, PP-002965.2020.09.000/0, PP-003106.2020.09.000/8, IC-003185.2020.09.000/3, PP-003195.2020.09.000/0, NF-003270.2020.09.000/7, IC-003275.2020.09.000/4, IC-000262.2020.09.003/0, IC-000286.2020.09.003/0, IC-000322.2020.09.003/0, NF-000556.2020.09.003/3, IC-000189.2020.09.004/2, IC-000147.2020.09.006/2, IC-000120.2020.09.008/5, IC-000084.2020.09.010/3, IC-000106.2020.09.010/2, IC-000180.2020.09.010/2, PP-000051.2021.09.000/9, NF-000090.2021.09.000/4, PP-000092.2021.09.000/9, IC-000107.2021.09.000/0, NF-000142.2021.09.000/8, PP-000383.2021.09.000/0, NF-000440.2021.09.000/0, NF-000454.2021.09.000/2, NF-000467.2021.09.000/9, PP-000486.2021.09.000/7, NF-000490.2021.09.000/6, NF-000494.2021.09.000/1, NF-000500.2021.09.000/9, NF-000541.2021.09.000/4, NF-000560.2021.09.000/2, NF-000563.2021.09.000/1, NF-000738.2021.09.000/8, NF-000783.2021.09.000/2, NF-000017.2021.09.003/5, IC-000035.2021.09.004/9, NF-000059.2021.09.004/4, NF-000047.2021.09.008/9 - PRT 10ª Região-DF - IC-000104.2015.10.003/9, IC-000117.2016.10.000/3, IC-000381.2017.10.000/5, IC-000470.2017.10.000/0, IC-001294.2017.10.000/8, IC-000079.2017.10.002/0, IC-000661.2018.10.000/8, IC-001361.2018.10.000/1, IC-001840.2018.10.000/0, IC-002056.2019.10.000/0, IC-002104.2019.10.000/5, IC-002329.2019.10.000/0, IC-002335.2019.10.000/4, IC-002357.2019.10.000/8, IC-002448.2019.10.000/4, IC-000251.2020.10.000/0, IC-000324.2020.10.000/5, IC-000429.2020.10.000/5, IC-000529.2020.10.000/3, IC-000851.2020.10.000/9, IC-000889.2020.10.000/1, IC-001245.2020.10.000/1, IC-001513.2020.10.000/3, IC-001846.2020.10.000/0, IC-002088.2020.10.000/7, IC-002469.2020.10.000/9, PP-002472.2020.10.000/7, PP-002495.2020.10.000/6, PP-002656.2020.10.000/0, IC-002684.2020.10.000/9, PP-002725.2020.10.000/3, IC-000081.2020.10.002/0, IC-000053.2021.10.000/1, NF-000049.2021.10.001/8 - PRT 11ª Região-AM - IC-000655.2013.11.000/3, IC-001529.2015.11.000/7, IC-000387.2017.11.000/4, IC-000633.2019.11.000/2, IC-000411.2020.11.000/8, NF-000853.2020.11.000/2, NF-001052.2020.11.000/5, IC-000078.2021.11.000/6, NF-000090.2021.11.000/4, IC-000113.2021.11.000/9, NF-000156.2021.11.000/7, NF-000020.2021.11.001/8 - PRT 12ª Região-SC - IC-000046.2017.12.006/1, IC-000886.2018.12.000/2, IC-000476.2019.12.001/3, IC-000578.2019.12.001/4, IC-000580.2019.12.001/0, IC-000287.2019.12.002/9, IC-000241.2020.12.000/4, IC-000553.2020.12.000/9, IC-000715.2020.12.000/9, IC-001353.2020.12.000/0, NF-001392.2020.12.000/0, IC-000443.2020.12.001/1, IC-000294.2020.12.003/4, PP-000229.2020.12.004/3, IC-000035.2020.12.005/4, NF-000110.2021.12.000/0, NF-000161.2021.12.000/3, NF-000176.2021.12.000/2, IC-000045.2021.12.001/2, NF-000111.2021.12.001/5, NF-000013.2021.12.004/6, NF-000034.2021.12.004/0, NF-000044.2021.12.004/8, NF-000051.2021.12.004/4 - PRT 13ª Região-PB - IC-000477.2014.13.000/9, IC-000625.2014.13.000/6, IC-001252.2014.13.000/0, IC-001256.2014.13.000/2, IC-001024.2015.13.000/0, IC-001474.2015.13.000/0, IC-001794.2015.13.000/5, IC-001300.2016.13.000/9, IC-001147.2017.13.000/0, IC-000270.2019.13.001/0, IC-000322.2019.13.001/4, IC-000027.2019.13.002/8, IC-000198.2020.13.000/8, IC-000448.2020.13.000/6, IC-001575.2020.13.000/7, PP-001581.2020.13.000/1, IC-001662.2020.13.000/1, IC-000055.2020.13.001/9, IC-000099.2020.13.001/0, IC-000226.2020.13.001/0, IC-000107.2020.13.002/2, IC-000140.2020.13.002/7, IC-000187.2020.13.002/0, NF-000111.2021.13.000/8, IC-000164.2021.13.000/3, NF-000206.2021.13.000/0, NF-000220.2021.13.000/7, NF-000244.2021.13.000/7, IC-000064.2021.13.001/3, NF-000074.2021.13.001/1, NF-000102.2021.13.001/5, NF-000113.2021.13.001/9 - PRT 14ª Região-RO - IC-000029.2019.14.001/3, NF-000548.2020.14.000/5, IC-000109.2020.14.001/8, IC-000249.2020.14.002/3, NF-000058.2021.14.002/7 - PRT 15ª Região-Campinas - PP-000607.2017.15.000/4, IC-000670.2017.15.002/7, IC-000853.2019.15.001/5, IC-000643.2019.15.002/0, IC-001123.2019.15.002/0, IC-000312.2019.15.006/0, IC-000696.2019.15.006/8, IC-000407.2019.15.007/0, IC-000467.2020.15.000/6, IC-000694.2020.15.000/5, IC-002805.2020.15.000/9, IC-003094.2020.15.000/0, NF-004423.2020.15.000/8, PP-004539.2020.15.000/4, NF-004564.2020.15.000/6, NF-004577.2020.15.000/9, NF-004631.2020.15.000/8, PP-000495.2020.15.001/3, PP-000544.2020.15.002/7, IC-000308.2020.15.003/5, PP-000338.2020.15.003/7, IC-000512.2020.15.006/5, IC-000551.2020.15.006/8, NF-000645.2020.15.006/4, NF-000804.2020.15.006/5, IC-000844.2020.15.006/4, NF-000727.2020.15.008/7, NF-000054.2021.15.000/8, NF-000173.2021.15.000/6, NF-000263.2021.15.000/7, NF-000300.2021.15.000/2, NF-000425.2021.15.000/7, PP-000520.2021.15.000/3, NF-000901.2021.15.000/8, NF-000984.2021.15.000/5, NF-001109.2021.15.000/3, NF-001187.2021.15.000/3, NF-001243.2021.15.000/3, NF-001454.2021.15.000/0, NF-000148.2021.15.002/2, PP-000075.2021.15.003/4, PP-000098.2021.15.003/2, PP-000099.2021.15.003/0, NF-000157.2021.15.006/6, PP-000050.2021.15.007/5 - PRT 16ª Região-MA - IC-000208.2014.16.001/9, IC-000909.2018.16.000/5, IC-001310.2019.16.000/5, IC-001371.2019.16.000/9, IC-000309.2019.16.001/7, IC-000136.2020.16.000/4, PP-000525.2020.16.000/3, PP-000918.2020.16.000/8, PP-000922.2020.16.000/7, IC-000140.2020.16.001/1, PP-000125.2020.16.002/7, NF-000232.2021.16.000/0 - PRT 17ª Região-ES - IC-000901.2017.17.000/2, IC-000174.2018.17.003/4, IC-000804.2019.17.000/9, IC-001250.2019.17.000/1, IC-000246.2019.17.003/6, IC-000406.2019.17.003/3, PP-000588.2020.17.000/7, PP-000697.2020.17.000/6, PP-001024.2020.17.000/6, PP-001035.2020.17.000/8, PP-001197.2020.17.000/4, PP-001218.2020.17.000/6, IC-001309.2020.17.000/2, PP-001312.2020.17.000/0, PP-001382.2020.17.000/5, PP-001417.2020.17.000/5, NF-001578.2020.17.000/6, IC-000040.2020.17.001/1, IC-000043.2020.17.001/3, IC-000085.2020.17.001/0, IC-000094.2020.17.001/1, IC-000100.2020.17.001/3, IC-000104.2020.17.001/9, IC-000166.2020.17.001/5, IC-000171.2020.17.001/0, NF-000186.2020.17.002/8, NF-000060.2021.17.000/0, NF-000066.2021.17.000/4, NF-000234.2021.17.000/3, PP-000289.2021.17.000/1, NF-000388.2021.17.000/3, NF-000489.2021.17.000/8 - PRT 18ª Região-GO - IC-000329.2016.18.000/7, IC-000305.2016.18.002/3, IC-001989.2017.18.000/5, IC-000049.2017.18.002/0, IC-000237.2019.18.000/1, IC-001874.2019.18.000/8, IC-001904.2019.18.000/0, IC-000096.2019.18.001/6, IC-000213.2019.18.001/0, IC-000108.2019.18.002/4, IC-000052.2020.18.000/5, IC-000118.2020.18.000/4, IC-000206.2020.18.000/2, IC-001648.2020.18.000/2, PP-002017.2020.18.000/2, NF-000063.2021.18.000/4, IC-000089.2021.18.000/4, NF-000330.2021.18.000/7, NF-000390.2021.18.000/0, NF-000427.2021.18.000/2, NF-000072.2021.18.001/6, IC-000020.2021.18.002/1 - PRT 19ª Região-AL - IC-000078.2017.19.001/9, IC-001258.2018.19.000/0, IC-000269.2019.19.000/7, IC-000323.2019.19.000/8, IC-001352.2020.19.000/2, IC-001831.2020.19.000/0, PP-002552.2020.19.000/5, IC-002560.2020.19.000/0, PP-000198.2021.19.000/6, PP-000009.2021.19.001/4, NF-000080.2021.19.001/1 - PRT 21ª Região-RN - IC-000277.2016.21.000/8, IC-001559.2017.21.000/0, IC-001769.2017.21.000/1, IC-002001.2017.21.000/7, IC-000148.2018.21.000/0, IC-001505.2018.21.000/9, IC-000188.2019.21.000/1, IC-000984.2019.21.000/1, IC-001081.2019.21.000/3, IC-001181.2019.21.000/0, IC-001507.2019.21.000/1, IC-000217.2019.21.001/0, IC-000135.2020.21.000/5, IC-000298.2020.21.000/6, IC-000641.2020.21.000/8, IC-000685.2020.21.000/2, IC-000717.2020.21.000/2, PP-001242.2020.21.000/4, PP-001280.2020.21.000/9, NF-000230.2021.21.000/4, NF-000327.2021.21.000/0, NF-000386.2021.21.000/7 - PRT 22ª Região-PI - IC-001761.2017.22.000/6, IC-001530.2018.22.000/9, IC-001440.2019.22.000/0, IC-000133.2019.22.001/2, IC-000389.2020.22.000/4, IC-000950.2020.22.000/4, IC-001181.2020.22.000/5, IC-000094.2021.22.000/8, NF-000198.2021.22.000/1, NF-000202.2021.22.000/6, NF-000203.2021.22.000/2, NF-000204.2021.22.000/9 - PRT 23ª Região-MT - PP-001021.2020.23.000/8, IC-000218.2020.23.001/8, NF-000021.2021.23.001/1, NF-000023.2021.23.001/6 - PRT 24ª Região-MS - IC-000596.2020.24.000/0, NF-000284.2020.24.001/4, IC-000016.2020.24.002/9, IC-000203.2020.24.002/8, NF-000098.2021.24.000/0, NF-000101.2021.24.000/3, NF-000155.2021.24.000/5, NF-000179.2021.24.000/5, NF-000185.2021.24.000/7, NF-000191.2021.24.000/9, NF-000198.2021.24.000/3, NF-000200.2021.24.000/5, NF-000213.2021.24.000/1, NF-000220.2021.24.000/0, NF-000251.2021.24.000/8, NF-000285.2021.24.000/5, NF-000007.2021.24.001/8, NF-000016.2021.24.001/1, PP-000062.2021.24.001/3, NF-000085.2021.24.001/1, IC-000018.2021.24.002/7.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às 15:40 horas.

DRA. ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora

DRA. VIRGÍNIA MARIA VEIGA DE SENNA
Membro

DRA. ADRIANA SILVEIRA MACHADO
Membro

DRA. IZABEL CHRISTINA BAPTISTA QUEIROZ RAMOS
Membro (Suplente)

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

3ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias de maio de dois mil e vinte e um às quatorze horas e cinco minutos, iniciou-se com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Quadragésima (40a) Sessão Ordinária da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, por meio de videoconferência, tendo em vista a atual situação de pandemia (coronavírus - COVID-19). Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho, Sandra Lia Simón, os Procuradores Regionais do Trabalho, Daniela de Morais do Monte Varandas e Gláucio Araújo de Oliveira e os Membros Suplentes, Procuradores do Trabalho, Augusto Grieco Santanna Meirinho e Afonso de Paula Pinheiro Rocha. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) ASSUNTOS GERAIS: A) Saudação de boas-vindas aos novos Membros Suplentes da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do MPT: A Coordenadora da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do MPT, Dra Sandra Lia Simón, saudou os novos Membros Suplentes, Dr. Augusto Grieco Santanna Meirinho e Dr. Afonso de Paula Pinheiro Rocha, manifestando sua honra e alegria em poder trabalhar com os novéis componentes desta Subcâmara. Os demais Membros participantes da Sessão se associaram às palavras da Coordenadora.

2) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-006672.2019.02.000/9 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: PURE PILATES FRANCHISING LTDA , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001775.2019.05.000/4 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: RAYTEC VEICULOS ESPECIAIS INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento no que tange à hipótese denunciada de desvirtuamento da condição de autônomo, nos termos delineados na fundamentação, para que sejam realizadas diligências adicionais, especialmente a oitiva dos trabalhadores supostamente prejudicados, oportunidade em que se poderá confirmar ou não a tese de que há vínculo de emprego, sob a perspectiva da primazia da realidade, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000323.2019.10.001/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ART SPORT LAZER E SAÚDE LTDA. (ART SPORT), NOTICIANTE: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DO TOCANTINS SINPEF TO (SINPEF - TO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-007996.2020.01.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, INQUIRIDO: SMS RIO CF FELIPPE CARDOSO AP 31 - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004526.2020.02.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: SUSCITANTE: MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA, SUSCITADO: BERNARDO LEÔNCIO MOURA COELHO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-005908.2020.02.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INVESTIGADO: ACQUA - AGENTE AUTONOMO DE INVESTIMENTOS LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000970.2020.05.000/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: ORBITAL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA, NOTICIANTE: SINDICATO NACIONAL DOS AEROVIARIOS - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001269.2020.06.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE OLINDA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NOTICIANTE: SINDICATO DOS MÉDICOS DE PERNAMBUCO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000908.2020.07.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE ANÔNIMO(A) - PRT 7ª SEDE, INQUIRIDO: MUNICIPIO DE TIANGUÁ - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-003042.2020.09.000/4 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: INSTITUTO M.O TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001742.2020.13.000/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH, NOTICIANTE: MARIA CLAUDIANA ARAUJO SILVA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento e, de ofício, que seja declinada a atribuição em favor do MPF, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000428.2021.01.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CONSULADO-GERAL DA REPUBLICA PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO, NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002139.2021.02.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2 ª REGIÃO, NOTICIADO: NUTRICAR BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002252.2021.02.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: PAULO JÚLIO NASCIMENTO (RUA FORMOSA 367), NOTICIADO: ROBSON ROBERTO ESTEVES (RUA FORMOSA 367) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000194.2021.03.001/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000042.2021.04.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: HOSPITAL PSIQUIATRICO ESPIRITA MAHATMA GANDHI, NOTICIANTE: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000176.2021.11.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO AMAZONAS - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000244.2021.11.000/5 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: MARIO JOSE DA SILVA JUNIOR, NOTICIADO: QUEIROZ E LIMA PLANTONISTAS E SOCORRISTAS SC/LTDA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000069.2021.15.007/9 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: USINA OUROESTE - ACUCAR E ALCOOL LTDA , NOTICIANTE: INSTAURAÇÃO DE OFÍCIO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-001007.2015.19.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM ALAGOAS - SRTE/AL, INQUIRIDO: ULTRA SOM SERVICOS MEDICOS LTDA - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002744.2017.10.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: SITTRATER - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES TERRESTRES DE PASSAGEIROS URBANOS, INTERESTADUAIS, ESPECIAIS, ESCOLARES, TURISMO E TRANSPORTE DE CARGAS DO DF (SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000359.2019.01.007/6 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SIND. DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TRÊS RIOS , NOTICIANTE: LEANDRO SILVA LEITE - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-005078.2020.02.000/6 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ASDPESP), NOTICIANTE: MPT / PRT2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-006956.2020.02.000/6 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO EDUCATIVO AO ADOLESCENTE FUNDAÇÃO CASA SP - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000454.2020.03.010/0 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MARCO AURÉLIO FARIA COSTA, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE PIUMHI - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento parcial e não homologar o arquivamento do feito quanto ao tema 6.1.1 - Assédio Moral e pelo retorno dos autos para manifestação circunstanciada a respeito da denúncia de Afastamento de funcionário sem justa causa em pleno pleito eleitoral, inclusive com o correto cadastramento do tema, e homologar quanto ao tema 9.17 - Outros Temas (Exigência de CID nos atestados), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000448.2021.03.000/0 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A, NOTICIADO: CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A, NOTICIADO: COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG, NOTICIANTE: SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO SUL DE MINAS GERAIS - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000718.2021.03.000/2 - Assunto: 4.CONAP, 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A, NOTICIADO: CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A, NOTICIADO: COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG, NOTICIANTE: SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO SUL DE MINAS GERAIS - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000399.2021.05.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A, NOTICIADO: FARMACIA PAGUE MENOS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito. Sem prejuízo, diante da narrativa de fatos novos nas razões recursais, determina o retorno dos autos à origem para instauração de notícia de fato, a ser distribuída segundo as regras da Regional, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000310.2021.07.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ - HOSPITAL DR. CARLOS ALBERTO STUDART GOMES - HOSPITAL DE MESSEJANA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL DO CEARÁ (MOVA-SE) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não referendar o declínio de atribuição promovido no presente feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PA-MED-000136.2021.09.003/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: REQUERIDO: CMTU - COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA, REQUERENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM URBANIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, determinando-se a redistribuição ao Núcleo Regional de Mediação, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000325.2021.12.000/6 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000987.2021.15.000/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000039.2021.17.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO, NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO E TRABALHADORES AVULSOS EM ARMAZÉNS GERAIS COM CAFÉ EM GERAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000086.2021.18.000/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SINDICATO DOS CORRETORES DE IMÓVEIS NO ESTADO DE GOIÁS - SINDMÓVEIS/GO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo IC-000305.2014.18.003/6 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE RUBIATABA - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, recomendando a instauração de procedimento promocional, nos termos do voto do(a) relator(a).

5) REMESSA NÃO CONHECIDA

Processo IC-004123.2019.15.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: MAGALHAES & MORENO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do pedido de reconsideração, nos termos do voto do(a) relator(a).

6) DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

Processo IC-001682.2020.08.000/6 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DA COMUNIDADE FLEXAL E ADJACÊNCIAS - ASPECOFA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar a decisão declinatória de atribuição em favor do Ministério Público Federal e votar pela homologação do indeferimento liminar e a expedição de ofício ao MPF e à GRTE para ciência e providências cabíveis nos respectivos âmbitos de atuação, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000281.2021.05.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE NOVA SOURE, NOTICIANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA SOURE - BA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, acolher o requerimento formulado como pedido de reconsideração em razão de erro material, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000583.2021.06.000/0 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANONIMO, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000338.2021.07.000/1 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DEPARTAMENTO DE OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, NOTICIADO: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE (C S F SEN FERNANDES TAVORA) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000044.2021.09.007/5 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICIPIO DE TURVO, NOTICIANTE: VINICIUS ELIAS HAUAGGE - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001456.2021.15.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SONIA MARIA CARDILLO CONFECCOES - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar a decisão declinatória de atribuição em favor do Ministério Público Federal e votar pela homologação do indeferimento liminar e a expedição de ofício ao MPF e à GRTE para ciência e providências cabíveis nos respectivos âmbitos de atuação, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000543.2021.17.000/9 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO (SEM POSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO), NOTICIADO: MUNICÍPIO DE VIANA (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Também foi deliberado, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-001422.2020.01.004/0, NF-000126.2021.01.004/8, NF-000127.2021.01.004/4 - PRT 2ª Região-SP - PP-000144.2021.02.000/8, NF-001893.2021.02.000/9, NF-000152.2021.02.002/4, NF-000215.2021.02.002/2 - PRT 3ª Região-MG - NF-000964.2021.03.000/0, NF-001328.2021.03.000/6, NF-000111.2021.03.002/0 - PRT 4ª Região-RS - NF-000346.2021.04.000/7, NF-000631.2021.04.000/2 - PRT 5ª Região-BA - NF-000020.2021.05.002/0, NF-000058.2021.05.004/6, NF-000160.2021.05.006/8, NF-000027.2021.05.007/0, NF-000039.2021.05.007/2, NF-000054.2021.05.007/2 - PRT 7ª Região-CE - NF-000471.2020.07.000/5 - PRT 8ª Região-PA - NF-000217.2021.08.000/4 - PRT 9ª Região-PR - NF-000495.2021.09.000/8, NF-000744.2021.09.000/0, NF-000066.2021.09.009/0, NF-000073.2021.09.009/6 - PRT 10ª Região-DF - NF-000255.2021.10.000/8, NF-000397.2021.10.000/8, NF-000431.2021.10.000/4, NF-000450.2021.10.000/2, NF-000572.2021.10.000/8 - PRT 11ª Região-AM - NF-000183.2021.11.000/0, NF-000199.2021.11.000/5 - PRT 12ª Região-SC - NF-000175.2021.12.000/6 - PRT 13ª Região-PB - IC-000985.2019.13.000/8, NF-000056.2021.13.000/9, NF-000128.2021.13.000/0, NF-000177.2021.13.000/0, NF-000234.2021.13.000/0, NF-000264.2021.13.000/1, NF-000265.2021.13.000/8 - PRT 14ª Região-RO - NF-000099.2021.14.000/5 - PRT 15ª Região-Campinas - NF-001353.2021.15.000/7, NF-000179.2021.15.002/0 - PRT 16ª Região-MA - NF-000030.2021.16.002/6 - PRT 17ª Região-ES - NF-000190.2021.17.000/3 - PRT 18ª Região-GO - NF-000265.2021.18.000/2 - PRT 19ª Região-AL - IC-000146.2021.19.000/7 - PRT 21ª Região-RN - NF-000033.2021.21.001/0 - PRT 22ª Região-PI - NF-000190.2021.22.000/0 - PRT 23ª Região-MT - NF-000083.2021.23.000/4, NF-000152.2021.23.000/5 - PRT 24ª Região-MS - NF-000176.2021.24.000/6.

7) OUTROS

Processo IC-002583.2020.02.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: ICON G TÁXI AÉREO LTDA. (GLOBAL TÁXI AÉREO LTDA - GLOBAL AVIATION), INQUIRIDO: ICON TÁXI AÉREO LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo NF-000301.2021.17.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO , NOTICIANTE: EX OFFICIO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Retirado de pauta a pedido do Relator.

8) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-001999.2010.01.000/3, IC-002179.2010.01.000/0, IC-000278.2012.01.000/0, IC-001800.2014.01.000/7, IC-004327.2015.01.000/8, IC-001454.2016.01.000/5, IC-001647.2016.01.000/0, IC-002063.2016.01.000/5, IC-005566.2016.01.000/2, IC-005850.2016.01.000/5, IC-001292.2017.01.000/7, IC-004575.2017.01.000/7, IC-006063.2017.01.000/0, IC-006565.2017.01.000/7, IC-000954.2017.01.006/7, IC-001210.2018.01.000/7, IC-002367.2018.01.000/2, IC-002763.2018.01.000/0, IC-003543.2018.01.000/0, IC-004660.2018.01.000/2, IC-004945.2018.01.000/9, IC-006502.2018.01.000/4, IC-006810.2018.01.000/1, IC-000244.2018.01.002/1, IC-000486.2019.01.000/0, IC-000555.2019.01.000/0, IC-000644.2019.01.000/5, IC-001149.2019.01.000/0, IC-001859.2019.01.000/7, IC-001944.2019.01.000/0, IC-002723.2019.01.000/6, IC-003057.2019.01.000/4, IC-003382.2019.01.000/8, PP-004263.2019.01.000/1, IC-004811.2019.01.000/2, IC-004922.2019.01.000/1, IC-006744.2019.01.000/7, IC-006746.2019.01.000/8, IC-000180.2019.01.003/0, IC-001003.2019.01.004/7, IC-000850.2019.01.006/9, IC-000227.2019.01.008/4, IC-000665.2020.01.000/5, IC-000670.2020.01.000/0, IC-000791.2020.01.000/0, IC-001392.2020.01.000/4, IC-001452.2020.01.000/6, IC-001922.2020.01.000/3, IC-001963.2020.01.000/4, IC-002310.2020.01.000/0, IC-002396.2020.01.000/4, IC-003121.2020.01.000/6, IC-003144.2020.01.000/5, IC-003362.2020.01.000/1, IC-003408.2020.01.000/3, IC-003731.2020.01.000/6, IC-003861.2020.01.000/2, IC-004211.2020.01.000/5, IC-004223.2020.01.000/2, IC-004336.2020.01.000/2, IC-004730.2020.01.000/9, IC-004763.2020.01.000/4, IC-004984.2020.01.000/7, IC-004993.2020.01.000/8, IC-004996.2020.01.000/4, IC-005064.2020.01.000/7, IC-005193.2020.01.000/8, IC-005313.2020.01.000/1, IC-005766.2020.01.000/9, PP-006180.2020.01.000/3, IC-006295.2020.01.000/4, IC-006309.2020.01.000/6, PP-006333.2020.01.000/2, IC-006494.2020.01.000/3, PP-006633.2020.01.000/4, IC-006656.2020.01.000/3, PP-007171.2020.01.000/0, IC-007187.2020.01.000/0, IC-007261.2020.01.000/1, NF-008163.2020.01.000/3, IC-008463.2020.01.000/5, IC-008544.2020.01.000/5, NF-008570.2020.01.000/2, NF-008800.2020.01.000/0, IC-000576.2020.01.001/1, PP-000607.2020.01.001/5, IC-000238.2020.01.002/1, IC-000315.2020.01.002/6, IC-000270.2020.01.004/1, IC-000417.2020.01.004/9, IC-000609.2020.01.004/0, IC-000621.2020.01.004/4, IC-000648.2020.01.004/3, IC-000661.2020.01.004/3, IC-000764.2020.01.004/0, IC-001357.2020.01.004/9, IC-000267.2020.01.006/0, IC-000288.2020.01.006/1, IC-000333.2020.01.006/1, IC-000428.2020.01.006/4, IC-000617.2020.01.006/7, IC-000653.2020.01.006/0, PP-001049.2020.01.006/8, PP-001245.2020.01.006/0, NF-001278.2020.01.006/6, PP-001319.2020.01.006/0, IC-000006.2020.01.008/0, PP-000151.2021.01.000/4, NF-000227.2021.01.000/9, IC-000318.2021.01.000/6, NF-000447.2021.01.000/0, NF-000878.2021.01.000/0, NF-000889.2021.01.000/4, NF-000893.2021.01.000/3, NF-000917.2021.01.000/9, NF-000944.2021.01.000/1, NF-001039.2021.01.000/4, NF-001214.2021.01.000/9, NF-001227.2021.01.000/1, NF-001282.2021.01.000/2, NF-001285.2021.01.000/9, NF-001299.2021.01.000/7, NF-001326.2021.01.000/3, NF-000008.2021.01.001/2, NF-000108.2021.01.001/3, NF-000117.2021.01.001/4, NF-000204.2021.01.004/9, NF-000209.2021.01.004/0, NF-000232.2021.01.004/8, NF-000258.2021.01.004/0, NF-000259.2021.01.004/7, NF-000083.2021.01.005/5, NF-000133.2021.01.005/7, NF-000104.2021.01.006/2, NF-000121.2021.01.006/8, NF-000031.2021.01.007/3 - PRT 2ª Região-SP - IC-000137.2013.02.004/5, IC-000310.2014.02.004/5, IC-007290.2016.02.000/4, IC-000390.2017.02.004/1, IC-001434.2018.02.000/7, IC-005834.2018.02.000/9, IC-007707.2018.02.000/5, IC-000768.2018.02.002/4, IC-000230.2018.02.005/3, IC-001308.2019.02.000/4, IC-002204.2019.02.000/3, IC-003384.2019.02.000/0, IC-003405.2019.02.000/1, IC-001006.2019.02.002/8, IC-000903.2020.02.000/5, IC-001097.2020.02.000/0, PP-002666.2020.02.000/8, PP-002817.2020.02.000/6, IC-003176.2020.02.000/6, IC-003322.2020.02.000/7, IC-003656.2020.02.000/0, IC-003975.2020.02.000/9, IC-004176.2020.02.000/4, IC-004253.2020.02.000/2, IC-004464.2020.02.000/9, IC-004533.2020.02.000/1, PP-004796.2020.02.000/0, IC-004943.2020.02.000/7, PP-005399.2020.02.000/6, NF-005421.2020.02.000/5, PP-005569.2020.02.000/1, PP-005597.2020.02.000/0, PP-005972.2020.02.000/9, PP-006041.2020.02.000/7, IC-006044.2020.02.000/3, IC-006075.2020.02.000/8, PP-006096.2020.02.000/6, PP-006141.2020.02.000/4, PP-006158.2020.02.000/9, PP-006309.2020.02.000/7, IC-006314.2020.02.000/6, NF-006383.2020.02.000/5, PP-006406.2020.02.000/8, PP-006410.2020.02.000/1, PP-006436.2020.02.000/7, IC-006442.2020.02.000/1, NF-006500.2020.02.000/2, NF-006528.2020.02.000/9, NF-006586.2020.02.000/6, PP-006644.2020.02.000/7, NF-006959.2020.02.000/2, PP-007009.2020.02.000/3, NF-007012.2020.02.000/1, NF-007025.2020.02.000/4, NF-007066.2020.02.000/5, NF-007085.2020.02.000/2, PP-007092.2020.02.000/2, PP-007155.2020.02.000/0, NF-007223.2020.02.000/8, PP-007309.2020.02.000/5, PP-007357.2020.02.000/6, PP-007433.2020.02.000/9, NF-000795.2020.02.001/8, IC-000370.2020.02.002/0, IC-000395.2020.02.002/6, IC-000598.2020.02.002/1, IC-000739.2020.02.002/0, IC-000763.2020.02.002/4, NF-000891.2020.02.002/1, IC-000382.2020.02.003/0, IC-000445.2020.02.003/9, IC-000171.2020.02.004/1, IC-000247.2020.02.004/6, IC-000086.2020.02.005/6, PP-000088.2020.02.005/0, IC-000133.2020.02.005/6, IC-000157.2020.02.005/6, PP-000320.2020.02.005/6, IC-000346.2020.02.005/9, PP-000013.2021.02.000/1, NF-000019.2021.02.000/5, NF-000068.2021.02.000/9, PP-000167.2021.02.000/1, PP-000172.2021.02.000/7, NF-000480.2021.02.000/6, NF-000506.2021.02.000/4, PP-000574.2021.02.000/2, NF-000581.2021.02.000/0, NF-000677.2021.02.000/0, NF-000725.2021.02.000/9, NF-000783.2021.02.000/0, NF-000901.2021.02.000/5, NF-000970.2021.02.000/0, NF-001165.2021.02.000/0, NF-001216.2021.02.000/0, NF-001278.2021.02.000/0, PP-001353.2021.02.000/7, NF-001423.2021.02.000/5, NF-001427.2021.02.000/7, NF-001476.2021.02.000/3, NF-001481.2021.02.000/2, NF-001492.2021.02.000/4, NF-001550.2021.02.000/5, NF-001584.2021.02.000/6, PP-001659.2021.02.000/1, NF-001669.2021.02.000/8, NF-001673.2021.02.000/1, NF-001674.2021.02.000/7, NF-001676.2021.02.000/8, NF-001678.2021.02.000/9, NF-001735.2021.02.000/4, NF-001736.2021.02.000/0, NF-001749.2021.02.000/2, NF-001805.2021.02.000/2, NF-001914.2021.02.000/0, NF-002077.2021.02.000/8, NF-002133.2021.02.000/8, NF-002195.2021.02.000/7, NF-002464.2021.02.000/4, PP-000015.2021.02.001/8, NF-000073.2021.02.001/2, IC-000116.2021.02.001/0, NF-000120.2021.02.001/9, NF-000164.2021.02.001/3, NF-000245.2021.02.001/3, NF-000217.2021.02.002/5, NF-000225.2021.02.002/0, PP-000038.2021.02.003/0, IC-000067.2021.02.003/7, NF-000097.2021.02.003/1 - PRT 3ª Região-MG - IC-000293.2015.03.005/0, IC-000264.2017.03.002/7, IC-000229.2017.03.008/5, IC-001551.2019.03.000/3, IC-000614.2019.03.001/8, IC-000157.2019.03.010/5, IC-000474.2019.03.010/5, IC-000524.2019.03.010/7, PP-001123.2020.03.000/2, IC-002069.2020.03.000/1, IC-002122.2020.03.000/5, PP-003728.2020.03.000/0, IC-003876.2020.03.000/8, NF-004231.2020.03.000/0, IC-004348.2020.03.000/1, PP-004518.2020.03.000/7, PP-004909.2020.03.000/5, NF-004949.2020.03.000/0, IC-000165.2020.03.002/0, IC-000157.2020.03.003/6, PP-000359.2020.03.003/5, IC-000094.2020.03.005/2, IC-000165.2020.03.005/2, IC-000171.2020.03.005/4, IC-000204.2020.03.005/0, IC-000171.2020.03.007/6, IC-000047.2020.03.008/9, IC-000113.2020.03.010/0, NF-000005.2021.03.000/2, PP-000102.2021.03.000/8, NF-000391.2021.03.000/3, NF-000418.2021.03.000/8, NF-000762.2021.03.000/0, NF-000859.2021.03.000/6, NF-001082.2021.03.000/0, IC-000035.2021.03.001/7, NF-000074.2021.03.001/2, NF-000040.2021.03.005/6, NF-000023.2021.03.009/9 - PRT 4ª Região-RS - IC-000224.2016.04.000/1, IC-000506.2016.04.006/2, IC-000139.2017.04.007/5, IC-000269.2017.04.007/2, IC-000070.2018.04.004/5, IC-002773.2019.04.000/0, IC-002792.2019.04.000/8, IC-003204.2019.04.000/2, IC-003211.2019.04.000/2, IC-003544.2019.04.000/0, IC-003610.2019.04.000/7, IC-000437.2019.04.007/0, IC-000399.2020.04.000/3, PP-001393.2020.04.000/2, IC-001707.2020.04.000/5, PP-002373.2020.04.000/8, IC-002597.2020.04.000/7, PP-002882.2020.04.000/4, PP-003032.2020.04.000/3, IC-003256.2020.04.000/1, PP-003270.2020.04.000/1, IC-003455.2020.04.000/0, PP-003493.2020.04.000/5, PP-003495.2020.04.000/7, NF-003532.2020.04.000/0, PP-003862.2020.04.000/0, IC-003891.2020.04.000/3, IC-000147.2020.04.002/0, PP-000149.2020.04.002/3, PP-000157.2020.04.002/8, PP-000161.2020.04.002/7, IC-000182.2020.04.002/7, PP-000189.2020.04.002/2, IC-000040.2020.04.004/3, PP-000220.2020.04.004/0, IC-000270.2020.04.004/7, IC-000272.2020.04.004/0, PP-000395.2020.04.004/1, PP-000297.2020.04.008/4, PP-000072.2021.04.000/9, IC-000113.2021.04.000/0, NF-000246.2021.04.000/2, PP-000263.2021.04.000/4, NF-000265.2021.04.000/7, NF-000561.2021.04.000/6, NF-000576.2021.04.000/5, NF-000617.2021.04.000/6, PP-000633.2021.04.000/5, NF-000668.2021.04.000/9, NF-000695.2021.04.000/5, NF-000708.2021.04.000/3, NF-000718.2021.04.000/4, NF-000910.2021.04.000/6, NF-000926.2021.04.000/1, NF-000945.2021.04.000/3, NF-001012.2021.04.000/5, NF-000123.2021.04.001/1, NF-000127.2021.04.001/0, NF-000071.2021.04.006/2 - PRT 5ª Região-BA - IC-000079.2015.05.003/8, IC-000347.2016.05.000/9, IC-000409.2018.05.006/1, IC-000290.2019.05.004/4, IC-001109.2020.05.000/4, PP-002650.2020.05.000/1, NF-002788.2020.05.000/1, IC-000129.2020.05.004/1, NF-000259.2020.05.004/1, NF-000244.2021.05.000/1, NF-000320.2021.05.000/0, NF-000527.2021.05.000/0, NF-000714.2021.05.000/0, NF-000014.2021.05.004/4, NF-000051.2021.05.004/5, NF-000083.2021.05.006/8, NF-000170.2021.05.006/5 - PRT 6ª Região-PE - IC-001876.2017.06.000/4, IC-000561.2017.06.002/8, IC-001904.2018.06.000/8, IC-002648.2018.06.000/1, IC-000301.2019.06.000/1, IC-001321.2019.06.000/2, IC-002208.2019.06.000/9, IC-002312.2019.06.000/0, IC-000145.2019.06.001/0, IC-000722.2020.06.000/4, IC-000737.2020.06.000/3, IC-001690.2020.06.000/0, IC-001805.2020.06.000/4, IC-002010.2020.06.000/3, PP-002159.2020.06.000/5, IC-003013.2020.06.000/8, PP-003212.2020.06.000/7, PP-003216.2020.06.000/9, IC-000167.2020.06.001/7, IC-000177.2020.06.001/4, NF-000190.2021.06.000/6, PP-000253.2021.06.000/4, NF-000417.2021.06.000/7, NF-000566.2021.06.000/5, NF-000635.2021.06.000/5, NF-000709.2021.06.000/7, NF-000743.2021.06.000/8, NF-000841.2021.06.000/3 - PRT 7ª Região-CE - IC-001703.2006.07.000/2, IC-000188.2015.07.001/0, IC-000326.2016.07.000/5, IC-000381.2016.07.000/7, IC-001543.2016.07.000/7, IC-001343.2017.07.000/4, IC-001494.2017.07.000/9, IC-001540.2017.07.000/2, IC-002031.2017.07.000/3, IC-002436.2017.07.000/9, IC-000222.2017.07.002/2, IC-001064.2018.07.000/2, IC-001235.2018.07.000/3, IC-001277.2018.07.000/0, IC-001347.2018.07.000/8, IC-002210.2018.07.000/1, IC-000114.2018.07.001/1, IC-000137.2018.07.002/6, IC-001077.2019.07.000/7, IC-001607.2019.07.000/5, IC-001902.2019.07.000/0, IC-001938.2019.07.000/1, IC-000104.2019.07.002/6, IC-000125.2019.07.002/7, PP-000840.2020.07.000/0, PP-001417.2020.07.000/4, PP-001475.2020.07.000/1, NF-001931.2020.07.000/0, PP-001990.2020.07.000/3, PP-002022.2020.07.000/1, PP-002100.2020.07.000/6, PP-002139.2020.07.000/3, PP-002178.2020.07.000/4, IC-000116.2020.07.002/5, NF-000059.2021.07.000/5, PP-000107.2021.07.000/7, NF-000557.2021.07.000/0, NF-000596.2021.07.000/9, NF-000027.2021.07.002/8 - PRT 8ª Região-PA - IC-001906.2018.08.000/0, IC-000034.2018.08.002/6, IC-000177.2018.08.003/8, IC-000015.2019.08.001/9, IC-000033.2019.08.002/2, IC-000325.2020.08.000/4, PP-000698.2020.08.000/9, IC-000713.2020.08.000/7, IC-000830.2020.08.000/0, IC-000945.2020.08.000/8, IC-001236.2020.08.000/7, IC-001602.2020.08.000/5, PP-001753.2020.08.000/0, PP-001771.2020.08.000/1, IC-000269.2020.08.003/3, IC-000044.2021.08.000/0, IC-000067.2021.08.000/8, IC-000118.2021.08.000/2, NF-000061.2021.08.002/8 - PRT 9ª Região-PR - IC-000064.2014.09.006/6, IC-000529.2017.09.003/6, IC-000081.2018.09.000/4, IC-000775.2018.09.000/3, IC-001693.2018.09.000/0, IC-001854.2018.09.000/5, IC-002134.2018.09.000/0, IC-002380.2018.09.000/4, IC-000300.2018.09.003/0, IC-000111.2018.09.010/6, PP-

002018.2019.09.000/3, IC-002100.2019.09.000/0, IC-000166.2019.09.004/0, IC-000175.2019.09.005/1, IC-000020.2019.09.008/6, IC-000331.2019.09.008/6, IC-001519.2020.09.000/3, IC-001883.2020.09.000/7, IC-001952.2020.09.000/0, IC-002154.2020.09.000/0, IC-002316.2020.09.000/0, PP-002570.2020.09.000/0, PP-002652.2020.09.000/6, PP-002789.2020.09.000/0, NF-002891.2020.09.000/0, PP-003116.2020.09.000/4, NF-003222.2020.09.000/6, PP-003225.2020.09.000/2, NF-003283.2020.09.000/0, IC-000049.2020.09.003/0, IC-000352.2020.09.003/1, IC-000315.2020.09.004/2, IC-000018.2020.09.005/2, IC-000049.2020.09.006/6, IC-000228.2020.09.006/2, IC-000179.2020.09.008/9, IC-000258.2020.09.009/7, PP-000031.2021.09.000/2, NF-000163.2021.09.000/9, PP-000169.2021.09.000/7, NF-000205.2021.09.000/6, NF-000363.2021.09.000/5, NF-000385.2021.09.000/2, PP-000422.2021.09.000/8, NF-000534.2021.09.000/6, PP-000606.2021.09.000/5, PP-000611.2021.09.000/0, NF-000621.2021.09.000/8, PP-000627.2021.09.000/6, NF-000726.2021.09.000/8, NF-000124.2021.09.003/9, NF-000024.2021.09.004/3, NF-000034.2021.09.004/1, NF-000064.2021.09.007/1, IC-000020.2021.09.008/1, NF-000059.2021.09.008/1 - PRT 10ª Região-DF - IC-000431.2014.10.000/9, IC-000193.2015.10.000/3, IC-000195.2015.10.000/6, IC-000996.2016.10.000/0, IC-002379.2016.10.000/6, IC-002250.2017.10.000/9, IC-001236.2018.10.000/2, IC-001261.2018.10.000/4, IC-001580.2018.10.000/3, IC-001787.2018.10.000/6, IC-001826.2018.10.000/0, IC-002312.2018.10.000/3, IC-002797.2018.10.000/0, IC-000523.2019.10.000/6, IC-001167.2019.10.000/1, IC-001358.2019.10.000/5, IC-001715.2019.10.000/2, IC-002300.2019.10.000/8, IC-000163.2019.10.001/0, IC-000044.2020.10.000/7, IC-000048.2020.10.000/6, IC-000148.2020.10.000/9, IC-000209.2020.10.000/4, IC-000247.2020.10.000/0, IC-000411.2020.10.000/7, IC-000567.2020.10.000/0, IC-000926.2020.10.000/7, IC-001557.2020.10.000/0, PP-001946.2020.10.000/8, IC-002020.2020.10.000/5, IC-002338.2020.10.000/7, PP-002414.2020.10.000/0, PP-002481.2020.10.000/8, IC-002545.2020.10.000/1, NF-002747.2020.10.000/7, NF-002752.2020.10.000/6, PP-002916.2020.10.000/7, PP-002984.2020.10.000/0, IC-000082.2020.10.001/6, IC-000002.2020.10.002/0, IC-000015.2021.10.000/3, NF-000361.2021.10.000/8, IC-000494.2021.10.000/7, NF-000519.2021.10.000/9, NF-000075.2021.10.001/3 - PRT 11ª Região-AM - IC-000874.2016.11.000/6, IC-000148.2017.11.000/5, IC-000746.2017.11.000/1, IC-001261.2017.11.000/0, IC-000060.2019.11.001/5, NF-001085.2020.11.000/0, IC-000071.2020.11.001/2, IC-000106.2020.11.001/6, NF-000201.2021.11.000/7, NF-000259.2021.11.000/4 - PRT 12ª Região-SC - PP-000201.2006.12.002/0, IC-000538.2015.12.001/4, IC-001388.2016.12.000/5, IC-000692.2018.12.000/8, IC-000285.2018.12.004/0, IC-001464.2019.12.000/3, IC-000082.2019.12.002/9, IC-000232.2019.12.002/0, IC-000114.2019.12.004/7, IC-000519.2020.12.000/8, IC-000950.2020.12.000/2, NF-001282.2020.12.000/7, PP-001389.2020.12.000/2, IC-000269.2020.12.001/8, IC-000473.2020.12.001/3, PP-000223.2020.12.002/9, NF-000190.2021.12.000/9, NF-000315.2021.12.000/9, NF-000376.2021.12.000/9, NF-000023.2021.12.001/1, NF-000060.2021.12.001/2, NF-000062.2021.12.001/7, NF-000089.2021.12.001/4, NF-000016.2021.12.002/6, NF-000048.2021.12.003/6, NF-000017.2021.12.004/5, NF-000069.2021.12.005/1 - PRT 13ª Região-PB - IC-000363.2016.13.000/3, IC-001104.2016.13.000/6, IC-000546.2017.13.000/7, IC-001384.2017.13.000/3, IC-001496.2018.13.000/0, IC-000277.2018.13.001/1, IC-000333.2019.13.001/8, IC-000423.2019.13.001/9, IC-000270.2020.13.000/0, PP-000795.2020.13.000/8, IC-000934.2020.13.000/4, PP-001008.2020.13.000/2, IC-001148.2020.13.000/5, PP-001287.2020.13.000/2, IC-001569.2020.13.000/2, IC-001717.2020.13.000/4, IC-001768.2020.13.000/1, IC-000282.2020.13.001/9, IC-000411.2020.13.001/8, IC-000126.2020.13.002/0, IC-000151.2020.13.002/0, IC-000154.2020.13.002/0, IC-000199.2020.13.002/0, IC-000246.2020.13.002/3, NF-000079.2021.13.000/7, NF-000181.2021.13.000/9, NF-000182.2021.13.000/5, NF-000199.2021.13.000/7 - PRT 14ª Região-RO - IC-000528.2017.14.000/6, IC-000294.2018.14.001/8, IC-000099.2020.14.000/1, IC-000315.2020.14.000/8, IC-000007.2020.14.001/0, IC-000167.2020.14.001/9, IC-000173.2020.14.002/9, IC-000216.2020.14.002/2, IC-000296.2020.14.002/0, IC-000320.2020.14.002/0, IC-000355.2020.14.002/3, NF-000133.2021.14.000/6, NF-000064.2021.14.001/5, NF-000091.2021.14.001/8, NF-000062.2021.14.002/1 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-001806.2016.15.000/4, IC-000472.2017.15.000/7, IC-003601.2017.15.000/0, IC-000622.2018.15.002/6, IC-000101.2018.15.005/9, IC-000820.2019.15.002/2, PP-001070.2019.15.002/8, IC-000743.2020.15.000/0, IC-002321.2020.15.000/3, PP-002706.2020.15.000/7, IC-003091.2020.15.000/4, PP-003529.2020.15.000/0, PP-003612.2020.15.000/2, IC-003842.2020.15.000/6, IC-004544.2020.15.000/3, NF-004565.2020.15.000/1, PP-004604.2020.15.000/5, PP-004634.2020.15.000/4, IC-000549.2020.15.001/0, PP-000557.2020.15.001/5, PP-000653.2020.15.001/8, NF-000793.2020.15.002/3, IC-000479.2020.15.003/0, IC-000016.2020.15.005/0, IC-000169.2020.15.005/5, IC-000254.2020.15.005/4, PP-000434.2020.15.005/6, IC-000241.2020.15.006/6, IC-000468.2020.15.007/0, PP-000598.2020.15.007/0, NF-000030.2021.15.000/2, NF-000301.2021.15.000/9, NF-000382.2021.15.000/3, NF-000400.2021.15.000/0, IC-000422.2021.15.000/8, NF-000561.2021.15.000/9, NF-000782.2021.15.000/6, NF-000927.2021.15.000/0, NF-001028.2021.15.000/3, NF-001097.2021.15.000/2, NF-001122.2021.15.000/8, NF-001223.2021.15.000/0, NF-001367.2021.15.000/5, NF-000024.2021.15.002/5, PP-000068.2021.15.002/7, NF-000104.2021.15.002/8, PP-000011.2021.15.003/6, IC-000095.2021.15.003/0, PP-000131.2021.15.003/9, PP-000142.2021.15.003/2, PP-000144.2021.15.003/5, NF-000159.2021.15.003/4, NF-000171.2021.15.003/8, NF-000066.2021.15.005/5, NF-000121.2021.15.006/6, NF-000203.2021.15.006/2, PP-000006.2021.15.007/0, NF-000115.2021.15.007/2, PP-000119.2021.15.007/8, NF-000143.2021.15.008/0, NF-000163.2021.15.008/4 - PRT 16ª Região-MA - IC-000649.2018.16.000/0, IC-000791.2018.16.000/3, IC-000045.2019.16.000/3, IC-000382.2019.16.000/2, PP-000995.2020.16.000/7, NF-001178.2020.16.000/9, NF-000284.2020.16.001/4 - PRT 17ª Região-ES - IC-000342.2017.17.003/3, IC-001124.2019.17.000/7, IC-000169.2019.17.001/5, IC-000175.2019.17.001/7, IC-000367.2019.17.003/5, PP-000243.2020.17.000/1, IC-000271.2020.17.000/0, IC-000276.2020.17.000/2, IC-000862.2020.17.000/9, PP-001068.2020.17.000/3, PP-001085.2020.17.000/0, PP-001088.2020.17.000/6, PP-001150.2020.17.000/0, PP-001282.2020.17.000/8, IC-001344.2020.17.000/0, NF-001426.2020.17.000/6, NF-001485.2020.17.000/9, NF-001505.2020.17.000/5, PP-001509.2020.17.000/7, NF-001547.2020.17.000/1, NF-001573.2020.17.000/9, PP-000167.2020.17.003/8, PP-000208.2020.17.003/9, PP-000238.2020.17.003/0, NF-000036.2021.17.000/0, PP-000057.2021.17.000/3, NF-000162.2021.17.000/4, NF-000311.2021.17.000/8, IC-000015.2021.17.001/7 - PRT 18ª Região-GO - IC-002063.2017.18.000/2, IC-000915.2018.18.000/9, IC-000106.2018.18.002/9, IC-000430.2019.18.002/0, IC-001721.2020.18.000/9, IC-002029.2020.18.000/0, IC-000172.2020.18.003/4, NF-000108.2021.18.000/0, NF-000231.2021.18.000/5, NF-000251.2021.18.000/0, NF-000310.2021.18.000/2, NF-000323.2021.18.000/9, NF-000405.2021.18.000/5, IC-000021.2021.18.001/8 - PRT 19ª Região-AL - IC-000755.2018.19.000/2, IC-000056.2019.19.000/4, IC-000491.2019.19.000/4, IC-000951.2019.19.000/6, IC-001338.2019.19.000/6, IC-001684.2019.19.000/8, IC-001919.2019.19.000/2, IC-000194.2020.19.000/8, IC-000989.2020.19.000/8, PP-001765.2020.19.000/4, PP-000297.2020.19.001/3, IC-000135.2021.19.000/3, NF-000306.2021.19.000/4, NF-000455.2021.19.000/2 - PRT 21ª Região-RN - IC-000571.2016.21.000/4, IC-001053.2017.21.000/1, IC-001085.2017.21.000/1, IC-001445.2017.21.000/5, IC-001526.2017.21.000/5, IC-000983.2018.21.000/2, IC-001352.2018.21.000/0, IC-000250.2019.21.000/7, IC-000255.2019.21.000/9, IC-000339.2019.21.000/8, IC-000415.2019.21.000/6, IC-000630.2019.21.000/5, IC-000918.2019.21.000/6, IC-000182.2020.21.000/2, IC-000201.2020.21.000/6, IC-000512.2020.21.000/4, IC-000620.2020.21.000/7, IC-000818.2020.21.000/7, IC-000835.2020.21.000/2, PP-000993.2020.21.000/1, IC-001193.2020.21.000/4, IC-001202.2020.21.000/9, IC-001486.2020.21.000/6, PP-000272.2020.21.001/1, NF-000289.2021.21.000/8, NF-000392.2021.21.000/9 - PRT 22ª Região-PI - IC-000805.2018.22.000/0, IC-000949.2019.22.000/5, IC-000324.2020.22.000/9, IC-000591.2020.22.000/7, IC-000635.2020.22.000/7, IC-000819.2020.22.000/4, IC-000021.2021.22.000/9, PP-000113.2021.22.000/1, NF-000184.2021.22.000/9, NF-000197.2021.22.000/5, NF-000228.2021.22.000/9, NF-000241.2021.22.000/9, NF-000243.2021.22.000/1, NF-000271.2021.22.000/0, IC-000010.2021.22.002/5 - PRT 23ª Região-MT - IC-000030.2019.23.003/9, IC-000222.2020.23.000/9, IC-000316.2020.23.000/5, IC-000239.2020.23.001/9, IC-000185.2020.23.003/8, IC-000003.2021.23.000/0, PP-000025.2021.23.000/0, IC-000056.2021.23.000/1, IC-000117.2021.23.000/8, IC-000003.2021.23.004/8 - PRT 24ª Região-MS - PP-000089.2021.24.000/0, NF-000173.2021.24.000/7, PP-000178.2021.24.000/9, NF-000187.2021.24.000/0, NF-000189.2021.24.000/2, PP-000195.2021.24.000/4, NF-000202.2021.24.000/8, NF-000231.2021.24.000/3, NF-000264.2021.24.000/4, PP-000023.2021.24.001/8.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às 15:30 horas.

DRA. SANDRA LIA SIMÓN
Coordenadora

DRA. DANIELA DE MORAIS DO MONTE VARANDAS
Membro

DR. GLÁUCIO ARAÚJO OLIVEIRA
Membro

DR. AUGUSTO GRIECO SANTANNA MEIRINHO
Membro Suplente

DR. AFONSO DE PAULA PINHEIRO ROCHA
Membro Suplente

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 17, DE 25 DE MAIO DE 2021
(Sessão Telepresencial)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
Subsecretária da Primeira Câmara: AUFC Aline Guimarães Diógenes

Às 15 horas, o Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 16, referente à sessão telepresencial realizada em 18 de maio de 2021.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÃO (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Do Ministro-Substituto Weder de Oliveira:

Proposta, nos termos do art. 8º da Resolução 315/2020, para determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) que implemente, se ainda não o fez, procedimento, no âmbito de sua atuação, para identificar, de forma sistêmica, situações similares às constatadas no TC 034.118/2020-9, propondo a correção das irregularidades identificadas, inclusive, no caso concreto, aquelas relacionadas aos atos de José Machado Moita Neto e de José Lages Montes, sem prejuízo de analisar o cabimento da responsabilização dos gestores nos termos dos normativos aplicáveis à matéria, em consonância com as determinações exaradas nos Acórdãos 2388/2006-TCU-Plenário e 672/2009-TCU-Plenário. Aprovada.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-001.998/2020-0, TC-012.069/2020-5 e TC-024.014/2015-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-009.076/2020-4 e TC-034.993/2017-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-036.363/2020-0, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira; e

TC-005.138/2020-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 8369 a 8460.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 8291 a 8368, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-000.090/2018-2, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, os Drs. Rodrigo Martins, Cassio Carvalho Batista e Saulo Queiroz não compareceram para produzir a sustentação oral que haviam requerido em nome de Antônio Fernando Brito Pinto.

Na apreciação do processo TC-029.143/2017-9, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Marcus Vinícius Santos Spíndola Rodrigues não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Vitor Alves Cardoso Neto e Vitor Alves Cardoso Neto Eireli.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 8291/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.143/2017-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Antonio Gomes de Sousa (628.362.931-87); Emanuela Machado Araujo (022.569.573-14); Ricardo Matos da Cruz (815.891.745-34); Vitor Alves Cardoso Neto (025.650.583-73); Vitor Alves Cardoso Neto Eireli (14.283.222/0001-73).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Prata do Piauí - PI.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Representação legal:
8.1. Maria Eduarda de Oliveira Rocha (12.150/OAB-PI) e outros, representando Vitor Alves Cardoso Neto.
8.2. Fellipe Roney de Carvalho Alencar (8824/OAB-PI) e outros, representando Vitor Alves Cardoso Neto e Vitor Alves Cardoso Neto Eireli.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força do item 9.5.3 do Acórdão 1.470/2017-Plenário, em razão de pagamentos realizados pelo Município de Prata do Piauí/PI com a utilização de recursos decorrentes de precatórios do Fundef, sem qualquer comprovação da contraprestação de serviços,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas dos Srs. Antônio Gomes de Sousa (CPF 628.362.931-87), Ricardo Matos da Cruz (CPF 815.891.745-34), Emanuela Machado Araújo (CPF 022.569.573-14), Vitor Alves Cardoso Neto (CPF 025.650.583-73) e da empresa Vitor Alves Cardoso Neto EIRELI (CNPJ 14.283.222/0001-73), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundeb do Município de Prata do Piauí/PI, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
313.873,98	14/12/2016

9.2. aplicar aos Srs. Antônio Gomes de Sousa (CPF 628.362.931-87), Ricardo Matos da Cruz (CPF 815.891.745-34), Emanuela Machado Araújo (CPF 022.569.573-14) e Vitor Alves Cardoso Neto (CPF 025.650.583-73) e à empresa Vitor Alves Cardoso Neto EIRELI (CNPJ 14.283.222/0001-73), individualmente, multa no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a presente data até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações; e
9.4. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, à Prefeitura Municipal de Prata do Piauí - PI e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8291-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8292/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.090/2018-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: Antônio Fernando Brito Pinto (477.170.925-49)
3.2. Recorrente: Antônio Fernando Brito Pinto (477.170.925-49).
4. Entidades: Município de Taperoá - BA, Ministério das Cidades (extinto) e Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); e Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Andre Yokomizo Aceiro (175.337/OAB-SP) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Rodrigo Isaac de Freitas Martins (19644/OAB-BA) e outros, representando Antônio Fernando Brito Pinto.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Antônio Fernando Brito Pinto, ex-prefeito municipal de Taperoá /BA (gestões 2009-2016), contra o Acórdão 11.102/2019-1ª Câmara, retificado pelo Acórdão 6.641/2020-1ª Câmara em virtude de erro material,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443, de 16/6/1992, conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Ministério do Desenvolvimento Regional, à Caixa Econômica Federal e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8292-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8293/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.656/2021-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Carlos Antonio de Castro (289.264.801-78); Edinaldo Dias da Silva (258.289.321-87); Ildefonso Jose Camargo (291.361.991-68); Orlando Bernardes Sales (289.719.491-04); Paulo Rocha (292.672.421-72); Sergio Carneiro dos Santos (240.057.031-00).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos iniciais de aposentadoria emitidos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO em favor dos Srs. Carlos Antonio de Castro, Edinaldo Dias da Silva, Ildefonso Jose Camargo, Orlando Bernardes Sales, Paulo Rocha e Sergio Carneiro dos Santos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria dos Srs. Carlos Antonio de Castro (289.264.801-78), Edinaldo Dias da Silva (258.289.321-87), Ildefonso Jose Camargo (291.361.991-68), Orlando Bernardes Sales (289.719.491-04), Paulo Rocha (292.672.421-72) e Sergio Carneiro dos Santos (240.057.031-00), recusando seus registros;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos interessados, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os eximem da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;
9.4. dar ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8293-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8294/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.792/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Carlos Alvares da Silva Campos Neto (226.303.251-72); Marcos Antônio Macedo Cintra (498.856.266-20).
4. Órgão/Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadoria emitidos no âmbito da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA em favor dos Srs. Carlos Alvares da Silva Campos Neto e Marcos Antônio Macedo Cintra,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar legal o ato de aposentadoria emitido em favor do Sr. Carlos Alvares da Silva Campos Neto (226.303.251-72), determinando o respectivo registro;
9.2. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Marcos Antônio Macedo Cintra (498.856.266-20), recusando seu registro;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado que teve o respectivo ato considerado ilegal, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.4. determinar à Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que:
9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.4.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.5. dar ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8294-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8295/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.553/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Lilian Yuri Takahashi (086.236.228-80)
3.2. Recorrente: Lilian Yuri Takahashi (086.236.228-80).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 12.552/2020-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro à aposentadoria da interessada,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pela sra. Lilian Yuri Takahashi para, no mérito, negar a ele provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8295-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8296/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.344/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Maria Dulce Barroso (235.742.673-04)
3.2. Recorrente: Ministério Público Federal (03.636.198/0001-92).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Ministério Público Federal contra o Acórdão 12.559/2020-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro à aposentadoria da servidora inativa Maria Dulce Barroso,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo Ministério Público Federal para, no mérito, negar a ele provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Sra. Maria Dulce Barroso.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8296-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8297/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.353/2018-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Francisca Silva Caldas Dal Molin (266.631.041-87); Francisco Alves Brasil (009.231.762-68); Francisco Aparecido Ferreira (095.471.939-53); Francisco Rodrigues de Farias (065.765.082-04); Herlinda Santos de Oliveira (113.225.602-00)
3.2. Recorrente: Francisca Silva Caldas Dal Molin (266.631.041-87).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: José Alves Pereira Filho (OAB/RO nº 647), representando Francisca Silva Caldas Dal Molin.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 14.059/2020-1ª Câmara, por meio do qual foi considerado ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da recorrente Francisca Silva Caldas Dal Molin, tendo-lhe sido negado o registro correspondente,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8297-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8298/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.357/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessadas: Lucia Alcantara Dias Cordeiro (176.865.712-20); Luzimar Barbosa Chaves (080.875.473-49); Maria Carmosina dos Santos (079.882.142-68); Maria da Conceição Rodrigues Passos (162.932.232-68); Maria de Nazaré Argemiro (162.669.002-20)
3.2. Recorrentes: Lucia Alcantara Dias Cordeiro (176.865.712-20); Maria Carmosina dos Santos (079.882.142-68); Maria da Conceição Rodrigues Passos (162.932.232-68); Luzimar Barbosa Chaves (080.875.473-49); Maria de Nazaré Argemiro (162.669.002-20).
4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO), representando Maria de Nazaré Argemiro, Lucia Alcantara Dias Cordeiro, Maria Carmosina dos Santos, Maria da Conceição Rodrigues Passos e Luzimar Barbosa Chaves.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 6.899/2020-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro às aposentadorias das sras. Lucia Alcantara Dias Cordeiro, Luzimar Barbosa Chaves, Maria Carmosina dos Santos, Maria da Conceição Rodrigues Passos e Maria de Nazaré Argemiro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelas sras. Lucia Alcantara Dias Cordeiro, Luzimar Barbosa Chaves, Maria Carmosina dos Santos, Maria da Conceição Rodrigues Passos e Maria de Nazaré Argemiro para, no mérito, negar a ele provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação às recorrentes e à entidade de origem.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8298-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8299/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.084/2019-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social
3.2. Responsáveis: Auricélio dos Santos Teixeira (357.597.984-72); José da Silva Câmara (241.840.124-34)
3.3. Recorrente: Auricélio dos Santos Teixeira (357.597.984-72).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Guamaré - RN.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Aldo de Medeiros Lima Filho (OAB-RN 1.662), André Campos Medeiros Lima (OAB/RN 15.751-B) e Rilma de Fátima Paiva Campos Lima (OAB/RN 7.271), representando Auricelio dos Santos Teixeira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo sr. Auricélio dos Santos Teixeira contra o Acórdão 9/2021-Primeira Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo sr. Auricélio dos Santos Teixeira para, no mérito, rejeitá-los; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8299-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8300/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.160/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Luiz de Campos Franca (082.024.517-87); Luiz de Campos Franca (082.024.517-87)
3.2. Recorrente: Luiz de Campos Franca (082.024.517-87).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Carla Gomes de Oliveira (OAB/RJ 149.061) e outros, representando Luiz de Campos França.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 12.541/2020-1ª Câmara, que considerou ilegal e negou registro ao ato de aposentadoria do Sr. Luiz de Campos Franca, ex-ocupante do cargo de juiz classista,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8300-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8301/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.148/2017-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Antonio Gomes de Sousa (628.362.931-87); Construtora Tende Eireli (05.740.967/0001-23); Emanuela Machado Araujo (022.569.573-14); Francisco Jarbas de Araujo Melo (105.235.947-71); Ricardo Matos da Cruz (815.891.745-34).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Prata do Piauí - PI.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Representação legal:
8.1. Thiago Ramos Silva (10.260/OAB-PI) e outros, representando Ricardo Matos da Cruz e Emanuela Machado Araujo;
8.2. Welton Alves dos Santos (10199/OAB-PI), representando Francisco Jarbas de Araujo Melo.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força do item 9.5.6 do Acórdão 1.470/2017-Plenário, em razão de pagamentos realizados pelo Município de Prata do Piauí/PI com a utilização de recursos decorrentes de precatórios do Fundef, sem qualquer comprovação da contraprestação de serviços,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas dos Srs. Antônio Gomes de Sousa (CPF 628.362.931-87), Ricardo Matos da Cruz (CPF 815.891.745-34), Emanuela Machado Araújo (CPF 022.569.573-14) e Francisco Jarbas de Araújo Melo (CPF 105.235.947-71) e da Construtora Tende Ltda.-ME (CNPJ 05.740.967/0001-23), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b", "c" e "d", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II, III e IV, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundeb do Município de Prata do Piauí/PI, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
310.645,26	20/12/2016

9.2. aplicar aos Srs. Antônio Gomes de Sousa (CPF 628.362.931-87), Ricardo Matos da Cruz (CPF 815.891.745-34), Emanuela Machado Araújo (CPF 022.569.573-14), Francisco Jarbas de Araújo Melo (CPF 105.235.947-71) e à empresa Construtora Tende Ltda.-ME (CNPJ 05.740.967/0001-23), individualmente, multa no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a presente data até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações; e
9.4. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, à Prefeitura Municipal de Prata do Piauí - PI e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.
10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8301-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8302/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.569/2019-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame(Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Maria Patrícia do Socorro Santos Araújo (290.146.111-53)
3.2. Recorrente: Maria Patrícia do Socorro Santos Araújo (290.146.111-53).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal:
8.1. Marlúcio Lustosa Bonfim (16.619/OAB-DF) e outros, representando Maria Patrícia do Socorro Santos Araújo.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 5.249/2020-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, conceder a ele provimento parcial para esclarecer ao órgão de origem que, em virtude da modulação conferida pelo Supremo Tribunal Federal à tese de repercussão geral fixada no RE 638.115, as determinações constantes do subitem 9.3.1 do Acórdão 5.249/2020-1ª Câmara, no que tange às parcelas de "quintos" incorporados posteriormente à publicação da Lei 9.624/1998 (8/4/1998), não se aplicam aos inativos eventualmente albergados por decisões judiciais transitadas em julgado, o que deverá ser apurado pelo órgão de origem e posteriormente acompanhado pela unidade técnica competente.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8302-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8303/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.162/2017-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (tomada de contas especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)
3.2. Responsáveis: Ely Selma de Jesus Martins Magalhaes (011.504.093-55); Manoel Edivan Oliveira da Costa (420.512.153-91)
3.3. Recorrente: Manoel Edivan Oliveira da Costa (420.512.153-91).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Marajá do Sena - MA.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Antônia Apoena Rejane da Silva Ribeiro (OAB/MA 14.618), representando Manoel Edivan Oliveira da Costa

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 9.388/2020-1ª Câmara, proferido em tomada de contas especial,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, nos termos dos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8303-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8304/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.949/2018-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessadas: Maria Lucineide Costa Nogueira dos Santos (210.094.903-97); Maria Marta de Lima Teixeira Praciano (311.217.053-91); Maria do Carmo de Queiroz Chaves (116.546.193-53); Miriam Gondim Matos (120.079.273-49); Simone Montezuma Fiuza (200.437.673-20)
3.2. Recorrentes: Maria do Carmo de Queiroz Chaves (116.546.193-53); Maria Lucineide Costa Nogueira dos Santos (210.094.903-97); Miriam Gondim Matos (120.079.273-49).
4. Entidade: Universidade Federal do Ceará.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Rodrigo Antonio Maia Barreto (12.176/OAB-CE), representando Miriam Gondim Matos, Maria do Carmo de Queiroz Chaves e Maria Lucineide Costa Nogueira dos Santos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 12.578/2020-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro às aposentadorias das sras. Maria do Carmo de Queiroz Chaves, Maria Lucineide Costa Nogueira dos Santos e Miriam Gondim Matos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelas sras. Maria do Carmo de Queiroz Chaves, Maria Lucineide Costa Nogueira dos Santos e Miriam Gondim Matos para, no mérito, negar a ele provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação às recorrentes, à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e à entidade de origem.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8304-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8305/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.332/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Jose Luciano Sidney Marques (052.815.123-15); José de Carvalho Leal (077.123.833-91); Luiz Carlos Lins Maciel Borges (049.662.602-72); Raimundo Montes (011.408.763-68).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de reforma emitidos no âmbito do Comando do Exército em favor dos Srs. Luiz Carlos Lins Maciel Borges, José Luciano Sidney Marques, Raimundo Montes e José de Carvalho Leal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar legais os atos de reforma emitidos em favor dos Srs. Luiz Carlos Lins Maciel Borges (049.662.602-72) e José Luciano Sidney Marques (052.815.123-15), determinando os respectivos registros;
9.2. considerar prejudicado, pela perda do objeto, o ato de reforma emitido em favor do Sr. Raimundo Montes (011.408.763-68);
9.3. considerar ilegal o ato de reforma do Sr. José de Carvalho Leal (077.123.833-91), recusando seu registro;
9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado que teve o respectivo ato considerado ilegal, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.5. determinar ao Comando do Exército que:
9.5.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.5.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.5.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.6. dar ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8305-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8306/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.290/2018-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Município de Itapecerica/MG (18.308.742/0001-44), Lindolfo Pena Pereira (012.167.596-34) e Marcos Lamounier Malaquias (222.256.686-04).

4. Entidade: Município de Itapecerica - MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Welton Vieira Leão (OAB/MG 78.610) e Tiago Gaudereto Stringhetya (OAB/MG 106.373).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos pelo Município de Itapecerica/MG e pelos Srs. Lindolfo Pena Pereira, ex-prefeito, e Marcos Lamounier Malaquias, ex-secretário de obras e transportes e fiscal da obra, em face do Acórdão 5.932/2021-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, dos embargos de declaração opostos pelo Município de Itapecerica/MG e pelos Srs. Lindolfo Pena Pereira e Marcos Lamounier Malaquias, para, no mérito, rejeitá-los, sem prejuízo de prestar os esclarecimentos contidos no voto que fundamenta o presente acórdão;

9.2. dar ciência desta decisão aos recorrentes.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8306-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8307/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.949/2019-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Igson Monteiro da Silva (682.389.242-00); Manoel Adail Amaral Pinheiro (137.996.732-53).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Coari - AM.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, em desfavor de Manoel Adail Amaral Pinheiro (CPF: 137.996.732-53) e Igson Monteiro da Silva (CPF: 682.389.242-00), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao município de Coari/AM, na modalidade fundo a fundo, à conta dos Programas de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), no exercício de 2014;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos responsáveis Manoel Adail Amaral Pinheiro (CPF: 137.996.732-53) e Igson Monteiro da Silva (CPF: 682.389.242-00), ambos na condição de Prefeito do Município de Coari/AM, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. condenar os responsáveis identificados no subitem anterior, com fundamento nos arts. 19 e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social:

Débito relacionado ao responsável Manoel Adail Amaral Pinheiro (CPF: 137.996.732-53):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
24/1/2014	5.921,00

Débitos relacionados ao responsável Igson Monteiro da Silva (CPF: 682.389.242-00):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
10/2/2014	4.520,00
13/2/2014	5.625,00
25/3/2014	4.830,00
23/5/2014	6.823,60
27/5/2014	1.650,00
28/5/2014	1.530,66
29/5/2014	3.900,00
13/6/2014	9.400,00
13/6/2014	7.524,00
24/6/2014	5.320,00
7/7/2014	7.500,00
8/7/2014	2.000,00
9/7/2014	2.000,00
9/7/2014	2.000,00
10/7/2014	5.624,00
11/7/2014	4.845,00
2/9/2014	480,00
2/9/2014	6.928,00
2/9/2014	6.928,00
2/9/2014	4.514,00
3/9/2014	1.449,00
3/9/2014	1.469,61
3/9/2014	636,00
4/9/2014	1.850,00
18/9/2014	316,00
22/9/2014	3.306,50
23/9/2014	316,00
24/9/2014	5.600,00
26/9/2014	3.600,00
8/10/2014	4.432,50
8/10/2014	6.905,00
8/10/2014	6.554,85
8/10/2014	3.761,25
8/10/2014	1.316,00
8/10/2014	1.753,05
8/10/2014	3.336,80
13/10/2014	322,00
24/10/2014	90,00
31/10/2014	17.794,00
3/11/2014	400,00
13/11/2014	2.186,00
14/11/2014	4.594,70
14/11/2014	2.133,30
17/11/2014	4.540,10
17/11/2014	22.689,10
24/11/2014	250,00
24/11/2014	1.820,00
2/12/2014	220,00
5/12/2014	28.060,00
19/12/2014	33.268,50
1/10/2014	36.828,00
7/11/2014	4.471,28
24/11/2014	400,00

24/11/2014	1.200,00
26/11/2014	2.750,00
19/12/2014	9.000,00
19/12/2014	26.129,00
24/4/2014	2.000,00
23/5/2014	1.460,00
27/5/2014	2.470,00
11/6/2014	5.885,00
17/8/2014	1.460,00
8/10/2014	342,00
10/10/2014	280,00
15/10/2014	285,00
26/11/2014	800,00
28/11/2014	740,00
28/4/2014	2.667,00
1/10/2014	6.696,00
22/12/2014	20.000,00
10/7/2014	1.250,00
12/12/2014	14.738,00

9.3. aplicar, individualmente, aos responsáveis Manoel Adail Amaral Pinheiro (CPF: 137.996.732-53) e Igson Monteiro da Silva (CPF: 682.389.242-00), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, nos valores de R$ 1.000,00 (mil reais) e 80.000,00 (oitenta mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e mensalmente, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.7. enviar cópia do presente Acórdão à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e aos responsáveis, para ciência.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8307-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8308/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.635/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Marilene Carvalho Santos (110.473.215-72).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Marilene Carvalho Santos em face do Acórdão 13.404/2020 -TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8308-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8309/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.673/2021-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão especial de ex-combatente.
3. Interessadas: Ana Maria Vieira (024.720.868-06); Lucia Helena Vieira Ribeiro (967.951.908-20); Maria das Gracas Souza (929.322.906-49).
4. Órgão: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de Pensão Especial de Ex-combatente emitido pelo Comando do Exército;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de Pensão Especial de Ex-combatente instituído por Sebastião de Souza Vieira (e-pessoal 37113/2017);
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Comando do Exército que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.3.2. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos e conhecidos com efeitos suspensivos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército; e
9.3.3. comunique imediatamente às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004;
9.4. rever de ofício, com a máxima brevidade, nos termos do art. 260, § 2º do RITCU, o Acórdão 6.874/2017-TCU-2ª Câmara, proferido em 1/8/2017, considerando que as beneficiárias constantes do ato Sisac 10003410-06-2016-000010-3, tido por legal pelo acórdão mencionado, não atendem os requisitos legais específicos previstos na Lei 4.242/1936.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8309-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8310/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.075/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: José Meriderval Ribeiro Xavier (139.359.684-34).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo ex-servidor José Meriderval Ribeiro Xavier em face do Acórdão 72/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e à Câmara dos Deputados.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8310-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8311/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.213/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessadas: Ângela Maria Lélis Coelho (110.910.705-63); Glady Lucia Mello de Carvalho (625.663.777-15); Suzana Maria Oliveira Silva (081.067.895-00).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Ângela Maria Lelis Coelho (110.910.705-63), Glady Lucia Mello de Carvalho (625.663.777-15) e Suzana Maria Oliveira Silva (081.067.895-00), recusando os respectivos registros;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. emita novos atos de aposentadoria, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.3. comunique às interessadas o teor desta decisão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que as interessadas estão cientes da presente deliberação.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8311-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8312/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.221/2021-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Celia Bertoldi Artigas (318.438.599-04).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Celia Bertoldi Artigas (318.438.599-04), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8312-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8313/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.245/2021-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Antônio Carlos Morgado (214.607.441-87); Deborah Cristina Godoy da Fonseca (371.494.151-72); Helena Lucia da Silva Pinto (225.967.711-87).

4. Órgão: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pela Câmara dos Deputados;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Antônio Carlos Morgado (214.607.441-87), Deborah Cristina Godoy da Fonseca (371.494.151-72) e Helena Lucia da Silva Pinto (225.967.711-87), recusando os respectivos registros;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. promova o ajuste nas parcelas percebidas a título de incorporação de quintos nos proventos de Antônio Carlos Morgado, Deborah Cristina Godoy da Fonseca e Helena Lucia da Silva Pinto para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

9.2.3. após o ajuste mencionado no subitem 9.2.2, promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pelos interessados posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso as respectivas incorporações não tenham se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.4. emita novos atos de aposentadoria, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.5. comunique aos interessados o teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.2.6. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados estão cientes da presente deliberação.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8313-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8314/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.248/2021-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessadas: Maria José Ferreira de Moura (275.246.041-49); Solange Fernandes Beiro (185.026.601-87); Tatiana Claudia Costa Velho Simões (596.410.107-00).

4. Órgão: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pela Câmara dos Deputados;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Maria José Ferreira de Moura (275.246.041-49), Solange Fernandes Beiro (185.026.601-87) e Tatiana Claudia Costa Velho Simões (596.410.107-00), recusando os respectivos registros;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. promova o ajuste nas parcelas percebidas a título de incorporação de quintos nos proventos de Maria José Ferreira de Moura, Solange Fernandes Beiro e Tatiana Claudia Costa Velho Simões para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

9.2.3. após o ajuste mencionado no subitem 9.2.2, promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pelas interessadas posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso as respectivas incorporações não tenham se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.4. emita novos atos de aposentadoria, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.5. comunique às interessadas o teor desta decisão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.2.6. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que as interessadas estão cientes da presente deliberação.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8314-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8315/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.281/2021-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessadas: Cleusa Rejane Debiasi (258.326.540-72); Rosana Maria de Almeida Monteiro (212.513.553-15).

4. Órgão: Ministério Público Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pelo Ministério Público Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Cleusa Rejane Debiasi (258.326.540-72) e Rosana Maria de Almeida Monteiro (212.513.553-15), recusando os respectivos registros;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Ministério Público Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Ministério Público Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pelas interessadas posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso as respectivas incorporações não tenham se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.2. emita novos atos de aposentadoria, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.3. comunique às interessadas o teor desta decisão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que as interessadas estão cientes da presente deliberação.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8315-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8316/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.597/2020-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Aiodair Martins Junior (301.470.506-34).
4. Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: José Elias de Rezende (OAB/MG 98.938) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo ex-servidor Aiodair Martins Junior em face do Acórdão 8.391/2020-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de forma a afastar a irregularidade consistente na averbação de tempo insalubre, permanecendo, no entanto, ilegal o ato, em razão da percepção da parcela complementar ao vencimento básico de que cuida a Lei 11.091/2005;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e à Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8316-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8317/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 010.253/2016-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Embargantes: José Luiz de Souza Santos (301.277.507-20), Luiz Carlos Bueno Machado (113.393.907-44) e Talita Gonçalves de Aguiar (740.572.007-20).
4. Entidade: Município de Casimiro de Abreu - RJ.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Lucas Dames Corrêa de Sá (OAB/RJ 126.191).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelos responsáveis José Luiz de Souza Santos, Luiz Carlos Bueno Machado e Talita Gonçalves de Aguiar Linhares, na qualidade de ex-Secretários Municipais de Saúde de Casimiro de Abreu/RJ, em face do Acórdão 3.523/2021-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8317-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8318/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 015.364/2018-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrentes: Sueli Marchetti Kikuchi (285.920.262-53); Tecília Ângelo da Silva (350.718.934-87); Teresinha do Espírito Santo (013.673.402-25); Terezinha Maria de Jesus Oliveira (095.623.382-15); Tiene Medeiros de Castro (081.189.812-15).
4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedidos de reexame interpostos pelos ex-servidores Sueli Marchetti Kikuchi, Tecília Angelo da Silva, Teresinha do Espírito Santo, Terezinha Maria Oliveira Ramalho e Tiene Medeiros de Castro em face do Acórdão 14.060/2020-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor das recorrentes;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes pedidos de reexame para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação às recorrentes e à Fundação Universidade Federal de Rondônia.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8318-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8319/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 021.455/2016-3.
1.1. Apensos: 023.323/2015-9; 005.076/2018-8; 000.089/2019-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Andrew George William Parsons (052.420.207-92) e Glediana Ferreira de Almeida ((965.908.231-20).
4. Entidade: Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB).
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Wladimyr Vinycius De Moraes Camargos (OAB/DF 39.918), Ana Paula Macedo Terra (OAB/RJ 121.153 e Pedro Henrique Rebello de Mendonça (OAB/RJ 149.272).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos pelo Sr. Andrew George William Parsons, presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e pela Sra. Glediana Ferreira de Almeida, titular do Departamento de Diárias e Passagens do CPB, em face do Acórdão 6.282/2021-TCU-1ªCâmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com fulcro no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Andrew George William Parsons, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. conhecer, com fulcro no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, dos embargos de declaração opostos pela Sra. Glediana Ferreira de Almeida, para, no mérito, acolhê-los, a fim de alterar-se o subitem 9.9 do Acórdão 6.282/2021-TCU-1ªCâmara, que passa a ter a seguinte redação:
9.9. aplicar, individualmente, à Sra. Glediana Ferreira de Almeida (965.908.231-20), titular do Departamento de Diárias e Passagens do CPB, ao Sr. Adriano Osório de Freitas (887.653.261-72), responsável pela elaboração do termo de convocação e do edital do pregão 20/2013, e ao Sr. Carlos José Vieira de Souza (594.546.017-68), superintendente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, nos valores, respectivamente, de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8319-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8320/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 028.633/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Atos de Admissão).
3. Recorrente: Guilherme de Coimbra Santos (031.108.744-23).
4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Guilherme de Coimbra Santos em face do Acórdão 10.866/2020-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de admissão emitido em favor do recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8320-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8321/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 029.131/2017-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Aécio Silva Jardim (252.496.906-10).
4. Entidade: Município de Araçuaí - MG.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: David Sena de Aguilar (89.856/OAB-MG) e outros, representando Aécio Silva Jardim.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em desfavor do Sr. Aécio Silva Jardim (252.496.906-10), ex-prefeito de Araçuaí - MG, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos recebidos por força do Convênio 208/2007;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar regulares, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do RI/TCU, as contas do Sr. Aécio Silva Jardim (252.496.906-10), dando-lhe quitação plena; e

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Cidadania e ao responsável.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8321-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8322/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.176/2020-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Drogaria Pharmavida de Laranjais Ltda (17.327.823/0001-29); Karina Goudard da Rocha Catarina (126.169.887-80); Robson de Souza Catarina (041.909.927-12).

4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor do estabelecimento comercial Drogaria de Laranjais/Drogaria Pharmavida de Laranjais Ltda., solidariamente com o Sr. Robson de Souza Catarina e a Sra. Karina Goudard da Rocha Catarina, em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPB);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da relação de responsáveis a Sra. Karina Goudard da Rocha Catarina (CPF 041.909.927-12), por não deter poderes de administração no estabelecimento comercial Drogaria de Laranjais/Drogaria Pharmavida de Laranjais Ltda. (CNPJ 17.327.823/0001-29) à época das ocorrências;

9.2.julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, as contas estabelecimento comercial Drogaria de Laranjais/Drogaria Pharmavida de Laranjais Ltda. (CNPJ 17.327.823/0001-29) e do Sr. Robson de Souza Catarina (CPF 041.909.927-12), e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

DATA_D_OCORRÊNCIA	VALOR_ORIGINAL (R$)	D/C
30/04/2014	362,52	D
30/04/2014	1114,70	D
30/04/2014	475,20	D
12/05/2014	225,53	D
12/05/2014	332,90	D
12/05/2014	736,20	D
30/05/2014	19,20	D
30/05/2014	823,80	D
30/05/2014	106,92	D
07/07/2014	22,36	D
07/07/2014	498,86	D
07/07/2014	697,10	D
07/07/2014	372,70	D
07/07/2014	1221,48	D
31/07/2014	1980,10	D
31/07/2014	99,00	D
31/07/2014	19,20	D
01/08/2014	2403,81	D
01/08/2014	47,92	D
01/08/2014	39,33	D
01/09/2014	22,80	D
01/09/2014	1061,60	D
01/09/2014	169,80	D
09/09/2014	90,14	D
09/09/2014	39,64	D
09/09/2014	4308,77	D
01/10/2014	196,70	D
01/10/2014	3205,30	D
02/10/2014	70,29	D
02/10/2014	102,91	D
02/10/2014	6945,43	D
03/11/2014	99,68	D
03/11/2014	106,20	D
03/11/2014	7820,88	D
03/11/2014	3397,10	D
03/11/2014	208,50	D
19/12/2014	51,12	D
19/12/2014	24,00	D
19/12/2014	181,80	D
19/12/2014	2842,00	D
19/12/2014	27,54	D
19/12/2014	8243,26	D
14/01/2015	51,12	D
14/01/2015	7,20	D
14/01/2015	103,20	D
14/01/2015	27,54	D
14/01/2015	9838,80	D
14/01/2015	4285,70	D
09/02/2015	415,80	D
09/02/2015	4887,20	D
09/02/2015	64,71	D
09/02/2015	44,73	D
09/02/2015	10214,79	D
03/03/2015	51,12	D
03/03/2015	71,40	D
03/03/2015	28,80	D
03/03/2015	9416,52	D
03/03/2015	10303,00	D
02/04/2015	98,40	D
02/04/2015	11246,00	D
02/04/2015	27,54	D
02/04/2015	9222,94	D
02/04/2015	43,50	D
05/05/2015	13969,70	D
05/05/2015	26,40	D
05/05/2015	13,46	D
05/05/2015	39,60	D
05/05/2015	11608,88	D
12/06/2015	115,80	D
12/06/2015	130,80	D
12/06/2015	16193,30	D
15/06/2015	40,69	D
15/06/2015	11036,32	D
03/07/2015	138,00	D
03/07/2015	251,70	D

03/07/2015	21850,20	D
06/07/2015	170,10	D
06/07/2015	126,36	D
06/07/2015	11224,31	D
05/08/2015	304,20	D
05/08/2015	784,20	D
05/08/2015	23079,20	D
06/08/2015	55,72	D
06/08/2015	13237,05	D
06/08/2015	379,08	D
31/08/2015	23,00	D
31/08/2015	4884,05	D
31/08/2015	7957,30	D

9.3.aplicar, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, multas individuais no valor de R$ 25.000,00, ao estabelecimento comercial Drogaria de Laranjais/Drogaria Pharmavida de Laranjais Ltda. (CNPJ 17.327.823/0001-29) e ao Sr. Robson de Souza Catarina (CPF 041.909.927-12), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas mencionadas, caso solicitado, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do RITCU, fixando aos devedores o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, e ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis, para ciência.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8322-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8323/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 036.175/2020-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Eliana Passarelli de Lima (048.643.578-46).

3.2. Recorrente: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (06.302.492/0001-56).

4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em face do Acórdão 89/2021-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da Sra. Eliana Passarelli de Lima;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando sem efeito o subitem 9.3.1.1 do acórdão recorrido, sem prejuízo de orientar o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo para que siga o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, mantendo a parcela incorporada a título de quintos nos termos em que foi inicialmente deferida, considerando que a referida incorporação está amparada em decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo 0000292-57.2004.4.03.6100, que tramitou no Juízo da 22ª Vara Federal Cível de São Paulo;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8323-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8324/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.110/2019-5.

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Silveira Guimarães (004.082.985-53).

4. Entidade: Município de Umbaúba/SE.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex/TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em face do abandono, sem parcela útil, das obras de construção de sistema de esgotamento sanitário estabelecido no Termo de Compromisso TC/PAC 0102/2012, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Prefeitura Municipal de Umbaúba/SE;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável José Silveira Guimarães (004.082.985-53), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, e 209, incisos II e III, do RI/TCU;

9.2. condenar o responsável identificado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RI/TCU, a pagar o valor identificado a seguir como débito, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir da respectiva data até o dia do efetivo pagamento, com abatimento da quantia indicada como crédito, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, para que comprove perante este Tribunal o recolhimento do montante aos cofres do Tesouro Nacional:

Valores originais (R$)	Datas das ocorrências	Natureza
4.382.622,52	18/4/2012	Débito
338.872,55	17/10/2017	Crédito

9.3. aplicar ao responsável José Silveira Guimarães (004.082.985-53) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, para que comprove perante este Tribunal o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, a qual deverá ser atualizada monetariamente a partir da data do presente acórdão, se paga após o vencimento;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, observada a forma do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. enviar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para as medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência desta deliberação ao responsável e à Funasa.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8324-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8325/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.175/2020-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Pensão Civil

3. Interessada: Anair Cobalchini Zat (667.927.970-49).

4. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefi).

8. Representação legal: Rubens Soares Vellinho (25.323/OAB-RS) e outros, representando Anair Cobalchini Zat.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de concessão inicial da pensão civil instituída por Claudino Zat, ex-servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, em favor de Anair Cobalchini Zat.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, nos art. 260 e 262 do Regimento Interno e na Súmula TCU 106, eem:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de inicial de concessão da pensão civil instituída por Claudino Zat em favor de Anair Cobalchini Zat;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada até a data de ciência desta deliberação pela unidade de origem;

9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul que:

9.3.1. no prazo de quinze dias a contar da notificação desta decisão:

9.3.1.1. suspenda pagamentos decorrentes do ato de concessão ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.2. no prazo de trinta dias a contar da notificação desta decisão:

9.3.2.1. encaminhe a esta Corte comprovante da data de ciência pela interessada;

9.3.2.2. emita novo ato de concessão de pensão civil à interessada, livre das irregularidades ora apontadas, e o remeta a este Tribunal por intermédio do Sistema E-Pessoal.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8325-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8326/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.796/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Atos de Admissão.
3. Interessados: João Paulo Brito (778.753.201-78); José Adailton Tavares de Abreu (006.691.111-71); Vanessa de Jesus Goncalves (016.698.651-85).
4. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes atos de admissão oriundos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:
9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;
9.2. determinar à ECT que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito seus atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.
10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8326-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8327/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.043/2019-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - Rurap (34.926.188/0001-15); Jaezer de Lima Dantas (215.821.652-20).
4. Unidade: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: José Reinaldo Soares (OAB/AP 2848), representando o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida a tomada de contas especial instaurada contra o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá e seu Diretor-Presidente Jaezer de Lima Dantas em decorrência da inexecução parcial do objeto do Convênio 13440/2008 - Siafi 701122/2008.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "c", e § 2º, 12, § 3º, 16, § 3º, 19, 23, III, "a", 28, I, e 57 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, I, 209, III e § 7º, 210, 214, III, 217, §§ 1º e 2º, e 267 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar revel Jaezer de Lima Dantas;
9.2. rejeitar as alegações de defesa do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá;
9.3. julgar irregulares as contas do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá e de Jaezer de Lima Dantas;
9.4. condenar solidariamente os responsáveis ao pagamento da importância de R$ 701.938,39 (setecentos e um mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e nove centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 24/08/2009 até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação vigente;
9.5. aplicar aos responsáveis multas individuais de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem recolhidas atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo pagamento, caso este venha a ser efetuado após o vencimento do prazo abaixo fixado, na forma da legislação vigente;
9.6. fixar aos responsáveis prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação desta deliberação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias acima ao Tesouro Nacional;
9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.8. autorizar, caso requerido e o processo não haja sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;
9.9. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência, sobre cada valor mensal, dos correspondentes acréscimos legais;
9.10. esclarecer aos responsáveis que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;
9.11. encaminhar cópia desta Acórdão aos responsáveis, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Amapá, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordãos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8327-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8328/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.512/2020-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Pensão Militar
3. Recorrente: Ana Claudia Abrantes Moreira (042.443.007-08)
4. Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - ÁREA MILITAR
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Clara Araújo Coutinho - OAB/SP 335.244

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este Pedido de Reexame interposto pela Sra. Ana Claudia Abrantes Moreira contra o Acórdão 12.065/2020-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de pensão militar de seu interesse.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e de acordo com os pareceres da Serur e do MPTCU, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência deste acórdão à recorrente e ao órgão concedente do benefício, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8328-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8329/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.781/2018-2
2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Fundação de Desenvolvimento e Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão - Fundape (02.770.565/0001-83); Gilberto Leal Serra e Silva (036.044.973-53); Gildásio Guedes Fernandes (077.579.563-15) e Herbert Brandão Lago (050.066.513-34 - falecido)
4. Unidade: Fundação de Desenvolvimento e Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão - Fundape
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE
8. Representação legal:
8.1. Jorge Arturo Mendoza Reque Junior (6573/OAB-MA) e outros, representando Herbert Brandão Lago;
8.2. Francisco Guedes Fernandes (29.071/OAB-DF), representando Gildásio Guedes Fernandes.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep em razão de irregularidades na execução dos objetos e nas prestações de contas dos Convênios 2411/00 (23.01.0611.00) - Siafi 431943 e 3686/040 (01.05.0127.00) - Siafi 522272.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, I, 12, § 3º, 16, II, "b" e "c", 19, 23, III, 26 e 28, II, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, I, 209, II e III, 210 e 214, III, "a", e 217, caput e § 2º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar revel, para todos os efeitos, a Fundação de Desenvolvimento e Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão do Piauí;
9.2. acatar as alegações de defesa de Gildásio Guedes Fernandes e excluí-lo deste processo;
9.3. rejeitar as alegações de defesa de Herbert Brandão Lago (falecido) e de Gilberto Leal Serra e Silva;
9.4. julgar irregulares as contas da Fundação de Desenvolvimento e Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão do Piauí, de Herbert Brandão Lago (falecido) e de Gilberto Leal Serra e Silva e condenar este último e o espólio do primeiro ao pagamento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento:
9.4.1. Fundação de Desenvolvimento e Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão do Piauí, solidariamente com o espólio de Herbert Brandão Lago:

Data	Valor (R$)
04/03/2002	8,00
02/04/2002	8,00
18/04/2002	4,50
03/05/2002	8,00
04/06/2002	8,00
24/06/2002	960,00
02/07/2002	8,00
02/08/2002	8,00
03/09/2002	8,00
02/10/2002	8,00
04/11/2002	8,00
03/12/2002	8,00
03/01/2003	8,00
04/02/2003	8,00
25/04/2003	2,50
06/05/2003	2.208,00
25/06/2003	12,00

28/07/2003	12,00
26/08/2003	12,00
26/09/2003	12,00
28/10/2003	12,00
26/11/2003	12,00
29/12/2003	12,00
31/12/2003	15,00
30/01/2004	3.520,82
30/01/2004	7.432,12
30/01/2004	15,00
30/04/2004	15,00
31/05/2004	15,00
30/06/2004	4,99
TOTAL	14.372,93

9.4.2. Fundação de Desenvolvimento e Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão do Piauí, solidariamente com Gilberto Leal Serra e Silva:

Data	Valor (R$)
10/07/2007	129.000,39

9.5. fixar aos responsáveis prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação desta deliberação, para comprovar, perante o Tribunal o recolhimento das quantias acima indicadas;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar, caso requerido e o processo não haja sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência, sobre cada valor mensal, dos correspondentes acréscimos legais;

9.9. esclarecer aos responsáveis que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10 encaminhar cópia deste acórdão aos responsáveis, à Finep e ao Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8329-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8330/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.530/2016-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado/Responsável:
3.1. Interessado: Marco Antônio Barbosa do Nascimento (094.638.954-34).
3.2. Responsável: Mirian Dantas dos Santos (412.974.154-34)
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTAS, relatadas e discutidas as razões de justificativa apresentadas por Mirian Dantas dos Santos, Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte para descumprimento de determinações do Acórdão 11.047/2016 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 28, I e II, 58, IV, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 250, § 2º, 268, VII, do Regimento Interno, em:

9.1. rejeitar as justificativas apresentadas por Mirian Dantas dos Santos;

9.2. aplicar-lhe multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser recolhida com atualização monetária desde a data desta deliberação até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, se for paga após o vencimento do prazo a seguir estipulado;

9.3. fixar à responsável prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação desta deliberação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da quantia acima ao Tesouro Nacional;

9.4. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que proceda ao desconto da dívida nos vencimentos da responsável, observados os limites previstos no art. 46 da Lei 8.112/1990, caso não atendida a notificação no prazo fixado;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação e frustrada a medida determinada no item anterior;

9.6. autorizar, caso requerido e o processo não haja sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência, sobre cada valor mensal, dos correspondentes acréscimos legais~

9.8. esclarecer à responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. reiterar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte a determinação contida no item 1.7.2.4 do Acórdão 11.047/2016 - TCU - 2ª Câmara, a fim de que seja emitido e encaminhado a esta Corte novo ato de aposentadoria do inativo Marco Antônio Barbosa do Nascimento (CPF 094.638.954-34), livre das irregularidades apontadas na mencionada deliberação.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8330-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8331/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.347/2018-6
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19)
3.2. Responsável: Lery Guedes de Queiroz Filho (341.083.001-49)
4. Unidade: Município de São Patrício - GO
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. Lery Guedes de Queiroz Filho, ex-prefeito municipal de São Patrício/GO, em razão da impugnação total das despesas do Convênio 829/2009, que tinha por objeto o apoio à realização do Projeto intitulado "V Festa do Peão de São Patrício/GO".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inc. I, 12, § 3º, 16, inc. III, alínea "b", 19, parágrafo único, 23, inc. III, 26, 28, inc. II, e 58, inc. I da Lei 8.443/1992 c/c os arts 1º, inc. I, 209, inc. I, 214, inc. III, alíneas "a" e "b" e 215 a 217 do Regimento Interno, em

9.1. declarar a revelia do Sr. Lery Guedes de Queiroz Filho;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Lery Guedes de Queiroz Filho;

9.3. aplicar ao Sr. Lery Guedes de Queiroz Filho a multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.5. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pela responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;

9.8. alertar o responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. enviar cópia desta deliberação ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Goiás, para as providências cabíveis.

9.10. enviar cópia do presente acórdão ao Ministério do Turismo e ao responsável, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8331-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8332/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.693/2021-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessados: Almerio Ferreira Botelho Junior (CPF 119.740.952-15); Cláudio José Limongi Batista (CPF 120.222.682-53); Maria do Socorro Rebelo Vasconcelos (CPF 214.874.722-34).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadorias, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos constantes das peças 3-5, relativos às aposentadorias de Almerio Ferreira Botelho Junior, Maria do Socorro Rebelo Vasconcelos e Cláudio José Limongi Batista, negando-lhes o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR que:

9.3.1. comunique aos interessados o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. emita novos atos de aposentadoria livres da irregularidade apontada, submetendo-os ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.3. alerte os Srs. Almerio Ferreira Botelho Junior, Maria do Socorro Rebelo Vasconcelos e Cláudio José Limongi Batista no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e
9.5.2. arquive os autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8332-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8333/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.708/2021-4.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Admissão.
3. Interessados: Daniel Amorim de Almeida, CPF 016.113.201-43, Stefanny Fernandes de Freitas, CPF 092.880.696-07 e Danilo Veras Paulino, CPF 022.886.711-81.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Admissão, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:
9.1. considerar ilegais os atos constantes das peças 3/5, relativos às admissões de Daniel Amorim de Almeida, Stefanny Fernandes de Freitas e de Danilo Veras Paulino, negando-lhes os correspondentes registros, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor dos interessados, torne sem efeito os atos de suas admissões, com o subsequente cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.3. dar ciência desta deliberação a Daniel Amorim de Almeida, Stefanny Fernandes de Freitas e de Danilo Veras Paulino;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região; e
9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8333-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8334/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.721/2021-0.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Admissão.
3. Interessados: Murilo Azevedo Serafim da Silva, CPF 826.776.545-04; Atanael de Santana Souza, CPF 036.392.835-97, e Antônio Fabricio de Jesus Silva, CPF 056.452.335-65.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Admissão, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:
9.1. considerar ilegais os atos constantes das peças 3/5, relativos às admissões de Murilo Azevedo Serafim da Silva, Atanael de Santana Souza e de Antônio Fabricio de Jesus Silva, negando-lhes os correspondentes registros, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor dos interessados, torne sem efeito os atos de suas admissões, com o subsequente cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.3. dar ciência desta deliberação aos Srs. Murilo Azevedo Serafim da Silva, Atanael de Santana Souza e de Antônio Fabricio de Jesus Silva;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região; e
9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8334-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8335/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.750/2021- 0
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Admissão.
3. Interessadas: Kalina Lígia de Oliveira Moreira, CPF 043.098.074-45; Gabriela de Almeida Oliveira Felippe Viana, CPF 365.132.828-70, e Simone Estrela da Silva, CPF 044.742.654-08.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Admissão, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:
9.1. considerar ilegais os atos constantes das peças 3/5, relativos às admissões de Kalina Lígia de Oliveira Moreira, Gabriela de Almeida Oliveira Felippe Viana e de Simone Estrela da Silva, negando-lhes os correspondentes registros, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor das interessadas, torne sem efeito os atos de suas admissões, com o subsequente cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.3. dar ciência desta deliberação a Kalina Lígia de Oliveira Moreira, Gabriela de Almeida Oliveira Felippe Viana e Simone Estrela da Silva;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região; e
9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8335-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8336/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.830/2021-4.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Admissão.
3. Interessados: Suelle Souza Ferreira de Melo, CPF 224.954.678-90; Cleiton Alves, CPF 010.211.349-10 e Erika Martins, CPF 311.213.378-13.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Admissão, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:
9.1. considerar ilegais os atos constantes das peças 3/5, relativos às admissões de Suelle Souza Ferreira de Melo, Cleiton Alves e de Erika Martins, negando-lhes os correspondentes registros, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor dos interessados, torne sem efeito os atos de suas admissões, com o subsequente cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.3. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e aos interessados;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006, no TRT da 10 Região; e
9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8336-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8337/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.851/2021-1.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Admissão.
3. Interessados: Bruna Dias, CPF 359.441.118-44; Hugo Carvalho Moreira, CPF 109.197.356-30 e Vânia de Carvalho Bueno Marques, CPF 183.946.328-74.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Admissão, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:
9.1. considerar ilegais os atos constantes das peças 3/5, relativos às admissões de Bruna Dias, Hugo Carvalho Moreira e de Vânia de Carvalho Bueno, negando-lhes os correspondentes registros, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor dos interessados, torne sem efeito os atos de suas admissões, com o subsequente cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.3. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e aos interessados;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006, no TRT da 10 Região; e
9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8337-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8338/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.865/2021-2
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Admissão.
3. Interessados: Lázaro Ribeiro da Silva, CPF 585.113.423-20; José Brismar Domingos Nascimento, CPF 720.126.843-00, e Raul Cavalcante Araújo, CPF 995.312.243-15.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Admissão, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:
9.1. considerar ilegais os atos constantes das peças 3/5, relativos às admissões de Lázaro Ribeiro da Silva, José Brismar Domingos Nascimento e Raul Cavalcante Araújo, negando-lhes os correspondentes registros, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor dos interessados, torne sem efeito os atos de suas admissões, com o subsequente cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.3. dar ciência desta deliberação aos Srs. Lázaro Ribeiro da Silva, José Brismar Domingos Nascimento e Raul Cavalcante Araújo;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região; e
9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8338-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8339/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.904/2021-8.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Admissão.
3. Interessados: João Carlos da Rosa de La Rocha, CPF 408.190.860-53; Agostinho Júnior Pereira Mendes, CPF 348.793.658-58; e Danilo Carlos Dowsley e Silva Júnior, CPF 089.949.444-78.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Admissão, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:
9.1. considerar ilegais os atos constantes das peças 3/5, relativos às admissões de João Carlos da Rosa de La Rocha, Agostinho Júnior Pereira Mendes e de Danilo Carlos Dowsley e Silva Júnior, negando-lhes os correspondentes registros, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor dos interessados, torne sem efeito os atos de suas admissões, com o subsequente cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.3. dar ciência desta deliberação aos Srs. João Carlos da Rosa de La Rocha, Agostinho Júnior Pereira Mendes e de Danilo Carlos Dowsley e Silva Júnior;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região; e
9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8339-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8340/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.920/2021-3.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Admissão.
3. Interessados: Crediana da Silva Veras, CPF 728.028.553-87; Jocean Calheiros da Rocha Nunes, CPF 034.168.814-27, e Alex Cardoso Alves, CPF 044.984.164-22.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Admissão, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:
9.1. considerar ilegais os atos constantes das peças 3/5, relativos às admissões de Crediana da Silva Veras, Jocean Calheiros da Rocha Nunes e de Alex Cardoso Alves, negando-lhes os correspondentes registros, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor dos interessados, torne sem efeito os atos de suas admissões, com o subsequente cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.3. dar ciência desta deliberação a Crediana da Silva Veras, Jocean Calheiros da Rocha Nunes e de Alex Cardoso Alves;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região; e
9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8340-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8341/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.933/2021- 8.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Admissão.
3. Interessados: Bruno de Sá Oliveira Lopes, CPF 966.618.105-30, Júlia Wentz Sebben, CPF 012.227.810-00 e Calos Alberto Madalosso de Souza, CPF 000.783.130-74.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Admissão, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:
9.1. considerar ilegais os atos constantes das peças 3/5, relativos às admissões de Bruno de Sá Oliveira Lopes, Júlia Wentz Sebben e de Calos Alberto Madalosso de Souza, negando-lhes os correspondentes registros, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor dos interessados, torne sem efeito os atos de suas admissões, com o subsequente cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.3. dar ciência desta deliberação a Bruno de Sá Oliveira Lopes, Júlia Wentz Sebben e de Calos Alberto Madalosso de Souza;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006 em curso no TRT da 10ª Região; e
9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8341-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8342/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.938/2021-0.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Admissão.
3. Interessados: Paulo Roberto Leite de Abreu, CPF 716.797.902-34; Paulo César da Silva Florentino, CPF 003.593.241-42; e Fabiana Magalhães Nunes Silva, CPF 011.754.891-07.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Admissão, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:
9.1. considerar ilegais os atos constantes das peças 3/5, relativos às admissões de Paulo Roberto Leite de Abreu, Paulo César da Silva Florentino e de Fabiana Magalhães Nunes Silva, negando-lhes os correspondentes registros, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, caso o resultado seja em desfavor dos interessados, torne sem efeito os atos de suas admissões, com o subsequente cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;
9.3. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e aos interessados;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. acompanhe o deslinde da Ação Pública Civil 0000059-10.2016.5.10.0006, no TRT da 10 Região; e
9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8342-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8343/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.254/2021-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Pedro Paulo Rabelo Filho (022.307.713-53).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Pedro Paulo Rabelo Filho, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, contados a partir da ciência da presente deliberação, o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.3. alerte o Sr. Pedro Paulo Rabelo Filho no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Saúde;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.5.2. arquive os autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8343-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8344/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.513/2020-5.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Joaquim Ângelo Rodrigues Neres, CPF 221.120.301-91; José Elman Cardoso de Sousa, CPF 185.049.061-91; Júlio Cesar Brum Rodrigues, CPF 144.404.741-87; Luiz Alencar Neto, CPF 184.544.961-49; e Moacir Lopes dos Santos, CPF 151.051.131-87.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar tacitamente registrados em 21/10/2020 os atos constantes das peças 2/4, relativos às aposentadorias de Joaquim Ângelo Rodrigues Neres, José Elman Cardoso de Sousa e de Júlio Cesar Brum Rodrigues, e em 22/10/2020 os atos vistos às peças 5 e 6, alusivos às aposentadorias de Luiz Alencar Neto e Moacir Lopes dos Santos;

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para que:

9.2.1. promova, nos termos e prazos regimentais, diligência ao Banco Central do Brasil com vistas ao encaminhamento de mapas de apuração de tempo de serviço de todos os interessados, bem como toda a documentação utilizada para a conversão do tempo insalubre, a exemplo de laudos periciais, portaria de designação, e perfis profissiográficos previdenciários (PPP´s), que embasaram a conversão do tempo averbado;

9.2.2. caso a medida saneadora não resulte na complementação do tempo necessário para a devida regularização dos atos de aposentadoria em questão, dê imediato início aos procedimentos destinados à sua revisão de ofício, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021-Plenário; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao Banco Central do Brasil.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8344-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8345/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.571/2020-5.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Carlos Antônio Junqueira Reis, CPF 363.542.107-30; Carlos Roberto Jerônimo, CPF 483.024.146-20.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Juiz de Fora/MG.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar legal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria de Carlos Antônio Junqueira Reis, autorizando-lhe o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar tacitamente registrado em 4/11/2020 o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Carlos Roberto Jerônimo;

9.3. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para que:

9.2.1. promova, nos termos e prazos regimentais, diligência ao órgão de origem com vistas ao encaminhamento de documentos oficiais, a exemplo de certidão emitida pelo INSS e laudo pericial, que atestem o labor do interessado em condições de risco ou exposto a agentes nocivos à saúde no local de trabalho, além da cópia de eventual decisão judicial e respectiva certidão de trânsito em julgado porventura existentes, que embasaram a conversão do tempo averbado;

9.2.2. caso a medida saneadora não resulte na complementação do tempo necessário para a devida regularização dos atos de aposentadoria em questão, dê imediato início aos procedimentos destinados à sua revisão de ofício, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021-Plenário; e

9.3. dar ciência desta deliberação à Gerência Executiva do INSS - Juiz de Fora/MG.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8345-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8346/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.446/2020-3.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Alceu Edison Torres, CPF 168.558.769-00; Antônio João da Silveira Terra, CPF 006.331.431-20; Eurize Caldas Pessanha, CPF 129.160.307-78; e Eveline Maria Rezende Valle Costa Peters, CPF 230.215.001-53.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar legais os atos constantes das peças 15 e 16, relativos às aposentadorias de Antônio João da Silveira Terra e Eurize Caldas Pessanha, autorizando-lhes o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar tacitamente registrados em desde 14/3/2021 e 11/3/2021 os atos constantes das peças 14 e 17, relativos às aposentadorias de Alceu Edison Torres e Eveline Maria Rezende Valle Costa Peters, e encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício das aposentadorias em tela, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021-Plenário; e

9.3. dar ciência desta deliberação à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8346-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8347/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.498/2020-3.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessadas: Mônica Schornbaum Cubas Ferraz, CPF 747.181.267-20; e Sandra Maria Rodrigues Gorayeb, CPF 129.421.892-15.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração de Pessoal - Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal o ato constante da peça 4, relativo à aposentadoria de Sandra Maria Rodrigues Gorayeb, autorizando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Conta;

9.2. considerar tacitamente registrado em 13/1/2021 o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Mônica Schornbaum Cubas Ferraz, e encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021-Plenário;

9.3. dar ciência desta deliberação à Diretoria de Administração de Pessoal - Comando da Aeronáutica; e

9.4. arquivar os autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8347-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8348/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.662/2020-8.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Lucila Vigas Guimarães, CPF 090.249.807-04; e Maria de Lourdes da Costa Oliveira, CPF 056.577.017-98.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pensão Militar, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:
9.1. considerar tacitamente registrado em 29/9/2020 o ato constante da peça 10, relativo à pensão militar das Sr.ªs Lucila Vigas Guimarães e Maria de Lourdes da Costa Oliveira, e encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021-Plenário; e
9.2. dar ciência desta deliberação à Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8348-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8349/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.978/2020-5.
2. Grupo: I - Classe: III - Assunto: Monitoramento.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial do Esporte - SEESP/Ministério da Cidadania - MC e Secretaria de Estado de Esportes e Lazer do Espírito Santo - SESPORT/ES.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento do cumprimento da determinação proferida por meio do Acórdão 8486/2019 - 1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar em cumprimento a determinação contida no item 1.7.1 do Acórdão 8486/2019 - 1ª Câmara;
9.2. dispensar a continuidade do monitoramento da referida determinação, nos termos do art. 17, § 3º, "a", da Resolução-TCU 315/2020, sem prejuízo de que o Ministério da Cidadania informe ao Tribunal a conclusão das providências internas adotadas em relação ao Convênio 756728/2011;
9.3. dar ciência deste Acórdão ao Ministério da Cidadania - MC e à Secretaria de Estado de Esportes e Lazer/ES; e
9.4. apensar os presentes autos ao processo originário TC 035.976/2016-0 (Monitoramento), de acordo com os arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014, c/c o art. 5º, inciso II, da Portaria Segecex 27/2009 e subitem 6.4.2 dos Padrões de Monitoramento.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8349-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8350/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 028.704/2017-7.
1.1. Apensos: 017.369/2017-7; 011.489/2018-9.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Eduardo Monteiro de Barros Roxo (000.397.997-00); Kátia Alves da Silva (488.293.231-87); Krishna Mendes Monteiro (973.105.736-68); Maria de Lujan Caputo Winkler (160.566.200-34); Paulo Henrique Baraúna Duarte Medeiros (007.836.219-90).
4. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de irregularidades identificadas no Consulado-Geral do Brasil em Londres, nos exercícios de 2011 a 2014,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel a Sra. Kátia Alves da Silva, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas da Sra. Kátia Alves da Silva (CPF 488.293.231-87), condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
3.319,44	8/11/2011
11.552,52	29/12/2011
12.740,82	25/6/2012
5.452,57	11/10/2012
1.786,41	28/3/2013
6.616,67	28/3/2013
6.860,52	16/7/2013
7.272,89	10/9/2013
6.633,52	5/6/2013
3.900,54	5/3/2013
7.871,25	5/12/2013
2.460,36	6/1/2014
9.172,86	7/3/2014
7.446,95	1/5/2014
7.435,51	6/6/2014
4.626,12	8/8/2014
5.814,44	15/10/2014
609,22	8/10/2014
5.345,75	29/10/2014
8.043,10	14/11/2014
9.667,88	11/12/2014
1.792,10	17/1/2014
5.128,12	21/12/2012
8.599,83	28/12/2012
8.803,23	17/12/2012
3.834,03	1/8/2014
6.329,57	2/5/2013
7.842,22	30/12/2013
7.160,21	22/10/2013

9.3. aplicar à Sra. Kátia Alves da Silva (CPF 488.293.231-87), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 50.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e
9.5. enviar cópia deste Acórdão ao Ministério das Relações Exteriores e à responsável, para ciência; e à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8350-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8351/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 034.830/2017-0.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Aline Carvalho Silva (011.254.231-02); Antônio Cleto Pinheiro Junior (054.639.393-49); Doralina Marques de Almeida (137.176.933-87); Município de Araioses - MA (06.450.191/0001-70).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araioses - MA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em razão de irregularidades na aplicação de recursos do SUS, apurada em fiscalização do Denasus, no âmbito do Município de Araioses/MA,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. reconhecer desde logo, em relação ao responsável Sr. Antônio Cleto Pinheiro Júnior, e nos termos do Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário, a incidência da prescrição da pretensão punitiva sobre os fatos que lhe foram imputados em audiência, com a consequente extinção de sua punibilidade;
9.2. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/92, bem como nos arts. 201, § 1º, e 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno/TCU, para que o Município de Araioses/MA efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificadas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
02/01/2009	12.225,00
05/03/2009	12.900,00
04/04/2009	12.900,00
14/04/2009	12.900,00
14/04/2009	1.743,00
13/05/2009	12.900,00
13/05/2009	3.486,00
26/05/2009	675,00
15/06/2009	4.648,00
16/06/2009	9.900,00
14/07/2009	4.067,00
16/09/2009	5.229,00
16/10/2009	6.972,00
24/11/2009	2.604,00
18/12/2009	9.114,00
18/12/2009	9.114,00
26/01/2010	3.000,00
26/01/2010	9.114,00
27/01/2010	3.900,00
03/03/2010	3.900,00
03/03/2010	8.463,00
16/03/2010	9.114,00

9.3. informar ao Município de Araioses/MA que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-se quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva poderá levar ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992; e

9.4. dar ciência deste Acórdão aos responsáveis.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8351-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8352/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.123/2019-0.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Maria de Fátima dos Santos Sales (182.961.571-87); Projeto Gerações - Lições de Cidadania (05.498.717/0001-29).
4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial da Cultura em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos transferidos mediante o Convênio 215/2008 (Siafi 701413), celebrado entre o então Ministério da Cultura e a entidade Projeto Gerações - Lições de Cidadania,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel o responsável Projeto Gerações - Lições de Cidadania, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Maria de Fátima dos Santos Sales, presidente executiva do Projeto Gerações - Lições de Cidadania, no período de 9/6/2007 a 9/6/2011;
9.3. julgar irregulares as contas dos responsáveis Sra. Maria de Fátima dos Santos Sales e Projeto Gerações - Lições de Cidadania, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e condená-los solidariamente ao pagamento da quantia abaixo especificada, com a fixação do prazo de quinze dias para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir da data indicada até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade a quantia já devolvida:
Quantificação do débito:

Data da ocorrência	Valor original	Crédito/Débito
1º/6/2009	R$ 159.370,00	D
29/6/2010	R$ 405,50	C

9.4. aplicar aos responsáveis Sra. Maria de Fátima dos Santos Sales e Projeto Gerações - Lições de Cidadania, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8352-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8353/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 044.954/2020-4.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Reforma.
3. Interessado: Aurino José Guedes de Oliveira, CPF 013.525.394-20.
4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de Reforma submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar, com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno deste Tribunal, prejudicado o ato nº 121918/2019 (peça 2), atinente à concessão de reforma a Aurino José Guedes de Oliveira, tendo em vista a perda de seu objeto; e

9.2. dar ciência desta deliberação à Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8353-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8354/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.309/2020-9.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Nair Maria Gaston Nogueira (136.300.082-91).
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria à Sra. Nair Maria Gaston Nogueira pela Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União (Segedam).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Nair Maria Gaston Nogueira (30773407-04-2017-000098-2, peça 2), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela aposentada, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União (Segedam) que:

9.3.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente ao ato impugnado, suprimindo a parcela "opção" e adequando a parcela referente à incorporação de quintos, segundo critérios do art. 3º da Lei 8.911/1994 e conforme modulado pelo STF no âmbito do RE 638.115, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8354-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto que alegou impedimento na Sessão: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8355/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.325/2017-1.

1.1. Apenso: 024.263/2013-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Leda Maria Calhau da Silva (002.346.215-91); Luiz Gugé Santos Fernandes (333.610.025-91); Marivaldo Souza Lima (019.591.275-60); Sérgio Ricardo Rezende (112.589.388-55).

4. Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal:

8.1. Jean Carlos Santos Oliveira (OAB/BA 23409) e outros, representando Luiz Gugé Santos Fernandes.

8.2. Mario Augusto Santos Silva (OAB/BA 25142), representando Leda Maria Calhau da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Tribunal de Contas da União, em atendimento ao acórdão 2849/2017-TCU-2ª Câmara, em desfavor dos Srs. Sérgio Ricardo Rezende, Luiz Gugé Santos Fernandes, Marivaldo Souza Lima e da Sra. Leda Maria Calhau da Silva.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, os Srs. Sérgio Ricardo Rezende e Marivaldo Souza Lima;

9.2. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Luiz Gugé Santos Fernandes e pela Sra. Leda Maria Calhau da Silva, aproveitando-as para o Sr. Sérgio Ricardo Rezende;

9.3. julgar regulares com ressalvas, com fundamento no art. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, as contas dos Srs. Sérgio Ricardo Rezende e Luiz Gugé Santos Fernandes e da Sra. Leda Maria Calhau da Silva, dando-lhes quitação;

9.4. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "c" e "d", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, III e IV, e 214, III, do RI/TCU, as contas do Sr. Marivaldo Souza Lima e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data dos saques
404.200,00	12/11/2008
103.200,00	28/11/2008

9.5. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, com esclarecimento ao responsável de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8355-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8356/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.771/2020-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81);

3.2. Responsáveis: Valdemar Pereira de Sousa (131.961.113-34).

4. Entidade: Município de Francisco Ayres/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Valdemar Pereira de Sousa, em razão de omissão no dever de prestar contas da aplicação dos recursos recebidos por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2012.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Valdemar Pereira de Sousa;

9.2. excluir da relação processual o Sr. Valkir Nunes de Oliveira;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, I e III, e 214, III, do RI/TCU, as contas do Sr. Valdemar Pereira de Sousa e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
28/3/2012	5.196,00
3/4/2012	5.196,00
30/4/2012	5.196,00
4/6/2012	5.196,00
3/7/2012	6.208,00
2/8/2012	9.892,00
5/9/2012	9.892,00
2/10/2012	9.892,00
5/11/2012	9.892,00
4/12/2012	9.892,00

9.4. aplicar ao Sr. Valdemar Pereira de Sousa a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, com esclarecimento ao responsável de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Piauí.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8356-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8357/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.629/2019-9.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis/Interessado:

3.1. Responsáveis: Audiorama Produções Artísticas Ltda. (07.659.248/0001-08); Eduardo Stein Maroniene (857.599.967-20); Ludwig Aramuni de Araújo Goulart (052.618.297-04).

4. Órgão: Secretaria Especial de Cultura.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo extinto Ministério da Cultura em razão da omissão no dever de prestar contas da aplicação dos recursos federais captados para execução do projeto cultural Pronac 07-4996.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, os Srs. Eduardo Stein Maroniene e Ludwing Aramuni de Araújo Goulart e a empresa Audiorama Produções Artísticas Ltda.;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, I e III, e 214, III, do RI/TCU, as contas dos Srs. Eduardo Stein Maroniene e Ludwing Aramuni de Araújo Goulart e condená-los, em solidariedade com a Audiorama Produções Artísticas Ltda. ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional da Cultura (FNC), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
21/12/2007	30.000,00
30/5/2008	40.000,00

9.3. aplicar aos Srs. Eduardo Stein Maroniene e Ludwing Aramuni de Araújo Goulart e à Audiorama Produções Artísticas Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, com esclarecimento ao responsável de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU); e

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Rio de Janeiro.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8357-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8358/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.118/2017-3.

2. Grupo I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: Juvenal Farias Maia (881.458.915-15); Município de Jiquiriçá/BA (13.764.659/0001-66).

4. Entidade: Município de Jiquiriçá/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada originalmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra o Sr. Juvenal Farias Maia, ex-prefeito do município de Jiquiriçá/BA, em razão de irregularidades constatadas na gestão dos recursos do convênio 701276/2010 (Siafi 662860).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, o Sr. Juvenal Farias Maia e o município de Jiquiriçá/BA, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o município de Jiquiriçá/BA, efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, nos termos dos artigos 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443, e 202, §§2º, 3º, e 4º, do RI/TCU:

DATA	VALOR (R$)
31/12/2012	28.516,37

9.3. informar ao município de Jiquiriçá/BA que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo quanto a sua responsabilidade e as suas contas poderão ser julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do artigo 202, §4º, do RI/TCU.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8358-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8359/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.049/2015-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80); Lourival Mendes de Oliveira Neto (310.702.215-20); Rdm Art Silk Signs Comun. Visual Ltda (10.558.934/0001-05).

4. Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) contra a Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT) e seu presidente, Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto, relativa ao convênio 1252/2009/MTur (Siafi/Siconv 708815), tendo por objeto o apoio à realização do evento "Festa da Laranja 2009", no município de Boquim/SE, realizado de 13 a 15/11/2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT) e pelo Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto;

9.2. considerar revel a empresa RDM Art Silk Signs Comunicação Visual Ltda. - ME (atual CM Produções e Eventos Ltda.-ME);

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto e da Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT), com fundamento nos artigos 1º, I, 16, III, alínea c, 19, caput, e 23, III, c, da Lei 8.443/1992, e condená-los, solidariamente com a empresa RDM Art Silk Signs Comunicação Visual Ltda. - ME (atual CM Produções e Eventos Ltda.-ME), ao pagamento da importância de R$ 52.382,00 (cinquenta e dois mil e trezentos e oitenta e dois reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 14/12/2009, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze dias), a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito ao Tesouro Nacional;

9.4. aplicar, individualmente, à Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT), ao Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto e à empresa RDM Art Silk Signs Comunicação Visual Ltda. - ME (atual CM Produções e Eventos Ltda.-ME) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, a, do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. encaminhar cópia da deliberação ao procurador-chefe da Procuradoria da República em Sergipe, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU;

9.8. arquivar o processo.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8359-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8360/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.506/2015-9.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80); Guguzinho Promoções e Eventos Ltda - Me (06.172.903/0001-36); Lourival Mendes de Oliveira Neto (310.702.215-20).

4. Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) relativa ao convênio 162/2010-MTur, cujo objeto era realização do evento "Tobias Barreto Fest", no período de 17 a 18/4/2010, no município de Tobias Barreto/SE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT) e pelo Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto;

9.2. considerar revel a empresa Guguzinho Promoções e Eventos Ltda - Me.;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto e da Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT), com fundamento nos artigos 1º, I, 16, III, alínea "c", 19, caput, e 23, III, "c", da Lei 8.443/1992, e condená-los, solidariamente com a empresa Guguzinho Promoções e Eventos Ltda - Me, na pessoa de representante legal, o Sr. Carlos Augusto Fraga Fontes (CPF: 925.899.285-72), ao pagamento da importância de R$ 39.960,00 (trinta e nove mil e novecentos e sessenta reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 2/7/2010, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze dias), a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito ao Tesouro Nacional;

9.4. aplicar, individualmente, à Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT), ao Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto e à empresa Guguzinho Promoções e Eventos Ltda - Me., na pessoa de seu representante legal, o Sr. Carlos Augusto Fraga Fontes (CPF: 925.899.285-72), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na

legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. encaminhar cópia da deliberação ao procurador-chefe da Procuradoria da República em Sergipe, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU;

9.8. arquivar o processo.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8360-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8361/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.118/2020-9.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Antônio Ferreira de Sousa Sobrinho (023.632.753-49); José Lages Monte (091.003.693-49); José Machado Moita Neto (150.292.393-91).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadorias pela Fundação Universidade Federal do Piauí.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria de Antônio Ferreira de Sousa Sobrinho (3633/2020, peça 3), José Lages Monte (3639/2020, peça 4) e José Machado Moita Neto (3414/2020, peça 2), recusando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores relativos à rubrica judicial fundamentada no MS 31.412/DF indevidamente recebidos de boa-fé pelos interessados, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí que:

9.3.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente aos atos impugnados, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. cadastre novos atos de concessão de aposentadoria livres das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8361-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8362/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.048/2020-4.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Ato de Admissão.

3. Interessados: Marco Aurélio da Silva (399.854.148-96); Michel Tavares do Canto (332.285.638-04); Pedro Henrique Indago Fonseca (216.305.748-80); Renan Pimenta da Rocha Morais (382.468.238-92); Ricardo Kuroda (170.997.688-83); Thiago Amado Duarte da Silva (294.391.018-06); Wellington Ferreira de Freitas (334.858.718-26).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - ECT.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de admissão emitidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Superintendência Estadual de Operações São Paulo/Interior.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de admissão de Marco Aurélio da Silva (8884/2017, peça 2), Michel Tavares do Canto (36632/2017, peça 8), Pedro Henrique Indago Fonseca (31275/2017, peça 6), Renan Pimenta da Rocha Morais (31264/2017, peça 5), Ricardo Kuroda (24310/2017, peça 4), Thiago Amado Duarte da Silva (31304/2017, peça 7), Wellington Ferreira de Freitas (8909/2017, peça 3), recusando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.2. determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Superintendência Estadual de Operações São Paulo/Interior que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da ação civil pública 0001035-92-2013-5-10-0015, em trâmite na Justiça do Trabalho, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade do concurso público regido pelo edital 11/2011;

9.2.2. dê ciência desta deliberação aos interessados;

9.3. encerrar e arquivar o presente processo.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8362-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8363/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.172/2020-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Mayza Castulia Osinaga Meister (561.665.679-87).

4. Órgão: Ministério da Fazenda (extinta).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria à Sra. Mayza Castulia Osinaga Meister pelo extinto Ministério da Fazenda.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Mayza Castulia Osinaga Meister (13829/2018, peça 2), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela inativa, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar ao Ministério da Economia que:

9.3.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente ao ato impugnado, suprimindo a parcela referente à incorporação de quintos da interessada, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8363-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8364/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 046.591/2020-6.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Eli Dantas Teixeira (047.326.078-61); Elisete Rufino de Faria (065.178.698-32); Paulo Norio Motomura (652.184.008-82).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (TRT-2).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (TRT-2).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria de Eli Dantas Teixeira (41412/2020, peça 3); Elisete Rufino de Faria (46002/2020, peça 4); Paulo Norio Motomura (41347/2020, peça 2), recusando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelos ex-servidores, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que:

9.3.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente aos atos impugnados, adequando a parcela referente à incorporação de quintos dos interessados, conforme modulado pelo STF no âmbito do RE 638.115, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. cadastre novos atos de concessão de aposentadoria livres das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8364-17/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8365/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 046.600/2020-5.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: César Augusto da Silva (390.204.107-25); Leny Figueiredo da Silva (753.740.807-68); Vanda de Freitas Silva (458.131.917-04).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ (TRT-1).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ (TRT-1).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria de Vanda de Freitas Silva (37277/2020, peça 4), Leny Figueiredo da Silva (35205/2020, peça 3) e César Augusto da Silva (33583/2020, peça 2), recusando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelos ex-servidores, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:

9.3.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente aos atos impugnados, adequando a parcela referente à incorporação de quintos dos interessados, conforme modulado pelo STF no âmbito do RE 638.115, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. cadastre novos atos de concessão de aposentadoria livres das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8365-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8366/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 046.674/2020-9.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Katia Elisabeth Medeiros de Andrade (230.569.833-04).
4. Órgão: Superior Tribunal Militar (STM).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria à Sra. Katia Elisabeth Medeiros de Andrade pelo Superior Tribunal Militar (STM).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Katia Elisabeth Medeiros de Andrade (36697/2020, peça 2), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela ex-servidora, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar ao Superior Tribunal Militar que:

9.3.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente ao ato impugnado, adequando a parcela referente à incorporação de quintos da interessada, conforme modulado pelo STF no âmbito do RE 638.115, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8366-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8367/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.360/2017-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (extinta) (05.526.783/0001-65)
3.2. Responsáveis: Benedito Vasconcelos de Oliveira Filho (300.686.062-49); Jaime da Silva Barbosa (055.766.872-72)
3.3. Recorrente: Benedito Vasconcelos de Oliveira Filho (300.686.062-49).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari - PA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Benedito Vasconcelos de Oliveira Filho, ex-prefeito do Município de Cachoeira do Arari/PA (gestão 2013-2016), contra o Acórdão 11.096/2019-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. julgar regulares as contas de Benedito Vasconcelos de Oliveira Filho, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.3. tornar sem efeito a multa objeto do item 9.6 do Acórdão 11.096/2019-TCU-1ª Câmara;

9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Ministério da Cidadania e à Procuradoria da República no Estado do Pará.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8367-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8368/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.324/2019-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Denise Gabler Rodrigues (042.309.698-21)
3.2. Recorrente: Denise Gabler Rodrigues (042.309.698-21).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Denise Gabler Rodrigues, ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, contra o Acórdão 12.351/2020-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1999, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o subitem 9.3.2 do Acórdão 12.351/2020-TCU-1ª Câmara;

9.3. manter inalterados os demais itens do acórdão 12.351/2020-TCU-1ª Câmara;

9.4. determinar ao órgão de origem que adote as medidas necessárias à adequação do pagamento da vantagem incorporação de "quintos/décimos" de Denise Gabler Rodrigues, com base em funções exercidas no período entre 8/4/1998 e 4/9/2001, à modulação de efeitos da decisão proferida pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.5. dar ciência deste acórdão à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

10. Ata n° 17/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8368-17/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8369/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de aposentadoria dos interessados a seguir relacionados, e fazer a determinação constante do item 1.7 desta decisão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.369/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelson Wander Silva (444.770.826-49); Daywson Robert Guedes (343.348.156-34); Edna Aparecida Campos (773.794.896-15); Fernanda Carvalho Alvares (518.651.736-49); Gisele Kroehling Rodrigues Cardoso (761.083.256-15); Helenice Nascimento Cunha Reis (540.925.666-20); Luiz Sergio de Mendonca Lima (381.755.506-78); Marcos Antonio de Lima e Souza (422.131.346-34); Maria Abadia Barbosa Lima Figueiredo (430.074.226-04); Mariza Bretas Leite Rocha (677.668.707-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à unidade jurisdicionada que faça cessar o pagamento da parcela relativa ao Bônus de Eficiência, previsto na Lei 13.464/2017, aos interessados, na hipótese de desconstituição das decisões judiciais proferidas nos Mandados de Segurança 35.498, 35.410, 35.490, 35.494 e 35.500 em trâmite no Supremo Tribunal Federal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, por incompatível com o artigo 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem remuneratória, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária.

ACÓRDÃO Nº 8370/2021 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de ato de aposentadoria de Margarida Maria da Rocha dos Santos Jacintho, no cargo de Analista Legislativo do Senado Federal;

Considerando que os autos foram apreciados por meio do Acórdão 93/2021-TCU-1ª Câmara, que julgou ilegal o ato de alteração de aposentadoria da servidora, negando o respectivo registro;

Considerando que não se conhecerá de recurso interposto fora do prazo, nos termos do art. 32, parágrafo único, e do art. 48, ambos da Lei 8.443/92, c/c os arts. 285, § 2º, e 286 do RI/TCU, salvo em razão de superveniência de fatos novos e dentro do período de cento e oitenta dias contado do término do prazo;

Considerando que, no caso em exame, a recorrente apresenta pedido de reexame fora do prazo regimental de quinze dias, nos termos dos arts. 285, caput, e 286 do RI/TCU, e não apresenta fatos novos, mas apenas documentação administrativa, a qual não possui o condão, nem mesmo em tese, de influenciar a decisão de mérito proferida nos autos, à luz da ilegalidade que motivou o acórdão prolatado;

Considerando que não constituem documentos novos, para efeito de conhecimento de recurso de revisão, mudança de entendimento ou consolidação da jurisprudência neste Tribunal, pois esta Corte de Contas pode, a qualquer tempo, evoluir em seus entendimentos (Acórdãos 1.837/2017-TCU-Plenário e 1.503/2018-TCU-Plenário);

Considerando que a recorrente busca afastar sua responsabilidade por meio de argumentos e teses jurídicas que, ainda que inéditos, não são considerados fatos novos por este Tribunal, conforme consolidada jurisprudência desta Corte (Acórdão 2.308/2019-TCU-Plenário, Acórdão 1.760/2017-TCU-1ª Câmara e Acórdão 2.860/2018-TCU-2ª Câmara);

Considerando os pareceres da Secretaria de Recursos e do Ministério Público de Contas, no sentido do não conhecimento do recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48, parágrafo único, da Lei 8.443/1992 c/c art. 285, caput e § 2º, art. 286, parágrafo único, e art. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do pedido de reexame interposto por Margarida Maria da Rocha dos Santos Jacintho, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos; e dar ciência deste acórdão à recorrente.

1. Processo TC-039.791/2020-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Recorrente: Senado Federal ()

1.2. Interessado: Margarida Maria da Rocha dos Santos Jacintho (358.173.131-20)

1.3. Órgão/Entidade: Senado Federal

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Jorge Oliveira

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8371/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, e considerando os pedidos de parcelamento formulados por Diogo Peres Neto, Luiz Stanley da Silva, Ricardo Tavares de Jesus Castelo Branco, Barbara Catharine de Souza e Nathalia Beatriz Angotti Carrara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "b", e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento das multas imputadas aos responsáveis por meio do Acórdão 5.404/2021-1ª Câmara (peça 116), em 36 parcelas mensais, conforme requerido por meio do expediente da peça 149, atualizadas monetariamente de acordo com a deliberação original, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando aos responsáveis que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU):

1. Processo TC-034.725/2016-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Américo Leite de Almeida (727.510.297-87); Barbara Catharine de Souza (021.497.261-57); Diogo Peres Neto (286.454.178-55); Edson Edinho Coelho Araujo (496.630.038-04); Fabio Lavor Teixeira (560.120.043-20); Guilherme Penin Santos de Lima (320.480.908-00); Helder Zahluth Barbalho (625.943.702-15); Luiz Otávio Oliveira Campos (042.575.532-00); Luiz Stanley da Silva (811.941.961-87); Nathalia Beatriz Angotti Carrara (065.973.836-80); Ricardo Tavares de Jesus Castelo Branco (008.927.191-25); Rodrigo Mendes de Mendes (633.824.582-68)

1.2. Entidade: Secretaria de Portos (extinta)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

1.6. Representação legal: Ana Carolina Souza do Bomfim, representando Secretaria de Portos (extinta); Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF) e outros, representando Nathalia Beatriz Angotti Carrara, Barbara Catharine de Souza, Luiz Stanley da Silva, Luiz Otávio Oliveira Campos, Ricardo Tavares de Jesus Castelo Branco e Diogo Peres Neto.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8372/2021 - TCU - Câmara

Considerando que se trata de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional (SE/MI), por força do Acórdão 2695/2012-TCU-Plenário, em razão da inexecução parcial do Convênio 1033.0003/2009-SECID, firmado entre a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Estado do Maranhão (SECID/MA) e o município de Coelho Neto/MA, cujo objeto foi a construção de vinte unidades habitacionais no município, no valor de R$ 304.759,46;

Considerando que o Convênio 1033.0003/2009-SECID foi financiado com parte dos recursos repassados ao Governo do Estado do Maranhão por meio do Termo de Compromisso 3/2008, Siafi 637950, aprovado pela Portaria 1954/2008 do então Ministério da Integração Nacional e firmado entre o aludido Ministério e o governo do estado, cujo objeto foi a execução de ações emergenciais de defesa civil na construção e reconstrução de 1.170 unidades habitacionais em municípios maranhenses, ao valor total de R$ 16.000.000,00, com prazo de execução em 180 dias, contados a partir da data de liberação dos recursos, prorrogado até 23/4/2010;

Considerando que esta tomada de contas especial foi instaurada a partir de denúncia (TC 016.030/2012-5), fundamentada em fatos noticiados no Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Controladoria Geral do Estado do Maranhão;

Considerando que foram apontadas falhas na instrução do processo de prestação de contas final, em razão da ausência de parecer quanto à análise e aprovação das contas do convênio, em desacordo com o art. 31 da IN/STN 1/1997, como também pela ausência dos seguintes documentos, em desacordo ao art. 28 da IN/STN 1/1997: plano de trabalho, relatório de execução físico-financeiro, demonstrativo da execução da receita e despesa, relação de pagamentos efetuados, com as devidas cópias de cheques, relação dos bens construídos, extrato da conta bancária específica do período do convênio, extrato da conta de aplicação ou justificativa da inexistência, comprovante de recolhimento do saldo de convênio, documento de homologação da licitação, notas de empenho, projeto básico, comprovante de matrícula da obra junto ao INSS; e termo de recebimento definitivo da obra;

Considerando que as irregularidades apontadas foram elididas pela apresentação da prestação de contas completa pelo município de Coelho Neto/MA, analisada pelo Setor de Contratos e Convênios da SECID, que considerou terem sido juntados todos os documentos exigidos na cláusula nona do termo assinado;

Considerando que as irregularidades atinentes a defeitos construtivos e a ausência de execução de alguns elementos somaram inicialmente R$ 7.594,39, em valores históricos, os quais, corrigidos até de 1º/1/2017, atingiram a quantia de R$ 11.912,83, inferior, portanto, a R$ 100.000,00, o que autorizaria o arquivamento desta tomada de contas especial, que ainda estava pendente de citação válida, nos termos do art. 19 da IN/TCU 71/2012, alterada pela IN/TCU 76/2016;

Considerando que, não obstante isso, os gestores dos recursos ora em análise, Soliney de Sousa e Silva (ex-prefeito) e Filadelfo Mendes Neto (ex-Secretário das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Estado do Maranhão), estavam sendo responsabilizados em outras tomadas de contas especiais, em tramitação no TCU (TC 033.543/2014-3, TC 010.228/2017-9 e TC 016.665/2016-3), de forma que não se aplicou aos presentes autos o arquivamento em razão do valor do débito, conforme disposto no art. 6º, §1º, da IN/TCU 71/2012, alterada pela IN/TCU 76/2016;

Considerando que as irregularidades construtivas geradoras do eventual dano ao Erário pelas quais foram citados para responderem em regime de solidariedade Soliney de Sousa e Silva, Filadelfo Mendes Neto, a empresa contratada JPL Empreendimentos Ltda. - Construtora Lobo (antiga Construtora Pereira & Lobo Ltda.) e o representante da empresa contratada José Pereira Filho, foram quase todas justificadas pelas alegações de defesa apresentadas por Filadelfo Mendes Neto, restando um possível débito no valor histórico de R$ 2.663,71, relacionado a barras lisas não instaladas e a reboco externo não-executado;

Considerando que, ante a materialidade apontada e a incerteza quanto a real existência do dano, o custo da apuração e cobrança será superior ao valor do ressarcimento, cabendo, neste caso, considerar o eventual débito insubsistente;

Considerando que, quanto a José Pereira Filho, de acordo com precedentes do TCU (Acórdãos 835/2015, 1714/2017 e 2957/2/18, do Plenário), o vínculo contratual entre a entidade privada e o Poder Público não permite a responsabilização dos agentes da empresa contratada (administradores, sócios ou empregados) por prejuízos causados ao Erário, a menos que restem demonstrados os requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso I, alínea "a", c/c arts. 1º, inciso I, 208, e 214, inciso II, do RI/TCU, e arts. 1º, inciso I; 12, § 3º, e 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, quanto ao processo a seguir relacionado, em:

considerar revéis, para todos os efeitos, a empresa JPL Empreendimentos Ltda. - Construtora Lobo (antiga Construtora Pereira & Lobo Ltda.) e Soliney de Sousa e Silva;

excluir da relação processual José Pereira Filho, representante da empresa JPL Empreendimentos Ltda. - Construtora Lobo;

julgar regulares com ressalvas as contas da empresa JPL Empreendimentos Ltda. - Construtora Lobo, de Soliney de Sousa e Silva e de Filadelfo Mendes Neto, dando-lhes quitação;

dar ciência desta deliberação aos responsáveis, ao Ministério do Desenvolvimento Regional, à Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Estado do Maranhão e ao município de Coelho Neto/MA.

1. Processo TC-016.375/2016-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Filadelfo Mendes Neto (104.598.553-87); José Pereira Filho (253.918.793-53); Pereira e Lobo Ltda (07.181.422/0001-50); Soliney de Sousa e Silva (342.638.703-44)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional; Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Estado do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Bruno Leonardo Silva Rodrigues (7099/OAB-PI) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8373/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alíneas "a" e "c", art. 169, inciso I, e 243, todos do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, em: considerar em cumprimento as deliberações expedidas ao Ministério da Educação no Acórdão 8.435/2020-TCU-1ª Câmara; manter o presente monitoramento para acompanhamento dos resultados obtidos em relação à melhoria da eficiência energética das Instituições Federais de Ensino, até o cumprimento integral dos comandos expedidos pelo referido julgado; expedir a medida a seguir discriminada; sobrestar a apreciação do presente processo pelo prazo de um ano, quando a SecexEducação deverá reanalisar a situação e apresentar informações atualizadas ao relator; e enviar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução à peça 10, ao Ministério da Educação.

1. Processo TC-012.749/2021-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Ministério da Educação ()

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Reconhecer como boa prática a adoção das providências pelo Ministério da Educação com a finalidade de desenvolver e implementar medidas que visem a melhoria da eficiência energética das Instituições Federais de Ensino e, consequentemente, o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público, alertando-se, todavia, que a integração dos trabalhos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e da Secretaria de Educação Superior pode ocasionar melhores resultados, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão, em benefício da sociedade.

ACÓRDÃO Nº 8374/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.704/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonino Cezar Leite Lobato (146.724.482-15); Everardo Mauro Souza Fontes de Sales (064.603.642-49); Jose da Costa Guedes (066.926.482-20); Juliana de Oliveira Costa (209.354.202-15); Manoel Jeronimo Pantoja Cardozo (080.635.082-20); Maria Jose da Silva Nunes (226.017.912-68); Maria da Graca Coutinho Amoras (051.176.662-91); Maria do Socorro da Costa Moreira Barreto (146.255.472-53); Reginaldo Magalhaes Batista (066.820.492-34); Rosana Momoli Correia (209.447.722-34)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8375/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.724/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Tardelli (030.223.798-46); Angela Maria de Sousa Carvalho (134.446.895-00); Antonio Celso Avelino de Queiroz (264.420.865-34); Felix Lima Duarte (053.782.815-04); Jose Bernardo dos Santos (115.243.595-72); Jose Carlos Andrade Rezende (131.477.495-68); Jose Francisco Bispo (093.115.565-72); Maria Izabel Sampaio e Souza Ribeiro (202.745.215-04); Wandick Alves Carneiro (134.312.345-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8376/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-001.767/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria da Conceição Seliprandy Franca (436.925.327-68); Mario Brito de Lima Filho (661.850.507-06); Nilton Monteiro (530.774.669-53); Roberto Ubirajara Rosa de Souza (643.431.707-72); Sandra Maria Siqueira (693.300.777-49); Sergio da Costa Figueiredo (403.668.807-30)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda ao destaque dos atos de concessão emitidos em favor dos Srs. Elma Moura Malaquias Carneiro (346.481.605-25), Claudia Regina de Andrade Pinto (901.095.117-00), Erivaldo Lima Silva (052.102.085-91), Katia Maria Ferreira da Silva (804.160.557-53), a fim de que sejam realizadas diligências no sentido de que sejam juntados aos respectivos atos de aposentadoria o comprovante do título e/ou documento que ensejou o pagamento da gratificação de qualificação - GQ aos interessados, analisando-se, ainda, a efetiva observância do disposto no art. 21-B da Lei 9.657/1998 por parte do órgão jurisdicionado.

ACÓRDÃO Nº 8377/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-001.829/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Generoso Alonso (744.222.278-15); Maria Luiza Goncalves Faisting (958.988.838-00); Sati Manrich (028.204.938-07)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda ao destaque dos atos de concessão emitidos em favor das Sras. Lourdes Bertolote Tagliadelo (863.436.708-82) e Luisa Isabel Zanchin Seconelli (029.283.128-54), a fim de que sejam realizadas diligências no sentido de serem juntados aos respectivos atos de aposentadoria o comprovante do título e/ou documento que ensejou o pagamento do incentivo de qualificação - IQ.

ACÓRDÃO Nº 8378/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em excluir, por duplicidade, o ato emitido em favor de Cleci Marchesan (191.475.540-53), de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as determinações adiante especificadas:

1. Processo TC-003.794/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cleci Marchesan (191.475.540-53); Eloir Paulo Schenkel (123.929.100-06); Fernando Mendes de Azevedo (061.666.952-68); Graciele Nunes (051.043.749-47); Maristela Chitto Sisson (210.319.160-91); Waldir Carreirao Filho (290.740.459-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações: à Sefip, para que:
1.7.1. proceda ao exame de mérito dos atos emitidos em favor dos interessados Eloir Paulo Schenkel (123.929.100-06), Fernando Mendes de Azevedo (061.666.952-68), Graciele Nunes (051.043.749-47) e Waldir Carreirao Filho (290.740.459-87), dada a ausência da alegada duplicidade em relação a outros atos de concessão que ainda aguardam autuação;
1.7.2. em relação ao ato de Maristela Chitto Sisson (210.319.160-91), promova a sua reanálise, verificando a legitimidade do pagamento da VBC instituída pelo art. 15 da Lei 11.091/2005, realizando, ainda, diligência junto ao órgão jurisdicionado no sentido de ser juntado ao respectivo ato de aposentadoria o comprovante do título e/ou documento que ensejou o pagamento do incentivo de qualificação - IQ.

ACÓRDÃO Nº 8379/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.469/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Ferreira Pinto (527.614.287-49); Elpidio Segades de Oliveira (493.957.777-53); Leoneide Andrade Pereira (214.387.062-00); Maura Regina Gonzalez Andrade (214.776.471-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8380/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as determinações adiante especificadas:

1. Processo TC-007.983/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Sabrina Lopes de Lucena (018.465.697-45)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações: à Sefip, para que:
1.7.1. proceda ao destaque do ato de concessão emitido em favor da Sra. Soraia de Souza Mendes (014.766.307-55), a fim de que sejam realizadas diligências: i) no sentido da efetiva observância pelo órgão jurisdicionado do disposto no art. 1º da Lei 10.887/2004 e Acórdão 1.176/2015-Plenário em relação ao cálculo dos proventos iniciais de aposentadoria da interessada, notadamente a inclusão no respectivo cálculo dos salários-de-contribuição anteriores ao ingresso da interessada no serviço público a partir de 1994, se houver; ii) no sentido de que seja juntado ao respectivo ato de aposentadoria o comprovante do título e/ou documento que ensejou o correspondente pagamento da retribuição por titulação - RT;
1.7.2. proceda ao destaque do ato de aposentadoria de interesse da Sra. Maria Cristina dos Santos Pechine (217.821.725-72), a fim de que a unidade técnica se manifeste sobre o laudo pericial que ensejou a aposentadoria da interessada com proventos integrais, notadamente sobre o enquadramento da doença lá consignada como doença especificada no § 1º do art. 186 da Lei 8.112/1990, tendo em consideração, ainda, os demais regulamentos aplicáveis à matéria, como, por exemplo, o manual de perícia oficial em saúde do servidor público federal do extinto Ministério do Planejamento.

ACÓRDÃO Nº 8381/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.066/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Elizabete Rodrigues de Almeida (186.300.573-00)
1.2. Órgão: Ministério da Fazenda (extinto)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8382/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.793/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Suzana Ramos Cadore (457.557.280-20)
1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8383/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.161/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcos Euclydes do Nascimento Souza (033.500.317-65); Marcos Fabio Amaral Ferreira (587.900.637-91); Marcos Fabio Sodre Alvino (949.817.367-20); Marcos Gomes Vanini (980.625.657-34); Marcos da Silva Diniz (625.149.467-00); Marcos da Silva Guimaraes (974.715.937-68); Marcos da Silva Peixoto (545.612.137-91); Marcos de Carvalho (703.707.967-72); Marcos de Souza Nunes (033.578.267-12); Marcos dos Santos Alves (009.410.137-07)
1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8384/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.673/2021-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Barbara Maria Dias de Souza (529.350.605-63); Dalthierre Figueiredo Torres (042.227.061-08); Maria Flor de Maio Magalhaes (764.112.496-87); Maria de Lourdes Marin (881.975.140-20); Rosana dos Reis Figueiredo Torres (689.095.431-91); Sandra Emidia Evangelista Trigo (015.658.589-80)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8385/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.068/2021-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Joselma Barreto da Ponte (721.459.787-04)

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8386/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.112/2021-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Silvana Alexandre Moreira (256.071.621-68); Vera Lúcia de Lima Lopes (326.536.971-49)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8387/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.905/2021-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Heloisa Moniz Correa de Sa e Benevides (144.001.381-00); Marilene dos Santos Leite (002.491.097-00)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8388/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do RITCU, em arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.918/2019-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Aniete de Oliveira Melo (529.235.337-04); Luiz Henrique Nunes da Silva (504.695.177-00); Maria Rosa Leal Dantas (034.080.627-30); Maria de Lourdes da Silva Ramos (046.281.327-47); Maria do Rosário Goncalves Caju (042.747.747-67); Pedro Teixeira (222.783.977-53); Valdete Nascimento da Silva (966.486.277-00); Valdir Ferreira da Silva (255.525.207-00); Waldete Tavares Nunes (707.411.407-30); e Wanderson Nacife Lima (144.063.507-21)

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) acerca da necessidade de adotar medidas para a adequada caracterização e indicação do responsável pelas irregularidades objeto do PAD 35301.001800/2010-18 ora imputadas ao ex-servidor Luiz Henrique Nunes da Silva, matrícula 919691, promovendo a instauração da respectiva tomada de contas especial, se for o caso, com informações de sistema que demonstrem os atos praticados que ensejaram as concessões tidas como irregulares; e

1.7.2. dar ciência do presente acórdão, acompanhado da instrução técnica de peça 74, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

ACÓRDÃO Nº 8389/2021 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, por meio do Acórdão 14.063/2020-1ª Câmara, esta Corte julgou irregulares as contas de Ely Benevides Sousa Filho, Maysa dos Santos Martins Furtado, Marcela Rassy Teixeira, Distribuidora Brasil Ltda. e C. Ribeiro Distribuidora, condenando-os em débito solidário e aplicando-lhes multas individuais, em razão de irregularidades nas aquisições de merenda escolar com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar repassados à Secretaria de Estado de Educação do Pará, no exercício de 2008;

Considerando que o art. 22, inciso I, da Lei 8.443/1992 dispõe que as comunicações realizadas pelo Tribunal devem observar a forma estabelecida no RITCU, o qual, por sua vez, estabelece, em seu art. 179, inciso II, que as comunicações processuais far-se-ão mediante carta registrada, com aviso de recebimento que comprove a entrega no endereço do destinatário;

Considerando que a recorrente, Distribuidora Brasil Ltda., foi validamente notificada da decisão impugnada na data de 27/1/2021 (peça 476) e que o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 28/1/2021;

Considerando que o termo final para a interposição de recurso de reconsideração foi 11/2/2021 e que a sua interposição se deu em 18/2/2021, sendo, portanto, intempestivo;

Considerando que, de acordo com o art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, não se conhecerá de recurso interposto fora do prazo, salvo em razão da superveniência de fatos novos, na forma do RITCU;

Considerando que o art. 285, § 2º, do RITCU, dispõe que "não se conhecerá de recurso de reconsideração quando intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos e dentro do período de cento e oitenta dias contado do término do prazo indicado no caput, caso em que não terá efeito suspensivo";

Considerando que, no caso concreto, não houve a apresentação de documentos novos, mas apenas de novos argumentos, que não se encaixam no conceito de "fato novo" adotado por esta Corte, conforme consolidada jurisprudência (Acórdãos 2.860/2018-2ª Câmara, 1.760/2017-1ª Câmara, 1.285/2011-2ª Câmara, 923/2010-Plenário, 323/2010-1ª Câmara e 6.989/2009-1ª Câmara, dentre outros);

Considerando a manifestação da Serur que, em exame de admissibilidade, recomendou o não conhecimento do presente recurso (peça 530); e

Considerando, por fim, a manifestação do Parquet especializado, que anuiu ao posicionamento da unidade técnica quanto ao não conhecimento do apelo recursal (peça 539);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", e 285, caput e § 2º, do RITCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto pela empresa Distribuidora Brasil Ltda. por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, dando-se ciência dessa decisão ao interessado.

1. Processo TC-029.015/2008-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Recorrente: Distribuidora Brasil Ltda (05.004.631/0001-00)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.6. Unidade técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

1.7. Representação legal: Marcela Dalila de Souza Ribeiro Guimarães (OAB/PA 23.633) e outros

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência da presente deliberação à recorrente, encaminhando-lhe cópia da instrução técnica inserta à peça 530; e

1.8.2. retornar o feito a este gabinete para despacho quanto à admissibilidade do recurso inserto à peça 498.

ACÓRDÃO Nº 8390/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar cumpridas as determinações abaixo citadas, conforme pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.090/2020-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Departamento Nacional

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento)

1.5. Representação legal: Fabiano Augusto Martins Silveira (OAB/DF 31.440) e outros

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. considerar atendidas as determinações contidas nos subitens 1.7.1.1 e 1.7.2 do Acórdão 6.746/2020-1ª Câmara;

1.6.2. considerar insubsistente a determinação contida no subitem 1.7.1.2. do Acórdão 6.746/2020-1ª Câmara;

1.6.3. dar ciência do presente acórdão ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte/Departamento Nacional (Senat/DN), acompanhado da instrução técnica inserta à peça 19; e

1.6.4. com fundamento no art. 169, inciso I, do RITCU c/c o art. 5º, inciso II, da Portaria Segecex 27/2009, apensar os presentes autos de monitoramento ao TC 043.514/2018-9, referente à Prestação de Contas do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, exercício de 2017.

ACÓRDÃO Nº 8391/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação acerca de irregularidades no Pregão Eletrônico 10004/2021, realizado pelo Município de Congo/PB, cujo objeto corresponde à aquisição de ambulância do tipo A para simples remoção do tipo furgão, a ser custeada com recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde;

Considerando que esta Corte, por meio do Acórdão 1.630/2017-Plenário, entendeu que não é irregular a exigência, no edital de licitação, de "veículo novo", isto é, aquele vendido pelo próprio fabricante ou por uma concessionária autorizada pelo fabricante;

Considerando que este Tribunal, mediante o Acórdão 1.009/2019-Plenário, considerou igualmente regular a exigência, potencialmente menos restritiva, no edital de licitação, de veículo "zero quilômetro", de modo a ampliar a competitividade, possibilitando também a participação de outras empresas revendedoras no certame;

Considerando que o Decreto-lei 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), em seu art. 20, exige a consideração das consequências práticas do ato e, em seu art. 22, § 1º, estabelece a necessidade de serem consideradas as circunstâncias práticas que condicionaram a ação dos agentes;

Considerando que o art. 276, caput, do Regimento Interno do TCU condiciona a adoção de medida cautelar aos casos de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário e ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito;

Considerando que o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014 dispõe que o exame de admissibilidade abordará a competência do Tribunal sobre o assunto, a legitimidade do autor, a suficiência dos indícios e a existência de interesse público no trato da suposta ilegalidade apontada;

Considerando que as alegações da representante não demonstram ter havido prejuízo para o certame e para o interesse público, já que o órgão licitante adotou exigência menos restritiva, possibilitando a participação de seis interessadas, a adjudicação do item ao licitante que ofertou o menor preço, com desconto superior a 7% em relação ao valor contido no orçamento de referência, após mais de 60 lances ofertados pelas participantes, sem haver indícios de direcionamento;

Considerando que o risco de eventual prática de sonegação fiscal relatada pela representante não é matéria afeta às competências desta Corte de Contas;

Considerando que a representante, ao formular o pedido de ingresso como interessada (peça 22), não demonstrou sua razão legítima para intervir nos autos, nem a possibilidade de lesão a direito subjetivo próprio, à luz do art. 146, § 2º, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 2º, § 2º, da Resolução-TCU 36/1995, com redação dada pelo art. 1º da Resolução-TCU 213/2008;

Considerando a análise da unidade técnica juntada às peças 28 e 29, cujos fundamentos ficam incorporados como razões de decidir;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250 do Regimento Interno deste Tribunal, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

não conhecer da presente documentação como representação, por não estarem presentes todos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

indeferir, com fulcro no art. 146, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, o pedido formulado pela representante de ingressar nos autos como interessada, porém lhe autorizando, caso requeira, vista e cópia dos autos;

encaminhar cópia da instrução inserta à peça 28 e deste acórdão à Secretaria de Fazenda do Estado da Paraíba, para adoção das providências que entender cabíveis;

dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Congo/PB e ao representante; e

arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-013.438/2021-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundo Municipal de Saúde - Congo - Paraíba
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8392/2021 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de atos de concessão de aposentadoria emitidos pelo Instituto Brasileiro de Turismo.

Considerando que, segundo consta no sistema Sisob, o interessado Antônio Severino Botelho faleceu na data de 24/7/2020;

Considerando que, segundo consta no sistema Sisob, o interessado Edson Monteiro Fontes faleceu na data de 26/2/2021;

Considerando que as concessões constantes dos autos não mais produzem efeitos financeiros;

Considerando o que dispõe o art. 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, dispositivo que preconiza que o TCU poderá considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de sua apreciação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, em razão da perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Antônio Severino Botelho (114.837.251-20) e Edson Monteiro Fontes (037.394.147-15).

1. Processo TC-009.977/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Severino Botelho (114.837.251-20); Edson Monteiro Fontes (037.394.147-15).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8393/2021 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.

Considerando que, segundo consta no sistema Sisob, o interessado Carlos Bartolomeu de Medeiros faleceu na data de 28/1/2021;

Considerando que a concessão constante dos autos não mais produz efeito financeiro;

Considerando o que dispõe o art. 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, dispositivo que preconiza que o TCU poderá considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de sua apreciação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, em razão da perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Carlos Bartolomeu de Medeiros (108.074.464-91).

1. Processo TC-009.992/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Bartolomeu de Medeiros (108.074.464-91).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8394/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.860/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ariano Ruy de Lima Pereira (242.841.304-04); Djalma de Moura (154.442.604-68); Joao Campos de Sa (183.006.004-00); Joselito Santos de Morais (360.062.204-82); Reginaldo Jose Felipe (202.601.564-34).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8395/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.883/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademar Valdir Comassetto (311.075.167-49); Carlos Roberto Goncalves Fontes (204.735.676-87).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8396/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.918/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Denise Guliato (432.634.889-53); Gislene de Oliveira Ferreira (351.982.576-72); Lazaro Antonio de Almeida Silva (365.764.926-34); Marcia Elizabeth da Silva Almeida Teixeira (133.801.841-87); Maria de Fatima Oliveira (278.335.425-04); Marilza Helena Betanho (820.538.808-30); Norma Sueli de Moura (273.359.336-68); Sueli Matos Souza Chagas (360.398.886-87); Tania Machado de Alcantara (663.058.966-15); Virgilio Ferreira de Carvalho Alves (094.951.426-87).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8397/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.919/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Terezinha Lopes do Nascimento (288.328.681-72).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8398/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.946/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Irene Ribeiro Ramos Soares (228.053.546-72); Isley Aparecida Diniz (455.254.476-49); Regina Marcia Franco da Paz (181.885.676-04); Sonia Imaculada de Oliveira (566.077.256-00).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8399/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.960/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maiza Machado (281.463.606-53); Maria Helena Galeno Araujo (183.725.621-72); Olga de Araujo Lima (144.769.831-20); Vilna Lucia de Souza (143.888.801-59).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8400/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.009/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Claudia Lima Trindade (372.799.981-00).
1.2. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8401/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, até o dia 11/6/2021, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 4.052/2021-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-046.623/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Ribamar Cartagenes Filho (158.897.002-78); Marcia do Socorro Piani de Albuquerque (125.523.482-20); Maria da Conceicao Rodrigues de Sousa (109.065.092-20).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8402/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.225/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Moyses Hassan da Silva Sobrinho (622.949.702-68).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8403/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-003.857/2021-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonia Menezes de Melo (985.035.293-00); Arlene Nascimento de Souza (036.914.462-72); Erecina Ferreira Soares (001.006.309-95); Irene Ataide de Castro (084.263.586-67); Maria Pereira da Silva (341.762.843-15); Pedro da Silva Barbosa (004.156.421-91).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8404/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-003.878/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ilza Maria de Souza (783.835.016-68); Maria da Conceicao da Costa (393.443.126-72); Maria de Jesus dos Reis Cunha (070.011.416-58).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8405/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-011.666/2021-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ila Maria Lopes Pereira (602.198.071-91); Maria Lucia Santa Rosa (224.688.201-00).
1.2. Órgão: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8406/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-011.708/2021-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ana Maria Oliveira Pereira (016.114.347-42); Lucia Nascimento da Silva (467.476.487-49); Yvonne Espindola Dias (075.330.718-91).
1.2. Entidade: Colégio Pedro II.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8407/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-014.033/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria de Fátima Bessa de Carvalho (788.457.184-68).
1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8408/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno do TCU, e com o Acórdão 644/2005-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres constantes dos autos, em:

a) expedir quitação a Angelina da Costa Rodrigues (090.340.302-10), diante do recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo Acórdão 2.612/2013-TCU-2ª Câmara (peça 1, p. 193);

b) reconhecer a existência de crédito perante a Fazenda Pública Federal em favor da responsável citada no item anterior, em virtude do recolhimento de valor a maior;

c) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à responsável; e

d) adotar os procedimentos previstos na Portaria Conjunta Segecex-Segedam 1/2014, com vistas à restituição dos valores pagos a maior.

1. Processo TC-001.962/2009-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 031.705/2015-4 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsáveis: Angelina da Costa Rodrigues (090.340.302-10); Danielle de Nazare Chiappetta (699.964.312-15); Iracema da Cunha Chiappetta (440.088.722-72); Jose de Nazare Chiappetta (055.428.472-34); Rafaela de Nazare Chiappetta Figueiredo (843.649.122-04).
1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras/PA.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.7. Representação legal: Louise Carolline Farias da Silva (OAB/PA 27.925) e outros.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8409/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 12, § 2º, e 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres constantes dos autos, em:

a) expedir quitação à Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora (CNPJ 03.873.593/0001-99), ante o recolhimento integral do débito imputado pelo Acórdão 8.795/2017-TCU-1ª Câmara (peça 41);

b) julgar regulares com ressalva as contas da Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora (CNPJ 03.873.593/0001-99), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU; e

c) encaminhar cópia da presente deliberação à responsável.

1. Processo TC-008.386/2016-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Sociedade Beneficente do Hospital N S Auxiliadora (03.873.593/0001-99).
1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Ligia Cristina de Santana e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8410/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno/TCU, e com o Acórdão 644/2005-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres constantes dos autos, em:

a) expedir quitação a Mário Augusto Lopes Moyses (953.055.648-91) e Marisa da Silva Chaves (220.497.381-53), ante o recolhimento integral das multas que lhes foram aplicadas pelo Acórdão 1.254/2014-TCU-2ª Câmara (peça 285);

b) reconhecer a existência de crédito perante a Fazenda Pública Federal em favor de Mário Augusto Lopes Moyses (953.055.648-91), em virtude do recolhimento de valor a maior, o qual poderá ser utilizado para abatimento do saldo de outra(s) multa(s) a ele aplicada(s) em outros processos em andamento no Tribunal, caso requerido; e

c) encaminhar cópia da presente deliberação aos responsáveis.

1. Processo TC-009.888/2011-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 025.195/2016-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 033.481/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 040.667/2018-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 032.644/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 033.474/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 040.737/2018-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.446/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 040.739/2018-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 040.758/2018-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 040.748/2018-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 033.486/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 040.741/2018-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 040.664/2018-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 033.475/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 033.202/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 040.677/2018-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 033.211/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 033.690/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 032.670/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 040.672/2018-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 040.679/2018-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 032.701/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 040.756/2018-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 012.390/2014-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 040.670/2018-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 040.754/2018-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 040.743/2018-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 040.751/2018-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 037.795/2012-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 033.692/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 033.473/2015-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 040.759/2018-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 040.746/2018-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 040.738/2018-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 033.497/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 033.552/2014-2 (SOLICITAÇÃO); 040.744/2018-3

(COBRANÇA EXECUTIVA); 033.204/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 040.749/2018-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 028.169/2014-0 (SOLICITAÇÃO); 033.694/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 033.118/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 014.040/2010-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 019.048/2014-9 (SOLICITAÇÃO); 040.740/2018-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 033.407/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 040.753/2018-2 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Adriano Rodrigues Pereira (696.924.401-68); Airton Nogueira Pereira Junior (614.247.147-53); Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80); Avalanche Producoes Ltda - Me (05.414.927/0001-91); Carla de Souza Marques (031.636.674-90); Carlos Alberto da Silva (104.797.948-98); Classe A Produções e Eventos Ltda. (08.332.028/0001-38); Cláudia de Alencar Carvalho (025.182.273-77); Daniel Mendes Guedes (882.020.701-04); Dms Produtora Publicidade e Eventos Ltda (07.901.669/0001-01); Dorvalino Santana Alvarez (467.461.960-20); Eugênio da Costa Arsky (483.204.551-20); Gilvana Pereira de Sousa Fernandes (958.006.031-20); Global Serviços Ltda. (09.292.223/0001-44); I9 Publicidade e Eventos Artísticos Ltda (09.661.123/0001-48); Janaína Cristina Machado Pinto Amazonas (725.652.921-04); José Augusto Celestino Oliveira (001.887.431-20); Junia Cristina Franca Santos Egidio (385.305.701-20); Lourival Mendes de Oliveira Neto (310.702.215-20); Ludmila Sara de Oliveira Miranda (016.514.021-67); Maria José Santos Mota (265.304.905-82); Maria Virgínia Bispo da Silva (436.905.485-00); Mario Augusto Lopes Moyses (953.055.648-91); Marisa da Silva Chaves (220.497.381-53); Marta Feitosa Lima Rodrigues (232.407.093-68); Márcio Ferreira do Nascimento (075.580.448-12); Paulo Pires de Campos (032.142.378-02); Planeta Empreendimentos e Servicos Ltda - Me (04.436.109/0001-27); Rdm Art Silk Signs Comun. Visual Ltda (10.558.934/0001-05); Ricardo Cardoso dos Santos (854.690.761-72); Rubens Portugal Bacellar (186.710.639-68); Sergipe Show Propaganda e Producoes Artisticas Ltda (05.674.085/0001-07); Soemes Castilho da Silva (704.554.651-34); Triunfo Producao de Eventos & Servicos Ltda (09.387.916/0001-10); Valeria Patricia Pinheiro de Oliveira Azevedo - Me (02.332.448/0001-38); Valmir Dias do Nascimento (05.679.936/0001-04); Walber Henrique Chagas Martins (017.456.881-96); Yvelise Bleyer Martins Costa (317.286.261-53).

1.3. Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Anderson Medeiros Bonfim (OAB/SP 315.185) e outros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8411/2021 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de recurso de reconsideração interposto por Adiel Ribeiro da Silva contra o Acórdão 12.513/2020-TCU-1ª Câmara (peça 60), por meio do qual esta Corte de Contas julgou suas contas irregulares, imputando-lhe débito e multa.

Considerando que, regularmente notificado, em 30/12/2020 (peça 82), da deliberação recorrida, o responsável somente compareceu aos autos em 26/1/2021, oportunidade em que protocolizou seu recurso de reconsideração (peça 85);

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que "a data de início do prazo é contada a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 19, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 4/1/2021, sendo certo que o termo final para sua interposição se deu no dia 18/1/2021;

Considerando que argumento novo ou tese jurídica nova não podem ser considerados fatos novos, vez que não representam documentos ou acontecimentos cujo conhecimento se daria posteriormente à decisão recorrida;

Considerando que o recorrente não traz aos autos documentos que demonstrem a superveniência de fatos novos, razão pela qual a intempestividade constatada não pode ser afastada, a teor do art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso I, e 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Adiel Ribeiro da Silva, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-010.307/2018-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adiel Ribeiro da Silva (279.192.422-15); Joaquim Umbelino Ribeiro (080.923.113-15); Manoel Claudio Hipolito (716.239.143-53); Raimundo Nonato Costa Neto (696.982.603-15).

1.2. Recorrente: Adiel Ribeiro da Silva (279.192.422-15).

1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Turiaçu/MA.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: Hugo Leonardo Sousa Soares (OAB/MA 12.478).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8412/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 12, § 2º, e 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres constantes dos autos, em:

a) expedir quitação a Iran Ataíde de Lima (CPF 154.210.312-68), ante o recolhimento integral do débito imputado pelo Acórdão 8.797/2019-TCU-1ª Câmara (peça 68), com a nova redação dada pelo Acórdão 1.422/2021- TCU-1ª Câmara (peça 112);

b) julgar regulares com ressalva as contas de Iran Ataíde de Lima (CPF 154.210.312-68), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU; e

c) encaminhar cópia da presente deliberação ao responsável.

1. Processo TC-017.201/2014-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Iran Ataíde de Lima (154.210.312-68).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Moju/PA.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Maria Marta dos Santos Dias (OAB/DF 29.608) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8413/2021 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pela Prefeitura Municipal de Riachão do Poço/PB contra o Acórdão 5.440/2020-TCU-1ª Câmara (peça 32), por meio do qual esta Corte de Contas fixou prazo de 15 (quinze) dias para o recolhimento de valores aos cofres do Fundo Municipal de Saúde.

Considerando que a deliberação em questão consiste em decisão preliminar, mediante a qual foi fixado novo e improrrogável prazo para recolhimento do débito, não se caracterizando como decisão definitiva;

Considerando que, no presente caso, não se pode reconhecer a existência de interesse recursal, visto que a decisão ora recorrida não impingiu qualquer sucumbência, sanção ou prejuízo à recorrente;

Considerando, por fim, que os documentos e informações trazidos podem ser aproveitados como novos elementos de defesa, a serem examinados quando do julgamento final das contas da recorrente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, inciso I, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso I, e 279, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do recurso de reconsideração interposto pela Prefeitura Municipal de Riachão do Poço/PB, por inexistência de interesse recursal;

b) receber os documentos apresentados como elementos complementares de defesa;

c) sobrestar o exame do recurso interposto por Maria Auxiliadora Dias do Rêgo até que haja o exaurimento da fase originária do processo;

d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados; e

e) remeter os autos ao relator a quo, para prosseguimento do feito, tendo em vista o item 9.8 do Acórdão 5.440/2020-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-025.577/2017-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Maria Auxiliadora Dias do Rêgo (928.237.344-49); Prefeitura Municipal de Riachão do Poço/PB (01.612.366/0001-84).

1.2. Recorrente: Prefeitura Municipal de Riachão do Poço/PB (01.612.366/0001-84).

1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Riachão do Poço/PB.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: Fabio Brito Ferreira (OAB/PB 9.672) e Mabel Amorim Costa (OAB/PB 18.853).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8414/2021 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de recursos de reconsideração interpostos por Eliomar Pedro de Souza, Mailton Pedro de Souza e Carlos César Pereira contra o Acórdão 1.397/2021-TCU-1ª Câmara (peça 72), por meio do qual esta Corte de contas julgou irregulares as contas de diversos responsáveis, imputando-lhes débito.

Considerando que, nos termos do item 9.2 da decisão recorrida, foi determinada a exclusão do Sr. Eliomar Pedro de Souza da relação processual, não se podendo, neste caso, reconhecer a existência de interesse recursal, visto não haver sucumbência, sanção ou prejuízo a este recorrente;

Considerando que os recursos interpostos por Mailton Pedro de Souza e Carlos César Pereira são tempestivos e cumprem os requisitos de admissibilidade;

Considerando ainda o princípio da razoabilidade e tendo em vista que os recorrentes foram condenados em solidariedade com outros responsáveis;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e 33 da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso I, e 285, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Mailton Pedro de Souza e Carlos César Pereira, suspendendo-se, para os recorrentes, os efeitos dos itens 9.4 (e subitens) e 9.5 do Acórdão 1.397/2021-TCU-1ª Câmara e os estendendo para os demais devedores solidários;

b) não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Eliomar Pedro de Souza por inexistência de interesse recursal;

c) comunicar aos órgãos/entidades eventualmente cientificados do acórdão recorrido acerca do efeito suspensivo concedido;

d) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, aos recorrentes;

e) encaminhar os autos à Serur, para análise de mérito dos recursos interpostos por Mailton Pedro de Souza e Carlos César Pereira, após a adoção da medida especificada na alínea "d" supra.

1. Processo TC-030.850/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos César Pereira (309.546.309-04); João Roberto Porto (218.473.049-15); Mailton Pedro de Souza (439.512.879-34); Pedro Paulo Reis (248.770.349-00).

1.2. Recorrentes: Eliomar Pedro de Souza (439.512.959-53); Mailton Pedro de Souza (439.512.879-34); Carlos César Pereira (309.546.309-04).

1.3. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: Laudelino Joao da Veiga Netto (OAB/SC 20.663).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

s

ACÓRDÃO Nº 8415/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao monitoramento do Acórdão 711/2021-TCU-1ª Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar cumprida a determinação constante do item 1.7 e subitem;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio no Vale do Javari; e

c) apensar o presente processo ao TC 029.539/2020-0, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno.

1. Processo TC-009.078/2021-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8416/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao monitoramento do Acórdão 11.161/2017-TCU-1ª Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar cumprida a determinação constante do item 1.7;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

c) apensar o presente processo ao TC 018.431/2016-0, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno.

1. Processo TC-021.136/2020-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8417/2021 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de solicitação formulada pela Companhia Docas do Espírito Santo, por meio da qual requer a prorrogação, por 120 dias, do prazo para atendimento à determinação contida no Acórdão 7.872/2020-TCU-1ª Câmara.

Considerando que, além do prazo inicial de 180 dias, a entidade já se beneficiou de prorrogação anterior, pelo prazo de 90 dias (peça 9);

Considerando ainda o princípio da duração razoável do processo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e § 3º, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por 90 (noventa) dias, o prazo para atendimento à determinação contida no Acórdão 7.872/2020-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-046.746/2020-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Companhia Docas do Espírito Santo (27.316.538/0001-66).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
1.5. Representação legal: Igor Pinheiro de Sant Anna (OAB/ES 11.015) e outros.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8418/2021 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de pedido de reexame interposto pela empresa Offshore Link Sat Ltda. contra o Acórdão 3.658/2021-TCU-1ª Câmara (peça 39), por meio do qual esta Corte de Contas julgou parcialmente procedente a representação, por ela apresentada, bem como considerou prejudicado o pedido de adoção de medida cautelar.

Considerando que o papel do representante é o de fornecer os elementos para que o Tribunal dê início à sua ação de controle externo e, uma vez iniciado o processo, o TCU assume total controle sobre a condução das fiscalizações, não existindo, para o representante, prerrogativa de comparecer aos autos para a defesa de seus pontos de vista, a não ser que seja admitido como interessado;

Considerando que, uma vez iniciado o processo, o Tribunal assume total controle sobre a condução das fiscalizações e prescinde de qualquer outra movimentação processual do representante;

Considerando que a jurisprudência do TCU é bem clara ao entender que o reconhecimento do representante como parte é situação excepcional e depende, além do pedido de ingresso nos autos como interessado, da demonstração de legítima e comprovada razão para intervir no processo (Acórdão 6.348/2017-TCU-2ª Câmara e Acórdãos 1.955/2017 e 455/2019, do Plenário);

Considerando, portanto, que o recurso interposto não atende aos requisitos de admissibilidade, por estar caracterizada a falta de legitimidade para recorrer;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, 33 e 48, caput e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 144, 277, inciso II, e 286 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto pela empresa Offshore Link Sat Ltda., por ausência de legitimidade recursal; e

b) dar ciência da presente deliberação à recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-047.497/2020-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Offshore Link Sat Ltda (13.879.073/0001-47).
1.2. Interessado: Nort Sat Telecomunicações Ltda (08.492.359/0001-35).
1.3. Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Representação legal: Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78.870).
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8419/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III e 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão abaixo relacionado, exceto em relação ao inativo Nilton José de Almeida Costa, fazendo-se as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.173/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Oliveira Mendes (062.532.023-91); Maria do Socorro Soares Furtado (055.694.603-06); Nilton Jose de Almeida Costa (107.153.803-97); Norivaldo Raimundo Pereira Lago (001.960.613-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar a realização de diligência à Fundação Universidade Federal do Maranhão para que, em relação ao inativo Nilton José de Almeida Costa:
1.7.1. seja enviada a cópia do mapa de tempo de serviço do ex-servidor, bem como de eventuais certidões de tempo de serviço averbadas para a aposentadoria de peça n.º 2;
1.7.2. providencie a cópia da documentação que comprova o tempo insalubre laborado pelo interessado para fins de obtenção da aposentadoria especial fundamentada na Súmula Vinculante STF n.º 33 e no artigo 57 da Lei n.º 8.213/1991, observando-se que o ex-servidor é ocupante do cargo de professor, o qual não é pertencente a carreiras de saúde.
1.7.3. esclareça se a aposentadoria deferida ao inativo está amparada em alguma decisão judicial, enviando a cópia do provimento judicial, se for o caso;
1.7.4. seja encaminhada a cópia da planilha de cálculo da média das remunerações, a qual deve observar os ditames da Lei n.º 10.887/2004.

ACÓRDÃO Nº 8420/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", e 183, do RITCU, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, por mais trinta dias, contados da ciência desta deliberação, para atendimento das determinações constantes do Acórdão 5.335/2021-1ª Câmara, e em dar ciência desta deliberação àquele Tribunal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-041.863/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Valda Silva Santana (177.066.375-49)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoa
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8421/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II e 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão abaixo relacionados, exceto o de Leonardo Nogueira de Abreu, fazendo-se as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.348/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Josimar Rosa Nunes (057.764.667-25); Leonardo Nogueira de Abreu (103.509.897-02); Sergio Alexandre de Almeida dos Reis (016.669.927-63); Silvia Barreira Mendes (086.616.087-67); Thiago dos Santos Ferreira (108.159.427-61); Vinicius Mendonca Batista (075.179.437-66)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.7.1. Determinar à Sefip a realização de diligência ao Instituto Nacional do Câncer José Alencar - Inca/RJ e à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para que, em relação a Leonardo Nogueira de Abreu - ato de peça n.º 3:
1.7.2. seja esclarecido se o militar, ocupante da graduação de cabo, ingressou em posto/graduação estritamente militar na Polícia Militar do Rio de Janeiro ou se fez concurso para quadro especial de saúde nessa instituição, especificando-se ainda a escala de horário a ser cumprida na PMERJ;
1.7.3. seja verificada a compatibilidade de horários entre o cargo civil, exercido no Ministério da Saúde, e o cargo militar, ocupado na PMERJ pelo interessado, com o envio de cópia da escala de horários a ser desempenhada em cada vínculo.

ACÓRDÃO Nº 8422/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTA esta tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal contra a entidade Agemte - Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão e suas ex-Secretárias Executivas Érica de Souza Falcão e Patrícia Vanessa Santiago da Silva em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Contrato de Repasse 0276964-87 (Siafi 644173), firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para "Apoio ao Processo de Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Territoriais".

Considerando que, devidamente citada, a Agemte não se manifestou, o que acarretou sua revelia;

considerando que, ao analisar as alegações de defesa das duas outras responsáveis, a Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE concluiu pela rejeição das alegações de Patrícia Vanessa Santiago da Silva e pelo acolhimento parcial das alegações de Érica de Souza Falcão;

considerando, entretanto, que, ao reavaliar os elementos constantes dos autos, a SecexTCE concluiu "que as prestações de contas relativas tanto à 1ª parcela, quanto em relação à 2ª parcela do Contrato de Repasse nº 0276964-87 (pode ser considerada a final, pois não foi repassada a 3ª e última parcela prevista), foram regularmente apresentadas, sem a identificação de irregularidades que evidenciem dano ao Erário, e que as informações relativas ao respectivo REA foram detalhadas no âmbito da 2ª prestação de contas, ainda que em formato não usual";

considerando, assim, que, por considerar afastadas as irregularidades atribuídas às responsáveis, a unidade técnica, em pareceres uniformes e com apoio do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU, propôs a este Tribunal, no mérito, julgar estas contas especiais regulares com ressalvas e dar quitação às responsáveis;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208, 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas de Érica de Souza Falcão (CPF: 007.437.294-71), de Patrícia Vanessa Santiago da Silva (CPF: 953.816.784-87) e da Agemte - Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (CNPJ: 41.202.557/0001-92), em dar-lhes quitação e em enviar cópia deste Acórdão à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo e às responsáveis.

1. Processo TC-006.044/2019-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Agemte - Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (41.202.557/0001-92); Érica de Souza Falcão (007.437.294-71); Patrícia Vanessa Santiago da Silva (953.816.784-87)
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Zilma de Vasconcelos Barros (8836/OAB-PB), representando Erica de Souza Falcao; Filipe Dutra Rezende (18384/OAB-PB), representando Patricia Vanessa Santiago da Silva.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8423/2021 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o presente recurso e claramente intempestivo;

Considerando a inexistência de fatos novos no presente expediente recursal;

Considerando que a tentativa de se provocar a pura e simples rediscussão de deliberações deste Tribunal, com base em discordância com as conclusões, não se constitui em fato ensejador do conhecimento do recurso, fora do prazo legal; e

Considerando que mesmo que fossem aplicados os regimes prescricionais adotados pelo Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário e pela Lei 9.873/99, não ocorreu, no presente caso, a prescrição do débito e, consequentemente, da multa proporcional.

Considerando a manifestação da Secretaria de Recursos e o parecer do representante do Ministério Público junto a esta Corte.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no artigo 33 da Lei 8.443/92, c/c o artigo 285, caput e §2º, do RITCU, ACORDAM em não conhecer o recurso de reconsideração interposto por Fernando Sérgio de Melo Portinho, por restar intempestivo e ante a inexistência de fatos novos, dar ciência desta deliberação e da instrução que a suporta ao recorrente e à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando cópia, e arquivar este processo, conforme pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.675/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Fernando Sérgio de Melo Portinho (097.926.607-63); Fundação de Apoio A Universidade do Rio de Janeiro (06.265.414/0001-29) e Luiz Carlos Dias da Costa (367.481.707-10)
1.2. Recorrente: Fernando Sérgio de Melo Portinho (097.926.607-63)
1.3. Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)
1.8. Representação legal: Maurício Sardinha Meneses dos Reis (OAB/RJ 119.316) e Viviane Azevedo da Silva (OAB/RJ 119.268)
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8424/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os artigos 235 e 237, VII, e 143, V, a, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, ACORDAM em conhecer da representação, indeferir o pedido de cautelar, para, no mérito, considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e à representante, com o envio de cópia desta deliberação e da instrução que a suporta, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.786/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Alfa e Omega Serviços Terceirizados e Eventos Ltda.
1.2. Órgão: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Karina Amorim Sampaio Costa (23.803/OAB-DF)
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8425/2021 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o deliberado por este Tribunal, por meio do Acórdão 922/2021 - Plenário que, com fundamento no artigo 146, § 2º, inciso I, e § 4º, da Lei n. 13.105/2015 c/c o artigo 52, § 2º, da Lei Complementar 35/1979, recebeu as exceções de impedimento e de suspeição, arguidas nestes autos para, no mérito, considerá-las manifestamente improcedentes.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no artigo 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os artigos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do RITCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, ACORDAM em conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência à Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Maranhão - SES/MA, com o envio de cópia desta deliberação e da instrução que a suporta, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.775/2020-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog
1.2. Órgão: Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Bertoldo Klinger Barros Rego Neto (11.909 OAB-MA)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 8426/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.630/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elisabete Araújo Leonetti (179.560.649-53)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/SC
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Ministério da Economia que acompanhe o deslinde dos Mandados de Segurança 35.410, 35.494, 35.498, 35.490 e 35.500 em trâmite no Supremo Tribunal Federal, e, na hipótese de desfecho desfavorável à Sr.ª Elisabete Araújo Leonetti, faça cessar, de imediato, o pagamentos alusivo ao Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.

ACÓRDÃO Nº 8427/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.632/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Evaldo Oliveira dos Santos (067.621.662-53); Raimundo Soares Nunes (094.020.202-68); Zenita Ramos Sarmento (341.421.932-87)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8428/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.783/2021-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Deise Martins Gomes (952.941.987-20); Rosemary Domingos Rodrigues (859.314.207-97)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8429/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.030/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Salete Francisca do Nascimento Barbosa (594.481.567-15); Vanda Gomes Caetano (018.525.264-83)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado da Paraíba
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8430/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução da SecexDefesa (peça 12), em:

a) julgar regulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, as contas dos Srs. Antônio Carlos Egito do Amaral, Antônio Carlos Moretti Bermudez, Carlos Augusto Amaral Oliveira, Hudson Costa Potiguara, Jeferson Domingues de Freitas, Jose Magno Resende de Araujo, Luís Roberto do Carmo Lourenco, Luiz Fernando de Aguiar, Luiz Guilherme Silveira de Medeiros, Marcelo Kanitz Damasceno, Nivaldo Luiz Rossato, Raul Botelho, Ricardo Cesar Mangrich, e Sergio de Matos Mello, dando-lhes quitação plena;

b) sobrestar o julgamento das contas de Paulo Joao Cury até o deslinde do TC-021.058/2019-9, processo de representação no qual o responsável se encontra arrolado;

c) dar ciência ao Comando da Aeronáutica, com fundamento no art. 9°, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, da necessidade de:

c.1) explicitar no relatório de gestão informações acerca da participação da unidade em programas de governo ou esclarecimento relativamente a não participação, como também no site na Internet onde estejam inseridos os planos de ação da Aeronáutica ("visão geral organizacional e ambiente externo" do anexo II da DN/TCU 178/2019);

c.2) observar a concisão do texto do relatório integrado, para transmitir a mensagem e fundamentar as conclusões com uso de linguagem simples e imagens visuais eficazes com fito de transformar informações complexas em relatos facilmente compreensíveis ao escrutínio da sociedade, elencados na forma de encadeamento de assuntos de acordo com a DN 178/2019, anexo II;

c.3) inserir quadro que contenha valores a serem gerados ao cumprimento de sua missão, de forma a abranger as cadeias de valor e os órgãos atuantes alcançados, conforme a alínea "a" do tópico "governança, estratégia e alocação de recursos" do anexo II da DN 178/2019, como também apresentar sinteticamente os dados constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), ou indicar o item onde são apresentados os recursos necessários, conforme a alínea "b" do mencionado tópico do anexo II da DN 178/2019;

c.4) dar tratamento no relatório de gestão aos itens requeridos como obrigatórios na DN 178/2019: os objetivos, indicadores e metas de desempenho definidos para o exercício, sua vinculação aos objetivos estratégicos e missão da unidade prestadora de contas (UPC), e, sendo o caso, ao Plano Plurianual, planos nacionais e setoriais do governo e de órgãos de governança superior; resultados alcançados no exercício de referência frente aos objetivos e às prioridades da gestão; avaliação ponderada dos objetivos alcançados e do desempenho relativamente às metas e justificativas para o resultado;

c.5) nos termos das letras "a", "b", "c" e "d" do item "riscos, oportunidades e perspectivas" do anexo II da DN 178/2019, bem como da letra "b" do item "resultados e desempenho da gestão", do anexo II e na diretriz sobre "concisão" do anexo III da mencionada Decisão Normativa, adotar medidas para que a identificação dos riscos seja centralizada e apresentada preferencialmente por infográficos, conforme orientação constante na publicação "Relatório de Gestão, Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado"; apresentar, preferencialmente via infográficos, a identificação das principais oportunidades e respectivas ações para aproveitá-las; apresentar, preferencialmente via infográficos, a identificação das fontes de riscos e oportunidades internas e externas; e para que a identificação da avaliação da possibilidade de ocorrência de riscos ou oportunidades, e a magnitude de seus efeitos, seja efetivada e elaborada preferencialmente através de infográficos; apresentar, preferencialmente por infográficos, os resultados das principais áreas de atuação da UPC;

c.6) fazer revisão dos dados informados, visando corrigir inconsistências nos detalhamentos das despesas por grupo e elementos, previstos na DN 178/2019; e

d) dar ciência deste acórdão ao Comando da Aeronáutica (Comaer), fazendo-o acompanhar da instrução à peça 12 destes autos.

1. Processo TC-045.635/2020-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2019)
1.1. Responsáveis: Antonio Carlos Egito do Amaral (004.850.018-61); Antonio Carlos Moretti Bermudez (777.284.838-20); Carlos Augusto Amaral Oliveira (016.206.488-81); Hudson Costa Potiguara (040.971.028-85); Jeferson Domingues de Freitas (016.206.878-60); Jose Magno Resende de Araujo (963.831.008-15); Luis Roberto do Carmo Lourenco (017.056.738-99); Luiz Fernando de Aguiar (017.057.598-58); Luiz Guilherme Silveira de Medeiros (062.996.568-40); Marcelo Kanitz Damasceno (263.994.400-25); Nivaldo Luiz Rossato (715.467.828-34); Paulo Joao Cury (831.394.868-04); Raul Botelho (869.460.808-15); Ricardo Cesar Mangrich (040.971.998-62); Sergio de Matos Mello (636.658.407-91)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8431/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde Ministério da Saúde em desfavor dos Srs. Getúlio de Carvalho Galvão (CPF 002.462.632-53) e Fausto Barata Amanajás (CPF 092.206.232-34), ambos ex-secretários municipais de saúde, e em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) repassados ao município de Igarapé-Açu - PA, na modalidade fundo a fundo, no exercício de 2006, ante constatação, por auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), de irregularidades na gestão financeira.

Considerando que, por meio do Acórdão 3167/2020, a Primeira Câmara deste Tribunal decidiu julgar as contas dos responsáveis retro mencionados irregulares (item 9.1 do acórdão) e imputar ao sr. Getúlio de Carvalho Galvão o dever de ressarcir as quantias especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora a partir das datas também especificadas (item 9.1.1 do acórdão), autorizando antecipadamente a cobrança judicial das dívidas (item 9.2 do acórdão);

Considerando que, em consultas realizadas posteriormente à prolação do acórdão, a unidade técnica constatou a existência de certidão atestando o óbito do sr. Getúlio de Carvalho Galvão em 21/01/2014 e de inventário já constituído em nome do referido responsável (§§ 3º e 4º da instrução);

Considerando que o despacho que determinou a citação do referido responsável é datado de 31/07/2018, quatro anos e meio após seu falecimento (§ 4º da instrução e peça 15), pelo que, na opinião da unidade técnica, todos os atos subsequentes em relação a ele devem ser considerados nulos (§ 5º da instrução);

Considerando que, conforme apontado pela SecexTCE, como os fatos irregulares sob análise geradores do referido débito remontam ao exercício de 2006, a citação dos sucessores do responsável falecido neste momento, transcorridos 15 anos, prejudica, ou mesmo inviabiliza, o efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa (§ 5º da instrução);

Considerando que, ante o exposto, a unidade técnica propõe uniformemente seja declarada a nulidade da citação e dos atos processuais posteriormente praticados em relação ao referido responsável, em razão do que seja determinado o arquivamento dos autos em relação a esse responsável, sem julgamento do mérito, por ausência de pressuposto essencial de desenvolvimento válido e regular do processo;

Considerando que a representante do Ministério Público junto ao TCU manifesta-se de acordo com tais propostas, acrescentando sugestão de que conste da presente deliberação, determinação no sentido de que as disposições do referido Acórdão 3.167/2020-Primeira Câmara sejam tornadas sem efeito em relação ao gestor falecido (peça 70);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, em:

a) tornar insubsistentes os itens 9.1, 9.1.1 e 9.2 do Acórdão 3.167/2020-Primeira Câmara em relação ao sr. Getúlio de Carvalho Galvão (CPF 002.462.632-53), excluindo-o como responsável nestes autos;

b) dar ciência do presente acórdão ao Fundo Nacional de Saúde e aos sucessores do responsável.

1. Processo TC-000.794/2018-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fausto Barata Amanajas (092.206.232-34); Getulio de Carvalho Galvao (002.462.632-53)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Igarapé-açu - PA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 8432/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos, originariamente, de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em desfavor da Sra. Maria Romana Gonçalves Reis, prefeita do Município de Augusto Correa/PA na gestão 2013-2016, em razão da não aprovação da prestação de contas final do Convênio 778139/2012, que teve por objeto a execução de obras de recuperação/complementação de 27 km de estradas vicinais de acesso à Resex Marinha Arai-Peroba.

Considerando que, por meio do Acórdão 4020/2021-1ª Câmara, após pedido de vista do e. Ministro Weder de Oliveira, esta Corte considerou elidida a responsabilidade da Sra. Maria Romana Gonçalves Reis e julgou regulares com ressalvas as suas contas (item 9.1);

Considerando, no entanto, os apontamentos contidos na instrução de peça 100, no sentido de que "não foi incluído, no acordão referido, o fundamento legal utilizado para o julgamento pela regularidade das contas da responsável, nem foi expedida a quitação à responsável";

Considerando, afinal, a proposta instrutória às peças 100-101, bem como o Parecer do MP/TCU à peça 102,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 17, inciso I, 143, inciso V, alínea "d", 234 e 235, todos do Regimento Interno, e na Súmula TCU 145, por unanimidade, em promover o apostilamento do item 9.1 do Acórdão 4.020/2021-1ª Câmara, que passa a ter a seguinte redação: "9.1. considerar elidida a responsabilidade inicialmente imputada à Sra. Maria Romana Gonçalves Reis e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar regulares com ressalvas as suas contas, expedindo-lhe quitação, devendo a entidade concedente adotar as medidas previstas no art. 16, inciso I, da IN/TCU 71/2012;", dando-se ciência desta deliberação à responsável.

1. Processo TC-008.543/2018-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Maria Romana Gonçalves Reis (223.181.782-91); Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa - PA (04.873.600/0001-15)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa - PA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Miguel Biz (15.409-B/OAB-PA) e outros, representando Maria Romana Gonçalves Reis; Manoel Gomes Machado Júnior (9295/OAB-PA), representando Iraildo Farias Barreto e Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa - PA.

ACÓRDÃO Nº 8433/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Antônio Silva Santos, ex-Prefeito de Maraú-BA, gestão 2009-2012, em razão de irregularidade na prestação de contas dos recursos repassados ao município no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no exercício de 2010.

Considerando que, inicialmente, o ente repassador federal havia apontado a ausência do parecer emitido pelo Conselho de Alimentação Escolar (peça 2, p. 286-302), documento posteriormente juntado à peça 10 dos presentes autos, o que conduziu à realização de diligência ao FNDE, o qual, por sua vez, concluiu pela aprovação parcial das contas e apontou débito remanescente no valor de R$ 86.769,64 (peça 22, p. 6);

Considerando que, após nova citação do responsável (peça 32), o Despacho de peça 45 - seguindo sugestão do MP/TCU à peça 44 - determinou realização de nova diligência ao FNDE, a fim de se perquirir a destinação dada aos recursos relacionados ao Pnae-Quilombola que permaneceram na respectiva conta, dada a possibilidade de os recursos em questão terem sido reprogramados para o exercício subsequente, de 2011;

Considerando que, após análise dos elementos encaminhados pelo FNDE (peças 52-54) conjuntamente com documentos comprobatórios extraídos do Sistema SiGPC (peças 57 e 60) e de sistemas informatizados desta Casa (peça 61), foi possível afastar as dúvidas quanto aos valores remanescentes, na medida em que o saldo da conta vinculada ao Pnae-Quilombola em 31/12/2010 foi integralmente reprogramado para o ano seguinte;

Considerando, afinal, a instrução de mérito às peças 62-64, que contou com a chancela do Parquet especializado (peça 65),

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208, 214, inciso II, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Antônio Silva Santos (CPF 123.913.525-49), ex-Prefeito Municipal de Maraú/BA (gestão 2009-2012), relativamente ao PNAE/2010, dando-lhe quitação;

b) encaminhar cópia deste Acordão ao Sr. Antônio Silva Santos e ao FNDE; e

c) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-022.009/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Antônio Silva Santos (123.913.525-49)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Maraú - BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Saulo Reis Pinto (38231/OAB-BA) e outros, representando Antônio Silva Santos.

ACÓRDÃO Nº 8434/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde) em desfavor de Ivaldo Ferreira Almeida, ex-Prefeito do Município de Mirinzal/MA, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar, exercício 2011 (PNAE/2011).

Considerando que o responsável apresentou as contas devidas de forma intempestiva, porém essas não haviam sido examinadas pelo órgão instaurador da TCE,

Considerando que mediante diligências foram solicitados os devidos pronunciamentos por parte do Fnde sobre a regularidade da aplicação dos recursos e a aprovação das contas,

Considerando que mediante a Nota Técnica nº 2258519/2021/DAESP/COPRA/CGAPC/ DIFIN o Fnde informou a não comprovação do valor de R$ 30.844,74, haja vista que o valor correspondente a "despesa realizada" indicado na prestação de contas analisada, equivalente a R$ 248.025,42, divergia da despesa efetuada no programa no exercício de 2011, na quantidade R$ 278.870,16, conforme apurado no extrato bancário da conta específica do programa

Considerando que em face da análise do órgão transferidor a SecexTCE, em instrução de peça 53 e pronunciamentos de peças 54/55, manifestou-se no sentido do arquivamento desta TCE, sem cancelamento do débito, nos termos do art. 93 da Lei 8.443/1992,

Considerando que o posicionamento da secretaria fundamenta-se no fato de que o valor atualizado do débito remanescente (sem juros) é inferior aos limite previsto nos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU 71/2012, modificada pela IN/TCU 76/2016, de maneira que em razão da baixa materialidade envolvida, o custo das supervenientes ações de controle a serem adotadas certamente superaria o benefício que poderia delas advir, representando ofensa aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual,

Considerando ainda que a unidade instrutiva também ponderou haver transcorrido longo tempo decorrido desde a ocorrência da irregularidade, a demandar idêntico tratamento conferido pelo Tribunal no precedente Acórdão 5791/2020 - TCU- Primeira Câmara (Relator Ministro Vital do Rêgo),

Considerando que o representante do Ministério Público/TCU neste feito, Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, manifestou-se à peça 56 "(...) de acordo com a proposta de encaminhamento apresentada pelo auditor-instrutor (peça 53), à qual anuiu o corpo diretivo da SecexTCE (Peças 54/5), no sentido de o Tribunal, com fundamento nos art. 93, da Lei 8.443/1992, e 169, inciso VI, e 213, ambos do RI/TCU, arquivar os presentes autos, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o sr. Ivaldo Ferreira Almeida (CPF 406.820.993-68)",

Considerando, dessa forma, os pareceres uniformes da unidade instrutiva e do Ministério Público/TCU, no sentido do arquivamento sem julgamento de mérito e sem cancelamento do débito,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, nos arts.143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 213 do RI/TCU, bem como nos arts. 19 e 6º, inciso I, da IN/TCU 71/2012, sem julgamento do mérito, sem baixa da responsabilidade e sem cancelamento do débito correspondente ao valor original de R$ 30.844,74 (30/11/2011), a cujo pagamento continuará obrigado o Sr. Ivaldo Ferreira Almeida (CPF 406.820.993-68), para que lhe possa ser dada quitação;

b) dar ciência desta deliberação ao Fnde, para fins de cumprimento ao disposto no art.15, inciso I, e 18, inciso II, da IN TCU 71/2012, e ao Sr. Ivaldo Ferreira Almeida;

1. Processo TC-023.392/2017-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Ivaldo Ferreira Almeida (406.820.993-68)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mirinzal - MA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Antônio Carlos Muniz Cantanhede (OAB/MA n° 4.812).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8435/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-012.004/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aimone Marcia de Moraes Bandeira (297.755.661-34); Chirley de Melo Santana Tavares (344.985.911-00); Devana Ferreira Simoes (326.548.471-87); Joao Alves Costa Filho (183.492.851-68); Joao Batista de Arruda (224.816.051-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8436/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar o presente processo e expedir a determinação abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-020.234/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Cesar Sabino (455.157.199-72).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho No Estado de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais para que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU, em Sessão de 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU as informações necessárias ao acompanhamento do Mandado de Segurança 28.669, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, bem como dê ciência à Conjur/TCU.

ACÓRDÃO Nº 8437/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-010.520/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Pereira (074.845.979-02); Claudia Daniele Spier Hoffelder (029.858.599-56); Claudio Adao da Rosa (064.942.499-90); Elizane de Andrade (009.206.269-55); Mariana Molleri de Limas Fonseca (049.082.849-38); Nilmar Fernando Jevouski (073.840.759-39); Rodrigo Speckhahn Soares da Silva (030.460.089-02); Safira Micaelle Andrade do Prado (046.354.131-60); Vinicius Golfetto Uliano (054.858.319-66).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8438/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-010.559/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ananiel de Araujo Lima (015.303.363-09); Arnon Cunha Reis (033.445.663-00); Bernardo Leite Costa (615.682.013-20); Bruno Serejo dos Santos (005.486.683-96); Daniel Gusmao Pereira (036.512.133-90); Felipe Penha Alves (044.062.463-04); Jodelma Castelo Branco Mendes (893.215.373-68); Jonatan da Silva Alves Firmino (128.144.527-46); Thiago de Oliveira Vieira (397.721.238-94); Valdivino Nascimento Santana (026.311.613-19).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8439/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-010.601/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alcides Junio Matias de Oliveira (051.868.351-61); Camila Canhete Ferreira Vieira (046.873.001-03); Carla de Almeida Silva (863.558.301-97); Daniel Rodrigo Falconi (314.010.598-30); Emilio Farias Vaz (043.097.731-09); Gabriel Lima Oliveira Martins (048.921.213-12); Giselle Zayra da Silva de Oliveira (044.241.433-17); Lajla Katherine Rocha Simiao (026.866.091-33); Marina Conceicao dos Santos Moreira (036.801.951-92); Vinicius Lucas da Silva (356.448.638-08).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8440/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-010.776/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Hidekazo Guilherme Carvalho Oliveira Sousa (048.159.353-51).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8441/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-010.838/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Genival Barbosa de Carvalho Neto (010.809.994-69).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8442/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-010.847/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Luiza Quijada (124.879.937-23); Barbara Menezes Silva Santos (057.821.087-89); Ciro Vinicius Vieira de Cerqueira (111.698.647-75); Fabiana Ferreira Luiz (090.675.897-13); Fabio Henrique da Silveira (021.931.777-16); Marcos Monte de Oliveira Alves (078.690.767-32); Patricia da Silva Lima (140.405.777-36); Pedro Ribeiro Bastos (139.160.897-65); Tatiana de Souza Fonseca Alves (122.681.937-05); Thais da Costa Motta Rocha (092.572.127-18).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8443/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-010.863/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Barbara Abreu Matos (089.227.266-01).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8444/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-010.934/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danielle Marinho Barros da Silva Moura (054.600.164-52); Erijane da Silva Virtuoso (068.720.234-57); Erisson Rodrigues de Santana (007.912.574-36); Esperidiao Medeiros de Aquino Junior (025.244.204-00); Ewerton Christiano Lopes Cordeiro (079.381.754-47); Fabiano da Silva Amorim (056.113.604-16); Pollyana Costa de Gusmao (086.057.624-89); Rafaella Montenegro do Amaral Costa (023.639.134-85); Rodrigo Fernandes de Moura Melo (055.218.614-75); Rute de Jesus Matos (002.944.995-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8445/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-011.112/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudia Vanessa Bergamini (256.194.678-99); Gustavo Henrique Carretero (318.021.818-57); Lucas Silva de Sousa (800.102.372-91); Ricardo Alex Borgert Schlickmann (907.579.122-49); Richardson Oliveira Alves (842.447.632-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8446/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-011.124/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Arthur Lisboa de Vasconcelos (013.021.814-67); Daniela Mendonca Ribeiro (291.049.428-41); David Costa Buarque (038.507.334-83); Denise Maria dos Santos Melo (061.516.494-35); Diego de Siqueira Figueredo (072.007.944-65); Dilson Batista Ferreira (007.678.214-08); Eduardo Jorge Barbosa da Silva (042.233.824-97); Emerson Lima de Menezes (097.352.494-48); Erivaldo Farias Gomes (028.526.204-13); Eveline Borges da Silva (077.012.834-39).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8447/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados, e fazer a determinação proposta pelo Ministério Público.

1. Processo TC-003.498/2021-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Lucia Rodrigues Nascimento (366.894.165-34); Cleise da Silva (039.495.955-89); Clesito da Silva (037.330.265-78); Deise da Silva (049.676.035-13); Dominicia Laurindo da Silva (001.484.185-11); Ebert Fernando dos Santos Nascimento (042.702.265-79); Elisangela Santos das Chagas (013.511.915-43); Gil de Barros Rosas (004.083.525-15); Italo Rodrigues Nascimento (042.413.995-25); Ivanilda Carneiro Aniceto (102.399.445-34); Kelly Cristina Melo de Oliveira (982.061.925-49); Klecia da Silva (044.389.315-25); Maria Lucia Melo de Oliveira (347.661.115-91); Maria Menezes dos Santos (025.261.265-50); Maria Zelia de Oliveira Ribeiro (102.915.045-15); Maria de Lourdes de Jesus (267.639.155-00); Marisete Santos das Chagas (575.131.635-53); Otacilio Alves de Jesus (813.844.165-87); Terezinha Borges de Melo Santos (103.256.625-68); Vitoria Regina Rodrigues Nascimento (042.625.055-96).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. à Fundação Nacional de Saúde que promova a revisão da forma de reajuste da pensão instituída pelo Sr. José Andrade Santos (e-Pessoal 67337/2020), em observância ao art. 2º da EC 70/2012 e ao acórdão 2553/2013-TCU-Plenário, e encaminhe o respectivo ato de alteração, via e-Pessoal, para oportuna apreciação por este Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 8448/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária a seguir relacionada:

1. Processo TC-003.530/2021-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Izolda de Carvalho Forte (472.314.163-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8449/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária a seguir relacionada:

1. Processo TC-003.858/2021-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Eremita Ourives Grauz (140.982.291-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8450/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-004.529/2021-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jhonatan Vargas Fernandes (014.202.931-92); Julia Rebeca Araujo Fernandes (082.701.511-90); Pedroza Gomes Canhete (541.925.441-72); Wesley Canhete Fernandes (069.139.021-58).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8451/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária a seguir relacionada:

1. Processo TC-004.838/2021-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Alenilde Assuncao de Oliveira (098.502.953-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8452/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor do beneficiário a seguir relacionado:

1. Processo TC-008.069/2021-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Wilson Leao Lourenco (125.841.420-15).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8453/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'c', do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em:

considerar parcialmente cumpridas as determinações contidas nos itens 9.4.1 e 9.4.2 e não cumprida a determinação do item 9.5, todas do acórdão 15129/2018-TCU-1ª Câmara;
considerar em cumprimento a determinação do item 1.7.1 do acórdão 7045/2019-TCU-1ª Câmara;
informar ao Ministério da Economia que o período de envio determinado pelo item 1.7.1 do acórdão 7045/2019-TCU-1ª Câmara, relacionado ao cumprimento dos nos itens 9.4.1, 9.4.2 e do 9.5 do acórdão 15129/2018-TCU-1ª Câmara, poderá ser trimestral;
encaminhar ao Ministério da Economia cópia desta deliberação, assim como da instrução da unidade técnica, (peça 123);
estabelecer que a continuação do monitoramento dos itens 9.4.1, 9.4.2 e 9.5 do acórdão 15129/2018-TCU-1ª Câmara, se dará a partir de 02/2022.

1. Processo TC-017.868/2020-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Apensos: 034.277/2016-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS).
1.2. Órgão/Entidade: Coordenação-geral de Recursos do Fundo de Amparo Ao Trabalhador.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidencia).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8454/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumpridas as determinações dos itens 1.7.1.1, 1.7.1.3, 1.7.1.4, 1.7.1.5, 1.7.1.7 do acórdão 13175/2019-TCU-1ª Câmara, reconhecer a perda de objeto do subitem 1.7.1.6 do mesmo acórdão, considerar parcialmente cumprida a determinação contida no item 1.7.1.2 do acórdão 13175/2019-TCU-1ª Câmara, fixando o prazo de 120 (cento e vinte) dias para que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) conclua a análise da prestação de contas do convênio FNDE 656990/2009 (Creche Proinfância), restituir os autos à SecexEducação para a programação e realização do próximo monitoramento do cumprimento à referida deliberação, encaminhar cópia desta deliberação, assim como da instrução da unidade instrutiva (peça 86), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e apensar os presentes autos ao TC 028.076/2015-0.

1. Processo TC-021.159/2020-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Entidade: Município de Mirante da Serra/RO.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8455/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado, encerrar o processo e arquivar os autos, fazendo-se as ciências abaixo.

1. Processo TC-013.294/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Embrasil - Empresa Brasileira de Segurança Ltda (CNPJ 02.426.907/0001-42).
1.2. Órgão/Entidade: Federação das Indústrias do Estado do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Napoleão Lopes Junior (42368/OAB-PR), representando Embrasil - Empresa Brasileira de Segurança Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1.dar ciência à Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, ao Sesi/PR e ao Senai/PR, com fundamento no art. 9º, I, da Resolução TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no PE 2.0275/2020, que tem por objeto a prestação serviços de vigilância desarmada para unidades do Sistema FIEP da Região Campos Gerais (Guarapuava, Irati, Ponta Grossa, Telêmaco Borba), para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
1.7.1.1. falta de republicação do edital do certame diante da alteração do item 2.3, subitem II, do seu Anexo II, que teve por objeto a exclusão da impossibilidade de participação de empresas optantes pelo Simples Nacional no certame, desrespeitando o disposto no item 19.5, alínea "c", do edital, além dos princípios administrativos da publicidade e da isonomia, e do entendimento do TCU exposto no acórdão 3330/2020-TCU-2ª Câmara; e
1.7.1.2. falta de divulgação da documentação da licitante vencedora no sítio oficial do Sistema FIEP na internet e/ou no sistema Licitações-e do Banco do Brasil, em desacordo ao disposto nos arts. 6º, I, e 8º, §§ 1º e 2º, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

ACÓRDÃO Nº 8456/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, indeferir o pedido formulado pela empresa Fiori Veicolo S/A de ser considerada como parte interessada, mas lhe autorizando, caso requeira, vista e cópia das peças não sigilosas dos presentes autos, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 30), ao representante e à Prefeitura de Olivedos/PB, para conhecimento, e juntamente com cópia dos presentes autos à Secretaria de Fazenda do Estado da Paraíba, para adoção das providências que entender cabíveis.

1. Processo TC-013.433/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Fiori Veicolo S/A (CNPJ 35.715.234/0008-76).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Olivedos - PB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Gustavo Cavalcanti Neves, (CPF 187.584.524-00), representando Fiori Veicolo S/A.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8457/2021 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a matéria representada não é de competência do Tribunal de Contas da União (TCU), por se tratar de comunicação de indícios de irregularidades na aplicação recursos públicos próprios do município de Uberlândia/MG, cuja competência de fiscalização externa é do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG),

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da SeinfraRodoviaAviação (peça 34) ao representante e, juntamente, cópia eletrônica dos presentes autos ao TCE/MG.

1. Processo TC-013.665/2021-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: JJP Serviços e Transporte Eireli (CNPJ 17.442.368/0001-02).
1.2. Entidade: Município de Uberlândia/MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
1.6. Representação legal: Juliano Resende Bernardes (CPF 001.059.696-80), representando JJP Serviços e Transporte Eireli.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8458/2021 - TCU - 1ª Câmara

Considerando a ausência de indícios de sobrepreço ou de superfaturamento na condução do pregão eletrônico ME 4/2021 e nos atos tendentes à contratação da empresa vencedora,

Considerando as conclusões dos exames técnicos no sentido de que, durante a realização do certame, não houve qualquer ato que caracterize tratamento diferenciado entre as empresas participantes,

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da Selog (peça 29), ao representante e ao Ministério da Economia.

1. Processo TC-013.784/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tecnicall Engenharia Ltda. (CNPJ 72.581.283/0001-13).
1.2. Órgão: Secretaria-executiva do Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8459/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 17), à representante e ao município de Bujaru/PA.

1. Processo TC-014.178/2021-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Neuzilene Alves da Silva. (CPF 032.584.682-06).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bujaru - PA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8460/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 93), ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Paraná, para ciência, em especial, de que:

seu Plano de Cargos e Salários deve contemplar todos os cargos existentes na entidade, efetivos e em comissão, arrolando suas atribuições e fixando os respectivos vencimentos, com o estabelecimento de níveis salariais para cada cargo efetivo, indicando de maneira clara e objetiva os critérios e condições para progressão de nível no cargo, prevendo ainda todas as vantagens diretas ou indiretas, com respectivos critérios para concessão, na forma definida nos acórdãos 1889/2004-TCU-Plenário e 406/2011 - Plenário;

seus registros sintéticos das providências adotadas devem ser publicados na seção "Transparência e prestação de contas" de seus sítios oficiais, bem como que os referidos registros devem ser encaminhados à unidade técnica por meio eletrônico, no caso por intermédio do sistema Conecta, conforme previsto no § 4º do art. 9º da Instrução Normativa-TCU 84, de 2020, e no § 2º do art. 8º da Decisão Normativa TCU 187, de 9/9/2020.

1. Processo TC-018.590/2020-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas da União.
1.2. Interessado: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Paraná (14.804.099/0001-99).
1.3. Órgão/Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Paraná.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.7. Representação legal: Clarice Zendron Dias Tanaka (24061/OAB-PR), representando Gina Gulineli Paladino; Margareth Ziolla Menezes, representando Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Paraná.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 46 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ALINE GUIMARÃES DIÓGENES
Subsecretária da Primeira Câmara

Aprovada em 1º de junho de 2021.

(Assinado eletronicamente)

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 895, DE 26 DE MAIO DE 2021

Homologa o resultado final do Processo Seletivo de Estagiários regido pelo Edital 01/2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, nos termos da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, da Portaria GPR 2185, de 7 de dezembro de 2016, e do contido no Processo Administrativo TJDFT 3085/2021, resolve:

Art. 1º Homologar o Processo Seletivo de Estagiários do TJDFT, regido pelo Edital 01, de 22 de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, em 23 de fevereiro de 2021.

Art. 2º As listas de classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo de Estagiários, conforme disposto no art. 1º desta Portaria, serão publicadas no sítio eletrônico do TJDFT na internet, no endereço https://www.tjdft.jus.br/informacoes/concursos/estagiarios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

RETIFICAÇÃO

No Ato nº. 55, de 26 de maio de 2021, publicado no DOU nº 99, de 27/05/2021, Seção 1, páginas 197/198, substituir a Planilha "Despesa com Pessoal", contida na página 197, pela seguinte Planilha:

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.975.918,47	29.767.773,36	31.656.372,77	30.965.925,02	31.059.283,65	31.290.917,85	31.499.264,93	55.262.046,58	41.994.611,11	31.305.699,52	31.281.222,10	31.180.870,65	408.239.906,01	197.212,07	408.437.118,08
Pessoal Ativo	22.161.744,18	20.992.373,79	22.915.226,15	22.233.328,78	22.122.855,66	22.571.106,87	22.638.624,42	41.679.431,35	28.928.286,35	22.469.975,85	22.455.037,04	22.392.891,91	293.560.882,35	197.212,07	293.758.094,42
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.103.981,99	18.356.584,75	18.220.804,07	18.177.596,25	18.070.271,39	18.508.880,13	18.565.341,67	33.550.778,64	24.874.130,67	18.466.638,64	18.415.635,19	18.366.580,63	241.677.224,02	197212,07	241.874.436,09
Obrigações Patronais	4.057.762,19	2.635.789,04	4.694.422,08	4.055.732,53	4.052.584,27	4.062.226,74	4.073.282,75	8.128.652,71	4.054.155,68	4.003.337,21	4.039.401,85	4.026.311,28	51.883.658,33		51.883.658,33
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.814.174,29	8.775.399,57	8.741.146,62	8.732.596,24	8.936.427,99	8.719.810,98	8.860.640,51	13.582.615,23	13.066.324,76	8.835.723,67	8.826.185,06	8.787.978,74	114.679.023,66	0,00	114.679.023,66
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.170.265,89	7.133.990,30	7.134.266,85	7.117.176,11	7.235.003,38	7.106.866,07	7.107.682,34	11.010.068,76	10.643.189,13	7.126.121,45	7.131.220,89	7.114.982,43	93.030.833,60		93.030.833,60
Pensões	1.643.908,40	1.641.409,27	1.606.879,77	1.615.420,13	1.701.424,61	1.612.944,91	1.752.958,17	2.572.546,47	2.423.135,63	1.709.602,22	1.694.964,17	1.672.996,31	21.648.190,06		21.648.190,06
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	8.814.174,29	8.775.399,57	8.741.146,62	8.732.596,24	8.936.427,99	8.719.810,98	8.860.640,51	7.727.339,95	13.066.324,76	9.036.172,67	8.841.085,93	8.787.978,74	109.039.098,25	0,00	109.039.098,25
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração								102.771,11					102.771,11		102.771,11
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração								831.128,66		200.449,00	14.900,87		1.046.478,53		1.046.478,53
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.814.174,29	8.775.399,57	8.741.146,62	8.732.596,24	8.936.427,99	8.719.810,98	8.860.640,51	6.793.440,18	13.066.324,76	8.835.723,67	8.826.185,06	8.787.978,74	107.889.848,61		107.889.848,61
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	22.161.744,18	20.992.373,79	22.915.226,15	22.233.328,78	22.122.855,66	22.571.106,87	22.638.624,42	47.534.706,63	28.928.286,35	22.269.526,85	22.440.136,17	22.392.891,91	299.200.807,76	197.212,07	299.398.019,83

Fortaleza, 28 de maio de 2021.
MARIA EVELINE FERNANDES BARRETO
Diretora

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

PORTARIA N. 150 /GP/TRT19ª, 25 DE MAIO DE 2021

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no art. 24 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do artigo 54 e §2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na Lei nº 14.116/2020, de 31 de dezembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021) c/c o art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais). resolve: Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2021, que compreende o período de maio/2020 a abril/2021, conforme documentação em anexo. Publique-se:

JOSÉ MARCELO VIEIRA DE ARAÚJO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
							LIQUIDADAS							INSCRITAS EM RESTOS A	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.589.513,55	**15.474.906,88**	**16.233.899,83**	**16.394.594,94**	**15.798.598,31**	**16.165.558,56**	**16.082.518,14**	**29.974.043,92**	**18.988.102,29**	**15.882.430,78**	**16.368.831,08**	**15.938.695,45**	**210.891.693,73**	**317.972,97**	**211.209.666,70**
Pessoal Ativo	14.118.541,16	**13.140.982,27**	**13.915.281,57**	**14.075.976,68**	**13.479.262,66**	**13.846.940,29**	**13.763.899,88**	**26.325.248,16**	**16.658.669,79**	**13.503.648,77**	**13.929.359,25**	**13.526.537,56**	**180.284.348,04**	**213.243,79**	**180.497.591,83**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.189.259,30	**11.233.513,59**	**11.230.954,71**	**11.371.553,47**	**11.171.968,43**	**11.539.042,75**	**11.445.128,13**	**21.656.213,62**	**14.348.581,39**	**11.215.983,53**	**11.633.879,67**	**11.233.358,66**	**150.269.437,25**	**213.243,79**	**150.482.681,04**
Obrigações Patronais	1.929.281,86	**1.907.468,68**	**2.684.326,86**	**2.704.423,21**	**2.307.294,23**	**2.307.897,54**	**2.318.771,75**	**4.669.034,54**	**2.310.088,40**	**2.287.665,24**	**2.295.479,58**	**2.293.178,90**	**30.014.910,79**		**30.014.910,79**
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.470.972,39	**2.333.924,61**	**2.318.618,26**	**2.318.618,26**	**2.319.335,65**	**2.318.618,27**	**2.318.618,26**	**3.648.795,76**	**2.329.432,50**	**2.378.782,01**	**2.439.471,83**	**2.412.157,89**	**30.607.345,69**	**104.729,18**	**30.712.074,87**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.895.479,48	**1.950.262,74**	**1.934.956,39**	**1.934.956,39**	**1.934.956,39**	**1.934.956,39**	**1.934.956,39**	**3.039.341,32**	**1.945.770,63**	**1.960.238,47**	**2.039.550,55**	**2.012.236,61**	**25.517.661,75**	**69.729,14**	**25.587.390,89**
Pensões	575.492,91	**383.661,87**	**383.661,87**	**383.661,87**	**384.379,26**	**383.661,88**	**383.661,87**	**609.454,44**	**383.661,87**	**418.543,54**	**399.921,28**	**399.921,28**	**5.089.683,94**	**35.000,04**	**5.124.683,98**
Outros Benefícios Previdenciários															
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.470.972,39	**2.333.924,61**	**2.318.618,26**	**2.318.618,26**	**2.319.335,65**	**2.318.618,27**	**2.318.618,26**	**4.207.506,47**	**2.282.837,19**	**2.322.698,79**	**2.386.144,73**	**2.358.830,79**	**30.956.723,67**	**0,04**	**30.956.723,71**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração								867.045,57	**3.975,67**				**871.021,24**		**871.021,24**
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.470.972,39	**2.333.924,61**	**2.318.618,26**	**2.318.618,26**	**2.319.335,65**	**2.318.618,27**	**2.318.618,26**	**3.340.460,90**	**2.278.861,52**	**2.322.698,79**	**2.386.144,73**	**2.358.830,79**	**30.085.702,43**	**0,04**	**30.085.702,47**
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.118.541,16	**13.140.982,27**	**13.915.281,57**	**14.075.976,68**	**13.479.262,66**	**13.846.940,29**	**13.763.899,88**	**25.766.537,45**	**16.705.265,10**	**13.559.731,99**	**13.982.686,35**	**13.579.864,66**	**179.934.970,06**	**317.972,93**	**180.252.942,99**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	763.023.603.538,79	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	180.252.942,99	**0,023624%**
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	265.059.139,40	**0,034738%**
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	251.806.182,43	**0,033001%**
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	238.553.225,46	**0,031264%**

FONTE: SIAFI - STN /CCONT/GEINF de 21.05.2021 (Órgão: TRT 19ª Região, 21.05.2021).

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também

consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				211.209.666,70	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				30.956,723,71	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				180.252.942,99	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763.023.603.538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,023624%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III <informar o percetual>			0,042869%	327.100.588,60
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF GDGCA. GP Nº 239/2005	0,042857%	327.009.025,77
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT N° 1/2007	0,037725%	287.850.654,44
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT N° 30/2013	0,037655%	287.316.537,91
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 \3			0,034738%	265.059.139,40

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

JOSÉ MARCELO VIEIRA DE ARAÚJO
Desembargador Presidente

BRÁULIO CLEMENTINO M.ARTINS MENDES SOARES
Ordenadora de Despesas

HENRIQUE CARDOSO MESQUITA MELLO
Secretário de Orçamento e Finanças

MONIQUE DE MENDONÇA HOULI
Secretária de Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

RETIFICAÇÃO

Na publicação do RGF 1º QUADRIMESTRE DE 2021, publicado no DOU em 27 de maio de 2021, Seção 1, página 211:

1) RETIFICAÇÃO DO NÚMERO DA PORTARIA. Onde lê-se Portaria Nº 965, de 25 de maio de 2021, leia-se Portaria Nº 465, de 25 de maio de 2021;

2) RETIFICAÇÃO DO ANEXO I. Na linha Limite de Alerta, onde lê 357.969.859,83; leia-se 337.969.859,83.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO CFC Nº 1.625, DE 20 DE MAIO DE 2021

Institui a Política de Controle de Acesso Lógico do Conselho Federal de Contabilidade.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o Decreto n.º 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação, em especial o inciso II do Art. 15;

Considerando o Decreto n.º 10.222, de 5 de fevereiro de 2020, que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética;

Considerando as normas técnicas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 Tecnologia da informação - Técnicas de segurança - Sistemas de gestão da segurança da informação - Requisitos, ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 - Tecnologia da informação - Técnicas de segurança - Código de prática para controles de segurança da informação e ABNT NBR ISO/IEC 27003:2020 - Tecnologia da informação - Técnicas de segurança - Sistemas de gestão da segurança da informação - Orientações;

Considerando que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2020-2021 do Conselho Federal de Contabilidade estabelece o objetivo estratégico de "Garantir que o acesso, o tratamento e o armazenamento de informações do Conselho Federal de Contabilidade ocorram em conformidade com políticas e normas que assegurem a confidencialidade e a integridade das informações"; e

Considerando a Portaria CFC n.º 77, de 29 de março de 2021, que criou o Comitê de Segurança da Informação (CSI) no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade, resolve:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO, APLICAÇÃO E CONTROLES DE ACESSO

Art. 1º Fica instituída a Política de Controle de Acesso Lógico aos ativos e aos sistemas de informação, para possibilitar o controle de acesso à rede, aos sistemas e às informações produzidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Art. 2º Esta Política de Controle de Acesso Lógico aplica-se aos conselheiros, empregados, assessores, terceirizados, estagiários, aprendizes, colaboradores, usuários da rede visitante (sem fio) do CFC, parceiros e/ou empresas contratadas pelo CFC.

Art. 3º A elaboração e atualização deste documento é de responsabilidade do Comitê de Segurança da Informação.

Art. 4º O acesso a informações rotuladas como públicas e de uso interno não é restringido com controles de acesso que discriminam o usuário.

Art. 5º O acesso às informações confidenciais e restritas serão permitidas apenas quando uma necessidade de trabalho tiver sido identificada e tal acesso aprovado pela Unidade Organizacional responsável.

Art. 6º O acesso a alguns equipamentos de hardware e/ou software especiais (tais como equipamentos de diagnóstico de rede) é restrito aos profissionais do Departamento de Informática (Deinf), com uso registrado, baseado nas necessidades do CFC.

Art. 7º Será dado a todos os usuários do CFC, automaticamente, o acesso aos serviços básicos como correio eletrônico (e-mail), aplicações de produtividade e browser WEB.

§ 1º Estas facilidades básicas irão variar de acordo com os cargos e serão determinadas pela autoridade competente em cada Unidade Organizacional.

§ 2º Todos os outros recursos dos sistemas serão providos via perfis de trabalho ou por solicitação feita ao proprietário da informação envolvida.

§ 3º Quaisquer questões sobre controle de acessos privilegiados deverão ser direcionadas à Unidade Organizacional responsável pela informação.

CAPÍTULO II

DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

Art. 8º Os seguintes termos são utilizados nesta Política de Controle de Acesso Lógico aos ativos e aos sistemas de informação do CFC com os significados específicos que se seguem:

I. Arquivo: agrupamento de registros que, geralmente, seguem uma regra estrutural e que possuem informações (dados).

II. Autenticidade: garantia de que uma informação, produto ou documento é do autor a quem se atribui.

III. Confidencialidade: propriedade de que a informação não esteja disponível ou revelada a indivíduos, entidades ou processos não autorizados.

IV. Credenciais de acesso: conjunto composto pelo nome de conta e respectiva senha, utilizado para o ingresso ou acesso (login) em equipamentos, rede ou sistema.

V. Criptografia: arte e ciência de esconder o significado de uma informação de receptores não desejados.

VI. CSI-CFC: Comitê de Segurança da Informação do CFC.

VII. Disponibilidade: propriedade de estar acessível e utilizável sob demanda por um usuário autorizado.

VIII. Estações de trabalho: computador pessoal utilizado para trabalho nas Unidades Organizacionais.

IX. Gestor de Sistema: empregado oficialmente designado como gestor de determinado sistema de informação.

X. Integridade: propriedade de salvaguarda da exatidão e completeza da informação contra alterações, intencionais ou acidentais, em seu estado e atividades.

XI. Ponto de acesso sem fio: equipamento que compõe uma rede sem fio (wireless), concentrando as conexões de um ou mais equipamentos.

XII. Privilégio mínimo: conceito que define que uma pessoa só precisa acessar os sistemas e recursos mínimos necessários para realizar suas atividades.

XIII. Programa: coleção de instruções que descrevem uma tarefa a ser realizada por um computador.

XIV. Recursos de armazenamento de dados corporativos: armazenamento de massa projetado para ambientes de grande escala e alta tecnologia.

XV. Recursos de TI: todo equipamento ou dispositivo que utiliza tecnologia da informação, bem como qualquer recurso ou informação que seja acessível por meio desses equipamentos ou dispositivos tecnológicos, tais como impressoras, sistemas, programas, softwares, acessos à rede local, internet, VPN (rede particular virtual), pendrives, smartcards, tokens, smartphones, modens sem fio, desktops, pastas compartilhadas em rede, entre outros.

XVI. Rede local do CFC: conjunto de recursos compartilhados por meio dos servidores de rede, switches e computadores clientes, por onde circulam as informações corporativas do CFC.

XVII. Rede sem fio (wireless): sistema que interliga equipamentos utilizando o ar como via de transmissão por meio de ondas eletromagnéticas.

XVIII. Sistema de informação: aplicação da tecnologia da informação que dá apoio às atividades de determinada área de conhecimento, visando otimizar as operações, o gerenciamento e a decisão, trabalhando os dados e transformando-os em informação.

XIX. Sistemas de mensageria: sistemas que permitem o envio e a recepção de mensagens de correio eletrônico ou de mensagens instantâneas entre usuários, dentro e fora da instituição.

XX. Storages: rede de área de armazenamento projetada para agrupar dispositivos de armazenamento de computador.

XXI. TI: Tecnologia da Informação.

XXII. TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação são um conjunto de recursos tecnológicos utilizados de forma integrada com um objetivo comum.

XXIII. Unidade Organizacional: unidade em que está lotado o empregado, assessor, terceirizado, estagiário ou aprendiz.

XXIV. Usuário: pessoa física ou jurídica que opera algum sistema informatizado do CFC.

XXV. Web: Rede Mundial de Computadores.

XXVI. Webconferência: reunião ou encontro virtual realizado pela internet por meio de aplicativos ou serviço com possibilidade de compartilhamento de apresentações, voz, vídeos, textos e arquivos por meio da web.

CAPÍTULO III

DO CADASTRAMENTO DE USUÁRIOS

Art. 9º A criação de novas contas de acesso à rede se dará da seguinte forma:

I. para empregados e assessores: após a abertura de chamado pelo Departamento de Gestão de Pessoas (Degep) no helpdesk, informando o nome completo, a lotação e a matrícula do empregado;

II. para estagiários e menores aprendizes: após a abertura de chamado pelo Degep no helpdesk, informando a Unidade Organizacional de lotação, matrícula do estagiário e a vigência do contrato; e

III. para prestadores de serviço: após a abertura de chamado pelo gestor do contrato no helpdesk, informando o nome completo, Unidade Organizacional de lotação, número e vigência do contrato, nome da empresa contratada e matrícula na empresa contratada (ou outro documento legalmente válido).

Parágrafo único. Nas eventuais substituições, caberá ao responsável informar o período para a configuração adequada da conta de acesso do empregado, assessor ou prestador de serviço.

Art.10 As contas dos estagiários, menores aprendizes e prestadores de serviço serão configuradas para expiração automática, concomitantemente à vigência do contrato.

Art. 11 Caberá ao titular da Unidade Organizacional solicitar à Coordenadoria de Gestão de TI (CGTI) a liberação ou restrição de privilégios de acesso aos documentos de sua unidade.

Art. 12 Para evitar a expiração automática da conta de estagiários, menores aprendizes ou de prestadores de serviços, deverá ser aberto chamado pelo superior hierárquico imediato do estagiário ou do menor aprendiz, ou pelo gestor do contrato do prestador de serviços no helpdesk, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas à expiração da conta.

Art. 13 Todos os usuários que utilizam aplicações e sistemas do CFC devem assinar o Termo de Responsabilidade sobre o conhecimento da Política de Controle de Acesso Lógico do CFC, conforme o Anexo I.

Art. 14 A assinatura do documento de que trata o artigo anterior indica que o usuário em questão entende e concorda com as políticas, padrões, normas e procedimentos do CFC relacionados ao ambiente de TI, incluindo as instruções contidas nesta resolução, bem como as implicações legais decorrentes do não cumprimento do disposto no termo.

Art. 15 O gestor do contrato ficará responsável por recolher a assinatura desse no Termo de Responsabilidade sobre o conhecimento da Política de Controle de Acesso Lógico do CFC, conforme o Anexo I, a ser arquivado no respectivo processo de gestão do contrato.

Art. 16 O solicitante de acesso para empregado, assessor, estagiário ou menor aprendiz deverá recolher a assinatura desses no Termo de Responsabilidade sobre o conhecimento da Política de Controle de Acesso Lógico do CFC, conforme o Anexo I, a ser arquivado pela CGTI.

Art. 17 Em casos excepcionais, poderão ser criadas contas para conselheiros, contadores membros de grupos e/ou comissões instituídas pela Presidência do CFC ou empregados de Conselhos Regionais de Contabilidade que estejam desempenhando serviços no CFC, após abertura de chamado, via helpdesk, pelo titular da Unidade Organizacional onde o conselheiro, membro de grupo ou comissão ou empregado de CRC atuará.

Parágrafo único. O Termo de Responsabilidade sobre o conhecimento da Política de Controle de Acesso Lógico do CFC, conforme o Anexo I, deverá ser assinado pelo conselheiro, membro de grupo ou comissão ou empregado de CRC e ficará arquivado na CGTI.

Art. 18 É de responsabilidade do gestor do contrato solicitar, via helpdesk, o cancelamento da conta de acesso quando do desligamento ou afastamento do prestador de serviço.

Art. 19 O Degep deverá informar, por meio do helpdesk, o desligamento e a movimentação de lotação de empregados, assessores, estagiários e de menores aprendizes para as providências de bloqueio e posterior eliminação da conta, se for o caso.

Art. 20 Não haverá identificação genérica e de uso compartilhado para acesso aos recursos de rede, excetuando-se os casos de necessidade, justificada e acompanhada de parecer do Deinf, acerca da possibilidade de aceitação dos riscos associados.

Art. 21 As novas contas de acesso à rede serão compostas por nome e sobrenome, sendo a forma padrão o nome e o último sobrenome, separados por ponto.

Parágrafo único. Caso a forma padrão incorra em homonímia com conta já existente, será escolhida forma alternativa do seguinte modo:

a) nome e o penúltimo sobrenome completo, separados por ponto; e

b) letras iniciais do prenome e o último sobrenome completo, separados por ponto.

Art. 22 No ato da criação de conta de acesso à rede, será automaticamente criada conta dos serviços de correio eletrônico (e-mail), mensageria e agenda correspondente, bem como de outros serviços que utilizem a mesma base de dados para autenticação.

Art. 23 Após a criação da conta solicitada, a equipe do Deinf deverá informar ao solicitante a criação da conta e a senha de acesso inicial, juntamente com as instruções para a sua alteração.

Art. 24 Em nenhuma hipótese será admitido o empréstimo ou o compartilhamento de credenciais de acesso.

Parágrafo único. No descumprimento dos casos tratados neste item, os atos praticados serão de responsabilidade de todos os envolvidos, estando sujeitos às sanções administrativas e penais cabíveis, tanto o titular das credenciais quanto aquele que as utilizar indevidamente.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA DE SENHAS

Art. 25 A identificação de usuários que operam a rede local do CFC deve ser feita mediante a autenticação usuário-senha.

Art. 26 A senha cadastrada é pessoal, intransferível e confidencial.

Art. 27 A senha deverá observar as seguintes regras de formação:

I. não pode conter o nome da conta do usuário ou partes do nome completo do usuário que excedam dois caracteres consecutivos;

II. deve conter, no mínimo, 12 (doze) caracteres; e

III. deve conter caracteres de três das quatro categorias seguintes:

a) caracteres alfabéticos maiúsculos;

b) caracteres alfabéticos minúsculos;

c) caracteres numéricos; e

d) caracteres especiais, não alfabéticos (por exemplo: !, $, #, %).

Art. 28 A senha cadastrada terá prazo de validade de 90 (noventa) dias, ao fim do qual o usuário deverá cadastrar nova senha.

Parágrafo único. A nova senha não poderá ser igual às últimas 4 (quatro) senhas anteriormente utilizadas no período de 12 (doze) meses.

Art. 29 Após 5 (cinco) tentativas erradas, o usuário ficará bloqueado, necessitando recadastrar nova senha.

Art. 30 Em caso de suspeita de exposição indevida do ambiente de TI, todas as senhas de acesso devem ser imediatamente alteradas.

Art. 31 Em caso de comprometimento comprovado de segurança do ambiente de TI por algum evento não previsto, todas as senhas de acesso deverão ser modificadas.

Art. 32 Independentemente das circunstâncias, as senhas de acesso não devem ser compartilhadas ou reveladas para outras pessoas que não o usuário autorizado, ficando o proprietário da senha responsável legal por qualquer prática indevida cometida.

CAPÍTULO V

DOS ACESSOS

Seção I

DO ACESSO À REDE

Art. 33 Apenas poderão ser conectadas à rede cabeada do CFC microcomputadores e notebooks previamente autorizados pela CGTI.

§ 1º Exceções devem ser comunicadas à Diretoria Executiva do CFC, justificando a necessidade e o prazo de utilização.

§ 2º As exceções autorizadas deverão, obrigatoriamente, adotar os padrões definidos pela Política de Segurança da Informação do CFC, sendo o proprietário do equipamento responsável pelo licenciamento dos produtos nele instalados, uma vez que o CFC não fornecerá licenças para o funcionamento de microcomputadores particulares.

Art. 34 Microcomputadores e dispositivos portáteis poderão acessar a rede sem fio específica para esse fim.

Parágrafo único. O usuário, antes de acessar a rede visitante, deverá se identificar e concordar como termo de uso da rede sem fio.

Art. 35 O Deinf poderá desconectar das redes cabeada e sem fio qualquer dispositivo que constitua ameaça à segurança da informação.

Art. 36 Computadores com acesso à rede deverão ser desligados ou bloqueados na ausência do usuário.

Seção II

DO ACESSO À INTRANET E À INTERNET

Art. 37 Os acessos a portais da internet e aos demais serviços disponíveis na intranet do CFC serão efetuados, preferencialmente, por meio da rede local e deverão ser identificados por usuário.

§ 1º Os rastros de acesso deverão, no mínimo, identificar usuários, endereço IP, URL acessada, data e hora.

§ 2º O Deinf deverá reter os rastros de acesso pelo prazo mínimo fixado pela política de log.

Art. 38 É proibido o acesso a sítios que tratem de pornografia, pedofilia, erotismo e correlatos; de racismo; de ferramentas para invasão e evasão de sistemas; de compartilhamento de arquivos; e de apologia e incitação a crimes.

Parágrafo único. O Deinf poderá utilizar software específico que realizará o bloqueio automático desses sítios.

Art. 39 Os acessos a sites e serviços disponíveis na internet serão controlados por filtros de conteúdo e reguladores de tráfego implementados nos dispositivos de segurança da rede do CFC, cuja operacionalização é de responsabilidade do Deinf.

Art. 40 As Unidades Organizacionais do CFC devem definir, com base nas categorias de conteúdo fornecidas pelo Deinf, os perfis de filtro de conteúdo a serem aplicados a cada uma de suas unidades.

§ 1º As solicitações de criação ou alteração nas permissões de acesso deverão ser formalizadas e juntadas em processo próprio.

§ 2º Os titulares das Unidades Organizacionais do CFC devem fiscalizar o bom uso dos acessos à internet e solicitar ajustes e restrições, em caso de má utilização.

§ 3º Mediante solicitação do titular da Unidade Organizacional, o Deinf poderá fornecer relatórios mensais dos acessos para permitir o devido controle.

Art. 41 O Deinf poderá, eventualmente e quando necessário, fazer ajustes temporários no controle de banda para viabilizar eventos específicos como vídeo conferências e acesso a visitantes.

Art. 42 Todas as operações de acesso realizadas serão registradas para fins de auditoria.

Art. 43 Não será admitido burlar ou tentar burlar os filtros de conteúdo ou restrições de acesso à internet, sob pena de responsabilização dos envolvidos, que estarão sujeitos às sanções administrativas e penais cabíveis.

Seção III

DO ACESSO REMOTO A SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Art. 44 O acesso remoto à rede corporativa do CFC deve ser realizado somente para atender aos interesses de trabalho.

Art. 45 Compete ao Deinf definir os perfis de acesso, aplicando técnicas de autenticação e de segurança.

I - o acesso remoto, no âmbito da rede corporativa, deve ser provido por meio de canal criptografado, preferencialmente utilizando as recomendações da ICP-Brasil;

II - o acesso remoto à rede corporativa terá privilégios diferenciados do acesso local, de acordo com o perfil de acesso, com serviços explicitamente controlados;

III - a permissão para se realizar acesso remoto à rede corporativa deve ser solicitada à área de administração da rede pela Coordenação ou área superior a que o usuário da rede está subordinado, com definição do prazo de validade e horários para se realizar o acesso; e

IV - o acesso remoto à rede corporativa será gravado, para posterior auditoria, em logs contendo data e hora, serviço utilizado, usuário e informações específicas que facilitem o rastreamento da ação tomada.

Art. 46 Quaisquer computadores que tenham comunicação remota em tempo real com os sistemas do CFC devem se submeter ao mecanismo de controle de acesso, levando-se em consideração os privilégios necessários ao acesso a cada tipo de informação.

Art. 47 Os usuários da rede devem reportar os incidentes que afetam a segurança dos ativos ou o descumprimento da Política de Segurança da Informação à CGTI.

Art. 48 Em casos de quebra de segurança da informação por meio de recursos de tecnologia da informação, a CGTI deverá ser imediatamente acionada para tomar as providências necessárias a sanar as causas, podendo até mesmo determinar a restrição temporária do acesso às informações e/ou ao uso dos recursos de tecnologia da informação do CFC.

Art. 49 Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê de Segurança da Informação.

CAPÍTULO VI

DA UTILIZAÇÃO DO CORREIO ELETRÔNICO CORPORATIVO

Art. 50 O correio eletrônico é o recurso corporativo para comunicação a ser utilizado de modo compatível com o exercício da função, sem comprometer a imagem do CFC nem o tráfego de dados na rede de computadores da instituição.

§ 1º Todas as mensagens eletrônicas enviadas e recebidas nos domínios do CFC terão registrados os dados: data e hora do envio ou recebimento, remetente e destinatário.

§ 2º O Deinf deverá implantar mecanismos que evitem o envio e a recepção de mensagens que possam comprometer a segurança do serviço de correio eletrônico.

§ 3º O Deinf poderá estabelecer cotas para limitar o espaço de armazenamento das caixas postais, por Unidade Organizacional e por usuário.

§ 4º O Deinf não acessará mensagens individuais de caixas de e-mail, salvo para atender aos seguintes objetivos:

I. verificar a obtenção, retenção, uso e divulgação de informações por meio ou com fins ilícitos, ou em desacordo com as normas regulamentares sobre segurança da informação, mediante autorização da Presidência do CFC ou da Diretoria Executiva;

II. recuperar conteúdo de interesse do CFC, no caso de afastamentos legais do usuário e de seu substituto, mediante autorização da Presidência do CFC ou da Diretoria Executiva;

III. atender à demanda formulada no âmbito de processo administrativo disciplinar, mediante autorização da Presidência do CFC ou da Diretoria Executiva;

IV. atender à determinação judicial; e

V. realizar a recuperação de mensagens do backup, a pedido do próprio usuário.

§ 5º O envio de mensagens a componentes da lista de endereços e grupos de e-mails do CFC restringir-se-á a assuntos de interesse geral da instituição ou do Sistema CFC/CRCs.

§ 6º A exclusão de caixas postais ocorrerá com o desligamento do usuário.

Art. 51 São vedadas as seguintes ações relacionadas à utilização do correio eletrônico:

I. acesso ou tentativa de acesso à caixa postal em desacordo com o previsto no § 4º do Art. 50;

II. envio ou armazenamento de mensagem de conteúdo incompatível com as atribuições do usuário, incluindo as que contém ofensas, comentários discriminatórios e pornografia; e

III. adulteração de dados referentes à origem da mensagem nos campos de controle e cabeçalho.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se armazenado o e-mail aberto e mantido na caixa postal do usuário.

Art. 52 O Deinf prestará suporte para a configuração e utilização da tecnologia adotada para o serviço de correio eletrônico corporativo.

CAPÍTULO VII

DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE ARQUIVOS

Art. 53 O sistema de arquivos compreende um conjunto de pastas armazenadas em servidor de arquivos e compartilhadas em rede, que podem ser compartilhadas entre todos os usuários ou restrito a usuários de determinada Unidade Organizacional ou de determinado projeto.

Art. 54 O Deinf realizará o backup dos arquivos armazenados no servidor de arquivos, conforme discriminado na Política de Backup.

Parágrafo único. O backup de arquivos de pastas de usuário armazenadas nas estações de trabalho é de responsabilidade do usuário.

Art. 55 O Deinf poderá limitar o tipo de extensão dos arquivos a serem armazenados nas pastas das Unidades Organizacionais.

Art. 56 O Deinf não acessará os arquivos armazenados nas pastas das Unidades Organizacionais e dos usuários, salvo nas seguintes situações:

I. verificar a obtenção, retenção, uso e divulgação de informações por meio ou com fins ilícitos, ou em desacordo com as normas regulamentares sobre segurança da informação, mediante autorização da Presidência do CFC ou da Diretoria Executiva;

II. recuperar conteúdo de interesse do CFC, no caso de afastamentos legais do usuário e de seu substituto, mediante autorização da Presidência do CFC ou da Diretoria Executiva;

III. atender à demanda formulada no âmbito de processo administrativo disciplinar, mediante autorização da Presidência do CFC ou da Diretoria Executiva;

IV. atender à solicitação judicial; e

V. realizar a recuperação de arquivos do backup, a pedido do usuário.

Art. 57 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Segurança da Informação do CFC.

Art. 58 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO CRCRJ Nº 570, DE 29 DE MARÇO DE 2021

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o Parecer da Câmara de Controle Interno, constante no Processo Interno 2021/058; CONSIDERANDO apreciação e deliberação do Plenário, em sessão ordinária 1.127/2021, resolve:

Art. 1º: Aprovar a abertura de crédito adicional especial ao orçamento do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2021, de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Deliberação CFC 17/2021 de 13/04/2021 - Ata CCI 332 e Homologação em decisão aprovada pelo Egrégio Plenário do CFC, de 15/04/2021 - Ata 1074.

SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO COREN-DF Nº 180, DE 12 DE MAIO DE 2021

Dispensa de registro de ponto dos advogados públicos do Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal.

O Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal, COREN-DF, no uso das atribuicoes que lhe sao conferidas pela Lei n 5.905/73 e pelo Regimento Interno da Autarquia, e

CONSIDERANDO que a administracao publica direta e indireta de qualquer dos Poderes da Uniao, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municipios obedecera aos principios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiencia, nos termos do artigo 37, caput, da CF/88;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1 do Regimento Interno do COREN-DF o qual estabelece que O Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal, Coren-DF, criado pela Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, e autarquia federal dotada de personalidade juridica, de direito publico, com autonomia administrativa e financeira, patrimonial, orcamentaria e politica sem qualquer vinculo funcional e hierarquico com os orgaos da administracao publica, sujeitando-se aos principios gerais da administracao publica: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiencia;

CONSIDERANDO o art. 20 do Regimento Interno do COREN-DF que estabelece como competencia da Diretoria dirigir o Coren-DF segundo os principios gerais da administracao publica, obedecendo a legislacao em vigor, a especificidade e os objetivos da Autarquia;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7, I, da Lei 8.906/94 no qual estabelece como direito dos advogados: exercer, com liberdade, a profissao em todo o territorio nacional; bem como o art. 18 do mesmo diploma legal que aduz: A relacao de emprego, na qualidade de advogado, nao retira a isencao tecnica nem reduz a independencia profissional inerentes a advocacia;

CONSIDERANDO o disposto na sumula 9 editada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por sua Comissao Nacional de Advocacia Publica, a qual estabelece: O controle de ponto e incompativel com as atividades do Advogado Publico, cuja atividade intelectual exige flexibilidade de horario, decide:

Art. 1 - Aprovar a dispensa de registro de ponto dos advogados públicos do Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal.

Art. 2 - Esta Decisao entrara em vigor na data de sua assinatura.

ELISSANDRO NORONHA DOS SANTOS
Presidente do Cnselho

ALBERTO CESAR DA SILVA LOPES
Secretário

VALDA MARIA COSTA FUMEIRO
Tesoureira